Relatório Anual
do Governo do Estado

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA FAZENDA

EXERCÍCIO 2015

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Fazenda

Relatório Anual do Governo do Estado

Exercício 2015

Governo do Estado de São Paulo

Geraldo Alckmin
Governador do Estado

Márcio França
Vice-Governador

Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos
Secretário da Fazenda

Roberto Yoshikazu Yamazaki
Secretário Adjunto da Fazenda

Antonio Fazzani Bina
Chefe de Gabinete da Secretaria da Fazenda

Índice

Situação Econômico- Financeira do Governo do Estado de São Paulo I - X

Demonstrativo das Despesas, Principais Indicadores e Atividades 1

Poder Executivo 3

- Administração Penitenciária 5
- Agricultura e Abastecimento 31
- Casa Civil 59
- Cultura 81
- Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia e Inovação 127
- Desenvolvimento Social 165
- Direitos da Pessoa com Deficiência 191
- Educação 207
- Emprego e Relações do Trabalho 231
- Energia e Mineração 251
- Esporte, Lazer e Juventude 279
- Fazenda 303
- Governo 343
- Habitação 375
- Justiça e Defesa da Cidadania 395
- Logística e Transportes 421
- Meio Ambiente 445
- Planejamento e Gestão 493
- Saneamento e Recursos Hídricos 527
- Saúde 561
- Segurança Pública 593
- Transportes Metropolitanos 615
- Turismo 651
- Procuradoria Geral do Estado 673
- Defensoria Pública do Estado 697

Ministério Público 753

Poder Legislativo

- Assembleia Legislativa 759
- Tribunal de Contas do Estado 761

Poder Judiciário

- Tribunal de Justiça 765
- Tribunal de Justiça Militar 767

Número de Funcionários 769

Nota Explicativa 775

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA FAZENDA

Situação Econômico-Financeira do Governo do Estado de São Paulo

O relatório anual do Governo do Estado apresenta os principais resultados da gestão orçamentária e financeira de 2015, assim como o desempenho dos órgãos do governo quanto à execução de seus programas. Apesar do quadro econômico adverso, o Estado manteve receitas e despesas em níveis que garantiram o atendimento dos limites definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e produziu superávit primário que superou a meta estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Em função da gestão fiscal responsável, do contínuo aprimoramento da administração tributária e da gestão do gasto público, e de medidas que garantiram receitas extraordinárias, foi possível manter o nível de prestação de serviços à população, investimentos em projetos prioritários e cumprir com todos os pagamentos devidos, sem comprometer a responsabilidade fiscal e a sustentabilidade da dívida.

A contínua piora do cenário econômico brasileiro vem impactando negativamente as contas públicas. O Produto Interno Bruto brasileiro apresentou retração de 3,8% em 2015, após ter ficado praticamente estagnado em 2014[1] (crescimento de 0,1%), e os efeitos sobre a economia paulista têm sido ainda mais acentuados. No ano passado, o PIB paulista apresentou queda de 4,0%[2], fortemente afetado pela deterioração do desempenho da indústria.

As receitas totais do Governo do Estado de São Paulo alcançaram R$192,9 bilhões de janeiro a dezembro, apresentando crescimento nominal de 4,1% com relação ao ano anterior, o que equivale, em termos reais[3], a redução de 4,5%. As receitas tributárias, responsáveis por aproximadamente 75% da receita total, caíram 4% em termos reais, fortemente afetadas pela retração do setor industrial paulista, que teve sua produção física reduzida em 11% em 2015[4]. Além da receita tributária, houve queda real nas receitas não tributárias, de 5,7%, sendo que as Transferências Federais recuaram 1,9%.

Enquanto a baixa atividade econômica foi fator determinante da retração das receitas, a alta inflação aumentou os custos de serviços prestados à população. A inflação, medida pelo IPCA, foi de 10,7%[5] no ano.

Diante da rápida deterioração econômica nacional e com objetivo de garantir o equilíbrio das contas públicas, a Administração Estadual determinou o contingenciamento de R$6,5 bilhões do orçamento do ano, equivalente a 10% dos gastos discricionários, sendo 60% em despesas de custeio e 40% de investimentos. Outras medidas implementadas para adequar as despesas públicas a valores menores de receita incluíram o determinado pelos Decretos nº 61.131 e 61.132, de 25 de fevereiro de 2015, referentes à redução e otimização de despesas de custeio e de despesas de pessoal. Dada a queda na arrecadação, o contingenciamento definido no início do ano não foi revertido.

As despesas totais do Governo do Estado de São Paulo atingiram R$194,4 bilhões em 2015, representando aumento nominal de 4,6% em relação a 2014, equivalente em termos reais a uma redução de 4,0%. As despesas correntes tiveram redução real de 1,7%, e as despesas de capital foram 20,4% menores. Dentre as despesas correntes, os gastos com pessoal tiveram ligeiro aumento real de 0,7%, atingindo o valor de R$80,8 bilhões no ano, enquanto as Outras Despesas Correntes, que incluem os recursos destinados a custeio e as transferências constitucionais a municípios, caíram 3,1% em termos reais, chegando a R$84,1 bilhões. O efeito das medidas de contenção de gastos em 2015 foi significativo, como se pode observar também pela comparação com a evolução das despesas correntes totais no ano anterior – em 2014, a redução real de gastos correntes totais foi de 0,5% em relação a 2013, menos de um terço da redução observada em 2015.

[1] http://www.bcb.gov.br/?INDECO

[2] http://www.seade.gov.br/pibmensal

[3] Variações reais apresentadas nesta seção utilizam o IPCA como deflator

[4] www.sidra.ibge.gov.br/bda/indust/default.asp?t=2&z=t&o=22&u1=1&u2=3&u3=1&u4=1&u5=1&u6=1&u7=1&u8=1&u9=1&u10=1

[5] http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1419&z=t&o=20&i=P

Grande parte desse efeito decorreu do menor ritmo de aumento das despesas de pessoal e da continuidade da contenção dos gastos de custeio.

As contas estaduais do ano apresentaram bons resultados em decorrência das políticas austeras de gestão do gasto, aprimoramentos na fiscalização tributária e obtenção de receitas extraordinárias, tendo sido cumpridos todos os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. A proporção das despesas de pessoal do Poder Executivo sobre a Receita Corrente Líquida (RCL) foi 46,28%, o qual apesar de próximo, ficou abaixo do limite prudencial. A despesa de pessoal total, incluindo os outros Poderes, alcançou 53,44% da RCL, com gastos do Judiciário, Legislativo e do Ministério Público abaixo dos limites estabelecidos na LRF. A dívida consolidada líquida alcançou 168% da RCL, abaixo do limite definido por Resolução do Senado Federal, de 200%. O valor de garantias e operações de crédito sobre a RCL alcançaram, respectivamente, 3,6% e 4,34%, significativamente abaixo dos limites definidos pelo Senado Federal.

Em relação às metas da LDO, cumpriu-se o objetivo de resultado primário, que foi positivo em R$5,1 bilhões, portanto atendendo, e superior, à meta de R$1,2 bilhão. O resultado nominal, que equivale ao aumento da dívida fiscal líquida, foi de R$36,2 bilhões e ficou acima do máximo previsto na LDO, de R$26,6 bilhões. A alta inflação, o fraco desempenho da economia e a forte desvalorização do real, tiveram impacto negativo sobre a evolução desse resultado. O índice IGP-DI, utilizado na correção da principal parcela da dívida estadual, renegociada com a União no âmbito da Lei 9.496/97, foi de 10,1% em 2015, valor superior em 7 pontos percentuais ao índice de 2014. O real foi desvalorizado em 47% perante o dólar, afetando o estoque da dívida indexada ao câmbio.

Nas seções a seguir, detalha-se as contas paulistas, focando nas principais fontes de receita, principais despesas, e na evolução da dívida.

1. RECEITAS

As receitas do Governo do Estado de São Paulo apresentaram, em termos reais, retração de 4,5% em 2015. Enquanto as receitas correntes recuaram 4,9%, afetadas principalmente pelo desempenho da receita tributária e, dentre estas, majoritariamente pelo ICMS, as receitas de capital tiveram crescimento real de 4,2%. As operações de crédito totalizaram R$6 bilhões no ano, valor R$500 milhões inferior ao observado em 2014, mas ainda assim importante fonte de receita para investimentos. Além dos financiamentos, o Estado realizou receita de capital adicional, incluindo operação da Companhia Paulista de Securitização (CPSEC), com captação de R$756 milhões por meio da 3ª emissão de debêntures com garantia real em direitos creditórios do Programa Especial de Parcelamento (PEP) do ICMS e a venda de participações societárias minoritárias detidas pelo Estado.

RECEITAS TOTAIS

R$ milhões

	2014	2015	Diferença	Variação	
				Nominal	Real
Receitas Totais	**185.315,9**	**192.876,3**	**7.560,4**	**4,1%**	**-4,5%**
Receitas Correntes	177.532,3	184.033,8	6.501,5	3,7%	-4,9%
Receitas de Capital	7.783,6	8.842,5	1.058,9	13,6%	4,2%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (http://www.fazenda.sp.gov.br/execucao/default_rs.shtm)

Impostos

A principal fonte de receitas do Governo é o ICMS. Historicamente, este imposto representa quase dois terços de todas as receitas do Estado, condição privilegiada que garante bom nível de autonomia financeira. Em 2015, o ICMS representou 85% das receitas tributárias e 63% das receitas totais do Estado.

O ICMS é fortemente correlacionado com o desempenho da economia. Segundo as mais recentes estimativas da Secretaria da Fazenda do Governo do Estado de São Paulo, uma queda do PIB nacional de um ponto percentual reduz a receita do ICMS em 1,3%. A arrecadação do ICMS em 2015 foi 5,3% menor, em termos reais, na comparação com 2014, alcançando R$121 bilhões. Esse resultado negativo decorre, em grande parte, do desempenho do setor industrial paulista, responsável

por 32,3% da arrecadação de ICMS no estado em 2015 e cuja produção física encolheu 11%[6] no ano. Entre 2014 e 2015, houve redução real de 10,7% no ICMS arrecadado com origem nesse setor. Outros fatores também influenciaram negativamente a arrecadação do imposto. Na comparação com 2014, o ICMS recolhido do setor de comércio e serviços foi menor em 8,6% em termos reais, condizente com o desempenho desses setores. Conforme indicado pelas vendas do comércio varejista e pelo volume de serviços de São Paulo, estas apresentaram queda de 4,6% e 3,0% no ano, respectivamente[7]. Somente a arrecadação de ICMS do setor de preços administrados teve aumento real em 2015, de 7,8%. Este setor respondeu por 32,3% do total arrecadado desse imposto no ano. O resultado obtido refletiu a evolução dos preços do setor de energia elétrica, cujas tarifas perceberam forte aumento a partir de março de 2015, o que resultou em aumento real de quase 50% no ICMS recolhido desse setor, compensando o fraco desempenho da arrecadação de comunicações e combustíveis, que compõem o grupo de preços administrados.

R$ milhões

	2014	2015	Diferença	Variação	
				Nominal	Real
Receitas Tributárias	**136.064,8**	**142.158,0**	**6.093,2**	**4,5%**	**-4,2%**
ICMS	117.143,2	121.002,9	3.859,7	3,3%	-5,3%
IPVA	12.578,3	13.632,1	1.053,8	8,4%	-0,6%
ITCMD	1.706,3	2.372,7	666,4	39,1%	27,5%
Outras Receitas Tributária	4.636,9	5.150,3	513,3	11,1%	1,9%

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (http://www.fazenda.sp.gov.br/execucao/default_rs.shtm)

O segundo imposto estadual mais importante, o IPVA, teve retração de 0,6% em termos reais, alcançando R$13,6 bilhões. O desempenho da arrecadação de IPVA está relacionado à desaceleração do crescimento da frota. De fato, segundo dados da FENABRAVE, em 2015 houve uma redução de 21,9% na quantidade de veículos emplacados no Brasil[8]. Várias ações de aprimoramento da arrecadação do IPVA contribuem para a contenção do impacto negativo da desaceleração do crescimento da frota. Em 2015, foram implementadas ações de racionalização da cobrança administrativa do IPVA vencido e de fiscalização de veículos com placas de outro estado que deveriam ter recolhido o IPVA para São Paulo. O resultado positivo do ITCMD decorre em grande parte de várias medidas que aprimoraram a sua fiscalização.

Os programas de parcelamento de débitos de tributos incluindo o Programa Especial de Parcelamentos (PEP) de débitos de ICMS, e o Programa de Parcelamentos de Débitos (PPD), que promoveu a regularização de débitos de IPVA e ITCMD, taxas e outros débitos não tributários, resultaram na arrecadação de R$2,7 bilhões em 2015.

No tocante aos impactos de alterações legislativas sobre a arrecadação de tributos, merecem destaque, por terem entrado em vigor, a Lei Complementar 147/2014 e a Emenda Constitucional 87/2015.

A aprovação da Lei Complementar 147/2014 no Legislativo Federal restringe a um determinado rol de mercadorias e operações a aplicação do regime de substituição tributária (ST) quando estiverem envolvidos contribuintes optantes pelo Simples Nacional. Adicionalmente, formalizou-se no âmbito do Confaz, o Convênio ICMS 92/2015, que estende aos contribuintes enquadrados no regime periódico de apuração o mesmo tratamento a ser observado pelos contribuintes do Simples Nacional, buscando-se uniformizar a sistemática da substituição tributária. Estima-se que as perdas de arrecadação de ICMS devem ser da ordem de R$ 340 milhões em 2016.

A Emenda Constitucional 87/2015 instituiu a repartição do imposto nas operações interestaduais destinadas a não contribuintes do ICMS. Antes recolhido integralmente ao Estado de origem, o imposto nessas operações passa a ser gradualmente submetido, a partir de 2016, à sistemática de repartição de receitas de ICMS aplicável às operações com contribuintes. Para São Paulo, que concentra muitos distribuidores de produtos, a perda estimada de receita em 2016 seria de 1,2% da

[6] www.sidra.ibge.gov.br/bda/indust/default.asp?t=2&z=t&o=22&u1=1&u2=3&u3=1&u4=1&u5=1&u6=1&u7=1&u8=1&u9=1&u10=1

[7] http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/comercio/pmc/default.shtm

[8] http://www.fenabrave.org.br

arrecadação de ICMS do ano, equivalente a R$1,36 bilhão, e chegaria a um máximo, em 2019, de 2,3% da arrecadação de ICMS.

Além destas, a alteração nos critérios de rateio dos royalties de petróleo, cuja vigência depende de avaliação do STF sobre sua constitucionalidade, diminui a perspectiva dessa receita para o Estado.

Receitas de Capital

Além dos impostos, vale destacar as receitas de capital que em 2015 totalizaram R$8,8 bilhões. As operações de crédito responderam pela maior parte destas receitas, com R$6,1 bilhões, o segundo maior valor realizado de financiamentos em um dado ano, somente menor que o observado em 2014. Receitas de alienação de bens somaram R$1,1 bilhão. Apesar das dificuldades do cenário nacional que limitou as novas operações de crédito para os governos subnacionais, foram contratadas em 2015 novas operações de crédito no valor total de R$ 2,3 bilhões, relativos a financiamentos de duas linhas do Metrô. As receitas de capital são direcionadas exclusivamente para investimentos e contribuíram para a execução de projetos prioritários como a extensão da Linha 5 do Metrô, o Rodoanel Norte, as obras de contorno da Tamoios, assim como obras em saneamento e construção de moradias.

Do valor de operações de crédito recebidos, 52% são referentes a operações de crédito externas, principalmente do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), enquanto o BNDES é o principal agente das operações internas. Merece destaque o valor de financiamento executado na expansão da Linha 5 do Metrô, de R$1,7 bilhão com recursos do BNDES e as obras do Rodoanel Norte, R$853 milhões com financiamento do BID.

A receita de Alienação de Bens é em grande parte devida à captação R$756 milhões pela 3ª emissão de debêntures com garantia real em direitos creditórios do Programa Especial de Parcelamento (PEP) do ICMS, pela Companhia Paulista de Securitização (CPSEC). Além desta, houve a alienação de participações societárias minoritárias detidas pelo Estado, no valor aproximado de R$306 milhões.

2. Despesas

Em relação às despesas, o Governo do Estado de São Paulo apresentou retração real de 4,0%. Houve redução tanto nas despesas correntes, que recuaram 1,7%, quanto nas de capital, 20,4% inferior, em termos reais, com referência a 2014.

R$ milhões

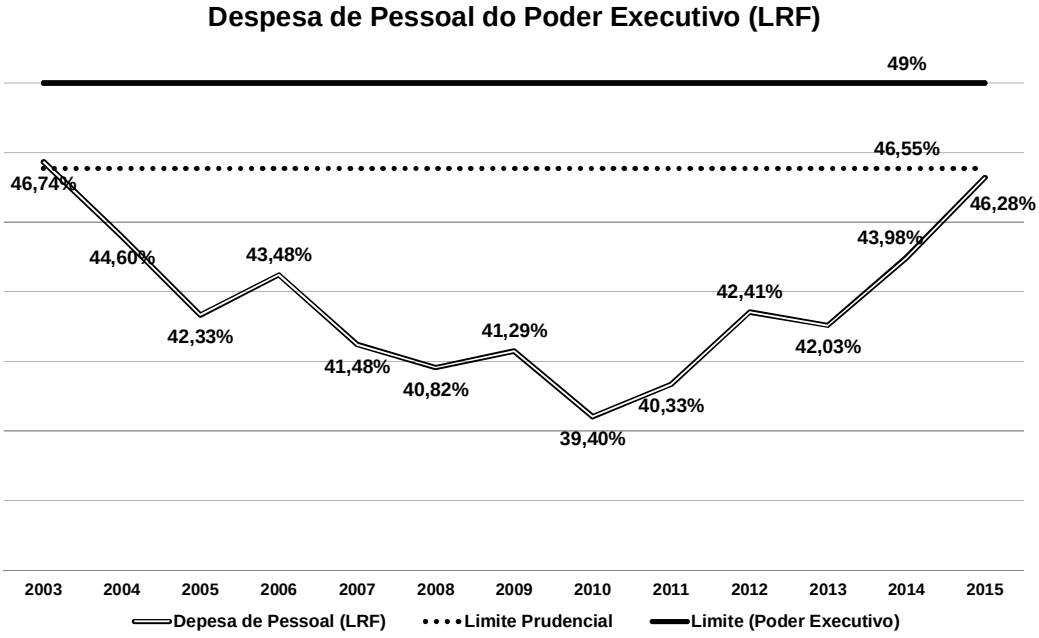
	2014	2015	Diferença	Variação	
				Nominal	IPCA
Despesa Total	**185.671,4**	**194.416,2**	**8.744,8**	**4,7%**	**-4,0%**
Despesas Correntes	**162.821,5**	**174.581,6**	**11.760,1**	**7,2%**	**-1,7%**
Pessoal e Encargos Sociais	73.613,0	80.815,6	7.202,6	9,8%	0,7%
Juros e Encargos da Dívida	9.592,1	9.683,2	91,2	1,0%	-7,4%
Outras Despesas Correntes	79.616,4	84.082,7	4.466,3	5,6%	-3,1%
Transferências a Municípios	37.447,3	38.860,9	1.413,6	3,8%	-4,8%
ODC exceto transferências	*42.169,1*	*45.221,9*	*3.052,7*	*7,2%*	-1,6%
Despesas de Capital	**22.849,9**	**19.834,6**	**-3.015,3**	**-13,2%**	**-20,4%**

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (http://www.fazenda.sp.gov.br/execucao/default_rs.shtm)

Nota: Exclui receitas e despesas intra-orçamentárias

Pessoal

Os gastos com pessoal tiveram ligeiro aumento real, de 0,7%, atingindo o valor de R$80,8 bilhões no ano, enquanto a receita corrente teve queda real de 4,9%. O forte aumento observado na relação entre as Despesas de Pessoal e a Receita Corrente Líquida (RCL), que alcançou em 2015 46,28%, frente a 43,98% em 2014, decorre principalmente da queda da RCL. De acordo com a Lei Complementar 101, o limite fiscal para despesas de pessoal do Poder Executivo é de 49% da RCL, e limite prudencial de 46,55%.



Outras Despesas Correntes

Além das despesas de pessoal, a evolução das Outras Despesas Correntes (ODC), que incluem os recursos destinados a custeio e às transferências constitucionais a municípios, afeta significativamente o desempenho das despesas. Em 2015 as ODC totalizaram R$84,1 bilhões, o que representou retração de 3,1% em termos reais em relação ao ano anterior. Se excetuadas as transferências constitucionais a municípios, o valor total de custeio em 2015 foi de R$45,2 bilhões, representando redução de 1,6% na comparação com o ano anterior, descontada a inflação do período. Ressalte-se que em 2014 o custeio já havia sido reduzido em 2,8%, em termos reais, portanto a retração adicional em 2015 ocorreu sobre uma base já reduzida, indicando que as políticas de contenção de gastos de custeio têm sido efetivas.

O resultado obtido em 2015 pode ser atribuído em grande parte ao esforço realizado pela administração estadual para limitar os gastos de custeio, especialmente em áreas não relacionadas aos serviços de saúde, educação e segurança, conforme estabelecido pelo contingenciamento de R$6,5 bilhões do orçamento do ano, 60% dos quais em despesas de custeio, e pelo Decreto nº 61.131, de 25 de fevereiro de 2015, referente à redução e otimização de despesas de custeio. Estas medidas estão em linha com a necessidade de controle dos gastos para assegurar o equilíbrio fiscal.

As despesas de custeio das áreas de saúde, segurança e educação incluindo o ensino básico, técnico e as universidades, compõem aproximadamente 60% do total do custeio. As três maiores em relação a custeio são as Secretarias da Saúde, de Educação, e Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia – que responde inclusive pelas universidades e pelo ensino técnico, e todas apresentaram redução real de custeio. Na Saúde a redução foi de 1%, descontada a inflação, enquanto na Educação o resultado foi ainda mais acentuado, com redução de 4,3%, resultado do esforço de contenção de gastos e da vinculação de recursos à receita de impostos, cujo valor foi negativamente afetado pela situação econômica. Na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, à qual estão vinculadas as universidades e ensino técnico, a redução foi de 2,2% reais. Cabe notar que a redução foi ainda mais significativa em secretarias menores, que representam mais de 20% dos gastos totais de custeio, e que não são relacionadas aos serviços essenciais de saúde, educação e segurança. Neste grupo houve redução de 6,8% em termos reais, conforme indicado na tabela abaixo na linha “Outras”.

Outras Despesas Correntes –

Contribuição das Principais Secretarias para Variação do Ano

R$ milhões

	2014	2015	Variação Real
Outras Despesas Correntes exceto Transferências a Municípios	**42.169,13**	**45.221,86**	**-1,6%**
Secretaria da Saúde	12.676,31	13.688,40	-1,0%
Secretaria da Educação	9.480,65	9.895,23	-4,3%
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação	3.915,81	4.176,60	-2,2%
Administração Geral do Estado	1.741,21	2.140,55	12,8%
Tribunal de Justiça	1.640,67	1.916,92	7,2%
Secretaria da Segurança Pública	1.559,09	1.897,61	11,6%
Secretaria dos Transportes Metropolitanos	1.601,97	1.799,78	3,0%
Outras	9.553,42	9.706,77	-6,8%

Fonte: SIAFEM

A análise de custeio também pode tomar como base os gastos por grupos de despesa, conforme descrito na tabela abaixo. Dentre os oito elementos de despesa mais relevantes, que representam em torno de 60% da despesa, cinco apresentaram redução em termos reais no ano de 2015. Dentre os que aumentaram, o único que cresceu significativamente foi o gasto com serviços de utilidade pública, que cresceu 14,6% descontada a inflação, e que decorre do forte aumento das tarifas de energia elétrica no ano - aumento de 60% nominais. Destacam-se entre as despesas que apresentaram redução real, as de Outros Serviços de Terceiros, 20,8% inferior ao ano anterior e que inclui gastos com serviços de informática, publicidade, manutenção de imóveis, entre outros, e Material de Consumo, com redução real de 8,5%, que inclui de gêneros alimentícios a material de escritório.

Outras Despesas Correntes – Grupos de Despesas

R$ milhões (nominais)

	2014	2015	Variação Real
Outras Despesas Correntes exceto Transferências a Municípios	**42.169,13**	**45.221,86**	**-1,6%**
Contribuições	4.661,99	5.304,31	4,4%
Subvenções Sociais	5.005,40	4.914,54	-9,9%
Organizações Sociais	3.850,56	4.141,38	-1,4%
Material de Consumo	3.988,68	3.980,52	-8,5%
Outros Serviços de Terceiros	2.788,93	2.407,24	-20,8%
Serviços de Limpeza, Vigilância e Ourtros	1.922,47	2.123,59	1,3%
Sentenças Judiciais	1.960,30	1.903,86	-10,9%
Serviços de Utilidade Pública	1.220,37	1.524,76	14,6%
Outras	16.770,42	18.921,67	3,5%

Fonte: SIAFEM

Investimentos

No ano de 2015 foram investidos R$16 bilhões, incluindo recursos orçamentários e recursos próprios das empresas estatais. Os investimentos com recursos do Orçamento (incluindo os aportes de capital com recursos orçamentários para investimento nas empresas estatais) chegaram a R$ 12,6 bilhões, aos quais são somados R$ 3,4 bilhões investidos com recursos próprios de empresas estatais. Este valor foi 23,8% menor que o realizado em 2014, refletindo a queda de receita do governo estadual decorrente da deterioração econômica nacional, a restrição para novas contratações de financiamentos e a redução das transferências da União para investimento. Diante da necessidade de garantir o equilíbrio das contas públicas, a Administração determinou, no início do ano, contingenciamento da ordem de R$2,6 bilhões nos recursos destinados a investimentos. Além

disso, vários financiamentos previstos para contratação no ano não puderam ser realizados devido às limitações determinadas pelo Governo Federal para novas operações de crédito de governos subnacionais. No entanto, apesar da redução de receitas, foi possível manter o nível de investimento dos últimos 8 anos, o qual já estava em patamar significativamente superior aos valores executados anteriormente.

INVESTIMENTOS

R$ milhões

	2014	2015	Variação (%)
Investimentos	12.637,5	8.788,1	-30,5%
Inversões Financeiras Primárias [1]	4.343,9	3.762,8	-13,4%
Empresas Estatais Não-Dependentes [2]	4.003,3	3.433,3	-14,2%
Total	**20.984,7**	**15.984,2**	**-23,8%**

Fonte: SEFAZ / SPG

Notas: 1) Aumento de capital das empresas para que sejam feitos investimentos

2) Investimentos feitos com outras fontes de recurso (recursos próprios, operações de crédito e outras fontes) que não a fonte Tesouro.

O montante realizado de investimentos com financiamento em 2015 só foi menor que o valor de 2014, pois as operações já contratadas foram executadas ao longo do ano. Além dos financiamentos que já estavam em execução, foram contratadas duas novas operações de crédito em 2015 no valor total de R$ 2,3 bilhões, relativos a financiamentos de linhas do Metrô. Além das operações de crédito, outras receitas de capital, como a captação de R$756 milhões pela 3ª emissão de debêntures em direitos creditórios do Programa Especial de Parcelamento (PEP) do ICMS, e a venda de participações societárias minoritárias, compuseram as receitas destinadas a investimentos. Apesar da redução de receita, a destinação de recursos para obras já iniciadas possibilitou ao Estado avançar nas obras prioritárias de infraestrutura.

Dentre os principais projetos executados com financiamentos, merecem destaque a expansão da Linha 5 do Metrô, que contou com R$1,7 bilhão de recursos do BNDES , as obras do Rodoanel Norte e do Programa de Investimento Rodoviário do Estado, que realizaram juntos R$1,6 bilhão de financiamentos do BID, o prolongamento da linha 2 do Metrô, as Linhas 15 e 17 do Metrô, trens e sistemas para a malha ferroviária da CPTM.

.

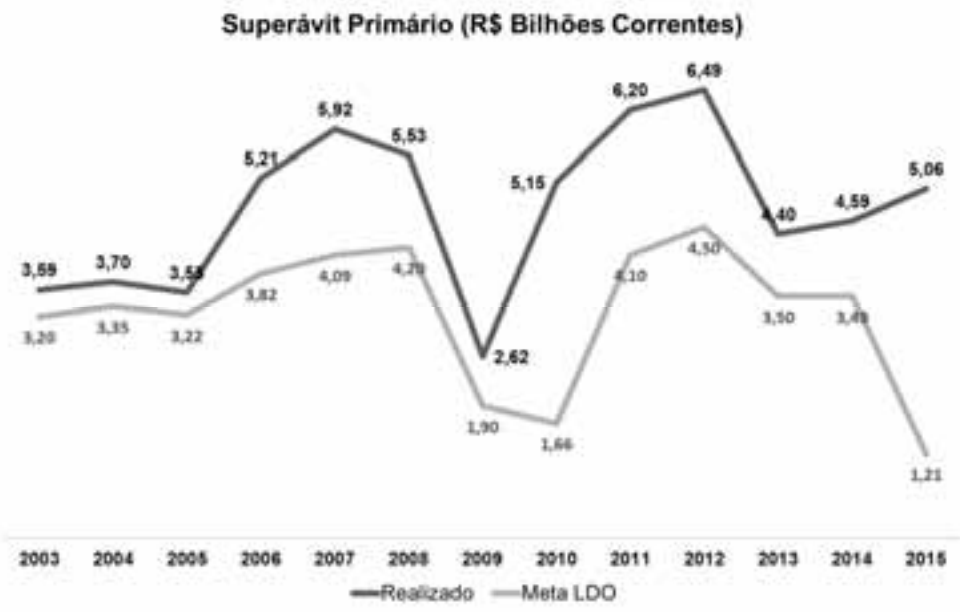
A Secretaria de Transportes Metropolitanos executou o maior volume de investimentos em 2015, chegando a R$5,1 bilhões, incluindo recursos próprios das empresas. Neste valor estão incluídas as obras do Metrô, na rede de trens urbanos da CPTM e no transporte de ônibus metropolitanos da EMTU. A Secretaria de Logística e Transportes respondeu pelo segundo maior volume de recursos aplicados, R$3 bilhões. Esta Secretaria é responsável pelas obras do Rodoanel Norte, da Tamoios e de modernização da rede rodoviária. Em saneamento foram investidos R$2,5 bilhões e em habitação R$1,7 bilhão. Do total investido, foram executados R$3,4 bilhões de investimentos por empresas estatais com recursos próprios.

O Estado também conta com Parcerias Público Privadas (PPPs) para avançar em contratações de obras de infraestrutura. As PPPs, representam uma forma adicional disponível ao Estado para garantir financiamento privado para o exercício de finalidades e necessidades públicas, tais como obras de infraestrutura e a operação de serviços públicos, contando com o compartilhamento de riscos. Através do programa de PPP, o Estado de São Paulo já contratou investimentos no valor total de R$25 bilhões.

O programa de PPPs do Estado de São Paulo conta hoje com 11 contratos assinados. A participação do total de investimentos (público e privados) dos projetos assinados corresponde a 1,65% do PIB estadual, incluindo os projetos de responsabilidade das empresas não dependentes. A lista inclui a Linha 4 do Metrô, primeira PPP assinada; a Linha 18 do Metrô, com tecnologia de Monotrilho; os Complexos Hospitalares, para construção, fornecimento de equipamentos, manutenção e gestão de serviços em três Complexos Hospitalares em São Paulo, Sorocaba e São José dos Campos; o contrato da Rodovia dos Tamoios e contornos, que contempla a duplicação do trecho da Serra e a operação e manutenção do conjunto da rodovia e dos contornos de Caraguatatuba e São Sebastião; Linha 8 diamante da CPTM; o projeto da planta de Produção Américo Brasiliense –FURP; o Sistema Integrado Metropolitano da Baixada Santista; Moradias populares ; Linha 6 do Metrô e dois projetos da Sabesp, o sistema produtor São Lourenço e a estação de tratamento Taiaçupeba, do Alto Tietê.

3. Resultado Primário

No ano de 2015 o Governo do Estado de São Paulo apurou resultado primário de R$ 5,1 bilhões, no conceito LRF (acima da linha), valor este superior à meta estipulada na LDO, de R$1,2 bilhão. A obtenção de resultados primários mantém a dívida estável e possibilita a ampliação de limites para novos financiamentos. O Estado de São Paulo sempre cumpriu, e superou, suas metas fiscais, conforme demonstra o gráfico abaixo. Em 2015, o bom resultado primário foi possível apesar da queda das receitas de impostos decorrente da grave situação econômica, e devido aos esforços da Administração estadual para conter gastos, implementar aprimoramentos na fiscalização tributária e para obter receitas extraordinárias.



4. Dívida

Dentre os limites definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal inclui-se a relação entre dívida e receita. A LRF estipula que a dívida consolidada líquida (DCL) do Estado não deve ser superior a 200% de sua receita corrente líquida (RCL). Em 2015, o valor da dívida consolidada líquida atingiu R$ 235,7 bilhões e a proporção DCL/RCL atingiu 1,68. O Governo do Estado tem apresentado há alguns anos uma trajetória de queda da relação DCL/RCL, mas nos últimos dois anos essa relação aumentou de 1,42 em 2013, para 1,68 em 2015. Neste último ano, houve aumento significativamente maior da dívida (DCL), de 17,5% nominais, enquanto a receita (RCL) cresceu 3,5%. Enquanto as receitas foram afetadas pelo fraco desempenho da economia, o estoque da dívida foi impactado pela alta inflação e pela forte desvalorização do real, ambos com impacto negativo sobre a evolução da trajetória DCL/RCL.

O maior componente da dívida consolidada refere-se ao Programa de Ajuste Fiscal (Lei 9.496/97), que autorizou a União a assumir a Dívida Pública dos Estados e Distrito Federal. A dívida do Estado de São Paulo sob a égide da Lei 9.496 é corrigida pelo IGP-DI, além de juros de 6% ao ano. A variação do IGP-DI foi de 10,1% em 2015, valor superior em sete pontos percentuais ao índice de 2014. O estoque dessa parcela da dívida atingiu R$218,6 bilhões, valor 10% maior que o de 2014. A alta desvalorização do real no ano, de 47% perante o dólar, também afetou o estoque dos contratos indexados ao câmbio, que representam 9% do total da dívida e que apresentaram aumento de 56%, atingindo R$24,4 bilhões.

A Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014 alterou a taxa de juros e a atualização monetária da dívida que o Estado tem com a União (Lei 9.496), que passará a ser calculada pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), limitados à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custodia (SELIC) e com juros de 4% ao invés de 6% ao ano. No entanto, a eficácia da LC 148 depende de formalização dos aditivos contratuais. Quando isto ocorrer, essa alteração não acarretará redução imediata no fluxo de serviço da dívida para o Estado de São Paulo, o que só deve ocorrer a partir de 2027, mas implicará de imediato em uma redução do estoque. Assim, a relação entre dívida consolidada líquida e receita corrente líquida, que já está abaixo do limite estabelecido pela LRF, poderá acelerar o ritmo de queda, o que possibilitará a ampliação da capacidade do Estado para financiar novos investimentos.

A dívida de precatórios, considerada para fins da LRF (posteriores a 5 de maio de 2000), aumentou de R$ 14,3 bilhões em dezembro de 2014 para R$16,4 bilhões em 2015. O pagamento de precatórios foi regido desde 1º de janeiro de 2010 até março de 2015 pelo Regime Especial de Pagamento de Precatórios, estabelecido pela Emenda Constitucional nº. 62/2009, que determina o pagamento mensal do valor correspondente a 1,5% da Receita Corrente Líquida (RCL), o que em 2015 somou R$ 2,1 bilhões. Além deste valor, R$ 295,7 milhões foram alocados para pagamentos de Obrigações de Pequeno Valor. Decisão de 2015 do Supremo Tribunal Federal sobre o regime especial de

pagamento de precatórios definiu um prazo mais curto para o pagamento do estoque, em cinco anos a partir de 2016, assim como alteração dos índices de atualização do estoque, o que resulta em majoração da dívida. O impacto desta decisão sobre as finanças do Estado deverá ser de aumento da parcela da RCL a ser dedicada anualmente para pagamento dos precatórios.

Conclusões

Durante o ano de 2015, o Governo do Estado de São Paulo cumpriu todos os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Apesar da piora do cenário econômico, que teve forte efeito negativo sobre a arrecadação, o Governo do Estado produziu superávit primário que superou a meta estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e cumpriu com todos os pagamentos devidos.

Em função das políticas de austeridade mantidas desde 1995 e do contínuo aprimoramento da gestão fiscal e do gasto público, foi possível manter o nível de prestação de serviços à população e investimentos em projetos prioritários sem comprometer a responsabilidade fiscal e a sustentabilidade da dívida.

Demonstrativo das Despesas, Principais Indicadores e Atividades

Nas próximas seções do Relatório são apresentadas as informações relativas à execução orçamentária do exercício de 2015 do Poder Executivo, organizadas por Secretaria e suas entidades vinculadas, assim como para a Defensoria Pública. Com relação ao Ministério Público, ao Poder Legislativo e ao Poder Judiciário, são apresentadas tabelas com demonstrativos de despesas.

As informações referentes às atividades realizadas no ano foram encaminhadas pelas Secretarias tutelares e pela Defensoria Pública. Estas informações estão organizadas de acordo com os Programas e Ações da Lei Orçamentária de 2015, e apresentam as realizações e os recursos despendidos na sua execução. Os dados sobre execução orçamentária que constam das tabelas apresentadas para cada Secretaria e os demonstrativos de despesas dos outros Poderes, foram elaborados a partir de informações do SIAFEM.

O quadro de funcionários foi obtido do Sistema de Informações Pessoais, Reflexos e Encargos Sociais do Estado – SAS - Unificado.

PODER EXECUTIVO

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Secretaria da Administração Penitenciária

Execução Orçamentária por Grupo de Despesas

38000 - Secretaria da Administração Penitenciária

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**3.413.528.948,00**	**3.216.637.259,14**	**12.565.032,30**	**3.229.202.291,44**	**3.201.725.514,45**
Pessoal e Encargos Sociais	2.145.035.797,00	2.092.722.709,31	0,00	2.092.722.709,31	2.085.363.471,69
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.268.493.151,00	1.123.914.549,83	12.565.032,30	1.136.479.582,13	1.116.362.042,76
Despesas de Capital	**585.306.700,00**	**166.630.605,27**	**54.327.408,43**	**220.958.013,70**	**235.266.827,31**
Investimentos	585.306.700,00	166.630.605,27	54.327.408,43	220.958.013,70	235.266.827,31
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**3.998.835.648,00**	**3.383.267.864,41**	**66.892.440,73**	**3.450.160.305,14**	**3.436.992.341,76**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

38000 - Secretaria da Administração Penitenciária

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
3801 - Expansão e Modernização do Sistema Prisional	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.010.870,85**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	3.010.870,85
3811 - Custodia e Reintegração Social da População Penal Paulista, Egressos e Familiares	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**554,98**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	554,98
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3813 - Gestão da Custódia e Apoio à Reintegração Social da População Penal e Egressos	**3.998.835.648,00**	**3.383.267.864,41**	**66.892.440,73**	**3.450.160.305,14**	**3.433.980.915,93**
Despesas Correntes	3.413.528.948,00	3.216.637.259,14	12.565.032,30	3.229.202.291,44	3.201.724.959,47
Despesas de Capital	585.306.700,00	166.630.605,27	54.327.408,43	220.958.013,70	232.255.956,46
Despesa Total	**3.998.835.648,00**	**3.383.267.864,41**	**66.892.440,73**	**3.450.160.305,14**	**3.436.992.341,76**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

No exercício de 2015, até 31/12, a SAP recebeu 109.638 (cento e nove mil seiscentos e trinta e oito) pessoas presas, oriundas da SSP, o que representa uma média mensal de inclusão de 9.136 (nove mil, cento e trinta e seis) pessoas. Nas unidades carcerárias da SSP, atualmente, há apenas 2.355 (dois mil, trezentas e cinquenta e cinco) pessoas presas, sendo 2.765 (duas mil, setecentos e sessenta e cinco) do sexo masculino e 410 (quatrocentas e dez) do sexo feminino. Ressalta-se que, desse total, há presos civis dos 642 (seiscentas e quarenta e duas) são homens e 03 (três) mulheres que não foram recolhidos no sistema penitenciário, porque estão submetidos à prisão civil. Além, disso, esta Pasta, entre 01/01 a 30/12/2015 concedeu mais 374 (trezentas e setenta e quatro) vagas para outros órgãos/Estados (Polícia Federal, Exército, etc).

Programa 3813 – Gestão da Custódia e Apoio a Reintegração Social da População Penal e Egressos

Garantir a segurança da sociedade e a dignidade da pessoa humana durante sua permanência no sistema penitenciário e promover políticas públicas efetivas que viabilizem a reintegração social dos presos, internados e egressos, por meio de ações de educação, saúde, assistência social, qualificação profissional e trabalho.

Ações/Projetos

Projeto 2470 – Expansão da infraestrutura de Apoio à Custódia e a Reintegração

Descrição: Expansão da oferta de vagas com a construção de novas unidades prisionais e a ampliação de outras.

Produto/Meta: 3.072 vagas criadas

Realização: 5.506 vagas criadas (179%)

Para esse projeto estavam previstos a inauguração de 04 (quatro) unidades no ano de 2015 ou 3.072 vagas, porém não foram realizadas por atraso nas obras; todavia foram inauguradas 02 (duas) que haviam sido previstas para o ano de 2014. Exceção feita à unidade Penitenciaria de Taquarituba, cuja inauguração ocorreu no dia 26.12.2014, porém suas vagas foram computadas no exercício de 2015. Agregado à essas inaugurações, ampliamos as vagas no regime semiaberto de mais 3.202 (três mil, duzentas e duas).

Principais Realizações

Dando continuidade às ações visando à minimização do problema da superlotação vivenciado nas unidades prisionais que integram a Secretaria da Administração Penitenciária - SAP e, também, por que não dizer, nas Cadeias Públicas e nos Distritos Policiais vinculados à Secretaria da Segurança Pública - SSP, mantivemos em execução o Programa de Expansão e Modernização do Sistema Prisional Paulista que visa gerar aproximadamente 39,5 mil vagas, por intermédio da edificação de novas unidades prisionais em todo estado.

Obras finalizadas de 02 unidades prisionais que geraram 1.536 (um mil quinhentos e trinta e seis) vagas, sendo 768 (setecentas e sessenta e oito) vagas cada uma:
Penitenciária Masculina de Mairinque – inaugurada em 26/03/2015;
Penitenciária Feminina de Mogi Guaçu – inaugurada em 25/05/2015.

Obras em execução de 17 (dezessete) unidades prisionais que gerarão 13.056 (treze mil e cinquenta e seis) vagas, distribuídas em 14 (catorze) Centros de Detenção Provisória, 02 (duas) Penitenciárias Femininas e 01 (uma) Masculina com 768 (setecentos e sessenta e oito) vagas para cada uma:

Centro de Detenção Provisória de Aguaí;
Centro de Detenção Provisória de Álvaro de Carvalho;
Centro de Detenção Provisória de Caiuá;
Centro de Detenção Provisória de Gália I;
Centro de Detenção Provisória de Gália II;
Centro de Detenção Provisória de Itatinga;
Centro de Detenção Provisória de Lavínia;
Centro de Detenção Provisória de Limeira;
Centro de Detenção Provisória de Nova Independência;
Centro de Detenção Provisória de Paulo de Faria;
Centro de Detenção Provisória de Pacaembu I;
Centro de Detenção Provisória de Pacaembu II;
Centro de Detenção Provisória de Registro;
Centro de Detenção Provisória de Santa Cruz da Conceição;
Penitenciária Feminina de Votorantim;
Penitenciária Feminina de São Vicente;
Penitenciária Masculina de Florínea.

Programa de Ampliação de Vagas para o regime semiaberto

Essa expansão prevê a entrega de 10.711 (dez mil, setecentas e onze) vagas, das quais:
3.202 (três duzentas e duas) foram entregues entre janeiro a maio/2015, sendo:
78 (setenta e oito) vagas femininas e 3.124 (três mil, cento e vinte e quatro) masculinas;

1.128 (um mil, cento e vinte e oito) se encontram em obra, sendo 804 (oitocentas e quatro) vagas masculinas e 324 (trezentas e vinte e quatro) femininas;

Ação 6139 – Gestão Humana e Segura da Custódia

Gerenciamento dos serviços de segurança, controle disciplinar e fiscalização da execução e do desempenho das atividades cotidianas das unidades prisionais e hospitais de custódia e em seus arredores, a fim de dar cumprimento aos mandados de prisão, às penas restritivas de liberdade e das medidas de segurança detentivas aplicadas pelo Poder Judiciário.

Produto/Meta: 238.000 custodiados atendidos
Realização: 224.345 custodiados atendidos (94,3%)
Justificativa: Refere-se a média mensal realizada em 2015.

Principais Realizações

Automação Das Portas Das Celas

De janeiro a dezembro de 2015, 22 (vinte e duas) unidades receberam automação nas portas das celas e outras 06 (seis) unidades estão em processo de instalação. Destaca-se que, o projeto e a implantação do sistema de automação das celas nas unidades prisionais são executados por mão de obra funcional.

Monitoramento Eletrônico

Com relação ao monitoramento eletrônico de pessoas presas sob o regime semiaberto, por meio do uso de tornozeleiras, neste exercício, foram acompanhadas 9.390 (nove mil, trezentas e noventa) pessoas presas em saídas temporárias nas seguintes ocasiões: Dia das Mães: 2.617 (duas mil, seiscentos e dezessete); Páscoa: 1.746 (um mil, setecentos e quarenta e seis); Dia dos Pais: 3.414 (três mil, quatrocentos e catorze); Dia das Crianças: 1.613 (um mil, seiscentos e treze).

Além disso, diariamente, aproximadamente, 1.995 (um mil, novecentos e noventa e cinco) pessoas presas em regime semiaberto foram monitoradas quando saíram para trabalhar em empresas públicas, privadas, estabelecimentos comerciais, entre demais locais.

Bloqueadores de Sinais de Radiocomunicações

Há contrato firmado para instalação em 23 (vinte e três) unidades prisionais.

Unidades 100% bloqueadas (20) - Penitenciária II de Presidente Venceslau; CRP de Presidente Bernardes; Penitenciária de Getulina; Penitenciária I de Mirandópolis; Penitenciária de Casa Branca; Penitenciária de Valparaíso; Penitenciária I de Avaré; Penitenciária de Iperó; CDP de Campinas; CDP de Hortolândia; Penitenciária II de Mirandópolis; Penitenciária de Álvaro de Carvalho; Penitenciária de Ribeirão Preto; Penitenciária I de Serra Azul; CDP de São Vicente; Penitenciária I de São Vicente; Penitenciária I de Potim; Penitenciária II de Potim; CDP II de Guarulhos e CDP II de Chácara do Belém.

Unidades Prisionais em fase de aceite: 02 (duas) - Penitenciária I de Guarulhos e CDP IV de Pinheiros.

Unidade Prisionais com Bloqueador em ajuste 01 (uma) – Penitenciária Feminina de Santana.

Teleaudiências

Desde o início do projeto (agosto de 2005 a novembro de 2015 já foram realizadas 26.232 (vinte e seis mil, duzentos e trinta e dois) tele audiências e aproximadamente 22.189 (vinte e dois mil, cento e oitenta e nove) processos julgados por teleaudiência.

Por força da parceria firmada entre esta Secretaria, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – TJSP, Tribunal Regional Federal 3ª Região, Secretaria de Gestão Pública e a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP foi possível realizar de janeiro a 30 de novembro do ano de 2015, 7.314 (sete mil, trezentos e catorze) teleaudiências, possibilitando aceleração no julgamento dos processos e eliminação dos riscos de fugas e resgates de pessoa presas. São ao todo 66 (sessenta e seis) salas, sendo 41 (quarenta e uma) em unidades prisionais, 20 (vinte) em fóruns do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e 05 (cinco) em fóruns do Tribunal Regional Federal da 3ª Região – TRF3.

Escolta Armada de Presos pelos Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária – AEVP´s

A escolta de presos na Região Metropolitana do Estado tem sido realizada pelos Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária, em substituição à Polícia Militar, permitindo-se desta forma que o efetivo da referida organização exerça sua atividade fim, ou seja, a de proporcionar segurança à sociedade.
No período de 01/01 a 10/12/2015 realizaram-se na Região Metropolitana do Estado, 112.757 (cento e doze mil, setecentos e cinquenta e sete) escoltas armadas de presos, sendo: 61.390 (sessenta e um mil, trezentos e noventa) apresentações de presos a Fóruns; 4.989 (quatro mil, novecentos e oitenta e nove) à audiências de custódia; 4.888 (quatro mil, oitocentos e oitenta e oito) a hospitais; 8.344 (oito mil, trezentos e quarenta e quatro) à consultas médicas especializadas; 154 (cento e cinquenta e quatro) remoções interestaduais; 30.434 (trinta mil, quatrocentos e trinta e quatro) remoções entre unidades prisionais do Estado de São Paulo; e 2.558 (dois mil, quinhentos e cinquenta e oito) para atendimento de emergências e urgências.

Ação 6140 – Assistência ao Egresso e à Família

Apoio psicossocial e assistência direta ao egresso e estreitamento dos vínculos familiares, encaminhamentos para a rede social de apoio, parcerias com órgãos governamentais, instituições sem fins lucrativos e empresas privadas para desenvolvimento de projetos de capacitação profissional, inserção no mercado de trabalho e geração de renda, e acolhimento e suporte aos familiares dos egressos que residem na região.

Produto/Meta: 102.948 atendimentos à egressos
Realização: 134.040 atendimentos à egressos (130,2%)
Justificativa: Houve aumento da demanda e incremento nas ações de convencimento dos egressos e dos familiares a procura das Centrais de Atendimento.

Principais Realizações

Através da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania:
Assistência direta ao egresso contextualizado no seu âmbito familiar, com vistas à autonomia e postura cidadã para que possam retomar o convívio social mais amplo, desta forma, promovendo a reintegração social dos egressos do Sistema Prisional Paulista.

Egressos/Egressas: 111.253 (cento e onze mil, duzentos e cinquenta e três) atendimentos;
Familiares de Egressos/Egressas: 22.787 (vinte e dois mil setecentos e oitenta e sete) pessoas atendidas.

Ações socioeducativas e de geração de renda:
Programa Renda Cidadã: Total de 1.107 (um mil, cento e sete), sendo: 112 (cento e doze) egressos, 44 (quarenta e quatro) egressas e 951 (novecentos e cinquenta e um) familiares foram cadastrados para recebimento do benefício;

Programa Ação Jovem: Total de 221 (duzentos e vinte e um) atendimentos, sendo: 10 (dez) egressos, 03 (três) egressas e 208 (duzentos e oito) familiares foram cadastrados.

Programa Pró Egresso: Total de 3.202 (três mil, duzentos e dois) atendimentos, sendo: 2.762 (dois mil, setecentos e sessenta e dois) egressos, 343 (trezentos e quarenta e três) egressas e 97 (noventa e sete) familiares.

Programa de qualificação profissional Via Rápida da SDECTI: Foram inseridos 2.557 (dois mil, quinhentos e cinquenta e sete) egressos, sendo: 1.893 (um mil, oitocentos e noventa e três) egressos, 240 (duzentos e quarenta) egressas e 424 (quatrocentos e vinte e quatro) familiares.

Egressos cadastrados no **Programa Pró Egresso (Emprega São Paulo)** - www.sit.sp.gov.br, nas Unidades de Atendimento são 483 (quatrocentos e oitenta e três), sendo: 172 (cento e setenta e dois) egressos, 41 (quarenta e uma) egressas e 270 (duzentos e setenta) familiares.

Atualmente são 38 (trinta e oito) Centrais de Atenção ao Egresso e Famílias em funcionamento, localizadas em 36 (trinta e seis) municípios do Estado de São Paulo, tendo sido inauguradas neste exercício 06 (seis) Unidades de Atendimento.

Ação 6141 – Provisão de Serviços de Necessidades Materiais Básicas aos Custodiados

Fornecimento com qualidade e regularidade de serviços e materiais que garantam condições dignas ao custodiado, quanto à sua alimentação, higiene e alojamento, conforme estabelece o artigo 12 da Lei Federal n.º 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal.

Produto/Meta: 238.000 custodiados atendidos
Realização: 224.345 custodiados atendidos (94,3%)
Justificativa: Refere-se a média mensal realizada em 2015.

Principais Realizações
Atender toda a população prisional com materiais que suprem as necessidades básicas dos presos, no que se refere a alimentação, artigos de higiene e alojamento.

Ação 6142 – Provisão de Serviços de Atenção à Saúde dos Custodiados

Disponibilização de serviços de atendimento ambulatorial, psiquiátrico, odontológico, campanhas de vacinação e distribuição de medicamentos e execução de programas preventivos de doenças, nas unidades prisionais e hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico, bem como encaminhamentos para atendimento de média e alta complexidade.

Produto/Meta: 2.045.000 atendimentos realizados
Realização: 3.009.535 atendimentos realizados (147,2%)
Justificativa: Houve a realização de várias campanhas que culminou com um número maior de atendimentos, descritas no tópico abaixo.

Principais Realizações
Através da Coordenadoria de Saúde do Sistema Penitenciário:

A Coordenadoria de Saúde do Sistema Penitenciário no ano de 2015, promoveu por meio de seus Grupos e Centros Regionais de Saúde e Hospitais de Custódias as seguintes atividades:

Intranet
Em 21 de agosto de 2015, foi lançado um moderno e acessível instrumento virtual de comunicação interna, que permite acesso e troca de informações entre os servidores da Coordenadoria de Saúde e das Unidades Prisionais da SAP. Este canal de comunicação tem como objetivo facilitar a integração e atualização das equipes, favorecendo assim seu trabalho e garantindo um ambiente mais dinâmico e eficiente

Parcerias
Foi firmado Termo de Cooperação Técnica de forma voluntária a título gratuito entre a Secretaria da Administração Penitenciária por intermédio da Coordenadoria de Saúde do Sistema Penitenciário, *e* a Associação Civil de caráter filantrópico "Casa Assistencial do Amor e Misericórdia – CAAM" *em* 19/08/2015, para atendimento à saúde das crianças e bebês que se encontram no período de aleitamento materno com suas mães que estão em situação de Cárcere na Ala Materno Infantil da Penitenciária Feminina da Capital

Obras e Reformas dos Setores de Saúde
A Coordenadoria de Saúde finalizou umas e iniciou outras obras de reformas e adequações das áreas de saúde com recurso oriundo do Plano Nacional de Saúde das seguintes unidades:

Obras Finalizadas
Centro de Detenção Provisória de Suzano; Penitenciária II de Hortolândia; CDP "Nelson Furlan" de Piracicaba e Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto.

Obras Iniciadas
Centro de Detenção Provisória de Hortolândia e Centro de Detenção Provisória "Luís César Lacerda" de São Vicente.

O Grupo de Planejamento e Gestão de Atenção à Saúde da População Prisional promoveu:

Capacitações de Servidores de Saúde e Afins por meio de Videoconferências:

Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Resíduos de Serviços de Saúde
Realização: em 04 de maio de 2015, em parceria com a Escola de Administração Penitenciária e com o Programa Estadual de Gerenciamento de Resíduos de Saúde na Divisão de Meio Ambiente do Centro de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo.
Objetivo: sensibilizar e conscientizar os diretores de produção e dos núcleos de saúde, assim como os membros das CIPAS sobre a importância de gerenciar os detritos gerados nas unidades prisionais.
Palestrante: Vital de Oliveira Ribeiro Filho, arquiteto e coordenador do Programa Estadual de Gerenciamento de Resíduos de Saúde na Divisão de Meio Ambiente do Centro de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo.
Participantes: Aproximadamente 200 servidores da SAP participaram da videoconferência através dos polos de transmissão.

Vacinação Influenza
Realização: em 07 de abril de 2015, com o apoio da Secretaria de Estado da Saúde e da Escola de Administração Penitenciária.

Objetivo: Preparar as equipes de Saúde das Unidades Prisionais de todo o Estado para a Campanha de Vacinação contra o Influenza (H1N1) em parceria com a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo e a Escola de Administração Penitenciaria (EAP)
Palestrante: Dra. Helena Sato, Diretora de Imunização do C.V.E da Secretaria de Saúde, para orientação e atualização dos profissionais de Saúde da SAP.
Participantes: Todas as unidades prisionais por meio de polos de transmissão e streaming.

Oficina de Acolhimento, Ética e o Processo de Testagem do HIV por TR – Fluido Oral
Realização: 12 oficinas em parceria com o Centro de Referência e Treinamento em DST/AIDS e a Escola de Administração Penitenciária.
Objetivo: Capacitar servidores da Secretaria para a testagem de HIV/AIDS por meio de testes Rápidos por Fluido Oral tanto nos aspectos técnicos da aplicação quanto nos aspectos éticos.
Metodologia: Oficinas presenciais com duração de 08 horas cada uma.
Público Alvo: Servidores da SAP em diversas áreas de atuação
Regionais: Coremetro e Corevali
Participantes: 364 servidores.

Teste Rápido de HIV por Punção Digital
Realização: 2 turmas realizadas em parceria com a Escola de Administração Penitenciaria.

Objetivo: Capacitar profissionais da Região Metropolitana da SAP, com formação superior em Saúde, em Testes Rápido de Punção Digital, por meio de complementação da Oficina de Acolhimento, Ética e o Processo de Testagem do HIV por TR. Fluido Oral.
Metodologia: Aulas presenciais e práticas com duração de 05 horas cada uma.
Público-alvo: profissionais de saúde da SAP da região Metropolitana do estado, com nível superior em Saúde, que participaram da “Oficina de Acolhimento, Ética e o Processo de Testagem do HIV por TR – Fluido Oral” oferecida pelo GPGASPP.
Regional: Coremetro
Participantes: 30 servidores

Testes Rápidos Anti-HIV, Sífilis e Hepatites na Região Central
Realização: 1 turma realizada em parceria da Diretoria de Saúde da Região Central com a Escola de Administração Penitenciaria
Objetivo: Capacitar os Servidores de Saúde da SAP a utilização dos testes rápidos de HIV, Sífilis e Hepatite.
Metodologia: Aulas presenciais e práticas com o total de 24 horas aula

Público-alvo: profissionais de saúde da SAP, da região Central do estado, com nível superior em Saúde.
Participantes: Total de 22 participantes, sendo 16 servidores da Secretaria da Administração Penitenciária e 6 servidores municipais – que atuam para a SAP através de parceria firmada com o Centro de Referência e Treinamento DST/AIDS que atua junto aos municípios.

Intersetorialidade e Parcerias para Capacitações
CRR, UDED, DIMESAD, UNIFESP.
Implementação de Processos Formativos por meio do Centro Regional de Referência, para agentes e trabalhadores atuantes no campo das políticas sobre drogas

Participação na elaboração do projeto de capacitação com previsão de 42 vagas para a SAP nos módulos:
1.Contextos de usos e dependências de drogas (20 vagas);
2. Demanda Hospitalar e Maternidades (1 vaga);
3. Intervenção Breve (1 vaga); Redes e Projetos (20 vagas).
Inicialmente voltado às unidades da Capital e Grande São Paulo
Aguardando definição de liberação de verba para implementação em 2016.

UNESP- BOTUCATU; Fundação para o Desenvolvimento Hospitalar
Tratativas em andamento para: Capacitação em atenção à "Dependência Química".
Destinado aos Técnicos de Assistência à Saúde, em 108 vagas divididas em 3 turmas de 36 alunos por turma. Composto por aulas teóricas, elaboração de projetos e supervisão de implementação de projetos. Específicos inicialmente para as unidades da Capital e Grande São Paulo.

Campanhas Educativas e Informativas

Autoexame de Mama
Em janeiro de 2015 o Grupo de Planejamento e Gestão de Atenção à Saúde da População Prisional – GPGASPP, disponibilizou para todas as Unidades Prisionais do Estado de São Paulo placas informativas sobre como fazer corretamente o autoexame de mama, tendo como finalidade o alerta à importância da prevenção do câncer de mama. Foram afixadas nas Unidades em locais de fácil visualização, tanto para as reeducandas, quanto para as mulheres visitantes. O autoexame é um método simples e caseiro para detectar a presença de anormalidade nas mamas. É comprovado que a detecção precoce da doença aumenta as chances de cura.

Combate à Proliferação do Mosquito Aedes Aegypti
No mês de abril o Grupo de Planejamento e Gestão de Atenção à Saúde da População Prisional – GPGASPP, criou e distribuiu cartazes informativos de prevenção às doenças provocadas pela picada do *Aedes Aegypti*, fossem elas: Dengue e Febre Chikungunya, com o objetivo de alertar e apoiar as ações de conscientização dos cuidados necessários para se evitar a proliferação do mosquito nas Unidades Prisionais da SAP.

Em dezembro de 2015, numa reedição dos informes, motivada pela a iminência de um grande alastramento das doenças provocadas por ele bem como pelo advento possível da Febre Zika, foram produzidos novos cartazes e folhetos além de ter sido emitida uma Nota Técnica com rico material informativo, destinada aos Centros Regionais de Saúde para orientação à todas as Unidades Prisionais do Estado.

Picadas de Escorpião
Motivada pela infestação de Escorpiões do tipo *Tytus Serrulatus* em algumas regiões do Estado de São Paulo, particularmente nas quais se encontram diversas unidades prisionais, foi emitida

Nota Técnica direcionada aos Diretores de Saúde das unidades, contendo informações sobre as condições de proliferação do artrópode invertebrado, bem como, com orientações e encaminhamentos possíveis em caso de acidentes.

"Mulheres de Peito"

A Coordenadoria de Saúde em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde, inseriu as unidades femininas no Programa "Mulheres de Peito". Carretas móveis equipadas com aparelhos de mamografia e ultrassonografia e demais exames necessários, visitaram diversas Unidade Femininas realizando os exames. As mulheres privadas de liberdade bem como as servidoras de algumas localidades foram atendidas desde que fazendo parte do perfil estabelecido pela Secretaria da Saúde. Tendo sido encaminhados todos os casos pertinentes a atendimento na rede de Assistência local

Embora a Campanha tenha sido iniciada em 08/12/2014, estendeu-se até 24/07/2015 com o intuito de atende o maior número possível de mulheres em privação de liberdade.
Total de Unidades Femininas contempladas com exames: 16
Total de privadas de liberdade que realizaram a mamografia: 2.204
Total de servidoras das Unidades Femininas e de outras Unidades próximas que realizaram a mamografia: 419
Total de ultrassonografias de mama realizadas: 152
Total de biópsias realizadas: 36

Vacinação contra Influenza

A Coordenadoria de Saúde, em parceria com a Secretaria de Saúde e os municípios nos quais estão sediadas unidades prisionais realizaram em respeito ao calendário da vacinação contra influenza no Sistema Prisional Paulista, iniciou oficialmente no dia 18/05/2015 e teve sua conclusão em 19/06/2015.

Total de privados de liberdade vacinados: 141.679 (cento e quarenta e um seiscentos e setenta e nove) = 64,36%
Total de servidores vacinados: 19.072 (dezenove mil e setenta e dois) = 53,24%

Teste rápido por Fluido Oral para HIV nas Unidades Masculinas da SAP.

A Coordenadoria de Saúde em parceria com o CRT/Aids deu início a um projeto de testagem da população masculina nas unidades de todo o Estado. Nos meses de setembro, outubro e novembro foram testados em 14 unidades da COREMETRO tendo sido aplicados 21.230 (vinte e um mil duzentos e trinta) testes rápidos, sendo todos os casos identificados "positivo" já encaminhados para linha de assistência e tratamento. Nos meses de novembro e dezembro outras 11 (onze) unidades deram início à testagem sendo que a mesma se encontra em andamento.

Fique sabendo

A exemplo de 2014 foi realizada parceria entre a SAP e o CRT/Aids na realização da Campanha Fique Sabendo 2015. Neste ano as Regionais Oeste e Noroeste foram participantes. Os números contabilizados nas duas regiões participantes totalizaram: 4.813 (quatro mil oitocentos e treze) testes (dados parciais fornecidos até 10/12/2015)

Encontros e Eventos

X Congresso da Sociedade Brasileira de DST
VI Congresso Brasileiro de Aids
17 a 20 de maio de 2015
Avanços e limites no uso de Testes Rápidos em Populações Chaves - Exposição sobre o uso de Testes Rápidos na população Prisional

O Grupo de Qualidade de Vida e Saúde do Servidor

Promoveu por meio de seu Grupo e Centros Regionais, as seguintes atividades:

Atendimentos Clínicos

Medicina Ocupacional: aproximadamente 754 (setecentos e cinquenta e quatro) atendimentos.
Psiquiatria: aproximadamente 298 (duzentos e noventa e oito) atendimentos.

Psicologia: aproximadamente 1.469 (mil quatrocentos e sessenta e nove) atendimentos.
Nutrição: aproximadamente 364 (trezentos e sessenta e quatro) atendimentos.
Enfermagem: aproximadamente 6.508 (seis mil quinhentos e oito) atendimentos.
Serviço Social: aproximadamente 146 (cento e quarenta e seis) atendimentos.

Projeto Saúde dos Olhos (ônibus do banco de olhos do Hospital Oftalmológico de Sorocaba – BOS)
Projeto em parceria com o Hospital Oftalmológico de Sorocaba, que possui o Banco de Olhos de Sorocaba (BOS), para atendimento e acolhimento dos servidores e seus dependentes com necessidade de serviços especializados de oftalmologia. O Banco de Olhos de Sorocaba (BOS) possui a Unidade Móvel (ônibus) que é uma espécie de extensão itinerante do Hospital Oftalmológico de Sorocaba, que se deslocou até as Unidades Prisionais e realizou consultas através de convênio com o IAMSPE. No total, foram atendidas aproximadamente 2.949 (duas mil noventas e quarenta e nove) pessoas, entre servidores e familiares.

Programa "Envelhecimento Ativo e Preparação para a Aposentadoria"
Programa este desenvolvido pelo Grupo de Planejamento e Gestão da Qualidade de Vida e Saúde do Servidor (GQVIDASS) por meio de questionários e ações voltadas a servidores com idade superior a 60 anos. No total, foram atendidas aproximadamente 200 (duzentas) pessoas**.**

Ações de Saúde
Diversas atividades, entre elas, verificação da glicemia capilar, aferição da Pressão Arterial, e Avaliação Nutricional, realizadas por profissionais habilitados. No total, foram atendidos aproximadamente **1.419** (mil quatrocentos e dezenove) servidores.

Programas Nutricionais – "Emagrecer com Saúde"; " o "Peso Ideal" e "Emagrecer: Reeducar é a Meta"
Contemplou servidores das Regionais de Saúde que passaram por avaliação com a nutricionista para verificar o índice de gordura corporal, bem como de acompanhamento psicológico. Foram realizadas palestras sobre alimentação saudável e atividade física, bem como, orientação nutricional, de enfermagem e psicológica aos servidores que aderiram ao programa. Participaram dos programas aproximadamente **60** (sessenta) servidores

Programa "Quero Parar de Fumar"
Programa voltado aos servidores tabagistas com interesse abandonar o vício, por meio de acompanhamento clínico, psicológico e nutricional. Neste ano, no CQVIDAS Metropolitana, foram atendidos 25 (vinte e cinco) servidores.

Campanha Dependência Química é uma Prisão sem Grades
Foram apresentados vídeos depoimentos de servidores que conseguiram tratar a dependência química de substâncias lícitas e ilícitas, durante a realização das SIPAT nas unidades prisionais.

O Programa de Visitas aos Servidores Licenciados para Tratamento de Saúde, afastados a mais de 90 (noventa) dias
O serviço social realizou visitas há servidores em licença saúde superior há 90 (noventa) dias, com aproximadamente 665 (seiscentas e sessenta e cinco) visitas.

Acompanhamento de Licenças Saúde Superior há 3 (três) anos
O serviço social realizou visita há servidores em licença saúde superior há 3 (três) anos, com a finalidade de identificar a necessidade de apoio terapêutico e continuidade de tratamento. Foram visitados aproximadamente 150 (cento e cinquenta) servidores

Projeto de Atenção aos Oficiais Operacionais Motoristas.
Em parceria com o CEAMA de Bauru os motoristas das Unidades Prisionais da região, passam por atendimento médico cardiológico e se necessário são realizados os exames ambulatoriais, sempre com intuito de cuidar da saúde dos servidores que continuamente transportam vidas. Em 04 de agosto foi realizada a palestra "Na Direção Certa" direcionado nessa etapa aos Oficiais Operacionais Motoristas, em parceria com a Concessionária do Corredor Raposo Tavares – CART que viabilizou palestrante de forma gratuita e contou com a participação de 67 (sessenta e

sete) profissionais. Essa parceria irá atingir os demais servidores com autorização para dirigir veículo oficial.

CIPAS
Dentre as ações desenvolvidas pela CIPA estão às ligadas ao Programa PREVENIIR do IAMSPE, sendo norteadas em três pilares, a saber: Dia Mundial da Atividade Física, Dia Mundial Sem Tabaco e Dia Mundial da Alimentação Saudável. Com foco nestas datas, mas sendo trabalhado ao longo do ano, a comissão atua por meio de palestras e vivencias, buscando sensibilizar os servidores quanto aos riscos das doenças crônicas não transmissíveis. Outras ações desenvolvidas: atenção e acolhimento dos servidores; apoio aos núcleos de pessoal na confecção da Notificação e acidente de trabalho; verificação e apontamentos quanto situações que ofereçam riscos de acidentes aos servidores, sendo encaminhadas as situações e sugestões para dirimir a problemática ao Diretor Técnico III; elaboração do mapa de risco; SIPAT semana interna de prevenção de acidentes. 5º Encontro Regional de Cipeiros – realizado em 12 de junho de 2015 na cidade de Brotas, com tema "TENTE OUTRA VEZ" enfatizando a importância da resiliência dentro do ambiente de trabalho, teve a participação de cerca de 230 (duzentos e trinta) servidores.

Foi realizado em 31 de agosto de 2015 um workshop com o tema "Processo de Acidente de Trabalho – Etapas e nexo causal" destinado aos diretores de Núcleo de Pessoal das Unidades Prisionais e membros da CIPA, esse contou com a participação de 89 (oitenta e nove) servidores.

Projeto "Roda de Conversa"
O projeto foi desenvolvido no Centro de Detenção Provisória Feminino de Franco da Rocha, por solicitação da CIPA, para acompanhamento psicológico em Unidades Prisionais de servidoras oriundas do interior do Estado. A equipe de psicólogas do CQVIDASS Metropolitana desenvolveu o projeto com a finalidade de proporcionar no ambiente de trabalho um espaço para que as servidoras pudessem exteriorizar suas angustias e pensamentos. Participaram 20 (vinte) servidoras, durante 10 (dez) sessões.

Prêmios - Prevenir/Iamspe
O Programa Prevenir/IAMSPE, vinculado à Secretaria de Planejamento e Gestão, desenvolve anualmente o Prêmio Prevenir que reconhece entre as ações dos grupos de trabalho existentes em vários órgãos, as melhores práticas de promoção da saúde e da qualidade de vida dos servidores.

Projetos Premiados – 3º Prêmio Prevenir
1º Lugar: Mãos à Obra – Saúde, Segurança nos Ambientes Prisionais – Secretaria da Administração Penitenciária
3º Lugar: Corpo São, Trabalho Sadio - A alimentação como forma de sustentabilidade e valorização humana – Secretaria da Administração Penitenciária
Menção Honrosa: Campanhas de saúde por meio das redes sociais institucionais - Secretaria da Administração Penitenciária.

Os Hospitais de Custódia subordinados a Coordenadoria de Saúde, realizaram as seguintes atividades:

Parcerias

Foi firmado novo Termo de Cooperação Técnica entre a Secretaria da Administração Penitenciária e a Secretaria de Estado da Saúde por intermédio da Coordenadoria de Saúde, em julho/2015 com vigência para 12 (doze) meses para realização de Laudos de Cessação de Periculosidades aos sentenciados em Medida de Segurança, tendo sido realizado até 09/12/15, 419 (quatrocentos e dezenove) laudos e encaminhados ao DECRIM.

Atendimento à Saúde dos Pacientes: Prevenção e Controle de Hipertensão / Diabetes; Controle de Dependências Químicas; Imunizações; Higiene Corporal; Saúde Bucal; Prevenção de Tuberculose - Busca ativa de casos de Tuberculose para prevenção e controle da doença; Assistência à DST/HIV.

Projetos Terapêuticos e Ocupacionais; Educação para o Trabalho - PET: Desenvolvida em parceria com a FUNAP; Educação Profissionalizante: Em parceria com a FUNAP e instituições profissionalizantes, através do PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Tecnológico e Emprego); Exames Nacionais: (ENEM e EJA); Biblioteca; Esportes/Recreação; Música/Arte; Esporte e Lazer; Inclusão Social; Atividades Religiosas; Palestras.

Ação 6143 – Formação Educacional e Profissional de Custodiados

Disponibilização para custodiados, de vagas em cursos de qualificação para o mercado de trabalho e de vagas para a efetivação das atividades de educação básica na modalidade EJA – Educação de Jovens e Adultos, conforme Decreto n.º 57.238, de 17 de agosto de 2011, que institui o Programa Educação nas Prisões e a Resolução Conjunta SE/SAP 1, de 16 de janeiro de 2013.

Produto/Meta: 107.120 presos sentenciados matriculados
Realização: 246.751 presos sentenciados matriculados (230,3%)
Justificativa: Constam os estudantes de educação regular sob a responsabilidade da Secretaria da Educação e todos nossos estudantes dos cursos profissionalizantes realizados pela FUNAP.

Principais Realizações
Através da Fundação "Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel" – FUNAP:
Programa de Atividades Culturais: Média mensal de 37.632 (trinta e sete mil, seiscentos e trinta e dois) atendimentos por mês.
Este programa ampliou sua atuação e incorporou outras frentes, sendo as ações consideradas de educação "não formal", como espaços importantes de aprendizagem e desenvolvimento.
Para tanto, realiza, promove, incentiva e organiza inúmeras atividades culturais em diversas linguagens e modalidades: Artes Plásticas, Música, Teatro e Capoeira.
Há, também, 156 (cento e cinquenta e seis) salas de leitura mantidas pela FUNAP, com uma média mensal de 37.258 (trinta e sete mil, duzentos e cinquenta e oito) empréstimos.
Há, ainda, parcerias com a Companhia das Letras e a "Palavra Mágica", buscando difundir o gosto pela leitura, a formação de leitores e, ainda, a remição pela leitura.
Estes projetos têm tido grande aceitação por todos os envolvidos, despertando interesse especialmente dos Juízes de Execução Criminal que, como resultado, estão deferindo a remição pela leitura aos alunos que participam do clube de leitura.

Programa de Educação Básica: Passou a ser executado pela Secretarial Estadual de Educação, restando à FUNAP o atendimento apenas nas unidades não assumidas pela SEE.

Programa de Educação para o Trabalho: 8.864 (oito mil, oitocentos e sessenta e quatro) atendimentos.
Trata-se de um programa de política da SAP, desenvolvido pela FUNAP e certificado pelo Instituto de Educação e Ciências Aplicadas – Neutrópica.
Tem como objetivo contribuir para a inclusão social de pessoas em privação de liberdade, através do desenvolvimento de competência e habilidades que apossam ampliar as possibilidades de inserção no mundo do trabalho, geração de renda e participação da sociedade, com a finalidade de atender o princípio da formação integral – *o saber ser e o saber fazer.*

Tem como objetivo contribuir para a inclusão social de pessoas em privação de liberdade, através do desenvolvimento de competência e habilidades que apossam ampliar as possibilidades de inserção no mundo do trabalho, geração de renda e participação da sociedade, com a finalidade de atender o princípio da formação integral – *o saber ser (Formação Social) e o saber fazer (Formação Profissional).*

O foco do projeto é a formação social por meio do desenvolvimento de competências e habilidades, dimensionadas na grade curricular modular projetada para 120 (cento e vinte) horas, com um total de 10 (dez) módulos de 12 horas cada, são eles: Comunicação e expressão; O mundo do Trabalho; Arte e Trabalho; Caminhos e possibilidades profissionais; Empreendedorismo; Meio Ambiente e Sustentabilidade; Relações Sociais e Políticas; Cidadania e Ética; Posicionamento Estratégico; Superação Criatividade e Inovação.

Formação Social - Total de atendimentos - 89.295 (oitenta e nove mil duzentos e noventa e cinco)
Média mensal: 8.117 (oito mil cento e dezessete)
Unidades prisionais: 132 (cento e trinta e duas)

Formação Profissional - com cursos voltados para as áreas de: Informática; Construção Civil; Saúde; Beleza; Agricultura; Gestão; Hospitalidade; Mecânica Diesel.
Atendimentos - 8.218
Média mensal: 747 (setecentos e quarenta e sete)

Na área de capacitação profissional, o convênio firmado com a Secretaria de Políticas para Mulheres do Governo Federal permitiu a realização de **62** (sessenta e duas) turmas, totalizando **825** (oitocentos e vinte e cinco) atendimentos/ano nas áreas de Atendimento e Recepção, Costura Industrial Polivalente, Informática Básica, Camareira em hospedagem, Costureira em série e Operador de Máquina de Costura.

Reconhecimentos
PREMIO MÁRIO COVAS – visa reconhecer ações inovadoras que introduzam ou aprimorem uma prática de modo a gerar melhorias nos processos organizacionais, ou na prestação de serviços públicos ou, ainda, em uma política pública – Finalista na categoria "Inovação em Políticas Públicas – Estadual.

PREMIO MILTON SANTOS – vista reconhecer projetos que promovam formas locais de organização e desenvolvimento social no Município de São Paulo. Finalista na edição 2015.

PREMIO INNOVARE – visa reconhecer e divulgar práticas inovadoras na área da Justiça – finalista na categoria "Prêmio Especial".

Encontro anual
"O Protagonismo Social na Privação de Liberdade"

Considerando a necessidade de fortalecimento do processo formativo do Programa de Educação para o Trabalho e Cidadania " De Olho no futuro", especialmente após o resultado dos Prêmios Mario Covas e Fundação Banco do Brasil, foi realizada uma roda de conversa, envolvendo os servidores que trabalham com o tema da educação no sistema prisional paulista, para avaliação das metas alcançadas e dos recursos recebidos da Secretaria de Políticas para Mulheres e das propostas para 2016.

Ação 6144 – Provisão de Postos de Trabalho para Custodiados e Egressos

Disponibilização de postos de trabalho remunerados para custodiados em serviços de apoio e manutenção das próprias unidades prisionais, nas oficinas gerenciadas pela FUNAP e em empresas parceiras públicas e privadas, de acordo com padrões de respeito à integridade humana observados internacionalmente, além de encaminhamentos de egressos a oportunidades de trabalho junto às instituições parceiras.

Produto/Meta: 19.373 postos de trabalho ofertados
Realização: 19.004 postos de trabalho ofertados (98,1%)
Justificativa: Houve uma retração nos mercados que afetou a demanda dos produtos confeccionados nas unidades fabris instaladas dentro das unidades prisionais.

Principais Realizações

Através da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania - Grupo de Capacitação, Aperfeiçoamento e Empregabilidade:
Capacitação profissional das pessoas que cumprem pena em **regime semiaberto e egresso**:
Empregabilidade:
No Programa de Qualificação Profissional Via Rápida da SDECTI, foram inseridos 940 (novecentos e quarenta) presos.
Egressos que conseguiram vagas de trabalho através do PROGRAMA PRÓ EGRESSO - SITE - www.sit.sp.gov.br , foram 209 (duzentos e nove).

Egressos inseridos no mercado de trabalho pelo PROGRAMA PRÓ EGRESSO por meio de ações das CAEFs, foram 792 (setecentos e noventa e dois).

Através da Fundação "Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel" – FUNAP:
Programa Trabalho e Geração de Renda – regime fechado

A socialização nas prisões é uma das funções do encarceramento – senão a mais importante – permitindo ao recluso que se readapte a vida em sociedade, onde o trabalho é tido como fundamental, engrandecendo e dignificando o Homem.
Assim, por meio do Programa de Alocação de Mão de Obra e mediante a utilização do parque fabril próprio, a FUNAP promove a capacitação profissional nas áreas de confecção, metalurgia, móveis escolares (novos e reformados), móveis administrativos, laminados de espuma antichama e outros.
Os produtos produzidos pela FUNAP são comercializados com os órgãos Federais, Estaduais e Municipais, além de pessoas físicas e jurídicas, que podem adquirir bens e contratar serviços produzidos por meio de dispensa de certame licitatório.

Em 2015, foi possível ampliar o parque fabril da FUNAP com a instalação de três **Oficinas de Confecção,** em absoluta conformidade com as regras de segurança no trabalho e conforto ambiente, passível de serem utilizadas nos cursos de capacitação e formação profissionalizante, contendo máquinas industriais de última geração, que possibilitam a redução de até 75% no consumo de energia elétrica, agregando produtividade e qualidade aos produtos.

Penitenciária Feminina de Tremembé I - confecção de uniformes táticos de AEVP/GIR

1. Capacidade produtiva diária - 120 peças gandola e/ou calça AEVP/GIR
2. Geração de 60 novos postos de trabalho para reeducandos
3. Valor de investimento = R$ 220.000,00
4. Início das atividades de confecção: 21/setembro/2014

Penitenciária de Itaí - confecção de uniformes de AEVP´s e GIR (em substituição à destruída em 01/2014).

1. Capacidade produtiva diária - 120 peças gandola e/ou calça AEVP/GIR
2. Geração de 64 novos postos de trabalho para reeducandos
3. Valor de investimento = R$ 330.000,00
4. Início das atividades de confecção: 21/novembro/2014

Penitenciária Feminina de Tupi Paulista – confecção de roupas íntimas (kit preso).

1. Capacidade produtiva diária – 1250 peças
2. Geração de 56 novos postos de trabalho
3. Valor de investimento - R$ 215.511,80
4. Início das atividades de confecção: 26/janeiro/2015

Penitenciária Feminina de Tremembé I (semiaberto) – confecção de camisetas polos (uniforme ASP).

1. Capacidade produtiva diária – 500 peças
2. Geração de 20 novos postos de trabalho
3. Valor de investimento - R$ 70.000,00
4. Início das atividades de confecção: 14/setembro/2015

DASPRE
A DASPRE desenvolve, por meio de criação e comercialização do artesanato de alta qualidade, a formação educacional e qualificação profissional das mulheres presas, que iniciam como principiantes, com bolsa no valor mínimo de ½ do salário mínimo e, após a certificação pela SUTACO, órgão vinculado ao Governo do Estado, são consideradas artesãs e recebem bolsa no valor de ¾ do salário mínimo. Projeto reconhecido pela Fundação Banco do Brasil, possibilitando 250 vagas mensais em suas oficinas. Já foram certificadas 10.594 (dez mil, quinhentos e noventa e quatro) sentenciadas/os. As peças executadas são vendidas na loja existente na sede da FUNAP ou em feiras e exposições.

Ação 6145 – Assistência Legal aos Custodiados e Serviços de Apoio à Reintegração Social

Assistência judiciária aos custodiados sentenciados carentes do sistema penitenciário paulista no acompanhamento do processo de execução, em relação a incidentes processuais e pedidos de benefícios e progressão de pena, além de fornecimento de subsídios, tais como contagem de dias trabalhados e relatório de comportamento para apoiar a decisão judicial. Incluem também serviços direcionados a custodiados, egressos e apenados para regularização de documentos que contribuam para sua reintegração social.

Produto/Meta: 145.340 instruções judiciais para concessão de benefícios previstos em lei
Realização: 129.001 instruções judiciais para concessão de benefícios previstos em lei (88,8%)
Justificativa: Cada advogado tem designação para atuar em diversas unidades, se desdobrando entre elas e inviabilizando a substituição em caso de férias.

Principais Realizações
Através da Fundação "Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel" – FUNAP:
Programa JUS – apoio jurídico a pessoa presa – 129.001 (cento e vinte e nove mil, e um) instruções judiciais para concessão de benefícios previstos em lei, neste exercício.

Em 1977, a FUNAP criou o "Projeto Jus – Apoio Jurídico ao Pessoa presa", com o objetivo de prestar assistência jurídica integral às pessoas presas carentes de recursos financeiros. Com a criação, junto à Procuradoria Geral do Estado, em 1991, da Coordenadoria da Assistência Judiciária ao Preso, foi assinado convênio entre a Procuradoria Geral do Estado, a Secretaria da Administração Penitenciária e a Fundação, pelo qual os advogados da FUNAP continuaram prestando serviços nos estabelecimentos penais, mas sob a coordenação e orientação da Procuradoria. Em 2006, com o advento da Lei Complementar nº 988/06, o convênio passou a ser firmado com a Defensoria Pública, na qualidade de sucessora da Procuradoria Geral do Estado. Por força do convênio, os advogados da FUNAP prestam serviços de atendimento jurídico suplementar aos presos, incumbindo-lhes praticar todos os atos destinados a garantir a preservação dos direitos dos presos e internados, condenados ou provisórios, que não possuam advogado, entrevistando-os, formulando os pedidos de benefícios e acompanhando as sindicâncias administrativas disciplinares.

Atualmente, para atender a população prisional do Estado, há 155 (cento e cinquenta e cinco) advogados, servidores da FUNAP, que são designados para atender as 163 (cento e sessenta e três) unidades da SAP e algumas da Secretaria de Segurança Pública (Presídio da Polícia Civil, Presídio da Polícia Militar e algumas cadeias públicas), conforme fixado no convênio.
Até dezembro/2015, o total de todos os tipos de atendimentos realizados pelos advogados foi de 1.399.366 (um milhão, trezentos e noventa e nove mil, trezentos e sessenta e seis), dentre os quais 202.412 (duzentos e dois mil, quatrocentos e doze) foram de entrevistas pessoais e 159.569 (cento e cinquenta e nove mil, quinhentos e sessenta e nove) de benefícios ajuizados.

Ação 6146 – Suporte Administrativo e Formação do Servidor em Apoio à Custódia e Reintegração

Fornecimento de suporte administrativo e de tecnologia da informação e comunicação, formação e aperfeiçoamento de servidores, que contribuam para a execução e o aperfeiçoamento dos serviços prestados pelo sistema penitenciário paulista.

Produto/Meta: 182 unidades gerenciadas (administrativas e prisionais)
Realização: 174 unidades gerenciadas (administrativas e prisionais) - (95,6%)
Justificativa: Para essa ação estavam previstas a inauguração de 04 (quatro) unidades no ano de 2015, porém não foram realizadas por atraso nas obras; todavia foram inauguradas 02 (duas) que haviam sido previstas para o ano de 2014. Exceção feita à unidade Penitenciaria de Taquarituba, cuja inauguração ocorreu no dia 26.12.2014, computada no exercício de 2015, e mais uma unidade administrativa.

Principais Realizações

Gestão da Modernização da Administração Penitenciária – Parque Tecnológico
Neste exercício, foi dado continuidade a execução da atualização do parque tecnológico do Sistema Prisional Paulista, com a implantação dos itens de modernização: Filtro de conteúdo de acessos à internet, Solução de Backup (cópia de segurança dados), Switch+fibra (cabeamento de rede e equipamento de conectividade) da Sede 1, promovendo a modernização, agilidade, segurança, confiabilidade e integridade das informações.

Programa Melhoria dos Gastos Públicos

O programa Melhoria dos Gastos Públicos instituído pelo Decreto nº 57.829, de 02 de março de 2012, e recentemente substituído pelo Decreto 61.131 de 25.02.2015 – criou Comitê Gestor, instituído junto à Secretaria de Governo, composto por representantes de diversos órgãos do Estado. No programa "Desperdício Zero" foi criada a figura do Guardião da Economia. A SAP por sua vez, nomeou um guardião da economia para cada Unidade Prisional, Sede e Escola Penitenciária, cujas reuniões de trabalho são efetuadas através de streaming – reuniões virtuais. Em 2015 foram realizadas **6** (seis) reuniões sobre economia e boas práticas realizadas pelos servidores das unidades prisionais e por iniciativa da Escola de Administração Penitenciária foram realizadas 34 (trinta e quatro) palestras sobre economicidade e melhoria dos gastos públicos, aos servidores em curso com a finalidade de sensibiliza-los desde o início da carreira sobre desperdício e o bom uso do recurso público.

Sistema de Administração de Materiais - SAM

Para dar aos dois grandes vetores (OpR e Sistema de Custos) houve a implantação de mais um sistema, o Sistema de Administração de Materiais – SAM, desenvolvido pela PRODESP, com o apoio da Secretaria da Fazenda, o qual visa trazer a alocação correta das despesas, bem como fornece informações gerenciais para as tomadas de decisões, e ao mesmo tempo subsidia informações setoriais sobre o custo dos serviços prestados. Está totalmente implantado nos almoxarifados subordinados a esta Pasta, em fase de melhorias e novas funcionalidades. A partir deste mês, os lançamentos já são gerados automaticamente no sistema contábil do Estado – SIAFEM, reduzindo a duplicidade de lançamentos e de trabalho para todos os almoxarifados da SAP.

Escola de Administração Penitenciária "Dr. Luiz Camargo Wolfmann" – EAP

Em 2015 a Escola de Administração Penitenciária – EAP, direcionou seu foco no Curso de Especialização Técnico-Profissional para ASP em EaD, cujas temáticas desenvolvidas foram Reintegração Social e Prática do Serviço Penitenciário que puderam orientar os servidores com relação aos procedimentos na entrada do Grupo de Intervenção Rápida ou Célula de Intervenção Rápida, na unidade prisional. Atualizou os Agentes com relação à Resolução SAP 11/2014 que dispõe sobre a atenção às travestis e transexuais no âmbito do sistema penitenciário estadual. Tratou, ainda, da automatização nas unidades prisionais e do funcionamento das máquinas de raios-x e pórticos detectores de metais.

No Curso de Especialização Técnico-Profissional para AEVP em EaD, ofereceu três temas relevantes para o desempenho das funções do AEVP: Prática do Serviço de Escolta, disciplina integrante da formação continuada dessa categoria, Ética na Função do AEVP e Técnicas de Algemação e Condução de Presos, com atenção especial aos procedimentos realizados em presos com distúrbio psiquiátrico e presas grávidas.

Teve início em novembro de 2015 o Curso de Especialização Técnico-Profissional Armamento e Tiro para AEVP, com previsão de término em dezembro/2016, objetivando o treinamento dos Agentes, com técnicas e táticas específicas para atender às necessidades da SAP.

Ainda em 2015, concluímos o Curso de condutores de veículos de emergência para AEVPs de Escolta, em parceria com o SEST SENAT.

Programa Servidores Treinados

Eixo Temático	CECADRH	CFAASP	Total
I - Ingressantes/Iniciação Funcional	-	994	994
II - Desenvolvimento Humano - /Qualidade de Vida	3.398	-	3.398
III - Administração/Gestão	625	-	625
IV – Segurança e Disciplina	5.217	21.288	26.505
V – Reintegração Social	271	-	271
Total de Servidores Treinados	**9.511**	**22.282**	**31.793**

CFAASP - Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Agentes de Segurança Penitenciária.

CECAD-RH - Centro de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos.

Ação 6147 – Promoção da Aplicação de Penas e Medidas Alternativas à Prisão

Acompanhamento e fiscalização do cumprimento das penas e medidas alternativas impostas aos apenados; fomento das alternativas penais; envolvimento da sociedade neste processo; apoio ao Poder Judiciário com a provisão de vagas não remuneradas de trabalho destinadas ao cumprimento das penas e medidas alternativas à prisão; realização de avaliação psicossocial e de perfil do apenado para direcionamento às vagas de prestação de serviços à comunidade.
Produto/Meta: 17.023 apenados em acompanhamento
Realização: 15.124 apenados em acompanhamento (88,8%)
Justificativa: A meta não depende desta Pasta, e sim do Poder Judiciário.

Principais Realizações
Através da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania:
Programa de Penas e Medidas Alternativas
Tem por finalidade difundir a prática da aplicação de medidas alternativas à prisão. Recebe pessoas destinadas a cumprir penas alternativas à prisão, em especial as de prestação de serviços à comunidade. No programa são realizados avaliação psicossocial e levantamento de demandas, além da avaliação de potencialidades, bem como das limitações/restrições dos apenados. Após, e de acordo com o perfil levantado na entrevista, são encaminhados a instituições, públicas ou não, porém sem fins lucrativos, para cumprimento das penas.

Do programa consta, também, a realização de atividades técnicas destinadas ao cumprimento de Medidas Educativas e Terapêuticas e de Mediação e Terapia Comunitária, tudo destinado aos usuários de drogas e seus familiares, além do encaminhamento e do acompanhamento; acompanhamento sistemático, monitoramento e fiscalização dos locais de execução de pena, para verificação de seu efetivo cumprimento.

O custo por apenado a pernas alternativas à prisão é de R$ 26,08 (vinte e seis reais e oito centavos), um dos menores por beneficiário do Brasil e a eficácia do programa está explícita no seu índice de reinclusão no programa, que é de apenas 4,6%.

Atualmente são 66 (sessenta e seis) Centrais de Penas e Medidas Alternativas em funcionamento, localizadas em 64 (sessenta e quatro) municípios do Estado de São Paulo, tendo sido 5 (cinco) inauguradas este ano.

Neste exercício teve início o atendimento das Medidas Cautelares, com 01 (uma) Central de Alternativas Penais e Inclusão Social – CEAPIS, instalado dentro do Fórum Criminal da Barra Funda, totalizando 67 (sessenta e sete) unidades de atendimentos.

Central de Alternativas Penais e Inclusão Social – CEAPIS é uma das Unidades integrantes do Programa de Penas e Medidas Alternativas e faz parte de um projeto do Conselho Nacional de Justiça – CNJ denominado Audiência de Custódia, que foi elaborado através de informações sobre o sistema carcerário e percebeu a necessidade de provocar reflexões bem mais comprometidas sobre a utilidade e a adequada utilização das medidas cautelares em face do sistema de justiça criminal e oferecer opções que evitem o imediato encarceramento provisório, discutindo alternativas a judicialização do conflito penal e o próprio encaminhamento assistencial e social devidos que, porventura, seja recomendado.

Atendimento de Apenados a Medidas Educativas – para casos de usuários de drogas – artigo 28 da Lei 11.343/2006: 1.685 (um mil, seiscentos e oitenta e cinco) pessoas encaminhadas para instituições especializadas neste exercício.

Programa Renda Cidadã e Ação Jovem: inscritas 04 (quatro) pessoas para recebimento do benefício.

Central de Penas e Medidas Alternativas da Mulher – CPMA Mulher/2015:
Atendidas 427 (quatrocentas e vinte e sete) apenadas e 386 (trezentos e oitenta e seis) estão em cumprimento de pena.

Ação 6166 – Promoção da Reintegração Social a Custodiados e Familiares

Atendimento psicológico e social a presos, internados e seus familiares, e suporte técnico às equipes das unidades prisionais para implementação de ações de reintegração social, por meio da disponibilização de estratégias e metodologias de trabalho, elaboração, implementação e acompanhamento de ações contínuas, projetos, avaliações e providências objetivas quanto a direitos trabalhistas e benefícios sociais.

Produto/Meta: 690.000 atendimentos realizados
Realização: 635.662 atendimentos realizados (92,1%)
Justificativa: Devido às saídas temporárias, a meta não foi alcançada em sua totalidade.

Principais Realizações
Através da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania:
Programa de Ações de Reintegração Social

Monitoramento das Ações de Reintegração Social:
Nº de atendimentos a pessoas presas: 585.823 (quinhentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e vinte e três);
Nº de documentos retirados: 56.233 (cinquenta e seis mil, duzentos e trinta e três);
Nº de ações dirigidas a familiares: 260.457 (duzentos e sessenta mil, quatrocentos e cinquenta e sete);
Nº de benefícios sociais e trabalhistas requeridos: 16.418 (dezesseis mil, quatrocentos e dezoito);
Nº de avaliações diversas: 116.800 (cento e dezesseis mil e oitocentos).
Equipes Volantes para Realização de Avaliações Técnicas às pessoas presas: realizaram 4.451 (quatro mil, quatrocentos e cinquenta e uma) avaliações psicológicas e 2.582 (dois mil, quinhentos e oitenta e duas) avaliações sociais;

Projeto Jornada da Cidadania e Empregabilidade
A Jornada da Cidadania e Empregabilidade possibilita que em um único dia, o reeducando consiga todos os documentos de que precisa e ainda seja atendido em oficinas que auxiliam na preparação para entrevistas de emprego, elaboração de currículos, além de participar de palestras e dinâmicas especialmente elaboradas para a retomada da cidadania, quando em liberdade. Os serviços são disponibilizados todos no mesmo espaço físico, em salas ou box de atendimento, dependendo da estrutura física de cada unidade. Os órgãos parceiros disponibilizam profissionais e materiais necessários para atender a demanda.

Em 2015 o projeto foi aplicado em 15 Unidades Prisionais resultando em:
2.541 (dois mil, quinhentos e quarenta e um) Cadastros de Pessoas Físicas – emitidos/regularizados;
2.777 (dois mil, setecentos e setenta e sete) Registros Gerais – expedidos;

1.123 (um mil, cento e vinte e três) Carteiras de Trabalho e Previdência Social – emitidas;
2.590 (duas mil, quinhentas e noventa) Certidões de Casamento/Nascimento/Óbito – emitidas/regularizadas;
3.050 (três mil e cinquenta) Atendimentos em Plantão Jurídico/Defensoria Pública/FUNAP;
7.521 (sete mil quinhentas e vinte e uma) Participações em Palestras/Oficinas Temáticas;
1.329 (mil trezentos e vinte e nove) Cortes de cabelos realizados pela Escola Parceira;
8.114 (oito mil cento e quatorze) atendimentos em Plantão de Saúde.

Ação 6167 – Conservação, Manutenção e Reparos das Unidades Prisionais em Apoio à Custódia

Realização de manutenção das estruturas existentes, incluindo serviços de conservação e reparos em face do desgaste do tempo e da utilização para acomodar presos e internados, possibilitando plenas condições de funcionamento e segurança.

Produto/Meta: 170 unidades prisionais atendidas
Realização: 163 unidades prisionais atendidas (95,9%)
Justificativa: A meta computava a inauguração de 04 (quatro) unidades no ano de 2015 , porém não foram realizadas por atraso nas obras; todavia foram inauguradas 02 (duas) que haviam sido previstas para o ano de 2014. Exceção feita à unidade Penitenciaria de Taquarituba, cuja inauguração ocorreu no dia 26.12.2014, porém foi computada no exercício de 2015.

Principais Realizações
Foram efetuados reparos em sistemas elétricos, substituição de duchas e torneiras do sistema hidráulico, reparos em portões de cela, troca de mais de 32.000 lâmpadas de alto consumo de energia elétrica por lâmpadas econômicas.

Outras Realizações
Convênio entre SAP e Defensoria Pública

A Pasta e a Defensoria Pública Estadual firmaram, em 13/05/2014, termo de cooperação técnica para implantação e operacionalização da política de atendimento aos presos provisórios dos Centros de Detenção Provisória da Capital.

No período de janeiro a novembro de 2015 foram realizados pela Defensoria Pública do Estado atendimentos a 28.364 (vinte e oito mil, trezentas e sessenta e quatro) pessoas presas, de uma população prisional de 224.389 (duzentos e vinte e quatro mil, trezentos e oitenta e nove) presos, em 92 (noventa e duas) unidades prisionais, das 163 (cento e sessenta e três) existentes, os quais geraram os seguintes benefícios: 453 (quatrocentos e cinquenta e três) progressões ao cumprimento de pena em regime de semiaberto; 186 (cento e oitenta e seis) em regime aberto; 572 (quinhentas e setenta e duas) liberdades; 176 (cento e setenta e seis) livramentos condicionais; 47 (quarenta e sete) comutações de penas e 22 (vinte e dois) indultos.

Visitas Internacionais na Pasta no decorrer de 2015
Durante o exercício a Pasta recebeu os representantes dos Consulados da União Europeia: Alemanha, Espanha, França, Grã-Bretanha, Itália, Lituânia, Países Baixos – Holanda, Portugal, República Tcheca, Letônia e Malta; Geral da República da China; Sul Africano; Membros da Embaixada da Malásia; Delegações: da Cidade de Columbus- Condado de Franklin, Ohio; Gana e Técnicos Canadenses, especialista em Justiça Restaurativa; Comitiva Sul Coreana; Relator Especial sobre Tortura da Organização das Nações Unidas.

Doações de livros pelos Consulados da Espanha, 1.200 (mil e duzentos) exemplares e da França, 150 (cento e cinquenta) exemplares.

Lançamento do Hino Oficial da Secretaria da Administração Penitenciária - O Theatro São Pedro, localizado no bairro de Campos Elíseos na capital paulista, emprestou o glamour de suas instalações para um evento que entrará na história do sistema prisional: o lançamento oficial do Hino da Secretaria da Administração Penitenciária (SAP), que contou com o Grupo de Sopro e o Coral da Orquestra Sinfônica do Conservatório Musical de Tatuí – sob a regência do maestro João Mauricio Galindo. A cerimônia foi organizada pela Escola de Administração Penitenciária "Dr. Luiz Camargo Wolfmann" e a Assessoria de Imprensa da SAP, em parceria com as

Secretarias Estaduais da Cultura, Educação e de Planejamento e Gestão; Theatro São Pedro; Instituto Pensarte; Fundação "Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel" (Funap) e Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania da SAP.

Sistema Gestão Prisional Única - GPU

Em 2015, deu-se continuidade à implementação do Sistema de Gestão Prisional Única com o implemento dos seguintes módulos: Rol de Visitas - cadastrar, controlar e disponibilizar informações dos visitantes dos presos, tendo como produto final um controle de cadastro dessas visitas coibindo desta forma o cadastro de visitas, em especial, com o perfil de esposa, amásia, companheira para mais de um preso; também promoveu-se a codificação de barra da carteira de identificação do visitante; Qualificativa; Numerário e Pecúlio - padronização e uniformização de controle do numerário e pecúlio dos presos, destacando dentre as diversas funcionalidades do sistema, a eficácia em manter o controle do numerário pertencente aos presos, inclusive do seu pecúlio, efetuando-se o registro de entrada e saída do numerário e pecúlio dos presos no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM/SP, Inclusão/Kit Preso – padronização no fornecimento de materiais de higiene e vestuário aos presos custodiados nas unidades prisionais da Pasta, controlando o estoque da inclusão bem como itens que serão fornecidos e/ou estão em poder do reeducando; Escolta pelo Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária – padronização e organização das escoltas pelos AEVP´s de presos quanto as unidades prisionais subordinadas à COREMETRO; Definição da solução de biometria dos presos e visitantes; Mapa População Carcerária – geral por coordenadoria e unidade chegando ao detalhamento das informações referentes à pessoa presa.

Projeto Certificação Digital – GEPEN – Gestão Penitenciária – Boletim Informativo

A assinatura digital do Boletim Informativo – relatório emitido do Sistema Gestão Penitenciária, em produção desde 25/11/2014, gerou até 04/12/2015, 75.178 (setenta e cinco mil, cento e setenta e oito) Boletins Informativos assinados digitalmente, os quais agilizaram os pedidos de benefícios para as pessoas presas realizados por meio dos seus defensores públicos ou privados, bem como o atendimento às determinações judiciais.

Orçamento por Resultado – OpR e Sistema de Custos de Serviços Públicos – SCSP

Em 2015 o OpR sofreu uma revisão geral em sua estrutura sendo necessário algumas modificações, ou seja, dividir o Programa em dois objetivos, ou seja, por um lado o de garantir a segurança e a dignidade da pessoa humana, e por outro lado o de viabilizar a reintegração social dos presos, internados e egressos, por meio de ações de educação, saúde, assistência social, qualificação profissional e trabalho, programas estes inclusos no Plano Plurianual - PPA 2016 – 2019.

Programa de Uso Racional da Água – PURA

O objetivo deste programa, que é de exclusividade da Companhia de Saneamento Básico de São Paulo - SABESP, consiste em atuar sobre a demanda de água contribuindo para sustentabilidade, através do consumo racional, em virtude de sua escassez na Região Metropolitana de São Paulo. Considerando que esta Pasta é responsável por 54% do volume faturado, concentrado principalmente na Região Metropolitana de São Paulo, Litoral e Região do Vale do Paraíba, que buscamos esforços para implantação do programa em nossas unidades prisionais.

Os principais benefícios que a implantação do programa oferece é o desconto de 25% sobre a tarifa incidente, como também, demanda a redução de no mínimo 10% no consumo, após o término dos serviços contratados. A economia gerada de agosto de 2012 (quando o primeiro contrato foi firmado) até a dezembro de 2015 foi na ordem de R$ 19.600.000,00 (dezenove milhões e seiscentos mil reais), mediante a aplicação do desconto de 25% e da redução no consumo, a média mensal que era de 57.790 (cinquenta e sete mil setecentos e noventa) m3/mês no início do projeto, atingiu a média é de 37.170 (trinta e sete mil cento e setenta) m3/mês.

A Secretaria está trabalhando em 3 (três) frentes visando o bom uso e a preservação deste bem, onde: 64 (sessenta e quatro unidades prisionais são abastecidas por concessionárias; 01 (uma)

unidade prisional possui estação de tratamento de água e 98 (noventa e oito) possuem poços artesianos.

a. Uso Racional da Água - Conscientização

Em todas as unidades são promovidas ações com objetivo de conscientização de toda a população carcerária e de todos os servidores que usam o local, sobre as atitudes corretas, com relação ao combate do desperdício de água e ao seu uso racional, estimulando-se a economia. Neste sentido, as unidades prisionais desenvolveram os projetos: "Água: Consumo Consciente"; "Água - Sensibilização para o consumo consciente da água"; "Amigo da Água" e "Ação Sustentável".

b. Captação de Água de Chuva

O projeto piloto foi implantado no Centro de Detenção Provisória de Itapecerica da Serra para aproveitamento da água da chuva para fins não potáveis, que consiste na coleta pela superfície do teto da unidade, direcionando-a ao reservatório de armazenamento e disponibilizando-a por meio de tubulação ao pavilhão habitacional, para ser utilizada na limpeza de pátio, lavagem de roupa. Ainda em fase de melhorias, após, o projeto será multiplicado para as demais 27 (vinte e sete) unidades prisionais da Região Metropolitana de São Paulo.

c. Plano de Contingência nas Crises Hídricas

Diante da crise hídrica enfrentada nos últimos tempos foi criado um plano de contingência através de parceria com o DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo, para nos fornecer ajuda técnica no estudo hidrológico, para verificação da viabilidade de prospecção de poços artesianos nas unidades da Região Metropolitana de São Paulo, que são hoje abastecidas pelo Sistema Cantareira, estes poços artesianos servirão de apoio, em eventual falta de água do mencionado sistema, garantindo-se o abastecimento de água para a população carcerária, o projeto prevê a perfuração de 28 (vinte e oito) poços artesianos em 27 (vinte e sete) das unidades dessa região.

d. Programa de Manutenção e Operação de Poços Tubulares

Em parceria com o DAEE foi realizada palestra capacitadora inicial a alguns servidores responsáveis pela operação de poços tubulares. Esse programa prevê a capacitação de 100% dos responsáveis em operar poços tubulares e os estudos das condições dos poços visando ações preventivas que garantam o bom funcionamento e o abastecimento desses poços.

Programa de Eficiência Energética

a. Readequação de Contratos de Consumo

Em 2011 iniciou-se o Projeto de Eficiência Energética, um trabalho tocado em conjunto com a Secretaria de Estado de Energia – SEE, cujo objetivo principal foi a readequação dos contratos de energia elétrica junto às concessionárias. Trata-se fundamentalmente da análise da tarifa e da demanda contratada e a solicitação à concessionária de readequação dos contratos. Em 2014 foram analisados 100% dos contratos das unidades prisionais pelos engenheiros da SAP e da SEE, das 160 unidades existentes até 30.11.2014, das quais 62 (sessenta e duas) estavam com o contrato adequado, ou eram unidades recém-inauguradas, ou pertenciam à classe B e não possuíam contrato firmado, para as demais foram emitidos os respectivos ofícios às Concessionárias e as devidas revisões foram realizadas. Em 2015, em conjunto com a SEE e o Comitê Gestor do Palácio do Governo, passou-se para a segunda revisão contratual, onde foram analisadas 70 (setenta) tarifas e suas respectivas demandas, resultando em 52 (cinquenta e dois) ofícios às concessionárias para uma readequação. As demais não aderiram uma vez que possuem planejamento para ampliação ou redução de carga a curto prazo e o farão posteriormente.

b. Retrofit

Em consonância ao programa acima seguiram-se as ações do Retrofit, que significa que na medida em que há disponibilidade financeira/orçamentária, as unidades prisionais estão procedendo com a troca de lâmpadas e de equipamentos por itens mais econômicos – SELO PROCEL – instalação de sensores de presença. Desde o início do projeto até novembro de 2015, 106 (cento e seis) unidades haviam conseguido realizar a troca de lâmpadas, por produtos mais econômicos, totalizando 32.000 (trinta e duas mil) lâmpadas. Juntam-se à esta ação mudanças de atitudes como conscientização da população carcerária, apagar a luz ao sair do ambiente, desligar monitores etc. obviamente o reflexo será na redução do consumo em kwh.

c. Projeto para redução do consumo de energia elétrica através da iluminação com produtos de baixo consumo

Verificou-se as condições da viabilidade técnica de Iluminação das muralhas das unidades

prisionais, objetivando a redução no consumo de energia, através da substituição de uma luminária de “vapor de sódio”, utilizada atualmente, por uma luminária de “led”, de baixa tensão. Tratou-se de um projeto para tornar possível a troca da iluminação externa por iluminação mais econômica, de melhor qualidade em todas as unidades do sistema prisional e à medida da disponibilidade financeira/orçamentária, as unidades prisionais vêm realizando essas trocas para trazer melhoria na qualidade da iluminação, na segurança da unidade e na economia do consumo de energia.

d. Banco, capacitor

Por meio das ações de nossos engenheiros elétricos, sediados na Sede e Coordenadorias, muitas unidades passaram por estudos para a verificação da necessidade de instalação de banco capacitor. Trata-se de um equipamento para corrigir o baixo fator de potência, pois o correto dimensionamento deste e o acionamento do banco, elimina os gastos de kwh desnecessário e consequentes multas nas faturas por ultrapassar os valores de demanda contratados. Até o momento 18 (dezoito) unidades prisionais procederam com a instalação, principalmente as do Interior do Estado.

e. Eficientização Energética – Lei 9.991/2000 - Aneel (art. 1º)

As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, setenta e cinco centésimos por cento de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e, no mínimo, vinte e cinco centésimos por cento em programas de eficiência energética no uso final. Foram contatadas as concessionárias: ELETROPAULO, ELEKTRO, CPFL E BANDEIRANTES e encaminhados ofícios solicitando a inserção de nossas unidades prisionais no programa.

Procedimentos operacionais padronizados para o descarte de recipientes individuais aluminizados descartáveis e recicláveis, utilizados nos serviços de nutrição e alimentação do Sistema Penitenciário do Estado de São Paulo

Criou-se o projeto para a correta eliminação dos recipientes descartáveis, aluminizados, que são utilizados, principalmente, nas unidades dos Centros de Detenção Provisória que não possuem em sua estrutura física ala para cozinha industrial, e padronização entre as unidades prisionais. O projeto foi devidamente aprovado pelo setor competente, e em função das atualizações dos estudos técnicos dos serviços terceirizados (CADTERC), os procedimentos serão contemplados na próxima edição do Volume 5 – Prestação de Serviços de Nutrição e Alimentação de Pessoas Presas, conforme oficio recebido da Coordenadoria de Entidades Descentralizadas e de Contratações Eletrônicas – CEDE – SEFAZ – durante este ano realizamos duas reuniões de trabalho para ajudar na normatização e atualização de dados na área nutricional : itens da alimentação dos lactentes (mulher presa).

Manual de Boas Práticas para Serviços de Nutrição & Alimentação do Sistema Penitenciário do Estado de São Paulo

O manual em questão tem por objetivo estabelecer procedimentos operacionais padronizados no serviço de alimentação das unidades prisionais, direcionando as ações inter-profissionais, considerando desde a estrutura física necessária até a capacitação da mão de obra utilizada. Os Núcleos de Saúde das Coordenadorias da SAP, por intermédio de suas nutricionistas estão com a incumbência da distribuição dos manuais, e ao mesmo tempo de realizarem a sensibilização de todos os servidores e custodiados que de alguma forma atuam em nossas cozinhas, para complementar este trabalho. Todas as unidades recém-inauguradas recebem esta capacitação e o manual respectivamente. Os custodiados que se formam nos cursos de cozinheiro e ou padeiros, receberam neste ano cópia do manual.

Campanha Papel NÃO É LIXO.

Trata-se da conscientização dos servidores da Sede desta Pasta e da Escola de Administração Penitenciária “Dr. Luiz Camargo Wolfman” – EAP, no recolhimento de todo papel/papelão e afins não servíveis, para encaminhamento ao Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo – FUSSESP. No atual exercício estamos recolhendo uma média de 700 (setecentos) quilogramas mensais.

Programa Nascentes – é a maior iniciativa já lançada pelo governo do Estado de São Paulo para manter e recuperar as matas ciliares – vegetação localizada no entorno de nascentes e nas margens de rios, córregos, lagos e represas que protegem as margens dos corpos d’água,

evitando o assoreamento, favorecem a regularização da vazão dos rios e córregos além de oferecer abrigo e alimentação para a fauna local. Reunindo diferentes atores, como empresas públicas e privadas, poder público e sociedade civil, o programa otimiza e direciona investimentos públicos e privados para proteção e recuperação de matas ciliares, nascentes e olhos d'água.

Neste sentido, esta Pasta, por meio da Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Oeste do Estado deu início a implementação do Programa na forma a seguir exposta, a qual vem sendo multiplicada para as demais Coordenadorias Regionais que gradativamente vem empregando o Programa nas respectivas unidades prisionais a elas subordinadas.

A ação teve como objetivo a construção e o gerenciamento de uma rede integrada de plantio e recuperação de mananciais, desenvolvendo a produção de mudas nativas. Ela atende à demanda de projetos de restauração de áreas degradadas da região, proporcionando o sequestro de carbono – nome dado à absorção de grande quantidade do gás carbônico presente na atmosfera –, proteção dos recursos hídricos e manutenção da biodiversidade. Com isso, recuperará as áreas e mananciais degradados, auxiliando na restauração da biodiversidade e capacidade hídrica da região. Além do reflorestamento das matas ciliares, há a contribuição com a ressocialização de detentos do regime semiaberto, que possuem o direito de ter sua pena remida, ou seja, a cada três dias de trabalho, um dia dela é retirado segundo o artigo 126 da LEP. Com isso, a coordenadoria quis reeducar essas pessoas para que adquiram um olhar voltado à cidadania.

A capacitação dos reeducandos é composta por orientações teóricas e práticas, no total de 100 horas/ aula. A grade curricular se constitui pelos cursos Teórico de Produção de Mudas Nativas para Reflorestamento, Prático de Viveirista e de Plantio de Mudas Nativas. As matérias abordadas são a Composição de substrato; Fórmulas de adubação; Expurgo dos materiais; Colheita e preparação de sementes; Testes de germinação de sementes; Tipos e características de viveiros de mudas; Controle fitossanitário; Planejamento de recursos hídricos; Sistema de irrigação; Montagem e operação de viveiros e Plantio de Mudas Nativas. Cada grupo de unidades prisionais possui um papel específico no processo de reflorestamento como: semeadura, germinação, pré-desenvolvimento, engorda e rustificação ao sol e o plantio das mudas.

O resultado de 2015 é de 228.315 (duzentas e vinte e oito mil trezentas e quinze) mudas sendo cultivadas entre as seguintes 79 (setenta e nove) espécies: Açoita-cavalo, Algodãozinho, Amora, Amendoim-bravo, Angico branco, Angico da mata, Angico do cerrado, Angico do Cerrado do campo, Angico vermelho, Angico vermelho-preto, Araçá amarelo, Araçá goiaba, Araçá vermelho, Araticum, Araticum cagão corticeira, Aroeira salsa, Aroeira pimenteira, Barbatimão, Bragatinga, Bugreiro, Canafistula, Capororoca, Cedro do brejo, Cedro rosa, Cereja do Brejo, Chau Chau, Copaíba, Dedaleiro, Embiruçu da mata, Farinha Seca, Favero, Flamboyant, Jenipapo, Goiaba branca, Goiaba vermelha, Guanandi, Gurucaia, Ibacuru, Ingá, Ingá do brejo, Ingá Indulis, Ingá mirim, Ipê amarelo, Ipê amarelo e verde, Ipê branco, Ipê rosa, Ipê roxo, Ipê roxo bola, Jacarandá branco, Jacarandá mimoso, Jacarandá minas, Jambo, Jaracatiá, Jatobá, Jequitibá branco, Jequitibá rosa, Jerivá, Laranja de macaco, Leiteiro, Manduirana, Monjoleiro, Mutambo, Olho de cabra, Paineira, Paineira rosa, Pata de vaca, Pau ferro, Pau viola, Pêssego bravo, Pitanga, Sapuva, Sangra d'água, Tamboril, Tamanqueiro, Tarumarana, Timburi, Tucaneiro e Urucum.

Assessoria de Imprensa

Em 2015, a comunicação da Pasta foi descentralizada, com os primeiros passos do Sistema de Comunicação Integrada da SAP. Manteve-se a ênfase na comunicação interna, reforço nas redes sociais e na divulgação de pautas positivas sobre o sistema penitenciário.

Entre janeiro e 14 dezembro de 2015 foram encaminhadas 1.039 (mil e trinta e nove) notas de resposta e avisos de pauta aos veículos de imprensa, média de 87 (oitenta e sete) ao mês ou quase 5 (cinco) por dia. Aumentamos a quantidade de boletins do tipo "Newsletter" disponibilizados, de 13 (treze) boletins em 2014 para 21 (vinte e um) em 2015. Foi publicada a edição nº 11 e realizada a diagramada a edição nº 12 da Revista SAP.

Agenda do Secretário
Foi realizada a cobertura e/ou divulgação de 274 (duzentos e setenta e quatro) eventos, reuniões e solenidades na agenda do Sr. Secretário no site da SAP.

Eventos
Foram realizados os seguintes eventos em parceria com as divisões da SAP:
Oferecimentos Literários de Espanha – parceria com o Consulado Geral da Espanha em São Paulo
Lançamento do Hino da SAP –parceria com a Escola de Administração Penitenciária (EAP)
Doação de Livros da França – parceria com o Consulado da França em São Paulo
Formatura de Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária - parceria com a EAP

Recebimento de delegações
Em 2015, a Assessoria de Imprensa ficou responsável pelo protocolo de recebimento das seguintes delegações estrangeiras: Cidade de Columbus – Condado de Franklin (EUA), Ghana, China (estado de Jiang Su), Coreia do Sul e Canadá.

Campanhas internas e Redes Sociais
A Campanha Sobre Dependência Química, desenvolvida em parceria com o Grupo de Qualidade de Vida e Saúde do Servidor, ganhou a menção honrosa na 3º edição do Prêmio Prevenir de Promoção e Proteção à Saúde do Servidor. A campanha foi veiculada através das redes sociais da SAP, com vídeos no *Youtube* e postagens no *Facebook.*
A Secretaria da Administração Penitenciária tem, por sinal, presença expressiva no *Facebook* e no *Twitter*. No *Youtube*, além das campanhas, são veiculados vídeos institucionais, programas de cunho jornalístico e entrevistas.

***Facebook* SAP**
Foco: funcionários da Secretaria
De janeiro/2015 a 14/12/2015: SAP I – 5 mil amigos – seguidores: 311; SAP II – 1469 amigos; página Oficial: 3.435 curtidas.

Seguidores mundo (Página SAP):

País	Quantidade de seguidores
Brasil	3.403
República Democrática do Congo	4
Angola	3
Alemanha	3
Portugal	3
Paraguai	3
Estados Unidos da América	2
Paquistão	1
Espanha	1
Austrália	1
Equador	1
Suiça	1
Rússia	1
Japão	1
Egito	1
Quênia	1
Peru	1

Avaliação página Face: 4,2 estrelas de 5 (avaliação feita pelas pessoas que seguem a página)
Total de 22 avaliações. Publicações Face 1 e 2

Total Anual: 224 postagens - média de 18 por mês – as postagens atuais tem o foco de divulgação em serviços aos servidores, campanhas de saúde, boletins informativos, campanhas, lançamento do Hino da SAP.

Twitter: 3.979 seguidores – 1.424 tweets - Total de postagem: 224
Youtube: 24 vídeos publicados e 57 inscritos

Museu Penitenciário Paulista
Em pouco mais de um ano o Museu Penitenciário no Carandiru já atendeu perto de 10.000 (dez mil) pessoas em sua sede. Suas redes de mídias sociais somadas alcançaram mais de 100.000 (cem mil) pessoas. O museu foi notícia nos grandes meios de mídia tanto televisiva como impressa. Com o funcionamento do museu junto ao Parque da Juventude foi possível sanar uma demanda da sociedade que clamava pela contação da história da execução penal no território do antigo Complexo Carandiru. E junto a história mostrada na exposição permanente do museu, foram oferecidos também palestras, cursos e oficinas ampliando a oferta de atividades culturais na região. Soma-se a isso a criação de um relevante acervo imaterial a partir da filmagem do depoimento de diversos personagens que de alguma forma vivenciaram a execução penal, criando, com isso a salvaguarda dessa memória não encontrada nos livros de história.

Ao todo, 7.219 (sete mil duzentos e dezenove) alunos da rede pública e 337 (trezentos e trinta e sete) professores participaram de visitas educativas com agendamento prévio. Nesta modalidade, as turmas são divididas entre os educadores do museu estando um educador no ambiente interno e outro na área externa. Eles buscam a otimização da transmissão de conhecimento relativo ao tema penitenciário. Nas visitas sem agendamento, o visitante fica livre para ver o que mais o interessa, sem monitoria. Durante as visitas são exibidos filmes relacionados ao tema, em uma sala de projeção.

O “Programa Vizinhos do MPP” tem 518 (quinhentas e dezoito) pessoas cadastradas, através de questionário de avaliação sobre o nível de satisfação e aceitação do museu. O MPP realizou 2 (duas) exposições nesse período, ambas com o tema “ressocialização”.

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Secretaria de Agricultura e Abastecimento

13000 - Secretaria de Agricultura e Abastecimento

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**659.299.308,00**	**528.316.708,42**	**10.286.441,72**	**538.603.150,14**	**549.994.127,89**
Pessoal e Encargos Sociais	420.166.395,00	384.092.041,36	0,00	384.092.041,36	385.144.547,97
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	239.132.913,00	144.224.667,06	10.286.441,72	154.511.108,78	164.849.579,92
Despesas de Capital	**69.437.896,00**	**64.062.317,20**	**471.347,12**	**64.533.664,32**	**72.435.730,02**
Investimentos	69.436.896,00	64.062.317,20	471.347,12	64.533.664,32	68.643.530,02
Inversões Financeiras	1.000,00	0,00	0,00	0,00	3.792.200,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**728.737.204,00**	**592.379.025,62**	**10.757.788,84**	**603.136.814,46**	**622.429.857,91**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

13000 - Secretaria de Agricultura e Abastecimento

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0001 - Participação Societária	**1.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.792.200,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	1.000,00	0,00	0,00	0,00	3.792.200,00
0102 - Obrigações Previdenciárias em Complementação	**844.734,00**	**892.616,65**	**0,00**	**892.616,65**	**902.492,50**
Despesas Correntes	844.734,00	892.616,65	0,00	892.616,65	902.492,50
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1301 - Geração e Transferência de Conhecimento e Tecnologias para o Agronegócio	**213.331.489,00**	**201.574.113,68**	**2.917.210,72**	**204.491.324,40**	**206.023.842,10**
Despesas Correntes	210.668.609,00	200.671.636,53	2.448.343,60	203.119.980,13	200.994.209,24
Despesas de Capital	2.662.880,00	902.477,15	468.867,12	1.371.344,27	5.029.632,86
1307 - Desenvolvimento Local Integrado Sustentável	**223.170.649,00**	**150.071.282,79**	**219.870,81**	**150.291.153,60**	**155.571.383,80**
Despesas Correntes	215.248.649,00	147.983.028,41	217.390,81	148.200.419,22	148.234.038,81
Despesas de Capital	7.922.000,00	2.088.254,38	2.480,00	2.090.734,38	7.337.344,99
1308 - Abastecimento e Segurança Alimentar	**5.413.389,00**	**4.252.903,69**	**0,00**	**4.252.903,69**	**4.338.842,73**
Despesas Correntes	5.413.389,00	4.252.903,69	0,00	4.252.903,69	4.338.842,73
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1309 - Geração de Emprego e Renda no Agronegócio Paulista	**59.295.711,00**	**68.988.357,15**	**0,00**	**68.988.357,15**	**64.278.692,44**
Despesas Correntes	11.556.065,00	9.307.557,83	0,00	9.307.557,83	9.483.082,17
Despesas de Capital	47.739.646,00	59.680.799,32	0,00	59.680.799,32	54.795.610,27

1310 - Modernização e Gestão de Qualidade das Agropolíticas Públicas	**45.436.735,00**	**31.668.890,25**	**158.082,56**	**31.826.972,81**	**32.567.116,42**
Despesas Correntes	37.375.015,00	31.651.287,85	158.082,56	31.809.370,41	32.549.514,02
Despesas de Capital	8.061.720,00	17.602,40	0,00	17.602,40	17.602,40
1311 - Defesa Sanitária do Agronegócio p/ Proteção da Saúde do Homem e do Meio Ambiente	**111.900.027,00**	**89.221.256,00**	**8.304,72**	**89.229.560,72**	**93.082.783,28**
Despesas Correntes	109.299.977,00	88.161.572,05	8.304,72	88.169.876,77	92.000.241,08
Despesas de Capital	2.600.050,00	1.059.683,95	0,00	1.059.683,95	1.082.542,20
1313 - Risco Sanitário Zero	**1.800,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	1.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1314 - Infraestrutura e Logística para o Agronegócio	**65.000.000,00**	**42.081.493,76**	**7.454.320,03**	**49.535.813,79**	**58.682.128,46**
Despesas Correntes	65.000.000,00	42.081.493,76	7.454.320,03	49.535.813,79	58.682.128,46
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4407 - Tecnologia da Informação e Comunicação para Excelência da Gestão	**4.341.670,00**	**3.628.111,65**	**0,00**	**3.628.111,65**	**3.190.376,18**
Despesas Correntes	3.891.670,00	3.314.611,65	0,00	3.314.611,65	2.809.578,88
Despesas de Capital	450.000,00	313.500,00	0,00	313.500,00	380.797,30
Despesa Total	**728.737.204,00**	**592.379.025,62**	**10.757.788,84**	**603.136.814,46**	**622.429.857,91**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

O Plano Plurianual - PPA 2012-2015 do Governo do Estado de São Paulo especifica como diretrizes que as ações do Estado devem buscar promover o desenvolvimento humano com qualidade de vida; induzir o desenvolvimento econômico comprometido com as futuras gerações; integrar o desenvolvimento regional e metropolitano e criar valor público pela excelência da gestão. Em consonância com estas diretrizes, os Programas para a Agricultura Paulista atuam no sentido de concretizar uma sociedade democrática, plural, economicamente avançada, cada vez mais justa e empenhada em proporcionar igualdade de oportunidades aos seus integrantes.

Dos quinze objetivos estratégicos discriminados pelo Governo do Estado de São Paulo para o PPA 2012-2015, as ações dos Programas vinculados à Secretaria de Agricultura e Abastecimento contemplaram:

- Formar e atrair capital intelectual no Estado para fomentar a sociedade do conhecimento e do empreendedorismo;
- Fomentar a capacidade produtiva dos setores estratégicos da economia, com geração de empregos qualificados e elevação do patamar econômico das cadeias de geração de valor;
- Explicitar o marco jurídico-institucional e regulatório para a atuação produtiva da iniciativa privada;
- Fomentar a capacidade de inovação nas esferas pública e privada;
- Promover modelo de desenvolvimento regional ajustado às potencialidades e oportunidades de cada território, considerando peculiaridades das regiões metropolitanas e dos grupos de planejamento Sudoeste, Vale Histórico e Leste Mogiana;
- Promover a sustentabilidade ambiental das políticas e resiliência para enfrentar, inclusive, os efeitos de mudança climática;
- Intensificar a gestão para resultados mediante mecanismos de contratualização e estímulo ao desenvolvimento organizacional;

- Aprimorar a qualidade de prestação dos serviços públicos, mediante o aperfeiçoamento do atendimento unificado ao cidadão, a valorização dos recursos humanos, a progressão da base tecnológica, a criação de novos métodos e ferramentas de gestão e maior articulação intragovernamental.

O presente documento está organizado segundo os programas inseridos no PPA 2012-2015 e, constituindo-se em relatório do ano de 2015, apresenta os indicadores associados às principais ações governamentais previstas no referido Plano Plurianual.

A Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA), instituição pública de pesquisa da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, como Unidade Gestora Orçamentária (U.G.O.) recebe recursos do orçamento da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e os disponibiliza para as unidades por ela coordenadas: Gabinete do Coordenador, Departamento de Gestão Estratégica, Instituto Agronômico, Instituto Biológico, Instituto de Zootecnia, Instituto de Tecnologia de Alimentos, Instituto de Pesca, Instituto de Economia Agrícola e Departamento de Descentralização do Desenvolvimento.

Por meio de suas unidades, a APTA promoveu a realização de pesquisas voltadas para o desenvolvimento da agropecuária do Estado de São Paulo, de acordo com os seguintes programas e ações:

Programa 1301 – Geração e Transferência de Conhecimento Tecnologias para o Agronegócio

Gerar e transferir conhecimentos relacionados à segurança alimentar, à sustentabilidade agroambiental, à organização do espaço rural e periurbano, à bioenergia e aos produtos e processos estratégicos, permitindo o crescimento da produtividade e da competitividade do agronegócio paulista, das oportunidades de novos negócios, da geração de emprego e renda e da inclusão social.

A publicação “Ciência Agropecuária Paulista: pesquisa e inovação gerando produtividade e qualidade de vida”, lançada em meados de 2014, traz informações sobre o desenvolvimento e transferência de tecnologias geradas pelos Institutos de Pesquisa para os produtores agrícolas, abordando aspectos como os pacotes tecnológicos para os setores liderados por São Paulo, inovações para a modernização da agroindústria paulista e tecnologias para pequenos produtores. A leitura deixa clara a determinante presença da ciência agropecuária paulista no agronegócio de São Paulo. O retorno econômico propiciado por 41 tecnologias desenvolvidas pela Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA) e já adotadas pelos setores da produção agropecuária foi estimado em R$ 12,137 bilhões, no quadriênio 2010-2013, provenientes de aumentos de produtividade, redução de custos, expansão de áreas e agregação de valor. Nesse mesmo período foram destinados à APTA R$ 1,072 bilhão em recursos oriundos, principalmente, do Tesouro do Estado de São Paulo (77,3%), da iniciativa privada (14,1%) e de agências de fomento (6,8%). Portanto, os recursos investidos na APTA em períodos anteriores resultaram em retornos 11,3 vezes maiores do que os recursos utilizados no quadriênio 2010-2013. Esses resultados estão de acordo com as evidências internacionais sobre os elevados retornos sociais dos investimentos em pesquisa agropecuária.

Ação 1165 – Modernização das Unidades Regionais de Pesquisa

Dinamizar os polos regionais de pesquisa da APTA consolidando-os em unidades multidisciplinares e integrando-os à sociedade para otimizar a geração e transferência de tecnologias dirigidas às necessidades das cadeias de produção regionais, contribuindo para a redução de desigualdades sociais entre regiões e municípios.

As metas de quatro unidades regionais modernizadas previstas no Orçamento e, de uma unidade regional modernizada na Programação Inicial, não foram alcançadas. Na Proposta Orçamentária Setorial - POS de 2015 foram solicitados recursos do Tesouro de R$ 5.158.738,00, destinados à construção e reformas de instalações e benfeitorias e à aquisição de máquinas e equipamentos, voltados à modernização de quatro unidades regionais. Entretanto, frente ao

Orçamento aprovado, a Dotação Inicial da Ação 1165 ficou reduzida a R$ 2.000.000,00, ou seja, montante equivalente a 38,8% do total solicitado na POS. Apesar dessa redução, a Meta do Orçamento manteve-se em quatro unidades regionais modernizadas, inatingível com os recursos disponibilizados na Fonte 001 - Tesouro, o que levou à redução para uma unidade regional modernizada na Programação Inicial da Ação 1165. Da dotação inicial de R$ 2.000.000,00 de recursos do Tesouro houve, inicialmente, redução de 20% correspondente ao contingenciamento. Posteriormente houve redução para viabilizar o atendimento do decreto de redução das despesas de custeio (decreto no. 61.131, de 25/02/2015) e também para indicação como oferecimento para disponibilizar recursos para atender despesas de exercícios anteriores, principalmente referentes a reformas efetuadas na Unidade de Pesquisa e Desenvolvimento (UPD) de Itararé, do Polo Regional do Sudoeste Paulista, a fim de viabilizar a produção de batatas sementes orgânicas livres de vírus. Dessa forma, o montante restrito de recursos que restaram na ação 1165, ou seja, pouco mais de R$ 70 mil, comprometeu a realização da meta conforme a previsão na Programação Inicial, sendo suficiente apenas para a aquisição de pequenos implementos agrícolas.

Ação 1380 – Revitalização dos Institutos de Pesquisa

Modernizar e consolidar os centros de análise e pesquisa tecnológica e centros avançados de pesquisa tecnológica dos Institutos de Pesquisa da APTA, aumentando o dinamismo dessas unidades multidisciplinares, para gerar inovações tecnológicas dirigidas às necessidades das cadeias de produção estaduais, aos novos negócios, ao desenvolvimento sustentável e à inclusão social.

As metas previstas no Orçamento e na Programação Inicial (1 Centro de Inovação Tecnológica modernizado) foram superadas. Em 2015, os investimentos concentraram-se em obras e instalações e equipamentos e material permanente, principalmente para o Centro de Recursos Genéticos do Instituto Agronômico, de Campinas (IAC-APTA), e na Unidade Laboratorial de Referência para Imunobiológicos e Insumos do Instituto Biológico (IB-APTA). Destacaram-se, também, os recursos empregados no Centro Avançado de Pesquisa Tecnológica do Agronegócio (CAPTA) do Pescado Continental de São José do Rio Preto, do Instituto de Pesca, destinados à construção de adutora e conjunto de viveiros para piscicultura. Deve-se destacar que a insuficiência de recursos orçamentários impossibilitou atingir a meta de 26 centros de pesquisa modernizados em 4 anos, prevista na elaboração do PPA 2012-2015.

Ação 5925 – Geração de Conhecimento e Tecnologias para o Agronegócio

Executar pesquisas multidisciplinares buscando inovações que elevem a qualidade e a competitividade dos produtos do agronegócio paulista, visando a geração de emprego e renda, a inclusão social e a sustentabilidade ambiental.

A ação 5925 é a principal Ação (Atividade) do Programa 1301. Em 2015 estiveram em andamento, nos Institutos de Pesquisa ligados à Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA), 1.424 pesquisas, de forma que a meta prevista no Orçamento e na Programação Inicial (1.500 pesquisas em andamento) não foi alcançada. Restrições orçamentárias prejudicaram o desenvolvimento de diversas pesquisas nessa Ação 5925. Do total Liquidado em Despesa Correntes, R$ 3.900.961 referem-se aos serviços de Portaria, Vigilância e Limpeza, R$ 2.313.296 a Serviços de Terceiros PJ, R$ 5.209.811 a Utilidade Pública, e 1.266.869 a Despesas de Exercícios Anteriores que, somados, consumiram mais de 77% desse total Liquidado. Portanto, pouco mais de R$ 4 milhões de recursos orçamentários restaram para todos os outros itens, entre eles materiais para laboratório, adubos, rações, diárias, dificultando diversas pesquisas. A queda no número de pesquisas em desenvolvimento durante o ano só não foi maior devido à captação de recursos externos (demais recursos). Entretanto, não é possível utilizar recursos de agências de fomento, fundações e iniciativa privada para outras atividades não previstas nas propostas aprovadas pelos financiadores, o que inviabiliza o desenvolvimento de projetos que não foram diretamente contemplados com esses financiamentos. Os Centros de Pesquisa mais diretamente relacionados às explorações como cana-de-açúcar e citros estão conseguindo manter suas pesquisas devido aos demais recursos captados. Outros centros que desenvolvem pesquisas igualmente importantes e estratégicas - mas que não conseguem captar

recursos externos na mesma intensidade – estão com diversas de suas atividades de pesquisa prejudicadas.

Ação 4874 – Insumos Tecnológicos Estratégicos

Produzir insumos tecnológicos resultantes das ações de pesquisa e desenvolvimento para aumentar a eficiência do processo de adoção de inovações.

As metas previstas no Orçamento e na Programação Inicial (índice de quantidade de insumos igual a 100), não foram alcançadas; o índice atingiu 84,5. A produção de sementes foi prejudicada por adversidades climáticas (seca) no primeiro semestre, apesar de certa recuperação no segundo semestre, somando 249.380 quilos em 2015, quase 20% abaixo dos 307.875 quilos produzidos em 2014. Restrições orçamentárias também afetaram a realização da meta prevista, notadamente o contingenciamento de 20% dos recursos do Tesouro presentes na dotação inicial do orçamento. Do total Liquidado explicitado na Tabela 5, R$ 260.804 referem-se a Serviços de Limpeza, Vigilância e Outros PJ, R$ 1.028.851 a Outros Serviços de Terceiros PJ, e R$ 1.297.269 a Utilidade Pública, que responderam somados por mais de 66% daquele total Liquidado. Portanto, menos de 34% do total Liquidado restaram para as despesas com Diárias, Passagens e Locomoção, e Material de Consumo, que engloba todos os materiais necessários à produção de insumos.

Ação 4891 – Transferência de Conhecimento para o Agronegócio

Formar recursos humanos por meio de cursos e treinamentos, atendimentos diretos a demandas dos usuários, e democratização do acesso aos conhecimentos gerados pelas pesquisas, ampliando e facilitando o acesso eletrônico a informações técnico-científicas de qualidade.

As metas previstas no Orçamento e na Programação Inicial (600.000 atendimentos técnicos) foram superadas.
Foram treinadas 57.949 pessoas (Marco de Monitoramento 1), e os atendimentos diretos atingiram 631.229 (MM 2), totalizando os 689.178 atendimentos técnicos. Os acessos às *homepages* dos Institutos de Pesquisa da APTA somaram 2,44 milhões em 2015 (MM 3). A meta só foi atingida devido ao montante de recursos (Demais Recursos) captados, principalmente junto às agências de fomento e à iniciativa privada.

Ação 4872 – Análises Laboratoriais para a Qualidade e Segurança Alimentar

Regular e monitorar a qualidade de produtos e processos para atender as exigências de qualidade certificada e rastreabilidade necessárias à competitividade externa e à segurança alimentar.

O número de análises laboratoriais realizadas em 2015 foi de 350.704, superior às metas do Orçamento (250.000 análises) e da Programação Inicial (271.000 análises). Essa quantidade só foi atingida devido ao montante de recursos (Demais Recursos) captados,principalmente junto às agências de fomento e à iniciativa privada.

As três Ações abaixo não receberam recursos do Tesouro em 2015. Partes das atividades foram efetuadas nos âmbitos das Ações 4891 e 5925:

Ação 2048 – Sistema de Informações Estatísticas do Agronegócio

Ampliar o acesso e a qualidade da base de informações socioeconômicas do agronegócio paulista, relacionadas às estatísticas de produção, preços agrícolas, emprego e salário, geração de renda, exportação e importação, para reduzir a assimetria de informação entre os agentes, conferir transparência e subsidiar ações dos setores público e privado.

Ação 8201 – Desenvolvimento Sustentável Da Pequena Propriedade Rural No Estado De São Paulo

Intensificar a produção leiteira a pasto em pequenas propriedades e aproveitar áreas marginais não utilizadas, produzindo energia e alimentos; melhorar a produtividade e

qualidade do leite por meio do uso de raças e manejo adequados, com a implantação do controle sanitário focado na implantação do selo paulista de qualidade total; melhorar os índices produtivos e econômicos na atividade leiteira.

Ação 8202 – Mudanças Climáticas Globais e Diferentes Cenários para a Agricultura Paulista

Subsidiar políticas públicas, ampliar o zoneamento e avaliação de impactos ecológicos, econômicos e sociais, promover o uso sustentável dos recursos hídricos, a estabilidade da produção agrícola e geração de renda de acordo com a aptidão local, indicar sistemas de produção para as diferentes regiões, e informar como variações climáticas afetam a produção, mantendo a posição de destaque do Estado.

Programa 1307 – Desenvolvimento Local Integrado Sustentável

Promover os agentes locais de desenvolvimento como articuladores das forças presentes nos municípios, visando conjugar o desenvolvimento econômico, a promoção da cidadania e a preservação do meio ambiente.

No contexto da dotação inicial, a expectativa de execução neste Programa foi baixa, cerca de 29,76%, com o custeio correspondendo a 30,12% e o investimento a 26,39%. O que reflete esta situação é a inserção da dotação contingenciada que corresponde a 18,66% e 25,83% da dotação orçamentária para pagamento de subvenções voltadas às iniciativas de negócio do Projeto de Microbacias II – Acesso ao Mercado, relativa à Unidade Orçamentária 13001 – Adm. Superior da Secretaria e Sede – ASSS, aprovado pela Lei Orçamentária Anual nº 15.646, de 23 de dezembro de 2014. Além disso, com a crise econômica que o país atravessa, o Decreto nº 61.131, de 25/02/2015 adotou medidas de redução e otimização das despesas de custeio em 10% da dotação orçamentária.

Levando em consideração as restrições orçamentárias e financeiras e da dotação atual do Programa, a perspectiva da execução alcançou um percentual de 51,61 da dotação efetiva, sendo em custeio 65,24% e em investimento 15,69%. Diante dos índices apresentados, apresentamos a seguir o resultado em cada Ação deste Programa:

Ação 2286 - Microbacias II - Acesso ao Mercado para os Agricultores Familiares

Aumentar a competitividade da Agricultura Familiar do Estado de São Paulo, favorecendo o acesso ao mercado e assegurando a sustentabilidade ambiental e social da atividade.

Analisando o projeto pela dotação inicial a expectativa de execução está aquém do desejado em torno de 17,22%, sendo em custeio 16,01% e em investimento 26,96%, o que reflete esta situação, é inserção da dotação contingenciada que corresponde 6,78%, 3,26% correspondente às reprogramações orçamentárias em outras Ações voltadas à execução do projeto e 41,09% da dotação orçamentária para pagamento de subvenções voltadas às iniciativas de negócio do Projeto de Microbacias II – Acesso ao Mercado que corresponde à Unidade Orçamentária 13001 – Adm. Superior da Secretaria e Sede – ASSS, aprovado na Lei Orçamentária Anual nº 15.646, de 23 de dezembro de 2014. Por outro lado, com a crise econômica que o país atravessa, o Decreto nº 61.131, de 25/02/2015, adotou medidas de redução e otimização das despesas de custeio em 10% da dotação orçamentária..

Levando em consideração as restrições orçamentárias e financeiras e da dotação atual do Programa, a perspectiva da execução alcançou um percentual de 35,25% da dotação efetiva, sendo em custeio 50,36% e em investimento 14,46%. Diante dos índices apresentados, elucidamos a seguir os resultados alcançados na Ação:
O Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado (PDRS – Microbacias II) está apoiando as organizações de produtores rurais para que possam participar de maneira mais efetiva junto ao mercado consumidor. Assim, consolida um novo perfil de agricultor familiar empresarial, capaz de gerar mais renda a partir da atividade rural e,

principalmente de reduzir o êxodo rural da população mais jovem, permitindo que passem a participar do processo de gestão desses novos empreendimentos.

Iniciativas de Negócio das Associações e Cooperativas

Após seis (6) chamadas públicas para que as organizações de produtores apresentassem propostas de iniciativas de negócio, o PDRS – Microbacias II acumulou, até o final do ano de 2015, 205 planos de negócios aprovados e em plena execução, o que totaliza um apoio financeiro de R$ 85,57 milhões, na forma de subvenção econômica para as associações e cooperativas de produtores rurais, sendo que 143 novos planos referentes à sexta chamada pública, em fase final de avaliação, deverão ser aprovados no primeiro trimestre de 2016, com expectativa de apoio financeiro complementar de R$ 55 milhões, devendo comprometer 100% dos recursos previstos de incentivos.

Iniciativas de Negócios ao longo das chamadas públicas

Chamada	No. Propostas em Execução	Valor Projeto (R$)	Valor apoiado (R$)	Contrapartida (R$)
1ª	33	19.965.334,33	13.441.894,65	6.523.439,68
2ª	34	20.564.119,50	13.694.895,21	6.869.224,29
3ª	28	18.070.465,04	12.093.012,24	5.977.452,80
4ª	50	33.771.677,48	21.441.979,97	12.329.697,51
5ª	60	33.932.785,70	23.295.061,78	10.637.723,92
I*	5	484.059,24	415.974,53	68.084,71
Q*	8	1.263.817,42	1.187.605,68	76.211,74
Total	**218**	**128.052.258,71**	**85.570.424,06**	**42.481.834,65**

19 propostas aprovadas não foram executadas por desistência ou impedimento da organização beneficiária.

* refere-se a projetos comunitários de comunidades indígenas e quilombolas apoiadas pelo Projeto, no âmbito das Salvaguardas Sociais.

As organizações de produtores enfrentam grandes dificuldades para implantar as Propostas de Iniciativa de Negócios aprovadas e habilitadas, principalmente em razão do tempo necessário para obtenção da contrapartida financeira; complexidade nos processos de obtenção das certidões legais exigidas para funcionamento da entidade; tempo despendido para providenciar toda a documentação necessária na emissão de licenças ambientais; exigências nos procedimentos para aquisições de bens e serviços; indisponibilidade de local físico para implantação dos empreendimentos coletivos, dependendo, na maioria absoluta dos casos, de cessão de uso por parte do poder público municipal, com aprovação de lei pela câmara de vereadores. Assim, grande parcela das organizações beneficiárias não consegue implantar os empreendimentos autorizados dentro dos prazos definidos nos cronogramas planejados, sendo necessário estender os prazos para que haja a plena execução dos projetos aprovados.

Para resolver a obtenção de crédito para a contrapartida financeira por parte das organizações beneficiárias, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento – SAA viabilizou o financiamento dessa parcela junto ao FEAP, por meio de duas linhas de crédito já existentes (“Apoio a Pequenas Agroindústrias” e “Máquinas e Equipamentos Comunitários”), com prazos de pagamento de 6 anos, sendo 2 anos de carência e juros de 3% ao ano.

Assim, foram elaborados pela CATI 64 solicitações de financiamento da contrapartida para as associações e cooperativas e, embora ainda se depare com o excesso de exigências burocráticas do agente financeiro (Banco do Brasil), houve uma aceleração da execução das iniciativas de negócio, em 2015, por parte das organizações.

Considerando o valor de incentivos já aprovados (R$ 85,57 milhões) até a quinta chamada pública e o nível de implementação por parte das associações e cooperativas (R$ 33,64 milhões), foi acordado com o Banco Mundial uma estratégia de monitoramento da execução das

propostas aprovadas, além do pedido de extensão do Acordo de Empréstimo até setembro/2017, negociado pela Secretaria da Fazenda e aprovado em setembro/2015.

Município	Nome da Organização	Empreendimento	Projeto (R$)	Apoiado (R$)
Adamantina	Associação Passiflora de Produtores Rurais de Adamantina e Região - APPRAR	Implantação de packing house e logística de transporte	1.165.610,70	800.000,00
Angatuba	Cooperativa de Laticínios Angatubense - COLAN	Programa de qualidade de leite	404.016,66	282.811,66
Araçatuba	Cooperativa Agropecuária do Brasil Central - COBRAC	Implantação de agroindústria de óleo de soja	1.264.016,00	800.000,00
Araras	Associação dos Apicultores de Araras e Região (AAAR)	beneficiamento e embalagem	86.020,00	60.214,00
Avaí	Centro de Cultura Terena Kipae	Implantação de unidade de processamento de mandioca	165.120,21	99.000,00
Barbosa	Associação dos Produtores de Leite de Barbosa - APROLEIB	Armazenamento do leite nas propriedades	770.681,40	529.676,98
Barretos	Cooperativa de Produtores Rurais de Barretos e Região - COOPBAR	Logística de transporte	153.825,00	107.677,50
Brejo Alegre	Associação União dos Assentamentos de Brejo Alegre e Birigui- AUAB	Logística de transporte	207.200,00	145.040,00
Brodowski	Associação dos Produtores Rurais da Microbacia do Córrego do Matadouro - Bairro Contendas	Infraestrutura para melhoria da qualidade	745.791,30	521.051,72
Caconde	Associação do Desenvolvimento Comunitário do Vale do Jaboticabal	Infraestrutura para melhoria da qualidade	269.343,18	187.840,21
Casa Branca	Associação dos Produtores Rurais do Sitio Lambari	Implantação de packing house	1.069.919,36	746.843,55
Castilho	Associação Nova Ypê	Logística de transporte e acondicionamento	152.668,00	106.867,60
Colômbia	Associação Agropecuária Formiga	Logística de transporte	205.470,00	143.829,00
Divinolândia	Associação dos Cafeicultores de Montanha de Divinolândia - APROD	Beneficiamento e Certificação de café	1.142.000,00	799.400,00
Fernandópolis	Associação dos Produtores Rurais de Fernandópolis	Estruturação de packing house para olerícolas e frutas	754.811,53	524.527,47
Gabriel Monteiro	Associação dos Produtores Rurais de Gabriel Monteiro	Mecanização da colheita visando redução de custo e melhoria na qualidade dos grãos	761.521,53	528.965,07

Município	Nome da Organização	Empreendimento	Projeto (R$)	Apoiado (R$)
Garça	Associação dos Produtores de Cafés Especiais da Região de Garça - Garça Speciality Coffee Association	Beneficiamento e Logística de transporte de café	458.765,58	308.005,91
Garça	Associação dos Produtores de Cafés Especiais da Região de Garça - Garça Speciality Coffee Association	Infraestrutura para melhoria da qualidade	267.200,00	186.540,00
Getulina	Associação Nova União do Assentamento Simon Bolivar	Logística de transporte	290.060,24	196.042,17
Guarantã	Associação dos Produtores do Projeto de Assentamento Pasto do Planalto	Logística de transporte	47.490,00	33.067,65
Guaratinguetá	Cooperativa dos Produtores de Arroz do Vale do Paraíba	Aquisição de Laboratório Móvel de Análise Comercial e de Qualidade de Arroz Agulhinha em Casca	81.700,50	57.190,35
Ibiúna	Cooperativa dos Agricultores Familiares de Ibiúna	Implantação de Packing House e Logística de Distribuição de olerícolas	529.965,00	370.975,50
Itapetininga	Associação dos Produtores Rurais do Rio Acima e Faxinal - APRRAF	Logística de Transporte - Aquisição de caminhão	487.314,76	341.120,33
Itápolis	Cooperativa dos Agropecuaristas Solidários de Itápolis e Região - COAGROSOL	agroindústria de transformação - suco de frutas	1.480.000,00	800.000,00
Itaporanga	Associação dos Plasticultores de Itaporanga - API	logística de transporte de olerícolas	906.309,00	634.416,30
Itatinga	Associação de Apicultores do Pólo Cuesta (AAPC)	Reforma da casa do mel	145.041,36	101.528,95
Jales	Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores da Região de Jales	logística de transporte de frutas e olerícolas	143.745,00	97.060,20
Jeriquara	Associação dos Produtores Rurais do Município de Jeriquara	Mecanização da colheita visando redução de custo e melhoria na qualidade dos grãos	713.882,00	499.717,40
Jundiaí	Cooperativa Agrícola Nossa Senhora das Vitórias	beneficiamento e embalagem de frutas	260.000,00	182.000,00
Jundiaí	Cooperativa Agrícola dos Produtores de Vinho - AVA	Aquisição de equipamentos para envase da produção de vinhos	751.161,08	522.812,76
Junqueirópolis	Cooperativa Agrícola de Junqueirópolis – COOPAJ	logística de processamento de frutas	561.451,64	393.016,15
Lins	Associação dos Produtores e Olericultores da Marechal Rondon de Lins - APOL	logística de transporte de olerícolas	43.270,00	29.965,95

Município	Nome da Organização	Empreendimento	Projeto (R$)	Apoiado (R$)
Manduri	Associação dos Produtores Rurais do Bairro Araras de Manduri - APRUBAM	Logística de comercialização de café	341.414,85	220.764,63
Nova Campina	Cooperativa Agropecuária Familiar de Nova Campina - COAGROCAMP	logística de transporte de olerícolas	215.153,84	150.607,69
Nova Granada	Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Terra Nossa	packing house para processamento de olerícolas	53.713,24	37.599,27
Palmital	Cooperativa Palmitalense de Bananicultores - COOPABAN	Estruturação de packing house para processamento e logística de transporte para banana	1.227.212.42	800.000,00
Pardinho	Associação de Produtores Rurais de Pardinho - APRUPAR	Aquisição de equipamentos para otimizar a mecanização da colheita de café	195.981,50	137.187,05
Pardinho	Associação de Produtores Rurais de Pardinho - APRUPAR	Beneficiamento de café	101.812,04	71.268,42
Pardinho	Associação de Produtores Rurais de Pardinho - APRUPAR	Mecanização da colheita visando redução de custo e melhoria na qualidade dos grãos	227.126,50	158.988,55
Parisi	Associação dos Produtores Rurais de Parisi - APRORUPA	Logística de transporte de leite	469.053,62	306.980,42
Pereira Barreto	Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Olga Benário	Logística de transporte de olerícolas	48.015,00	31.616,03
Piracicaba	Cooperativa dos Produtos Lacteos-Coplacana/COPLAC	Agroindústria de leite	490.951,00	265.291,30
Piraju	Associação dos Plasticultores de Piraju - APPI	Logística de transporte de olerícolas	448.000,00	313.600,00
Pirajuí	Associação dos Produtores Rurais da Microbacia Hidrográfica do Rio Dourado-nascente	Beneficiamento e colheita de café	747.005,82	481.604,07
Pirassununga	Associação do Centro Comunitário Taquari Córrego	Implantação de packing house para processamento mínimo	122.956,46	81.259,73
Populina	Associação dos Pequenos Produtores Rurais Assentados Santa Rita	Logística de transporte de olerícolas	244.983,45	171.488,42
Pratânia	Associação dos Produtores Rurais da Microbacia Hidrográfica do Rio Claro	colheita e beneficiamento de café	604.000,00	422.800,00

Município	Nome da Organização	Empreendimento	Projeto (R$)	Apoiado (R$)
Regente Feijó	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Bairro Palmitalzinho	Infraestrutura para melhoria da qualidade	634.135,38	433.299,30
Salto de Pirapora	Associação Remanescente de Quilombo Kimbundu do Cafundó	Construção de um barracão multiuso	70.350,00	65.538,00
Salto de Pirapora	Associação Remanescente de Quilombo Kimbundu do Cafundó	Equipamentos para produção de hortaliças	33.800,00	33.462,00
Santa Cruz do Rio Pardo	Associação de Agricultores de Caporanga - AGROCAP	Logística de transporte	415.324,92	281.343,52
Santa Isabel	Associação Isabelense de Produtores Rurais - AIPRO	Logística de transporte de olerícolas e frutas	156.973,00	109.881,10
São João do Pau d'Alho	Associação dos Produtores Rurais, Industriais e Moradores do Município de São João do Pau d'Alho - APRIMOR	Redução de custos de colheita e melhoria da qualidade do urucum	364.000,00	254.800,00
São José do Rio Preto	COOPERIOPRETO - Cooperativa dos Produtores Rurais de São José do Rio Preto	Implantação de packing house e logística de transporte de olerícolas	578.198,09	400.395,28
São Miguel Arcanjo	Cooperativa Agrícola Sul Brasil de São Miguel Arcanjo	Estruturação de packing house e logística de transporte de frutas	1.158.120,38	800.000,00
Sete Barras	Cooperativa Agropecuária de Produtos Sustentáveis do Guapiruvu - COOPERAGUA	Estruturação de packing house e logística de transporte de banana	458.900,00	321.230,00
Socorro	Associação Rural da Microbacia Hidrográfica do Ribeirão dos Cubas	beneficiamento e embalagem	132.880,68	93.016,48
Sud Mennucci	Associação dos Produtores Rurais do município de Sud Mennucci	Aquisição de tanques refrigeradores de leite	463.549,20	322.368,14
Taquarivaí	Associação do Desenvolvimento Agropecuário de Taquarivaí - AGROPET	Estruturação de packing house e logística de transporte de olerícolas	705.260,41	493.682,29
Urupês	Associação de Produtores Rurais de Urupês	Implantação de packing house para processamento de limão	639.002,20	429.197,44
Valinhos	Associação Agrícola de Valinhos e Região - AAVR	Implantação de packing house para processamento de figo	900.047,50	630.033,25
			27.506.080,11	**19.456.506,76**

Com assessoria técnica e gerencial para as organizações de produtores, a CATI tem apoiado a identificação e definição de potenciais iniciativas de negócio e auxiliado na regularização fiscal, além de inúmeras atividades de capacitação técnica nas cadeias produtivas relacionadas com as propostas de negócio e questões de gestão administrativa.

Obras de Adequação de Estradas Rurais

Para viabilização das obras de adequação de trechos críticos e manutenção de estradas rurais, é condição a adesão das Prefeituras Municipais, através de convênio com a SAA para o repasse de recurso. Até 2015 foram formalizados 36 convênios, sendo que 2 prefeituras municipais renunciaram e 21 obras foram finalizadas até dezembro de 2015.

Obras de Adequação de Estradas Rurais

EDR	Município	KM	Microbacias II	Contrapartida Município
Araçatuba	Brejo Alegre	9,63	349.992,00	54.340,81
Assis	Assis	9,83	310.497,96	34.499,78
Assis	Palmital	40,65	347.507,22	38.611,91
Avaré	Itaporanga	4,49	346.766,60	38.529,62
Botucatu	Botucatu	22,55	349.193,69	38.799,29
Botucatu	Itatinga	37,9	334.003,52	37.111,50
Botucatu	Pardinho	33,94	349.823,16	38.869,24
Botucatu	Pratânia	16,2	348.713,43	38.745,94
Catanduva	Urupês	5,09	256.944,59	28.549,40
Dracena	Pacaembu	36,25	349.982,27	38.886,92
Dracena	Tupi Paulista	7	349.813,95	39.320,37
Franca	Batatais	8,2	273.998,02	30.444,23
Franca	Jeriquara	8,63	306.208,89	34.023,21
General Salgado	Auriflama	8,22	308.182,99	34.242,55
General Salgado	Sud Menucci	9,47	340.065,08	37.785,01
Itapetininga	São Miguel Arcanjo	26,55	349.184,35	38.798,26
Itapeva	Taquarivai	7,98	349.852,05	38.872,45
Jaboticabal	Cândido Rodrigues	6,84	188.934,92	28.995,54
Jaboticabal	Itápolis	8,97	349.140,67	38.793,41
Jaú	Torrinha	6,7	167.354,19	18.594,91
Limeira	Araras	11,47	349.777,44	38.864,16
Limeira	Limeira	15,2	348.940,97	38.771,22
Lins	Guarantã	9,6	289.629,36	32.181,04
Marília	Garça	6,19	329.226,41	36.580,71
Mogi das Cruzes	Santa Isabel	11,16	344.023,54	38.224,84
Mogi Mirim	Artur Nogueira	28,84	314.598,26	34.955,36
Piracicaba	Piracicaba	32,29	276.936,42	30.770,71
Presidente Venceslau	Presidente Venceslau	41,19	314.986,68	34.998,52
Registro	Juquiá	34,63	349.981,08	38.886,78
Registro	Sete Barras	16,5	306.568,56	34.063,17
Ribeirão Preto	Guatapará	10,68	287.787,88	31.976,43
São João da Boa Vista	Divinolândia	28,87	314.270,33	34.918,93
São João da Boa Vista	Tambaú	35,24	348.146,57	38.682,95
São José do Rio Preto	Nova Granada	4,67	222.008,10	24.667,56
Total		**601,62**	**10.723.041,15**	**1.215.356,73**

Em 2015 foram finalizadas as reformas de 15 Casas da Agricultura:

Reforma das Casas da Agricultura finalizadas

EDR	Município	Valor - R$
Botucatu	Pardinho	118.700,00
Botucatu	Laranjal Paulista	151.918,08
Botucatu	Itatinga	175.290,49
Dracena	Irapuru	89.484,81
Franca	Santo Antonio da Alegria	123.533,83
Franca	São José da Bela Vista	121.231,54
Franca	Altinópolis	126.059,40
Jaboticabal	Borborema	183.765,00
Lins	Pirajuí	130.963,24
Ourinhos	Bernardino de Campos	139.200,00
Presidente Prudente	Alfredo Marcondes	142.679,78
Presidente Prudente	João Ramalho	141.391,20
Presidente Prudente	Santo Expedito	145.690,04
Registro	Iporanga	168.991,03
Ribeirão Preto	Serra Azul	136.318,99
Total		**2.095.217,43**

Ação 2471 - Práticas de Manejo de Solo Sustentáveis para Mitigação das Emissões de Carbono

Implantar ações junto à comunidade rural voltadas à mitigação de carbono, visando a sustentabilidade ambiental, em consonância com a Política Estadual de Mudanças Climáticas.

Este projeto neste exercício não foi contemplado orçamentariamente, apenas com valor simbólico, na aprovação da Lei Orçamentária Anual nº 15.646, de 23 de dezembro de 2014, o que inviabilizou o alcance das metas previstas na Lei das Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual 2012/2015.

Visando dar continuidade às ações relacionadas às Boas Práticas Agropecuárias executadas em todo o Estado, e não prejudicando algumas ações desenvolvidas e em andamento, algumas de suas partes foram executadas na Ação 4437 – Assistência Técnica e Extensão Rural para uma Agricultura Sustentável.

Ação 4435 - Abastecimento de Sementes e Mudas no Estado de São Paulo.

Abastecer supletivamente os agricultores de todos os municípios do Estado de São Paulo, com prioridade para a produção de sementes de culturas de alimentação básica e mudas de espécies frutíferas e florestais nativas.

A ação insere-se na estratégia de garantir ao agricultor familiar o acesso a sementes e mudas com garantia de qualidade genética, fisiológica e sanitária, de melhor relação custo/benefício, visando à sustentabilidade da produção agrícola, e sua inclusão social.
O atual cenário da produção de sementes no Brasil é de crescente oferta de espécies transgênicas. Em São Paulo, entretanto, a CATI, por meio do seu Departamento de Sementes, Mudas e Matrizes-DSMM, opta por ofertar sementes tipo “variedade”, não transgênica, de ótimo potencial produtivo, adaptado às condições paulistas. Estas variedades têm sua importância

tanto na agricultura convencional, como também na produção “orgânica”, onde os preceitos produtivos impedem qualquer uso de sementes geneticamente modificadas.
O DSMM está em processo de ajuste da produção de sementes para alimentação básica como arroz, feijão, milho e trigo, sendo importante insumo de política de segurança alimentar, também desenvolve projetos de produção de sementes no sistema orgânico de arroz, feijão e milho, para atender a crescente demanda dos agricultores familiares deste segmento.
Na safra das águas 2014/2015 e inverno 2015/2015, o DSMM instalou 61 campos de produção de sementes, num total de 2.877 hectares, em suas áreas próprias e por meio de cooperadores. Para condução destes campos de sementes, foi necessária a realização de mais de 305 laudos de vistoria e “roguing” (eliminação de plantas indesejadas). Desses campos, a produção bruta colhida de 2.763 toneladas resultou em 1.490 toneladas de sementes beneficiadas, das quais 1.237 toneladas dentro dos padrões oficiais de sementes. Em 2015, o DSMM comercializou 1.189 toneladas de sementes.

Atividades DSMM/CATI.

Insumo	Quantidade
Sementes (kg)	1.200.000
Mudas (unidade)	1.100.000
Análises sementes	13.560
Auditorias (horas)	488
Capacitação (horas)	1.480

FONTE: DSMM/CATI/SAA

No ano de 2015 foram disponibilizados a todos os 645 municípios paulistas sementes e mudas de qualidade beneficiando mais de 12.582 produtores rurais, principalmente, os pequenos e médios produtores; realizando atendimento direto a 265 municípios por seus Núcleos e pelas Casas de Agricultura, atingindo 75,71% da meta estipulada no SIMPA de 350 municípios (com atendimento direto), sendo que esse número não reflete a realidade, pois não se considera os municípios atendidos por meio de parcerias com cooperativas e outros pontos de venda.
A rede de laboratórios de análise de sementes da CATI realizou 13.560 análises em 3.390 amostras de sementes, emitindo 1.687 boletins oficiais de resultados, inclusive de amostras para análise de sementes importadas pelas empresas, obrigatório para comercializar as sementes importadas no País. Foram realizados treinamentos em análise de sementes de 22 espécies para responsáveis técnicos e analistas de laboratórios de empresas de sementes, totalizando 1.480 horas. Foram ainda realizadas 488 horas de auditorias em 12 laboratórios para fins de credenciamento pelo Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Com relação à execução orçamentária do exercício de 2015, bem como dos demais exercícios, no caso do Departamento de Sementes Mudas e Matrizes da CATI, depende da dimensão do plano de produção de sementes e mudas estabelecido anualmente com base nas demandas dos diversos setores envolvidos, como indústria, produtores, área de plantio, intenção de plantio, interesse por espécies e variedades conforme preços de venda dos produtos agrícolas.
Desta forma a variação nas quantidades a produzir de sementes e mudas a cada ano varia intensamente, impactando no volume de despesas realizadas para atendimento ao plano de produção e conseqüentemente na execução orçamentária. Um claro exemplo ocorre com a demanda de sementes de trigo, e por decorrência da produção pelo DSMM. Quando as indústrias de farinha (moinhos) indicam à intenção de aquisição de trigo dos produtores locais a demanda passa de 50 mil sacos de 40 kg (como ocorreu nos anos de 2008 e 2009). Quando os moinhos preferem a aquisição de trigo importado essa intenção de plantio cai para 15 a 20 mil sacos de sementes. Desta forma o plano de produção de sementes do DSMM é adequado para cada realidade, influenciando o nível de execução orçamentária.

Ação 4437 - Assistência Técnica e Extensão Rural para uma Agricultura Sustentável – ATERAS

Promover o aumento da competitividade econômica dos agronegócios locais e regionais, com a geração de emprego e renda e a preservação do meio ambiente.

Diante do contexto da dotação inicial a expectativa de execução está aquém do desejado em torno de 25,72%, sendo em custeio 25,73% e em investimento 25,18%, o que reflete esta situação, é inserção da dotação contingenciada que corresponde 73,44%, sendo 64,80% oriundos de Emenda Aglutinativa nº 9680 (Emenda Parlamentar) e 5,64% correspondente a 20% do orçamento contingenciado. Por outro lado, com a crise econômica que o país atravessa, o Decreto nº 61.131, de 25/02/2015, adotou medidas de redução e otimização das despesas de custeio em 10% da dotação orçamentária.

Levando em consideração as restrições orçamentárias e financeiras e da dotação atual do Programa, alcançou a expectativa da execução de 72,45% da dotação efetiva, sendo em custeio 75,68% e em investimento 25,18%. Assim, diante dos índices apresentados, elucidamos os resultados alcançados na Ação.

No tocante a dotação orçamentária da fonte de recursos do fundo especial de despesas, a execução não correspondeu à expectativa prevista no convênio do Crédito Orientado com o Banco do Brasil em razão da demanda dos projetos apresentados pelo agente financeiro (Banco do Brasil), ocasionando, portanto, uma receita menor do que a prevista.

A ação 4437 visa realizar atividades de assistência técnica e extensão rural, em consonância com o planejamento municipal, com a adoção de boas práticas agrícolas e estratégias adequadas ao mercado local e regional, visando o desenvolvimento sustentável da atividade agropecuária.

No ano de 2015 foram firmados convênios SEIAA com 254 municípios, o que possibilitou o envolvimento de 546 servidores municipais no desenvolvimento dos trabalhos em ações de assistência técnica e extensão rural para o atendimento aos agricultores e desenvolvimento de Projetos de Desenvolvimento Rural.

No mesmo ano foram estabelecidos na CATI os trabalhos de aprimoramento das cadeias produtivas. Ampliando as atividades da ação, estabeleceram-se novas atividades visando à recuperação de áreas degradadas e o desenvolvimento das cadeias produtivas.

Em 2015 foram cadastradas 1.392 propostas de trabalhos em 526 municípios, ou seja, atingiram 81,5% dos municípios do Estado de São Paulo, distribuídos nas cadeias de Aquicultura (37), Bovinocultura de Corte (92), Bovinocultura de Leite (225), Cafeicultura (50), Fruticultura (116), Heveicultura (43), Olericultura (230) e demanda (406), que destina-se a atender as atividades dos projetos não cadastrados na Casa da Agricultura.

Esta ação possibilitou ainda a efetivação das demais atividades da CATI no âmbito do Estado, entre elas:

- levantamento e previsão de safras;
- atualização do Banco de Dados do LUPA - Levantamento Cadastral das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo;
- execução de várias políticas públicas, especialmente na área de crédito rural, sendo responsável pela emissão de declarações de aptidão para acesso ao Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista – FEAP e ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, bem como a elaboração de propostas de financiamento junto ao produtor rural;
- participação em programas de compras institucionais voltados à agricultura familiar (Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social – PPAIS, Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, Programa de Aquisição de Alimentos – PAA);
- capacitação de corpo técnico e administrativo da rede, e coordenação das atividades de treinamento e desenvolvimento dos produtores rurais;
- difusão de conhecimentos técnicos por meio de publicações e de diversos canais de comunicação,
- manutenção e difusão de base de dados de informações agrometeorológicas;
- Assistência Técnica e Extensão Rural aos produtores rurais do Estado, por meio de atendimento nas Casas da Agricultura e visitas às propriedades rurais.

Atividades desenvolvidas nos "Projetos Institucionais" com recursos da ATERAS.

Projeto	Acompanhamento Regional[1]	Capacitação Produtores[2]	Levantamento3	Unidade Demonstrativa	Visitas
Demanda[4]	13.509	4.026	9.963		22.253
Aquicultura	242	3.264	61	1	826
Bovinocultura de Corte	894	2.068	457		2.764
Bovinocultura de Leite	2.668	7.236	870	1	10.902
Cafeicultura	626	680	1.170		2.671
Fruticultura	1.022	2.702	376	13	4.667
Heveicultura	346	918	517	1	926
Olericultura	2.200	10.105	1.458	3	10.864
Recuperação de Áreas Degradadas	1.452	2.134	1.043		2.647
Total geral	**22.959**	**33.133**	**15.915**	**19**	**58.520**

1 Atendimento do técnico da regional para apoiar ou atender a uma solicitação da Casa da Agricultura;
2 Número de produtores capacitados;
3 Levantamentos destinados a atualização de informações estatísticas dos municípios;
4 Demanda refere-se a todas as atividades desenvolvidas pela Casa da Agricultura e não estão cadastradas nos projetos incluindo-se algumas atividades relacionadas à Ação 2471;
Fonte: Sistema de Gestão dos Projetos Institucionais/CATI/SAA

Atividades desenvolvidas nos "Projetos Institucionais" com recursos da ATERAS

Projeto	Elaboração de Projeto	Capacitação de Técnicos	Educação Sanitária
Demanda		2.621	
Aquicultura		60	2
Bovinocultura de Corte		386	139
Bovinocultura de Leite		624	172
Cafeicultura		178	16
Fruticultura		124	76
Heveicultura		63	
Olericultura		596	216
Recuperação de Áreas Degradadas	253	300	
Total geral	**253**	**4.952**	**621**

Diante das ações executadas nas cadeias produtivas em todo o Estado, no contexto da execução orçamentária e financeira, o percentual atendeu às expectativas, alcançando o objetivo proposto por meio da execução das atividades descritas no quadro acima.

Programa 1308 – Abastecimento e Segurança Alimentar

Diminuir os Índices de Insegurança Alimentar do Estado de São Paulo, por meio de políticas públicas voltadas ao estímulo de produção de alimentos, à criação de canais de comercialização ao consumidor, ao combate de desperdício de alimentos, à promoção da capacitação, promovendo a alimentação saudável, à geração de renda e a difusão de conhecimento.

Ação 4783 - Ações Integradas em Segurança Alimentar

No âmbito das ações da Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios – Codeagro, as ações integradas em segurança alimentar atuam na promoção, orientação, capacitação e conscientização das pessoas para a melhoria da qualidade de vida. Para isso, oferece cursos e palestras em cozinhas técnicas experimentais para adoção de uma alimentação equilibrada, saudável, evitando o desperdício de alimentos, além da distribuição de livros e manuais para este acompanhamento. Executa a distribuição de sementes para instalação de hortas convencionais ou em ambiente protegido e agrega valor a renda dos produtos, disponibilizando canais de comercialização do produtor ao consumidor.

Hortas Comunitárias

As hortas comunitárias, para as quais a CODEAGRO distribui sementes por intermédio das Prefeituras Municipais, entidades assistenciais, casas de agricultura e organizações não governamentais, é outra ação relevante que beneficia uma expressiva quantidade de pessoas, tendo sido distribuídos 34 kg para plantio de 33 hectares, atendendo aproximadamente 47 mil pessoas em 2015.

Centro de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – CESANS

O Centro de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – Cesans atua na orientação e conscientização das pessoas sobre a necessidade de uma alimentação balanceada e saudável, oferecendo cursos, palestras e publicações nas áreas de nutrição, economia doméstica e geração de renda.

No ano de 2015, foram entregues 5.323 exemplares de publicações técnicas de orientação nutricional e educação alimentar, também foram testadas 82 receitas na cozinha experimental visando o aproveitamento integral dos alimentos e realizou-se o treinamento presencial de 5.250 pessoas. Destaque para os cursos ministrados no festival de VI Festival de Gastronomia Orgânica, realizado no Parque da Água Branca, Lançamento do livro “Cogumelo – variedades e receitas” no VIII Simpósio Internacional sobre cogumelo no Brasil – SICOG, Palestra no Seminário “Nutrição na Adolescência: uma horta para saúde”, em parceria com a Secretaria da Saúde Realização da XXII Semana da Alimentação, cujo tema foi: “Semeando Saúde”, além do evento comemorativo ao “Dia Mundial da Alimentação”, onde foi lançada a publicação “Sabores da Horta – do plantio ao prato”.

Com o objetivo de potencializar a ações sobre a necessidade de uma alimentação saudável, ao longo do ano, foram desenvolvidos trabalhos de divulgação, abrangendo *“Home Page”* e “Redes Sociais”, na qual foram realizados 3.118 downloads de publicações técnicas (disponibilização on-line: novembro e dezembro); 474 posts publicados no *“Facebook”*, obtendo 13.215 curtidas, com média de 36 curtidas por dia, alcançando 82% de mulheres e 18% de homens; foram elaborados 26 vídeos e publicados no *“Youtube”*(a partir de junho), atingindo 5.537 visualizações, totalizando 186 inscritos no canal. Além disso, também foram inseridas publicações na plataforma *“Issuu”* (a partir de setembro), obtendo 1.787 leituras e 167.289 resultados relacionados a busca sobre o tema “Alimentação Saudável”. No *“Instagram”* (a partir de novembro), foram 17 publicações, com 100 curtidas; e no *“Twitter”* (a partir de junho), foram 487 *“tweets”*, com 12 curtidas e 41 seguidores.

Horta Educativa

O Projeto Horta Educativa desenvolvido pelo Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo - FUSSESP, em parceria com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios – CODEAGRO, tem como objetivo fortalecer o trabalho educacional voltado à formação de valores sociais, culturais e alimentares compatíveis com a preservação da cultura do país, do meio ambiente e da promoção de hábitos alimentares saudáveis. O objetivo é ensinar, mesclando aulas teóricas e práticas, conceitos de Educação Ambiental, Nutricional e Valorização do Meio Rural via Horticultura. Conforme Decreto Estadual nº 57.910, de 27 de Março de 2012. Em 2015, foram realizados 3 cursos e atendidas 159 pessoas.

Padarias Artesanais

O projeto Padarias Artesanais desenvolvido pelo Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo - FUSSESP, em parceria com a Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento,

por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios – CODEAGRO, tem como objetivo qualificar profissionais e capacitar agentes multiplicadores na produção de 10 (dez) tipos de pães, feitos com vegetais e frutas. Conforme Decreto nº 57.635, de 15 de Dezembro de 2011. Em 2015, foram realizados 115 cursos e atendidas 1.510 pessoas.

Projeto Estadual Bom Preço do Agricultor
O Projeto Estadual Bom Preço do Agricultor visa a criação de canais fixos e móveis para o escoamento de produtos hortifrutigranjeiros, agropecuários e agroindustriais de pequenas e médias propriedades, proporcionando condições necessárias para promover o aumento da renda, difusão de informações técnicas e mercadológicas, além da capacitação dos produtores e campanhas de alimentação com foco nos consumidores. Ao mesmo tempo, melhorar a disponibilidade de alimentos seguros, rastreados e a preços compatíveis aos praticados no mercado.
O Projeto possui três feiras semanais: sendo duas de produtos convencionais e uma de produtos orgânicos. Em 2015, foram comercializadas mais de 10,8 mil toneladas de produtos. Semanalmente são atendidas, aproximadamente 41 mil pessoas.
Visando aumentar divulgação da realização da Feira de Orgânicos, foram implementadas ações em "Redes Sociais", totalizando 125 posts publicados no *"Facebook"* (a partir de novembro), obtendo 1.347 curtidas, com média de 20 curtidas por dia.

Em 2015, as Ações Integradas em Segurança Alimentar visando disseminar os trabalhos desenvolvidos nas áreas de Segurança Alimentar e Abastecimento, aumentou seu raio de atuação, diversificando os esforços, além das outras atividades executadas, foram gravados vídeos de receitas para postagens *"on-line"*, foram criadas mais 2 datas de feiras semanais do Projeto Bom Preço do Agricultor, sendo uma de produtos convencionais e outra de orgânicos.

A execução orçamentaria foi 78%, considerando a dotação inicial, no entanto, ao aplicar o disposto pela lei Estadual nº 15.646/2014, que contingencia em 20% as despesas de custeio, a execução foi em torno de 98%.

Ação 4893 - Operacionalização de Sistemas de Informações

Manutenção de máquinas e de serviços oferecidos pela web, servidores linux, nt e servidor de e-mail, banco de dados relacional e continuidade das informações por meio de redundância; contratação de serviços de desenvolvimento de softwares, necessários à execução dos projetos da CODEAGRO e manutenção de informações atualizadas.

Atualmente existem 15 sistemas informatizados em funcionamento, são eles:

Sistema	Finalidade
Portal	Notícias, informações ao público.
Câmaras Setoriais	Cadastro de Informações das Câmaras Setoriais
Sisbibli	Sistema de Administração de Biblioteca
EpInfo	Sistema de estatística nutricional
Virtual Net	Sistema de avaliação nutricional
Chamados	Sistema de controle de chamadas de Help Desk interno
Selo	Pré-cadastro on-line e pré-credenciamento de certificadores e laboratórios
Cadastro CESANS	Cadastro on-line para solicitação de publicações
Horta	Preenchimento e impressão de formulário para solicitação de sementes de hortaliças
Pessoal	Sistema de controle de funcionários públicos
Estoque	Sistema de controle de estoque

Sistema	Finalidade
Patrimônio	Sistema de controle de patrimônio
Poupatempo Rural	Sistema de Gestão do Projeto Estadual Poupatempo do Produtor Rural
Portal	Portal do Projeto Estadual Poupatempo do Produtor Rural
Sistema Geral	Sistema Geral do Projeto Estadual Poupatempo do Produtor Rural

Em relação a execução orçamentária da Ação de Operacionalização de Sistemas de Informações, houve adequações orçamentárias e financeiras em decorrência do contingenciamento do orçamento de 20% das despesas de custeio, conforme disposto pela lei Estadual nº 15.646/2014, bem como a redução estipulada pelo Decreto Estadual nº 61.631/2015 e a Resolução Conjunta SG/SGP/SF nº 01/2015, dessa forma, ainda assim, a execução foi em torno de 97%.

A realização das ações previstas pela dotação atual nesta Ação foi em torno de 95%, levando em consideração as medidas com gastos em custeio, das reduções e reprogramações orçamentárias que girou em torno de 47,72% (a menor).

Em relação a execução do programa, a previsão inicial ocorreu devido às restrições orçamentárias e financeiras, alheias à competência desta Coordenadoria, que reduziram a dotação prevista para o valor efetivo de R$48.672.831,00. Diante desta conjuntura, a execução das ações alcançou bons índices com a execução de 69% da dotação efetiva.

Programa 1309 – Geração de Emprego e Renda no Agronegócio Paulista

Desenvolver alternativas rentáveis de produção, agregação de valor e de mudança tecnológica que incrementem a renda e a geração de emprego, via aumento de produtividade.

Ação 1327 – Subvenção aos Produtores Rurais – FEAP/BANAGRO

A **Ação 1327** abrange cinco Projetos/Programas do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista – O Banco do Agronegócio Familiar – FEAP/BANAGRO, que por meio de subvenção econômica, tem por objetivo propiciar alternativas ao produtor rural para o desenvolvimento tecnológico e agregação de valor da produção, bem como a mitigação do risco de comercialização, conforme detalhamento a seguir:

- O **Programa Pró-Trator**, instituído pelo Decreto Estadual n° 53.653, de 04 de novembro de 2008, como também o **Programa Pró-Implemento**, instituído pelo Decreto Estadual n° 56.999, de 17 de maio de 2011, beneficiam o produtor paulista, em especial os agricultores familiares, com a subvenção total dos juros dos financiamentos, concedidos pelo Banco do Brasil, destinados, respectivamente, à aquisição de tratores e implementos agropecuários novos;
- O **Projeto de Incentivo às Iniciativas de Negócio das Organizações de Produtores Rurais – Microbacias II**, instituído pelo Decreto Estadual n° 58.211, de 12 de julho de 2012, previsto no Projeto Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II, instituído pelo Decreto Estadual n° 56.449, de 29 de novembro de 2010, apoia as organizações de produtores rurais (associações e cooperativas), com a subvenção parcial (de até 70%) dos investimentos realizados nas iniciativas de negócio, destinadas ao acesso e participação de modo mais efetivo no mercado consumidor;
- O **Projeto Financiamento do Custeio Agropecuário Atrelado a Contrato de Opção**, instituído pelo Decreto Estadual n° 56.770, de 14 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto Estadual n° 58.449, de 10 de outubro de 2012, beneficia o produtor rural com a subvenção de até 50% do valor do prêmio do contrato de opção, das atividades de café, milho, soja e bovinocultura de corte, a fim de garantir o direito de vender seu produto a um preço previamente determinado; e
- O **Projeto Integra SP – Recuperação de Áreas Degradadas por Grandes Erosões (RADGE)**, instituído pelo Decreto Estadual n° 58.930, de 01 de março de 2013, disponibiliza ao produtor paulista a subvenção de até 90% das despesas efetuadas com a recuperação da área

degradada, para fins de preservação e recuperação dos solos e recursos hídricos impactados pelo meio rural.
Em 2015 a Ação 1327 atingiu o índice de 235,54% de execução em relação à dotação orçamentária inicialmente prevista, uma vez que houve reprogramação de investimentos com oferecimento de recursos proveniente da Ação 2286, portanto, com a soma dos números dos Projetos/Programas supracitados foram contemplados 29.948 produtores rurais.

Ação 1334 – Subvenção do Prêmio do Seguro no Agronegócio Paulista

A Ação 1334 abrange o Projeto Estadual de Subvenção do Prêmio de Seguro Rural, instituído pelo Decreto Estadual n° 59.131, de 29 de abril de 2013, disponibilizando ao produtor rural, pessoa física ou jurídica, que contrate seguro rural, nas modalidades agrícola (risco climático e risco sanitário), pecuário, florestal e aquícola, a subvenção estadual do prêmio, na razão de até 50% do valor que cabe ao segurado, após a dedução da subvenção do Governo Federal.

Em 2015 a Ação 1334 atingiu o índice de 102,14% de execução em relação ao previsto inicialmente na dotação orçamentária, beneficiando, assim, um número 10.885 agropecuaristas (contratantes de seguro rural).

Ação 1407 – Crédito para Expansão no Agronegócio Paulista

A Ação 1407 abrange as atuais 29 Linhas de Crédito, disponíveis ao produtor paulista, especialmente ao agricultor familiar, com juros de 3% ao ano e prazos de pagamento que variam de 2 a 12 anos, cuja finalidade principal é apoiar os investimentos na produção, comercialização e industrialização de produtos agropecuários e pesqueiros, das atividades de importância econômica para o Estado de São Paulo, como: agricultura em ambiente protegido, agricultura orgânica, apicultura, avicultura de corte, bovinocultura de leite, bubalinocultura, cafeicultura, caprinocultura, citricultura, floricultura, fruticultura, ovinocultura, piscicultura, sericicultura, silvicultura, entre outras.
Em 2015 a Ação 1407 alcançou o índice de 100,00% de execução em comparação à dotação orçamentária prevista, contemplando um total de 522 produtores com novos financiamentos.

Ação 4876 - Projeto Estadual Poupatempo do Produtor Rural

O Projeto Estadual Poupatempo do Produtor Rural, instituído pelo Governo do Estado, por intermédio da Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento, tem por objetivo integrar serviços e informações da Pasta em um mesmo local. Estruturado em unidades móveis, trailers adaptados e equipados com sistemas modernos de gestão e atendimento, as unidades disponibilizam aos agricultores mais de 90 serviços prestados pela Secretaria.
As unidades operam na Região Administrativa de Sorocaba e Itapeva, tendo como cidades-sede: Itapetininga e Itapeva. Os critérios considerados para a implantação das Unidades do Poupatempo do Produtor Rural basearam-se, fundamentalmente, nas “Diretrizes Regionalizadas - PPA 2012-2015”, formulado pela Secretaria Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Regional. Acrescenta-se a justificativa o fato de a região sudoeste apresentar também forte vocação agrícola, além dos baixíssimos níveis de desenvolvimento identificados pelo IPRS.
Durante o ano de 2015, foram realizados mais de 37 mil atendimentos nas unidades móveis do Projeto Estadual Poupatempo do Produtor Rural, atendendo um contingente de 57 municípios das Regiões Administrativas de Itapeva e Sorocaba. As unidades móveis participaram do 22ª Agrishow em Ribeirão Preto.

A Ação Poupatempo do Produtor Rural, foi submetida a adequações orçamentarias em relação a execução, sua dotação inicial foi contingenciada em 20% sobre as despesas de custeio, conforme disposto pela Lei Estadual nº 15.646/2014, e ainda houve a redução estipulada pelo Decreto Estadual nº 61.631/2015 e a Resolução Conjunta SG/SGP/SF nº 01/2015, para conseguir obter cobertura orçamentária e executar suas atividades, dessa forma, o orçamento foi executado em sua totalidade.

Ação – 4453 – Assessoria na Criação e Consolidação de Associações e Cooperativas

O Instituto de Cooperativismo e Associativismo – ICA tem por finalidade orientar a organização de cooperativas e associações, principalmente na área rural. Proporciona também, a essas

sociedades, assessoria e consultoria administrativa, organizacional, econômico-financeira e jurídica. Promove cursos e seminários para cooperados, técnicos e funcionários de cooperativa e edita publicações de orientação às cooperativas e pesquisas sobre o cooperativismo e associativismo estadual.
O Instituto atende às solicitações de Prefeituras, Sindicatos, das próprias Casas de Agricultura e grupos diretamente interessados na organização e constituição de novas Cooperativas e Associações de produtores ou outras categorias profissionais.

Em 2015, o Instituto de Cooperativismo e Associativismo prestou assessoria para 124 cooperativas e 172 associações.

Em relação a execução orçamentária da ação, realizada pela dotação inicial, atingiu em torno de 83%, considerando as medidas com gastos em custeio, sua execução atinge em torno 100%.

Ação – 4770 – Integração dos Municípios ao Sistema Integrado de Agricultura e Abastecimento

O Sistema Estadual Integrado de Agricultura e Abastecimento tem como finalidade promover o aumento da competitividade econômica dos agronegócios locais e regionais, com a geração de emprego e renda e a preservação do meio ambiente.

São seus objetivos a integração dos esforços dos órgãos públicos com atribuições voltadas ao desenvolvimento do setor agropecuário, à preservação ambiental e à melhoria do abastecimento alimentar, visando a maior eficácia dos serviços; a formulação e a execução da Política Agrícola do Estado; a maior eficiência dos serviços de assistência técnica, extensão rural, orientação aos agronegócios e das ações de defesa agropecuária prestados ao setor agropecuário municipal; o atendimento, de forma preferencial, aos imóveis que cumpram a função social da propriedade e, especialmente, aos mini, pequenos e médios produtores rurais e aos beneficiários de projetos de reforma agrária e apoiar o desenvolvimento do cooperativismo e do associativismo rural.

Em 2015 foram firmados convênios e estabelecidas parcerias entre a Secretaria de Agricultura e Abastecimento e 254 municípios, nas seguintes Regiões Administrativas: Araçatuba, 31 municípios; Barretos, 2 municípios; Bauru, 7 municípios; Campinas, 35 municípios; Central, 4 municípios; Franca, 8 municípios; Itapeva, 20 municípios; Marília, 21 municípios; Presidente Prudente, 44 municípios; Registro, 6 municípios; Ribeirão Preto, 5 municípios; Baixada Santista, 1 município; São Paulo, 3 municípios; São José do Rio Preto, 51 municípios; e Sorocaba, 16 municípios. Os convênios são executados nos municípios sob a gestão, organização e acompanhamento técnico das Regionais da CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral) nos programas e projetos desenvolvidos, cujos maiores beneficiários são os produtores rurais e o meio ambiente.
Lembramos, por fim, que o cumprimento da meta ficou prejudicado, em decorrência da não liberação do recurso contingenciado (20% do valor previsto).

Programa 1311 - Defesa Sanitária do Agronegócio para Proteção da Saúde do Homem E do Meio Ambiente

Promover, através da fiscalização dos agentes envolvidos na cadeia produtiva de alimentos, a manutenção e valorização do patrimônio agropecuário, a saúde animal e vegetal, a idoneidade dos insumos e serviços utilizados na agropecuária e a identidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos alimentos.

No ano de 2015 tiveram destaques na Coordenadoria de Defesa Sanitária, o projeto de destinação de agrotóxicos obsoletos no Estado de São Paulo, que estimou a retirada dos campos paulistas um total de 420 toneladas de agrotóxicos em desuso. O modelo escolhido para as atividades de acondicionamento, transporte e destinação final dos produtos recolhidos, por meio de empresa especializada, visou evitar riscos desnecessários para produtores e técnicos envolvidos, garantindo a prevenção de riscos ambientais e de saúde pública. A Permissão de Trânsito Vegetal - PTV eletrônica foi outro destaque no ano de 2015 na área vegetal. Com essa ferramenta, acelerou-se a liberação de cargas de origem vegetal, dando agilidade na verificação

sanitária dos produtos, facilitando a vida do produtor rural. A Guia de Trânsito Animal - GTA também foi disponibilizada via GEDAVE para emissão eletrônica das demais espécies de peculiar interesse do estado (aves, ovinos, caprinos, suínos, equinos, entre outros). Conforme o Decreto Nº 61.131, de 25/02/15, houve R$2.865.800,00 de bloqueio na dotação em despesas correntes do Fundo Especial de Defesa, reduzindo de R$30.483.883,00 para R$27.618.083,00 o valor para despesas correntes e o Decreto de Execução Nº 61.061, de 16/01/15 contingenciou R$129.576,00, referente a 20% nos recursos do tesouro. Portanto, este Programa teve recursos reduzidos da ordem de R$ 33.083.883,00 para R$30.088.507,00 dos recursos da dotação inicial. Em virtude das reduções orçamentárias advindas de bloqueio e contingenciamento, foi necessário rever as prioridades/programações das ações desta Coordenadoria para o exercício de 2015, que **executou de fato 69,7%** da dotação orçamentária.

Ação 1412 - Infraestrutura das Unidades de Defesa Agropecuária

Garantir a preservação do patrimônio público, bem como fazer os investimentos que se fizerem necessários para a ampliação e a adequação da infraestrutura das unidades de trabalho.

Destaca-se nesta ação a completa reforma do prédio da Inspetoria de Defesa Agropecuária de Adamantina. A sede da Coordenadoria de Defesa Agropecuária (5.710,61 m²) vem passando por extensa readequação, com um projeto inovador, com enfoque na sustentabilidade e baixo custo de operação. Além disso, estamos sempre realizando manutenções e pequenos reparos nas demais unidades vinculadas a esta Coordenadoria. O total aproximadamente de desembolso para o ano de 2015 entre obras e reformas foi de R$ 2.202.070,59. Com relação a porcentagem (2,5%) de execução com a dotação inicial, informamos que estava previsto um aditivo ao contrato da reforma do prédio da Sede da Coordenadoria de Defesa Agropecuária, no valor próximo de R$ 3.000.000,00. No segundo semestre de 2015 definiu-se pelo encerramento do referido contrato, não ocorrendo, portanto, a utilização daquele recurso antevisto. Informamos, ainda, que para conclusão total desta obra será feita uma nova licitação/contrato.

Ação 4388 - Gestão de Defesa Agropecuária

Viabilizar a operacionalização e a utilização dos recursos humanos e materiais, garantindo que as ações finalísticas contem com o suporte necessário do ponto de vista físico, com prédios, mobiliários, materiais, veículos e toda a infraestrutura mantida em perfeitas condições de operação.

A Coordenadoria de Defesa Agropecuária encerra o ano de 2015 com 312 unidades em operação. Dentre as diversas atividades, destaca-se a implementação de novas funcionalidades no Sistema de Gestão de Defesa Animal e Vegetal (GEDAVE), em parceria com a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (PRODESP). Por meio desse sistema, atualmente os produtores rurais podem emitir a Permissão de Trânsito Vegetal (PTV), Guias de Trânsito Animal (GTA) e realizar as declarações semestrais de seus rebanhos e das vacinações contra a febre aftosa e brucelose utilizando a internet, não sendo mais necessário o deslocamento até uma unidade da CDA para a obtenção dos documentos e/ou a realização das declarações. Durante o ano de 2015, foram emitidas o total de 801.199 GTAs. Para febre aftosa foram realizadas o total de 234.579 declarações de rebanho e vacinações, sendo que cerca de 53% foram realizadas pelos próprios produtores, acessando o GEDAVE de seus computadores portáteis, nos “PCs” de suas residências, escritórios, sindicatos, no acessa São Paulo e nas unidades do Poupa Tempo do Produtor Rural. Para brucelose, foram realizadas o total de 99.723 declarações. Desde março de 2015, quando entrou em operação definitiva a emissão eletrônica da PTV, foram emitidas 89.950 Permissões de Trânsito Vegetal - PTV, 17.186 Certificados Fitossanitários de Origem - CFO e 8.864 Certificados Fitossanitários de Origem Consolidados - CFOC. Os certificados são feitos pelos próprios responsáveis técnicos, através do sistema informatizado GEDAVE. As permissões de trânsitos, embasadas nos certificados, são validadas por engenheiro agrônomo da CDA, para impressão pelo próprio interessado. Durante o ano, essa ação teve redução de R$129.576,00, devido ao Decreto de Execução Nº 61.061, de 16/01/15 que contingenciou 20% dos recursos do tesouro reduzindo seu orçamento para R$518.307,00 e o Decreto Nº 61.131, de 25/02/15 bloqueou 1.564.600,00 dos recursos do fundo especial de despesa. Portanto, a ação 4388 teve recursos reduzidos da ordem de R$13.098.596,00 para

R$11.404.420,00 dos recursos de Dotação inicial. Considerando o bloqueio e o contingenciamento, a ação 4388 **executou de fato 70,7%** da dotação orçamentária.

Ação 4457 - Vigilância Sanitária Vegetal

Garantir o cumprimento da legislação fitossanitária, inclusive com monitoramento de resíduos, a fim de preservar as culturas de peculiar interesse do Estado; de promover a melhoria da qualidade dos produtos, serviços e insumos; as condições de preservação do solo agrícola e ainda à obtenção e manutenção de áreas livres de doenças e pragas vegetais.

Esta ação teve recursos reduzidos da ordem de R$ 9.620.000,00 para R$ 8.864.700,00 dos recursos da dotação inicial em despesas correntes, devido ao Decreto Nº 61.131/15, de 25/02/15 que bloqueou 755.300,00 dos recursos do fundo especial de despesa. Desse modo, considerando o bloqueio, a ação 4457 **executou de fato 86,0%** da dotação orçamentária. Neste contexto, a Coordenadoria de Defesa Agropecuária realizou fiscalizações referentes a sanidade de vegetais e suas partes, comércio e uso de agrotóxicos e afins, bem como atividades visando a conservação do solo paulista. As atividades foram realizada pelos engenheiros agrônomos e técnicos de apoio agropecuário dos 40 Escritórios da Coordenadoria de Defesa Agropecuária. Durante o ano de 2015, o programa de erradicação/supressão do cancro cítrico inspecionou pomares em 194 municípios, detectando 12.035 focos. No combate ao HLB-Greening, a CDA inspecionou 511 mil plantas cítricas e executou todas as ações para cumprimento da Instrução Normativa do Ministério da Agricultura nº 53/2008. Dentro das atividades de vigilância fitossanitária da cadeia de produção de mudas, em 2015 foram inspecionadas 19 milhões de mudas cítricas e 20 milhões de mudas de café. No acompanhamento oficial do Sistema de Mitigação de Risco da Sigatoka Negra, doença que ataca a cultura da banana, em 2015 foram realizadas 327 inspeções nos estabelecimentos cadastrados, com emissão de 8.024 Permissões de Trânsito de Vegetais - PTV. A exportação de frutos cítricos para a Comunidade Européia só é possível às propriedades cadastradas no Sistema de Manejo de Risco para Pinta Preta dos Citros, cujas atividades de cadastro, coleta de amostras e inspeção são realizadas pela CDA. Em 2015 foram cadastradas 15 propriedades e exportadas 120.500 toneladas de frutas frescas dentro do Sistema de Manejo de Risco. No monitoramento do uso do solo agrícola e de agrotóxicos e afins, as ações da CDA visaram garantir alimentos saudáveis à população, preservar a saúde do trabalhador rural e a proteção do meio ambiente e manutenção do solo agrícola. No ano de 2015 foram fiscalizadas 644 propriedades quanto a conservação do solo, 850 propriedades quanto ao uso de agrotóxicos, 1.569 fiscalizações no comércio e empresas prestadoras de serviço na aplicação de agrotóxicos.

Ação 4458 - Vigilância Sanitária Animal

Garantir o cumprimento da legislação sanitária a fim de preservar as explorações pecuárias de peculiar interesse econômico e estratégico para o Estado, de promover a melhoria da qualidade dos produtos, serviços e insumos, e ainda à obtenção e manutenção de áreas livres de doenças dos animais.

Em 2015 os recursos utilizados para a realização de atividades referentes a vários programas com a finalidade de manter um estado satisfatório da sanidade animal foram reduzidos da ordem de R$ 5.870.756,00 para R$ 5.324.856,00 dos recursos da dotação inicial em despesas correntes, devido ao Decreto Nº 61.132, de 25/02/15 que bloqueou 545.900,00 dos recursos do fundo especial de despesa. Desse modo, considerando o bloqueio, a ação 4458 **executou de fato 74,1%** da dotação orçamentária. As ações foram realizados pelos médicos veterinários e auxiliares pertencentes aos 40 Escritórios de Defesa Agropecuária. Destacamos os Programas Sanitários atendidos pela CDA relacionando as principais atividades de cada um deles - Programa de Combate à Raiva dos Herbívoros: atendimentos a propriedades com suspeita de foco - 227, propriedades do perifoco - 1617, controles de abrigos de morcegos hematófagos - 5951; Programa de Combate e Erradicação da Brucelose e Tuberculose: atendimentos a focos de brucelose - 33, atendimentos a focos de tuberculose - 11, fiscalizações realizadas nas etapas de vacinações - 199, vacinações assistidas- 92; Programa de Combate e Erradicação da Febre Aftosa: fiscalizações em propriedades - 1591, vacinações assistidas - 6383, geoposicionamento de propriedades rurais - 4270, vigilância ativa para febre aftosa - 1957; Programa Estadual de Sanidade de Suídeos: atendimentos a notificações de enfermidades de suídeos - 5, fiscalização de colheita de material - colheitas fiscalizadas - 64 e estabelecimentos fiscalizados - 27, fiscalizações para atualização cadastral nº de propriedades - 208, vigilância ativa para PSC -

161; Programa de Inocuidade de Alimentos: fiscalizações- 2311; Fiscalização do Comercio de Produtos e Insumos Veterinários: estabelecimentos fiscalizados - 9307; programa estadual de sanidade avícola, atendimentos a notificações de mortalidade - 261, fiscalizações de colheita de amostras - 2519, fiscalizações de estabelecimentos avícolas comerciais - 1818, supervisões de colheitas de amostras - 1035, vigilância ativa para DNC/IA - 20; Programa Estadual de Sanidade de Eqüídeos: atendimentos a focos de A.I.E nº de propriedades 957, atendimentos a focos de mormo nº de propriedades 188, vigilância ativa para mormo 52; Programa Estadual de Vigilância Sanitária Animal: fiscalizações conjuntas CDA/outros órgãos de vigilância - 27, fiscalizações de produtos e insumos de origem animal e de cargas vivas, nº de fiscalizações - 559 e veículos fiscalizados - 4139, fiscalizações em eventos de concentração de animais, fiscalizações prévia do local - 564, fiscalizações realizadas em eventos - 764, geoposicionamento de propriedades rurais sem animais susceptíveis à Febre Aftosa - 2184; SISBOV - Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Bovinos e Bubalinos: auditorias oficiais em propriedades ERAs - 56.

Programa 1313 – Risco Sanitário Zero

Modernizar as estruturas de vigilância do sistema estadual de defesa sanitária a fim de estabelecer um processo de inteligência sanitária capaz de responder rapidamente a eventos que ponham em risco a sanidade agropecuária a fim de enfrentar o desafio de assegurar que a qualidade dos alimentos seja atestada amplamente no território paulista.

Ação - 1288 Sistema de Qualidade de Produtos Agrícolas, Pecuários e Agroindustriais – "Selo Produto São Paulo"

Foi criado pelo Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, pela Lei Nº 10.481 de 29 de Dezembro de 1.999, como parte do Sistema de Qualidade de Produtos Agrícolas, Pecuários e Agroindustriais do Estado de São Paulo. Teve sua fase de implantação iniciada em 2001.
Tal ação, viabiliza o trabalho do Estado em conjunto com o setor produtivo agropecuário e agroindustrial paulista, resultando na certificação de produtos e de sistemas de produção que atendam normas técnicas.

Por outro lado, visa garantir ao consumidor produtos de alta qualidade, aumentar a competitividade do Agronegócio Paulista nos cenários nacional e internacional, bem como agregar e implementar a renda do produtor e agroindustrial.

Em 2015 foram realizadas 42 certificações, sendo 35 certificações entre Café Gourmet e Café Superior e 7 certificações de granjas de suínos destinado ao abate.
Embora a ação tenha realizado suas atividades, o orçamento não foi executado.

Programa 1314 – Infraestrutura e Logística para o Agronegócio

Aprimorar os sistemas de transportes e de logística do agronegócio, elevando a trafegabilidade das estradas rurais, visando reduzir perdas de produção e maior acesso da população rural a serviços urbanos, e implantar medidas que levem à estruturação da logística setorial, em ações convergentes para melhoria da qualidade de vida no campo e geração de emprego e renda pela agregação de valor.

Ação 1195 – Melhor Caminho

O Programa Melhor Caminho**,** tem como finalidade realizar obras de recuperação em estradas rurais de terra, objetivando não só regularizar o seu leito, mas também, conservar o solo e favorecer a infiltração das águas das chuvas para a recarga do lençol freático, impedindo que grandes quantidades de terras férteis possam, através das enxurradas, assorear e poluir os rios, córregos e nascentes. Assim, além de melhorar as condições de tráfego nestas estradas, possibilitando o escoamento da produção agrícola, o programa traz grandes ganhos ambientais, impedindo a formação de erosões e voçorocas e o assoreamento dos rios e córregos, além de ganhos econômicos e sociais como a possibilidade de acesso das comunidades rurais à educação, saúde, e o desenvolvimento do agronegócio.
Como toda obra de infraestrutura há dois movimentos a considerar, quais sejam a ampliação da abrangência do atendimento com novos convênios definindo novos trajetos a serem trabalhados

que podem ser executados no exercício seguinte dependendo da data da decisão e da complexidade da obra e os trajetos cujas operações foram concluídas no exercício e que incluem obras cujos convênios foram estabelecidos em exercícios anteriores.
Neste exercício de 2015 foi adotada nova proposta para otimizar os recursos do Programa com a execução de trabalhos integrados entre a CODASP e as Prefeituras beneficiadas, sendo denominado de Melhor Caminho – Pontos Críticos.
A proposta já colocada em prática mediante projetos conveniados, consiste em manter todas as técnicas usualmente aplicadas nos trechos críticos para a adequação de estradas rurais, e os trabalhos são complementados pela CODASP em conjunto com as Prefeituras Municipais, com a aplicação de técnicas de manutenção básica de estradas rurais naqueles percursos que interligam os trechos críticos trabalhados. Com isso, a parceria da CODASP com os municípios promove um maior benefício para a população rural, visto as melhorias de trafegabilidade em malha viária além dos pontos críticos readequados.
De um total previsto de 860 km a serem executados em estradas rurais em 2015, foram **executados 461,89 km** sendo: 9,25km dos conveniados em 2013 (9,25km RA PRESIDENTE PRUDENTE), 105,20km dos conveniados em 2014 (6,18km – RA ARAÇATUBA / 21,30km – RA ITAPEVA / 26,37km – RA MARÍLIA / 22,27km – RA PRESIDENTE PRUDENTE / 10,00km – RA REGISTRO / 10,10km – RA SÃO JOSÉ DOS CAMPOS), no valor total de R$ 16.670.594,82 referente as despesas realizadas.

Em 2015 foram executados **57 projetos**, e foram **conveniados 429,86km,** sendo 321,70km de adequação completa e 108,16km de manutenção básica; (35,53km – RA ARAÇATUBA / 21,17km – RA BAURU / 38,85km – RA CAMPINAS / 28,91km – RA CENTRAL / 4,50km – RA FRANCA / 53,45km – RA ITAPEVA / 66,59km – RA MARÍLIA / 19,60km – RA PRESIDENTE PRUDENTE / 9,80km – RA REGISTRO / 20,32km – RA RIBEIRÃO PRETO / 12,94km – RM SÃO PAULO / 68,13km – RA SÃO JOSÉ DO RIO PRETO / 13,83km – RA SÃO JOSÉ DOS CAMPOS / 36,24km – RA SOROCABA).

Ação 1410 – Pontes Rurais

O Programa Pontes Rurais tem como objetivo promover melhorias na malha viária de Municípios Paulistas, de modo a facilitar o escoamento da produção agropecuária e o acesso da população rural aos serviços públicos. A implantação do programa consiste na transferência de pontes metálicas padronizadas a Municípios Paulistas, com extensão de 6 (seis), 8 (oito), 10 (dez) ou 12 (doze) metros lineares, a serem instaladas em locais considerados críticos. A instalação das pontes rurais deve ser aprovada de forma complementar ao Programa Melhor Caminho para demostrar objetivo comum de ambos.
Em 2015 das 50 pontes previstas para serem executadas, foram instaladas 37 pontes, nas seguintes Regiões Administrativas: Campinas – 08 pontes; Franca – 04 pontes; Marília – 05 pontes; Presidente Prudente – 03 pontes; Registro – 05 pontes; Ribeirão Preto – 01 ponte; São José do Rio Preto – 03 pontes; São José dos Campos – 01 ponte e Sorocaba – 07 pontes.

Programa 4407 – Tecnologia da Informação e Comunicação para Excelência da Gestão

Implantar e manter o plano estadual de banda larga e rede de comunicação móvel desta Secretaria; manter e atualizar a infraestrutura de TIC já existente; desenvolver e manter sistemas Web para modernização da administração pública e prestação de serviços ao cidadão.

Ação 5550 - Manutenção e expansão da rede *intragov* - Link de dados, voz e imagem

Ação 5955 - Infraestrutura de hardware e software

- Serviços de manutenção de softwares Netmaker
- Manutenção de Sistemas de Controles - Almoxarifado e Patrimônio - PRODESP
- Aquisição de peças/componentes de informática para manutenção da rede
- Aquisição de Impressoras Laser
- Treinamento de funcionários e usuários dos hardwares e softwares
- Aquisição de Licenças de Pacote Office

- Aquisição de Licenças de Windows Server 2008
- Serviços técnicos de infraestrutura - Data Center
- Software para monitoramento dos serviços de TIC - Data Center
- Software de e-mail + sistema de mensageria
- Software de sistema de workflow
- Licenças de Software antivírus
- Manutenção de sistema de RH unificado
- Sistema para Banco de dados da legislação

Ação 5956 - Sistema de serviços e informação à sociedade via portal web

- Manutenção do Sistema de Seguro Rural - FEAP - PRODESP
- Manutenção do Portal da SAA

Justificativa para a não realização total das despesas previstas para 2015:

- Contingenciamento de 20% de acordo com o decreto de execução orçamentária de 2015.
- Renegociação contratual conforme Decreto nº 61.131 de 25/02/2015.

CASA CIVIL

Casa Civil

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

28000 - Casa Civil

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**519.243.080,00**	**93.420.167,71**	**149.529,10**	**93.569.696,81**	**96.997.382,96**
Pessoal e Encargos Sociais	158.371.786,00	14.453.091,12	0,00	14.453.091,12	23.227.985,97
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	360.871.294,00	78.967.076,59	149.529,10	79.116.605,69	73.769.396,99
Despesas de Capital	**91.390.484,00**	**105.538.123,03**	**48.158.130,29**	**153.696.253,32**	**58.964.081,70**
Investimentos	91.389.484,00	105.538.123,03	48.158.130,29	153.696.253,32	58.964.081,70
Inversões Financeiras	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**610.633.564,00**	**198.958.290,74**	**48.307.659,39**	**247.265.950,13**	**155.961.464,66**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

28000 - Casa Civil

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0001 - Participacao Societária	**1.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0102 - Obrigações Previdenciárias em Complementação	**8.740.904,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**616.673,20**
Despesas Correntes	8.740.904,00	0,00	0,00	0,00	616.673,20
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2801 - Salvando Vidas - Defesa Civil	**21.215.965,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**11.209.489,76**
Despesas Correntes	6.215.955,00	0,00	0,00	0,00	97.758,97
Despesas de Capital	15.000.010,00	0,00	0,00	0,00	11.111.730,79
2822 - Rede Social de Solidariedade e Cidadania	**37.138.749,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.652.060,96**
Despesas Correntes	34.749.355,00	0,00	0,00	0,00	4.923.952,54
Despesas de Capital	2.389.394,00	0,00	0,00	0,00	728.108,42
2823 - Sistema Estadual de Controladoria	**854.152,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**10.793,15**
Despesas Correntes	854.152,00	0,00	0,00	0,00	10.793,15
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2824 - Arquivo do Estado - Memória e Gestão Documental	**11.675.248,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.179.932,17**
Despesas Correntes	11.675.228,00	0,00	0,00	0,00	1.179.932,17
Despesas de Capital	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00

2825 - Assessoramento e Coordenação da Política Administrativa do Governo	**234.573.815,00**	**16.938.088,22**	**0,00**	**16.938.088,22**	**31.273.338,11**
Despesas Correntes	234.573.815,00	16.938.088,22	0,00	16.938.088,22	30.783.339,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	489.999,11
2826 - Comunicação Social	**142.662.000,00**	**49.087.708,80**	**0,00**	**49.087.708,80**	**32.716.550,05**
Despesas Correntes	142.662.000,00	49.087.708,80	0,00	49.087.708,80	32.716.550,05
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2909 - Gestão e Fortalecimento Institucional da Secretaria de Planejamento e Gestão	**0,00**	**848.076,68**	**0,00**	**848.076,68**	**751.605,10**
Despesas Correntes	0,00	848.076,68	0,00	848.076,68	751.605,10
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2913 - Desenvolvimento Regional Integrado	**0,00**	**62.698.408,68**	**48.158.130,29**	**110.856.538,97**	**28.241.792,66**
Despesas Correntes	0,00	3.325.875,65	0,00	3.325.875,65	3.104.784,98
Despesas de Capital	0,00	59.372.533,03	48.158.130,29	107.530.663,32	25.137.007,68
2916 - São Paulo: Território e Cartografia	**0,00**	**130.057,56**	**0,00**	**130.057,56**	**14.273,23**
Despesas Correntes	0,00	130.057,56	0,00	130.057,56	14.273,23
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4802 - Fomento ao Desenvolvimento Sustentável da Macrometrópole Paulista	**76.000.020,00**	**47.605.000,00**	**0,00**	**47.605.000,00**	**22.650.445,70**
Despesas Correntes	5.000.000,00	1.480.000,00	0,00	1.480.000,00	1.190.000,00
Despesas de Capital	71.000.020,00	46.125.000,00	0,00	46.125.000,00	21.460.445,70
4804 - Planejamento e Articulação para Desenvolvimento Sustentável da Macrometrópole	**77.771.711,00**	**21.650.950,80**	**149.529,10**	**21.800.479,90**	**21.644.510,57**
Despesas Correntes	74.771.671,00	21.610.360,80	149.529,10	21.759.889,90	21.607.720,57
Despesas de Capital	3.000.040,00	40.590,00	0,00	40.590,00	36.790,00
Despesa Total	**610.633.564,00**	**198.958.290,74**	**48.307.659,39**	**247.265.950,13**	**155.961.464,66**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

A Casa Civil do Gabinete do Governador, é uma secretaria com características diferentes das demais. A rigor, seus projetos são os do próprio Estado como um todo, além de assistir direta e indiretamente o Governador no desempenho de suas atribuições. Cabe a ela a articulação das políticas públicas e relacionamento do Governo com os demais Poderes e entes federados.

A Casa Civil foi reorganizada nos termos do Decreto Estadual no 61.038, de 01 de janeiro de 2015, passando a conter em sua estrutura básica, além do Gabinete do Secretário, as Subsecretarias de Relacionamento com Municípios, de Assuntos Parlamentares, de Comunicação e de Assuntos Metropolitanos. É composta também, entre outras estruturas, pelo Conselho Estadual de Honrarias e Mérito, a Unidade de Apoio ao Assessoramento em Assuntos Internacionais, o Cerimonial e a Assessoria Técnica. Também estão vinculados à Casa Civil a Emplasa, as Agências de Desenvolvimento Metropolitano e o Instituto Geográfico e Cartográfico, bem como as Coordenadorias de Políticas para a Diversidade Sexual, para a População Negra e Indígena e para a Mulher.

O Decreto 61.409, de 07 de agosto de 2015, dispôs nova classificação institucional à Casa Civil que passou a ser um Órgão do Sistema de Administração Financeira e Orçamentária do Estado.

Assessoria Técnica

A Assessoria Técnica atuou, basicamente, no ano de 2015, no assessoramento do Secretário em relação aos assuntos que envolvem às bonificações por resultado - BR, uma vez que este, na qualidade de presidente da Comissão Intersecretarial - CI, é responsável por promover a articulação entre os demais membros, quais sejam, os Secretários da Fazenda, de Planejamento e Gestão e de Governo, para a tomada de decisão colegiada sobre indicadores, metas, critérios de avaliação e apuração dos 10 órgãos e entidades que, atualmente, detêm o benefício.

Compete a ela analisar e dar parecer técnico em todos os processos de BR de competência da CI, considerando, entre outros atributos, o mérito da propositura, a pertinência dos indicadores selecionados e metas adotadas, a precisão metodológica, a adequação da proposta aos objetivos estratégicos do órgão e da Administração, culminando na elaboração das resoluções conjuntas a serem assinadas pelos membros da CI. Ademais, a Assessoria deve coordenar as ações necessárias para o cumprimento da decisão da CI que envolve o monitoramento o cumprimento dos prazos estipulados para apresentação da proposta de indicadores, de metas e apuração dos resultados; a orientação, quando necessário, às Comissões de Bonificação das organizações, no sentido de padronizar e aperfeiçoar procedimentos; a realização de consulta prévia aos órgãos responsáveis pelo fornecimento das informações sobre disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros para pagamento da BR e emitir relatório sobre a situação; o relato aos Secretários membros da CI, em reunião previamente agendada, a proposta da Interessada com base na instrução processual, na avaliação do Serviço de Apoio à Bonificação de Resultados - SABR e na análise desenvolvida no âmbito da assessoria da Casa Civil, que deve conter os elementos necessários para subsidiar as decisões da Comissão; além da confecção da ata da reunião da CI contendo a aprovação, aprovação parcial ou reprovação da proposta para ciência à interessada; a responsabilidade pela guarda do processo físico, que tramitará antes apenas na esfera do Serviço de Apoio à BR; e, o monitoramento do fluxo e o andamento dos processos que circulam entre as instâncias competentes, de modo a evitar morosidade e atrasos excessivos na sua tramitação, considerando que o processo da BR, como um todo, envolve desde a elaboração da proposta de indicadores e metas, até a etapa final, ou seja, o pagamento do correspondente benefício aos servidores.

Relação dos processos de BR que tramitaram pela Casa Civil, para emissão de parecer, no ano de 2015:

Definição, critérios de apuração e avaliação dos indicadores globais – BR/2014	**Apuração dos resultados – BR 2014**	**Definição, critérios de apuração e avaliação dos indicadores globais janeiro-dezembro/2015**	**Apuração dos resultados – BR 2015**
1. Educação	**1.** Educação	**1.** Educação	**1.** Educação
2. Planejamento e Gestão	**2.** Planejamento e Gestão	**2.** Planejamento e Gestão	**2.** Planejamento e Gestão
3. IAMSPE	**3.** IAMSPE	**3.** IAMSPE	**3.** IAMSPE
4. Centro Paula Souza	**4.** Centro Paula Souza	**4.** Centro Paula Souza	**4.** Centro Paula Souza
5. DER	**5.** DER	**5.** DER	**5.** DER
6. DETRAN	**6.** DETRAN	**6.** DETRAN	**6.** DETRAN
7. IAMSPE	**7.** IAMSPE	**7.** IAMSPE	**7.** IAMSPE
	8. Gestão Pública	**8. F**azenda	**8.** Fazenda
	9. Fazenda	**9.** Segurança Pública	**9.** Segurança Pública
	10. Segurança Pública	**10.** Agentes Fiscais de Renda	

Relação dos processos de BR com ciclo de apuração trimestral concluído, que tramitaram pela Casa Civil para emissão de parecer:

2015			
1º Tri	**2º Tri**	**3º Tri**	**4º Tri**
Fazenda	Fazenda	-	-
SPPREV	SPPREV	-	-
Segurança Pública	Segurança Pública	-	-

A par da atuação ordinária desta Assessoria, cumpre destacar também sua iniciativa na corrida por uniformização e otimização dos prazos de proposituras de indicadores e metas a partir deste período, bem como na elaboração de minutas de decretos contendo novas regras no sentido de auxiliar a atual conjuntura político econômica do Estado de contenção de gastos, além de promover o estreito diálogo entre as várias Secretarias envolvidas.

Atividades relacionadas ao Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas - CGPPP e ao Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização CDPED - Dando subsídio às decisões do Secretário-Chefe da Casa Civil, como Conselheiro do CGPPP e do CDPED, através do exercício das seguintes atividades: acompanhamento das reuniões dos Grupos de Trabalho da Secretaria Executiva de PPP para dar ciência ao Secretário do andamento dos projetos nas fases de: análise das MIPs encaminhadas pelo setor privado, estudos técnicos para elaboração da Modelagem Final de PPP e respectivos editais e contratos de concessão; preparação de resumo executivo comentado dos projetos de PED e PPP, para conhecimento do Secretário dos assuntos a serem objeto de deliberação nos respectivos conselhos; além da elaboração de pareceres sobre as minutas das atas das reuniões do CGPPP e do CDPED, antes de serem assinadas pelo Secretário-Conselheiro.

Subsecretaria de Assuntos Parlamentares

Através do Sistema de Demandas Parlamentares, é possível a comunicação e interação on-line entre os usuários habilitados, desde o início até o término do convenio. O processo inicia-se com cadastramento das indicações apresentadas pelo Parlamentar, validadas pela Casa Civil, após análise e autorização superior. Seguem para as Secretarias para todos os procedimentos, até o pagamento do convênio, sendo possível a qualquer das partes interessadas consultar via Sistema de Demandas Parlamentares - SPD, a situação real da indicação.

Quinzenalmente o expediente da Subsecretaria de Assuntos Parlamentares foi realizado na Assembleia Legislativa para maior interação entre Casa Civil e Parlamentares, buscando agilizar o processo.

Foram realizados 5 eventos para assinatura coletiva de convênios:

Data	Nº de convênios	Municípios contemplados
23/04/2015	5	3
25/06/2015	35	34
13/07/2015	9	8
04/08/2015	19	17
09/12/2015	702	366

Esta Subsecretaria acompanhou, no ano de 2015, as indicações de emendas parlamentares, abaixo ordenadas por Secretaria, para formalização de convênios:

Secretarias	Cadastradas	Liberadas
Agricultura e Abastecimento	32	24
Desenvolvimento Social	663	324
CC / SRM	601	407
Cultura	122	71
Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação	1	0
Direitos da Pessoa com Deficiência	6	2
Educação	33	14
Esporte	206	92
Planejamento e Gestão	1	0
Habitação	2	0
Justiça	12	10

Secretarias	Cadastradas	Liberadas
Meio Ambiente	59	29
Administração Penitenciária	1	0
Saneamento e Recursos Hídricos	1	1
Saúde	593	315
Segurança Pública	6	3
Emprego e Relações do Trabalho	1	0
Logística e Transporte	1	0
Turismo	10	4
Total	**2.350**	**1.296**

A relação de todos os convênios firmados a partir de 2007, oriundos de emendas parlamentares, encontra-se disponível no site da Secretaria da Fazenda.

Além disso, cabe à Subsecretaria de Assuntos Parlamentares monitorar eletronicamente o recebimento de informações e indicações parlamentares, e encaminhar ao Parlamentar a resposta da Pasta do seu pleito. Em 2015, foram recebidas e encaminhadas 2.580 indicações.

Subsecretaria de Relacionamento com Municípios da Casa Civil

A Subsecretaria de Relacionamento com Municípios coordena as ações políticas do governo junto aos municípios interagindo essas ações com as secretarias, buscando unificar as políticas públicas implementadas pelo governo.

É responsável pelo atendimento e assistência a representantes de entidades públicas e da sociedade civil, buscando oferecer pronta resposta e agilidade no encaminhamento de suas demandas. Faz o acompanhamento das demandas e a interligação entre as Secretarias de Estado através de um trabalho direto junto às equipes técnicas.

A Subsecretaria também é responsável pelos programas Articulação Municipal e Consórcios de Municípios e Atuação Especial em Municípios, que atende aos 645 municípios do Estado por meio de convênios para a realização de obras de infraestrutura urbana, edificações de interesse comunitário e aquisição de máquinas e de equipamentos para serviços urbanos. Para a realização desses programas, a Subsecretaria conta com a Unidade de Relacionamento com Municípios e com os 15 (quinze) Escritórios Regionais situados em cada uma das Regiões Administrativas do Estado.

Em 2015 a Subsecretaria, através do Decreto 61.035 de 01/01/15, passou a ser unidade orçamentária e teve orçamento inicial previsto de R$ 202 milhões, sendo que R$ 52 milhões foram contingenciados e R$ 10 milhões foram repassados para a Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência para o Centro Paralímpico. Assim a Subsecretaria trabalhou com o orçamento real de R$ 140 milhões em 2015.

Foram assinados 317 convênios com 232 municípios no valor total de R$ 117.2 milhões, frutos de autorizações do Governador e de emendas parlamentares.

Para 2016 o orçamento previsto será de R$ 191 milhões para a realização dos programas.

As atividades da Subsecretaria de Relacionamento com Municípios foram:

1. Atendimento pessoal a Prefeitos, Vereadores e Deputados:

Em 2015 foram atendidos 1.132 prefeitos (438 municípios), 55 vereadores e 121 deputados, num total de 1.308 audiências.

As 4.913 demandas oriundas desses atendimentos foram registradas no aplicativo Demandas do Governador e direcionadas eletronicamente às Secretarias de Estado para resposta.

2. Tratamento das demandas recebidas por Prefeituras, Câmaras Municipais, Deputados, Cidadãos e Terceiro Setor através do aplicativo SDG – Demandas do Governador:

Em 2015 recebemos 3.861 demandas e concluímos 2.778. Ainda há 1.071 aguardando parecer das Secretarias de Estado e 12 estão em redação no setor.

Obs.: Estamos aguardando parecer das Secretarias de Estado de 96 demandas de 2013 e 850 demandas do ano de 2014.

3. Administração do Portal dos Municípios:
Este aplicativo tem registrado dados dos executivos e legislativos municipais, como também visitas do Governador e dados políticos.

4. Administração do SAG – Sistema de Autorização Governamental:
Este aplicativo registra as autorizações feitas pelo Governador através das Secretarias de Estado. Em 2015 foram registrados 9.813 autorizações no valor de R$ 4.3 bilhões.

Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos

1- Gabinete do Subsecretário:

- Institucionalização da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte;
- Criação da Agem Vale (Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte);
- Institucionalização da Região Metropolitana de Sorocaba;
- Criação da Agem Vale (Agência Metropolitana de Sorocaba);
- Apoio e acompanhamento à atuação das Agências de Desenvolvimento;
- Participação e liderança nos trabalhos dos Conselhos de Desenvolvimento;
- Apoio e acompanhamento dos gabinetes Metropolitanos de Gestão Estratégica da Segurança Pública – (Gamesp) que envolvem as Policiais Estaduais, Federais e Guardas Municipais, Ministério Público e Poder Judiciário, com a finalidade de implementar o sistema Integrado de Comando e Controle Metropolitano (SICM) para elaboração de plano estratégicos interligados de segurança, visando à prevenção e redução da violência;
- Em parceria com a Secretaria da Segurança Publica, implementação do sistema de vídeo monitoramento nas unidades territoriais da Macrometropole Paulista com destaque as Regiões metropolitanas de Campinas e da Baixada Santista;
- Apresentação do PDUI – Plano de Desenvolvimento Metropolitano Integrado.
- Liberação de recursos referente a restos a pagar do FUMEFI dos exercícios de 2011, 2012 e 2013;
- Liberação de recursos do Fundo da Baixada Santista.

2- Coordenação de Apoio, Estudos e Pesquisas e Unidade de Articulação de Politicas Setoriais

- Coordenar o relacionamento com as administrações municipais das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas e a sociedade civil organizada, objetivando articular e integrar propostas e soluções para as demandas apresentadas;
- Contribuir para o efetivo funcionamento dos Conselhos;
- Apoio e acompanhamento da atuação das Agências de Desenvolvimento e liderança nos trabalhos dos conselhos de Desenvolvimento.

3- Redução de Pessoal

Colaboradores SSAM	2014	2015
Nomeados + Afastados	40	29
COOPERAGEM	3	0 (processos em fase de pregão)
PRODESP	2	1

4- Economia com Custeio

2014 Dotação Inicial	2015 Utilizado	Percentual de Redução
R$ 5.155.939,00	R$ 3.544.122,93	31,26%
R$ 3.551,049,00	R$ 2.362.303,18	33,47%

5- Proposta para Redução de Gastos 2016.

Esta Subsecretaria acredita ser possível uma redução por volta de 20% do valor referencial do orçamento 2016.

Subsecretaria de Comunicação Relatório de Atividades 2015

Programa 2826 – Comunicação Social

Dar publicidade aos atos do Governo do Estado de São Paulo e fomentar o acesso dessas informações ao público alvo. Integrar as ações de comunicação de todos os órgãos do governo estadual. Adotar ferramentas tecnológicas de comunicação na busca de maior eficiência e efetividade.
Serviços realizados em 2015 - 501
Dotação – 105.914.599,99

I – Unidade De Imprensa

A Unidade de Imprensa atuou na Coordenação das relações do Governo com a Imprensa; supervisionou as ações pertinentes à Imprensa desenvolvidas pelos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado; organizou o fluxo interno de informações do Governo e produção do material de divulgação de caráter jornalístico para os meios e veículos de comunicação. Destacam-se as seguintes ações realizadas em 2015: **I- Portal do Governo do Estado de São Paulo:** Principal acesso para a imprensa, formadores de opinião e público em busca de informações sobre o governo paulista, esse portal foi atualizado diariamente; **II- Atualizações diárias em diversas Redes Sociais permitindo** a interatividade entre os cidadãos e as secretarias e entidades vinculadas ao governo; **III- Acompanhamento da agenda do governador** Acompanhou todos os eventos da agenda pública do governador. Repórteres produziram textos para publicação no Portal e envio para mailing de jornalistas em todo o Estado. No total, foram organizadas e realizadas 698 coletivas de imprensa com o governador; **IV- Assessoria de imprensa do representante do Governo do Estado:** as suas agendas públicas, o Governador é acompanhado por um assessor de imprensa direto, que é vinculado à Subsecretaria de Comunicação; **V- Envio de avisos, releases e boletins; VI- Atendimento à imprensa; VII- Monitoramento de mídia; VIII- Transcrições das falas do governador; IX- Produção de *papers* para o governador; X** - A equipe da Subsecom também preparou materiais para entrevistas que foram concedidas pelo governador ao longo de 2015 e **XI -** A Unidade de Imprensa também elaborou diversos materiais escritos e apresentações digitais para subsidiar palestras do governador durante todo o exercício de 2015.

II – Unidade De Marketing

Dentre todas as campanhas / materiais de comunicação produzidas no período de Janeiro a Novembro de 2015 destacam-se:

Campanhas:

Casa Civil: CONDECA - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conscientização da população da região de Itapeva e Itaberá contra a venda, troca ou arrendamento de lotes de terra de assentamento- Itesp, Entrega Trevão Ribeirão, Entregas em Araraquara, Entregas em Santa Bárbara, Incentivo à investidores no Estado de São Paulo, Investimentos e avanços na educação paulista, Investimentos em Guarulhos, Investimentos em Ribeirão Preto, Franca e Barretos, Investimentos na Baixada Santista, Pacote de Concessões, PDUI - Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, Prêmio Mário Covas, Programas Sociais, Rodoanel Trecho Leste, Segurança Viária e Superação da Crise Econômica. **Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência:** Rede Lucy Montoro. **Secretaria da Cultura:** Mês dos museus. **Secretaria da Educação:** Reorganização Escolar. **Secretaria da Fazenda:** Mutirão de Negociação Fiscal. **Secretaria da Justiça:** SP Contra o Racismo. **Secretaria da Saúde:** AME-Ambulatório Médico de Especialidades, Programa Alimentação Saudável, Combate Contra a Dengue, Hospital de Jaú e Inauguração AME de Franca**. Secretaria da Segurança Pública:** Segurança Pública. **Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação:** Vestibular e Vestibulinho - Centro Paula Souza. **Secretaria de Desenvolvimento Social:** Programa Família Paulista. **Secretaria de Governo:** PitchGov.SP 2015. **Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos:** Crise Hídrica e Cada Gota Conta. **Secretaria de Turismo:** Turismo Paulista.

Materiais de Comunicação:
Casa Civil: Congresso de Municípios, Diálogo com Teatro, Estatuto da Criança e do Adolescente, Fundo Social de Solidariedade, FUSESP - Curso da Padaria Artesanal, FUSSESP-Escola de qualificação profissional, Identidade Visual Web, Litora
l - Defesa Civil, Macro metrópole - Balanço 2011-2014, Movimento Constitucionalista - 09 de Julho, Novas Creches Escolas, Programa Nascentes - Mata Ciliar e SP Amigo do Idoso. **Secretaria da Justiça:** 19ª Parada do Orgulho LGBT. **Secretaria da Saúde**: Álcool para Menores é Proibido. **Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação:** Via Rápida. **Secretaria de Desenvolvimento Social:** Restaurante Bom Prato.

Unidade de Apoio a Eventos

Eventos de Grande Porte	**13**
Eventos realizados no Palácio dos Bandeirantes (Referente ao Lote I)	**70**
Eventos Realizados nas Regiões Administrativas de: São Paulo, Baixada Santista, São José dos Campos e Registro (Referente ao Lote II)	**121**
Eventos Realizados nas Regiões Administrativas de: Araçatuba, Barretos, Bauru, Campinas, Central, Franca, Marília, Presidente Prudente, São José do Rio Preto e Sorocaba (Referente ao Lote III)	**129**
Total de Eventos do Ano	**333**

Assessoria Especial para Assuntos Internacionais - 2015

1. Protocolo
Foram organizadas 15 audiências do Governador com autoridades internacionais e cerca de 132 outras reuniões com Vice-Governador, Secretários estaduais e com a Assessora Especial para Assuntos Internacionais. A unidade esteve também envolvida na preparação de 17 viagens ao exterior, realizadas pelo Governador ou por Secretários estaduais.

2. Eventos
Foram organizados 32 eventos internacionais, onde se incluem seminários internacionais, workshops e conferências.

3. Cooperação técnica
Mesmo com a redução do quadro da unidade de cooperação internacional, foram firmados 9 acordos internacionais e estão em negociação novos programas de cooperação técnica com diversos países nas áreas de desenvolvimento econômico, infraestrutura, educação, cultura, gestão de água entre outros temas. O governo realizou ações, projetos e cursos com parceiros com os quais já havia assinado acordos nos anos anteriores, com o propósito de aprimorar as políticas públicas do Estado, promover São Paulo no cenário mundial, fomentar seu desenvolvimento econômico e sustentável e compartilhar experiências bem-sucedidas e melhores práticas.

4. Comunicação
O site internacional (www.saopauloglobal.sp.gov.br) alcançou 62.742 visitantes únicos. Foram produzidas 12 edições da newsletter internacional. Foram organizadas 2 Press Trips (Jornalistas de Atlanta visitaram equipamentos públicos do Estado em São Paulo e Santos/ Correspondentes internacionais visitaram o CECFAU - Centro de Conservação de Fauna Silvestre, em Araçoiaba da Serra). Foi criado um perfil internacional do Estado no Flickr (www.flickr.com/photos/globalsaopaulo/sets) com aproximadamente 2.000 fotos entre Junho e Dezembro de 2015. Foi lançado o boletim diário de notícias "#SPglobal - Destaques do dia". Aproximadamente 60 boletins foram enviados entre Agosto e Dezembro de 2015. O site internacional foi incluído no portal do Governo do Estado de São Paulo. Foi elaborado o folder “Boas Práticas do Governo do Estado de São Paulo para a Cooperação”- texto concluído, arte em desenvolvimento pelo Marketing (SECOM). O Aplicativo "SP GLOBAL" foi concluído e já está disponível nas versões Android e IOS.

Escolas de Idiomas: Prosseguimento da parceria com escolas de idioma - Cultura Inglesa (Inglês), Instituto Cervantes (Espanhol), Aliança Francesa (Francês), Due Parole (Italiano), Instituto Goethe (Alemão), que oferecem descontos exclusivos para funcionários do Governo do Estado**.**

GRS – Grupo de Relacionamento com a Sociedade / Demandas do Governador atividades de 01/01/15 a 31/12/2015

A) Redação

Ofícios para revisão	114
Demandas respondidas	1.843
Demandas arquivadas, sem envio de resposta	403
Demandas aguardando resposta das Secretarias	1.146
Total de Demandas Recebidas	**3.506**

B) Atendimento Pessoal e Telefônico

Atendimentos presenciais que geraram protocolo	268
Atendimentos telefônicos que geraram protocolo	1.058
Atendimentos presenciais e telefônicos que geraram orientações ao cidadão	444
Total de Atendimentos	**1.770**

Mensagens do Governador

Cartas	663
Telegramas	40
Convites	165
Cartões	1.591
Total de Mensagens	**2.459**

Total Geral: 7.735 Demandas

Instituto Geográfico e Cartográfico – Relatório de Atividade 2015
Observação importante: A responsabilidade pela execução deste programa é do Instituto Geográfico e Cartográfico que, durante o período de janeiro de 2012 a novembro de 2015, esteve vinculado à Coordenadoria de Planejamento e Avaliação, da Secretaria de Planejamento e Gestão, mas que, a partir de dezembro de 2015, o IGC, com seu Programa e suas Ações, passa a ser vinculado à Casa Civil.

Programa 2916 - São Paulo: Território e Cartografia

Produzir, manter atualizadas e disseminar informações e análises geográficas e cartográficas para os mais diversos fins, destacando: a formulação e acompanhamento de políticas públicas, a atualização cartográfica das nascentes e cursos d´água para fins de licenciamento, a definição correta das divisas dos municípios e a localização precisa de propriedades para atestar sua jurisdição territorial.

Tem como público alvo a administração direta e indireta, ministérios públicos, tribunais, assembleia legislativa, câmaras e prefeituras municipais, institutos de pesquisa, universidades, empresas públicas e privadas e o conjunto da sociedade.

Ação 5509 – Plano Cartográfico do Estado de São Paulo

Produção de mapas topográficos nas escalas 1:25.000 e outras, seguindo as normas da cartografia nacional e da infraestrutura nacional de dados espaciais, com precisão "PEC classe A". A partir da utilização de fotografias aéreas digitais, são extraídas as seguintes categorias de informações: hidrografia, curvas de nível e pontos cotados, sistema viário, obras e edificações notáveis, além de modelo digital de terreno, ortofotos RGB e infravermelho, perfilamento a laser, arquivos de bloco único.
Meta do PPA 2012 - 2015 = 1.480 Mapas a serem elaborados.
Execução do PPA 2012 - 2015 = 1.609 Mapas elaborados.

Realizações e verbas na Ação 5509 no PPA 2012 – 2015

Ano	Número de realizações (Mapas elaborados)	Verbas (Reais)	
		C	K
2012	370	202.201,00 7.419.800,00 (**1**)	7.500,00
2013	370	8.015.767,00	0
2014	409	5.238.657,00	198.060,00
2015	460	5.036.311,00	0
Total	**1.609**	**25.912.736,00**	**205.560,00**

(1) Esse recurso foi utilizado como contrapartida do PNAGE através do Programa 2906: Sistema Estadual de Planejamento e Avaliação, na Ação 1811: Reestruturação do Processo de Planejamento.

Ação 5510 - Gestão Documental, da Informação e do Conhecimento Geográfico e Cartográfico

Implementação da política de gestão documental, da informação e do conhecimento geográfico e cartográfico.
Meta do PPA 2012 - 2015 = 16.000 documentos a serem disponibilizados.
Execução do PPA 2012 - 2015 = 20.240 documentos disponibilizados.

Realizações e verbas na Ação 5510 no PPA 2012 – 2015

Ano	Número de realizações (Documentos disponibilizados)	Verbas (Reais)	
		C	K
2012	4.000	95.874,00	0
2013	7.298	234.381,00	0
2014	4.294	135.966,00	0
2015	4.648	170.766,00	0
Total	**20.240**	**636.987,00**	**0**

Ação 8175 - Gestão Territorial (Ação não orçamentária)

Fornecimento de informações técnicas: certidões de jurisdição territorial, descrição e demarcação das divisas municipais e delimitação do território dos distritos, estudos para criação de municípios, desmembramento, anexação de áreas, atualização cartográfica de nascentes e cursos d´água.
Meta do PPA 2012 - 2015 = 1.920 documentos técnicos a serem fornecidos.
Execução do PPA 2012 - 2015 = 2.151 documentos técnicos fornecidos.

Realizações na Ação 8175 no PPA 2012 – 2015

Ano	Número de realizações (Documentos técnicos fornecidos)
2012	536
2013	503
2014	525
2015	587
Total	**2.151**

A Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual fez a Campanha "São Paulo contra a Homofobia", pela qual distribuiu cerca de **80.000** materiais informativos (*banners*, *folders*, camisetas, cartazes, adesivos e a cartilha "Diversidade Sexual e a Cidadania LGBT"). Também foram distribuídos cerca de **6.000** *folders* e cartazes da Campanha "Travesti e Respeito", sobre o Decreto 55.588/10 (uso do nome social). Centenas de servidores públicos participaram de cursos de EAD com o tema Diversidade (parceria entre Secretarias da Saúde e da Justiça). A Coordenação participou ou apoiou institucionalmente **6** grandes Paradas e Marchas LGBT e **7** Conferências Municipais ou Regionais; realizou mais de **90** ações (capacitação, palestras, seminários, entre outros) por todo o estado. Acompanhou ainda **52** sessões de mediação e a tramitação de **26** processos referentes à Lei Estadual 10.948/01 (penaliza a Homofobia e Transfobia).
A Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena realizou capacitação aos servidores da área jurídica e guardas municipais em municípios da baixada santista e aos funcionários da Fundação Procon sobre a Lei 14.187/2010; participou de trinta e seis audiências de conciliação nos processos administrativos de discriminação; articulou a campanha "Por uma cultura de paz e contra o racismo e a homofobia no futebol", com a participação da Federação Paulista de Futebol e times da 1º divisão; ministrou palestras aos alunos da Faculdade Senai; organizou um encontro preparatório no litoral sul para as eleições do Conselho Estadual dos Povos Indígenas, com representantes de uma parcela significativa de etnias; entrevistas a rádios e TVs e organização e participação no Seminário Internacional sobre avaliação da Qualidade da Atenção em Saúde de Populações Vulneráveis.
A Coordenação de Políticas para a Mulher participou de programas de TV e rádio sobre diversas temáticas de gênero, como a gravidez precoce de jovens e "outubro rosa"; elaborou o Termo de Cooperação entre a Secretaria da Saúde e a da Agricultura, que consiste no projeto "Uma horta para a Saúde", participação nas reuniões preparatórias para a 4º Conferência Estadual de Políticas para a Mulher; palestrante na APROFEM para mil e oitocentos educadores e a convite em diversas empresas sobre violência contra mulher, apresentação à Secretaria de Cultura do projeto Teatro das Mulheres; articulação com a Secretaria da Saúde para a implantação da Oficina de Sentimentos em todas as UBSs, participação na Conferência estadual da Juventude em Atibaia e lançamento de três peças de teatro sobre a questão de gênero.
O Conselho Estadual da Condição Feminina realizou a entrega da medalha Ruth Cardoso no mês de março e organizou a 4º Conferencia de Políticas para a Mulher. O Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Nordestina realizou o Sampa Sertão. Já o de Desenvolvimento da Comunidade Negra renovou sua gestão, com as eleições no mês de novembro e comemorou o Dia da Mulher Latino Americana e Caribenha no Teatro São Pedro em São Paulo. O Conselho Estadual dos Direitos da População LGBT realizou as reuniões ordinárias, gerando despesas de ressarcimento, a qual se aplica a todos os conselhos mencionados acima.

Data	Ação
15.01	Cerimônia de Sanção do Projeto de Lei 1.259 de 15 de janeiro, que institui o Sistema de Pontuação Diferenciada em Concursos Públicos Estaduais para Negros e Indígenas. Salão dos Despachos - Palácio dos Bandeirantes.
21.01	Celebração do Dia Nacional de Combate a Intolerância Religiosa. Palestra com Dr. Alfonso Presti. Tema "Intolerância Religiosa e Liberdade de Expressão". Local: Cidade IV – Auditório da Secretaria de Energia/SP
21.01	Ato Público em Celebração ao Dia Nacional de Combate a Intolerância Religiosa. Homenagem aos representantes – Liberdade Religiosa. Local: Nova Sede da OAB São Paulo.
24.01	Inauguração do barracão de beneficiamento de mandioca na aldeia Erekuá, em Avaí (SP), terra Indígena Araribá. Programa microbacia II. Secretaria de Agricultura.
28.01	Curso de Capacitação com os servidores da área jurídica e Guardas Municipais da cidade de Santos/SP sobre a Lei. 14.187/2010. Palestrantes da CPPNI: Profa. Elisa Lucas Rodrigues e Dra. Juliana Ogawa. Local: Câmara Municipal de Santos.
Ao longo do ano	Audiências de conciliação e de mediação nos processos administrativos de discriminação, num total de trinta e seis.
05.02	Gravação da Campanha "Por uma cultura de Paz e contra o racismo e a homofobia no futebol", com participação da Federação Paulista de Futebol e clubes da primeira divisão.
06.02	Curso de Capacitação com os funcionários da Fundação PROCON sobre a Lei. 14.187/2010. Palestrante da CPPNI: Profa. Elisa Lucas Rodrigues. Local: Câmara Municipal de Santos
27.02	Reunião com gestores de órgãos municipais voltados para a Igualdade Racial.
Ao longo do ano	Divulgação e debate com órgãos públicos e sociedade civil sobre a Lei 1.259 de 15 de janeiro, que institui o Sistema de Pontuação Diferenciada em Concursos Públicos Estaduais para Negros e Indígenas
20 e 27.03	Seminário “Memória, Luta e Formação”, 7° Premio Educar para a Igualdade Racial e de Gênero e Lançamento do Calendário Memorias da Negritude para educadores da rede estadual de ensino. O objetivo conisste em identificar, difundir, reconhecer e apoiar práticas pedagógicas e de gestão escolar, vinculadas à temática étnico-racial, na perspectiva da garantia de uma educação de qualidade para todas e todos e, mais especificamente, de combate ao racismo e de valorização da diversidade étnico-racial. Locais: Capital e Santa Bárbara D'oeste.
27.04	Palestra para os Alunos da Faculdade SENAI “Roberto Simonsen” Unidade São Bernardo do Campo, sobre a historia e a cultura indígena e as Ações do Governo do Estado para a população indígena.
28.04	Termo de Convenio entre a SJDC e a ACADEPOL (Academia de Policia de Polícia Civil “Dr. Coriolano Nogueira Cobra”). Retomada nas Ações com as DEINTERS do Estado de São Paulo nas Ações São Paulo Contra o Racismo
30.04	Capacitação sobre Lei 14.187/2010 e Termo de Convênio firmado com a Prefeitura de São Vicente
04.06	Durante a XV Feira Cultural LGBT, Promover a divulgação da Lei Estadual 14.187/10 e apoio com distribuição de materiais informativos do Programa São Paulo Contra o Racismo

Data	Ação
08.06	Reunião com a liderança Indígena Cacique Awapyradju Marcilio Marcolino, etnia Tupi-Guarani do Litoral Norte, presidente do Conselho Estadual (Gestão 2011/2015), com o intuito de esclarecer o tramite legal sobre a eleição do CEPISP.
13 e 14.06	Participação do Festival Black June na município de Rio Claro. Divulgação das ações da Secretaria da Justiça, da CPPNI e a Lei 14.187/2010. Distribuição de material informativo, sobre Racismo e sobre a diversidade.
16.06	Participação e organização da Eleição do Conselho Estadual dos Povos Indígenas 2015/2018
18.06	Reunião com liderança negra da Brasilândia/SP, Sr. Olegário Carmelita e o Coordenador do Núcleo de idéias do Afro Reggae de São Paulo Sr. Roberto Pacheco. Apresentar o projeto sociocultural voltado a população quilombola
26.06	1ª Conferência de Politica Indigenista Etapa Local. Apresentação institucional da SJDC /CPPNI
29.06	Participação no município de Piracicaba do Lançamento do livro “Consciência Negra em Movimento”, do Cds Hino á Negritude e anúncio do Convênio entre a UNIMEP e a Prefeitura para atender a Lei 10.639/2003.
02.07	Visita Tecnica a Aldeia Indigena Nhamandu Mirim e projeto na realização das comemaoraçãoes ao 7º Aniversario da Aldeia
11.07	Participação Posse da Comissão da Verdade da Escravidão Negra do município de Araraquara
14.07	Reunião técnica sobre o Termo de Convenio entre a Secretaria da Justiça da Defesa da Cidadania e a Secretaria de Segurança Publica (Acadepol) - Capacitação de delegados, escrivães e policiais
14.07	Participação na posse dos membros do Comitê Técnico da Saúde da População Negra de Limeira
15.07	Visita Tecnica às Aldeias Indigenas da Região do Jaraguá Aldeia TeKoa Ytu e Tekoa Pyau.
15.07	Participação no lançamento do Projeto Memória Lélia Gonzalez – o feminismo negro no palco da História.
16.07	Visita Técnica as aldeias indígenas da Aldeia Região de Parelheiros Aldeias de Tenondé Porã, Krukutu e Kalipetu.
18.07	Mesa Redonda com as lideranças indígenas e autoridades da aldeia Takuari (Vale do Ribeira) Comunidade indígena Mbya,
22.07	Visita Técnica as aldeias indígenas da Aldeia Região de Parelheiros Aldeias de Tenondé Porã, Krukutu e Kalipetu e Pré Conferencia Indígena
23 e 25.07	Participação no Seminário em alusão ao Dia Internacional da Mulher Negra Americana e Caribenha na Região de Andradina e de Barretos.
30.07	Participação no V Seminário Mulheres Negras Raízes da Resistência na Região de Cubatão
05.08	Palestra nas Comemorações ao “Dia Estadual da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha" na capital.
07.08	Entrevista concedida a Thais Rosa (TV Brasil). Pauta: Denúncia de Discriminação racial – Racismo no Ambiente Educacional
10.08	Entrevista no PROGRAMA TRIBUNA INDEPENDENTE/ Emissora Rede Vida Pauta: Racismo Velado
11.08	Reunião com os representantes da Coordenadoria da Infância e da Juventude no Fórum João Mendes Jr, referente ao projeto "Cidadania, Direito de Todos".
14.08	Entrevista concedida à Rádio Record AM (por telefone) Pauta: Ações de Combate ao Racismo

Data	Ação
14.08	Apresentação do Programa São Paulo Contra o Racismo na Região de Itaquaquecetuba
15.08	Participação na Aula inaugural da 2ª. Turma do curso de Extensão "ÁFRICA E AFRICANOS NO BRASIL - EDUCAÇÃO, CULTURA E SOCIEDADES",
17.08	Participação na Cerimônia de Abertura da Conferência Continental de Combate ao Racismo no Mundo do Trabalho - INSPIR.
18.08	Curso de Formação de Delegados e Policiais Civis de São Paulo "Exercícios de Cidadania"
26.08	Participação da mesa do Seminário de Políticas para Mulheres e de Promoção de Igualdade Racial
12 e 13.11	Participação e organização do Seminário Internacional sobre Avaliação da Qualidade da atenção em Saúde de Populações Vulneráveis.

Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A. - EMPLASA

Programa 4804 - Planejamento e Articulação para o Desenvolvimento Sustentável da Macrometrópole

Articular ações de governo e formular estratégias para o desenvolvimento sustentável da Macrometrópole Paulista (MMP).
Público alvo: Estado, prefeituras e população da Macrometrópole Paulista.

Ação 6084 - Gestão Administrativa

Formulação e implementação de programas, projetos e ações; implentação de ações administrativas; manutenção e modernização do processo de informatização e gestão de recursos humanos necessários ao desempenho da função institucional.
Produto: Relatórios de Balanço

Ação 6083- Estratégias de desenvolvimento sustentável para a Macrometrópole

Definição de prioridades de ação e de planos e projetos para o desenvolvimento sustentável da Macrometrópole Paulista.
Produto: Projetos e ações implementados.

Realizações

Formulação do Plano de Ação da Macrometrópole Paulista (PAM 2013/2040).
Criação da Agência Metropolitana da RMVPLN.
Instituição do Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Sorocaba.
Criação da Agência Metropolitana de Sorocaba.
Estudos técnicos e jurídicos e proposta de criação da Unidade Regional de Ribeirão Preto.
Secretaria Executiva do CDRMSP e das AUs de Jundiaí e Piracicaba.
Articulação política de Municípios da RMSP para participação na formulação do PDUI/RMSP.

Ação 5936 - Monitoramento do desenvolvimento da Macrometrópole

Diagnósticos analíticos e acompanhamento permanente das dinâmicas urbanas da MMP mediante o monitoramento de dados e informações e de indicadores de resultados relacionados a aspectos socioeconômicos, urbanos e físico-ambientais do processo desenvolvimento.
Produto: Relatórios Técnicos.

Realizações

Avaliação de impactos da Implantação de Corredores Metropolitanos de Ônibus na RMSP.
Avaliação de Impactos da Implantação de Linhas do Metrô na RMSP: Linha 2 – Verde; Linha 6 – Laranja; Linha 19 – Celeste e Linha 15 – Prata.
Monitoramento de Impactos do Rodoanel - Trechos Norte e Sul. Avaliação das alterações do uso do solo e da cobertura vegetal.

Georreferenciamento de Patrimônio Imobiliário do ESP - Parceria Emplasa/Secretaria de Governo (Conselho do Patrimônio Imobiliário do Estado de São Paulo) para aperfeiçoamento do Cadastro de Imóveis do Estado.
Estudo da Fazenda Albor – Subsídios para definição de propostas de desenvolvimento imobiliário para a área da Fazenda Albor, com vistas a realização de PPP

Ação 5965 - Apoio técnico para elaboração e monitoramento de projetos

Desenvolvimento de estudos e apoio à implantação e operação de metodologia de gerenciamento de projetos sociais e de infraestrutura.
Produto: Relatórios Técnicos.

Projetos em Andamento

Monitoramento de Projetos/Ações da Carteira do PAM 2013/2040 – Implementação de Sistema de Indicadores de Resultados.
Índice de Capacidade de Investimento na Macrometrópole Paulista – Atualização dos dados e informações 2010/2013.
Bases da Elaboração do Plano Metropolitano de Desenvolvimento Habitacional (PMDH) - RMSP, RMBS, RMC e RMVPLN – Parceria Emplasa/SH.
Execução da Cartografia da Bacia do Alto Tietê.
Gestão do Sistema Cartográfico Estadual (SCE).
Implementação da Infraestrutura de Dados Espaciais da Emplasa − (IDE/Emplasa).
Sistema de Acesso a Dados Geoespaciais - Cessão de Produtos do Sistema Cartográfico Metropolitano (SCM), gerido pela Emplasa.
Monitoramento do Plano Plurianual de Investimento - PPA 2012/2015: Monitoria do andamento de projetos estruturadores do território da MMP.

Conclusão

No exercício de 2015 a Emplasa reduziu despesas visando cumprir as determinações do Decreto nº 61.131, de 25 de fevereiro de 2015, que estabelece diretrizes e providências para a redução e otimização das despesas de custeio no âmbito do Poder Executivo; e Decreto nº 61.621/15, de 12 de novembro de 2015, de encerramento do exercício de 2015.
Com o empenho da empresa em aumentar suas receitas próprias, conseguiu-se ultrapassar a previsão inicial de recursos próprios de R$ 5.100 mil para R$ 10.952 mil no exercício de 2015. Diante disto, a dotação inicial total de R$ 64.107 mil foi readequada com diminuição da pressão sobre os recursos do tesouro do Estado, conforme demonstrado abaixo. Devido à situação econômica do Estado, a empresa atingiu uma redução de suas despesas da ordem de 28,51%, mas não comprometeu o atendimento dos resultados previstos para este exercício.

Agência Metropolitana de Campinas - Agemcamp

Principais atividades

A Agemcamp propõe e executa projetos de interesse comum aos Municípios da Região Metropolitana de Campinas - RMC, além de promover ações que contribuem para formação da consciência sobre a necessidade de gestão conjunta e integrada para a solução dos gargalos e carências metropolitanas.

Como órgão de articulação e planejamento dos assuntos metropolitanos na RMC, a Agência busca sempre o equilíbrio entre o papel político e a função técnica, instrumentalizando as relações entre Estado e Municípios visando encontrar soluções para os problemas comuns, cada vez mais complexos nas regiões com forte crescimento econômico.

Pela relevante atuação e pelo impacto dos projetos, a estrutura de gestão metropolitana, formada pelo Conselho de Desenvolvimento, Agemcamp e Fundocamp, é reconhecida como protagonista efetiva da melhoria da qualidade de vida da população e do desenvolvimento econômico sustentável da RMC.

Projetos Fundocamp
Área - Saúde
- Reforma e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde da RMC
Objetivo - Execução de 18 projetos de reformas e ampliações de Unidades Básicas de Saúde em 15 municípios da Região Metropolitana de Campinas.
Status: Concluídos os 18 projetos.
Agente Técnico - Agência Metropolitana de Campinas.
Beneficiário: Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas.

- Informatização de Unidades de Saúde
Objetivo - Aquisição de equipamentos de informática para unidades de saúde da RMC para implantação do Cadastro Metropolitano do Usuário SUS Metropolitano.
Status - Encerrado.
Concluídos - 323 Unidades de Saúde na RMC.
Agente Técnico - Agência Metropolitana de Campinas.
Beneficiário - Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas.

- Implementação do Plano Regional de Desenvolvimento de RH em Saúde, Reorganização das Centrais de Regulação do Acesso e Implementação de Linhas de Cuidado.
Objetivo - Qualificação de Mão de Obra.
Status - Encerrado em novembro de 2015.
Agente Técnico - Agência Metropolitana de Campinas.
Beneficiário - Agentes técnicos das Prefeituras Municipais da RMC.
Tomador de Recursos Fundocamp - Agência Metropolitana de Campinas.

- Combate à Dengue - Aquisição de materiais.
Objetivo - Aquisição de Equipamentos de Combate ao Vetor.
Status - Em andamento.
Agente Técnico - Agência Metropolitana de Campinas.
Beneficiário: Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas.

Área - Educação
- Conexão do Saber.
Objetivo - Melhoria da qualidade do ensino municipal fundamental por meio do desenvolvimento contínuo e compartilhado de um ambiente de educação digital. É também objetivo do projeto a formação de professores dos ensinos infantil e fundamental, para a utilização dos novos paradigmas de comunicação construídos a partir da Tecnologia da Informação.
Status - Em andamento (adesão 5 municípios).
Agente Técnico - Agência Metropolitana de Campinas.
Beneficiário: Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas.

- 8º Fórum da Educação da RMC
Objetivo - Propiciar, além dos conhecimentos específicos relacionados ao tema geral da educação, experiências internacionais. Possibilita também que os municípios discutam e conheçam as suas próprias políticas de colaboração na área da educação visando a proposição de p**erspectivas de políticas públicas e contribuições para construção de Planos de Educação**.
Status - Encerrado.
Agente Técnico - Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano - Emplasa.
Beneficiário - Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas.
Tomador de Recursos Fundocamp - Agência Metropolitana de Campinas.

Área - Cultura
- Re-virada Cultural - 2015
Objetivo - Realização de apresentações de música, dança e oficinas nos dezenove municípios da RMC, privilegiando os artistas regionais.
Status - Em andamento.
Agente Técnico - Agência Metropolitana de Campinas.
Beneficiário - Prefeituras da Região Metropolitana de Campinas.

Agência Metropolitana – Agem (Santos)

Cerca de 40 possíveis pontos de terminais hidroviários foram analisados pelos técnicos de acordo com a solicitação de cada munícipio. Porém, com a elaboração do estudo chegaram ao número de 11 terminais, em três trajetos, devido a necessidade de demanda, menor intervenção no local, análise de oferta já existente nos locais e a necessidade de adaptações para as embarcações que serão utilizadas. Analisaram também a integração com dois grandes projetos de mobilidade na Região, o VLT e o túnel submerso, e qual seria o impacto dos modais já existentes no projeto de viabilidade da hidrovia.
Segundo o estudo, seriam afetadas com a mudança em um cenário base - nem otimista, nem pessimista - 28 mil pessoas, pois utilizariam o sistema diariamente. Estariam disponíveis dois tipos de embarcações com capacidades entre 70 a 78 passageiros e de 160 a 170 passageiros.
Esses avanços nos estudos e as dificuldades encontradas para a construção do sistema serão apresentados aos prefeitos da RMBS em reunião do Condesb no início de 2016.

1. Disseminação de informações e estatísticas socioeconômicas e demográficas

Em setembro de 2014, a Agem celebrou contrato com a Fundação Seade agregando toda a sua expertise de indicadores, e disponibiliza por meio de seu site www.agem.sp.gov.br, no box *Indicadores Municipais*, no centro da página principal, quatro aplicativos para consulta às informações socioeconômicas e administrativas da Região Metropolitana da Baixada Santista e de cada um dos nove municípios que a compõem. Em *Informações dos Municípios*, o usuário poderá acessar cerca de 1.100 variáveis e indicadores para o total do Estado de São Paulo, RMBS e de cada um dos nove municípios. As variáveis são classificadas por temas e assuntos e os resultados das pesquisas podem ser visualizados na forma de tabelas, gráficos e mapas ou salvos em planilha de dados. Todas as formas de visualização de dados podem ser customizadas pelo usuário, de acordo com suas necessidades e preferências. Toda essa plataforma de dados da Seade atualizou os Indicadores Metropolitanos da Baixada Santista (IMBS), projeto com informações e estatísticas da RMBS desenvolvido e com última atualização datada de 2008.

2. Geoprocessamento em parceria com os Municípios

O projeto é uma iniciativa da Câmara Temática de Tecnologia da Informação e Comunicação do Condesb para a implementação de soluções de geoprocessamento integrando todos os nove municípios da Baixada Santista. O geoprocessamento utiliza tecnologias que possibilitam o processamento, interpretação de dados ou informações que envolvam Sistemas de Informações Geográficas, de posicionamento global, levantamentos aéreos, meteorologia, entre outros.
A proposta feita pela CT idealiza um convênio entre a Agem e a Funcate (Fundação de Ciências, Aplicações e Tecnologia Espaciais) para a implantação do programa nos municípios. O Condesb aprovou em novembro o avanço nas discussões deste projeto e nas formas de buscar financiamentos externos.

3. Plano Regional de Mobilidade e Logística da Região Metropolitana da Baixada Santista

É uma iniciativa da Câmara Temática de Transporte de Passageiros e Trânsito do Condesb, que compõe o Grupo Técnico de Mobilidade e que tem a Agem como apoiadora. Em 2015 houve um avanço significativo na elaboração do Termo de Referência para contratação de consultoria especializada para elaboração do plano. A iniciativa encontra-se agora na fase de levantamento de custos e análise de viabilidade financeira para execução do mesmo.

4. Projetos do Fundo Metropolitano em 2015

O Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Baixada Santista - FUNDO é destinado a dar suporte financeiro ao planejamento integrado e às ações conjuntas dele decorrentes, no que se refere às funções públicas de interesse comum entre o Estado e os Municípios integrantes da Região Metropolitana. Projetos autorizados a receberem os recursos provenientes do Fundo Metropolitano da Baixada Santista em 2015 somaram R$ 9.448.966,20.

Proc. N°	Benefic.	Data Ass.	Objeto	Valor R$
001/15	P.Grande	mai/15	Recapeamento da Av. Marcos Freire	1.653.372,00
002/15	Peruíbe	N/C	Recuperação estrutural e melhorias na Praça Florida	331.878,05
003/15	Guarujá	mai/15	Desassoreamento do Rio Sto. Amaro	90.000,00
004/15	Guarujá	mai/15	Obras do SPDA Estádio Municipal Antônio Fernandes	185.652,24
005/15	Santos	jun/15	Projeto Praia Acessível	218.000,00
006/15	AGEM	ago/15	Contratação do Sistema de Monitoramento do Plano Metropolitano Desenv. Estratégico- PMDE	1.251,630,46
007/15	Mongaguá	mai/15	Capeamento e sinalização da Av. São Paulo – Rua Santana e Av. N.S. de Fátima	508.231,20
008/15	Santos	ago/15	Equipamentos e Mobiliário para a UPA - Central	1.515.226,91
009/15	Santos	N/C	Ampliação do Sistema Informatizado de Monitoramento (SIM) - etapa 04	1.893.857,62
010/15	Santos	N/C	Ampliação do Sistema Informatizado de Monitoramento (SIM) - etapa 05	1.092.886,52
011/15	Mongaguá	N/C	Monitoramento Urbano - CFTV	708.231,20
Total aprovado em 2015				**9.448.966,20**

5. Secretaria Executiva do Condesb e Câmaras Temáticas

Uma das principais funções da Agem é atuar como Secretaria Executiva do Condesb e de suas Câmaras Temáticas. Até novembro de 2015 foram realizadas 129 reuniões de Câmaras Temáticas (CT) que após a reorganização realizada no ano de 2015 pelo CEPAM foram distribuídas entre os seguintes Eixos Tématicos: **Mobilidade; Meio Ambiente; Desenvolvimento Econômico e Políticas Públicas.** As reuniões do Condesb realizadas em 2015 totalizaram 13, sendo uma realizada de forma extraordinária.

6. Assinatura de termo de cooperação técnica entre a Agência Inova/Centro Paula Souza e a Agem

Em março de 2015 foi assinado um termo de cooperação técnica que tem por objeto formalizar as condições básicas para a realização de ações entre a Agência INOVA / Centro Paula Souza e a Agem, por meio de atividades diversas tais como a realização e produção de estudos e pesquisas, conferências, publicações, realização de palestras e programas de capacitação com certificação e outras atividades julgadas de interesse ou de conveniência para a RMBS e o Condesb, através das suas Câmaras Temáticas.

7. Sistema Cartográfico Metropolitano da Baixada Santista

Durante o ano de 2015, entre vendas, sessões e convênios foram atendidos 28 pedidos, sendo 4 de órgãos públicos, 2 de estudantes e 22 vendas de produtos do Sistema Cartográfico Metropolitano da Baixada Santista - Gerenciamento do Sistema Cartográfico, com informações cartográficas da região, com última atualização em 2002. Nas vendas, foram totalizados 55 produtos (37 Cartas Planialtimétricas Digitais, 1 Ortofotocarta Digital, 15 Cartas Planialtimétricas Impressas e 2 Ortofotocartas Impressas).

8. Tocando Santos

Em 2015, o projeto Tocando Santos entrou em sua 21ª edição. É uma realização da Agem e SESC-SP, Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos e Secretaria de Estado da Cultura, em parceria com a Prefeitura de Santos, Sabesp, Associação dos Artistas e Sistema A Tribuna de Comunicação. O seu principal objetivo é difundir o repertório clássico, viabilizando o acesso do público da Baixada Santista à música instrumental orquestrada e a formação de plateia. Nesta edição foram 12 apresentações regulares no Sesc Santos, com diversas Orquestras e Bandas Sinfônicas, além da tradicional apresentação da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (OSESP) na praia do Gonzaga em Santos, que contou com cerca de 12 mil espectadores.

9. Atividades programadas para a comemoração dos 20 anos de instituição da RMBS

Em julho de 2016 a Região completará 20 anos de formação. Para marcar essa data, a Agem está apoiando o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista para promover uma série de ações, que começaram a ser planejadas em 2015, dentre as iniciativas destacam-se:

a. Realização do 3º Fórum Nacional de Regiões Metropolitanas, abordando o tema: *Governança Interfederativa e Planejamento Regional nas Metrópoles*

Será realizado em junho de 2016, e o objetivo geral se constitui na troca de experiências sobre os avanços e desafios da Governança Interfederativa e Planejamento Regional nas Metrópoles, enfatizando a aplicação dos novos instrumentos previstos no Estatuto da Metrópole, lei federal sancionada em janeiro de 2015. É previsto que o encontro possa apresentar ao seu final documento que consolide um balanço sobre a evolução das ações realizadas nesses últimos vinte anos e, principalmente, sugestões para o aprimoramento da governança interfederativa da Região Metropolitana da Baixada Santista.

b. Lançamento do Concurso Cultural Universitário para seleção de selo comemorativo

O ***Concurso Cultural Universitário,*** uma iniciativa da Agem, em parceria com o Condesb, foi realizado entre os meses de agosto a novembro de 2015, com o objetivo de seleção de um selo comemorativo (marca) alusivo aos 20 anos de formação da Região. O público-alvo da ação cultural foi de estudantes universitários dos cursos de ensino superior de universidade/faculdade/centro universitário, público ou privado, localizados na Região Metropolitana da Baixada Santista.
O trabalho do universitário Junior Ferreira dos Santos, do 2º ano do curso de Design Gráfico, da Unimonte foi escolhido como a melhor proposta de trabalho artístico. O vencedor ganhou uma viagem, com direito a acompanhante, de mini cruzeiro de 3 dias, uma parceria com a *MSC Cruzeiros*, com saída e retorno em fevereiro de 2016. De caráter exclusivamente cultural, a inciativa não implicou em qualquer tipo de ônus ao governo do Estado. A aplicação do selo comemorativo se dará em todas as ações e atividades que envolvem as comemorações dos 20 anos de RMBS.

c. Desenvolvimento de vídeo institucional

A Agência elaborou um projeto básico para contratação de serviços especializados de produção audiovisual para desenvolvimento de um vídeo institucional e a previsão é que o edital da licitação pública, na modalidade Concorrência, do tipo Técnica e Preço seja publicado em janeiro de 2016.

d. Elaboração de uma publicação com finalidade de retrospectiva

Está previsto ainda, por meio de parcerias, a publicação de uma revista ou de um livro histórico em que se possa realizar uma retrospectiva da instituição da Região Metropolitana da Baixada Santista.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Secretaria de Estado da Cultura

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

12000 - Secretaria de Estado da Cultura

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**843.023.624,00**	**701.071.639,28**	**9.715.360,76**	**710.787.000,04**	**720.984.076,11**
Pessoal e Encargos Sociais	134.871.897,00	119.544.076,99	0,00	119.544.076,99	114.874.767,69
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	708.151.727,00	581.527.562,29	9.715.360,76	591.242.923,05	606.109.308,42
Despesas de Capital	**93.619.550,00**	**35.055.213,91**	**12.739.342,85**	**47.794.556,76**	**59.022.323,28**
Investimentos	93.619.550,00	35.055.213,91	12.739.342,85	47.794.556,76	59.022.323,28
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**936.643.174,00**	**736.126.853,19**	**22.454.703,61**	**758.581.556,80**	**780.006.399,39**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

12000 - Secretaria de Estado da Cultura

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
1201 - Difusão Cultural	**178.619.638,00**	**125.193.367,47**	**1.540.707,72**	**126.734.075,19**	**130.726.629,80**
Despesas Correntes	159.644.468,00	124.163.283,82	627.000,00	124.790.283,82	124.958.117,21
Despesas de Capital	18.975.170,00	1.030.083,65	913.707,72	1.943.791,37	5.768.512,59
1203 - Formação Cultural	**113.745.518,00**	**97.755.618,69**	**847.073,28**	**98.602.691,97**	**97.217.608,16**
Despesas Correntes	113.745.508,00	96.910.310,97	0,00	96.910.310,97	96.539.156,70
Despesas de Capital	10,00	845.307,72	847.073,28	1.692.381,00	678.451,46
1206 - Rádios, TVs Educativas e Novas Mídias	**172.992.311,00**	**146.259.995,34**	**309.990,00**	**146.569.985,34**	**143.624.956,99**
Despesas Correntes	162.992.311,00	143.766.064,64	0,00	143.766.064,64	134.792.684,19
Despesas de Capital	10.000.000,00	2.493.930,70	309.990,00	2.803.920,70	8.832.272,80
1207 - Fábricas de Cultura - Programa para Inclusão Social	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**64.298,95**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	64.298,95
1213 - Gestão de Recursos da Secretaria da Cultura	**74.493.019,00**	**46.178.972,30**	**8.145.920,19**	**54.324.892,49**	**57.556.391,95**
Despesas Correntes	45.984.699,00	33.043.531,16	987.283,76	34.030.814,92	36.253.958,30
Despesas de Capital	28.508.320,00	13.135.441,14	7.158.636,43	20.294.077,57	21.302.433,65
1214 - Museus	**152.175.376,00**	**129.249.999,14**	**1.549.436,17**	**130.799.435,31**	**134.536.640,87**
Despesas Correntes	132.039.376,00	115.302.594,40	395.577,00	115.698.171,40	115.160.712,40
Despesas de Capital	20.136.000,00	13.947.404,74	1.153.859,17	15.101.263,91	19.375.928,47
1215 - Preservação do Patrimônio Cultural	**315.050,00**	**4.500,00**	**0,00**	**4.500,00**	**63.660,00**
Despesas Correntes	315.000,00	4.500,00	0,00	4.500,00	63.660,00
Despesas de Capital	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1216 - Bibliotecas e Leitura	**18.160.252,00**	**15.263.364,92**	**0,00**	**15.263.364,92**	**13.727.877,00**
Despesas Correntes	18.160.252,00	15.263.364,92	0,00	15.263.364,92	13.727.877,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1217 - Complexo Cultural Luz	**2.000.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1218 - Fomento Cultural e Economia Criativa	**53.000.000,00**	**32.124.900,00**	**7.705.500,00**	**39.830.400,00**	**60.887.129,14**
Despesas Correntes	53.000.000,00	32.124.900,00	7.705.500,00	39.830.400,00	60.887.129,14
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1219 - Sistema Paulista de Música	**145.334.997,00**	**123.790.683,00**	**0,00**	**123.790.683,00**	**122.105.477,57**
Despesas Correntes	137.334.997,00	123.790.683,00	0,00	123.790.683,00	122.105.477,57
Despesas de Capital	8.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1221 - Integração das Culturas Latino-Americanas	**25.807.013,00**	**20.305.452,33**	**2.356.076,25**	**22.661.528,58**	**19.495.728,96**
Despesas Correntes	19.807.013,00	16.702.406,37	0,00	16.702.406,37	16.495.303,60
Despesas de Capital	6.000.000,00	3.603.045,96	2.356.076,25	5.959.122,21	3.000.425,36
Despesa Total	**936.643.174,00**	**736.126.853,19**	**22.454.703,61**	**758.581.556,80**	**780.006.399,39**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

O relatório a seguir apresenta os as informações gerenciais sobre as ações, projetos e programas desenvolvidos pela Secretaria da Cultura e por suas entidades vinculadas em 2015. Sua elaboração baseou-se nas orientações explicitadas no Ofício GS no. 001/2016.
Quase a totalidade das ações desenvolvidas por esta Secretaria conta com Organizações Sociais de Cultura em sua execução, conforme possibilidade estabelecida pela Lei Complementar Estadual n° 846/98. Ao longo do ano de 2015, a Secretaria manteve contratos de gestão com 20 Organizações Sociais de Cultura, transferindo-lhes recursos para o cumprimento de metas previamente pactuadas.

A Secretaria de Estado da Cultura tem, ainda, duas entidades vinculadas, responsáveis pelos seguintes programas e ações:

Fundação Padre Anchieta - Programa 1206 - Rádios, TVs Educativas e Novas Mídias.
Fundação Memorial da América Latina - Programa 1221 – Integração das Culturas Latino Americanas.

Programas Realizados pela Secretaria da Cultura

Em um ano pautado pela recessão econômica, a Secretaria da Cultura concentrou seus esforços na adoção de medidas administrativas de racionalização de gastos no intuito de garantir a continuidade de seus programas e equipamentos culturais, sem prejuízo à população paulista. A Pasta atendeu diretamente mais de 9,6 milhões de pessoas até aproximadamente o terceiro trimestre* – para referência, em todo o ano de 2014 foram 10,2 milhões de atendimentos registrados.

Entre as medidas de contenção de gastos, destaca-se o aprofundamento das parcerias com Municípios na ocupação de espaços e ampliação da programação cultural. Realizada em 24 municípios, a Virada Cultural Paulista teve uma maior participação das Prefeituras na realização de atividades paralelas com artistas locais, o que enriqueceu o evento e valorizou a produção artística contemporânea de cada região.

As Oficinas Culturais foram reestruturadas e, em cinco municípios, as atividades deixaram de ocorrer em edifícios alugados para ocupar espaços cedidos pelas Prefeituras. Com isso, o

programa reduziu custos não-essenciais para garantir a manutenção do número de atividades e de pessoas atendidas.

Até setembro de 2015, o programa havia atendido 72 mil pessoas em 182 municípios, com cursos, palestras, workshops e atividades de difusão, batendo antecipadamente a meta anual, que era de 47 mil atendimentos.

Programas estratégicos para a Pasta foram integralmente mantidos, exemplo das Fábricas de Cultura. Com suas dez unidades em funcionamento pleno, todas em bairros da periferia da Capital, o programa atendeu mais de 1,150 milhão de pessoas em atividades de formação e difusão cultural, incluindo mais de 36 mil aprendizes matriculados em cursos regulares das mais variadas linguagens artísticas. Cinco estúdios de gravação inaugurados este ano foram disponibilizados aos artistas dos bairros, que passaram a contar com equipamentos e apoio técnico gratuito para gravar CDs e viodeoclipes. A unidade de Diadema, primeira na Grande São Paulo, seguiu em construção.

Até novembro, os 18 museus paulistas receberam público visitante de 2,9 milhões de pessoas, número ligeiramente menor do que o mesmo período do ano passado. No entanto, a rede intensificou suas ações extramuros e em parceria com outras instituições, ampliando o acesso do público as suas atividades. Mais de 340 mil pessoas foram atendidas em ações extra-muros e itinerâncias dentro do Estado de São Paulo, a exemplo das exposições Estação da Língua, do Museu da Língua Portuguesa; Museu do Futebol na Área, do Museu do Futebol. Outras 1,4 milhão em mostras itinerantes fora do estado como Castelo Rá-Tim-Bum, do MIS, levada ao CCBB do Rio de Janeiro; e Retratos Imigrantes, do Museu da Imigração, em parceria com o Ellis Island, montada também em Nova Iorque.

Na área do patrimônio histórico, foi concluída a reforma da Oficina Cultural Casa Mário de Andrade, em São Paulo, com implantação de uma nova exposição, que valoriza a presença do escritor paulista no imóvel. O espaço também ganhou um galpão para ampliar as atividades oferecidas à população.

Obras importantes, como o restauro do Fórum das Artes, em Botucatu, do Palácio dos Campos Elíseos, na Capital, tiveram continuidade.

Já o Condephaat – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo – ampliou as formas de participação popular em suas decisões, realizando reuniões ordinárias fora da Capital (Santos e Amparo), além de, pela primeira vez, submeter minutas de tombamento à consulta pública, pela internet. Isso foi feito com relação aos processos de tombamento dos Complexos Ferroviários de Bauru e Sorocaba, que receberam cerca de 400 contribuições via formulários online. Todas as manifestações integraram o processo e serão consideradas na decisão do Conselho.

Com investimento de R$ 161 milhões este ano em suas duas vertentes – ICMS e Editais –, o mais importante programa de incentivo à cultura do Estado apoiou mais 2.110 projetos este ano. Prova da qualidade dos processos de seleção foi a indicação, pelo segundo ano consecutivo, de um filme apoiado pelo ProAC para representar o Brasil no Oscar de Filme Estrangeiro: Que horas ela volta? de, Anna Muylaert.

No âmbito da gestão, a Pasta deu início à implantação do seu Portal da Transparência (www.transparenciacultura.sp.gov.br), que divulgará de forma amigável uma maior quantidade de dados sobre as atividades, contratos e relatórios produzidos pela Secretaria. O lançamento oficial do portal ao público está programado para o primeiro trimestre de 2016.

A Secretaria também deu continuidade à construção do Plano Estadual de Cultura, colocando para consulta pública a minuta elaborada pela comissão eleita nas Regiões Administrativas e pelas entidades setoriais. Em 2016, a Pasta deverá encaminhar a minuta acrescida do resultado da consulta pública para apreciação da Assembleia Legislativa.

O ano, infelizmente, terminou com o incêndio que destruiu o Museu da Língua Portuguesa no dia 21 de dezembro, cujas causas ainda não haviam sido estabelecidas até a conclusão desse

relatório e a despeito da manutenção de seus sistemas de segurança em dia. A organização social ID Brasil, responsável pela gestão do Museu, deu início imediato às obras emergenciais para salvaguarda do edifício. O acervo, inteiramente digital, está preservado em backups e poderá ser reproduzido. A reconstrução do museu é compromisso da Secretaria da Cultura.

**Os números de público utilizados neste relatório foram fechados em meses diferentes, variando entre setembro e novembro, conforme a unidade gestora.*

Programa 1201- Difusão Cultural

No Programa de Difusão Cultural estão elencadas todas as ações da Secretaria que buscam ampliar a oferta de bens culturais de qualidade para a população paulista.

Ação 2304 - Pontos de Cultura

Por solicitação do Ministério da Cultura, o programa não foi realizado em 2015 em função de revisões da legislação pertinente.

Ação 4736 - Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo e Sala São Paulo

Sob o tema *Lugares da Música,* a Osesp realizou mais de 130 concertos sinfônicos e de câmara na Sala São Paulo, além de 13 apresentações gratuitas ou a preços populares, para um público aproximado de 154.545 pessoas. A temporada do Coro da Osesp atendeu público de 2.298 pessoas. Destaca-se a continuidade do programa Osesp Itinerante, com quatro apresentações da orquestra para público de 2.287 pessoas, e 16 apresentações do Coro da Osesp, para 7.056 pessoas (todos os números se referem até novembro/2015). Foi realizado um concerto da Osesp e um de Grupo de Câmara na Virada Cultural da Capital, para público de 2.145 pessoas. Dentro do escopo de seu principal programa educacional, o *Descubra a Orquestra*, a Osesp realizou aproximadamente 250 eventos educacionais, entre concertos didáticos, gincanas, visitas monitoradas, palestras e oficinas para mais de 66.000 alunos de escolas de todo o Estado, além do treinamento de mais de 1.000 professores (dados até 30 de setembro de 2015). A Osesp promoveu, ainda, o 46º Festival Internacional de Inverno de Campos do Jordão e do seu módulo Coral (formalmente inscrita no Programa 1219 – Sistema Paulista de Música; Ação 2422). Organização Social: Fundação Osesp.

Ação 5450 - Prêmio Estímulo à Produção Cultural

Visa estimular a produção de filmes em curta-metragem, gênero que funciona como porta de entrada para o cinema e para a linguagem do audiovisual. A seleção pública dos projetos é realizada por meio de edital. Em 2015, distribuiu 14 prêmios de R$ 80 mil. O total investido no programa é de R$ 1.120.000,00, em recursos próprios. Ao todo, foram registradas 318 inscrições. Ação realizada diretamente pela Secretaria.

Ação 5706 - Atividade Cultural em Parceria com Municípios e Entidades

Kits de Cinema – O programa aproveita espaços públicos já existentes, tais como auditórios, bibliotecas, e outros para instalação de equipamentos de projeção e sonorização doados pela Secretaria da Cultura aos municípios. Cada kit contém tela de projeção 3 x 4m, projetor de vídeo, leitor de DVD, mesa de som e um par de caixas amplificadoras. Desde o inicio do programa foram doados equipamentos para cerca de 300 municípios. Em 2015 foram atendidos 13 Quilombos, assentamentos ou Entidades, através do Protocolo de Intenções celebrado com o ITESP.

Prêmio Governador do Estado para a Cultura 2015 - Retomado pela Secretaria de Estado da Cultura em 2010, o Prêmio prestigia os grandes destaques do ano no cenário cultural paulista. Com uma das maiores premiações em dinheiro do País para o segmento – R$ 640 mil no total em 2015 –, os vencedores são incentivados a dar continuidade a novos trabalhos e, assim, ampliar o acesso da população a bens culturais de qualidade.

Ação 5709 - Circulação Cultural

Circuito Cultural Paulista - O programa acontece de março a novembro (exceto julho) e tem como objetivo levar uma programação de excelência para cidades do interior e litoral, valorizando os teatros e centros culturais municipais. Em 2015, chegou à marca das 110 cidades contempladas, com 859 espetáculos de música, teatro, dança, circo e infantil para um público de aproximadamente 341.000 pessoas. Entre as atrações da temporada estavam os espetáculos *Galileu Galilei*, com Denise Fraga; *A Casa Amarela*, com Gero Camilo; shows de Zélia Duncan, Tiê e outros. Organização Social: APAA – Associação Paulista dos Amigos da Arte.

Revelando São Paulo – Dedicado à divulgação e preservação da cultura paulista tradicional, o 19º Revelando São Paulo teve quatro etapas em 2015: em Valinhos, nos Vales do Paraíba e do Ribeira, e em Atibaia, totalizando aproximadamente 255.000 visitantes nos quatro eventos. Por meio deste festival, a Secretaria da Cultura fomenta e ajuda a preservar as culturas caiçara, tropeira, caipira, cigana, quilombola e indígena de mais de 300 cidades do Estado. Organização Social: Abaçaí Cultura e Arte.

Mapa Cultural Paulista – Desde 1995, o programa incentiva a produção e o mapeamento cultural local, promovendo concursos municipais, regionais e um estadual, nas linguagens artes visuais, canto coral, dança, literatura, música instrumental, teatro e vídeo. Artistas de todas as regiões ganham a chance de se apresentar para um público abrangente e a possibilidade de chegar aos palcos da Capital. Em 2015, houve a realização das fases Municipal e Regional dos espetáculos, sendo que na Fase Regional foram computados 1.457 artistas inscritos com um público geral estimado de 4.500 pessoas nas apresentações (até 3º trimestre de 2015). Organização Social: Abaçaí Cultura e Arte.

Festival Nacional de MPB (**Avaré, Botucatu, Pereira Barreto e Ilha Solteira)** – O evento é realizado nas quatro cidades em parceria com as prefeituras municipais. Os Festivais recebem inscrições de todo o Brasil e visam apresentar um panorama atual da música popular No ano de 2015, se inscreveram 2.084 artistas, sendo 117 selecionados. O público estimado foi de 71.700 (total das cinco edições). Organização Social: Abaçaí Cultura e Arte.

Festival de Teatro de Caraguatatuba - Também chamado de Litoral Encena, foi realizado de 16 a 24 de Outubro, em parceria com a FUNDACC, Prefeitura de Caraguatatuba e Poiesis. Tem a missão de fomentar a produção cênica no País, reunindo o melhor das linguagens do teatro de rua. Este ano, foram realizados 81 espetáculos em 11 municípios. Organização Social: Abaçaí Cultura e Arte.

Café com Violas e Ponteios – O programa recebeu em torno de 10.000 pessoas nas duas edições, realizadas em Santa Fé do Sul e Batatais, com total de 38 apresentações. Orquestras de violas, solos, duplas e trios fizeram parte da programação. Organização Social: Abaçaí Cultura e Arte.

Banda Sinfônica do Estado – Em 2015, o grupo realizou 25 concertos na Capital e 20 no interior para público total de 38.200 pessoas. Em 2015, o grupo lançou os CDs *Maxixe Urbano* e *Sinfonia Latina*, gravados no ano anterior, na Sala São Paulo. Organização Social: Instituto Pensarte.

Jazz Sinfônica - Sob a batuta dos maestros João Maurício Galindo e Fábio Prado, a orquestra completou 25 anos de existência, comemorados com o lançamento de CD no Auditório do Ibirapuera em 27 e 28 de novembro. Foram realizados 25 concertos na capital e 20 em cidades do interior e litoral do Estado, para um público aproximado de 42.980 pessoas (até 30 de novembro). Neste ano, também foi realizada a primeira edição da Bienal de Composição, em que arranjadores enviaram sua produção, avaliada por grandes e renomados especialistas do mercado. Os finalistas foram anunciados no final de novembro e tiveram suas obras executadas em concerto realizado em 13 de dezembro, na Sala São Paulo. Organização Social: Instituto Pensarte.

Theatro São Pedro – Na temporada de óperas de 2015 foram apresentados cinco títulos, totalizando 30 récitas para um público de 19.856 pessoas. Dos concertos, 12.914 pessoas assistiram às 65 récitas (números até 30 de novembro). Organização Social: Instituto Pensarte.

Academia do Theatro São Pedro - O Theatro deu continuidade a sua Academia de Ópera, que promove a formação gratuita de cantores líricos, aliando o aprendizado com professores renomados à prática no palco, já que os alunos participam dos ensaios e das apresentações promovidas pelo São Pedro. Organização Social: Instituto Pensarte.

Ópera Curta – Mantido pela Secretaria desde 2010, o programa a leva adaptações de óperas famosas a cidades do interior e litoral com o objetivo de difundir o gênero. O programa passou por 37 cidades (além da Capital), além de duas récitas da pré-estreia de um novo título no Theatro São Pedro, *O Barbeiro de Sevilha*, que passou a integrar o repertório da companhia. Foram com 39 apresentações para 12.160 pessoas. Organização Social: Instituto Pensarte.

Teatro Sérgio Cardoso – Composto por duas salas – Paschoal Carlos Magno (144 lugares) e Sérgio Cardoso (835 lugares) –, o equipamento recebeu um público total de 84.000 pessoas. A Sala Sérgio Cardoso, um dos maiores palcos italianos da cidade de São Paulo, recebeu espetáculos de grande sucesso em temporadas a preços populares, como o musical *Risadaria*, *Barbaridade*, *Okinosmov*, *Thiago Soares* entre outros. Sediou, ainda importantes iniciativas realizadas pela Secretaria, como a Plataforma ProAC e duas temporadas da São Paulo Companhia de Dança. A Sala Paschoal Carlos Magno de menor porte, contou com uma intensa temporada de teatro e dança, com destaque para as peças teatrais *Otelo*, *Ricardo III* e outras. Em 2015, o Sérgio Cardoso iniciou o projeto *Teatro ComVida,* implantando programação gratuita e diária no hall, de forma a ampliar a sua relação com a comunidade. Organização Social: APAA – Associação Paulista dos Amigos da Arte.

Teatro Maestro Francisco Paulo Russo – Localizado no município de Araras, conta com capacidade de 466 lugares em seu auditório. Realizou 75 apresentações para aproximadamente 20.000 pessoas. Organização Social: APAA – Associação Paulista dos Amigos da Arte.

Virada Cultural Paulista – Realizada em dois finais de semana (dias 23/24 e 30/31 de maio), a Virada Cultural Paulista chegou a sua 9ª edição, fortalecendo-se como o maior evento do interior e litoral de São Paulo. Em 2015, foram 653 atrações em 24 cidades do Estado, com público estimado de 1,1 milhão de pessoas. A Virada é realizada em parceria com as prefeituras e conta também com apoio das unidades do SESC. Organização Social: APAA – Associação Paulista dos Amigos da Arte.

Plataforma PROAC – Antes denominado Plataforma Estado de Dança, o programa Plataforma ProAC chegou à sexta edição em 2015. Este ano, as ações se voltaram à criação de Plataforma Virtual para o estabelecimento de uma rede colaborativa no âmbito do ProAC Editais. Organização Social: APAA – Associação Paulista dos Amigos da Arte.

Cultura Livre SP - Lançado em outubro de 2011 para proporcionar programação gratuita e de qualidade em grandes parques da Capital paulista nos meses de primavera e verão, o Cultura Livre SP promoveu 33 atividades culturais gratuitas em 2015, em três espaços públicos, para cerca de 31.310 pessoas. Destaque para os shows de Tiê, Luiza Possi, Fabiana Cozza, Moraes Moreira. Organização Social: APAA – Associação Paulista dos Amigos da Arte.

Festival da Mantiqueira – Diálogos com a Literatura – Realizado pelo sétimo ano consecutivo em São Francisco Xavier, distrito de São José dos Campos, o Festival tem a intenção de incentivar e promover a leitura de autores de língua portuguesa. O evento promoveu 19 atividades, incluindo debates e mesas-redondas com escritores oficinas para estudantes e bibliotecários, além de apresentações artísticas. O público circulante entre 10 e 12 de abril foi de cerca de 6.700 pessoas. Organização Social: APAA – Associação Paulista dos Amigos da Arte.

Festival de Arte Para Crianças – Este ano, o festival ocorreu no Teatro Sérgio Cardoso e nas dez Fábricas de Cultura. Durante o mês de outubro, a programação contou com *wokshops* e oficinas de voz, fotografia, pintura facial, teatro de sombras, escrita criativa e espetáculos teatrais e musicais voltados ao público jovem e infantil. Foram oferecidas 49 atividades para cerca de

12.600 pessoas. O investimento total foi de R$ 150.000,00. Organização Social responsável: APAA – Associação Paulista dos Amigos da Arte.

Festival Paulista de Circo – Realizado pelo quarto ano consecutivo na cidade de Piracicaba, de 27 a 30 de agosto, a oitava edição do evento promoveu 51 apresentações gratuitas envolvendo um público circulante de aproximadamente 33.400 pessoas. Com a adição de uma terceira lona e mesclando apresentações de espetáculos circenses nacionais e internacionais, merecem destaque as duas apresentações com audiodescrição ofertadas, visando à promoção da acessibilidade comunicacional. Organização Social responsável: APAA – Associação Paulista dos Amigos da Arte.

Semana Guiomar Novaes - A programação com recitais, teatro, dança, música popular e erudita ocorreu no Teatro Municipal de São João da Boa Vista de 1º a 7 de Setembro de 2015. No total foram 17 atividades com público de cerca de 9.000 pessoas. Organização Social: APAA – Associação Paulista dos Amigos da Arte.

Centro de Cultura, Memória e Estudos para a Diversidade Sexual – Neste ano, o Museu da Diversidade contabilizou mais de 52.000 visitantes com suas exposições. De 2 de janeiro a 1º de março, *Todos Podem Ser Frida* recebeu um total de 14.337 visitantes. *Homofobia fora de Moda*, que comemorou os três anos de criação do Museu, recebeu 19.959 visitantes entre 10 de março e 5 de julho de 2015. A mostra *Diversa 2015 – Expressões de gênero, identidades e orientações*, de 17 de julho a 31 de novembro, contabilizou 28.128 pessoas. O Museu realizou, ainda, inúmeras ações itinerantes no interior do Estado.

Atendimento Técnico a Municípios - A divisão de Atendimento Técnico aos Municípios contribui para atividades pontuais de difusão da cultura no Estado, com o objetivo de oferecer apoio aos festivais e demais eventos de música, dança, literatura e teatro realizados nos municípios paulistas. Em 2015 foram mais de 141 municípios atendidos, com público de 370 mil pessoas (até novembro de 2015). Organização Social: Abaçaí Cultura e Arte.

Ação 5958 - Companhia de Dança do Estado de São Paulo

No ano de 2015, a Companhia realizou 56 espetáculos para público em geral, sendo 32 apresentações na capital, 16 no interior de São Paulo e oito na Europa, para um público de 31.700 pessoas. Realizou também as seguintes atividades educativas: Palestras de Dança (12 ações para um público de 888 participantes), Oficinas de Dança (25 ações, com 1.299 participantes), Espetáculos para Estudantes e Terceira Idade, (nove espetáculos, para 4.092 pessoas), atendendo 26 cidades, sendo 15 interior e três no litoral paulista. A Companhia também realiza importante mapeamento, documentação e registro da história da dança no Brasil, com a série Figuras da Dança, e o testemunho dos principais protagonistas da arte no Brasil. Organização Social responsável: Associação Pró-Dança.

A Companhia realizou o 2º Ateliê Internacional de Dança em Piracicaba recebendo diversos convidados internacionais, atingindo um público de 1.153 pessoas nas apresentações abertas. A SPCD também cumpriu as seguintes metas condicionadas: quatro apresentações no interior de São Paulo, três no Brasil (em outros Estados) e cinco no Uruguai e Argentina, para um público de 14.020 pessoas. Realizou, ainda, as seguintes atividades educativas: Oficinas de Dança (cinco ações com público de 226), atendendo 11 cidades, além de outras atividades, como a instalação e performance em museu e exposição de dança, beneficiando um público aproximado de 52.064 pessoas.

Programa 1203 - Formação Cultural

Concentram-se nesse programa todas as ações que têm como objetivo oferecer oportunidade de formação nas diversas linguagens artísticas, de forma profissionalizante ou não.

Ação 5469 - Oficinas Culturais

Têm como objetivo propiciar vivências de formação e fruição relacionadas a todas as linguagens artísticas. Até o terceiro trimestre deste exercício, foram realizadas 1.306 atividades, beneficiando 72.547 pessoas. Há quatro sedes na capital e 10 no litoral e interior, mas o

programa desenvolve ações em parceria que impactaram 161 municípios até o terceiro trimestre. Estão em obras de restauro as unidades: Amácio Mazzaropi (São Paulo), Gerson de Abreu (Iguape), Grande Otelo (Sorocaba), Glauco Pinto de Morais (Bauru) e Pagu (Santos). Um dos destaques das Oficinas é o Projeto Ademar Guerra, criado em 1997 com o objetivo de propiciar orientação artística a grupos de teatro em atividade no interior, litoral e regiões metropolitanas do Estado de São Paulo. Esta ação se dá por meio da contratação de artistas-orientadores para atuar junto aos grupos selecionados, acompanhando seus projetos de pesquisa e/ou montagem de espetáculos, possibilitando o intercâmbio de informação e experimentação de novas linguagens. Em 2015, 54 grupos de teatro foram atendidos e as atividades totalizaram 13.260 participantes.

Ação 5714 - Inserção Social Através das Linguagens Artísticas - Fábricas de Cultura

O Programa Fábricas de Cultura desenvolve atividades artístico-culturais prioritariamente para jovens, com idade entre 7 e 19 anos, com o objetivo de promover a participação de crianças e jovens em atividades artísticas e culturais que contribuam para seu desenvolvimento integral e inserção social. Atualmente o programa é executado em 10 (dez) Centros Fábricas de Cultura localizados nos seguintes bairros da capital paulista: Brasilândia, Jardim São Luís, Vila Nova Cachoeirinha, Parque Belém, Capão Redondo, Vila Curuçá, Itaim Paulista, Jaçanã, Sapopemba e Cidade Tiradentes.

Todas as unidades contam com atividades de formação e difusão relacionadas às diferentes linguagens culturais tais como: dança, artes visuais, circo, multimeios, música, teatro e literatura. Além de ateliês artísticos, as Fábricas realizam shows, saraus, apresentações de grupos e artistas locais, bem como sessões de cinema nos auditórios e teatros. As unidades também contam com bibliotecas, onde é possível consultar livros, acessar computadores com internet e participar de atividades em grupo. Com isso, as Fábricas de Cultura têm se tornado polos de concentração dos jovens dos bairros em que estão implantadas. A integração com a comunidade é uma das características marcantes do projeto: nos fins de semana, as atividades de difusão buscam dar visibilidade a artistas e grupos do próprio bairro. Algumas atividades são realizadas nas ruas ou em outros espaços, o que reforça a ideia da integração do projeto com o seu entorno.

A cada ano, os índices mostram crescimento do público atendido, revelando que a população do entorno destes Centros tem se apropriado cada vez mais do espaço. Até o final do terceiro trimestre de 2015, foram atendidas 1.152.286 pessoas. Especificamente na área de formação, objeto prioritário do projeto. Foram realizados 487.111 atendimentos nas unidades em funcionamento do Programa.

A importância e os resultados destas ações já são destaque e objeto de premiação, como ocorrido no dia 18 de Novembro de 2015, quando o Programa Fábricas de Cultura, por intermédio da Catavento Cultural e Educacional, Organização Social responsável pelo gerenciamento das Fábricas de Cultura situadas na zona leste da capital, recebeu o Prêmio Jovem Brasileiro.

Ação 5976 - São Paulo Escola de Teatro - Atendeu até o terceiro trimestre de 2015 uma média de 406 aprendizes nos cursos regulares, com duração de dois anos, dedicados à capacitação profissional em diversas áreas do fazer teatral. Somados, os cursos perfazem 3.648 horas/aula regulares por mês no semestre. A Escola desenvolve também atividades de Extensão Cultural oferecendo 480 vagas em 16 cursos. Até o terceiro trimestre, foram realizados 31 cursos, com 1.134 matriculados. Há ainda uma oferta diversificada de ações de formação e difusão abertas à comunidade. Já foram realizadas cinco mesas de discussão (debates abertos à comunidade) com presença de 690 participantes e 32 bate-papos online com 558 participantes. Em 2015, deu-se seguimento nos desenvolvimento dos cursos circenses, que para este exercício foram um total de nove cursos realizados, cada um com 64 horas de duração, atendendo um total de 168 alunos matriculados, oferecendo uma grande variedade de opções, tanto para iniciantes quanto para profissionais, além das residências artísticas que inicialmente eram apenas duas programadas, sendo realizadas até o momento um total de seis residências.

Programa 1213 - Gestão de Recursos da Secretaria da Cultura

Ação 2499 - Infraestrura de equipamentos culturais - O Grupo de Projetos e Acompanhamento de Obras da Secretaria da Cultura deu início ou continuidade, em 2015, a importantes serviços de projeto e implantação da infraestrutura necessária para o desenvolvimento da política pública cultural.

Algumas das principais obras finalizadas em 2015 foram:

- Reforma do Museu Bernardino de Campos, em Amparo.
- Instalação do sistema de segurança eletrônica de CFTV no Museu de Arte Contemporânea (CFTV), em São Paulo.
- Licenciamento ambiental – gerenciamento de áreas contaminadas do Museu da Historia do Estado de São Paulo, em São Paulo.
- Serviços de cenotecnia nas Fábricas de Cultura, em São Paulo.
- Elaboração de laudo técnico de Desapropriação de imóveis localizados próximos ao Theatro São Pedro, em São Paulo.

Projetos em andamento em 2015:

- Projeto de reforma da Casa das Rosas, em São Paulo.
- Projeto de reforma da Oficina da Palavra Casa Mário de Andrade, em São Paulo.
- Projeto de reforma da Oficina Cultural Oswald de Andrade, em São Paulo.
- Projeto de restauro e reforma do Museu do Café, em Santos.
- Projeto de restauro do Teatro Oficina, em São Paulo.
- Projeto de reforma do Núcleo Maestro Eleazar de Carvalho (“Projeto Guri”), em São Paulo.
- Projeto de restauro da Estação Ferroviária de Mairinque.
- Projeto de Restauro do Museu da Diversidade.

Obras em andamento em 2015:

- Reforma da Oficina Cultural Glauco Pinto de Moraes – Bauru.
- Reforma da Oficina Cultural Gerson de Abreu – Iguape.
- Reforma da Oficina Cultural Grande Otelo – Sorocaba.
- Reforma da Antiga Casa de Câmara e Cadeia de Santos.
- Reforma do Museu da História do Estado de São Paulo – São Paulo.
- Reforma da Oficina Cultural Amácio Mazzaropi – São Paulo.
- Fábrica de Cultura – Diadema.
- Palácio Campos Elíseos – São Paulo.
- Teatro Sérgio Cardoso – Escada de Emergência – São Paulo.
- Museu Catavento Cultural e Educacional – Reforma – Inst. Elétricas, Hidráulicas e de Combate a Incêndios – São Paulo.

Ação 5726 - Capacitação de recursos humanos e qualidade de vida no trabalho

Não teve dotação este ano.

Ação 5727 - Gestão Administrativa da Secretaria da Cultura

Ao longo de 2015, o Departamento de Administração da Secretaria da Cultura do Estado gerenciou contratos de serviços contínuos e projetos de toda a administração, assim como os de custeio da Pasta. Consistiram como principais atividades deste Departamento: executar licitações e contratações via dispensa de licitação ou por inexigibilidade de licitação, sempre seguindo os parâmetros da Lei federal 8.666/93 e suas alterações, com o intuito de gerenciar todas as atividades administrativas e de custeio da Secretaria da Cultura. Naquele exercício, também foram executados os Termos de Aditamento necessários para a continuidade da prestação de serviços de objetos cujos contratos estavam vigentes e cuja continuidade era vital para o andamento das atividades desta Pasta.

Ação 5728 - Tecnologia da Informação

Ao longo de 2015, o Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação gerenciou contratos de serviços contínuos e projetos de toda a rede de dados, física e lógica dos computadores de aproximadamente 450 usuários. Consistiu como principais atividades: manter, integrar os sistemas de informações e Portal da Secretaria, dar suporte técnico de hardware e software os usuários, manter a rede de acesso à Internet e dos sistemas operacionais dos servidores de rede. A manutenção que o Centro provê é corretiva, preventiva, perfectiva e evolutiva. Além disso, foi responsável também por identificar as demandas futuras para planejar os investimentos em Tecnologia da Informação para a pasta. No ano de 2015, foram executados e concluídos melhorias funcionais/gerenciais no sistema ProAc ICMS, ProAC Editais, Sistema do Condephaat, Portal da Cultura, Portal da Transparência e iniciamos o desenvolvimento do Sistema de Monitoramento de Indicadores da Cultura que consiste em um trabalho amplo de revisão de processos, desenvolvimento de sistemas para dar o suporte à gestão de contratos com as Organizações Sociais e um sistema analítico de dados gerados no processo de gestão destes contratos. Provemos também o suporte técnico para a implantação do novo sistema de controle de acervos dos museus geridos pela UPPM. Demos a continuidade à consolidação da arquitetura técnica dos servidores de rede, sistemas operacionais e virtualização do ambiente de servidores. No tocante à segurança de dados e acessos, promovemos a continuidade de implantação e aperfeiçoamento das novas regras de segurança e proteção da rede.

Programa 1214 – Museus

Ação 5732: Gestão de Museus

Sob coordenação da Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM), o programa Gestão de Museus da Secretaria de Estado da Cultura abrange o gerenciamento de 18 equipamentos museológicos no interior e na capital do Estado (14 na Capital, um no litoral e três no interior). A partir de 2014, o Programa passou a integrar todo o conjunto de museus, sem subdivisões ou categorias, todos eles seguindo diretrizes comuns de conservação de acervos, manutenção, segurança, dentre outros. Assim, esta sessão será iniciada com os resultados das diretrizes comuns, seguindo-se depois a especificação das demais ações.

Em 2015, os museus registraram público visitante presencial de 3.120.583, correspondendo a uma redução de 13% em comparação com o ano de 2014. As ações dos museus da SEC no interior do estado, como a itinerância de exposições, cursos e palestras somam um público de 58.926. As ações extramuros em escolas e outros espaços como shopping centers atingiram mais de 362.928 pessoas e a itinerância de exposições para outros estados e países (a exemplo do Castelo Rá-Tim-Bum, no CCBB do Rio de Janeiro) chegaram a 1.439.381 de pessoas. Ou seja, os museus da SEC beneficiaram com suas ações um público geral de mais de 4,6 milhões de pessoas. O cenário de redução orçamentária deste ano – em torno de 7% aplicado à gestão de museus – impactou a área museológica com a redução da programação cultural, de equipe, horário de funcionamento e o cancelamento do Programa *Cultura é Currículo*, da Secretaria da Educação que oferecia ônibus e lanche para estudantes da rede pública estadual. O Catavento, um dos equipamentos culturais mais visitados do Estado, teve uma redução de 50% do orçamento em relação a 2014, devido ao cancelamento do convênio com a Secretaria da Educação, que compartilhava o custeio do equipamento cultural para atendimento a professores e estudantes da rede estadual.

Nesse cenário de redução, a UPPM adotou estratégias para intensificar as ações de comunicação em rede objetivando aumentar a visibilidade dos museus, tais como a divulgação da programação de *Férias nos Museus* (em janeiro e julho); da *Semana Nacional de Museus* (18 a 24 de maio); a participação na campanha internacional no Twitter, intitulada *Museum Week* que foi realizada de 23 a 29 de março, com grande destaque para os museus da SEC, que obtiveram a liderança latino-americana na ação. No dia 5 de setembro, com o apoio da Subsecretaria de Comunicação do Governo do Estado, as 18 instituições vinculadas à UPPM distribuíram 25 mil passaportes de museus que dão direito a uma visita gratuita aos museus da SEC. O passaporte obteve grande repercussão na mídia, com destaque para mais de 10 minutos de tempo de TV (com grande destaque na TV Globo), mais de 26 minutos de rádio e mais de 250 mil visualizações nas redes sociais.

Quatro museus da SEC entraram para o ranking dos 10 melhores museus do País e 12 melhores da América do Sul. São eles: Museu da Língua Portuguesa, Pinacoteca, Museu do Futebol e Catavento. O prêmio Traveller's Choice 2015, do Trip Advisor, reconhece os melhores estabelecimentos de acordo com a opinião dos mais de 340 milhões de usuários da plataforma.

Em 2015, a Mostra de Museus – política pública de formação de público para museus que leva atividades gratuitas dos 18 museus da SEC para parques públicos – foi laureada com a menção honrosa no Prêmio Mário Covas, na categoria Inovação em Políticas Públicas. Infelizmente, devido à redução orçamentária, a edição prevista neste ano foi adiada e está sendo planejada para ser realizada em setembro de 2016. O Memorial da Resistência – um dos equipamentos da SEC – foi vencedor do Prêmio Direitos Humanos, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, na categoria Direito à Memória e à Verdade.

O lamentável incêndio ocorrido em 21/12/2015, no Museu da Língua Portuguesa - um dos equipamentos mais novos e mais visitados da Secretaria da Cultura -, trará novos desafios de investimentos para a reconstrução do equipamento e, durante esse processo, impactará os resultados de público dos museus da Secretaria em 2016.

A preservação do patrimônio museológico do estado obteve uma grande conquista com a contratação de um sistema de gestão documental de parâmetro internacional e totalmente customizado para O patrimônio museológico do Estado, o InPatrimonium.net. Foram celebrados dois importantes comodatos para a gestão e exposição de 178 obras da coleção de arte Roger Wright e da obra *Imperador D. Pedro II em traje de gala,* de Raymond August Quinsac de Monvoisin, de 1847, de posse do Príncipe Dom João de Orleans de Bragança, ambos celebrados pela Pinacoteca do Estado.

A intensa interlocução realizada entre os anos de 2013 e 2014 com as Prefeituras e secretarias de cultura dos municípios gerou avanços significativos, em 2015, nos processos de municipalização de museus. Como resultado dessa articulação, finalizou-se o processo de doação do acervo de seis Museus Históricos e Pedagógicos (MHPs) localizados nos municípios de Pindamonhangaba, São José do Rio Pardo, Casa Branca, Orlândia, Batatais e Araraquara e realizaram-se cinco audiências públicas, contemplando os municípios de Porto Ferreira, Avaré, Penápolis, Itápolis e Monte Mor.

I – Resultados alcançados nos museus

Público dos Museus – 2015		
	Público Visitante	**Público Geral**
Pinacoteca Luz e Estação Pinacoteca	616.143	620.401
Catavento	586.496	626.870
Museu da Língua Portuguesa	303.390	304.332
Museu da Imagem e do Som	280.210	280.210
Museu do Futebol	270.902	309.992
Museu Afro Brasil	181.745	182.815
Casa das Rosas	157.599	158.276
Museu da Casa Brasileira	140.996	145.366
Museu Felícia Leirner	128.605	130.117
Museu da Imigração	116.500	127.920
Museu do Café	90.073	554.359

Público dos Museus – 2015		
	Público Visitante	**Público Geral**
Paço das Artes	68.333	68.333
Memorial da Resistência	66.997	71.570
Museu de Arte Sacra	45.979	47.682
Museu Casa de Portinari	33.305	78.211
M.H.P. Índia Vanuíre	23.478	31.864
Casa Guilherme de Almeida	9.832	10.188
Total	**3.120.583**	**3.748.506**

A seguir estão os principais destaques das ações técnicas e de programação realizadas em 2015.

Museu da Imagem e do Som – MIS
Organização Social: Associação Paço das Artes Francisco Matarazzo Sobrinho

Acervo:

- Atualização do Banco de Dados do Acervo; realização de registro fotográfico do acervo; coleta, transcrição e edição de depoimentos de História Oral; rotinas de conservação, higienização e acondicionamento; atividades para elaboração do Guia do Arquivo MIS.

Principais exposições

- Castelo Rá-Tim-Bum por 50 artistas
  Jessica Lange – Fotógrafa
  Lambe-Lambe – Um retrato dos fotógrafos de rua na São Paulo dos anos 70
- Truffaut – um cineasta apaixonado
- Mímese – O corpo exposto em meio a uma natureza hostil e atemporal

Principais eventos

- Eventos periódicos como o Cineciência; Estéreo MIS; Notas Contemporâneas; “Maratona Infantil”; Cinematographo; Dança no MIS; Cine MIS; e CineClube Phenomena.
- 26º Festival Internacional de Curtas Metragens de São Paulo.
- Festival de Bandas Cover
- Só por hoje e para sempre – Um Tributo a Renato Russo
- Conexão Cultural São Paulo Francesa
- Big Geek Day
- Social Media Week
- 19º Festival de Cinema Judaico

Atividades educativas

- Curso de fotografia para professores
- Projeto Cineclube do Educativo, com exibição de filmes, dialogando com a programação do Museu, toda segunda sexta feira do mês
- Mini-cursos/Oficinas: Ilustração de Textos, Construção de Bonecos, Marionetes, Mosaicos;
- MIS+60; Acessa MIS; Programa MIS para Todos
- Encontro para Educadores
- Projeto Hyperlink
- Oficina Formas de Contar: Adaptação Criativa para o Cinema

Programa Pontos MIS

- Exibições de filmes realizadas em 120 municípios, por meio de 132 “Pontos MIS” instalados, em média, além de realização de visitas de assessoria técnica, ações de capacitação profissional para gestores e eventos de articulação.

Catavento
Organização Social: Catavento Cultural e Educacional

Acervo

- Realização de pesquisa sobre objetos do acervo do IPEM.
- Elaboração de diretrizes para aceitação de novas coleções.

Exposições temporárias

- Projeto Albatroz
- Uma viagem pelo universo do petróleo
- Desenhando o Palácio
- Pinturas de artistas das Fábricas de Cultura
- Extremos da riqueza mato-grossense: cerrado, pantanal e floresta amazônica
- Um vôo pela Embraer

Novas instalações na exposição de longa duração

- Inauguração do Borboletário

Principais eventos

- Programação temática: Aniversário da Cidade, Semana de Museus, Virada Cultural, Semana Nacional de Ciência e Tecnologia
- Programação de Férias (janeiro e julho), Aniversário do Catavento e Dia das Crianças
- Apresentações musicais e audiovisuais
- Oficinas e workshops: Jogo da memória marinha, *A grande viagem do albatroz*, Robótica, Câmara escura, Darwin, Técnicas básicas de desenho, Novas tecnologias, O que é biologia?
- Palestra *Gravidez na adolescência – conhecendo para prevenir*

Atividades educativas

- Atendimento a estudantes de escolas públicas e escolas particulares
- Atendimento de públicos-alvo (3ª idade, vulnerabilidade social e deficientes)
- Realização de programa específico para funcionários do Museu
- Realização de oficinas para professores

Sisem (Sistema Estadual de Museus)

- Ações de capacitação: oficina técnica museu com vivência – acessibilidade e o museu como instrumento na educação e 2º curso de introdução à operação de estúdio de TV, utilizando as instalações do museu.
- Seminário de Educomunicação: o audiovisual como um instrumento educativo.
- Realização de exposições itinerantes em museus e espaços expositivos do interior e da RMSP.
- Realização do Encontro Interatividade em museus de Ciência para a articulação e apoio às Redes temáticas e Pólos Regionais de museus de ciências.

Pinacoteca Luz e Estação Pinacoteca
Organização Social: Associação Pinacoteca Arte e Cultura

Acervo

- Parcerias de intercâmbio com outras bibliotecas de arte de museus, universidades e instituições afins no Brasil e no exterior; e com instituições acadêmicas ou museológicas para pesquisas sobre o acervo e a temática do museu.

- Apresentação de projetos de pesquisa a editais de apoio e fomento para busca de apoio financeiro, técnico-acadêmico e material (FAPESP, CNPQ, FINEP e afins).
- Publicação e evento sobre a história da Pinacoteca.
- Implantação de banco de imagens do acervo museológico.
- Produção de publicação em parceria com Getty Institute.
- Digitalização de catálogos de exposição e de documentos iconográficos.

Principais exposições temporárias

- José Resende - Pinacoteca Luz
- Mulheres artistas: as pioneiras (1880-1930)- Pinacoteca Luz
- Sean Scully 1974-2014 - Pinacoteca Luz
- RIVANE NEUENSCHWANDER - Pinacoteca Luz
- A paisagem na arte 1690-1998: artistas britânicos na coleção da Tate - Pinacoteca Luz
- Marino Marini: do arcaísmo ao fim da forma - Pinacoteca Luz
- A Viagem das Carrancas - Pinacoteca Luz
- Nelson Félix- Estação Pinacoteca
- Nuno Ramos – Houyhnhnms- Estação Pinacoteca

Principais eventos

- Cursos: História da Arte no Brasil e Vanguarda em construção – Arte Brasileira nos anos 1950, 1960 e 1970.
- 3ª edição do curso CIDOC- Comitê Internacional de Documentação / ICOM treinamento em Documentação em Museus.
- I Simpósio Internacional de Pesquisa e Arte.
- Inauguração do Espaço NAE (Núcleo de Ação Educativa), destinado à recepção de diferentes perfis de publico e ações educativas variadas.
- Workshop: Desafios teóricos: uma revisão da historiografia colonial no mundo ibérico.
- Programas temáticos: Aniversário da cidade, Semana de Museus e Virada Cultural.

Atividades educativas

- Lançamento dos fanzines Desenhadeira 1 e 2 ação educativa extramuros do (PISC- Programa de inclusão sócio cultural).
- Palestra em comemoração ao Dia do Surdo: Cultura Surda: Língua de Sinais, Arte e Educação;
- Programa Consciência Funcional.
- Projeto Pinafamília.
- Programa MEU MUSEU, voltado para o público idoso.
- Realização de atendimentos no programa PEPE (programa voltado para públicos especiais).
- Realização do Curso de Fotografia para Pessoas com Deficiência Visual.
- Encontro de para formação de professores: Clube do Professor, Visita Integrada Pinacoteca Luz e Estação Pinacoteca.
- Cursos para educadores sociais: Ensino da Arte na Educação Especial e Inclusiva e Ações Multiplicadoras

Sisem (Sistema Estadual de Museus)

- Recebimento de grupos para visita técnica na Pinacoteca Luz e Estação Pinacoteca.

Museu do Futebol
Organização Social: IDBRASIL Cultura, Educação e Esporte

Acervo

- Parcerias com instituições universitárias ou museológicas para realização de pesquisas e/ou difusão de pesquisas sobre o acervo e a temática do museu; submissão de projetos de pesquisa e documentação em leis de incentivo, concursos, editais de apoio e fomento para busca de suporte financeiro, técnico-acadêmico e material (FAPESP, CNPQ, FINEP e afins); realização de ações de documentação e pesquisa: Memória Viva (Coletar, transcrever e

editar depoimentos de História Oral); elaboração e submissão de artigo e/ou ensaio a revistas científicas ou coletâneas.
- Realização de ações de pesquisa e documentação: Na Rede (mapeamento de referências sobre futebol. Definição de referência: registro de histórias de personalidades; registro de locais de prática do futebol; registro de coleções particulares e/ou institucionais; registro de eventos, como campeonatos, ligados a futebol; registro de times ou clubes).

Exposições temporárias

- Libertadores - A Paixão que nos une;
- Visibilidade para o futebol feminino
- As Donas da bola

Principais eventos

- Realização de eventos temáticos: Aniversário da Cidade, Semana dos Museus, Virada Cultural, Primavera dos Museus, Mês da Consciência Negra e datas específicas ao tema futebol;
- Realização de eventos periódicos: 17º Encontro de Colecionadores;
- Elaboração de Exposição Virtual com o acervo do Museu do Futebol na plataforma do Google Cultural Institute e/ou outra plataforma digital disponível online e de acesso gratuito;
- 7º Aniversário do Museu do Futebol;
- 6º Edição do projeto Deficiente Residente focando na inclusão a convivência dos participantes das edições passadas com a equipe do museu.

Atividades Educativas

- Visitas educativas para grupos especiais (acessibilidade, idosos, vulnerabilidade social).
- Visitas educativas para estudantes de escolas públicas ou privadas e outros grupos (turistas, empresas e etc).
- Realização de oficinas ou cursos de capacitação para professores, educadores e guias de turismo.

Sisem (Sistema Estadual de Museus)

- Realização de visitas técnicas para diagnóstico privilegiando as instituições da Rede de Memória do Esporte (temática: manutenção predial e/ou documentação/pesquisa e/ou exposições e/ou serviço educativo e/ou comunicação institucional).

Museu da Língua Portuguesa
Organização Social: – IDBRASIL Cultura, Educação e Esporte

Acervo

- Execução do projeto de pesquisa e documentação do acervo exibido pelo MLP.
- Organização da memória institucional do MLP referente a exposições.
- Estabelecimento de parcerias com instituições acadêmicas ou museológicas para realização de pesquisas e/ou divulgação de pesquisas sobre o acervo e a temática do museu.

Exposições temporárias

- Poesia agora
- Caixa de letras
- O tempo, eu e você (Câmara Cascudo)

Eventos

- Programas temáticos em datas comemorativas reforçando calendário turístico e cultural, tais como: Aniversário da Cidade; Carnaval; Virada Cultural; Semana de Museus; Mês da Consciência Negra e outros.
- 9º Aniversário do Museu da Língua Portuguesa.
- Itinerância da exposição Este Jornal também é uma Piada nas cidades de Auriflama, Sorocaba e Butirama.

Atividades Educativas

- Atendimento a escolas públicas e privadas da Educação Básica e Ensino Superior.
- Atendimento a demais grupos de visitantes e a grupos alvo.
- Visitas mediadas a pessoas em situação de vulnerabilidade social, pessoas com deficiência e idosos.

Sisem (Sistema Estadual de Museus)

- Realização ações de capacitação (palestras, oficinas, cursos) em museus e espaços expositivos do interior e da RMSP e estágios técnicos para profissionais do interior nas atividades pertinentes à área de museologia.

Museu Afro Brasil
Organização Social: Associação Museu Afro Brasil

Acervo

- Realização de pesquisa sobre o percurso das obras do acervo, a partir de sua aquisição pelo museu; pesquisa nos dossiês de exposições anteriores à fundação do museu sobre a participação de obras que atualmente compõem o acervo da instituição; coleta e edição de depoimentos de Emanoel Araújo sobre a aquisição das obras que compõem o acervo; levantamento de obras correlatas às do Museu Afro Brasil em instituições parceiras; divulgação dos dados de pesquisa sobre o acervo através de publicação ou participação em encontros, simpósios ou seminários.

Principais exposições temporárias

- São Paulo 461 - histórias e memórias de uma metrópole.
- Henrique Oswald - um gravador, um desenhista, um pintor: uma obra em transmutação.
- África, Africans – maior exposição de arte contemporânea africana já ocorrida no Brasil.
- Betty King – Das pinturas, dos relevos e dos alumínios anodizados.
- As aventuras de Pierre Verger.
- Carolina em Nós – Carolina Maria de Jesus.
- Do Pó da Terra –fotógrafo Mauricio Nahas.
- Arte, Adorno, Design e Tecnologia no Tempo da Escravidão – nova montagem.

Eventos

- Encontro com os Artistas participantes da exposição África, Africans.
- Cursos, oficinas, palestras e workshops, para o público em geral.
- Programação de férias no museu e no Mês da Consciência Negra.
- Oficinas sobre o conteúdo das exposições para público geral e público com deficiência.
- Oficina Culinária Afro-brasileira.
- Apresentações musicais do Bloco Ilú Obá de Min e Maracatu Bloco de Pedra.

Atividades educativas

- Atendimento a escolas públicas municipais e a escolas particulares.
- Atendimento a demais grupos de visitantes e a grupos alvo (pessoas com deficiência, pessoas em situação de vulnerabilidade social, pessoas da terceira idade, turistas).
- Visitas temáticas: Carolina em Nós, Resistir para viver: histórias e memórias, Faraó divindade do Egito.
- Oficinas Escrita Criativa, Bingana.
- Seminário Em terras de akpalôs: histórias de ver, histórias de ouvir.
- Aos pés do Baobá – Contação de história.

Sisem (Sistema Estadual de Museus)

- Realização de palestras e eventos em museus e espaços expositivos do interior e da periferia da grande São Paulo.
- Realização de visitas técnicas diagnósticas e de assessoramento a museus.
- Realização de palestras para público de museus do interior.

- Apresentação de projeto desenvolvido ou iniciado no último ano para ser divulgada nos painéis digitais do 7º Encontro Paulista de Museus.

Museu da Casa Brasileira
Organização Social: A CASA – Museu de Artes e Artefatos Brasileiros

Acervo

- Desenvolvimento de procedimentos/instrumentos técnicos relacionados à documentação museológica (Projeto de Documentação MCB). Desenvolvimento de procedimentos técnicos relacionados à Gestão de Acervo. Projetos com acervo submetidos a editais de apoio a conservação, pesquisa e difusão. Realização de pesquisa, identificação e arrolamento da documentação institucional do MCB, eventualmente localizadas em outras instituições. Realização de pesquisa com o acervo visando à publicação de artigo (revista científica/ site).

Principais Exposições

- 29º edição do Prêmio Design Museu da Casa Brasileira.
- Op-Art – Ilusões do Olhar
- Cooperativas Habitacionais no Uruguai – meio século de experiências
- Casas – a morada das almas
- João Filgueiras Lima – Lelé: a cultura dos materiais e arte da produção
- Tapas – Design Espanhol para Gastronomia
- Vilanova Artigas: A mão livre do Vovô
- Fulvio Nanni – pioneiros do design brasileiro

Principais eventos

- 29º Prêmio Design Museu da Casa Brasileira e do respectivo Concurso de Cartaz.
- Realização do programa temático Semana de Museus.
- Palestras: Móvel Moderno; Senai Mix Design - Direções criativas para Primavera-Verão 2015/16; Tendências e evolução do mercado; Design e Cores (Design de Superfície); O Mercado de Trabalho e Tendências; O Ativo mais precioso do Design; ARQ!PALESTRA – O exercício da liberdade projetual; palestra em homenagem e reconhecimento ao trabalho de Carlos A.C. Lemos, arquiteto.
- Apresentações musicais do projeto Musica no Museu.
- Programa temático - Aniversário de São Paulo.
- Virada Cultural: Oficina com aula de dança – Contato e improvisação; Oficina Jam Session – Contato e improvisação; Oficina – Roda de tambores com Juliana Linares e convidados.
- Debates: O Terceiro Território – Habitação Coletiva e Cidade; Brasília e a Cultura Urbanística.
- Conversa com designer - Instalação Balanço BC.
- Participação na Virada Sustentável.
- Uma tarde no Museu.
- Dia das Crianças.
- Palestra: Arquitetura+Desenho: Projetar em diferentes escalas.
- Encontro com o Júri – 29º Prêmio Design.

Ações extras realizadas através de parcerias

- Espetáculo de dança Novos Experimentos.
- Espetáculo teatral musical Florilégio II - Nas ondas do rádio.
- Feira Gastronômica espanhola.

Atividades educativas

- Realização de visitas educativas a estudantes de escolas públicas e privadas.
- Pesquisa de satisfação do público agendado e Monitoramento dos índices de satisfação do público agendado com as visitas mediadas.
- Visitas mediadas para grupos-alvo: pessoas com deficiência, idosos, pessoas em situação de vulnerabilidade social, turistas, entre outros, incluindo os projetos realizados no Programa de Inclusão.

- Cursos de capacitação para professores, educadores e guias de turismo.
- Atendimento a professores, educadores e guias de turismo em cursos de capacitação.
- Visitas educativas e atividades complementares para os funcionários do museu através do Projeto 'Seu Museu'.
- Atividades relacionadas com os conteúdos do Acervo e exposições temporárias voltadas para famílias e público em geral através do Programa Uma Tarde no Museu.

Sisem (Sistema Estadual de Museus)

- Exposição itinerante Patrimônio Paulista: uma saga republicana no Museu Monteiro Lobato.
- Realização de ações de capacitação (palestras, oficinas, cursos) destinadas a profissionais do interior e da RMSP, no espaço do MCB como o Curso de Gestão Museológica e Oficina Laboratório de Ideias.
- Participação no 7º Encontro Paulista de Museus com divulgação de projeto desenvolvido pela O.S, através de painéis digitais.

Casa das Rosas
Organização Social: POIESIS – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Acervo

- Recepção de pesquisadores residentes no centro de referencia Haroldo de Campos.
- Registro, coleta, transcrição e edição de depoimentos, com pessoas ligadas ao tema da Casa.

Exposições

- Poemas Multimídia.
- Distâncias Sutis.
- Roland Barthes Plural.
- Branco: A Página Desdobrada.
- Galáxias.

Principais eventos

- Realização de Workshops, cursos e palestras.
- CLIPE (Curso Livre de Preparação do Escritor).
- Realização de eventos temáticos (Aniversário da Cidade; Semana dos Museus; Virada Cultural. Primavera dos Museus; Mês da Consciência Negra; HORA H; Rave Cultural).
- Fórum sobre direito autoral e captação de recursos/leis de incentivo.
- Realização de saraus, recitais, com o objetivo de divulgar a temática da Casa das Rosas.
- Apresentação de outras artes ligadas à poesia (teatro, música, cinema, contação de histórias).
- Seminário Educação em Museus: Interpretação e Imaginação.
- Cursos: Jardim Alheio; Fernando Pessoa: Heterônimos e questões de estilos; Literatura para além do vestibular; Diálogos críticos.
- Feira de Quadrinhos, Zines, Pequenas Editoras e Autores Independentes.

Atividades educativas

- Visitas mediadas para estudantes de escolas públicas e privadas, grupos alvos, público espontâneo agendados, e grupos não escolares, estudantes do ensino técnico e ensino superior, turistas. Oficinas e cursos de capacitação para professores e educadores.
- Oficinas para as famílias e outras atividades: contação de história O mundo black power de Tayó; recital Exercícios de liberdade; Sampoemas; Minimize-se; visita Faz do colo uma casa; Sketch – encontro com o desenho; Cartas à natureza; Forma Corpo; Catavendo Desplugado; Feira de Troca; Identidades gráficas – Imagens, Poema, Palavra, Peso; Oficina de Percussão para Meninas; apresentação Coro de Grilo; oficina de pipa; Brincadeiras de dragão dorminhoco, rei deposto e cavaleiro rebelde; oficina Inventalínguas.

Sisem (Sistema Estadual de Museus)

- Realização de oficinas e/ou palestras no interior do Estado no âmbito do SISEM.
- Oferecimento de estágios técnicos para profissionais do interior relacionadas a temática do museu (planejamento e produção cultural).

Paço das Artes
Organização Social: Associação Paço das Artes Francisco Matarazzo Sobrinho

Acervo

- Produção e lançamento da plataforma virtual MaPA - Memória Paço das Artes com foco na documentação e pesquisa das ações institucionais de fomento à jovem arte contemporânea;
- Produção de vídeos institucionais sobre as exposições da Temporada de Projetos.

Principais exposições

- Mônica Nador + JAMAC + Paço Comunidade
- Memórias da Obsolescência
- A queda do céu
- 2º edição da Temporada de Projetos 2015
- Eu vi o mundo e ele começa dentro de mim

Principais eventos

- Workshop de pintura Leitura de Imagens na Arte Contemporânea.
- Projeto Concertos Contemporâneos, com apresentação do concerto Ensemble Contemporânea.
- Oficina/intervenção Matéria Escura.
- Seminário Internacional de Arte Contemporânea.
- Oficinas: Desenho com a paisagem; Macunaíma Colorau: identidade étnica e subjetiva; e Teatro para a Terceira Idade.
- Seminário Internacional Diálogos Transdisciplinares: Arte e Pesquisa, em parceria com a ECA-USP.
- Festival de Arte Serrinha 2015 – Ressonhar Mundos.
- Seminário Internacional de Arte Contemporânea 2015 – Outras histórias na Arte Contemporânea.

Atividades Educativas

- Curso para professores nas linguagens de Música e Artes Visuais.
- Seminário de Acessibilidade.
- Projeto Paço Comunidade.
- Oficina Arte de Rua e Ocupação de Espaços.
- III Mostra de Cinema da DRE – Centro-Oeste.

Sisem (Sistema Estadual de Museus)

- Realização de programações integradas de arte contemporânea.
- Apresentação de projeto desenvolvido ou iniciado no último ano para ser divulgada nos painéis digitais do 7º Encontro Paulista de Museus.

Memorial da Resistência
Organização Social: Associação Pinacoteca Arte e Cultura.

Acervo

- Coleta Regular de Testemunhos – preparação das entrevistas realizadas no programa para a readequação da exposição de longa duração – Memorial da Resistência de São Paulo e revisão dos lugares pesquisados para a readequação da exposição de longa duração.

Exposições

- Ausenc'as- Memorial da Resistência.
- Yuyanapaq. Para recordar – Memorial da Resistência.

Eventos

- Sábados Resistentes, no Memorial da Resistência.
- Lançamento dos livros: A memória de todos nós, de Eric Nepomuceno; Ferroviários de Sorocabana, União e Luta!, de Antonio Pedroso Junior; A Igreja no Cárcere – Diário e reflexões de um sacerdote nos porões do DOPS.
- Mesas redondas no Memorial da Resistência.

Atividades educativas

- Atendimento a escolas públicas municipais e a escolas particulares.
- Atendimento a demais grupos de visitantes e a grupos alvo (pessoas com deficiência, pessoas em situação de vulnerabilidade social, pessoas da terceira idade, turistas).
- Encontro com educadores: Os potenciais educativos do Memorial da Resistência de São Paulo, Ditadura civil-militar: panorama histórico e reflexões atuais, Educação em Direitos Humanos: reflexões, debates e oficinas.
- Programação especial para o aniversário da cidade, 11ª Semana Nacional de Museu, Virada Cultural, 7ª Primavera de Museus e Dia da Consciência Negra.

Sisem (Sistema Estadual de Museus)

- Recebimento de grupos para visita técnica no Memorial da Resistência e inauguração da exposição itinerante, pelo Memorial da Resistência de São Paulo, Lugares da Memória. Resistência e repressão em São Paulo no Museu Ettore Liberalesso, na Cidade de Salto – SP.

Museu da Imigração
Organização Social: Instituto de Preservação e Difusão da História do Café e da Imigração

Acervo

- Coleta e transcrição de depoimentos, de acordo com as linhas do projeto museológico.
- Produção de artigos sobre o acervo museológico; promoção de encontros com o Acervo em parceria com as comunidades de imigrantes e descendentes; Desenvolvimento de proposta preliminar da política de acervo do Museu da Imigração.
- Rotinas de manutenção e conservação do acervo e das exposições.

Principais exposições e eventos

- Exposição de longa duração Migrar: experiências, memórias e identidades.
- Retratos Imigrantes, em parceria com o Ellis Island Immigration Museum de Nova York.
- Temporárias Câmeras fotográficas, Cartas de chamada de atenção e Coleções Descobertas: Sapatos na Sala Hospedaria em Movimento.
- Exposição temporária Imigrantes do Café.
- Seminário Internacional: Museu, Migrações e Identidades.
- 20ª Festa do Imigrante;

Atividades Educativas

- Realização de atividade educativa para pessoas com deficiência; pessoas em situação de vulnerabilidade social; para pessoas da terceira idade e para público interno (funcionários).
- Realização de programa de formação para guias de turismo cultural; para educadores da rede municipal, estadual e privada e para agentes sociais.
- Atendimento a estudantes de escolas públicas e escolas particulares.
- Realização de pesquisa de perfil e de satisfação do público escolar.
- Atendimento a estudantes de escolas públicas e escolas particulares.
- Visitas guiadas a públicos-alvo (3ª idade, vulnerabilidade social e deficientes).

Sisem (Sistema Estadual de Museus)

- Realização de levantamento de acervo de um museu de imigração do Estado de São Paulo.
- Capacitação em museus e espaços expositivos do interior e da RMSP.
- Realização de exposições itinerantes em museus e espaços expositivos do interior e da RMSP.
- Realização de encontro de articulação e apoio às Redes temáticas e Polos Regionais.

Museu de Arte Sacra
Organização Social de Cultura:Associação Museu de Arte de São Paulo-SAMAS

Acervo

- Higienização do acervo bibliográfico e atualização do registro topográfico do acervo; Inserção de dados e imagens do acervo no Banco de Dados da Secretaria de Estado da Cultura; Realização pesquisa de origem, características e histórico do acervo; Desenvolvimento do projeto do arquivo histórico do Museu.

Exposições

- Ourivesaria na Arte Sacra.
- Guarda Suíça Pontifica.
- Rememoração: arte religiosa como documento histórico.
- Em Busca do Presépio Universal
- Il Cristo Velato.

Principais eventos

- Programação Tardes Musicais.
- CINE-MAS, com exibição de filmes com um olhar artístico, cultural e religioso.
- Café Teológico.
- Programação temática (Aniversário da Cidade, Semana de Museus, Virada Cultural, Primavera de Museus e Mês da consciência negra).;
- Férias no Museu com a oficina de Toyart em tecido e visita temática: As transformações de São Paulo no MAS.
- Inauguração da Sala Metrô Tiradentes novo espaço expositivo do Museu;
- Cursos: Museus-Casas Históricas no Brasil realizado pelo Comitê Internacional de Museus-Casas Históricas do Conselho Internacional de Museus (DEMHIST/ICOM) e Chá, Histórias e Sabores contando a história do chá da cidade de São Paulo.

Atividades educativas

- Atendimento a escolas públicas municipais e a escolas particulares.
- Atendimento a demais grupos de visitantes e a grupos alvo (pessoas com deficiência, pessoas em situação de vulnerabilidade social, pessoas da terceira idade, turistas).
- Programa Interessante e Interativo atividades realizadas: Mão na massa: conhecendo o Museu por outros sentidos; Oficina de Taipa de Mão;Conexões:MAS e Catavento.
- Capacitação para professores da rede pública e particular e profissionais de turismo.;

Sisem (Sistema Estadual de Museus)

- Realização de ações de capacitação (palestras, oficinas, cursos) em museus e espaços expositivos do interior e da RMSP e as exposições itinerantes em museus e espaços expositivos do interior e da RMSP bem como o encontro de articulação e apoio às Redes temáticas e Polos Regionais.

Casa Guilherme de Almeida
Organização Social: POIESIS – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Acervo

- Estabelecimento de parcerias entre o Centro de Estudos de Tradução Literária e outras instituições de ensino e pesquisa, acadêmica.

- Formação de biblioteca básica para consulta do Centro de Estudos de Tradução Literária.
- Realização de projeto de pesquisa de proveniência do acervo museológico.

Exposições temporárias:

- Guilherme de Almeida & São Paulo.
- Encontros com poemas nipo-brasileiros.
- Livros Breves, Linhas Rápidas.

Eventos

- Realização de eventos temáticos: Aniversário da Cidade, Semana dos Museus, Virada Cultural, Primavera dos Museus, Mês da Consciência Negra, Bloomsday.
- Semana Guilherme de Almeida
- Evento anual Transfusão - Encontro de Tradutores da CGA, com ampliação progressiva de seu alcance internacional.
- Saraus, recitais, música no museu, lançamentos de livros, palestras, eventos dos Encontros Cinematographos, Encontros Peripatéticos e concertos.

Atividades Educativas

- Visitas mediadas para estudantes de escolas públicas e privadas, grupos alvos, público espontâneo agendados, e grupos não escolares com interesse no foco e temas abordados, estudantes do ensino técnico e ensino superior, turistas.
- Oficinas ou cursos de capacitação para professores e educadores;
- Cursos, oficinas e palestras para o público escolar e em geral: Raia, Arraia, Pipa ou Papagaio?; Brincadeiras de ontem, hoje e amanhã; Pratos Fora da Mesa: O Utensílio como Objeto de Arte; Baby de Almeida e seu Museu.

Sisem (Sistema Estadual de Museus)

- Ações de capacitação (palestras, oficinas e cursos) em museus e espaços expositivos do interior e da RMSP.
- Oferecimento de estágios técnicos para profissionais do interior nas atividades pertinentes a área de museologia, visando o fortalecimento da rede de museus casa.

Museu do Café – Santos
Organização Social: Instituto de Preservação e Difusão da História do Café e da Imigração

Acervo

- Elaboração e implantação projeto de adequação do mobiliário da reserva técnica.
- Atualização do modelo da ficha catalográfica.
- Realização de divulgação do acervo bibliográfico e arquivístico (mostra do acervo).
- Realização de mapeamento para prospecção de acervo arquivístico, bibliográfico e museológico.
- Coleta, transcrição e edição de depoimentos de História Oral.
- Realização de parcerias com instituições acadêmicas ou museológicas para pesquisa sobre acervo/temática do museu. Programa Museu e Universidade: Construindo Diálogos.

Exposições

- Exposição de média duração Café, patrimônio cultural do Brasil: ciência, história e arte.
- Design Espresso, com o Museo della Machina per Caffè –MUMAC/Milão.
- Feito à Mão, com fotografias de Vilson Palaro dedicadas ao trabalho manual no café.
- Imigrantes do Café.
- Exposições virtuais Memórias da Praça – Corretores de Café, Memórias da Praça - Armazéns de Café e Memórias da Praça- Exportação de Café.

Principais eventos

- Programação temática (Aniversário da Cidade, Aniversário do Museu, Dia Nacional do Café, Dia Internacional do Café, Semana de Museus, Virada Cultural, Mês do Folclore, Primavera de Museus, Mês da Consciência Negra, Dia das Crianças e Natal).
- Mostra institucional Conhecendo o Café, que itinerou pelo Shopping Iguatemi Esplanada, em Sorocaba, e no Shopping D, em São Paulo;
- Programação de Férias
- Participação no I Festival Santos Café 2015 realizado pela Prefeitura Municipal de Santos.
- Realização de eventos periódicos (Café com Música).
- Realização de cursos de baristas, atualização de baristas e latte arte.
- Realização de oficinas de capacitação para manuseio de máquinas de expresso para público em vulnerabilidade social Meu Espresso.

Atividades educativas

- Implantação de programa para público interno (funcionários), Mais Café.
- Piloto do programa extramuros para público escolar (alunos e educadores).
- pesquisa de perfil e de satisfação do público escolar.
- Atendimento a estudantes de escolas públicas municipais e escolas particulares.
- Atendimento de públicos-alvo por meio de projetos especiais: Vovôs do café- 3ª Idade; Cafés para todos – vulnerabilidade social ; Cafés Especiais- público com deficiência; Café com leite – público infantil e Café em família – público familiar.
- Realização de cursos de formação e de capacitação para professores, educadores de museus e centros culturais e para guias de turismo.

Sisem (Sistema Estadual de Museus)

- Realização de ações de capacitação (palestras, oficinas, cursos) em museus e espaços expositivos do interior e da RMSP.
- Realização de exposições itinerantes em museus e espaços expositivos do interior e da RMSP.
- Realização de visitas técnicas a museus de café do interior.

Museu Casa de Portinari
Organização Social: Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari

Acervo

- Coleta e transcrição de depoimentos de história oral.
- Disponibilização no site da instituição os depoimentos coletados.
- Parceria firmada para pesquisa sobre o acervo e a temática do museu.
- Realização de palestras sobre conservação e restauro de acervo.

Exposições

- Exposição Coletiva de Artes Plásticas.
- Portinari Mãos de Pintor, Coração de Poeta.
- Portinari – Arte e Meio Ambiente.

Principais eventos

- Férias no Museu; Domingo com Arte
- Workshop Dicas do Barista, uma parceria com o Museu do Café (Santos, SP).;
- Curso de Pintura, Oficinas Andantes; Curso de História da Arte para Crianças.
- 40ª Semana de Portinari e 11ª Piazza della Nonna.
- Primavera dos Museus, com o tema Museus e Memórias Indígenas.

Atividades educativas

- Atendimento a escolas públicas municipais e a escolas particulares.
- Atendimento a demais grupos de visitantes e a grupos alvo (pessoas com deficiência, pessoas em situação de vulnerabilidade social, pessoas da terceira idade, turistas).

- Cursos de capacitação para professores, educadores e guias de turismo.
- Oficina de reciclagem de papel e impressão serigráfica – atividade para adolescentes em medida socioeducativa de internação do Centro de Atendimento da Fundação Casa – Candido Portinari de Ribeirão Preto – SP.
- Bingo Cultural – realizado para público idoso.
- Projeto Aprender Fazendo (oficinas).

Sisem (Sistema Estadual de Museus) – principais ações

- Curso de capacitação e de exposições itinerantes em museus e espaços expositivos do interior e da RMSP.
- Oficinas de capacitação para profissionais de museus.
- Assessoria técnica museológica.
- Encontros Regionais de representantes de regiões administrativas.
- Realização do Encontro Paulista de Museus.
- Curso de Capacitação EAD em parceria com a UNESCO.
- Programa de modernização dos museus paulistas;
- Apoio técnico a museu em municipalização (conferência de acervo do MHP Bernardino de Campos).
- Criação das versões digitais das publicações realizadas da coleção Museu Aberto e da publicação sobre o Projeto de Documentação dos Museus.
- Exposições itinerantes como Pelos Caminhos da Estrada Boiadeira, Lasar Segall – Navio de Emigrantes e Harald Schultz: olhar antropológico.

Museu de Esculturas Felícia Leirner / Auditório Cláudio Santoro
Organização Social: Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari

Principais eventos

- Séries Claudio Santoro, Ópera no Museu, Chorinho no Museu e Museu com Orquestra.
- Encontros com Arte – Oficina Teatro, Espaço do Brincar.
- Primavera dos Museus, com o tema Museus e Memórias Indígenas.
- Museu do Café vem a Campos do Jordão – realização de atividades em parceria com o Museu do Café (Santos, SP).

Atividades educativas

- Atendimento a escolas públicas municipais e a escolas particulares.
- Atendimento a demais grupos de visitantes e a grupos alvo (pessoas com deficiência, pessoas em situação de vulnerabilidade social, pessoas da terceira idade, turistas).
- Atividade Horta em Pet, desenvolvida para pessoas com deficiência.
- Oficinas Teatro, Espaço do Brincar; Como Fazer uma Composteira Doméstica; Jogo da Ecovelha.

Sisem (Sistema Estadual de Museus)

- Realização de curso de capacitação e de exposições itinerantes em museus e espaços expositivos do interior e da RMSP;
- Realização de oficinas de capacitação para profissionais de museus;
- Realização de assessoria técnica museológica;
- Realização de encontros Regionais de representantes de regiões administrativas;
- Realização do Encontro Paulista de Museus;
- Realização do Curso de Capacitação EAD em parceria com a UNESCO;
- Programa de modernização dos museus paulistas;
- Envio da apresentação de projeto desenvolvido ou iniciado pela Organização Social no último ano para ser divulgada nos painéis digitais do 7º Encontro Paulista de Museus;
- Apoio técnico a museu em municipalização (conferência de acervo do MHP Bernardino de Campos);
- Criação das versões digitais das publicações realizadas da coleção Museu Aberto e da publicação sobre o Projeto de Documentação dos Museus;

- Exposições itinerantes como Pelos Caminhos da Estrada Boiadeira, Lasar Segall – Navio de Emigrantes e Harald Schultz: olhar antropológico.

Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre
Organização Social: Associação Cultural de Apoio ao Museu Casa de Portinari

Acervo

- Manutenção de parceria com instituições acadêmicas ou museológicas para pesquisa sobre a temática do museu; palestra sobre conservação e restauro de acervo; ações do Centro de Referência Kaingang disponibilizando no site da Instituição imagens do acervo e aquisição de itens bibliográficos visando ampliar a coleção do centro de referência.

Exposições

- Exposição temporária Coleção Colecionismo.;
- Exposição virtual Fortalecimento da Memória Tradicional Kaingang – De Geração em Geração.

Principais eventos

- Oficina Confecção de Cerâmica, ministrada pelo indígena Kaingang Constantino.
- Semana Tupã em Comemoração ao Dia Internacional dos Povos Indígenas.
- 13ª Semana de Museus, com o tema Museu para uma Sociedade Sustentável;
- IV Encontro Paulista Questões Indígenas e Museus.

Principais atividades educativas

- Atendimento a escolas públicas municipais e a escolas particulares e a demais grupos de visitantes e a grupos alvo.
- Atendimento ao grupo do Programa Museu e Cidadania;
- Capacitação para professores.

Sisem (Sistema Estadual de Museus)

- Realização de curso de capacitação e de exposições itinerantes em museus e espaços expositivos do interior e da RMSP;
- Realização de oficinas de capacitação para profissionais de museus;
- Realização de assessoria técnica museológica;
- Realização de encontros Regionais de representantes de regiões administrativas;
- Realização do Encontro Paulista de Museus;
- Realização do Curso de Capacitação EAD em parceria com a UNESCO;
- Programa de modernização dos museus paulistas;
- Envio da apresentação de projeto desenvolvido ou iniciado pela Organização Social no último ano para ser divulgada nos painéis digitais do 7º Encontro Paulista de Museus;
- Apoio técnico a museu em municipalização (conferência de acervo do MHP Bernardino de Campos);
- Criação das versões digitais das publicações realizadas da coleção Museu Aberto e da publicação sobre o Projeto de Documentação dos Museus;
- Exposições itinerantes como Pelos Caminhos da Estrada Boiadeira, Lasar Segall – Navio de Emigrantes e Harald Schultz: olhar antropológico.

II – Conservação, Manutenção e Segurança das Edificações

Rotinas e obrigações do Programa de Edificações: Manutenção Predial, Conservação Preventiva e Segurança. Abrange as rotinas e obrigações contratuais de conservação, manutenção e segurança das edificações, instalações, infraestrutura, áreas verdes e demais áreas externas.

Manutenção e conservação preventiva das edificações - Todos os museus sob gestão da Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM) em parceria com as Organizações Sociais de Cultura, possuem rotinas contratuais, expressas no plano de manutenção, que asseguram a conservação das edificações através da realização de manutenções (preventivas,

corretivas e preditivas), definidas conforme as especificidades de cada edificação, abrangendo toda a infraestrutura predial e instalações, áreas externas, assim como a execução de programação periódica de combate a pragas.
A aplicação contínua do plano de manutenção e conservação, bem como seu aprimoramento, permite a consolidação de ações preditivas e preventivas, diminuindo custos, evitando acidentes e garantindo a excelência das edificações para ao acolhimento do público, funcionários e acervos.
Também realizamos operações (ações técnicas e administrativas) para segurança patrimonial, para legalização das edificações junto aos órgãos públicos, para sustentabilidade ambiental e para acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Segurança patrimonial - Os museus possuem equipamentos de segurança instalados de acordo com as especificidades de seu edifício/ acervo. As Organizações Sociais de Cultura possuem, utilizam e atualizam, sempre que necessário, o Manual de Normas e Procedimentos de Segurança e o Plano de Salvaguarda e Contingência, além de realizarem treinamentos periódicos com todos os funcionários.

Segurança contra incêndios - Todos os museus devem obter e renovar o AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) no prazo concedido pelo Corpo de Bombeiros, atualizando sempre que necessário o projeto de bombeiros. Entretanto, mesmo os museus que ainda não possuem projeto aprovado pelo Corpo de Bombeiros e AVCB emitido possuem implantados equipamentos de combate a incêndios em quantidades compatíveis com a edificação e uso.
É ação obrigatória a todas as Organizações Sociais de Cultura realizar a manutenção periódica dos equipamentos de segurança e prevenção de incêndios (hidrantes, extintores em suas diversas classes, etc.), garantindo boas condições de uso e prazos de validades vigentes, além de manter atualizado e dentro do prazo de validade o treinamento da brigada de incêndio.

O quatro que segue abaixo demonstra que, ao final de 2015, de 17 unidades museológicas, 14 possuíam ao Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) e as 3 unidades que ainda não obtiveram a aprovação do projeto e/ou AVCB tinham o projeto técnico implantado e protocolado:

Museus	Projeto Técnico Realizado	Projeto Técnico Implantado	Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB)
Casa das Rosas	SIM	SIM	SIM
Casa Guilherme de Almeida	SIM	SIM	SIM
Catavento Cultural e Educacional	SIM	SIM	SIM
Estação Pinacoteca e Memorial da Resistência	SIM	SIM	SIM
Museu da Imigração	SIM	SIM	NÃO
Museu Afro Brasil	SIM	SIM	NÃO
Museu da Casa Brasileira	SIM	SIM	SIM
Museu da Imagem e do Som	SIM	SIM	SIM
Museu da Língua Portuguesa	SIM	SIM	NÃO
Museu de Arte Sacra	SIM	SIM	SIM
Museu do Café - Santos	SIM	SIM	SIM
Museu do Futebol	SIM	SIM	SIM
Paço das Artes	SIM	SIM	SIM
Pinacoteca do Estado de São Paulo	SIM	SIM	SIM

Museus	Projeto Técnico Realizado	Projeto Técnico Implantado	Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB)
Museu Casa de Portinari - Brodowski	SIM	SIM	SIM
Museu Felícia Lerner – Campos do Jordão	SIM	SIM	SIM
Museu Índia Vanuíre - Tupã	SIM	SIM	SIM

Securitização: Todos os museus possuem seguros renovados anualmente, dentro do prazo de validade, com coberturas contratadas contra incêndio, danos patrimoniais e responsabilidade civil, em valores compatíveis com a edificação e uso, conforme especificado no quadro abaixo:

Museus	Seguro Contra Incêndio	Seguro de Responsabilidade Civil	Valor (R$) Cobertura Incêndios	Valor (R$) Cobertura Seguro Responsabilidade Civil
Casa das Rosas	SIM	SIM	20.000.000,00	1.000.000,00 [1]
Casa Guilherme de Almeida	SIM	SIM	5.000.000,00	1.000.000,00 [1]
Catavento Cultural e Educacional	SIM	SIM	43.000.000,00	1.000.000,00
Estação Pinacoteca e Memorial da Resistência	SIM	SIM	50.000.000,00 [2]	2.000.000,00 [2]
Museu Afro Brasil	SIM	SIM	8.000.000,00	500.000,00
Museu da Imigração	SIM	SIM	30.000.000,00	1.000.000,00
Museu da Casa Brasileira	SIM	SIM	10.000.000,00	500.000,00
Museu da Imagem e do Som	SIM	SIM	6.300.000,00	625.000,00
Museu da Língua Portuguesa	SIM	SIM	45.000.000,00	500.000,00
Museu de Arte Sacra	SIM	SIM	3.500.000,00	100.000,00
Museu do Café - Santos	SIM	SIM	30.000.000,00	1.000.000,00
Museu do Futebol	SIM	SIM	40.000.000,00	500.000,00
Paço das Artes	SIM	SIM	2.684.750,00	500.000,00
Pinacoteca do Estado de São Paulo	SIM	SIM	50.000.000,00 [2]	2.000.000,00 [2]
MHP Índia Vanuíre - Tupã	SIM	SIM	2.000.000,00	3.000.000,00 [3]
Museu Casa de Portinari – Brodowski *	SIM	SIM	1.450.000,00	
Museu Felícia Leirner e Auditório Claudio Santoro– Campos do Jordão	SIM	SIM	15.000.000,00	

** O Museu Casa de Portinari possui Seguro Multirrisco, entretanto a edificação possui pinturas murais que não estão cobertas.*

[1] A cobertura responsabilidade civil refere-se a verba única para Casa das Rosas e Casa Guilherme de Almeida.

[2] As coberturas referem-se a verba única para Pinacoteca do Estado de São Paulo, Estação Pinacoteca e Memorial da Resistência e edifício localizado na Rua Pedro Arbues, 115- Luz.

[3] A cobertura responsabilidade civil refere-se a verba única para os três equipamentos geridos pela ACAM Portinari.

Coberturas adicionais também estão contratas, tais como:

- Danos Elétricos e Curto Circuito
- Vendaval, Granizo, Impacto de Veículos
- Vidros, Anúncios Luminosos
- Tumultos, Greve, Lock-Out
- Roubo, Furto Qualificado
- Danos a veículos de terceiros, etc.

Alvará de Funcionamento Local de Reunião - Todos os Museus promovem a regularização cadastral das edificações, com elaboração de todos os projetos e laudos técnicos solicitados pelos órgãos públicos para obtenção e manutenção do Alvará de Funcionamento de Local de Reunião junto à prefeitura do município. Obteve-se ao final de 2015, o que segue:
Edificações que possuem o Alvará de Funcionamento de Local de Reunião:

- Catavento Cultural e Educacional
- Museu do Café - Santos
- Museu do Futebol
- Museu Índia Vanuíre - Tupã
- Museu Casa de Portinari - Brodowski
- Museu de Esculturas Felícia Leirner e Auditório Claudio Santoro – Campos do Jordão

Edificações que já protocoloram o pedido de Alvará:

- Estação Pinacoteca
- Pinacoteca do Estado de São Paulo
- Museu da Casa Brasileira
- Museu da Imagem e do Som
- Casa das Rosas

Para os museus do Estado, a obtenção do alvará é um enorme desafio, dado que as edificações são, salvo raras exceções, tombadas nas instâncias municipais, estadual e federal. A principal dificuldade deste trabalho reside em conseguir conciliar as exigências do Corpo de Bombeiros e demais órgãos legisladores com as determinações dos órgãos de preservação do patrimônio, e compatibilizar essas exigências com os limites de recursos e equipe disponíveis.

Plano de Sustentabilidade Ambiental - As Organizações Sociais de Cultura deram continuidade no ano de 2015 ao Plano de Sustentabilidade Ambiental em nossos museus, contemplando ações para minimização de consumo de água e energia elétrica, com a implantação de equipamentos ecoeficientes (torneiras com temporizadores, lâmpadas econômicas e com sensores de presença), com uso consciente de materiais técnicos e de consumo, além da implantação de coleta seletiva com destino adequado. Vale ressaltar que, em 2014, 10 museus da Secretaria possuíam paraciclos e em 2015 esse número passou para 12, sendo que os demais estudam a viabilidade de implantação.

Museus	Paraciclos	Vagas
Casa das Rosas	SIM	14
Estação Pinacoteca e Memorial da Resistência	SIM	14*
Museu da Imigração	SIM	8
Museu Afro Brasil	SIM	10
Museu da Casa Brasileira	SIM	42
Museu da Imagem e do Som	SIM	6
Museu do Futebol	SIM	12
Pinacoteca do Estado de São Paulo	SIM	9

Museus	Paraciclos	Vagas
Museu Casa de Portinari-Brodowski	SIM	20
Museu Índia Vanuíre- Tupã	SIM	9
Museu Felícia Leirner e Auditório Cláudio Santoro-Campos do Jordão	SIM	12
Museu de Arte Sacra	SIM	4

Acessibilidade para Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida - A Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico está empenhada na requalificação de todos os espaços museológicos visando receber com qualidade o público com deficiência e mobilidade reduzida, ressaltando que há uma atenção especial também para idosos, gestantes, mães com bebês no colo e/ou carrinhos e imobilizações temporárias com, por exemplo, por fraturas, etc. Os nossos museus atendem requisitos de:

- Acessibilidade Física – As edificações são acessíveis, com rampas, elevadores e/ ou plataformas verticais, pisos tatéis e sanitários acessíveis. Além de acessos, estacionamento, disponibilidade de cadeiras de rodas.

- Acessibilidade Visual – São oferecidos acervo e material informativo em braile, áudio e ampliado (para pessoas com baixa visão). Os museus possuem audiodescrição, publicação de catálogos em braile e áudio, mediação para visitantes cegos, ambientações, percurso, maquetes, mapas e imagens e réplicas táteis e em alto contraste. Contam, ainda, com audioguia (Museu do Futebol e Pinacoteca).

- Acessibilidade Auditiva – É oferecido material informativo, intérprete de Libras (Língua Brasileira de Sinais).

- Acessibilidade de Conteúdo – É oferecido conteúdo para pessoas com deficiência intelectual e/ ou motora.

Também é oferecido o agendamento de visitas inclusivas e também de visitas autônomas (quando há recursos que possibilitem que a pessoa com deficiência visite o museu a qualquer momento).

SISEM – Sistema Estadual de Museus - O Sistema Estadual de Museus (SISEM-SP), coordenado pela Secretaria da Cultura, é a principal instância de articulação e fortalecimento conjunto dos museus do Estado. Atua no desenvolvimento de ações de organização, capacitação, itinerância de exposições, projetos educativos e de assessoria técnica a museus e municípios paulistas interessados na preservação de seu patrimônio museológico. Entre as principais iniciativas de 2015, fez circular 43 exposições itinerantes em 36 municípios. No eixo de formação, o curso EAD de Introdução ao Trabalho em Museus, realizado em parceria com a ACAM Portinari e a Unaerp, registrou 88 inscrições, superando as 50 vagas disponíveis. Em parceria com as Organizações Sociais de Cultura, foram realizadas 49 ações de formação, entre cursos, oficinas e palestras; 10 estágios técnicos e 11 assistências técnicas.

Cabe destaque para a montagem da exposição *Sinais. Heranças e Andanças*, criada por meio de curadoria coletiva, que circulou por cinco municípios da região sudoeste paulista, integrando as ações de formação, articulação e comunicação que beneficiaram profissionais de oito museus. Outro destaque é o fortalecimento das redes temáticas, a exemplo da Rede de Memória do Esporte que realizou neste ano seu 5º Encontro Estadual, reunindo onze instituições. Em parceria com museus da Secretaria de Cultura do Estado, outros encontros de redes temáticas também foram realizados neste ano, dentre eles, o Encontro de Museus de Ciência, articulado pelo Catavento, em 13 de novembro, e o Encontro de Museus Históricos, articulado pelo Museu da Imigração.

O SISEM-SP realizou, ainda, o 7º Encontro Paulista de Museus, que recebeu 1.211 inscrições de profissionais de todo o Estado, com uma inovação: nesta edição foi criada uma Comissão Consultiva, responsável pela montagem de conteúdo da programação, reunindo representantes de instituições nacionais e internacionais, como o IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus), ICOM Brasil (Conselho Internacional de Museologia), COREM 4ª Região (Conselho Regional de Museologia), PPGMUS-USP (Programa de Pós Graduação em Museologia), Acervos Artístico dos Palácios, COSISEM (Conselho de Orientação do SISEM) e o British Council. Na ocasião, houve o lançamento de publicações técnicas, com destaque para o Manual Prático *Como gerir um museu*, editado pela SEC-SP em parceria com o ICOM/UNESCO. Merece destaque, ainda, a continuidade da elaboração de metodologia para o Cadastro Estadual de Museus, iniciativa prevista no decreto de criação do SISEM-SP, tendo sido realizadas cinco consultas públicas. O documento ficou disponível para receber contribuições até o dia 31 de dezembro deste ano no site do SISEM-SP. Em 2015, o site do SISEM-SP atingiu a maior marca de visitação desde seu lançamento, em 2012, contabilizando até novembro mais de 467 mil acessos únicos, originários de 104 países.

No quadro a seguir, estão resumidas as principais atividades do SISEM ao longo de 2015. Cabe ressaltar que essas ações foram realizadas no âmbito do Programa de Apoio ao Sisem que integram os Planos de Trabalho dos Contratos de Gestão dos museus do SEC (ação 5732).

Ações	Total
Formação (cursos, oficinas e palestras)	49
Exposições	43
Estágios Técnicos	10
Assistência Técnica	11
Subtotal	**113**
Visitantes no site do Sisem (acessos únicos)	467.679

Ação 2434 - Arte Pública e Patrimônio - Não houve dotação este ano.
Ação 1214 - Implantação e qualificação de Museus

Acervo - No âmbito do Comitê de Política de Acervos, a aquisição de um novo software de gestão de acervos foi uma meta trabalhada nos últimos anos e, em especial, em 2014 e 2015. A proposta inicial do projeto era adquirir um software "de prateleira", em português, que qualificasse a gestão de acervos para uso de todos os 18 museus da Pasta. Com as alterações orçamentárias do ano, o projeto foi iniciado em setembro de 2015 com três museus da Pasta (Pinacoteca do Estado, Museu da Imigração e Museu da Casa Brasileira) sendo, portanto, adquirido e instalado o software In. Patrimonium.net no servidor da Secretaria de Estado da Cultura, juntamente com o trabalho advindo dos serviços acessórios de treinamento e normatização de dados presentes no atual Banco de Dados da Secretaria (BDA-SEC).

Dados Totais dos acervos museológicos

Quadro 1 – Dados dos museus participantes do Projeto de Documentação

	Levantamentos Patrimoniais 1982 e 1994	Inventário Acervo Museológico 2010	Inventário Acervo Museológico 2011	Inventário Acervo Museológico 2012	Inventário Acervo Museológico 2013	Inventário Acervo Museológico 2014	Inventário Acervo Museológico 2015
Casa Guilherme de Almeida	12.685 itens, entre objetos e publicações	1.674 itens	1.833 itens	1.861 itens	8.762 itens	1.861 itens (de um total geral de 8.767 itens)	1.861 itens (de um total geral de 8.757 itens)
Museu da Imigração	Não possuía levantamento patrimonial, pois a instituição foi inaugurada em 1998	6.232 itens	5.311 itens	12.232 itens	12.232 itens	12.232 itens	12.232 itens (em processamento)

	Levantamentos Patrimoniais 1982 e 1994	Inventário Acervo Museológico 2010	Inventário Acervo Museológico 2011	Inventário Acervo Museológico 2012	Inventário Acervo Museológico 2013	Inventário Acervo Museológico 2014	Inventário Acervo Museológico 2015
Museu da Casa Brasileira	939 objetos	404 itens	414 itens	407 itens	407 itens	410 itens	410 itens
Museu de Arte Sacra	400	2.046 itens	2.566 itens	13.177 itens	2.441 itens	2.335 itens (de um total de 14.212 itens, que envolvem as coleções que não pertencem ao Estado, como a da Cúria e da Ordem das Concepcionistas, etc.).	2.382 itens (de um total de 14.160 itens, que envolvem as coleções que não pertencem ao Estado, como a da Cúria e da Ordem das Concepcionistas, etc.).
Pinacoteca do Estado	Não possuía levantamento patrimonial, tendo em vista que seu acervo possui um histórico com diversos processos de aquisição e incorporação de patrimônio.	8.175 itens	9.476 itens	9.725 itens	9.861 itens	9.686 itens	10.138 itens em processamento
Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre	21.161 itens, entre objetos e publicações.	19.208 itens	19.616 itens	19.659 itens	19.540 itens	19.785 itens	19.785 itens
Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico Monteiro Lobato	1.121 objetos cenográficos	12 itens	12 itens	12 itens	12 itens	12 itens	12 itens
Museu Felícia Leirner	65 esculturas	84 itens	84 itens	84 itens	84 itens	85 itens	85 itens
Museu do Café	Não possuía levantamento patrimonial, devido a sua estadualização em 2008.	2.098 itens	2.202 itens	2.142 itens	2.187 itens	2.050 itens	2.050 itens
Casa de Cultura Paulo Setúbal	1002 itens, entre objetos e publicações.	4.144 itens (em municipalização)	4.131 itens (em municipalização)	4.131 itens (em municipalização)	4.131 itens (em municipalização)	4.131 itens (em municipalização)	4.131 itens (em municipalização)
Museu Histórico e Pedagógico Rodrigues Alves	295 itens, entre objetos e publicações.	1.139 itens (em municipalização)	1.139 itens (em municipalização)	1.139 itens (em municipalização)	1.139 itens (em municipalização)	1.139 itens (em municipalização)	1.139 itens (em municipalização)
Museu Casa de Portinari	444 itens, entre objetos e publicações.	584 itens	584 itens	589 itens	587 itens	587 itens	587 itens
Museu Histórico e Pedagógico Prudente de Moraes	2.275 itens, entre objetos e publicações.	4.513 itens (em municipalização)	4.513 itens (em municipalização)	4.518 itens (em municipalização)	11.276 itens (em municipalização)	11.276 itens (em municipalização)	11.276 itens (em municipalização)
Museu Histórico e Pedag. Amador Bueno da Veiga	4.000 itens, entre objetos e publicações.	22.230 itens (em municipalização)	21.714 itens (em municipalização)	21.147 itens (em municipalização)	21.147 itens (em municipalização)	21.147 itens (em municipalização)	21.147 itens (em municipalização)
Museu Histórico e Pedagógico Bernardino de Campos	4.235 itens, entre objetos e publicações.	7.545 itens (em municipalização)	7.545 itens (em municipalização)	7.545 itens (em municipalização)	7.545 itens (em municipalização)	7.545 itens (em municipalização)	7.545 itens (em municipalização)
Total Geral		**80.188 itens**	**80.556 itens**	**97.799 itens**	**101.351 itens**	**94.281 itens**	**94.780 itens**

Quadro 2 – Dados de utilização do BDA-SEC pelos museus que não participaram do Projeto de Documentação

Museu	Total Estimado de Acervo Museológico Existente	Itens cadastrados no Banco de Dados de Acervo				
		2011	2012	2013	2014	2015
Museu Afro Brasil	Em torno de 5.000 itens	533 itens	1.320 itens (de um total de 3.045 itens)	2.140 itens (de um total de 3.045 itens)	2.918 itens (de um total de 3.071 itens)	3.090
Museu da Imagem e do Som*	Em torno de 200.000 itens	1.000 itens	2.207 itens (de um total de 255.560 itens)	2.207 itens (de um total de 261.754 itens)	2.208 itens (de um total de 268.652 itens)	2.208 itens (de um total de 270.985 itens)
Catavento – Coleção Fundação Museu de Tecnologia**	Sem número estimado	187 itens	187 itens	187 itens	196 itens	197 itens
Casa das Rosas	3	41 itens (Coleção Haroldo de Campos)	122 itens (Coleção Haroldo de Campos)	122 itens (Coleção Haroldo de Campos)	121 itens (Coleção Haroldo de Campos)	121 itens (Coleção Haroldo de Campos)
Total Geral		**1.761 itens**	**3.836 itens**	**4.656 itens**	**5.443 itens**	**5.616 itens**

** Desde o 3º tri/2012, a UPPM e a OS acertaram que, devido ao volume da coleção, ao fato de que ela está integralmente registrada no banco de dados do próprio museu e que a sua inserção integral no sistema da SEC levaria um enorme tempo e esforço manual da equipe do museu, não seria mais necessário incluir as informações do acervo do MIS no Banco de Dados da Secretaria. Todavia, tão logo o banco da SEC seja capaz de realizar rotinas de migração de dados, ele poderá ter os dados atualizados a partir do banco de dados do Museu da Imagem e do Som, automatizando ao máximo a ação.*

*** Os dados apresentados são referentes à coleção da Fundação Museu de Tecnologia da USP, em comodato com a OS Catavento Cultura e que está em processo de doação.*

Quadro 3 - Dados sobre novas aquisições e empréstimos durante o ano de 2015

Museu	Doações	**Compras** (recursos do Contrato de Gestão)	**Compras** (recursos da SEC)	Empréstimos
	Em quantidade de itens			
Museu da Imigração	141 itens de acervo bibliográfico geral	1 item de acervo bibliográfico geral	0	7 itens de acervo museológico
Museu do Café	0	12 itens de acervo bibliográfico geral	0	9 itens de acervo museológico
Museu da Casa Brasileira	0	0	0	2 itens (desde 2011) de acervo museológico
Pinacoteca do Estado	513 itens de acervo museológico; 357 itens de acervo bibliográfico geral	45 itens de acervo bibliográfico geral	0	48 itens emprestados no ano; 26 itens da Pinacoteca; 6 itens em Comodato com a Pinacoteca; 1 item em empréstimo desde 2004 para a Casa Guilherme de Almeida; 6 em empréstimo desde 2012 para o Acervo Artístico Cultural dos Palácios; 4 em empréstimo desde 1962 para o Palácio da Justiça e 5 itens na Secretaria de Estado da Justiça desde o ano de 1969. Todos os itens são de acervo museológico.
Casa Guilherme de Almeida	0	0	0	1 item de acervo museológico
Museu de Arte Sacra	28 itens de acervo museológico; 178 itens de acervo bibliográfico geral	0	0	60 itens de acervo museológico
Museu Felícia Leirner	0	0	0	0
Museu Afro Brasil	0	21 itens de acervo museológico	0	18 itens de acervo museológico

Museu	Doações	**Compras** (recursos do Contrato de Gestão)	**Compras** (recursos da SEC)	Empréstimos
	Em quantidade de itens			
Museu da Imagem e do Som	2 itens de acervo museológico	0	0	66.091 itens emprestados de acervo museológico: - 2 obras emprestadas ao Instituto Moreira Salles; - 2 objetos ao Art Unlimited SP Produções Artísticas e Culturais Ltda. com data de devolução prevista para 15 de fevereiro de 2016; - 1.157 fotografias em comodato no Centro de Memória do Circo desde junho de 2013 (data de retirada); - 64.930 fotografias da coleção Chico Albuquerque em comodato no Instituto Moreira Salles (Rio de Janeiro) desde 2006.
Museu do Futebol	1.169 itens de acervo bibliográfico geral	1 item de acervo bibliográfico geral	0	0
Total geral	**543 itens de acervo museológico; 1.845 itens de acervo bibliográfico**	**21 itens de acervo museológico; 59 itens de acervo bibliográfico geral**	**0**	**66.236 itens de acervo museológico**

Programa 1215: Preservação Do Patrimônio Cultural

Por meio da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH) e do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat), a Secretaria da Cultura realizou uma série de ações para a preservação do patrimônio cultural paulista, as quais vincularemos aos nossos programas de trabalho:

Ação 5737 - Identificação do Patrimônio Cultural Paulista

Com os recursos disponíveis foram contratados serviços técnicos especializados de cartografia digital, para definição de perímetro tombado Serra do Itaqui (municípios de Barueri, Itapevi e Santana de Parnaíba), uma vez que a Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico é o órgão competente para a elaboração e apresentação ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) dos estudos prévios para o tombamento de bens imóveis edificados ou não, conforme prevê o decreto estadual n º 50.941 , de 5 de Julho de 2006.

Considerando a aprovação pelo Condephaat do tombamento de quatro glebas na Serra do Itaqui, foi necessário o refinamento e apresentação em formato adequado dos estudos prévios realizados pela Unidade, gerando a descrição dos perímetros das áreas com base em informações cartográficas precisas, um dos documentos imprescindíveis à homologação de propostas de tombamento de áreas aprovadas pelo referido Conselho, por parte do Secretário da Cultura, e a consequente inscrição do bem no Livro do Tombo, conforme previsto nos Decretos estaduais nº 50.941/06 e 13.426/79.

Outras atividades de identificação do patrimônio cultural foram:

Deliberações do Condephaat pelo tombamento

- Revisão do tombamento do edifício do antigo Banco de São Paulo.
- Revisão do tombamento da antiga Escola de Farmácia e Odontologia da USP – atual Oficina Cultural Oswald de Andrade.
- Casa Guilherme de Almeida.
- Hospital Psiquiátrico Philipe Pinel.
- Vila dos Ingleses.
- Chácara Sabbado D'Ângelo.
- Antiga Casa de Câmara e Cadeia e do antigo Fórum de São José do Rio Pardo.
- Remanescentes da fábrica Brasital SA e da vila operária no município de São Roque.
- Fábrica de Tecidos Nossa Senhora da Ponte, município de Sorocaba.
- Companhia Taubaté Industrial, situada na Rua Félix Guisard nº 120, município de Taubaté.
- Hotel Glória de Águas de Lindóia.

Abertura de Estudo de Tombamento

- Antigo Fórum de Mogi das Cruzes
- Prédio da Escola do Povo (atual ETEC Doutora Ruth Cardoso) - São Vicente
- Balneário de Águas de Lindóia

Abertura de Estudo de Registro de Patrimônio Imaterial

- Registro do Samba Paulista.

Publicação de Resoluções de Tombamento

- Antiga Cadeia de Campinas.
- Igreja Matriz de São Bento do Sapucaí.
- Viaduto do Chá e Edifício Matarazzo.
- Rua Heitor de Moraes, 120.
- Residência Rio Branco Paranhos.
- Residência do Arquiteto Felizberto Ranzini.
- Sobrado à Rua Dr. Salles de Oliveira.
- Escola do Povo Ferreira Penteado.
- Casa de Câmara e Cadeia de Piedade.
- Cine Belas Artes.
- Quadra Cultural do Itaim – Biblioteca Anne Frank e Teatro Décio de Almeida Prado.
- Posto de Gasolina - Av. Aclimação nº 11.
- Rodoviária de Jahu.

Revisão das áreas envoltórias de bens tombados

- Bosque dos Jequitibás.
- Residências Ramos de Azevedo à Rua Piratingui.
- Casa Prudente de Morais e o Paço da Via Sacra.

Publicação das Revisões das Áreas Envoltórias de Bens Tombados

- Igreja das Chagas do Seráfico Pai São Francisco da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, da Igreja de São Francisco de Assis da Venerável Ordem dos Frades Menores, do Túmulo Júlio Frank, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e Tribuna Livre e do Edifício Saldanha Marinho no Largo de São Francisco.
- Edifício Louveira.
- Viaduto do Chá e do Edifício Matarazzo.
- Residência Rio Branco Paranhos.
- Antiga Residência do Arquiteto Felisberto Ranzini.
- Sobrado situado à Rua Doutor Salles de Oliveira, nº 429-433.
- Escola do Povo Ferreira Penteado.
- Museu de Arte de São Paulo – MASP.

A atuação do Grupo de Estudos e Inventários garantiu a instrução de processos de estudos de tombamento, encaminhados ao Conselho para deliberação, nas quantidades descritas na tabela a seguir:

	Jan a Mar 2015	**Abr a Jun 2015**	**Jul a Set 2015**	**Out a Dez 2015**
Processos Instruídos	8	9	7	8
TOTAL	**32**			

Averbações de Tombamentos: foram realizadas **25** averbações nas respectivas matrículas de imóveis tombados.

Realização de Consultas Públicas - Bauru e Sorocaba: foi realizada pela primeira vez consulta pública utilizando a internet como meio para que as pessoas enviem suas contribuições às propostas de tombamento dos complexos ferroviários de Sorocaba e Bauru. Foi uma forma de ampliar o diálogo com a população, o acesso à oportunidade de participação e a transparência do processo, enviando comentários e sugestões sobre os dois temas por meio dos formulários eletrônicos. As contribuições recebidas foram consideradas nas análises da equipe técnica e Conselho para as propostas de tombamento. O objetivo foi ouvir a sociedade antes de tomar decisões que possam causar impacto no contexto urbano das cidades, ampliando o diálogo com a população, o acesso à oportunidade de participação e a transparência do processo.

Ação 5738 - Proteção do Patrimônio Cultural Paulista

Devido à inexistência de recursos disponíveis este ano não foram executados serviços e/ou obras de restauro em bens tombados. C

Com a equipe de trabalho existente na UPPH foram instruídos diversos processos, conforme quadro a seguir:

Tipo de Solicitação	Nº
Pedido de Aprovação de Intervenção	828
Pedido de informações, certidões ou diretrizes	335
Regularização	230
Informações/diretrizes	210
Remoção de árvores	144
Anúncios/ Cartazes/painéis	103
Denúncia	49
Serviços de conservação	42
Expedientes diversos	37
Pedido de aprovação de evento	22
Pedido de tombamento	16
Restauro	16
Demolição	12
Reforma	11
Intervenção	9
Projeto/demolição	8
Estudo de tombamento	7
Vistoria	7
Acessibilidade	6
Comunicados	6
Desdobro	5
Regulamentação de área envoltória de bem tombado	5
Outro	3
Estado de conservação	2
Revisão de tombamento	2
Pedido de vistorias em geral	1
Registro de patrimônio imaterial	1
Total de Processos Abertos em 2015	**2117**

Já a atuação do Conselho garantiu a deliberação de processos, conforme tabela que segue:

	Jan a Jun 2015	Jul-Ago-Set 2015	Out – Nov- Dez 2015
Nº de Processos Analisados pelo Condephaat	328	411	352
Total	**1091**		

Ação 5739 - Valorização do Patrimônio Cultural Paulista

Publicação da Cartilha "Vila Maria Zélia - A Vila Maria Zélia é um bem tombado pelo Condephaat por meio da Resolução SC 43 de 18/12/92. Trata-se de uma vila operária bastante conhecida, construída em 1916 para atender aos trabalhadores da fábrica de tecidos pertencente a Jorge Street, considerada um dos patrimônios industriais mais importantes de São Paulo. Em função de uma ação civil pública em andamento no Poder Judiciário, que nos determina a realizar uma ação de educação patrimonial, foi elaborada a cartilha a ser distribuída aos moradores (cerca de 200 imóveis), na Associação de Amigos da Vila Maria Zélia, bem como às escolas públicas próximas ao local, de forma conjunta com o DPH – Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura, no âmbito do Escritório Técnico de Gestão Compartilhada.

A UPPH também prestou atendimento aos interessados por meio de canais de comunicação, tais como: telefone de atendimento, para esclarecimento de dúvidas técnicas, por e-mail, atendimento de ouvidoria e atendimento prestado em nosso Centro de Documentação. O volume de atendimentos está representado no quadro abaixo:

	Jan a Mar 2015	Abr a Jun 2015	Jul a Set 2015	Out a Dez 2015
Público Atendido	564	236	296	207
Total	**1303**			

Aplicação de Multas pela UPPH/Condephaat - Conforme previsto na Resolução SC 64/2013**:**

- Número de multas aplicadas: 23.
- As multas aplicadas correspondem a 39.100 (trinta e nove mil e cem) UFESP's.
- Há no Centro de Apoio Administrativo ao Conselho – CAAC, outros 33 processos aguardando inclusão em pauta para deliberação do Colegiado a cerca das infrações cometidas.
- Notificações de conduta irregular lavradas: 81.

Programa 1216 - Biblioteca e Leitura

A Unidade de Bibliotecas e Leitura tem como atribuições formular, planejar, implantar e avaliar a política cultural para as bibliotecas públicas do Estado de São Paulo, bem como as políticas de incentivo e promoção à leitura.Em parceria com a Organização Social - Associação Paulista de Bibliotecas e Leitura foram realizados as ações descritas a seguir.

Ação 6099 – Biblioteca de São Paulo e Programa de Leitura do Estado

Biblioteca Pública Estadual – BPE Biblioteca de São Paulo – Localizada no espaço do antigo presídio do Carandiru, atual Parque da Juventude, a Biblioteca integra diversas expressões artísticas e mídias, buscando atrair especialmente o público não leitor. Em 2015, foram adquiridas 2.590 novas obras, totalizando mais de 40 mil itens, entre livros, CDs, DVDs e jogos.

Atendeu 331.513 usuários, resultando em aproximadamente 130 mil consultas e/ou empréstimos. Realizou 10 cursos/oficinas que atendeu um público de 494 pessoas. Cerca de 600 atividades, dentro dos Programas Permanentes, com temas diversos, a saber: Hora do Conto, Jogos Sensoriais (PDC), Brincando e Aprendendo, Pintando o 7 e Bebelê (criança); Clube de Leitura, Luau BSP, Leitura ao Pé do Ouvido e Tabuleiro de Jogos (Jovem); Entre Textos, Leitura do Cotidiano e Segundas Intenções (Adulto/Idoso) ajudaram a movimentar a programação da BSP ao longo do ano.

Biblioteca Pública Estadual – BPE Biblioteca Parque Villa-Lobos - Inaugurada em dezembro de 2014, em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente, segue o mesmo conceito da BPE Biblioteca de São Paulo, integrando diversas expressões artísticas para atrair o público não leitor. Em 2015, foram adquiridas 2.682 novas obras, totalizando mais de 20 mil itens, entre livros, CDs, DVDs e jogos. Atendeu 190.777 usuários, com aproximadamente 80 mil consultas e/ou empréstimos. Além dos programas e serviços já desenvolvidos pela BPE Biblioteca de São Paulo a nova biblioteca tem um espaço permanente de exposições e diálogo com as temáticas do meio ambiente. A solenidade de entrega dos prêmios para os vencedores do Concurso Prêmio São Paulo de Literatura 2015 aconteceu no Auditório da Biblioteca Pública Estadual – BPE Parque Villa-Lobos, no dia 30 de novembro.
Viagem Literária – Visa incentivar a leitura por meio da valorização das bibliotecas públicas municipais, promovendo atividades para fortalecer os vínculos entre esses espaços e a população. Em 2015, 80 municípios parceiros receberam bate-papos com escritores. Foram promovidos 160 eventos com a participação de 32 autores, nos meses de setembro e outubro, dentre os quais destacamos: Alonso Alvarez, Cadão Volpato, Carla Caruso, Cristovão Tezza, Ignácio de Loyola Brandão, Ilan Brenman, Luiz Ruffato, Marcelino Freire, Márcia Tiburi Menalton Braff, dentre outros.

Ação 5979 - Sistema Paulista de Bibliotecas Públicas

O Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas – SISEB reúne cerca de 840 bibliotecas públicas municipais existentes no Estado.

Prêmio São Paulo de Literatura – Tem como objetivo reconhecer e incentivar a criação literária em língua portuguesa. A edição deste ano teve 215 livros inscritos e premiou três romances brasileiros, com um total de R$ 400 mil. Como parte da programação do Prêmio, no mês de novembro, alguns autores finalistas estiveram conversando com o público nas Bibliotecas de São Paulo e Villa-Lobos.

Programa de Capacitação das Equipes - Realizou 41 atividades de atualização profissional (oficinas, cursos e palestras) na BPE Biblioteca de São Paulo e em cidades do interior e litoral, facilitando a participação do público alvo. Estiveram presentes nesses eventos 1.429 pessoas.

Apoio aos acervos - Distribuição de 71.953 itens (livros, revistas, CDs, DVDs). Foram atendidas 383 bibliotecas em 294 municípios. O SISEB criou o portal www.aprendersempre.org onde os responsáveis pelas bibliotecas públicas encontram oportunidades para aprimoramento, bem como acesso às informações relacionadas ao universo das bibliotecas e programas de incentivo à leitura.

VIII Seminário Internacional de Bibliotecas Públicas e Comunitárias – Realizado nos dias 9, 10 e 11 de novembro no Centro de Convenções Rebouças, na capital, o Seminário reuniu cerca de 500 profissionais. Na pauta, os novos papéis e desafios das bibliotecas públicas e comunitárias brasileiras para a construção de uma nação leitora. O Seminário contou com a presença de especialistas nacionais e internacionais (México e Espanha). Ocorreu também a apresentação de painéis que mostraram uma série de boas práticas na gestão das bibliotecas públicas e comunitárias brasileiras.

Assessorias Técnicas aos Municípios – Foram realizadas cerca de 40 assessorias aos municípios que desejam instalar e/ou modernizar os espaços das bibliotecas públicas. Toda a orientação é dada de modo a que possam desenvolver seus projetos seguindo o conceito de Biblioteca Viva, aplicado nas das Bibliotecas Públicas Estaduais de São Paulo e Parque Villa-Lobos.

Publicações – Deu-se continuidade à publicação do *Espalhafatos* (janeiro a dezembro/2015) - jornal destinado às crianças e jovens que frequentam as bibliotecas, trazendo curiosidades e brincadeiras acerca do mundo da leitura e literatura.

Programa 1218 - Fomento Cultural e Economia Criativa

Ação 1986 - ProAC – Programa de Ação Cultural

O apoio a projetos e espaços culturais independentes – incluindo a criação, circulação/ difusão, publicações e mapeamento da produção cultural – é um dos pilares da atuação da Secretaria da Cultura. O Programa de Ação Cultural (ProAC) utiliza tanto recursos orçamentários quanto não orçamentários para atingir este fim.

ProAC ICMS (incentivo fiscal) - No ano de 2015 foram disponibilizados 121,7 milhões em incentivo fiscal/ ICMS para apoio a projetos culturais, incluindo planos anuais de instituições culturais, projetos de restauro e projetos dedicados as diferentes linguagens artísticas. Foram 3.721 inscrições de novos projetos, 1.320 propostas aprovadas e 673 contemplados com recursos captados.

Programa Fomento ao Cinema Paulista – Realizado em parceria com a Sabesp, utiliza recursos de incentivos fiscais, de empresas públicas do Estado de São Paulo, através das Leis do Audiovisual e Rouanet. A Secretaria da Cultura é responsável pela coordenação do processo seletivo. As inscrições de 2015 encerraram-se no dia 30 de dezembro e o processo de seleção está em andamento. Foram 78 (setenta e oito) inscritos e serão quatro prêmios de R$ 500.000,00 para produção de projetos cinematográficos de longa-metragem.

ProAC Editais (recursos orçamentários) - Em recursos orçamentários, foram investidos aproximadamente R$ 40 milhões em prêmios para projetos selecionados por meio de 45 diferentes concursos e cerca de R$ 1 milhão no pagamento das comissões de avaliação. Com um total de 5487 inscrições de 225 cidades do Estado, o ProAC Editais contemplou 659 projetos das mais variadas linguagens e propostas, entre eles, 351 projetos de 99 municípios paulistas, fora a Capital.

Segmentos	Editais PROAC 2015		Inscritos	Prêmios	Valor do prêmio (em R$)	Valor Total (R$)
Teatro	**jan/15**	Produção de Espetáculo Inédito e Temporada de Teatro - Mód. 1	157	15	80.000,00	2.700.000,00
		Produção de Espetáculo Inédito e Temporada de Teatro - Mód. 2	117	10	150.000,00	
	fev/15	Circulação de Espetáculo de Teatro	160	20	100.000,00	2.000.000,00
	mar/15	Primeiras Obras de Produção se Espetáculo e Temporada se Teatro	305	20	50.000,00	1.000.000,00
Dança	**abr/15**	Produção de Espetáculo Inédito e Temporada de Dança	64	10	100.000,00	1.000.000,00
	mai/15	Circulação de Espetáculo de Dança	54	10	100.000,00	1.000.000,00
	jun/15	Primeiras Obras de Produção de Espetáculo Inédito e Temporada de Dança	134	10	50.000,00	500.000,00

Segmentos	Editais PROAC 2015		Inscritos	Prêmios	Valor do prêmio (em R$)	Valor Total (R$)
Artes Cênicas	**jul/15**	Produção de Espetáculo Inédito e Temporada de Artes Cênicas Público Infantojuvenil	134	15	80.000,00	1.200.000,00
	ago/15	Circulação de Espetáculos de Artes Cênicas Público Infantojuvenil	132	15	80.000,00	1.200.000,00
	set/15	Circulação de Espetáculos de Artes Cênicas para Rua	78	10	100.000,00	1.000.000,00
Circo	**out/15**	Produção, Aprimoramento de Espetáculo e/ou Manutenção de Circo de Lona	30	10	60.000,00	600.000,00
	nov/15	Montagem de Espetáculo e Temporada e/ou Circulação de Grupo de Circo	61	15	60.000,00	900.000,00
	dez/15	Produção e Apresentação de Número Circense - Mód. 1	73	15	10.000,00	410.000,00
		Produção e Apresentação de Número Circense - Mód. 2	14	13	20.000,00	
Festivais	**13/2015**	Festivais de Artes I	99	10	50.000,00	500.000,00
	14/2015	Festivais de Artes II - Mód 1	113	25	90.000,00	3.250.000,00
		Festivais de Artes II - Mód 2	52	5	200.000,00	
Artes Visuais	**15/2015**	Artes Visuais - Obras e Exposições	167	15	50.000,00	750.000,00
	16/2015	Artes Visuais - Livro de Artista	145	15	30.000,00	450.000,00
	17/2015	Espaços Independentes Vinculados às Artes Visuais	35	5	100.000,00	500.000,00
Museus	**18/2015**	Difusão de Acervos Museológicos - Mód 1	30	6	75.000,00	650.000,00
		Difusão de Acervos Museológicos - Mód 2	3	2	100.000,00	
	19/2015	Preservação de Acervos Museológicos	25	5	110.000,00	550.000,00
Música	**20/2015**	Gravação de Disco Inédito e Circulação de Espetáculos de Canção	226	15	80.000,00	1.200.000,00
	21/2015	Gravação de Disco Inédito e Circulação de Espetáculos de Música Popular Instrumental	106	15	80.000,00	1.200.000,00
	22/2015	Gravação de Disco Inédito e Circulação de Espetáculos de Música Erudita	52	5	80.000,00	400.000,00
Cultura e Cidadania	**23/2015**	Promoção da Cultura Popular e Tradicional	124	25	40.000,00	1.000.000,00
	24/2015	Proteção e Promoção da Culturas Indígenas	25	9	20.000,00	180.000,00
	25/2015	Proteção e Promoção das Culturas Negras	115	20	40.000,00	800.000,00
	26/2015	Promoção das Manifestações Culturais com Temática LGBT - Mód. 1	118	10	40.000,00	600.000,00
		Promoção Das Manifestações Culturais Com Temática Lgbt - Mód. 2	44	10	20.000,00	

Segmentos	Editais PROAC 2015		Inscritos	Prêmios	Valor do prêmio (em R$)	Valor Total (R$)
Cultura e Cidadania	**27/2015**	Saraus Culturais	53	15	40.000,00	600.000,00
	28/2015	Hip Hop	102	15	40.000,00	600.000,00
	29/2015	Economia Criativa - Moda, Gatronomia, Artesanato e Cultura Digital	51	15	20.000,00	300.000,00
Literatura	**30/2015**	Publicação de Livros - Coleção de Obras Inéditas	14	5	50.000,00	250.000,00
	31/2015	Bolsa de Incentivo Para Criação - Prosa	134	15	10.000,00	150.000,00
	32/2015	Bolsa de Incentivo Para Criação - Poesia	88	10	10.000,00	100.000,00
	33/2015	Bolsa de Incentivo Para Criação - Infantil e/ou Juvenil	118	10	10.000,00	100.000,00
	34/2015	Bolsa de Incentivo para Criação - Texto de Dramaturgia	106	10	10.000,00	100.000,00
	35/2015	Criação e Publicação de História em Quadrinhos	128	20	40.000,00	800.000,00
	36/2015	Estímulo à Leitura em Bibliotecas Municipais	63	10	40.000,00	400.000,00
Multidisciplinar	**37/2015**	Aprimoramento Artístico	124	20	20.000,00	400.000,00
	38/2015	Território das Artes - Mód. 1	79	20	100.000,00	3.500.000,00
		Território das Artes - Mód. 2	62	10	150.000,00	
	39/2015	Artes Integradas I – PJ	126	10	100.000,00	1.000.000,00
	40/2015	Artes Integradas II – PF	223	18	50.000,00	900.000,00
	41/2015	Publicações Culturais - Mód. 1 - PJ	76	10	50.000,00	1.000.000,00
		Publicações Culturais - Mód. 2 - PF	193	20	25.000,00	
Audiovisual	**42/2015**	Desenvolvimento fe Audiovisual (Ações fe Fomento)	74	10	60.000,00	600.000,00
	43/2015	Desenvolvimento fe Roteiro fe Longa-Metragem	271	15	80.000,00	1.200.000,00
	44/2015	Obra Seriada - Mód. 1	175	5	100.000,00	900.000,00
		Obra Seriada - Mód. 2	63	5	80.000,00	
	45/2015	Finalização fe Longa-Metragem	72	6	250.000,00	1.500.000,00

Audiovisual	**UFDPC**	Edital - Prêmio Estímulo ao Curta-Metragem - 2015	318	14	80.000,00	1.120.000,00
		Programa de Fomento ao Cinema Paulista 2015 - Produção	78	4		2.000.000,00

Programa 1219 - Sistema Paulista de Música

Ação 4479 - Projeto Guri

Promove a inclusão sociocultural de crianças e adolescentes oferecendo educação musical gratuita. O Projeto Guri possui 413 polos distribuídos em 318 municípios do Estado de São Paulo, sendo 308 localizados no Interior e Litoral, 46 na Capital e Grande São Paulo, e 59 localizados dentro das unidades da Fundação CASA. Até o 3º trimestre de 2015, o Projeto Guri atendeu 54.014 alunos, sendo 35.719 alunos no Interior e Litoral, 16.846 na Capital e Grande São Paulo e 1.449 na Fundação CASA. Além do ensino coletivo de música, o Guri desenvolve parcerias e ações de intercâmbio que impulsionam o desenvolvimento pedagógico do Programa.

No momento as parcerias internacionais em vigência são MOVE (*Musicians and Organizers Volunteer Exchange*), *The Sage Gateshead*/British Council (Reino Unido), *Royal Academy of Music* de Londres, Conservatório Nacional Superior de Música e Dança de Paris/Consulado da França e Conservatório de Amsterdan/Ministério da Educação Cultura e Ciência da Holanda/Prefeitura de Amsterdan/Real Concertgebouw/Consulado do Reino dos Países Baixos. Importante mencionar que em 2015 os 12 Grupos de Referência do Interior e Litoral realizaram 74 apresentações, com 13.590 atendimentos, enquanto na Capital e Grande São Paulo os 373 alunos que integram os nove Grupos Infanto-Juvenis e o Coral de Familiares participaram de 37 apresentações em importantes espaços culturais da cidade alcançando um número 7.710 de público presente. O Projeto Guri participou de dois shows em Comemoração aos 40 anos de carreira da cantora Leci Brandão, nas cidades de Jundiaí e São Paulo. O Grupo de Referência que se apresentou nos shows foi o de Jundiaí e também houve a apresentação de 10 adolescentes da Fundação CASA de Pirituba.

Ação 5691 - Tom Jobim Escola de Música do Estado de São Paulo

É caracterizada como instituição de ensino destinada à formação e difusão musical. O foco de seu projeto pedagógico é oferecer formação integral a crianças, jovens e adultos empenhados e comprometidos com o seu desenvolvimento artístico e humano. A Escola também proporciona aperfeiçoamento a músicos que já completaram sua formação e que queiram aprofundar seus conhecimentos em áreas específicas. Na área de *performance*, os projetos da Escola tem a responsabilidade de formação pedagógica integrada às atividades artísticas oferecidas. Em 2015, a EMESP possui 1.327 alunos matriculados gratuitamente na Formação Continuada e Avançada, com seis horas de aulas semanais; e nos Cursos Livres, com duas horas de aulas semanais. Foram realizadas até o terceiro trimestre de 2015, 24 *masterclasses* e *workshops*, com 760 atendimentos e 19 concertos, shows e audições para um público de 1.595 pessoas. Professores de outros países, convidados, realizaram atividades para 48 alunos. A Escola é também residência de grupos musicais formados por alunos da instituição: Orquestra Jovem do Estado, Orquestra Jovem Tom Jobim, Banda Sinfônica Jovem do Estado e o Coral Jovem do Estado. Estas formações realizaram 28 apresentações até o terceiro trimestre de 2015, contabilizando a participação de 18.704 pessoas. A Orquestra Jovem do Estado realizou, ainda, apresentações internacionais no Festival do Kennedy Center, em Washington, EUA, e com Lincoln Center e Juilliard School, em Nova Iorque, EUA.

Ação 5692 - Conservatórios - Conservatório de Tatuí

É a maior escola gratuita de ensino musical da América Latina, responsável pela formação de instrumentistas, lutiês e atores. O Conservatório atende aproximadamente 2.220 alunos, divididos entre os 50 cursos oferecidos na unidade de Tatuí e outros 15 cursos no polo de São José do Rio Pardo. A grade curricular é complementada por atividades extracurriculares por meio de *workshops*, *masterclasses*, palestras, festivais, encontros, concertos e espetáculos. Os eventos realizados pelo Conservatório atenderam, até o terceiro trimestre de 2015, um público de 40.000 pessoas. São exemplos de ações a Série Concursos, a Semana de Música de Câmara e Prática de Conjunto e as Mostras Internas, ambas focadas no desenvolvimento dos alunos junto a conjuntos das mais variadas naturezas, com predominância de orquestras, cameratas, bandas, *ensembles*, coros e outras formações vocais e instrumentais, inclusive abrangendo o Teatro, através da Cia de Teatro do Conservatório de Tatuí, corpo estável que reúne profissionais e alunos avançados do Curso de Teatro Adulto ora ministrado na Instituição.

Programas Realizados pelas Fundações

Programa 1206 - Rádios, Tvs Educativas e Novas Mídias

A Fundação Padre Anchieta – Centro Paulista de Rádio e TV Educativas, criada pelo governo do Estado de São Paulo com a finalidade de promover atividades de cunho educativo e cultural vem contribuindo permanentemente na transformação do país através de sua singular programação, pautada sempre na ética e nos valores morais. O ano de 2015 começou com perspectivas negativas e limitações econômico-financeiras. A FPA se reeducou financeiramente, conseguindo assim promover todas suas ações pertinentes à execução de seu programa de trabalho.

Na área administrativa, passamos por um período de estruturação de nosso planejamento financeiro, dimensionando nossas receitas com as despesas. Cumprimos todas as determinações do Governo Estadual de São Paulo nº 61.131 e 61.132, de 25 de fevereiro de 2015, categorizamos e qualificamos nossos gastos, economizando em várias frentes, como redução do custo de pessoal e revisão dos contratos de serviços continuados (serviços de limpeza, jardinagem, segurança, vigilância, locomoção, informática, assessorias, consultorias etc.), e redimensionamos a utilização de equipamentos com a utilização de estruturas mais enxutas de profissionais em todas as áreas.

Nossa produção de TV reformulou os programas *Manos e Minas*, *Cultura Livre* e *Ensaio*, que passaram a ser gravados no Teatro Franco Zampari. Estreamos o programa semanal *Persona em Foco* e as pílulas do *Minuto Ambiental*. Para os programas de grade (*JC*, *Cartão Verde*, *Roda Viva*, *Metrópolis*, *Cultura Mundo*, *Ensaio*, *Manos e Minas*, *Cultura Livre*, *Sr. Brasil*, *Quintal da Cultura* etc) foram produzidos mais de 1000 conteúdos inéditos. Produzimos 15 novos quadros para o programa *Quintal da Cultura*, entre eles *Propaganda no Quintal*, *Bruxotéia e Corcovico*, *Rap da Minhoca* e *Vovovico e Vovotéia*. A grande aposta foram projetos e formatos das novas atrações de grade para a programação de 2016. Foram apresentados ao mercado publicitário 12(doze) novos programas (pilotos e promos), produzidos de forma integral por equipes internas da FPA.

A TV Cultura, principal veículo da Fundação Padre Anchieta, exibiu cerca de 8.200 horas de programação, dos quais quase 1.700 horas foram de produções inéditas, com 70% de produção interna. O canal TV Rá Tim Bum! - concebido na primeira gestão do atual presidente da TV Cultura, Marcos Mendonça - comemorou 11 anos no ar em 2015. Dedicado à programação infantil e credenciado pela ANCINE como canal brasileiro de espaço qualificado, neste ano ampliou novamente o número de assinantes, para 12,8 milhões em dezembro de 2015. Já o canal digital 6.2 da multiprogramação da TV Cultura, UNIVESP TV, exibiu conteúdos específicos, com o objetivo de apoiar o aprendizado dos alunos de cursos regulares de graduação e pós-graduação. A grande aposta continua sendo o canal Multicultura Educativo – MCE, dirigido ao apoio a professores, pais e alunos do ensino fundamental, uma proposta inovadora da gestão. A força dessa investida iniciou-se em 2014, com o acordo de cooperação firmado entre Fundação Roberto Marinho, Organização Globo e Fundação Padre Anchieta, e em 22 de junho de 2015 consolidou-se um convênio entre Secretaria de Estado da Educação de São Paulo e a FPA, assegurando assim o novo ciclo da Educação na TV.

A Rádio Cultura Brasil segue como uma das mais representativas emissoras de música popular brasileira do país. Em 2015, recuperamos programas especiais, como *A voz popular*, e séries de documentários sobre Noel Rosa, Dorival Caymmi e Vinicius de Moraes, e produzimos especiais destacando os 25 anos da Orquestra Jazz Sinfônica e o centenário de Orlando Silva. Entre as estreias, destaque para o *Brasis*, programa diário de música regional, e *Cultura Brasil – ao vivo*, show de música popular produzido pela emissora no Teatro Franco Zampari, com transmissão simultânea pela Internet. O lançamento, em dezembro, foi com a cantora Fafá de Belém.

Em 2015, a Rádio Cultura FM desenvolveu novos projetos e apresentou programações especiais. O núcleo de colaboradores foi reforçado com a contratação do violinista Emmanuel Baldini, spalla da Osesp, que estreou o elogiado programa *Contrastes*. Por meio da parceria com a EBU – União Europeia de Rádio e TV, foram exibidas centenas de concertos recentes gravados nas maiores casas do mundo. Além disso, a parceria também viabilizou a transmissão de importantes apresentações como da Orquestra Sinfônica do Concertgebouw de Amsterdã e da Orquestra Filarmônica de Viena. A parceria com a EBU ainda permitiu outra série de transmissões exclusivas do Festival de Verão de Lucerna, um dos mais importantes da Europa. Outra parceria internacional foi com o Metropolitan Opera.

O ano ainda foi coroado com uma premiação: o programa *Cultura Agora*, da jornalista Cirley Ribeiro, conquistou o Prêmio APCA na categoria Rádio.

O Núcleo de Educação da Fundação Padre Anchieta, em 2015, atendeu projetos ligados a secretarias estaduais, fundações e instituições. Destacamos a continuidade da série *Núcleo de Vídeo* (SEE/FDE), para a qual, durante o período de janeiro a junho, foram produzidos

programas (duração de 15 minutos, em média) direcionados ao currículo de Ciências do 6º ano do Ensino Fundamental, e realizou a hospedagem da plataforma de cursos EaD e a manutenção dos 10 cursos do Banco do Povo Paulista (SERT), dois jogos da Escola do Empreendedor e dois módulos do curso da Escola do Microcrédito Produtivo com atendimento aos cursistas e suporte técnico, em ambiente on-line. Para o canal digital aberto MCE-TV Multicultura Educação foi produzido um programa piloto com duração de 38 minutos, com foco em um dos conteúdos do currículo escolar do Estado de São Paulo.

A rede da TV Cultura caminha a passos largos, estabelecendo parcerias com emissoras de TV regionais para retransmissão não onerosa de sua programação, proporcionando a ampliação do alcance da emissora de 80 afiliadas em 2014 para 90 em 2015. Hoje, a emissora chega às cinco regiões do país, presente em 24 estados, somando ainda a 1.900 municípios. O avanço é considerável, pois a programação pode ser assistida por cerca de 122 milhões de pessoas, graças aos acordos de parcerias firmados pelo nosso setor de Rede.

Os investimentos em infraestruturas com recursos públicos foram congelados. Neste momento, reavaliamos nossas metas e priorizamos nossos projetos, cujos resultados nos atendessem de maneira útil e duradoura. Priorizamos parte de nossa expansão, garantimos a continuidade da modernização e promovemos parte da manutenção de infraestrutura. Desta forma, acreditamos que harmonizamos a orientação estratégica de Governo à realidade econômica-financeira do país.

Programa 1221 - Integração das Culturas Latino Americanas

Este programa refere-se às atividades desempenhadas pela Fundação Memorial da América Latina no intuito de promover a discussão das questões atinentes à integração do continente, apresentando as diferentes manifestações culturais.

Ação 4043 - Promoção de Atividades Culturais

Sem o Auditório Simon Bolívar, em reforma devido Ao incêndio que o destruiu, a Fundação Memorial da América Latina manteve sua extensa programação de eventos, dos quais destacamos: Comemoração ao Aniversário da Cidade de São Paulo com a tradicional Lavagem da Mão de autoria de Oscar Niemeyer; projetos musicais Chorinho no Memorial, Roda de Samba no Memorial e MPB no Memorial; a Festa de Alasitas e Festa Nacional da Bolívia, tradicionais eventos da comunidade boliviana em São Paulo; o show da cantora Gaby Amarantos e a exposição Vinte e Cinco + 1, em comemoração aos 26 anos de Fundação do Memorial da América Latina; a exposição permanente do Pavilhão da Criatividade; a 10ª edição do Festival de Cinema Latino-Americano de São Paulo; a 2ª edição do Coala Festival; o Encontro Latino-Americano de Motociclistas; o musical Cazuza, pro Dia Nascer Feliz; a 19ª edição do Cultura Inglesa Festival; as exposições Aos Olhos de Caymmi e 70 anos do fim da Segunda Guerra Mundial; o 3º Soy Latino - Festival Cultural e Gastronômico Latino-Americano; as mostras de artes plásticas na Galeria Marta Traba; o Dia da Cultura Cubana, passeios ciclísticos; o show da Banda Goldfish; a II Feira Antropofágica de Opinião; feiras gastronômicas; a feira de tendências Mercado Mundo Mix; as sessões do Cineclube Latino-Americano e o Ecocine – Festival Internacional de Cinema Ambiental e de Direitos Humanos; o IX Encontro Paulista de Hip Hop; dentre outros.

Ação 5470 - Apoio Técnico Administrativo

Implantação dos Programas de Eficiência Energética e Hídrica; criação do Espaço Gabriel Garcia Marquez; reforma da recepção do prédio administrativo; implantação e padronização das guaritas do estacionamento; manutenção das dependências do prédio administrativo; controle e gerenciamento do restauro do Auditório Simon Bolívar; manutenção das dependências do auditório da Biblioteca; manutenção das dependências da Charutaria; manutenção do sistema preventivo de incêndio e do Anexo dos Congressistas.

Ação 5791 - Centro de Estudos da América Latina

Destaques: Cursos de Extensão Universitária (Re)Pensar a comunicação na América Latina: juventude e transformações da cultura comunicacional contemporânea e Desloca (Migra)

Mentos/Mentes (Cátedra UNESCO Memorial); Programa Educativo do Memorial (atendimento a alunos e visitantes); Serviço de Referência da Biblioteca Latino-Americana (atendimento a consultas e pesquisas); Reestruturação e atualização da BV@L – Biblioteca Virtual da América Latina; Curso de Espanhol, em parceria com o Instituto Cervantes / São Paulo; Publicação do E-book Círculo de Cultura Paulo Freire: arte, mídia e educação; Celebração de Acordo de Cooperação Técnica com a UNESPAR – Universidade Estadual do Paraná; Comemoração do Dia Nacional da Televisão (65 anos da TV Brasileira); 11ª Mostra Internacional do Cinema Negro; Oficina Pequenos reparos em material bibliográfico – Módulo 1; Exposição Têxtil Arpilleras: Bordando à Resistência; Exposição literária e de artes plásticas Imagem e Haicai; Exposição Fotográfica Saltando Muros; Exposição Fotográfica Fragmentos de Gabriel García Márquez por las lentes de jóvenes fotógrafos; Exposição SER Imigrante: o mesmo e o outro; V Fórum Permanente Arte e Cultura da América Latina; Seminário Relações entre o Brasil e o Paraguai: uma parceria em construção; Seminário Identidade Cultural e Patrimônio Linguístico dos Povos Originários da América Latina; I Encontro Sul-Americano de Psicologia Política; Sarau Inclua uma Pessoa com Deficiência em sua Vida!; Premiação do 31º Troféu Angelo Agostini.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

10000 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

----

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**12.146.689.752,00**	**11.875.677.015,74**	**255.013.461,44**	**12.130.690.477,18**	**12.339.686.021,71**
Pessoal e Encargos Sociais	7.861.861.368,00	7.949.224.711,08	4.758.433,14	7.953.983.144,22	8.232.172.523,25
Juros e Encargos da Dívida	0,00	105.000,00	0,00	105.000,00	94.326,15
Outras Despesas Correntes	4.284.828.384,00	3.926.347.304,66	250.255.028,30	4.176.602.332,96	4.107.419.172,31
Despesas de Capital	**763.927.098,00**	**263.656.480,00**	**76.985.959,08**	**340.642.439,08**	**343.258.513,34**
Investimentos	763.927.098,00	170.868.473,31	76.985.959,08	247.854.432,39	253.313.557,30
Inversões Financeiras	0,00	90.444.956,04	0,00	90.444.956,04	89.944.956,04
Amortização de Dívida	0,00	2.343.050,65	0,00	2.343.050,65	0,00
Despesa Total	**12.910.616.850,00**	**12.139.333.495,74**	**331.999.420,52**	**12.471.332.916,26**	**12.682.944.535,05**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

10000 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0000 - Encargos Sociais	**1.800.000,00**	**1.000.000,00**	**0,00**	**1.000.000,00**	**836.603,07**
Despesas Correntes	1.800.000,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	836.603,07
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0100 - Apoio Administrativo	**2.348.947.475,00**	**2.663.096.976,94**	**100.588.161,10**	**2.763.685.138,04**	**2.663.753.334,30**
Despesas Correntes	2.348.947.085,00	2.646.421.057,27	97.658.259,43	2.744.079.316,70	2.641.497.378,09
Despesas de Capital	390,00	16.675.919,67	2.929.901,67	19.605.821,34	22.255.956,21
0102 - Obrigações Previdenciárias em Complementação	**13.744.275,00**	**14.568.017,12**	**0,00**	**14.568.017,12**	**14.481.038,66**
Despesas Correntes	13.744.275,00	14.568.017,12	0,00	14.568.017,12	14.481.038,66
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1015 - Fortalecimento da Competitividade Territorial e Regional	**5.510.902,00**	**10.282.912,70**	**377.253,16**	**10.660.165,86**	**9.666.292,11**
Despesas Correntes	3.510.902,00	5.586.871,70	20.033,24	5.606.904,94	2.028.950,15
Despesas de Capital	2.000.000,00	4.696.041,00	357.219,92	5.053.260,92	7.637.341,96
1021 - Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico do Estado de São Paulo	**191.860.263,00**	**193.981.995,36**	**3.169.813,11**	**197.151.808,47**	**188.373.779,46**
Despesas Correntes	181.100.745,00	187.315.325,95	134.016,54	187.449.342,49	175.604.417,77
Despesas de Capital	10.759.518,00	6.666.669,41	3.035.796,57	9.702.465,98	12.769.361,69
1024 - Ensino Público Técnico	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**470.089,24**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	470.089,24

1026 - Gestão da Política de Desenvolvimento, Ciência, Tecnológica e Inovação	**14.000.000,00**	**16.200.000,00**	**0,00**	**16.200.000,00**	**20.070.000,00**
Despesas Correntes	14.000.000,00	16.200.000,00	0,00	16.200.000,00	16.200.000,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	3.870.000,00
1027 - Inovação para a Competitividade	**22.636.037,00**	**14.509.978,50**	**0,00**	**14.509.978,50**	**19.095.950,37**
Despesas Correntes	16.636.027,00	11.827.588,86	0,00	11.827.588,86	13.513.553,33
Despesas de Capital	6.000.010,00	2.682.389,64	0,00	2.682.389,64	5.582.397,04
1033 - Criação de Competências Tecnológicas e Estratégicas	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**118.600,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	118.600,00
1038 - Fomento ao Ensino Profissionalizante	**138.276.218,00**	**51.352.603,63**	**0,00**	**51.352.603,63**	**48.336.919,43**
Despesas Correntes	138.276.218,00	51.352.603,63	0,00	51.352.603,63	48.336.919,43
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1039 - Programa Estadual de Educação Profissional e Tecnológica	**2.123.189.168,00**	**1.833.599.649,46**	**60.093.694,29**	**1.893.693.343,75**	**1.942.585.768,06**
Despesas Correntes	1.844.122.048,00	1.802.893.335,00	13.519.429,25	1.816.412.764,25	1.863.817.876,83
Despesas de Capital	279.067.120,00	30.706.314,46	46.574.265,04	77.280.579,50	78.767.891,23
1040 - Via Rápida Empresa	**99.716.966,00**	**53.673.645,25**	**384.269,71**	**54.057.914,96**	**54.166.803,72**
Despesas Correntes	96.716.966,00	50.494.245,72	104.089,71	50.598.335,43	50.928.362,19
Despesas de Capital	3.000.000,00	3.179.399,53	280.180,00	3.459.579,53	3.238.441,53
1042 - Assistência Médica, Hospitalar e Ambulatorial em Hospitais Universitários	**1.221.323.151,00**	**1.112.671.954,24**	**22.957.115,06**	**1.135.629.069,30**	**1.156.457.248,54**
Despesas Correntes	1.196.156.361,00	1.107.793.975,98	21.725.809,26	1.129.519.785,24	1.144.458.388,48
Despesas de Capital	25.166.790,00	4.877.978,26	1.231.305,80	6.109.284,06	11.998.860,06
1043 - Ensino Público Superior	**5.513.010.954,00**	**4.867.242.273,88**	**70.426.384,95**	**4.937.668.658,83**	**5.207.592.598,43**
Despesas Correntes	5.098.907.524,00	4.767.902.989,85	47.849.094,87	4.815.752.084,72	5.108.051.619,28
Despesas de Capital	414.103.430,00	99.339.284,03	22.577.290,08	121.916.574,11	99.540.979,15
1044 - Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia	**1.211.900.980,00**	**1.302.812.748,72**	**74.000.000,00**	**1.376.812.748,72**	**1.352.666.379,61**
Despesas Correntes	1.188.071.160,00	1.208.743.786,53	74.000.000,00	1.282.743.786,53	1.256.416.862,19
Despesas de Capital	23.829.820,00	94.068.962,19	0,00	94.068.962,19	96.249.517,42
2305 - Fomento ao Trabalho Artesanal	**4.358.932,00**	**3.362.320,85**	**2.729,14**	**3.365.049,99**	**3.312.239,59**
Despesas Correntes	4.358.912,00	3.362.320,85	2.729,14	3.365.049,99	3.312.239,59
Despesas de Capital	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4407 - Tecnologia da Informação e Comunicação para Excelência da Gestão	**341.529,00**	**978.419,09**	**0,00**	**978.419,09**	**960.890,46**
Despesas Correntes	341.529,00	214.897,28	0,00	214.897,28	201.812,65
Despesas de Capital	0,00	763.521,81	0,00	763.521,81	759.077,81
Despesa Total	**12.910.616.850,00**	**12.139.333.495,74**	**331.999.420,52**	**12.471.332.916,26**	**12.682.944.535,05**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Este relatório gerencial individualizado contém dados e informações sobre os programas de governo executados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência Tecnologia e Inovação, na conformidade das disposições da Lei Orçamentária Anual de 2015 (Lei nº 15.646, de 23 de dezembro de 2014), incluindo:

- demonstrativos financeiros que contêm o valor da dotação inicial de cada programa, bem como valor empenhado, liquidado e pago + pago de restos a pagar.

- relatórios gerenciais que contêm a descrição resumida de cada programa, suas principais ações, bem como o órgão da Secretaria ou a entidade vinculada responsável por sua execução.

Os programas executados em 2015 pela Secretaria e por suas entidades vinculadas foram os seguintes:

- **1015 Fortalecimento da Competitividade Territorial e Regional;**
- **1021 Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico do Estado de São Paulo;**
- **1026 Gestão da Política de Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação;**
- **1027 Inovação para a Competitividade;**
- **1038 Fomento ao Ensino Profissionalizante;**
- **1039 Programa Estadual de Educação Profissional e Tecnológica;**
- **1040 Via Rápida Empresa;**
- **1041 Promoção e Desenvolvimento do Ensino Superior;**
- **1042 Assistência Médica, Hospitalar e Ambulatorial em Hospitais;**
- **1043 Ensino Público Superior;**
- **1044 Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia;**
- **2305 Fomento ao Trabalho Artesanal;**
- **2826 Comunicação Social;**
- **4407 Tecnologia da Informação e Comunicação para Excelência da Gestão**

Constituem campo funcional da Secretaria (**I**) a formulação, a implantação e a coordenação da execução de políticas públicas voltadas à promoção da inovação tecnológica e à garantia do crescimento econômico sustentável do Estado; (**II**) a proposição de políticas e diretrizes para o ensino superior, em todos os seus níveis; (**III**) a coordenação e a implementação de ações de competência do Estado com vista à formação de recursos humanos no âmbito do ensino superior; (**IV**) o intercâmbio de informações e a colaboração técnica com instituições públicas e privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais; (**V**) o desenvolvimento e a implementação de sistemas de informações destinadas a orientar as instituições de ensino médio diante das dificuldades encontradas pelos alunos nos cursos de formação universitária; e (**VI**) o fomento ao artesanato no Estado.

Estrutura Básica

Subsecretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação - SCTI: coordena as ações de estímulo às atividades de ciência, tecnologia e inovação - CT&I no Estado. Promove a aproximação do setor produtivo com os centros de conhecimento e mantém diálogo permanente junto à comunidade científica para criar ambientes favoráveis ao desenvolvimento de novos estudos e projetos acadêmicos. É responsável pelos Programas 1026 – Assistência e Apoio ao Investidor e 1027 – Inovação para a Competitividade.

Subsecretaria de Empreendedorismo e da Micro e Pequena Empresa – SEMPE: promove ações direcionadas ao desenvolvimento do empreendedorismo, em especial por meio de iniciativas dirigidas às microempresas e empresas de pequeno porte, estabelecendo parcerias com órgãos públicos e privados, visando à agilização de procedimentos de instalação, regularização, recuperação e crescimento de microempresas e empresas de pequeno porte. É responsável pelo Programa 1040 – Via Rápida Empresa.

Subsecretaria do Trabalho Artesanal nas Comunidades – SUTACO: tem como atribuições realizar, no âmbito do Programa do Artesanato Brasileiro - PAB, a coordenação estadual do artesanato; fomentar o artesanato como atividade econômica estratégica para geração de renda e desenvolvimento regional e como ferramenta de inclusão social e adotar as medidas necessárias à valorização do artesanato paulista. Não lhe foram destinados recursos no orçamento de 2014 porque a Subsecretaria será implantada a partir da desativação gradativa da Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades – SUTACO (art. 4º, Decreto nº 59.553/13).

Coordenadoria de Desenvolvimento Regional e Territorial - CDRT: promove ações voltadas ao desenvolvimento homogêneo do Estado São Paulo; à identificação e potencialização das vocações regionais e ao incentivo do empreendedorismo, especialmente por meio de ações coletivas voltadas ao desenvolvimento sustentável. É responsável pelo Programa 1015 – Fortalecimento da Competitividade Territorial e Regional.

Coordenadoria de Ensino Técnico, Tecnológico e Profissionalizante - CETTP: promove ações voltadas ao aprimoramento e à expansão do ensino técnico, tecnológico e profissionalizante no Estado de São Paulo, além de propor políticas de execução de programas, ações e projetos relativos à formação de profissionais de nível médio. É responsável pelo Programa 1038 – Fomento ao Ensino Profissionalizante.
Coordenação de Ensino Superior - CES: promove ações voltadas ao aprimoramento e à expansão do ensino superior no Estado de São Paulo; sugere políticas e executa programas voltados à formação de profissionais qualificados, de modo a contemplar as necessidades da população e as demandas do mercado de trabalho; realiza e fomenta a elaboração de estudos e diagnósticos no campo do ensino superior; mantém diálogo permanente com a comunidade científica, visando a um desenvolvimento articulado do ensino superior no Estado; apoia programas, projetos e ações voltados à melhoria do ensino superior no âmbito do Estado. É responsável pelo Programa 1041-Promoção e Desenvolvimento do Ensino Superior.

Órgãos Vinculados

Instituições de Ensino Superior:

- **Universidade de São Paulo - USP;**
- **Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP;**
- **Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP;**
- **Faculdade de Medicina de Marília – FAMEMA;**
- **Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto – FAMERP;**
- **Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo – UNIVESP.**

Trata-se de Autarquias de Regime Especial, exceto a Fundação, que executam os Programas 1039- Programa Estadual de Educação Profissional e Tecnológico; 1041 – Promoção e Desenvolvimento do Ensino Superior; 1042 - Assistência Medica Hospitalar e Ambulatorial em Hospitais; 1043 – Ensino Público Superior.

Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS: é uma autarquia de regime especial de reconhecida excelência na formação de recursos humanos qualificados, oferecendo ensino técnico e graduação tecnológica gratuitos, passou a ser parte fundamental da estratégia de desenvolvimento do Estado. Direcionando a instalação de novas unidades e a expansão das existentes às vocações econômicas regionais, em parceria com as prefeituras e o setor produtivo, as Escolas Técnicas (ETECS) e Faculdades de Tecnologia (FATECS) garantem excelente mão de obra, além de ser importante instrumento de inclusão social. Executa, em conjunto com outras instituições de ensino superior (USP, UNICAMP e UNESP) o Programa 1039 – Programa Estadual de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares – IPEN: é uma autarquia estadual gerida técnica e administrativamente pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Também está associado à Universidade de São Paulo (USP) para fins de ensino e pós-graduação. O IPEN caracteriza-se pela multidisciplinaridade das atividades que desenvolve nas áreas de saúde, meio ambiente, aplicações de técnicas nucleares, materiais, segurança radiológica, reatores nucleares e fontes alternativas de energia. O Instituto não é contemplado no orçamento estadual porque recebe recursos da União.

Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP: órgão que pertencia a Secretaria Estadual da Fazenda e foi transferido para a Pasta em 2011. Em 2012, pela Lei Complementar nº 1.187, de 28 de setembro de 2012, foi transformada em autarquia de regime especial. Tem a finalidade de exercer as funções de execução e administração dos serviços de registros públicos de empresas mercantis e atividades afins. Colabora com as políticas públicas de desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo. Executa, juntamente com a Subsecretaria de Empreendedorismo e da Micro e Pequena Empresa, o Programa 1040 – Via Rápida Empresa.

Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades – SUTACO – é uma autarquia, fundada em 1970, com a finalidade de integrar a mão de obra dos artesãos no mercado produtivo, oferecendo oportunidades de geração de renda aos artesãos e promovendo o desenvolvimento local de modo economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente responsável. Executa o Programa 2305 – Fomento ao Trabalho Artesanal.

Fundação de Amparo à Pesquisa - FAPESP: constituída na forma de fundação, é uma das principais agências de fomento à pesquisa científica e tecnológica do país. Com um orçamento anual correspondente a 1% do total da receita tributária do Estado, a FAPESP apóia a pesquisa e financia a investigação, o intercâmbio e a divulgação da ciência e da tecnologia produzida em São Paulo. Executa o Programa 1044 – Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia.

Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT: constituído sob a forma de sociedade por ações, atua basicamente em quatro grandes áreas: inovação, pesquisa e desenvolvimento; serviços tecnológicos; desenvolvimento e apoio metrológico; informação e educação em tecnologia. É, hoje, um dos maiores institutos de pesquisas do Brasil, que conta com laboratórios capacitados e equipes de pesquisadores e técnicos altamente qualificados. Atento às necessidades dos setores público e privado, provê soluções e serviços tecnológicos que visam a aumentar a competitividade das empresas e promover a qualidade de vida. Executa o Programa 1021 – Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico do estado de São Paulo.

Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade – Investe São Paulo: entidade de serviço social autônomo de direito privado, executa políticas que contribuam para a atração de novos investimentos nacionais e internacionais para o Estado de São Paulo, com o propósito de estimular a competitividade da economia, a geração de empregos e a inovação tecnológica. A Investe São Paulo está preparada para receber o investidor e promover a articulação entre os setores públicos e privados e fornecer informações e dados atualizados, com o intuito de auxiliar o empreendedor na busca pelas melhores oportunidades de negócios no Estado.

Programa 1015 - Fortalecimento da Competitividade Territorial e Regional

Programa Estadual de Fomento ao Desenvolvimento Regional: é um instrumento de estratégia regional, que tem como objetivo tem como objetivo apoiar ações e projetos voltados ao fomento do desenvolvimento regional do Estado, por meio de políticas públicas estruturadas com as governanças regionais, facilitando a geração e a disseminação de informações sobre a realidade social e econômica no estado de São Paulo.

Processo	Assunto	Valor R$ 2015	Valor R$ 2016
SDECT 319/15	Prestação de Serviço de Locação, Montagem e Desmontagem de Estruturas Diversas e Equipamentos, Destinados a Atividades de Fomento ao Desenvolvimento Regional, Tecnológico e Inovador do Estado de SP.	2.500.000,00	2.500.000,00

A ação prevê investimentos do aporte estadual em projetos de influência regional, que tenham foco na melhoria da competitividade da economia local e na geração de emprego e renda para a população.

Programa Estadual de Fomento aos Arranjos Produtivos Locais - APLs: em 2015 não foram financiados projetos.

Programa de Fortalecimento da Competitividade das Empresas Localizadas em Arranjos Produtivos Locais do Estado de São Paulo - Programa do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID): A UGE 100113 refere-se ao **Contrato de Empréstimo 1911-OC/BR**, celebrado entre o Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, para cooperar na execução do Programa de Fortalecimento da Competitividade das Empresas Localizadas em Arranjos Produtivos Locais do Estado de São Paulo, que consiste em aumentar a competitividade de empresas de APLs do Estado de São Paulo, incrementando a coordenação empresarial e institucional para adoção de práticas competitivas por tais empresas. Sendo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação o órgão Executor do Programa.

Considerando que, o principal objetivo da SDECTI, no desempenho do seu papel de definidora de políticas de Estado de desenvolvimento e de articuladora dos agentes estaduais e locais que de alguma forma tenham impacto sobre o dinamismo econômico, local ou territorialmente, é

aprimorar a metodologia específica contida no Programa para atuação efetiva e coordenada nos APLs. O papel do Estado de São Paulo, nesse sentido, é o de fomentar o desenvolvimento de diferentes e importantes cadeias produtivas aqui presentes, contribuindo para coordenação de uma política industrial descentralizada que siga as tendências mundiais, aplicando metodologias com eficácia internacionalmente comprovadas de desenvolvimento de APLs, além de articular os agentes locais e estaduais para uma atuação dirigida e harmônica.
Atualmente o Programa encontra-se na fase de execução do Componente 3, mais especificamente, na Implementação dos Planos Melhoria da Competitividade. Cabe ao Estado de São Paulo, através da Secretaria implementar as ações horizontais no intuito de desenvolver as Instituições Locais com ações voltadas ao atendimento tecnológico, inovação, capacitação, assessoramento, criando assim, um ambiente favorável para o desenvolvimento e aprimoramento das empresas localizadas nos Arranjos Produtivos Locais contemplados pelo Programa.
No ano de 2015 foram executadas as seguintes ações:

Convênios não preveem repasses de recursos, é responsabilidade da SDECTI fazer a aquisição de equipamentos/serviços/consultorias previstas no plano de trabalho.

Convênios firmados em 2015:

1) **Processo SDECT n.º 38/2014** – Partícipe: Fundação Instituto Pólo Avançado da Saúde de Ribeirão Preto - FIPASE – Objeto: Expansão do Centro Tecnológico do APL de Equipamentos Médicos Odontológico de Ribeirão Preto – Valor: R$ 2.077.420,00– Participação do Estado: R$ 2.077.420,00.
2) **Processo SDECT n.º 83/2015** – Partícipe: Centro para Competitividade e Inovação do Cone Leste Paulista – Objeto: Melhoria na sala de capacitação e upgrade no ambiente de testes de sistemas críticos junto ao APL de TIC de São José dos Campos– Valor: R$ 1.163.760,09 – Participação do Estado: R$ 1.163.760,09
3) **Processo SDECT n.º 120/15** – Partícipe: Centro Paula Souza – Objeto: Implantação do Laboratório de criatividade e inovação para as empresas do setor calçadista do APL de Jau.– Valor: R$ 628.750,00 – Participação do Estado: R$ 628.750,00.
4) **Processo SDECT n.º 83/15** – Partícipe: Centro Paula Souza – Objeto: Implantação de do laboratório de suporte técnico para suporte tecnológico das empresas do setor de metal mecânico do APL de Sertãozinho.– Valor: R$ 870.000,00 – Participação do Estado: R$ 870.000,00.
5) **Processo SDECT n.º 62/14** – Partícipe: Universidade de São Paulo – Objeto: Implantação Do Centro de Inovação em Infraestrutura - Laboratório de Inovação de Vias Metroferroviárias – Valor: R$ 5.776.606,98– Participação do Estado: R$ 5.776.606,98.

Continuidade na execução dos convênios assinados em 2014:

1) **APL de Móveis de Mirassol**
   Implantação da Central de Consolidação *On Line* - CCO
   Instalação de sistema de coletas programadas, utilizando um único equipamento de transporte para distribuição, reduzindo o lead time da entrega.
   Convênio com o Sindicato da Indústria do Mobiliário de Mirassol (SIMM)
   SDECTI - R$ 280.000,00
   Implantação do Laboratório de Design - LDM
   Estimular a competitividade do arranjo por meio ao acesso de ferramentas de design estratégico.
   Convênio com o Sindicato da Indústria do Mobiliário de Mirassol (SIMM)
   SDECTI - R$ 556.800,00
2) **APL de Têxtil Lar de Ibitinga**
   Implantação do Centro de Capacitação e Requalificação das Indústrias de Bordados de Ibitinga
   Objetivo de promover novas modalidades de formação profissional e técnica, bem como multiplicar o conhecimento produzido pelas experiências desenvolvidas no Arranjo.
   Convênio com a Prefeitura Municipal de Ibitinga
   SDECTI - R$ 911.169,00 Contrapartida - R$ 925.200,00

3) **APL de Calçados Masculinos de Franca**
   Implantação do Instituto Cidade do Calçado
   Dar condições para a construção de um contexto interinstitucional de participação, para que este gerencie e promova subprojetos e outras iniciativas.
   Convênio com o SindiFranca
   SDECTI - R$ 397.150,00
4) **APL de Tecnologia da Informação e Comunicação de São José dos Campos**
   Instalação do Centro de Disseminação do Conhecimento
   Contribuir para o acesso contínuo aos conhecimentos e capacitações necessárias à manutenção dos altos níveis de tecnologia e inovação exigidas pelo setor.
   Convênio com o Centro para a Competitividade e Inovação do Cone Leste Paulista (CECOMPI)
   SDECTI - R$ 2.136.150,00
5) **APL de Calçados Infantis de Birigui**
   Implantação do Laboratório de Criatividade e Inovação de Calçados Infantis
   Potencializar a capacidade criativa, introduzindo o design no cotidiano das empresas por meio ao acesso a ferramentas e metodologia de design.
   Convênio com o Sindicato das Indústrias de Calçados e Vestuário de Birigui (SINBI)
   SDECTI - R$ 685.000,00
6) **APL Aeroespacial e Defesa de São José dos Campos**
   Ampliação do Centro de Design e Manufatura
   Aumentar a capacidade de atendimento às empresas do setor na confecção de protótipos e desenvolvimento de produtos.
   Convênio com o Centro para a Competitividade e Inovação do Cone Leste Paulista (CECOMPI)
   SDECTI - 3.098.100,00
7) **APL Médico Hospitalar e Odontológico de Ribeirão Preto**
   Ampliação do Centro de Desenvolvimento e Inovação Aplicada em Equipamentos Médicos-Hospitalares e Odontológicos - CEDINA
   Proporcionar soluções completas para a realização de testes aplicados a equipamentos médico hospitalares e odontológicos
   Convênio com a Fundação Instituto Polo Avançado da Saúde de Ribeirão Preto (FIPASE)
   SDECTI - R$ 1.618.260,00

Chamada Pública FINEP - MCT/FINEP/Ação Transversal Tecnológica para o Desenvolvimento Social - 01/2009
O projeto em tela tem o objetivo de promover o desenvolvimento territorial sustentável e solidário em áreas urbanas e rurais do Estado de São Paulo, especialmente nos Territórios da Cidadania do Pontal do Paranapanema e Sudoeste Paulista. São 15 (quinze) “Centrais Digitais e Cadeias Produtivas - Agregação de Tecnologia e Desenvolvimento Territorial”.
Até o presente momento, foi viabilizada a reforma dos imóveis e realizado todo um esforço, inclusive por parte das Prefeituras, para que se implantasse 17 telecentros em 16 assentamentos. No ano de 2015, a Secretaria adquiriu boa parte dos equipamentos para implantação do projeto, restando apenas a aquisição dos microcomputadores e mesas para microcomputador para finalização do Projeto.

Programa 1021 - Inovação e Tecnologia para Políticas Públicas, Órgãos Governamentais e Empresas

IPT - Descrição do Programa e das Ações

O IPT trabalha com um programa desdobrado em duas ações, conforme segue:
Programa 1021 – Apoio ao desenvolvimento tecnológico do Estado de São Paulo
Além desse, o IPT também utiliza recursos do **Programa 0000 – Encargos Gerais**, por meio da Ação **4836** – **Pagamento de Precatórios**.

O Programa 1021 objetiva a manutenção da capacidade do IPT em atender às necessidades dos setores público e privado e, prover soluções e serviços tecnológicos que visam aumentar a competitividade das indústrias paulista e brasileira.

Ação 2111 – Modernização para Realização de Pesquisas em C&T&I

Tem o objetivo de dar continuidade à modernização do Instituto com o intuito de oferecer infraestrutura adequada para o apoio às novas demandas de C&T&I das empresas e demais órgãos do Estado de São Paulo.

O uso desses recursos serve para revitalizar e ampliar os laboratórios do IPT, com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços prestados à indústria e desenvolver pesquisa em áreas inovadoras, bem como a melhoria da infraestrutura do campus e a capacitação dos profissionais. Como resultado, tem-se a melhoria das atividades refletindo no desempenho dos produtos e serviços executados pelo Instituto.

No ano de 2015 os recursos da ação supracitada foram utilizados para a modernização dos equipamentos e infraestrutura de 3 (três) laboratórios do IPT, sendo eles:

- Laboratório de Árvores, Madeiras e Móveis – LAMM/CTFLORESTA
- Laboratório de Engenharia Naval e Oceânica – LENO/CTMNE
- Laboratório de Equipamentos Mecânicos e Estruturas – LEME/CTMNE

O indicador da ação 2111 é o "número de laboratórios modernizados".

Ação 5840 – Serviços e Pesquisas em Apoio ao Desenvolvimento

Tem como objetivo manter e melhorar a prestação de serviços tecnológicos e o desenvolvimento de pesquisas realizadas pelo Instituto em apoio ao desenvolvimento das indústrias paulista e nacional. Os serviços e as pesquisas geram relatórios técnicos, relatórios de ensaios, relatórios de medição, certificados de materiais de referência, relatórios de atendimento tecnológico, certificados de calibração e pareceres técnicos.

O indicador da ação 19.572.1021.5840 é "número de documentos técnicos emitidos". Em 2015 o IPT produziu 22.709 relatórios, atendendo a demanda empresas de diversos segmentos da indústria e de serviços, bem como empresas ligadas aos governos (municipal, estadual e federal). A meta era a produção de 27.764 relatórios, que não foi atingida, pois alguns projetos requerem um número maior de documentos a serem entregues ao cliente e, em outros casos, apenas um relatório é suficiente para atender plenamente a demanda.

Quadros de Valores

Programa 1021 – Apoio ao desenvolvimento tecnológico do Estado de São Paulo
Ação 2111 – Modernização para realização de pesquisas em C&T&I

EM REAIS

GRUPO DE DESESA	FONTE DE RECURSOS	VALOR APROVADO NO LOA	VALOR EMPENHADO	VALOR LIQUIDADO	PAGO + PAGO DE RESTOS A PAGAR
INVESTIMENTOS	001-TESOURO DO ESTADO	3.000.000	2.176.607	2.176.607	4.602.670
TOTAL		**3.000.000**	**2.176.607**	**2.176.607**	**4.602.670**

Dados extraídos do SIGEO

Programa 1021 – Apoio ao desenvolvimento tecnológico do Estado de São Paulo
Ação 5840 – Serviços e pesquisas em apoio ao desenvolvimento

EM REAIS

GRUPO DE DESESA	FONTE DE RECURSOS	VALOR APROVADO NO LOA	VALOR EMPENHADO	VALOR LIQUIDADO	PAGO + PAGO DE RESTOS A PAGAR
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	001 - TESOURO DO ESTADO	41.608.001	46.608.001	46.608.001	46.536.800
	004 - RECURSOS PROPRIOS	56.659.000	60.109.000	59.996.698	51.090.305
	PESSOAL E ENCARGOS	98.267.001	106.717.001	106.604.699	97.627.104
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	001 - TESOURO DO ESTADO	19.400.000	15.520.000	15.520.000	14.902.186
	004 - RECURSOS PROPRIOS	58.433.744	70.236.744	63.971.061	61.697.738
	005 - VINCULADOS FEDERAIS	5.000.000	1.814.490	1.303.427	1.377.390
	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	82.833.744	87.571.234	80.794.488	77.977.314
INVESTIMENTOS	004 - RECURSOS PROPRIOS	3.920.000	3.772.356	3.751.095	3.407.207
	005 - VINCULADOS FEDERAIS	3.839.518	3.778.982	3.774.764	4.878.085
	INVESTIMENTOS	7.759.518	7.551.338	7.525.859	8.285.292
TOTAL		**188.860.263**	**201.839.573**	**194.925.046**	**183.889.710**

Dados extraídos do SIGEO

Programa 0000 – Encargos gerais

EM REAIS

GRUPO DE DESESA	FONTE DE RECURSOS	VALOR APROVADO NO LOA	VALOR EMPENHADO	VALOR LIQUIDADO	PAGO + PAGO DE RESTOS A PAGAR
CUSTEIO	004 - RECURSOS PROPRIOS	1.800.000	1.000.000	1.000.000	835.155
TOTAL		**1.800.000**	**1.000.000**	**1.000.000**	**835.155**

Dados extraídos do SIGEO

Ação 4836 – pagamento de precatórios

Programa 1026 - Gestão da Política de Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação

O Programa 1026 tem por objetivo promover ações com foco no desenvolvimento sustentável do território paulista por meio do fomento à produção industrial, à competitividade e à inovação. Em 2015 os serviços prestados pela Investe São Paulo foram os seguintes:

1) Apoio aos potenciais investidores em sua interlocução com órgãos públicos, com o objetivo de facilitar o processo de tomada de decisão e de implantação de novos empreendimentos.
2) Apoio ao empreendedor para que ele identifique os melhores locais do Estado para investir, de acordo com as necessidades de sua atividade: mão de obra, infraestrutura, logística, disponibilidade de fornecedores, mercado consumidor, meio ambiente, entre outros fatores.
3) Fornecimento de informações pontuais e estratégicas sobre as melhores condições para se investir no Estado de São Paulo.
4) Articulação com entidades públicas e privadas relevantes para o processo de atração de investimentos:

- instituições públicas nos níveis estadual, municipal e federal;
- instituições privadas, como concessionárias de serviços públicos, associações empresariais, entre outras.

5) Articulação com os municípios visando a:

- identificar oportunidades para atração de novos investimentos;
- apoiar os municípios na atração de empresas;
- identificar entraves à competitividade e propor medidas para superá-los.

Programa 1027 - Inovação para a Competitividade

Ação 1929 – Projetos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCET

Os recursos desta ação são destinados a empréstimos para micro e pequenas empresas, instaladas no Estado de São Paulo e que tenham projetos de inovação tecnológica. Os financiamentos são subsidiados com juros de 6% a.a., e carência de 24 meses. Em 2014 e 2015 não houve operações do Fundo, em razão da transferência da administração do fundo para a Agência de Desenvolvimento Paulista (Desenvolve SP) e em função da tramitação do projeto de lei 213/14 que estabelecerá um subsídio de juros zero para os empréstimos. Esta Ação contou em 2015 com dotação simbólica de R$ 10.

Ação 4394 – Apoio Tecnológico aos Municípios – PATEM

Esta ação tem seus recursos direcionados para prestação de atendimento aos municípios em suas necessidades técnicas locais de situações emergenciais que não possam ser solucionadas pela capacidade funcional e financeira própria. Destina-se principalmente aos pequenos e médios municípios. Em 2015 estavam em andamento, mediante convênios, 15 atendimentos, beneficiando 15 municípios, quais sejam: Capivari, Ituverava, Caraguatatuba, Avaré, Santana de Parnaíba, Mairinque, Ibiúna, São Roque, Rancharia, Regente Feijó, Atibaia, Divinolândia, Monteiro Lobato, Lorena e Águas da Prata. O Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A – IPT é o braço técnico do Patem na realização dos trabalhos solicitados pelos municípios. O valor do apoio da Pasta nos convênios para 2015 foi de R$ 2,4

milhões. Considerando que os desembolsos ocorrem à medida que os serviços são concluídos, não houve tempo hábil para a aplicação de grande parte dos recursos de 2014, pois o saldo empenhado foi anulado no final do exercício, sem possibilidade de inscrição em "restos a pagar". Assim, a maior parte da dotação de 2015 foi usada para honrar os compromissos assumidos nos convênios de 2014.

Ação 5204 – Sistema Paulista de Parques Tecnológicos – SPTec

Os recursos desta ação têm sido direcionados ao apoio à implantação de parques tecnológicos em diversos municípios e também à implantação de Centros de Inovação Tecnológica para localidades que não dispõem dos requisitos necessários para a implantação de um parque tecnológico. Durante a execução orçamentária de 2015 foi dada grande ênfase aos investimentos no Parque Tecnológico do Estado de São Paulo. A SCTI destinou recursos da ordem de R$ 5,6 milhões para transferir a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação para a nova sede, localizada dentro do Parque Tecnológico do Estado de São Paulo. Ainda dentro da Ação 5204 foram contemplados repasses para o Parque Tecnológico de Santos no montante de R$ 1.967.302,64. Os valores liquidados foram: a) Alphagama Vigilância e Segurança Eireli – R$ 1.188.896,46; b) One Linea Telecom Ltda. – R$ 2.600.566,50; c) Gocil Serviços Gerais Ltda. – R$ 971.804,40; d) Incorplan Engenharia Ltda. – R$ 418.087,00; e) Móveis Mareli – R$ 297.000,00; f) Arlete Aparecida Caniato Araújo ME– R$ 7.980,00; g) A. Mimura Comércio e Serviços Ltda. – R$ 7.990,00; h) Arlete Aparecida Caniato Araújo ME – R$ 14.367,60; i) Paulo Fernando Pereira Gervásio Brindes ME – R$ 7.621,00; j) Shop Signs Comunicação Visual Ltda. EPP – R$ 93.000,00; e k) Parque Tecnológico de Santos – R$ 1.967.302,64. O valor liquidado totaliza o montante de R$ 7.574.615,60.

Ação 5285 – Apoio Tecnológico às Micro, Pequenas e Médias Empresas

No âmbito desta ação deu-se continuidade ao contrato celebrado com o IPT em 25 de agosto de 2014 objetivando a prestação de serviços tecnológicos a micro, pequenas e médias empresas paulistas, tais como o **Prumo** - atendimento prestado por unidades móveis que são dotadas de equipamentos laboratoriais, utilizados para solucionar na própria empresa problemas técnicos mais imediatos inerentes ao produto, ao processo ou ao design, sob a condução de técnicos com a prática do chão de fábrica e com acompanhamento do pessoal da empresa; **PROGEX** – atendimento que visa a possibilitar às micro, pequenas e médias empresas adequar seus produtos às exigências formuladas pelo mercado internacional; **GESPRO** – atendimento que visa a possibilitar às micro, pequenas e médias empresas realizarem aperfeiçoamentos na sua gestão de produção; **QUALIMINT** – atendimento tecnológico prestado às empresas que querem aperfeiçoar seus produtos com vistas ao mercado nacional, frente ao processo de globalização do mercado; e **PROLIMP** – atendimento tecnológico prestado às empresas que têm preocupações ambientais e querem incorporá-las em seus produtos, de tal modo que eles apresentem um diferencial em relação aos concorrentes. Em 2015 foi empenhado o valor de R$ 2.300.000,00 para o contrato com o IPT. A dotação inicial desta ação, após contingenciamento de 20%, era de R$ 1.600.000,00, havendo a necessidade de aporte de R$ 700.000,00.

Ação 5849 – Estudos na Área de Inovação e Competitividade

Esta ação tem seus recursos direcionados para execução de estudos e projetos nos temas da área de inovação e competitividade para subsidiar as políticas públicas a serem implantadas bem como as já existentes. Nesta ação foram contemplados com apoio do Estado: **a)** One Linea Telecom Ltda. – R$ 199.433,34; **b)** Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores – R$ 3.470,00; **c)** Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (Programa IPT de Apoio as Prefeituras nas Decisões Relativas à Resíduos Sólidos) – R$ 1.000.000,00; **d)** Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo 00 (Desenvolvimento de Novas Estratégias e Mecanismos de Conservação de Energia Elétrica e Água em Prédios Públicos em Municípios do Vale do Ribeira)– R$ 998.400,00; e, **e)** Companhia Paulista de Obras e Serviços – R$ 183.845,75.
O valor liquidado totaliza o montante de R$ 2.385.149,09.

Ação 5991 – Rede Paulista de Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica

Esta ação não foi contemplada no orçamento de 2015.

Programa 1038 - Fomento ao Ensino Profissionalizante

Coordenadoria de Ensino Técnico, Tecnológico e Profissionalizante - CETTPRO: promove ações voltadas ao aprimoramento e à expansão do ensino técnico, tecnológico e profissionalizante no Estado de São Paulo, além de propor políticas de execução de programas, ações e projetos relativos à formação de profissionais de nível médio. É responsável pelo Programa 1038 – Fomento ao Ensino Profissionalizante.

O Programa tem como objetivo a promoção da capacitação gratuita da população que está em busca de uma oportunidade no mercado de trabalho, bem como o aumento do nível de escolaridade dessa população.

Ação 6130 – "EJA - Mundo do Trabalho"

A ação visa a concepção, planejamento, desenvolvimento, implementação e avaliação de metodologia que envolve múltiplas mídias desenvolvidas, seja no formato de DVD, CD, impresso ou vídeo, com recursos de imagens e interatividade, tendo como objetivo o ensino regular de educação de jovens e adultos, incluindo como eixo articulador o mundo do trabalho.

Existe Termo de Cooperação com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo – SEESP – , que além de expandir as ações nas escolas estaduais que oferecem essa modalidade de de ensino , mais especificamente aquelas que desenvolvem ações dentro do Ciclo II do Ensino Fundamental, ampliou a demanda, investindo na modalidade de ensino semipresencial para a Educação de Jovens e Adultos, visando expandir conhecimento e oportunidades à população paulista. Seguindo essa diretriz, a SDECTI, em parceria com a SEESP, adaptou os materiais didáticos do Ciclo II do Ensino Fundamental, já produzidos para a EJA – Mundo do Trabalho, a fim de que sejam utilizados nos Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos – CEEJA´S, na modalidade semipresencial. De forma semelhante, está finalizando a produção de material didático específico para o ensino médio (previsão de entrega em Março de 2015).

Para atender essa demanda, foi acordado o repasse de R$27.000.000,00, dos quais já houve o repasse de R$15.000.000,00 (quinze milhões), restando pendente outros R$12.000.000,00 (doze milhões).

Outrossim, foram atendidos cerca de 130.000 alunos, não somente pelas ações supracitadas, mas por meio de 60 municípios do Estado de São Paulo com quem a SDECTI possui convênio para adotarem essa metodologia.

Ação 6126 - "Via Rápida"

É uma ação de qualificação profissional básica que visa habilitar trabalhadores a exercer seus direitos ao trabalho e à cidadania, além de prepará-los melhor para a busca de uma oportunidade no mercado de trabalho.

O Decreto nº 59.773, de 19 de novembro de 2013, que dispõe sobre a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, da qual a Coordenadoria de Ensino Técnico Tecnológico e Profissionalizante atua na execução de políticas públicas direcionadas à promoção do crescimento econômico a fim de gerar renda e trabalho, de reduzir as desigualdades regionais, de fomentar e apoiar a realização de planos para o desenvolvimento sustentável, de atrair investimentos, de aumentar competitividade da economia paulista e, primordialmente, de desenvolver, qualificar e expandir o ensino técnico, tecnológico e profissionalizante, de modo a atender as necessidades da população e das demandas do mercado de cada Região do Estado de São Paulo.

Considerando o desenvolvimento da qualificação profissional do Estado de São Paulo, o Governo do Estado criou, em 2011, o Programa Via Rápida, nos termos do Decreto nº 57.133, de 14 de julho de 2011, cujo objetivo é preparar a população que está em busca de uma oportunidade no mercado de trabalho, bem como habilitá-la ao exercício dos seus direitos à cidadania, aumentando a probabilidade de obter ocupação e auferir renda.

O programa atenderá os inscritos a partir de 16 anos, alfabetizados e domiciliados no Estado de São Paulo, ademais, o interessado para se inscrever a um dos cursos do Programa deverá preencher os requisitos legais. A Coordenadoria de Ensino Técnico, Tecnológico e Profissionalizante, por meio da Lei nº 16.079/15, criou modalidades para o Programa Via Rápida: Via Rápida Emprego, Via Rápida Econômico, Via Rápida Expresso e Via Rápida 18 voltados para públicos específicos em situação de vulnerabilidade social: jovens do sexo masculino entre 17 e 18 anos dispensados do Serviço Militar, egressos do sistema penitenciário e reeducandos do regime semiaberto.

Ademais, o Programa objetiva promover o aumento da competitividade da economia paulista mediante a qualificação e formação profissional dos trabalhadores.

Desde sua criação o Programa capacitou 208.354 trabalhadores. Os cursos oferecidos são gratuitos e de qualificação e formação profissional, utilizando metodologias de múltiplas mídias desenvolvidas, seja no formato de DVD, CD, impresso ou vídeo, com recursos de imagens e interatividade, com duração de 1 à 3 meses, de acordo com as exigências didático-pedagógicas de cada ocupação e o perfil de cada candidato, apresentando conteúdos de conhecimentos gerais e específicos, com objetivo de preparar/capacitar/qualificar o trabalhador para as novas exigências do mercado de trabalho.

Em 2015, o Governo do Estado de São Paulo ofertou vagas para 60 municípios e atendeu 5554 matriculados.
O Programa possui unidades fixas que promoveram os seguintes cursos: Ajudante de Laboratório Químico, Alimentador de Linha de Produção, Almoxarife e Estoquista, Assistente Administrativo, Assistente Contábil, Assistente de Logística, Assistente de Recursos Humanos, Bijuterias Artesanais, Corte e Costura, Cuidador de Idosos, Eletricista e Instalador Residencial, Manicure e Pedicuro, Pintor, Produção de Mudas em Viveiros, Soldador e Técnicas de Venda.
Para os demais municípios, os cursos foram executados em unidades móveis, lecionado os seguintes cursos: Aplicação em Acionamento Industrial, Assistente de Cabeleireiro, Barman, *Bartender*, Calibração Básica, Camareiro, Comandos Hidráulicos e Pneumáticos, Corte e Costura, Cozinheiro geral, Eletricista de Automotores, Garçom, Garçom e Garçonete, Instrumentação Básica, Manicure e Pedicuro, Manipulador de Carnes, Manutenção de Válvulas de Controle, Maquiagem, Mecânico Automotivo, Mecânicos de Automóveis, Mecânicos de direção e freios, Mecânico de Motos, Metrologia, Panificação, Redes para Automação Industrial, Refrigeração e Climatização, Sistema de Automação e Controle e Soldador.
A Coordenadoria de Ensino Técnico, Tecnológico e Profissionalizante para abranger o atendimento do Programa a todo o Estado com a máxima eficácia e eficiência executou o Programa em unidades descentralizadas que ofereceram os cursos de: Ajudante de Laboratório Químico, Assistente Administrativo, Assistente Contábil, Assistente de Logística, Assistente de Recursos Humanos, Confeitaria Básica, Corte e Costura, Cuidador de Idosos, Eletricista Instalador Residencial, Encanador, Manicure e Pedicuro, Maquiagem, Montagem e Manutenção de Máquinas Copiadoras, Montagem e Manutenção de Computadores, Panificação, Pedreiro – Assentador de Pisos e Azulejos, Pedreiro – Assentador de Tijolos e Blocos e Pintor.
A meta do Programa Via Rápida é oferecer qualificação profissional para cerca de 70 mil trabalhadores para o ano de 2016.
Visa oferecer cursos gratuitos de qualificação, utilizando metodologias de múltiplas mídias desenvolvidas, seja no formato de DVD, CD, impresso ou vídeo, com recursos de imagens e interatividade, com duração de 1 à 3 meses, apresentando conteúdos de conhecimentos gerais e específicos, com objetivo de preparar/capacitar/qualificar o trabalhador para as novas exigências do mercado de trabalho, a depender da complexidade das ocupações, seja nas unidades fixas do Via Rápida Emprego que foram construídas em regiões estratégicas do Estado de São Paulo, seja através de carretas móveis estruturadas com laboratórios e espaços adequados para a qualificação do trabalhador, seja em unidades escolares do Centro Paula Souza e/ou outras executoras contratadas pela Secretaria.
No 2014 as ações que envolveram qualificação atenderam a aproximadamente 65.912 alunos, em quase todos os Municípios do Estado de São Paulo.
Esta Ação contou ainda com a qualificação básica nos idiomas voltados para as necessidades decorrentes dos eventos internacionais que foram e serão sediados no Brasil em 2014 e 2016, resultando na necessidade de trabalhadores paulistas estarem preparados para dialogar com esse público em inglês e/ou espanhol, ainda que em nível básico.
Para isso, foram realizadas contratações de instituições para prestação de serviços de desenvolvimento de metodologia, implantação de estrutura e aplicação de cursos de idiomas (inglês e espanhol) na modalidade de ensino a distância para a toda população paulista, dirigido a trabalhadores de baixa escolaridade, tendo atingido aproximadamente 20 mil alunos no estado de São Paulo.
Além dos cursos oferecidos foi desenvolvido, no âmbito dessa ação, uma ferramenta de intermediação de mão-de-obra denominada VAGA CERTA. Por intermédio da ferramenta a Secretaria realizará a captação de vagas de emprego no mercado de trabalho e direciona os formandos do Programa Via Rápida Emprego e das ETECs e FATECs para preenchimento dessas vagas.

Programa 1039 - Programa Estadual de Educação Profissional e Tecnológica

O Centro Paula Souza é uma autarquia do Governo do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI).

A instituição administra 219 Escolas Técnicas Estaduais (ETECS) e 65 Faculdades de Tecnologia (FATECS), reunindo mais de 283 mil alunos em cursos técnicos de nível médio e superiores tecnológicos,em mais de 300 municípios.

As ETECS atendem 208 mil estudantes nos Ensinos Técnico, Médio e Técnico Integrado ao Médio, com 137 cursos técnicos para os setores industrial, agropecuário e de serviços, incluindo habilitações na modalidade semipresencial, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e especialização técnica.

Já nas FATECS, mais de 75 mil alunos estão matriculados em 72 cursos de graduação tecnológica, em diversas áreas, como Construção Civil, Mecânica, Informática, Tecnologia da Informação, Turismo, entre outras. Além da graduação, são oferecidos cursos de pós-graduação, atualização tecnológica e extensão.

Informações sobre as ETECS em 2015

Escolas Técnicas Estaduais - ETECS: o Centro Paula Souza (CPS) administra 219 ETECS que oferecem Ensinos Médio,Técnico e Técnico integrado ao Médio para mais de 208 mil matriculados (133.896 alunos no Ensino Técnico, 40.868 no Ensino Integrado e 33.787 no Ensino Médio). Em 2015, considerando os dois processos seletivos, que acontecem semestralmente **,** foram oferecidas 128.946 vagas nos Ensinos Técnico e Médio (essa última modalidade é oferecida apenas no 1º semestre de cada ano). **Ensino Técnico Integrado ao Médio (Etim)** – Para essa modalidade de ensino, em 2015 foram oferecidas 18.906 vagas, o que representa um crescimento de 3.654 vagas em relação ao mesmo período ao ano anterior. **Em 2015**, foi implantada **1** ETEC, localizada no município de São Paulo (Itaquera II). Investimento do Estado para esta **unidade:** mais de 34 milhões em obras e cerca R$ 800 mil em mobiliários e equipamentos.

Classes Descentralizadas – (unidades que funcionam com um ou mais cursos, sob a administração de uma Etec) **–** as prefeituras municipais disponibilizam espaços para instalação de salas de aula e laboratórios – Em **2015** foram implantadas **18 novas classes descentralizadas (CDs)** para um universo de **7.309 alunos**, que estão matriculados **em 151 CDs** . Também em **2015**, pela parceria com a Secretaria de Educação do Estado (SEE) e com a Prefeitura da Capital, foram desenvolvidos cursos técnicos em **16 novas escolas estaduais, totalizando 138 EEs** e em **22 Centros Educacionais Unificados (CEUs)**. Este convênio (firmado com a SEE e Prefeitura da Capital) permitiu a abertura de mais 116 mil vagas em cursos técnicos e integrados, entre o 2º semestre de 2009 e o 2º semestre de **2015**.

Programa Vence : Por meio do Programa Vence, outra parceria com a SEE, o CPS estende a oferta do Etim às escolas estaduais. As vagas são oferecidas na rede estadual de duas maneiras. O aluno pode ter as aulas do Ensino Médio em uma escola estadual e as do curso técnico em uma Etec ou ter aulas do Ensino Médio e do curso técnico na mesma escola estadual.

Certificação por competências: Desde o 2º semestre de 2012 o Vestibulinho das Etecs oferece vagas remanescentes de segundo módulo para diversos cursos técnicos. Para concorrer a uma vaga os interessados devem ter concluído o Ensino Médio e ter experiência profissional na área do curso, o que será verificado por uma prova teste e uma prova prática.

Especialização técnica de nível médio: A partir do 2º semestre de 2014, o Vestibulinho das Etecs oferece vagas para diversos cursos desta modalidade de ensino. Em 2015, incluindo os dois processos seletivos semestrais, foram oferecidas 685 vagas, divididas entre 10 cursos de especialização.

Telecurso TEC - Em 2015, o Grupo de Estudo de Educação a Distância / Cetec do CPS ampliou a oferta de cursos técnicos na modalidade de educação a distância que passou a contar com os cursos de Eletrônica, Informática e Ensino Médio, na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), além de Administração, Comércio e Secretariado. Também foram disponibilizados cursos livres no formato MOOC (massive open online courses) de Mercado de Trabalho e Auto Cad, que juntos receberam mais de 7 mil inscritos para fazer os cursos. Neste ano foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação o curso técnico em Guia de Turismo que passará a ser oferecido regularmente a partir do Vestibulinho do 2º semestre de 2016.

Informações sobre as FATECS em 2015

Faculdades de Tecnologia - FATECS: o CPS administra **65 FATECS** que oferecem 72 cursos de graduação, para 75.253 matriculados, no 2º semestre de 2015. Neste ano, foram implantadas duas Fatecs nos municípios de Ribeirão Preto e Santana de Parnaíba. **Em 2015** foram oferecidas 31.010 vagas (esse número inclui os dois processos seletivos semestrais) no Ensino Tecnológico, o que representa um acréscimo de 3.970 novas vagas em relação ao ano anterior.
Educação a distância: implantada no 2º semestre de 2014, neste ano foram oferecidas **3.960 vagas** (esse número inclui os dois processos seletivos semestrais), para o curso de Gestão Empresarial, divididas entre uma das 50 Fatecs credenciadas como polos de EaD. Atualmente mais de 4 mil alunos estão matriculados nesta modalidade de ensino.

Outras informações sobre o CPS em 2015

Convênios Internacionais: Em 2015, foram assinados ***2*** *acordos de cooperação* : *Espanha (Universidade Antonio Nebrija) e Estados Unidos (Techinical College System Of Georgia)* , com objetivo de favorecer a troca de informações, documentação, apoio ao intercâmbio de alunos e professores de Etecs e Fatecs e estas instituições.

Convênios com Empresas : Foram celebrados ***14*** *acordos de cooperação* em 2015: Aoki Sistemas de Informática, Orquestra Filarmônica de Paraisópolis, Prazeres da Mesa, entre outros, com o intuito de estabelecer relações conjuntas, programas de capacitação e treinamento para os alunos das Etecs e Fatecs. *Foram assinados também outros 12 Protocolos de Intenção com intuito de estreitar laços entre o CPS e diversas instituições para convênios futuros. Entre as empresas e instituições estão: ABRADi (Associação Paulista das Agências Digitais), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo e Prefeitura Municipal de Franca.*

Capacitação docente: o programa de melhoria contínua do trabalho docente é organizado por meio de cursos que visam orientar os professores dos ensinos Médio e Técnico em suas práticas pedagógicas para que possam se manter atualizados nas questões metodológicas e técnicas, com o objetivo de oferecer ao aluno a melhor qualidade em seu trabalho. Os cursos modalidade presencial, semipresencial ou totalmente a distância foram oferecidos para mais de 11 mil professores, auxiliares docentes, coordenadores, orientadores educacionais e diretores das Etecs. Também em 2015, mais de 30% do grupo de professores participou dos cursos ofertados. Há uma projeção de 8 mil certificados para os que concluírem cursos dentre os mais de 17 mil inscritos. Nas Fatecs, o número de capacitações entre o corpo técnico foi de 1.696 até outubro.

Agência Inova Paula Souza - A Agência INOVA Paula Souza é responsável por gerir as políticas de inovação da instituição, estimulando parcerias com empresas, órgãos de governo e sociedade, criando oportunidades para que as atividades de ensino e pesquisa contribuam para o desenvolvimento social e econômico do Estado e do País. Quatro importantes ações foram realizadas em 2015: 1) A *Missão da Equipe do Núcleo Executivo da INOVA Paula Souza esteve nos EUA para conhecer as especificidades do Sistema Estadual de Inovação do Estado da Flórida* . Na viagem entre 30 de maio e 12 de junho, uma equipe de 11 pesquisadores do CPS conheceu o programa se enquadra na parceria firmada entre a instituição e a University of Florida. 2) A INOVA teve aprovado projeto na Fapesp no valor de R$107.722,50 para apoio à pesquisa na área de inovação tecnológica: o projeto PAPI INOVA Paula Souza "Fortalecendo a Governança da Agência de Inovação INOVA Paula Souza nas áreas da Propriedade Intelectual, Transferência de Tecnologia, Empreendedorismo & Startups e Inteligência Competitiva para melhor servir ao Sistema Paulista de Inovação". 3) Foi publicado no DO o Regimento Interno da Assessoria de Inovação Tecnológica - INOVA Paula Souza, após aprovação do Conselho Deliberativo do CPS. 4) Foi realizado no dia 24 de setembro o 1º. Encontro Estadual de Agentes Locais de Inovação INOVA Paula Souza, com a presença de cerca de 160 ALIs. No dia 25 de setembro, aconteceu a primeira reunião do Conselho Orientador da INOVA Paula Souza, integrado por 3 conselheiros internos do CPS e membros externos, como Fiesp, Ciesp, Sebrae, SEDECTI e Endeavor.

Programa 1040 - Via Rápida Empresa

Ação 2371 – Apoio à Gestão das Micro e Pequenas Empresas

Em continuidade às atividades iniciadas em 2014 a JUCESP promoveu ações de apoio à Gestão das Micros e Pequenas Empresas conforme abaixo relatado:

- Foram concluídas as fases de especificação funcional, especificação técnica e desenvolvimento do Portal Via Rápida Empresa, funcionalidade abertura de empresas de natureza jurídica LTDA (abertura de forma online), iniciada homologação. A implantação se deu já no 1º trimestre de 2015;
- Operação plena do sistema Via Rápida Empresa – Módulo Estadual de Licenciamento, que integra as atividades do Cadastro Web e Sistema Integrado de Licenciamento-SIL, disponibilizando as licenças estaduais (CETESB, Vigilância Sanitária e Corpo de Bombeiros) para os empreendedores dos 645 municípios do Estado de São Paulo, de forma informatizada integrada, assim como viabilidade e licença de funcionamento municipal para os municípios aderentes ao Programa Via Rápida Empresa. Em 2015 o programa já conta com 100 municípios integrados, um aumento de 56,25% em relação a 2014.

Ação 6132 – Integração para Registro e Legalização de Empresas

A JUCESP – Junta Comercial do Estado de São Paulo foi transformada em autarquia no final de 2012, pela Lei Complementar 1.187, de 28 de setembro. E, neste segundo ano como autarquia, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, foi promovido o alinhamento do trabalho às políticas públicas de desenvolvimento econômico, desburocratização e melhoria do serviço prestado. A mudança permitiu agilidade e mais autonomia em suas ações. A entidade implantou ainda medidas administrativas e fez a reorganização física de diferentes setores, o que garantiu a otimização e redução do tempo no atendimento das demandas apresentadas.

Um importante avanço da JUCESP neste ano foi a consolidação do Módulo Estadual de Licenciamento do Via Rápida Empresa - VRE, desenvolvido em parceria com a Subsecretaria de Empreendedorismo e da Micro e Pequena Empresa, um projeto voltado à desburocratização da atividade comercial. O VRE é uma solução que integra diversos órgãos estaduais, municipais e federais em um único atendimento, que facilita o acesso do cidadão a serviços de pesquisa de viabilidade, registro empresarial, inscrições tributárias e licenciamento de atividades. Para o empreendedor, a medida significa economia de tempo e corte de gastos. O VRE tem como maior benefício o fato de ser totalmente on-line, dispensando a presença física do empreendedor para licenciar atividades de baixo risco nos três órgãos reguladores do Estado.

Todos os 645 municípios paulistas estão integrados ao sistema e podem obter os licenciamentos necessários dos órgãos reguladores do Estado. Existem também 100 municípios conveniados que oferecem a viabilidade prévia e para estes municípios, além do licenciamento estadual, o empresário obtém no mesmo certificado o alvará municipal.

Outro fato relevante é o desenvolvimento do Sistema de Abertura de Empresas on-line. Este sistema possibilitará que uma empresa seja constituída, registrada e licenciada pela internet, sem a necessidade de deslocamentos, impressões e protocolos presenciais. Ele também modernizará todo o fluxo documental interno da Junta Comercial, tornando-o mais ágil e seguro. A implantação da virtualização dos registros da JUCESP pela internet e totalmente online terá a sua primeira etapa entregue no 1ª trimestre de 2015, disponibilizando a todos os cidadãos a abertura (online pela internet) de empresas de natureza jurídica LTDA.

Em 2014, a Junta Comercial arquivou 1.047.463 processos (incluindo MEI – Micro Empreendedor Individual). O dado representa uma redução de 3,37% em comparação ao mesmo período do ano passado, quando 1.013.295 processos foram arquivados. Cabe ressaltar que o tempo para a abertura de empresas foi, em média de 6,0 dias. O tempo médio de espera para o atendimento presencial na sede foi de 16 minutos, representando uma diminuição no tempo de espera em comparação a 2014, que ficou em 17 minutos.

Os números indicam ainda que 169.516 empresas foram constituídas (exceto MEI), sendo que deste total, 121.631 são microempresas e 28.198 são empresas de pequeno porte. Houve o encerramento de outras 77.344 empresas, o que aponta um aumento no número de encerramentos em comparação ao ano anterior, quando foram fechadas 65.843 empresas. Também foram realizadas 800.603 alterações.

Programa 1042 - Assistência Médica, Hospitalar e Ambulatorial em Hospitais Universitários

FAMEMA

Núcleo de Acolhimento

O Núcleo de Acolhimento tem como missão acolher as pessoas contribuindo com o cuidado, de acordo com suas necessidades, interagindo com as diversas áreas da saúde, desenvolve suas atividades focadas nos seguintes valores: Educação; Respeito; Ética; Valorização das Pessoas; Gentileza; Comprometimento; Responsabilidade; Empatia; Compaixão; Dedicação; Paciência e Responsabilidade Social. Prestando um atendimento de excelência visando o bem estar das pessoas com incorporação tecnológica, e o trabalho desenvolvido de forma sustentável.

Ouvidoria: A Ouvidoria FAMEMA busca a aproximação com o usuário/cidadão nas suas angústias e necessidades, apresentando à Instituição as demandas e possibilitando transformá-las em oportunidades de melhoria, além de permitir uma avaliação contínua da qualidade das ações e dos serviços prestados, subsidiando dessa forma a gestão nas tomadas de decisões.

Serviço de Informação ao Cidadão – SIC: A Lei de Acesso à Informação tem por objetivo garantir aos cidadãos o direito às informações públicas, que deverão ser transmitidas de forma transparente e eficaz. Qualquer cidadão pode solicitar aos órgãos públicos o acesso a documentos e informações igualmente públicas, sem precisar de justificativa e com a necessidade de resposta imediata, caso seja possível, ou em um prazo de até 20 dias, prorrogável por outros dez..

Serviço Social: O Serviço Social é uma atividade eminentemente interventiva que, sob a política da saúde, trabalha na perspectiva da assistência integral à população atendida. Para tanto, busca-se uma atuação crítica e competente a fim de que possa reconhecer a condição humana dos sujeitos no processo saúde-doença-cuidado, baseado na atuação em equipe multiprofissional e humanização aos pacientes atendidos.

Psicologia Hospitalar

O serviço realizou 1.418 atendimentos no HC-II e 2.013 no HC-I

A quantidade de atendimentos ambulatoriais realizados foi de: 1.429 na Oncoclínica; 450 de Obesidade Mórbida e 1.243 no Hemocentro.

Serviço de Farmácia Hospitalar

A Assistência Farmacêutica do Complexo FAMEMA desenvolve as atividades de gestão de medicamentos, produtos para saúde, de pessoas e processos de trabalho buscando a promoção do cuidado integral dos pacientes, com foco multiprofissional.

Suas atividades assistenciais se desenvolvem em 03 unidades hospitalares (HC I, II e III) e 02 unidades ambulatoriais (Oncoclínica e Oncohematologia).

As ações de ensino ocorrem no programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde nas áreas Materno Infantil e Saúde Coletiva, disponibilizando duas vagas para Farmacêutico.

Serviço de Fisioterapia

Foram realizados os seguintes procedimentos:

Área requisitante	Pacientes atendidos	Procedimentos terapêuticos
Leito HC I	2.535	37.973
Leito HC II	1.050	13.662
Leito HC III	703	3.001
Atendimentos aos Finais de Semana e Feriados	4.324	5.849
Ambulatório Hemocentro	97	415
Ambulatório de Ginecologia	231*	-

Unidade de Alimentação e Nutrição – UAN

As principais atividades desenvolvidas pela unidade foram:

Refeições servidas: 186.923 dietas gerais adultos; 155.565 dietas especiais adultos; 19.506 dietas gerais infantis; 11.985 dietas especiais infantis; 93.124 dietas enteral adulto; 25.381 dietas

enteral infantil; 239.104 refeições para funcionários, 170.558 refeições para acompanhantes, 51.789 mamadeiras, 19.498 leite humano (envase), 1.144 atendimentos ambulatoriais, 375 orientações de alta, 1.869 avaliações nutricionais;
Ações e atividades desenvolvidas no ano:
Reunião do Colegiado de Gestão nas Unidades Técnicas; Assessoria HRA Participação do Grupo Técnico Regional de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e seus Fatores de Risco – DRS-IX-Marília; Reunião da Equipe de Multiplicadores ISO - Hemocentro. Grupo de Trabalho instituído pela portaria nº 03/2012 da Superintendência para viabilizar e implementar a Campanha do silêncio em todo complexo FAMEMA; Grupo multidisciplinar proposta de Equipe de Referência em Enfermaria – Ala D fundo; Grupo de trabalho para melhorias da equipe multiprofissional da Ala D Frente; Equipe Multiprofissional de Terapia Nutricional Enteral e Parenteral; Equipe Multiprofissional Pediatria e UTI Pediátrica; Comissão Iniciativa Hospital amigo da Criança; Comissão óbito neonatal; Reunião de Equipe Multiprofissional da unidade de produção de cuidados psiquiátricos; Reunião de Equipe Multiprofissional do Ambulatório de Transtornos Alimentares.
Atividades Didáticas da Equipe: Reunião Clínica (nutricionistas e residentes) quinzenal com apresentação/discussão de artigos científicos e casos clínicos, visando atualização e uniformidade de condutas da equipe de Nutrição. (HCI, HCII e HCIII); Instrução de aulas expositivas aos Residentes do 1º ano de Terapia Nutricional Enteral; Instrução de aulas expositivas no curso avançado de Cirurgia Geral; Instrução de aulas expositivas aos Residentes sobre transtornos alimentares; Apresentação de trabalho científico no Simpósio de pós-graduação FAMEMA.
Capacitação Técnica dos Municípios para o Plano Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade e outros fatores de risco. (Participação com o Grupo Técnico de Doenças e Agravos não Transmissíveis- DRS IX); Mesa Redonda sobre Nutrição na Insuficiência Renal para o 2º ano de Medicina e Enfermagem da FAMEMA; Participação em cursos e congressos.
Atividades de Melhoria/Incremento:
Revisão do Manual de Normas Rotinas e Boas Praticas; Elaboração do Manual de Biossegurança da UAN; Atualização de Impressos Clínicos e Administrativos; Lançamento da revisão do Manual de Dietas Hospitalares; Capacitação Técnica Anual com total de 20h público alvo Funcionários da UAN de todo o Complexo FAMEMA; Entrada no escopo da ISSO e certificação da UAN.

Serviço de Processamento de Roupas

O Serviço de Processamento de Roupas é uma unidade de apoio logístico responsável pelo processamento das roupas hospitalares, fornecendo-as em ideais condições de uso, higiene, quantidade, qualidade e conservação, visando o pleno atendimento dos clientes internos e externos da Instituição, proporcionando-lhes conforto, segurança e bem estar.
O processamento das roupas hospitalares abrange todas as etapas pelas quais as roupas passam, desde seu uso até o seu retorno para a reutilização, sendo estas desenvolvidas em áreas distintas.

Serviço de Prontuário do Paciente – SPP
Ao S.P.P. compete o recebimento, a guarda, conservação, disponibilização, organização, controle e arquivo dos prontuários dos pacientes atendidos na FAMEMA, durante o período analisado cadastrou-se 19.281 novos pacientes na Instituição, movimentou-se diariamente em média 7.983 processos de trabalho/dia, representando um aumento na produtividade de 5,14% em relação ao período anterior. O setor de cadastro movimentou em média 827 processos/dia; arquivo 3.368 processos/dia; expedição de prontuários: expedição programada 688 processo/dia, expedição de urgência 137 processos/dia; setor de exames 747 processos/dia; empréstimo de prontuário 112 processos/dia; atendimento a pacientes 143 processos/dia; conferência e montagem de prontuários 1.162 processos/dia e protocolo de recebimento 799 processos/dia.

Serviço de Controle de Infecção Hospitalar – SCIH
O SCIH (Serviço de Controle de Infecção Hospitalar) é responsável pelas atividades de vigilância epidemiológica das infecções relacionadas à assistência de saúde (IRAS). Realizamos busca ativa em todos os pacientes internados e submetidos a procedimentos de risco como: sondagem vesical de demora (SVD), cateter venoso central (CVC), ventilação mecânica (VM) e cirurgias.

Avaliamos também as unidades de assistência extra-hospitalar: Hemocentro, ambulatórios (Mário Covas, IOM, Otorrino, NGA, GO, Saúde Mental) e apoio ao PROIID.
Realizamos, além da notificação, análise e divulgação dos dados das infecções hospitalares: **1**. Discussão dos dados e planejamento das ações junto à comissão de controle de infecção hospitalar (CCIH) de 3/3 meses. **2**. Controle de antimicrobianos de uso restrito e de profilaxia cirúrgica. **3**. Atividades de prevenção e controle com orientações e supervisão, em serviço, das medidas estabelecidas pelo SCIH em conjunto com as diferentes equipes de saúde. **4**. Participação ativa e seguimento das feridas de pacientes internados nos diferentes setores. **5**. Participação na reunião de colegiado gestor do Complexo FAMEMA e Superintendência. **6**. Participação nas atividades de Educação Permanente **7**. Reunião mensal junto ao Grupo PRÓ-CATH (grupo multidisciplinar para prevenção e controle de infecção relacionada ao cateter) **8**. Reunião mensal junto ao grupo PREV-BIO (grupo multidisciplinar para a prevenção e controle dos acidentes biológicos): desenvolvido Educação Continuada em serviço, treinamento de todos os colaboradores dos Serviços de Urgência e Emergência e organização de fluxo de atendimento e seguimento dos acidentados. **9**. Desenvolvido um trabalho integrado com a Clínica Médica, Enfermagem, Fisioterapia, Nutrição, Serviço Social, alunos da Enfermagem, Medicina e Residentes na ALA-D, onde estão concentrados os pacientes crônicos em ventilação mecânica. **10**. Visita semanal multidisciplinar com as equipes: UTI-A, UTI-B, UTI-Pediatrica, UTI neonatal e disciplina de Pediatria. **11**. Participação das reuniões da CEME - Comissão de Especificação e Padronização de Materiais e Equipamentos. **12**. Participação na Comissão de Óbito. **13**. Participação na Comissão de Farmacologia. **14**. Recebido em estágio eletivo alunos do curso de Enfermagem e Medicina **15**. Participação em cursos e congressos, **16**. Reuniões periódicas com os serviços de apoio (Centro Cirúrgico, Central de Material, Endoscopia, Higiene e Lavanderia Hospitalar) para discussão de assuntos pertinentes ao controle de Infecção. **17**. Atualização do manual: “Medidas de Prevenção e Controle de Infecção em Serviços de saúde do Complexo FAMEMA”, **18**. Implementação da busca ativa de infecção do sítio cirúrgico, pós-alta, por telefone, de pacientes que realizaram prótese ortopédica, **19**. Participação no grupo de Sepse, **20**. Participação no grupo do Centro Cirúrgico, **21**. Realização de visita com acompanhantes explicando sobre questões de higienização das mãos, do uso de álcool gel e noções básica de prevenção de infecção hospitalar; **22**. Visita diária da enfermeira do SCIH, sendo uma para cada UTI, com busca ativa de dados referentes à infecção hospitalar, realizando educação em serviço com os enfermeiros, técnico e auxiliares de enfermagem. **23**. Visita diária do médico do SCIH para discutir e controlar os antimicrobianos e realizar educação em serviço quanto a condutas e procedimentos médicos. **24**. Reunião mensal/quinzenal com a equipe de enfermagem e chefia da UTI junto às enfermeiras do SCIH, onde são discutidas todas as demandas apresentadas no serviço de acordo com as rotinas. **25**. Mensalmente, o SCIH faz a devolutiva dos dados levantados sobre as taxas de infecção hospitalar e construção de condutas para atuação em conjunto das equipes envolvidas na prevenção das infecções (SCIH e UTI – incluindo a equipe médica, auxiliares e técnicos de enfermagem, enfermeiros e equipe multidisciplinar). **26**. Visita semanal da enfermeira do SCIH com a equipe de enfermagem a beira-leito para controle de infecção e discussão de cuidados implementados pela equipe de enfermagem. **27**. Auditoria semanal do CVC (cateter venoso central), onde o SCIH junto à equipe de enfermagem audita todos os cateteres centrais dos pacientes internados. **28**. Programação para a próxima capacitação para os meses de novembro e dezembro sobre reciclagem dos cuidados para prevenir e controlar infecção hospitalar.

Núcleo de Vigilância Epidemiológica – NVE
O Núcleo de Vigilância Epidemiológica do Complexo FAMEMA desempenha as funções de busca e controle das doenças de notificação compulsória (DNC) através de busca ativa nos ambulatórios e enfermarias, além da participação nas visitas clínicas e análise das patologias em prontuário sempre que necessário.

Além das notificações são realizadas outras atividades, tais como: orientação as condutas para profilaxia do tétano, raiva e imumobiológicos especiais; controle de estoque e temperatura dos imunobiológicos; orientação à creche “O Castelinho” sobre os imunobiológicos e solicita SMS quando indicado; verifica anualmente as carteiras de vacinação do 1º ano dos cursos de Medicina e Enfermagem e orienta sobre a atualização ou coleta de antiHbs; estágio eletivo da 3ª e 4ª série de Enfermagem; solicitação e controle de anfotericina lipossomal para tratamento de Leishmaniose Visceral para o Gve-SES e MS quando indicado; Participação na Unidade Prática de Profissionais (UPP) com alunos da 3ª série de Medicina; participação junto à DRH do

“Treinamento de Integração“ realizado com os colaboradores da Instituição no momento da admissão com o objetivo de informar o papel da Vigilância Epidemiológica e principalmente a conduta frente a ocorrência de um acidente com material biológico; Participação na comissão de prontuários.

Administração Geral
Finanças

Foram realizadas as seguintes atividades de rotina:

Atividades	Quantidade
N.º de NL – Notas de Lançamentos	9.989
N.º de PD – Pedido de Desembolsos	5.326
N.º de OB – Ordem Bancária	5.648
N.º de NE – Nota de Empenho	2.694
N.º de GR – Guia de Recolhimento	49
N.º de RE – Relatório Externo	569
N.º de NR – Nota de Reserva	1.736
N.º de Ofícios	89
N.º de Balancetes	12
N.º de Relatórios Diversos	347
N.º de Processos	15
Proposta Orçamentária ano de 2012	1
Prestação de Contas de Convênios	0

Recursos Humanos – DRH
Administração de Pessoal (Controle de Pessoal, Setor de Benefícios, Centro de Convivência Infantil (CCI), - Serviço de Engenharia e Segurança da Medicina do Trabalho – SESMT, Desenvolvimento de Pessoal, Núcleo de Apoio aos Colaboradores, Controle de Afastamentos)

Divisão De Material
As atividades realizadas compreenderam:
Compras e Licitações: 182 processos licitatórios (01 convite, 40 de simples orçamento,02 inexigibilidade, 33 dispensa de BEC - Bolsa Eletrônica de Compras, 01 concorrência, 105 pregões eletrônicos); 182 contratos emitidos. Os processos elaborados através da FAMEMA têm sua operacionalidade em dois sistemas informatizados, o sistema de materiais e sistema estadual SIAFÍSICO/SIAFEM, conta também com um terceiro sistema que é o Sistema BEC - Bolsa Eletrônica de Compras para efetuar os Pregões Eletrônicos.

Almoxarifado Central: 1.232.059 itens atendidos; Reprografia: 1.975.951 cópias processadas, 31.247 blocos, 55.900 fichas, 177.400 folhas e 2.428 encadernações;
Patrimônio: cadastro de 240 bens da FAMEMA, 98 baixas inservível, 03 ocorrências com B.O.; Importações: 03 concluídas, 01 em andamento (DAE); Exportações: 01 concluída.

Serviço De Higiene Hospitalar
O Serviço de Higiene Hospitalar tem como missão higienizar todos os ambientes internos e externos da Instituição mantendo-os limpos e organizados, garantindo qualidade e conforto aos clientes e colaboradores, bem como, gerenciar os resíduos gerados pelo Complexo FAMEMA.

Neste ano foram realizados treinamentos e palestras sobre e descarte de resíduos para colaboradores e alunos da Instituição, sendo: a 3ª e a 4ª série do curso de Enfermagem, ministrados pela chefia e enfermeira do Serviço de Higiene, também foram realizados sete treinamentos para os colaboradores do setor sendo: gestão de qualidade; limpeza geral; limpeza

de banheiro, segregação e acondicionamento de resíduos, normas básicas de biossegurança e treinamento teórico e prático de lavagem de mãos e POHH 008 – Limpeza e Desinfecção de Superfície com Presença de Matéria Orgânica.

O setor esteve envolvido em várias ações para melhoria da gestão como os encontros de educação permanente, a participação nas CIPAs do Complexo FAMEMA, participação do grupo gestor de qualidade do Pronto Socorro, participação no grupo multidisciplinar para acidentes biológicos e grupo de gestão de resíduos.

Atualizado o manual de boas práticas, o plano de gerenciamento de resíduos do serviço de saúde do Hemocentro e iniciamos o plano de gerenciamento por unidade. Mantido o sistema de avaliação do serviço onde toda a limpeza do espaço físico e mobiliário é avaliada, contando com a participação de usuários e colaboradores e implantado a planilha de supervisão e planilha de trabalho de limpeza que auxilia o controle e avaliação individual de cada colaborador de cada setor específico. Capacitação de nove novos colaboradores com dois dias de treinamento teórico e mais três dias de treinamento prático, onde foram abordadas todas as atribuições e responsabilidades do colaborador, toda a complexidade e legislações do gerenciamento dos resíduos, a obrigação do uso de EPI e ações frente ao acidente de trabalho, entre outras. Foram adquiridos vários materiais para melhoria e adequação das necessidades da qualidade da Instituição como lixeiras, suporte de coletores perfuro cortante, dispenser de álcool gel e sabonete líquido, suportes para papel toalha e papel higiênico, luvas, botas, máscaras e equipamentos de proteção coletiva, duas máquinas de lavar e de alta pressão.

Foram realizadas mudanças e adequações na sala de material de limpeza, colocação de pia e armários para melhor guarda e distribuição de materiais.

FAMERP

O Programa 0100- Apoio Técnico Administrativo é composto por uma única Ação que objetiva a manutenção das áreas administrativas e conservação do campus, o que contemplou a contratação de serviços terceirizados, compra de materiais de consumo para uso diário, pagamento de despesas de utilidades públicas, pagamento de estagiários contratados pela FUNDAP.

Foram realizadas ainda ações ligadas ao processo administrativo ou técnico dos cursos de Medicina e Enfermagem como: atualização do software da Diretoria de Ensino com dados sobre as matrizes curriculares dos cursos, Cursos de capacitação para docentes, adequação de espaço físico para a Diretoria de Ensino, atualização dos Manuais dos Estudantes dos Cursos de Graduação em Medicina e em Enfermagem.

O Programa 1042- Assistência Médica Hospitalar e Ambulatorial é composto por uma única ação que objetiva a implementação das atividades realizadas nos cenários de prática médica e de enfermagem que normalmente ocorrem no hospital escola e nas unidades de saúde do município. Para garantir a execução das atividades foram entabulados convênios com o Município, e com os Ministérios da Saúde e da Educação para a implementação de programas de inserção dos alunos na rede pública de saúde, bem como a compra de materiais de uso hospitalar, contratação de serviços terceirizados e pagamento de parte da remuneração de servidores da Autarquia.

Por fim, o Programa 1043- Ensino Superior é composto por cinco ações que objetivam a implementação das atividades de ensino com a remuneração dos servidores docentes, técnicos e administrativos, pagamento de bolsas de auxilio a estudantes carentes e novos pesquisadores, bem como a adequação física do campus.

PROGRAMA	AÇÃO	DESCRIÇÃO DO PROGRAMA/AÇÃO	PREVISTO	REALIZADO	% DE EXECUÇÃO	OBS.
		CUSTEIO				
1042	5274	Assistência Médica Ambulatorial	4.339.183,00	3.436.148,96	97%	Desp.Corrente
100	5272	Apoio Técnico Adm.	2.704.644,00	2.621.665,77	97%	Desp.Corrente
1043	5313	Serv.de Informat.Inst.Ensino Sup	163.925,00	130.148,83	79%	Desp.Corrente
	1151	Adequação Estrut.Fisica Univ.Fac.Públicas	2.250.000,00	1.189.774,23	52,88%	Desp.Capital
	4402	Bolsas Estudos e Pesq.e Desenvolvimento	269,100,00	178.200,00	66%	
	5304	Ensino Grad. Univ.e Fac.Estaduais	107.044,00	85,610,95	80%	
	5305	Ensino PósGrad.Pesq.Univ. Fac.Estaduais	5.000,00	3.997,40	80%	Desp.Corrente
Fonte sigeo – dezembro/2015						
		PESSOAL E REFLEXOS				
1042	5274	Assistência Médica Ambulatorial	17.623,411,00	17.623.409,06	100%	Desp.Corrente
1043	5304	Ensino Grad.Univ.e Fac.Estaduais	41.121.293,00	41.049.567,75	100%	Desp.Corrente
Fonte sigeo – dezembro/2015						

Acima consta a lista dos Programas (conforme LOA/2015), o demonstrativo dos valores da dotação inicial e do realizado do ano/2015. Baseado nos dados do Sigeo dezembro/2015.

Universidade Estadual de Campinas

Prestação de Serviços

Desempenho da área de Saúde - Através de cinco unidades de atendimento, ensino e pesquisa na área da saúde - o Hospital de Clínicas, o Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher (Hospital da Mulher-Caism), o Hospital Estadual Sumaré, o Gastrocentro e o Hemocentro - a Unicamp vem consolidando sua condição de centro de referência hospitalar e de saúde na região de Campinas e no interior do Estado. Cobrindo uma área de 90 municípios e uma população superior a 5 milhões de habitantes, as unidades de saúde da Universidade disponibilizaram 818 leitos que propiciaram, em 2015, 40.251 internações. Conjuntamente, realizaram cerca de 567 mil consultas ambulatoriais, 31.790 mil cirurgias (um acréscimo de 8% no HC), 4,3 mil partos, 5,3 milhões de exames laboratoriais e 292 transplantes de córnea, coração, medula óssea, rim e fígado efetuados até novembro. Além dos atendimentos proporcionados diretamente pelo seu complexo hospitalar, a Unicamp também estende suas ações na área de saúde por meio dos Ambulatórios Médicos de Especialidades (AMEs) nos municípios de Santa Bárbara D'Oeste, Piracicaba, Rio Claro, Limeira, Mogi-Guaçu e São João da Boa Vista.

Universidade de São Paulo

O Programa de Assistência Médica da USP tem por objetivo promover a formação de pessoal qualificado na área de saúde, em nível de graduação e pós-graduação, concomitantemente com a prestação de assistência ambulatorial, médico-hospitalar e odontológica e procedimentos hospitalares de alta complexidade. Compõem esse programa as seguintes ações e produtos:

- 5274 – Assistência Médica, Hospitalar e Ambulatorial no Hospital Universitário;
- 5276 – Procedimentos de Alta Complexidade nas Áreas de Anomalias Craniofaciais/Deficiência Auditiva no “Centrinho” em Bauru.

A partir dessas Ações a USP mantém dois Hospitais Universitários:

- Hospital Universitário - HU (São Paulo) com 12.948 internações em 2013.
- Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais – HRAC (Bauru) com 6.936 internações em 2013.

Programa 1043 - Ensino Público Superior

FAMEMA
Biblioteca
A Biblioteca da FAMEMA tem como objetivo dar suporte às atividades de Graduação, Pós-graduação, Pesquisa e Extensão, fornecendo e promovendo o acesso às informações atualizadas na área de ciências da saúde. Com este objetivo, diversas atividades foram desenvolvidas e incrementadas neste período, conforme abaixo: Registro de Frequência O total de entrada/saída na Biblioteca, registradas pelo portão eletrônico, foi de 96.100, sendo a média mensal de 8.008 registros de frequência local.
Atendimento ao Usuário / **Capacitação de Usuários** - Foram desenvolvidas atividades de capacitação/orientação para uso das principais ferramentas para recuperação da informação da área de ciências da saúde, como LILACS, PUBMED, UpToDate; Biblioteca eletrônica SciELO (livros e periódicos); Bibliotecas virtuais em saúde: Bireme, Ministério da Saúde, psicologia; Biblioteca cochrane; Banco de dados DATASUS; Portal de periódicos CAPES e base de dados interna da Biblioteca – BIBLIV e capacitações para normalização de trabalhos acadêmicos (normas ABNT e estilo Vancouver). 247 usuários participaram destas atividades, distribuídos em 152 estudantes dos cursos de Medicina e Enfermagem; 08 aprimorandos; 54 residentes e 33 mestrandos.
Processamento Técnico:

- Paltex – Programa Ampliado de Livros Textos – OPAS
- Produção de audiovisuais
- Aquisição de material bibliográfico e não bibliográfico
- Portal Capes
- UPTODATE
- SMART Imagebase (Scientific & Medical ART)
- Acesso remoto a Bases de Dados
- Aquisição de livros

Laboratório Morfofuncional e de Simulação
O Laboratório Morfofuncional e de Simulação caracteriza-se por um espaço privilegiado para a autoaprendizagem, construção de conhecimentos e desenvolvimento de recursos cognitivos, psicomotores e afetivos. Favorecem as atividades individuais e o trabalho em grupo, proporcionando a socialização de saberes, a colaboração recíproca e simulação de técnicas e procedimentos, aos pares, voltados ao exame clínico, procedimentos médicos e de enfermagem.

Núcleo de Apoio a Comunidade – NUAC
O NUAC realiza um trabalho de articulação entre organizações comunitárias, serviços locais de saúde e os cursos de graduação e Pós-Graduação da FAMEMA.
As principais realizações foram:
- Participação nas reuniões do Conselho Municipal do Idoso;
- Evento Março Mulher na FAMEMA – Esse evento surgiu da necessidade de nos articularmos intersetorialmente e pensar nos limites e possibilidades das entidades que estão atuando, seja em prol da mulher, do idoso, da criança, do homem, do meio ambiente e etc. Em reunião com algumas entidades, foi decidido trabalhar com informações sobre o climatério, realizando vários workshops para divulgar informações a repeito do trabalho que está sendo realizado, para oportunizar um momento de se conhecer o que as pessoas e entidades estão fazendo.
As principais realizações foram:
Participação do calendário de eventos, da Secretaria Municipal de Cultura em:

- Roda de Conversa sobre a saúde e o meio ambiente;
- II Semana Articulada Intersetorialmente em Prol da Terceira Idade;
- Campanha “Se Toque” referente ao Outubro Rosa;
- Campanha de Prevenção do Câncer de Próstata;
- Campanha contra a AIDS em parceria com a Secretaria Municipal de Higiene e Saúde;
- Comemoração do dia do voluntariado em parceria com a Câmara Municipal de Marília
- Cantata Natalina em parceria com a UNIMED

Núcleo de Apoio ao Discente – NUADI
Os atendimentos realizados referem-se à psicoterapia psicanalítica, psicoterapia cognitiva comportamental, orientação e aconselhamento psicológico; avaliação psiquiátrica e acompanhamento medicamentoso; contato para orientação familiar; entrevistas iniciais, realizadas com o primeiro ano de Medicina e de Enfermagem; orientação aos docentes.

Núcleo de Avaliação
O Núcleo de Avaliação é formado pelo Grupo de Avaliação e pelos Comitês de Avaliação Cognitiva do Estudante e Avaliação da Prática Profissional do Estudante. Este Núcleo também dá suporte à elaboração de relatórios e projetos, relacionados às inovações curriculares em curso ou desejadas.

Programa de Desenvolvimento Docente – PDD
O Programa de Desenvolvimento Docente (PDD) é uma das estratégias para o desenvolvimento curricular permanente na FAMEMA, oferecendo suporte ao aprimoramento pedagógico e pessoal que subsidiam a participação ativa e qualificada de docentes e professores-colaboradores no processo educacional. Constitui-se fundamentalmente a partir de 02 eixos: a Educação Continuada (EC) e a Educação Permanente (EP).

FAMERP
O **Programa 0100 - Apoio Técnico Administrativo** é composto por uma única Ação que objetiva a manutenção das áreas administrativas e conservação do campus, o que contemplou a contratação de serviços terceirizados, compra de materiais de consumo para uso diário, pagamento de despesas de utilidades públicas, pagamento de estagiários contratados pela FUNDAP.
Foram realizadas ainda ações ligadas ao processo administrativo ou técnico dos cursos de Medicina e Enfermagem como: atualização do software da Diretoria de Ensino com dados sobre as matrizes curriculares dos cursos, Cursos de capacitação para docentes, adequação de espaço físico para a Diretoria de Ensino, atualização dos Manuais dos Estudantes dos Cursos de Graduação em Medicina e em Enfermagem.
Por fim, o Programa 1043- Ensino Superior é composto por cinco ações que objetivam a implementação das atividades de ensino com a remuneração dos servidores docentes, técnicos e administrativos, pagamento de bolsas de auxilio a estudantes carentes e novos pesquisadores, bem como a adequação física do campus.

Universidade Estadual de Campinas
Em 2015, a Unicamp contava com aproximadamente 33,6 mil alunos matriculados em 66 cursos de graduação e 153 programas de pós-graduação em seus campi de Campinas, Piracicaba e Limeira. Seus 1.795 docentes, 99% dos quais com titulação mínima de doutor e 93% atuando em regime de dedicação exclusiva, seguem liderando a produção per capita nacional de artigos científicos publicados em revistas internacionais indexadas.

No plano do ensino técnico, em 2015 a Unicamp contava com 4.260 alunos matriculados em 36 cursos oferecidos em seus dois colégios Técnicos (Colégio Técnico de Campinas (COTUCA) e Colégio Técnico de Limeira (COTIL), que atuam na formação profissional de nível médio-técnico. Os cursos oferecidos abrangem as seguintes áreas: Industrial, Informática, Saúde, Telecomunicações, Gestão e Meio Ambiente.
Além do reconhecido destaque no cenário nacional, o desempenho da instituição também vem repercutindo internacionalmente. Em 2015, a Unicamp ficou em 11º lugar no ranking das 50 melhores universidades globais com menos de 50 anos, elaborado pela consultoria internacional QS Quacquarelli Symonds. Esse posicionamento representa um avanço em relação ao ranking de 2014, no qual a Universidade aparecia na 15ª posição.
A Unicamp também alcançou a 24ª posição no ranking de universidades dos BRICS e economias emergentes para 2016, elaborado pela revista britânica Times Higher Education (THE). Essa colocação representa um avanço em relação à listagem de 2015, onde a Universidade aparecia no 27° lugar. Esse ranking elenca instituições de 48 países considerados "emergentes" ou "fronteiras econômicas" pela companhia britânica de índices econômicos FTSE. Segundo nota emitida pela THE, apenas 35 desses países têm universidades entre as 200 melhores do ranking.

Ensino

PAAIS - O Conselho Universitário (CONSU), órgão máximo de deliberação da Unicamp, aprovou em maio de 2015 mudanças no Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social, com o objetivo de ampliar a inclusão social nos cursos de graduação da Unicamp. As mudanças aprovadas estabeleceram a adição de 60 pontos às notas da primeira fase do Vestibular, para candidatos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas da rede pública, e mais 20 pontos para candidatos que se autodeclararem pretos, pardos ou indígenas e que também tenham cursado o ensino médio integralmente em escolas da rede pública. Até o ano anterior, os pontos eram usados somente após a segunda fase. A medida passou a ser aplicada a partir do Vestibular Unicamp 2016, cuja primeira fase foi realizada em 22 de novembro. Além da bonificação na primeira fase, os candidatos aprovados para a segunda fase e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas da rede pública, contarão com a adição de mais 90 pontos na prova de redação e outros 90 nas provas dissertativas. Candidatos aprovados na primeira fase, que se autodeclararem pretos, pardos ou indígenas e que também tenham cursado o ensino médio integralmente em escolas da rede pública, contarão com mais 30 pontos na segunda fase, além dos 90.
Em 2015, a Unicamp registrou 30,2% (997) de matriculados vindos de escolas públicas. No ano anterior, a taxa havia sido de 36,9% (1.269). Já o índice de matriculados autodeclarados pretos, pardos ou indígenas foi de 15,7% (518) em 2015 e de 18% (620) em 2014.
Em vigor desde 2005, o Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social (PAAIS) da Unicamp tem conseguido, sem fazer uso de cotas, promover a inclusão social na Universidade. Em 2015, o número de inscritos que fizeram todo o ensino médio em escolas da rede pública representou 26,6% (20.518) do total de candidatos no Vestibular, contra 27,7% (18.684) no vestibular anterior. O percentual de inscritos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas foi de 18,3% (14.128). No ano anterior, o percentual foi de 17,7% (11.920).
Pós-Graduação - Com 44% de seus alunos concentrados na pós-graduação (proporção inédita na América Latina) a Unicamp responde por aproximadamente 12% das teses e dissertações produzidas no país. Levantamento prévio indica que em 2015 a Unicamp registrou 1.237 dissertações de mestrado e 948 teses de doutorado defendidas. Dos 134 cursos de pós-graduação oferecidos pela Unicamp e avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) no mais recente ciclo trienal, 103 (77%) ficaram na faixa de notas de 5 a 7, o que os classifica como muito bons ou excelentes. Os cursos avaliados com nota 6 ou 7 são considerados de excelência, com padrão internacional. A Unicamp tem 66 nesta faixa, o que corresponde a 44% do total de pós-graduações avaliadas da universidade.

Pesquisa e Desenvolvimento

Produção científica - Tomando-se por base levantamentos do *Institute for Scientific Information* (ISI), dos Estados Unidos, que monitora dez mil revistas internacionais especializadas, a produção científica da Unicamp manteve em 2015 a tendência de crescimento contínuo experimentada desde 2002. Note-se que essa expansão se dá, ao longo dos anos, com um número estável de docentes/pesquisadores. Em relação a 1989, ano da conquista da autonomia, a comparação mostra um crescimento notável de produtividade - de 0,2 para 1,8 artigo per capita por ano - sobretudo quando se considera que a Unicamp experimentou, nas últimas duas décadas, uma redução no seu corpo docente.

Inovação tecnológica - A Agência de Inovação Inova Unicamp, o NIT (Núcleo de Inovação Tecnológica) da universidade, recebeu 92 comunicações de invenção em 2015, que renderam 47 depósitos de patentes junto ao INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial), 21 pedidos internacionais via PCT (Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes) e outros três depósitos internacionais em países específicos. Durante esse mesmo período, foram também concedidas 29 patentes. Com isso, a Agência de Inovação acumula o total de 971 patentes vigentes.
Na área de parcerias, foram assinados 14 contratos de licenciamento e há ainda outros quatro em tramitação. O número de contratos de licenciamento vigentes bateu recorde e chegou a 68. Em relação a P&D, foram 24 convênios assinados. Estão entre as empresas

parceiras: Queiroz Galvão, Samsung, LG, Motorola, Boeing, Suzano e Pirelli.
Em relação a empreendedorismo, o número de empresas-filhas da Unicamp cresceu 20,6%, alcançando a marca de 286 empresas-filhas ativas no mercado em 2015. O número de postos de trabalho também aumentou. Hoje, as empresas-filhas são responsáveis por empregar 19,2 mil pessoas - 16,18% mais do que em 2014. E o faturamento anual somado já ultrapassa R$ 3 bilhões.

Desenvolvimento Institucional

Planejamento estratégico - Em 2015 os recursos financeiros para o Planejamento Estratégico foram contingenciados. Durante 2015 realizou-se a revisão do Planejamento Estratégico abrangendo o período 2016-2020, quando foi reavaliada a identidade organizacional da Unicamp e amplamente discutido o cenário externo e interno, as áreas estratégicas, as estratégias corporativas e os programas estratégicos para os próximos cinco anos.
Ainda em 2015, o processo de avaliação institucional teve sua continuidade com a etapa de consolidação do diagnóstico e dos projetos apontados pelas unidades de ensino e colégios da Unicamp. Esta consolidação foi realizada pelas Pró -Reitorias e Vice-Reitorias proporcionado importantes subsídios para a revisão do Planes 2016-2020.
Internacionalização - Dando continuidade ao Programa de Internacionalização novos editais foram lançados criando oportunidades para que as unidades de ensino e pesquisa da universidade possam construir suas estratégias de internacionalização, sempre baseada em dois pilares: a relevância acadêmica e a reciprocidade. A expectativa é que os editais ajudem que as unidades de ensino e pesquisa construam suas próprias estratégias de internacionalização, voltadas para as especificidades de cada área. Os editais para promoção da internacionalização lançados em 2015 foram: Cooperação Mundial; Cooperação China; Agropolo Campinas; Humanas sem Fronteiras; Mobilidade de Técnico-Administrativos; Internacionalização dos Colégios Técnicos; Difusão do Conhecimento; FAEPEX Internacional; e Intensive Course. Parte desses programas são financiados pela própria universidade e parte com recursos privados oriundos de acordos firmados com o Banco Santander. Além das ações descritas acima a Unicamp está incentivando que instituições estrangeiras criem seus escritórios de representação dentro do campus, dois já foram instaladas e estão em pleno funcionamento: o Instituto Confúcio, da China e o Instituto King Sejong, da Coréia do Sul, além de promover o ensino do idioma os dois institutos atuam em conjunto com a VRERI para incentivar novas parcerias com universidades chinesas e coreanas.
Obras - No plano de investimentos, cabe registrar que foram aplicados recursos da ordem de R$ R$ 50.684.344,56 em obras físicas, resultando em 34.318,78 metros quadrados entre construções, reformas, infraestrutura nos campi de Campinas e Limeira, com destaque para a valorização dos espaços de ensino na graduação. Desse total, 7.164,52 metros quadrados correspondem ao total de área concluída e 27.154,26 metros quadrados às obras em andamento.

Universidade de São Paulo

A Universidade de São Paulo, autarquia especial vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, é responsável por um conjunto de quatro programas orçamentários, a saber: **a**) 100 – Suporte Administrativo; **b**) 1039 – Programa Estadual de Educação Profissional e Tecnológica; **c**) 1042 – Assistência Médica, Hospitalar e Ambulatorial em Hospitais Universitários e **d**) 1043 – Ensino Público Superior.
O programa de Suporte Administrativo destina-se a prover a Universidade dos meios destinados à gestão administrativa e que não concorram diretamente na produção de bens ou serviços específicos gerados pela implementação de ações fins. Este programa é composto apenas da ação 5272 – Apoio técnico administrativo.
No caso da USP, o programa Estadual de Educação Profissional e Tecnológica é composto apenas pela ação 5292 – Manutenção da Educação Profissional Técnica e tem por objetivo manter a oferta de educação profissional em todas as suas modalidades, atendendo à demanda crescente por mão-de-obra qualificada dos diversos setores econômicos do Estado de São Paulo.

A USP mantém o Colégio Técnico de Lorena – COTEL, vinculado à EEL no município de Lorena com 120 alunos matriculados. A execução orçamentária do Colégio é feita através da EEL.
Por fim, o programa de Ensino Público Superior destina-se a manter e ampliar a oferta de vagas e cursos superiores em áreas estratégicas, bem como o suporte à pesquisa científica e tecnológica, aperfeiçoando constantemente a qualidade da formação em graduação e pós- graduação. Compõe esse programa as seguintes ações e produtos:

1) 5297 – Atividades em Museus da USP (visitantes em exposições e mostras do acervo);
2) 5304 – Ensino de Graduação (alunos matriculados nos cursos de graduação);
3) 5305 – Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa (alunos matriculados nos cursos de pós-graduação);
4) 5306 – Extensão Universitária, Difusão Cultural e Prestação de Serviços à Comunidade (alunos matriculados em cursos de extensão);
5) 1151 – Obras e Instalações (m² de instalações adequadas);
6) 5787 – Políticas de Permanência e Formação Estudantil (alunos atendidos pelas políticas de permanência estudantil);
7) 5312 – Restaurantes Universitários (refeições servidas);
8) 5313 – Serviços de Informatização (microcomputadores mantidos).

A USP conta com os seguintes Campi:

Código	Município
209	Bauru
420	Lorena
535	Piracicaba
536	Pirassununga
582	Ribeirão Preto
637	São Carlos
100	São Paulo

A USP atendeu 55.390,0 alunos de graduação e 33.907,0 alunos de Pós-matriculados em 2013.
A USP serviu 4.460.241 refeições através dos Restaurantes Universitários.
Além disso, a USP criou quatro novos cursos de graduação em 2013 que acrescentaram 75 novas vagas no vestibular da USP e que detalhamos no quadro abaixo:

Unidade	Curso	Vagas
EP	Engenharia de Minas	30
EP	Engenharia do Petróleo	40
ESALQ	Administração	40
FFCLRP	Ciências Biológicas	20
Total		**130**

UNESP

A **UNESP** é hoje um modelo de universidade com a característica multicampi, com destacada atuação no ensino, na pesquisa e na extensão de serviços à comunidade. Seus campi estão distribuídos em 24 cidades paulistas - um na Capital e 22 no interior, além de uma unidade no Litoral. Abrange todo o Estado, em 34 unidades universitárias (Faculdades e Institutos), 14 unidades complementares, 26 unidades auxiliares, além de 3 fundações: Fundação Editora UNESP - FEU, Fundação para o Desenvolvimento da UNESP - FUNDUNESP e a Fundação para

o Vestibular UNESP – VUNESP). Criada em 1976 a partir de institutos isolados de ensino superior, a UNESP oferece mais de 226 opções de cursos de graduação distribuídos nas três grandes áreas do conhecimento - Ciências Humanas, Biológicas e Exatas - em mais de 60 profissões de nível superior, os quais formam, por ano, mais de 5.400 novos profissionais. Ofereceu em 2015, também, 141 programas de pós-graduação bem conceituados. Cada curso tem suas próprias características, mas mantém em comum a qualidade do ensino.

Entre outras razões, o que garante a excelência dos cursos é o alto nível do quadro de professores. Aproximadamente 90% trabalham em regime de dedicação integral. Isso significa que a maior parte dos professores dedica-se exclusivamente às atividades da **UNESP**. A universidade conta com 3.880 docentes, sendo 95% com título de Doutor. Outro fator que assegura a qualidade no ensino é a infraestrutura, que inclui mais de 1.900 laboratórios e 30 bibliotecas, contabilizando um acervo de aproximadamente 1,4 milhão de livros. Também disponibiliza de museus, hortos, biotérios, jardins botânicos e cinco fazendas com uma área de 62 milhões de metros quadrados, onde são preservadas variadas espécies de flora e fauna.

A **UNESP** conta ainda, com um importante Hospital de Clínicas (atividades de extensão), que coloca à disposição da comunidade mais de 800 leitos, além de hospitais veterinários e clínicas odontológicas, psicológicas, de fonoaudiologia e fisioterapia, entre outras, além de centros de estudos para diversos campos da ciência, parque de computadores e bibliotecas com quase um milhão e meio de livros, trinta e três mil títulos de periódicos (correntes e retrospectivos) e mais de um milhão e meio de fascículos. As bibliotecas geraram uma circulação de novecentos mil empréstimos e quinhentas mil consultas.
Atendeu conforme dados publicados no último Anuário Estatístico 37.700 alunos de graduação e mais de 13.500 de pós-graduação, com seus mais de 7.100 funcionários administrativos.
Quanto à infraestrutura no que tange a expansão e a manutenção necessárias ao ensino e a pesquisa, destaca-se o plano trienal de obras estabelecendo ações e investimentos para esse fim no decorrer dos exercícios orçamentários e financeiros.

A qualidade do ensino ministrado na **UNESP** a coloca entre as 5 maiores e melhores universidades do país. O seu vestibular reflete essa posição. Realizado pela Fundação VUNESP, é o segundo maior do Brasil e, não por acaso, considerado por especialistas um dos melhores concursos realizados no País. O Vestibular **UNESP** 2015 recebeu 117.644 inscrições, das quais 109.645 concorreram as 7.620 vagas oferecidas. Desse total, 35% das vagas foram reservadas para o Sistema de Reserva de Vagas para Educação Básica Pública (SRVEBP)

A taxa de inscrição integral foi de R$ 155,00, mas os alunos de último ano do ensino médio da rede pública estadual de São Paulo puderam se inscrever com desconto de 75% na taxa. Com a redução, os formandos de escolas públicas do Estado pagaram R$ 38,75. O benefício é oferecido por meio de convênio entre a Universidade, a Secretaria da Educação e a Fundação VUNESP, responsável pela realização da seleção, e também é válido para os alunos das escolas do Centro Paula Souza.

As cidades para as quais há oferta de carreiras neste vestibular são Araçatuba (170 vagas), Araraquara (855), Assis (405), Bauru (1.045), Botucatu (600), Dracena (80), Franca (400), Guaratinguetá (310), Ilha Solteira (310), Itapeva (80), Jaboticabal (280), Marília (475), Ourinhos (90), Presidente Prudente (640), Registro (40), Rio Claro (490), Rosana (80), São João da Boa Vista (40), São José do Rio Preto (460), São José dos Campos (120), São Paulo (185), São Vicente (80) e Tupã (120).

As provas do Vestibular **UNESP** 2016 foram realizadas em duas fases. A primeira etapa no dia 15 de novembro, em 32 cidades paulistas (além das 23 onde há cursos, os exames aconteceram em Americana, Campinas, Cananéia, Guarulhos, Jundiaí, Piracicaba, Ribeirão Preto, Santo André e Sorocaba) e ainda em Brasília (DF), Dourados (MS), Três Lagoas (MS) e Uberlândia (MG). A segunda fase foi aplicada nas mesmas cidades, nos dias 13 e 14 de dezembro.

No vestibular realizado no meio do ano os cursos mais procurados continuam sendo Engenharia Civil com 48,4 candidatos inscritos disputando cada vaga oferecida; o segundo maior coeficiente é do curso de Engenharia de Produção, com 42,3 candidatos inscritos disputando cada vaga oferecida.

Vagas oferecidas em 2015

Número de Vagas Oferecidas	
Biológicas	2.185
Exatas	2.470
Humanas	2.965
Total	7.620

Fonte: Anuário Estatístico da UNESP - 2016

Dados da Graduação

	2014	2015
Matriculados	36.300	37.700
Formados	5.600	5.485
Vagas	7.679	7.620
Candidatos	106.300	109.645
Cursos oferecidos	**130**	**134**

Fonte: Anuário Estatístico da UNESP – 2016 estimado

Ensino Médio

	2014	2015
Matriculados	830	747
Formados	**260**	**265**

Fonte: Anuário Estatístico da UNESP – 2016

Ensino Técnico

	2014	2015
Matriculados	1.290	1.342
Formados	250	221

Fonte: Anuário Estatístico da UNESP – 2016

Pós-Graduação e Pesquisa

Os cursos de pós-graduação são atividades acadêmicas de alta especialização, nos níveis de Mestrado e Doutorado. Na **UNESP**, há cursos de pós-graduação (133 de mestrado e 111 de doutorado) nas mais variadas áreas, abrangendo da Biotecnologia à Biofísica Molecular; da Lingüística às Artes Visuais; da História à Energia na Agricultura. Também há cursos de pós-graduação lato sensu, voltados à especialização e aperfeiçoamento de graduados. Em 2015 foram matriculados mais de 1.300 alunos e formados 505.

Na avaliação da CAPES de 2014, mais de 50% dos Programas da **UNESP** foram avaliados com conceitos entre 5 e 7. Em comparação com a avaliação anterior, a **UNESP** passou de 10,4% para 13,6% de Programas na faixa de excelência (6 e 7).

O XXVII Congresso de Iniciação Científica se configura no maior evento que alicerça atividades de pesquisa desenvolvidas por alunos de graduação da universidade. Participaram do evento alunos da **UNESP** bolsistas do Conselho Nacional de Pesquisa Tecnológica (CNPq), da FAPESP e ainda aqueles que desenvolvem pesquisas com bolsas institucionais, contrapartida ao Programa PIBIC/PIBITI do CNPq e alunos sem bolsa. O evento foi realizado em duas fases, a primeira no interior de cada unidade universitária e campi experimentais da **UNESP**, com a participação de 3.432 estudantes. Dentre estes foram selecionados 400 trabalhos com reconhecido mérito científico para integrar a segunda reunião realizada na cidade de Águas de Lindóia no período de 4 a 6 de novembro de 2015. Essa atividade de iniciação científica na **UNESP** vem aumentando em qualidade e quantidade de forma sistemática, atraindo crescente interesse tanto do corpo discente quanto do corpo docente e comunidade.

Dados da Pós-Graduação / Mestrado

	2014	2015
Matriculados	6.950	7.212
Formados	1.800	1.868
Cursos oferecidos	132	133

Fonte: Anuário Estatístico da UNESP – 2016

Dados da Pós-Graduação / Doutorado

	2014	2015
Matriculados	5.900	6.329
Formados	990	1.059
Cursos oferecidos	101	111

Fonte: Anuário Estatístico da UNESP – 2016 estimado

Dados dos Cursos Lato Sensu

	2014	2015
Matriculados	1.460	1.358
Formados	300	505
Cursos oferecidos	43	37

Fonte: Anuário Estatístico da UNESP – 2016 (estimado)

Número de Estudantes Matriculados

Cursos	2014	2015
Medicina	555	555
Enfermagem	148	142
Total	703	697

UNIVESP

O relatório a seguir apresenta as informações sobre as ações, projetos e programas desenvolvidos na Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo – UNIVESP no ano de 2015.

Ação 6137 – Ensino de Graduação, Pós-Graduação e Extensão a Distância e Semipresencial.

Promoção do ensino e pesquisa em nível superior e de cursos de extensão universitária em diversas áreas do saber, mediante ampliação da oferta de vagas por meio das modalidades de ensino a distância e semipresencial, apoiado nas formas tradicionais de ensino e em novas tecnologias de informação e comunicação.

- Ministrar, diretamente ou por intermédio de convênio com outras instituições de ensino, os cursos necessários visando à formação e ao aperfeiçoamento, inclusive em nível de pós-graduação, dos recursos humanos para prover o acesso ao conhecimento como bem público em todos os municípios do Estado;
- Promover a pesquisa científica e tecnológica e a produção de pensamento original;
- Fazer uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação para a oferta de cursos semipresenciais, com a utilização de instrumentos, técnicas e métodos que lhe sejam correlatos, observando as diferenças individuais dos alunos, as peculiaridades regionais e as possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos e programas de pesquisa;

- Desenvolver ações voltadas à expansão geográfica e à ampliação das vagas do ensino superior;
- Prestar serviços à comunidade, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes do conhecimento e da pesquisa; subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas à educação superior e disseminar as respectivas informações; atuar em todas as regiões do Estado e observar, em suas políticas e ações, o intercâmbio acadêmico-científico e a cooperação com instituições nacionais e estrangeiras que se relacionarem aos seus objetivos.

Aspectos acadêmicos:
Em 2015, a UNIVESP foi credenciada pelo Ministério da Educação (MEC) por meio da Portaria nº 945, de 18 de setembro, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância. O parecer favorável ao credenciamento da UNIVESP (242/2015) foi expedido pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em 11 de junho de 2015.

O processo de credenciamento, que foi iniciado em 2013, contou com 28 visitas de comissões avaliadoras do MEC referentes a 26 polos, a sede administrativa e um curso, de tecnologia em Processos Gerenciais, autorizado pela Portaria nº 661, de 25 de setembro de 2015, expedida pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do MEC.

Cursos de Graduação
No ano de 2015 deu-se continuidade aos cursos de Licenciatura e Engenharia, cujo processo seletivo foi realizado em julho de 2014, com oferta de disciplinas que compõem a matriz curricular do 2º e 3º semestres dos cursos.

Os cursos de Licenciatura em Ciências Naturais (Química, Física, Biologia) e Matemática têm duração de quatro anos e contam com turmas distribuídas por 32 polos em 24 cidades do estado. A taxa de ocupação inicial foi de 92% das 2034 vagas ofertadas no processo seletivo. A partir do término do 1º semestre foram oferecidas vagas remanescentes para preenchimento por alunos já formados em algum curso de graduação ou por alunos matriculados em alguma Instituição de Ensino Superior. O Processo Seletivo para Preenchimento de Vagas Remanescentes, levado a cabo no início de 2015 (para vagas no 2º semestre dos cursos) e em julho de 2015 (para o 3º semestre) permitiu que a taxa de ocupação das vagas ofertadas no vestibular (2034) se mantivesse em 69,32% no 2º semestre de 2015.

Os cursos de Engenharia (de Produção e de Computação) têm duração de cinco anos e contam com turmas distribuídas por 18 polos em 9 cidades do estado. Com taxa inicial de ocupação de 100% das 1296 vagas ofertadas, do mesmo modo que na licenciatura, foram abertos processos de preenchimento de vagas remanescentes nos dois semestres de 2015, permitindo que essa taxa de 100% de ocupação se mantivesse até o 2º semestre de 2015.
Dessa forma, a média institucional de ocupação das vagas de graduação ofertadas pela UNIVESP permaneceu em 82%.

O curso de Tecnologia em Gestão Empresarial EaD, elaborado e produzido pela UNIVESP em parceria com o Centro Paula Souza, foi oferecido nos vestibulares 2015/1 e 2015/2 das Fatecs, num total de 3960 vagas.

Teve início também em 2015 a 5ª turma do curso de Licenciatura em Ciências, elaborado em parceria com a UNIVESP e oferecido pela USP, somando 1.800 vagas já oferecidas para este curso de graduação.

Cursos de Aperfeiçoamento e Bolsas
Finalmente, ainda como iniciativa acadêmica, houve o oferecimento de vagas para curso de aperfeiçoamento (pós-graduação lato sensu), com envolvimento dos estudantes em atividades de Iniciação à Docência (ID) junto aos polos de apoio presencial e atribuição de Bolsas do Nível ID, no âmbito da Modalidade 2 do Programa de Bolsas UNIVESP.

Além das bolsas para iniciação à docência do curso de aperfeiçoamento, foram oferecidas bolsas no âmbito da Modalidade 1 do Programa de Bolsas UNIVESP, de Treinamento Técnico (TT): para treinamento técnico em gestão acadêmica - Nível TT3/A; para treinamento técnico em supervisão acadêmica - Nível TT4/A; e para treinamento técnico em atendimento e suporte às ferramentas de apoio à educação a distância (EaD) - Níveis TT1, TT2 e TT3/A.

A tabela abaixo mostra a execução orçamentária do órgão:

Fundação Universidade Virtual do Est.S.Paulo - UG:101301 (Mês:12/2015)								
Data Atualização: 18/01/16 **Programa 1043**	**Dotação Atual**	**Indisponível**	**Empenhado**	**Empenhado %**	**Disponível**	**Liquidado**	**Pago**	**Pago de Restos**
3 - Despesas Correntes	32.411.137,00	1.287.904,45	24.931.376,63	76,90%	6.191.855,92	24.931.376,50	22.906.661,48	2.258.784,23
31 - Pessoal e Encargos Sociais	13.008.773,00	1.284.046,98	6.709.219,89	51,60%	5.015.506,13	6.709.219,89	6.269.834,94	405.908,65
33 - Outras Despesas Correntes	19.402.364,00	3.857,47	18.222.156,74	93,90%	1.176.349,79	18.222.156,61	16.636.826,54	1.852.875,58
4 - Despesas de Capital	0	0	0	0,00%	0	0	0	822.334,62
44 - Investimentos	0	0	0	0,00%	0	0	0	822.334,62
Soma	**32.411.137,00**	**1.287.904,45**	**24.931.376,63**	**76,90%**	**6.191.855,92**	**24.931.376,50**	**22.906.661,48**	**3.081.118,85**

Fonte: SIGEO

Data Atualização: 18/1/2016

Categoria	Dotação Atual	Indisponível	Empenhado	Empenhado %	Disponível	Liquidado	Liquidado %	Pago	Pago de Restos
3 - Despesas Correntes	32.411.137,00	1.287.904,45	24.931.376,63	76,90%	6.191.855,92	24.931.376,50	76,90%	22.906.661,48	2.258.784,23
4 - Despesas de Capital	0	0	0	0,00%	0	0	0,00%	0	822.334,62
Total Geral	**32.411.137,00**	**1.287.904,45**	**24.931.376,63**	**76,90%**	**6.191.855,92**	**24.931.376,50**	**76,90%**	**22.906.661,48**	**3.081.118,85**

Fonte: SIGEO

Conhecimento como bem público

Além de cursos formais de nível superior, a UNIVESP oferece também conteúdos de qualidade abertos à população, por meio de seus canais de comunicação, na linha do "Conhecimento como Bem Público":

UNIVESP TV: visa à formação integral do cidadão, oferecendo programação de apoio aos cursos da instituição, bem como conteúdo de qualidade para a sociedade em geral. A sintonia da UNIVESP TV se dá através dos canais digitais da multiprogramação da TV Cultura. Todo o conteúdo produzido também é disponibilizado em seu canal no YouTube (http://www.youtube.com/user/univesptv), que já conta com cerca de 40,3milhões de visualizações e 226 mil inscritos desde que foi ao ar, em 2010 – o que o coloca entre as 40 universidades do mundo com canal no YouTube com mais acessos. A UNIVESP oferece

também, por meio da UNIVESP TV, cerca de 40 cursos abertos (sem certificação) a toda a população.
Pré-UNIVESP (pre.univesp.br): trata-se de uma publicação digital de divulgação científica e cultural da UNIVESP, que traz conteúdo focado nos grandes assuntos da atualidade, presentes também na matriz curricular do ensino médio e nos vestibulares. O conteúdo é gratuito, de qualidade e agradável, voltado ao público pré-universitário e professores do ensino médio. Já são 53 números lançados, com média de mais 30 mil visitas mensais.

Programa 1044 - Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia

Fundação de Amparo à Pesquisa – FAPESP
Constituída na forma de fundação, é uma das principais agências de fomento à pesquisa científica e tecnológica do país. Com um orçamento anual correspondente a 1% do total da receita tributária do Estado, a FAPESP apoia a pesquisa e financia a investigação, o intercâmbio e a divulgação da ciência e da tecnologia produzida em São Paulo. Executa o Programa 1044 – Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia.

FAPESP - engloba as despesas de pessoal, custeio e investimento, cobertas na sua totalidade com Recursos Próprios – Fonte 04, representando percentualmente 4,99% do orçamento realizado, abaixo, portanto do limite previsto no artigo 17 da Lei nº 5.918, de 18.10.1960, de suas Disposições Transitórias, que dispõe que as despesas com a administração, inclusive com ordenados de Diretores a Assessores e salários dos funcionários, não poderão ultrapassar 5% do orçamento da Fundação.
A linha regular de fomento à pesquisa compreende todas as modalidades de Bolsas e Auxílios Regulares, excluindo as bolsas e auxílios concedidos no âmbito dos Programas Especiais e Programas de Pesquisa para Inovação Tecnológica.
Essa linha de fomento se destina à formação de recursos humanos para pesquisa e ao apoio à pesquisa acadêmica de demanda espontânea, contribuindo diretamente para o avanço do conhecimento.
As bolsas regulares constituem um importante instrumento de formação de recursos humanos para a pesquisa, um dos elementos indispensáveis para o avanço do conhecimento. As modalidades de bolsas oferecidas no país são:
(**i**) Iniciação Científica, (**ii**) Mestrado, (**iii**) Doutorado, (**iv**) Doutorado Direto e (**v**) Pós-Doutorado. No exterior são oferecidas bolsas nas modalidades Bolsa de Pesquisa e Novas Fronteiras, ambas em nível pós-doutorado, e Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior, que apoia a realização de estágios de pesquisa no exterior, de curta e média duração, por bolsistas da FAPESP nas modalidades no país.
Em 2015, o valor realizado com Bolsas de Estudo, linha regular, totalizaram R$ 477.655.318,28 ou 40,18% do realizado total, sendo R$ 373.082.386,70 com Bolsas no Brasil, R$ 23.417.579,26 com Bolsas no Exterior e R$ 81.155.352,32 com Bolsas de Estágio de Pesquisa no Exterior.
Na linha regular de fomento à pesquisa temos a Linha Regular de Auxílio à Pesquisa voltada para o atendimento da demanda encaminhada diretamente pelos pesquisadores ligados às universidades e aos institutos de pesquisa sediados no Estado de São Paulo, a partir de necessidades individuais de aprofundar conhecimentos científicos e tecnológicos em áreas de seu interesse. Para desenvolvimento de projetos de pesquisa de maior abrangência, envolvendo grupo de pesquisadores, às vezes multidisciplinares e multi-institucionais, a FAPESP oferece a modalidade Auxílio a Projetos Temáticos.
A modalidade Concessão de Auxílio à Pesquisa, que inclui Linha Regular de Auxílio à Pesquisa e Projetos Temáticos, realizou o montante de R$ 425.408.999,00 ou 35,79% do total realizado pela FAPESP em 2015, sendo R$ 301.843.703,26 voltados para a Linha Regular de Auxílio à Pesquisa e R$ 123.565.295,74 para os Projetos Temáticos.
Programas Especiais compreendem aqueles criados pela Fundação por sugestões e a partir das necessidades da Comunidade Científica, com o objetivo de capacitar recursos humanos em áreas consideradas estratégicas ou em que há reduzido número de quadros, modernizar estrutura física do sistema estadual de pesquisa, assegurar aos pesquisadores o acesso eletrônico a dados do Brasil e do exterior. Em 2015 estavam em andamento os seguintes

Programas Especiais:
Jovens Pesquisadores – programa que tem a finalidade de fortalecer o sistema estadual de pesquisa, atraindo para São Paulo jovens doutores de excelente qualificação e potencial e que atuem em temas modernos e com inserção internacional. O programa destina-se a criar oportunidade adequada de trabalho a esses profissionais, de forma a favorecer a criação de novos núcleos de pesquisadores em instituições sem tradição de pesquisa ou a criação de novas linhas de pesquisa em instituições que já tem tradição consolidada em pesquisa;
Orçam. Inicial – R$ 49.692.918,00
Realizado – R$ 48.385.154,91 – 97,37%

Ensino Público – financia pesquisas aplicadas sobre problemas concretos do ensino fundamental e médio em escolas públicas. Os projetos são executados por meio de parceria entre pesquisadores de instituições de ensino superior ou de pesquisa e profissionais vinculados a escolas da rede pública (estadual e municipal), visando desenvolver experiências pedagógicas inovadoras que possam trazer benefícios `escola.
Orçamento Inicial – R$ 383.719,00
Realizado – R$ 203.031,66 – 52,91%

Mídia Ciência – apoiar a formação de divulgadores científicos, por meio de bolsas em nível de graduação e pós-graduação. Esses recursos financiam pesquisas jornalísticas que resultam na produção de documentos de divulgação em veículos de comunicação de qualquer, desde que sejam desenvolvidos paralelamente ao cumprimento de um programa específico de estudos, orientado por pesquisadores e jornalistas profissionais.
Orçamento Inicial – R$ 288.394,00
Realizado – R$ 152.133,60 – 52,75%

Capacitação Técnica – destina-se ao treinamento e aperfeiçoamento de técnicos de nível médio e superior recém graduados que participem de atividades de projetos de pesquisa em instituições de ensino superior e pesquisa no Estado de São Paulo, financiados pela FAPESP.
Orçamento Inicial – R$ 12.536.782,00
Realizado – R$ 10.200.537,22 – 81,36%

Apoio à Infraestrutura de Pesquisa – tem por objetivo recuperar, modernizar e equipar laboratórios de instituições de ensino e de pesquisa, garantir aos pesquisadores acesso cada vez mais rápido à internet e atualizar o acervo das bibliotecas das instituições.
O programa atende à demanda de Unidades institucionais com necessidades infraestruturais que não podem ser convenientemente atendidas por meio dos subprogramas citados anteriormente. Trata-se de unidades cuja missão principal não é a de sediar grupos de pesquisa, mas a de servir de depositórios de informações, documentos e coleções biológicas relevantes para o desenvolvimento de projetos sediados fora delas, muitas vezes fora da instituição a que pertencem.
Orçamento Inicial – R$ 84.390.342,00
Realizado – R$ 86.579.138,88 – 102,59%

São Paulo *Excellence Chairs* – programa-piloto da FAPESP que busca estabelecer colaborações entre instituições do Estado de São Paulo e pesquisadores de alto nível radicados no exterior. O objetivo é atrair para o país cientistas de renome, a fim de que coordenem projetos temáticos em sua área de atuação em universidades e laboratórios paulistas.
Orçamento Inicial – R$ 1.176.569,00
Realizado – R$ 4.696.272,93 – 399,15%

Programa *eScience* - A colaboração em eScience visa explorar como avanços de pesquisa em Computação podem ajudar a vencer desafios científicos e tecnológicos em outros domínios, e vice-versa. O objetivo principal é encorajar abordagens ambiciosas, novas e não convencionais para pesquisa multidisciplinar inovadora, de nível mundial, envolvendo colaborações entre cientistas da computação e pesquisadores em outras áreas do conhecimento. Os tópicos relevantes para a chamada de propostas estão relacionados a seguir. Entretanto, a chamada não está restrita a esses tópicos e temas adicionais que se encaixem nas áreas da eScience são bem-vindos, como Algoritmos, modelos e interfaces humano-computador em eScience; Ciberinfraestrutura para apoiar pesquisa em eScience e Áreas de aplicação de eScience.
Orçamento Inicial – R$ 300.000,00
Realizado – R$ 335.428,38 – 111,81%

Outros Projetos abrangidos em Especiais

Orçamento Inicial – R$ 17.500.000,00

Realizado – R$ 16.134.244,06 – 92,19%

Programas de Pesquisa para Inovação Tecnológica:
Os Programas de Pesquisa para Inovação Tecnológica compreendem aqueles cujos resultados de suas pesquisas, além do avanço do conhecimento, visam e tem claro potencial de inovação tecnológica ou aplicação na formulação de políticas públicas.

Biotecnologia/Biodiversidade (Biota) - tem por objetivo principal catalogar e caracterizar a biodiversidade do Estado de São Paulo, definindo mecanismos para sua conservação, avaliando seu potencial econômico e estimando o se uso sustentável. Também conhecido como Instituto Virtual da Biodiversidade pois integra pesquisadores, estudantes e instituições por meio da ferramenta web.

Os dados sobre caracterização da biodiversidade produzidos pelo Biota-FAPESP estão sendo utilizados na capacitação de recursos humanos e transferidos para o governo com o objetivo de subsidiar políticas públicas de conservação. Por meio de sua rede de bioprospecção, o programa também transfere conhecimento para o desenvolvimento de novos produtos ou tecnologia para o setor privado.
Orçamento inicial – R$ 10.059.662,00
Realizado – R$ 10.166.057,72 – 101,06%

Pesquisa em Políticas Públicas - financia projetos de pesquisa aplicada que objetivam a produção e sistematização de conhecimentos de relevância direta para a formulação e implementação de políticas públicas. Apoia projetos em quaisquer áreas de atuação do poder público estadual ou municipal. O programa se baseia na parceria entre institutos de pesquisa e universidades com instituições responsáveis por políticas públicas, que irão implementar o projeto.
Orçamento Inicial – R$ 3.920.558,00
Realizado – R$ 6.639.703,78 – 169,36%

Centro de Pesquisa, Inovação e Difusão (Cepid) – sua característica mais importante é a multiplicidade de sua missão. Além de desenvolver investigação fundamental ou aplicada, focada em temas específicos ou objetivos, os centros devem ativamente procurar oportunidades para contribuir para a inovação por meio do desenvolvimento de meios eficazes de transferência de tecnologia. Os centros também são responsáveis por oferecer atividades de extensão voltadas para o ensino fundamental e médio e ao público em geral. Os projetos preveem o envolvimento de estudantes e professores em atividades de investigação e formação e incluem ações de divulgação da ciência.
Orçamento Inicial – R$ 74.516.932,00
Realizado – R$ 47.575.398,31 – 63,84%

Pesquisa em Parceria para a Inovação Tecnológica (PITE) – projetos voltados para o fomento a pesquisas desenvolvidas por pesquisadores de instituições de ensino superior e pesquisa no Estado de São Paulo e pesquisadores de empresas. O PITE apoia projetos de pesquisa científica e tecnológica a partir de uma parceria entre pesquisadores das instituições de pesquisa sediados no Estado de São Paulo e de empresas para criação e desenvolvimento de conhecimento relevante para a empresa. Os projetos são realizados em instituições de ensino superior e pesquisa do estado, com financiamento da FAPESP e da empresa parceira.
Orçamento Inicial – R$ 16.720.409,00
Realizado – R$ 10.499.591,98 – 62,80%

Pesquisa para Inovação Tecnológica em Pequena e Microempresa – programas voltados para o fomento à pesquisa inovativa em micro e pequenas empresas, com o objetivo de promover a inovação tecnológica, aumentar a competitividade e contribuir para a colocação de pesquisadores no mercado de trabalho.
Orçamento Inicial – R$ 40.056.000,00
Realizado – R$ 29.936.641,82 – 74,74%

Apoio à Propriedade Intelectual – programa com o objetivo de gerar uma cultura de patenteamento e licenciamento de tecnologia entre pesquisadores do Estado de São Paulo.
Orçamento Inicial – R$ 519.459,00
Realizado – R$ 261.253,43 – 50,29%

Pesquisa em Bioenergia (Bioen) – lançado em 2008, possui um sólido núcleo de pesquisa acadêmica exploratória que busca articular a pesquisa realizada nas universidades e centros de pesquisa com aquela feitas laboratórios de empresa. O programa fornece subsídios para a produção sustentável de biocombustíveis baseados especialmente no etanol da cana-de-açúcar, mas não apenas dele. A agenda de pesquisa inclui a produção de biomassa e seu processamento a produção de biocombustíveis, o desenvolvimento de motores, as aplicações da alcoolquímica e os impactos ambientais e socioeconômicos.
Orçamento Inicial – R$ 11.351.895,00
Realizado – R$ 6.434.711,75 – 56,68%

Pesquisa sobre Mudanças Climáticas Globais – criado em 2008, apoia projetos de pesquisa de até seis anos, realizados por grandes equipes multidisciplinares, sendo um de seus objetivos principais o desenvolvimento do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global, com foco nas principais questões regionais, como Amazônia, o Cerrado e regiões do Atlântico Sul. O modelo é um passo necessário para melhor compreender o papel que o clima brasileiro desempenha nas mudanças globais.
Orçamento Inicial – R$ 10.156.560,00
Realizado – R$ 7.153.993,66 – 70,44%

Cooperação Internacional de Apoio à Pesquisas sobre o Cérebro (CInAPCe) - criado em 2004 com o objetivo de promover o desenvolvimento de pesquisas em neurociências. Opera na forma de rede de cooperação entre diversos grupos de pesquisas paulistas em um instituto virtual dedicado ao estudo do sistema nervoso,
Dotação Inicial – R$ 1.781.361,00
Realizado – R$ 276.091,01 – 15,50%
A execução de 3,74% acima do previsto deveu-se à suplementação por excesso de arrecadação (retorno de diferimento) e superávit financeiro apurado em balanço do exercício anterior.

PROGRAMA	ORÇAMENTO INICIAL	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PERCENTUAL
1044 - DESENVOLVIMENTO DA CIENCIA E DA TECNOLOGIA	1.145.835.150,00	1.188.693.702,38	103,74%
4688 - CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	450.502.881,00	477.655.318,28	106,03%
3 - DESPESAS CORRENTES	450.502.881,00	477.655.318,28	106,03%
4699 - INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	169.082.836,00	118.943.443,46	70,35%
3 - DESPESAS CORRENTES	169.082.836,00	118.943.443,46	70,35%
5286 - CONCESSÃO DE AUXÍLIO À PESQUISA	377.780.709,00	425.408.999,00	112,61%
3 - DESPESAS CORRENTES	377.780.709,00	425.408.999,00	112,61%
5287 - PROGRAMAÇÃO ESPECIAL	148.468.724,00	166.685.941,64	112,27%
3 - DESPESAS CORRENTES	148.468.724,00	166.685.941,64	112,27%

Programa 2305 - Fomento ao Trabalho Artesanal

A missão da SUTACO é a preservação, desenvolvimento, promoção do artesanato paulista e a valorização e apoio ao artesão.
O artesanato é importante manifestação da cultura e identidade de uma comunidade, uma região, um país. É também uma forma significativa de geração de renda e promoção do desenvolvimento local de maneira economicamente viável, ambientalmente responsável e socialmente justa.
A partir do seu cadastramento na SUTACO, o artesão obtém a Carteira que o identifica como profissional do artesanato, facilitando sua inserção econômica e social, e dá acesso aos serviços prestados pela autarquia, entre eles:

- Divulgação na internet, em material impresso e na mídia.
- Comercialização: a SUTACO adquire peças representativas do artesanto do Estado e coloca à venda em suas lojas e nas feiras e eventos dos quais participa, a preços acessíveis.

- Emissão de Nota Fiscal: permite e facilita as transações comerciais que necessitam desse documento. As notas emitidas pela SUTACO são isentas de ICMS; o artesão paga apenas de 1 a 5% pelo serviço prestado.

A SUTACO também investe em pesquisa, preservação e difusão da memória e dos saberes relacionados ao artesanato paulista.
Ação: Cadastro
Descrição da ação: para tentar superar a informalidade dentro deste segmento a **SUTACO,** ao cadastrar o artesão, emite um documento válido por dois anos, capaz de identificá-lo como profissional de artesanato, facilitando sua inserção socioeconômica e possibilitando o acesso aos serviços prestados pela autarquia.
Público-alvo: Artesãos com idade igual ou superior a 16 anos que desejem efetuar o seu cadastro na SUTACO.

Ação: Comercialização
Descrição da ação: A SUTACO adquire, por consignação, peças representativas do artesanato do Estado de São Paulo para suas lojas, feiras e eventos, a preços acessíveis, como forma de divulgar o artesanato paulista, apoiar o desenvolvimento regional e promover a geração de renda para o artesão.

Ação: Cursos de qualificação
Descrição da ação: Em um mercado cada vez mais exigente a atuação no setor de qualificação e treinamento é de suma importância. A SUTACO procura melhorar o desempenho da atividade artesanal como fonte geradora de renda e ao mesmo tempo preservar formas tradicionais da cultura popular.
Público-alvo: em geral, população em situação de vulnerabilidade social como: egressos e internos de estabelecimentos correcionais, desempregados, pessoas com deficiência ou necessidades especiais, pessoas atendidas pela rede de saúde mental.

Programa 4407 - Tecnologia da Informação e Comunicação para Excelência da Gestão

O Programa no âmbito da Pasta tem por finalidade dar suporte as atividades para definição, implementação e atualização da política de segurança da informação. Gerenciar o banco de dados informatizado, acompanhar a execução de contratos de prestação de serviços e fornecimento de equipamentos relativos à tecnologia da informação, bem como, operar as redes local e remota, os computadores centrais, objetivando garantir a disponibilidade, desempenho e recursos da comunicação para acesso a informações da rede de computadores da Secretaria com outras redes e manter central de atendimento e suporte técnico aos usuários, para orientar quanto a utilização de “softwares”.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Secretaria de Desenvolvimento Social

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

35000 - Secretaria de Desenvolvimento Social

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**921.225.034,00**	**836.041.981,76**	**12.796,80**	**836.054.778,56**	**812.018.337,62**
Pessoal e Encargos Socias	29.990.382,00	28.563.589,25	0,00	28.563.589,25	28.342.672,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	891.234.652,00	807.478.392,51	12.796,80	807.491.189,31	783.675.665,62
Despesas de Capital	**23.400.000,00**	**24.410.153,87**	**0,00**	**24.410.153,87**	**22.220.495,31**
Investimentos	23.400.000,00	24.410.153,87	0,00	24.410.153,87	22.220.495,31
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**944.625.034,00**	**860.452.135,63**	**12.796,80**	**860.464.932,43**	**834.238.832,93**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

35000 - Secretaria de Desenvolvimento Social

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0100 - Apoio Administrativo	**61.702.147,00**	**56.296.204,09**	**8.687,34**	**56.304.891,43**	**55.454.612,20**
Despesas Correntes	61.702.147,00	56.296.204,09	8.687,34	56.304.891,43	55.454.612,20
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0944 - Recomeço: Uma Vida sem Drogas	**7.718.430,00**	**19.510.399,73**	**0,00**	**19.510.399,73**	**13.520.345,35**
Despesas Correntes	7.718.430,00	19.510.399,73	0,00	19.510.399,73	13.520.345,35
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1703 - Programa Estadual de Direitos Humanos	**0,00**	**3.502.060,47**	**4.109,46**	**3.506.169,93**	**3.311.655,97**
Despesas Correntes	0,00	3.502.060,47	4.109,46	3.506.169,93	3.311.655,97
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3512 - Gestão da Política Social	**25.239.535,00**	**27.192.285,30**	**0,00**	**27.192.285,30**	**22.860.775,77**
Despesas Correntes	5.239.535,00	3.090.108,59	0,00	3.090.108,59	2.873.569,07
Despesas de Capital	20.000.000,00	24.102.176,71	0,00	24.102.176,71	19.987.206,70
3513 - Proteção Social Básica	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**149.604,04**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	149.604,04
3515 - Rede Social São Paulo	**2.682.077,00**	**101.781,00**	**0,00**	**101.781,00**	**489.928,20**
Despesas Correntes	2.682.077,00	101.781,00	0,00	101.781,00	489.928,20
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3516 - Família Cidadã - Ações Sociais Integradas	**309.887.358,00**	**274.419.267,33**	**0,00**	**274.419.267,33**	**270.012.011,36**
Despesas Correntes	309.887.358,00	274.419.267,33	0,00	274.419.267,33	270.012.011,36
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

3517 - Proteção Social	**237.481.367,00**	**214.192.915,01**	**0,00**	**214.192.915,01**	**213.522.076,76**
Despesas Correntes	235.481.367,00	214.134.937,85	0,00	214.134.937,85	211.698.854,01
Despesas de Capital	2.000.000,00	57.977,16	0,00	57.977,16	1.823.222,75
3518 - Segurança Alimentar e Nutricional	**299.914.120,00**	**265.237.222,70**	**0,00**	**265.237.222,70**	**254.917.823,28**
Despesas Correntes	298.514.120,00	264.987.222,70	0,00	264.987.222,70	254.657.361,46
Despesas de Capital	1.400.000,00	250.000,00	0,00	250.000,00	260.461,82
Despesa Total	**944.625.034,00**	**860.452.135,63**	**12.796,80**	**860.464.932,43**	**834.238.832,93**

Fonte: SIAFEM/SP
Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Programa 3512 – Gestão da Política Social

Ação 1825 – Equipamentos Sociais – Centros de Referência da Assistência Social

No início de 2015, o Estado de São Paulo contava 35 municípios sem CRAS. Sendo que 22 em processo de implantação e 13 sem previsão alguma. Desse total 31 municípios de porte I, 03 municípios de porte II e 01 municípios de porte médio. Tendo como base o diagnóstico desses municípios que ainda não tinham implantado seus CRAS, constatou-se como principais dificuldades: 60% dos municípios apontavam como principal problema a contratação de Recursos Humanos. Levando em consideração que 89% destes municípios são de Porte I, a baixa densidade demográfica compromete a receita tributária e, por consequência, esbarra na lei de responsabilidade fiscal; 28% dos municípios apontavam "Estrutura física"; 12% dos municípios apontavam "Problemas Políticos" e "Falta de interesse por parte do gestor".

Diante das dificuldades apresentadas pelos municípios e tendo como meta avançar no aperfeiçoamento e no fortalecimento da gestão da assistência social no âmbito do Estado de São Paulo, a SEDS em 2015 repassou aos municípios sem CRAS; em parcela única o valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) conforme critérios estabelecidos na Resolução SEDS03 de 19/03/2015 e Portaria Conjunta CAF/CAS 003 de16/05/2014.

Como estratégia de sensibilização prévia foram realizados 04 Encontros Regionais (Araraquara, Marília, Fernandópolis e Presidente Prudente) no início de 2015; além de reuniões entre as equipes da PSB, técnicos das DRADS e técnicos dos municípios para subsidiá-los nesse processo inicial de implantação do CRAS.

Justificativa (180,02% de Execução Orçamentária)

Foram realizadas alterações orçamentárias para adequação de recursos na natureza de despesa correta.

Ação 2481 – Equipamentos Sociais – Centro Dia do Idoso e Centro de Convivência do Idoso

O Programa São Paulo Amigo do Idoso, instituído pelo Decreto nº 58.047, de 15 de maio de 2012, objetiva promover amplo processo de mobilização regional, de diversos setores governamentais e da sociedade, para desenvolver territórios amigáveis a todas as idades, com foco no envelhecimento ativo do Estado de São Paulo. É coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Social e envolve mais 10 Secretarias Estaduais. No âmbito da Política de Assistência Social, houve ampliação da rede de equipamentos de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, por meio da celebração de convênios com municípios para a implantação de Centros Dia (CDI) e Centros de Convivência (CCI).

Inaugurações em 2015:

12 Centro de Convivência do Idoso (CCI)
3 Centro Dia do Idoso (CDI)
4 Vila Dignidade

Ações em 2015:

Visitas Técnicas: programa Vila Dignidade; visitas a 10 municípios com unidades em funcionamento e unidades em fase de implantação; orientação técnica sobre processo de seleção e gestão do equipamento; monitoramento e avaliação; assessoria e apoio técnico permanente: Centro Dia; visitas a 14 unidades em funcionamento – orientação técnica sobre a execução de serviços e gestão do equipamento; monitoramento e avaliação, aplicação de instrumental de avaliação; reuniões técnicas com DRADS, gestores e técnicos municipais.

Encontro Macrorregional para a XIV Conferência Estadual do Idoso: Orientação e assessoria aos municípios sobre o tema e a organização das conferências municipais em 6 macrorregiões.

XIV Conferência Estadual do Idoso: Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa - Por um Brasil de Todas as Idades, de 28 a 30 de setembro, em Águas de Lindóia.

Reoferta do curso online Envelhecer no Século XXI: conquistas, desafios e perspectivas, por meio da EDESP.

Justificativa (20,48% de Execução Orçamentária)

Em 2013, foram autorizadas pelo Sr. Governador (publicadas no DOE) Indicações Parlamentares, porém o pedido de Crédito no valor de R$ 64.605.511,00 foi negado. Sendo assim, muitas indicações parlamentares não puderam ser empenhadas em 2013. Em 2014, algumas destas Indicações foram empenhadas (com recursos de 2014), para isso fizemos reduções de recursos do P.T. Equipamentos Sociais - Centro Dia para Idoso / Centro de Convivência do Idoso e suplementações no P.T. Equipamentos Sociais – Centro de Referência de Assistência Social, onde são executadas as indicações.

Programa 3516 – Renda Cidadã – Ações Sociais Integradas

Ação 5579 - Erradicação da Miséria Extrema

O objetivo do Programa Renda Cidadã é atender famílias em situação de pobreza (com renda mensal familiar per capita de até meio salário mínimo nacional) mediante ações complementares e transferência direta de renda. Em 2015, foram atendidas 186 mil famílias.

Justificativa (86,58% de Execução Orçamentária)

O Programa Renda Cidadã não executou 100% do orçamento em razão da alta rotatividade de famílias saindo do programa devido ao término de participação no programa (36 meses).

Ação 5945 – Geração de Trabalho e Renda

O Programa Estadual de Qualificação Profissional, oferecido pela Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Governo do Estado de São Paulo, têm como prioridade desenvolver oportunidades, para que o cidadão desempregado se qualifique e retorne ao mercado de trabalho, ou o trabalhador que está empregado realize uma requalificação e melhore seu Currículo.

Em função da grande quantidade de alunos em situação de desemprego que procuravam o Programa Estadual de Qualificação, a Secretaria do Emprego e Relações do trabalho ofereceu um benefício para facilitar a realização do curso e a busca pelo trabalho.

Este benefício consiste em auxílio-bolsa e auxílio-transporte. O valor da parcela do auxílio-bolsa é de R$ 210,00 e a parcela do auxílio-transporte é de R$ 120,00. No ano de 2015, foram 18.282 beneficiários.

Somente alunos desempregados recebem o auxílio-bolsa, porém o auxílio-transporte é vinculado a matricula de qualquer aluno. Estando suscetível a alterações, dependendo do contrato firmado com a Instituição de Ensino. Todo mês, no dia 25, o sistema PEQ realizada uma varredura das presenças e ausências dos alunos para estipular os benefícios que serão gerados no mês seguinte, portanto a data de corte é dia 25 de cada mês.

Desde 1996 a 2015 até o momento foram qualificados 2.252.025 trabalhadores, foram ministrados 85 cursos diferentes.

Recursos:

São transferidos recursos da Secretaria do Trabalho para a SEDS.

No exercício de 2015 foram utilizados recursos orçamentários inscritos em Restos a Pagar de 2012,2013 e 2014.

No exercício de 2015 foram transferidos da Secretaria de Trabalho (através de crédito suplementar) o montante de 410.000,00 possibilitando pagamentos da ordem de 67.300,00 sendo que a diferença de 342.700,00 encontra-se inscrito em restos a pagar para 2016.

Em 2015 foi solicitado outro crédito suplementar de R$ 8.740.179,00 (com oferecimento da Secretaria do Trabalho), qual foi **negado pela Secretaria de Planejamento**.

Ação 6154 - Renda Cidadã – Benefício ao Idoso

O objetivo do Programa Renda Cidadã – Benefício Idoso é atender pessoas, com oitenta anos ou mais, que integra família com renda mensal familiar per capita de até meio salário mínimo nacional, mediante transferência direta de renda. O Programa atendeu 2.847 idosos em 2015.

Justificativa (40,37% de Execução Orçamentária)

O Programa Renda Cidadã - Benefício Idoso teve baixa execução orçamentária em razão de não localização de idosos na faixa etária de 80 anos e mais. Desta maneira, o programa será reformulado.

Ação 5604 – Ação Jovem – Meu Futuro

O Programa Estadual Ação Jovem tem como objetivo promover a inclusão social de jovens, na faixa etária de 15 a 24 anos, pertencentes a famílias com renda “per capita” mensal de até meio salário mínimo, mediante transferência direta de renda, como apoio financeiro temporário para estimular a conclusão da escolaridade básica, somada a ações complementares e de apoio à iniciação profissional.

Meta 2015:110 mil jovens. Maior atendimento no ano: 105.026 jovens.

Ações: Gestão de cadastro; gestão de benefício; orientação técnica e operacional; monitoramento da oferta de ações complementares e do acompanhamento de condicionalidades por parte das prefeituras e demais parceiros; avaliação periódica do desenvolvimento do programa e dos resultados apresentados; manutenção da parceria com o SESC/SP, a qual objetiva oferecer aos beneficiários do Programa Ação Jovem acesso a atividades nas áreas de esporte, cultura e lazer; implantação do novo relatório estatístico no Aplicativo Ação Jovem, o qual possibilita aos parceiros traçar o perfil dos beneficiários localmente e às DRADS por região e, reavaliação do programa com proposta de alteração para o seu aperfeiçoamento em andamento.

Programa 3517 – Proteção Social

Ação 5530 - Proteção Social Básica (Piso Social)

Compõe a Rede Socioassistencial da Proteção Social Básica (PSB) do estado, de acordo com informações do sistema dos Planos Municipais de Assistência Social (PMAS 2015), 8.189 locais de execução, entre públicos e privados, que desenvolvem serviços de caráter preventivo e proativo. São atendidos por esta rede 2.933.897 usuários (entre famílias, crianças, adolescentes, jovens, idosos e pessoas com deficiência).

O apoio financeiro aos municípios se dá através do repasse financeiro direto, no sistema Fundo a Fundo – do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) para os Fundos Municipais de Assistência Social (FMAS), conforme a Lei Estadual nº 13.242, de 08 dezembro de 2008, Decreto Estadual nº 54.026 de 16 fevereiro de 2009, e alínea “c” do inciso II do artigo 60, do Decreto Estadual nº. 49.668, de 17 de junho de 2005.

Principais realizações em 2015:

Capacitação - Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF): Realização de 8 Encontros Regionais Temáticos em 2015 cujo objetivo foi o alinhamento conceitual entre os técnicos das Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS), equipes técnicas dos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), órgão gestor e conselheiros municipais sobre a temática PAIF e SCFV. Contemplou cerca 800 participantes.

Monitoramento dos Planos de Providência e Apoio: Sistematicamente a equipe da PSB monitora os Planos de Providência e Planos de Apoio, objetivando apoiar, em parceira com as 26 Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS), os municípios no cumprimento das Metas de Desenvolvimento dos CRAS.

Ação 6035 - Proteção Social Especial (Reinserção e Inclusão Social)

Conforme a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) - Lei 12.435/11 - a Proteção Social Especial (PSE) é a área de atendimento socioassistencial destinado a famílias e indivíduos que se encontram em risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. O atendimento socioassistencial da PSE está dividido em dois níveis: média e alta complexidade. A equipe de Proteção Social Especial, durante o ano de 2015, promoveu a assistência técnica das 26 DRADS por meio eletrônico, telefônico e presencial.

Proteção Social Especial - Média Complexidade: A população em situação de rua também é contemplada pela Política Nacional de Assistência Social. Em 2015 foram 36 unidades do Centro de Referência à População em Situação de Rua (Centro Pop).

Proteção Social Especial - Alta Complexidade: No âmbito da Alta Complexidade, a Proteção Social Especial atende por meio dos serviços de Acolhimento Institucional, Acolhimento em Repúblicas, Acolhimento em Família Acolhedora. De acordo com dados do sistema dos Planos Municipais de Assistência Social (PMAS 2015), são executados 7 serviços da PSE de Alta Complexidade conforme Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais – que apresentam previsão de atendimento anual de 360.476 e totalizam o repasse estadual de R$ 65.726.901,16. Há ainda 55 serviços de alta complexidade não tipificados pela Resolução Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 109/2009, com 3.192 vagas, que apresentam previsão de atendimento anual de 11.637.

Proteção Social Especial de

Média Complexidade

No Estado de São Paulo iniciamos o ano de 2015 com o total de 256 Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Nos CREAS estão instalados o serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) que tem por objetivo apoiar, orientar e acompanhar indivíduos e famílias em situação de ameaça ou violação de direitos.

Os 238 serviços de MSE LA são cofinanciados pelo Governo do Estado de São Paulo com o investimento total R$ 21.881.417,74 (ano). Entre os municípios cofinanciado e não-cofinanciado o total de atendimento é de 17.695 (PMAS/WEB) adolescentes em conflito com a lei. A equipe da Proteção Social Especial participou do Grupo de Trabalho da SEDS que alterou a Resolução SEADS 14 de 01 de julho 2009 que definia o cofinanciamento estadual para Medidas Socioeducativas. As novas regras do cofinanciamento foram definidas pela Resolução SEDS 23 de 30 de novembro de 2015.

O Serviço de Abordagem Social é desenvolvido em CREAS, em Centro Pop e no Órgão Gestor Municipal da Assistência Social. No Estado de São Paulo encontramos o total de 176 serviços com previsão de atendimento anual de 82.255 usuários com o investimento do Governo no Estado de São Paulo no valor de R$ 3.083.843,87 (ano).

O Serviço a Pessoas com Deficiência, Idosos e suas famílias também são desenvolvidos no CREAS para atender as famílias com pessoas com deficiência e idosos com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violação de direitos.

A população em situação de rua também é contemplada pela Política Nacional de Assistência Social com o serviço especializado a fim de assegurar o atendimento e a oferta de atividades socioeducativas para o fortalecimento de vínculos interpessoais e familiares. Em 2015, foram 49 unidades de Centro de Referência à População em Situação de Rua – Centro Pop.

Em 2015, foram realizados 03 encontros com 03 DRADS e municípios com objetivo de discutir o atendimento à população de rua e Política Nacional de Inclusão para População de Rua.

Proteção Social Especial de

Alta Complexidade

No âmbito da Alta Complexidade a Proteção Social Especial atende por meio dos serviços de Acolhimento Institucional, Acolhimento em Repúblicas, Acolhimento em Família Acolhedora.

De acordo com dados PMAS de 2015, são executados 7 serviços da PSE de Alta Complexidade conforme Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais - que apresentam previsão de atendimento anual de 296.903, totalizam o repasse estadual de R$ 65.223.614,16. Há ainda, 33 serviços de alta complexidade não tipificados pela Resolução CNAS nº 109/2009, com 3189 vagas, que apresentam previsão de atendimento anual de 12.976, cujo repasse estadual totaliza R$ 727.912,32

Reordenamento - Serviços de Acolhimento de Crianças, Adolescentes e Jovens até 21 anos:

O Serviço de Acolhimento de Crianças, Adolescentes e Jovens integram a Proteção Social Especial de Alta Complexidade, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), devem ser organizados em consonância com os princípios, as diretrizes e as orientações contidas nas normativas e políticas nacionais, em especial aquelas diretamente relacionadas ao tema. A saber: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS), Tipificação Nacional de Serviços Socioassistencias, Orientações Técnicas, Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes, Plano Nacional de promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, Plano Decenal dos Direitos humanos de crianças e adolescentes e Diretrizes Internacionais para cuidados alternativos a crianças sem cuidados parentais.

Tomando por base essas diretrizes o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome no ano de 2013 deu início ao processo de expansão qualificada e reordenamento dos Serviços de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens até 21 anos, justificados pelas resoluções nº15 e nº17 da Comissão Intergestora Tripartite (CIT) e nº23 e nº31, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), e que continua até o momento.

As atividades realizadas pela Proteção Social Especial em 2015:

- Reunião com as Diretorias Regionais para informar sobre o processo de reordenamento e as legislações que embasam esse processo;

- Videoconferência sobre Orientações técnicas para Elaboração do Plano Municipal de Acolhimento Institucional realizada pela Escola de Desenvolvimento Social de São Paulo em parceria com a Coordenadoria de Ação Social- Proteção Social Especial e Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

Público: 260 Municípios que aderiram a expansão do serviço

Total de Participantes: 2.000 pessoas;

- Videoconferência sobre Reordenamento de Instituições de Acolhimento realizada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social - SEDS.

Público: Juízes e 260 Municípios que aderiram a expansão 2013

Total de participantes: 2.500 pessoas;

- Participação em evento, realizado pelo CRP / Baixada Santista voltado para psicólogos que atuam em acolhimento para crianças, adolescentes e jovens da região da Baixada Santista.

Serviço de Acolhimento em 2015:

Reordenamento do Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias em Situação de Rua

- A equipe de Proteção Social Especial acompanhou a entrega dos Planos de Reordenamento do Serviço de Acolhimento Institucional para adultos e famílias em Situação de Rua previsto por Resolução do Conselho Nacional de Assistência (CNAS) Social e Comissão Tripartite (CIT). No Estado de São Paulo, 56 municípios participaram do processo de reordenamento dos serviços de acolhimento.

Para Adultos e Famílias/Migrantes: Casa de Passagem Terra Nova

- O serviço de acolhimento na modalidade Casa de Passagem, tem 54 vagas para estrangeiros recém-chegado sem situação de alta vulnerabilidade e vítimas de tráfico de pessoas. O serviço é executado por convênio direto pelo Estado, em parceria entre a Secretaria de Desenvolvimento Social e a organização CROPH. O perfil prioritário dos usuários são famílias (adultos com crianças e/ou adolescentes) e pessoas LGBT.

Para Pessoas com Deficiência: Residência Inclusivas

- Em 2015 foi implantado mais 1 unidade executora do Serviço de Acolhimento Institucional de Pessoas com Deficiência na modalidade de residência inclusiva no município de Campinas.

- O Estado atualmente conta com 29 Residências Inclusivas municipais implantadas em 21 municípios.

- Reunião com as Diretorias Regionais para informar sobre o processo de reordenamento e as legislações que embasam esse processo.

- Videoconferência sobre Orientações técnicas para Elaboração do Plano Municipal de Acolhimento Institucional realizada pela Escola de Desenvolvimento Social de São Paulo em parceria com a Coordenadoria de Ação Social - Proteção Social Especial e Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Público: 260 Municípios que aderiram a expansão do serviço Total de Participantes: 2.000 pessoas.

- Videoconferência sobre Reordenamento de Instituições de Acolhimento realizada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social-SEDS. Público: Juízes e 260 Municípios que aderiram à expansão 2013. Total de participantes: 2.500 pessoas.

- Participação em evento, realizado pelo CRP/Baixada Santista, voltado para psicólogos que atuam em acolhimento para crianças, adolescentes e jovens da região da Baixada Santista.

Implantação de Serviço de Acolhimento: para adultos e famílias/migrantes

Foi implantado 01 serviço de acolhimento para adultos e famílias/migrantes no município de São Paulo. O modelo se enquadra no previsto nas Resoluções, porém, não é parte do processo de expansão proposto pelo MDS uma vez que é financiado apenas com recursos estaduais. O serviço foi pactuado na Comissão Intergestores Bipartite (CIB) - Portaria CIB//SP nº 08, de 07/05/2014 - e deliberado pelo no Conselho Estadual de Assistência Social (CONSEAS).

- O serviço de acolhimento é na modalidade Casa de Passagem, tem 54 vagas para estrangeiros recém-chegados em situação de alta vulnerabilidade e vítimas de tráfico de pessoas. O perfil prioritário dos usuários são famílias (adultos com crianças e/ ou adolescentes) e pessoas LGBT.

- O Serviço de Proteção em Situação de Calamidades Públicas e de Emergências é desenvolvido por meio de um comitê articulado com a Defesa Civil e demais políticas públicas setoriais.

Ações de Articulação Intersetorial

A equipe de Proteção Social Especial (PSE) desenvolve inúmeras atividades em parceria intersetorial e interinstitucional: com a Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania (Comitê

Intersecretarial de Defesa da Diversidade Sexual, MSE LA, Comitê Interinstitucional de Enfrentamento e Prevenção ao Tráfico de Pessoas, Conselho de Medidas Socioeducativas da Fundação Casa, Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas, Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte); com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Plano de Atendimento Familiar, Entrega do Filho, Escuta Não-vitimizante); Secretaria Estadual da Pessoa Com Deficiência (Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência); Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONDECA (Comitê Estadual de violência sexual contra crianças e adolescentes); CONDESB/ Câmara Temática de Política para Mulheres (Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista).

Ação 5529 - Atenção Especial à Família

No Estado de São Paulo, iniciamos o ano de 2015 com o total de 238 Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Nos CREAS estão instalados o serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), que tem por objetivo apoiar, orientar e acompanhar indivíduos e famílias em situação de ameaça ou violação de direitos.

O Serviço de Abordagem Social é desenvolvido nos seguintes equipamentos públicos: CREAS, Centro Pop e Órgão Gestor Municipal da Assistência Social. No Estado de São Paulo encontramos o total de 174 serviços com previsão de atendimento anual de 172.570 usuários. O Serviço a Pessoas com Deficiência, Idosos e suas famílias também são desenvolvidos no CREAS para atender as famílias com pessoas com deficiência e idosos com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violação de direitos.

Justificativa (76,75% de Execução Orçamentária)

Não tivemos alteração orçamentária nesta ação

Ação 6004 - Liberdade Assistida (LA)

Os 238 serviços de Medidas Socieducativas em Meio Aberto - Liberdade Assistida, são cofinanciados pelo Governo do Estado de São Paulo com o investimento total R$ 21.881.417,74 (ano). Entre os municípios cofinanciado e não-cofinanciado o total de atendimento é de 17.695 (PMAS/WEB) adolescentes em conflito com a lei. A equipe da Proteção Social Especial participou do Grupo de Trabalho da SEDS que alterou a Resolução SEADS 14 de 01 de julho 2009 que definia o cofinanciamento estadual para Medidas Socioeducativas. As novas regras do cofinanciamento foram definidas pela Resolução SEDS 23 de 30 de novembro de 2015.

A equipe da Proteção Social Especial participou do Grupo de Trabalho da SEDS que alterou a Resolução SEADS 14 de 01 de julho 2009 que definia o cofinanciamento estadual para Medidas Socioeducativas. As novas regras do cofinanciamento foram definidas pela Resolução SEDS 23 de 30 de novembro de 2015.

Programa 3518 – Segurança Alimentar e Nutricional

Ação 6000 – Viva Leite

O Projeto Estadual Vivaleite dentro do Programa Estadual de Alimentação e Nutrição para populações em situação de vulnerabilidade social, em substituição ao Programa Campo/Cidade-Leite, de que trata o Decreto nº 41.612, de 7 de março de 1997, e dá providências correlatas, entrou em vigor em 22 de dezembro de 1999. Desde 19 de Janeiro de 2011, a Secretaria de Desenvolvimento Social por meio da Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional (COSAN) administra o Projeto Estadual Vivaleite conforme Decreto nº 56.674.

Atualmente, por meio de 1.936 entidades credenciadas, 139.914 crianças recebem 2.098.710 litros/mês de leite e 97.589 idosos recebem 1.463.835 litros/mês de leite na Capital e Grande São Paulo. O projeto também se estende pelo estado estabeleceu convênios com 606 municípios; beneficiando 222.487 crianças que recebem 3.337.305 litros/mês de leite, totalizando cerca de 459.990 mil beneficiários, que consomem, aproximadamente, 6.899.850 litros/mês.

O principal objetivo do projeto é oferecer um complemento alimentar seguro e de alto valor nutritivo às crianças e idosos que vivem em condição de risco nutricional, visando ainda o consumo da produção leiteira paulista, isso representou em 2014 5,9% de toda produção paulista de leite, fortalecendo a distribuição de renda para pequenos produtores e a famílias do campo que vivem da renda da produção de leite.

O mecanismo principal de ação da política pública de segurança alimentar e nutricional que rege o Projeto Vivaleite é a distribuição gratuita de leite fluido pasteurizado enriquecido com Ferro, Vitamina A e Vitamina D, que além de ser um complemento alimentar auxilia também na prevenção de anemia ferropriva e das deficiências de vitaminas A e D.

Na Capital e região da Grande São Paulo, o projeto Vivaleite tem uma atuação social que fortalece a presença do Estado em regiões de vulnerabilidade social, através das parcerias com entidades sociais sem fins lucrativos que fazem a distribuição do leite, e de 52 voluntários que auxiliam a operacionalização do projeto.

Ação 6001 Bom Prato

O projeto de restaurante popular Bom Prato foi concebido para oferecer refeições de qualidade com alto teor nutricional a preços acessíveis à população de baixa renda. Cada unidade do Restaurante Bom Prato gera de 10 a 20 empregos diretos, entre os quais: profissionais administrativos, gerentes, nutricionistas, cozinheiros, auxiliares de cozinha e limpeza, todos vinculados à entidade gestora. As entidades gestoras são responsáveis pela operacionalização das unidades, trâmites administrativos que incluem a contratação dos profissionais, compra dos alimentos, manutenção predial e de equipamentos, cobertura de aluguéis e pagamento de contas de água, luz e gás. As Unidades que apresentam infraestrutura contam com um Posto do Acessa/SP, em parceria com a Secretaria de Gestão, além disto, através do Via Rápida (da Secretaria de Desenvolvimento Econômico), são ministrados cursos na área de Gastronomia.

Em 2015 foram inauguradas 03 unidades, totalizando 50 Unidades em todo o Estado. Foram revitalizadas 02 unidades. Com a autorização do Governador, a Unidade Campos Elíseos, situada em área de grande vulnerabilidade social, iniciou o fornecimento de refeições noturnas (jantar) e aos finais de semana. Em 2015 foram servidas 18.974.644 refeições, entre almoço e café da manhã.

Outras Ações / Programas

1. Coordenadoria de Gestão Estratégica (CGE)

1.1. Cadastro Pró-Social (Sistema Pró-Social)

O Pró-Social é uma ferramenta de gestão do governo do Estado de São Paulo, que tem por objetivo integrar ações, programas e projetos num cadastro único, bem como fornecer informações estratégicas, consistentes para a SEDS e o governo do Estado, com o intuito de fomentar e subsidiar a elaboração de Políticas Públicas em Assistência e Desenvolvimento Social.

O Sistema é utilizado por gestores e técnicos de todos os Municípios do Estado, Secretaria de Desenvolvimento Social e outros parceiros, tais como Fundação Casa, Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza e Secretaria de Administração Penitenciária, permitindo a estes conhecer o perfil dos beneficiários, identificar à oferta de demanda por ações sociais e conhecer programas e ações sociais implementadas pelas demais instâncias de governo e instituições privadas.

Os usuários do Módulo Família/Beneficiários somam aproximadamente 6.348 usuários entre Gestores e Técnicos Municipais, Secretarias de Estado e Organizações não governamentais. Merecem destaque os atendimentos para operacionalização do sistema (por meio do fale-conosco, e-mail e ligações telefônicas).

No Sistema Pro Social Módulo/Instituições, estão atualmente cadastradas 2.433 entidades sem fins lucrativos. Estes dados foram extraídos do banco de dados do dia 13/01/2016.

Ao efetuar a inclusão cadastral, no Sistema Pro Social Módulo/Instituições, as entidades da área da assistência social poderão obter alguns benefícios, ou seja: a possibilidade de manter convênio, isenção parcial de IPVA e participar do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal".

No ano de 2015 efetuamos visitas às DRADS Capital e DRADS Marilia, para apresentação do Sistema Pro Social Módulo/Instituições.

A Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo contratou a Fundação EZUTE, que está desenvolvendo a unificação dos cadastros Pró-Social com o Cadastro Único do Governo Federal, permitindo a geração de indicadores, que poderão ser utilizados para elaboração de Políticas Públicas nas três esferas de governo: Municipal, Estadual e Federal, evitando-se a sobreposição de ações, garantindo a efetividade e eficiência dos recursos públicos.

1.2. Apoio às Ações Municipais (Sistema PMASweb)

O sistema dos Planos Municipais de Assistência Social (PMASweb) é uma ferramenta informatizada criada pelo Estado de São Paulo para inserção e extração de informações sobre os serviços socioassistenciais e sobre o planejamento de ações dos municípios paulistas, disponibilizado para técnicos, gestores e conselheiros municipais e estaduais, visando a facilitar a coordenação e o gerenciamento da rede de serviços socioassistenciais.

O PMASweb permite acesso on-line a todas as informações dos planos municipais dos 645 municípios paulistas, contribuindo com a elaboração de análises e diagnósticos socioassistenciais locais ou regionais. Dessa forma, o sistema tem consolidado avanços importantes, tornando-se um valioso instrumento de planejamento e gestão, utilizado para retratar a realidade de cada município e das regiões do Estado, além de ser documento necessário para a transferência de recursos Fundo a Fundo.

Ações:

-Recebimento das solicitações dos municípios para atualizações dos seus Planos Municipais de Assistência Social, análise e avaliação sobre a adequação das solicitações, autorização para desbloqueio do sistema e monitoramento sobre o correto preenchimento.

- Desenvolvimento da versão 2016 do sistema PMASweb no período de fevereiro/dezembro de 2015, consistindo em:

- estudo de nova legislação e construção do escopo da proposta de aperfeiçoamento do sistema;

- realização de consulta à sede, DRADS e municípios sobre propostas de aperfeiçoamento do sistema;

- incorporação das sugestões e sistematização da proposta de desenvolvimento. Dentre as alterações contempladas por esta nova versão, destacam-se: criação de bloco específico com informações sobre diagnóstico socioterritorial, possibilidade de inserção das unidades privadas que executam os programas Vivaleite e Bom Prato, adequação dos cronogramas de desembolso aos novos programas de trabalho estabelecidos pelo PPA 2016/2019; adequação à legislação que permite reprogramação de saldos dos recursos de cofinanciamento estadual e custeio de recursos humanos das unidades públicas.

- apresentação e entrega da proposta ao DNI e à PRODESP para desenvolvimento do sistema;

- apresentação da proposta junto à CIB em junho de 2015;

- acompanhamento e homologação das alterações desenvolvidas pela PRODESP;

- organização e operacionalização do teste do sistema com a participação de 24 DRADS e 269 municípios;

- pactuação junto à CIB sobre o desenvolvimento do sistema em sua versão 2016 (referente ao período 2015/2016) e dos prazos para elaboração e deliberação sobre os planos municipais,em 26 de agosto de 2015 através da Portaria CIB//SP nº 09, publicada no Diário Oficial do Estado em 26/8/2015;

- organização e operacionalização da capacitação junto às 26 DRADS, realizada em duas etapas: na primeira, 83 pessoas, entre técnicos e diretores das DRADS, foram capacitadas nos dias 15, 16 e 17 de setembro de 2015 na Escola de Formação de Professores “Paulo Renato

Costa Souza", da Secretaria de Estado da Educação, em São Paulo. A segunda etapa da capacitação ocorreu de maneira descentralizada durante os meses de setembro e outubro, quando os técnicos das DRADS multiplicaram as orientações recebidas para cerca de 2200 pessoas, entre técnicos, gestores e conselheiros municipais de suas regiões;

- atualização de manuais e orientações;

- acompanhamento do preenchimento dos Planos Municipais pelos órgãos gestores municipais e posterior deliberação dos Conselhos Municipais de Assistência Social.

1.3. Monitoramento e Avaliação (M&A)

1.3.1. Aprimoramento, Desenvolvimento de Sistemas e tecnologia da Informação para Aperfeiçoamento da Política Socioassistencial no Estado de São Paulo

Em 2015, foram efetuadas a contratação da empresa Scala IT para o desenvolvimento do sistema de *Business Intelligence* (BI) Cognos da IBM, e a contratação de Consultor para apoio na elaboração de Termo de Referência, apoio no processo de análise das propostas das empresas participantes de processo licitatório, acompanhamento junto à equipe de M&A das atividades da empresa contratada e afins. As atividades acompanhadas pela área de monitoramento e avaliação foram de relação e interlocução com as áreas de negócio da SEDS para validação dos requisitos de negócio do sistema; reuniões semanais para acompanhamento do trabalho desenvolvido pela empresa contratada; negociações com Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e com a Caixa Econômica Federal a fim de disponibilizar a base de dados do CadÚnico, reconhecida pela gestão da Pasta como a mais indicada para o BI; reuniões de validação dos produtos entregues no decorrer do ano supracitado com as áreas de negócio da SEDS.

1.3.2. Desenvolvimento do Aplicativo de Monitoramento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto

Com a publicação da Lei 12.594/12, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), foi estabelecida a obrigatoriedade de todos os municípios ofertarem o serviço de Medidas Socioeducativas (MSE). A fim de agilizar a produção de informações e prestação de contas, a equipe de Proteção Social Especial, responsável pelo acompanhamento das medidas socioeducativas na esfera estadual, solicitou ao Grupo de Monitoramento e Avaliação o desenvolvimento de um instrumento informatizado (com uniformização de conceitos e padronização no registro dos dados) de identificação e caracterização dos adolescentes que estão em cumprimento das medidas socioeducativas para ser utilizado por todos os serviços que atendem adolescentes. As informações são coletadas (via entrevista presencial) e podem ser utilizadas tanto para elaborar o plano de atendimento e perfil psicossocial como para obter um diagnóstico socioeconômico dos adolescentes atendidos e suas famílias. Permite ainda identificar questões como renda, condições de moradia, acesso ao mercado de trabalho, além de relativos ao campo da saúde e educação. Esse trabalho teve início em 2012 e, no ano de 2014, foi feita a revisão de toda a documentação produzida, incluindo os ajustes propostos na capacitação do município de São Paulo que aconteceu no início do ano de 2015. Ainda em 2015, foram homologados os perfis de senha para os usuários internos. A próxima etapa será a homologação dos perfis de senha para os usuários externos utilizando uma DRADS do interior (Araraquara) e a DRADS Capital (cidade de São Paulo) e a publicação do Decreto autorizando a utilização do sistema em todo o estado e paulatinamente o desenvolvimento do sistema para a extração dos Relatórios Consolidados.

1.3.3. Publicações do Censo SUAS

A publicação do Censo SUAS destina-se a disseminar informações e análises sobre a estrutura dos órgãos e serviços constitutivos da política de assistência social no Estado de São Paulo a partir de dados do Censo Suas. Em 2015 foi feita a publicação digital e divulgação com os dados do ano de 2013, elaboradas em 2014, e também a elaboração, publicação digital e divulgação com os dados do ano de 2014. A edição apresenta temas diversos: Acolhimento Institucional, Centros de Convivência, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centros de Referência da população de rua (Centro Pop), Gestão e Conselhos Estadual e Municipal. Todos os temas apresentam dados referentes a identificação, estrutura física, serviços e recursos humanos.

A publicação do Censo SUAS 2014, apresenta resultados dos dados e indicadores, introduzindo a disseminação de informações e análises sobre a estrutura dos órgãos e os serviços ofertados para o desenvolvimento da política de assistência social no Estado de São Paulo.

Cada edição contém gráficos, tabelas e análises permitindo uma melhor mensuração dos aspectos abordados, sempre que possível, abarca novos temas e, ainda efetua comparações com os resultados dos anos anteriores. Nesta última edição foi acrescentado tema sobre o Centro de Convivência, tendo em vista o mesmo passar a figurar nos questionários do Censo SUAS.

1.3.4. Desenvolvimento do Boletim SEDS com a apresentação do Painel dos dados sociais do Estado

O painel de dados sociais é um demonstrativo quantitativo que traz informações atualizadas da área socioassistencial do território paulista. É um periódico de divulgação trimestral que está disponível no site da Secretaria de Desenvolvimento Social. Apresenta de forma direta valores de índices sintéticos, cadastro social e de entidades de assistência social além de dados dos programas de transferência de Renda. As informações apresentadas no Boletim SEDS são dados trabalhados provenientes de várias fontes, dentre elas: Sistema Pró-social (Programas Renda Cidadã, Ação Jovem, Benefício Idoso e cadastro das entidades), Plano Municipal de Assistência Social - PMAS-Web, Folha de pagamento do Programa Bolsa Família, Fundação Seade, IBGE-e MDS-SAGI. Durante o ano de 2015, foram feitas mudanças no layout para melhor distribuição do conteúdo e produzidos e disponibilizados online 4 painéis.

1.3.5. Plano Estadual de Capacitação dos Novos Formulários do Cadastro Único para Programas Sociais

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CADÚNICO) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda e permite conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias em todo o país. Seu gerenciamento é feito pelo Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), e cabe ao governo de cada estado o acompanhamento, a coordenação do processo de cadastramento em âmbito estadual, bem como o apoio às atividades de capacitação dos municípios. A Coordenadoria de Gestão Estratégica (CGE), por meio do Grupo Gestão de Cadastros (GCD) elaborou o Plano Estadual do Cadastro Único, dando continuidade nas capacitações que vem ocorrendo desde 2009 quando foi implementado os Novos Formulários da Versão 7. Em 2015, foram capacitados 650 Entrevistadores e 457 Operadores, perfazendo um total de 1107 pessoas capacitadas.

1.4. Grupo de Disseminação de Informações (GDI)

Em 2015 o GDI realizou as seguintes atividades:

Elaborou o relatório de Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Social – Secretaria da Fazenda (Anual); revisão e adequação de documentos (para posterior disseminação dos mesmos) - Exemplos: GT Supervisão / Manual de Preenchimento do Aplicativo das Medidas Socioeducativas. Elaboração de relatório acerca das ações, projetos e programas desenvolvidos pela Secretaria de Desenvolvimento Social e entidades, e as metas concretizadas. Elaboração e finalização do relatório mensal de atividades. Participou da organização para publicação do Censo Suas.

2. Programas de Transferência Direta de Renda

A SEDS coordena ações e Programas de Transferência de renda em execução nos 645 municípios do estado de São Paulo, de iniciativa estadual e federal, desenvolvendo atividades de coordenação, orientação, monitoramento e supervisão, assim como de avaliação do conjunto de programas sociais, além de oferecer apoio técnico aos municípios de acordo com a demanda.

2.1. Programa Bolsa Família (PBF)

É um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza com renda mensal por pessoa de até R$ 154,00. O Programa associa à transferência do benefício financeiro à direitos sociais básicos - saúde, alimentação, educação e assistência social.

O Estado de São Paulo participa da gestão descentralizada do Programa Bolsa Família, compartilhando responsabilidades com a União e com 645 municípios. Atua nas seguintes áreas: apoio técnico, monitoramento e capacitação para gestão de cadastro único e gestão do Programa Bolsa Família (PBF).

As famílias com crianças de zero a seis anos, que mesmo recebendo os benefícios financeiros do PBF continuam em situação de pobreza extrema também recebem o Benefício para Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância (BSP), o valor do benefício é correspondente ao necessário para que a família supere os R$ 77,00 mensais por pessoa.

Em dezembro de 2015 foram beneficiadas 1.454.858 famílias no Estado de São Paulo, as famílias do PBF recebem valores que variam de R$ 77,00 a R$ 336,00, de acordo com o número de gestantes e nutrizes e a idade das crianças e jovens de 0 a 17 anos.

Ações

Orientações às DRADS e Municípios sobre o conteúdo técnico do Programa Bolsa Família; reuniões com equipe técnica para acompanhamento e socialização dos programas e projetos da Coordenadoria de Desenvolvimento Social; reunião com Secretaria da Educação sobre a frequência escolar dos beneficiários dos programas de transferência de renda; reuniões com a empresa Bandeirantes sobre o projeto "Agentes da boa energia"; reuniões com Colegiado do PBF para discussão das ações e atividades de condicionalidades de Saúde e Educação; participação em encontros, seminários, capacitações, grupos de trabalhos; realização de capacitações em Gestão do PBF e Gestão do Cadastro Único; organização de capacitações do Sistema de Benefício do Cidadão - SIBEC, junto com CAIXA; realização do Encontro Intersetorial do Colegiado do Programa Bolsa Família com os municípios prioritários.

2.2. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e Ações Estratégicas para a Erradicação do Trabalho Infantil

A equipe estadual de referência do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), em âmbito estadual, coordena, presta apoio técnico, assessora e acompanha os municípios na execução do programa, que, desde 2011 foi instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) como um programa de caráter intersetorial, integrante da Política Nacional de Assistência Social. O programa articula um conjunto de ações interinstitucionais e intersetoriais, envolvendo as diferentes esferas do pacto federativo e entidades da sociedade civil. O objetivo do PETI é a prevenção de ocorrência de trabalho precoce e a retirada de crianças e adolescentes de até 16 anos das práticas de trabalho infantil, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos.

No âmbito do SUAS, o PETI tem três eixos básicos de ação:

· Transferência direta de renda às famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho,

· Inserção no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e,

· Acompanhamento familiar realizado pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF).

Em 2013, iniciou-se o Redesenho do PETI, tal processo deu origem a Agenda Intersetorial do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. Com isto a esquipe estadual de referência do PETI tem como atribuição o acompanhamento das Ações Estratégicas do PETI (AEPETI) e a execução do PETI nos demais municípios.

Em 2015, a equipe estadual do PETI concentrou nas seguintes atividades:

- Acompanhamento das Ações Estratégicas do PETI, orientando e esclarecendo os 76 que no ano de 2014 aceitaram o Termo de Adesão das Ações e que no ano de 2015 executam tais ações;

- Capacitação e orientação técnica aos técnicos dos demais municípios e das Diretorias Regionais de Assistência Social (DRADS), presencialmente quando possível e à distância quando necessário;

- Participação como representante titular da SEDS nas reuniões do Colegiado do Fórum Paulista de prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil;

2.3. Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC)

Benefício da Política de Assistência Social, individual, não vitalício e intransferível, que garante a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

Integra a Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Instituído pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social–LOAS, Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, alterada pelas Leis nº 12.435, de 6 de julho de 2011 e 12.470, de 31 de agosto de 2011. É um benefício assistencial que independe de contribuições para a Previdência Social. Em São Paulo, foram beneficiadas 316.089 pessoas com deficiência e 365.484 idosos, totalizando R$5.858.294.733,00 de recursos pagos (base novembro 2015).

BPC na Escola

Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência, Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social-BPC. O objetivo é promover a elevação da qualidade de vida e dignidade das pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, preferencialmente de 0 a 18 anos de idade, garantindo-lhes acesso e permanência na escola, por meio de ações articuladas das áreas da saúde, educação, assistência social e direitos humanos.

No Estado de São Paulo, 346 municípios aderiram ao Programa, com 60.754 beneficiários participantes, de um total de 71.741 (85%). Destes participantes, 40.997 estão inseridos na escola.

BPC Trabalho

Programa de Promoção do Acesso das Pessoas com Deficiência, Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social, à Qualificação Profissional e ao Mundo do Trabalho – tem o objetivo de promover o protagonismo e a participação social dos beneficiários com deficiência do BPC, prioritariamente entre 16 e 45 anos, por meio da superação de barreiras, fortalecimento da autonomia, acesso à rede socioassistencial e a outras políticas públicas, à qualificação profissional e ao mundo do trabalho. Os municípios que realizam aceite ao Programa Acessuas Trabalho automaticamente são incluídos neste Programa.

Atividades de 2015:

Participação na elaboração do Plano Estadual de Assistência Social – PEAS 2015;

Realização de Palestras com o tema BPC, BPC na Escola e BPC Trabalho na 6ª Caravana da Inclusão, Acessibilidade e Cidadania, promovida pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em parceria com a UVESP-União dos Vereadores do Estado de São Paulo, com os municípios das regiões das DRADS Campinas, Bauru, Fernandópolis, Franca, Vale do Paraíba, Sorocaba, Vale do Ribeira, Alta Paulista e Alta Sorocabana;

Participação em Oficina para redefinição de nova estruturação da Câmara Temática dos Direitos da Pessoa com Deficiência do CONDESB - Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista – em Santos;

Apresentação do BPC e BPC na Escola em Audiência Pública sobre Paralisia Cerebral – em Santos;

Participação em Seminário Regional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – em São Carlos;

Participação em Capacitação para Construção do Plano Estadual de Assistência Social - PEAS 2016-2019, promovida pela SEDS e realizada pela FIA – Fundação Instituto de Administração;

Coordenação do XVII Seminário de Eleição do Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa com Deficiência – CEAPcD e da IV Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

Coordenação do Grupo Gestor Estadual do Programa BPC na Escola;

Representação da SEDS em colegiados:

Câmara Temática Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência do CONDESB–Conselho de Desenvolvimento da Baixada Santista; Comissão de Avaliação das Organizações Sociais de Atendimento ou Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Comissão Intergestores Bipartite - CIB; Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa com Deficiência-CEAPcD; Selo Paulista da Diversidade.

3. Programa São Paulo Solidário

O Programa São Paulo Solidário iniciou-se com o Projeto Bandeirantes em 2011 e desde então vem se configurando como ação de enfrentamento a extrema pobreza no estado de São Paulo.

A primeira fase do Programa ocorreu em 2012, quando foi realizada a primeira etapa do programa em 97 municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Nesta etapa foi realizada a Busca Ativa para localização das famílias em extrema pobreza e a identificação de suas privações, com realização de visitas domiciliares para preenchimento de questionário elaborado com base no Índice de Pobreza Multidimensional – IPM, criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

A segunda fase abrangeu 441 municípios, nestes foram realizados a Busca Ativa e com os dados consolidados foi elaborado o retrato social.

Nos 97 municípios da primeira fase foram realizadas 201.151 visitas, sendo que 143.519 formulários foram validados e 59.010 domicílios foram identificados com algum nível de privação (41,1% do total de domicílios), culminando em retratos sociais com resultado da consolidação de dados coletados nos questionários aplicados pelos visitadores sociais.

Com a sistematização das informações foram identificadas 13.804 famílias com privações multidimensionais e com isto foi criado o Além da Renda, etapa do Programa que oferecia aos municípios a oportunidade de apresentar Planos de Trabalho estratégicos para atender as privações das famílias.

Os planos de trabalho foram apresentados em 2014, os municípios receberam os recursos a partir do segundo semestre do mesmo ano e iniciaram as ações com as famílias, entretanto houveram problemas para início de tais ações, pois os municípios encontraram dificuldades com processos licitatórios, entre outros.

Desta forma alguns municípios terminaram as ações propostas no plano de trabalho no primeiro semestre de 2015, outros no segundo semestre do mesmo ano e alguns ainda estão em processo de execução do plano com previsão de término em junho de 2016.

Abaixo apresentamos o panorama geral do programa São Paulo Solidário:

Municípios que já concluíram seus planos de trabalho: 47

- Alambari, Álvaro de Carvalho, Apiaí, Areiópolis, Bom Sucesso de Itararé, Borebi, Cabrália Paulista, Coronel Maceo, Cunha, Lourdes, Gália, Guapiara, Guarantã, Guarei, Guzolândia, Herculândia, Iporanga, Itapirapuã Paulista, Itapura, Juquiá, Lupércio,Marabá Paulista, Mariápolis, Mesópolis, Natividade da Serra, Nova Independência, Nova Luzitânia, Salmourão, Pedro de Toledo, Planalto, Platina, Piquerobi, Pratânia, Queiroz, Quintana, Redenção da Serra, Ribeirão Branco, Ribeirão Grande, Serra Azul, Riversul, Sete Barras, Silveiras, Suzanápolis, Taquarituba, Tejupá, Uru e Vitória Brasil.

Desta forma, o Programa encontra-se em execução em 50 municípios com conclusão prevista para junho/16, conforme especificação abaixo:

Municípios com planos de trabalho em execução e conclusão em junho/16: 50

- Arco Íris, Alvinlândia, Arapeí, Areias, Aspásia, Avaí, Barbosa, Barra do Chapéu, Barão de Antonina, Barra do Turvo, Buri, Caiuá, Campina do Monte Alegre, Canitar, Dirce Reis, Capão Bonito, Dobrada, Eldorado, Euclides da Cunha, Fernão, Guataporanga, Itabera, Itaóca, Itapeva, Itararé, Itaporanga, Itaquaquecetuba, Flora Rica, Francisco Morato, Iaras, Itaí, Marinópolis, Mirante do Paranapanema, Monte Castelo, Miracatu, Nantes, Nova Campina, Nova Canaã Paulista, Ouro Verde, Pedra Bela, Pracinha, Ribeira, Riolandia, Sagres, Santa Mercedes, São José do Barreiro, Pontalinda, Sarutaiá,Taquarívai e Tapírai.

Dos municípios participantes do programa São Paulo Solidário, 05 tiveram repasse de recurso financeiro no exercício de 2015 no total de R$ 220.656,26, sendo: Bom Sucesso de Itararé, Fernão, Mirante do Paranapanema, Caiuá e Alvinlândia.

Em 2015 o Programa São Paulo Solidário passou por um processo de análise minuciosa que justificou a criação do Programa Família Paulista, lançado em dezembro para o enfrentamento da Pobreza no estado de São Paulo.

4. Programa Família Paulista

O Programa Família Paulista (PFP) é coordenado pela Secretaria Estadual Desenvolvimento Social (SEDS) e tem como objetivo enfrentar as múltiplas privações das famílias em situação de extrema pobreza e promover o desenvolvimento social por meio da articulação e participação das políticas, programas e ações de órgãos e entidades da Administração Pública do Estado, dos municípios e da sociedade civil organizada.

O PFP atua em territórios com grande concentração de pobreza, promovendo um trabalho intensivo com as famílias ao longo de 12 meses. Tem como premissa a promoção de ações locais e a articulação intersetorial com foco na mobilidade social e autonomia das famílias, priorizando as áreas da Habitação, Educação, Saúde e Trabalho e Renda, além da Assistência Social.

Entre 2015 e 2019, serão beneficiadas cerca de **200 mil famílias** residentes nos municípios do Estado de São Paulo, que já estejam inseridas no Cadastro Único para Projetos Sociais do Governo Federal (CadÚnico), prioritariamente com renda mensal menor ou igual a R$ 77,00 per capita.

A definição dos municípios que participarão do Programa nos anos de 2015 e 2016, tem como base o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS). Neste período o Programa será desenvolvido em 28 municípios da **Região Metropolitana de São Paulo** (RMSP), que se encontram nos Grupos 2, 4 ou 5 (exceto com Porte Metrópole), atendendo **50 mil famílias**.

Para cada município, a SEDS estabeleceu uma meta de atendimento (número de famílias a serem atendidas pelo Programa). Estas metas foram definidas a partir de uma fórmula que leva em conta o número de famílias em extrema pobreza (renda familiar mensal de até R$ 77,00 p.c.) cadastradas no **CadÚnico** e o **Porte do município**, seguindo a lógica: 75% do total de cadastrados para municípios porte Pequeno I e Pequeno II; 50% para porte Médio; 25% para porte Grande.

Em 2015 foram realizadas as seguintes atividades ligadas ao planejamento e elaboração do Programa Família Paulista:

Reuniões Intersetoriais: encontros com outras Secretarias e órgãos da Administração Indireta do Estado de São Paulo para desenvolvimento de oficinas de Design Thinking; reuniões técnicas com a Secretaria da Habitação para proposta de programas em conjunto, focalizando no público-alvo do Programa Família Paulista; reuniões técnicas com Secretarias para apoio na elaboração de material técnico do PFP;

1. **Planejamento:** reuniões com as Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADSs) e Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) para apoio no desenho do Programa;
2. **Monitoramento e Avaliação:** reuniões técnicas para desenvolver o Índice de Pobreza Multidimensional Paulista (IPMP) e o sistema de monitoramento e gestão do Programa Família Paulista.
3. Publicação do Decreto que institui o Programa Família Paulista e da Resolução em que consta a Norma Operacional Básica com as diretrizes de implementação do mesmo;
4. **Lançamento Oficial do Programa** no Palácio dos Bandeirantes junto aos prefeitos e gestores de diversas cidades do estado, empresários da região, e representantes da sociedade civil.
5. **Reuniões com Municípios:** encontros periódicos com gestores e prefeitos de municípios participantes do Programa a fim de apresentar o programa, levantar questões e fomentar a parceria entre as esferas estadual e municipal.

Construção de Materiais: Elaboração de materiais técnicos e de comunicação para capacitação dos municípios, tais como: diagnósticos e mapas georreferenciados dos municípios; cartilhas; folders; guias de orientação; entre outros.

5. Aprimoramento, Capacitação Profissional e Treinamento na Área Social

A Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (Edesp), vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social (Seds), foi criada pelo Decreto nº 57.819, de 29 de fevereiro de 2012, com o objetivo de promover capacitações de educação permanente e continuada e qualificar trabalhadores e outros atores da Assistência e do Desenvolvimento Social. Dessa forma, contribui para o aprimoramento da prestação de serviços e da rede de proteção social do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Estado de São Paulo. A Edesp tem como atribuições ofertar cursos de capacitação, aprimoramento e treinamento a gestores, técnicos e trabalhadores de organizações públicas ou privadas atuantes no campo da assistência social, nas modalidades presencial, semipresencial e a distância, além de organizar e manter atualizado acervo multimídia com temáticas da história, das práticas e da legislação da assistência social.

Ações formativas realizadas: 35 (formatos presencial, semipresencial e a distância)

Público (atores sociais) atendidos: 24.116

Recursos envolvidos:

Edesp:

Pago	Pago Restos
101.781,00	388.147,20
101.781,00	388.147,20

Total: 489.928,20

CapacitaSUAS:

Valor do contrato: R$ 1.998.569,50

II. Programas, projetos e ações executados no exercício de 2015

2.1 Projeto de Planejamento Estratégico da Edesp 2016-2019

Elaboração do Planejamento Estratégico da Edesp, por meio do projeto "Apoio à Gestão da Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo", estabelecido por termo de cooperação técnica entre a Seds e a Secretaria de Planejamento e Gestão (SPG), com o intuito de auxiliar a Edesp a melhorar seus instrumentos de gestão e a construir um Planejamento Estratégico.

2.2. Núcleo de Educação Permanente no Estado de São Paulo (NUEP/SUAS)

Articulação intersetorial para instalação do Núcleo de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social (NUEP/SUAS) no Estado de São Paulo, como instância consultiva e de assessoramento da política estadual de educação permanente, com as seguintes instâncias de controle e participação social: Secretaria de Desenvolvimento Social (Seds) / Edesp; Conselho Estadual de Assistência Social – Conseas; Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social – Coegemas/SP; Fórum Estadual de Trabalhadoras e Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social de São Paulo (FETSuas - SP); Fórum Nacional de Usuários do Sistema Único de Assistência Social – FNUSUAS; Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) / Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais (Cedepe).

2.3. CapacitaSUAS / Promoção da educação permanente

Execução do Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social (CapacitaSUAS) no Estado de São Paulo, com base na Política Nacional de Educação Permanente (PNEP) do SUAS, mediante assinatura de contrato com a Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap) em 26 de outubro de 2015, para oferta de 3 (três) cursos no primeiro semestre de 2016: 1) *Curso de Introdução ao Provimento dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais do SUAS e à Implementação de Ações do Plano Brasil Sem Miséria*; 2) *Curso de Atualização em Indicadores para Diagnóstico e Acompanhamento do SUAS*

e do Brasil Sem Miséria (BSM); e 3) *Curso de Atualização em Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS*.

2.4. Plano Estadual de Capacitação – PEC 2014-2015

Execução do Plano Estadual de Capacitação – PEC 2014-2015, por meio da oferta de 35 capacitações em formatos presencial, semipresencial (videoconferências) e a distância (EaD - online), com temas relacionados à política nacional de Assistência Social e à sua aplicação nos territórios do Estado de São Paulo e de seus 645 municípios (ver **Anexo I – Atividades Pedagógicas Edesp – 2015**).

2.5. Números do exercício de 2015

Até dezembro de 2015, foram atendidos 24.116 atores sociais pelas ações educativas da Edesp (ver **Anexo I – Atividades Pedagógicas Edesp – 2015l**), nas modalidades presencial, semipresencial e EaD (a distância). O **Portal Edesp** e o **Ambiente Virtual de Aprendizagem da Edesp** – **AVA Edesp**, no qual ficam alocados os cursos ofertados, registraram mais de 2 milhões acessos.

2.6. Novo Portal Edesp e novo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA Edesp)

Execução e disseminação de novas ações de educação permanente e continuada e de comunicação no **Portal Edesp** (www.edesp.sp.gov.br) e no **Ambiente Virtual de Aprendizagem da Edesp** (**AVA Edesp**)**,** em parceria com a Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap) e com a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores "Paulo Renato Costa Souza" (Efap) / Rede do Saber.

2.7. Refugiados em São Paulo

Apoio da Edesp a publicação compilada com base na ação "Diálogo sobre Solidariedade, Convivência e Integração de Refugiados em São Paulo", realizada no Centro Cultural São Paulo, em junho de 2015, pelo Alto Comissariado da ONU para Refugiados (ACNUR). O documento reúne as principais demandas e recomendações de pessoas na condição de refugiados vivendo na cidade de São Paulo, além de apresentar uma breve introdução contextual e estatística sobre esta crescente população. Partindo de discussões de grupos de trabalho formados por refugiados, líderes comunitários e religiosos, acadêmicos e representantes das três esferas do governo, o relatório apresenta demandas e recomendações em 6 (seis) eixos, tendo como base o modelo da COMIGRAR e a Declaração e Plano da Ação do Brasil. A ação integra o projeto "Construindo Comunidades de Prática para Refugiados Urbanos", uma iniciativa com o objetivo de reforçar a implementação da Política de Proteção de Refugiados e Soluções em Áreas Urbanas do ACNUR para Refugiados.

2.8. Parcerias intersetorial e intersecretarial

A Edesp manteve parcerias com a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores "Paulo Renato Costa Souza" (Efap) / Rede do Saber, da Secretaria da Educação, com a otimização de capacitações sem custos, e incrementou a articulação de comunicação e aproximação com as áreas da Seds (Sede e Drads) e com os órgãos de controle social Conselho Estadual de Assistência Social (Conseas) e Conselho Estadual do Idoso (CEI). Realizou novas parceiras com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo / Escola da Defensoria Pública (Edepe); Secretaria de Estado da Saúde / Centro de Recursos Humanos; Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (Senad); Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), para o desenvolvimento das ações educativas (capacitações; palestras, videoconferências, encontros, cursos online etc.).

2.9. Novos instrumentais de monitoramento e avaliação de gestão escolar

Plano de Capacitação; Plano de Divulgação, Cronograma Retroativo; Roteiro das Ações Educativas (tempos e movimentos); Gestão Escolar (Inscrições Online, Formulário de Avaliação Online, Certificados Digitais, Relatórios de Avaliação); formulário Levantamento de Necessidades de Capacitação (LNC) resumido, com foco nas ações de educação permanente e continuada.

2.10. Projeto Ação Social e Cidadania

A Edesp participou da elaboração do projeto Ação Social e Cidadania, promovido em conjunto com o Programa Viva Leite, voltado para o atendimento das famílias usuárias do Viva Leite, por meio da promoção da palestra "Os Primeiros Mil dias do Bebê", com a pediatra Dra. Ana

Escobar, na Fábrica de Cultura do Itaim Paulista. A ideia é replicar a ação em 2016, para atingir os usuários do Viva Leite, nas outras regiões do Estado.

2.11 Projeto Publicações EDESP

A Edesp publicou em 2015 os seguintes materiais didático-pedagógicos, com a finalidade de incentivar a reflexão e o debate sobre metodologias, processos e práticas da assistência social no Estado de São Paulo: Programa Recomeço: "Cadernos de Estudos Edesp: Assistência Social em Debate – Caderno 2"; "A Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social em Contextos Colaborativos de Aprendizagens Significativas"; e "Programa Recomeço: Panorama das Políticas sobre Drogas no Estado de São Paulo".

Anexo I – Atividades Pedagógicas Edesp – 2015

Atividades Pedagógicas EDESP - 2015							
Data de Execução	**Tema Abordado**	**Carga Horária**	**Modalidade**	**Formato**	**Nº Participantes**	**Atores Sociais**	**Área SEDS / Parceira**
08/01/2015	**Diálogos Edesp: Cerimônia de Transmissão de Cargo do Secretário de Estado de Desenvolvimento Social**	4h/a	Semi presencial	Palestra	200	Interno / Externo	Fundap
12/01 a 16/01/2015 até 21/09 a 23/09/2015	**Capacitação de Entrevistadores do CadÚnico da Versão 7 do Sistema do Cadastro Único**	752 h/a totais (27 turmas, com 24h/a; 32h/a e 40 h/a)	Presencial	Capacitação	632	Externo	MDS / CGE / CAS
10/03/2015	**Encontro de Alinhamento do Programa São Paulo Solidário e Recomeço com as Drads**	4h/a	Presencial	Orientação técnica	63	Interno	CAS
11/03/2015	**Encontro de Alinhamento do Programa São Paulo Solidário e Recomeço com as Drads**	8h/a	Presencial	Orientação técnica	84	Interno	Efap
31/03/2015	**Diálogos Edesp: A Política de Assistência Social Social e a Educação Permanente**	4h/a	Semi presencial	Palestra - streaming	116	Interno / Externo	Fundap
14/05/2015	**Ações Estratégicas do Peti no SUAS**	4h/a	Semipresencial	Videoconferência	387	Externo	Efap
22/05/2015	**Gestão de Recursos Federais**	8h/a	Presencial (com gravação)	Palestra	172	Interno / Externo	Efap

Atividades Pedagógicas EDESP - 2015							
Data de Execução	**Tema Abordado**	**Carga Horária**	**Modalidade**	**Formato**	**Nº Participantes**	**Atores Sociais**	**Área SEDS / Parceira**
26/05/2015	**O SUAS e a Erradicação do Trabalho Infantil**	4h/a	A distância	Palestra - streaming	427	Externo	Efap
22/06/2015	**Treinamento de Tutores para a Videoconferência "Programa Recomeço - Uma Vida Sem Drogas: Panorama das Políticas sobre Drogas no Estado de São Paulo**	4h/a	Presencial	Treinamento	26	Interno	Fundap
15/07/2015	**Programa Recomeço: Uma Vida sem Drogas: Panorama das Políticas sobre Drogas no Estado de São Paulo**	8h/a	Semi presencial	Videoconferência	762	Externo	Fundap
16/07/2015	**Formação Técnica para Utilização do IPRS – Índice Paulista de Responsabilidade Social como Instrumento de Gestão e Focalização das Políticas Sociais**	2h/a	Presencial	Palestra	61	Interno	Fundação Seade
31/07/2015 a 31/08/2015	**Enfretamento da Extrema Pobreza**	12h/a	A distância	Curso EAD - online	3.044	Interno / Externo	Fundap
04/08 e 05/08/2015 até 26 e 27/11/2015	**Capacitação de Operadores do CadÚnico da Versão 7 do Sistema do Cadastro Único (22 turmas)**	264 h/a totais (12h/a para cada uma das 22 turmas)	Presencial	Capacitação	442	Externo	MDS / Caixa Econômica / CGE

Atividades Pedagógicas EDESP - 2015							
Data de Execução	**Tema Abordado**	**Carga Horária**	**Modalidade**	**Formato**	**Nº Participantes**	**Atores Sociais**	**Área SEDS / Parceira**
06/08/2015	**Capacitação para Utilização e Suporte aos Municípios - Sistema de Monitoramento do Selo Amigo do Idoso**	4h/a	Presencial	Capacitação	34	Interno	Efap
11 e 12/08/2015	**Encontro Estadual Intersetorial do Programa Bolsa Família com os Municípios Prioritários para Acompanhamento da Gestão do Programa Bolsa Família**	16h/a	Presencial (com gravação)	Encontro	91	Externo	Efap
13 e 14/08/2015	**Encontro Estadual Intersetorial do Programa Bolsa Família com os Municípios Prioritários para Acompanhamento da Gestão do Programa Bolsa Família**	16h/a	Presencial (com gravação)	Encontro	127	Externo	Efap
20/08/2015, 21/09/32015, 02/10/2015, 26/10/2015	**Ciclo de Capacitação para Comunidades Terapêuticas: Programa Recomeço - Uma Vida Sem Drogas**	8h/a	Presencial	Capacitação	206	Externo	Febract
28/08/2015	**Workshop Diagnóstico Socioterritorial para elaboração do Plano Municipal de Assistência Social (DRADS Marília)**	7h/a	Presencial	Oficina	148	Externo	Drads

Atividades Pedagógicas EDESP - 2015							
Data de Execução	**Tema Abordado**	**Carga Horária**	**Modalidade**	**Formato**	**Nº Participantes**	**Atores Sociais**	**Área SEDS / Parceira**
09/09/2015	**Seminário Política de Atenção à Gestante: Apoio Profissional Para Uma Decisão Amadurecida Sobre Permanecer ou Não Com a Criança - Lançamento e Aprofundamento Sobre a Cartilha.**	8h/a	Semipresencial (com "polos" de streaming nas Drads)	Palestra - streaming	455	Externo	Escola Paulista de Magistratura / Tribunal de Justiça do Estado de SP
15, 16 e 17/09/2015	**Capacitação preenchimento Sistema PMASWeb versão 2016**	24h/a	Presencial	Orientação técnica	83	Interno	Efap
14/10/2015	**Workshop Diagnóstico Socioterritorial para elaboração do Plano Municipal de Assistência Social (DRADS Marília)**	7h/a	Presencial	Oficina	69	Externo	Drads
15/10/2015 a 18/11/2015	**A NOB-RH (Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS)**	12h/a	A distância	Curso EAD - online	2.877	Interno / Externo	Fundap
16/10/2015 a 19/11/2015	**Os Papéis dos Trabalhadores no SUAS**	20h/a	A distância	Curso EAD - online	2.629	Interno / Externo	Fundap
17/10/2015 a 20/11/2015	**Envelhecer no Século 21: Conquistas, Desafios e Perspectivas**	12h/a	A distância	Curso EAD - online	1.495	Interno / Externo	Fundap
17/10/2015 a 20/11/2015	**Tipificação da Assistência Social**	16h/a	A distância	Curso EAD - online	2.110	Interno / Externo	Fundap
18/10/2015 a 20/11/2015	**Enfretamento da Extrema Pobreza**	12h/a	A distância	Curso EAD - online	1.190	Interno / Externo	Fundap

Atividades Pedagógicas EDESP - 2015							
Data de Execução	**Tema Abordado**	**Carga Horária**	**Modalidade**	**Formato**	**Nº Participantes**	**Atores Sociais**	**Área SEDS / Parceira**
20/10/2015	**Aula Magna – Construção do Plano Estadual de Assistência Social 2016-2019**	4h/a	Semipresencial	Palestra - streaming	126	Interno	Efap
22/10/2015 a 11/11/2015	**Os papéis dos Trabalhadores de ensino médio e fundamental no SUAS (*)**	4h/a	A distância	Curso EAD - online	1.344	Interno / Externo	Fundap
27/10/2015 a 23/11/2015	**Supervisão da Rede Socioassistencial**	16h/a	A distância	Curso EAD - online	1.397	Interno / Externo	Fundap
03/11/2015 a 26/11/2015	**Execução Orçamentária e Financeira da Política de Assistência Social no Estado de São Paulo**	12h/a	A distância	Curso EAD - online	1.111	Interno / Externo	Fundap
06/11/2015	**O Psicólogo no SUAS: Referencial Teórico do Trabalho com Famílias**	4h/a	Presencial	Palestra	80	Interno / Externo	Drads ABC
10/11/2015, 25/11/2015, 15/12/2015	**Painel de Especialistas: Diagnóstico Socioterritorial e a Construção do PEAS 2016-2019**	3h/a	Semi presencial	Painel - streaming	199	Interno	Efap
23/11/2015	**Encontro de Comunidades Terapêuticas do Estado de São Paulo: Marco Regulatório e Encerramento do Ciclo de Capacitação**	8h/a	Presencial	Palestra	236	Externo	Febract
26/11/2015	**Capacitação Prontuário SUAS**	8h/a	Semi presencial	Video conferência	1.606	Interno / Externo	MDS / Efap
28/11/2015	**Encontro com Entidades: Caminhos para a Ação Social**	4h/a	Presencial	Palestra	87	Externo	Seds/Cosan
Total					**24.116**		

SECRETARIA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

47000 - Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**79.505.298,00**	**46.086.481,66**	**1.435,00**	**46.087.916,66**	**44.948.980,99**
Pessoal e Encargos Sociais	4.056.450,00	3.845.277,65	0,00	3.845.277,65	3.851.519,46
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	75.448.848,00	42.241.204,01	1.435,00	42.242.639,01	41.097.461,53
Despesas de Capital	**70,00**	**68.585.607,83**	**6.980.243,20**	**75.565.851,03**	**150.492.908,26**
Investimentos	70,00	68.585.607,83	6.980.243,20	75.565.851,03	150.492.908,26
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**79.505.368,00**	**114.672.089,49**	**6.981.678,20**	**121.653.767,69**	**195.441.889,25**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

47000 - Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
4700 - Gestão e Implementação da Política de Inclusão Social da Pessoa com Deficiência	**79.505.368,00**	**114.672.089,49**	**6.981.678,20**	**121.653.767,69**	**195.441.889,25**
Despesas Correntes	79.505.298,00	46.086.481,66	1.435,00	46.087.916,66	44.948.980,99
Despesas de Capital	70,00	68.585.607,83	6.980.243,20	75.565.851,03	150.492.908,26
Despesa Total	**79.505.368,00**	**114.672.089,49**	**6.981.678,20**	**121.653.767,69**	**195.441.889,25**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Criada em 6 de março de 2008, pela LEI COMPLEMENTAR Nº 1.038, regulamentada pelo Decreto no 52.841 de 29 de março de 2008, a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, primeira do Brasil, é uma iniciativa pioneira do governo do Estado de São Paulo, que, ao criar esta pasta, deu um importante passo na garantia dos direitos da pessoa com deficiência, trazendo para o centro das agendas governamentais a necessidade de superar o paradigma do assistencialismo, criando oportunidades de inclusão plena por meio do trabalho, das artes, do esporte, da cultura, enfim, criando um ambiente político e social que acolhe a diversidade e contribui para a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência e suas famílias.

À Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência cabe exercer funções que contribuam para a adequada condução das políticas públicas, que visem à melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência e de suas famílias (Artigo 2º - decreto nº 52.841, de 27 de março de 2008), e tem como missão garantir o acesso das pessoas com deficiência no Estado de São Paulo a todos os bens, produtos e serviços existentes na sociedade. Esta garantia deve atingir os 41.262.199 paulistas que segundo o censo do IBGE 2010, apresentam pelo menos uma deficiência.

População com Deficiência - Censo de 2010*[1]

	São Paulo	%	Brasil	%
População Total	41.262.199	100%	190.755.799	100%
Pessoa com Deficiência	9.344.109	22,60%	45.606.048	23,90%
Deficiência Visual	7.344.037	17,80%	35.774.392	18,80%
Deficiência Auditiva	1.893.359	4,60%	9.717.318	5,10%
Deficiência Motora	2.561.856	6,20%	13.265.599	7%
Deficiência Intelectual	502.931	1,20%	2.611.536	1,40%

Nota: O percentual da pessoa com deficiência e das deficiências foram calculados utilizando-se a População Total de São Paulo e Brasil
Fonte: Censo demográfico/IBGE/2010
Coleta e Organização dos Dados: Assessoria Técnica de Dados/Informações - SEDPcD/SP

"O reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo" (Declaração Universal dos Direitos Humanos 1948). A SEDPcD é um instrumento estratégico de planejamento transversal e integrador dos vários atores e segmentos, tendo como objetivo atuar sobre as causas dos problemas e não apenas sobre os seus efeitos, estabelecendo-se dentro de um espaço que prioriza medidas supras, que tenham um maior impacto na melhoria da qualidade de vida do público a que se destina, sem a pretensão de que sejam as únicas intervenções neste campo.

Em São Paulo, a garantia dos direitos sociais das pessoas com deficiência está sendo assegurados por ações de governo, por meio do fortalecimento dos movimentos sociais, comitês e conselhos, que, juntos, estabeleceram a mais ampla rede de atendimento à pessoa com deficiência do país.

Atividades

O Relatório de Atividades 2015 representa a síntese do trabalho da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência em suas diversas frentes de atuação, destacando os Programas e Projetos desenvolvidos dentro do campo funcional que norteia sua atuação conforme o artigo 3º do Decreto 52.841 de 27.03.08. Nosso maior objetivo é trazer para o centro das Políticas Públicas estes 9,3 milhões de pessoas com deficiência e seus familiares. Ademais, todos devem ter acesso e direito de exercer sua cidadania plena e a garantia de qualidade de vida, o que procede à sistematização de um conjunto de medidas para proporcionar às pessoas com deficiência a autonomia, a igualdade de oportunidades e a participação social a que têm direito como cidadãos. As questões da sustentabilidade da diversidade e da inclusão são decisivas para o futuro. Todos os sinais políticos concretos que dermos nesse sentido serão bem-vindos, para assegurarmos e reforçarmos a continuidade do trabalho em parceria, com clara definição em todas as fases do processo: conceituação, planejamento, execução, monitoração e avaliação dos resultados, possibilitando a este segmento populacional uma utilização plena de todos os espaços públicos e edificados, mas também dos transportes e das tecnologias de informação, o qual irá proporcionar um aumento da sua qualidade de vida e a prevenção e eliminação de diversas formas de discriminação.

Ademais, o Estado está convicto de que a modernização da economia deve ser acompanhada pela promoção da coesão social e, em particular, ser sustentada num método aberto de coordenação que vise prevenir e erradicar a exclusão social, promovendo uma sociedade mais justa, saudável baseada num forte sentido de iniciativa e de responsabilidade das pessoas e organizações num Estado Social eficiente, participativo e flexível, estabelecendo alianças estratégicas. Este desafio exige, entre outros aspectos, que se tenha em devida atenção a igualdade de oportunidades, nomeadamente a igualdade de gênero e dos grupos sociais mais desfavorecidos, como instrumento de mobilidade social.

Para esse efeito, a geração e execução de Programas e Projetos desenvolvidos pela SEDPcD no ano de 2015, objetivou analisar e reforçar as políticas e as estratégias para estimular o

processo de eliminação de barreiras, fornecendo informações sobre os obstáculos que ainda persistem e que impedem o exercício e gozo por parte das pessoas com deficiência de seus direitos humanos e liberdades fundamentais, na esfera civil, política e econômica, capaz de impulsionar ação modernizadora e a responsabilidade de todos intervenientes, incluindo os próprios clientes do sistema, implicando num esforço coletivo e sustentável.

O presente Relatório é fruto de uma construção coletiva e sintetiza os esforços dessa caminhada que representa um marco histórico para o movimento de pessoas com deficiência no Estado de São Paulo, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade de igualdade de oportunidades e de estímulo ao mérito em todos os domínios fundamentais da vida.

Programa 4700 - Gestão e Implementação da Política de Inclusão Social da Pessoa com Deficiência

Ação 5963 – Formulação e Avaliação de Programas e Projetos para a Pessoa com Deficiência

Projeto: Time São Paulo Paralímpico - CPB (Comitê Paralímpico Brasileiro)
Tem como objetivo planejar, organizar, executar, controlar e avaliar ações de suporte ao desenvolvimento esportivo de atletas paraolímpicos de alto nível, vinculados ao Estado de São Paulo, e apresentem potencial de bom desempenho nos Campeonatos Mundiais. 36 Atletas e 9 guiais.
Resultados Esperados: ampliação das oportunidades de acesso à prática esportiva que assegure às PcD a plenitude do direito constitucional, utilizando atividades esportivas como ferramenta de inclusão social contribuindo na eliminação das barreiras e preconceitos em relação às pessoas com deficiência.
Parceiros: Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB)
Período: Novembro/2011 à Março/2016
Orçamento: R$ 3.879.707,07 (2015)

Projeto: Centro Paraolímpico "Centro Integrado de Avaliação e Laboratório da Condição Funcional do Atleta Paraolímpico"
Tem como objetivo construir e implantar um Centro Integrado de Avaliação e Laboratório da Condição Funcional do Atleta Paraolímpico, que contará com o Centro de Treinamento e um laboratório de avaliação funcional do atleta.
Resultado Esperado: Construção e implantação do Centro Integrado de Avaliação e Laboratório da Condição Funcional do Atleta Paraolímpico.
Parceiros: Ministério do Esporte e Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB)
Período: Dezembro/2012 à Julho 2016
Orçamento: R$ 282.000.000,00 (R$ 115.000.000,00 (SEDPcD) / R$ 167.000.000,00 (Ministério do Esporte) Ref. 2015

Projeto: Paraolimpiadas Escolares – 2015
Tem como objetivo aumentar a participação dos estudantes com deficiência física, visual e intelectual em atividades esportivas de todas as escolas públicas e privadas do território nacional, promovendo ampla mobilização em torno do esporte.
Resultado Esperado: São Paulo foi o estado campeão das Paralimpíadas Escolares 2015. O evento contou com a participação de mais de 700 atletas de 24 estados, do Distrito Federal e do Reino Unido. Na soma dos resultados das oito modalidades disputadas (atletismo, natação, bocha, judô, tênis de mesa, futebol de 7, goalball e tênis em cadeira de rodas), os paulistas alcançaram a pontuação mais alta somando 412 pontos.
Parceiros: Ministério do Esporte e Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB)
Período: Novembro/ 2015
Orçamento: NI

Projeto: Programa de Academias Adaptadas
Tem como objetivo a implantação de academias adaptadas, em Municípios e Entidades do Estado de São Paulo, por meio de convênio com a SEDPcD.

Resultado Esperado: Implantação de 200 academias adaptadas nos Municípios/Entidades do Estado de São Paulo. Foram instaladas 150 academias adaptadas até o momento.
Parceiros: Municípios e Entidades do Estado de SP
Período: Cada convênio tem prazo de 30 meses.
Orçamento: Não há repasse de recursos aos Municípios/Entidades, apenas transferência dos equipamentos.

Lazer

Projeto: Praia Acessível Lazer para todos
Tem como objetivo disponibilizar cadeiras de rodas anfíbias, garantindo o pleno acesso das pessoas com deficiência às praias paulistas. Conceituar o lazer como direito de todos.
Resultado Esperado: Celebração de convênio com municípios (sem repasse de verba) para disponibilização de cadeiras de rodas anfíbias em cidades do litoral e em praias de água doce, garantindo o pleno acesso das pessoas com deficiência às praias paulistas.
Parceiros: Praias de rio: Panorama, Rifaina, Teodoro Sampaio, Arealva, Avaré, Caconde, Iguape, Ilha Solteira, Itapura, Martinópolis, Miguelópolis, Paraibuna, Presidente Epitácio, Rosana, Santa Fé do Sul, e São Manoel.
Praias litoral norte e sul: Bertioga, Cananéia, Caraguatatuba, Guarujá, Ilhabela, Itanhaém, Mongaguá, Praia Grande, São Sebastião, Ubatuba, São Vicente, Santos e Peruíbe
Período: 2011 à 2015
Orçamento: R$ 573.400,00 (Custo das cadeiras anfíbias) - SEDPcD
Contrapartida dos municípios: Toda infra estrutura para funcionamento do Programa Praia Acessível (Ex.: Disponibilização de pessoal para atendimento; conservação das cadeiras).

Projeto: Equitação Adaptada
Tem como objetivo promover a Inclusão Social e o desenvolvimento biopsicossocial de Pessoas com Deficiência por meio da equitação adaptada.
Resultado Esperado: Atendimento de 36 pessoas com deficiência na prática de Equitação Adaptada, com o acompanhamento do seu desenvolvimento biopsicossocial.
Parceiros: Instituto Anjos de Deus (IAD)
Período: Julho/2014 à Julho/2016
Orçamento: R$ 488.150,76 (SEDPcD) / R$ 124.287,96 (Contrapartida) – 2015

Estratégico da Secretaria

Projeto: 6ª Caravana da Inclusão, Acessibilidade e CidadaniaObjetivo:
Tem como objetivo desenvolver encontros regionais para mobilizar e conscientizar a sociedade civil organizada, classe política e pessoas com deficiência para a necessidade de consolidar políticas públicas inclusivas que contemplem os direitos das pessoas com deficiência.
Resultados Alcançados: Realização de ações coordenadas e complementares, objetivando a implementação e incorporação de políticas públicas definidas no eixo estratégico da SEDPcD na agenda dos municípios paulistas.
As caravanas foram realizadas nas seguintes datas e municípios:
24/04 – SOCORRO
08/05 – BORACEIA
12/06 - SANTA FÉ DO SUL
26/06 – FRANCA
31/07 – GUARATINGUETÁ
07/08 - MOGI MIRIM
28/08 – BOITUVA
11/09 - SANTA CRUZ DO RIO PARDO
25/09 – ILHABELA
23/10 – CAJATI
06/11 – DRACENA
27/11 - PRESIDENTE EPITÁCIO
11/12 – VALINHOS
Período: Abril/2015 à Dezembro/ 2015
Orçamento: NI

Projeto: Gestão do Centro de Apoio da Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência (Contrato de Gestão)
Tem como objetivo a Gestão do Centro de Apoio da 1ª Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência.
Resultado Esperado: Operar, gerir e executar os serviços de atendimento ou promoção de direitos das pessoas com deficiência no Centro de Apoio da 1ª Delegacia de Polícia da Pessoa com
Deficiência, a serem desenvolvidas na estrutura da Policia Civil do Estado de São Paulo, subordinada à 1ª Delegacia Seccional de Polícia do Departamento de Polícia Judiciaria da Capital - DECAP.
Parceiros: Casa de Isabel (Organização Social)
Período: Junho/2014 à Junho/2019
Orçamento: R$ 8.281.905,40 (2014 à 2019) / 1.418.385,75 (Repasse de 2015)
Obs.: *A 1ª Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência, que foi criada por meio do Decreto nº 60.028/2014, foi implantada em Maio/2014.*

Projeto: Encontros Regionais E Seminário - Programa Estadual De Prevenção À Violência Contra Pessoa Com Deficiência - APAE/SP
Tem como objetivo o desenvolvimento e execução de 27 encontros regionais sobre violência contra pessoa com deficiência e a organização do 2º Seminário Estadual de Prevenção e Combate à Violência contra as Pessoas com Deficiência, objetivando consolidar saberes e propostas dos encontros regionais.
Resultado Esperado: Realização de: 27 encontros regionais sobre violência contra PcD.
Seminário Estadual sobre a temática e o 2º Seminário Estadual.
Os encontros foram realizados nos seguintes municípios:
Socorro, Boracéia, Santa Fé do Sul, Franca, Brotas, Guaratinguetá, Mogi Mirim, Barretos, Guarulhos, Boituva, Botucatu, Mogi das Cruzes, S. C. Rio Pardo, Itapeva, Ilha Bela, S. J. Rio Preto, Araraquara, São Bernardo, Araçatuba, Cajati, Barueri, Dracena, Ribeirão Preto, Marília, Guarujá, São Paulo e P. Epitácio.
Parceiros: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo – APAE/SP
Período: Novembro/2014 à Dezembro/201
Orçamento: R$ 843.810,86

Cultura

Projeto: V Prêmio Ações Inclusivas para Pessoas com Deficiência do Estado de São Paulo - Edição 2015
Tem como objetivo a premiação das duas melhores práticas inclusivas mantidas por órgãos governamentais, municipais e estaduais, ou instituições sem fins lucrativos, não governamentais. O Prêmio elenca as melhores ações na área da deficiência e dá visibilidade a quem investe junto ao segmento a fim de inspirar novas práticas e multiplicar as ações em todo o estado de São Paulo. São 10 finalistas, dos quais 02 premiadas. São cinco Gov e cinco Não-Gov. Dessas 10, somente 2 receberão o troféu de VENCEDOR. As 10 recebem certificado e Placa de Menção Honrosa**.**
Resultado Alcançado: Premiação das duas melhores práticas inclusivas mantidas por órgãos governamentais, municipais e estaduais, ou instituições sem fins lucrativos, não governamentais.
Período: Julho/2015 à Dezembro/2015
Orçamento: NI

Projeto: Programa Memorial da Inclusão (Contrato de Gestão)
Gestão do Memorial da Inclusão, contemplando seus projetos e ações.
Resultado Esperado: Gestão do Memorial da Inclusão, bem como, o desenvolvimento dos seguintes projetos/ações:
* Exposições Permanente, Itinerante, Virtual e Temporária;
* Virada Inclusiva
* Ação Educativa e EAD;
* Estudos e Pesquisas (Projeto memórias; Centro de Documentação; Seminários; Simpósios, Rede Brasileira e Publicação de Vídeos e Documentários).
Parceiros: Organização Social ABAÇAÍ Cultura e Arte
Período: Agosto/2014 à Dezembro/2015
Orçamento: R$ 1.758.408,87 (2015) R$ 3.752.523,86 (2015-2014)

Projeto: Iv Encontro Estadual de Gestores de Comunicação do Estado de São Paulo – Por Uma Comunicação Inclusiva
O Encontro Estadual de Gestores de Comunicação do Estado de São Paulo tem como objetivo apresentar aos profissionais, estudantes e gestores públicos e privados, informações atualizadas sobre os conceitos e terminologia correta para atendimento, formas de tratamento e relacionamento, profissional e pessoal, entre pessoas com e sem deficiência.
Resultado Alcançado: A Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo realiza este encontro, em sua 4ª Edição em 2015, no dia 09 de novembro de 2015 no Hotel Mercure, bairro Santana, em São Paulo. O encontro é gratuito e aberto aos interessados, mediante inscrição prévia. Será emitido certificado.
Período: Novembro/2015
Orçamento: NI

Projeto: 7º Concurso Moda Inclusiva – Estimulo a Adoção do Desenho Universal na Modelagem e Conceito de Moda – Valorização de Diversidade
Tem como objetivo incentivar o surgimento de novas soluções em relação ao vestuário para a pessoa com deficiência; Inserir as pessoas com deficiência no contexto da Responsabilidade Social.
Resultado Alcançado: Realização de um desfile de moda com os looks dos estudantes finalistas, proporcionando maior divulgação do tema, bem como, disseminando a outros Municípios e Estados a realizarem seus próprios concursos. O Concurso promove o aumento da propagação da temática acerca da Moda Inclusiva e Diversidade e também a aceitação das pessoas com deficiência proporcionando a melhoria de sua autoestima e qualidade de vida. O evento contou com 250 participantes.
Período: Novembro/2015
Orçamento: NI

Projeto: 4º Fórum de Moda Inclusiva
O fórum tem o objetivo de reunir estudantes e profissionais do setor para discutirem tendências e trocarem experiências sobre moda inclusiva e o mercado têxtil.
Resultado Esperado/Alcançado: Fomento de novos debates sobre o tema da moda inclusiva. O evento contou 38 participantes.
Período: Novembro/2015
Orçamento: NI

Projeto: Mesas Redondas - Estudos Sobre a Deficiência
O “Memorial da Inclusão: os caminhos da pessoa com deficiência”, órgão da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, tem o prazer de organizar mais uma rodada de debates abordando o tema dos Estudos sobre a Deficiência. Os chamados Disability Studies consistem num campo de estudos interdisciplinar que ganhou projeção mundial, tendo origem no contexto anglo-saxão, em meados da década de 1960. A proposta principal desse movimento intelectual, que mais tarde, acabou compondo os discursos dos movimentos ligados aos direitos das pessoas com deficiência, é a de que a deficiência não é simplesmente uma tragédia individual cuja “solução” estaria reservada aos quartos dos hospitais e centros de reabilitação. Ela é muito mais do que isso, portando dimensões essencialmente sociais e políticas. Nessa perspectiva, as inciativas nesse campo visam gerar debates públicos que desconstroem preconceitos e retiram da deficiência a noção de ‘doença’, ‘degeneração’ e ‘desvio’ e a situam na perspectiva de uma condição da diversidade humana – como mulheres, negros, gays, indígenas e outras minorias – sem, no entanto, criar rótulos e identidades férreas.
Resultado Esperado/Alcançado: O evento contou com 3 mesas com os seguintes temas:
* Mesa 1 - Doença ou deficiência: fronteiras e novas emergências
* Mesa 2 - Deficiência, sentidos e representação
* Mesa 3 - Deficiência, Sustentabilidade e Mobilidade
Fundamentalmente, os participantes são os professores da rede municipal e Estadual, o numero de visitantes variou de 76 à 125 durante todo o dia do evento.
Período: Novembro/2015
Orçamento: NI

Projeto: Prêmio Rui Bianch
Tem como objetivo provocar reflexão sobre o papel dos jornalistas na construção de uma sociedade mais inclusiva, sobre o efeito que suas matérias e a importância que elas possam ter na maneira como a sociedade percebe e se relaciona com as pessoas com deficiência, estimular os futuros profissionais a abordarem com mais frequência as questões relativas às pessoas com deficiência.
Resultado Esperado: Reconhecimento público a matérias publicadas por estudantes universitário do curso de Jornalismo, de todo o Brasil, e que a abordagem principal seja o universo das pessoas com deficiência.
Período: Setembro à Dezembro / 2015
Orçamento: NI

Tecnologia

Projeto: Gerenciamento das Atividades do Centro de Tecnologia e Inclusão no Parque Fontes do Ipiranga - PEFI (Contrato de Gestão)
Tem como objetivo o gerenciamento das atividades do Centro de Tecnologia e Inclusão no Parque Fontes do Ipiranga.
Resultado Esperado: Operacionalização da gestão e execução dos serviços para desenvolvimento de atividades de atendimento ou promoção dos direitos das pessoas com deficiência no Centro de Tecnologia e Inclusão Social - PEFI.
Parceiros: Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina – SPDM
Período: Dezembro/2013 à Dezembro/2018
Orçamento: R$ 30.633.289,03 (2013 à 2018) / R$ 5.128.280,06 (2015)

Projeto: 7º Encontro Internacional de Tecnologia e Inovação
O Encontro Internacional de Tecnologia e Inovação para Pessoas com Deficiência traz para o centro das discussões um tema fundamental para a inclusão, tendo em vista a sociedade dinâmica e interativa em que vivemos: a acessibilidade digital.
Além de uma visão ampla do conceito de acessibilidade digital, o encontro debaterá não somente a legislação, normas e diretrizes aplicáveis aos conteúdos on-line, mas, principalmente, o impacto positivo dos sites acessíveis em todos os setores da sociedade. Também discutirá a ampliação do alcance dos serviços e ações públicas, na transparência governamental, e o incremento expressivo que a acessibilidade digital pode trazer ao comércio eletrônico e sua cadeia produtiva.
Resultado Alcançado: Em sua sétima edição, o Encontro Internacional de Tecnologia e Inovação para Pessoas com Deficiência o encontro contou com 82 participantes e os seguintes Temas dos painéis “Acessibilidade Digital – Uma Visão Geral; Governo Eletrônico Acessível, Comércio Eletrônico Acessível; Acessibilidade em Apps.
Período: Novembro/2015
Orçamento: NI

Projeto: Tom São Paulo
A Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo, que tem como uma de suas principais frentes de atuação, desde sua criação, em 2008, o estímulo à inovação no setor de Tecnologia Assistiva, realizará o TOM SP 2015, iniciativa inspirada no projeto TOM Israel (http://tomisrael.org), realizado nas cidades de Nazaré e Tel Aviv. Este ano, o TOM SP 2015 esteve aberto para inscrições de estudantes, professores e pesquisadores de colégios, escolas técnicas, faculdades, universidades e centros de pesquisa de todo o Estado de São Paulo. Poderiam ser inscritos projetos de tecnologia assistiva voltados a todos os tipos de deficiência (física, visual, auditiva, intelectual ou múltipla).
Resultado Alcançado: Os projetos selecionados participaram do evento TOM SP 2015, de 07 a 09 de novembro, no Immensità – Espaço de Eventos – Av. Luiz Dumont Villares, 392 – Santana – SP – Junto ao Complexo Hoteleiro Mercure Nortel**.**
Projetos Selecionados:
Eye-tracking – controle de cadeira de rodas motorizada pelo olhar
– Exoesqueleto para reabilitação de membros superiores
– Controle de ambientes (Hands Free World Control)

– Programa Mão 3D – três soluções em próteses para crianças
– Cadeira de rodas motorizada infantil de baixo custo
– Interação com computador pelo olhar
– Campainha para pessoas com deficiência auditiva
– Projeto para higiene íntima para pessoas com dificuldade de função manual
– IOT – Internet das coisas auxiliando pessoas com mobilidade reduzida
– Chromonautics – jogo que auxilia na detecção de daltonismo
Período: Novembro/2015
Orçamento: NI

Trabalho

Projeto: Sebrae mais Acessível
Desenvolvimento de ações no âmbito do programa Sebrae Mais Acessível, projeto de empreendedorismo voltado aos empresários de micro e pequenas empresas e futuros empreendedores com e sem deficiência, visando a sensibilização e capacitação para a gestão de negócios e inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Caberá a SEDPcD:
a) Orientar no desenvolvimento do conteúdo técnico dos materiais acessíveis a serem elaborados pelo SEBRAE-SP;
b) Colaborar na divulgação do Convênio e do programa SEBRAE Mais Acessível;
Resultado Alcançado: Realização de ações/eventos que visem a sensibilização e capacitação para gestão negócios e inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.
Parceiros: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo **(SEBRAE-SP)**
Período: Junho/2015 à Junho/2017
Orçamento: Sem repasse de verba

Projeto: 2º Prêmio Melhores Empresas para Trabalhadores com Deficiência
O II Prêmio Melhores Empresas para Trabalhadores com Deficiência, tem como objetivo dar reconhecimento público e premiar as empresas que apresentem práticas inclusivas, fomentando a inclusão profissional de pessoas com deficiência.
Por meio de reconhecimento de boas práticas, da geração de informações e da troca de experiência profissional, o II Prêmio Melhores Empresas para Trabalhadores com Deficiência, tem como foco a construção e manutenção de um ambiente corporativo participativo, produtivo e igualitário, em que trabalhadores com e sem deficiência, juntos, contribuam para uma economia sustentável e humanizada.
Resultado Alcançado: Premiar as práticas exitosas, voltadas à empregabilidade das pessoas com deficiência em todo o Estado de São Paulo, que possam ser vistas como agentes incentivadores para outras empresas, indo ao encontro da missão e visão da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Neste ano, inscreveram-se no Prêmio 58 empresas, que empregam mais de 500 mil funcionários, dos quais cerca de 17 mil são trabalhadores com deficiência. Dessas 58 empresas, 10 foram finalistas do prêmio e receberam Placa de Menção Honrosa por suas ações inclusivas no ambiente de trabalho.
Foram **Finalistas e receberam Placa de Menção Honrosa**: Brasil Kirin; Catterpillar, Deloitte, Itaú Unibanco e JLL.
Foram Vencedoras e receberam troféus:

- Em terceiro lugar: **MAN Latin América**, fabricante dos caminhões e ônibus Volkswagen e dos caminhões MAN.
- Em segundo lugar: a empresa **Serasa Experian**, que visa apontar os melhores caminhos para a tomada de decisão em crédito, marketing e certificação digital a empresas de todos os portes e setores;
- No primeiro lugar houve empate e duas empresas foram contempladas com igual pontuação: **Citibank e Senac/SP**.

Parceiros: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE
Período: Junho/2015 à Abril/2016
Orçamento: R$ 364.856,00
Projeto: Acompanhamento do Mercado de Trabalho de Pessoas com Deficiência – MODEM
Tem por objetivo a atualização anual do banco de dados RAIS (Nível de emprego formal) e CAGED atualização mensal (Variação do emprego formal), com destaque para a variável

"deficiência". Com os dados coletados, serão produzidas tabelas desagregadas, segundo os ramos de atividades, em quatro níveis de agregação espacial:
• Estado de São Paulo
• Regiões Administrativas do Estado de São Paulo
• Regiões de Governo de cada uma das Regiões Administrativas
• Municípios do Estado de São Paulo

Resultado Alcançado: Atualização mensal da base de dados do CAGED/MET e atualização anual da RAIS/MTE.
Parceiros: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE
Período: Agosto/2013 à Dezembro/2015

Educação

Projeto: Reabilitação e Inclusão Social
Tem como objetivo incentivar a autonomia e melhorar a qualidade de vida das PcDV por meio de cursos de informática, música, braille, orientação e mobilidade e orientação pedagógica.
Resultado Esperado: Promoção da inclusão de 60 PcDV por meio da realização de cursos de música, informática, braille, orientação e mobilidade e orientação pedagógica, objetivando o incentivo da autonomia e melhoria da qualidade de vida.
Parceiros: Associação dos Deficientes Visuais de Fernandópolis – ADVF
Período: Maio/2015 à Maio/2016
Orçamento: R$ 135.207,00

Projeto: Curso EAD – Violência Contra Pessoa com Deficiência
O objetivo é a gravação e edição de vídeo aulas sobre questões específicas relacionadas a Prevenção e Combate à Violência conta Pessoas com Deficiência**.**
Resultado Esperado: Elaboração do conteúdo do curso em EAD Violência contra Pessoa, para desenvolvimento de futuro curso de capacitação a distância (EAD) a servidores do Estado indicados pela SEDPcD
Parceiros: Fundação de Desenvolvimento Administrativo – FUNDAP
Período: Setembro/2014 à Dezembro/ 2015
Orçamento: R$ 344.383,00

Projetos Financiados pelo Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos – FID

Projeto: Acessibilidade Em Bibliotecas
Tem como objetivo equipar bibliotecas públicas do Estado de São Paulo com recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência visual e motora.
Resultado Esperado: Acessibilizar até 100 bibliotecas vinculadas ao Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo.
Período: Agosto /2015 à Junho/2016
Orçamento: R$ 2.543.017,00 – R$ 2.308.617,00 (FID) + R$ 234.400,00 (SEDPcD)

Projeto: 5 anos do Memorial da Inclusão pelos Direitos das Pessoas com Deficiência
Tem como objetivo conscientização e divulgação do discurso da inclusão e do respeito e aceitação da diversidade junto ao corpo discente e docente do Estado de São Paulo. O projeto ora proposto visa agir no âmbito de umas das principais medidas que vem sendo adotadas no combate contra o preconceito e a segregação voltados às pessoas com deficiência: a inclusão escolar.
Resultado Esperado: Ações educativas e Capacitação de Professores. Nas dependências da exposição permanente do Memorial da Inclusão, atendimento de 10.000 alunos durante a vigência do projeto; e capacitação de 800 professores da rede pública de ensino. Em municípios do interior de São Paulo, realização de oito "ativações" pela inclusão da diversidade, e capacitação de 240 professores. Essas "ativações" consistirão em visitas de dez a 12 dias da versão itinerante da exposição do "Memorial da Inclusão: os caminhos da pessoa com deficiência".
Educação à Distância. Execução de quatro edições do curso à distância "Direitos da Pessoa com Deficiência: Diversidade Humana e Igualdade", atingindo pouco mais de 4.000 funcionários

públicos do Estado e de municípios de São Paulo. (Todo o conteúdo, formato, e o ambiente virtual do curso já estão prontos, tendo essa Secretaria já executado, por conta própria, duas edições do curso.)
Período: Abril/2014 à Abril/2016
Orçamento: R$ 2.734.565,87 = R$ 2.470.409,48 (FID) + R$ 264.156,39 (SEDPcD)

Gráfico do Portfólio

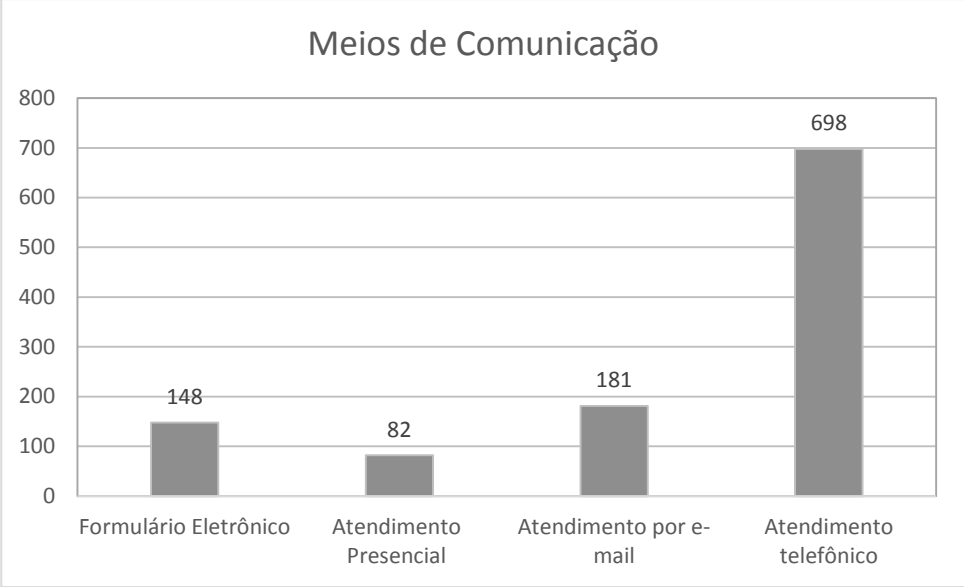
TOTAL: 26

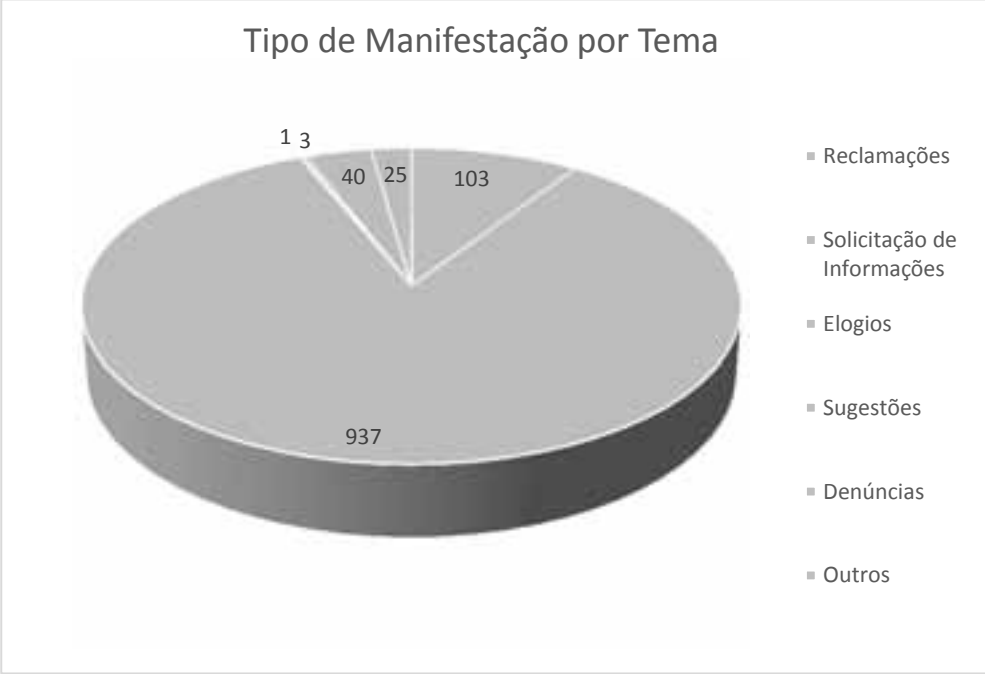
Mídia

Houve um intenso esforço e empenho da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência em mobilizar e sensibilizar a sociedade sobre os conceitos e direitos das pessoas com deficiência. Nesse sentido, foram realizados vários eventos, reunindo ao todo milhares de participantes que tiveram contato com as questões relacionadas ao segmento. Este empenho gerou mobilização da Mídia em geral, resultando um TOTAL DE 9210 INSERÇÕES NA MÍDIA, do período de Janeiro à Outubro, sendo:

Mês	TV	Rádio	Impresso	Web	Total
Janeiro	65	36	184	465	750
Fevereiro	45	11	168	329	553
Março	48	16	249	564	877
Abril	62	20	240	568	890
Maio	35	34	274	459	802
Junho	44	30	255	416	745
Julho	63	43	290	478	874
Agosto	77	53	636	1034	1800
Setembro	92	51	389	524	1056
Outubro	55	19	271	518	863
Total	**586**	**313**	**2.956**	**5.355**	**9.210**

Atendimento aos Usuários





Total: 937 (Janeiro/Outubro2015)

Recursos Humanos

O Centro de Recursos Humanos é órgão Setorial do Sistema de Administração de Pessoal da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

As atividades estruturadas, decorrentes do normal exercício, constituem em atribuições relacionadas ao sistema de Administração de Pessoal conforme Decreto 52.833 de 24 de Março de 2008, e ainda são constituídas de tarefas cotidianas de gerenciamento do fluxo documental e burocrático inerente aos processos de controle e avaliação dos recursos humanos desta Secretaria.

Tivemos na capacitação dos recursos humanos, palestras, congressos, dos quais tivemos a participação dos gestores, que comprometidos adquirem uma visão ampla e estratégica, atuando de uma forma participativa, compartilhada com conhecimentos técnicos diante das demandas inesperada, com a melhoria contínua assegurando a transparência dos atos.

O programa de Ginástica laboral os restaurantes credenciados, fazem parte do Programa de Qualidade de Vida, que vem trazendo benefícios e melhor desempenho ao cotidiano dos colaboradores.

Como agente de integração, Fundap x Secretaria, uma parceria que deu certo pois tem sido uma das portas de entrada para inserção do jovem estagiário no mercado de trabalho.

A SEDPCD, assumiu através de seus supervisores de estágio o compromisso como complemento teórico na formação dos jovens, possibilitando a implementação de mais esta política pública, onde os estagiários têm a oportunidade de adquirir conhecimento de alto padrão e aperfeiçoar suas habilidades nas áreas de seu interesse.

O CRH, atua na valorização do potencial humano do quadro dos servidores, buscando atingir a excelência nos serviços prestados na Administração Pública.

Considerações Gerais

A acessibilidade ao meio físico edificado, aos transportes e às tecnologias da informação e das comunicações, com relação a mudança de atitudes da população em geral face às pessoas com deficiência, constitui uma condição indispensável para o exercício dos direitos de cidadania.

A história da vida e a luta das pessoas com deficiência passou por caminhos de profunda ignorância, de crenças e superstições, de teorias pseudocientíficas, nos quais se enraízam algumas das atitudes e atos discriminatórios que ainda perduram nos nossos dias. Interferir nesse cenário e construir um país de oportunidades iguais para todos são os desafios que fundamentam o exercício da cidadania e as políticas públicas. Nesse sentido, a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência tem se esforçado na formulação e implementação de políticas públicas voltadas para a inclusão das pessoas com deficiência.

As atividades desenvolvidas em 2015 estimularam uma sociedade em que o Bem-Estar e a Qualidade de Vida de todos, orientaram a oferta dos serviços públicos, valorizando as lógicas preventivas e reabilitadoras e os princípios da subsidiariedade e do constrangimento positivo. Esse papel foi o principal agente impulsionador à mudança de paradigma e na adoção de um novo modelo mental, no contexto de vida das pessoas com deficiência, percebendo, de fato, a importância e o alcance que a supressão de barreiras pode significar nomeadamente para a concretização de um conjunto de direitos e no favorecimento de uma inclusão ativa. A promoção da acessibilidade é uma questão chave para atingir objetivos estratégicos da SEDPcD:

Aumentar a competitividade;
Alcançar o pleno emprego;
Reforçar a coesão social e;
Promover o desenvolvimento sustentado.

Tal como referido neste Relatório, a acessibilidade deve ser considerada de forma global, integrada e sistêmica em todos os domínios da ação política (construção, saúde, segurança no trabalho, tecnologias da informação e da comunicação, concursos públicos, para aquisição de equipamentos, estudos ou trabalhos, educação, recreação, lazer, etc.) e deve concretizar-se em coordenação com todos os agentes envolvidos (da política social, do planejamento urbano, das tecnologias da informação e das comunicações, da construção civil, dos transportes e outros).

Para que a luta contra a discriminação e a exclusão social seja coordenada e eficaz, importa que o Estado integre plenamente as suas políticas econômicas, sociais e de inclusão, fazendo intervenção integrada nas respostas aos problemas identificados, mas focando os recursos

disponibilizados nas ações de desenvolvimento pessoal, qualificação e empregabilidade, mobilizando outros recursos para as ações complementares.

Nesta ótica, os Programas, Projetos e Ações implementados e gerenciados por esta Secretaria mantém em seu escopo alguns desafios fundamentais em consonância com a Convenção da ONU, objetivando eficácia de medidas específicas a favor da inclusão, garantindo o exercício de cada um dos direitos reconhecidos nesta Convenção. O entendimento desta trajetória histórico-cultural forneceu subsídios suficientes para compreender o retrato atual da população com deficiência no Brasil e propor alternativas para acelerar a inclusão desta importante parcela de nossa população, que representa a rica diversidade que constitui nossa sociedade. A sociedade inclusiva tem como principal objetivo oferecer oportunidades iguais para que cada pessoa seja autônoma e auto suficiente. Portanto, todos os cidadãos devem exercitar livremente as tomadas de decisão sobre a sua vida e participar ativamente da vida da comunidade, nos diversos domínios da sociedade.

Se apenas algumas décadas, acreditava-se que a pessoa que tivesse algum tipo de deficiência teria uma vida com possibilidades reduzidas e completa falta de perspectivas, hoje enxergamos muita vida além da deficiência e plena capacidade de realização. Constatamos que com as nossas AÇÕES, PROGRAMAS e PROJETOS desenvolvidos durante o ano de 2015, estamos contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva, com base em fatos e percepções das próprias pessoas com deficiência, mostrando a pluralidade e diversidade desta enorme população multifacetada que, em comum, possui o desejo de um país mais justo, mais humano, mais igualitário, que proporcione condições de igualdade de oportunidades, pautando-se por princípios orientadores e desenvolvendo-se segundo prioridades estratégicas, operacionalizáveis por meio das respectivas medidas políticas.

Sublinhe-se que, para além de ser um imperativo de cidadania, a promoção da acessibilidade é, também, uma oportunidade para inovar e para promover a qualidade, a sustentabilidade e a competitividade.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Secretaria de Estado da Educação

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa
08000 - Secretaria da Educação

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**21.202.455.307,00**	**21.308.365.951,05**	**434.826.434,93**	**21.743.192.385,98**	**21.748.561.782,12**
Pessoal e Encargos Sociais	11.370.906.243,00	11.847.959.189,73	0,00	11.847.959.189,73	12.028.983.052,40
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	9.831.549.064,00	9.460.406.761,32	434.826.434,93	9.895.233.196,25	9.719.578.729,72
Despesas de Capital	**269.764.850,00**	**356.792.904,02**	**70.173.704,79**	**426.966.608,81**	**541.499.862,99**
Investimentos	269.764.850,00	356.792.904,02	70.173.704,79	426.966.608,81	541.499.862,99
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**21.472.220.157,00**	**21.665.158.855,07**	**505.000.139,72**	**22.170.158.994,79**	**22.290.061.645,11**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário
08000 - Secretaria da Educação

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0000 - Encargos Gerais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**297.941,19**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	297.941,19
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0800 - Gestão Pedagógica da Educação Básica	**11.818.620.014,00**	**12.277.511.566,96**	**80.313.717,61**	**12.357.825.284,57**	**12.505.537.965,86**
Despesas Correntes	11.798.009.823,00	12.262.041.248,64	80.293.540,61	12.342.334.789,25	12.489.643.902,91
Despesas de Capital	20.610.191,00	15.470.318,32	20.177,00	15.490.495,32	15.894.062,95
0801 - Parceria Educacional Estado-Município	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**17.955.518,13**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	677.087,33
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	17.278.430,80
0802 - Alimentação Escolar	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**165.188,72**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	165.188,72
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0803 - Melhoria da Qualidade do Ensino Fundamental	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**708,19**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	708,19
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0805 - Parceria Escola, Comunidade e Sociedade Civil	**160.062.369,00**	**79.511.018,63**	**8.344.377,98**	**87.855.396,61**	**83.739.897,18**
Despesas Correntes	160.062.369,00	79.511.018,63	8.344.377,98	87.855.396,61	83.730.279,78
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	9.617,40
0807 - Tecnologia da Informação e Comunicação na Educação - TIC	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**146.675,63**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	141.175,63
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	5.500,00

0808 - Formação Continuada dos Profissionais da Educação	**109.879.433,00**	**48.225.111,68**	**6.385.621,61**	**54.610.733,29**	**59.042.321,89**
Despesas Correntes	109.879.433,00	48.225.111,68	6.385.621,61	54.610.733,29	59.042.321,89
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0813 - Avaliação do Sistema Educacional	**4.758.258.349,00**	**5.256.121.372,68**	**9.806.204,36**	**5.265.927.577,04**	**5.255.599.338,98**
Despesas Correntes	4.758.138.349,00	5.256.001.372,68	9.806.204,36	5.265.807.577,04	5.255.479.338,98
Despesas de Capital	120.000,00	120.000,00	0,00	120.000,00	120.000,00
0814 - Expansão, Melhoria e Reforma da Rede Física Escolar e Administrativa	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**120.521.882,93**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	1.244.895,82
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	119.276.987,11
0815 - Manutenção e Suporte da Educação Básica	**3.440.941.165,00**	**3.180.125.217,37**	**339.785.412,51**	**3.519.910.629,88**	**3.394.875.008,21**
Despesas Correntes	3.200.413.306,00	2.850.228.414,71	282.628.313,83	3.132.856.728,54	3.015.334.420,65
Despesas de Capital	240.527.859,00	329.896.802,66	57.157.098,68	387.053.901,34	379.540.587,56
0816 - Apoio Administrativo e Suporte Técnico à Educação	**1.161.958.827,00**	**805.764.973,65**	**58.014.399,75**	**863.779.373,40**	**832.765.380,97**
Despesas Correntes	1.153.452.027,00	794.459.190,61	45.017.970,64	839.477.161,25	823.390.703,80
Despesas de Capital	8.506.800,00	11.305.783,04	12.996.429,11	24.302.212,15	9.374.677,17
2826 - Comunicação Social	**22.500.000,00**	**17.899.594,10**	**2.350.405,90**	**20.250.000,00**	**19.413.817,23**
Despesas Correntes	22.500.000,00	17.899.594,10	2.350.405,90	20.250.000,00	19.413.817,23
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**21.472.220.157,00**	**21.665.158.855,07**	**505.000.139,72**	**22.170.158.994,79**	**22.290.061.645,11**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

O relatório a seguir apresenta as informações gerenciais sobre as ações, projetos e programas desenvolvidos pela Secretaria da Educação e por suas entidades vinculadas em 2015. Sua elaboração baseou-se nas orientações explicitadas no Ofício GS no. 001/2016, da Secretaria da Fazenda e, assim sendo, apresenta:

- descrição resumida dos programas realizados pela Secretaria da Educação, incluindo suas principais ações; e
- o relato do que foi realizado em cada programa / ação.

No que diz respeito às **entidades vinculadas**, tem-se o Conselho Estadual de Educação e a FDE – Fundação para o Desenvolvimento da Educação. O Conselho atua como órgão normativo, deliberativo e consultivo do sistema educacional público e privado paulista. É responsável pelo estabelecimento de regras para todas as escolas das redes estadual, municipal e particular, de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Profissional, seja presencial ou à distância. Também cabe ao CEE-SP orientar as instituições de ensino superior públicas do Estado, bem como credenciar seus cursos; sua natureza e função é orientar a comunidade - população, escolas, instituições mantenedoras, profissionais da educação - sugerindo, acompanhando e avaliando políticas, descentralizando decisões. Já a FDE, criada em 23 de junho de 1987, é responsável por viabilizar a execução das políticas educacionais definidas pela Secretaria na modalidade 91. Entre suas principais atribuições estão: construir escolas; reformar, adequar e manter os prédios, salas de aula e outras instalações; oferecer materiais e equipamentos necessários à educação; viabilizar meios e estruturas para a capacitação de dirigentes, professores e outros agentes educacionais e administrativos.

Em ambos os casos, a execução orçamentária das entidades vinculadas aparece nas ações da própria Secretaria; no caso do Conselho, ela aparece exclusivamente na ação 6178 (Gestão e Modernização da Secretaria da Educação) do Programa 816. Trata-se do único programa não descrito nesse relatório em função de orientações da própria Secretaria da Fazenda, que recomenda que não sejam detalhadas as ações de cunho estritamente administrativas.

Já a FDE aparece nas seis ações abaixo listadas, sendo as seis primeiras detalhadas nesse documento:

- Ação 5146 – Escola da Família
- Ação 2494 - Construção e Ampliação da Rede Física Escolar
- Ação 5740 - Transporte de Alunos de Educação Básica
- Ação 6138 – Conservação, Manutenção e Reparos em Prédios Escolares
- Ação 6168 – Provisão de Material Didático e de Apoio Pedagógico para a Educação Básica
- Ação 6173 - Modernização e manutenção Tecnológica nas Unidades Escolares

Os programas em execução na Secretaria da Educação são:

- 0800 - Gestão Pedagógica da Educação Básica
- 0805 - Parcerias Escola, Comunidade e Sociedade Civil
- 0808 - Formação continuada e Qualidade de Vida dos Profissionais da Educação
- 0813 - Integração e Avaliação do Sistema Educacional
- 0815 - Manutenção e Suporte da Educação Básica
- 0816 - Apoio Administrativo e Suporte Técnico à Educação Básica
- 2826 – Comunicação Social

Programa 0800 - Gestão Pedagógica da Educação Básica

Congrega as ações que visam assegurar a todos os alunos o acesso e a permanência à escola. Nesse sentido, engloba: a remuneração dos servidores; a provisão de material didático pedagógico; os esforços de alfabetização do 1º. ao 5º. ano; e o apoio de especialistas externos para a consolidação do currículo do Estado. Também inclui o atendimento educacional especializado, que visa aumentar a inclusão, e as iniciativas de educação dos jovens e adultos que não tiveram acesso à Educação Básica na idade regular (EJA). Também são contemplados, nesse programa, os Centros de Estudos de Línguas (CELs), importantes para aumentar a empregabilidade dos estudantes da Rede e as recentes iniciativas da Secretaria no sentido de implementar um formato de Ensino Integral adequado ao estado de São Paulo. A seguir estão descritas aquelas que são consideradas as principais conquistas e avanços da Secretaria no contexto desse Programa.

Ação 5743 - Ler e Escrever

No que diz respeito aos **esforços de alfabetização**, há um conjunto de ações voltadas ao Anos Iniciais do Ensino Fundamental, especificamente o programa **"Ler e Escrever"**, cuja abrangência, hoje, é de 1.661.738 alunos, sendo 665.304 da Rede Estadual e 996.434 da Rede Municipal, estes últimos distribuídos em 406 municípios[1]. O programa é um conjunto de ações articuladas que inclui formação de docentes, acompanhamento das práticas de ensino/aprendizagem e elaboração/impressão de materiais pedagógicos. Sua meta é alfabetizar todas as crianças com até sete anos de idade, entendendo que o domínio da escrita alfabética é fundamental para o processo de aprendizagem futuro. Isso não significa, no entanto, que suas ações restrinjam-se à "Leitura e Escrita"; o programa também contempla a aquisição dos conceitos matemáticos ("EMAI – Educação Matemáticas para os Anos Iniciais") e das demais disciplinas que integram o Currículo do Ciclo I (História, Geografia e Ciências). Ao longo de 2015 é importante registrar as seguintes ações:

- Distribuição de materiais de Língua Portuguesa do Programa Ler e Escrever e de Matemática do Projeto EMAI contemplando 30.182 professores e 782.767 alunos;
- Formação de docentes em 440 encontros presenciais (orientações técnicas) para 91 Supervisores, 263 professores coordenadores do núcleo pedagógico (PCNPs) e 1.768 professores coordenadores (PCs), e 16 videoconferências sobre o tema do Currículo, envolvendo aproximadamente 4.000 pessoas;
- Oferta de bolsa a professores alfabetizadores (Projeto Bolsa Escola Pública e Universidade na Alfabetização) para 998 professores pesquisadores.

[1] No caso dos municípios, o programa funciona sob a forma de convênios realizados com as prefeituras.

Cabe mencionar que houve redução de investimento em todas as três ações mencionadas; no caso do material, a execução foi quase totalmente cumprida. Quanto às bolsas, trata-se do Projeto Bolsa Escola Pública e Universidade na Alfabetização[2], que ocorre por intermédio da Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE e pelo qual se oferta aos alunos das instituições de ensino superior, dos cursos de graduação em Pedagogia ou Letras, a oportunidade de vivenciarem, em parceria com os professores da rede pública estadual, a prática de uma escola real.

Em 2015, foi publicado o Chamamento público do Projeto Bolsa Escola Pública e Universidade na Alfabetização para seleção de propostas de instituições de ensino superior, sediadas no Estado de São Paulo, interessadas em firmar termo de convênio para desenvolvimento do Projeto. A Equipe de Gestão Institucional do Projeto[3], ficou responsável pela análise dos planos de trabalho apresentados e atribuição das quantidades de bolsas de estudos aos planos aprovados, até o limite das bolsas disponibilizadas pela Secretaria de Estado da Educação.

O estabelecimento de Termo de Convênio entre a Secretaria da Educação, Fundação para o Desenvolvimento da Educação e as instituições de ensino superior é que viabiliza o Projeto. Como contrapartida, as instituições de ensino superior, entre outras obrigações, devem garantir a atuação dos alunos universitários (denominados no âmbito do Projeto, alunos pesquisadores), nas classes de 2º ano do Ciclo I das escolas públicas estaduais, cumprindo carga horária semanal de 20 (vinte) horas, sendo 04 (quatro) horas diárias, de segunda à sexta-feira, compatíveis com seu horário escolar.

O controle e fiscalização da presença do aluno na sala de aula são realizados por intermédio de três ferramentas: 1) lista de presença em poder do responsável pelo Projeto na unidade escolar, que permanece arquivada na respectiva unidade escolar; 2) digitação da frequência do aluno no site do Projeto, sob a responsabilidade do responsável pelo Projeto na unidade escolar; e 3) validação da frequência no site do Projeto, digitada pelo responsável na unidade escolar e realizada pelo interlocutor da instituição de ensino superior conveniada.

Concluídas essas etapas, cabe ao interlocutor da instituição de ensino superior conveniada, gerar eletronicamente o relatório de prestação de contas, que especificará a quantidade de alunos pesquisadores encaminhados e os respectivos percentuais de frequência (o repasse integral só acontece se o aluno pesquisador tiver 100% de frequência; em caso de ocorrência de faltas ou desclassificação do aluno pesquisador, o valor do repasse será proporcional).

Após o análise dos planos de trabalho apresentada pelas instituição de ensino, a Equipe de Gestão do Projeto Bolsa Alfabetização atribuiu 1.100 vagas para 33 instituições de ensino para a execução do Projeto.

Ações 5160 e 5759 – Remuneração e Encargos dos Servidores - EF e EM – FUNDEB
Ações 5161 e 5757 – Remuneração e Encargos dos Profissionais do Magistério – EF e EM

As ações acima referem-se ao registro das despesas com os funcionários e servidores em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental e médio público, vinculadas aos recursos do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, abrangidas especialmente pela **política salarial e de carreira** e pela **adequação de quadros**.

No que diz respeito à **política salarial**, entre 2011 e 2014, a Secretaria implantou uma política de aumento progressivo, com a reclassificação dos vencimentos dos integrantes do Quadro do

[2] Decreto nº 51.627, de 1º de março de 2007. O projeto tem como finalidade propiciar o desenvolvimento de conhecimentos e experiências necessários aos futuros profissionais de educação sobre a natureza da função docente no processo de alfabetização dos alunos do 2º ano do Ciclo I ou de classes, do mesmo ciclo, voltadas à recuperação da aprendizagem e apoiar os professores do 2º ano do Ciclo I.

[3] Constituída pela Resolução SE 91 de 08 de dezembro de 2008.

Magistério e do Quadro de Apoio Escolar; em 2014, o acréscimo de 7%, completou o ciclo de aumento salarial escalonado, chegando a 45,1% e, portanto, acima dos 42,25% originalmente previstos. Em 2015, houve a preocupação de manter estáveis os níveis de remuneração praticados no ano anterior.

As ações relativas à **adequação de quadros** englobam tanto a área pedagógica (Quadro do Magistério), quanto a área de apoio à escola (QAE – Quadro de Apoio Escolar). Na área pedagógica, os esforços têm sido o de garantir a presença do professor em sala de aula e em 2015 incluíram as seguintes medidas:

- Nomeação de 5.187 docentes - Professores Educação Básica I;
- Concurso para 59.000 professores de Ensino Básico II, dos quais 30.106 docentes entraram em exercício em 2014 e 2015;
- Nomeação de 965 Agentes de Organização Escolar para o Quadro de Apoio Escolar.

Ação 5156 – Atendimento Especializado a alunos da Educação Básica

Quanto ao respeito **ao atendimento educacional especializado** gratuito aos educandos com necessidades especiais, trata-se de dever do Estado, preconizado pelo artigo 4º. da Lei de Diretrizes Básicas de 1996[4]. O Capítulo V da LDB é integralmente dedicado à **Educação Especial** e define os parâmetros a serem seguidos pelos sistemas de ensino. Já a **Educação Inclusiva** está atenta às questões da diversidade, assumindo como premissa a compreensão e a aceitação do outro na sua singularidade. Ambas compõem um dos maiores desafios do sistema educacional atual, já que não basta disponibilizar vagas nas escolas, mas também: a) adotar currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos; e b) garantir professores com especialização adequada e professores do ensino regular devidamente capacitados.

As ações de Educação Especial na Secretaria são gerenciadas pelo CAPE/CGEB - Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado, criado em 2001 com o objetivo de oferecer suporte ao processo de inclusão escolar de alunos com deficiência (auditiva, física, visual, intelectual, deficiência múltipla), transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na rede estadual de ensino.

As 91 Diretorias de Ensino - pela atuação de suas equipes de Supervisores, Professores Coordenadores dos Núcleos Pedagógicos (PCNPs) e Professores Especializados - e os 15 CAPEs regionais garantem a capilarização do atendimento pedagógico especializado, que se materializa nas salas de recursos, nas classes regidas por professores especializados, no serviço itinerante e nas classes hospitalares. São mais de 50 mil alunos atendidos nas escolas.

A atuação especializada também acontece por meio de convênios firmados com instituições e pelo credenciamento de escolas, que permitem o atendimento daqueles alunos que, em função de seu comprometimento, exigem pessoal e equipamento muito especializados. São mais de 300 convênios firmados com instituições que atendem 30 mil alunos. Com isso, o total de atendimento de alunos público alvo da Educação Especial chega a mais de 90 mil estudantes.
O suporte ao processo de inclusão escolar ainda envolve a contratação de cuidadores para pessoas com deficiência física e graves deficiências múltiplas, além de professores interlocutores para alunos com surdez, e, ainda, um Plano de Adaptação de Prédios Escolares, cuja execução está a cargo da CISE/FDE[5], com o objetivo de proporcionar acessibilidade aos mesmos.

No que diz respeito a **Educação Especial**, é importante salientar que houve suplementação de recursos para atendimento de alunos autistas, especificamente nos itens transporte e credenciamento de escolas especializadas. Aponte-se, ainda, a renovação, em novembro, do contrato com a FFM (Fundação Faculdade de Medicina), que não estava previsto no início do ano. Ele tem como objeto a contratação de profissionais que atuam nas equipes multidisciplinares dos CAPEs regionais e no CAPE central (psicólogo, fonoaudiólogo, terapeuta

[4] Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/diretrizes.pdf)
[5] Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares/Fundação para o Desenvolvimento da Educação.

ocupacional, psicopedagogo e auxiliar administrativo), que atuam mais proximamente às escolas no entendimento das necessidades dos estudantes que recebem atendimento especial.

A Educação Especial em São Paulo em números		
Sala de Recursos	3.309 unidades	13.733 alunos
Itinerância	395 serviços	1.163 alunos
Classe regida por professor especializado	44 classes	287 alunos
Classes hospitalares	66 classes	-
Instituições especializadas	316	25.483
Escolas credenciadas	25	2.287

Quanto às outras ações que requerem um atendimento pedagógico especializado, elas são de responsabilidade **Núcleo de Inclusão Educacional (NINC)** que, em 2015, registrou os avanços abaixo comentados.

Interculturalidade, multilinguismo e fortalecimento das culturas tradicionais são as premissas da **Educação Escolar Indígena**, que conta atualmente com 1.377 alunos, 250 professores e 41 escolas estaduais equipadas com infraestrutura especifica voltada aos estudantes das etnias guarani,tupi-guarani, terena, kaingang e krenak. Com base nas orientações do Currículo, nas escolas indígenas as disciplinas são trabalhadas a partir da cultura de cada etnia e os educadores são membros das comunidades nas quais as escolas estão locadas.

Assim como ocorre na Educação Indígena, o Currículo é referência na modalidade de ensino **Educação Escolar Quilombola**. O Estado de São Paulo possui 26 escolas quilombolas, sendo 24 municipais e duas estaduais, que atendem crianças e adolescentes de cinco comunidades dos municípios de Eldorado e Itaóca. Além dessas 26 unidades que ficam em território quilombola, as escolas estaduais recebem muitos alunos oriundos das comunidades quilombolas, principalmente no Ensino Médio. Há, atualmente, 408 alunos quilombolas matriculados nos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos Anos Iniciais, Finais e Ensino Médio.

A Secretaria da Educação também garante o atendimento educacional a jovens que estejam cumprindo **medidas socioeducativa** em meio aberto e em **privação de liberdade**, por meio de classes regulares, assim como a adultos em situação de privação de liberdade (que, nesse caso, são atendidos pela Educação de Jovens e Adultos). Em ambas as iniciativas, as classes são vinculadas a uma escola pública estadual, e seguem a proposta pedagógica da escola vinculada, atrelada ao Currículo Oficial. Os objetivos desse atendimento são proporcionar aos alunos meios para que possam ter garantidos a permanência no sistema educacional e o direito de acesso à Educação Básica, bem como refletir sobre a inclusão social. Cada unidade prisional que possui classe vincula-se a uma escola, recebendo o acompanhamento da Diretoria de Ensino por meio do Supervisor de Ensino. Em 2015 foram atendidos nas unidades prisionais 12.294 alunos; os 1.047 professores contratados por área do conhecimento recebem gratificação de periculosidade (30% sobre salário base) e recebem formação em parceria SEE/SAP/ FUNAP/UFSCAR. Já os alunos atendidos pela Fundação Casa também possuem classes vinculadas à escolas da Rede estadual, designadas pela Diretoria de Ensino, de acordo com a localidade geográfica do Centro. O Ensino é presencial, em salas multisseriadas e atende 11.000 alunos, e conta com 1.200 professores.

Ação 5745 – Atendimento a Jovens e Adultos na Educação Básica - EJA

A Educação de Jovens e Adultos - EJA é uma modalidade de ensino destinada às pessoas jovens e adultas que não puderam concluir os seus estudos na idade adequada. Na rede estadual de ensino os cursos de Educação de Jovens e Adultos estão organizados em dois modelos de atendimento: presença obrigatória – classes mantidas nas escolas; e presença flexível – CEEJA. É importante considerar, no trabalho pedagógico com jovens e adultos, as especificidades desse público, composto por alunos trabalhadores, com diferentes perfis e diferentes faixas etárias e com ritmos de aprendizagem também distintos.

Em 2015 foram atendidos 268 mil alunos em 31 CEEJAs e em classes mantidas nas escolas. Ao longo do tempo vem-se observando uma diminuição no atendimento em salas regulares e um aumento nos CEJAS; é importante registrar que esses Centros atendem ao Ensino Fundamental e Médio e que a idade inicial é de 18 anos. Por permitir: matrículas por disciplina; presença flexível; e aproveitamento dos estudos em exames de certificação, considera-se que o curso atende a disponibilidade de tempo e ritmo de aprendizagem do aluno.

Ação 5998 – Centro de Estudos de Línguas - CELs

No contexto dos Anos Finais e do Ensino Médio iniciativas como o **ensino de línguas estrangeiras** são iniciativas relevantes, sendo que os Centros de Estudo de Línguas – CELs têm papel importante, que proporcionam aos alunos da Rede a oportunidade de aprender gratuitamente um novo idioma, aumentando suas chances de inserção no mercado de trabalho e ampliando seu acesso a outras culturas.

Há, hoje, em todo o estado, 223 Centros em funcionamento, oferecendo cursos gratuitos de inglês, espanhol, italiano, francês, alemão e japonês; ao término de cada curso, o aluno recebe o certificado de conclusão. Foram beneficiados, em 2015, 67.921 alunos. Em 2015, a execução foi efetivamente muito baixa. As ações originalmente previstas eram: suporte/atendimento a alunos dos cursos EVESP Inglês Online e Mandarim, e Intercâmbio de alunos.
Quanto ao intercâmbio, trata-se de ação que foi suspensa em função da tentativa de redução de custos; no que diz respeito ao atendimento dos alunos da EVESP, ele foi feito pela própria equipe da Secretaria da Educação (antes, havia empresa contratada para isso). Quanto ao Mandarim, o contrato vigente foi cumprido com redução de 25% do valor original devido a redução de custos e vigorou até julho. A nova proposta agora seria um convênio e não mais renovação do contrato, e o processo encontra-se em tramitação. Já com relação à execução descentralizada, trata-se do repasse de recursos para que as Diretorias de Ensino "façam a gestão" dos CELs; atualmente, as aquisições são feitas pela DE (e não mais pela escola), via BEC.

Ação 6136 – Educação Integral

Garantir educação integral aos alunos significa, segundo o currículo paulista, investir no "desenvolvimento de suas habilidades cognitivas e afetivas, como as capacidades de resolver problemas, de trabalhar em grupo, de continuar aprendendo e de agir de modo cooperativo, pertinentes em situações complexas*".*

Embora a expansão do tempo de permanência na escola não seja condição suficiente e necessária para assegurar a educação integral, a SEE tem investido na ampliação e/ou na extensão do tempo de permanência dos alunos na escola ou em atividades correlacionadas ao Currículo, na perspectiva de que essa ampliação possa contribuir para a garantia de educação integral.
São Paulo tem dois modelos de escolas com propostas que ampliam a jornada diária de escolarização dos estudantes sob as seguintes denominações: Projeto Escola de Tempo Integral (ETI-SP), criado em 2005, abrangendo escolas de ensino fundamental, tanto anos inicias como anos finais; e o Programa de Ensino Integral (PEI), criado em 2011, primeiramente para escolas do ensino médio e que, no ano de 2015, abrange escolas do ensino básico (Ensino Fundamental, Anos Iniciais e Finais e Ensino Médio). O programa VENCE também está incluído nesta ação, pois o aluno cursa a educação profissional em jornada ampliada.

Escola em Tempo Integral (ETI): em 2005, a Secretaria da Educação definiu, como uma de suas prioridades, a adoção de uma proposta de ensino integral, implantando o projeto "Escola de Tempo Integral", para os Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental, em parte das escolas da Rede (hoje conhecidas como ETIs). O projeto previa a ampliação das possibilidades de aprendizagem dos alunos pelo prolongamento de sua permanência na escola (de cinco para sete ou nove horas diárias), com a oferta, no contra turno, de Oficinas Curriculares e Atividades Complementares. Em 2013, o programa sofreu uma reorganização curricular – em caráter experimental – em função de estudos feitos ao longo de 2012.

Hoje são 235 ETIs, que atendem a um universo de 50.290 estudantes, dos quais 27.451 são dos Anos Iniciais e 22.839 dos Anos Finais. A escola tem autonomia para a definição da matriz

curricular, que deve estar em sintonia com sua proposta pedagógica e atender as expectativas e os interesses educacionais locais. As Atividades Complementares têm, como temáticas, para os Anos Iniciais a “Hora da Leitura”, a “Produção de Texto” e “Experiências Matemáticas”; já nos anos finais, engloba Língua Estrangeira Moderna, Leitura e Produção de Texto e Experiências Matemáticas. As Oficinas Curriculares se dão nas áreas de Língua Estrangeira Moderna; Atividades Artísticas; Atividades Esportivas e Motoras; Educação Financeira/Educação Fiscal; Tecnologia e Sociedade; Qualidade de Vida; Sexualidade; Espaços Educadores; Educação para o Trânsito; Educação das Atividades Étnico-raciais; Educação em Direitos Humanos.

Programa Ensino Integral (PEI): o Programa Ensino Integral foi criado com o objetivo de assegurar a formação de jovens autônomos, solidários e competentes por meio de um novo modelo de escola. Entre outras características, prevê jornada integral de alunos e professores, currículo integrado, matriz curricular diversificada, Regime de Dedicação Plena e Integral dos educadores e infraestrutura que atenda às necessidades pedagógicas do Programa. Essa estrutura visa proporcionar aos estudantes as condições necessárias para planejarem e desenvolverem seu Projeto de Vida e tornarem-se protagonistas de sua formação. O Programa Ensino Integral, inicialmente direcionado a escolas de Ensino Médio, teve sua primeira expansão em 2013, quando passou a atender também os anos finais do Ensino Fundamental. O Programa continuou sua expansão nos segmentos que já atende e ampliou a sua atuação na Educação Básica, compreendendo também escolas dos anos iniciais do Ensino Fundamental no ano de 2014.

No que diz respeito aos Anos Iniciais, o Programa se baseia em princípios educativos e premissas que orientam as ações da escola com vistas ao desenvolvimento integral do educando, por meio de uma formação humanística e cultural que propicie aprendizagens para que estes possam atuar autonomamente na escola e na sociedade, orientados por valores como respeito, solidariedade, tolerância e perseverança. Parte do reconhecimento da pessoa como um todo, e não como um ser fragmentado. Com efeito, a criança desenvolve conjuntamente os aspectos afetivo, cognitivo, físico e social de sua personalidade. Não há hierarquia do cognitivo sobre o afetivo ou o social, por exemplo. Por isso, as atividades das quais o aluno participa devem envolver uma multiplicidade de oportunidades para o benefício de seu desenvolvimento.
Os números abaixo evidenciam o esforço da SEE na implantação da Educação Integral:

Escolas do Programa de Ensino Integral

Ano	Ensino Fundamental		Ensino Médio	EF e EM	Total
	Anos iniciais	Anos finais			
2012			16		16
2013		21	30	2	53
2014		37	26	50	113
2015	17	28	11	19	75
2016	8	8	8	16	40
Total de Escolas	**25**	**94**	**91**	**87**	**297**

Programa Vence: o programa é uma iniciativa organizada nas modalidades integrado e concomitante, que busca articular o Ensino Médio à educação profissional, assegurando ao jovem formação humanística, científica, cultural e tecnológica e preparando-o para a inserção no mundo do trabalho. O VENCE Integrado é voltado aos concluintes do Ensino Fundamental que cursarão a 1ª série do Ensino Médio na Rede estadual; assim, o aluno tem sua formação básica e sua formação técnica sob uma única matriz curricular. Essa modalidade é oferecida em parceria com o Centro Paula Souza e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. O VENCE Concomitante tem como público-alvo os alunos da 2ª e 3ª séries do Ensino Médio e da EJA (Educação de Jovens e Adultos); o estudante frequenta o Ensino Médio na Rede estadual em um período e faz o curso técnico em uma instituição credenciada em outro.
Em 2015, o foco das ações foi a diminuição da evasão e o aumento do índice de conclusão dos cursos. O programa vem sendo executado sob um modelo de gestão compartilhada entre Administração Central e Diretorias de Ensino. Neste período, foram as desenvolvidas as seguintes atividades:

- Na **modalidade integrada:** em parceria com o Centro Paula Souza, acompanhamento de 65 escolas, 158 turmas, 3.646 alunos matriculados, em atingindo 40 municípios (de 2012 a 2015) em parceria com o Centro Paula Souza. Em parceria com o Instituto Federal, acompanhamento de 21 escolas, 19 cursos, 5.096 alunos matriculados em 21 municípios.
- Na **modalidade concomitante:** acompanhamento de 163 instituições particulares parceiras, na 5ª edição do programa, iniciada em março de 2015, com 10.131 alunos matriculados em 50 cursos técnicos. Acompanhamento da finalização de cursos técnicos da 4ª edição, iniciados em setembro de 2013, em 132 instituições parceiras.

Ação 6168 – Provisão de Material Didático e de Apoio Pedagógico para a Educação Básica

Para apoiar os professores e os alunos no desenvolvimento do Currículo, a SEE, pelo Programa São Paulo faz Escola, elabora materiais de apoio - **Cadernos do Professor e do Aluno** - em que são apresentadas Situações de Aprendizagem ou Sequências Didáticas, organizadas por componente curricular, bimestre, ano e série. Em 2015 houve distribuição de 68.170.254 Cadernos do Aluno. Os demais cadernos orientam a gestão da aprendizagem em sala de aula, oferecendo sugestões de metodologias e estratégias de trabalho para as aulas, experimentações, projetos coletivos, atividades extraclasse e estudos interdisciplinares e, ainda, sugestões para a avaliação e a recuperação.

Para subsidiar o Professor Coordenador e o Supervisor de Ensino em suas práticas, o **Caderno do Gestor** apresenta conteúdos que versam sobre currículo, planejamento e avaliação. Em síntese, esses materiais pretendem orientar esses profissionais para que possam apoiar a equipe escolar na elaboração e implementação da proposta pedagógica de cada escola.
Sobre o Kit do Aluno, foram entregues no ano de 2015 as seguintes quantidades:

Mês	Ensino Fundamental		Ensino Médio
	Anos Iniciais	Anos Finais	
Janeiro	363.480	632.094	864.588
Fevereiro	225.690	349.566	600.012
Março	113.950	630.288	318.576
Total por segmento	703.120	1.611.948	1.783.176
Total geral	4.098.244		

Ação 6169 – Implementação de Currículo Adequado a Cada Etapa do Ensino

Esta ação contempla o desenvolvimento curricular do ensino fundamental e médio através de práticas pedagógicas diversificadas, assim como a implementação da Base Curricular Unificada para a Educação Básica em todas as disciplinas, ciclos, anos escolares, tendo como referência, os indicadores educacionais.
No ano de 2015, os esforços de redução de custos redundaram no fim da contratação da Fundação Padre Anchieta, no cancelamento do convênio "Cultura é Currículo", no encerramento da iniciativa "Residência Educacional" e do Curso de Defesa Civil da EVESP. Também estava prevista a recuperação interdisciplinar, que foi realizada por meio de parceria sem custos para a Secretaria da Educação (através do Projeto Aventuras Currículo+).

Programa 805 - Parcerias Escola, Comunidade e Sociedade Civil

Engloba ações de parceria e cooperação, visando integrar escolas, comunidades e segmentos variados da sociedade civil e executar projetos que contribuam para a redução das vulnerabilidades intra e extraescolares. As ações que o compõem aparecem descritas a seguir.

Ação 5146 – Escola da Família

Conquistas importantes na aproximação entre os pais e a escola estão sendo construídas com a "Escola da Família", que surgiu do reconhecimento de que, em diversas regiões do Estado, as escolas públicas constituem o principal – ou, muitas vezes, o único - equipamento público, em especial nas localidades em que existem poucas ou nenhuma opção de lazer e cultura. Criado em 2003, o programa proporciona a abertura de escolas da rede estadual aos finais de semana, permitindo utilizar de maneira democrática e responsável o ambiente escolar, disseminar valores fundamentais de convivência social solidária e prevenir comportamentos geradores de violência. Cada escola organiza as atividades dentro de quatro eixos: Esporte, Cultura, Saúde e Trabalho; e conta, para sua consecução, com o apoio dos "Educadores Universitários", estudantes que dedicam seus finais de semana ao programa e, em contrapartida, têm seus estudos custeados pelo programa Bolsa Universidade, realizado em convênio com instituições particulares de Ensino Superior. Há, também, a atuação do voluntário, que pode oferecer atividades como cursos e oficinas de artesanato, ensino de línguas, música e esporte, entre outras. Em 2015 foram 2.267 escolas estaduais abertas aos finais de semana, 166 instituições de Ensino Superior conveniadas, 13 mil educadores universitários e 11.500 voluntários cadastrados.

Sobre as linhas de atuação do programa, no **Programa Bolsa Universidade** houve queda no valor médio das bolsas entre 2014 e 2015 (de R$ 500,00 para R$ 400,00) e na quantidade de bolsas concedidas. Embora as projeções iniciais para 2015 indicassem 21.621 bolsas de estudo, foram concedidas 16.500 (dados de fevereiro de 2015). Os recursos foram aplicados nas formações centralizadas (coordenação geral do programa), descentralizadas (coordenação regional do programa) e nas ações de infraestrutura nas unidades escolares pertencentes ao programa (coordenação local do programa).

Programa 808 – Formação Continuada dos Profissionais da Educação

O programa busca desenvolver as competências e valorizar os profissionais da Educação, viabilizando o trabalho pedagógico no uso de metodologias voltadas para práticas inovadoras. Engloba, assim, iniciativas de aperfeiçoamento, concessão de bolsas e formação técnica. Também desenvolve ações e projetos que acompanham a saúde e a qualidade de vida dos servidores da SEE.

Ação 6175 – Formação Continuada dos Profissionais da Educação

As tarefas acima descritas cabem, principalmente, à EFAP[6] - Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo "Paulo Renato Costa Souza" - que oferece, permanentemente, cursos, programas e orientações técnicas, voltados às diferentes áreas do Currículo e, também à gestão e ao aperfeiçoamento profissional. Em 2015 foram ofertadas, de forma direta, 22 ações cursos que tiveram, no total, mais de 67 mil cursistas dos Quadros do Magistério, Quadro da Secretaria da Educação e Quadro de Apoio Escolar, distribuídos nas seguintes ações:

Nº	Ações de Formação Ofertadas pela EFAP em 2015	Inscrições
1	Curso Específico de Formação aos ingressantes nas classes docentes do Quadro do Magistério – Etapa 1 – Fundamentos Básicos – 1ª Edição/2015	26.501
2	Introdução aos Direitos Humanos e ECA para Educadores – 2ª Edição/2015	8.792
3	Mecanismos de Apoio ao Processo de Recuperação da Aprendizagem: Articulação Pedagógica e Práticas de Intervenção – 1ª Edição/2015	4.584
4	Oficinas Virtuais Currículo+ 2015 – 1ª Edição	4.018
5	Programa de Formação de Tutores (PROFORT) – 10ª Edição/2015	3.998
6	Instrumentos de Apoio à Aprendizagem – Aprender a Ser – 1ª Edição/2015	3.350

[6] Criada pelo Decreto nº 54.297, de 5 de maio de 2009.

Nº	Ações de Formação Ofertadas pela EFAP em 2015	Inscrições
7	Instrumentos de Apoio à Aprendizagem – Aprender a Conviver – 1ª Edição/2015	2.873
8	Instrumentos de Apoio à Aprendizagem – Aprender a Aprender – 1ª Edição/2015	2.652
9	Mecanismos de Apoio ao Processo de Recuperação da Aprendizagem: Avaliação e Recuperação de Estudos – 1ª Edição/2015	2.070
10	Mecanismos de Apoio ao Processo de Recuperação da Aprendizagem: Recursos Metodológicos e Superação de Defasagens – 1ª Edição/2015	1.850
11	Programa de Formação de Tutores (PROFORT) – 11ª Edição/2015	1.531
12	Curso Específico de Formação aos ingressantes nas classes docentes do Quadro do Magistério – Etapa 1 – Fundamentos Básicos – 2ª Edição/2015	1.469
13	Mediação Escolar e Comunitária – 1ª Edição/2015	598
14	Introdução aos Direitos Humanos e ECA para Educadores – 1ª Edição/2015	504
15	Ação Formativa Ensino Integral: Aprofundamento nas Metodologias e Práticas Pedagógicas e de Gestão – Curso Eletivas – 1ª Edição/2015	351
16	Ação Formativa Ensino Integral: Aprofundamento nas Metodologias e Práticas Pedagógicas e de Gestão – Curso Manejo e Gestão de Laboratório – 1ª Edição/2015	350
17	Ação Formativa Ensino Integral: Aprofundamento nas Metodologias e Práticas Pedagógicas e de Gestão – Curso Modelo de Gestão – 1ª Edição/2015	350
18	Ação Formativa Ensino Integral: Aprofundamento nas Metodologias e Práticas Pedagógicas e de Gestão – Curso Orientação de Estudos – 1ª Edição/2015	350
19	Ação Formativa Ensino Integral: Aprofundamento nas Metodologias e Práticas Pedagógicas e de Gestão – Curso Projeto de Vida – Educação para Valores – Ensino Fundamental – 1ª Edição/2015	350
20	Ação Formativa Ensino Integral: Aprofundamento nas Metodologias e Práticas Pedagógicas e de Gestão – Curso Protagonismo Juvenil e suas Metodologias – 1ª Edição/2015	350
21	Ação Formativa Ensino Integral: Aprofundamento nas Metodologias e Práticas Pedagógicas e de Gestão – Curso Preparação Acadêmica – 1ª Edição/2015	347
22	Ação Formativa Ensino Integral: Aprofundamento nas Metodologias e Práticas Pedagógicas e de Gestão – Curso Acolhimento – 1ª Edição/2015	153
Total		**67.391**

Destacamos, da lista apresentada, o **Curso Específico de Formação aos Ingressantes** nas classes docentes do Quadro do Magistério, realizado em duas etapas, contendo a Etapa 1, 120 horas de estudos sendo 4 horas presenciais e a Etapa 2, 240 horas contendo 8 horas presenciais, que oferece a formação continuada aos profissionais ingressantes da rede pública. O curso é desenvolvido por meio de encontros presenciais e comunidades virtuais de aprendizagem, além de atividades a distância no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA-EFAP. Como o curso é parte integrante do período de estágio probatório, todos os professores que tomaram posse e entraram em exercício deverão realizá-lo.

Pontuamos, abaixo, as principais ações de formação realizadas de forma indireta, por meio de parcerias:

Programa Mestrado & Doutorado: É um programa contínuo da Secretaria Estadual de Educação (desde 2003), que tem por finalidade a qualificação, a atualização e o aperfeiçoamento dos profissionais da Rede. O bolsista recebe um auxílio financeiro para frequentar cursos de pós-graduação *stricto sensu,* voltados à disciplina que ensina, ao desenvolvimento de metodologias

de ensino e aprendizagem, à gestão e à supervisão escolar. Atualmente o Programa está com inscrições suspensas, para readequação de seu regramento, e conta com 300 cursistas/pesquisadores em atividade.

MBA – Gestão Empreendedora: Pós-graduação *latu sensu*, com 20 meses de duração, já na sua 9ª. Edição. Trata-se de iniciativa de formação voltada ao desenvolvimento de uma visão estratégica e de competências gerenciais e de liderança. Em 2015 teve 743 diretores de escolas beneficiados.

Programa REDEFOR – Educação Especial e Inclusiva: Com práticas fundamentadas na ética, respeito às diferenças, na solidariedade e no compromisso de todos os profissionais da educação com a aprendizagem, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo propõe uma escola que, além do acesso e permanência, seja inclusiva, democrática e plural e ofereça ensino de qualidade a todos os alunos. Nesse contexto, o Programa Rede São Paulo de Formação Docente (REDEFOR) tem continuidade com a oferta do Programa REDEFOR – Educação Especial e Inclusiva, composto de 7 (sete) cursos de especialização em Educação Especial na Educação Inclusiva, contemplando 1.600 servidores, com vistas a formação de professores que atendem aos alunos com deficiência auditiva, visual, física, intelectual, transtorno global do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação.

Curso Fundamentos do Google para o Ensino: Este curso foi criado pela Secretaria Estadual de Educação em convênio com o Google e foi ofertado antes do início do Curso Específico para professores ingressantes com o objetivo de fornecer a esses profissionais, a oportunidade de conhecer ferramentas tecnológicas que fossem uteis tanto para favorecer a sua participação nos cursos a distância, ofertados pela EFAP, quanto para auxiliar em seus afazeres pessoais e profissionais e também nos aspectos relacionados ao desenvolvimento dos conteúdos do Currículo do Estado de São Paulo.

A atuação da EFAP se consolida fundamentalmente pela formação à distância e, para tanto, conta com a Rede do Saber (91 ambientes de aprendizagem descentralizados, estúdios e estrutura tecnológica para videoconferência e interação simultânea) e Ambiente Virtual de Aprendizagem para a realização das suas ações de formação.

Em 2015, na ação 6175 Formação Continuada dos Profissionais da Educação, executou aproximadamente 70,35% dos recursos orçados e programados para o período. Justifica-se a redução na execução orçamentária devido a adequação no Contrato com a PRODESP e a supressão do Contrato com a Fundação Carlos Alberto Vanzolini, bem como, os cursos passaram para a modalidade de estudos autônomos, sem contratação de tutores.

Ação 6176 – Promoção de Ações voltadas à Qualidade de Vida dos Profissionais da Educação

A busca constante por um ambiente humanizado é uma das várias preocupações da Qualidade de Vida no Trabalho e, ao longo do ano de 2015, ações específicas da Secretaria da Educação nesse campo também teve impactos positivos. O quadro a seguir destaca as principais ações realizadas:

Ação	Descrição	Objetivo	Público Alvo	Resultados (até 08/12/15)
Circuito Saúde	Realizado anualmente, através da oferta de serviços como aferição de glicemia, IMC, pressão arterial e atendimento nutricional individualizado.	Proporcionar o diagnóstico precoce de doenças no ambiente laborativo.	Servidores, prestadores de serviços e estagiários dos Órgãos Centrais e FDE.	Total de eventos realizados: 1 Circuito completo e 3 plantões de audiometria / Total de participantes: 362.
Pericias Médicas	Atendimentos ao servidor com solicitação de licença para tratamento de saúde em 47 UPMs no período das 8h:00 às 17h:00	Atender com critério e humanização os servidores nas perícias para fins de licença saúde, readaptação e aposentadoria por invalidez	Servidores públicos	52.780 perícias até novembro/15

Programa 813 – Avaliação do Sistema Educacional

As diretrizes definidas para a gestão 2014-2018 apontam que "a aprendizagem é o centro da atividade escolar". Nesse contexto, os processos avaliativos e seus resultados são de fundamental importância, permitindo, por um lado, que os alunos e seus responsáveis conheçam e acompanhem o desenvolvimento da aprendizagem; e, por outro, que os professores revejam e aperfeiçoem sua prática docente. Finalmente, para a equipe de gestão escolar, disponibilizam elementos importantes sobre a eficácia das opções metodológicas que vêm sendo adotadas, bem como sua adequação ao aluno, ao grupo e à situação de ensino. É possível à equipe diagnosticar possíveis problemas ou dificuldades específicas de aprendizagem (ou mesmo de *"ensinagem"*). Segundo esses referenciais, a Secretaria da Educação vem investindo em diferentes estratégias para avaliação e divulgação dos resultados a diferentes públicos, como se pode conferir nos itens a seguir.

Ação 6177 – Avaliação e Monitoramento do Sistema Educacional Paulista

Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP): o SARESP avalia alunos do 2º, 3º, 5º, 7º e 9º anos do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio, em Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Redação[7].

No intuito de estimular e apoiar as Diretorias de Ensino e as equipes escolares no uso efetivo dos resultados do SARESP no (re)direcionamento das práticas de gestão escolar e pedagógica, a SEE elaborou, em 2015, a Plataforma Foco Aprendizagem. Essa plataforma permite consultar os resultados do SARESP nos componentes curriculares, em cada ano/série, avaliados, em termos das competências e habilidades consolidadas (ou não) pelos alunos. A plataforma oferece, ainda, recursos e materiais que podem ser utilizados em sala de aula para o desenvolvimento de cada uma das habilidades avaliadas.

Além das informações sobre o desempenho dos alunos no SARESP, a Plataforma apresenta os resultados de fluxo (aprovação, reprovação e abandono), com o intuito de que as equipes escolares façam simulações de como esses indicadores interferem no seu Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP)[8].

Está programado para 2016 o lançamento dos módulos de Planejamento Escolar, possibilitando às escolas elaborar seus planos de ação; de visualização dos resultados das avaliação bimestrais de aprendizagem em processo e de agrupamentos, que possibilitarão ao órgão central, às diretorias de ensino analisarem quais escolas apresentam melhores resultados considerando contextos similares e atuarem na orientação das mesmas.

Avaliação da Aprendizagem em Processo (AAP): elaboradas com base nas Matrizes de Avaliação Processual, as AAP são aplicadas ao final dos três primeiros bimestres letivos para todos os anos/séries, nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática. De caráter exclusivamente diagnóstico, as AAP constituem-se em instrumentos investigativos da aprendizagem dos alunos, em termos das competências e habilidades desenvolvidas. O material objetiva subsidiar a progressão das aprendizagens ainda não consolidadas por meio da elaboração e execução de planos que apoiem o professor no desenvolvimento do Currículo em sala de aula.

Em agosto de 2015, a SEE aplicou a 9ª edição das AAP. Os resultados dessas avaliações são disponibilizadas em uma Plataforma Digital (SARA, que é acessada a partir da página da Secretaria Escolar Digital), em que se pode acompanhar os resultados de cada turma segundo cada uma das habilidades avaliadas. Para a gestão escolar, este recurso permite que se tenha

[7] Nos dias 24 e 25/11, foram avaliados os alunos de 3º, 5º, 7º e 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio, em Língua Portuguesa e Matemática (itens objetivos).

[8] O IDESP é um indicador de qualidade dos anos iniciais (1ª a 5ª séries) e finais (6ª a 9ª anos) do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. No cálculo do IDESP, consideram-se dois critérios complementares: o desempenho dos alunos no SARESP e o fluxo escolar.

acesso ao desempenho de cada turma, bem como a eventuais diferenças de desempenho intra e interturmas.

Em 2015, na ação 6177 Avaliação e Monitoramento do Sistema Educacional Paulista, estavam previstos: o patrocínio aos municípios para aplicação do SARESP em suas redes de ensino e a aplicação de 4 avaliações da aprendizagem em processo (AAP) nas escolas da rede estadual ao longo do ano. No SARESP, por força de alteração na legislação atrelada a uma decisão da Pasta, as redes municipais passaram a custear sua aplicação, fato este que diminuiu a demanda orçamentária.

No âmbito da AAP, por decisões de cunho pedagógico da Pasta, foram realizadas apenas duas edições da avaliação, o que também resultou na redução de investimentos originalmente previstos.

Ação 5696 – Contribuição do Estado à Educação Básica, decorrente da Legislação do FUNDEB

Essa ação contém o registro da diferença entre o valor das contribuições e o das devoluções do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação ocorridas no âmbito do Estado de São Paulo.

Programa 0815 – Manutenção e Suporte da Educação Básica

O programa congrega ações importantes para o funcionamento da escola, garantido serviços e infraestrutura; inclui construção de escolas, transporte e alimentação de alunos e disponibilização de recursos tecnológicos.

Ação 2494 – Construção e Ampliação da Rede Física Escolar

A Secretaria da Educação, por meio do Departamento de Gestão da Infraestrutura é responsável, entre outros, por planejar a expansão, as reformas e as manutenções da rede física escolar, cujas execuções ficam a cargo da Fundação para o Desenvolvimento da Educação.

A **expansão** refere-se a realização de novas obras e a ampliações de salas de aula em prédios escolares existentes, com o objetivo de aumentar a capacidade de atendimento da Rede. Destina-se a lidar com problemas como o excesso de lotação nas classes e a necessidade de que o estudante se desloque longas distâncias pela ausência de vagas perto de sua casa. A **manutenção** engloba as obras necessárias para garantir o funcionamento adequado das escolas e são atendidas por Atas de Registro de Preços de serviços de manutenção, em que as empresas construtoras contratadas podem ser acionadas, de imediato, para a solução de problemas de menor porte, evitando que os danos aos prédios se avolumem com o passar do tempo. Neste contrato, há a mobilização de unidades móveis de manutenção que irão realizar pequenos serviços corretivos de solução rápida nas escolas visitadas (reformas de maior porte já precisam ser precedidas de licitações específicas).

As **melhorias** da Rede física têm acontecido por meio de três importantes programas:

- **Acessibilidade:** Trata-se do programa de obras para adaptação dos prédios da Rede física escolar de modo a proporcionar o acesso às pessoas com deficiências motoras ou visuais, em conformidade à legislação vigente.
- **Construção, Reforma e Cobertura de Quadras de Esportes:** Visam otimizar a utilização das quadras de esportes, em qualquer tempo.
- **Substituição de prédios ou salas precárias*:*** Neste programa destaca-se a construção de prédios em aldeias indígenas, em substituição às instalações precárias existentes.

Os principais resultados obtidos nessas ações aparecem nos quadros a seguir:

Reforma e Melhorias

Status	Número
Concluídas	451
Em execução	330
Em contratação	239

É importante registrar que na Reforma e Melhorias, conforme indicado na tabela anterior, estão incluídas as intervenções em programas específicos, como Escola de Ensino Integral, reformas para obtenção/renovação do AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, adaptação de espaço físico para centralização de merenda escolar e Acessibilidade. Os números aparecem a seguir, que englobam obras concluídas, em execução e contratadas:

Programas específicos

Programas	Número de Obras
Escolas de Ensino Integral	76
AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (reforma para obtenção/ renovação do Auto)	59
Adaptação de espaço físico para centralização de merenda escolar	121
Acessibilidade	168

Ação 5810 – Ação Cooperativa Estado - Município para Construções Escolares

Promoção de parcerias entre o Estado e os Municípios, de acordo com as diretrizes fixadas pela Secretaria da Educação, objetivando a construção, ampliação, reforma e/ou adequação de prédios escolares da rede pública, contemplando inclusive creches e demais iniciativas inseridas no programa "Ação Educacional Estado / Município / Educação Infantil".

Observação: Os quadros a seguir possuem intervenções tanto da 2494 (quando a obra é via FDE) quanto da 5810 (quando a obra é através de Convênio PAC).

Obras Novas (FDE + PAC)

	Concluídas	Em execução	Em Licitação	Projetos	Total
Obras Novas	28	51	1	16	96

Ampliações (FDE + PAC)

	Concluídas	Em execução	Em abertura de obra	Projetos em Execução	Total
Ampliações	13	13	1	11	38

Ação 6138 – Conservação, Manutenção e Reparos em Prédios Escolares

Outro destaque está relacionado às ações diretas nas unidades escolares e Diretorias de Ensino. Os recursos financeiros destinados às escolas foram readequados para reforçar a atuação das Diretorias de Ensino, otimizando os serviços contratados, gerando assim economia, em razão do maior volume contratado. Para atender essas atividades, as Diretorias de Ensino e unidades escolares receberam os seguintes recursos.

- **Manutenção Preventiva** – Recurso para Manutenção Preventiva, repassados às Associações de Pais e Mestres – APMs das escolas, no início do ano, por meio de convênio entre as APMs e a Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE, para realizar pequenos reparos de manutenção, pintura e pequenos serviços. Em 2015

foi disponibilizado recurso à Rede Estadual de Ensino como reforço às escolas de Diretorias de Ensino que não são atendidas pela Unidade Móvel;

- **PDDE** – Cada unidade escolar também recebe, anualmente, recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, também repassados às APMs das escolas, pelo Governo Federal, utilizados prioritariamente em reparos de pequenos portes em instalações físicas e equipamentos;
- **Unidade Móvel** – As "**Unidades Móveis**" atendem aos pedidos dos núcleos de obras das Diretorias de Ensino, realizando visitas e reparos nas unidades escolares. Em 2015 foram disponibilizados R$ 24 milhões para o atendimento de 79 Diretorias de Ensino, sendo que 12 Diretorias de Ensino ficaram sem atendimento em consequência de licitações desertas/fracassadas;
- **Crédito Direto** - Recursos repassados às Diretorias de Ensino para atendimento às unidades escolares, por meio de contratações efetuadas por pregão eletrônico ou dispensa de licitação devidamente qualificada.

Desta forma as unidades escolares da Rede Estadual de Ensino estão plenamente atendidas com recursos e instrumentos para suprir suas demandas, inclusive aquelas emergenciais, de acordo com as prioridades de cada unidade escolar.

Ação 5740 – Transporte de Alunos da Educação Básica

O transporte acessível, seguro e eficiente tem importante papel na redução do absenteísmo e da evasão escolar; a existência de diferentes realidades municipais no que diz respeito à disponibilidade do transporte público e a necessidade de atender ao público que não consegue utilizar o sistema regular, tornam ainda mais complexa a gestão do deslocamento dos estudantes.

Transporte Escolar em Números	
Nº Alunos Total Transportados	447.135

O transporte de alunos nas cidades que compõem a região metropolitana da Grande São Paulo - e que não possuem convênio celebrado com a Secretaria - é executado por contração direta/centralizada, por meio da FDE ou pela Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares – CISE. Relativo a 2015, foram transportados 89.134 alunos por dia.

O transporte de alunos nas demais regiões do estado é realizado por convênios celebrados entre a Secretaria da Educação e as 601 Prefeituras Municipais, garantindo, sobretudo, o transporte dos alunos residentes na zona rural. No ano de 2015 foram atendidos 334.897 alunos diariamente.

Há, também, o convênio com o Serviço Especial LIGADO, da EMTU, que oferece transporte diferenciado para alunos com deficiência ou mobilidade reduzida. Em 2015 foram 4.194 usuários diariamente (incluindo os acompanhantes).

Ação 6172 – Fornecimento de Alimentação Escolar aos alunos da Educação Básica

A Secretaria da Educação, por meio do Departamento de Alimentação e Assistência ao Aluno (DAAA), é responsável pelo gerenciamento direto ou indireto do fornecimento de refeições para os alunos de educação básica da rede pública estadual, com uma cobertura de 645 municípios. Conforme diretrizes gerais do Governo Federal e diretrizes específicas da Secretaria da Educação, é executado o Programa Estadual de Alimentação Escolar através de dois sistemas: **Centralizado e Descentralizado**. Na primeira, o Estado fica responsável pela gestão do Programa, ou seja, compra e distribuição dos insumos às escolas, contratação de merendeira, fornecimento de gás, etc.. Para essas unidades, também é oferecida uma verba adicional, que deve ser usada pelos gestores para a compra de legumes, verduras e frutas frescas. Já no modelo descentralizado é realizado o repasse de verba, dentre outras fontes a verba QESE, para que os municípios adquiram as refeições.

No **Sistema Descentralizado**, que em 2015 abrangeu 1,8 milhões de alunos 2.800 unidades escolares, os 591 municípios gerenciam diretamente o Programa, elaborando seus próprios cardápios, realizando suas compras, administrando seus estoques, entre outras atribuições.

No convênio firmado com os municípios, cabe à Secretaria da Educação suprir escolas de equipamentos e utensílios, fornecer e repor uniformes, dar manutenção e acompanhar a execução do convênio. Ao município cabe fornecer refeições durante o período letivo, manter pessoal capacitado para preparo, manipulação e distribuição, garantir fornecimento de gás, possuir equipe técnica para execução do Programa.

Vale observar, que durante o ano 24 prefeituras municipais denunciaram o convênio com a Secretaria: Americana, Itaoca, Laranjal Paulista, Bragança Paulista, Morungaba, Caieiras, Franco da Rocha, Valinhos, Ubatuba, Fernandópolis, Salto, Rosana, Mogi Mirim, Pindamonhangaba, São Bento do Sapucaí, Registro, Sete Barras, Guarujá, Mococa, São José do Rio Preto, Ferraz de Vasconcelos, São Luiz do Paraitinga, Tapiraí e Ribeirão Pires.

.
Os repasses de recursos se dão nos seguintes montantes:

Ensino	Repasse Estadual
Regular	R$ 0,50 por aluno/dia
Integral	R$ 2,00 por aluno/dia

Tabela: repasse de recursos na alimentação escolar em 2015.

Já no **Sistema Centralizado,** que em 2015 atendeu 1,25 milhões de alunos, o DAAA planeja e define o cardápio e realiza todas as atividades para a operacionalização do Programa das 2.499 escolas estaduais de 53 municípios; as atividades realizadas são o planejamento, a aquisição dos alimentos, a estocagem, a distribuição, o controle dos alimentos, a supervisão e a avaliação do PNAE.

Para permitir uma maior participação das comunidades locais, descentralizar decisões, respeitar a vocação agrícola regional, estimular a aquisição de produtos da safra, incentivar o comércio regional e melhorar os hábitos alimentares, existe o PEME – Programa de Enriquecimento da Merenda Escolar, que consiste no repasse de verba diretamente para as escolas, destinada à aquisição de alimentos in natura, os quais complementam o cardápio padrão.

Em 2015 destacaram-se, na área de Alimentação, as seguintes ações:

- **Implantação do Sistema SAESP II**: Para aperfeiçoar o controle de gestão do Programa de Alimentação Escolar, neste ano, podemos destacar como melhoria de gestão a implantação do Sistema SAESP II nas unidades escolares. Esta ferramenta faz o controle de retiradas diárias/ consumo, proporcionando maior verificação do que é consumido, além de atendimento às normas vigentes e melhor gestão de compras;
- **Semana da Educação Alimentar**: Tema “desperdício de alimentos”, amplamente trabalhado nas escolas com as nutricionistas das Diretorias de Ensino;
- **Atendimento dos alunos com patologias relacionadas à alimentação**: Diabetes, dislipidemia, celíacos, intolerante a lactose, alergia alimentar, etc. Desde 2013, houve o atendimento de 529 alunos, sendo 245 alunos atendidos no ano de 2015;
- **Inclusão de novos produtos – Merenda Sistema Centralizado: Transição para produtos *in natura***, com diminuição de incidência de produtos formulados, enlatados, etc., e aumento de produtos *in natura* ou minimamente processados, conforme novas recomendações do Guia Alimentar para População Brasileira;
- **Nova Portaria de Qualidade de Produtos destinados a Alimentação Escolar,** regulamentando regras para garantir maior controle de qualidade dos alimentos;

- **Agricultura Familiar**: Envolvidos 990 produtores de agricultura familiar. Houve abertura de Chamadas Públicas para 10 produtos. Foram concluídas duas Chamadas Públicas PPAIS e nove estão em andamento;
- **Nutricionistas nas Diretorias de Ensino**: Revisão de ferramentas de supervisão – novos relatórios de visita com dados de fácil tabulação para definir indicadores de gestão. Nos meses de maio e de novembro realizou-se a capacitação de todas as nutricionistas/responsáveis pela merenda das diretorias de ensino e ocorreu o treinamento individualizado de 12 Diretorias de Ensino com dificuldades em abastecimento;
- **Aquisição de gêneros restritos**: Houve diminuição na aquisição de gêneros restritos a alimentação escolar. Novos editais possibilitam redução de custos ainda maior para 2016;
- **CD Distribuição – Qualidade**: Elaboração de um novo contrato de serviço de gerenciamento do CD Cajamar – criação de novos procedimentos de logística – e aperfeiçoamento do controle de qualidade. Além disso, também foi realizado um novo contrato de locação, para o mesmo local onde funciona atualmente o Núcleo de Armazenamento II, destinado a abrigar o Centro de Distribuição de Alimentos do Programa de Alimentação Escolar. Neste novo contrato houve uma economia de aproximadamente 35,4% para a administração pública.
- **Novo Decreto**: Realizada a revisão e proposição do novo Decreto que disciplina os Convênios de Alimentação Escolar com os municípios, a vigorar a partir de 2016;
- Foi elaborado novo modelo de termo de referência para contratação de serviços de manipulação de alimentos, para vigorar também em 2016.
- **Serviços de Manipulação de Merenda**: As diretorias de ensino são responsáveis por licitar e fazer a gestão do contrato de serviço de preparo e distribuição da alimentação escolar. A Unidades escolares são fiscais dos contratos. O contrato abrange a disponibilização de mão de obra pela empresa contratada para as atividades de: recebimento e armazenamento de alimentos perecíveis e não perecíveis, insumos e materiais de consumo adquiridos pela Secretaria da Educação; pré-preparo e preparo de lanches e refeições; distribuição de lanches e refeições aos alunos nos horários estabelecidos pela unidade escolar; higienização de utensílios, equipamentos e ambientes do serviço de alimentação escolar (cozinha, despensa e refeitório ou pátio utilizado para o consumo da merenda); supervisão de todas as atividades referentes ao serviço de alimentação escolar, realizada por nutricionista ou técnico em nutrição e descarte adequado do lixo produzido e encaminhamento ao local próprio. Além da mão de obra para realizar todas as atividades referentes ao serviço de alimentação escolar, a empresa deve: fornecer todos os produtos para a limpeza e higienização de áreas, equipamentos e utensílios; fornecer o gás para o preparo das refeições e os descartáveis necessários; fazer a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos; fazer a manutenção predial das áreas da cozinha e despensa; fazer a limpeza mensal das caixas de gordura; proceder ao controle integrado de pragas conforme a portaria cvs 05/2013; fazer análise semestral de amostras de água; coletar e armazenar amostras de todos os alimentos preparados em todos os períodos, fornecendo os materiais necessários para esse fim e realizar análise trimestral de todos os produtos que compõem o cardápio de um dia, de acordo com definição da escola feita pelo DAAA.

Ação 6174 – Operação da Rede de Ensino Básico

A Secretaria da Educação, por meio da FDE, é responsável pela garantia da infraestrutura básica para a aprendizagem dos alunos, como a aquisição, manutenção e conservação do mobiliário e equipamentos escolares, aquisição de material de consumo e suprimentos. Nesse aspecto, as principais ações em 2015 aparecem a seguir:

- **Mobiliário e outros equipamentos** – Para atender a demanda da Rede Estadual, foram adquiridos 151.850 conjuntos do aluno (cadeira e carteira). Além disso, foram entregues conjunto do professor, conjunto de refeitório, lousa e outros mobiliários escolares, totalizando 197.230 itens. Em relação aos equipamentos (fogão, ventilador, freezer, balcões térmicos e outros) foram comprados 35.452 produtos. Os utensílios de cozinha (como prato, garfo, caneca, panela, avental, entre outros), totalizam 737.800 produtos;
- **Rede de Suprimentos –** Tem como objetivo agilizar a aquisição de materiais de consumo pelas unidades atendidas; dar autonomia aos gestores dessas unidades, que podem priorizar suas necessidades; reduzir o estoque de materiais, uma vez que a compra pode ser efetuada mensalmente; e reduzir gradativa e sensivelmente as compras por adiantamentos. Em 2015, foram investidos mais R$ 60 milhões para aquisição de 1.500 diferentes itens, que abrangem desde material de escritório, de higiene e limpeza, de informática, entre outros.

Ação 6173 – Modernização e Manutenção Tecnológica nas Unidades Escolares

A tecnologia tem papel preponderante não apenas nos processos administrativos, mas também nos pedagógicos; trata-se de área na qual há grande atuação da FDE, e na qual destacaram-se as seguintes ações:

- ***Outsourcing* de Computadores:** É uma ação na qual a Fundação para Desenvolvimento da Educação - FDE, faz locação de equipamentos para a Rede de ensino, incluindo a manutenção *on site*, com peças de reposição, instalação, teleatendimento técnico, com gestão informatizada. Esta ação se mantém atendendo às Escolas e Diretorias de Ensino, e foram disponibilizados 88.848 computadores em 5.087 localidades;
- ***Outsourcing* de Impressão:** Contratação de empresa para locação de equipamentos de informática (impressoras) e prestação de serviços técnicos especializados (abrangendo instalação e entrega de suprimentos), visando assegurar à continuidade do modelo utilizado na disponibilização de impressoras para a utilização nas atividades administrativas e pedagógicas executadas pelas unidades escolares pertencentes a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Atualmente, se encontram instaladas 11.483 impressoras nas 5.087 unidades escolares;
- **Rede Intragov na Rede de Ensino:** Infraestrutura de comunicação, implantada pela PRODESP e gerenciada pela FDE para a Rede estadual de ensino que oferece serviços de transmissão de dados, comunicação de voz, videoconferência e acesso à internet de banda larga. A expansão de velocidade do link de comunicação já foi concluída em 5.108 escolas. Foi iniciada a segunda fase para uma nova expansão de velocidade de acesso em 2.025 escolas**;**
- **Firewall/Switch**: Para melhoria da conexão das escolas à Internet e segurança de navegação, foram adotadas providências para a troca de firewalls e switches em todas as unidades da Rede estadual. Em decorrência dessa ação, foram substituídos 5.100 firewalls e 11.778 switches. Esse serviço contou com a vistoria, configuração e instalação, e dispõe de manutenção de 24 meses para os aparelhos. Além disso, foi incluída no projeto a reorganização do rack existente na localidade, melhorando assim a performance da conexão.

Ação 5977 – Acessa Escola

O Programa Acessa Escola, criado em 2008, pretendia disponibilizar computadores/internet para alunos das escolas estaduais, quando o acesso a essas tecnologias ainda figurava como uma realidade distante para grande maioria das crianças e dos jovens da Rede Pública de Ensino. Diversos aspectos do modelo *"lan house"* foram incorporados no desenho do programa, que tinha como principal (mas não único[9]) objetivo promover a inclusão digital e social dos alunos, professores e funcionários das escolas da rede pública estadual. Desde então, houve ações para a melhoria das condições de infraestrutura tecnológica e diminuição do custo operacional do Programa.

Se comparado ao contexto 2008, o cenário atual apresenta diferentes condições quanto aos indicadores de abrangência de acesso a computador nos domicílios (com internet) e um enorme avanço do número de celulares por indivíduo reduzindo, assim, a demanda por acesso via salas de informática.

Pode-se dizer que a inclusão digital é um desafio superado na maioria das escolas paulistas. Atualmente, o desafio é o uso pedagógico das TDIC de forma que os professores das diferentes disciplinas, e não apenas o estagiário ou o professor da área de tecnologia, façam uso dessas tecnologias em consonância com o currículo da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

[9] Os objetivos específicos eram: protagonismo juvenil; participação ativa do jovem na linha de frente da construção de novos espaços dentro da escola; socialização de saberes; alunos, professores e funcionários num processo interativo de troca e construção de conhecimento; prestação de serviços; canal para acesso aos recursos de utilidade pública disponíveis na internet.

É por isso que em 2015 o programa passou por um processo de ressignificação (Resolução SE 17, de 31 de março) com dois objetivos: incentivar o aumento do uso das salas: a estratégia para esse fomento foi tornar o processo de utilização mais fácil e eficiente (“desburocratizar”) e incentivar o uso da infraestrutura tecnológica como recurso pedagógico sempre à disposição dos professores e alunos (“acesso fácil, rápido e a qualquer momento”).

Essa ressignificação é entendida como um processo natural de evolução e adaptação, frente aos atuais objetivos da política educacional paulista, com o objetivo de fortalecer sua missão de contribuir para a aprendizagem dos alunos da Rede Estadual de Ensino de São Paulo, por meio da viabilização do acesso às tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC), que possibilitou a realização do Programa Currículo+, dos Projetos Aventuras Currículo+ e Geekie+ e dos cursos disponibilizados pela EVESP.

Em 2015, o programa contou com 4.300 estagiários de Ensino Médio, para o apoio aos professores e alunos na utilização das salas do programa; e de 178 estagiários de ensino superior - para apoio ao trabalho que envolve as TDIC do núcleo pedagógico nas Diretorias de Ensino de todo o Estado e nas escolas jurisdicionadas.

Programa 2826 - Comunicação Social

Os objetivos do programa são: dar publicidade aos atos do governo do estado de São Paulo e fomentar o acesso dessas informações à sociedade; integrar as ações de comunicação de todos os órgãos do governo estadual e adotar ferramentas tecnológicas de comunicação na busca de maior eficiência e efetividade.

Ação 5576 – Publicidade de Utilidade Publica

Trata-se da divulgação das ações, projetos e programas de interesse público que possuam caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos oferecidos pelo Governo do Estado de São Paulo.

Em 2015, a Assessoria de Comunicação e Imprensa da Secretaria da Educação estruturou e desenvolveu diversas campanhas com foco nos projetos prioritários da Pasta para o ano. A estratégia contemplou todas as plataformas de comunicação disponíveis atualmente na Secretaria – direcionada para o público interno – e um vasto repertório de materiais e planejamento para o público externo – veículos de imprensa, formadores de opinião, entre outros.

Os materiais produzidos estão descritos a seguir:

- **Boletins informativos para as Coordenadorias**: Produção de layout do boletim informativo para as seis coordenadorias, responsáveis por gerenciar as principais áreas da Pasta. Com o material, cada área poderá falar diretamente com dirigentes de ensino e diretores de escolas sobre projetos e novidades de suas coordenadorias;
- **Boletins Informativos para as 91 Diretorias de Ensino**: Produção de layout de boletim informativo para todas as diretorias de ensino do Estado para que elas possam ter um diálogo permanente com os diretores das escolas que administram;
- **Boletim Informativo para as 5 mil escolas estaduais**: Produção de layout de boletim informativo para que a Secretaria possa se comunicar diretamente com todas as suas unidades de ensino. Com o material, é possível informar sobre novidades, processos de trabalho e oportunidades de estudos;
- **Boletim Informativo para a Secretaria Escolar Digital (SED)**: Produção de layout de boletim informativo para o núcleo da SED. Por meio do informe, a equipe consegue comunicar diretamente os responsáveis pelo núcleo de tecnologia de todas as diretorias de ensino;
- **Whatsapp:** Além dos boletins, foi estruturada uma comunicação mais instantânea e efetiva com os porta-vozes da educação via WhatsApp. Dois públicos principais foram contemplados pela ferramenta;

- **Dirigentes de Ensino, e as escolas sob suas jurisdições**: para sensibilizar os 91 Diretores de Ensino a fortalecer o vínculo da comunidade com suas escolas, foram desenvolvidas peças de compartilhamento para socialização de boas práticas nas suas regiões. Além disso, foi criado um e-mail voltado para reunir os bons projetos e boas práticas da rede (educacaoinspira@educacao.sp.gov.br);
- **Jornalistas, e seus respectivos veículos de comunicação**: foi elaborada uma rede de contato com os principais jornalistas do Estado para informá-los sobre releases, avisos de pauta, reuniões, eventos da Secretaria;
- **Jornal Educa**: já para os alunos, especialmente do Ensino Médio, a Comunicação conduziu um processo para entrega de um jornal nas escolas. Uma parceria com o Jornal Educa vai levar um conteúdo editorial jovem, produzido por parceiros como Catraca Livre, Revista Superinteressante, Startup, entre outros.

SECRETARIA DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO

Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

23000 - Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**156.356.848,00**	**96.195.703,28**	**0,00**	**96.195.703,28**	**102.190.255,93**
Pessoal e Encargos Sociais	18.363.916,00	16.685.060,88	0,00	16.685.060,88	16.750.595,54
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	137.992.932,00	79.510.642,40	0,00	79.510.642,40	85.439.660,39
Despesas de Capital	**80,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Investimentos	80,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**156.356.928,00**	**96.195.703,28**	**0,00**	**96.195.703,28**	**102.190.255,93**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

23000 - Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0100 - Apoio Administrativo	**19.071.202,00**	**16.387.856,97**	**0,00**	**16.387.856,97**	**16.956.764,70**
Despesas Correntes	19.071.172,00	16.387.856,97	0,00	16.387.856,97	16.956.764,70
Despesas de Capital	30,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2301 - Desenvolvimento Técnico para Empreendedorismo e Empregabilidade	**5.242.536,00**	**3.636.679,46**	**0,00**	**3.636.679,46**	**2.971.690,57**
Despesas Correntes	5.242.536,00	3.636.679,46	0,00	3.636.679,46	2.971.690,57
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2302 - Fomento ao Emprego e Renda	**90.815.243,00**	**51.463.553,31**	**0,00**	**51.463.553,31**	**57.384.711,53**
Despesas Correntes	90.815.193,00	51.463.553,31	0,00	51.463.553,31	57.384.711,53
Despesas de Capital	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2308 - Empreendedorismo	**6.560.931,00**	**3.995.766,95**	**0,00**	**3.995.766,95**	**4.208.858,12**
Despesas Correntes	6.560.931,00	3.995.766,95	0,00	3.995.766,95	4.208.858,12
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2309 - Inserção no Mercado de Trabalho e Gestão da Diversidade	**34.587.016,00**	**20.704.898,53**	**0,00**	**20.704.898,53**	**20.615.888,95**
Despesas Correntes	34.587.016,00	20.704.898,53	0,00	20.704.898,53	20.615.888,95
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4413 - Gestão do Conhecimento e Inovação	**80.000,00**	**6.948,06**	**0,00**	**6.948,06**	**52.342,06**
Despesas Correntes	80.000,00	6.948,06	0,00	6.948,06	52.342,06
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**156.356.928,00**	**96.195.703,28**	**0,00**	**96.195.703,28**	**102.190.255,93**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

A Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho - SERT, criada para executar, no Estado, a política de valorização do trabalho e do trabalhador, tem como finalidade a formulação e a execução de políticas, programas e projetos voltados ao emprego, às relações do trabalho e ao empreendedorismo.

Para aproximar o trabalhador das novas oportunidades do mercado fomentando a geração de trabalho e renda, registra-se que, constitui campo funcional da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho a coordenação da implementação das políticas do Sistema Público de Emprego e do Sistema de Relações do Trabalho.

O Sistema Público de Emprego compreende as ações voltadas à ampliação de oportunidades de trabalho, ao estímulo do desenvolvimento de formas alternativas de ocupação e renda, à capacitação, qualificação e requalificação profissional, e à intermediação de mão de obra.

O Sistema de Relações do Trabalho compreende, ainda, ações voltadas à melhoria na qualidade de vida no trabalho, por meio de orientações procedimentais e gerais aos empregados, empregadores, sindicatos ou associações e da promoção de lazer aos trabalhadores.

Não obstante, importante ressaltar em razão do Decreto n.º 61.131, de 25 de fevereiro de 2015, os Programas desta Secretaria, especificamente a Qualificação Profissional sofreu uma razoável redução.

Vale dizer, a Pasta iniciou alguns processos para a realização de cursos de qualificação, por intermédio de certame licitatório, no entanto, com base no referido Decreto e com orientação da Casa Civil, estes não puderam se concretizar, acabando por reduzir o número de qualificados por esta Secretaria de Emprego no exercício de 2015.

Para melhor compreensão da síntese ora descrita, será trazido à baila, primeiramente, tabela com dados numéricos da execução orçamentária do exercício de 2015. Nessa será possível verificar os valores gastos nos Programas da Pasta. Ato contínuo, em complemento a essas informações, será feita uma breve explanação das ações vinculadas aos referidos Programas, atendendo à solicitação da Secretaria da Fazenda.
Por fim e, em complemento a essas informações, será feita uma breve explanação de todas as ações da Pasta, com objetivo, metas, desempenho entre outras informações necessárias acerca do ano de 2015.

Programa 2309 - Inserção no Mercado de Trabalho e Gestão da Diversidade

Atua diretamente com programas sociais, desenvolvendo ações geradoras de emprego e renda para população em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica.
De uma forma geral, todos os programas desenvolvidos, investem na criação de possibilidades de trabalho, qualificação de mão de obra e recuperação do indivíduo, partindo do princípio que só se atinge uma sociedade mais equilibrada se houver igualdade de oportunidades e condições para todos, de forma ampla e irrestrita.
Ações abrangidas: Jovem Cidadão – Meu Primeiro Trabalho; Frentes de Trabalho; Aprendiz Paulista; Apoio à Pessoa com Deficiência; Apoio ao Egresso e Selo da Diversidade.

Ação 6109 – Programa Emergencial de Auxílio Desemprego – PEAD – Frentes de Trabalho

A Ação denominada “Frentes de Trabalho”, também conhecida como PEAD “Programa Emergencial de Auxílio Desemprego” foi instituída pela Lei Estadual nº 10.321 de 08, de junho de 1999 e regulamentado pelos Decretos nº 44.034/99; nº 44.731/00; nº 47.765/03 e nº 49.017/04. Com alterações posteriores através das Leis nº 10.618/00; nº 10.852/01 e nº 11.271/02.
Quanto a sua finalidade, visa proporcionar ocupação, qualificação profissional e renda a parte da população desempregada e em situação de alta vulnerabilidade social.
Para tanto, os bolsistas atendidos prestam serviços auxiliares de interesse da comunidade local, do Município ou do Estado. Sendo que, os bolsistas permanecem por um período máximo de 09 (nove) meses, recebendo mensalmente bolsa-auxílio no valor de R$ 210,00 (duzentos e dez reais), cesta alimentação no valor de R$ 86,00 (oitenta e seis reais), transporte e cobertura de

seguro de acidentes pessoais. A jornada de atividades é de 06 (seis) horas diárias, 04 (quatro) dias por semana e 150 (cento e cinqüenta) horas de qualificação profissional ou alfabetização, quando necessário.

Dados de atendimento em 2015

Benefícios Bolsa Auxílio Pagos	Municípios Atendidos
1.826	65

Ação – 6153 – Programa Jovem Cidadão – Meu Primeiro Trabalho

Trata-se de uma ação que, instituída pelo Governo do Estado de São Paulo através do Decreto nº 44.860, de 27 de abril de 2000, e reformulado pelos Decretos nº 45.761/2001 e nº 53.807/2008, realiza a intermediação entre empresas e jovens, estes entre 16 e 21 anos, buscando oferecer a primeira experiência profissional no mercado de trabalho, através de um estágio remunerado, cabendo à empresa o valor mínimo de R$ 3,13 (três reais e treze centavos) por hora, e ao Governo o valor fixo de R$ 65,00 (sessenta e cinco reias) mensais.
Ademais, tem como fim reduzir a vulnerabilidade juvenil; oferecer experiência profissional; estimular o interesse pelos estudos; melhorar o desempenho escolar e a autoestima do jovem.

Dados de atendimento em 2015

Jovens Inscritos	Jovens Encaminhados	Vagas Captadas	Jovens Inseridos
29.413	9.652	5.390	4.342

Ação 6107 – Programa Aprendiz Paulista

Ação instituída pelo Decreto nº 54.695, de 20 de agosto de 2009, tem como finalidade proporcionar a inserção do jovem no mercado de trabalho e, por consequência, combater o desemprego que está diretamente ligado à falta de experiência profissional.
Atua sob a coordenação da SERT – (Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho) em conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento e em parceria com o Centro Paula Souza, na intermediação entre a busca por um trabalho técnico-profissional e o preenchimento das vagas para aprendizes, ofertadas pelo empregador. Por fim, o custo do Aprendiz Paulista para a empresa é de um salário mínimo/hora e todos os benefícios garantidos pela CLT – Consolidação das Leis do Trabalho. Sem contar que além de contribuir com a inserção no mercado de trabalho, a empresa também passa a atender ao disposto no artigo 429, da CLT, o qual estabelece a quota legal mínima de contratação de aprendizes.

Dados de atendimento em 2015

Aprendizes Inscritos	Aprendizes Encaminhados	Vagas Captadas	Aprendizes Inseridos
2.343	1.780	1.588	1.305

Ação 6108 – Programa de Apoio à Pessoa com Deficiência

O Apoio à Pessoa com Deficiência tem como objetivo encaminhar trabalhadores com deficiência para oportunidades de emprego, bem como cursos de qualificação profissional.
Ademais, é administrado pela SERT - Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Governo do Estado de São Paulo, funcionando desde 1995 nos Postos de Atendimento ao Trabalhador – PAT e nas unidades do Poupa Tempo.

Valioso ressaltar que além de proporcionar às pessoas com deficiência à obtenção e a manutenção do emprego, auxilia no cumprimento do artigo 93, da Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991, que determina cotas de contratação a serem cumpridas pelas empresas.

Dados de atendimento em 2015

Inscritos	Encaminhados	N° de Vagas que Aceitam PCD*	N° de Vagas Exclusiva para PCD*	Inseridos
3.052	15.264	17.248	8.256	1.206

*PCD – Pessoas Com Deficiência

Ação 6110 – Programa de Apoio ao Egresso do Sistema Penitenciário

O Apoio ao Egresso do Sistema Penitenciário – PRÓ-EGRESSO, instituído através do Decreto nº 55.125/09 e nº 55.126, ambos de 07 de dezembro de 2009, tem como objetivo a reintegração social do público egresso e pré-egresso, através da preparação dos indivíduos e da criação de oportunidades depois de cumprimento das medidas punitivas.

Vale dizer, tem como público alvo, adolescentes que cumprem medida socioeducativa, egressos do sistema prisional, presos em unidades de regime semi-aberto e apenados com restrição de direitos.

Outrossim, prevê ações conjuntas entre a SERT - Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, Secretaria da Administração Penitenciaria e a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, por meio da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - Fundação CASA-SP, oferecendo cursos de qualificação profissional e intermediação de vagas de trabalho para egressos.

Dados de atendimento em 2015

Egressos Inseridos no Mercado de Trabalho	Regime Semi Aberto Atendidos pelo Programa Frente de Trabalho
210	882

Ação 6111 – Selo Paulista da Diversidade

O Selo Paulista da Diversidade, instituído pelo Decreto n.º 52.080, de 22/08/2007, tem como objetivo promover o destaque a organizações públicas, privadas e da sociedade civil que tenham uma participação efetiva no desenvolvimento de ações em programas, projetos e ações de promoção e valorização da diversidade - seja de etnia, de gênero, cultural etc. em seus ambientes de trabalho e em suas áreas de atuação.

Dentro de uma política pública com acentuada conotação social, tem uma ação específica que visa uma geração mais equilibrada de renda na sociedade. No entanto, a atribuição do selo não deve ser confundida com prêmio. Existe todo um processo técnico-científico aferido por grupo especializado e com a participação da Sociedade Civil, no sentido de conferir autenticidade ao selo, que poderá ser usado pela organização que o receber junto a sua marca, propaganda, embalagens etc.

Ademais, dentro da valorização das diferenças, o Selo da Diversidade busca focar a igualdade racial, o respeito à orientação sexual das pessoas, o gênero e a inclusão profissional de portadores de deficiência.

Por fim, as organizações, privadas, públicas e da sociedade civil, ao adotarem Programa de Diversidade, terão o reconhecimento do Estado mediante a entrega do Selo da Diversidade.

Sendo assim, ao assumir o compromisso e receber o Selo Paulista de Diversidade os envolvidos no processo estarão valorizando o potencial cultural dentro da diversidade no mercado de trabalho.

Dados de atendimento em 2015

Empresas Certificadas
9

Programa 2308 - Empreendedorismo

Atribuições da Coordenação de Políticas de Empreendedorismo, conforme disposições previstas no Decreto Estadual nº 52.185, de 20 de setembro de 2007.

I - promover a realização de estudos e ações, locais e regionais, que possibilitem o desenvolvimento socioeconômico através de micro e pequenos empreendimentos;

II - elaborar e promover a execução de planos, programas e projetos de fomento ao auto-emprego, ao associativismo e ao cooperativismo, avaliando os resultados e impactos das ações;

III - estimular o desenvolvimento do empreendedorismo através da qualificação e da oferta de linhas de microcrédito destinadas a micro e a pequenos empreendedores;

IV - colaborar com as administrações municipais em políticas públicas que ofereçam um ambiente favorável ao desenvolvimento do empreendedorismo;

V - planejar e administrar a utilização de recursos financeiros próprios ou oriundos de parcerias, convênios e termos de cooperação celebrados com entidades, instituições e órgãos financiadores, prestando contas a respeito.

Organograma da Coordenação de Políticas de Empreendedorismo

A Coordenação de Políticas de Empreendedorismo da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho é responsável pela execução dos programas Banco do Povo Paulista; Escola do Empreendedor Paulista; e Casa Paulista Microcrédito - Banco do Povo Paulista (Habita SP).

Administração de parcerias: responsável pela gestão dos convênios do BPP – Banco do Povo Paulista, firmados entre o Governo do Estado e as Prefeituras Municipais;

Comitê de Crédito Operacional: responsável pela análise e aprovação das solicitações de financiamentos, refinanciamentos e renegociações;

Sistema de Informação: responsável pelo desenvolvimento e atualização do site do programa e pela geração de relatórios gerenciais;

Seleção & Treinamento: setor de recrutamento e treinamento dos agentes de crédito;

Controladoria: responsável pela auditoria e acompanhamento das Unidades;

Suporte às Unidades: responsável pelo apoio aos agentes de crédito das unidades do Banco do Povo Paulista em todo o Estado.

Ação 4225 – Programa Banco do Povo Paulista

É uma ação de microcrédito produtivo desenvolvido pelo Governo do Estado de São Paulo, através da SERT - Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, em parceria com as Prefeituras Municipais, visando promover geração de emprego e renda conforme disposições previstas na Lei Estadual nº 9.533, de 30 de abril de 1997 e no Decreto Estadual nº 43.283, de 3 de julho de 1998.

Vale dizer, oferece financiamentos para empreendedores de micros e pequenos negócios, para capital de giro e investimento fixo, como forma de viabilizar o desenvolvimento social/econômico local, bem como geração de renda e empregos.

A implantação do programa é feita por meio de parcerias com os Municípios, em que o Estado participa com 90% (noventa por cento) dos recursos financeiros para a constituição do Fundo de

Investimento de cada Município, seleciona e treina os Agentes de Crédito, gerencia e supervisiona as atividades operacionais da unidade. É de responsabilidade dos Municípios parceiros disponibilizarem o espaço físico, infraestrutura, recursos humanos e manutenção da Unidade local, além da participação financeira de 10% (dez por cento) do Fundo Municipal.
Ademais, tem como público alvo os empreendedores formais ou informais, urbanos e rurais, micro empreendedores individuais, produtores rurais, cooperativas e associações de produção formalmente constituídas.
Por fim, atualmente, 539 (quinhentos e trinta e nove) Municípios são atendidos com o Banco do Povo Paulista, abrangendo cerca de 85% (oitenta e cinco por cento) do Estado de São Paulo. Para obter o financiamento é necessário, primeiramente, verificar se o município é contemplado com o Banco do Povo Paulista e se o interessado atende aos requisitos exigidos pelo Programa. O empreendedor interessado pode localizar o endereço da unidade mais próxima ou até mesmo solicitar crédito pelo site www.bancodopovo.sp.gov.br.

Requisitos exigidos:
Desenvolver atividade produtiva (formal ou informalmente) nos municípios contemplados pelo BPP – Banco do Povo Paulista;
Se pessoa física, residir no mesmo município há mais de 2 (dois) anos ou possuir negócio há mais de 2 (dois) anos com endereço fixo no município contemplado pelo BPP – Banco do Povo Paulista;
Se pessoa jurídica, não a restrição de tempo de residência;
Ter faturamento bruto de até R$ 360 (trezentos e sessenta) mil, nos últimos 12 (doze) meses;
Não possuir restrições cadastrais no SCPC - (Serviço Central de Proteção ao Crédito), SERASA – (Centralização de Serviços dos Bancos) e CADIN – (Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais).
Garantias exigidas:
Avalista (pessoa física, sem restrição cadastral, podendo ser parente de 1º grau); e
Alienação fiduciária (para os itens descritos na modalidade investimento fixos com alienação fiduciária).
Tipos de financiamentos:
Capital de Giro;
Investimento Fixo;
Misto (Capital de Giro + Investimento Fixo).
Linhas de crédito:
Pessoa Física – quem trabalha por conta própria: de R$ 200,00 até R$ 15.000,00;
Pessoa Física – produtor rural: de R$ 200,00 até R$ 20.000,00;
Pessoa Jurídica, incluindo microempreendedor individual: de R$ 200,00 até R$ 20.000,00;
Cooperativas e Associações Produtivas: de R$ 200,00 até R$ 25.000,00.
Taxa de juros e encargos:
Juros pré-fixados de 0,35% ao mês;
Comissão de permanência: 2,5% ao mês (sobre parcela em atraso);
TAC – Taxa de Abertura de Crédito: Isenta;
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras: Isento.

Municípios beneficiados pelo Banco do Povo em 2015

Ano Referência	Quantidade de Municípios Contemplados	Quantidade de Municípios Desabilitados
2015*	3	10

*dados atualizados até 10/12/2015

Resultado do Banco do Povo – 2015

Ano Referência	Número de Operações	Recursos Emprestados (R$)	Valor Médio para Empréstimo
2015*	28.644	R$ 168.369.751,33	R$ 5.827,10

*dados atualizados até 10/12/2015

Por fim, com relação a execução parcial de especificamente 76,86% dos recursos, esta se deu em razão do encerramento, em agosto/2015, do contrato para a prestação de serviços de suporte

técnico ao programa, do cancelamento da contratação de serviços gráficos para divulgação do programa, e da redução de custos com serviços de correio.

Ação 6104 - Empreendedor Paulista

Conhecido como Escola do Empreendedor Paulista, trata-se de uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo, por meio da SERT – Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho e do Banco do Povo Paulista, em parceria com a Fundação Padre Anchieta, que visa oferecer conhecimentos que facilitem a gestão de micro negócios.

Os dez cursos básicos da Escola do Empreendedor Paulista têm por objetivo tornar possível que os clientes do Banco do Povo Paulista, em todo o Estado de São Paulo e dos demais Estados do País, recebem noções básicas de como gerir seu empreendimento, potencializando o uso do microcrédito produtivo, orientado para o desenvolvimento de suas atividades produtivas.

Tem como público alvo os Microempreendedores urbanos e rurais, formais e informais, clientes ou não do Banco do Povo Paulista e demais interessados.

Por fim, os cursos são oferecidos gratuitamente na modalidade de educação à distância, com a utilização de material impresso, vídeoaulas e, facultativamente, internet (suporte de sistema de gestão da aprendizagem). A matrícula deverá ser efetuada pelo site www.escoladoempreendedor.sp.gov.br.

Resultados da Escola do Empreendedorismo Paulista – 2015

Mês/Ano	Acessos	Matriculados	Certificados
jan/15	1013	797	404
fev/15	1035	812	410
mar/15	665	299	201
abr/15	1216	923	589
mai/15	1287	1002	721
jun/15	1141	933	672
jul/15	970	717	421
ago/15	1562	1154	752
set/15	1784	1498	1091
out/15	1641	1296	805
nov/15	1544	1388	929
dez/15*	430	348	206
Total	**14.288**	**11.167**	**7.201**

*dados atualizados até 10/12/2015

Por fim, quanto a questão orçamentária, vale dizer que nesta ação houve a execução total dos recursos.

Ação 6103 – Caravana do Empreendedorismo

Trata-se de encontros regionais de intercâmbio de informações entre atores da área de atuação: (Secretários, Prefeitos, Gestores, Agentes de Crédito, interessados em geral), com o objetivo de ampliarem o campo de discussão sobre propostas, ações e melhorias para o desenvolvimento e expansão do empreendedorismo local/regional/estadual.

Importante ressaltar, entretanto, que tanto os Programas como as Ações estão condicionados à limitação de recursos orçamentário para o alcance do seu objetivo.

Vale dizer, que durante o mês de junho de 2015, foram realizadas quatro Caravanas do Banco do Povo Paulista. Os encontros serviram para fortalecer a parceria entre o governo estadual e as prefeituras, além de destacar o programa como indutor do desenvolvimento econômico e social dos municípios parceiros.

Mais de 1.200 pessoas, dentre elas gestores, agentes de crédito e autoridades municipais, compareceram aos eventos para debater normas e procedimentos realizados pelas 537 (quinhentas e trinta e sete) unidades de crédito espalhadas pelo Estado.
Os eventos aconteceram nos municípios e dias abaixo listados:
09/06 – Ribeirão Preto;
11/06 – Presidente Prudente;
16/06 – São Pedro;
18/06 – São Paulo (capital).

Inaugurações:
Município de **Jarinu** (RA – Região Administrativa Campinas / RG – Região de Governo Jundiaí);
Município de **Pirajuí** (RA – Região Administrativa Bauru / RG – Região de Governo Bauru);
Município de **Canas** (RA – Região Administrativa São José dos Campos / RG – Região de Governo Guaratinguetá).

Até o final deste exercício, está prevista a inauguração de uma unidade em **Sabino** (RA – Região Administrativa Bauru / RG – Região de Governo Bauru).
Por fim, quanto a questão orçamentária, vale dizer que trata-se de ação sem alocação de recursos.

Ação 6105 – Habita São Paulo

Habita SP/Banco do Povo Paulista conhecido como Casa Paulista Microcrédito/Banco do Povo Paulista é o Programa de Microcrédito Habitacional do Governo do Estado de São Paulo destinado aos mutuários adimplentes da CDHU – (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano), com o objetivo de oferecer empréstimos para a realização de reforma, ampliação e/ou adequação de unidade habitacional, de acordo com as disposições previstas no Decreto nº 57.369, de 27 de setembro de 2011.
A execução do programa é conduzida pelas Secretarias de Estado da Habitação e do Emprego e Relações do Trabalho, por meio das unidades do Banco do Povo Paulista.
Os empréstimos variam de R$ 200,00 a R$ 7.500,00. O valor pode ser parcelado em até 36 vezes, com taxa de juros de 0,35% ao mês. Sendo que para participar, é preciso morar no imóvel que será foco do financiamento, ter renda familiar de até cinco salários mínimos, não ter restrições cadastrais e apresentar fiador. Não é cobrada nenhuma taxa para ter acesso ao financiamento.
Quanto aos requisitos para participar da ação, eles são: Ser mutuário da CDHU; Estar adimplente com a CDHU; Residir no imóvel objeto do financiamento; Ter renda familiar de até 5 (cinco) salários mínimos; Não possuir restrições cadastrais; Apresentar fiador (pessoa física sem restrições cadastrais, pode ser parente de primeiro grau, desde que não resida no mesmo endereço do tomador).
Por fim, quanto a questão orçamentária, vale dizer que trata-se de ação sem alocação de recursos.

Resultados Habita São Paulo/Casa Paulista – 2015

Ano Referência	Número de Operações	Recursos Emprestados (R$)	Valor Médio para Empréstimo
2015*	397	R$ 2.848.503,86	R$ 7.175,07

*dados atualizados até 10/12/2015

Programa 2301 – Desenvolvimento Técnico para Empreendedorismo e Empregabilidade

A presente ação realizou estudos e criou uma metodologia de aplicação de uma certificação em Boas Práticas de Trabalho Decente, que além de introduzir no ambiente coorporativo o conceito instituído pela Organização Internacional do Trabalho, também forma os gestores nos indicadores do trabalho, além de estimular que se criem políticas de formação profissional, segurança do trabalho, entre outras ações que melhorem as condições de trabalho.

Deste forma, a meta a ser alcançada era uma metodologia que foi alcançada, onde se estabeleceu parâmetros e indicadores para a criação de uma marca certificadora do estado que esta diplomando empresas privadas que respeitem os indicadores sociais da Organização Internacional do Trabalho.

Ação 4227 – Observatório do Emprego e Trabalho

A Secretaria do Emprego e das Relações do Trabalho vem desenvolvendo ações e projetos voltados para o Trabalho Decente, com o objetivo de que o mesmo seja reconhecido como um de seus programas.
No ano de 2015, o Trabalho Decente teve como objeto central a elaboração da Agenda Estadual de Emprego e Trabalho Decente realizada a partir de reuniões com a Comissão Estadual de Emprego e Trabalho Decente que foi dividida em quatro grupos de trabalho.
Também esta sendo implantada uma certificação em Boas Práticas de Trabalho Decente voltada para empresas privadas e embasada nos indicadores da Organização Internacional do Trabalho.
Além disto, se mante a atualização do Banco de Dados do Trabalho Decente que monitora a qualidade do trabalho no Estado de São Paulo, em temas como trabalho escravo, trabalho infantil, desigualdade de raça, gênero, saúde e segurança no trabalho.

O programa desenvolveu no ano de 2015 um escopo reduzido, devido a redução orçamentária de mais de 50% efetuada no CONTRATO SERT N.006/2015 referente ao programa. Foi atualizado o Banco de Dados do Trabalho Decente, que tem como objetivo observar econômicamente o avanço dos indicadores da Organização Internacional do Trabalho no Estado de São Paulo. O presente Banco de dados produziu relatórios de pesquisa, a fim de analisar os indicadores de cada município do Estado, os dados foram inseridos de modo acessível em uma plataforma virtual que só demonstra o indicador, levando o gestor a obter um panorama do trabalho de seu munípio de forma prática, auxiliando o monitoramento e a criação de políticas públicas. O Banco monitora temas como: trabalho escravo, trabalho infantil, desigualdade de raça, gênero, saúde e segurança no trabalho.

- Os indicadores que podem ser monitorados são:
- Beneficiários do Bolsa Família;
- Jornada de Trabalho Decente;
- Mães economicamente ativas;
- PIB Municipal;
- Proporção de Jovens que nem estudam e nem trabalham;
- Salário Médio Nominal;
- Taxa de Acidente de Trabalho;
- Taxa de crianças Ocupadas (Trabalho Infantil) – Brancas, Não Brancas e de 10 a 13 anos;
- Taxa de Formalização;
- Taxa de Rotatividade do trabalho formal;
- Taxa de desigualdade ocupacional por gênero;
- Taxa de desigualdade salarial gênero;
- Taxa de ocupação pessoas com deficiência

O programa também subsidia a execução da Agenda Estadual de Emprego e Trabalho Decente que é desenvolvida pela Comissão Estadual de Emprego e Trabalho Decente, coordenada pela Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho e formada por Secretarias Estaduais, Sindicatos e Federações Patronais, sendo a mesma instituída via decreto 59.526/2013 do Governador.

Além disso, obteve como objeto central a elaboração da Agenda Estadual de Trabalho Decente realizada a partir de reuniões com a Comissão Estadual de Emprego e Trabalho Decente que foi dividida em quatro grupos de trabalho para avaliar as melhorias das condições de trabalho no Estado, além de desenvolver um documento propositivo de ações afirmativas.

Por fim, também foi implantada uma certificação em Boas Práticas de Trabalho Decente voltada para empresas privadas e embasada nos indicadores da Organização Internacional do Trabalho.

Atividades realizadas – 2015

Eventos	Data	Local
Inauguração do Processo de Diplomação "Boas Práticas do Trabalho Decente"	20/01/2015	Palácio dos Bandeirantes
Reunião Comissão Estadual Emprego e Trabalho Decente	04/02/2015	UGT
Reunião Comissão Estadual Emprego e Trabalho Decente com o Secretário	25/02/2015	SERT
Diplomação "Boas Práticas do Trabalho Decente "	04/03/2015	SERT
Empresas Diplomadas na 1ª Edição		
HanesBrands / Accenture / KPMG / Sodexo / Fersol / RG Serviços		

*dados atualizados até 10/12/2015

UGT – União Geral de Trabalhadores

Eventos	Data	Local
Reunião Comissão Estadual Emprego e Trabalho Decente	08/04/2015	Fecomércio
Palestra - Empresas Sustentáveis e Trabalho Decente	27/04/2015	SERT
Seminário Nacional de Formação Sindical Saúde do Trabalhador	21/05/2015	Fundacentro
Reunião Comissão Estadual Emprego e Trabalho Decente	10/06/2015	Força Sindical
Reunião Comissão Estadual Emprego e Trabalho Decente	07/10/2015	SERT

UGT – União Geral de Trabalhadores

Grupo de Trabalho para a Elaboração		
Do Plano Estadual de Emprego e Trabalho Decente		
Grupo de Trabalho GT1	08/07/2015	SERT
Grupo de Trabalho GT2	15/07/2015	SERT
Grupo de Trabalho GT3	22/07/2015	SERT
Grupo de Trabalho GT4	29/07/2015	SERT
Grupo de Trabalho GT1	05/08/2015	SERT
Grupo de Trabalho GT2	12/08/2015	SERT
Grupo de Trabalho GT3	19/08/2015	SERT
Grupo de Trabalho GT4	19/08/2015	SERT
Grupo de Trabalho GT1	09/09/2015	SERT
Grupo de Trabalho GT2	15/07/2015	SERT
Grupo de Trabalho GT3	23/09/2015	SERT
Grupo de Trabalho GT4	01/10/2015	SERT
Evento do Dia Mundial do Trabalho Decente	07/10/2015	SERT
Grupo de Trabalho GT1	07/10/2015	SERT
Grupo de Trabalho GT2	16/09/2015	SERT

Grupo de Trabalho para a Elaboração		
Do Plano Estadual de Emprego e Trabalho Decente		
Grupo de Trabalho GT3	cancelado	SERT
Grupo de Trabalho GT4	27/10/2015	SERT
Diplomação "Boas Práticas do Trabalho Decente " 2a Edição	**2015/2016**	**SERT**
Empresas Inscritas até a Data 12/11/2015:		
Lupo / Novartis / BTX Geologia e Meio Ambiente / Bombril / Darling /		
Hyundai / Human Concierge / Input / Marco Network		

*dados atualizados até 10/12/2015

Ação 4254 – Comissões de Emprego

A CEE - Comissão Estadual de Emprego, regida pela resolução nº 80, de 19 de Abril de 1995 e pelo Decreto n.º 40.322, de 15 de Setembro de 1995, é formada, atualmente, por 15 (quinze) Conselheiros efetivos com respectivos suplentes. Tem por atribuição estimular e aprovar a criação de comissões tripartite de emprego nos municípios paulistas, assim como colaborar na definição e no desenvolvimento de políticas públicas locais de trabalho, emprego e renda.

A relação da SERT – Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho com as CME - Comissões Municipais de Emprego permite que o cronograma de trabalho das atividades da secretaria seja elaborado a partir das demandas apresentadas pelos municípios, resultando em programas capazes de conciliar abrangência geográfica e atenção às necessidades locais.

Ações, Atividades e Eventos Realizados – 2015

Palestras
O papel do Investe São Paulo no apoio as Empresas.
Empregabilidade
MPS - Medidas Provisórias - Nº 664 e 665
As Ações da CPIMT - Coordenação de Políticas de Inserção no Mercado de Trabalho

Ações, Atividades e Eventos Realizados – 2015

Comissões Regionais de Emprego	
Em razão das atividades exitosas das CME's - Comissões Municipais de Empregos foram criadas em algumas RA's - Regiões Administrativas as CRE's - Comissões Regionais de Emprego.	
Funcionamento	São realizados encontros itinerantes entre os municípios participantes
RA - Regiões Administrativas	Piracicaba e Araraquara
Encontros Realizados	6
Comissão Estadual de Emprego - CEE	
Reuniões Realizadas	10
Participantes	600
	Conselheiros, Prefeitos, Diretores Regionais, Membros das CME's - Comissões Municipais de Empregos e Secretários Municipais

*dados atualizados até 10/12/2015

Capacitações	
Membros dos Pat's - Postos de Atendimento ao Trabalhar e Membros de CME's - Comissões Municipais do Emprego	21 (vinte e um) Centros Regionais, com 200 (duzentos) PAT'S - Postos de Atendimento ao Trabalhador, totalizando 800 (Oitocentos) participantes
Reuniões de capacitação com a coordenação da CEE - Comissão Estadual de Emprego, Diretores Regionais com Prefeitos, Membros de CME's - Comissão Municipal de Emprego, Executivos, Empresários e Representantes de Sindicatos para implantação e/ou capacitação de CME's - Comissões Municipais de Emprego	240 Capacitados
Implantação de Ações, Atividades e Eventos Externos	
Apresentação dos Programas da SERT - Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho na reunião mensal da CEE - Comissão Estadual de Emprego, sempre que houver novidades. Exemplo: Cronograma de Implantação ou Capacitação de CME's - Comissão Municipal de Emprego	
Criação de espaço fixo para os Diretores Regionais apresentarem um panorama de sua região: Levantamentos das CME's - Comissões Municipais de Emprego, Implantação de novas indústrias e/ou serviços e situação de emprego	
Apresentação nas reuniões de vídeos dos Municípios, contendo: Vocações, atividades, economia, institucionais das instituições que integram as CME's - Comissões Municipais de Emprego ou da própria CEE - Comissão Estadual de Emprego	
Reativamento do GAP – Grupo de Apoio Permanente e do SUT - Sistema Único do Trabalho	
Participação na IV Feira do Emprego da CME - Comissão Municipal de Emprego de São Vicente com 20 (vinte) mil participantes e total de 1.800 (hum mil e oitocentos) empregos efetivados	
Participação na AGRIFAM – Feira da Agricultura Familiar, em Lençóis Paulista	
Reformulação do plano de trabalho com acréscimo das vocações dos Municípios (planos de trabalhos recebidos até 10.12.2015: 195 (cento e noventa e cinco) planos	

*dados atualizados até 10/12/2015

Eventos	
Capacitação dos Diretores Regionais	19 Diretores Regionais
Forum de Empregabilidade em Piracicaba	130 Participantes
Capacitação de Membros das CME'S - Comissões Municipais de Emprego	218 Participantes (Bauru, Capivari, Mombuca, Rafard, Nova Odessa, Engenheiro Coelho, Rio das Pedras, Pirassununga, Saltinho, Leme, Brodowski, Piraju, Araraquara, São Carlos, Araras, Litoral, Sertãozinho e Matão
Capacitação das CME'S - Comissões Municipais de Emprego de Araraquara	53 Participantes - (Para formação da CRE - Comissão Regional de Emprego)
CME'S - Comissões Municipais de Emprego	
Comissões Ativas	345
Comissões Inativas	170
Sem Comissões	130

*dados atualizados até 10/12/2015

Ação 5816 – Informações Estratégicas para Empreendedorismo

Tem como finalidade a entrega de metodologia de formação em Trabalho Decente para Empreendedorismo, contendo conteúdos que auxiliam a inserção do microempreendedor no mercado de trabalho de forma decente.

Ação 5815 – Informações Estratégicas para Formação Profissional

Tem como fim a realização de Metodologia que visa priorizar ações de qualificação profissional para o micro empreendedorismo.

Programa 2302 – Fomento ao Emprego e Renda

A Coordenação de Políticas de Emprego e Renda - CPER é responsável pelo desenvolvimento e execução de políticas públicas de fomento ao emprego, trabalho e renda, com destaque para a qualificação profissional de trabalhadores.

Ação 4230 – Qualificação Requalificação Profissional do Trabalhador

A ação em tela tem como foco capacitar, qualificar ou requalificar o trabalhador, de preferência desempregado, visando sua inserção e/ou reinserção no mercado de trabalho. Sendo que o público alvo abrange a população a partir de 16 (dezesseis) anos de idade.

Visando à aderência do programa às reais necessidades do mercado de trabalho paulista, o oferecimento dos cursos do PEQ – Programa Estadual de Qualificação Profissional, nos municípios é definido de acordo com as demandas originárias das Comissões Municipais de Emprego, cotejadas por estudos realizados pelo Observatório do Emprego e do Trabalho.

Para tanto, o Governo do Estado de São Paulo oferece aos participantes do programa bolsa-auxílio no valor de R$ 210,00 (duzentos e dez reais), e auxílio transporte, no valor de R$ 120,00 (cento e vinte reais).

Ação 5033 – Time do Emprego

O Time do Emprego tem como foco central a orientação profissional e reorientação de carreira, que tem por objetivo auxiliar trabalhadores desempregados na busca por uma colocação no mercado de trabalho, proporcionando aos participantes a ampliação de seus conhecimentos sobre as diversas formas e condições de buscar um emprego ou criar o próprio posto de trabalho.

Como resultado, o programa recoloca, em média, 70% (setenta por cento) dos participantes no mercado de trabalho, sendo salutar verificar que, ao longo dos 12 (doze) encontros, há uma queda na freqüência dos participantes, em decorrência da conquista de uma vaga de emprego.

O Time do Emprego é desenvolvido em parceria com as prefeituras, às quais cabe fornecer o espaço para a realização dos encontros, auxílio transporte e lanche para os participantes, além da disponibilização de dois funcionários, capacitados pela SERT – Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho, para atuarem como facilitadores.

Os participantes formam um grupo para troca de experiências e durante esses encontros recebem orientações sobre a elaboração de currículo, preparação para entrevista e processos seletivos, postura, apresentação pessoal e a conhecerem a si mesmos, suas habilidades e competências, a desenvolverem o espírito empreendedor e estabelecerem metas de trabalho e de vida.

Por meio do trabalho, da ação, as pessoas modificam o mundo a realidade onde vivem.

O trabalho, acima de tudo, propicia o desenvolvimento humano e social. Se pudermos nos expressar, contribuir para a construção de um mundi meljor, sentir que estamos fazendo a nossa parte, através de um trabalho, temos a forte sensação de estar cumprindo nossa missão.

Pensando sob esta perspectiva e constatando as transformações que geram diminuição de postos de trabalho em razão da situação econômica, inovações tecnológicas, do alto valor do conhecimento, do maior número de jovens que hoje buscam uma oportunidade no mundo do trabalho o Time do Emprego é um programa que se propõe a apoiar e promover a reintegração do trabalhador.

A meta do Programa Time do Emprego é alcançar o número de 5.000 (cinco) mil participantes e realizar capacitações de novos Facilitadores nas 21 (vinte e uma) Regiões Administrativas subdivididas do Estado de São Paulo.

Nossos resultados no ano de 2015 foram significativos com relação à expansão do Programa no Estado.

Dados do Programa Time do Emprego – 2015

Time ao Emprego	
Presente	325 Municípios
Facilitadores	768 foram capacitados

*dados atualizados até 10/12/2015

Regiões Administrativas	Número de Municípios	Municípios com Adesão ao Programa	Municípios sem Adesão ao Programa
Araçatuba	43	18	25
Araraquara	26	18	8
Barretos	19	7	12
Bauru	39	24	15
Botucatu	30	16	14
Campinas	63	26	37
Franca	23	25	8
Litoral	9	7	2
Marília	51	22	29
Piracicaba	27	20	7
Presidente Prudente	53	23	30
Registro	14	12	2
Ribeirão Preto	25	21	4
São José do Rio Preto	96	26	70
São José dos Campos	39	20	19
Sorocaba	49	21	28
São Paulo	Norte 10	6	4
	Sul 7	4	3
	Leste 8	8	0
	Oeste 13	10	3
	Capital 1	1	0
Total	**645**	**325**	**320**

*dados atualizados até 10/12/2015

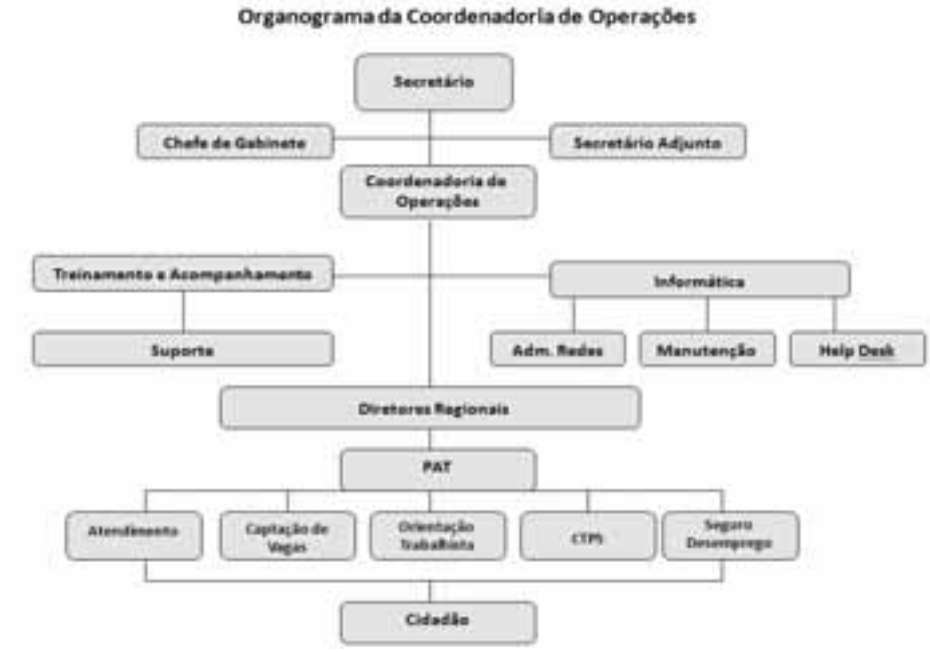
Cenário Geral – Programa Time do Emprego – 2015

Mês	Número de Times	Número de Municípios	Número de Inscritos	Número de Participantes	Participantes sem desistência	Mulheres	Homens	Desempregados	Desistentes	Número de Inscritos	% de Inseridos
Jan.	16	10	868	486	446	328	158	427	40	19	4%
Fev.	23	15	693	484	435	352	132	313	49	122	28%
Mar.	59	42	2158	1273	1150	843	430	941	123	209	18%
Abr.	47	31	1459	1076	938	702	374	753	138	185	20%
Mai.	31	22	938	635	562	389	246	338	73	224	40%
Jun.	39	31	1475	881	795	543	338	439	86	356	44%
Jul.	44	25	1229	1083	923	683	400	482	160	441	48%
Ago.	41	25	1393	957	856	559	398	680	101	176	20%
Set.	52	40	1847	1306	1104	870	436	860	202	244	22%
Out.	46	32	1092	890	824	512	378	653	66	171	21%
Nov.	68	50	2098	1473	1164	915	558	772	309	392	34%
Dez.*											
Total	466	323	15250	10544	9197	6696	3848	6658	1347	2539	28%

*dados atualizados até 10/12/2015

COP – Coordenação de Operações

A COP – Coordenação de Operações tem por atribuições coordenar e controlar a operacionalização dos planos e serviços executados nos PAT´s – Posto de Atendimento ao Trabalhador, através dos Centros Regionais, bem como sua implantação ou extinção.
É de nossa competência o acompanhamento do resultado das ações executadas e a coleta de dados estatísticos de desempenho para prestar informações ao MTE - Ministério do Trabalho e Emprego.
Executar a elaboração de planos de trabalho junto a outras Coordenações de Políticas Públicas de Emprego, estabelecendo convênios e parcerias.



Postos de Atendimento ao Trabalhador

Os PAT´s – Postos de Atendimento ao Trabalhador são centros de referência das políticas públicas de geração de emprego e renda do Estado de São Paulo.
No ano de 2015 foi reformado e reinaugurado o Posto de Atendimento do Brás.

Serviços Prestados nos PAT´s - Posto de Atendimento ao Trabalhador

Intermediação de Mão de Obra; PADEF - Programa de Apoio à Pessoa com Deficiência; Emissão de Carteira de Trabalho; Qualificação Profissional; Seguro Desemprego; Time do Emprego; Aprendiz Paulista; Jovem Cidadão; Banco do Povo e Pró-Egresso.

Treinamento e Acompanhamento:

A equipe de Treinamento e Acompanhamento da COP realizou, *in loco,* o treinamento do Sistema Intermediação de Mão de Obra e Seguro Desemprego para todos os funcionários dos Postos de Atendimento ao Trabalhador – PAT e com todos os 21 (vinte e um) Centros Regionais.

Termos de Cooperação Técnica:

As parcerias entre a SERT – Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho e as Prefeituras e demais entidades são formalizadas por meio de Termo de Cooperação Técnica, que permitem a ininterrupção e melhoria da qualidade no atendimento, atuando em convergência para facilitar a inserção do cidadão no mercado de trabalho.
A execução das ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda abrange o Programa Intermediação de mão de obra, o Programa Seguro-Desemprego, a Emissão de Carteira de Trabalho.
Logo estes Termos passarão a ser Convênios, estamos aguardando o retorno da Casa Civil.

Ação 4248 – Emissão Carteira de Trabalho/Previdência

A Carteira de Trabalho é um dos únicos documentos a reproduzir a vida funcional do trabalhador. Assim, garante o acesso a alguns dos principais direitos trabalhistas, como seguro-desemprego, benefícios previdenciários e FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
Quanto à emissão, pode ser realizada também nos Postos de Atendimento ao Trabalhador que, no Estado de São Paulo, atualmente conta com o número de **225** (duzentos e vinte e cinco) postos e **56** (cinqüenta e seis) Poupatempos. Sendo que, portando os documentos necessários o cidadão já sai do referido posto ou poupatempo, portando sua carteira de trabalho.

Dados Carteira de Trabalho – 2015

Ano Referência	Número de Carteiras de Trabalho Emitidas
2015*	69.066

*dados atualizados até 10/12/2015

Dados Seguro Desemprego – 2015

Ano Referência	Número de Requerentes	Número de Beneficiados
2015*	1.354.289	976.827

*dados atualizados até 10/12/2015

Ação 5044 – Intermediação de Mão-de-obra – IMO

A IMO – Intermediação de Mão-de-obra é uma ação que objetiva o atendimento ao trabalhador, propiciando condições para que o cidadão dê entrada ao seguro-desemprego, receba orientações e encaminhamento ao emprego. O Programa Intermediação de Mão-de-Obra é desenvolvido nos Postos de Atendimento ao Trabalhador – PAT's instalados nos Municípios do Estado de São Paulo e ligados diretamente à COP - Coordenação de Operações da SERT – Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho.

Dados da IMO – Intermediação de Mão-de-obra – 2015

Ano Referência	Número de Vagas Criadas	Novos Inscritos	Encaminhados	Colocados
2015*	337.878	1.152.055	842.878	46.157

*dados atualizados até 10/12/2015

Programa 4413 – Gestão da Inovação

Ação 6112 – Capacitação dos Servidores da SERT – Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho

Visa a ação em tela, a realização de cursos de formação, qualificação e aperfeiçoamento profissional para os servidores da Pasta, a fim de melhorar o desempenho das atividades e processos inerentes às atribuições dos cargos, de modo a valorizar o capital humano da instituição, bem como visando o atendimento eficiente e eficaz do cidadão.
Em 2015, 60 (sessenta) servidores realizaram curso de qualificação.
No exercício de 2015, 60 (sessenta) servidores realizaram cursos de capacitação. Foram oferecidos cursos entre os meses de fevereiro e março. Parte do valor desses cursos foi custeado com verba do exercício de 2014, inscrita em restos a pagar, tendo em vista que a contratação foi realizada no exercício de 2014. Mas dada a grande demanda pelos temas, foi feito um aditamento contratual para abertura de novas vagas, e o pagamento no valor de R$ 6.948,06, utilizou verba do exercício de 2015.
De qualquer forma, ainda que tenha sido executado apenas 10,86% do valor previsto (de R$ 64.000,00), atingiu-se 75% da meta de servidores capacitados para o exercício.
Não houve contratação de novos cursos em decorrência ao disposto no Decreto nº 61.131 de 25 de fevereiro de 2015, que determinou a contenção de despesas para o exercício de 2015. Por esse motivo, não foram celebrados novos contratos de capacitação, e não houve despesas com a ação em comento.

Ação 6113 – Redes de Procedimento

Elaboração de Manuais de Procedimentos de Trabalho como forma de apropriação do conhecimento dos servidores, de modo a proporcionar compartilhamento de experiências e conhecimentos, possibilitando a criação de uma rede de aprendizado em constante evolução, em cada unidade.
No exercício de 2015, foi trabalhado o manual de classificação de documentos junto à Secretaria, bem como o manual de protocolo junto ao Núcleo de Infraestrutura, ambos pertencentes à SERT, o qual visou à orientação dos servidores, no âmbito da Pasta em relação aos procedimentos de trabalho.

No exercício de 2015, foi trabalhado o manual de classificação de documentos junto à Secretaria, bem como o manual de protocolo junto ao Núcleo de Infraestrutura, ambos pertencentes à SERT, o qual visou à orientação dos servidores, no âmbito da Pasta em relação aos procedimentos de trabalho. Trata-se de uma ação não orçamentária.

SECRETARIA DE ENERGIA E MINERAÇÃO

Secretaria de Energia e Mineração

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

49000 - Secretaria de Energia e Mineração

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**111.776.824,00**	**7.833.267,62**	**0,00**	**7.833.267,62**	**13.256.121,15**
Pessoal e Encargos Sociais	22.160.214,00	2.740.958,55	0,00	2.740.958,55	4.392.810,73
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	89.616.610,00	5.092.309,07	0,00	5.092.309,07	8.863.310,42
Despesas de Capital	**35.001.010,00**	**18.750.000,00**	**0,00**	**18.750.000,00**	**18.845.063,35**
Investimentos	10.000.010,00	0,00	0,00	0,00	600,00
Inversões Financeiras	25.001.000,00	18.750.000,00	0,00	18.750.000,00	18.844.463,35
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**146.777.834,00**	**26.583.267,62**	**0,00**	**26.583.267,62**	**32.101.184,50**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

49000 - Secretaria de Energia e Mineração

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0001 - Participacao Societária	**25.001.000,00**	**18.750.000,00**	**0,00**	**18.750.000,00**	**18.844.463,35**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	25.001.000,00	18.750.000,00	0,00	18.750.000,00	18.844.463,35
4903 - Gestão do Fornecimento e Utilização de Energia Elétrica	**1.245.000,00**	**257.260,00**	**0,00**	**257.260,00**	**257.260,00**
Despesas Correntes	1.245.000,00	257.260,00	0,00	257.260,00	257.260,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4904 - Gestão Administrativa em Energia	**70.076.746,00**	**7.107.104,47**	**0,00**	**7.107.104,47**	**9.599.408,64**
Despesas Correntes	60.076.736,00	7.107.104,47	0,00	7.107.104,47	9.598.808,64
Despesas de Capital	10.000.010,00	0,00	0,00	0,00	600,00
4905 - Fortalecimento das Competências Reguladoras em Energia, Gás e Sanemento	**48.260.010,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.356.214,98**
Despesas Correntes	48.260.010,00	0,00	0,00	0,00	2.356.214,98
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4906 - Energias Renováveis	**623.060,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**250.000,00**
Despesas Correntes	623.060,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4907 - Programa Estadual de Mineração	**1.572.008,00**	**468.903,15**	**0,00**	**468.903,15**	**793.837,53**
Despesas Correntes	1.572.008,00	468.903,15	0,00	468.903,15	793.837,53
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

4908 - Programa Paulista de Petróleo e Gás Natural	**10,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**146.777.834,00**	**26.583.267,62**	**0,00**	**26.583.267,62**	**32.101.184,50**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Programa 001 - Participação Societária

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0001 - Participação Societária	**25.001.000,00**	**18.750.000,00**	**0,00**	**18.750.000,00**	**18.844.463,35**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	25.001.000,00	18.750.000,00	0,00	18.750.000,00	18.844.463,35
Despesa Total	**25.001.000,00**	**18.750.000,00**	**0,00**	**18.750.000,00**	**18.844.463,35**

Ação 1621 – Subscrição de Ações da EMAE

Para dar continuidade ao trabalho de prevenção de enchentes na Região Metropolitana de São Paulo, foi destinado R$ 25.000.000,00 por meio da Subscrição de Ações da Empresa Metropolitana de Águas e Energia – EMAE -, para subsidiar a execução de projetos no Controle de Cheias do Canal do Rio Pinheiros. Do valor consignado no orçamento, foi contingenciado 25% (vinte e cinco por cento), ficando disponível para utilização o montante de R$.18.750.000,00.

Os serviços de desassoreamento do Canal Pinheiros, iniciados em agosto/2011 continuam em progresso. Até dezembro de 2015 o controle de cheias do Rio Pinheiros alcançou:

1. Desassoreamento: 2,1 milhões de metros cúbicos;
2. Desaterro: 2,2 milhões de metros cúbicos
3. Desassoreamento dos Desemboques; limpeza de detritos flutuantes e manutenção do Canal: 121 mil metros cúbicos.

Levando em consideração o valor da dotação orçamentária disponibilizada, o Programa executou 100% das ações previstas.

Subsecretaria de Energia Elétrica

Programa 4903 – Gestão da Geração, Fornecimento e Utilização de Energia Elétrica

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
4903 - Gestão do Fornecimento e Utilização de Energia Elétrica	**1.245.000,00**	**257.260,00**	**0,00**	**257.260,00**	**257.260,00**
Despesas Correntes	1.245.000,00	257.260,00	0,00	257.260,00	257.260,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**1.245.000,00**	**257.260,00**	**0,00**	**257.260,00**	**257.260,00**

I – Atividades desenvolvidas em 2015

Em sintonia com o seu Programa de Gestão da Geração, Fornecimento e Utilização de Energia Elétrica, a Subsecretaria de Energia Elétrica desenvolveu, durante o ano de 2015, as atividades que seguem:

Elaboração do Plano Plurianual 2016 – 2019

Estabeleceu os produtos e ações associadas para o "Programa de Gestão da Geração, Fornecimento e Utilização de Energia Elétrica" para o período. Produtos:

- Projetos de eficiência energética em próprios do estado
- Fornecimento de energia elétrica com qualidade
- Relatórios com informações energéticas

Eficiência Energética

Entre dezembro de 2011 e o 3º trimestre de 2015, acompanhou os contratos de fornecimento de energia elétrica dos próprios do Estado propiciando uma economia da ordem de R$ 29,3 milhões. Atualmente, o programa continua em andamento em sua segunda etapa.

Participação no Subcomitê de Utilidade Pública e Custeio, coordenado pela Secretaria de Governo, em assuntos relativos à energia.

Projeto de solução energética para o Complexo Hospitalar das Clínicas – Complexo HC

Projeto concebido a partir de entendimentos entre a Secretaria de Energia e Mineração e a Secretaria da Saúde, destinado a promover um amplo processo de modernização, eficientização e revitalização energética nos hospitais do Estado. O ponto de partida escolhido foi o Complexo HC.

O Estado convidou as concessionárias de serviços públicos locais de gás canalizado e energia elétrica na Cidade de São Paulo, respectivamente Comgás e AES Eletropaulo, para apresentarem uma proposta de solução energética para o Complexo.

É prevista a adoção de soluções tecnológicas inovadoras para o aumento de sua segurança energética, integrando diversas tecnologias visando uma utilização racional e eficiente dos recursos energéticos aliados à cogeração a gás natural, fotovoltaica e baterias, que confere aumento da confiabilidade energética e harmonia com as principais diretrizes energéticas e ambientais no mundo.

O montante de investimentos previsto para implantação dessa solução energética é da ordem de R$ 82 milhões, realizado integralmente pelas concessionárias.

Realização do 4º Encontro para Qualidade de Fornecimento de Energia Elétrica no Estado de São Paulo

O evento, em sua quarta edição, teve como objetivo disseminar e aprimorar as tecnologias do setor por meio da troca de experiências entre os profissionais das concessionárias de transmissão e distribuição de energia elétrica no Estado de São Paulo. Ocorreu em 18 de junho de 2015, sediado pela Elektro, com a abertura do evento sendo realizada pelo Secretario de Energia e Mineração.

Projetos para promover eficiência energética no segmento de força motriz

Em sintonia com a ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, que abriu a chamada pública nº 002/2015, estabelecendo como projeto prioritário de eficiência energética o "incentivo à substituição de motores elétricos: promovendo a eficiência energética no segmento de força motriz", a SEEM iniciou tratativas junto às concessionárias de distribuição de energia elétrica para o desenvolvimento de projetos de eficientização de edifícios públicos tendo como foco prioritário os motores utilizados em elevadores, sprinters, bombas de incêndio entre outros dessas edificações.

Qualidade de fornecimento de energia elétrica

Atividades voltadas à melhoria da qualidade e continuidade do serviço prestado à população do Estado de São Paulo:

a) Suprimento de Energia Elétrica ao Estado

A SEM tem como função o "acompanhamento do planejamento e execução das obras e estudos relacionados ao abastecimento energético para o Estado de São Paulo", auxiliando órgãos que participam do processo de licenciamento ambiental, questões fundiárias, ocupação e travessias de faixa de domínio de rodovias estaduais, bem como outros que tenham interferência junto aos empreendimentos, visando garantir o planejamento de médio e longo prazo para o suprimento de energia elétrica do Estado.

Acompanhamento da execução das obras: Subestação Piracicaba 440/138 kV, Paraguaçu Paulista 230/88 kV; Linhas de Transmissão Aérea 138 kV Taubaté – Paraibuna e Paraibuna – Caraguatatuba e Subestação Morro Agudo 500/138kV. (Possibilitará o pleno escoamento de geração durante o período de safra das usinas de biomassa da região e aumento da confiabilidade no atendimento às cargas da região nordeste do Estado).

Auxílio no processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos: Linha de Transmissão Aérea 345 kV Alto da Serra – Sul; Subestações Padre Manoel da Nobrega 230/138-88 kV e obras associadas e Subestação Cônego Rangoni 345/138 kV.

Realizadas ações junto à Cetesb, Consema, Fundação Florestal, Aeronáutica e Iphan. A SEEM participou também das Audiências Públicas realizadas nos municípios de Guarujá e Santos para a SE Cônego Rangoni e Cubatão e São Vicente para a SE Padre Manoel da Nobrega. A conclusão destas obras está prevista para 2017.

A pedido do Ministério de Minas e Energia foi realizada, pela SEEM, reunião de trabalho envolvendo órgãos da Federação e do Estado (Secretaria de Meio Ambiente, Fundação Florestal, Cetesb, Iphan e Ibama) com empreendedores (Copel, Furnas, Alupar, Cantareira Transmissora de Energia, Mata de Santa Genebra, Cteep e CPFL Transmissão) para tratar de assuntos ligados a agilização para liberação dos licenciamentos ambientais objetivando a conclusão nos prazos requeridos. Primeira reunião com essa finalidade realizada no Brasil.

Acompanhamento do processo de licenciamento ambiental, em andamento no Estado, de empreendimentos que darão reforço ao Sistema Interligado Nacional – SIN: Linha de Transmissão 500 kV Araraquara II – Taubaté (escoamento da energia das usinas do rio Madeira); Linha de Transmissão 500 kV Marimbondo II – Assis (escoamento da energia das usinas do rio Tele Pires e reforço na interligação sul/sudeste); Linha de Transmissão 500 kV Assis – Londrina (aumento do intercâmbio das regiões Sul e Sudeste); Subestação Fernão Dias 500/440 kV e Linhas de Transmissão 500 kV Araraquara II – Fernão Dias e Araraquara II – Itatiba (escoamento da energia das usinas do rio Madeira da usina de Belo Monte); Linha de Transmissão 500 kV Marimbondo II – Campinas (escoamento da energia das usinas de Belo Monte); Linha de Transmissão 500 kV Estreito – Fernão Dias (escoamento da energia da usina de Belo Monte); Linha de Transmissão 500 kV Itatiba – Bateias (aumento do intercâmbio das regiões Sul e Sudeste).

Atendendo a solicitação da SEEM a ANEEL indicou o executor dos empreendimentos para reforço do sistema de fornecimento de energia elétrica do Estado: Nova Linha de Transmissão 138 kV Mongaguá – Peruíbe com ocupação da faixa de domínio da rodovia Padre Manoel da Nobrega (DER) – Elektro; Subestação Mirante 138 kV – Elektro; LT 138 kV Araras – Limeira I – Elektro e LT 138 kV Getulina – Tupã, Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema – EDEVP.

Acompanhamento dos Leilões de Obras de Transmissão realizado pela ANEEL.

Acompanhamento da elaboração de relatório periódico de acompanhamento das obras do PAR – Plano de Ampliações e Reforços, do ONS, tendo como foco principal as obras de reforços que estão atrasadas aguardando autorização da ANEEL.

Acompanhamento dos Leilões de energia promovidos pela ANEEL por meio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Participação na elaboração do Estudo da Temporada de Verão 2015/2016 do Sistema de Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica que atende ao litoral de São Paulo.

b) Adequação do ambiente regulatório com propostas apresentadas à Aneel
- A SEEM acompanha a agenda regulatória da ANEEL com a participação em Consultas e Audiências Públicas com o intuito de propor melhorias na regulação vigente com foco na melhoria do fornecimento de energia elétrica ao cidadão.

- Encaminhamento de contribuição à Consulta Pública nº 013/2014 da ANEEL sobre enterramento de redes de distribuição.

- Encaminhamento de contribuição à Audiência Pública nº 026/2015 da ANEEL sobre aprimoramento da resolução 482/2012 e da sessão 3.7 do módulo 03 do Prodist (mini e micro geração distribuída).
- Encaminhamento à ANEEL de sugestões para a Audiência Pública 033/2015, que teve por objetivo obter subsídios para emissão de normativo que disciplina os procedimentos de serviços ancilares (serviços complementares importantes para o funcionamento dos serviços de geração, transmissão, distribuição e comercialização);

- Encaminhamento de contribuição à Audiência Pública nº 038/2015 da ANEEL sobre o aprimoramento do modelo de termo aditivo ao contrato de concessão para a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica com base no Decreto nº 8.461, 2 de junho de 2015;

- Encaminhamento de contribuição à Audiência Pública nº 041/2015 da ANEEL sobre a proposta de transferência das Demais Instalações de Transmissão - DIT para as distribuidoras;

- Presença nas Audiências Públicas sobre o 4º ciclo de revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica que atuam no Estado de São Paulo;

- Desenvolvimento de trabalho focado na revisão da contratação do MUST pelas concessionárias de distribuição evitando prejuízo financeiro das concessionárias e população ou redução da confiabilidade do sistema de subtransmissão de energia elétrica. Foi realizada reunião em 11/02/2015 com representantes das concessionárias de distribuição do estado sobre esse tema.

c) Fortalecimento e incremento das fiscalizações
- Elaboração do Plano Anual de Ações Adicionais 2015/2016 (PAAA 2014/2015 e PAAA 2015/2016) atendendo ao convênio entre a Arsesp e o Estado de São Paulo estabelecendo as fiscalizações adicionais nas concessionárias de distribuição de energia elétrica, em complemento ao previsto nas fiscalizações da Aneel.

- Participação na Apresentação do Plano de Melhorias das distribuidoras de energia para atendimento às festas de final de ano (Natal e Ano Novo) e carnaval.

d) Posicionamento institucional
- Participação efetiva nos Grupos de Trabalho voltados a definições estratégicas para o sistema elétrico do Estado de São Paulo: GT-SP, Grupo de Trabalho São Paulo, coordenado pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) e GET-SP, Grupo de Estudos de Transmissão São Paulo, coordenado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

- Coordenação da 1ª reunião anual do GET-SP, realizada nas dependências da SEEM, com a presença das empresas geradoras, distribuidoras e transmissoras, que atuam no Estado de São Paulo para acompanhamento dos estudos de planejamento da expansão do Sistema de Transmissão do Estado, de responsabilidade da EPE.

- Coordenação da 1ª reunião do ano do GT-SP, realizada nas instalações da SEEM, com a presença das empresas geradoras, distribuidoras e transmissoras que atuam no Estado de São Paulo para acompanhamento das obras em andamento da expansão do Sistema de Transmissão do Estado.

- Articulação envolvendo a população, empresas, instituições estaduais e federais, concessionarias de energia elétrica, órgãos institucionais do setor elétrico, nos aspectos técnicos e regulatórios, buscando a melhoria na prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica com qualidade e confiabilidade.

e) Ações gerais
Ações Setoriais
- Gestão para agilização de obras para energização e melhorias na qualidade de fornecimento de energia elétrica para CDHU, Mercedes Benz, Mars, ASPIP, CERIPA entre outros.

- Reuniões realizadas com os coordenadores do CICCR – Centro de Integrado de Comando e Controle Regional com a participação da prefeitura de São Paulo, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil Estadual, entre outros órgãos para definir protocolos de cooperação para atendimento à população, principalmente em dias críticos com o acionamento do "Gabinete de Crise".

- Reuniões realizadas com a AES Eletropaulo e Cteep para definição de alternativa de fornecimento de energia elétrica para empreendimentos da construção civil na zona sul do município de São Paulo.

- Articulação junto às concessionárias de distribuição, a pedido do Centro Paula Souza, para que não ocorressem desligamentos programados nos dias e locais de realização dos processos seletivos das Etecs e Fatecs.

- Atualização de estudo sobre a qualidade de fornecimento de energia elétrica para o estado de São Paulo. (Duração Equivalente de Interrupções de Unidades Consumidoras – DEC e Frequência Equivalente de Interrupções de Unidades Consumidoras – FEC).

- Elaboração e encaminhamento de Nota Técnica, "Ocupação e travessias de faixa de domínio das rodovias", objetivando subsidiar possíveis ações no sentido de se estabelecer uma normatização sobre esse assunto que vem comprometendo empreendimentos de transmissão e distribuição de energia elétrica, gás canalizado, água e saneamento entre outros.

- Participação nas ações coordenadas pelo Governo do Estado de São Paulo para garantir o fornecimento de energia elétrica ao estádio de Itaquera, que receberá os jogos de futebol referentes às Olimpíadas 2016.

Mapeamento do Setor Sucroenergético
O Estado de São Paulo possui um grande potencial de geração de energia elétrica a partir da biomassa de bagaço de cana-de-açúcar ainda não explorado. Com intuito de estimular a exploração desse potencial a Secretaria de Energia e Mineração está realizando estudos para auxiliar as usinas no processo de conexão ao sistema elétrico. Finalizada primeira parte do estudo com a análise para conexão/aumento da exportação de energia de onze usinas.

Gestão de desempenho e estatísticas
Voltada para a elaboração, sistematização e divulgação de informações energéticas por meio da atualização permanente do site da SEEM. Dentre as atividades realizadas, destacam-se:

Estatísticas Setoriais
a. **Balanço Energético do Estado de SP 2015 (ano base 2014)**: Consiste em relatório estatístico de energia, apresentado de forma cronológica e sequencial. Apresenta dados de oferta e demanda de energia por fonte e por setor, comercializados no Estado ao longo do período de um ano. Realizada a coleta de dados junto às concessionárias de energia (Aneel, ANP, Arsesp), associações de classe (Unica, Abia, SNIC, IBC, IBA) e entidades fornecedoras de dados.
b. **Anuário Estatístico de Energéticos por Município 2015 (ano base 2014):** Contempla dados de consumo dos principais energéticos (eletricidade, gás canalizado, etanol hidratado e derivados de petróleo), dos 645 municípios paulistas e suas correspondentes emissões de CO2.

c. **Boletim Informativo**: relatórios mensais sobre produção e consumo de eletricidade (geração, transmissão e distribuição), gás canalizado, derivados de petróleo e o desempenho dos programas de eletrificação rural no Estado de São Paulo.
d. **Resumos Executivos (energia elétrica, renováveis e petróleo & gás):** Constituídos de relatórios bimestrais, compara as atividades das Subsecretarias vinculadas à Secretaria de Energia e Mineração em relação às mesmas de origem federal, destacando dados de oferta, demanda, índices de qualidade, tarifas, mapas, potenciais remanescentes de origem renovável, entre outros.
e. **Site da Secretaria de Energia e Mineração**: disponibilização de informações energéticas, constituída de dados estatísticos de produção e consumo de energéticos, potencial hidráulico, recursos minerais, armazenamento hídrico, qualidade da energia e do acompanhamento dos produtos e projetos em andamento na SEM.
f. **Intranet:** Desenvolvimento e aprimoramento do sistema computacional de informações energéticas da SEM. Projeto desenvolvido internamente pelos quadros próprios da Secretaria. Incorpora num único ambiente eletrônico, assuntos técnicos, administrativos e gerenciais constantes de todas as Subsecretarias da pasta.
g. **Perfil Sucroenergético 2015:** Relatório descritivo das etapas constituintes do setor sucroalcooleiro, abrangendo tabelas das safras agrícolas com respectivas produções físicas, mapas dos posicionamentos georreferenciados das usinas/destilarias por regiões administrativas do Estado, relação contendo as centrais de bioeletricidade do Estado e estudo de caso envolvendo a SE Morro Agudo.
h. **Informações georreferenciadas:** Produtos desenvolvidos pela equipe da SEM. Elaboração de mapas contendo dados cartográficos relativos ao posicionamento georreferenciado de toda a malha de transmissão e subtransmissão de energia elétrica do Estado.
i. **Releases:** Resumos técnicos de eletricidade e gás canalizado contendo detalhes das participações das classes de consumo dos insumos citados, discriminados mensalmente e anualmente.
j. **Apresentações:** Atividade permanente de elaboração de slides para apresentações, mapas, tabelas, gráficos e textos contendo as atividades e realizações da SEEM.

Subsecretaria de Energias Renováveis

Programa 4906 – Desenvolvimento de Fontes de Energia Renovável no Estado

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
4906 - Energias Renováveis	**623.060,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**250.000,00**
Despesas Correntes	623.060,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**623.060,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**250.000,00**

O Programa 4906 – Energias Renováveis, teve no Plano Plurianual 2012 – 2015, o objetivo de definir diretrizes, ações e desenvolver projetos para induzir o investimento em fontes renováveis no Estado de São Paulo, por meio da determinação do potencial energético, absorção do desenvolvimento tecnológico, análise de viabilidade técnico-econômica de empreendimento, criação de instrumentos de indução e difusão de informações e recomendações que visavam o aprimoramento regulatório do setor.

Para tanto foram propostas as seguintes ações:

Programa 4906 - Desenvolvimento de Fontes de Energia Renovável no Estado
2387 – Apoio a Geração de Energias Renováveis
2388 – Novos Negócios em Energias Renováveis
2390 – Incentivo ao Aproveitamento do Potencial Eólico
2394 – Potencial Solar e Incentivo ao Desenvolvimento Tecnológico
6096 – Aproveitamento Energético de Resíduos Sólidos Urbanos
6097 – Integração Energética Biomassa e Biocombustíveis

Da proposta originalmente feita, somente as ações 2387 e 6097 tiveram recursos orçamentários disponíveis. As dotações iniciais foram, respectivamente, de R$ 10,00 e R$ 623.050,00 para o exercício 2015.
O primeiro projeto sugerido pela Subsecretaria de Energias Renováveis para a execução do Plano Plurianual, dentro da ação 6097 – Integração Energética Biomassa e Biocombustíveis foi o Leilão Regional de Energia. Este projeto foi modelado com a participação da sociedade paulista, mas em função da conjuntura energética estabelecida pelo Governo Federal e das ações no âmbito da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), decidiu-se que esta deve aguardar o desenrolar das definições que tramitam no Ministério de Minas e Energia (MME) para a sua efetiva retomada e implantação.
Após a tomada deste posicionamento pela Secretaria de Energia, foi iniciado o desenvolvimento de mais 2 (dois) outros projetos que tinham como objetivo propor as bases da contratação de serviços de consultoria técnica na execução de projetos básicos que visavam análises da viabilidade da integração energética de fontes renováveis para a autoprodução de energia elétrica (1º projeto) e iluminação pública (2º projeto), em municípios paulistas, com a utilização de sistemas fotovoltaicos e de resíduos sólidos urbanos.
Como não houve um adequado desenvolvimento dos projetos básicos, principalmente na elaboração do cronograma físico financeiro, essas propostas de projeto não foram concretizadas e os recursos orçamentários disponíveis para a ação 6097 – Integração Energética Biomassa e Biocombustíveis não foram utilizados.
Independentemente da existência de recursos orçamentários, medidas, ações e iniciativas institucionais foram tomadas para que os objetivos de todo o Programa fossem alcançados. As principais atividades desenvolvidas em 2015 tiveram como base as diretrizes estabelecidas no Plano Plurianual, mas com um foco na indução de investimentos e na geração de empregos.
Para tanto, temas como a absorção de desenvolvimento tecnológico, análise de viabilidade técnico-econômica de empreendimentos, criação de instrumentos de indução através de políticas públicas e difusão de informações que objetivaram o aprimoramento do conhecimento e a melhor utilização da oferta interna de energia foram tratados como prioritários.

I - Conclusão de Estudos Técnicos
O ano de 2015 se caracterizou pelo encerramento de estudos sobre recursos energéticos renováveis disponíveis no território paulista. As considerações apresentadas nestes trabalhos, incluindo o potencial identificado, permitirão o equacionamento das particularidades inerentes a este processo de aprendizagem e fornecerão benefícios para a promoção de um desenvolvimento sustentado, equilibrado e perene para toda a sociedade paulista.

a) Potencial Hidroelétrico Remanescente*:*
A geração de pequeno porte, a partir de recursos hidroelétricos, pode representar uma forma rápida e eficiente de promover a expansão da oferta de energia elétrica visando suprir a crescente demanda verificada no mercado estadual. Esse tipo de empreendimento possibilita um melhor atendimento às necessidades de carga de pequenos centros urbanos e regiões rurais, uma vez que na maioria dos casos complementa o fornecimento realizado pelo sistema interligado e permite a introdução de sistemas de cooperativistas de uma forma direta e eficiente.
Após este levantamento foram priorizados 637 aproveitamentos hidroelétricos no Estado de São Paulo, que totalizam potência aproximada de 1.452 MW. Está em andamento a formatação de um plano de divulgação que possa beneficiar toda a sociedade paulista e ao mesmo tempo garantir o sigilo de informações locacionais específicas.

b) Biomassa Florestal Energética – Eucalipto:
Este projeto trabalhou na caracterização do potencial e identificação de áreas que possam absorver o plantio de eucalipto no sistema convencional ou no sistema florestal de curta rotação para produção de biomassa para fins energéticos. Este produto é resultado de um trabalho conjunto de profissionais da Secretaria de Energia, por meio da Subsecretaria de Energias Renováveis, e da Faculdade de Ciências Agronômicas (FCA) da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

As áreas identificadas no Estado de São Paulo como potenciais para o reflorestamento de eucaliptos somaram um total de 1.714.501 hectares com uma potência equivalente a 1.498 MW. Esta em andamento a formatação de um plano de divulgação que possa beneficiar toda a sociedade paulista e ao mesmo tempo garantir sigilo de informações locacionais específicas.

II - Atuação no Mercado
Dentre as propostas que poderiam contribuir de maneira decisiva para uma maior renovabilidade da matriz energética estadual encontra-se o Leilão Regional de Energia proveniente de fontes renováveis.

a) Leilão Regional de Energia:
Dentre as atividades desenvolvidas neste projeto destacam-se a identificação das fontes de energias renováveis com projetos em desenvolvimento ou já desenvolvidos no Estado de São Paulo, identificação dos potenciais compradores de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL), identificação de potenciais vendedores/empreendedores de energias provenientes de fontes renováveis, identificação da potencialidade do estado como consumidor e desenvolvimento dos modelos básicos para realização do leilão.

Em função da atual conjuntura energética estabelecida pelo Governo Federal e as ações no âmbito da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que vem promovendo leilões específicos de fontes renováveis, destacado entre elas a fonte de energia solar fotovoltaica, ficou estabelecido que a proposta para o Leilão Regional deve aguardar o desenrolar das definições que tramitam no Ministério de Minas e Energia (MME) para a sua efetiva retomada e implantação.

III - Projetos Piloto
A demonstração da viabilidade da geração sustentável de energia por meio da implantação de projetos piloto é peça fundamental para uma maior renovabilidade da oferta interna. Para tanto, a Subsecretaria de Energias Renováveis atuou em 2015 na efetivação dos seguintes empreendimentos:

a) Sistema Fotovoltaico no Palácio dos Bandeirantes:
Consiste no desenvolvimento e instalação de usina piloto de geração fotovoltaica para referência tecnológica, regulatória, econômica e comercial. A usina está instalada no Palácio dos Bandeirantes, sendo resultado de um convênio assinado com a AES Eletropaulo, em 2014. Os 262 painéis, com uma potência instalada de 80 kWp, tiveram um investimento de R$ 815.000,00.

b) Parque Villa Lobos/Cândido Portinari:
Parceria entre a Secretaria de Energia e a Companhia Energética de São Paulo (Cesp – chamada pública Aneel 013/2011) para a instalação de postes de iluminação e três formas de mini usinas para captação de energia solar e geração de energia fotovoltaica na cidade de São Paulo, com investimentos da ordem de R$ 17 milhões. Os principais benefícios esperados são o desenvolvimento de tecnologia nacional, capacitação profissional e o desenvolvimento industrial no Estado.

c) Polo Tecnológico de Porto Primavera:
Estão sendo implantados dentro dos projetos de P&D da Cesp, sistemas de geração eólica e fotovoltaicos (terrestre e flutuante) na usina de Porto Primavera da Cesp. Este projeto visa, também, o equacionamento da criação de um polo tecnológico de energias renováveis.

A potência total a ser instalada é de 1.000 kW para o sistema eólico e 550 kWp para o solar (500 kWp em solo e 50 kWp em estruturas flutuantes no lago). A implantação dessas usinas, com

investimentos previstos de R$ 23 milhões na primeira fase, permitirá o desenvolvimento de três linhas de pesquisas:

- Complementariedade energética e rebatimentos comerciais e regulatórios;
- Modelagem energética de estações solarimétrica e anemométrica para estudos da energia primária disponível; e
- Estudos de arranjo de plataforma flutuante.

d) Administração Penitenciária – Solar Térmico:
Projeto Piloto para instalação de sistema de aquecimento solar térmico na Penitenciária de Serra Azul (P II). Seu desenvolvimento contou com o apoio da Associação Brasileira de Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento (Abrava) para estabelecimento das principais características e do pré-dimensionamento do Projeto Básico. Os principais parâmetros estabelecidos foram: Capacidade 5.000 litros/dia; Número de coletores estimados: 35 a 37; Área de cobertura plana a ser disponibilizada: 116m²; Estágio atual: viabilização de recursos orçamentários.

IV - Integração Energética
A integração energética das diversas formas de geração de energia elétrica com fontes renováveis visa analisar e estudar sua complementariedade para efetivação de uma base renovável na matriz energética paulista**.**

a) Integração Solar Hidroelétrica:
Este estudo analisou a implantação de centrais fotovoltaicas junto a usinas hidroelétricas existentes. Visa à redução significativa do custo de produção da energia, caso elas possam operar de forma integrada utilizando os reservatórios para regularizar a produção da central solar e a subestação existente. As conclusões foram favoráveis para a operação do Sistema Interligado Nacional - SIN.

b) Projeto de gaseificação de biomassa:
Projeto pioneiro que prevê a produção e distribuição de biometano no noroeste do Estado de São Paulo. Formalizada por meio de um Protocolo de Intenções assinado por representantes das empresas GasBrasiliano, Consórcio CSO e Malosso Bioenergia. Esta parceria esta alinhada ao Programa Paulista de Biogás do Estado de São Paulo (Decreto nº 58.659/12), que prevê a obrigatoriedade de comercialização de um percentual mínimo de biometano através das redes de distribuição de gás natural e cuja ênfase é o biometano produzido a partir da vinhaça.

V - Ações Institucionais
As ações institucionais desenvolvidas pela Subsecretaria de Energias Renováveis passou em 2015 pelo contato com as Prefeituras e pela propositura de ações de políticas públicas efetivadas por decretos**.**

a) Modelagem de negócio com Resíduos Sólidos Urbanos:
Após a realização de estudos sobre a introdução de sistemas de tratamento térmico de resíduos sólidos urbanos, a Subsecretaria de Energias Renováveis tem atuado na modelagem institucional do negócio visando, principalmente, o desenvolvimento de regulamentação que permita a celebração de Convênios de Cooperação entre o Estado e os Municípios para a gestão associada.
As ações institucionais desenvolvidas foram direcionadas para a viabilização de contratos com alinhamento de conhecimento e viabilização jurídica de negócios junto aos municípios. Dentre os mais representativos destacam-se:
. Barueri: Projeto de Unidade de Recuperação Energética (URE) com parceria público privada entre a Prefeitura e a Foxx Inova Ambiental. Dados técnicos:

- Capacidade: 825 t/dia;
- Potência instalada: 20 MW;
- Produção bruta de energia elétrica: 17 MW (87% da energia elétrica produzida fornecida para a rede (SIN));
- O projeto está em desenvolvimento.

. Caraguatatuba: Projeto de URE em estudo, que contempla a participação da Empresa Metropolitana de Águas e Energia (Emae) e empresas privadas. Dados técnicos:

- Capacidade: 150 t/dia;
- Potência: 2,7 MW.

. Litoral Norte e Baixada Santista: Em fase de tratativas iniciais, este projeto terá como característica a realização de estudo para encontrar soluções adequadas à realidade local com a utilização de tecnologias consagradas. Para tanto foram realizadas visitas para conhecer metodologias e tecnologias viáveis (INNOVA, em Paulínia; municípios de Jundiaí e Itu), reuniões com os municípios interessados, realização de reuniões com Agem Vale e Agem Baixada Santista, bem como visitas e reuniões com empresas e indústrias preocupadas em buscar soluções para seus resíduos, com viabilidade de licenciamento.

. Caieiras – Biogás:

- Apoio institucional para viabilização de Projeto de unidade termoelétrica Termo Verde – Caieiras;
- Potência: 29,5 MW.

. Guatapará – Biogás:

- Proposta de Implantação de usina em aterro sanitário da Estre;
- Investimento: R$ 15 milhões;
- Potência: 4,2 MW.

b) Marcos Institucionais:

A atuação da Subsecretaria de Energias renováveis contribuiu para a efetivação dos seguintes Decretos:

. Decreto nº 61.104, de 03 de fevereiro de 2015 – Sucroalcooleiro, Bagaço, Palha, Cavaco, Eucalipto e Resíduos.

Descrição: diferimento do ICMS para industrialização de matérias primas de produção paulista com destino à cooperativa de que faça parte o remetente. Este instrumento inclui:

- Bagaço, palha, cavaco, eucalipto e outros resíduos de sua colheita;
- Energia elétrica e vapor de termoelétrica para fabricante de açúcar e álcool.

. Decreto nº 61.439, de 19 de agosto de 2015 – Compensação de energia elétrica produzida por microgeração e minigeração.

Descrição: isenção de ICMS no fornecimento de energia elétrica correspondente à compensação de produção por microgeração e minigeração, realizada nos termos da Resolução Normativa Aneel nº 482, de 17 de abril de 2012.

A medida foi autorizada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) por meio do Convênio ICMS-16/15, de 22 de abril de 2015.

.Decreto nº 61.440, de 19 de agosto de 2015 – Equipamentos e componentes para o aproveitamento das energias solar e eólica.

Descrição: implementa no Estado de São Paulo, os dispositivos do convênio 10/2014 que altera a isenção do ICMS nas operações com equipamentos e componentes para o aproveitamento das energias solar e eólica.

c) Administração Direta:

. Secretaria do Meio Ambiente – Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Renováveis

A partir da Resolução Conjunta SEE/SMA 001, de 24/11/2014, foi instituído Grupo de Trabalho composto por representantes das Secretarias de Energia e Meio Ambiente, objetivando formular proposta de Termo de Referência para licenciamentos ambientais de empreendimentos geradores de energias renováveis.

Temas tratados:

- Licenciamentos de empreendimentos fotovoltaicos;
- Usinas a biomassa;
- Resíduos sólidos urbanos.

. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação – Treinamento de mão de obra – Centro Paula Souza
Com a perspectiva de uma expansão do segmento fotovoltaico se faz necessário o investimento na formação de mão de obra especializada em energias renováveis onde questões relacionadas à educação e treinamento são consideradas pontos críticos para o emprego no setor e na implementação de empreendimentos em todas as áreas.

VI – Parcerias
A mobilização alcançada pela sociedade paulista no interesse da ampliação da renovabilidade de sua oferta interna de energia em 2015 teve, como um de seus principais vetores, a intermediação da Subsecretaria de Energias Renováveis. Dentre as principais atuações destacam-se:

a) Energia Fotovoltaica:
. Metrô: Telhado do Centro de Controle e Operações – CCO
O projeto, ainda em análise, será uma parceria com o Ile de France e a CESP (Pesquisa e Desenvolvimento) compreendendo uma potência de 110 kWp e a introdução de baterias de lítio como banco de armazenagem. Os investimentos previstos são da ordem de R$ 2,3 milhões e o prazo para instalação é estimado em 9 meses.

. Allianz Parque – Arena e Centro Logístico Itupeva
O empreendimento da WTorre, ainda em andamento, prevê uma potência instalada de 4,4 MWp com filme em uma área de mais de 63.000m². O apoio financeiro ao projeto, de R$ 33 milhões, esta sendo analisado pela Desenvolve SP.

. Escolas Estaduais
Este projeto, idealizado pela Secretaria de Educação e o Greenpeace, terá seu Projeto Piloto na região de Artur Alvim para implantação de painéis solares em escolas. A potência estimada deste projeto piloto é de 11,3 kWp e o investimento, também estimado, é de R$ 3milhões**.**

. CDHU
Este projeto envolve sistemas térmicos e fotovoltaicos e tem como principais etapas a definição dos parâmetros técnicos e a chamada pública para parcerias. A tecnologia a ser utilizada para geração de eletricidade no projeto piloto é a de filmes flexíveis. O projeto piloto está sendo idealizado para 1.500 telhados e deverá ser realizado em parceria com o Governo Federal e com as concessionárias de energia.

. Outros:
Grupo Matsuda: município de Álvares Machado com 190m², tendo uma capacidade de geração de 4.300 kWh/mês e investimentos de R$ 190.000,00.

i. ***Clube Paineiras do Morumbi***: apoio institucional para implantação de sistemas solar térmico e fotovoltaico.

ii. ***Absolar:*** desenvolvimento de linha de financiamento específica com a Desenvolve SP, voltada para pessoas físicas e empresas de pequeno porte. Esta proposta inclui projeto piloto para a implantação de telhados verdes.

Subsecretaria de Mineração

Programa 4907 – Fortalecimento da Indústria de Produção Mineral Paulista

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
4907 - Programa Estadual de Mineração	**1.572.008,00**	**468.903,15**	**0,00**	**468.903,15**	**793.837,53**
Despesas Correntes	1.572.008,00	468.903,15	0,00	468.903,15	793.837,53
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**1.572.008,00**	**468.903,15**	**0,00**	**468.903,15**	**793.837,53**

I – Atividades desenvolvidas em 2015

Subsecretaria de Mineração, no desempenho de seu campo funcional, atendeu integralmente o estabelecido no Decreto Estadual nº 57.006, de 20 de maio de 2011[1], na conformidade do abaixo exposto:

- Negociações com o Condephaat – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo e Cetesb – Companhia de Tecnologia Ambiental do Estado de São Paulo visando a integração da atividade de mineração de areia responsável aos esforços de preservação ambiental, proteção ao patrimônio cultural e manutenção do desenvolvimento socioeconômico do Vale do Ribeira e da Baixada Santista.

- Agenda institucional com a AES S.A. com o objetivo de estabelecer parceria para a gestão integrada da mineração nos reservatórios do Vale do Tietê.

- Agenda institucional com representante do Grupo Cosan S.A. e América Latina Logística - ALL, com o objetivo de estabelecer agenda de aumento da competitividade da minero-indústria paulista por meio do escoamento e suprimento de matérias primas minerais pelo modal ferroviário em território paulista.

- Agenda Institucional com agente do Departamento Hidroviário da Secretaria de Logística e Transportes do Estado de São Paulo e representantes do Sindicato da Indústria de Extração de Areia do Estado de São Paulo – Sindareia e Sindicato dos Armadores do Estado de São Paulo com objetivo de estabelecer agenda sobre o potencial do transporte fluvial pela Hidrovia Tietê-Paraná para escoamento de produtos de base mineral e o suprimento de insumos e matérias primas minerais para o Parque Industrial de São Paulo.

- Apoio institucional às iniciativas de criação da Associação dos Mineradores do Sudoeste Paulista e o fortalecimento do curso técnico de mineração da Escola Técnica Estadual de Itapeva, com vistas ao fomento de um novo arranjo produtivo local de base mineral para a região sudoeste do Estado.

- Participação do Programa Verde Azul da Secretaria Estadual de Meio Ambiente com o objetivo de capacitar gestores municipais no planejamento da mineração sob a ótica do uso e ocupação do solo municipal. Neste primeiro atendimento, demonstraram interesse pela questão mineral 425 municípios do estado de São Paulo.

- Acompanhamento do processo civil instaurado pelo MPE para o controle dos impactos ambientais no ar e na água produzidos pela minero-indústria do Polo Cerâmico de Santa Gertrudes.

- Conclusão e divulgação do OTGM – Ordenamento Territorial Geomineiro do Vale do Paraíba, abrangendo 15 municípios: Jacareí, São José dos Campos, Caçapava, Taubaté, Tremembé, Pindamonhangaba, Roseira, Potim, Aparecida, Guaratinguetá, Lorena, Canas, Cachoeira Paulista, Cruzeiro e Lavrinhas.

- Conclusão e divulgação do OTGM da Aglomeração Urbana de Jundiaí, abrangendo sete municípios: Cabreúva, Campo Limpo Paulista, Itupeva, Jarinu, Jundiaí, Louveira, Várzea Paulista.

- Conclusão e divulgação do OTGM da Região Metropolitana da Baixada Santista, contemplando nove municípios: Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente.

- Realização de reuniões técnicas do zoneamento mineral produzido para os municípios abrangidos pelos projetos de OTGM, preconizando a necessidade de inserção da mineração formal e responsável nos planos diretores municipais. Foram realizadas reuniões e disponibilizadas informações para os seguintes municípios: Aguaí, Águas da Prata, Águas de Lindoia, Amparo, Aparecida, Aparecida d´Oeste, Bertioga, Biritiba Mirim, Bofete, Bragança Paulista, Cabreúva, Caçapava, Cachoeira Paulista, Cajamar, Cajati, Campo Limpo Paulista, Canas, Caraguatatuba, Cássia dos Coqueiros, Castilho, Cordeirópolis, Cruzeiro, Cubatão, Divinolândia, Eldorado, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Espírito Santo do Pinhal, Guararema, Guaratinguetá, Guarujá, Ibiúna, Iguape,

[1] Artigo 2º, letra "d" que estabelece***: "estudo, planejamento e exploração, direta ou indireta, de recursos minerais;"***

Ilhabela, Iperó, Ipeúna, Iracemápolis, Itanhaém, Itapecerica da Serra, Itapeva, Itupeva, Jacareí, Jacupiranga, Jarinu, Jundiaí, Juquiá, Juquitiba, Lavrinhas, Lindoia, Lorena, Louveira, Miracatu, Mococa, Mogi das Cruzes, Mongaguá, Monte Alegre do Sul, Nova Campina, Ouro Verde, Panorama, Pariquera-Açu, Pauliceia, Peruíbe, Pindamonhangaba, Potim, Praia Grande, Presidente Epitácio, Registro, Ribeirão Pires, Rincão, Rio Claro, Roseira, Salesópolis, Santa Gertrudes, Santo Antônio do Jardim, Santos, São João da Boa Vista, São José dos Campos, São Lourenço da Serra, São Sebastião, São Sebastião da Grama, São Vicente, Serra Negra, Sete Barras, Socorro, Suzano, Taubaté, Tremembé, Ubatuba, Vargem, Vargem Grande do Sul, Várzea Paulista.

- Análise de projetos demonstrativos de destinação de áreas de mineração de areia nos municípios de Guararema, Bofete, Itapeva, Pindamonhangaba, Lorena desassoreamento em Itanhaém e área de pedreira em São Vicente. Análise preliminar de soluções de recuperação do passivo ambiental da mineração e reabilitação das áreas para uso futuro socioeconômico e ambiental de interesse para o município e para o estado

- Representação da Secretaria de Energia e Mineração na Câmara Temática de Uso Múltiplo da Água, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Compartilhamento do conceito de mineração responsável e proposta de ação conjunta para o desassoreamento de rios paulistas com apoio da mineração.

- Representação da Secretaria de Energia e Mineração na Comissão Temática de Atividades Industriais, Minerárias e Agropecuárias do Consema – Conselho Estadual de Meio Ambiente.

- Instalação e coordenação do Grupo de Trabalhos de Segurança de Barragens de Mineração, integrados pelas Secretarias de Energia e Mineração, Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, Secretaria da Casa Militar e Defesa Civil, e como convidados o IG, IPT, a Escola Politécnica da USP, o Departamento Nacional da Produção Mineral e o Centro de Pesquisas de Desastres da Universidade de São Paulo.

- Intermediação de conflitos entre produtores de areia, concessionárias de barragens hidrelétricas para geração de energia e o DNPM.

- Programa de visita aos principais produtores de bens minerais no Estado, começando pelo Vale do Ribeira e a Região Metropolitana de São Paulo.

- Instalação de comissão conjunta entre a Subsecretaria de Mineração e a FIESP – COMIN, para tratar dos principais gargalos da atividade no estado e implantação do conceito de MINERAÇÃO RESPONSÁVEL.

Em razão do precedentemente informado e no intuito de atender ao contido no Ofício Circular GS nº 001/2016, seguem as informações sobre a execução das atividades desta Subsecretaria de Mineração.

Subsecretaria de Petróleo e Gás Natural

Programa 4908 - Programa Paulista de Petróleo e Gás Natural

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
4908 - Programa Paulista de Petróleo e Gás Natural	**10,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**10,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

O Estado de São Paulo é o maior consumidor nacional de petróleo, gás natural e derivados e apresenta perspectivas de forte incremento dos segmentos de exploração e produção de petróleo e gás natural em função do desenvolvimento exploratório das reservas da Bacia de Santos localizadas na plataforma continental paulista.

Estima-se que em 2020 o Estado se apresente como um relevante produtor nacional de petróleo e gás natural cuja produção deverá atingir 500.000 boe/dia (265.000 boe/dia atualmente), em face a uma produção nacional projetada de 3,4 milhões boe/dia (3,0 milhões boe/dia atuais). Tal crescimento corresponde a um incremento da participação da indústria de petróleo e gás no PIB nacional de 11% para 20%, significando enorme potencial para o desenvolvimento técnico, tecnológico e de inovação da cadeia de fornecedores paulistas, oportunidades de geração de empregos e qualificação profissional e ainda desenvolvimento econômico regional e aumento das participações governamentais originadas das rendas do petróleo e gás para o Estado e municípios paulistas.

Ação 6095 – Coordenação do Programa e do Conselho Estadual de Petróleo e Gás

Desde 2011 a Subsecretaria de Petróleo e Gás exerce a Coordenação Executiva do Conselho Estadual de Petróleo e Gás Natural – CEPG no âmbito do Programa Paulista de Petróleo e Gás Natural – PPPGN, instituído pelo Decreto 56.074/2010, com os seguintes objetivos gerais estratégicos:

1. Internalizar os benefícios econômicos e de geração de emprego e renda da atividades petrolífera;
2. Minimizar os impactos socioambientais nas regiões de incidência das atividades exploratórias;
3. Desenvolver e Consolidar o conhecimento técnico, tecnológico e o potencial de inovação pelos agentes públicos e privados do Estado na cadeia produtiva de petróleo e gás.
4. Assim o CEPG traduz-se em fórum qualificado de divulgação, debates, articulação e proposição de ações dos diversos temas envolvidos na atividade petrolífera e de alcance regional.
5. As atividades desenvolvidas no CEPG, integrado por diversos órgãos da administração pública estadual e municipais e representantes dos setores produtivos da indústria paulista, propiciaram a ampliação da percepção da influência da indústria de petróleo e gás e suas perspectivas de oportunidades, bem como permitiram o aprofundamento dos diálogos necessários à estruturação de ações, organizadas por meio dos Comitês Técnicos temáticos:
6. Desenvolvimento e qualificação da Cadeia de Fornecedores; desenvolvimento socioeconômico, ambiental e da infraestrutura litorânea; fomento ao uso do gás natural; formação e qualificação profissional; Participações Governamentais e Royalties e Desenvolvimento tecnológico e Inovação.
7. Em virtude da relevância do petróleo e gás para o suprimento energético e para a economia nacional e paulista, a Subsecretaria de Petróleo e Gás, ao longo de 2015, atuou com os seguintes objetivos:

7.1 - O fortalecimento e diversificação das atividades da indústria de petróleo e gás em São Paulo com vistas ao desenvolvimento socioeconômico, concomitantemente à minimização e mitigação de potenciais impactos ambientais.

7.2 - O fomento do uso do gás natural em situações que agreguem competitividade econômica, diminuição de emissões e eficiência energética.

7.3 - Apoio à constituição do Centro Tecnológico da Baixada Santista - CTBS – A Subsecretaria de Petróleo e Gás vem apoiando a constituição de um Centro de Pesquisas na Baixada Santista, coordenado pelas três universidades públicas estaduais (USP, Unicamp e Unesp), a ser patrocinado pelos recursos obrigatórios de pesquisa e desenvolvimento da Petrobras. O Centro Tecnológico de Petróleo e Gás da Baixada Santista - CTBS, que tem investimentos previstos de R$ 77 milhões, terá como prioridade a pesquisa das demandas regionais da atividade de exploração e produção de petróleo e gás, colaborando para a

competitividade do setor no litoral paulista, formação de pessoal altamente qualificado e a geração de oportunidades de negócios com alto valor agregado.

7.4 - Elaboração e disponibilização do Observatório da Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em São Paulo – Para subsidiar a elaboração de políticas públicas e o planejamento de programas e ações governamentais, foi construído em 2014 junto com a Fundação Seade o Observatório da Exploração e Produção de P&G em São Paulo, que contemplou a construção de indicadores econômicos específicos para o setor de petróleo e para a região: a taxa de crescimento do valor adicionado da indústria extrativa de petróleo e gás (INDEC P&G) e a taxa de crescimento do valor adicionado de toda a economia da Baixada Santista (INDEC Baixada Santista).
Tais indicadores foram concebidos para permitir a sua rápida apuração (calculados trimestralmente, com apenas dois meses de defasagem), ao contrário das metodologias tradicionais, que demandam até dois anos para apresentação do valor apurado.

Além disso, o Observatório, disponível para acesso público no sítio da Secretaria de Energia na internet (http:\\observatorio.energia.sp.gov.br), também apresenta as seguintes informações:

- **a)** a produção de petróleo e gás na Bacia de Santos, no pré-sal e no estado de São Paulo;
- **b)** o consumo de gás por segmento e a análise de sua competitividade perante a gasolina, o óleo combustível e o GLP no estado;
- **c)** os royalties e participações especiais recebidos pelo Estado e pelas prefeituras paulistas;
- **d)** o contexto socioeconômico (população, PIB, valor adicionado e outros) de cada município da área de influência, da região e do estado;
- **e)** o perfil (território, condições de vida, educação, emprego e renda, economia e finanças públicas) de cada município da área de influência, da região e do Estado;

Em 2015 foi realizada a atualização periódica desse Observatório pela Subsecretaria de Petróleo e Gás, oferecendo aos interessados e à sociedade informações atualizadas sobre o setor na Baixada Santista. Além disso, foi concluído o Termo de Referência para a construção de um indicador específico para avaliar o Conteúdo Local Paulista na cadeia de fornecimentos de bens, equipamentos e serviços para o setor de petróleo e gás, que será desenvolvido pela Fundação Seade em 2016, dependendo da existência de Recursos Orçamentários.

7.5 - Desenvolvimento da Cadeia de Fornecedores – A análise da experiência de outros países mostra que a melhor maneira de disseminar e consolidar as riquezas do petróleo na sociedade é fortalecendo a cadeia de empresas fornecedoras para o setor de P&G, o que gera emprego e renda em diversos segmentos. Por essa razão, a Subsecretaria de P&G conduziu análises, participou de fóruns do setor e conferiu apoio institucional a cadeia produtiva do setor de óleo e gás em São Paulo, com destaque para as seguintes ações:

a) Cooperação com a Fiesp/Ciesp, Abimaq e Abinee, entre outras, em iniciativas para divulgação das oportunidades e estímulo a cadeia de fornecedores paulistas;

b) Participação no Conselho Deliberativo da Organização Nacional da Indústria do Petróleo – ONIP e apoio à elaboração e divulgação da Agenda Mínima para o Setor de Petróleo e Gás Nacional;

7.6 - Monitoramento e Elaboração de estimativas de produção de petróleo e gás e arrecadação de royalties no Estado de São Paulo – Os royalties oriundos da produção de petróleo e gás caracterizam uma importante fonte de recursos para as regiões afetadas por essa atividade. Dado o crescimento do setor petrolífero em São Paulo e as grandes reservas presentes no pré-sal, a Subsecretaria de Petróleo e Gás deu continuidade à realização de estimativas sobre as perspectivas de arrecadação de royalties, de modo a subsidiar as discussões do Poder Executivo com o Legislativo, de forma a assegurar a defesa dos interesses do Estado.

7.7 - Assessoramento Técnico – A Subsecretaria de Petróleo e Gás deu continuidade em 2015 ao Assessoramento Técnico à Procuradoria Geral do Estado – PGE na discussão dos contenciosos envolvendo os critérios de projeções dos limites interestaduais na Plataforma Continental e consequente confrontação dos Estados e Municípios com os campos de produção de petróleo e gás natural com reflexos diretos na distribuição dos royalties e participações

especiais da exploração de petróleo e gás. Neste sentido destaca-se o suporte às discussões da ACO 444, impetrada pelo Estado de Santa Catarina contra o Estado do Paraná e São Paulo, como polo passivo da ação, na qual o Estado de Santa Catarina questiona a projeção dos limites interestaduais elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), a qual está em análise pelo Supremo Tribunal Federal – STF (Ministro Luiz Roberto Barroso). A Secretaria de Energia forneceu assistência técnica ao Instituto Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo (IGC) e à Procuradoria Geral do Estado (PGE-SP), fornecendo subsídios às discussões do Poder Executivo com o Judiciário, de forma a assegurar a defesa dos interesses do Estado.

7.8 - Mapeamento Geoespacial – Realizada a atualização permanente da Base de Dados Geoespacial de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural nas Bacias de Santos, Campos (RJ) e Espírito Santo, incluindo o pré-sal e a 13ª Rodada Licitatória realizada em Outubro/2015 pela ANP, bem como o acompanhamento da produção individualizada por campo. Todos os mapas atualizados da Exploração e Produção foram disponibilizados a toda a sociedade para download no Observatório da Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em São Paulo.

7.9 - Exploração e Produção de Gás Natural *OnShore* – Tendo em vista os 5 blocos exploratórios da Bacia do Paraná no Estado de São Paulo arrematados por importantes operadores nacionais na 12ª Rodada de Blocos Exploratórios de Gás Natural em Bacias Sedimentares terrestres, a Subsecretaria de Petróleo e Gás acompanhou as discussões no Governo Federal relativas à regulamentação das técnicas utilizadas para obtenção de recursos não convencionais e do licenciamento ambiental destas atividades. Em 2015 a Subsecretaria acompanhou o processo e ações liminares do Ministério Público com o objetivo de impedir a assinatura ou a continuidade das atividades de exploração dos blocos arrematados na 12ª Rodada.

7.10 - Plano de Desenvolvimento do Mercado de Gás Natural – Derivado da Proposta de Política para o Gás Natural em São Paulo, foi definido como uma das ações prioritárias no Plano Paulista de Energia – PPE 2020 na área de gás natural, a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Mercado Paulista de Gás Natural a partir da Cogeração/Climatização e Uso como Matéria-Prima no Estado de São Paulo. Em 2015 foi reavaliado e atualizado o Termo de Referência consolidado em 2014 para a elaboração dos estudos, cuja contratação depende de Recursos Orçamentários.

7.11 - Alternativa de Escoamento de Gás Natural da Bacia de Santos (Projeto Rota 4) – A produção paulista de petróleo e gás natural ocorre integralmente na Bacia de Santos, a qual concentra mais de 50% da produção do pré-sal. Em virtude da excessiva concentração da Petrobras nas atividades de Exploração e Produção (E&P) e Escoamento e Transporte de Gás Natural, e de volumes crescentes de produção de gás nessa Bacia de propriedade de seus parceiros, as empresas do setor estão se organizando para viabilizar a construção da 4ª Rota (Rota 4) de escoamento do gás natural produzido no pré-sal da Bacia de Santos, como forma de ofertar um volume maior de gás a São Paulo, como meio de promover a competitividade dos preços deste energético. A Subsecretaria de Petróleo e Gás vem acompanhando e apoiando institucionalmente o desenvolvimento dos estudos técnicos e econômicos e ambientais para viabilização do referido projeto, em vista do interesse estadual em propiciar aumento da oferta de gás natural ao mercado paulista a preços competitivos.

7.12 - Alternativa de Ampliação da Oferta de Gás Natural no Estado de São Paulo (Projeto Terminal de Regaseificação de GNL no Litoral Paulista) – As projeções de consumo de gás natural no Estado de São Paulo apontam a necessidade de expansão da oferta no curto prazo. Para tanto, o Governo do Estado tem buscado meios de incentivar e atrair investimentos privados na expansão da oferta de gás natural, seja por meio da construção de infraestrutura de escoamento dos campos de produção da plataforma continental, seja por meio da construção de terminais de regaseificação que permitam a importação de gás natural liquefeito – GNL. Para tanto, a iniciativa privada, com o apoio do Governo do Estado, está desenvolvendo os estudos necessários para a implantação de nova rota de escoamento do gás natural da Bacia de Santos (Rota 4) e de um terminal de regaseificação de GNL no Litoral Paulista, ampliando os meios de suprimento gás a São Paulo, como meio de promover a competitividade dos preços deste energético e, consequentemente, fomentar o desenvolvimento do mercado paulista.

7.13 - Regulamentação do Acesso de Terceiros a Gasodutos de Transporte e do SWAP de Gás Natural – A Lei do Gás (Lei 11.909/2009) com o objetivo de estimular o desenvolvimento do mercado de gás natural no Brasil e otimizar a infraestrutura de transporte, assegurou o acesso de terceiros aos gasodutos de transporte, respeitado o período de exclusividade dos gasodutos e mediante contratação de capacidade. Dentre as formas de acesso está o swap (troca operacional), por meio do qual diferentes agentes (transportador – quem opera os gasodutos; e carregadores – quem utiliza os gasodutos de transporte existentes para movimentação de gás) efetuam a troca operacional do gás natural (descasamento entre os fluxos físicos e contratuais), otimizando a infraestrutura de transporte. A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, responsável por regulamentar o acesso de terceiros aos gasodutos de transporte, a cessão de capacidade e o swap promoveu em 2015 processo de Consulta Pública, o qual foi acompanhado pela Subsecretaria de Petróleo e Gás, sendo que a Portaria que irá regulamentar tais atividades deverá ser publicada em Dezembro/215.

7.14 - Aspectos Tributários do SWAP de Gás Natural – A Subsecretaria de Petróleo e Gás atuou de forma conjunta à Secretaria Estadual de Fazenda – SEFAZ, Ministério de Minas e Energia – MME e à Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado – ABEGÁS, na avaliação dos efeitos tributários do swap operacional de gás natural e na elaboração de proposta a ser apreciada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ com vistas a promover tratamento tributário equânime (uniforme) entre os Estados da Federação evitando a incidência de alíquotas interestaduais nas operações envolvendo o swap de gás natural e eventual guerra fiscal decorrente de incentivos e desonerações de ICMS no âmbito estadual.

7.15 - Garantia de Suprimento de Gás e Leilões de Energia Termoelétrica a Gás Natural – A Empresa de Pesquisas Energética – EPE é o órgão responsável pela análise e projeções de carga de energia e de mercado a partir de informações das distribuidoras de energia e pelo processo de leilão para contratação de empreendimentos de geração de energia para atendimento da demanda, sendo responsável ainda pela definição de critérios de cadastramento e habilitação das usinas interessadas. Para os empreendimentos termoelétricos a gás natural, a EPE exige a comprovação de garantia do fornecimento de gás natural por todo o período de funcionamento da usina (em geral de 20-25 anos). Desta forma, a Subsecretaria de Petróleo e Gás acompanhou o processo de definição pelo Operador Nacional do Sistema – ONS e EPE dos pontos de entrega de gás natural com capacidade ociosa para suportar a operação destas usinas termoelétricas, bem como participou das negociações envolvendo a garantia de fornecimento de gás natural pela Petrobras aos empreendimentos localizados no Estado interessados em negociar energia nos Leilões de Energia provenientes de usinas termoelétricas a gás natural promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (mercado regulado). Além disso, a Subsecretaria de Petróleo e Gás, em vista da obrigação de expansão de 15% do parque gerador de energia da AES Tietê, participou das tratativas envolvendo alternativas de suprimento para atendimento das exigências da EPE de modo a permitir que a AES Tietê fosse habilitada a negociar energia da UTE Termo São Paulo, localizada no município de Canas.

7.16 - Projeto de Geração Distribuída, Cogeração e Eficiência Energética no Complexo Hospitalar das Clínicas – Este projeto de solução energética para o Complexo Hospitalar das Clínicas – Complexo HC originou-se de entendimentos, iniciados em Fevereiro de 2015, entre as Secretarias de Energia e da Saúde diante da imperativa necessidade de segurança energética em regiões com vulnerabilidades elétricas e da preocupação e cuidado do Governo do Estado com o meio ambiente, saúde, bem estar e qualidade de vida da população paulista, princípios estes que integram o modelo de desenvolvimento sustentável adotado há anos pelo Estado de São Paulo. A partir disso, decidiu-se promover um amplo processo de modernização, eficientização e revitalização energética nos hospitais do Estado, cujo ponto de partida escolhido foi o Complexo HC, pelo qual circulam diariamente mais de 42 mil pessoas. Com a finalidade de obter uma avaliação fidedigna das instalações existentes que suportassem o design de uma solução adequada envolvendo a combinação das diversas e mais modernas tecnologias disponíveis no mercado, o Estado convidou as concessionárias de serviços públicos locais de gás canalizado e energia elétrica na Cidade de São Paulo, respectivamente Comgás e AES Eletropaulo, para apresentarem uma proposta de solução energética para o Complexo. A solução energética proposta reúne características singulares e prevê a adoção de soluções

tecnológicas inovadoras para o aumento da segurança energética do Complexo HC, integrando diversas tecnologias associadas a um sistema de cogeração a gás natural. A concepção da solução energética envolve a implantação de cogeração de energia a gás natural, a substituição de equipamentos de ar condicionado e de lâmpadas, a geração de energia por painéis solares fotovoltaicos e o armazenamento de energia em sistemas de baterias. O montante de investimentos previsto para implantação dessa solução energética é da ordem de R$ 82 milhões, realizado integralmente pelas concessionárias. A gestão otimizada da nova configuração de infraestrutura energética implementada permitirá, à parte os benefícios diretos da cogeração, ganhos indiretos. Sob a forma de custos evitados, simplificação da gestão de equipamentos de backup atualmente utilizados e ampliação dos níveis de segurança, flexibilidade e qualidade do fornecimento de energia, articulam-se os seguintes benefícios: Redução de custos operacionais devido à desmobilização de geradores a diesel e estrutura associada à sua operação, manutenção e atualização, bem como ao gerenciamento do estoque de combustível; Ampliação da confiabilidade e da segurança energética e promoção da diversificação da matriz energética pela substituição da geração a diesel dos sistemas de backup pelo gás natural, e integração dos sistemas fotovoltaicos; Aumento da eficiência energética no uso final da energia elétrica por meio da substituição de Aparelhos de ar condicionado de baixa performance operacional e alto custo de manutenção e introdução do uso de Lâmpadas de LED, mais eficientes; Estabilização de tensão e frequência do fornecimento de energia elétrica por meio do Banco de Baterias, requeridas pelas áreas críticas do Complexo tais como Banco de Vacinas, Banco de Órgãos e Central de Transplantes, Centros Cirúrgicos e Data Center.

7.17 - Planos de Investimentos e Desinvestimentos da Petrobras – A Subsecretaria de Petróleo e Gás acompanha permanentemente os planos de investimentos e desinvestimentos da Petrobras com o objetivo de analisar os reflexos destas medidas ao Estado e ao mercado de combustíveis no país, fornecendo subsídios ao Executivo para a defesa dos interesses do Governo do Estado e da sociedade. Em particular destaca-se os efeitos esperados para a economia estadual decorrentes da formatação e modelagem de negócio a ser adotada pela Petrobrás, relativa aos desinvestimentos anunciados dos ativos da Malha de transporte de GN, distribuidoras de GN e concessões de exploração e produção de petróleo e gás na bacia de Santos.

7.18 - Centro de Pesquisa para Inovação em Gás Natural – Parceria FAPESP e BG – Resulta de acordo assinado em 25/09/2013 em Londres entre a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e a BG Brasil membro do BG Group, sediado no Reino Unido. Este Centro de Pesquisa para Inovação em Gás Natural será coordenado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP), selecionada por meio de Chamada Pública para Submissão de Propostas, e terá a participação do Instituto de Energia e Ambiente – IEE, Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares – IPEN e Escola de Engenharia Mauá – EEM, além da participação de 8 institutos de pesquisa internacionais, e terá como objetivo ajudar o Brasil a utilizar de forma sustentável seu potencial de produção de óleo e gás natural. Os investimentos serão de até US$ 20 milhões em pesquisas sobre produção e consumo de energia limpa, sendo US$ 10 milhões de cada instituição ao longo de 5 anos. Os programas de pesquisa desse Centro são Pesquisa em Engenharia, Pesquisa Físico-Química e Pesquisa da Política e Econômica da Energia. Atualmente está em análise eixos de atuação conjunta e projetos de interesse envolvendo a FAPESP, BG, POLI-USP e Subsecretaria de Petróleo e Gás com os objetivos estratégicos de desenvolver o mercado de gás natural no Estado de São Paulo, alinhada às diretrizes da Política Estadual de Mudanças Climáticas – PEMC e Conselho Estadual de Política Energética – CEPE.

7.19 - Alterar a Regulamentação sobre Mini e Microgeração Distribuída – Diante da necessidade de induzir incrementos de eficiência energética e promover medidas de incentivo à geração distribuída e descentralizada, da cogeração de energia e permitir que unidades consumidoras possam gerar em parte ou no todo a energia que consomem e injetarem eventuais excedentes na rede de distribuição de energia, aliviando a necessidade de investimentos em expansão do parque de geração e transmissão de energia e consequentes reforços e ampliações na rede de distribuição, a ANEEL promoveu em 2015 processo de Consulta Pública para alterar a Resolução 482/2012, que estabelece condições gerais para o acesso de micro e minigeração distribuída aos sistemas de distribuição. Neste sentido, a Secretaria de Energia participou do processo de reavaliação desta resolução, realizando análise técnica conjunta pelas

Subsecretaria de Petróleo e Gás e Energia Elétrica no sentido de fornecer subsídios ao adequado aprimoramento regulatório, culminando com a publicação em Novembro/2015 pela ANEEL da Resolução 687/2015.

7.20 - Revisão Tarifária das Concessionárias de Distribuição de Gás Canalizado no Estado de São Paulo – Em face à importância de disponibilidade de insumos energéticos a preços competitivos para a promoção de desenvolvimento socioeconômico e qualidade de vida e de condições favoráveis à atração de investimentos, a Subsecretaria de Petróleo e Gás acompanhou e está participando ativamente do processo em curso de Revisão Tarifária das 3 distribuidoras de gás canalizado localizadas em São Paulo – Comgás, Gás Brasiliano e Gás Natural Fenosa. Nessa ocasião é que são definidos os Planos de Investimentos das Concessionárias para os próximos 5 anos, a Margem de Distribuição que resultará nas tarifas de cada segmento de consumo e os municípios que passarão a ser atendidos no ciclo de expansão 2014-2019.

7.21 - Boletim Trimestral da Indústria de Petróleo e Gás Natural de São Paulo e Sumário Executivo de Petróleo e Gás – As atividades de planejamento e formulação de políticas públicas exigem a disponibilidade de informações estatísticas organizadas e atualizadas. Com o propósito de atender essa necessidade e de fornecer estatísticas estaduais em petróleo e gás voltadas a órgãos públicos, pesquisadores, empresas, prefeituras e interessados em geral, a Subsecretaria de Petróleo e Gás prosseguiu com a publicação do Boletim Trimestral da Indústria de Petróleo e Gás Natural de São Paulo, passando a disponibilizá-lo em versão bilíngue (Português/Inglês). Manteve ainda a publicação de seu Sumário Executivo, nos idiomas Português, Inglês e Espanhol. Esses documentos, disponibilizados no website da SEE e enviados eletronicamente aos agentes do setor, apresentam informações sobre a produção, oferta e consumo de gás natural, petróleo e seus derivados, os preços de referência e praticados e a arrecadação de royalties proporcionada por essas atividades, permitindo o acompanhamento e monitoramento do mercado paulista de petróleo, gás natural e derivados.

7.22 - Anuário da Indústria de Petróleo e Gás Natural de São Paulo 2015 - Publicação iniciada em 2014 e continuada em 2015 em edição Bilíngue - idiomas Português/Inglês, este Anuário consolidou as informações dos últimos 5 anos sobre a produção, oferta e consumo de gás natural, petróleo e seus derivados, preços de referência e a arrecadação de royalties proporcionada por essas atividades em 2014, constituindo importante elemento de consulta e acompanhamento do mercado paulista de petróleo, gás natural e derivados.

Entidades Vinculadas

1. Companhia Energética de São Paulo (CESP)

A CESP é concessionária de serviço público de geração, e produz energia de fonte exclusivamente hidráulica. Foi responsável em 2015 por aproximadamente 48% da energia hidrelétrica produzida no Estado de São Paulo e cerca de 5% da energia elétrica gerada no Sistema Interligado Nacional (SIN).

1.1. Parque Gerador de Fontes Renováveis: A CESP possui três usinas hidrelétricas que operam no regime de preço: Porto Primavera, Jaguari e Paraibuna e está responsável pela operação e manutenção temporária das UHEs Ilha Solteira e Jupiá, no regime de cotas desde 8 de julho de 2015. Neste ano, a produção dessas usinas teve o seguinte comportamento:

Usina (UHE)	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Energia Produzida (MW médios) 2015
Porto Primavera	1.540,00	1.017,00	914
Paraibuna	87	50	17
Jaguari	27,6	14	5
Subtotal	1.654,60	1081,0 (1)	936

Ilha Solteira	3.444,00	1.731,50	1.067
Jupiá	1.551,20	886	744
Subtotal	4.995,20	2.617,5 (2)	1.811
Total	**6.649,80**	**3.698,50**	**2.747**

(1) Energia comercializável no regime de preço durante o ano.
(2) Energia comercializável no regime de preço até 07.07.2015 e depois em regime de cotas.

1.2. Expansão do Parque Gerador com Fontes Renováveis – Em 7 de julho de 2015 o Governador Geraldo Alckmin sancionou a Lei 15.858 que autoriza a CESP "*a constituir subsidiárias, participar do bloco de controle ou do capital de outras empresas e formar consórcios*" para investir em atividades do setor de energia. A partir de então a CESP vem avaliando oportunidades para expansão de seu parque gerador. Destaca-se no ano de 2015 a avaliação das seguintes oportunidades:

1.2.1. Projeto PCH São José – Está em andamento junto à SCG/ANEEL a obtenção de outorga para exploração do potencial hidrelétrico do eixo PCH São José, localizada no Município de São José do Rio Pardo/SP, cujo projeto básico está autorizado à CESP.

1.2.1.1. – Novos projetos de Energia com Fontes Renováveis – Para suporte ao processo de Planejamento Estratégico em andamento na empresa e em consonância com a Lei 15.858/2015, a CESP vem analisando oportunidades de parcerias em empreendimentos de geração de energia para expansão do seu parque gerador com fontes renováveis a partir de biomassa de cana, usinas solar fotovoltaicas e o potencial remanescente de pequenas centrais hidrelétricas no Estado de São Paulo.

1.3. Gestão da produção de energia elétrica – A produção de energia elétrica das usinas da CESP é programada e executada de acordo com os Procedimentos de Rede e sob a coordenação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.4. Ciclo hidrológico 2014/2015 – O ciclo de chuvas 2014/2015, registrou precipitações inferiores à média histórica para as bacias dos rios Tietê e Paraná.

1.5. Operação de Controle de Cheias – A despeito da estiagem prolongada neste ciclo, foram mantidos ativos os organismos de atuação permanente e preventiva para controle de cheias, a saber: o Comitê de Gestão de Cheias (CGC), o Comitê de Operação em Situação de Emergência (COEm) e os serviços do Plano de Comunicação: Boletim Informativo de Vazões (BIV), Site da CESP e Telecheia, com Discagem Direta Gratuita para o número (0800-647-9001), que fornecem informações de níveis e vazões das usinas da CESP, ao longo do ano.

1.6. Comercialização de energia – A previsão de faturamento comercial para 2015 é de R$ 3.485 milhões, distribuídos conforme tabela abaixo:

1.7.

Faturamento Comercial CESP (1)	**R$ milhões**
ACL – Contratos no Ambiente de Contratação Livre	2.025
ACR – Contratos no Ambiente de Contratação Regulado	805
CCEE – RAG Cotas Ilha Solteira e Jupiá	321
CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	325
CTEEP/PPTE – Contrato / Outros	9
Total	**3.485**

(1) Valores realizados até novembro e projetados para dezembro

1.8. Índices operacionais – Os índices de disponibilidade das unidades geradoras da CESP em 2015 foram melhores que os valores de referência estabelecidos pela ANEEL e representam desafios permanentes para os processos empresariais.

1.9.

Empreendimento	Índice de Referência ANEEL	Disponibilidade Verificada (1)
UHE Jaguari	90,96%	92,66%
UHE Paraibuna	93,01%	96,98%
UHE Jupiá	89,58%	91,79%
UHE Porto Primavera	89,58%	93,97%
UHE Ilha Solteira	89,58%	90,86%

(1) Dados de outubro/2015.

1.10. Engenharia de manutenção – Foram realizados programas de revitalização, modernização e automação e monitoramento de equipamentos e instalações, para garantir as condições de segurança, disponibilidade e confiabilidade da produção, atendendo aos requisitos estabelecidos pelos órgãos reguladores.

1.11. Estudos de oferta de energia – Visando manter a participação da companhia no acompanhamento do aumento da oferta de energia ao SIN, foram desenvolvidos os seguintes estudos principais, na área de hidroeletricidade e de fontes alternativas de energia:
1.11.1. Plano Decenal da Expansão de Energia PDE/2024 da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) – contribuições com a avaliação crítica do documento em relação à projeção do consumo, expansão da geração, transmissão de energia.

1.11.1.1. – Avaliação dos impactos das mudanças metodológicas associadas à revisão ordinária de garantia física de energia das usinas hidrelétricas, relacionada à Portaria MME nº 681/2014.

1.12. Estudos de planejamento elétrico e energético – O sistema interligado está em constante evolução e transformação, tanto no aspecto físico e topológico como regulatório e metodológico. Com objetivo de acompanhar a dinâmica do sistema, oferecer visibilidade de possíveis cenários futuros e subsidiar decisões, bem como o posicionamento da empresa, são realizados estudos e análises conjunturais.

1.13. Recursos Humanos - A CESP, em linha com as boas práticas de governança corporativa, revisou e atualizou o seu Código de Conduta e o Regimento Interno que a partir de agora passam a se chamar Código de Ética e de Conduta Empresarial e Regimento Interno do Comitê de Ética e de Conduta Empresarial. Entre outras atualizações, foram incorporadas as disposições da Lei 12.846/13, conhecida como Lei Anticorrupção, regulamentada pelos Decretos Federal 8.420/15 e Estadual 60.106/15.

1.14. Manutenção do Selo Paulista da Diversidade (Categoria Pleno) – A CESP é certificada com o prêmio outorgado pela Secretaria de Relações Institucionais do Governo de São Paulo, por suas políticas e práticas de inclusão social e igualdade de oportunidades. As ações desenvolvidas em 2015 foram: Dia Internacional contra a Discriminação Racial; Dia Nacional do Braille; Dia do Índio; Dia de Combate à Homofobia; Dia Nacional da Consciência Negra; Dia Internacional da Pessoa com Deficiência; Ato Ecumênico. Além destas datas, houve a Semana Interna da Diversidade, abordando o tema da Terceira Idade.

2. Empresa Metropolitana de Águas e Energia – EMAE

A EMAE tem características que a tornam peculiar em relação às empresas do setor elétrico brasileiro, pois a maior parte de seus ativos está localizada em áreas urbanas densamente povoadas e são utilizadas, de forma expressiva, para outros fins como o abastecimento público, o saneamento, o controle de cheias e o lazer. A empresa é responsável pela operação de controle de enchentes do Canal Pinheiros e dos reservatórios do Guarapiranga, Billings e Pirapora.
Durante o ano de 2015, em função da prorrogação das concessões das UHEs Rasgão, Henry Borden e Porto Góes por 30 anos, até 30/11/2042, pela disponibilização da energia e potência das usinas no sistema de cotas e receita estabelecida mediante tarifa regulada, a EMAE

continuou a atuar no sentido de consolidar seu equilíbrio econômico-financeiro, buscando otimizar suas instalações e operações para adequá-los às suas receitas e, assim, remunerar seus acionistas.

1. Os principais destaques do ano foram:
a) a continuidade dos serviços de desassoreamento do Canal do Rio Pinheiros.
b) iniciadas as tratativas para elaboração de Chamada Pública para qualificação das águas do Rio Pinheiros.
c) entrar em operação comercial da PCH Pirapora , que acrescentou 25 MW ao Sistema Elétrico Nacional.

1.1. Geração de Energia

Usina	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Energia Produzida (MW médios)		
			2014	2015	2015/2014
UHE Henry Borden	889	127,7	84	61,3	-27,00%
Porto Góes	24,8	17,91	12,8	13,2	3,10%
Rasgão	22	11,84	5,9	12,2	106,80%
PCH Pirapora	25	17,17	-	5,9	-
Total	**960,8**	**174,62**	**102,7**	**92,6**	**-9,80%**

1.2. Comercialização de Energia

Modalidades de Venda		(MW médios)	
		2014	2015
ACR - Ambiente de Contratação Regulado (Regime de cotas e CCEARs)		157,45	173,45
ACL - Ambiente de Contratação Livre	Vendas de Longo Prazo (contratos superiores a um ano)	12,5	8,5
	Vendas de Curto Prazo	0,5	0,5
	Total	13	9
Total ACR + ACL		**183,45**	**191,45**

1.3. Arrendamento de ativos da UTE Piratininga: Mantiveram-se em andamento normal os pagamentos feitos à EMAE pela Baixada Santista Energia, subsidiária integral da Petrobras, referentes aos contratos de arrendamento e de operação e manutenção da Usina Termelétrica Piratininga.

1.4. Controle de cheias: visando o aumento da confiabilidade e da eficiência operacionais do sistema de reversão instalado no Canal Pinheiros, a empresa vem atuando nos serviços de desassoreamento e retirada de lixo.

1.5. Desassoreamento: os serviços de desassoreamento do Canal do Rio Pinheiros iniciados em agosto/11 e continuam em progresso. Até dezembro de 2015, foram retirados cerca de 2,17 milhões de metros cúbicos (m³) de assoreamento. A previsão para 2016 é que sejam removidos mais 250 mil metros cúbicos (m³).

1.6. Serviços associados ao sistema hidroenergético – Destaque para:
a) Balsas – opera três pontos de travessias no Reservatório Billings. O serviço é oferecido de forma ininterrupta e gratuita, transportando, anualmente, cerca de 1,4 milhão de veículos e 3,0 milhões de pedestres em 184.274 viagens.
b) Retirada anual de lixo: **Canal Pinheiros** – Usinas de Pedreira e Traição, anualmente, aproximadamente 5.160 m³ de lixo, o que equivale a cerca de 2.070 toneladas; Rio Tietê: Usinas de Rasgão e Porto Góes, cerca de 7.228 m³ de lixo (2.900 toneladas).
c) Retirada de lixo flutuante e vegetação aquática do Canal Pinheiros – média de 15.000 m³ no ano;

d) Combate à proliferação de pernilongos – ação conjunta com a Prefeitura do município de São Paulo. Couberam à EMAE as retiradas de vegetação aquática e lixo do Canal Pinheiros e roçagem dos 50 km de suas margens (área de cerca de 500.000 m²/mês).

1.7. Meio Ambiente: Os principais destaques de 2015 foram:
a) Programas institucionais: Coleta seletiva na sede da Empresa e na U.E de Traição; coleta de óleo comestível usado em todas as instalações da EMAE e na escola da Usina de Henry Borden; coleta de filme radiográfico, utilização do papel sulfite produzido por bagaço da cana-de-açúcar.
b) Programa de Visitação para professores e estudantes de ensino superior na sede da Empresa e na Usina Henry Borden.
e) Gerenciamento de Resíduos: a EMAE coletou para descontaminação e reaproveitamento, 10.393 lâmpadas contendo vapor de mercúrio, 112 kg de pilhas e baterias retiradas de suas instalações e do uso de seus colaboradores; 2,1 mil pneus recolhidos do Rio Pinheiros; 240 litros de óleo de cozinha e 11 kg de sucata de filme de raio X. Foram coletados em suas instalações e junto aos seus colaboradores, 42,7 mil kg de materiais recicláveis, que foram destinados ao sistema cooperativo em apoio à manutenção de 60 postos de trabalho. Mantida a logística reversa, em consonância com a Política Estadual de Resíduos Sólidos, destinando 50 cartuchos e 78 toners de impressora usados; destinados 4.900 litros de óleo lubrificante contaminado.

1.8. Usina de Recuperação Energética (URE): A EMAE desenvolveu estudos de viabilidade técnica-econômica de uma solução energética e de saneamento para a destinação adequada de resíduos sólidos urbanos (RSU). Nesse sentido tem analisado parcerias e trabalhado na formatação jurídica de Contratos de Programas com municípios.

1.9. Energia solar: A empresa vem desenvolvendo estudos de viabilidade técnica-econômica visando à implantação de plantas solares. Atualmente está analisando parcerias para implantação de parques fotovoltaicos em áreas de sua propriedade.

1.10. PCH: Em 2015, através de Termo de Cooperação Técnica entre a EMAE e DH, está sendo elaborado o projeto básico e executivo para o empreendimento da PCH Anhembi, no rio Tietê, em São Paulo. Permanecem as gestões junto à ANEEL e MME para liberação da repotenciação da PCH Edgard de Souza, no rio Tietê.

1.11 - Eficientização energética – Iluminação Pública: A empresa deu continuidade aos estudos atinentes ao desenvolvimento desta atividade. Assim tem analisado parcerias e trabalhado na formatação jurídica de Contratos de Programas com municípios.

1.12. Publicação de Chamadas Públicas - Geração Térmica:
a) Chamada Pública nº1/2015 - Implantação e exploração de usina termoelétrica a gás natural em área de propriedade da EMAE. A chamada constitui-se em instrumento de manifestação de interesse dos agentes privados atuantes no segmento de energia, que possibilita avaliar oportunidades de negócio em parceria. Em dezembro de 2015 foram selecionadas as empresas AES Tietê e Gasen/Siemens para dar continuidade nos estudos de implantação.

b) Chamada Pública nº2/2015 - Implantação e exploração de usina termoelétrica a gás natural em área de propriedade da EMAE no município de Salto, junto a usina hidroelétrica Porto Góes. A EMAE convidou interessados privados detentores de capital, direitos e projetos a manifestar interesse na implantação e exploração de um empreendimento, em uma área de aproximadamente 2.000m². Em outubro de 2015, a empresa COMPASS foi selecionada para a formação de parceria com a EMAE, em função dos seguintes fatores: 1) Maior potência instalada: 14,8 MW, 2) Menor prazo para implantação: 60 dias e 3) Maior porcentagem de participação para a EMAE: 6% da receita bruta da usina.

1.13. Prestação de serviços para terceiros: Destaca-se, como importante fonte de receita para a EMAE em 2015, a continuidade dos seguintes contratos de operação e manutenção:
a) Complexo termelétrico composto pelas usinas Piratininga e Fernando Gasparian, da Baixada Santista Energia, subsidiária da Petrobras;
b) Estação de bombeamento Eduardo Yassuda (córrego Água Espraiada), da Prefeitura de São Paulo.

1.14. Pesquisa e Desenvolvimento: Em 2015 foram concluídos dois projetos cooperados com outras Concessionárias:
a) Aperfeiçoamento do Processo de Contratação da Expansão do Parque Gerador;
b) Modelo de Otimização do Despacho Hidrotérmico.
Continuidade aos demais projetos cooperados:
c) Arranjos Técnicos e Comerciais para Inserção da Geração de Energia Elétrica a partir de Biogás Oriundo de Resíduos e Efluentes Líquidos na Matriz Energética Brasileira;
d) Desenvolvimento de Metodologia de Revisão Tarifária para Usinas Geradoras sob o Regime de Cotas - Aspectos de Regulação Econômica;
e) Desenvolvimento de Metodologia de Revisão Tarifária para Usinas Geradoras sob o Regime de Cotas - Aspectos de Regulação em Engenharia.
Projeto desenvolvido pela EMAE:
f) Desenvolvimento de Metodologia para Precificação do Espaço dos Reservatórios de Geração de Energia Elétrica para seu uso como Área de Servidão (Dutos).

SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

41000 - Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**196.719.654,00**	**136.390.874,99**	**2.484.519,54**	**138.875.394,53**	**134.680.759,01**
Pessoal e Encargos Sociais	25.264.505,00	24.281.809,56	0,00	24.281.809,56	24.141.484,21
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	171.455.149,00	112.109.065,43	2.484.519,54	114.593.584,97	110.539.274,80
Despesas de Capital	**41.254.344,00**	**3.672.345,82**	**6.943.270,82**	**10.615.616,64**	**7.380.554,04**
Investimentos	41.254.344,00	3.672.345,82	6.943.270,82	10.615.616,64	7.380.554,04
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**237.973.998,00**	**140.063.220,81**	**9.427.790,36**	**149.491.011,17**	**142.061.313,05**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

41000 - Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
4107 - Gerenciamento Administrativo da Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude	**72.484.951,00**	**61.067.922,15**	**2.332.057,11**	**63.399.979,26**	**61.049.762,04**
Despesas Correntes	71.906.951,00	61.030.856,15	2.332.057,11	63.362.913,26	60.908.988,52
Despesas de Capital	578.000,00	37.066,00	0,00	37.066,00	140.773,52
4109 - Esporte Paulista Rumo a 2016	**102.750.827,00**	**70.532.782,81**	**152.462,43**	**70.685.245,24**	**68.784.021,49**
Despesas Correntes	100.574.483,00	70.532.782,81	152.462,43	70.685.245,24	68.784.021,49
Despesas de Capital	2.176.344,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4110 - Implementando a Atividade Esportiva	**47.100.020,00**	**3.635.279,82**	**6.943.270,82**	**10.578.550,64**	**7.400.293,49**
Despesas Correntes	8.600.020,00	0,00	0,00	0,00	160.512,97
Despesas de Capital	38.500.000,00	3.635.279,82	6.943.270,82	10.578.550,64	7.239.780,52
4111 - Jovem em Foco	**3.232.000,00**	**1.037.159,05**	**0,00**	**1.037.159,05**	**1.037.159,05**
Despesas Correntes	3.232.000,00	1.037.159,05	0,00	1.037.159,05	1.037.159,05
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4112 - Lazer e Qualidade de Vida	**12.406.200,00**	**3.790.076,98**	**0,00**	**3.790.076,98**	**3.790.076,98**
Despesas Correntes	12.406.200,00	3.790.076,98	0,00	3.790.076,98	3.790.076,98
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**237.973.998,00**	**140.063.220,81**	**9.427.790,36**	**149.491.011,17**	**142.061.313,05**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

A Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude (SELJ) executa seus programas e ações ligados diretamente ao Gabinete do Secretário, à Coordenadoria de Esporte e Lazer e à Coordenadoria de Programas para Juventude.

Programa 4107 - Gerenciamento Administrativo da Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude

Realizar o gerenciamento de contratos e serviços que viabilizem as atividades institucionais da Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude na área de infraestrutura administrativa e na manutenção e melhorias nos próprios da pasta.

Ação 5854 - Gestão de Infraestrutura e Suprimentos

Gerenciamento das atividades da Pasta de forma a dar suporte e condições de manutenção adequada e funcionabilidade das unidades administradas, inclusive de reformas da Sede, dos conjuntos desportivos Baby Barioni, Constâncio Vaz Guimarães-Ibirapuera, Vila Olímpica "Mário Covas", Cerecamp, Centros Sociais Urbanos, Delegacias e Inspetorias, entre outros, aumentando as condições de utilização com bem-estar e segurança ao público frequentador desses locais.
Previsto: 72 Unidades Administradas (unidade)
Realizado: 72 Unidades Administradas (unidade)

Programa 4109 – Esporte Paulista Rumo a 2016

Formular políticas públicas voltadas ao desporto e paradesporto, coordenar e implementar ações governamentais, apoiar iniciativas, promover o desenvolvimento do esporte, bem como, propiciar intercâmbio entre Organizações e Confederações..

Ação - 5116 Centros de Excelência Esportiva do Estado de São Paulo

Manutenção de polos esportivos já existentes no Estado de São Paulo, quais sejam: Ginásio do Ibirapuera, Piracicaba, Presidente Prudente, Bastos e Bauru e implantação de novos polos de iniciação esportiva em diversas modalidades, visando o desenvolvimento esportivo de novos atletas com objetivo de atingir a excelência competitiva na prática da modalidade, proporcionando a estes atletas a oportunidade de participação em competições estaduais, nacionais e internacionais.
Previsto: 30 Polos Mantidos (Unidade)
Realizado: 34 Polos Mantidos (Unidade)

Centros de Excelência Esportiva do Estado de São Paulo

Tradicional programa de excelência esportiva, desenvolvido por esta Pasta, oriundo do antigo “Projeto Futuro”, vem oferecendo oportunidades para inúmeros atletas paulistas que despontam no cenário do esporte paulista, nacional e internacional como jovens talentos.

A Coordenadoria de Esporte e Lazer há 28 anos desenvolve um trabalho progressivo e que já conseguiu projetar grandes atletas, como Maureen Iga Maggi no atletismo, Thiago Camilo no judô e muitos outros atletas de ponta do nosso país.

O Programa “Centro de Excelência” encerra o ano de 2015 com 17 núcleos em todo Estado de São Paulo, atendendo atualmente 1.335 jovens e promissores atletas do Estado. Modalidades: Atletismo/ Nados/ Nado Sincronizado – Polo Aquático/ Judô/ Voleibol e Basquetebol.

Para obtenção destes resultados em 2015 foram investidos R$ 11,3 milhões.

Entidade	Atendimento
Federação Paulista De Atletismo	
São Paulo	100
Presidente Prudente	35
Praia Grande	35
Sertãozinho	35
Campinas	35
São Jose dos Campos	35
Sub-Total Atletismo	**275**

Federação Aquática Paulista	
São Paulo –Nados	120
São Paulo – Nado Sincronizado – Polo Aquático	150
Votuporanga	200
Sub-Total Nados	**470**

Federação Paulista De Judô	
São Paulo	120
Bastos	30
Ribeirão Preto	60
Santos	60
Divinolândia	60
Sub-Total Judô	**330**

Associação Brasileira Dos Profissionais De Educação Física E Esporte – Voleibol	
São Caetano do Sul	80
São Paulo	80
Sub-Total Voleibol	**160**

Federação Do Desporto Escolar Do Estado De São Paulo - Basquetebol	
Barretos	100
Sub Total – Basquetebol	**100**
Total	**1.335**

Investimento Centros de Excelência

Entidade	Projeto	Valor	Fonte
Associação Brasileira dos Profissionais de Educação Física e Esporte	Centro de Excelência Esportiva - Voleibol	R$ 1.652.796,56	Tesouro
Federação Aquática Paulista	Centro de Excelência Esportiva Natação Fase II	R$ 775.683,12	Tesouro
Federação Aquática Paulista	Centro de Excelência Esportiva Modalidade Polo Aquático e Nado Sincronizado - Ibirapuera	R$ 930.002,00	Tesouro
Federação do Desporto Escolar do Estado de São Paulo	Centro de Excelência Esportiva - Basquetebol	R$ 707.786,15	Tesouro
Federação Paulista de Atletismo	Centros de Excelência Esportiva Atletismo Núcleos Interior Fase V	R$ 1.013.980,00	Tesouro

Entidade	Projeto	Valor	Fonte
Federação Paulista de Atletismo	Centro de Excelência Esportiva - Atletismo - Núcleo São Paulo Fase VII	R$ 1.497.774,00	Tesouro
Federação Paulista de Judô	Centro de Excelência Esportiva - Judô - Fase IV, Municípios de São Paulo (Ibirapuera) e Bastos	R$ 2.026.949,50	Tesouro
Federação Paulista de Judô	Centros de Excelência Esportiva Judô Núcleos Interior Fase III, Ribeirão Preto, Divinolândia e Santos	R$ 2.015.412,00	Tesouro
Investimento Total:		**R$ 10.620.383,33**	

Centro de Formação Esportiva

Entidade	Atendimento
Federação Paulista De Atletismo	
São Paulo	70
Guarulhos	70
Osasco	70
Cubatão	70
Taubaté	70
Piracicaba	70
São José do Rio Preto	70
Itapetininga	70
Sub-Total	**560**

Confederação Brasileira de Karatê Interestilos	
São Paulo	500
Sub-Total	**500**

Federação de Boxe do Estado de São Paulo	
Itanhaém	200
Sub-Total	**200**

União Ken In Kan De Karate Goju Ryu	
São Paulo	100
Sub-Total	**100**

Federação Paulista de Judô	
Mauá - 2 núcleos	150
Fernandópolis	60
Americana	60
Atibaia	60
São Bernardo do Campo	60
Sub-Total	**390**

Associação De Judô Mauá	
Mauá - 2 núcleos	120
Sub-Total	**120**

Associação Brasileira Dos Profissionais De Educação Física E Esporte - Voleibol	
São Paulo	100
Sub-Total	**100**

Federação Do Desporto Escolar Do Estado De São Paulo - Basquetebol	
São Paulo	100
Sub-Total	**100**

Federação Paulista De Karatê	
Agudos	150
Assis	260
Cândido Mota	300
Cerquilho	98
Cubatão	95
Dracena	95
Gália	230
Garça	1068
Guarujá	160
Jumirim	40
Pacaembú	85
Peruíbe	263
Platina	300
Presidente Prudente	120
Promissão	55
Rio das Pedras	140
Santos	450
São Vicente	160
Santo Anastácio	67
Sumaré	75
Taboão de Serra	429
Tietê	60
Sub-Total	**4.700**

Federação Paulista De Tênis	
São Paulo	672
Sub-Total	**672**

Associação De Esportes De Ação E Wellness - Iniciação Esportiva	
São Paulo	360
Sub-Total	**360**
Total Geral	**7.802**

Investimentos Centro de Formação Desportiva

Entidade	Projeto	Valor	Fonte
Associação Brasileira dos Profissionais de Educação Física e Esporte	Formação Esportiva - Voleibol	R$ 406.556,40	Ministério
Associação de Esporte de Ação e Wellness	Iniciação Esportiva	R$ 484.599,00	Tesouro
Associação de Judô de Mauá	Centro de Formação de Judô Núcleo Mauá	R$ 866.000,00	Ministério
Confederação Brasileira de Karatê Interestilos	Projeto Lutar e Vencer - Fase 5	R$ 814.490,50	Tesouro
Federação de Boxe do Estado de São Paulo,	Projeto Centro de Formação Esportiva Boxe Núcleo Itanhaém	R$ 573.975,00	Tesouro
Federação do Desporto Escolar do Estado de São Paulo	Formação Esportiva - Basquetebol	R$ 397.985,00	Ministério
Federação Paulista de Atletismo	Centros de Formação Esportiva - Atletismo Grande São Paulo/Baixada Santista	R$ 1.120.000,00	Ministério
Federação Paulista de Atletismo	Centros de Formação Esportiva - Atletismo Interior	R$ 1.120.000,00	Ministério
Federação Paulista de Judô	Centro de Formação de Judô Núcleos Mauá, Fernandópolis, Americana e Atibaia	R$ 3.009.950,00	Ministério
Federação Paulista de Judô	Centro de Formação Esportiva Judô São Bernardo do Campo	R$ 593.850,00	Ministério
Federação Paulista de Karatê	Projeto de Karatê São Paulo	R$ 278.000,00	Tesouro
Federação Paulista de Tênis	Centro de Formação e Participação de Tênis	R$ 872.810,40	Ministério
União Ken in Kan Goju Ryu de Karate	Caminho das Mãos Vazias Fase II	R$ 73.050,00	Tesouro
Investimento Total:			**R$ 10.611.266,30**
Ministério			R$ 8.387.151,80
Tesouro			R$ 2.224.114,50
Total			**R$ 10.611.266,30**

Ação 5117 - Esporte e Lazer para Pessoas Portadoras de Deficiência

Desenvolvimento de programas e eventos esportivos de inclusão, voltados a atletas e pessoas com deficiência através da celebração de convênios com entidades e prefeituras.
Previsto: 1.567 Pessoas Com Deficiência Atendidas (Unidade)
Realizado: 800 Pessoas Com Deficiência Atendidas (Unidade)

Entidade	Evento	Valor	Fonte
Clube dos Paraplegicos de São Paulo	XI - Trofeu Sergio del Grande.	R$ 249.305,00	Tesouro

Ação 5131 - Campeonatos e Práticas Desportivas

Realização, promoção e divulgação de toda e qualquer atividade esportiva, de maneira educacional, desportiva, competitiva e formativa, direcionada para a população de qualquer faixa etária, propiciando uma variada gama de oportunidades de participação em eventos esportivos como: Jogos Abertos Brasileiros; Jogos Abertos do Interior; Jogos Regionais; Campeonatos e Copas; Olimpíada Escolar; Jogos Escolares; Jogos Regionais do Idoso e Jogos Estadual do Idoso; etc. Promoção de Eventos de caráter regional, estadual, nacional e internacional e parcerias para propagar e difundir a prática esportiva.
Previsto: 486.850 Participantes (Unidade)
Realizado: 504.811 Participantes (Unidade)

A Coordenadoria de Esporte e Lazer (CEL) executa anualmente, tradicional calendário oficial de eventos esportivos, com a participação de 550 municípios 25.042 Equipes e 623.187 participantes.

Foram desenvolvidos inúmeros eventos esportivos por meio de convênios firmados com as Prefeituras Municipais e Entidades esportivas como segue:

Eventos Calendário Cel – 2015

Maio	**Datas**	**Cidade**
19º JORI - 12ª Região	20 a 24	Caraguatatuba
Número de participantes		**1109**
19º JORI - 9ª Região	27 a 31	Dracena
Número de participantes		**1128**

Junho	**Datas**	**Cidade**
19º JORI - 8ª Região	10 a 14	Ourinhos
Número de participantes		**748**
32º Jogos Abertos da Juventude	18 a 27	Pirassununga
Número de participantes		**26363**
19º JORI - 7ª e 11ª Regiões	24 a 28	Praia Grande
Número de participantes		**2196**

Julho		**Datas**	**Cidade**
59 º Jogos Regionais	**2ª Região Esportiva**	01 a 11	Taubaté
	Número de participantes		**6176**
	4ª Região Esportiva	01 a 11	São José do Rio Pardo
	Número de participantes		**5501**
	6ª Região Esportiva	09 a 19	Penápolis
	Número de participantes		**3562**
	8ª Região Esportiva	01 a 11	Jundiaí
	Número de participantes		**6062**
	1ª Região Esportiva	15 a 25	São Bernardo do Campo
	Número de participantes		**4535**
	3ª Região Esportiva	15 a 25	Santa Barbara D'Oeste
	Número de participantes		**4203**
	5ª Região Esportiva	15 a 25	Barretos
	Número de participantes		**5465**
	7ª Região Esportiva	15 a 25	Osvaldo Cruz
Número de participantes			**4835**

Agosto	Datas	Cidade
19º JORI - 14ª Região	05 a 09	Itapetininga
Número de participantes		**1205**
19º JORI - 13ª Região	12 a 16	Jales
Número de participantes		**1479**
19º JORI - 5ª Região	19 a 23	Mogi Guaçu
Número de participantes		**2567**
19º JORI - 3ª, 6ª e 10ª Regiões	26 a 30	Olímpia
Número de participantes		**1707**

Setembro	Datas	Cidade
19º JORI - 2ª e 4ª Regiões	02 a 06	Igaraçu do Tietê
Número de participantes		**1534**
VII Copa de Ginástica Rítmica	04 a 07	Piraju
Número de participantes		**174**
V Copa de Ginástica Artística	04 a 07	Lins
Número de participantes		**160**
19º JORI - 1ª Região	09 a 13	Biriguí
Número de participantes		**795**

Outubro	Datas	Cidade
19º Jogos Abertos do Idoso - JAI	07 a 11	Campinas
Número de participantes		**2122**

Novembro	Datas	Cidade
V Copa Estadual de Basquetebol	15 a 21	Presidente Venceslau
Número de participantes		**1949**
II Copa Estadual de Voleibol	15 a 21	Águas de Lindóia
Número de participantes		**2422**
79º Jogos Abertos "Horácio Baby Barioni"	30/11 a 12/12	Barretos
Número de participantes		**5752**
17ª Copa Estadual de Handebol		Final não realizada
Número de participantes	Sub regional e regional	**1772**

Dezembro	Datas	Cidade
44º Campeonato Estadual de Futebol	**Todas Fases**	**28473**
44º Campeonato Estadual de Futebol - Dentinho Fraldinha	13 a 22	Dracena
Número de participantes		**485**
44º Campeonato Estadual de Futebol - Dente de Leite - Masc. e Fem.	13 a 22	Caraguatatuba
Número de participantes		**336**
44º Campeonato Estadual de Futebol - Dentão - Masc. e Fem.	13 a 22	Promissão
Número de participantes		**260**

Investimentos para jogos do calendário (somente convênios com Prefeituras e Entidades, não inclusas despesas com arbitragem, diárias, transporte e outras despesas para a realização do evento)

Entidade	Evento	Valor R$	Fonte
Federação do Desporto Escolar do Estado de São Paulo	44º Campeonato Estadual de Futebol/Capital 2015	685.794,00	Tesouro
PM de Águas de Lindóia	II Copa de Voleibol do Estado de São Paulo	80.000,00	Tesouro
PM de Barretos	59º Jogos Regionais	400.000,00	Tesouro
PM de Barretos	79º Jogos Abertos Horácio Baby Barione	1.200.000,00	Tesouro
PM de Dracena	44º Campeonato Estadual de Futebol - Fraldinha e Dentinho	96.000,00	Ministério
PM de Jundiaí	59º Jogos Regionais	400.000,00	Tesouro
PM de Lins	V Copa de Ginástica Artística	45.000,00	Tesouro
PM de Osvaldo Cruz	59º Jogos Regionais	400.000,00	Tesouro
PM de Penapolis	59º Jogos Regionais	400.000,00	Tesouro
PM de Piraju	VII Copa de Ginástica Ritmica	45.000,00	Tesouro
PM de Pirassununga	32º Jogos da Juventude	500.000,00	Tesouro
PM de Presidente Venceslau	V Copa de Basquetebol do Estado de São Paulo	80.000,00	Tesouro
PM de Promissão	44º Campeonato Estadual de Futebol - Dentão	96.000,00	Ministério
PM de Santa Bárbara D'Oeste	59º Jogos Regionais	400.000,00	Tesouro
PM de São Bernardo do Campo	59º Jogos Regionais	400.000,00	Tesouro
PM de São José do Rio Pardo	59º Jogos Regionais	400.000,00	Tesouro
PM de Taubaté	59º Jogos Regionais	400.000,00	Tesouro
	Investimento Com Convênio:	**R$ 6.027.794,00**	

Eventos Desenvolvidos Extra Calendário

O quadro seguinte demonstra o grande número de **eventos estruturados, captados e desenvolvidos pela SELJ, no nosso Estado**. No primeiro grupo estão **os eventos de âmbito ESTADUAL:**

Foram celebrados 11 convênios com as entidades esportivas do Estado de São Paulo, totalizando um investimento de R$ **4.333.530,07**; conforme quadro abaixo:

Entidade	Evento	Valor	Fonte
Federação Paulista de Tênis	Torneio ATP 250 Brasil Open de Tênis 2015	1.987.039,07	Tesouro
Confederação Brasileira de Karatê Interestilos	Campeonato Paulista de Karate Interestilos - 1ª Fase	380.520,00	Tesouro
Federação Paulista de Tênis	Copa Mundial de Tênis - 45º Banana Bowl	956.987,00	Ministério

Entidade	Evento	Valor	Fonte
Federação Paulista de Atletismo	3º Circuito de Corridas de Rua do ABC - etapa Rio Grande da Serra	238.060,00	Tesouro
Federação Paulista de Atletismo	3º Circuito Popular de Corrida de Rua do ABC Etapa São Bernardo do Campo	238.235,00	Tesouro
Associação Cultural de Tradição Tropeira de Iperó e Região	Prova do Laço 2015	48.132,00	Tesouro
Liga Nacional de futebol	5º Campeonato Paulista de Futebol Feminino Amador 2015 - 1ª Divisão	144.658,00	Tesouro
Liga Nacional de futebol	5º Campeonato Paulista de Futebol Feminino Amador 2015 - 2ª Divisão	124.054,00	Tesouro
Associação Esportiva Mocoquense	47º troféu Chico Piscina	63.000,00	Tesouro
Federação Paulista de Triathlon	Copa São Paulo de Cross Triathlon	152.845,00	Tesouro
	Investimento Total:	**R$ 4.333.530,07**	

Ministério	R$ 956.987,00
Tesouro	R$ 3.376.543,07
Total	**R$ 4.333.530,07**

Ação 6028 - Bolsa Talento Esportivo

Concessão de Bolsa Talento Esportivo, instituída pela Lei nº 13.556, de 9 de junho de 2009, nas categorias Estadual, Juniores, Nacional e Internacional, que consiste no apoio financeiro aos atletas do desporto escolar e de rendimento, praticantes de modalidades olímpicas e paraolímpicas, individuais ou coletivas.
Previsto: 650 Bolsa Concedida (Unidade)
Realizado: 648 Bolsa Concedida (Unidade)

Investir no capital humano dos atletas e contribuir para o desenvolvimento do desporto brasileiro é dever do Poder Público, em todas as suas esferas.

Conforme preceitua a Carta Magna em seu artigo 217 e a Constituição Paulista em seus artigos 264 e seguintes, constituem dever do Estado" fomentar e apoiar as práticas desportivas formais e não formais"

O Estado de São Paulo, atendendo as diretrizes prescritas nesses dispositivos, promove o esporte em todas as suas nuances, com enfoque nas áreas social, educacional e de alto rendimento.

De longa data, a par do extenso calendário anual de eventos executados pelas mãos do Governo Estadual, o Centro de Excelência abriga e mantém dezenas de jovens com potencial, direcionados para o alto rendimento.

Visando ampliar o alcance e incentivar ainda mais o desporto, a Bolsa Talento Esportivo, consiste na concessão de apoio financeiro aos atletas dos vários níveis de excelência, praticantes de modalidades olímpicas e paraolímpicas.

Com isso, os mesmos poderão ter melhores condições de aprimoramento, melhorando suas performances. A dinâmica do benefício consiste na inscrição dos pretendentes, sendo a pretensão avaliada por Comissão de Análise designada pelo Secretário de Estado de Esporte, Lazer e Juventude.

A Bolsa Talento Esportivo, dessa forma, é instrumento pleiteado há muito tempo pela comunidade esportiva, para preencher, uma lacuna existente na formação e aprimoramento daqueles que representam ou irão representar nosso Estado e nosso País, buscando no pódio a afirmação de nossa força.

Ao proporcionar melhores condições de treinamento, alimentação e, sobretudo, melhor qualidade de vida a esses jovens, por certo esse benefício estará contribuindo para o aumento do número de medalhas conquistadas por atletas vestindo as cores de São Paulo e do Brasil em competições nacionais e internacionais.

Categoria	No. de Atletas
Estudantil	396
Juniores	168
Nacional	64
Internacional	18
Total	**646**

Ação 6156 Campeonato Escolar de Modalidades Olímpicas e Paraolímpica

Promoção de intercâmbio com unidades escolares da rede de ensino do Estado, incentivo à prática do esporte, descoberta de novos talentos olímpicos p/ representarem o Estado nas olimpíadas escolares brasileiras; garantia de acesso à Bolsa Talento Esportivo na categoria estudantil; capacitação aluno-atleta para inclusão em projetos de excelência da modalidade. Promoção do desempenho desportivo escolar em competição nacional, contemplando modalidades individuais que não fazem parte da olimpíada escolar da rede estadual e jogos escolares envolvendo redes municipal, federal e particular de ensino.
Previsto: 46.070 Atletas Participantes (Unidade)
Realizado: 687 Atletas Participantes (Unidade)

Jogos Escolares do Estado de São Paulo - Mirim	06 a 15	Lins
Número de participantes		**128021**
Jogos Escolares do Estado de São Paulo - Infantil	24/09 a 04/10	**Taquaritinga**
Número de participantes		**136332**

Despesas somente com Convênios

Entidade	Evento	Valor R$	Fonte
Associação Brasileira dos Profissionais de Educação Física e Esporte	JEESP - Jogos Escolares do Estado de São Paulo, nas modalidades natação, vôlei de praia, ginástica rítmica, luta olímpica, badmington, natação pcd, bocha pcd, tenis de mesa pcd, futebol de 5 pcd, futebol de 7 pcd, vôlei sentado pcd, goalball pcd e tênis de campo pcd	2.206.898,50	Ministério
Federação do Desporto Escolar do Estado de São Paulo	JEESP - Jogos Escolares do Estado de São Paulo, nas modalidades Basquetebol, Handebol, Voleibol, Tênis de Mesa, Xadrez e Atletismo somente na 1ª Etapa Inter Diretorias.	3.892.095,40	Ministério
Federação Paulista de Atletismo	JEESP - Jogos Escolares do Estado de São Paulo, modalidade Atletismo	3.138.456,00	Ministério
Federação Paulista de Ciclismo	JEESP - Jogos Escolares do Estado de São Paulo, modalidade Ciclismo	1.794.385,00	Ministério

Entidade	Evento	Valor R$	Fonte
Federação Paulista de Judô	JEESP - Jogos Escolares do Estado de São Paulo, modalidade Judô	2.076.050,00	Ministério
PM de Lins	JEESP - Jogos Escolares do Estado de São Paulo - Categoria Mirim	450.000,00	Ministério
PM de Taquaritinga	JEESP - Jogos Escolares do Estado de São Paulo - Categoria Infantil	450.000,00	Ministério
	Investimento com Convênios:	**R$ 14.007.884,90**	

Programa 4110 - Implementando a Atividade Esportiva

Oferecer suporte de infraestrutura aos municípios paulistas com a finalidade de difundir a prática do esporte, lazer e juventude, incluindo a aquisição, produção e distribuição de materiais esportivos, equipamentos e material permanente.

Ação 1040 - Construção e Reforma de Equipamentos Esportivos

Repasse a municípios e entidades mediante celebração de convênios para realização de obras de modernização, reformas e ampliação de instalações e construção de equipamentos para a prática de esporte, lazer e atividades da juventude, bem como reformas da Sede e dos próprios por ela administrados.

Previsto: 1 Obras, Reformas E Ampliações Realizadas (Unidade)
Realizado: 34 Obras, Reformas E Ampliações Realizadas (Unidade)

Conjunto Desportivo “BABY BARIONI”

Em julho de 2014 iniciou à reforma, restauro adaptação e acessibilidade do Conjunto Desportivo Baby Barioni, o valor total da Obra é de R$ 28,4 milhões, com termino previsto para 2016, as intervenções possibilitarão que a unidade atenda atletas de diversas modalidades olímpicas e paralímpicas.

Convênios e Obras

Em 2015 foram assinados 33 (trinta e três) convênios, beneficiando 27 municípios do Estado de São Paulo, totalizando um investimento de R$ 3.439.993,23 (três milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, novecentos e noventa e três reais e vinte e três centavos).

Interessado		Nº Emenda Parlamentar	Objeto	Valor R$
1	Adamantina	2013.024.037-5	Reforma do Estádio Municipal Antonio Goulart Marmo	204.993,23
2	Amparo	2013.012.007-2	Construção de pista de skate no bairro São Dimas	150.000,00
3	Bariri	2014.029.001-4	Reforma do Clube Municipal José Giaconi	100.000,00
4	Bofete	2013.241.039-8	Construção de pista de skate e playground	120.000,00
5	Boracéia	2013.172.037-5	Construção de cisterna para armazenamento e reaproveitamento	70.000,00
6	Candido Mota	2013.024.016-9	Reforma dos sanitários das arquibancadas do Estádio Municipal	50.000,00

Interessado	Nº Emenda Parlamentar	Objeto	Valor R$	Interessado
7	Candido Mota	2012.059.022-7	Reforma e adequação no Estádio Hamilton Scapin	35.000,00
8	Conchas	2014.004.022-9	Construção de campo society e área de lazer no bairro Jardim Oliveira	100.000,00
9	Cunha	2014.218.005-6	Alambrado e melhorias no campo de futebol – bairro Bocaina	70.000,00
10	Estrela D´Oeste	2014.014.004-5	Construção de sala de preparação física no Estádio Municipal	80.000,00
11	Gavião Peixoto	2014.239.034-1	Construção de pista de skate	150.000,00
12	Guaiçara	2014.068.049-5	Construção de cancha de bocha	60.000,00
13	Holambra	2013.078.021-4	Reforma do Ginásio Municipal	200.000,00
14	Holambra	2014.014.005-2	Reforma de campo de futebol	100.000,00
15	Itapecerica da Serra	2013.044.026-4	Construção de praça de lazer Santa Julia	40.000,00
16	Itapecerica da Serra	2013.044.027-2	Construção de praça de lazer no Parque Paraíso	40.000,00
17	Itapecerica da Serra	2014.006.029-2	Construção de pista de skate	100.000,00
18	Lorena	2013.247.067-3	Reforma e ampliação de campo de futebol	150.000,00
19	Lorena	2014.218.028-8	Ciclofaixa	100.000,00
20	Mairinque	2014.004.005-4	Reforma do campo no bairro Olho D'Agua	100.000,00
21	Mairiporã	2013.244.002-3	Construção de pista de skate	50.000,00
22	Marapoama	2013.030.043-5	Termino do conjunto esportivo	200.000,00
23	Monte Alto	2014.033.055-4	Colocação de gramado no campo de futebol do Jardim Bela Vista	50.000,00
24	Monteiro Lobato	2014.218.009-8	Melhorias no Estádio Luiz Paulo Laray	150.000,00
25	Nova Canaã Paulista	2013.228.030-4	Reforma e ampliação do Estádio Municipal Arlindo Gonçalves	130.000,00
26	Pardinho	2014.173.020-8	Construção de pista de skate	80.000,00
27	Santa Barbara D'oeste	2014.033.047-1	Construção de quadra poliesportiva Parque Zabane e Cidade Nova	100.000,00
28	Santa Barbara D'oeste	2014.033.052-1	Reforma da Praça de Esportes Antonio Gomes Cardoso	100.000,00
29	São João das Duas Pontes	2014.006.016-9	Pista de skate e pq. Infantil	70.000,00
30	São Roque	2013.004.011-4	Reforma e melhorias no Estadio Quintino de Lima	100.000,00
31	Tapiratiba	2013.044.038-9	Reforma de quadra de esporte	100.000,00
32	Teodoro Sampaio	2014.060.015-4	Construção da cobertura da quadra Cohab Ulisses Guimaraes	150.000,00
33	Urania	2014.228.029-4	Pista de skate	140.000,00
Total Investido				**R$ 3.439.993,23**

Academias ao ar Livre

Com o objetivo de facilitar cada vez mais a prática esportiva e colaborar para o bem estar de toda população paulista, o Projeto “Academia ao Ar Livre” é uma iniciativa que através de celebração de convênios com os Municípios em prol da aquisição de equipamentos específicos de uma academia a serem instalados em praças e outros locais de uso público.

A Academia ao ar livre será instalada em área que constitua bem público de uso comum do povo, de no mínimo 150,00m² (cento e cinquenta metros quadrados), identificada e descrita no Plano de Trabalho, e contará com os seguintes equipamentos:
1 (um) Simulador de Caminhada Duplo;1 (um) Simulador de Cavalgada Duplo;1 (um) Leg Press Duplo;
1 (uma) Roda Dupla;1 (uma) Roda de Ombro Dupla;1 (um) Twisth Lateral Duplo;1 (um) Simulador de Remo;
1 (uma) Estação Multiuso;1 (uma) Placa para Ar Livre; 1 (uma) Barra Alta Giratória;1 (um) Esqui Duplo;
11 (onze) Placas Indicativas.
Geralmente associadas ao público da terceira idade, as Academias ao Ar Livre servem para o uso de qualquer pessoa, inclusive portadores de necessidades especiais.

Em 2015, 50 (cinquenta) municípios do estado, foram contemplados pelo projeto, através da assinatura do Termo de Autorização Gratuita de Uso de Bens Moveis de Equipamentos para Implantação de Academias ao Ar Livre, as quais serão instaladas e inauguradas a partir de janeiro/2016. Totalizando um investimento de R$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais). Atualmente o Estado de São Paulo conta com 923 kits de aparelhos que compõe uma academia ao ar livre, instaladas.

Municípios Beneficiados em 2015 pelo Projeto	
Adamantina	Mirandópolis
Aguas de Lindóia	Nova Luzitania
Alvares Machado	Novo Horizonte
Araçariguama	Oswaldo Cruz
Atibaia	Pedreira
Avaré	Pereira Barreto
Bento de Abreu	Piracaia
Bernardino de Campo	Poá
Biritiba Mirim	Pontal
Bom Jesus dos Perdoes	Pontalinda
Campos do Jordão	Porangaba
Candido Mota	Praia Grande
Espirito Santo do Pinhal	Redenção da Serra
Estiva Gerbi	Santa Branca
Fernandópolis	Santa Cruz da Esperança
General Salgado	Santa Fé do Sul
Guarujá	Sud Menucci
Guarulhos	Suzanapolis
Ipiguá	Tabatinga
Irapuru	Taubaté
Itaporanga	Torre de Pedra
Itararé	Tremembé
Jacareí	Tuiuti
Mairiporã	Vargem Grande Paulista
Miracatu	Vera Cruz

Ação 5123 - Esporte Social

Promoção da prática esportiva e de lazer nas mais diversas modalidades, efetivada na criação de núcleos, onde crianças e adolescentes, na faixa etária de 7 a 14 anos incompletos, de baixa renda, expostos à vulnerabilidade social ou excluídos socialmente possam ser atendidos pelos projetos de inclusão social, bem como, para as mesmas condições, oferecer através do Projeto Navega São Paulo aulas gratuitas de vela, canoagem e remo, para alunos da rede pública entre 10 e 15 anos, sob orientação de instrutores e monitores.
Previsto: 3.000 Pessoas Atendidas (Unidade)
Realizado: 7.600 Pessoas Atendidas (Unidade)

Esporte Social

Iniciado em 2005, tem como objetivo o acesso a prática esportiva e de lazer, com caráter formativo educacional através da implantação de núcleos esportivos nas áreas de vulnerabilidade social, onde serão desenvolvidas atividades físicas dirigidas às modalidades esportivas.

A implantação do Projeto Esporte Social se da através da celebração de convênios entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude e as prefeituras municipais, instituições com natureza esportiva. O projeto beneficia atualmente crianças e adolescentes com idade a partir dos 7 (sete) anos até 14 (quatorze) anos.

Atualmente cada núcleo é composto por 100 crianças e adolescentes, realizando atividades físicas compostas por 3 (três) esportivas, 3 (três) vezes por semana, durante o período de 12 (doze) meses. Também são realizadas aulas uma vez por semana de atividades complementares, que consiste em ações que contemplem o conhecimento da história dos esportes, suas regras, desenvolvimento das competições, através da exibição de vídeos, visitas às praças esportivas, competições, palestras educativas sobre qualidade de vida, prevenção as doenças, formação de hábitos saudáveis, nutrição e jogos didáticos e pedagógicos.

Para cada núcleo composto por 100 crianças/adolescentes é feito um repasse anual de R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), para cobertura das despesas com recursos humanos, reforço alimentar e materiais esportivos, didáticos e pedagógicos.

Em 2015, estão foram atendidas 7.600 crianças e adolescentes do estado de São Paulo, vinculadas aos respectivos núcleos implantados em 37 municípios e 29 entidades do Estado.

Programa 4111 - Jovem em Foco

Incentivar o jovem para que exerça cidadania com responsabilidade; conheça seus direitos e deveres; desenvolva visão diferenciada sobre responsabilidade social, cultural e ambiental, visando torná-lo agente transformador de sua realidade.

Ação 5868 - Jornadas de Capacitação

Atuação na produção de conhecimento por meio de estudos e pesquisas que versem sobre a temática juventude e promoção de cursos presenciais e/ou "on line", atendendo os 645 municípios das Regiões Administrativas e Metropolitanas do Estado de São Paulo.
Previsto: 1.000 Pessoas Capacitadas (Unidade)
Realizado: 61 Pessoas Capacitadas (Unidade)

Principio do Curso "Na AtiVIDAde"

“Na atiVIDAde” é um conjunto de ações que levará prevenção às drogas aos jovens e adolescentes do Estado de São Paulo. Com o objetivo de chamar a atenção da comunidade local, formadores de opinião, profissionais da saúde, social, trabalho, esporte e juventude para que aconteça atenção especial e constante sobre a prevenção do uso e abuso de substâncias psicoativas e que esclareçam os riscos do uso e abuso das substâncias psicoativas que podem causar dependência ao usuário.

Além das ações realizadas o trabalho capacitou por meio de cursos e palestras o total de 1.500 jovens além de dar o suporte necessário, através de parcerias com demais órgãos competentes do Estado de São Paulo.

Ação 5869 - Desenvolvimento Jovem

Realização de campanhas de conscientização, participação em fóruns e conferências, reuniões itinerantes, eventos esportivos, de lazer ou ainda de caráter informativo, favorecendo a atuação do jovem paulista no exercício do seu papel como cidadão. Desenvolvimento de ações que auxiliem a expansão de espaços oficiais onde a juventude possa debater e desenvolver propostas que beneficiem seu segmento dentro do município em que vive.
Previsto: 400.000 Jovens Atendidos (Unidade)
Realizado: 760.112 Jovens Atendidos (Unidade)

3ª Conferência Estadual Da Juventude
A Conferência é o ato mais importante de uma gestão, acontece de quatro em quatro anos. É o momento em que cidadão e governo se encontram; é o momento de o cidadão falar. É nas conferencias que o governo receberá as demandas da população.
Com o objetivo de promover a integração entre os **645 municípios, nas Regiões**

Administrativas e Metropolitanas do Estado de São Paulo, para o desenvolvimento de políticas regionais de juventude, à Secretaria Estadual de Esporte, Lazer e Juventude, através da Coordenação de Programas para a Juventude realizou a **3ª Conferência Estadual de Juventude nos dias 14 e 15 de novembro de 2015, no município de Atibaia.**
A 3ª Conferência Estadual de Juventude, Estado de São Paulo teve seus debates organizados conforme os eixos dos direitos estabelecidos no Estatuto da Juventude: I – Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil; II – Direito à Educação; III – Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda; IV – Direito à Diversidade e à Igualdade; V – Direito à Saúde; VI – Direito à Cultura; VII – Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão; VIII – Direito ao Desporto e ao Lazer; IX – Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente; X – Direito ao Território e à Mobilidade e XI – Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça.
O Coordenador de Programas para a Juventude, Sr. Cleuder de Paula, acompanhou o acontecimento de algumas Conferências Municipais que antecederam a 3ª Conferência
Estadual da Juventude. Ao todo aconteceram 96 Conferencias Municipal no Estado de São Paulo.

Reuniões com Gestores Municipal de Juventude
Visita às regiões administrativa para articulação de Politicas publica para a juventude também aconteceram. No segundo semestre de 2015 o coordenador estadual de juventude realizou visitas técnicas para conhecer os diversos contextos sociais do Estado de São Paulo e assim traçar as novas metas de trabalhos junto às demandas que serão entregues na 3ª Conferencia de Juventude.
A Coordenação de Programas para a Juventude executou diversas orçamentárias e não orçamentárias tais como:
No segundo semestre de 2015 a Coordenação de Programas para a Juventude do Estado de São Paulo, através de sua equipe realizou diversos atendimentos em busca de parceiros interessados em trabalhar em prol da juventude do estado de São Paulo.
Dentre os atendimentos realizados, a Coordenação, recebeu/foi recebida pelo Sr Beto Girotto - Vereador, Sr Cido Boliver - Secretario de Esporte, Lazer e Juventude e o Sr Evando - Assessor Parlamentar, de Taquaritinga; Sr Odair Campos, Diretor do Centro de Gestão dos Parques Urbanos, e convidados; Dr. João Paulo Becker Lotufo, responsável pelo Projeto Antitabágico do Hospital Universitário – USP; Gleuda Apolinário, Coordenadora de Políticas Sobre Drogas - COED e sua equipe e representantes com instituições formadoras de jovem aprendiz ligadas ao Rotary Ensino Profissional-REP.
Assessor de comunicação da Sabesp, Carlos Eduardo Hashish; Presidente do Instituto "Via de Acesso" e autor do livro "Jovens Digitais", Sr. Ruy Leal; Sr Marco Aurélio Costa, Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea; Nação Hip Hop Brasil; Coordenadoria de Ensino Técnico, Tecnológico e Profissionalizante, pasta da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e

Inovação. Para cada representante aqui envolvido a Coordenação tem preparado novas oportunidades de ensino profissionalizante, cultura, lazer, prevenção às drogas, orientações sobre cidadania e mais ações voltadas à toda juventude paulista.

25 Anos do Estatuto da Criança e do Adolescente
Na data em que foram celebrados os 25 anos de implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o governador Geraldo Alckmin assinou o decreto que dispõe sobre contribuição de empresas estatais ao Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Fundo Estadual do Idoso. Alckmin também assinou a autorização de liberação de recursos para financiamento de projetos direcionados ao público infanto-juvenil.

Conselho Estadual de Politicas sobre Drogas
Ao longo do segundo semestre de 2015 a Coordenadoria de Programas para a Juventude participou das politicas de drogas do Estado fazendo parte do corpo de conselheiros do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas – CONED.
A política de prevenção às drogas tem sido e continuará sendo o carro-chefe da atual gestão da CPJUV. “Hoje, tive a honra de participar da reunião do CONED, representando o Secretário Jean Madeira.
Uma responsabilidade tamanha no que diz respeito à principal ameaça da nossa juventude. Vamos trabalhar, estrategicamente, somando forças na política de prevenção às drogas.”

Diversas Atrações para a Juventude Paulista
A Secretaria Estadual de Esporte, Lazer e Juventude, através da Coordenadoria de Programas para Juventude, também realizou diversas atrações para a juventude paulista através de eventos que reuniram a juventude Cosplay e todo o mundo Geek, Otaku e animê dentre outros.
Foram diversos eventos realizados em âmbito Estadual que promoveram conscientização e lazer aos jovens paulistas.

Mercado de Trabalho
Em agosto a Coordenadoria de juventude realizou movimentos que levaram aos jovens informações referente a área de trabalho e orientações sobre o mercado de trabalho; além de encaminhamentos para o mercado de trabalho juntamente com empresas parceiras. Foram beneficiados cerda de 500 jovens entre 15 e 29 anos.

Fórum Estadual da Juventude Negra
No mês de Outubro aconteceu o Fórum Estadual da Juventude Negra na Casa de Cultura Fazenda Roseira. O Coordenador de Programas para a Juventude esteve presente e participou de todas as etapas. O Fórum aconteceu na Cidade de Campinas e tevo o objetivo de discutir Politicas Publicas que respeitem os direitos dos jovens negros no Estado de São Paulo “Falar ao Fórum Estadual de Juventude Negra foi uma das experiências mais marcantes na minha gestão. Por razões pessoais, o desafio de tratar de políticas públicas para juventude foi muito além do cargo que exerço no serviço público” – Cleuder de Paula

Sarau de Lançamento da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Juventude
No dia 21/10 foi lançada a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Juventude na Assembleia Legislativa. A coordenadoria de Programas Para a Juventude foi representada por seu coordenador. Esteve presente no evento diversos grupos culturais da comunidade, representantes do segmento e convidados com extensa bagagem no assunto.
A frente parlamentar nasce e renova-se na luta pela garantia de possibilidades para a população jovem e na construção de suas trajetórias de emancipação com qualidade de vida nos vários aspectos, como educação, empregabilidade decente, acesso ao esporte e Cultura, direito à sociabilidade, enquanto elementos-chave para o desenvolvimento humano.
A principal bandeira da juventude é a criação de um Conselho Estadual. A instalação do conselho é uma reivindicação antiga cujo objetivo é viabilizar um canal institucional de participação direta e efetiva da sociedade civil.

Prêmio Master da Prevenção às Drogas
Pela iniciativa do trabalho Na atiVIDAde A Coordenação de Programas para a Juventude recebeu, no mês de novembro, a medalha e certificação: Mérito da Prevenção conferida pela Liga da Prevenção.

Encontro Nacional Nação Hip-Hop Brasil
O Hip Hop contribuiu e, ainda tem muito mais a construir na construção de políticas públicas para juventude em SP e no Brasil, ele representa uma forma legitima de expressão juvenil, é a voz do jovem através da dança e da musica. Por este motivo o 4º Encontro Nacional 2015 Nação Hip Hop Brasil marcou o mês de dezembro com a presença e participação da Coordenadoria de Programas para a Juventude.

Reunião de Proposta para Formação do Conselho Estadual da Juventude
A reunião, realizada na Assembléia Legislativa, contou com a presença de organizações da sociedade civil, estruturas governamentais, lideranças de movimentos juvenis e a assessoria de gabinete de alguns deputados. Entre os presentes esteve o Coordenador de Juventude do Governo do Estado, Cleuder de Paula, que tratou a criação do Conselho como a prioridade de sua gestão do ano que vem, tendo inclusive incluído o seu estabelecimento no Plano Plurianual 2016-19 enviado à Assembléia Legislativa de São Paulo.
Os participantes apresentaram suas visões a respeito das principais demandas da juventude atualmente e formas de aproximar movimentos organizados e a jovens em geral desse debate, através de atividades regionalizadas, levantamento dos projetos que tramitam na casa e que tem relação com o tema e a criação de grupos de trabalho que possam ajudar na relação entre a Frente Parlamentar e a sociedade.

Premio Aplicativo Saúde do Adolescente
A convite da coordenadora estadual de programas para a mulher, Dra. Albertina Duarte Takiuti, tive a honra em representar a SELJ, em nome do Secretário Jean Madeira, e entregar do Prêmio Aplicativo "Saúde do Adolescente".

Conferência Nacional de Juventude
A 3ª Conferência Nacional de Juventude é um amplo processo de debate e participação sobre o que a juventude quer para o Brasil. Um espaço para discutir, analisar, reivindicar e propor ações para os poderes públicos, mas também para pactuar instrumentos de monitoramento e ação entre as redes de organizações, com foco no controle social das políticas públicas de juventude. Com o tema 'As várias formas de mudar o Brasil' o Estado de São Paulo foi representado por 230 jovens, entre 15 e 29 anos, que foram eleitos na Conferência Estadual e em Brasília potencializaram as múltiplas formas de expressão juvenil, além de fortalecer o combate as várias formas de preconceito.
As propostas e resoluções da etapa nacional servirão de subsídio para a elaboração do Plano Nacional de Juventude.

Programa 4112 - Lazer e Qualidade de Vida

Estimular a pratica de esporte e lazer visando o bem estar da população.

Ação 5124 - Viva a Vida - Lazer e Qualidade de Vida
Estímulo à prática de atividade lúdica monitorada à população de todas as idades, em praças esportivas, parques e espaços; incentivo à prática do lazer e atividades recreativas; realização de projetos e festivais em âmbito municipal, estadual e regional com parcerias, visando práticas esportivas em caráter de lazer, incluindo a Virada Esportiva, Festival do Truco, entre outras.
Previsto: 18.000 Participantes (Unidade)
Realizado: 2.393 Participantes (Unidade)

Programa VidAtiva
O **Programa VidAtiva** é uma ação do Governo do Estado de São Paulo que visa auxiliar o idoso de baixa renda e vulnerabilidade social ou que tenha prescrição médica indicando a prática de atividade física como medida preventiva ou curativa, no acesso à atividade física, desportiva e de lazer.
Trata-se de um cartão magnético vinculado ao pagamento de Academias e Clubes com

atividades específicas e disponibilizado para idosos com um valor pré-pago de R$ 57 por mês para pagamento nos estabelecimentos citados.
Em 2015 o Programa beneficiou 4568 idosos, distribuídos pelo Estado de São Paulo em 14 municípios, a saber:

Distribuição dos Beneficiários			
Cidade		**Inscrições Previstas**	**Distribuídos**
Capital	São Paulo	**2635**	**2635**
Grande São Paulo	São Caetano do Sul	105	100
	Santo Andre	92	92
	Osasco	136	136
	Mairiporã	47	47
	Guarulhos	110	110
	Suzano	83	83
	Poá	6	6
	Biritiba Mirim	76	32
	Mogi das Cruzes	0	0
	Arujá	35	35
Grande São Paulo	**Total Grande São Paulo**	**690**	**641**
Santos	Santos	404	404
	Praia Grande	163	163
	São Vicente	25	25
	Mongaguá	30	30
	Itanhaém	50	50
	Registro	47	47
	Total Santos	**719**	**719**
Bauru	Bauru	423	423
São Rio Preto	São José Rio Preto	496	496
	Catanduva	77	77
	Total São José Rio Preto	**573**	**573**
Total geral			**4568**

Outras Atividades Da Secretaria

Lei Paulista de Incentivo ao Esporte - Lei 13.918 de 22/12/2009

É mais uma ferramenta de grande relevância, pois possibilita às empresas de todo o Estado de São Paulo apoiar projetos esportivos elaborados pela sociedade civil organizada, por meio de patrocínio ou doação financeira provenientes da renúncia de ICMS por parte do Estado, que abre mão de parte de sua arrecadação do imposto, para que a empresa possa investir diretamente esses recursos em projetos esportivos aprovados pela SELJ.

Regulamentada pelo decreto 55.636 de 26/03/2010, a Lei Estadual de Incentivo ao Esporte de São Paulo contempla projetos vinculados às áreas educacionais, formação desportiva, rendimento, sócio desportivo, participativa, gestão e desenvolvimento e infraestrutura.

Em 2015 foram aprovados 511 projetos e liberados à captação de recursos para desenvolvimentos dos projetos, totalizando em R$ 81 Milhões.

Quantitativo Geral	Quantidade
Projetos inscritos para 2015 (período de 06/11 a 28/11/2014)	609
Projetos analisados	609
Projetos reprovados	98
Projetos aprovados	511
Total de boletos emitidos entre 22/06/2015 a 30/12/2015	R$ 76.077.895,53
Projetos Executados	**158**

Principais Ações de Gestão Lei Paulista	
Espaço Físico	Sala onde todos os proponentes tem acesso com o calendário de atendimento.
	Acompanhamento dos processos e organização física dos mesmos.
	Através de sistema informatizado.
Apresentação de projetos	Esse ano o período foi de dois meses, no ano de 2016 abrirá em abril e ficar á até novembro.
	Processo todo online por sistema desenvolvido na própria SELJ, sem comprometimento de recursos.
	Estabelecemos um calendário de todo o processo.
Tramitação de projetos	Todos os projetos entregues foram analisados mesmo com a troca de gestão.
	Os projetos foram analisados por ordem de chegada.
Julgamento dos projetos	Expusemos os critérios de analise do projetos garantindo assim isonomia na avaliação.
	Calendário divulgado com antecedência e as pauta das reuniões divulgadas em D.O. com pelo menos 48h de antecedência.
	Reuniões de julgamento abertas ao público e transmitidas ao vivo pela internet. Além disso elas ficaram registradas no youtube.
	Comissão composta por profissionais do esporte. E de órgãos fiscalizadores.
	Os recursos que atendiam os questionamentos da comissão eram deferidos.
Captação de recursos	Ficou estabelecido que o prazo fosse contado a partir da entrega do CID.
	SELJ e SEFAZ trabalhando em parceria desde o cadastro de projetos a Liberação de Recursos.
Liberação de Recurso	Hoje os projetos são liberados por onde de chegada, tendo prioridade eventos que estão de eminencia de acontecer.
	Os processos são liberados em no máximo 20 dias com exceção dos que apresentam problemas na documentação do anexo VIII.
Execução dos projetos	Todos os projetos que tem recursos liberados são acompanhados periodicamente e notificados quando necessário.
	Sistema que garantirá a consulta dos projetos por qualquer cidadão.
	Medição dos projetos por indicadores.

Outras ações
· Fizemos reuniões com empresários e nossa presença foi constantes na FIESP, Associações de Empresários e Sindicatos, a fim de conferir mais credibilidade para o programa.
· Realizamos o Iº Fórum da Lei Paulista de Incentivo no qual ouvimos todas as solicitações dos proponentes e corrigimos no que foi possível.
· Realizamos o Iº Workshop da Lei Paulista para 253 proponentes que tiveram a explica ção do passo a passo da Lei.
· Realizamos reuniões com comissões de atletas, redes de entidades esportivas, para ouvi-los.
· Teremos em fevereiro de 2016 a primeira edição do Prêmio Lei Paulista de Incentivo ao Esporte, que premiará os melhores proponentes e as empresas que tem responsabilidade com o patrocínio.

Conjunto Desportivo Constâncio Vaz Guimarães

O Conjunto Desportivo Constâncio Vaz Guimarães agrega uma estrutura que compreende os seguintes espaços:

▪ **Ginásio Geraldo José de Almeida**, conhecido como **Ginásio do Ibirapuera**, palco de grandes eventos esportivos e shows nacionais e internacionais, com capacidade para abrigar cerca de 11.000 espectadores;

Estádio Ícaro de Castro Mello, que abrange o campo de futebol e a pista de atletismo, com capacidade para abrigar 14.000 espectadores;

Conjunto Aquático Caio Pompeu de Toledo capacidade de 6.000 espectadores com infraestrutura para treinamentos e competições nas modalidades de natação, nado sincronizado, saltos ornamentais e mergulho;

Ginásio Poliesportivo Mauro Pinheiro, que possui quadra Poliesportiva e abriga treinamentos e competições dos cursos realizados para a comunidade e dos atletas de rendimento dos Projetos Esportivos;

Palácio do Judô, arena para competições e treinamentos da modalidade para os atletas de rendimento dos Projetos Esportivos;

2 (dois) Novos Ginásios, utilizados para as aulas dos cursos esportivos, treinamentos e competições dos atletas pertencentes aos Projetos Esportivos; Academia de Ginástica para os cursos oferecidos à comunidade, Academia de Ginástica para os atletas que fazem parte dos Projetos Esportivos, Salas de aula para os cursos esportivos oferecidos à comunidade (condicionamento físico, lutas marciais, etc.) além do Centro Médico e Fisioterápico para o atendimento dos atletas de rendimento.

▪ **Vila Olímpica Mario Covas**

Em sua área de 174 mil m², junto a Rodovia Raposo Tavares, contando com 5 quadras poliesportivas, 2 (duas) quadras de tênis e áreas cobertas para a prática de tênis de mesa, boxe, Taekwondo, Kickboxing, judô, karatê, jiu-jitsu, capoeira, ginástica e balé, a Vila Olímpica Mario Covas, vem atendendo o público na região oeste da capital, oferecendo projeto esportivo na modalidade de Karatê através do Projeto Lutar e Vencer.

▪ **Conjunto Desportivo Baby Barioni**

O Conjunto oferece à comunidade, principalmente da Zona Oeste, uma piscina semiolímpica, coberta e aquecida com capacidade para 2.000 pessoas em suas arquibancadas, duas piscinas descobertas, para hidroginástica e aprendizado, possui dois Ginásios Poliesportivos, com capacidade para 1.500 pessoas, sala para melhor idade, sala para dança de salão, sala para capoeira, três salas para lutas, Taekwondo, Kickboxing e Muay Tai, sala para musculação, sala de pintura e sala para internet- Acessa São Paulo. O alojamento com a capacidade para 400 pessoas.

Em julho de 2014 iniciou à reforma, restauro adaptação e acessibilidade do Conjunto Desportivo Baby Barioni, o valor total da Obra é de R$ 28,4 milhões, com termino previsto para 2016, as intervenções possibilitarão que a unidade atenda atletas de diversas modalidades olímpicas e paralímpicas.

SELJ Itinerante

A Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude do Estado de São Paulo deu início ao programa **"SELJ Itinerante"**. Na ação, o secretário Jean Madeira e representantes dos programas da Pasta visitaram todas as regiões do Estado, facilitando o acesso à Secretaria, sanando as duvidas para atender de forma mais ágil representantes da SELJ que vão explicar as regras e sanar dúvidas sobre programas como a Lei Paulista de Incentivo ao Esporte; VidAtiva; Esporte Social; Bolsa Talento Esportivo e outras ações da secretaria.

Em 2015 realizamos três encontros como segue:

- São José dos Campos (40 Municípios atendidos)
- Guarujá (24 Municípios atendidos)
- Atibaia (38 municípios atendidos).

SECRETARIA DA FAZENDA

Secretaria da Fazenda

Execução Orçamentária por Grupo de Despesas

20000 - Secretaria da Fazenda

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**29.244.533.609,00**	**30.158.511.820,30**	**23.139.619,23**	**30.181.651.439,53**	**29.089.762.200,80**
Pessoal e Encargos Sociais	28.500.043.840,00	29.590.605.816,00	0,00	29.590.605.816,00	28.515.205.348,82
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	744.489.769,00	567.906.004,30	23.139.619,23	591.045.623,53	574.556.851,98
Despesas de Capital	**141.613.632,00**	**62.401.821,58**	**11.073.921,22**	**73.475.742,80**	**105.767.018,82**
Investimentos	141.609.632,00	62.401.821,58	11.073.921,22	73.475.742,80	105.767.018,82
Inversões Financeiras	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**29.386.147.241,00**	**30.220.913.641,88**	**34.213.540,45**	**30.255.127.182,33**	**29.195.529.219,62**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

20000 - Secretaria da Fazenda

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0001 - Participacao Societária	**4.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0102 - Obrigações Previdenciárias em Complementação	**1.530.913,00**	**1.527.094,67**	**0,00**	**1.527.094,67**	**1.519.316,19**
Despesas Correntes	1.530.913,00	1.527.094,67	0,00	1.527.094,67	1.519.316,19
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2002 - Acompanhamento, Controle e Avaliação	**43.043.957,00**	**39.637.985,21**	**0,00**	**39.637.985,21**	**40.280.939,64**
Despesas Correntes	43.043.957,00	39.637.985,21	0,00	39.637.985,21	40.280.939,64
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2004 - Administração Tributária	**1.626.046.736,00**	**1.544.677.908,64**	**368.458,16**	**1.545.046.366,80**	**1.546.018.783,34**
Despesas Correntes	1.626.046.736,00	1.544.677.908,64	368.458,16	1.545.046.366,80	1.546.018.783,34
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2005 - Fomento ao Desenvolvimento Socioeconômico	**101.000.060,00**	**18.750.000,00**	**0,00**	**18.750.000,00**	**55.483.137,02**
Despesas Correntes	10,00	0,00	0,00	0,00	733.137,02
Despesas de Capital	101.000.050,00	18.750.000,00	0,00	18.750.000,00	54.750.000,00
2007 - Gestão Financeira	**93.998.964,00**	**99.055.912,82**	**1.674.392,73**	**100.730.305,55**	**108.823.440,14**
Despesas Correntes	93.998.964,00	92.776.356,82	320.000,00	93.096.356,82	92.414.756,77
Despesas de Capital	0,00	6.279.556,00	1.354.392,73	7.633.948,73	16.408.683,37

2009 - Administração Geral da Fazenda	**274.033.938,00**	**242.669.073,05**	**469.061,43**	**243.138.134,48**	**239.023.037,54**
Despesas Correntes	273.346.938,00	242.071.226,57	197.354,03	242.268.580,60	235.440.973,00
Despesas de Capital	687.000,00	597.846,48	271.707,40	869.553,88	3.582.064,54
2012 - Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado de São Paulo	**341.849.440,00**	**243.615.607,28**	**21.889.235,91**	**265.504.843,19**	**249.357.434,23**
Despesas Correntes	302.426.858,00	206.898.183,92	12.441.414,82	219.339.598,74	218.388.159,06
Despesas de Capital	39.422.582,00	36.717.423,36	9.447.821,09	46.165.244,45	30.969.275,17
2015 - Administração das Carteiras Autônomas	**25.926.960,00**	**19.390.347,21**	**0,00**	**19.390.347,21**	**18.727.529,17**
Despesas Correntes	25.926.960,00	19.390.347,21	0,00	19.390.347,21	18.727.529,17
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2021 - Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Estadual	**26.872.173.573,00**	**28.011.589.713,00**	**9.812.392,22**	**28.021.402.105,22**	**26.936.271.030,92**
Despesas Correntes	26.871.673.573,00	28.011.532.717,26	9.812.392,22	28.021.345.109,48	26.936.214.035,18
Despesas de Capital	500.000,00	56.995,74	0,00	56.995,74	56.995,74
2826 - Comunicação Social	**6.538.700,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	6.538.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4407 - Tecnologia da Informação e Comunicação para Excelência da Gestão	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**24.571,43**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	24.571,43
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**29.386.147.241,00**	**30.220.913.641,88**	**34.213.540,45**	**30.255.127.182,33**	**29.195.529.219,62**

Fonte: SIAFEM/SP
Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Programa 2002 – Acompanhamento, Controle e Avaliação

O Programa 2002 – Acompanhamento, Controle e Avaliação é de responsabilidade do Departamento de Controle e Avaliação – DCA e é composto por duas ações: 5599 – Auditoria: executada pelo Departamento de Controle e Avaliação e 5600 – Acompanhamento das Entidades Descentralizadas: executada pela Coordenadoria de Compras Eletrônicas e Entidades Descentralizadas -– CCE que serão descritas abaixo.

Ação 5599 – Auditoria: executada pelo Departamento de Controle e Avaliação

Realização de auditoria, controle e avaliação com base em planejamento, programação, definição de estratégias de atuação, seleção e análise das informações para elaboração de relatórios destinados aos dirigentes da administração pública estadual com recomendações e apontamentos que possam contribuir para a melhoria da gestão pública.

No ano de 2015 a meta estabelecida era a entrega 450 relatórios e/ou pareceres e o Departamento de Controle e Avaliação produziu 473 relatórios/pareceres que se dividem nos seguintes trabalhos: 06 auditorias/relatório sobre Avaliação de Programas de Governo; 266 auditorias/relatórios de Conformidade e Gestão; 160 auditorias/relatórios em Organizações Sociais; 21 auditorias/relatórios de Análise de Balanço em Empresas Públicas e Economia Mista; 20 auditorias/relatórios em Análise de Controles Internos.

Ação 5600 – Acompanhamento das Entidades Descentralizadas: executada pela Coordenadoria de Entidades Descentralizadas e de Contratações Eletrônicas – CEDC

O Departamento de Entidades Descentralizadas analisa:

Expedientes relativos ao plano de cargos e salários, reajustes salariais, desapropriações, contratações, fixação de quadro de pessoal, liberação de recursos financeiros, pagamentos de sentenças judiciais, entre outros;

Manifestação Prévia: a decisão do titular da Pasta nos processos oriundos das empresas, fundações e autarquias, realizando análises referentes às contratações de obras, serviços e aquisições em geral acima de R$1.000.000,00 em 2006; R$5.000.000,00, a partir de 9 de março de 2007 e R$10.000.000,00 a partir de 2013, em atendimento ao Decreto nº 41.165/96, reavaliando, ainda, a conveniência e a oportunidade da execução;

Sistema de Alteração Orçamentária: por Resolução Conjunta SGGE-SEP-SF nº 001/2000, de 25/05/2000, realizando análise pertinente à Coordenadoria de Compras Eletrônicas e de Entidades Descentralizadas - CCE, no que se refere às solicitações de alteração orçamentária.

Realizado em 2015			
Processos e Expedientes	Manifestação Prévia (MP)	Sistema de Alteração Orçamentária (SAO)	Total
364	52	52	468

Esclarecemos que quando da elaboração da projeção em 2012, tínhamos a análise de manifestação prévia de todas as entidades com o valor acima de R$ 5.000.000,00, porém, em 2013, esse valor foi elevado para R$ 10.000.000,00, e o escopo a partir de 2014 restringiu-se às novas contratações, não sendo mais analisados os termos aditivos, reduzindo o número de pleitos dessa natureza que tramitam pelo departamento. Convém lembrar, ainda, que em 2015, passamos por restrições orçamentárias e financeiras e os pleitos de algumas entidades não foram submetidos a este departamento para análise, principalmente os referentes à Contratações, Plano de Cargos e Salários, Manifestação Prévia e Alterações Orçamentárias.

Programa 2004 – Operação Tributária

Ação 5021 – Operação Tributária

Fiscalização: Em termos de trabalhos fiscais da Fiscalização Direta de Tributos, em 2015 destacamos: a) Conclusão de mais de 3.800 auditorias; b) Emissão de mais de 120 mil Ordens de Serviços Fiscais (OSF); e c) Lavratura de mais de 15 mil Autos de Infração e de Imposição de Multa (AIIM) resultando um valor de aproximadamente R$ 27,6 bilhões entre impostos, juros e multas.

IPVA: a) Racionalização da cobrança administrativa do IPVA vencido: Até 24 de novembro de 2015, encerrando os lançamentos em 2015, foi constituído o crédito tributário referente a 2,48 milhões de débitos do próprio exercício e 1,58 milhões de débitos referentes ao exercício de 2014, no valor total de R$ 2,39 bilhões, tendo sido arrecadados 802.679 débitos e R$ 685,25 milhões; b) Contencioso administrativo associado ao IPVA: Foram julgadas 64.296 impugnações de lançamento e 7.908 recursos, sendo 1.180 decisões favoráveis aos contribuintes; e c) Fiscalização de veículos com placas de outro Estado que deveriam ter recolhido o IPVA para São Paulo por seus proprietários terem declarado domicílio tributário neste estado. Foram realizados 7.394 lançamentos num total de R$ 32,1 milhões, com arrecadação de R$ 3,7 milhões e a transferência para SP de 2.148 veículos.

ITCMD: a) Plano de Trabalho ITCMD 2014 – anos 2009 e 2010: Em decorrência de transmissões de bens efetuadas em 2009 foram fiscalizados 30.216 possíveis contribuintes do ITCMD,

resultando, ao final, na arrecadação de R$ 99,18 milhões, parcelamento de R$ 51,03 milhões e lavratura de 3.031 Autos de Infração e Imposição de Multa, AIIMs, no valor de R$ 93,94 milhões. Para as transmissões de bens realizadas em 2010 foram fiscalizados 18.912 possíveis contribuintes, resultando na arrecadação de R$ 47,89 milhões, parcelamento de R$ 24,02 milhões e lavratura de 1.031 AIIMs no valor de R$ 23,31 milhões (valores parciais).

ICMS: Fiscalização de Receitas de "Royalties" do Petróleo: a) Publicação da Lei 15.833/15 que dispõe sobre a fiscalização, arrecadação, lançamento e cobrança das compensações financeiras e das participações governamentais devidas ao Estado de São Paulo decorrentes da exploração e da produção de petróleo e gás natural, por concessão, permissão, cessão e outras modalidades administrativas, na forma que especifica, e dá outras providências; b) Publicação do Ajuste SINIEF 07/2015 que dispõe sobre a unificação das obrigações acessórias que devem ser cumpridas pelas empresas e consórcios que explorem petróleo e gás natural no território nacional ou na plataforma continental; e c) Em fase de elaboração o decreto de regulamentação da Lei 15.833/2015, que, juntamente com o Roteiro de Fiscalização, vai possibilitar a realização de uma fiscalização piloto.

Plano de Trabalho "Resolução 13": Elaboração de operação para fiscalização de contribuintes paulistas que, em operações interestaduais, remeteram ou receberam bens ou mercadorias com a aplicação de alíquotas em desacordo com o disposto na Resolução do Senado Federal nº 13/2012, visando à reclamação do crédito tributário nestes casos. A ação fiscal visa identificar, reprimir e inibir práticas de sonegação de imposto, em especial a aplicação de tributação a menor nas operações interestaduais informadas por contribuintes paulistas e a transferência de créditos espúrios em operações destinadas a contribuintes deste Estado, decorrentes da não observância das disposições previstas pela Resolução do Senado Federal nº 13/2012.

Plano de Trabalho "Saídas para não contribuintes": Elaboração de operação para fiscalização de contribuintes paulistas que, através de operações de saídas interestaduais, remeteram mercadorias a não contribuintes localizados em outras Unidades da Federação, de modo que o montante do imposto que deixou de ser recolhido, assim entendido como sendo a diferença a menor decorrente da aplicação de alíquota incorreta, seja reclamado por meio da constituição do crédito tributário, mediante lavratura de Auto de Infração e Imposição de Multa.

Operação Yellow: A operação iniciada em 2013 no setor da soja que levou em 2014 à instauração de Procedimento Administrativo de Cassação das empresas envolvidas, com decisão nesse sentido proferida em 2015, porém a cassação das inscrições estaduais das indústrias envolvidas não se efetivou, tendo em vista decisão judicial contrária a tal procedimento.

Operação Distribuidor Cativo: Operação que tem por objetivo a identificação de distribuidores "cativos" ao longo da cadeia produtiva, com proposta de deslocamento do polo passivo de ofício nos termos da Portaria CAT 53/13, quando for constatada a ocorrência dos fatos previstos no § 15 do artigo 8º da Lei 6.374/1989, quais sejam: prejuízos à livre concorrência ou acumulação de valores a titulo de ressarcimento de substituição tributária.

Produtos Embutidos: Operação criada para identificação de contribuintes que efetuaram vendas de produtos embutidos utilizando-se indevidamente da isenção prevista para a carne (artigo 144 do Anexo I do RICMS/SP).

Monitoramento saída de leite e derivados: Operação cujo objetivo é aferir a regularidade das operações com leite longa vida, iogurte e leite fermentado realizadas por fabricantes paulistas, em especial no que se refere à carga tributária aplicada nas saídas internas desses produtos e aos lançamentos a título de crédito outorgado baseados nos artigos 32 e 33 do Anexo III RICMS/SP.

Ração Pet: Operação com objetivo de identificar contribuintes fabricantes de alimentos para animais que tenham comprado milho em grãos com destaque de ICMS nas operações internas quando estas estariam sujeitas ao diferimento.

Operação Sentinela: Continuidade das atividades junto a contribuintes que, dentro dos períodos verificáveis, receberam mercadorias importadas em operações de entradas oriundas de estabelecimentos de empresa do ramo de eletrodomésticos sediados em Santa Catarina e escrituraram créditos não cobrados no Estado de origem por serem embasados em benefícios fiscais não previstos em Convênio aprovado pelo Confaz.

Plano de Trabalho “Arrecadação 2014 – Ações Imediatas no Varejo”: Iniciada em outubro de 2014, as ações fiscais são desenvolvidas na forma de Operação, pelo planejamento de ações que resultem em mudança espontânea do comportamento tributário dos contribuintes varejistas, com reflexos positivos e imediatos para a arrecadação, ou pela lavratura de Autos de Infração: a) Operação Vigilante – Módulo A: Comunicar ao contribuinte inconsistências e divergências identificadas pelo Fisco, com base nos dados informados pelas empresas administradoras de cartões, visando a compelir o contribuinte a, espontaneamente, sanar essas inconsistências e divergências, estimulando-o a reavaliar o cumprimento de suas obrigações principal e acessórias, recolhendo o imposto correspondente; b) Operação Vigilante – Módulo B: Averiguação in loco dos equipamentos "POS - Point of Sale" (equipamento de leitura de cartão de débito e crédito), além de verificar a correta utilização do ECF (Emissor de Cupom Fiscal), buscando indícios de subfaturamento ou omissão de receita; e c) Operação Vigilante – Módulo C: Apurar diferenças de levantamento com base nas operações de cartões de crédito e de débito do contribuinte.

Operação Cesta Básica – Varejo: com início em junho de 2015, objetiva verificar valores não estornados do ICMS, na saída interna de produtos da “Cesta Básica” (cuja carga tributária é de 7% nas operações internas de saída), adquiridos de outras unidades da federação com crédito de 12%, quando sujeitos à sistemática tradicional de tributação, bem como verificar valores de imposto recolhidos a menor, a título de retenção antecipada do imposto, quando sujeitos à sistemática da substituição tributária.

Operação Grão de Ouro II: Continuidade das ações de orientação ao contribuinte para auto-regularização. Foi feita uma análise estatística baseada em técnicas de data-mining e selecionou-se aproximadamente 200 contribuintes para receberem aviso de auto-regularização, buscando o compliance voluntário por parte dessas empresas, antes do início de uma possível ação de fiscalização. A omissão de receita detectada nesses contribuintes totalizou R$ 18 milhões, com potencial de arrecadação do ICMS de R$ 415 mil.

Operação Papel Imune: Continuidade do monitoramento do setor de papel imune e ações fiscais planejadas a partir das informações obtidas no Sistema de Registro e Controle das Operações com Papel Imune, RECOPI Nacional, (21 Unidades Federativas que aderiram ao Sistema). Desde a implantação em 2010, foi possível realizar acionamentos que resultaram na lavratura de Autos de Infração que totalizam crédito tributário superior a R$ 623 milhões.

Operação Desmanche: Atuação conjunta entre o Detran, as Polícias Civil, Militar e Científica, a Secretaria da Fazenda, o Ministério Público e Prefeituras. Em 2015, foram realizadas 5 operações com o acompanhamento da Secretaria da Fazenda, tendo como alvos 41 estabelecimentos. Destes, 37 foram lacrados por falta de credenciamento no Detran.

Operação Sucata Fria: Realizada operação que tem como objetivo a identificação de operações com indícios de simulação envolvendo os produtos: alumínio bruto, sucata de alumínio e sucata de cobre.

SAT CFe: Sistema Autenticador e Transmissor de Cupons Fiscais Eletrônicos (SAT-CF-e) que documenta, de forma eletrônica, as operações comerciais do varejo dos contribuintes do Estado de São Paulo, permitindo um maior controle sobre as operações do varejo paulista. A obrigatoriedade de uso do sistema SAT CFe iniciou-se em 01 de julho de 2015, de forma escalonada, conforme Portaria CAT-147/12. Até 31 de dezembro de 2015 foram recebidos mais de 209 milhões de cupons e tivemos mais de 34 mil aparelhos ativados.

Alterações de Legislação

Emenda Constitucional 87/2015: A Emenda Constitucional 87/2015, publicada em abril de 2015, com início de vigência previsto para 01 de janeiro de 2016, alterou a sistemática de cobrança do ICMS nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, não contribuinte do imposto, localizado em outro Estado.

Visando esclarecer os principais pontos dessa nova legislação, a CAT coordenou a realização de duas palestras na sede da Secretaria da Fazenda em São Paulo, com participação de aproximadamente 600 pessoas e transmissão via vídeo conferência para as Delegacias Regionais Tributários no Estado de São Paulo, e uma outra palestra realizada no auditório da FIESP em São Paulo, com a participação de mais de 700 pessoas entre contribuintes, advogados e contabilistas.

Tendo em vista a relevância do tema e do grande impacto nos contribuintes, todo o conteúdo dessas palestras foram disponibilizados pela Secretaria da Fazenda de São Paulo para download em seu site, http://www.fazenda.sp.gov.br/download/default.shtm, além de os canais de comunicação com a Secretaria da Fazenda de São Paulo (Fale Conosco e consultas junto à Consultoria Tributária) estarem preparados e disponíveis para esclarecimento desse tema.

Convênios: Foram firmados 155 convênios, destacando-se: a) Convênio ICMS 20/2015: Isenção nas operações internas relativas à circulação de energia elétrica, sujeitas a faturamento sob o Sistema de Compensação de Energia Elétrica; b) Convênio ICMS 61/2015: Atualização do regime de substituição tributária nas operações com combustíveis e lubrificantes, derivados ou não de petróleo e com outros produtos; c) Convênio ICMS 68/2015: atualização da concessão de isenção do ICMS nas saídas de veículos destinados a pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental ou autista; d) Convênio ICMS 92/2015: Estabeleceu a sistemática de uniformização e identificação das mercadorias e bens passíveis de sujeição aos regimes de substituição tributária e de antecipação de recolhimento do ICMS com o encerramento de tributação, relativos às operações subsequentes; e) Convênio ICMS 93/2015: Dispôs sobre os procedimentos a serem observados nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final não contribuinte do ICMS, localizado em outra unidade federada; e f) Convênio ICMS 117/2015: Dispôs sobre o Programa Nacional de Governança Diferenciada das Execuções Fiscais, permitindo o lançamento do Programa de Parcelamento de Débitos (PPD) que ofereceu ao devedor do estado uma oportunidade de regularizar o pagamento de diversos débitos tributários e não tributários em atraso.

Ajustes: Foram publicados 13 Ajustes SINIEF (Sistema Nacional de Informações Econômicas e Fiscais) que tratam de Obrigações Acessórias das mais diversas, como aquelas envolvendo regime especial na remessa interna e interestadual de implantes e próteses médico-hospitalares para hospitais ou clínicas; aquelas destinadas a empresas e consórcios que explorem petróleo e gás natural no território nacional ou na plataforma continental a Declaração de Substituição Tributária, Diferencial de Alíquotas e Antecipação - DeSTDA.

Protocolos: O foco dos Protocolos firmados por São Paulo disse respeito a produtos sujeitos à substituição tributária, trabalhando-se sobretudo para adaptá-los ao teor de nossas Portarias (com Estados diversos). Foram firmados 79 protocolos, dentre os quais destacamos: a) Protocolo ICMS 55/2015: Sobre a remessa interestadual de açúcar VHP do Estado de Goiás para armazenagem no Estado de São Paulo, com suspensão do ICMS, destinada a futura remessa para formação de lote de exportação ou exportação direta; b) Protocolo ICMS 64/2015: Sobre remessas de petróleo bruto para formação de lote para posterior exportação; e c) Protocolo ICMS 66/2015: Sobre medidas que visam controlar a circulação de café em grão cru ou em coco.

Decretos: Dentre os decretos elaborados em 2015, destacamos: a) Isenção para medicamentos do “Programa de Acesso Expandido”, empregados no tratamento de doenças graves; b) Isenção para saída de energia elétrica correspondente àquela gerada por micro e mini geradores; c) Ampliação da isenção para geração de energia eólica e solar (dispositivos específicos); d) Isenção para arroz e feijão, antes com carga tributária de 7% (cesta básica); e) Redução da base de cálculo da água mineral (inclusão na cesta básica); f) Redução de base de cálculo, para 7%, para produtos diversos derivados do milho de fabricantes paulistas; g) Redução em 33% da base de cálculo da areia; h) Prorrogação da isenção para Taxi; i) Estímulo à indústria produtoras de máquinas para construção civil (redução da carga tributária) - pás carregadeiras, motoniveladoras, retroescavadeiras; j) Crédito outorgado de 10,5% para saídas de tubos de aço destinados ao Projeto Sabesp, Sistema Produtor São Lourenço, para estabelecimento fabricante paulista; k) Crédito outorgado de 6% nas saídas de tubos de plástico para coleta de sangue à vácuo, de fabricante paulista; l) Simplificação e racionalização das normas para estimular o setor sucroenergético; m) Acréscimo de setores da economia beneficiados com creditamento integral do imposto referente ao ativo imobilizado; n) Instituição do Programa Especial de Parcelamento – PEP (ICMS); e o) Regulamentação da Lei 16.029/2015 que instituiu o Programa de Parcelamento de Débitos – PPD (Demais Tributos).

Resoluções SF: Dentre as Resoluções SF elaboradas em 2015, destacamos: a) Aperfeiçoamento e operacionalização do programa "Nota Fiscal Paulista”; e b) Simplificação na aplicação de benefícios fiscais para bens industriais e agrícolas (atualização das regras da antiga Resolução SF 04/98).

Portarias CAT: Dentre as Portarias CAT elaboradas em 2015, destacamos: a) Estabelecimento do controle e das condições para a fruição da isenção do ICMS nas operações internas com bens e mercadorias destinados à implantação da Linha 18 - Bronze da Rede de Transportes Metroferroviários de São Paulo; b) Estabelecimento de procedimentos administrativos necessários ao recolhimento de débitos de ICMS decorrente de prestações de serviços de comunicação visual em mídia exterior; c) Estabelecimento de procedimentos para o envio de informações sobre transferência de propriedade de veículos, por tabelião de notas ou registrador no exercício das atribuições notariais de reconhecimento de firma; e d) Estabelecimento de procedimentos para o cadastro de empresa desenvolvedora de programas aplicativos de comunicação com o Sistema Autenticador e Transmissor - SAT de Cupons Fiscais Eletrônicos - CF-e-SAT.

No âmbito da Legislação Tributária, foram realizadas até 15 de dezembro de 2015:

a. 1.574 Consultas Tributárias Respondidas;

b. 4.476 Orientações em mensagens eletrônicas;

c. 247 Participações efetivas e acompanhamentos junto à Cotepe (Comissão Técnica Permanente do ICMS), ao Confaz e ao Comitê Gestor do Simples Nacional.

No ano de 2015 a atuação da equipe de Representantes Fiscais da Diretoria da Representação Fiscal, DRF, na defesa do crédito tributário constituído por meio de auto de infração refletiu-se na elaboração de 9.060 atos processuais, até 15 de dezembro de 2015.

Contencioso Administrativo:

Em termos do Contencioso Administrativo, destacam-se:

Com relação aos processos encerrados em 2015, até 15 de dezembro de 2015, temos:

Processos Encerrados no Contencioso					
	Qtde	**Imposto**	**Multa**	**Juros**	**Total**
Eletrônicos	4707	2.158.523.927,87	6.108.542.294,60	1.374.164.590,05	9.641.230.812,52
Físicos	571	2.296.194.459,43	5.380.081.972,42	1.351.861.915,89	9.028.138.347,74
Total	5278	4.454.718.387,30	11.488.624.267,02	2.726.026.505,94	18.669.369.160,26

Processo Administrativo Tributário Eletrônico – ePAT: a) Diário Eletrônico: Até 30 de setembro de 2015 houve a publicação de 100.714 intimações no Diário Eletrônico e os usuários internos da Secretaria da Fazenda bem como o público externo já realizaram 2.541.871 consultas ao teor dessas publicações; b) Lavratura de Autos de Infração e Imposição de Multa – AIIMs: Desde 04 de abril de 2012, até 15 de dezembro de 2014 houve a lavratura de 62.294 autos de infração eletrônicos; c) Novos Módulos Implantados: i. Voto eletrônico na Câmara Superior; ii. Módulo de acesso ao sistema pela Procuradoria Geral do Estado, PGE; iii. Distribuição de processos preventos; iv. Ampliação da integração com o Sistema Integrado de Gestão de Créditos, Sigec.

Ampliação da base de jurisprudência do TIT: Até 30 de Setembro de 2015, foram publicadas 51.186 decisões de 1ª instância e 78.569 de 2ª instância, totalizando 129.755 decisões, que são acessadas diretamente pela página eletrônica do Tribunal gratuitamente, a qualquer horário em qualquer dia da semana. Já foram efetuados 1.922.359 acessos à base de jurisprudência do contencioso.

Projetos Principais – TI:

SPED - Sistema Público de Escrituração Digital: Um novo curso, de Auditoria Contábil Tributária Digital Avançada foi desenvolvido, tendo sido treinados quase 600 Agentes Fiscais de Rendas na modalidade de ensino a distância - EAD. Além disso, foi desenvolvido e ministrado, também um curso para utilização do software Auditor Contábil Digital, ACD, para quase 100 fiscais da FDT.

Sistema Controle do Universo EFD: Desenvolvido sistema que controla o universo de contribuintes obrigados à Escrituração Fiscal Digital, EFD, identificando diariamente os contribuintes sujeitos ao Regime Periódico de Apuração, RPA, credenciando-os de ofício junto à RFB para que possam transmitir o arquivo digital. O sistema também recebe o pedido de retificação de arquivos pela internet, sem a necessidade de comparecimento do contribuinte ao Posto Fiscal. Todos os arquivos transmitidos pelo contribuinte (Original e Retificador) são armazenados no Portal de Downloads de Arquivos Digitais da Sefaz e ficam disponíveis para uso da fiscalização.

Sistema de Crédito Acumulado: Realizado o aperfeiçoamento das funcionalidades existentes, possibilitando a apropriação mais eficiente e confiável do crédito acumulado das empresas que aderirem à "sistemática de custeio". A partir de janeiro de 2015 foi disponibilizada a Verificação Fiscal Sumária - Siscomex/Exportação. As Sumárias Siscomex/Importação e Nota Fiscal Eletrônica estão em fase de testes.

Novo Sistema Declaratório do ITCMD: O sistema entrou em operação em dezembro de 2014. Foi realizada atualização técnica em seu ambiente de suporte bem como introduzidas novas facilidades visando simplificar o preenchimento da declaração pelo contribuinte. Este sistema encontra-se estreitamente vinculado com o sistema Conta Fiscal do ITCMD.

Tributação de Intangíveis: Com a publicação do Decreto 61.522 de 29 de setembro de 2015 as operações com programa de computador - software - ainda que realizadas por transferência eletrônica de dados, estão sujeitas às regras gerais do ICMS, sendo a sua base de cálculo o valor da operação. Foi dado início, portanto, ao projeto de Tributação de Intangíveis com o objetivo de atualizar a legislação em relação às novas tecnologias e modelos comerciais, mais especificamente em relação à s transferências eletrônicas (downloads) de softwares, jogos, filmes e aplicativos de celular, sejam elas realizadas a partir de sites nacionais ou estrangeiros.

Sistema Integrado de Gestão de Créditos – SIGEC: Sistema que visa melhorar o controle e o desempenho dos processos relacionados aos créditos tributários. É composto por:

a) Ambiente de Pagamentos: Visa desenvolver um ambiente de pagamentos para gerenciar a arrecadação de impostos, taxas e contribuições do Estado de São Paulo em tempo real, via internet banking, rede bancária ou terminais de autoatendimento. Em 2015 foram acrescentadas novas receitas segundo as Portarias: CAT 01, de 14 de janeiro de 2015; CAT-60, de 18 de junho de 2015; CAT 97, de 21 de agosto de 2015. A última inclusão ficou por conta da taxa de 2ª via de RG em trabalho conjunto com o IIRGD (Poupatempo);

b) Conta Fiscal dos Autos de Infração e Imposição de Multa, CF AIIM: Permite administrar o crédito tributário decorrente de AIIMs, de ICMS, IPVA e ITCMD, desde a lavratura até a sua liquidação, eliminando trabalhos manuais de atualização e verificação de saldo. Em fevereiro de 2015 o sistema foi integrado ao sistema ePAT, possibilitando a migração e atualização da situação de AIIMs presentes no CF AIIM, com as informações automatizadas de ratificação e decisões terminativas integrais provenientes do ePAT, recebendo novos aprimoramentos no decorrer do ano;

c) Conta Fiscal do ITCMD: Sistema implantado em dezembro de 2014 que permite a determinação dos valores oriundos do ITCMD declarado não inscrito na dívida ativa, através da integração com o novo sistema Declaratório do ITCMD, possibilitando também maior transparência no controle do crédito tributário. Agiliza o tratamento e gerenciamento dos valores a receber.

Sistema de Arrecadação Online: Sistema que cuida da arrecadação do IPVA, MILT (Multas de Infração à Legislação de Trânsito) e taxas correlatas (sistema Trânsito):

a) Serviço 12: Realizado melhorias do recolhimento das chamadas taxas Detran (Lei 15.266/13) e inclusão da taxa de Estadia (trabalho conjunto com o respectivo órgão de trânsito);

b) Serviço 14: Incluso pagamento de débitos inscritos de IPVA (trabalho em conjunto com a PGE);

c) Conta Fiscal da Taxa de Licenciamento: A inovação da Lei 15.266/13 trouxe uma mudança na natureza jurídica da taxa de licenciamento que passou a ser vista como decorrente do poder de polícia, de forma que o referido serviço trata de controlar os débitos não pagos da taxa em exercícios passados. A primeira cobrança será promovida em 2016;

d) Reformulação do pagamento da taxa de licenciamento de veículo 0 Km: Início dos trabalhos para desenvolvimento da solução que irá promover uma melhoria nos recolhimentos das taxas dos serviços relacionados ao 1º Licenciamento de veículo 0 Km e modificações nos procedimentos do órgão de trânsito com o objetivo de dar maior celeridade neste processo.

e-Certidão Negativa: O sistema de emissão de Certidão Negativa de Débitos para situações em que o contribuinte faz jus à certidão está em produção desde dezembro de 2014. A partir de 2016 está prevista pela Secretaria da Fazenda de São Paulo a liberação do sistema para fins de emissão de certidão positiva com efeitos de negativa, nos termos do artigo 206 do Código Tributário Nacional, CTN.

Programa 2005 - Fomento ao Desenvolvimento Socioeconômico

Ação 1208 – Repasse de Recursos ao FUNAC – Fundo de Apoio a Contribuintes do Estado de São Paulo

O FUNAC - Fundo de Apoio a Contribuintes foi criado em 1970, com o objetivo de fortalecimento do setor industrial paulista, mediante modernização e reorganização de empresas e promoção de amparo e recuperação daquelas. Está prevista assistência financeira a projetos de modernização, reorganização das empresas, bem como formação e aperfeiçoamento de recursos humanos.

Com a publicação do Decreto nº. 58.786 de 21.12.2012, o qual regulamenta a constituição e o funcionamento do Conselho de Orientação do FUNAC, há a possibilidade de operacionalizar o Fundo. Para tanto, são necessárias algumas regulamentações, oriundas do próprio Conselho, bem como a definição de características de operacionalização das linhas de financiamento e equalização.

Em 19/08/2013 foi firmado contrato junto à Secretaria da Fazenda para que a Desenvolve SP assumisse a administração do Fundo, visando à retomada de sua operacionalização. Como objetivo da retomada operacional, foram aprovadas pelo Conselho de Orientação do FUNAC, seis deliberações as quais organizaram o modo de atuação do Fundo e instituíram linhas específicas de suporte financeiro. Em 2015, o valor previsto para o repasse era de R$ 100,0 milhões para o Fundo de Apoio a Contribuintes do Estado de São Paulo, e foram repassados R$ 18,8 milhões do orçamento de 2015 e se levarmos em conta os valores pagos somados ao pago de restos, esse valor passa a ser R$ 36,0 milhões.

Programa 2007 – Gestão Financeira

Administração e liberação de recursos financeiros aos órgãos e entidades estaduais; gerenciamento dos recursos financeiros da Conta Única do Tesouro; acompanhamento e controle da execução orçamentária; administração e fiscalização da folha de pagamento; previsão e controle das receitas orçamentárias; normatização e execução da contabilidade geral do Estado.

No desenvolvimento das atividades, foram dispendidos menos recursos do que os alocados na lei orçamentária, em especial nas despesas correntes constituídas por gastos com pessoal e com contratos de prestação de serviços de informática da PRODESP referentes ao processamento da folha de pagamento dos servidores ativos da Administração Direta do Poder, bem como à operação e manutenção dos sistemas de administração financeira e contábil do Estado (SIAFEM/SP, SIGEO, SEF e CADIN Estadual).

Em 2015 o resultado primário obtido foi de R$ 5.220 milhões, portanto superior à meta inicial de R$ 3.349 milhões estabelecida na Lei nº 15.549, de 30 de julho de 2014, e reprogramada para R$ 1.213 milhões pela Lei nº 15.870, de 27 de julho de 2015.

Programa 2009 – Administração Geral da Secretaria da Fazenda

Ação 5018 – Recuperação de Ambientes de Trabalho

A Coordenadoria Geral de Administração imprimiu esforços para oferecer condições de trabalho em ambientes mais seguros e saudáveis, buscando proporcionar aos Servidores Fazendários espaços adequados e planejados para o desenvolvimento das atividades e conforto dos usuários dos serviços.

Devido às alterações no orçamento e as medidas de redução e otimização das despesas de custeio estabelecidas pelo Decreto n.º 61.131, de 25/02/2015, foi necessária uma readequação do planejamento das obras, algumas foram suspensas e outras postergadas. Também foram enfrentados, no decorrer desse ano, problemas operacionais como licitações, aprovação de projetos, etc., ocasionando atrasos nos cronogramas previstos.

No decorrer de 2015 as principais obras de construção/reforma executadas com recursos do TESOURO e FATS foram: a) Construção da Sede Regional de Guarulhos; b) Readaptação da cabine primária com adequação de sala elétrica para a Sede Regional de Campinas; c) Projeto básico para adequação das rotas de fuga do Palácio Clóvis Ribeiro; d) Reforma do edifício Sede da Delegacia Regional Tributária do ABCD, no município de São Bernado do Campo; e) Recuperação e conservação das fachadas do Palácio Clóvis Ribeiro; e f) Reforma do Posto Fiscal de Mogi das Cruzes.

Também, foram executadas as seguintes obras de construção com recursos do PROFISCO: a) Construção do Posto Fiscal de São José do Rio Pardo; e b) Construção do Posto Fiscal de Suzano.

Em 2016, as obras de construção/reforma em fase de conclusão são: a) Reforma dos arquivos do 2º subsolo do Palácio Clóvis Ribeiro, estão paralisadas em razão de procedimento administrativo de aplicação de penalidades; e b) Construção do Posto Fiscal de Lins, foi executada 29,13% do cronograma em decorrência da constância das chuvas (previsão em julho).

Programa 2012 – Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado de São Paulo

Ação 5601 – Gestão BEC/SP

A Gestão da Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – BEC/SP, compreende o monitoramento das contratações eletrônicas, do catálogo de Materiais e Serviços – Cadmat, do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – Caufesp, dos Cadernos Técnicos de Serviços Terceirizados – Cadterc, Sistema Integrado de Informações Físico-financeiras – Siafisico.Net. Em 2015 as principais ações e benefícios decorrentes das atividades desenvolvidas foram: Atualização do módulo de entrega de proposta para medicamentos no Pregão Eletrônico, atendendo os quesitos: Genérico; Similar e Marca; Disponibilização dos novos manuais de Pregão Eletrônico, incluindo Registro de Preços, contemplando as funcionalidades “sine die” e retomada de etapa; Implantação do novo Convite Eletrônico contemplando as alterações da Lei Complementar nº 147/2014, destacando o direito de preferência para empresa de enquadramento ME/EPP ou Cooperativa com Direito de Preferência e edital de participação exclusiva ME/EPP/Cooperativas - Decreto nº 61.363/2015 em 08/07/2015; Disponibilização de seis novas minutas de edital para o Pregão Eletrônico, contemplando a possibilidade de apresentação de amostras e destinadas às participação exclusiva de ME/EPP/COOPERATIVA, conforme Lei Complementar 147/2014; Em 2015 o Sistema BEC/SP totalizou a adesão de 95 prefeituras e outros entes municipais; Desenvolvimento do Sistema de Gerenciamento de Registro de Preços, com implantação prevista para 2016.

Em 2015 o total das compras do Estado de São Paulo, na modalidade pregão eletrônico, atingiu 97% de negociações realizadas por meio do Sistema BEC/SP, representando uma economia de 25,51% para a administração pública estadual. Observa-se que a economia constante ao longo do período potencializa forte mudança no perfil de compras do Estado, em virtude do aumento da agilidade que o sistema proporciona. Para atender a essa nova demanda, o Departamento de Compras Eletrônicas – DCE capacitou os servidores públicos, ministrando os cursos de Pregão Eletrônico, Registro de Preços, Recepção de Materiais, Gestão de Materiais e Serviços, Siafisico, Gestores do Caufesp, Simulado do Pregão Eletrônico, capacitando 1.047 funcionários. Os pilares

estruturantes para funcionamento da BEC/SP são: o Caufesp e Cadmat. O Caufesp é gerenciado pelo Centro de Gestão de Fornecedores, e tem como atribuições analisar os pedidos de registro e orientar os usuários sobre a sua utilização, apresentando um resultado de ampliação da base de fornecedores, em 2015, de 5.560 registros, capacitando 225 servidores. No Cadmat, gerenciado pelo Centro de Gestão de Produtos e Serviços foram realizados estudos de racionalização do catálogo de produtos envolvendo 1.949 itens de materiais, cujos estudos de aprimoramento e padronização de descrição possibilitaram a redução para 701 itens, com economia estimada para o exercício seguinte da ordem de R$ 3.4 milhões.

A efetividade da BEC é identificada por meio dos números apresentados de 2000 até 2015. O resultado das aquisições, realizadas por meio eletrônico de 2000 até 2015, está demonstrado no quadro abaixo:

Procedimentos / Modalidades de Compra	Quantidade			
	Oferta de Compra	Item	Valor Negociado (R$)	Economia (%)
Dispensa	206.895	1.028.368	404.711.542,96	26%
Convite	257.146	1.867.778	1.862.643.338,26	29%
Pregão	156.770	649.006	52.965.115.231,91	26%
Total	**620.811**	**3.545.152**	**55.232.470.113,13**	**26%**

Ação 5761 – Suporte à Gestão da Estratégia da Secretaria da Fazenda

Participam dessa ação o Gabinete da CTG e o Departamento de Gestão Estratégica - DGE. Além das atividades de suporte administrativo, de gestão e controle orçamentário e atividades de assistência técnica feitas pelo gabinete, temos as atividades abaixo realizadas pelo DGE:

a) Suporte à Gestão, garantindo as informações ao Gabinete do Secretário para acompanhamento e monitoramento ativo das iniciativas estratégicas da Secretaria da Fazenda;

b) Aperfeiçoamento do Sistema de Gestão da Estratégia – SGE e da emissão de relatórios gerenciais;

c) Apoio ao fortalecimento e institucionalização das Equipes de Gestão da Estratégia - EGE nas Coordenadorias;

d) Apoio à estruturação de iniciativas e suporte à implantação do acompanhamento da estratégia, com utilização do Sistema de Gestão da Estratégia – SGE, na Coordenadoria de Tecnologia e Gestão Estratégica – CTG;

e) Aprimoramento e acompanhamento dos indicadores do Planejamento Estratégico da Sefaz;

f) Apoio ao aprimoramento e apuração do ICAT (índice de cumprimento de metas dos indicadores globais da Coordenadoria da Administração Tributária – CAT) e do ICA (índice agregado de cumprimento de metas dos indicadores globais da Sefaz) para fins de pagamento da Participação nos Resultados – PR e da Bonificação por Resultados – BR, respectivamente;

g) Elaboração de atos formais, minutas de resoluções e notas técnicas relacionadas à Bonificação por Resultados - BR e à Participação nos Resultados - PR;

h) Manutenção do sítio da Bonificação por Resultados – BR na Intranet e apoio técnico na comunicação interna (divulgação da BR);

i) Contratação de entidade independente para a realização de pesquisa de opinião para a obtenção do Índice de Satisfação dos Usuários Externos dos Serviços Prestados pela Sefaz de 2015, indicador que compõe a Bonificação por Resultados - BR e a Participação nos Resultados - PR;

j) Atividades de gestão de processos na Secretaria da Fazenda;

k) Mapeamento Detalhado de Processos visando documentação, melhorias e/ou sistematização;

l) Revisão e aperfeiçoamento da metodologia de gestão de processos;

m) Apoio à Escola Fazendária - Fazesp na elaboração do conteúdo do curso gestão de processos;

n) Elaboração de um modelo de Gestão de Portfólio para a SEFAZ;

o) Desenvolvimento de metodologia para orientar os trabalhos a serem realizados no tema Gestão do Conhecimento;

p) Apoio à implementação de Projeto de Gestão do Conhecimento no Departamento de Controle e Avaliação - DCA, com o desenvolvimento de um Portal para a área;

q) Desenvolvimento de metodologia para orientar os trabalhos de Criação de Indicadores para o Planejamento Estratégico das áreas da Sefaz;

r) Apoio à elaboração, detalhamento e implantação de modelo de acompanhamento para Indicadores da Coordenadoria de Tecnologia e Gestão Estratégica – CTG;

s) Participação no projeto Gestão por Competências: reuniões de trabalho e workshops, apresentação aos grupos de interesse, manutenção de espaço colaborativo e revisão dos materiais elaborados pelos grupos de trabalho e consultoria.

Ação 2290 – Gestão e Integração dos Fiscos do Brasil

Aperfeiçoamento dos métodos e instrumentos de apoio à gestão estratégica integrada; melhoria do desempenho da administração tributária e contencioso fiscal; melhoria do desempenho da administração financeira, patrimonial e controle interno; melhoria da gestão de recursos estratégicos. O projeto conta com recursos vinculados a operação de crédito realizada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e autorizada pela Lei Estadual nº 13.815, de 17/11/2009.

Em 2015 destacamos as seguintes ações, projeto PROFISCO, cujos contratos encontravam-se em fase de execução:

a) Projeto 1.5 – Unidades da SEFAZ readequadas: Construção do Posto Fiscal de São José do Rio Pardo - SP (continuidade); Construção do Posto Fiscal de Suzano - SP (continuidade); e Construção do Posto Fiscal de Lins – SP.

b) Projeto 2.2 – Convênios e acordos de cooperação, com instituições selecionadas, celebrados: Participação de eventos da COGEF e desenvolvimento da 29ª reunião do COGEF, em São Paulo/SP.

c) Projeto 3.1 – Sistema autenticador e transmissor de documentos fiscais digitais implantados: Consultoria para se adequar a novas frentes de controle tributário; e Contratação dos serviços do IMESP para fornecimento de 130.000 certificados digitais do projeto SAT-Cfe.

d) Projeto 3.2 – Sistema de Controle de Vazão de Combustíveis implantado: Desenvolvimento do Sistema de Controle de Vendas de Combustíveis de Postos Revendedores (continuidade).

e) Projeto 3.3 – Metodologia e infraestrutura de rastreamento de veículos e de cargas implantados: Consultoria para elaboração de desenho de solução tecnológica que permita o uso de informações específicas das bases de dados oriundas das tecnologias de Rastreamento/ Monitoramento de veículos e cargas e/ou de Gestão de Riscos (continuidade).

f) Projeto 3.4 – Metodologia de fiscalização utilizando as informações da NF-e implantada: Aquisição de ferramenta Datamining, incluindo instalação, capacitação e consultoria (continuidade); Aquisição de licenças de software p/ análise de vínculos, instalação, suporte, manutenção, banco de horas, capacitação; Curso Programa Modular Internacional em Fazenda Pública, Gestão e Administração Tributária; e Aquisição de

serviços de atualização e suporte de licenças dos programas da “suíte” Accessdata Forensic Toolkit (FTK).

g) Projeto 3.7 – Sistema de Informações econômico-fiscais implantados: Aquisição de solução de visualização, análise e descoberta de dados; Aquisição e implantação de solução de mascaramento de dados (continuidade); e Desenvolvimento de uma base de dados analítica a partir das informações tributárias da CAT, bem como relatórios e painéis de indicadores (continuidade)

h) Projeto 3.8 – Conta fiscal do ICMS declarado implantado: Prestação de serv.de informática visando a construção de módulos do Projeto Conta Fiscal do ICMS declarado (continuidade).

i) Projeto 4.2 – ITCMD – Sistema de cruzamento de informações das declarações on-line implantado: contratação de serviços especializados de informática visando o desenvolvimento do Módulo de Conta Fiscal do ITCMD (continuidade); e Sistema da Conta Fiscal do Parcelamento do ITCMD (continuidade).

j) Projeto 4.8 – Sistema para captura e tratamento das informações da Escrituração Contábil Digital (ECD) implantado: Treinamento em EAD de 1800 AFRS em auditoria contábil tributária digital (continuidade); Treinamento em EAD auditoria contábil tributária digital AVANÇADA; e Aquisição de ferramenta digital de auditoria fiscal-contábil ACD (1600) (continuidade).

k) Projeto 5.1 – Processo Administrativo Tributário Eletrônico e-PAT implantado: Aquisição de 91 scaners de alto desempenho e 75 mesas digitalizadoras incluindo instalação garantia e suporte técnico (continuidade).

l) Projeto 6.1 – Sistema de custos integrado ao Sistema de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM/SP, implantado: Consultoria p/ desenv. teórico e aplicação prática de metodologia de apuração de custos nos serviços públicos (continuidade); Contratação de consultor Individual para prestar consultoria para a aplicação do Código de Transparência Fiscal do FMI, no que se refere aos aspectos orçamentários da avaliação - CLAUDIANO MANOEL DE ALBUQUERQUE; Contratação de consultor Individual para prestar consultoria para a aplicação do Código de Transparência Fiscal do FMI, no que se refere aos aspectos contábeis da avaliação - JOSEPH BARRY CAVANAGH; Contratação de consultor Individual para prestar consultoria para a aplicação do Código de Transparência Fiscal do FMI, no que se refere aos aspectos estatísticos da avaliação - MARIA EUGENIA BENAVIDES LEGARDA; e Prestação de serviços de informática para ativação e treinamento de operação do Sistema de Administração - SAM - módulo ESTOQUE.

m) Projeto 7.1 – Arquivo de Prontuários de Servidores/Contribuintes Reestruturado: Aquisição de Estantes Deslizantes com montagem sobre trilhos e demais serviços correlatos (continuidade)

n) Projeto 7.2 – Sistema Bolsa Eletrônica de Compras (BEC/SP) revisto e ampliado: Desenvolvimento e implantação de um sistema eletrônico de gerenciamento dos Registros de Preços na modalidade Pregão realizados por meio do Sistema BEC/SP. (continuidade); Consultoria p/elaboração de metodologia de avaliação de desempenho de fornecedores BEC - Modalidade - SBQC (continuidade); Prestação de serviços visando o desenvolvimento, a produção, a implementação e a avaliação de um curso de gestão de suprimentos para área pública na modalidade EAD (continuidade); e Consultoria especializada para a execução de atividades relativas à análise de processos e apuração de custos que envolvem a negociação eletrônica.

o) Projeto 8.1 – Programa de Educação Fiscal para a Cidadania ampliado: Contratação de serviços para a confecção de painéis pantográficos; Aquisição de sacolas ecológicas; Aquisição de 1.600 cadernos tipo Moleskine para utilização em eventos de educação fiscal; Pastas para trabalho da Educação Fiscal; e Serviços gráficos para impressão de 1.500 livros da Educação Fiscal.

p) Projeto 8.2 – Novo modelo de relacionamento eletrônico com o contribuinte implantado: Consultoria p/auxiliar na implantação de um portal de serviços tributários p/a SEFAZ/SP (continuidade)

q) Projeto 9.1 – Infraestrutura de desenvolvimento de sistemas de TI ampliada: Capacitação em Análise de Pontos de Função baseado no Manual de Práticas de Contagem do IFPUG

r) Projeto 9.3 – Boas práticas de gestão operacional de TI implantadas: Aquisição de ferramenta BMC Remedy, c/ instalação, adequação e atualização (continuidade).

s) Projeto 9.6 – Implantação de boas práticas de Gestão da Segurança da informação: Contratação de curso Auditor Interno em Sistema de Gestão da Segurança da Informação ISSO/IEC/27001:2013

t) Projeto 9.8 – Reformulação das ferramentas de Comunicação e Colaboração: Solução de Acesso Remota – CITRIX; e Aquisição de solução de armazenamento de dados (storages) e switches SAN.

u) Projeto 9.9 – Ampliação da capacidade de armazenamento de documentos eletrônicos: Aquisição de 64 licenças de Software Microsoft SQL.

v) Projeto 10.1 – Estrutura física e tecnológica da Escola Fazendária adequada: Consultoria para elaboração de projetos de engenharia para as Regionais Fazendárias (continuidade); Aquisição de Sistema de Detecção Antifurto para biblioteca; Reforma FAZESP Carmo; Serviços para instalação de equipamentos de áudio, vídeo e acessórios para salas e auditórios das regionais do Tatuapé e de Guarulhos; Aquisição de poltronas para auditório da DRTC-1 + Guarulhos (continuidade); e Aquisição de mesas (ARP nº 19/2014) e cadeiras (ARP nº 22/2014).

w) Projeto 10.2 – Modelo de Atuação e Gestão da Escola Fazendária revisado e implantado: Consultoria sobre Questionários de Avaliação de Reação; e Projeto Minerva – inscrição de 1 servidor no curso da GEORGE WASHINGTON UNIVERSITY - Servidor participante: Luciano de Gregório.

x) Projeto 10.3 – Programa de Educação à Distância aperfeiçoado e ampliado: Aquisição de Desktops Avançados para o Centro de Tecnologia Educacional, através da ARP 24A-2014; Desenvolvimento de Curso em EaD - ATA 06/2013 - Curso Certidões (continuidade); Desenvolvimento de Curso em EaD - ARP Nº 12/2014 - Gestão de Pessoas; Desenvolvimento de Curso em EaD - ARP Nº 12/2014 - DW-BO Data Warehouse; Contratação e prestação de serviços p/ desenvolvimento de Curso Microsoft Access 2010 EAD (Ata de Registro de Preços nº 06/2013); Desenvolvimento de Curso em EaD: Ética e Cidadania Fiscal conforme ARP Nº 12/2014; Desenvolvimento de Curso em EaD - ATA 06/2013 - Curso Tutoria Online (continuidade); e Desenvolvimento de Curso em EaD - ATA 06/2013 - Curso Educação Fiscal voltada ao Cidadão.

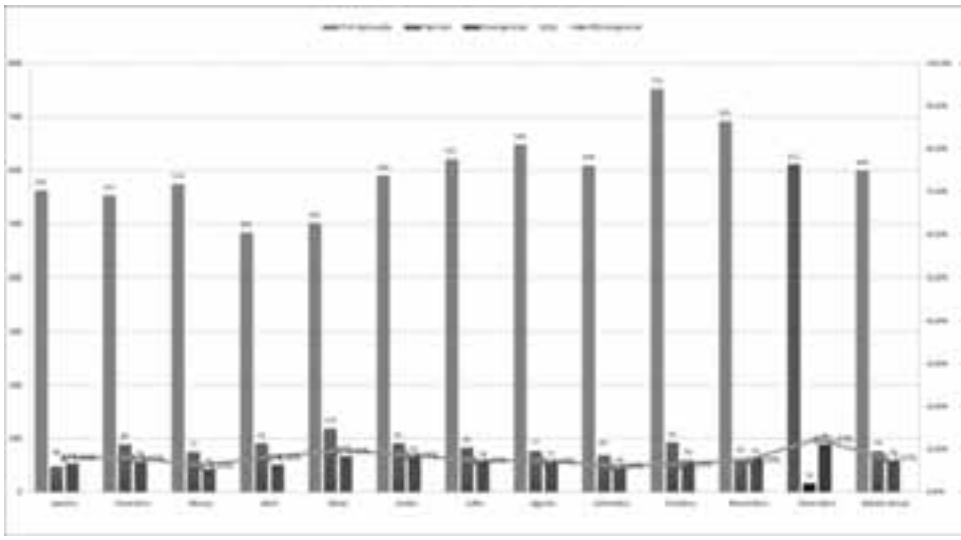
y) Projeto 10.4 – Avaliação de desempenho por competências implantadas: Contratação de serviços consultoria para concepção de modelo de avaliação profissional para SEFAZ – SP.

z) Projeto 11.1 – Gestão de Conhecimento da SEFAZ aprimorada: Consultoria p/ apoio ao desenvolvimento da Gestão do Conhecimento na SEFAZ-SP (continuidade).

aa) Projeto A1 – Gestão do Projeto: Contratação de auditoria externa para o PROFISCO, seguindo as normas do BID (Modalidade - SBQC) (continuidade).

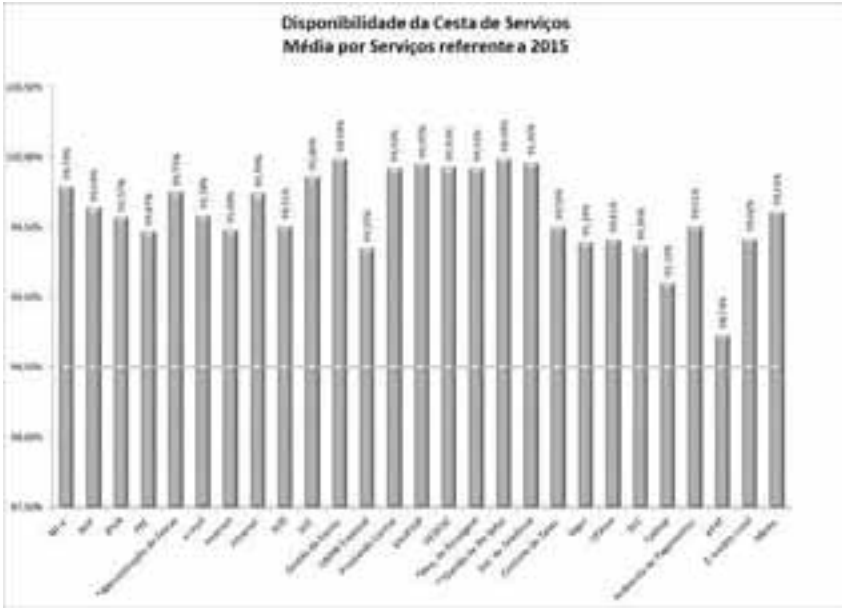
Ação 5932 – Gerenciamento de Recursos de Tecnologia de Informação e Comunicação na Secretaria da Fazenda

Foram realizadas 8812 mudanças no ambiente, dos quais 914 foram mudanças normais, 7196 pré-aprovadas e 702 emergenciais, distribuídas conforme gráfico abaixo:



Atendimento de 75.500 incidentes e requisições de serviço de infraestrutura dos quais 64.837 resolvidas pelas equipes de gerenciamento operacional (2º nível) e 10.663 pelas equipes de gerenciamento técnico (3º nível);

O índice de disponibilidade dos sistemas classificados como críticos foi de 99,61%, conforme gráfico abaixo:



Em 2015 houve aumento da capacidade de armazenamento de dados e redução do uso de links de comunicação WAN:

Dimensão	2014	2015	Crescimento
Links de comunicação das regionais e localidades remotas (total)	947,5 Mbps *(Megabits por segundo)*	896,5 Mbps *(Megabits por segundo)*	- 5,38%

Dimensão	2014	2015	Crescimento
Quantidade de unidades regionais da Sefaz com redundância	19	19	0%
Links de comunicação - datacenters (total)	13 Gbps *(Gigabits por segundo)*	13 Gbps *(Gigabits por segundo)*	0%
Espaço líquido para armazenamento de dados	4.216 Terabyte	6.094 Terabyte	+ 44,5%

Nas atividades de desenvolvimento, implantação e sustentação de sistemas. Podemos destacar os sistemas elencados abaixo como os principais do ano de 2015:

a) Nota Fiscal Paulista (NFP): 1 – Criação de procedimento de liberação de créditos somente para Entidades Filantrópicas; 2 – Desenvolvimento do cálculo do crédito de notas CF-e-SAT e NFC-e; 3 – Doação de notas CF-e-SAT SAT e NFC-e para entidades; 4 – Criação de WebService para consulta de equipamentos ECF – Necessidade do projeto SAT; 5 – Melhoria de infraestrutura com migração de ambiente web (Windows Server 2012).

b) Nota Fiscal Eletrônica (NF-e): 1 – Implementação DR no ambiente de produção (3 eventos durante o ano); 2 – Desativação da versão 2.00 da NF-e; 3 – Integração com o sistema do CoRIndus; 4 – Implementação da NT 2015.001; 5 – Implementação da NT 2015.002; 6 – Implementação da NT 2015.003.

c) Sistema Autenticador e Transmissor (SAT-CF-e): 1 – O Sistema Autenticador e Transmissor SAT-CF-e em conjunto com a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica vai substituir o Cupom Fiscal emitido pelos contribuintes varejistas, com início da obrigatoriedade em 01/06/2015. 2 – Contempla o Ambiente de Homologação de Equipamentos, Ambiente Nacional e Retaguarda Estadual; 3 – Atualmente com parque de 22.000 equipamentos ativos. Mais de 165 milhões de cupons recebido.

d) Nota Fiscal Eletrônica ao Consumidor (NFC-e): 1 – Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica, em conjunto com o e-SAT vai substituir o Cupom Fiscal emitido pelos contribuintes varejistas; 2 – Autorização de NFC-e e EPEC em piloto (com validade jurídica) iniciado em fevereiro, início de massificação em julho; 3 – DW / Site Contribuinte / Portal Fazendário / Site de Administração EPEC / Portal / Consulta Pública funcionando em produção; 4 – Implementação de alteração de funcionalidade demandadas por Notas Técnicas disponibilizadas pelo ENCAT (algumas em produção e outras ainda em testes pela Diretoria de Informações).

e) Processo Administrativo Tributário eletrônico (e-PAT): 1 – Diretoria Executiva da Administração Tributária: Representação de crime; Retorno de diligência de Câmara; Notificação; e Manifestação fiscal. 2 – Diretoria de Representação Fiscal: Manifestação em sessão de voto eletrônico; Consulta de processos em pauta; e Consulta de composição de Câmaras. 3 – Delegacias Tributárias de Julgamento: Simples Nacional; Retirrati de julgamento; Julgamento de PRJ - Pedido de Retificação de Julgado – Defesa e Recurso; Suspensão de processos; e Relatórios Gerenciais. 4 – Tribunal de Impostos e Taxas (TIT): Portal TIT; Voto Eletrônico da Câmara Superior; Seleção Juízes; Despachos TIT; Preventos; Relatórios; Gerenciais; e Encerramento de Mandato.

Ação 4499 – Eventos de Capacitação nas Áreas Fazendárias

A Escola Fazendária do Estado de São Paulo – FAZESP atua na capacitação de servidores da Secretaria da Fazenda, dos servidores da área orçamentário-financeira das demais Secretarias e da comunidade por meio do programa de Educação Fiscal para a Cidadania.

No ano de 2015 realizou os seguintes eventos relacionados com a capacitação de servidores do Estado de São Paulo:

Programa de Capacitação Anual	Eventos de Capacitação	202
	Quantidade de vagas	16.060
	Quantidade de horas-aula usufruídas	279.454
Programa de Apoio à Pós-graduação	Número de bolsas concedidas a servidores	56
Participação em Eventos Externos	Número de eventos	108
	Número de servidores participantes	509

Ação 5751 – Conscientização Fiscal para contribuintes de Hoje e do Futuro

Dentro da FAZESP existe o Centro de Educação Fiscal que atua na sensibilização dos cidadãos quanto à importância e ao papel dos tributos na sociedade e na economia, bem como quanto à relevância do controle social dos gastos públicos e da transparência na aplicação dos recursos, sendo importante instrumento com vistas à construção de uma relação harmoniosa entre o Estado e a sociedade.

No ano de 2015 realizou os seguintes eventos relacionados à educação fiscal para a cidadania:

Eventos realizados	182
Cidadãos participantes	29.066
Quantidades de hora-aula usufruídas	468.205

Programa 2015 – Administração das Carteiras Autônomas

Suporte técnico-administrativo ao desenvolvimento dos programas do Instituto de Pagamentos Especiais de São Paulo - IPESP, garantindo estrutura adequada no que se refere às ações burocráticas de apoio a administração da extinção das Carteiras de Previdência dos Advogados de São Paulo e das Serventias Notariais e de Registro, e administrar Carteira Predial, Economistas, Ex-vereadores e Ex-prefeitos.

a) O Instituto de Pagamentos Especiais de São Paulo – IPESP administrou os pagamentos da seguinte forma: i) Recursos próprios: Advogados e Serventias; e ii) Recursos repassados pela SEFAZ: CASEM, ex-Vereadores, Economistas e os Inativos do antigo IPESP.

b) Repasse do valor correspondente aos Inativos para a SPPREV.

c) Execução orçamentária relativa aos contratos terceirizados das carteiras e realização dos desembolsos para posterior ressarcimento, conforme a Lei 14.016 de 2010, artigo 12, incisos I e II.

d) Alteração orçamentária para complemento e cumprimento das obrigações, principalmente à parte de pessoal inativo com recursos da SEFAZ, sendo este o responsável pela insuficiência financeira.

e) Elaboração das propostas orçamentárias do IPESP, Carteira dos Advogados de São Paulo e das Serventias Notariais e de Registro.

f) Acompanhamento dos relatórios contábeis, financeiros e gerenciais gerados pelo sistema MJDS, específicos para as carteiras autônomas.

g) Participação das reuniões mensais com o Conselho da Carteira dos Advogados de São Paulo e das Serventias Notariais e de Registro para a prestação de contas e apresentação da posição financeira atualizada.

h) Acompanhamento da elaboração das Reservas Matemáticas da Carteira dos Advogados de São Paulo e da Carteira de Previdência das Serventias Notariais e de Registro.

i) Transferência mensal para as respectivas contas dos valores repassados pela SEFAZ, referente às taxas de mandatos da Carteira dos Advogados de São Paulo e emolumentos da Carteira de Previdência das Serventias Notariais e de Registro, e as importâncias correspondentes aos reembolsos das referidas Carteiras para o IPESP, conforme legislação que rege a matéria.

j) Pagamento de Precatórios: o IPESP efetuou um depósito no montante de R$ 861.662,18: R$ 777.005,19 referente à Carteira de Previdência das Serventias Notariais e de Registro e R$ 84.656,99 referente à Carteira dos Advogados, quitando assim todos os precatórios referentes às carteiras autônomas.

k) Auditoria Contábil: continuidade dos serviços de auditoria externa para examinar as demonstrações contábeis e financeiras das Carteiras de Previdência dos Advogados e das Serventias, em obediência às Leis nºs 13.549/09 e 14.016/10.

l) Os saldos dos investimentos nas duas Carteiras totalizaram: i) Advogados: R$ 1.594.261.083,00 em 31/12/2015, com rentabilidade acumulada de 16,42% no ano, ou IPCA + 5,2%; e ii) Serventias: R$ 673.743.401,00 em 31/12/2015, com rentabilidade acumulada de 14,22% no ano, ou IPCA + 3,21%.

m) Para o Programa 2015 – Administração das Carteiras Autônomas: no que diz respeito às Despesas Correntes, houve redução orçamentária no total de R$ 1.872.050,00 conforme o Decreto 61.132, de 25 de fevereiro de 2015.

As despesas contratuais se mantiveram em decorrência da renegociação dos ajustes (reajuste não realizado) com vistas à redução de custos determinada pelo Decreto Estadual n.º 61.131, de 25 de fevereiro de 2015.

n) Análise, deferimento/indeferimento de benefícios de aposentadoria, aposentadoria por invalidez, pensão por morte e licença saúde (Carteira das serventias) das Carteiras de Previdência das Serventias Notariais e de Registro e de Previdência dos Advogados de São Paulo.

o) Finalização em 2015 do projeto de digitalização dos processos das Carteiras de Previdência das Serventias Notariais e de Registro e de Previdência dos Advogados de São Paulo.

p) Início da manutenção da digitalização, bem como guarda de aproximadamente 90.000 processos das Carteiras de Previdência das Serventias Notariais e de Registro e de Previdência dos Advogados de São Paulo.

Programa 2021 – Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Estadual

Tem como objetivo gerir os Regimes de Previdência do Estado de São Paulo, assegurando a concessão, manutenção e o pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão. O programa é composto por duas ações orçamentárias e duas ações não orçamentárias.

Ação 5752 – Administração da São Paulo Previdência

Ação voltada para a Administração da Sede da São Paulo Previdência e de seus postos regionais, cujo produto é o número de pontos de atendimento implantados aos beneficiários. A SPPREV no ano de 2015 administrou 17 unidades. A meta física estabelecida para o ano de 2015 foi de 18 unidades administradas, o ação atingiu 94,44% dessa meta, quanto à execução orçamentária da ação, em 2015 foi de 92,20%, considerando a diretriz de redução e otimização de despesas estabelecidas no Decreto nº 61.131/2015.

Ação 5753 – Concessão e Pagamento de Benefícios

Ação direcionada para a atividade fim da SPPREV, cujo produto proposto é a quantidade de pagamentos mensais efetuados de aposentadorias e pensões, em 2015 foram efetuados 425.808 pagamentos mensais (aposentadorias e pensões). A meta física estabelecida para o ano de 2015 foi de 435.500 pagamentos mensais efetuados, o ação atingiu 97,77% dessa meta,

quanto à execução orçamentária da ação, em 2015 foi de 99,43%. Em 2015 a SPPREV absorveu o pagamento de parte das folhas da administração indireta do Estado de São Paulo.

Considerações Gerais

Coordenadoria da Administração Financeira

Para a administração dos recursos financeiros e orçamentários, com responsabilidade fiscal, e buscando otimizar os recursos públicos, a CAF, com as atribuições redefinidas pelo artigo 61 do Decreto nº 60.812, de 30 de setembro de 2014, contou com 4 unidades subordinadas: Departamento de Finanças do Estado - DFE, Departamento de Despesa de Pessoal do Estado – DDPE, Departamento de Gestão da Dívida e Haveres do Estado - DGDH e Contadoria Geral do Estado - CGE.

Atividades:

a) Gestão Financeira: Administração do Fluxo de Caixa do Tesouro do Estado, envolvendo a movimentação financeira da ordem de R$ 190 bilhões no ano.

b) Conta Única do Tesouro: Gerenciamento das aplicações financeiras da Conta Única do Tesouro, com uma carteira de R$ 16,3 bilhões (posição 31/12/2015).

c) Previsão e Acompanhamento da Receita Orçamentária: Elaboração da previsão da receita orçamentária do Estado e seu desdobramento em metas bimestrais de arrecadação, revisão e projeção das receitas, normatização e acompanhamento das receitas do Tesouro, Fundos Especiais de Despesa, Vinculados Estaduais e Federais, Recursos Próprios e Operações de Crédito.

d) Execução Financeira do Serviço da Dívida: No exercício de 2015, o dispêndio do Tesouro com o pagamento do serviço da dívida totalizou R$ 16,0 bilhões, dos quais R$ 14,9 bilhões (92,8%) referem-se às operações de crédito contraídas no mercado interno, com destaque para as dívidas refinanciadas com a União que atingiram o montante de R$ 13,5 bilhões. Os demais compromissos, equivalentes a R$ 1,1 bilhão (7,2% do total), correspondem às operações de crédito contratadas no mercado externo.

e) Estoque da Dívida: O estoque da dívida ao final do exercício de 2015 totalizou R$ 266,8 bilhões.

Estoque da Dívida	**R$ Bilhões**
Dívida Contratual - Tesouro, Autarquias e Universidades	252,5
Dívida Contratual - Empresas Não Dependentes	14,3
Total	**266,8**

Do total do estoque da dívida, R$ 218,6 bilhões referem-se ao refinanciamento da dívida interna nos moldes da Lei nº 9496/97, com encargos contratuais de 6,0% a.a., acrescidos da variação monetária pelo IGP-DI/FGV. Com a edição da Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, os encargos contratuais serão reduzidos para 4% a.a. acrescidos da variação do IPCA/IBGE, limitados à taxa SELIC. Em 29 de dezembro de 2015 foi emitido o Decreto nº 8.616, alterado pelo Decreto nº 8.665, de 10 de fevereiro de 2016, regulamentando a Lei Complementar nº 148/2014. Para a implementação das mudanças previstas nessa lei complementar deverá ser firmado termo de aditamento ao contrato, cujos termos encontram-se em negociação junto ao Governo Federal.

A Dívida Contratual das empresas não dependentes (CESP, CDHU e SABESP), no valor de R$ 14,3 bilhões (5,4% do total), é suportada pelos respectivos recursos próprios.

f) Folha de Pagamento do Funcionalismo Público Estadual: Na Administração Direta do Poder Executivo, exceto Polícia Militar, foram processadas 12 (doze) folhas mensais de pagamento e mais 129 (cento e vinte e nove) denominadas folhas suplementares, referentes ao

13º salário, férias e as destinadas a atender determinações legais e judiciais (reajuste, reenquadramento, bonificações etc.). Trata-se de folha de pagamento de cerca de 522 mil servidores públicos ativos e dos que percebem complementação de aposentadoria (Lei nº 4819/58), pensões especiais e pensão alimentícia, no montante de R$ 22,9 bilhões/ano.

g) RAIS/DIRF/Atestados de Rendimentos: Em 2015 foram emitidas as seguintes quantidades de documentos:

Documento	Quantidade
RAIS	535.612
DIRF	675.234
Comprovantes de Rendimentos	540.158

h) Fiscalização da Folha: Com base no Decreto nº 60.812/2014, foram realizadas 223 fiscalizações junto às Unidades Setoriais de Recursos Humanos. Essa fiscalização gerou um retorno financeiro de R$ 107,5 mil aos cofres públicos, com o saneamento das irregularidades apuradas na folha de pagamento dos servidores públicos.

i) Consignação em Folha de Pagamento: Com base no Decreto nº 60.435/2014 e Resolução SF nº 41/2014, a Secretaria da Fazenda tem como atribuição, processar consignações em folha de pagamento e transferir os valores consignados às respectivas entidades, por meio do SIAFEM. Isso se dá através do gerenciamento dos descontos de consignação na folha de pagamento dos servidores ativos e inativos do Estado de 190 entidades consignatárias; análise de novos pedidos de entidades para credenciamento e/ou novos tipos de descontos; demanda de auditorias e proposta de cancelamento de entidades, quando necessário.

j) Inserção de Dados no Sistema de Folha de Pagamento – SDPE: A inserção de dados no Sistema é feita de três maneiras: i) Manual: inserção e atualização de dados cadastrais dos servidores ativos do Estado e em 2015 foram efetuadas 1.069.236 operações pelas unidades do DDPE – Departamento de Despesa de Pessoal do Estado; ii) Internet: lançamentos via internet, relacionados à frequência dos servidores, substituição eventual, honorários etc., no total de 2.697.524 lançamentos efetuados pelas unidades de Recursos Humanos das Secretarias; e iii) Entrada de dados informatizada (integração de sistemas).

k) Folha de Pagamento das Autarquias do Estado: Controlar a folha de pagamento das Autarquias do Estado no que tange a definição e fornecimento de critérios de cálculos da folha de pagamento, elaborando e mantendo atualizado o manual de critérios de cálculo; criação e publicação de códigos de vencimentos e descontos a serem utilizados na elaboração da folha de pagamento; conferência mensal da folha de pagamento e respectivas rotinas anuais, como 13º salário.

l) Desagendamentos: Com o objetivo de evitar pagamentos indevidos, são cancelados junto ao agente financeiro do Estado (Banco do Brasil), créditos já programados, de situações decorrentes de falecimento, exoneração e dispensa, comunicadas após o fechamento da folha de pagamento.

Quantidade	Valores que deixaram de ser creditados indevidamente
12.914	R$ 11.181.055,86

m) Informações ao Poder Judiciário: Fornecer subsídios à Procuradoria Judicial na defesa da Fazenda e ao Tribunal de Justiça para elaboração da conta de liquidação. Os 14.779 processos envolveram aproximadamente 113 mil autores/servidores, dos quais para cerca de 50 mil servidores, as unidades do DDPE geraram planilhas de cálculos com diferenças salariais de períodos retroativos, que serão quitados por meio de precatório.

Serviços Disponibilizados na Internet:

a) Sistema de Execução Financeira – SEF: Com acesso disponibilizado a todos os Gestores Financeiros, pelo endereço eletrônico www.fazenda.sp.gov.br/sef/pagina/logincredor.aspx, o sistema permite a programação, o controle, o acompanhamento e a execução das liberações financeiras dos órgãos e entidades do Estado, o que proporciona maior rapidez na execução das Programações de Desembolso - PD's. A consulta às PD´s pendentes e liberadas é detalhada por vencimento, tipo de despesa, valor, unidade e credor, assim como os pagamentos, prioridades e publicações referentes à ordem cronológica dos pagamentos. Além disso, disponibiliza também aos fornecedores do Estado (credores) a consulta aos seus créditos pendentes e liberados.

b) Sistema de Grandes Faturadores – SGF: Implantado em abril de 2014, é acessado pelo endereço eletrônico www10.fazenda.sp.gov.br/Sgf/Base/Paginas/Login.aspx. O SGF centraliza a liquidação das faturas de utilidade pública, por meio do recebimento dessas em sistema único, com data de vencimento única por concessionária. Propicia gestão da despesa, mediante o acompanhamento do consumo e valores, com o objetivo de evitar atrasos no pagamento, e, em decorrência, incidência de acréscimos legais e fornece previsibilidade de fluxo de caixa. A liquidação das faturas é efetuada por um processo eletrônico do ateste da despesa, manufatura da Lista, emissão de Nota de Lançamento – NL até a elaboração Programação de Desembolso – PD. É integrado ao SIAFEM/SP e ao Sistema de Execução Financeira - SEF.

c) Sistema de Acompanhamento de Quotas: De acesso pelo Portal da Secretaria da Fazenda, em área restrita, o sistema controla os lançamentos de quotas orçamentárias no SIAFEM/SP e emite relatório com o histórico das alterações de quotas mensais (inicial, atual, disponível, reservada, empenhada, liquidada, a liquidar, BEC e bloqueada). Os relatórios são disponibilizados na internet para consulta dos gestores orçamentários.

d) Sistema de Controle de Aplicações, Resgates e Apuração de Rendimentos das Entidades: Sistema de uso local do Centro de Gestão da Conta Única possibilita calcular e apropriar os saldos e rendimentos referentes às aplicações financeiras dos órgãos e entidades do Estado. Os extratos, com as informações das movimentações diárias e mensais, são enviados eletronicamente mediante solicitação dos respectivos gestores financeiros.

e) Sistema de Transferências Voluntárias: O Sistema é acessado pelo endereço eletrônico www.fazenda.sp.gov.br/TransferenciaVoluntaria/Sistema/Novo/PaginaInicial.aspx, e disponibiliza as informações referentes às transferências financeiras do Estado aos Municípios e Entidades, decorrentes de convênios ou outros instrumentos similares destinados à realização de obras e/ou serviços de interesse comum. O Sistema permite a consulta dos convênios por região administrativa, por município, por órgãos estaduais e, no item "Sua Pesquisa", o cidadão/usuário pode definir sua consulta por valor, data de liberação ou celebração dos convênios, beneficiário (Entidade ou Município), órgão do Estado, dentre outras informações. A atualização do sistema é feita diariamente, com dados extraídos do SIAFEM/SP, e registra, atualmente, 6.257 convênios em andamento.

f) Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN: Importante ferramenta de recuperação de créditos reúne, em um só cadastro, informações dos inadimplentes junto a órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta (Autarquias, Fundações e Empresas controladas pelo Estado). O CADIN possibilita à administração acompanhar o beneficiário de crédito do setor público que se encontra na situação simultânea de favorecido e inadimplente, impedindo-o de ser contratado, receber recursos e ter liberado os créditos oriundos da Nota Fiscal Paulista, até a sua regularização. Seus principais benefícios para a administração são: i) para órgãos e entidades estaduais: utilização do sistema para cobrança dos inadimplentes para regularização de suas pendências, aplicação de restrições às pessoas físicas ou jurídicas, decorrentes da existência de pendências não regularizadas; ii) para o contribuinte: conhecimento de pendências junto aos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, por meio de um cadastro centralizador; e iii) total de créditos recuperados: desde a implantação em 21/09/2008 até 31/12/2015, foram recuperados R$ 7,5 bilhões aos cofres públicos, correspondendo a 16,5 milhões de pendências regularizadas, assim segregadas:

Órgão	Natureza	Quantidade Pendências Regularizadas (milhões)
SEFAZ	IPVA	5,5
DER	Multas de trânsito	7,2
DETRAN	Multas de trânsito	3,0
OUTROS	Diversos	0,8

g) Sistema de Regularidade Previdenciária e Fiscal: Sistema destinado a gerenciar e monitorar a regularidade fiscal e previdenciária dos órgãos e entidades estaduais perante a União. O sistema captura as pendências apontadas nos sites da Receita Federal do Brasil e do CAUC – Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias, da Secretaria do Tesouro Nacional, e envia, automaticamente, mensagens aos órgãos e entidades inadimplentes para providências de regularização. Todas as ações e providências adotadas são registradas no sistema, permitindo uma gestão efetiva e eficiente dos gestores estaduais, resultando em redução significativa do tempo de detecção e regularização da pendência.

Indicador	Anterior a implantação do Sistema	Situação Atual
Detecção da pendência	No momento de celebração de contrato ou convênio	No mesmo dia da inclusão da pendência
Regularização da Pendência	45 dias	15 dias

A ação proativa, além de promover a regularidade fiscal e previdenciária dos órgãos e entidades estaduais perante a União, evita que o Estado fique impedido de contrair empréstimos e receber transferências voluntárias.

h) SIGEO B.I: É uma ferramenta gerencial que proporciona maior usabilidade ao Portal da Transparência e ao site Prestando Contas. O acesso pode ser feito também por dispositivos móveis, tais como tablets e smartphones, com a disponibilização de consultas prontas e geração de gráficos interativos, além do geoprocessamento de informações, permitindo maior qualidade e transparência de informações de execução orçamentária e financeira do Estado.

i) SIAFEM/SP: Sistema oficial de contabilidade do Estado de São Paulo. Em 2015 foram implementados novos roteiros contábeis relativos às políticas contábeis referentes à Dívida Ativa, Etapa “Em Liquidação”, Investimentos e Operação de Créditos, já aderentes aos procedimentos previstos no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP. Em 2015, estavam cadastradas, no SIAFEM/SP, 2.141 unidades gestoras ativas, com 12.662 usuários habilitados, no SIAFÍSICO, 13.180 usuários, e no COMUNICA, 8.667 usuários.

j) SIAFEM.NET: Ferramenta para facilitar a utilização do sistema cujas funcionalidades permitem a automatização da execução da rotina orçamentária e financeira, reduzindo-se o tempo de dedicação do usuário SIAFEM/SP aos processos de trabalho junto ao sistema. No final de 2015, foi desenvolvimento novo formato de apresentação de dados do sistema, de modo a propiciar maior facilidade aos usuários.

k) Site Folha de Pagamento: Por meio do Portal da Secretaria da Fazenda é possível acessar o serviço Folha de Pagamento, no endereço www.fazenda.sp.gov.br/folha/nova_folha/, onde são disponibilizados, a cerca de 522 mil servidores públicos ativos e aos que percebem complementação de aposentadoria (Lei nº 4819/58), pensões especiais e pensão alimentícia, e ainda às Unidades Setoriais das Secretarias de Estado, os seguintes serviços/consultas:

- ✓ aos servidores e beneficiários (mediante senha): comprovante Anual de Rendimentos (exercícios 2002 a 2015); e demonstrativo de pagamento (desde janeiro/1993);
- ✓ aos inativos (cerca de 250 mil): o período disponível de consulta é de janeiro/1993 a maio/2011, mês em que essa folha de pagamento foi transferida para a SPPREV - São Paulo Previdência;

- ✓ às unidades setoriais: Encargos Sociais - informações referentes ao valor do salário contribuição dos servidores para efeito de recolhimento da contribuição ao RGPS, FGTS etc.; e Comunicado de Ocorrências, que possibilita aos órgãos de pessoal agilizar informações sobre ocorrências de dispensa, exoneração, falecimento entre outras, diminuindo as situações de pagamentos efetuados a maior pela demora de comunicação;
- ✓ às entidades consignatárias e servidores: informações sobre consignação em folha de pagamento.

l) Sistema de Informações Gerenciais de Pessoal – BI Folha: Instrumentalizar usuários e gestores, permitindo-lhes a extração de relatórios gerenciais da folha de pagamento da Administração Direta (Secretarias). A análise mais rápida e eficiente, possibilitando correções, além de proporcionar transparência dos gastos, auxilia na tomada de decisões com relação aos gastos públicos, podendo ser consultado um período de 36 meses. Em construção, painéis de consultas pré-elaboradas para facilitar a extração de informações.

m) WORKFLOW: Integrado ao Sistema da Folha de Pagamento, captura informações, insere documentos judiciais, padroniza a forma de trabalho, centraliza a localização dos processos e o Centro de Informações ao Poder Judiciário do DDPE demanda aos Centros de Despesa do Departamento, o preparo de planilhas e apostilas de obrigação de fazer com o objetivo de agilizar o atendimento de demandas judiciais. Em 2015 extraiu informações cadastrais de 113.470 servidores, subsidiando o atendimento à execução nas demandas judiciais, diminuindo o gasto de papel e aumentando a eficiência para cumprir as tarefas no prazo estipulado. A primeira fase de modernização do Workflow, com melhorias às rotinas de trabalho, ocorreu em fevereiro/2015. Encontra-se em especificação a próxima fase, que consiste na implementação do fluxo de trabalho dos processos que dão entrada nos Centros Regionais de Despesa de Pessoal, oriundos dos Juizados Especiais e Varas da Fazenda Pública do Interior do Estado, bem como a integração com Procuradoria Geral do Estado.

n) Recadastramento: O recadastramento dos beneficiários de complementação de aposentadoria, pensão da Revolução Constitucionalista de 1932, pensões parlamentares e pensões de caráter especial envolve aproximadamente 51.902 beneficiários. Para as situações de ausência de recadastramento, o pagamento do benefício (complementação de aposentadoria – Lei nº 4819/58 e pensões especiais) fica suspenso até a sua regularização.

o) SISOBI: Cruzamento do Sistema de Despesa de Pessoal do Estado – SDPE com a base de dados do Sistema de Óbitos – SISOBI, disponibilizado pela Previdência Social. Propiciou em 2015, uma economia de cerca de R$ 6,56 milhões aos cofres públicos, com a identificação de 2.599 aposentados falecidos e beneficiários de complementação de aposentadoria/pensão.

p) Fale Conosco – Correio Eletrônico: Em 2015 foram prestados 10.697 atendimentos de prestação de informações e esclarecimentos inerentes a pagamento dos servidores públicos ativos e aos que percebem complementação de aposentadoria (Lei nº 4819/58), pensões especiais e pensão alimentícia, envolvendo orientações relacionadas à legislação de pessoal, folha de pagamento, e aos usuários da internet quanto ao acesso dos serviços disponibilizados, tais como, consulta ao demonstrativo de pagamento, comprovante de rendimentos e criação de senha.

q) Sistema Integrado da Receita – SIR: Este Sistema é acessado pelo endereço eletrônico www.fazenda.sp.gov.br/receitacaf/UsoGeral/Login.aspx, destinado à previsão orçamentária e acompanhamento da arrecadação das receitas estaduais (Tesouro, Vinculadas Estaduais, Fundos Especiais de Despesa, Receitas Próprias das Autarquias, Fundações e Empresas Dependentes, Transferências Federais e Operações de Crédito). Os dados do sistema são utilizados para o cálculo e análise dos pedidos de confirmação de excesso de arrecadação, superávit financeiro e retorno da receita diferida. No processo de elaboração da proposta orçamentária do Estado, o sistema disponibiliza módulo de cálculo para inserção de dados e permite consolidar as projeções das receitas para o exercício.

r) Sistema de Controle de Consignações – SCC: O sistema foi desenvolvido pela Câmara Interbancária de Pagamentos – CIP, mediante convênio firmado entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Fazenda, a FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos e a CIP, e disponibilizado em 2014, integrado com a folha de pagamento das Secretarias, Polícia Militar e Autarquias, propiciando os seguintes benefícios:

- ✓ O servidor público, por meio do site www.saopauloconsig.org.br, poderá consultar as taxas do custo efetivo total praticadas pelas instituições bancárias para os empréstimos, fazer simulações para obtenção de crédito consignado, bem como fazer o controle e gerir a margem consignável;
- ✓ As entidades consignatárias (associações, sindicatos, instituições bancárias etc.) terão acesso único para incluir e gerenciar toda consignação em folha de pagamento, no exato momento da contratação de produtos e serviços pelo servidor, desde que este possua margem consignável disponível.

Operações realizadas no exercício de 2015:

Entidades credenciadas	Qtde	Total de lançamentos de consignação em folha de pagamento	Valor consignado (em R$)	Valor custeio – receita do Estado (em R$)
Não financeira	174	11.321.401	819.286.745,24	8.192.867,45
Financeira (bancos)	16	5.459.214	3.309.052.729,86	33.090.527,30
Total	190	16.780.615	4.128.339.475,10	41.283.394,75

Sistemas em Desenvolvimento

a) Projeto RH-FOLH@ - Sistema de Gestão Integrada de Recursos Humanos e de Folha de Pagamento: A implantação do RH-FOLH@ é de responsabilidade das Secretarias de Planejamento e Gestão e da Fazenda. Os principais objetivos desse projeto são: i) desenvolver e implantar um sistema para a gestão unificada e integrada dos recursos humanos do Estado de São Paulo, que atenda as Secretarias e Autarquias; ii) modernizar o sistema de folha de pagamento (SDPE) que atende as Secretarias de Estado, a fim de diminuir o processamento manual e automatizar o cálculo retroativo; e iii) preparar o SDPE para ser um sistema único e integrado, que possa atender futuramente as autarquias, a Polícia Militar e a SPPREV. O projeto está em desenvolvimento, sob a responsabilidade técnica do Departamento de Tecnologia da Informação - DTI da SEFAZ e da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP. Em 2015 foram entregues os produtos trilha de auditoria, rotina contábil e novo cálculo da folha (parametrização e cálculo retroativo). O novo cálculo da folha de pagamento foi implantado em abril de 2015, com crédito no mês de maio de 2015. Em dezembro de 2015 foi concluído o ajuste sistêmico do cálculo retroativo automático, tendo início a fase de testes e paralelos, com previsão de entrada em produção em abril de 2016.

Principais mudanças:

	Situação Atual	Após a implantação do Projeto
Servidor	Solicita as concessões de benefícios e vantagens ao setorial de RH.	Com os dados do servidor inseridos no sistema de Gestão de RH, as concessões de benefícios e vantagens serão realizadas de forma automática.
Servidor que trabalha na folha de pagamento	Recebe a documentação dos setoriais de RH, realiza o cálculo retroativo manualmente e insere as informações no sistema de Folha de Pagamento.	Processo automático, liberando a equipe para atuar na orientação, monitoramento e fiscalização das informações.
Setoriais e sub-setoriais de RH	Armazena e centraliza as informações da vida funcional dos seus servidores em papel e planilhas locais.	As informações da vida funcional dos servidores estarão registradas em um sistema único, permitindo a consulta e a atualização de dados.

b) Sistema de Custos dos Serviços Públicos: O projeto visa o aprimoramento da gestão das finanças públicas, incorporando o elemento custo no processo de planejamento e aferição do gasto dos serviços públicos. A implementação do Sistema de Custos dos Serviços Públicos – SCSP conta com a cooperação técnica do Fundo Monetário Internacional – FMI. Uma vez

implantado, o Sistema de Custos proverá informações gerencias para subsidiar a tomada de decisões; propiciará comparações entre os custos dos serviços prestados pelas entidades públicas de mesma natureza; apoiará, com dados, a formulação do plano plurianual, proposta orçamentária e planos setoriais, com maior realismo e precisão às projeções financeiras; disponibilizará informações à sociedade do custo de cada serviço prestado de forma clara e transparente. O sistema encontra-se em efetiva utilização na Secretaria da Administração Penitenciária, com geração de relatórios gerenciais, e em fase de homologação na Secretaria da Educação, com ajustes necessários à integração de despesas de custeio. Na Secretaria da Saúde, devido à sua complexidade, foi adotada como estratégia, a implantação do sistema em um hospital, e gradualmente, a replicação em outros hospitais. Estima-se para 2016 a homologação do sistema na Fundação CASA, juntamente com o plano de expansão a outras Secretarias e entidades estaduais.

c) Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público: A convergência da contabilidade pública aos padrões contábeis internacionais é um processo que envolverá grandes mudanças na gestão pública e nos sistemas existentes, exigindo a necessidade de revisão de processos de trabalho e de controle e geração de informações não existentes hoje. Dessa forma é um projeto amplo, de longo prazo, e que envolverá todos os órgãos e entidades do Estado. No exercício de 2015, a Contadoria Geral do Estado, em trabalho conjunto com a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI, iniciou a 2ª fase do projeto de convergência às normas internacionais de contabilidade no Estado de São Paulo, que contempla a avaliação e a adaptação de sistemas de informações e de processos, bem como a implementação de novos controles patrimoniais os quais deverão atender aos requisitos dos registros contábeis conforme exigem as normas vigentes de contabilidade aplicadas ao setor público. Serão elaboradas 15 políticas contábeis, que abrangerão a especificação de regras gerais base para a definição de como serão tratados os registros das informações no sistema de contabilidade. Estão previstas também a elaboração de material instrutivo para dar suporte à implantação dos novos procedimentos para registro no sistema e a capacitação como forma de disseminar o conhecimento em todas as unidades dos órgãos e entidades do Estado. Até o momento foram elaboradas 10 políticas contábeis, a saber: i) Etapa em Liquidação, ii) Investimento, iii) Dívida Ativa, iv) Operações de Crédito, v) Receitas e Despesas por Competência, vi) Estoques, vii) Bens Móveis, viii) Imóveis, ix) Intangíveis e x) Provisões, sendo que as quatro primeiras (i a iv) estão em processo de implementação. Ainda em 2015 foram realizadas alterações no SIAFEM/SP, contando com a parceria do Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO e Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP, atendendo aos ajustes definidos pela 6ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP.

d) Sistema de Administração de Materiais – SAM: Sistema de gestão dos materiais consumíveis e bens permanentes. Automatiza tarefas e fornece informações operacionais e gerenciais. O SAM está integrado aos demais sistemas da administração financeira utilizando a estrutura organizacional, as informações de empenhos e planos de trabalho do SIAFEM/SP, e a codificação de materiais do Sistema Integrado de Informações Físico-Financeiras – SIAFISICO e da Bolsa Eletrônica de Compras - BEC/SP. Ele foi homologado na Secretaria da Administração Penitenciária e na Fundação CASA em 2014. Em 2015 foi ativado na Secretaria da Fazenda e no IMESC, e foram iniciadas as implantações na Secretaria de Agricultura e Abastecimento e no DETRAN. Até meados de 2017, o sistema deverá estar ativado em cerca de 20 Secretarias e 12 entidades da Administração Indireta.

Coordenadoria da Administração Tributária

Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal – "Nota Fiscal Paulista" (Lei Estadual nº 12.685, de 28 de Agosto de 2007)

Principais ações desenvolvidas em 2015: a) No âmbito do direito do consumidor foi lavrado um lote piloto com notificações pelo Domicílio Eletrônico do Contribuinte, DEC, no qual 104 fornecedores foram autuados e cerca de 600 denúncias foram analisadas. No total, foram gerados 201 autos de infração; b) Desde o início do programa já foram lavrados 60.933 autos de infração, referentes a 264.328 denúncias e 49.328 fornecedores autuados. Até o final de novembro de 2015 foram arrecadados R$ 74,4 milhões com essas autuações; c) Foram realizados diversos aprimoramentos no sistema NFP, deixando-o mais seguro para a

administração e mais simples de utilizar para o consumidor; d) Alterada a sistemática de transferência de créditos para as contas bancárias dos consumidores para que seja realizada através da Comissão Interbancária de Pagamentos - CIP (5 bancos), tendo reduzido drasticamente a quantidade de DOCs/TEDs realizados através do Banco do Brasil, gerando uma economia anual de mais de R$ 1 milhão; e) Entrega do sistema para tratamento das denúncias espontâneas sobre não transmissão de REDF – Registro Eletrônico do Documento Fiscal no prazo estabelecido pela legislação; e f) Os números do Programa continuam expressivos, valores acumulados desde o início do Programa até 30 de novembro de 2015. Até o final de novembro de 2014 foram arrecadados R$ 50,9 milhões com essas autuações.

Total distribuído	**R$ 13.440.823.911,00**
Créditos distribuídos	R$ 12.055.023.911,00
Prêmios distribuídos	R$ 1.385.800.000,00
Usuários cadastrados	**18.053.367**
Notas/Cupons Fiscais processados	41.851.219.418
Estabelecimentos cadastrados	1.037.105
Adesões ao Regulamento do Sorteio	16.241.760

SPPREV – São Paulo Previdência

Pensões Civis e Militares

Visando a eficiência e celeridade das concessões, foi dada continuidade em 2015 ao trabalho para aumentar produtividade de concessão de pensões, com o aprimoramento de indicador de pensão por morte para: (1) finalização de todos os protocolos dos fluxos de habilitação inicial, inclusão e reinclusão solicitados no período de 01/06/2009 (início de pagamento do benefício previdenciário pela SPPREV) à 31/12/2014; (2) aumentar o percentual dos benefícios concedidos (habilitação inicial) em até 20 dias que foram solicitados no exercício de 2015; e (3) reduzir o prazo médio do fluxo de inclusão e reinclusão para 20 dias cujo protocolos foram solicitados no exercício de 2015.

Foi dada continuidade aos trabalhos do ano de 2012 projeto conjunto das Diretorias de Benefícios Servidores Públicos Civis e Militares, por meio de suas Gerências de Pensões, a fim de rever concessões de pensões cujos óbitos de instituidores tenham ocorrido após a edição da Federal nº 9.717/98, em consonância com entendimento do Parecer Administrativo nº 15/2012 da Procuradoria Geral do Estado (PGE).

De acordo com o artigo 5º da Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, os Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS – não podem conceder benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social – RGPS – de que trata a Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991, salvo disposição em contrário da Constituição Federal. Observe-se que o inciso XII e § 4º do artigo 24 da Constituição Federal estabelecem que a competência para legislar sobre previdência social é concorrente entre a União, Estados e Distrito Federal, e há prevalência de Lei Federal sobre Lei Estadual para normas gerais em matéria previdenciária.

Deste modo, todos os benefícios diversos dos previstos no RGPS que haviam sido concedidos ao longo destes anos pelo IPESP e CBPM, até 06/07/2007, e após pela SPPREV, foram objetos de revisão em sede administrativa, respeitados os procedimentos e prazo de 10 (dez) anos previstos na Lei Estadual nº 10.177/98, cerca de 8500 (oito mil e quinhentos) benefícios foram revistos. Devido as demandas judiciais os processos não apresentaram a produtividade de extinção esperada. A providência tomada pela SPPREV foi a suspensão dos benefícios para os beneficários apontados no escopo do projeto de revisão das pensões instituídas após a edição da Lei Federal nº 9717/98.

No exercício de 2015 para os benefícios de pensão por morte de ex-servidor civil e militar foi dado continuidade ao trabalho de manutenção dos benefícios realizando as devidas revisões quando necessário. A revisão das pensões aplicando a Lei 9717/98 não foi concluída. Na Diretoria de Benefícios Civis restam 487 processos em andamento.

A Diretoria de Benefícios Civis - DBS efetivou também a finalização da regularização do pagamento de aproximadamente 30 mil benefícios de pensão por morte, em razão do Parecer PA nº 29/2014, que disciplina o entendimento sobre a fórmula de cálculo da paridade e sua aplicação no benefício de pensão por morte.

Realizou acerto no critério do reajuste anual do benefício previdenciário, a partir da regularização da base de cálculo de pensão por morte, nos termos do entendimento firmado em parecer emitido pela PGE e alteração do layout do Demonstrativo de Pagamento do público objeto desta ação.

Aplicou entendimento firmado pela Procuradoria Geral do Estado, através do Parecer PA 06/2015, disciplinando entendimento acerca da aplicação do teto remuneratório às pensões decorrentes de falecimento de magistrado em face de decisão liminar proferida pelo STF na ADIN 3854.

Participou na elaboração da Portaria SPPREV nº 8442/2015, cuja elaboração disciplina o estudo e acompanhamento das alterações da política de Cargos, Salários e Carreiras das Secretarias de Estado (Administração Direta), Autarquias (Administração Indireta) e demais Poderes do Estado, que exerçam reflexos financeiros em aposentadorias e pensões por morte pagos pela Diretoria de Benefícios de Servidores Públicos, assimilados por critérios específicos visando a aplicação de reajustes, reenquadramentos e alterações/parametrização na folha de pagamento dos respectivos benefícios civis, atribuindo tais competências às Supervisões de Pagamento de Aposentadoria e Supervisão de Pagamento de Pensão do ex-servidor, respectivamente representadas pelo supervisor titular e, na sua ausência, pelo respectivo substituto legal, a referida portaria a partir da data de sua publicação, tornando sem efeito a Portaria nº 32/2014, a qual instituiu o Grupo de Critério de Folha. Objetivando a uniformização de entendimentos, bem como a elaboração de critério de reajuste comum, quando houver assuntos pertinentes a ambas supervisões.

Na Diretoria de Benefícios Civis - DBS foram realizadas aproximadamente 12 (doze) mil atividades de manutenção classificadas em: revisão e reanálise de pagamento (865), reversões de cota parte (742), análises de requerimentos de resíduos de pensão por morte (918); planilha de apuração de resíduos de pensão por morte (3000); instaurações de procedimento de invalidação/ extinção de benefícios (147). Foram realizadas ainda, 4486 análises de rubrica, 3.807 atualizações em folha de pagamento, alterações cadastrais, isenções de imposto de renda e contribuição previdenciária parcial, pagamento de saldo de pensão e emissão de certidões, além do cumprimento de aproximadamente 8.300 demandas judiciais. Foram eliminados 818 requerimentos de concessão anteriores a Janeiro/2015, equivalente a 90% dos protocolos em estoque.

O Total de protocolos deferidos em 2015 pela DBS – Diretoria de Benefício Civil foram de 3655 benefícios de pensão por morte inicial e de 296 benefícios de reinclusão. Número de Pensão por Morte Civil paga pela SPPREV - 79.908 benefícios; Número de beneficiários - 92.490 beneficiários; Número benefícios concedidos em 2015 - 3655 benefícios; Média Mensal em 2015 - 304 benefícios

No exercício de 2015 foram concedidos 1.098 novos benefícios de pensão por morte militar pela DBM - Diretoria de Benefício Militar. Número de Pensão por Morte Militar paga pela SPPREV - 27.239 benefícios; Número de beneficiários - 37.405 beneficiários; Número de benefícios concedidos em 2015 - 1098 benefícios; Média Mensal em 2015 - 91 Benefícios.

Na Diretoria de Benefício Militar foi dado prosseguimento às medidas administrativas para revisão de benefícios de pensões cujos óbitos de instituidores tenham ocorrido após a edição da Lei Federal nº 9.717/98, em consonância com entendimento dos Pareceres Administrativos nº 15/2012 e nº 75/2013 da Procuradoria Geral do Estado (PGE). Pretendia-se concluir esta atividade no exercício de 2015. Não concluímos, pois existem alguns processos pendentes, decorrentes de recursos interpostos pelas beneficiárias.

Dentre os trabalhos desenvolvidos na gestão dos benefícios de pensão por morte de militares no ano de 2015, destaca-se que foi dado prosseguimento ao trabalho realizado nos anos anteriores, e, buscando dar maior eficiência, foram aprimorados os indicadores de habilitação, inclusão e reinclusão de pensão para 20 dias, garantindo maior celeridade nas concessões. Neste diapasão, lançamos, igualmente, como outro indicador, a redução do estoque, alcançando, com isto, a conclusão de cerca de 250 protocolos.

Destacam-se também as ações promovidas pelo núcleo de inteligência previdenciária – NIP – que com intuito de rever os benefícios, de modo a evitar a ocorrência de eventuais fraudes, valeu-se de subsídio de outros órgãos públicos, como INSS, DETRAN, Receita Federal, entre outros, para promoverem averiguação/investigação social para apuração da existência de união estável ou verificação da manutenção da condição de invalidez para o trabalho de algumas classes de beneficiários.

Na diretoria de Benefício Militar – DBM foram instaurados mais 183 (cento e oitenta e três) procedimentos administrativos, que observam o rito estabelecido na Lei Estadual nº 10.177/98. Sendo, 133 de extinção por união estável, 35 de invalidação de ato de reversão e outros 15 por motivos diversos que geraram a perda da qualidade de beneficiário.

Aposentadoria Civil

Na Diretoria de Benefícios Civis – DBS foram tomadas providências visando a eficiência e celeridade das concessões para o benefício de aposentadoria. Foi dada continuidade em 2015 ao trabalho para aumentar produtividade de concessão de aposentadoria, com o aprimoramento de indicador para: (1) Finalizar de todos os protocolos solicitados no período de 01/06/2010 (data que o benefício passou a ser concedido pela SPPREV) à 30/04/2013 (Estoque I); (2) Finalizar 60% dos protocolos solicitados no período de 01/05/2013 à 30/09/2014 (Estoque II); e (3) reduzir o prazo médio do fluxo de aposentadoria para 54,41 dias cujos protocolos foram solicitados no período de 01/10/2014 à 31/12/2015.

Com a implementação de melhorias no Sistema de Gestão Previdenciária e na gestão, foi dada em 2015 continuidade ao trabalho de redução do prazo de concessão de Aposentadoria com o atingimento da média de 34,36 dias no final do mês de dezembro, ultrapassando a meta estabelecida no processo de Bonificação por Resultado/BR. O total de novos benefícios de aposentadoria concedidos/publicados pela autarquia no ano foi de 13.688 benefícios, 63,23% atendendo a Secretaria de Educação e 36,77% atendendo as demais secretarias do Estado de São Paulo.

Otimização do tempo na concessão do benefício de Aposentadoria: (1) Ao longo do exercício de 2014 realizou a implementação da 1ª fase do Projeto VTC – Validação de Tempo de Contribuição e WebService com a Secretária da Educação, que consiste na atualização das regras de contagem de tempo para fins de aposentadoria, além da integração dos dados funcionais dos servidores da Secretária da Educação via WebService no Sistema de Gestão Previdenciária – SIGEPREV. Em 2015 a Diretoria de Benefícios de Servidores Públicos através de sua Gerência de Aposentadorias deu prosseguimento a 2ª fase do Projeto VTC e Webservice com a Secretária da Educação, consistente na atualização das regras de contagem de tempo para fins de aposentadoria, ajustes na integração de dados funcionais da Secretária da Educação do "webservice" (troca de informações via base de dados) no Sistema de Gestão Previdenciária – SIGEPREV. A 2ª. fase do projeto, objeto de intenso foco e dedicação, consiste na emissão da Contagem de Tempo de Contribuição/Serviço pelo próprio SIGEPREV, que resultará na uniformidade das informações funcionais, celeridade no prazo de concessão, resultando na prestação de serviços previdenciários de qualidade aos nossos clientes internos (RH-órgãos de origem) e clientes externos (servidores-segurados). Cabe informar que o referido sistema encontra-se em fase de testes para homologação em parceria com o RH da própria Secretária da Fazenda iniciado em dezembro/2015 com a expectativa de implantação até março/2016.

Novas Atividades: (1) Como informado no relatório de atividades do exercício de 2014, a migração da aposentadoria das Autarquias da Administração Indireta, fora iniciada em julho de 2014 (novas concessões) e finalizada com a migração do legado dos inativos na folha de pagamento em janeiro de 2015, finalizando o projeto migratório das seguintes autarquias que compõem a Administração Indireta, sendo: DAESP (48), FAMERP (3), HCSP (703), IAMSPE (9), IMESC (46), SUCEN (142), SUTACO (2), DAEE (327), DER (4777), CEETEPS (716), totalizando 6.773 aposentadorias. (2) No final do 2º semestre a DBS concluiu as tratativas para a migração

de 31 benefícios do antigo ECONOMUS, em face do Parecer PA nº 21/2015 que disciplinou a competência no pagamento e manutenção dos proventos de ex-servidores autárquicos do extinto Banco Caixa Econômica do Estado de São Paulo não optantes pelo regime celetista, nos termos das Leis Estaduais nº 10.430/71 e 3.571/82 para esta SPPREV.

Medidas Adotadas: (1) TREINAMENTO CGRH – Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos do Estado de São Paulo e SPPREV - Como parte das ações de gestão previdenciária, a gerência de aposentadoria ao longo do exercício de 2015, deu continuidade ao programa de treinamento/ atualização previdenciária juntos aos diversos RH's dos órgãos de origem, visando discernir dúvidas sobre regras previdenciárias, documentos exigidos na Portaria Spprev 25/2012 e utilização do módulo de concessão de aposentadoria do Sistema de Gestão Previdenciária – SIGEPREV. Criação do canal newsletter dos RHs. (2) Estudo e acompanhamento das alterações da política de Cargos, Salários e Carreiras - Elaboração da referida portaria, disciplinando o estudo e acompanhamento das alterações da política de Cargos, Salários e Carreiras das Secretarias de Estado (Administração Direta), Autarquias (Administração Indireta) e demais Poderes do Estado, que exerçam reflexos financeiros em aposentadorias e pensões por morte pagos pela Diretoria de Benefícios de Servidores Públicos. Assimilados por critérios específicos visando a aplicação de reajustes, reenquadramentos e alterações/parametrização na folha de pagamento dos respectivos benefícios civis, atribuindo tais competências às Supervisões de Pagamento de Aposentadoria e Supervisão de Pagamento de Pensão do ex-servidor, respectivamente representadas pelo supervisor titular e, na sua ausência, pelo respectivo substituto legal, a referida portaria a partir da data de sua publicação, tornando sem efeito a Portaria nº 32/2014, a qual instituiu o Grupo de Critério de Folha. Esta portaria objetiva a uniformização de entendimentos, bem como a elaboração de critério de reajuste comum, quando houver assuntos pertinentes a ambas supervisões – publicação de Portaria SPPREV nº 8442/2015. (3) Arquivamento/cancelamento de protocolos de aposentadoria pendentes no Sistema de Gestão Previdenciária - considerando que a concessão de aposentadoria é ato administrativo complexo, desenvolvendo-se, em duas etapas, sendo a primeira realizada no departamento de recursos humanos do órgão de origem do servidor e a segunda na SPPREV, objetivando a suspensão do curso dos processos de aposentadorias pelo período máximo de 30 dias, ficando a SPPREV durante o período de suspensão à disposição dos órgão de recursos humanos de origem para saneamento de dúvidas. Tal medida, objetiva o andamento dos protocolos de aposentadorias sem andamento administrativo por inércia dos órgãos de origem – publicação de Portaria SPPREV nº 196/2015. (4) Instrução dos processos de aposentadoria especial (agentes nocivos, químicos, físicos e biológicos) - Participação no grupo de estudos coordenado pela Procuradoria Administrativa da Procuradoria Geral do Estado com intuito de disciplinar no âmbito estadual, procedimentos necessários à instrução dos processos de aposentadoria especial com fundamento no Art.40, § 4º, III, da Constituição Federal de 1988, combinada com Art.57, da Lei 8.213/1991, em complementação aos procedimentos dispostos na Portaria SPPREV nº 25, de 27/01/2012. Considerando os Pareceres PA nº 119/2011, 46/2013, 49/2013, 102/2014, 133/2014 e Parecer CJ/SPPREV nº 322/2015, todos da Procuradoria Geral do Estado, bem como as Resoluções SRT nº 33/1986 e nº 37/1987 e Normas Técnicas Regulamentadoras – NTR. Considerando também a Norma Técnica nº 02/2014/CGNAL/DRPSP/SPPS/MPS, do Ministério da Previdência Social e instruções normativas editadas pelo INSS sobre a matéria e finalmente a Lei Complementar Estadual nº 432/1985 e sua regulamentação pelo Decreto 25.492/1986. (5) Padronização dos procedimentos de aposentadoria compulsória - A Unidade Central de Recursos Humanos – UCRH, da Secretaria de Planejamento e Gestão, a Coordenadoria da Administração Financeira – CAF, da Secretaria da Fazenda e a São Paulo Previdência, expedem o referido Comunicado Conjunto objetivando orientar os órgãos Setoriais, Serviços de Pessoas do Sistema de Administração de Pessoal da Administração Direta e Autarquias do Estado, quanto à padronização dos procedimentos de aposentadoria compulsória, considerando a edição da Lei Complementar Federal 152/2015, publicada no DOU em 04/12/2015. Dessa forma, os servidores vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), exceto policiais militares, que completarem 75 anos, a partir do dia 04/12/2015 deverão ser aposentados compulsoriamente, nos termos do artigo 40, § 1º inciso II, da Constituição Federal combinado com a Emenda Constitucional 88/2015 e Lei Complementar Federal 152/2015.

Na Diretoria de Benefícios Civis - DBS foram realizadas 14.738 concessões de aposentadoria, desses 1.278 aposentadorias por Valor Estimado. Foram realizadas aproximadamente 11.865 atividades de manutenção classificadas em: Imposto de renda (1596); Revisão (1928); Novos

requerimentos (8.341). Foram realizadas ainda cumprimento de 18.132 entradas de demandas judiciais diversas (Cumprimento de ações e subsídios prestados – 17.323).

Número de Aposentadoria paga pela SPPREV - 238.849 benefícios; Número de Concessões em 2015 - 14.738 benefícios; Média Mensal em 2015 - 1.228 benefícios.

Inatividade Militar

No exercício de 2015 foi consolidada a transferência do pagamento do benefício de Inatividade Militar para São Paulo Previdência – SPPREV. Foram realizados ajustes necessários em algumas parametrizações de fórmulas junto ao Sistema de Gestão Previdênciária bem como aprimoramentos em conferência de folha.

No ambiente de troca de arquivos automatizado (dados cadastrais e financeiros dos servidores militares ativos e inativos) entre São Paulo Previdência - SPPREV, Polícia Militar do Estado e Caixa Beneficente da Polícia Militar do Estado – CBPM significativos refinamentos nas trocas de informações foram firmados aumentando com isso, a segurança e agilidade na prestação de serviços de todas as instituições envolvidas.

Durante o exercício de 2015 todos os arquivos físicos de pensões alimentícias de policiais militares que não se encontravam no serviço ativo da Corporação foram transferidos à São Paulo Previdência para triagem, digitalização (SIGEPREV) e posterior remessa à Caixa Beneficente da Policia Militar do Estado. Serviço este que será desenvolvido em parceria com a DRS-SPPREV e a CBPM ao longo do exercício de 2016.

Por meio da Portaria do Sr. Diretor Presidente da SPPREV nº 174 de 23-10-2015, criou-se a Comissão dos Trabalhos entre a SPPPREV e a Polícia Militar, com o intuito de se prover as seguintes atividades: I – migração da base de dados de folha de pagamento e reposição ao erário para efeito de cálculo de atrasados; II – demais obrigações judiciais e administrativas; III – digitalização de documentos afestos à consulta pela SPPREV; IV – desenvolvimento de procedimento informatizado para a reforma ex officio dos militares da reserva via sistema já utilizado para a reserva a pedido; V – adequação e definição de procedimentos de COMPREV Militar; VI – adequação de procedimento de concessão e automação de implantação de quinquênios concomitantemente com o ato de inatividade; VII – adequação e desenvolvimento de rotina para homogação da Certidão de Tempo de Contribuição e módulo de averbação de tempo de serviço via sistema informatizado acessível por ambas as instituições.

As Supervisões de Inatividade Militar, Supervisão de Pagamento de Militares e Supervisão de Manutenção de Inatividades Militares permaneceram exercendo as atividades anteriormente apresentadas no relatório do ano calendário de 2014. No exercício de 2015 foram homologados 3.658 novos benefícios de inatividade militar pela Diretoria de Benefício Militar da SPPREV.

Novas Inatividades Homologadas pelo SIGEPREV/ SPPREV – 2015. Número de Inatividade paga pela SPPREV - 54.817 benefícios; Número de Homologações em 2015 - 3.658 benefícios; Média Mensal em 2015 - 305 benefícios.

Certidão de Tempo de Contribuição – CTC (Homologação)

Desde a publicação da portaria SPPREV nº 428 de 2013, atribuindo competências e celeridade à conferência e homologação da Certidão de Tempo de Contribuição – CTC a aurtarquia obteve resultados positivos.

Ao longo do exercício de 2015 foram realizadas algumas ações visando a melhoria no gerenciamento e fluxo dos processos de homologação de Certidão de Tempo de Contribuição e diminuição do estoque, dentre elas a disponibilização de funcionária lotada na Secretaria da Educação para acompanhamento e verificação in loco (SPPREV-SAF) das certidões emitidas por esta Secretaria com o intuito de diminuir o elevado número de devoluções de processos por motivo de exigências.

Realizamos ainda reuniões com a Coordenadoria de RH e convocações de unidades de recursos humanos com reiterados problemas de devolução para instruções e aprimoramento do trabalho de homologação das certidões.

CTC – Certidão de Tempo de Contribuição Homologadas no exercício de 2015: Número de CTC Analisadas -18.339; Número de CTC Homologada - 11.581; Média Mensal Homologadas – 965; Saldo total (Estoque) - 7.054.

Emissão de certidão negativa de débito de contribuição previdenciária (CND)

Desde o exercício de 2014 é atividade realizada pela DAF/Diretoria de Administração e Finanças – Supervisão de Controle e Arrecadação.Atualmente trabalha-se com as informações do próprio mês, ou seja, não temos estoque e os novos pedidos de certidão, caso as contribuições quando do período de afastamento tenham sido feitas da forma correta, são atendidos no prazo máximo de 10 dias úteis.O número de Certidões Negativas de Débito emitidas em 2015 foi de 1654.

COMPREV

O Estado de São Paulo possui protocolado junto ao INSS, por meio de sistema federal administrado pela DATAPREV, 43.277 mil requerimentos de RO (Regime de Origem) de compensação previdenciária. Em contrapartida, o INSS tem protocolado junto ao Estado de São Paulo 10.595 requerimentos de compensação previdenciária.

No exercício de 2015 o INSS concedeu 3.366 requerimentos de compensação previdenciária, gerando R$ 96,5 milhões ao Estado de São Paulo. Em contrapartida a DBS SCO concedeu 1.072 requerimentos ao INSS que correspondeu a R$ 23,4 milhões de compensação reconhecidos à autarquia Federal. Os requerimentos de benefícios anteriores a 06/05/99 aprovados, tiveram o reconhecimento dos créditos do estoque em R$ 6,7 milhões em favor do Estado de São Paulo.

Em junho de 2015 foi implementada a proporcionalidade prevista na legislação federal, sendo que o RPPS Paulista manteve o percentual de requerimentos decididos maior do que o percentual de decisões do INSS, destacando-se em comparação aos demais RPPS's (Estaduais e Municipais), que tiveram em sua maioria os valores de compensação bloqueados com a execução desta medida.

Desde a implementação da proporcionalidade até o final do exercício, o INSS aumentou o índice de proporção das decisões em 2,7 pontos percentuais, enquanto SPPREV teve elevação em 4,9 pontos percentuais, um crescimento 80% maior em relação à autarquia Federal.

Atualmente tem-se 31.818 requerimentos deferidos com pagamento ativo, que geram pró-rata mensal de R$ 5.073.783,06 (cinco milhões, setenta e três mil, setecentos e oitenta e três reais e seis centavos). Com base nos valores médios recebidos em 2014, e considerando que a totalidade dos requerimentos protocolados sejam aprovados, são estimados o recebimento de R$778.986.000 milhões relativos a valores atrasados e ainda de R$ 6.900.950,42 (seis milhões, novecentos mil, novecentos e cinquenta reais e quarenta e dois centavos) de pró-rata que, somando-se a já atualmente recebida passaria para mais de R$ 11 milhões/mês.

Em contrapartida, o INSS tem protocolado junto ao Estado de São Paulo 10.595 requerimentos de compensação previdenciária, que, se aprovados, gerariam R$ 116.545.000,00 milhões de valores atrasados e ainda R$ 1.616.585,10 (um milhão, seiscentos e dezesseis mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e dez centavos) de pró-rata, considerando-se as médias pagas em 2014.

Atualmente tem-se 7.266 requerimentos deferidos ao INSS, com pagamento ativo, que geram pró-rata mensal de R$ 1.108.670,11 (um milhão, cento e oito mil, seiscentos e setenta reais e onze centavos). Somando-se ao total estimado de pró-rata para os requerimentos restantes (10.595), esse montante passaria para R$ 2.725.255,21/mês. Tem-se reconhecido os valores de R$ R$ 207.543.073,61, referente ao estoque.

Medidas Adotadas: (1) Otimização de tempo para requerimento COMPREV - Previsão de disponibilização da Tela de Requerimento COMPREV para todas as Secretarias da Administração Direta, Autarquias da Administração Indireta, Outros Poderes e Universidades no Sistema de Gestão Previdenciária – SIGEPREV até o final do exercício de 2016.

Economia com a Eliminação de Pagamentos Indevidos: O cancelamento de pagamento de segurados em virtude de identificação de benefícios e/ou valores de benefícios indevidamente percebidos (fraude previdenciária), fruto de cruzamentos entre as bases de dados cadastrais do SIGEPREV e outros órgãos/entidades e de ações diretas da Autarquia, gerou para os cofres do Estado de São Paulo uma economia baseada em cálculo atuarial trazido a valor presente da ordem de R$ 358.397.073,53 (Trezentos e cinquenta e oito milhões, trezentos e noventa e sete mil, setenta e três reais e cinquenta e três centavos) entre os meses de janeiro e dezembro de 2015. Nesse âmbito e em atendimento ao art. 9º, II, da Lei nº 10.887/2004, foram dados continuidade a medidas implantadas e/ou consolidadas no exercício anterior:

- Sistema de monitoramento dos participantes - A competência de recadastramento e de recenseamento por parte da autarquia vem sendo legalmente observada por meio de contrato firmado com instituição bancária (Banco do Brasil) e com a empresa contratada para a realização de perícias médicas (Ambiental Qualidade de Vida no Trabalho LTDA).

Realização de 448.987 recadastramento, sendo 409.015 realizados no Banco do Brasil, 37.441 pelo atendimento SPPREV e 2.531 através de visitas domiciliares. Foram atividades realizadas: (1) Agendamento, controle e realização 2531 (dois mil, quinhentos e trinta e um) recadastramentos domiciliares; (2) Análise dos recadastramentos efetuados, com a devida observância ao estipulado pela Portaria 413/2014; (3) Acompanhamento das atividades da empresa contratada para a realização de perícias médicas (Ambiental Qualidade de Vida no Trabalho LTDA). A partir de junho/2014 a empresa Ambiental Qualidade de Vida no Trabalho Ltda. tem realizado as perícias médicas, sendo entregues no total 1.911 laudos médicos no exercício de 2015.

- Núcleo de Inteligência Previdenciária – NIP - A SPPREV estabeleceu um NIP – Núcleo de Inteligência Previdenciária, que em consonância com a Lei Estadual nº 10.177/88, coordena e realiza o monitoramento dos benefícios previdenciários sob sua gestão, promovendo a prevenção e a correção das irregularidades, erros ou eventuais desvios.

Atua na invalidação de benefícios no intuito de cumprir a disposição legal da Lei Federal nº 9.717/98. Esta atividade gerou para os cofres do Estado de São Paulo uma economia baseada em cálculo atuarial trazido o valor presente da ordem de R$ 139.517.730,89 (Cento e trinta e nove milhões, quinhentos e dezessete mil, setecentos e trinta reais e oitenta e nove centavos) entre os meses de janeiro e dezembro de 2015.

Pela Diretoria de Benefícios Civis – DBS durante o exercício de 2015 foram instaurados 52 procedimentos de invalidação e finalizados 373 procedimentos de invalidação, além da instauração de 101 procedimentos de extinção de benefícios e finalizados 130 procedimentos de extinção.

Pela Diretoria de Benefício Militar – DBM durante o exercício de 2015 foram instaurados 50 procedimentos de invalidação e finalizados 84 procedimentos de invalidação, além da instauração de 134 procedimentos de extinção de benefícios e finalizados 144 procedimentos de extinção.

Dentre as principais atividades do Núcleo de Inteligência Previdenciária, destaca-se: (a) Controles Preventivos – evitar a ocorrência de erros, desperdício ou irregularidades; (b) Controles Detectivos – detectar erros, desperdícios ou irregularidades, no momento da ocorrência, permitindo a adoção de medidas tempestivas; (c) Controles Corretivos - detectar erros, desperdícios ou irregularidades depois que já tenham ocorrido, permitindo a adoção posterior de ações corretivas.

Sob este enfoque, destaca-se a realização de ações internas de checagem de cadastros entre o RPPS e o RPPM do Estado de São Paulo para verificação das condições dos beneficiários, além de verificação de casamentos e óbitos pelos respectivos sistemas SEADE (âmbito estadual) e SISOB (âmbito nacional).

Destacamos a realização de averiguação/investigação social. A maioria das averiguações sociais são realizadas para apuração da existência de união estável. Havendo, ainda, casos de verificação da manutenção da condição de invalidez para o trabalho de alguns beneficiários.

Gestão Corporativa: A SPPREV não realizou concurso público no ano de 2015, em razão de não ter obtido autorização governamental.

Até o momento a SPPREV não possui autorização governamental para realização de concurso público em 2016. Está em vigor o Decreto nº 61.466/2015 que veda a admissão e contratação de pessoal, inclusive nas autarquias de regime especial. Houve um decréscimo (pedido de demissão) de 18 vagas em relação ao ano de 2014, o que resultou em uma queda de aproximadamente 5,5% no quadro de pessoal permanente da Autarquia.

Emprego público permanente	Vagas previstas	Vagas ocupadas	% ocupação
Analista em Gestão Previdenciária	95	87	91,58%
Técnico em Gestão Previdenciária	300	248	82,67%
Total	**395**	**335**	**84,81%**

Após concluídos os trabalhos realizados pelas Consultorias FUNDAP – Fundação de Desenvolvimento Administrativo e FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras relatado no relatório do exercício 2014, ao final daquele exercício o Diretor Presidente instituiu uma Coordenação Geral de Grupos de Trabalho (GT) e criação de grupos para tratar de temas como: Gestão de Recursos Humanos, Reestruturação Organizacional, Modernização de Processos e Melhoria no Atendimento.

Os grupos foram formados por membros do quadro permanente e comissionados. Os grupos desenvolverão trabalhos durante 24 (vinte e quatro) meses a partir da sua divulgação. Em 2015 apresentaram os seguintes trabalhos: (1) Proposta de Plano de Cargo e Carreira do Empregado Público da SPPREV; (2) Revisão das competências de supervisões de escritórios regionais; (3) Revisão da Assessoria Econômica e Atuarial; (4) Prospeção e proposição de novas fontes de receitas; (5) Proposta das estruturas organizacionais da DBS e DBM; (6) Reestruturação do Atendimento Presencial da Sede; (7) Criação do Escritório de Projetos; (8) Estudo de canais de atendimento existentes e revisão de sua função, importância e gestão; (9) Elaboração de plano para melhorar a integração com os departamentos de Recursos Humanos dos órgãos de origem; (10) Elaboração de plano para melhorar a comunicação com os servidores ativos; (11) Levantamento e divulgação dos prazos de cada um dos serviços prestados pela SPPREV; (12) Elaboração do Memorial Descritivo do call center, com a inclusão de novos serviços, como agendamentos e totens de atendimento.

Modernização na Infraestrutura e Serviços de Tecnologia da Informação: Os pilares das atividades da área de TI continuaram focadas para a alta performance, disponibilidade e segurança da infra-estrutura de TI. Em 2015 tivemos a elaboração e licitação de grandes contratos, como o de consultoria de TI, hospedagem do site e do principal sistema de gestão da SPPREV, bem como o de locação de scanners. Os principais projetos em 2015 foram: (A) Projetos de infra-estrutura: - Instalação de novos servidores com configurações superiores que garantem maior desempenho e disponibilidade dos serviços alocados; - Atualização do parque de máquinas utilizado, substituindo equipamentos obsoletos trazendo inovação tecnológica e maior desempenho para as atividades exercidas pelos usuários da SPPREV; - Implantação de Firewall na rede da SPPREV trazendo maior confidencialidade, integridade, segurança e disponibilidade aos sistemas tecnológicos. O equipamento permitiu um aumento na segurança do perímetro de Redes da SPPREV protegendo contra ataques externos, como invasão de hackers, ataques de negação de serviço DDos, ameaças de vírus, spywares, malwares, spam entre outros e também um controle do conteúdo acessado. (B) Desenvolvimento de sistemas e melhorias (utilização interna SPPREV): - Sistema de Cadastro OCC (Ordem de Crédito Complementar): Implantação em outro setor da autarquia e melhorias de sistema desenvolvido em 2014; - Sistema TimeSheet: Desenvolvimento de melhorias de controle de horas, estimativas de custo e acompanhamento de medição de horas apontadas pelos recursos da Consultoria de TI; - Sistema de Controle de CTC: Implantação e melhorias do sistema de controle de protocolos de Contagem de Tempo de Contribuição;- Sistema de Arrecadações Diversas: Desenvolvimento de melhorias no sistema desenvolvido em 2014; (C) Extração de relatórios: - Executado levantamento e criação de relatórios para fim de acompanhamento de indicadores de resultado nas áreas fim e meio da SPPREV; - Disponibilização de relatórios na plataforma de BI Oracle.- Reestruturação do Portal BI para alinhamento com os resultados obtidos através de análises de outros setores, objetivando apresentar com precisão os valores no Portal da Transparência – não concluído; - Emissão de relatório para controle de estoque de processos de aposentadoria pendentes, tanto na Origem quanto na SPPREV, com inclusão de novos dados solicitados pela DBS-GAP para facilitar a distribuição de processos nas respectivas supervisões.(D) Implantação de sistemas e recursos de controles e monitoramentos on-line real-time. Objetivo: garantir segurança, alta performance e alta disponibilidade para a estrutura de TI - SPPREV, que conta

com: Parque de máquinas: 778 computadores em uso (102 em estoque) = 880; Usuários de rede: 845 (Funcionários, estagiários e prestadores de serviço); Redes de Dados: 19: 1 Sede; 1 Subsede e 17 Regionais. São monitoradas e gerenciadas à distância. CPD: 78 servidores: 31 físicos e 47 virtuais - Backup diário de 1453,76 Gb.; Telefonia: 698 ramais: 101 digitais e 597 analógicos.(E)Diversas atividades: Foram desenvolvidas diversas atividades com a finalidade de dinamizar o trabalho das áreas fim, através de contínuo aprimoramento de sistemas, bem como aperfeiçoamento de algumas rotinas, com intuito de evitar erros e potenciais riscos à segurança conforme observado no detalhamento abaixo: (1) Digitalização: Aumento da produtividade do Bureau de Digitalização localizado na sede da Autarquia para 200.000 páginas /mês; Retomada de digitalização de legado de aposentadoria e pas de inatividade militar em Bureau da Imesp; Substituição da tecnologia de Management Content, sistema de captura de imagens e Record Management (em teste); Agendamento e controle dos certificados digitais emitidos; (2) Folha de Pagamento: Processamento de 5.467.844 pagamentos durante o ano de 2015, envolvendo recursos e insumos de entrada (carga de informações externas, como Seade, Sisobi, CIAF, Prodesp, Iamspe, CIP e de legislação,entre outros); processamento (recursos humanos e de estrutura lógica) e de saída (arquivos de pagamento, relatórios financeiros e arquivos informativos e de controle); Estruturação e aprimoramento do controle da folha de pagamento, com verificações genéricas e pontuais de eventuais erros, sejam eles sistêmicos e/ou operacionais, e correções necessárias a fim de que os problemas apontados sejam sanados; Atendimento ao Decreto 60435, que instituiu o SCC - Serviço de Controle de Consignações, o que determinou alterações significativas nas rotinas de consignação do SIGEPREV – Sistema de Gestão Previdenciária e dos processos de troca de arquivos dentro da Supervisão de Processamento e Controle; Aplicações de critérios massivos, como reajustes e reenquadramentos de classes; Desenvolvimento de ferramenta de parcelamento de débitos; Alteração das parametrizações de folha tornando proporcional o pagamentos do 13º salário; Criação de ambiente seguro em conjunto com o Banco do Brasil para troca de arquivos, incluindo a introdução de software de controle específico para as transações (em teste).(3) SIGEPREV (Sistema de Gestão Previdenciária): Entrega do módulo Comprev / tela de requerimento; Desenvolvimento do fluxo de VTC – Validação de Tempo de Contribuição (subsidia/ agilidade para análise do processo de concessão de aposentadoria) e novo fluxo de aposentadoria (em teste); Fornecimento de relatórios solicitados tanto pelas áreas fim quanto pelas áreas administrativas; Abertura e acompanhamento de Tickets e Tasks, com foco na correção de problemas pontuais apresentados pelo sistema e no desenvolvimento das funcionalidades do mesmo; Migração da folha de pagamento de aposentadoria das Autarquias em Janeiro de 2015; Início do processo de migração da folha Ecomus (levantamento e simulações), prevista para janeiro de 2016; Aprimoramento no controle de carregamento do cadastro de ativos a partir da criação do status “excluído”.

Relacionamento com Segurado – Atendimento Sede e Regional

Em 2015, visando o aprimoramento dos fluxos de atendimento e melhoria dos serviços prestados pela Gerência de Relacionamento, foram realizadas as seguintes atividades: (1) Resultados: mantivemos o seguinte desempenho nas atividades executadas: Análises técnicas de pensões civis (3.491); Análises de decisão de pensões civis (1.558); Análises da Portaria 25 (443); Análises técnicas de pensões militares (413); Análises de decisão de pensões militares (335); Cálculos judiciais (337); Recadastramentos (36.794); Alterações de conta corrente ex-servidor civil (2.770); Elaboração de respostas sobre revisão de pagamento de aposentadorias; Confecção e emissão de Declaração de Aposentadoria, Declaração de Inexistência, Declaração de viagem Terrestre, Declaração de PIS/PASEP no ato do atendimento; Auxílio à Supervisão de Compensação Previdenciária. (2) Preparação e entrega de manuais: utilizados para treinamento dos servidores em várias tarefas: Manual multimídia para abertura de fluxos no SIGEPREV, SICORP e Digitalização para o atendimento; Manual para utilização do novo fluxo “recebimento de documentos”; Aprimoramento do controle de caixas de digitalização; Atualização dos procedimentos para envio de documentações via malote nos Escritórios Regionais; (3) Outras Melhorias: Implantação de quadro composto de Técnicos em Gestão Previdenciária no atendimento da Sede, visando a melhoria da qualidade no serviço prestado ao usuário com a imediata resolutividade de demandas como alteração de conta, emissão de Declarações e respostas a requerimentos diversos; Contratação de empresa para Recepção e Triagem de documentos visando sistematizar e agilizar os fluxos de trabalho do atendimento presencial; Extinção do fluxo “entrega de documentos – novo” e criação do fluxo “recebimento de documentos”, possibilitando o registro da finalização de fluxos encerrados no próprio

atendimento; Manutenção dos serviços de vigilância e limpeza nos escritórios regionais; Atualização do Portal GRE (64 postagens), visando disseminar as atualizações de procedimentos e aprimorar acesso à informação pelos servidores que prestam atendimento ao público; Realização de manutenção nos escritórios com substituição de mobiliários, revisão elétrica e hidráulica, limpeza de aparelhos de ar condicionado e instalação de persianas de acordo com a necessidade local.

Receita proveniente da participação no resultado ou compensação financeira pela exploração de Petróleo e Gás Natural – ROYALTIES

Por meio da Lei nº 16.004, de 23 de novembro de 2015, a qual dispõe sobre a destinação da receita proveniente da participação no resultado ou compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural ao Fundo com Finalidade Previdenciária da São Paulo Previdência, esta autarquia passou a receber, a partir do mês de dezembro de 2015 valores advindos de tal atividade, cujo montante atingiu, nesse mês, a cifra de R$ 26.260.260,40 (vinte e seis milhões, duzentos e sessenta mil, duzentos e sessenta reais e quarenta centavos).

De acordo com as informações prestadas pela Secretaria da Fazenda, o quadro abaixo demonstra as projeções de receitas com royalties para o ano de 2016.

Royalties – Quota parte do Estado (SPPREV)	
Mês	**LOA 2016**
Janeiro *	8.034.459
Fevereiro	133.675.768
Março	25.982.173
Abril	26.600.614
Maio	162.763.243
Junho	28.787.488
Julho	30.952.299
Agosto	170.158.757
Setembro	31.434.540
Outubro	29.619.752
Novembro	207.818.346
Dezembro	32.894.520
Total	**888.721.959**

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo - SEFAZ

* - Descontado em Janeiro o valor de R$ 21 milhões referente ao Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista – FEAP

Como podemos observar na distribuição mensal dos valores acima, no mês de janeiro haverá um ingresso menor de receita, visto que o parágrafo único da Lei 16.004/15, prevê que será repassado anualmente ao Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista – FEAP o valor correspondente à receita de compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural arrecadada no exercício de 2010, corrigida pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. Em acordo com a Secretaria da Fazenda, foi fixado o mês de janeiro para ser efetuado o repasse anual em cota única. Ademais, trimestralmente, nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro, à receita mensal será acrescida do valor referente às Participações Especiais.

Cabe ressaltar ainda que o valor a ser repassado à São Paulo Previdência será o líquido, já subtraído o repasse aos municípios e o PASEP.

SP-PREVCOM – Fundação de Previdência Complementar do Estado De São Paulo

Nos últimos anos, o Estado de São Paulo promoveu uma profunda reforma no regime de previdência dos seus servidores, com o objetivo de aperfeiçoar o sistema e promover a sua

sustentabilidade. Em longo prazo, as medidas adotadas promoveram a equalização entre a arrecadação e os custos previdenciários, proporcionando o equilíbrio nas contas públicas e desonerando os cofres públicos. Os maiores beneficiários dessas ações foram o cidadão paulista e a sociedade brasileira em geral.

Por meio da Lei nº 14.653, de 22 de dezembro de 2011, o Estado de São Paulo institui o Regime de Previdência Complementar e fixou um limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pagas pelo Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS igual ao do teto do Regime Geral de Previdência Social - RGPS. Dessa forma, os servidores titulares de cargos efetivos admitidos no serviço público a partir da assinatura do convênio de adesão de seus respectivos poderes (Executivo: 21/01/2013; Legislativo: 22/03/2013 e Judiciário: 23/06/2014) e universidades (02/10/2013) têm suas aposentadorias limitadas ao teto do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Para administrar esse novo regime foi criada a Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo - SP-PREVCOM que, além de ter sido a primeira Fundação de Previdência Complementar destinada exclusivamente para servidores públicos, é a maior do país, contando já com mais de 18 mil participantes. Por meio da SP-PREVCOM o servidor pode contribuir mensalmente com um percentual do seu salário e contar com a contrapartida do Estado para a formação de sua reserva financeira.

Hoje, o servidor público paulista é responsável pela construção do seu futuro, devendo planejar a sua aposentadoria e o bem estar dos seus dependentes, restando ao Estado suprir suas necessidades básicas e garantir um benefício equivalente ao de todos os trabalhadores brasileiros. Além de proporcionar maior isonomia entre todas as classes de trabalhadores e servidores, a adoção da previdência complementar no âmbito paulista contribuiu para a redução do impacto financeiro das contas previdenciárias em longo prazo, diminuindo a responsabilidade do Estado para a manutenção de altos benefícios e ao mesmo tempo garantindo a capacidade do Tesouro Estadual arcar com os seus compromissos com todos os seus servidores.

Planos de Benefícios Complementares da SP-PREVCOM

Os Planos de Benefícios administrados pela SP-PREVCOM são de exclusivamente de Contribuição Definida - CD e formatados de acordo com as normas vigentes que regulam o Regime de Previdência Complementar. São exclusivos para os servidores do Estado de São Paulo e têm contribuição paritária do patrocinador até o limite de 7,5% do salário de participação (parcela do rendimento do servidor que ultrapassa o limite do INSS).

PREVCOM RP

É destinado aos servidores públicos do Estado de São Paulo vinculados ao RPPS, administrado pela São Paulo Previdência - SPPREV, autarquia estadual e órgão gestor único do RPPS paulista. Podem participar do plano os servidores titulares de cargo efetivo admitidos no serviço público a partir da assinatura do convênio de adesão de seus respectivos poderes (Executivo: 21/01/2013; Legislativo: 22/03/2013 e Judiciário: 23/06/2014) e universidades (02/10/2013). Criado a princípio para o Poder Executivo, esse plano contou com a adesão do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e das Universidades, fazendo com que todos os servidores estatutários do Estado de São Paulo estejam abrangidos por um único plano de benefícios complementares.

PREVCOM RG

É destinado a todos os servidores/empregados públicos do Estado de São Paulo vinculados ao RGPS que se encontravam em atividade no serviço público na data da publicação da Lei 14.653/11. Podem participar do plano os empregados públicos (concursados), ocupantes de cargos de livre nomeação e exoneração (comissionados e de confiança) — desde que não possuam vínculo com o RPPS, bem como servidores contratados sob outros regimes jurídicos, tal como a Lei 500/1974, desde que sejam contribuintes do INSS. Foi aprovado pela Previc em 21 de janeiro de 2013 e contou com a adesão dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado de São Paulo.

PREVCOM RG-UNIS

O PREVCOM RG-UNIS foi criado exclusivamente para os servidores da Universidade de São Paulo - USP, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp e da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, vinculados ao RGPS. Podem participar,

portanto, os empregados públicos (concursados), ocupantes de cargos de livre nomeação e exoneração (comissionados e de confiança) — desde que não possuam vínculo com o RPPS, bem como servidores contratados sob outros regimes jurídicos, desde que sejam contribuintes do INSS. Foi aprovado pela Previc em 04 de dezembro de 2013.

Benefícios de Risco

Os benefícios de risco são oferecidos pela SP-PREVCOM pela ocorrência de morte ou invalidez do participante. Com o objetivo de atender às necessidades individuais de cada servidor, são opcionais e devem ser contratados junto à fundação com base em uma tabela de valores de contribuição de livre escolha pagos a uma seguradora. A contratação dos Benefícios de Risco significa uma garantia adicional para o servidor e sua família na ocorrência de algum imprevisto.

A referida contratação pode ser feita a qualquer momento e garantirá reserva segurada de acordo com a faixa etária do participante. No caso de ocorrência de sinistro, a seguradora fará o repasse à SP-PREVCOM do valor contratado. A fundação, por sua vez, creditará essa quantia na conta individual do participante ou destinará os recursos aos seus beneficiários.

Atualmente, a parceira estratégica da fundação para administração dos benefícios de risco é a companhia Mongeral Aegon, uma das 10 maiores seguradoras independentes do país e um dos 10 maiores grupos de seguros e previdência do mundo, com atuação em 20 países.

Balanço dos Resultados

a) Nº de Participantes (mês de referência: dezembro/2015): 18.269 (RG: 8.961/ RP: 2.078/ RG-UNIS: 7.230)

b) Contribuições: i) Percentual médio de contribuição (participante): 7,76%; e ii) Valor médio de contribuição normal (participante): R$ 626,62 (considerando 13º sal)

c) Benefícios de Risco: i) Nº de contratações: 8.347; ii) Valor total: R$ 839.715,19; e iii) Valor médio global de contribuição contratado: R$ 100,60

d) Taxa de Administração (RG + RP + RG UNIS): i) Taxa de Carregamento de 5%, acumulando o valor de R$ 8.624.709,93 em 2015

e) Atividades de Investimentos (Mês de referência: dezembro/15): i) Fundo de Investimento PAULISTA FIQ DE FIM CP; ii) Administrador: Banco ITAÚ S/A; e iii) Valor acumulado (posição em 31/12/15): R$ 389.668.074,73.

SECRETARIA DE GOVERNO

Secretaria de Governo

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

51000 - Secretaria de Governo

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**0,00**	**1.068.382.656,87**	**13.893.443,92**	**1.082.276.100,79**	**1.016.534.190,31**
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	183.076.193,49	0,00	183.076.193,49	171.467.725,45
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	885.306.463,38	13.893.443,92	899.199.907,30	845.066.464,86
Despesas de Capital	**0,00**	**59.743.161,46**	**6.337.132,93**	**66.080.294,39**	**58.784.890,20**
Investimentos	0,00	59.743.161,46	6.337.132,93	66.080.294,39	58.784.890,20
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**0,00**	**1.128.125.818,33**	**20.230.576,85**	**1.148.356.395,18**	**1.075.319.080,51**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

51000 - Secretaria de Governo

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0102 - Obrigações Previdenciárias em Complementação	**0,00**	**18.825.965,62**	**0,00**	**18.825.965,62**	**17.431.210,38**
Despesas Correntes	0,00	18.825.965,62	0,00	18.825.965,62	17.431.210,38
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1603 - Regulação e Fiscalização dos Serviços de Transportes	**0,00**	**160.103.184,93**	**0,00**	**160.103.184,93**	**141.483.632,16**
Despesas Correntes	0,00	159.372.351,31	0,00	159.372.351,31	140.762.698,54
Despesas de Capital	0,00	730.833,62	0,00	730.833,62	720.933,62
2801 - Salvando Vidas - Defesa Civil	**0,00**	**9.537.980,28**	**6.337.132,93**	**15.875.113,21**	**8.133.756,01**
Despesas Correntes	0,00	3.848.937,68	0,00	3.848.937,68	3.382.138,41
Despesas de Capital	0,00	5.689.042,60	6.337.132,93	12.026.175,53	4.751.617,60
2822 - Rede Social de Solidariedade e Cidadania	**0,00**	**66.669.376,74**	**32.310,76**	**66.701.687,50**	**62.866.359,60**
Despesas Correntes	0,00	66.621.142,04	32.310,76	66.653.452,80	62.827.345,16
Despesas de Capital	0,00	48.234,70	0,00	48.234,70	39.014,44
2823 - Sistema Estadual de Controladoria	**0,00**	**18.795,29**	**2.200,00**	**20.995,29**	**18.795,29**
Despesas Correntes	0,00	18.795,29	2.200,00	20.995,29	18.795,29
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2824 - Arquivo do Estado - Memória e Gestão Documental	**0,00**	**7.843.153,94**	**0,00**	**7.843.153,94**	**5.582.282,97**
Despesas Correntes	0,00	7.843.153,94	0,00	7.843.153,94	5.582.282,97
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

2825 - Assessoramento e Coordenação da Política Administrativa do Governo	**0,00**	**203.945.266,59**	**2.283.163,08**	**206.228.429,67**	**189.235.127,34**
Despesas Correntes	0,00	203.945.266,59	2.283.163,08	206.228.429,67	189.235.127,34
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2826 - Comunicação Social	**0,00**	**62.661.559,99**	**0,00**	**62.661.559,99**	**62.661.559,99**
Despesas Correntes	0,00	62.661.559,99	0,00	62.661.559,99	62.661.559,99
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2909 - Gestão e Fortalecimento Institucional da Secretaria de Planejamento e Gestão	**0,00**	**1.572.873,11**	**2.572.333,74**	**4.145.206,85**	**1.572.873,11**
Despesas Correntes	0,00	1.572.873,11	2.572.333,74	4.145.206,85	1.572.873,11
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2913 - Desenvolvimento Regional Integrado	**0,00**	**56.316.480,90**	**0,00**	**56.316.480,90**	**56.316.480,90**
Despesas Correntes	0,00	5.096.716,36	0,00	5.096.716,36	5.096.716,36
Despesas de Capital	0,00	51.219.764,54	0,00	51.219.764,54	51.219.764,54
2915 - Gestão de Investimentos em Projetos Prioritários de Infraestrutura e Desenvolvimento	**0,00**	**710.974,83**	**0,00**	**710.974,83**	**383.134,83**
Despesas Correntes	0,00	710.974,83	0,00	710.974,83	383.134,83
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4407 - Tecnologia da Informação e Comunicação para Excelência da Gestão	**0,00**	**12.627.233,67**	**2.791.551,85**	**15.418.785,52**	**12.127.564,57**
Despesas Correntes	0,00	12.627.233,67	2.791.551,85	15.418.785,52	12.127.564,57
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4410 - Atendimento Unificado ao Cidadão	**0,00**	**443.802.010,43**	**6.211.884,49**	**450.013.894,92**	**443.802.010,43**
Despesas Correntes	0,00	443.802.010,43	6.211.884,49	450.013.894,92	443.802.010,43
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4802 - Fomento ao Desenvolvimento Sustentável da Macrometrópole Paulista	**0,00**	**4.395.000,00**	**0,00**	**4.395.000,00**	**4.395.000,00**
Despesas Correntes	0,00	2.520.000,00	0,00	2.520.000,00	2.520.000,00
Despesas de Capital	0,00	1.875.000,00	0,00	1.875.000,00	1.875.000,00
4804 - Planejamento e Articulação para Desenvolvimento Sustentável da Macrometrópole	**0,00**	**31.995.874,57**	**0,00**	**31.995.874,57**	**31.983.243,45**
Despesas Correntes	0,00	31.990.174,57	0,00	31.990.174,57	31.977.543,45
Despesas de Capital	0,00	5.700,00	0,00	5.700,00	5.700,00
4904 - Gestão Administrativa em Energia	**0,00**	**34.106.593,38**	**0,00**	**34.106.593,38**	**28.991.071,64**
Despesas Correntes	0,00	33.932.007,38	0,00	33.932.007,38	28.818.211,64
Despesas de Capital	0,00	174.586,00	0,00	174.586,00	172.860,00
4905 - Fortalecimento das Competências Reguladoras em Energia, Gás e Sanemento	**0,00**	**12.993.494,06**	**0,00**	**12.993.494,06**	**8.334.977,84**
Despesas Correntes	0,00	12.993.494,06	0,00	12.993.494,06	8.334.977,84
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**0,00**	**1.128.125.818,33**	**20.230.576,85**	**1.148.356.395,18**	**1.075.319.080,51**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

O campo funcional da Secretaria de Governo organizada pelo Decreto nº 61.036, de 01 de janeiro de 2015, com as alterações posteriores, compreende resumidamente: assessoramento direto e imediato ao Governador do Estado no desempenho de suas atribuições. Seu escopo de trabalho engloba a coordenação, o planejamento e a execução das direrizes e políticas relativas à integração das ações governamentais das políticas de Governo, além do suporte à sua atuação. Incluem-se a articulação, controle e a coordenação das atividades essenciais à execução do Plano de Governo, a promoção da preservação da Memória do Estado; a formulação e implementação da política estadual de arquivos e gestão documental e outros.
Apresentamos a seguir os programas e as informações gerenciais sobre as ações, projetos e programas desenvolvidos e a descrição resumida dos Programas:

Programa 2825 - Assessoramento e Coordenação da Política Administrativa do Governo

Prover ao Chefe do Poder Executivo, meios para desempenhar suas atribuições constitucionais e articular os atos de sua gestão. Coordenar e articular sua política administrativa em diferentes setores da Administração.

Ação 5344 – Gerenciamento Administrativo e de Infraestrutura da Casa Civil

Gestão de serviços comuns que apóiam as atribuições da Casa Civil, incluindo a manutenção de serviços de natureza financeira, de pessoal, material e patrimonial. Suporte ao Governador na área técnica e administrativa e de assessoria de imprensa.
Produto: 2 serviços realizados
Programado = 2; Realizado = 2; Resultado = 1

Ação 5345 – Coordenação e Operação de Segurança Institucional

Segurança física dos palácios, atendimento funcional ao Governador e dignitários, bem como prestar segurança comunitária voltada ao entorno da sede do poder executivo. Gestão de serviços de telecomunicações dos Palácios do Governo e órgãos vinculados. Logística de transporte aéreo e fiscalização dos veículos oficiais do poder executivo.
Produto: 3 serviços realizados
Programado = 3; Realizado = 3; Resultado = 1

Ação 5983 – Gestão Estratégica de Governo

Descrição: Definição de estratégias de atuação do Governo; racionalização de demandas por informações; modernização do sistema COAG (Cadastro de Obras e Ações do Governo); acompanhamento de ações e produção de informações estratégicas.
Produto: 2 serviços realizados
Programado = 2; Realizado = 2; Resultado = 1

Ação 5993 – Divulgação Preservação e Estudos do Acervo Artístico-Cultural Palácios do Governo

Descrição: A difusão inclui atividades de visitas aos palácios e exposições temporárias, oficinas e debates com artistas e especialistas. As ações de preservação e documentação objetivam melhorar a compreensão do acervo, tanto na individualidade de cada peça quanto nos conjuntos e suas significações temporais.
Produto: 7 eventos realizados
Programado = 7; Realizado = 10; Resultado = 1,43 que corresponde a 0,43% de realização a maior.
Cálculo: Total de Resultado = 4,43
Total de Ações = 4
4,43/4 = 1,11
Resultado Intermediário em 2015 = 1,11

Unidade do Arquivo Público do Estado

Programa 2824 – Arquivo do Estado – Memória e Gestão Documental

Formular e implementar a política estadual de arquivos, por meio da gestão, do recolhimento, da preservação e da difusão do patrimônio documental do estado, garantindo pleno acesso à informação, bem como orientar o desenvolvimento, a implementação e o aperfeiçoamento contínuo do SPdoc, em conformidade com a política estadual de arquivos.

Ação 5723 – Promoção da Gestão Documental nos Municípios

Contribuir com a promoção do desenvolvimento regional e metropolitano, orientando as administrações municipais, prefeituras e câmaras, na formulação e implementação de políticas públicas de gestão, acesso e preservação de documentos, condição ao pleno exercício da cidadania, o controle e a transparência administrativa e desenvolvimento de qualidade nos serviços públicos.

Produto: municípios atendidos

Programado = 450; Realizado = 384

Resultado = 0,85, que corresponde a 15% a menor de realização do programado. Justifica-se o não cumprimento da meta, pois, considerando a autonomia administrativa municipal, a participação na ação torna-se voluntária e não obrigatória.

Ação 5724 – Gestão Documental e Acesso à Informação Pública

Garantir eficiência e excelência nos serviços de acesso aos documentos e informações, contribuindo para transparência, controle social e fortalecimento da democracia; integrar e modernizar arquivos e protocolos dos órgãos, imprimindo agilidade, qualidade e produtividade ao serviço público; reduzir a massa documental e otimizar o espaço físico dos arquivos, promovendo economia de recursos públicos.

Produto: Comissões de Avaliação de Documentos e Acesso (CADA) instituídas

Programado = 95; Realizado = 93

Resultado = 0,97, que corresponde a 3% a menor na realização da meta programada, o resultado justifica-se pela reestruturação administrativa que impacta na quantidade de CADAs instituídas, podemos citar a extinção da CADA do Órgão Companhia Paulista de Eventos e turismo – CPETUR.

Ação 5725 – Memória Paulista: Preservação e Difusão Documental

Preservação de documentos de valor histórico e cultural, e elaboração de materiais e meios para difusão e disponibilização de acervos documentais.

Produto: metros lineares de acervos preservados/difundidos

Programado = 3.000; Realizado = 5.864,17

Resultado = 1,95 que corresponde a aproximadamente 95% de realização a maior.

Cálculo: Total de Resultado = 0,13

Total de Ações = 3

0,13/3 = 0,04

Resultado Intermediário em 2015 = 0,04

Corregedoria Geral da Administração

Programa 2823 – Sistema Estadual de Controladoria

Fortalecer a atividade de controle interno do poder executivo, mediante o aprimoramento e a integração dos organismos de auditoria, ouvidoria, controle e correição e garantir a efetividade dos instrumentos já existentes de fiscalização, avaliação e controle, visando a melhoria na prestação dos serviços públicos em consonância com os princípios constitucionais e preceitos da ética.

Ação 5944 – Suporte às ações da Corregedoria Geral da Administração

Procedimentos instaurados por mês

Previsto = 450; Realizado = 784

Esta ação migrou da Casa Civil – Corregedoria Geral da Administração para a Secretaria de Governo por meio do Decreto nº 61.035/15, a meta foi superada tendo em vista, a transição entre Secretarias que gerou aumento da demanda de procedimentos.

Ação 5944 – Auditoria Eletrônica

Irregularidades detectadas por meio de sistemas eletrônicos.
Esta ação migrou da Casa Civil – Corregedoria Geral da Administração para a Secretaria de Governo por meio do Decreto nº 61.035/15, essa ação teve dotação simbólica na LOA 2015, não sendo possível o cumprimento da meta.

Ação 6128 – Controle do exercício e do desempenho funcional do Estado

Capacitações e qualificações realizadas
Previsto = 27; Realizado = 4
Esta ação migrou da Casa Civil – Corregedoria Geral da Administração para a Secretaria de Governo por meio do Decreto nº 61.035/15, a meta não foi alcançada devido a corte orçamentário.

Ação 5993 – Promoção da transparência e dos instrumentos de defesa do usuário do serviço público

Iniciativas e providências registradas na CGA.
Esta ação migrou da Casa Civil – Corregedoria Geral da Administração para a Secretaria de Governo por meio do decreto nº 61.035/15, essa ação teve dotação simbólica na LOA 2015, não sendo possível o cumprimento da meta.

Subsecretaria de Tecnologia e Serviços ao Cidadão

Programa 4410 – Atendimento unificado ao Cidadão

Congrega as ações que visam unificar serviços públicos do Estado em Centrais de atendimento presenciais e virtuais, com amplo uso dos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação, de maneira a permitir maior agilidade e qualidade ao atendimento do cidadão.

Ação 5372 – Operação do Poupatempo

O Programa Poupatempo conta hoje com 68 Postos, realizando mais de 170 mil atendimentos por dia. A aprovação do programa atinge os 99%, de acordo com institutos de pesquisas como o Ibope e a Fipe/USP. Neste ano de 2015, o Poupatempo foi eleito em pesquisa de opinião do Datafolha o melhor serviço público de São Paulo.
A partir de sua criação, a Subsecretaria de Tecnologia e Serviços ao Cidadão passou a desenvolver, ao lado da PRODESP, projetos estratégicos com o objetivo de ampliar e facilitar ainda mais o acesso a serviços públicos, reduzindo os custos de deslocamento do cidadão, por meio do uso da tecnologia. Os diferentes projetos ampliam a virtualização de serviços, constroem uma base compartilhada e segura de identificação do cidadão e desenvolvem novos mecanismos de gestão para o constante monitoramento e melhoria da operação existente.
Dentre os principais projetos em desenvolvimento destacam-se:
COLETA BIOMÉTRICA UNIFICADA: padronização da coleta biométrica (captura das digitais, foto e assinatura), reutilização e compartilhamento de dados para diferentes serviços públicos estaduais. Já instalados 43 pontos de coleta nos Postos Poupatempo e constituído um banco de dados com quase 10 milhões de registros.
AMBIENTE DE PAGAMENTO: disponibilização de alternativas de pagamento de taxas de serviços por diversos meios eletrônicos. a) utilização de pinpad nos postos Poupatempo; b) pagamento da taxa de 2ª. via de RG no Portal Poupatempo (para os bancos, Bradesco, Banco do Brasil e Santander) e possibilidade de geração do DARE – Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais para impressão e pagamento em qualquer canal bancário; c) pagamento via totem de autoatendimento.
TOTENS DE AUTOATENDIMENTO: desenvolvimento e disponibilização de totens de autosserviços para a realização integral ou parcial de serviços. A solução foi desenvolvida e estão em testes, no Posto Poupatempo Sé, pilotos que possibilitam realizar agendamento, pagamento via Banco do Brasil e o reuso de imagens para 2ª via de RG.

PORTAL POUPATEMPO: disponibilização de serviços por meio virtual: agendamento de serviços com emissão de protocolo contendo informações e documentos necessários ao atendimento; emissão de atestado de antecedentes criminais; possibilidade de pagamento da taxa de 2ª via do RG via derivação de site e geração de boleto bancário.
BI – BUSINESS INTELLIGENCE E SALA DE SITUAÇÃO: automatização da extração, organização, análise, compartilhamento de dados e gerenciamento de informações de operação dos postos para subsidiar o planejamento e a tomada de decisão dos gestores de forma ágil e assertiva.
GESTÃO DO CONHECIMENTO: construção de um canal de comunicação e diálogo entre os colaboradores do Poupatempo, com o objetivo de padronizar os processos de atendimento, fomentar colaboração, inovação e aprendizado, bem como identificar, discutir e disseminar as melhores práticas nas unidades do Programa.
O total das despesas liquidadas para a execução desta Ação em 2015 foi de R$ 433.411.726,46 (quatrocentos e trinta e três milhões, quatrocentos e onze mil, setecentos e vinte e seis reais e quarenta e seis centavos).

Ação 5636 – Gerenciamento do Acessa São Paulo

O Programa Acessa SP conta hoje com 850 Postos, instalados em 594 Municípios Paulistas, contando com 1.210 monitores. Como importante ferramenta de melhoria do Programa, são realizados capacitações e encontros regionais para seus monitores, a fim de formá-los de acordo com as diretrizes e valores do Programa e proporcionar o compartilhamento de experiências e projetos desenvolvidos nas diversas unidades e disponibilizados na Rede de Projetos (Página no Portal do Acessa SP). Em 2015 a Coordenação do Programa realizou especial esforço frente aos postos de 197 municípios que demandam adequação física para atendimento das normas de acessibilidade para pessoas com deficiência, cuja responsabilidade no termo de convênio é dos Municípios parceiros.
A partir de sua criação, a Subsecretaria de Tecnologia e Serviços ao Cidadão passou a trabalhar pela ampliação do conceito de inclusão digital, com o objetivo de promover entre seu público um melhor uso da internet e de recursos de tecnologia e comunicação, em busca de seus objetivos pessoais, profissionais e comunitários. Buscando trabalhar de forma colaborativa com diferentes membros do Governo e da sociedade civil engajados na promoção da inclusão digital, foi realizada, em 06 de maio, uma discussão que resultou em propostas de inovação para o Programa. Tais propostas originaram quatro NOVOS PROJETOS:
(1) ACESSO A WI-FI NOS POSTOS: Ampliação da inclusão digital por meio da oferta de internet sem fio e gratuita nos postos do Acessa SP.
(2) INTENSIFICAR O ACESSO NOS POSTOS (AVALIAÇÃO): Avaliação do uso dos postos do Acessa, e agrupamento dos mesmos em tipos de postos, para atingir uso máximo da sua infraestrutura e para qualificar em profundidade as características dos usuários visando ofertar a eles serviços públicos e oportunidades sob demanda.
(3) PORTAL PARA ACESSO A CONTEÚDOS: desenvolvimento de reformulação do Portal Acessa SP a fim de que o mesmo seja uma ferramenta de navegação na internet orientada para as necessidades do cidadão na busca de seus objetivos pessoais, profissionais e comunitários. Visa criar trilhas de serviços e oportunidades para públicos-alvo específicos.
(4) ACESSO A ESPAÇOS DE COWORKING: Desenvolvimento de projeto de criação de novo tipo de serviço e funcionalidade oferecido pelo Acessa SP – espaços de trabalho públicos e compartilhados, com acesso à internet, computadores e conteúdos para incentivar o desenvolvimento profissional, o empreendedorismo, o empoderamento digital, o *networking*, a troca de conhecimentos e experiências, e a promoção de capacitação.
O total das despesas liquidadas para a execução desta Ação em 2015 foi de R$ 13.656.510,36 (treze milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e dez reais e trinta e seis centavos).

Programa 4407 – Tecnologia da Informação e Comunicação para Excelência da Gestão

Congrega as ações integradoras com todos os órgãos estaduais visando à otimização e aprimoramento do uso dos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação aplicados na melhoria da gestão pública e prestação de serviços ao cidadão.

Dentro deste programa se encontram as atividades do Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação – COETIC, um colegiado formado por representantes das principais Secretarias, define políticas para melhor uso das Tecnologias da Informação e Comunicação no Governo. Por meio do COETIC, foram criados grupos de trabalho e comitês com vistas ao melhor uso dos recursos de TIC, sendo que esses grupos estão vinculados a ações do programa.

Ação 5892 – Gerenciamento de Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação

Trata da gestão de recursos de tecnologia da Informação e Comunicação da extinta Secretaria de Gestão Pública, o produto previsto na LOA 2015 era de 1347 recursos de TIC em funcionamento, esses recursos, ativos de informática, foram transferidos para a Secretaria de Planejamento e Gestão no início de 2015.
As atividades do COETIC associados a esta ação são:

(1) Grupo Técnico de compras consolidadas de TIC: O objetivo do grupo é reduzir custos realizando compras em volume para os órgãos.
(2) Coordenação do Grupo de Teleaudiências Criminais: Acompanhamento com Secretaria de Administração Penitenciária e Tribunais o uso dessa tecnologia.

O total das despesas liquidadas para a execução desta Ação em 2015 foi de R$ 361.561,15 (trezentos e sessenta e um mil, quinhentos e sessenta e um reais e quinze centavos).

Ação 5893 – Gerenciamento do ambiente Intragov

Trata da manutenção do ambiente de comunicação de dados do Governo do Estado de São Paulo, a Intragov, que permite que todos os órgãos estaduais possam utilizar uma rede de comunicação de dados única, com menores custos e total integração entre órgãos e suas subdivisões.
A rede de comunicação prevê também a utilização de comunicação e acesso à Internet móvel, sendo que a previsão de pontos de acesso fixo e móvel era de 20.500 pontos para o LOA 2015. No entanto, uma vez que o modelo de contratação de serviços contínuos no qual está incluída a contratação de serviços móveis celular não foi utilizada nos últimos anos por restrições legais do uso do Sistema de Registro de Preços para essa modalidade de serviço, a gestão de contratação de acessos móveis deixou de ser feita de forma centralizada.
Desta forma para 2015 só foi feita a gestão dos pontos de acesso fixo em conjunto com a Prodesp. Os pontos de rede fixa da Intragov totalizam 16.952 pontos.
A atividade do COETIC associada a esta ação é Administração da Intragov: Acompanhamento com órgãos e Prodesp para o melhor uso da rede de comunicação de dados do Estado.
O total das despesas liquidadas para a execução desta Ação em 2015 foi de R$ 9.064.443,77 (nove milhões, sessenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e três reais e setenta e sete centavos).

Ação 5896 – Gerenciamento de Sistemas de Informação Corporativos

Esta ação trata da gestão e manutenção de um conjunto de aplicativos e soluções corporativas que apoiam a Gestão Estratégica do Governo do Estado.

No LOA de 2015 a previsão era a operação de 37 sistemas de informação, com a extinção no início de 2015 da Secretaria de Gestão Pública, parte desses sistemas foi transferida para a Secretaria de Planejamento e Gestão e a parte que ficou sob a gestão da Secretaria de Governo é 24 sendo que entre eles, os principais são:
(1) Ambiente de Comunicação Integrada do Estado e Correio Eletrônico: Tem como objetivo fornecer um ambiente totalmente integrado contendo ferramentas de correio eletrônico, mensagens, espaço virtual para a guarda de documentos, agenda eletrônica, catálogo de pessoas, editores de texto, planilha e apresentações, além de uma rede social privada. O total de usuários da Rede Executiva atualmente é 24.826.
(2) Portal de Ouvidorias: Início do desenvolvimento da nova versão do portal de ouvidorias (www.ouvidoria.sp.gov.br).
(3) Sistemas de apoio a outros departamentos e outras Secretarias: Portal e Cadastro de Pregões; Guia de Informações sobre Serviços Públicos prestados nos postos Poupatempo; Sítio de Sanções Administrativas; e Cadastro de Contratos de Serviços Terceirizados.

O total das despesas liquidadas para a execução desta Ação em 2015 foi de R$ 2.395.687,96 (dois milhões, trezentos e noventa e cinco mil, seiscentos e oitenta e sete reais e noventa e seis centavos).

Ação 5897 – Gerenciamento do Datacenter do Estado

Nesta ação tem como objetivo manter a operação de sistemas corporativos em operação e buscar a integração e racionalização no uso dos centros de processamento de dados dos órgãos. No LOA 2015 estava previsto 2 servidores de dados em funcionamento sendo que esse produto se realizou.
A atividade do COETIC associada a esta ação é o Grupo Técnico de utilização de computação em nuvem: Seu objetivo é definir modelos que permitam aos órgãos usar essa tecnologia, reduzindo custos e melhorando seus serviços que usam TIC.
O total das despesas liquidadas para a execução desta Ação em 2015 foi de R$ 1.115.069,96 (um milhão, cento e quinze mil, sessenta e nove reais e noventa e seis centavos).

Entidades Vinculadas

ARTESP - Agência de Transportes do Estado de São Paulo

Programa 1603 - Regulação e Fiscalização dos Serviços de Transportes

Garantir a segurança dos usuários e a qualidade dos serviços de transporte por meio de ações de regulação, fiscalização, controle e monitoramento dos contratos de concessões rodoviárias e de todas as permissões das empresas que operam linhas regulares de transporte coletivo e de fretamento, exceto nas regiões metropolitanas de São Paulo.

Justificativas de Execução do Programa 1603 abaixo da Previsão da LOA:
Da dotação final (Dotação inicial R$ 217.097.110,00 + Suplementação de R$ 70.000.000,00) prevista para o ano, realizamos 61% do orçamento total, a diferença não foi utilizada, devido principalmente à inclusão na ação 2364-Aperfeiçoamento da Infraestrutura Tecnológica, de verba não solicitada na POS – Proposta Orçamentária Setorial (Valor solicitado na POS de R$ 200.000,00, valor aprovado na Lei Orçamentária R$ 49.479.000,00), além disso, algumas contratações previstas para ocorrer no exercício de 2015 não se realizaram.

Ação 6092 - Gestão Administrativa

Execução de serviços de suporte técnico-administrativo, envolvendo: administração de recursos humanos, patrimoniais, financeiros, manutenção de equipamentos e suprimentos de informática, manutenção de próprios e suas instalações em condições adequadas de uso; administração dos serviços da frota, capacitação profissional e reorganização das estruturas institucionais.
Os valores utilizados para esta ação (executado 76%,) foram suficientes para a realização do custeio do exercício com as obrigações Administrativas da ARTESP, com pessoal próprio (ainda não efetuado em sua totalidade devido a não realização do concurso) e das despesas correntes (Pessoal cedidos, propaganda, serviços de informática, serviços com frota de veículos, consultorias, impostos e contribuições e etc.).

Ação 2364 - Aperfeiçoamento da Infraestrutura Tecnológica

Ampliação e aperfeiçoamento da infraestrutura de tecnologia de informação e comunicação-TIC, através da implantação de novo modelo interno de gestão para melhorar desempenho das atividades em todos os níveis de atuação, priorizando o planejamento e a efetividade.
Os investimentos realizados nesta ação (execução 1%) foram suficientes para suprir reposições das necessidades da ARTESP nesta ação. Salientamos que o valor alocado em Investimentos principalmente nesta ação, não foi o solicitado na POS (Valor solicitado na POS R$ 200.000,00 valor aprovado na Lei Orçamentária R$ 49.479.000,00), sendo assim, foram alocados recursos além das nossas necessidades.

Ação 4912 - Regulação e Fiscalização dos Serviços de Transportes Coletivos de Passageiros

Promoção de ações de planejamento regulamentação de serviços de transporte coletivo intermunicipal, bem como de ações de fiscalização dos serviços permitidos, autorizados, concedidos e o combate ao transporte clandestino.
Os recursos utilizados (execução de 73%) para realização desta ação foram destinados ao custeio com consultoria para apoio à fiscalização e gerenciamento das empresas autorizadas e para prestação de serviços do transporte coletivo de passageiros.

Ação 4913 - Regulação e Fiscalização das Concessões Rodoviárias

Desenvolvimento de ações de regulamentação, controle e fiscalização dos serviços de transporte prestados pelo setor privado, em regime de concessão pelo Estado, assim como ações voltadas para segurança dos usuários e manutenção da qualidade dos serviços em observância aos requisitos contratuais.
As despesas realizadas nesta ação (execução de 68%) foram relativa a consultoria para apoio à fiscalização e gerenciamento dos contratos de concessão de rodovias de 19 Concessionárias.

ARSESP – Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo

Programa 4904 – Gestão Administrativa em Energia

Ação 6092 - Gestão Administrativa

Relatório de Execução Orçamentária - (Gerenciar e Administrar os Recursos e Despesas Administrativas da Arsesp).

Meta 3 Unidades Administradas.
O Programa 4904 pertencia à Secretaria de Energia, porém após a criação da Secretaria de Governo em 2015, a responsabilidade de gerir, alimentar e controlar as informações passou para Gerência Orçamentária da ARSESP, ficando apenas 1 Unidade Administrada.
Dotação Orçamentária aprovada para o Programa de Trabalho da Gestão Administrativa é de R$ 70.132.983,00.

Programa 4905 – Fortalecimento das Competências Reguladas em Energia, Gás e Saneamento

Ação 5755 - Fiscalização das Concessionárias e Permissionárias de Distribuição De Energia

Somatório do número de relatórios e fiscalizações realizadas, de estudos e pareceres técnicos produzidos.
Meta: 204 relatórios técnicos e fiscalizações realizadas.
Dotação Orçamentária aprovada para o Programa de Trabalho da Energia Elétrica é de **R$ 7.110.010,00.**
a) Algumas fiscalizações e seus respectivos processos decisórios foram cancelados pela ANEEL, como por exemplo, fiscalizações de ativos e de universalização;

b) Ocorreram atrasos nas instruções de processos decisórios por ausência de quorum nas reuniões de diretoria;
c) Fiscalizações realizadas no último trimestre não geraram instruções de processos decisórios neste ano;
d) Algumas fiscalizações só ocorreram no final do ano de 2015 e no início de 2016 por deficiência de informações das distribuidoras necessárias à realização das fiscalizações;
e) Os processos decisórios que não puderam ser concluídos no último trimestre do ano deverão ser entregues à ANEEL até março de 2016, dentro do Aditivo do Contrato de metas 2015.

Ação 5794 - Regulação e Fiscalização Delegadas dos Serviços Públicos de Saneamento Básico

Somatório do número de relatórios e fiscalizações realizadas, de estudos e pareceres técnicos produzidos.
Meta: 1.754 relatórios técnicos e fiscalizações realizadas.
Dotação Orçamentária aprovada para o Programa de Trabalho da Energia Elétrica é de **R$ 23.700.000,00.**
A meta prevista para o ano de 2015 não foi alcançada, pois foi necessária readequação das não conformidades dos períodos de 2010 a 2014, foi realizado neste período levantamentos de todas as não conformidades que estavam abertas e concentradas em um único processo por Município, que serviu de base para definir a programação de 2015.
Foi elaborada uma instrução normativa otimizando o processo de fiscalização, diminuindo a burocracia e consequentemente a geração de relatórios tendo um diagnóstico das não conformidades pendentes.

Ação 5872 - Fiscalização e Regulação do Serviço de Distribuição de Gás Canalizado

Somatório do número de relatórios e fiscalizações realizadas, de estudos e pareceres técnicos produzidos.
Meta: 930 relatórios técnicos e fiscalizações realizadas.
Dotação Orçamentária aprovada para o Programa de Trabalho da Energia Elétrica é de **R$ 17.450.000,00.**
Embora tenha sido fixada, no âmbito da LOA, a meta de produção anual de 930 relatórios para a Diretoria de Regulação Técnica e Fiscalização dos Serviços de Distribuição de Gás Canalizado, devido à impossibilidade de participação de alguns especialistas em fiscalizações externas, a mencionada meta foi revista, tendo sido programada a quantidade total de 837 relatórios para o ano de 2015.
Em que pese à redução do quadro de pessoal para fiscalizações externas, a referida programação foi superada, tendo sido produzida a quantidade total de 885 relatórios, o que equivale a um aumento de 5,73%, em relação ao programado para 2015.

Ação 8196 - Atendimento aos Usuários dos Serviços de Energia Elétrica Gás e Saneamento

Relatório único mensal quantificando e descrevendo o atendimento realizado durante o mês pela área de atendimento ao usuário – SAU.
Meta: 43 relatórios previsão do Setor SAU.
Ação não orçamentária.

Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo - FUSSESP

Programa 5102 – Rede Social de Solidariedade e Cidadania

Desenvolver programas e projetos sociais para melhorar a qualidade de vida dos segmentos mais carentes da população do Estado de São Paulo, exercitando a solidariedade educativa e criando programas e ações sociais visando o resgate da dignidade humana, a qualificação profissional, a geração de renda e emprego. Para tanto, são articuladas ações e parcerias com os Fundos Sociais de Solidariedade dos Municípios - FSSM, entidades de fins não econômicos, sociedade civil, iniciativa privada e órgãos da Administração Pública Estadual.

Ação 2313 – Rede de Ação Social

Viabilizar a inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade social no estado, por meio de ações desenvolvidas em rede com os diversos setores do poder público estadual e/ou municipal, iniciativa privada e ONGs.

Três projetos sociais foram realizados, quais sejam: (i) a Campanha do Agasalho é uma iniciativa anual do FUSSESP, em parceria com as Secretarias de Estado, empresários e sociedade civil, que ocorre nos meses que antecedem a estação do inverno, cujas peças arrecadadas são

destinadas às pessoas em situação de vulnerabilidade social, que arrecadou mais de 9,33 milhões de peças que foram repassadas aos FSSM, entidades e comunidades; (ii) os Jogos Regionais dos Idosos – JORI que constituem em um conjunto de eventos realizados em Municípios do Estado de São Paulo, envolvendo a população idosa em atividades esportivas como meio de promoção da saúde e bem-estar, que neste ano de 2015 passou a coordenação para o FUSSESP, que foi realizado em parceria com as Secretarias de Esporte, Lazer e Juventude, da Educação e de Desenvolvimento Social, em 11 Municípios que sediaram as competições, quais sejam: Caraguatatuba, Dracena, Ourinhos, Praia Grande, Itapetininga, Jales, Mogi Guaçu, Olímpia, Igaraçu do Tietê, Birigui e Campinas, que sediou a etapa final. Com esses municípios, o FUSSESP celebrou 11 convênios visando a transferência de recursos financeiros no montante de R$ 754.373,50, destinados a realização dos JORIs. A XIX edição do JORI reuniu mais de 21.550 atletas de 629 municípios, nas dez etapas regionais e na etapa final; e, (iii) o Programa Estadual VidAtiva que concede auxílio financeiro a idosos, a fim de lhes proporcionar a oportunidade de praticar atividades físicas, esportivas ou de lazer em clubes e academias de ginástica que vierem a escolher, dentre estabelecimentos previamente cadastrados, tendo sido repassado o montante de R$ 1.803.556,14 (incluído as tarifas bancárias), para beneficiar 28.776 idosos no Programa.

Metas LOA = 4
Realizadas = 3
Resultado = 0,75 - que corresponde a 75% de realização

Ação 4322 – Gerenciamento Administrativo e da Infraestrutura do FUSSESP

Executar a gestão dos serviços comuns que apoiam as atribuições do FUSSESP, incluindo a manutenção de serviços de natureza financeira, de pessoal, material, patrimonial e de infraestrutura.
As atividades administrativas e de infraestruturas foram realizadas em duas unidades administradas pelo FUSSESP, dando apoio administrativo para o desenvolvimento das atribuições das atividades fins do órgão.
Metas LOA = 2
Realizadas = 2
Resultado = 1,00 - que corresponde a 100% de realização

Ação 4325 – Apoio Técnico Financeiro a Projetos Sociais Fundos Municipais e Entidades Sociais

Apoiar os FSSM e entidades por meio de programas e projetos sociais, visando a transferência de recursos financeiros e materiais para ações voltadas à qualificação profissional, à geração de renda e trabalho, inclusão social e promoção de melhoria de qualidade de vida da população idosa.
O FUSSESP apoiou projetos voltados à qualificação profissional e à inclusão social e promoção de melhoria de qualidade de vida dos idosos, mediante celebração de 32 convênios, sendo 7 com FSSM e 25 com entidades sociais, objetivando a transferência de recursos materiais e financeiros para a implementação dos projetos: Escola de Beleza 2ª Fase, Polos Regionais da Escola de Moda 2ª Fase, da Escola de Beleza 1ª e 2ª Fases e da Escola da Construção Civil e Praça de Exercícios do Idoso.
Metas LOA = 311
Realizadas = 136
Resultado = 0,44 - que corresponde a 44% de realização

Ação 4328 – Distribuição de Bens Servíveis

Distribuir bens servíveis arrecadados e/ou adquiridos pelo FUSSESP para pessoas em situação de vulnerabilidade social, aos FSSM, entidades sociais e comunidades, visando minimizar os impactos sofridos em decorrência de rigores climáticos, desastres naturais e outras ocorrências, bem como para a implementação de projetos voltados à qualificação profissional, à geração de renda e horta educativa, repassados sob forma de kits, visando a inclusão social e ampliar as oportunidades de geração de renda e emprego.
O FUSSESP atendeu a 627 instituições com doações de materiais diversos doados pela Renner, Santander, ACONSP e Secretaria da Receita Federal, e mais 298 instituições foram beneficiadas com doações de kits “padaria”, kits “costura”, kits “horta” e kits “vulnerabilidade”, adquiridos pelo FUSSESP. O repasse de materiais adquiridos pelo FUSSESP, aos FSSM deu-se mediante

celebração de 83 convênios e às entidades mediante celebração de 10 contratos de doação. Além disso, mais 591 instituições foram beneficiadas com as peças de vestuário arrecadadas na Campanha do Agasalho.
Metas LOA = 1.200
Realizadas = 1.516
Resultado = 1,26 - que corresponde a 26% de realização a maior

Ação 4333 – Casa de Solidariedade – Atividades de Apoio à Criança e ao Adolescente

Atender crianças e adolescentes em situação de risco social no seu contra turno escolar, através do desenvolvimento de atividades socioeducativas e de apoio familiar, promovendo o resgate da cidadania e a melhoria da qualidade de vida e do desempenho educacional.
As três Casas de Solidariedade localizadas no Bairro de Campos Elíseos, no Parque D. Pedro II e no Bairro Sol Nascente, todas nesta Capital, e administradas pelo Instituto Criança Cidadã - ICC, por meio de Convênio firmado com este FUSSESP, atenderam ao todo 1.215 crianças e adolescentes.
Metas LOA = 1.450
Realizadas = 1.215
Resultado = 0,84 - que corresponde a 84% de realização

Ação 5331 – Capacitação para Atividades Geradoras de Renda

Qualificar pessoas em situação de vulnerabilidade social mediante cursos nas áreas de moda, de beleza, da construção civil e de panificação artesanal, visando ampliar as oportunidades de trabalho e criar condições para o aumento da renda e melhoria da qualidade de vida.
O Programa Escola de Qualificação Profissional do FUSSESP é composto pela Padaria Artesanal, Escola de Moda, Escola de Beleza e Escola da Construção Civil, todas localizadas na Capital de São Paulo, com oferta de vagas em cursos de qualificação profissional para pessoas em situação de vulnerabilidade social. Ao todo, foram qualificadas e certificadas nessas escolas 14.354 pessoas.
Metas LOA = 6.400
Realizadas = 14.354
Resultado = 2,24 que corresponde a 124% de realização a maior

Total de Resultado = 6,53
Total de Ações = 6
6,53/6 = 1,09
Resultado do Indicador do Programa, em 2015 = 1,09

Imprensa Oficial do Estado de São Paulo - IMESP

Programa 2827 – Modernização da Imprensa Oficial

Tem como objetivo garantir à sociedade o acesso democrático às informações de interesse público e dar publicidade aos atos dos três poderes, viabilizar ações estratégicas de governo e iniciativas culturais através de serviços gráficos e publicação de livros. Preparar a Imprensa Oficial para enfrentar desafios de facilitar o acesso às informações de interesse público na sociedade da informação.

Realização do Programa em 2015 - Indicadores

- Percentual de área afetada com adequações de infraestrutura – realizado 351,8%
- Percentual de certificados digitais emitidos – realizado 152,6%
- Percentual de horas realizadas de treinamento – 97,9%
- Percentual de recursos e sistemas adquiridos pela Imprensa Oficial – realizado 81,0%

Ação 1561 – Ampliação e Modernização dos Recursos e Sistemas da Imprensa Oficial

Tem como finalidade propiciar adequação dos processos existentes à demanda do mercado com redução de custos e incrementos de produtividade, qualidade, segurança e agilidade dos processos de produção e a contínua melhoria nas práticas de gestão administrativa e financeira.

Foram previstos 358 recursos a serem adquiridos para 2015 e foram realizados 290 no ano com um total de recursos de R$ 2.046 mil.

Ação 2214 – Adequação da Infraestrutura da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo – IMESP Tem como finalidade adequar a infraestrutura de edificações para compatibilização com a evolução dos processos produtivos e de apoio a empresa. Adequar as instalações às normas NBR 9.050/2004, referente à acessibilidade das dependências da empresa. Foi prevista a intervenção em 80.049 m² de instalações na empresa em 2015 e foi realizada em 281.627 m² no ano com um total de recursos de R$ 1.217 mil.

Ação 5920 – Ampliação da Infraestrutura e Serviços de Certificação Digital
Tem como finalidade implantar o uso de certificados digitais dentro do Governo do Estado no âmbito dos três poderes. Foi prevista a emissão de 80.000 certificados digitais para 2015 e emitidos no ano 122.111 certificados digitais com um total de recursos de R$ 6.198 mil.

Ação 8215 – Capacitação e Aperfeiçoamento Profissional
Tem como finalidade promover a constante atualização e aperfeiçoamento profissional dos empregados da empresa. Foi prevista a realização de 4.050 homem-hora de treinamento e foram realizadas 3.963 homem-horas de treinamento no ano com um total de recursos de R$ 33 mil.

PRODESP

Principais Ações / Projetos Prodesp - Janeiro A Dezembro 2015

Clientes

Expansão do Programa Poupatempo (Secretaria de Governo): seis novas unidades foram implantadas em Taboão da Serra, Itaquaquecetuba, Santo André, Sertãozinho, Guarujá e Guaratinguetá, chegando-se a 69 postos em operação em todo o Estado. As novas unidades estão beneficiando cerca de 4,2 milhões de cidadãos dessas cidades e municípios vizinhos. Ao mesmo tempo, deu-se continuidade aos trabalhos para colocar em operação em 2016 os Poupatempo Jaú, Mauá, Tupã e São Vicente. No ano de 2015, de janeiro a novembro, os postos do Poupatempo realizaram cerca de 40 milhões de atendimentos. Desde o início do programa, há 18 anos, esse número está na casa dos 450 milhões, que corresponde a mais de duas vezes a população brasileira. Em 2015, o Poupatempo foi eleito, em pesquisa do Datafolha, o melhor serviço público de São Paulo.

Poupatempo 2ª Geração (Secretaria de Governo): iniciado há cerca de dois anos, o projeto, que representa um novo salto de qualidade na prestação de serviços públicos ao cidadão, foi consolidado e expandido com a instalação do Balcão Único em mais 23 postos (um mesmo atendente, com o uso de um sistema inteligente, realiza serviços de diferentes órgãos, oferecendo maior conforto ao cidadão) e da Coleta Biométrica Unificada em mais 10 postos (captura eletrônica de impressões digitais, que são usadas compartilhadamente pelo Detran.SP e IIRGD - Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt na emissão de RGs e Carteiras de Habilitação). Ocorreu ainda a implantação do novo portal Internet do Poupatempo, que já contabiliza 1,3 milhão de usuários cadastrados e, gradativamente, oferecerá ao cidadão uma gama crescente de serviços online; e a disponibilização, dentro do SP Serviços, de dois aplicativos para celular e tablets, um deles com informações detalhadas sobre os serviços oferecidos pelo Poupatempo e o outro para agendar atendimento nos postos. Destaque também para os totens de autoatendimento, em fase de teste, que serão um novo canal de relacionamento com o cidadão, possibilitando a expansão dos serviços a regiões que não possuem unidades do Poupatempo. Eles permitirão consultar informações, fazer o agendamento de serviços, pagar taxas e solicitar documentos, com seu envio pelos correios.

Detecta (Secretaria da Segurança Pública): foi dada continuidade ao processo de customização e implantação do Detecta, sistema inteligente de consciência situacional que agrega e cruza dados referentes a boletins de ocorrência, veículos furtados e roubados, procurados e chamados do 190 / 193, entre outros, e imagens - em tempo real ou armazenadas - de câmeras públicas e privadas. A correlação de todas essas informações dará às Policias Civil e

Militar, entre outros benefícios, um conhecimento detalhado e preciso da criminalidade no Estado, contribuindo para a melhoria das ações de prevenção e combate à criminalidade. Entre as realizações de 2015, estão a integração ao sistema das câmeras de monitoramento das prefeituras de Cubatão, Praia Grande e Guarujá, tendo em vista a Operação Verão; a implantação de rotina de vídeo analítico nas Marginais Pinheiros e Tietê, na Capital, para detecção e alarme de pessoas nas pistas e moto parada ao lado de veículos; e a integração da leitura de placas de veículos feita pelos novos radares instalados pela CET, também nas Marginais Pinheiros e Tietê. Hoje, o Detecta já recebe cerca de 2,4 milhões de leituras de placas/dia, originadas de mais de 600 radares, alertando a polícia sobre veículos roubados e furtados.

Sistema Integrado de Multas - SIM (Detran.SP): foi concluída a implantação do SIM no Detran.SP, com a instalação do módulo que automatizou todas as etapas do processo de cassação da CNH. Além de agilizar a atuação das autoridades de trânsito, o novo módulo permite que o condutor entre com recursos contra a cassação e acompanhe seu andamento pela Internet, nas instâncias de Defesa, Jari (Junta Administrativa de Recursos de Infrações) e Cetran (Conselho Estadual de Trânsito). Com o novo módulo, também foi possível centralizar no Detran.SP, na Capital, o julgamento de todo os processos de cassação. Ainda em 2015, com o SIM, o Cetran passou a ter acesso às imagens digitalizadas dos processos recursais de multas emitidas pelo DER - Departamento de Estradas de Rodagem, eliminando o trâmite de documentos em papel entre os dois órgãos, o que deu mais eficiência aos trabalhos de julgamento. E até o encerramento do ano, o SIM será implantado, de forma piloto, na Prefeitura de Pilar do Sul. O SIM gerencia todo o ciclo de vida das multas de trânsito, desde o controle dos talões de autuação, o processamento das infrações e a emissão de notificações, até a interposição / julgamento de recursos e a eventual suspensão / cassação da Carteira de Habilitação. Também beneficia o cidadão, que pode interpor recursos e acompanhar seu andamento pela Internet, bem como a atuação das Jari e do Cetran.

SP Serviços (Vários Órgãos): funcionando como uma espécie de loja de aplicativos do Governo do Estado de São Paulo, o SP Serviços, que foi implantado em 2014, é uma das iniciativas do Poupatempo 2ª Geração. Em 2015, até novembro, o SP Serviços ganhou 12 novos aplicativos, como o Guia de Serviços Públicos e o Agendamento do Poupatempo, o de Emissão do Atestado de Antecedentes Criminais, o que traz informações sobre o combate à dengue e o que permite checar se a licença de segurança contra incêndios concedida pelo Corpo de Bombeiros a uma edificação está sendo utilizada dentro das condições aprovadas. Hoje, já são 27 aplicativos que colocam uma série de informações e serviços de diferentes órgãos no celular do cidadão. Por trazer a prestação de serviços públicos para a realidade dos espaços virtuais e das tecnologias móveis, o SP Serviços representa uma grande inovação no atendimento ao cidadão. Somados, o SP Serviços e os aplicativos por ele reunidos contabilizavam em novembro/2015 cerca de 2,7 milhões de downloads.

Sistema de Gestão da Defesa Animal e Vegetal - Gedave (Secretaria de Agricultura e Abastecimento): a aplicação, que simplifica a vida do produtor rural e torna mais eficiente o controle sanitário dos produtos agropecuários, foi incrementada com a adição de novas funcionalidades. A e-GTA (Guia Eletrônica de Trânsito Animal), que já existia para bovídeos, foi estendida para outras espécies animais cujo transporte exige tal documento, como ovinos, caprinos, equídeos, aves e suídeos. Agora, o produtor dessas espécies pode emitir o documento com total comodidade pela Internet, dispensando idas e vindas entre as unidades da Secretaria da Agricultura e o banco. Em 2015, também foi implantado, dentro do SP Serviços, um app mobile que permite checar pelo celular a autenticidade e validade da PTV-e (Permissão Eletrônica de Transporte Vegetal). Foi desenvolvido e instalado, ainda, módulo que permitiu que os boletos bancários utilizados para recolhimento das taxas referentes à emissão da e-GTA e da PTV-e fossem substituídos pela DARE (Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais), proporcionando uma economia anual estimada de R$ 1,8 milhão, antes dispendido pela Secretaria da Agricultura com o pagamento de serviços bancários.

S4SP - Saúde para São Paulo (Secretaria da Saúde): teve continuidade a implantação do S4SP com a ampliação da informatização dos hospitais que começaram a receber o sistema entre 2012 e 2014 e o início da automatização de cinco novas unidades: Ambulatório Clemente Ferreira, Hospital Padre Bento (Guarulhos), Hospital Heliópolis, Hospital Vila Nova Penteado e o

Centro de Atenção Integrada em Saúde Mental Philippe Pinel. Hoje, 26 hospitais, de portes variados, estão com o S4SP em diferentes estágios de implantação. O banco de dados do S4SP já tem registros de 3,9 milhões de pacientes, 1,1 milhão de prontos-atendimentos, 1 milhão de atendimentos ambulatoriais e 95 mil internações Além de agilizar as operações cotidianas dos hospitais - administrativas e de atendimento ao paciente -, o S4SP permite a geração de cerca de 50 indicadores de gestão e assistenciais, como taxa de ocupação de leitos, de internações, de altas e de rotatividade, inclusive de forma comparativa entre diferentes unidades da rede de atendimento. Os gestores locais e da Secretaria da Saúde têm acesso a esses índices até mesmo via celular, por meio de um app desenvolvido em 2015. Essas informações podem subsidiar a tomada de decisões e planejamento de ações. Ao padronizar e centralizar o armazenamento das informações, o S4SP cria condições para a futura implantação do Prontuário Eletrônico de Saúde no Estado de São Paulo, com o qual o médico, ao receber o paciente, poderá ver seu histórico de atendimento naquela ou em outras unidades públicas de saúde.

Sistema de Inquérito Policial Eletrônico (Secretaria da Segurança Pública / Tribunal de Justiça): desenvolvido em 2015, com perspectiva de implantação piloto ainda deste ano, o sistema permitirá, de forma totalmente eletrônica, a instauração de inquérito policial e seu ajuizamento no Tribunal de Justiça. A aplicação automatizará processos como o envio de documentos, o controle de prazos, os pedidos de prorrogação e o tratamento de requisitórios, tudo validado com certificação digital. Entre outros benefícios, estão maior agilidade, economia de tempo e dinheiro e a eliminação do risco de extravio ou perda de documentos. Em 2014, foram instaurados pela Polícia Civil de São Paulo 414 mil inquéritos.

Sistema de Alimentação Escolar - SAESP II (Secretaria da Educação): desenvolvimento de novo sistema para gestão da merenda escolar. Implantado em 2,7 mil escolas estaduais, que totalizam cerca de 2,5 milhões de alunos, e no armazém central, localizado na Grande São Paulo, o sistema possibilita o gerenciamento e controle de todo o processo para fornecimento da merenda, desde o certame licitatório, a compra e a armazenagem, a distribuição e o controle da entrada e saída de alimentos nas escolas.

Infraestrutura

Data Center Prodesp: a Prodesp realizou investimentos da ordem de R$ 50 milhões na expansão e upgrade da infraestrutura computacional de seu Data Center e em recursos de hardware e software para o desenvolvimento de diferentes projetos de clientes e a implantação da nuvem privada do Estado.

Telefonia fixa VoIP: com o intuito de implantar a telefonia VoIP (voz sobre IP) nas ligações entre as unidades do Governo do Estado, a Prodesp realizou consulta e audiência públicas, e concluirá, até o final de dezembro de 2015, as especificações técnicas da solução. O edital da licitação, que atenderá as necessidades de toda a administração estadual, será publicado no início de 2016. Utilizando a Intragov, a telefonia VoIP trará uma economia estimada entre 16% e 30% nos gastos com telefonia fixa do Governo (que em 2013 foram de R$ 110 milhões). A forma de contratação - única para todo o Estado - proporcionará outro ganho: a centralização da gestão dos serviços telefônicos do Governo. Haverá, ainda, um salto tecnológico na infraestrutura de telecomunicações do Estado. A solução prevista, por exemplo, contará com recursos de videoconferência.

Gestão Empresarial

Aumento da Relevância da Empresa: em 2015, a Prodesp manteve a trajetória de crescimento de sua relevância para o Estado. Como reflexo direto, a despeito da situação macroeconômica do País, do reajuste de preços abaixo da inflação e dos descontos concedidos a clientes na renegociação de contratos de prestação de serviços, a receita líquida da empresa, entre janeiro e outubro de 2015, cresceu 9,8% em relação ao mesmo período de 2014. O lucro da companhia no mesmo período, apesar de impactado pelos fatores já mencionados, atingiu a significativa marca de R$ 78 milhões, gerando os recursos necessários para investimentos na estrutura da empresa e em projetos de clientes, como é o caso do Poupatempo 2ª Geração, do S4SP - Saúde para São Paulo e do Sistema Integrado de Multas (SIM).

Programa Lean Six Sigma: foi dada continuidade ao processo de implantação do Lean Six Sigma, conjunto de ferramentas / metodologias voltadas à resolução de problemas / redução de desperdícios, com a certificação de 1258 funcionários como White Belt, 142 como Yellow Belt, 2 como Green Belt e 17 como Champions. Os belts são profissionais preparados para aplicação do Lean Six Sigma, sendo que as cores indicam seu grau de certificação. Já os Champions são os gestores que patrocinam os projetos de melhoria, atuando como seus facilitadores.

Plano de Desenvolvimento & Treinamento: de janeiro a outubro/2015, a Prodesp investiu R$ 1,4 milhão na capacitação técnica, administrativa e de liderança de seus funcionários (4,4 mil participações em cursos, palestras, workshops e outras atividades).

Responsabilidade Social

Campanha do Agasalho: a Prodesp e o Poupatempo arrecadaram 254 mil peças para a Campanha do Agasalho 2015, promovida pelo Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo. As doações vieram de funcionários da Prodesp e do Poupatempo, de usuários dos postos Poupatempo e de fornecedores que aderiram à iniciativa.

Informamos ainda que a Prodesp:

1.por ser uma sociedade de economia mista, está enquadrada nos artigos 20,23, 24 e 25 da Portaria Conjunta CAF-CEDC-CO nº 1, de 17/01/2014;
2.está classificada como recursos fonte 4, ou seja, recursos próprios;
3.está inscrita no programa 4405 - Fortalecimento da Organização e Modernização da Infraestrutura Prodesp do PPA 2012/2015;
4.está cadastrada nas ações: Modernização Administrativa da Prodesp (1549) e Atualização e Manutenção da Infraestrutura de TIC (2178).

Conselho do Patrimônio Imobiliário

I - O Conselho do Patrimônio Imobiliário é um órgão colegiado que tem como atribuição formular e orientar a execução da política patrimonial imobiliária do Estado de São Paulo, referente às aquisições, manutenções, transferências entre órgãos e entidades do governo, cessões, permissões, autorizações, concessões de uso e alienações em geral, onerosas ou gratuitas, dos imóveis pertencentes ou utilizados pela Administração, nos termos do Decreto Estadual nº 61.163/2015.

II - Principais Ações Em 2015

II. 1 Mudança na vinculação administrativa do CPI

No ano de 2015 o CPI passou a compor a estrutura básica da Secretaria de Governo, conforme o disposto no artigo 3º do Decreto nº 61.036, de 1º de janeiro de 2015, dando prosseguimento e início a diversas ações com o objetivo de melhorar e aperfeiçoar suas atividades:
- A instrução dos processos imobiliários – O Conselho analisou 787 processos, cuja matéria versa sobre aspectos imobiliários. O órgão recomendou 442 ações, incluindo permissão de uso, doação, venda e compra, venda de imóveis, que originaram autorizações aos setoriais do Governo, aos diversos municípios e a organizações não governamentais, com vistas à melhoria dos serviços de relevante interesse público, de caráter regional e local.
- O Aperfeiçoamento e melhoria da tecnologia do Conselho do Patrimônio Imobiliário – A intensificação do processo de modernização tecnológica do Conselho, mediante: (i) revisão dos fluxos dos processos administrativos para aumentar a celeridade da tomada de decisões e dos procedimentos operacionais, e (ii) aperfeiçoamento do Sistema de Gerenciamento de Imóveis (SGI).
Esse aperfeiçoamento tem, ainda, como objetivo adequar os controles às novas determinações de contabilidade pública, que, em apertada síntese, impõem um cronograma para os próximos três anos, no intuito de que que os valores dos imóveis tenham registros individuais na contabilidade do Estado.

II. 2 Diretriz predominante em face da mudança do cenário econômico

Os prognósticos apresentados no início de 2015, no sentido de que os fundamentos da Economia Brasileira se deteriorariam, com reflexos importantes na Economia Paulista, não apenas se confirmaram, mas se agravaram ao longo do exercício. Em decorrência desse cenário, foram intensificadas, no âmbito do CPI, as ações tendentes à melhoria do uso dos imóveis, consubstanciadas: (i) em realocar unidades administrativas de prédios alugados para imóveis próprios, mediante compartilhamento de usos; (ii) em aumentar o controle sobre gastos com aluguéis, cruzando dados dos órgãos com os registros do SIAFEM; e (iii) em articular com os diversos órgãos gestores, uma busca sistemática de imóveis que possam ser alienados, total ou parcialmente, sem comprometer a prestação dos serviços públicos.

As ações voltadas à alienação são consideradas relevantes, não apenas para a geração de recursos financeiros com a venda simples, mas também, para alavancar investimentos sem onerar os cofres públicos, mediante a inclusão de imóveis em projetos de desenvolvimento urbano, parcerias, concessões e garantias.

O Conselho também iniciou: (i) a atualização do banco de informações do SGI, no sentido para conscientizar as Secretarias sobre a importância de se manterem alimentados os dados do sistema, especialmente a descrição, origem, ocupação e regularização fundiária do imóvel; (ii) a inserção de dados georreferenciados dos imóveis, com imagens atualizadas via satélite, (iii) a visitação em áreas identificadas como relevantes, tanto sob o aspecto de área ocupada, ou não, como de área com ponto estratégico e/ou de valia econômica no mercado, e (iv) a regularização de áreas pertencentes ao Estado mas que ainda não estavam sob a gestão de algum órgão, especialmente os “sem destinação” e/ou decorrentes de executivo fiscal.

II. 3 Racionalização do uso dos imóveis e identificação de necessidades comuns aos diversos órgãos

O CPI iniciou em 2015 discussões para criar condições para por em prática ações cujo senso comum indica serem mais racionais e economicamente eficientes, mediante compartilhamento de espaços entre diversos órgãos, sobretudo para favorecer a mobilidade e acesso aos serviços onde o fluxo de pessoas é grande.

Necessidades comuns a diversos órgãos foram identificadas, como por exemplo, locais para arquivos organizados de documentos e estacionamento e guarda de veículos. Verificou-se que tais serviços são dispersos e poderiam ser concentrados e compartilhados em locais próprios num raio de até 100 km da capital, mediante articulação operações que permitam aumentar a eficiência desses serviços.

II. 4 Aproximação com mecanismos do mercado de capitais mercado imobiliário

Durante o ano de 2015, o CPI intensificou discussões com diversos atores do mercado de capitais e do mercado imobiliário, medida podem atender aos interesses do Estado, com o intuito de aprofundar os conhecimentos a respeitos dos diversos mecanismos e modelos jurídicos e operacionais aplicados por esses mercados não somente em relação à venda, mas também, em outras formas de aproveitamento.

II. 5 Venda de imóveis inservíveis

II. 5.1 Venda de imóveis não utilizados pela Administração estadual

Com o objetivo de alienar imóveis inservíveis, convém destacar os esforços empreendidos pelo CPI para que no ano de 2016, os resultados sejam positivos e sejam alcançadas as expectativas em relação ao aproveitamento do patrimônio imobiliário do Estado.

Com base nos dados disponíveis no SGI, foram listados cerca de 650 imóveis considerados, *a priori*, com algum grau de ociosidade ou excluídos de projetos de expansão ou modernização por parte dos órgãos gestores respectivos. Após a submissão dos imóveis selecionados aos respectivos órgãos gestores, para exame criterioso sobre o real uso e interesse, houve um consenso no sentido de que 160 imóveis poderiam ser objeto de exame mais aprofundado sobre eventual inclusão num novo projeto de lei para autorizar a alienação (gênero), com foco não

exclusivo na venda (espécie) pura e simples, mas para compor alguma operação do interesse do Estado, sobretudo de apoio a concessões e parcerias em projetos de infraestrutura.

III - Verbas Despendidas pelo Conselho
O CPI possui 3 (três) contratos de prestação de serviços vigentes:

a) CT 37/2014 – Elaboração de laudos, vistorias e pareceres técnicos
b) CT 46/2014 – 5% do valor de venda de imóveis provenientes de execuções fiscais e outras leis isoladas
c) CT 05/2015 – Elaboração de diagnóstico dominial e execução das ações de regularização dominial de imóveis da FESP.

Em relação ao Contrato CT 37/2014, foram gastos em 2015, R$ 604.309,99 (seiscentos e quatro mil, trezentos e nove reais e noventa e nove centavos) pela Secretaria de Governo e R$ 86.969,25 (oitenta e seis mil, novecentos e sessenta e nove reais e vinte e cinco centavos), pela Secretaria de Planejamento e Gestão, com recursos de restos a pagar.

Não executamos medições relativas ao Contrato CT 46/2014, pois os pagamentos são realizados mediante a assinatura de escrituras dos imóveis alienados.

Não executamos medições, igualmente, relativas ao Contrato CT 05/2015, pois o contrato foi assinado em novembro de 2015, não tendo tempo hábil para execução dos serviços naquele exercício.

Subsecretaria de Parcerias e Inovação

Unidade de Parcerias Público-Privadas – UPPP

Atividades Organizacionais

A UPPP é unidade técnica alocada na Secretaria de Governo e possui dentre as suas competências e finalidades (i) prestar auxílio técnico para os órgãos setoriais na estruturação das PPP's a serem celebradas pelo Estado, (ii) elaboração dos estudos técnicos necessários à modelagem dos projetos, (iii) a integração de todos os *stakeholders* que devem atuar em determinado projeto, (iv) a confecção de relatórios e notas técnicas exigidas pela legislação de regência da matéria etc.

Neste passo, ao exercer suas competências, a UPPP, no ano de 2015, esteve envolvida diretamente na realização da organização institucional promovida que resultou na edição do Dec. 61.371/2015, que redefiniu o procedimento de apresentação de estudos de PPP's e Concessões pela iniciativa privada.

Como uma das suas primeiras atividades de 2015, a UPPP examinou detidamente e detalhadamente cada uma das propostas de projetos que compunham o acervo de MIPs e PMIs do GESP, tendo formalizado recomendação técnica de arquivamento e continuidade de condução, conforme consignado em Nota Técnica UPPP e Secretaria de Governo de n. 02/2015

A UPPP, em conjunto e sob a coordenação da Secretaria Executiva, realizou e realiza todas as atividades necessárias para a implementação da Plataforma Digital de Parcerias, o que incluiu o auxílio técnico na elaboração do Manual de Parcerias do Estado de São Paulo, realizado dentro do projeto "Toolkit", resultante de contrato nº 19.227-2, celebrado pelo DER (Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo).

Por não ser Unidade Orçamentária, a UPPP não possui orçamento próprio, de tal forma que as suas atividades técnicas foram elaboradas sem a geração de custos à UPPP, nem a atestação da prestação de serviços por terceiros, atividade que incumbe aos respectivos gestores dos contratos celebrados com terceiros.

Assim, a despeito de as suas atividades se relacionarem com a ação “Estudos de modelagem de Parcerias Público-Privadas para projetos prioritários” (Ação nº 5637), alocada dentro do Programa nº 2915, a UPPP não realiza ou autoriza eventuais gastos necessários para tais atividades, sendo sua contribuição meramente técnica.

Projetos em andamento (PPPs Contratadas)

Para todos os projetos contratados, a UPPP promove reuniões periódicas (geralmente semanais ou quinzenais) para discutir as sensibilidades de cada projeto.

Essas atividades de acompanhamento são atividades complementares àquelas que são de competência da CACPPP.

As atividades preparatórias envolvem a articulação de todos os setoriais impactados, com a SEFAZ, com a SEPLAN e com a PGE, além de familiarização com todos os documentos e com todos os aspectos complexos de cada contratação.

Para a realização de tais atividades, a UPPP não incorreu em gastos orçamentários.

Novos Projetos

A UPPP é envolvida em todas as etapas de condução dos novos e projetos, desde a primeira fase (análise de conformidade) até a conclusão da modelagem (auxiliando, também, nas etapas de licitação, contratação e gestão).

No ano de 2015 foram realizadas análises de conformidade para as seguintes propostas (de iniciativa privada e pública):
- Fazenda Albor
- Linha 5
- Aeroportos
- Rodovias
- Ônibus Intermunicipais (Artesp)
- Linhas 8 e 9
- Ônibus metropolitanos
- Cozinha Escola Industrial

Especificamente com relação a essas propostas, a UPPP exerce a coordenação dos projetos das primeiras 5, que já estão em estágio avançado.

A coordenação desses projetos propostos envolve a realização de uma série de atividades, destacando-se: a realização de reuniões, preparação de eventos para o mercado, preparação de audiências e consultas públicas, elaboração de minutas de documentos (especialmente edital, contrato e anexos), a promoção da integração de todos os stakeholders que devem ser envolvidos, a comunicação com SEFAZ e PGE, a confecção de relatórios, a organização e instrução dos processos formalizadores de cada projeto.

Afora as propostas recebidas, a UPPP cuidou de dar andamento aos projetos que foram reputados como prioritários pelo CGPPP, conforme sua 68ª reunião.

Sendo assim, a UPPP conduz as atividades necessárias para realização dos projetos:

-Trens Intercidades (TIC), que contou com consultoria do BIRD;
- PPP Educação;
- Linha 5 do Metrô, que conta com consultoria da FIPE;
- Identificação Digital;
- Lote 2 da PPP Habitação (Fazenda Albor), que conta com consultoria da FIPE;
- Concessão de Aeroportos;
- Novo Lote de Concessões de Rodovias.

Assim como nos demais projetos, a UPPP não realizou contratações ou incorreu em gastos para as atividades técnicas realizadas.

Demais Iniciativas
Destaque para as Principais :
- projeto do BID para Saúde - UPPP exerce, em conjunto com a SES, as atividades de articulação e coordenação desse projeto.
- social Impact bons para Educação - UPPP exerce a coordenação desse projeto, que promove o engajamento de uma série de atores externos relevantes.
- SP Infra - projeto com integração do governo britânico, coordenado pela UPPP.

Também não houve gastos realizados pela UPPP na execução de tais iniciativas.

Unidade de Inovação
Instituída pelo Decreto nº 61.036 de 01/01/2015, que organiza a Secretaria de Governo e integrante da Subsecretaria de Parcerias e Inovação e que tem como atribuição viabilizar a inovação na Administração Publica Estadual com vista ao aprimoramento da gestão.

PPA – Plano Plurianual 2016-2019

Programa 5116 - Inovação Governamental

- Objetivo Estratégico Associado: Nº 11 - Gestão Pública Inovadora, eficiente e comprometida com o planejamento e os resultados dos programas e serviços públicos de qualidade.
- Objetivo do Programa: Promover a Inovação Governamental, por meio da disseminação da cultura de inovação, ações educativas, de prospecção e de apoio a projetos inovadores, bem como da constituição de arranjos institucionais para maior interação com a sociedade e entre diferentes setores governamentais.
- Ações:
  - 5116.6230 – Governo como plataforma (ações junto a sociedade – inovação aberta)
  - 5116.6231 – Inovação Organizacional (ações internas no governo)

Gestão do Conhecimento e Inovação

Implementar as diretrizes da política de gestão do conhecimento e inovação na Administração Pública, estabelecidas por meio do Decreto nº 59.963/2009; estimular adoção de técnicas gerenciais, ferramentas tecnológicas e processos de trabalho inovadores, intensivos em conhecimento; formar uma cultura organizacional aberta à inovação; atuação em cinco dimensões: **cultura, capacitação, prospecção, projetos e governança.**

1. Cultura da Inovação:

- **Inovaday** é um encontro mensal de quem pensa governo e sociedade de forma criativa, daqueles que buscam com aqueles que compartilham soluções para um governo inovador. Estes encontros são transmitidos pela web e estão disponíveis para visualização off-line.

Em 2015, foram realizados 8 encontros com a apresentação de 18 palestras com 2.400 pontos de acesso e público presencial de 350 servidores.

2. Capacitação:

- Curso de *Design Thinking*: apoio na organização e definição de escopo do *Workshop* "Introdução ao *Design Thinking*", realizado na Fundap para gestores públicos.
- Programa Excelência Gerencial da Sabesp (PEG): coordenação do módulo de Gestão do Conhecimento e Inovação (conceitos e oficinas), abrangendo 120 gerentes.
- Workshop do PROJETO SPUK realizado nos dias 24 e 25 de março no Centro Web - CeWeb.br, que contou com a presença de dois representantes do Gabinete do Primeiro Ministro do Reino Unido quando foram apresentados e debatidos os dois guidelines - Abertura de Bases de Dados e Web Semântica - e também os desafios e estratégias de implantação dos projetos pilotos.

- Palestra realizada no dia 9 de abril na Secretaria da Fazenda de São Paulo, apresentando o tema "Capacitação 360° - Da Ideia à Aplicação", que integrou o ciclo de atividades de planejamento da Escola Fazendária, com vistas à montagem de seu novo Programa de Desenvolvimento Gerencial.
- Workshop no dia 6 de maio no Laboratório de Inovação em Governo - encontro com representantes do poder público e da sociedade civil para repensar o projeto do Acessa São Paulo.
- Participação no VIII CONSAD - Congresso de Gestão Pública, maio de 2015, em Brasília, com os seguintes painéis:

  - Modalidade: NOVOS FORMATOS ORGANIZACIONAIS
    Painel: Inovação na modelagem organizacional - em busca da flexibilidade.
    Radar da Inovação - O que os governos precisam enxergar.
  - Modalidade: GOVERNO ELETRÔNICO & TRANSPARÊNCIA
    Painel: Abertura de bases de dados e colaboração cidadã (ação para divulgação e disseminação do projeto em parceria com Reino Unido – Improving business environment through transparency in São Paulo State).

  1. Desafios da abertura de bases de dados e da colaboração em São Paulo
  2. Abertura de bases e web semântica
  3. A cooperação do Reino Unido para promoção da transparência e abertura de bases - A contribuição britânica para transparência.

Diversas Palestras e Cursos, com destaque para:

Palestras:

- Palestra no dia 1 de julho, em Fortaleza, a convite do Tribunal de Contas do Ceará, participando do Lançamento do Plano de Inovação do TCE-CE, proferindo palestra sobre gestão do conhecimento e inovação.
- Seminário no dia 11 de agosto na Semana Jurídica promovida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e participando de um painel para discutir a Inovação no Setor Público.
- Seminário nos dias 19 e 20 de agosto de 2015, em São Paulo, 21º Congresso de Informática, de Inovação e Gestão Pública - **CONIP SP 2015** - com o tema "Tempos Difíceis: Oportunidade para Tomada de Decisões Certas"**,** promovido pelo Instituto Conip, participação com o painel sobre "Abertura de Bases de Dados e Colaboração Cidadã - Projeto SPUK**,** para apresentação das atividades e resultados do "Projeto SP-UK - Melhorando o ambiente de negócios por meio da transparência no Estado de São Paulo".
- Palestra no dia 21 de agosto, no Projeto Imersão, da Fundação Estudar sobre o Ecossistema de Inovação no Governo do Estado de São Paulo, trata-se de um programa de preparação e auxilio à decisão de carreira para jovens universitários e recém formados.
- Palestra no dia 26 de agosto com Geoff Mulgan, CEO da NESTA, entidade britânica voltada ao apoio à inovação nos segmentos público, social e startups. (100 participantes)
- Palestra no dia 17 de novembro, no Palácio dos Bandeirantes, do Lorde Francis Maude, da NESTA e a cerimônia de lançamento e distribuição dos Guias produzidos no Projeto SPUK, - Abertura de Dados, Web Semântica e Maturidade de Dados Abertos, que estão disponíveis em formato pdf e ePub e nos idiomas português, inglês e espanhol. (120 participantes)
- Seminário Gestão da Inovação em Serviços, promovido pelo IPT – Instituto de Pesquisa Tecnológica no dia 3 de dezembro. Palestra com tema: Design de Serviços Públicos
- Painel: no dia 14 de dezembro “Sociedade Usando Dados”, com Jorge Henrique (Inforpeople) e Juliana Sakai (Transparência Brasil), no evento Let’s GO promovido pelo Governo do Estado de Goiás, em Goiânia.

Curso:

- Curso no projeto SPUK: Combate à Fraude e Corrupção nas Contratações Públicas, nos dias 09 e 10 de dezembro, com objetivo de trazer mecanismos modernos do Reino Unido para São Paulo, ministrado pelo investigador do Banco Mundial, Michael Kramer, no Palácio dos Bandeirantes, e transmitido por vídeo conferência, com apoio da Fundação Vanzolini para 17 polos de recepção em todo Estado e com 837 servidores inscritos.

3. Prospecção de Tecnologias para Inovação:

- Prospecção de novas ferramentas sociais disponibilizadas em blog de boas práticas e em materiais postadas nos diversos blogs da rede paulista de inovação em governo (www.igovsp.net);
- Tutoriais: filmes de curta duração explicando o uso de ferramentas sociais disponibilizados na Rede Paulista de Inovação em Governo (www.igovsp.net);
- Apoio conceitual e metodológico para a viabilização de projetos inovadores embrionários, surgidos nas diferentes secretarias de estado;
- *Design Thinking* e *Business Model Generation*, com estudos e prospecção nas ferramentas para iPad.
- Implementação e uso da plataforma Scoop, com os temas *Design Thinking* e Gestão do Conhecimento.
- Ferramentas de edição e publicação de ebooks.
- *Design Thinking*: estratégia de inclusão das técnicas e ferramentas usadas por esse método de inovação, aplicada a governos.
- *Storytelling*: participação em vários projetos centrados na narrativa de histórias corporativas.
- Yammer: utilização da plataforma para os projetos SPUK e INFRA, como base colaborativa para os projetos com o Reino Unido, constituindo boa prática em comunidades.
- Social Base: estudo da ferramenta como alternativa a redes sociais corporativas, utilizando como plataforma de testes o projeto Estação Conhecimento, do Metrô-SP.
- Implementação e uso de salas virtuais para reuniões à distância, sem a necessidade de instalação de softwares, nem assinaturas de convidados à sala, concluindo no ambiente https://appear.in/igovsp.

4. Projetos:

- **Projeto Internacional SPUK – Melhoria do Ambiente de Negócios por meio da Transparência no Estado de São Paulo**: Baseado na experiência do Reino Unido (data.gov, Open Data Institute e UK Bribery Act), a cooperação entre o Governo do Estado de São Paulo e o Reino Unido, em parceria com a CGA, SEADE, FUNDAP, W3C, GovRisk e envolvimento de outras entidades do GESP, objetiva melhorar o ambiente de negócios no Estado de São Paulo, por meio da intensificação do programa de transparência do Estado, com a gestão de dados abertos para uso em negócios e pela sociedade civil e a aplicação de medidas efetivas de combate à corrupção. O Governo Britânico, representado pelo Ministério da Justiça britânico e pela Embaixada e Consulado no Brasil, por meio do FCO – Foreign & Commonwealth Office, alocou 185.460 Libras Esterlinas neste projeto, sendo a contrapartida do governo paulista estimada em 250 mil Libras Esterlinas, porém constituída quase na totalidade em horas técnicas alocadas. Com prazo de dois anos, iniciou em abril de 2014 e prevê-se o término para março de 2016. Tendo sido concluídas as etapas de estruturação e aprovação do projeto, formação de equipes técnicas, apoio ao levantamento de melhores práticas internacionais, produção de guias de Abertura de Dados e Web Semântica, estando em desenvolvimento projetos pilotos em parcerias com Metrô, TCE, CPA (Secretaria de Planejamento e Gestão), PRODESP e Secretaria da Saúde. Serão executados pilotos nas áreas de dados em formato aberto, de abertura e vinculação (link) de dados para a publicação na Web com estrutura semântica (Web semântica), informações de governo em linguagem cidadã, combate à corrupção e estímulo aos negócios sociais. Em desenvolvimento a revisão dos portais de Governo Aberto e de Transparência. Lançamento dos Guias em novembro com a palestra do Lord Francis Maude. Em desenvolvimento os guias de estimulo a apropriação e uso de dados abertos e linguagem cidadã.
- Diagramação e publicação dos Guias do projeto SPUK sobre Web Semântica, Dados Abertos e Guia do Modelo de Maturidade de Dados Abertos, nos formatos PDF, Epub e MOBI, nos idiomas Português, Inglês e Espanhol.

- ***Projeto Internacional SPUK-Infra****:* São Paulo Licitações e Projetos de Infraestrutura (Sao Paulo Infrastructure Tenders and Projects) com objetivo de apoiar a elaboração e implementação de projetos de Parcerias Público-Privadas em setores estratégicos de infraestrutura, com base na *expertise* britânica**.** O projeto faz parte da cooperação entre Governo do Estado de São Paulo e Reino Unido, realizado com recursos do *Prosperity Fund*,

em parceria com a consultoria da ARUP (executora do projeto) e a FGV Law**.** Foram selecionados 5 temas para mapeamento da *expertise* britânica em PPPs: 1- Maximização de Ativos Públicos; 2- *Value for Money*; 3- Governança Institucional; 4- Manutenção da Atualidade dos Serviços Públicos; e 5- Equilíbrio Econômico-Financeiro dos contratos de PPPs. O projeto entregará os seguintes produtos: Guia Prático de PPPs com levantamento da experiência britânica e *cases* internacionais nos temas selecionados; Workshop e Treinamento sobre o Guia Prático de PPPs para equipe interna; Curso para 50 servidores públicos sobre as melhores práticas levantadas; desenvolvimento de Projeto Piloto, para aplicação dos conceitos; e realização de Seminário (Congresso), com outras instituições de PPPs, para divulgação dos resultados do projeto. A Unidade de Inovação – IGOVSP é responsável pelo desenho inicial do projeto, que é executado pela Unidade de Parcerias Público-Privadas – UPPP.

- **Perfil dos usuários de serviços públicos eletrônicos -** pesquisa com usuários de serviços públicos eletrônicos, em conjunto com o Poupatempo, visando acompanhar a evolução do perfil desses usuários ao longo do tempo. O estudo focou o uso da Internet e de serviços públicos, com objetivo de contribuir com iniciativas de promoção de novos formatos de relacionamento com o cidadão no acesso a serviços públicos, melhoria e eficiência dos gastos públicos, bem como de emprego de novos métodos, técnicas e ferramentas de apoio à inovação em governo.

- **iGovLab:** implantação do conceito, conteúdos, funcionamento e princípios dos Laboratórios de Inovação em Governo, envolvendo desde sua configuração arquitetônica e tecnológica, até o planejamento de ações colaborativas a serem exercidas no ambiente

- **iGovLab/estratégia:** Criação da segunda unidade do Laboratório de Inovação em Governo, localizado no Palácio dos Bandeirantes – 1º andar ao lado do Miniauditório - Composto por ambiente de aprendizagem e resolução de problemas: espaço flexível para permitir o emprego de novas arquiteturas pedagógicas e metodologias ativas de aprendizagem, bem como para a realização de oficinas de resolução de problemas e para as atividades de apoio à gestação, lançamento e maturação de projetos . Conta com mobiliário e equipamentos com a flexibilidade de arranjos de aprendizagem e à criação coletiva.

- GovJam SP**:** promoção do GOVJAM em parceria com a Tellus no Laboratório de Inovação em Governo. O Global GovJam é um evento que aplicou o conceito e energia do Global Service Jam e Global Sustaintability Jam para o mundo do governo e setor público. Participaram entidades de cerca de 50 cidades de 20 países que durante 48 horas, usando metodologia de design thinking trabalharam na construção de soluções de problemas enfrentados pelo setor público. Tivemos 46 participantes sendo 23 do setor publico de 13 órgãos do governo que desenvolveram 5 projetos .Os resultados de todos os grupos participantes estão disponíveis no sitio do www.govjam.org.

- **Projeto Pitch Gov SP:** O Governo do Estado de São Paulo realizou a primeira edição do Pitch Gov SP no período de setembro a novembro/2015. Iniciativa que busca atrair soluções inovadoras para os desafios da administração pública. As empresas nascentes se cadastraram e propuseram 304 soluções para os desafios nas áreas de Educação, Facilidades ao Cidadão e Saúde. As propostas passaram por análise das Secretarias e órgãos envolvidos – Educação, Saúde, Governo, Centro Paula Souza, Prodesp, em parceria com a Associação Brasileira de Startups (ABStartups) e 15 startups foram selecionadas para se apresentarem no evento Pitch Gov SP. O evento, que aconteceu no Palácio dos Bandeirantes no dia 17 de novembro, contou com a participação de representantes do Governo, empreendedores, investidores e integrantes do ecossistema de inovação. Os excelentes resultados dessa iniciativa despertaram o interesse, por parte das Secretarias e órgãos participantes, em elucidar dúvidas e aprofundar detalhes de cada uma das soluções, visando futura implementação.

- **Análises, estudos e propostas de melhoria de sites/portais:**
  - Análise e proposta de criação de um site para o Conselho de Transparência do Estado de São Paulo, visando melhorias no acesso às informações, mais transparência nas ações do Conselho, melhor divulgação das deliberações, reestruturação dos bancos de dados e criação de ambiente para manutenção do site.

- Análise do Portal do Cidadão SP com propostas de melhoria na taxonomia, menu de navegação, acessibilidade, sistema de busca, links, navegação de conteúdo, serviços disponíveis, etc.
- Análise do Portal da Secretaria de Planejamento e Gestão com propostas de melhoria sobre a arquitetura da informação, menu de navegação, contato, atualização de conteúdos, etc.
- Análise e propostas de mudanças no Portal do Poupatempo visando uma melhora na arquitetura da informação, elementos visuais, navegação e busca de conteúdos.
- Análise do Portal da Secretaria de Governo com propostas de melhoria quanto a navegação, elementos visuais, sistema de busca, navegação em dispositivos móveis, etc.
- Tradução de quatro guias de design de serviços do NESTA

- **Proposta de Projeto Internacional – "Inovação em Governo de Impacto Social"** – Em preparação, proposta de financiamento pelo Reino Unido, por meio do Prosperity Fund, de projeto de 3 anos de duração, no valor 3 milhões de libras esterlinas. O objetivo definido em caráter preliminar do projeto é: com base na expertise britânica, aprimorar o papel do Governo do Estado de São Paulo enquanto governo inovador para impacto social, de modo a torná-lo, em três anos, referência nesse papel, por meio da produção de evidências de resultados diretos e impactos da estratégia adotada, de projetos de inovação implantados e da performance das estruturas criadas de fomento e apoio à inovação. A proposta será apresentada em janeiro de 2016, com vistas ao início do projeto em abril de 2016.

- **Projeto Linkedin** – Talent Solutions: tratativas junto a Unidade Central de Recursos Humanos da Secretaria de Planejamento e Gestão para que o Governo do Estado faça parte do Linkedin. Atualmente 18 mil pessoas estão cadastradas no Linkedin como "funcionários do Governo do Estado" e a proposta é que o Governo do Estado organize sua página e possa ter acesso a este banco de dados para pesquisa de talentos, capacitação, comunidade de prática, disponibilização de conteúdo etc.

- **Proposta de Projeto Internacional** – Institucional Skill – edital 2016 que tem como objetivo apoiar projetos relacionados ao treinamento, capacitação e engajamento comunitário de funcionários e colaboradores de instituições brasileiras em várias áreas da gestão pública.

Estudos em parceria com:
- a Subsecretaria de Tecnologia e Serviços ao Cidadão, a Emplasa e a NESTA (entidade do Reino Unido), para capacitação nas áreas de design de serviços e design de negócios.
- a Corregedoria Geral da Administração e GovRisk (entidade do Reino Unido) para capacitação de servidores na temática de Anticorrupção na contratação de obras de infraestrutura pública.

Unidade de Parcerias Com Organizações Sociais

- Elaboração de comparativo entre todas as qualificações/titulações outorgadas ao terceiro setor (e os benefícios advindos) existentes no ordenamento jurídico pátrio: (i) de utilidade pública; (ii) certificado de entidade beneficente de assistência social (CEBAS); (iii) organizações sociais (OS); (iv) organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP) e; (v) organização da sociedade civil (cf. Lei nº 13.019/2014).

- Levantamento de todas as OS qualificadas pelos GESP, os contratos de gestão vigentes e os respectivos equipamentos públicos e atividades executadas atualmente por essas entidades.

- Criação de Grupo Técnico (intersecretarial), por meio da edição da Resolução SG-51/2015, "*com o objetivo de estudar o modelo das Organizações Sociais no Estado de São Paulo e lhe propor melhorias*."

- Realização de reunião do Grupo Técnico para compartilhamento de experiências e dificuldades, e alinhamento dos passos a serem dados por todos com vistas ao fortalecimento do modelo; visitas às Secretarias integrantes do GT, com vistas ao colhimento de informações e procedimentos referentes às OS adotados em cada uma delas; elaboração de comparativo entre as rotinas e regras adotadas por cada Secretaria no tocante a (i) processo de qualificação, (ii) convocação pública para celebração de contrato de gestão, (iii) critérios de seleção da OS

contratada, (iv) análise dos custos das OS, (v) acompanhamento dos dispêndios e resultados alcançados pelas OS, (vi) interação com órgãos de controle e (vii) obtenção de receitas acessórias.

- Elaboração de minuta de decreto – atualmente sob análise da Consultoria Jurídica da Pasta – estabelecendo o rito a ser adotado pela entidade para requerer qualificação como OS, que deverá se dar através de plataforma digital.

- Condução, no âmbito do Governo do Estado, das discussões relativas à regulamentação estadual para a Lei nº 13.019/2014 ("Marco Regulatório do Terceiro Setor"); realização de reuniões (com elaboração de respectivas atas) para alinhamento entre órgãos e entidades afetados; colhimento de sugestões para a elaboração do decreto regulamentar; condução da criação de plataforma virtual para observância aos ditames de transparência exigidos pela Lei e para tramitação dos Procedimentos de Manifestação de Interesse Social.

Casa Militar

Programa: 5101 – São Paulo, Estado Resiliente

Ações de planejamento, de prevenção, de preparação, de recuperação e de resposta imediata às situações de eventos adversos (naturais ou provocados pelo homem), evitando danos, em especial à vida humana, ou minimizando seus efeitos.

Ação: 1152 – Prevenindo e Reconstruindo
Ação: 4418 – Gerenciando o Risco e o Desastre
Ação: 5348 – Educação para Prevenção

A Casa Militar do Gabinete do Governador, por intermédio do Departamento Estadual de Defesa Civil, realizou as seguintes atividades no exercício de 2015:

Capacitação

Foram realizadas 20 oficinas nas Regiões Administrativas do Estado, divididas em 13 Oficinas Preparatórias para a Operação Estiagem, com o objetivo de capacitar os agentes públicos municipais nas ações preventivas e de resposta durante o período de seca, culminando com o treinamento de 2.903 pessoas; e 7 Oficinas Preparatórias para a Operação Verão, com foco no treinamento para o período mais chuvoso, onde são abordados temas como meteorologia e geologia, capacitando mais 662 pessoas.

Realização em conjunto com a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, de 1 Curso de Capacitação Presencial em Ações de Resposta e Reconstrução, capacitando 35 integrantes do Sistema Estadual de Defesa Civil.

Realização de Curso para o Uso da Plataforma de Auto Avaliação – 2º Ciclo da Campanha Cidades Resilientes: Minha Cidade está se Preparando, no Município de Cubatão com capacitação de 60 pessoas.

Realização em conjunto com o Instituto Geológico do "VII Seminário de Estratégias para Redução de Riscos" com objetivo de avaliar as estratégias e ações de redução de risco e desastre em nível estadual, regional e internacional, capacitando 90 pessoas.

Realização em conjunto com o Instituto Geológico de 1 treinamento para capacitação de servidores municipais na percepção e atualização de áreas de risco no Município de Piedade, capacitando 25 pessoas e; 1 treinamento para agentes de saúde do Município de Campos do Jordão, com objetivo de preparar esses agentes para o reconhecimento das áreas suscetíveis a escorregamentos no município, com 20 servidores capacitados.

Realização em conjunto com a Faculdade Cásper Líbero do Seminário “Desafios do Meio Acadêmico para a Redução de Desastres no Brasil”, com o enfoque na comunicação de risco, capacitando 50 pessoas do meio acadêmico e do Sistema Estadual de Defesa Civil.

Parcerias com outras Secretarias de Estado e outros Estados da Federação
Assinatura de Termo de Cooperação Técnica com o Instituto Geológico – IG, objetivando apoio técnico, assessoria e atendimento emergencial em situações de riscos geológico-geotécnicos de escorregamentos com possibilidade de dano a moradias em áreas abrangidas por planos preventivos e de contingência de defesa civil, no valor de R$ 329.280,73.

Execução do Contrato com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT objetivando a prestação de serviço de mapeamento de áreas de risco alto e muito alto de deslizamentos e inundações de 42 (quarenta e dois) municípios abrangidos pelo Plano Preventivo de Defesa Civil coordenado pela CEDEC/SP, a saber: Araçatuba, Araçoiaba da Serra, Arapeí, Araras, Barretos, Boituva, Botucatu, Canas, Capela do Alto, Elias Fausto, Getulina, Igaratá, Ipaussu, Iracemápolis, Itapeva, Lagoinha, Laranjal Paulista, Leme, Lorena, Mogi-Guaçu, Monte Alegre do Sul, Monteiro Lobato, Ourinhos, Porto Feliz, Porto Ferreira, Potim, Quadra, Rafard, Salto, Salto de Pirapora, Santa Cruz do Rio Pardo, São Carlos, São José do Barreiro, Silveiras, Tapiratiba, Taquaritinga, Tatuí, Tietê, Torre de Pedra, Tuiuti, Valetim Gentil e Votuporanga, no valor de R$ 1.190.000,00.

Assinatura e execução de Contrato com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT, objetivando a prestação de serviço de mapeamento de áreas de risco alto e muito alto de deslizamentos e inundações de 10 (dez) municípios que apresentaram incidência e recorrência de eventos de ordem meteorológica, hidrológica e geológica, de acordo com dados estatísticos registrados no Sistema Integrado de Defesa Civil - SIDEC e que ainda não possuem instrumentos de identificação de risco, a saber: Adamantina, Caconde, Caiabu, Divinolândia, Inúbia Paulista, Olímpia, Paranapanema, Presidente Prudente, Tejupá e Tupã, no valor de R$ 285.000,00.

Assinatura de Termos de Convênio do Curso “Defesa Civil: A Aventura”, com o Estado do Espírito Santo e com o Município de Campos do Jordão/SP, destinado aos alunos do ensino fundamental e médio das escolas estaduais, municipais e particulares, objetivando transmitir de forma lúdica, por meio de jogo, conhecimentos na esfera de atuação da Defesa Civil.

Assinatura de Termo de Convênio com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP para a aquisição e entrega de 25.000 caixas d’água, destinadas à mitigação das consequências decorrentes da estiagem, que afetou 31 municípios da Região Metropolitana de São Paulo atendidos pela SABESP, no valor de R$ 3.124.750,00.

Outras Parcerias
Parceria com a Agência de Cooperação Internacional Japonesa - JICA, por meio da participação no curso “Gerenciamento de Risco de Desastres com Base na Comunidade, no período de 22 de junho a 01 de agosto de 2015, na cidade de Kobe/Japão (1 representante).

Parceria com o Escritório de Assistência a Desastres no Exterior - OFDA, por meio de participação no “Encontro para Estruturação de Currículo sobre Desastres para a América Latina”, realizado na Cidade do Panamá/Panamá, em 01 de agosto a 09 de agosto de 2015 (1 representante).

Parceria com a Agência de Cooperação Internacional Japonesa - JICA, por meio da participação no curso “Promoção da Cultura de Redução de Riscos de Desastres”, de 15 a 28 de novembro de 2015, tendo como objetivo promover a corrente principal de redução nos países participantes, nas cidades de Tokyo, Hyogo e Kyoto/Japão (1 representante).

Parceria com o Centro de Formação da Cooperação Espanhola, por meio da participação no seminário “Políticas públicas de Proteção e Defesa Civil”, no período de 25 a 27 de novembro de 2015, realizado na cidade de Cartagena das Índias/Colômbia (1 representante).

Expansão do Programa de Estagiários da Fundação do Desenvolvimento Administrativo - FUNDAP nas áreas de Administração, Engenharia, Jornalismo, Marketing e Recursos Humanos.

Fortalecimento do Sistema Estadual de Defesa Civil
A fim de aprimorar o Sistema Estadual de Defesa Civil e atender os anseios dos municípios paulistas, de maneira pioneira, a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC/SP) inaugurou 8 Escritórios Regionais de Defesa Civil, que servem como base de apoio ao Coordenador Regional de Defesa Civil, que é o representante descentralizado da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, nas Regiões de Ribeirão Preto, Franca, Presidente Prudente, Campinas, Sorocaba, Araraquara, São José do Rio Preto e São José dos Campos.

Fornecimento de 69 "kits de estiagem", contendo equipamentos para combate a incêndios em coberturas vegetais, para os municípios localizados nas regiões mais vulneráveis do Estado, no valor de R$ 140.975,28.

Fornecimento de 80 "kits Operação Verão", contendo com materiais para a estruturação das Coordenadorias Municipais de Defesa Civil, como coletes, botas, lonas, pluviômetros manuais, no valor total de R$ 139.350,72.

Emprego de aeronaves em apoio ao Corpo de Bombeiros na atuação de combate a incêndios em coberturas vegetais com 8 acionamentos, com atuação em 4 municípios paulistas ao custo de R$ 149.600,00.
Realização de Exercício Simulado de "Acidente Rodoviário Envolvendo Produtos Perigosos", no Município de Botucatu em Julho deste ano, com o envolvimento dos órgãos de resposta da região e a população residente próxima ao local.

Realização de Exercício Simulado de "Remoção Preventiva de Moradores Residentes em Áreas de Risco" no Morro do Britador, no município de Campos do Jordão/SP em 06 de dezembro de 2015, com o envolvimento de 174 moradias e 642 pessoas.

Ações Assistenciais
Auxílio a 28 municípios paulistas que decretaram situação de anormalidade, quanto ao preenchimento adequado de documentação exigida em legislação, sendo que desses processos, 10 obtiveram a homologação do Governador do Estado, após análise e parecer do Coordenador Estadual de Defesa Civil.

Convênios
O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, celebrou 30 convênios, com 29 prefeituras. Investimento total de R$ 12.033.503,63 em obras preventivas e recuperativas de Defesa Civil, bem como apoio em razão de estiagem.

Construção de Extravasor (A)		R$ 258.407,55
Município	Local	Total
Mineiros do Tiête	Estrada Municipal de acesso Salto Dom Pedro II - Ribeirão São João	R$ 258.407,55

Construção de Passarela Metálica (B)		R$ 158.620,07
Município	Local	Total
Biritiba Mirim	Sobre o Rio Claro, no Bairro Casa Grande	R$ 158.620,07

Construção de Ponte (C)		R$ 6.984.891,86
Município	Local	Total
Aparecida do Oeste	Estrada Municipal ADT 385 - Bairro Pio Nogueira - Afluente do Córrego do Boi	R$ 162.939,24
Bilac	Córrego do Salto Continuo, na Estrada BIL-247	R$ 262.851,86
Campo Limpo Paulista	Rio Jundiaí, na Estrada da Yara	R$ 385.131,31
Capão Bonito	Rio São José, na Estrada CPB-186	R$ 593.079,14
Campos Novos Paulista	Estrada Vicinal CNP 157 Ribeirão São José	R$ 238.356,71
Cardoso	Córrego Santo Antonio, na estrada municipal CDS 334	R$ 228.862,49

Município	Local	Total
Conchas	Ribeirão Salgado, no Distrito de Juquiratiba - (Ponte I)	R$ 305.260,14
Cunha	Estrada vicinal do Bairro da Cachoeira	R$ 302.868,77
Clementina	Córrego Promissão, na Estrada CLM-350	R$ 329.246,88
Guararapes	Córrego Jacutinga, na Estrada Munic. GRR-259	R$ 129.476,87
Jambeiro	Ribeirão Taperão, estrada Santa Cruz - JAM - 030	R$ 296.889,17
Juquia	Ligação dos Bairros Iporanga I ao Iporanga II, sobre o Rio Assungui	R$ 626.142,44
Poloni	Córrego Montevideo, na Estrada POL 030	R$ 164.385,12
Pratânia	Estrada PRT-140, sobre o Rio Claro	R$ 202.563,18
Registro	Bairro Guaviruva, na Estrada Municipal RGT-030	R$ 338.340,15
Santo Antônio do Pinhal	Córrego Lajeado, na Rua Nicolau Emiliano, Bairro Cassununga	R$ 260.244,74
São Pedro do Turvo	Córrego Água do Estevão, na Estrada SPT 320	R$ 239.800,77
São Pedro do Turvo	Córrego Água do Saltinho, na Estrada SPT 248	R$ 222.152,10
Serrana	Córrego Serrinha, na Estrada Municipal SRR-402	R$ 293.177,67
Tarabai	Córrego Pirapozinho, na Estrada Municipal Fazenda Corssalete - TRB-166	R$ 543.104,05
Uru	Av. Bras Flamino (Ligação URU com o Bairro Água Quente)	R$ 860.019,06

Construção de Travessia em Aduela (D)		R$ 864.297,91
Município	Local	Total
Altinópolis	Córrego Mato Grosso, Rua Honório Palma	R$ 440.350,85
Pinhalzinho	Estrada vicinal bairro da Vargem Grande	R$ 181.596,46
São Bento do Sapucaí	Rua Geraldo Souza Dias, no Bairro do Sítio	R$ 242.350,60

Recuperação de Galeria (E)		R$ 316.074,33
Município	Local	Total
Gália	Córrego São José, Estrada Municipal 070	R$ 316.074,33

Recuperação de Ponte (F)		R$ 326.461,91
Município	Local	Total
Santana da Ponte Pensa	Ribeirão Ponte Pensa, na Estrada SPP-358.	R$ 99.690,99
Tatui	Travessia da Rua Nhô Inácio Vieira, sobre o Ribeirão do Manduca	R$ 226.770,92

SABESP (G)		R$ 3.124.750,00
Município	Objeto	Total
São Paulo	25 mil caixas d' água com capacidade individual de 500 litros	R$ 3.124.750,00

Resumo por Tipo de Obra		
Tipo de Obra		Total
A)	Construção de Extravasor	R$ 258.407,55
B)	Construção de Passarela Metálica	R$ 158.620,07
C)	Construção de Ponte	R$ 6.984.891,86

Tipo de Obra		Total
D)	Construção de Travessia em Aduela	R$ 864.297,91
E)	Recuperação de Galeria	R$ 316.074,33
F)	Recuperação de Ponte	R$ 326.461,91
G)	Aquisição de 25000 caixas d´água - SABESP	R$ 3.124.750,00
TOTAL (A+B+C+D+E+F+G)		R$ 12.033.503,63

Ajuda Humanitária
Repasse de 57.158 itens de assistência humanitária (gêneros de primeira necessidade como cestas básicas, kits dormitório, vestuário, limpeza e higiene) para as coordenadorias municipais de defesa civil de 48 municípios paulistas atingidos por desastres, no valor de R$ 632.549,23.

Combate ao mosquito *Aedes Aegypti*
A Defesa Civil Estadual participa do Sistema de Coordenação e Controle para itensificar as ações de mobilização e combate ao mosquito, estabelecido pela Diretriz Geral nº 1/2015 dos Ministérios da Saúde e da Integração Nacional, do Governo Federal, especialmente nas ações de mobilização e controle.

Atendimento ao Público e Imprensa
A Defesa Civil Estadual mantém contato constante com o público interno e externo através do email (defesacivil@sp.gov.br), da página (www.defesacivil.sp.gov.br) e por meio do facebook.
Informações recebidas e respondidas (correspondências/dia): 55 pela rede notes. O número aumenta durante o período da "Operação Verão" (1º dezembro a 31 de março do ano subsequente) para 61 correspondências/dia.
Foram confeccionadas 373 notas de imprensa e teve-se 254.806 acessos ao site e página do facebook da Defesa Civil.
Foram respondidos 580 questionamentos/dúvidas pelo Sistema de Atendimento ao Cidadão (SAC).
Foram concedidas 63 entrevistas a rádios.

Material de Divulgação
Foram distribuídos mais de 842.655 itens em materiais de divulgação com orientações preventivas para fenômenos naturais e projetos da Defesa Civil, utilizados em campanhas educativas, cursos, oficinas preparatórias para a Operação Verão e para a Operação Estiagem, palestras, eventos sociais e feiras.

Em parceria com a SABESP houve a divulgação de alerta de riscos de acidentes com raios nas praias paulistas, através da distribuição de 279 (duzentas e setenta e nove) faixas informativas.
Além das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, a Casa Militar cumpriu plenamente suas missões definidas no Decreto nº 48.526, de 04 de março de 2004, no que se refere à segurança física dos Palácios do Governo e segurança e atendimento funcional do Governador do Estado e de dignitários.

SECRETARIA DA HABITAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria da Habitação do Estado de São Paulo

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

25000 - Secretaria da Habitação do Estado de São Paulo

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**167.714.259,00**	**89.020.637,55**	**17.089,71**	**89.037.727,26**	**87.919.662,76**
Pessoal e Encargos Sociais	6.956.425,00	7.236.106,97	0,00	7.236.106,97	7.185.393,27
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	160.757.834,00	81.784.530,58	17.089,71	81.801.620,29	80.734.269,49
Despesas de Capital	**1.636.193.269,00**	**1.078.878.433,81**	**570.340,00**	**1.079.448.773,81**	**1.107.058.913,25**
Investimentos	794.336.269,00	343.999.561,81	570.340,00	344.569.901,81	372.180.041,25
Inversões Financeiras	841.857.000,00	734.878.872,00	0,00	734.878.872,00	734.878.872,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**1.803.907.528,00**	**1.167.899.071,36**	**587.429,71**	**1.168.486.501,07**	**1.194.978.576,01**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

25000 - Secretaria da Habitação do Estado de São Paulo

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0001 - Participação Societária	**841.857.000,00**	**734.878.872,00**	**0,00**	**734.878.872,00**	**734.878.872,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	841.857.000,00	734.878.872,00	0,00	734.878.872,00	734.878.872,00
0100 - Apoio Administrativo	**35.165.025,00**	**26.979.835,58**	**587.429,71**	**27.567.265,29**	**26.542.929,27**
Despesas Correntes	33.670.382,00	26.979.835,58	17.089,71	26.996.925,29	26.542.929,27
Despesas de Capital	1.494.643,00	0,00	570.340,00	570.340,00	0,00
0102 - Obrigações Previdenciárias em Complementação	**1.319.376,00**	**1.389.972,83**	**0,00**	**1.389.972,83**	**1.384.112,88**
Despesas Correntes	1.319.376,00	1.389.972,83	0,00	1.389.972,83	1.384.112,88
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2505 - Fomento à Habitação de Interesse Social	**588.775.766,00**	**276.494.320,12**	**0,00**	**276.494.320,12**	**272.874.159,00**
Despesas Correntes	61.496.561,00	18.624.330,13	0,00	18.624.330,13	14.622.533,89
Despesas de Capital	527.279.205,00	257.869.989,99	0,00	257.869.989,99	258.251.625,11
2507 - Regularização Fundiária de Interesse Habitacional	**56.973.092,00**	**32.873.117,74**	**0,00**	**32.873.117,74**	**36.532.828,58**
Despesas Correntes	56.973.092,00	32.873.117,74	0,00	32.873.117,74	36.532.828,58
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2508 - Provisão de Moradias	**37.992.352,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	37.992.352,00	0,00	0,00	0,00	0,00

2509 - Requalificação Habitacional e Urbana	**40.296.647,00**	**8.758,61**	**0,00**	**8.758,61**	**13.833.069,33**
Despesas Correntes	1.694.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	38.602.647,00	8.758,61	0,00	8.758,61	13.833.069,33
2510 - Urbanização de Favelas e Assentamentos Precários	**25.615.947,00**	**48.227.753,00**	**0,00**	**48.227.753,00**	**62.202.286,60**
Despesas Correntes	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	25.615.937,00	48.227.753,00	0,00	48.227.753,00	62.202.286,60
2826 - Comunicação Social	**100,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3906 - Saneamento Ambiental em Mananciais de Interesse Regional	**162.610.785,00**	**37.893.060,21**	**0,00**	**37.893.060,21**	**37.893.060,21**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	162.610.785,00	37.893.060,21	0,00	37.893.060,21	37.893.060,21
4407 - Tecnologia da Informação e Comunicação para Excelência da Gestão	**13.301.438,00**	**9.153.381,27**	**0,00**	**9.153.381,27**	**8.837.258,14**
Despesas Correntes	12.560.738,00	9.153.381,27	0,00	9.153.381,27	8.837.258,14
Despesas de Capital	740.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**1.803.907.528,00**	**1.167.899.071,36**	**587.429,71**	**1.168.486.501,07**	**1.194.978.576,01**

Fonte: SIAFEM/SP
Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

SH/Casa Paulista

Programa 2505 - Fomento a Habitação de Interesse Social

Dotação LOA nº 15.646: R$ 588.775.766,00
Contingenciado: R$ 124.119.103,00
Dotação Disponível: R$ 464.656.663,00
Redução de R$ 105.904.756,00
Dotação após alterações orçamentárias: R$ 358.751.907,00
Operação de crédito não realizada de R$ 80.000.000,00
Dotação Final: R$ 278.751.907,00
Realização/2015: R$ 276.494.320,12
% de Execução: 99,19%

Trata do fomento direcionado a programas habitacionais de interesse social que contemplem quaisquer das ações expressamente citadas no Artigo 16º da Lei nº 12.801, de 15 de janeiro de 2008.

Conforme Programação Orçamentária/2015, a dotação prevista correspondia a investimentos da ordem de R$ 588.775.776,00 (quinhentos e oitenta e oito milhões, setecentos e setenta e cinco mil, setecentos e setenta e seis reais), reduzidos, ao longo do exercício, para R$ 358.751.907,00 (trezentos e cinquenta e oito milhões, setecentos e cinquenta e um mil, novecentos e sete reais), sendo a diferença correspondente a contingenciamento de recursos e redirecionamento determinado por necessidades da Secretaria da Habitação ou para atendimento a outros órgãos do Estado. A realização foi de R$ 276.494.320,12 (duzentos e setenta e seis milhões, quatrocentos e noventa quatro mil, trezentos e vinte reais e doze centavos), correspondendo a 99,19% do previsto. **Relevante observar que neste diagnóstico da execução orçamentária, optou-se pela dedução do valor de R$ 80.000.000,00, referente à previsão de operação de crédito (fonte 7) não realizada. Diante dos resultados obtidos, pode-se afirmar que o seu cumprimento ocorreu a contento.**

Ação 2276 - Apoio ao Crédito Habitacional

Dotação inicial: R$ 17.805.742,00
Contingenciado: R$ 4.092.647,00
Dotação disponível R$ 13.713.095,00
Redução de R$ 5.740.532,00
Dotação após remanejamento: R$ 7.972.563,00
Realização/2015: R$ 7.972.523,00 (99,99% de execução)
Concessão de subsídios financeiros oriundos do Programa 2505 – Fomento à HIS para aumentar o poder aquisitivo das famílias beneficiárias, destinados à aquisição da moradia própria por meio de operação de financiamento habitacional oferecido pelos agentes financeiros que firmaram parceria com o Estado – Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

O público alvo da Ação são as famílias com renda bruta mensal de até R$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais), entre as quais aquelas que possuem entre seus membros servidores públicos estaduais conforme rotina operacional do *Programa Casa Paulista – Servidor Público Estadual*.

No exercício de **2015** teve prosseguimento a concessão de auxílio financeiro na forma da concessão de subsídios para os beneficiários por meio das Parcerias celebradas desde 2011 com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal para a execução do *Programa de Apoio ao Crédito Habitacional e Programa Casa Paulista – Servidor Público Estadual.*

A realização física no exercício de **2015** correspondeu à contratação pelos agentes financeiros parceiros de **622** operações de financiamentos habitacionais com participação de subsídios do Estado.

Ação 2486 - Participação do Estado no Programa Nacional de Habitação Urbana Fundo de Arrendamento Residencial – FAR

Dotação inicial: R$ 308.189.898,00
Contingenciado: R$ 77.047.474,00
Dotação disponível: R$ 231.142.424
Redução/Reprogramação: R$ 20.025.452,00
Dotação após remanejamento: R$ 211.116.972,00
Realização/2015: R$ 211.116.972,00 (100% de execução)
Parceria do Estado com a União mediante Termos de Cooperação com as instituições financeiras Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal para o aporte de recursos financeiros estaduais objetivando complementar as necessidades de investimento para a produção e aquisição de novas unidades habitacionais no território paulista por meio de projetos da iniciativa privada contratados pelas instituições financeiras no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana – Fundo de Arrendamento Residencial, integrante do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV-FAR (Lei nº 11.977/2009), direcionado a famílias com até R$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais) de renda familiar bruta mensal (faixa 1).

A dinâmica operacional corresponde à análise de projetos de produção habitacional e respectivo processamento pelos agentes financeiros conveniados, sendo comum a ocorrências de diversas situações que impactam a contratação das operações nos prazos inicialmente fixados. A efetiva participação dos recursos estaduais compromissados na produção das unidades habitacionais se dá apenas a partir da contratação concluída pelo agente financeiro. O apoio do Estado a cada Empreendimento é formalizado por meio de Autorização de Aporte Financeiro do Estado.

Os Termos de Cooperação foram celebrados em 2012 com a CAIXA e o BANCO DO BRASIL e no exercício de **2015** todos os recursos aplicados foram utilizados para dar continuidade à participação do Estado na produção das unidades contratadas pelas instituições financeiras em 2014, uma vez que os repasses financeiros estaduais foram formalmente diferidos entre os exercícios.

Ação 2487 - Participação do Estado no Programa Nacional de Habitação Urbana – Cooperativas/Associações

Dotação inicial: R$ 57.935.100,00
Contingenciado: R$ 14.483.775,00
Dotação disponível: R$ 43.451.325,00
Redução/Reprogramação de R$ 19.220.325,00
Dotação após remanejamento: R$ 24.231.000,00
Realização/2015: R$ 24.231.000,00 (100% de execução)
Parceria do Estado com a União mediante Termo de Cooperação com a Caixa Econômica Federal para o aporte de recursos financeiros estaduais objetivando complementar as necessidades de investimento para a produção e aquisição de novas unidades habitacionais no território paulista, por meio de projetos contratados pela instituição financeira com entidades civis sem fins lucrativos, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana – Entidades - Fundo de Desenvolvimento Social - integrante do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV-FDS - E (Lei nº 11.977/2009), direcionado a famílias com até R$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais) de renda familiar bruta mensal (faixa 1).

A dinâmica operacional corresponde à análise de projetos de produção habitacional e respectivo processamento pelo agente financeiro conveniado, sendo comum a ocorrências de diversas situações que impactam a contratação das operações nos prazos inicialmente fixados. A efetiva participação dos recursos estaduais compromissados na produção das unidades habitacionais se dá apenas a partir da contratação concluída pelo agente financeiro. O apoio do Estado a cada projeto habitacional é formalizado por meio de Autorização de Aporte Financeiro do Estado.

O Termo de Cooperação foi celebrado em 2012 com a CAIXA e BANCO DO BRASIL e no exercício de **2015** todos os recursos aplicados foram utilizados para dar continuidade à participação do Estado na produção das unidades contratadas pelas instituições financeiras em 2014, uma vez que os repasses financeiros estaduais foram formalmente diferidos entre os exercícios.

Ação 2488 - Participação do Estado no Programa Nacional de Habitação Rural

Dotação inicial: R$ 21.260.587,00
Contingenciado: R$ 5.315.146,00
Dotação disponível: R$ 15.945.441,00
Redução de R$ 10.945.441,00
Dotação após remanejamento: R$ 5.000.000,00
Realização/2015: R$ 5.000.000,00 (100% de execução)
Parceria do Estado com a União mediante Termos de Cooperação com as instituições financeiras Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal para o aporte de recursos financeiros estaduais objetivando complementar as necessidades de investimentos nos projetos habitacionais contratados pelas instituições financeiras com entidades representativas dos trabalhadores rurais no âmbito do Programa Nacional de Habitação Rural - integrante do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV-PNHR – Orçamento Geral da União (Lei nº 11.977/2009), direcionado a famílias com até R$ 15.000,00 (quinze mil reais) de renda familiar bruta anual (faixa 1).

A dinâmica operacional corresponde à análise de projetos de produção habitacional e respectivo processamento pelo agente financeiro conveniado, sendo comum a ocorrências de diversas situações que impactam a contratação das operações nos prazos inicialmente fixados. A efetiva participação dos recursos estaduais compromissados na produção das unidades habitacionais se dá apenas a partir da contratação concluída pelo agente financeiro. O apoio do Estado a cada projeto habitacional é formalizado por meio de Autorização de Aporte Financeiro do Estado. O Termo de Cooperação com a CAIXA foi celebrado em 2012 e com o Banco do Brasil em 2014. No exercício de **2015** resultaram na participação do Estado em projetos correspondentes a 214 unidades habitacionais.

Ação 2489 - Programa Desenvolvimento Urbano – Moradia Melhor

Dotação inicial: R$ 34.458.145,00
Contingenciado: R$ 8.528.301,00
Dotação disponível: R$ 25.929.844,00
Redução: R$ 18.395.686,00
Dotação após remanejamento: R$ 7.534.158,00
Realização/2015: R$ 7.513.536,61 (99,72% de execução)
Aportes de recursos financeiros estaduais junto aos Municípios paulistas, Empresas Municipais de Habitação, Companhia de Desenvolvimento Urbano e Habitacional – CDHU e/ou outros agentes promotores admitidos na Lei estadual nº 12.801/2008 destinados a obras de infraestrutura urbana, programas de habitação de interesse social em áreas urbanas e rurais, melhorias em unidades habitacionais prontas ou em construção e apoio financeiro complementar aos municípios paulistas com até 50 mil habitantes na modalidade oferta pública de recursos federais na forma da Lei nº 11.977/2009. Os Programas foram instituídos pelos Decretos Estaduais nº 58.183/2012 e nº 60.108/2014.

As transferências de recursos estaduais aos entes beneficiários ocorrem por meio de Convênios celebrados conforme Minuta padrão indicada nos Decretos estaduais que instituíram os Programas de Apoio. Durante o exercício de 2015 a SH não registrou demanda significativa por parte dos possíveis conveniados, resultando na celebração de apenas 1 Convênio com Município no âmbito do Programa PDU/Moradia Melhor (Decreto 58.183/12).

Quanto ao Programa de Apoio ao MCMV-Oferta Pública, direcionado a Municípios com até 50 mil habitantes (Decreto nº 60.108/2014), o mesmo permaneceu restrito aos ajustes já anteriormente efetivados pois não ocorreram novos procedimentos por parte da União.

Ação 2490 Produção de Lotes Urbanizados em Parceria com Municípios

Dotação inicial: R$ 15.945.440,00
Contingenciado: R$ 3.986.360,00
Dotação disponível: R$ 11.959.080,00
Redução: R$ 9.859.080,00
Dotação após remanejamento: R$ 2.100.000,00
Realização/2015: R$ 2.035.958,38 (96,95% de execução)
Aportes de recursos financeiros estaduais a Municípios paulistas para a produção de Lotes Urbanizados destinados ao atendimento habitacional de famílias com renda familiar bruta mensal de até R$ 3.100,00 (três mil e cem reais) conforme o *Programa Casa Paulista- Lotes Urbanizados – Parcerias com Municípios* instituído pelo Decreto estadual nº 58.019/2012.

As transferências de recursos estaduais aos entes beneficiários ocorrem por meio de Convênios celebrados com os Municípios paulistas, observada a Minuta padrão constante do Decreto estadual.

Durante o exercício de 2015 a SH não registrou demanda significativa por parte dos possíveis conveniados, resultando na celebração de apenas 1 Convênio para a produção de 210 lotes dotados de infraestrutura urbana.

Ação 2491 - Microcrédito para Reforma de Moradias

Dotação inicial: R$ 2.657.573,00
Contingenciado: R$ 531.514,00
Dotação disponível: R$ 2.126.059,00
Redução/Reprogramação de R$ 1.989.332,00
Dotação final: R$ 136.727,00
Realização 2015: R$ 136.727,00 (100%)
Oferta de financiamento, por intermédio do Banco do Povo Paulista, de microcrédito para aquisição de material de construção e/ou a contratação de mão de obra para a população de baixo poder aquisitivo realizar reforma em sua moradia, em conformidade com as diretrizes fixadas pelo Conselho de Orientação do *Programa Casa Paulista – Microcrédito – Banco do Povo Paulista*, instituído pelo Decreto Estadual nº 57.369/2011.

O Programa é executado tendo por base o Convênio celebrado entre a Secretaria da Habitação e a Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho em 29/dezembro/2011 e operacionalizado pelo Banco do Povo Paulista. A primeira etapa do Programa, conforme definida por seu Conselho de Orientação, tem por público alvo os mutuários adimplentes da CDHU. O retorno das operações de crédito concedidas é revertido em favor do próprio Programa.

No exercício de 2015 foram contratadas 411 operações de microcrédito distribuídas pelo território paulista, recursos originários dos repasses efetuados pela SH em exercícios anteriores e do retorno dos empréstimos concedidos.

Ação 2492 - Parceria Público Privada – PPP Habitacional

Dotação inicial: R$ 81.063.029,00
Contingenciado: R$ 241.838,00
Dotação disponível: R$ 80.821.191,00
OBS: (R$ 80.000.000,00: previsão de operação de crédito não realizada - fonte 7)
Redução/Reprogramação de R$ 438.500,00
Dotação Final: R$ 80.382.691,00
Realização/2015: R$ 382.691,00 (100% do valor disponibilizado)
Desenvolvimento de ações envolvendo a parceria público-privada para aumentar a oferta de moradias para a população de baixo poder aquisitivo, priorizando as regiões metropolitanas do Estado, com observância das determinações do Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas (CGPPP).

Em 2015 deu-se inicio ao Contrato de Parceria Público-Privada 001/2015, celebrado após satisfeitas as condições previstas no edital. Realizada as atividades preconizadas para a etapa preliminar, o contrato teve seu inicio de vigência na data máxima de 23 de novembro de 2015, instaurado os processos para a contratação de empresas para atuarem como Certificador Independente e Verificador de Desempenho em apoio ao Poder Concedente.

Para as despesas iniciais previstas procedeu-se o empenho e liquidação do valor de R$ 382.691,00.

Os procedimentos efetuados no exercício de **2015** não implicaram em desembolso financeiro (pagamento) pelo Estado, sendo que a previsão de aporte com uso de recursos oriundos de fonte 7 não veio a se concretizar, sendo postergado para exercício futuro, por razões intrínsecas à operacionalização do contrato firmado com a concessionária.

Ação 2502 - Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social

Dotação inicial: R$ 8.504.235,00
Contingenciado: R$ 1.700.846,00
Dotação disponível: R$ 6.803.389,00
Reprogramação: R$ 9.109.592,00
Dotação após remanejamento: R$ 15.912.981,00
Realização/2015: R$ 13.752.896,13 (86,42%)
Apoio técnico/financeiro para planejamento e gestão da política habitacional de interesse social mediante a modelagem de planos habitacionais, conceituação e elaboração de cadastros físicos e sociais e insumos necessários para implementação, promoção e viabilização de projetos voltados ao fomento de ações relacionadas à HIS de maneira geral.

Ação 2503 - Subsídios Habitacionais

Dotação inicial: R$ 40.955.997,00
Contingenciado: R$ 8.191.198,00
Redução de R$ 28.400.000,00
Dotação após remanejamento: R$ 4.364.799,00
Realização/2015: R$ 4.352.016,00 (99,70% de execução)
A Ação, embora integrante do Programa 2505 – Fomento à Habitação de Interesse Social – Casa Paulista, é inteiramente operacionalizada pela CDHU, por se tratar de recursos destinados

ao cumprimento dos compromissos do Estado com o auxílio moradia emergencial e/ou provisório a cargo da Companhia.

Ação: 2277 - Fundo Garantidor Habitacional (FGH)

Dotação inicial: R$ 20,00
Contingenciada: R$ 4,00
Dotação Disponível: 16,00
Realização 2015: R$ 0,00
O Fundo Garantidor instituído pela Lei nº 12.801/2008 tem por finalidade fomentar o crédito habitacional por meio de provimento de recursos para garantir risco de crédito, de performance e concessão de aval, além de apoiar operações de securitização, mas, até o momento, não foi inteiramente estruturado e não se encontra em operação.

Ações realizadas pela CDHU

Ação 2503 – Subsídios Habitacionais

(Auxílio Moradia Emergencial – AME/Auxílio Moradia Provisório)
Dotação Inicial CDHU: R$ 25.020.000,00
Realizado no ano 2015: R$ 68.415.000,00
(Realizado 273 % do previsto)[1]

Visam dar suporte ao acesso das famílias de baixa renda às soluções habitacionais voltadas para demanda habitacional de interesse social do Estado que depende de uma política de subsídios para sua viabilização.

Inclui um conjunto de ações – todas operadas pela CDHU, quais sejam:

I. Auxílio-Moradia Emergencial (AME) e Novo Começo

Ações adotadas para enfrentar situações emergenciais. O equacionamento dessas situações dá-se por meio de um conjunto de medidas, entre elas a concessão dos benefícios AME (Decretos n° 55.370/10 e n° 55.664/11) e Novo Começo (Decretos n° 55.432/10 e n° 55.665/11). Os recursos do AME são do orçamento da SH, mas operados pela CDHU na parceria com os municípios.

II. Auxílio Moradia Provisório

Concessão de auxílio moradia provisório como suporte a famílias removidas de áreas de intervenção enquanto não se viabilizam as soluções definitivas de moradia. Tem sido promovida com recursos de órgãos parceiros ou da própria CDHU, enquanto não se viabiliza solução para aporte de recursos não onerosos da SH/FPHIS para essa finalidade.

Somam-se aos valores classificados nessa Ação também os pagamentos relativos a indenizações para famílias removidas de áreas que serão utilizadas em obras de projetos de parceiros, nos casos em que a CDHU opera esse repasse por determinação da política de atendimento dos referidos parceiros (exemplo: CPTM - Linha 9 - Grajaú/Varginha).

Em 2015, a CDHU registrou o atendimento/execução consolidados de **R$ 68,4 milhões** aplicados com benefícios para um total de **14.551 famílias beneficiadas**, sendo:

[1] Ação Subsídios Habitacionais, execução de 273%: Foram computadas as aplicações realizadas pela CDHU. A variação com relação à previsão inicial corresponde ao fato da previsão orçamentária CDHU nessa rubrica ter considerado apenas os repasses de parceiros para a CDHU a título de auxílio-moradia provisório, estando previstos repasses de recursos da SH nessa rubrica que não se realizaram. Uma vez que tais repasses não foram efetivados a Cia. buscou outros recursos (próprios e de outras fontes) para fazer frente aos compromissos de AMP assumidos pela pasta.

- No caso do AME:

- Foram concedidos auxílios moradia emergencial a **1.950 famílias**.

- No caso do Auxílio-Moradia Provisório:

- Foram concedidos auxílios-moradia provisórios a **12.601 famílias** removidas em função de obras de urbanização ou de reassentamento para execução de obras públicas. Tais famílias deverão ter atendimento habitacional definitivo equacionado nos próximos anos. Tais auxílios foram custeados com recursos da pasta, complementados com recursos de parceiros.

Programa 2507 - Regularização Fundiária de Interesse Habitacional

Secretaria da Habitação

Ação 5702 - Apoio à Regularização Fundiária

(Programa Cidade Legal)
Dotação Inicial: R$ 56.973.092,00
Realizado no ano 2015: R$ 32.873.117,74

O "Programa Estadual de Regularização de Núcleos Habitacionais", conhecido como "Programa Cidade Legal", foi criado pelo Decreto Estadual nº 52.052 de 13 de agosto de 2007, sendo fruto do Decreto Estadual 48.340 de 18 de dezembro de 2003 que criou o "Programa Estadual de Regularização de Núcleos Habitacionais de Interesse Social – PRÓ-LAR REGULARIZAÇÃO".

O Programa Cidade Legal tem por objetivo implementar auxílio aos municípios mediante a orientação e apoio técnicos nas ações municipais de regularização de parcelamentos do solo e de núcleos habitacionais, públicos ou privados, para fins residenciais, localizados em área urbana ou de expansão urbana, assim definidas por legislação municipal.

Ressalta-se a edição do Decreto Estadual nº 56.909 de 05 de abril de 2011 direcionando os trabalhos do Programa Cidade Legal aos núcleos habitacionais de interesse social ou ocupados predominantemente por população de baixa renda restabelecendo os preceitos do Programa Pró-Lar Regularização.

A ementa Regularização Fundiária de Interesse Habitacional compõem-se dos Processos: SH nº 075/01/13 que tratam de Contrato de Prestação de Serviço técnicos de apoio aos programas e ações da Secretaria da Habitação pela Companhia Paulista de Obras e Serviços – CPOS e SH 292/05/14 correspondente ao Convênio entre a Secretaria da Habitação e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de São Paulo – CDHU de transferência de recursos financeiros para a implementação do Programa Estadual de Regularização de núcleos habitacionais – Cidade Legal.

Conforme programação orçamentaria de 2015 havia R$ 56.973.092,00 (cinquenta e seis milhões e novecentos e setenta e três mil e noventa e dois reais) de dotação prevista para a realização do programa, com alterações orçamentárias de R$ 24.099.970,00 (vinte e quatro milhões e noventa e nove mil e novecentos e setenta reais) totalizando R$ 32.873.117,74 (trinta e dois milhões e oitocentos e setenta e três mil e cento e dezessete reais).

O Programa Cidade Legal no exercício de 2015 atendeu 2.737 núcleos, com execução de 2.222 produtos beneficiando 384.245 unidades habitacionais. Realizado 170% da previsão da LDO.

Os resultados do Programa Cidade Legal apontam 1.251 núcleos municipais regularizados, o que representa um total de 169.949 lotes e 856.528 pessoas beneficiadas. Para o ano de 2015, 89 núcleos municipais regularizados, representando um total de 9.527 lotes e 48.016 pessoas beneficiadas.

Desta forma, procurando o aprimoramento dos serviços prestados e a desburocratização dos processos de regularização fundiária, neste ano, a coordenação do Cidade Legal passou a reunir-se com outros atores para analisar a demanda existente e alinhar as novas diretrizes de trabalho.

Neste último semestre, foram realizadas mais de 115 reuniões com os municípios a fim de identificar suas necessidades. Além disso, o presidente do Comitê Estadual de Regularização acompanhou o secretário de Estado em todas as regionais da Secretaria da Habitação/CDHU para atendimento, in loco, dos prefeitos de cada região, percorrendo todo o Estado e, assim, conhecendo as peculiaridades e necessidades específicas de cada uma. Essa ação proativa do programa trouxe resultados significativos no período 2012-2015.

O GRAPROHAB, no exercício de 2015, aprovou 639 Certificados, para Dispensa de Análise foram 264 Condomínios e 123 Desmembramentos, totalizando 1.026 processos que beneficiaram 252.172 Unidades Habitacionais.

Ações realizadas pela CDHU

Ação 5703 – Regularização Fundiária de Conjuntos Habitacionais

Dotação Inicial: R$ 26.064.000,00
Realizado no ano 2015: R$ 61.800.000,00
(Realizado 237% do previsto)

Ações voltadas a eliminar o passivo de imóveis promovidos pela Cia. que precisam ser regularizados. Conta com o suporte técnico de empresas especializadas para os trabalhos de regularização dos empreendimentos nessa situação, assim como com a contratação e desenvolvimento de obras específicas de melhorias nos conjuntos e núcleos habitacionais que são condicionantes à regularização.

Em 2015, **66 empreendimentos foram averbados, compreendendo 7.782 unidades regularizadas.** O número deste ano é significativamente menor que 2014, devido ao encerramento do contrato da última empresa de regularização e pela não contratação de novas empresas para apoio ao serviço de regularização, mas é bastante significativo, considerando que foi atingido com esforços especiais da equipe técnica interna à Cia. Os valores de realização incluem obras de regularização necessárias ao alcance dos objetivos pretendidos.

Programa 2508 - Provisão de Moradias

CDHU

Ação 2006 - Produção de Moradias

Dotação Inicial: R$ 676.735.000,00
Realizado no ano 2015: R$ 656.088.000,00
(Realizado 97% do previsto)[2]
Realização total da AÇÂO:

N° Unidades entregues: 4.310
N° Unidades em canteiro ao final do exercício: 14.746 (Dados de 28/12/2015)
A despeito do contingenciamento orçamentário, todos os esforços foram empreendidos para evitar a paralisação de obras em andamento, mesmo com a redução do ritmo de realização e entregas. O desenvolvimento dessa ação dá-se por um conjunto de modalidades de operação cuja descrição e realizações físicas estão detalhadas a seguir:

[2] Ação 2006 - Produção de Moradias. (execução de 97%): Os valores de recursos considerados na realização orçamentária da CDHU em todas as rubricas e apresentados para o item acima, referem-se ao desembolso da CDHU com obras em andamento durante o ano de 2015 na referida rubrica orçamentária e não ao valor gasto exclusivamente com unidades entregues no exercício. Por essa razão foi destacado acima o número de unidades que restavam em obras ao final do exercício que se somaram para fins de desembolso de recursos às unidades entregues durante o decorrer do ano.

Parceria com Municípios – Demanda Aberta / Produção Direta
Visa atender às necessidades habitacionais da população de baixa renda e segmentos sociais específicos, concentrando o atendimento a famílias com renda média mensal de até 03 salários mínimos. A demanda geral/aberta é constituída principalmente por famílias com ônus excessivo de aluguel ou em situação de coabitação e inclui, ainda, cotas para demandas especiais, definidas em legislação específica, tais como idosos, deficientes e policiais.

Os empreendimentos habitacionais são promovidos em parceria com os pequenos e médios municípios do estado, por meio da modalidade de Administração Direta dos Municípios, com recursos repassados pela CDHU[3]. No caso de municípios de médio porte e/ou inseridos em regiões metropolitanas, agrega-se o atendimento em empreendimentos realizados na modalidade Empreitada[4], que inclui a produção direta pela CDHU.

Execução específica

- Entrega de 4.117 moradias no exercício - modalidade parceria com municípios
- Em canteiro ao final do exercício – 13.787 UH's (28/12/2015)

I. Parceria com Associações e Cooperativas

Desenvolvidas para atender a demanda organizada em associações ou cooperativas/entidades habitacionais para habitação de interesse social, teve por fundamento os objetivos previstos na Lei Estadual n.º 9.142, de 9 de março de 1995, com a alteração introduzida pela Lei Estadual n.º 10.819, de 12 de junho de 2001.

Abrange três modalidades de atendimento:

a) **Mutirão Associativo**, referente a parcerias firmadas pela CDHU em gestões anteriores com associações comunitárias, escolhidas por procedimento público de seleção. A CDHU disponibiliza o terreno para o programa; executa a infraestrutura, fornece ou aprova o projeto e repassa os recursos. As associações e cooperativas indicam as famílias, compram material de construção, contratam assessoria técnica e mão-de-obra especializada. Sob a supervisão da CDHU, administram as obras, que são executadas pelos futuros moradores em regime de mutirão.

b) **Gestão Compartilhada,** referente a adequações da modalidade anterior, desenvolvidas a partir de 2008, visa atender a demanda organizada para habitação de interesse social, promovendo a utilização de terrenos inseridos na malha urbana dos municípios de Região Metropolitana de São Paulo. O atendimento habitacional contempla famílias integrantes de Entidades Organizadoras (Associações ou Cooperativas Habitacionais) de interesse social, incorporando os segmentos de renda de 1 a 10 salários mínimos[5], com prioridade de atendimento a famílias com até 5 salários mínimos. Resulta na produção de condomínios por meio de incorporação imobiliária, com a participação das Entidades Organizadoras em todo o processo de produção, cabendo à CDHU a compra do terreno, aprovação do projeto e licitação das obras de terraplenagem, infraestrutura, edificações (fundação, estrutura, vedação, cobertura e instalações), sendo que os beneficiários finais realizam obras de acabamento do condomínio e da unidade habitacional. As entidades são responsáveis,

[3] Até maio de 2009, o programa operou também com a modalidade Autoconstrução. A partir dessa data, todas as operações são contratadas para realização por Administração Direta dos municípios, que recebem repasse de recursos da CDHU referentes a unidade habitacional e implantação de infraestrutura, além do desenvolvimento de projetos, e se responsabilizam pela doação do terreno e realização do trabalho social a suas expensas.

- [4] A modalidade empreitada as seguintes possibilidades de contratação:
- ***Empreitada Global (EG):*** construção de moradias em regime de empreitada com execução de obras por empresas contratadas por processo de licitação realizada pela CDHU, podendo a Cia. estabelecer parcerias com as Prefeituras Municipais para doação de terreno, execução de infraestrutura e outros.
  Empreitada EI-Turnkey: construção de moradias em regime de empreitada, incluindo a realização de projetos executivos, projetos complementares, projetos e serviços de aprovação e execução de obras por empresas contratadas por processo de licitação realizado pela CDHU, podendo essas assumir a responsabilidade também pela documentação necessária para a averbação das unidades habitacionais.
  ADE – Administração Direta para execução por empreitada, com repasse de recursos a Município para execução do empreendimento, com contrapartida municipal, cabendo ao município a contratação e fiscalização da execução das obras dos empreendimentos habitacionais, além da viabilização do terreno, execução e aprovação de todos os projetos necessários e a averbação das unidades habitacionais que são transferidas à CDHU para comercialização.

[5] Faixa de renda aplicada no último Edital de Seleção das Entidades Organizadoras, n° 003/2009.

também, pelo acompanhamento das obras, trabalhos sociais e apoio à pós-ocupação, tendo sido disponibilizados pela CDHU serviços de empresas de Assistência Técnica.

c) **Parceria com Entidades Representativas de Trabalhadores,** ação voltada ao atendimento de famílias com renda entre 01 e 10 salários mínimos, indicadas por entidades representativas de trabalhadores, de caráter sindical, escolhidas por seleção pública. A CDHU é a responsável pela elaboração do projeto, contratação da construtora e comercialização das unidades, entre outras atribuições. Cabe às entidades a indicação das famílias beneficiárias, o apoio no trabalho técnico-social, como qualificação educacional e gestão condominial, e o aporte de contrapartidas. As centrais sindicais acompanham todas as etapas do trabalho. Um dos diferenciais do programa é a possibilidade das entidades sindicais oferecerem contrapartidas para agilizar o atendimento, podendo, por exemplo, doar terrenos para a construção das moradias e até realizar obras de infraestrutura ou acrescentar melhorias nos conjuntos. As contrapartidas valem pontos que servem como critério de priorização para o atendimento da entidade e, além disso, o percentual de associados com baixa renda, o tempo de existência, a experiência em atividades comunitárias e de promoção habitacional também podem auxiliar as entidades na classificação.

Execução específica:

- Entrega de 112 moradias no exercício.

- Em canteiro ao final do exercício: 824 UH's (28/12/2015)

II. Moradia Indígena

Desenvolvido para dar melhores condições de vida à população indígena que reside em áreas da União em comunidades reconhecidas e supervisionadas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), promove soluções habitacionais adequadas à origem, cultura e costumes, de acordo com diretrizes estabelecidas pela Lei Estadual n° 11.025/2001.

Execução específica:

- Entrega de 9 moradias no exercício.

- Em canteiro ao final do exercício: 15 UH's (28/12/2015)

Secretaria da Habitação – com execução pela CDHU

III. Vila Dignidade

Dotação Inicial: R$ 37.992.352,00

Realizado no ano de 2015: R$ 0,00

Execução CDHU

A CDHU registrou a aplicação de recursos de dotações de exercícios anteriores para viabilização de empreendimentos do programa e com isso aferiu realizações no exercício, quais sejam:

- Entrega de 72 UH's em 2015.
- Em canteiro ao final do exercício: 20 UH.
- Material preparado para assinatura de 8 novos convênios com a SH (seleção de terrenos, elaboração de projetos, orçamentos, etc.).

Programa 2509 - Requalificação Habitacional e Urbana (CPH)

Dotação Inicial: R$ 40.296.647,00
Ação 5057 - Melhorias Urbanas (PEM) - Fonte 1: R$ 25.406.239,00

Ação 2431 – Revitalização de Áreas Centrais – Fonte 5: R$ 14.890.408,00
(Recurso Federal)- PAC-FNHIS

Secretaria da Habitação - CPH

Ação 5057 - Melhorias Urbanas

(Programa Especial de Melhorias - PEM)
Dotação inicial para Despesa de Capital - Fonte 1: R$ 25.406.239,00
Reduzido por Decreto: R$ 25.266.859,00
Realizado no ano de 2015: R$ 8.758,61
Por meio de repasse de recurso da Secretaria da Habitação, a fundo perdido, com previsão de contrapartida municipal, o programa propicia intervenções físicas que resultam em melhorias urbanas em empreendimentos habitacionais desenvolvidos pela administração pública, direta ou indireta, dos poderes públicos municipal, estadual ou federal, ou em bairros degradados objeto de intervenção municipal por meio de projetos de infraestrutura ou de equipamentos sociais.

Conforme Programação Orçamentária de 2015, houve previsão de recursos para Despesa de Capital - Fonte 1, para a Ação 5057 - Melhorias Urbanas, onde se desenvolve o Programa Especial de Melhorias – PEM. (Fonte: Tesouro do Estado), no valor de R$ 25.406.239,00 (vinte e cinco milhões, quatrocentos e seis mil e duzentos e trinta e nove reais), sendo que o valor de R$ 25.266.859,00 (vinte e cinco milhões, duzentos e sessenta e seis mil e oitocentos e cinquenta e nove reais reais) foi reduzido por Decretos – contingenciamento e suplementação para a CDHU.

A realização do PEM foi de R$ 8.758,61 (oito mil, setecentos e cinquenta e oito reais e sessenta e um centavos), referente à pagamento da última parcela de convênio com a Prefeitura de Junqueirópolis, por reprogramação de despesas de exercícios anteriores.

Em 2015, não foram formalizados convênios por meio do PEM, que não teve dotação orçamentária efetivada.

CDHU

Ação 2003 - Melhorias Habitacionais
Dotação Inicial: R$ 0,00
Realizado no ano 2015: 0,00

Ação 5057 - Melhorias Urbanas
Melhorias Urbanas em Conjuntos Habitacionais CDHU:
Dotação Inicial: R$ 50.290.000,00
Realizado no ano 2015: R$ 146.506.000,00
(Realizado 291% do previsto)[6]

Realização de obras para melhorias em conjuntos habitacionais promovidos pela Cia e já entregues aos beneficiários, que agregam, entre outros, benefícios de sustentabilidade, tais como: reforma de áreas condominiais, paisagismo, melhorias nos sistemas de infraestrutura, monitoramento preventivo das instalações prediais, entre outras atividades.

N° Núcleos beneficiados com melhorias urbanas: 114 núcleos.

CDHU

Ação 2431 - Revitalização de Áreas Centrais - Atuação em Cortiços
Dotação Inicial: R$ 1.258.000,00
Realizado no ano 2015: R$ 6.760.000,00
(Realizado 537% do previsto)[7]

[6] Ação 5057 - Melhorias Urbanas (291% de execução): A apuração de recursos na rubrica Melhorias Urbanas incluiu os gastos com melhorias dos conjuntos habitacionais. Além disso, cabem os seguintes esclarecimentos constantes de justificativas inseridas no sistema SIMPA da SPG: Melhorias urbanas - Meta global da LOA 2015 cumprida e superada com atendimento a 114 núcleos, considerando os conjuntos beneficiados pelas obras da CDHU de melhorias urbanas em empreendimentos habitacionais da Cia.

Programa em finalização. Foi desenvolvido para atender famílias de baixa renda que residam em cortiços, em áreas pré-identificadas dos municípios e com renda de 1 a 10 salários mínimos, com ênfase na região central da capital. Teve por objetivo induzir o processo de reabilitação de imóveis e conservação de áreas urbanas centrais em parceria com Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) - agente promotor e financeiro, com as prefeituras e associações de moradores e prossegue com empreendimentos realizados na área central do Município de São Paulo.

- Unidades em canteiro na área central do MSP ao final do exercício: 173 UH's (28/12/2015)

CDHU

Ação 1443 - Apoio à Organização Sociocomunitária, Condominial e Inclusão Social

Dotação Inicial: R$ 28.994.000,00
Realização no ano de 2015: R$ 22.201.000,00
(Realizado 77% do previsto)

A CDHU mantém continuamente trabalhos de apoio à implementação dos programas e ações habitacionais por meio de ações e projetos para desenvolvimento sócio-organizativo de comunidades em áreas de intervenção urbano-habitacional, contratações de serviços e capacitação para organização condominial e orientação para uso, gestão e manutenção dos empreendimentos habitacionais, desde a implantação do empreendimento até seu uso, com capacitação para gestores de condomínios e cursos de manutenção predial e projetos para educação socioambiental, capacitação para cidadania, geração de trabalho e renda, e fomento à cultura, esporte e lazer.

No ano de 2015, foram atendidas por meio dessa ação 8.381 famílias, tendo sido superada a meta física prevista na LOA de 6.500 atendimentos, mesmo com a restrição de recursos.

Merecem destaque nesse atendimento três vertentes principais de trabalhos:

- Trabalho técnico-social em urbanização de favelas e áreas degradadas, envolvendo participação e organização comunitária, geração de trabalho e renda, práticas culturais e educação socioambiental;
- **Trabalhos de pós-ocupação em empreendimentos já entregues pela Cia**., realizados com a contratação de empresas especializadas na capacitação para convivência e gestão em condomínios. Com a atuação de equipes técnicas, social e condominial, por um período de vinte e quatro meses em cada um dos condomínios, inclui entre as ações desenvolvidas: esclarecimento de dúvidas para o uso adequado e a vida útil do prédio, desde a manutenção necessária até o bem-estar dos condôminos; reuniões de orientação com o corpo diretivo; plantões condominiais para regularização de débitos das prestações, caso haja necessidade; e ações complementares de apoio à melhoria do nível de escolaridade de crianças, jovens e adultos; implantação de atividades esportivas, lazer, recreação, cultura e meio ambiente; e oferta de cursos de capacitação e empreendedorismo para as famílias.
- **Trabalhos de pós-ocupação em empreendimentos entregues em 2015**, realizado pela Cia. ou pelos Municípios parceiros, esse trabalho visa ao preparo das famílias para a nova moradia e vivência condominial. Para os municípios que realizam empreendimentos em parceria com a CDHU, esta realiza um treinamento de técnicos municipais para a capacitação e desenvolvimento do trabalho técnico e social nos empreendimentos.
- **Participação em intervenções integradas com órgãos da administração pública, com ações sociais essenciais à viabilização das intervenções.**

[7] Ação 2431 - Revitalização de Áreas Centrais – Prosseguimento do Programa de Atuação em Cortiços (537% de execução) com as seguintes realizações conforme lançado no SIMPA da SPG: As realizações da CDHU corresponderam a prosseguimento de obras em andamento para finalização de 135 UHs dos empreendimentos Bela Vista E e G e 38 UHs do empreendimento Belém J – totalizando 173 UHs. As entregas deverão ser realizadas em próximos exercícios.

Programa 2510 - Urbanização de Favelas e Assentamentos Precários

SH/Casa Paulista com execução pela CDHU

Dotação Inicial: R$ 25.615.947,00
Alteração: R$ 41.842.350,00
Dotação Final: R$ 67.458.297,00
Execução 2015: R$ 48.227.753,00 (71,49%)
O programa é representado pelas seguintes ações:

Ação 2004 - Reassentamento Habitacional de Risco e Favelas
Realizado no ano de 2015: R$ 0,00

Ação 2005 - Urbanização de Favelas e Assentamentos Precários
Realizado no ano de 2015: R$ 48.227.753,00
Repasses de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC/FNHIS
Autorizado pelo Decreto nº 52.505 de 19 de dezembro de 2007, trata-se de repasse de recursos da União para produção ou aquisição de unidades habitacionais, a serem executados pela CDHU, neste caso, destinados à execução e/ou revitalização de moradias na área central da capital. O repasse de recursos é feito pelo Ministério das Cidades por intermédio da Caixa Econômica Federal à Secretaria da Habitação que por sua vez repassa à Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU. Cada ente envolvido tem a seguinte competência: Caixa Econômica Federal – responsável pela aprovação dos projetos e gestão para movimentação dos recursos; Secretaria da Habitação – responsável pelo cadastro orçamentário no âmbito do Estado e, juntamente com a Caixa, autorizar a movimentação financeira à CDHU para pagamento das obras, na medida em que são executadas.

CDHU

Ação 2005 - Urbanização de Favelas

Dotação Inicial: R$ 103.447.000,00
Realizado no ano 2015: R$ 56.398.000,00
***(*Realizado 55% do previsto)**[8]

Atuação em favelas e assentamentos precários passíveis de urbanização e regularização, visando à melhoria das condições de moradia, integração urbana e qualificação socioambiental articulada ao desenvolvimento urbano, prevendo a implantação de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos e regularização fundiária, e podendo demandar ações complementares de reassentamento habitacional. [9]

Domicílios beneficiados no exercício – domicílios com entregas de obras de urbanização de favelas: 799 unidades de urbanização.

Nº Unidades em canteiro ao final do exercício: 3.147 unidades de urbanização.

Continuidade às obras de urbanização realizadas diretamente pela CDHU no Jardim Santo André (Santo André), Pimentas (Guarulhos) e Vila Ferreira (São Bernardo do Campo); e a intervenção realizada em parceria com o município de São Bernardo do Campo. Essas intervenções são complexas e promovem a erradicação de risco, a implantação de infraestrutura, a recuperação ambiental e a regularização fundiária.

8 O esforço foi de dar continuidade às obras de urbanização – a despeito do contingenciamento orçamentário - com restrições pela própria complexidade das intervenções e dependência de entrega de unidades para liberação de frentes de obras, as quais também sofreram retardamento nos cronogramas em função da redução de recursos.
9 A urbanização de assentamentos tem sido realizada em parceria com municípios**,** com repasse de recursos para execução das intervenções pela administração local, que assume papel central no planejamento e execução dos projetos – com destaque para a parceria com o Município de São Bernardo do Campo e, na maior parte dos casos por ações da CDHU, executadas na modalidade de Empreitada em terrenos do Estado e/ou da Cia.

Ação 2004 - Reassentamento Habitacional de Risco e Favelas

Dotação Inicial: R$ 212.089.000,00
Realizado no ano 2015: R$ 137.103.000,00
(Realizado 65% do previsto)[10]

Atendimento habitacional de interesse social para famílias provenientes de remoções de áreas de risco e/ou de urbanização/erradicação de assentamentos precários. Realiza-se por meio da produção de empreendimentos habitacionais para essa finalidade e, complementarmente, pela concessão de cartas de crédito para aquisição de imóveis no mercado. As operações incluem:

1) Parceria com municípios (na modalidade AD - Administração Direta – reassentamento para atendimento a risco e favelas);
2) Parceria com órgãos públicos estaduais – de suporte à implantação de obras estruturantes e/ou de recuperação ambiental e urbana (DERSA, CPTM, Metro, etc.);
3) Promoção direta CDHU na modalidade Empreitada.

N° unidades entregues em 2015: 941

N° unidades em canteiro ao final do exercício: 6.284

Ações de destaque durante o ano:

- Continuidade do desenvolvimento de parcerias para execução de empreendimentos em municípios da Região Metropolitana de São Paulo;
- Viabilização de soluções habitacionais para apoio às obras de infraestrutura estratégicas do GESP no setor de transportes e saneamento. Nesse caso destacam-se as cartas de crédito contratadas para as famílias removidas das áreas afetadas pelas obras do Rodoanel; obras de novos empreendimentos para atender as famílias removidas do Rodoanel Trecho Norte; e continuidade dos convênios firmados com o Metrô, CPTM e Secretaria de Transportes Metropolitanos, dentre outros.
- Continuidade do apoio às obras de urbanização da Cia., com destaque para os empreendimentos e cartas de crédito para reassentamento de famílias do Jardim Santo André, Pimentas e outros, além de reassentamento de favelas e áreas de risco em municípios do interior do Estado.

Programa 3906 – Saneamento Ambiental de Interesse Regional

CDHU

Ação 1440 - Mananciais do Alto Tietê

Dotação Inicial: R$ 43.311.000,00
Realizado no ano 2015: R$ 30.966.000,00
(Realizado 71% do previsto)[11]

[10] Na ação 2004 Reassentamento Habitacional de Risco e Favelas (65% de execução): As realizações da CDHU tiveram suas metas reprogramadas em função do contingenciamento de recursos e demais implicações da complexidade das intervenções. Prosseguiram as obras em canteiro sem paralisação, entretanto.
Embora ainda não entregues, prosseguiam no final do exercício obras que representam importantes realizações nessa ação, com **um canteiro demais de 6.200 unidades habitacionais** em produção, destinadas ao reassentamento habitacional, com entregas nos próximos períodos, voltadas a: Continuidade de parcerias com municípios para empreendimentos habitacionais na Região Metropolitana de São Paulo; Viabilização de soluções habitacionais para apoio às obras de infraestrutura estratégicas do GESP nos setores de transporte e saneamento; Continuidade do apoio às obras de urbanização de assentamentos realizadas pela Cia., além de obras de empreendimentos para reassentamento de famílias removidas de favelas e áreas de risco em municípios do interior do Estado.

[11] Na ação 1440 - Mananciais do Alto Tietê (71% de execução) justificativa orçamentária: As metas da LOA incluíam a conclusão da urbanização da área Jardim Pabreu que teve parte antecipada no final de 2013 (razão da redução da meta na programação setorial da pasta), e o restante concluído em 2015, sendo que só esta parcela foi realizada com recursos do exercício em tela. (o restante foi executado com recursos de exercícios anteriores).

Participação da CDHU em programa sob coordenação da Secretaria de Recursos Hídricos e Saneamento, trata de intervenções de saneamento ambiental que abrangem a urbanização de favelas, o reassentamento habitacional e a expansão de infraestrutura básica. Até o momento, as ações sob a responsabilidade da pasta são as de reassentamento das famílias afetadas por obras de urbanização, em execução especialmente pela prefeitura do município de São Paulo, encontrando-se em etapa de obras e projetos os empreendimentos para essa finalidade. Essas ações são contrapartida do Estado no contrato do PAC-Federal e objeto de contrato específico para obtenção de recursos federais do Pró-Moradia.

Para o cumprimento das metas da parceria no Programa Mananciais, a CDHU está viabilizando a construção de novas unidades habitacionais na zona sul de São Paulo:

- Cidade Ademar C (96 unidades) – obras paralisadas – motivo invasão, CDHU aguarda reintegração de posse que está em análise;
- Capão Redondo D (650 unidades) – Será executado pelo Programa MCMV em parceria com a Casa Paulista;
- Capão Redondo E (118 unidades) – em andamento com 14,32% de execução até Out/15. Previsão de conclusão das obras 2016;
- Capão Redondo I (60 unidades) – em andamento com 12,78% de execução até Out/15. Previsão de conclusão das obras em 2016;
- Grajaú B (517 unidades) – área invadida - CDHU aguarda reintegração de posse que está em análise. Previsão de início das obras Abr/16. Previsão de conclusão das obras 2017.
- Jardim Ângela A (328 unidades) – Contrato assinado – aguarda alvará. Previsão de início das obras Jan/16. Previsão de conclusão das obras 2017.
- 779 unidades faltantes serão providas pelo Programa MCMV em parceria com a Casa Paulista e a PMSP.

Ação 1998 - Recuperação Socioambiental da Serra do Mar

Dotação Inicial: R$ 109.060.000,00
Realizado no ano 2015: R$ 38.903.000,00
(Realizado 36% do previsto)[12]

Visa à recuperação do Parque Estadual da Serra do Mar, maior área contínua de Marta Atlântica preservada no Brasil, que sofre ameaça de ocupação por assentamentos habitacionais precários. As intervenções habitacionais são articuladas às da Política Estadual de Meio Ambiente no programa que configura um conjunto de ações e intervenções da SH e da SMA, envolvendo o Parque Estadual e outros remanescentes do bioma Mata Atlântica. As ações contam com recursos de financiamento do BID.

- Obras de Urbanização nos Bairros Pinhal do Miranda e Cota 200 do município de Cubatão, que atenderão em torno de 1.990 famílias das quais 1.023 já foram beneficiadas (51,4%);
- Trabalho Técnico Social: atendimento às famílias em processo de remoção em risco e áreas do PESM, reuniões periódicas do Núcleo Operacional de Urbanização entre população e áreas técnicas da CDHU e UGP, trabalho técnico social de organização comunitária e desenvolvimento local (projetos: ComCom, Arte nas Cotas, Cota Viva e NESDEL). Destaque

---

As demais intervenções tiveram prosseguimento com o registro de canteiro de 458 uhs em obras ao final do exercício, MAS com o seguinte destaque: O empreendimento Cidade Ademar C, previsto para entrega, foi invadido e teve suas obras e entrega postergadas por necessidade de retomada da área e reforma do empreendimento.

[12] Na ação 1998 - Recuperação Socioambiental da Serra do Mar (36% de execução) com todos os esforços para continuidade do projeto e para realizar as contratações necessárias à intensificação do desembolso dos recursos do BID. Além das unidades entregues e das obras em andamento (unidades e urbanização de favelas) os recursos dessa rubrica foram aplicados em: Aquisição de uh's para atendimentos habitacionais por meio de cartas de crédito; aquisição de novos terrenos; investimentos para viabilização de empreendimentos nos municípios de São Sebastião, Ubatuba e Pedro de Toledo. Com tudo isso o exercício foi concluído com cerca de cerca de 3.000 unidades em canteiro, incluindo obras de unidades habitacionais e urbanização de favelas.

para a implantação das atividades de pós-urbanização nos núcleos Cota 200 e Pinhal do Miranda, ancoradas na estratégia de Turismo de Base Comunitária para a sustentabilidade da intervenção urbanística e em parceria com a UNESP;
- Sistema de Monitoramento Físico-Financeiro em fase de implantação;
- Serviços especializados para Monitoramento da Estratégia Social;
- Serviços especializados de Mediação de Controvérsias;
- Elaboração de diagnóstico físico, urbanístico e socioambiental, estudos preliminares, projetos básicos e executivos;
- Aquisição de 500 unidades habitacionais em São Vicente dos Condomínios Penedo e Primavera da Caixa Econômica Federal, prevendo o repasse de recursos para recuperação e conclusão das obras. (44,0% executado).
- Edificação de 360 unidades habitacionais no município de São Vicente (São Vicente H - 8,4% executado);
- Edificação de 166 unidades habitacionais no município de São Sebastião (São Sebastião F – 32,1% executado);
- Edificação de 376 unidades habitacionais no município de Ubatuba (Ubatuba G – 10,5% executado);
- Edificação de 116 unidades habitacionais no município de Pedro de Toledo (Pedro de Toledo C – 43,4% executado);

Ação 2432 - Habitação Sustentável no Litoral Paulista

Dotação Inicial: R$ 238.269.000,00 (Incluía a previsão de cerca de R$ 116 milhões do Banco do Brasil – recursos internacionais - que não se realizaram),
Realizado no ano 2015: R$ 99.328.000,00
(Realizado 42% do previsto)[13]

Visa ao desenvolvimento habitacional nos municípios da região costeira e áreas de influência da Serra do Mar, como parte integrante das ações de desenvolvimento sustentável do litoral paulista, com ações como urbanização de favelas e reassentamento habitacional, erradicação de áreas de risco e provisão de moradias. Contava com aportes aprovados de recursos internacionais - operados pelo Banco do Brasil - ao Estado, que incluíam essas ações em seu escopo, mas que foram descontinuados em 2015.

- Convênio com a Prefeitura Municipal de Santos/COHAB Santista, para repasse de recursos do financiamento do Projeto para compor a contrapartida dos empreendimentos Tancredo Neves III (1.120 unidades) e Caneleira IV (680 unidades) de contrato firmado com o Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, gerenciado pela CAIXA;
- Convênio com a Prefeitura de Santos para que esta adquira dois terrenos: Estradão I e II com capacidade de edificação de 1.198 unidades.
- Obras de geotecnia no empreendimento Guarujá G – 10,3% executado;
- Trabalho Técnico Social:
- Pedro de Toledo: equacionamento de grupo alvo (atendimento individual programado das famílias), visitas monitoradas às unidades habitacionais e suporte às discussões sobre integração de políticas setoriais;
- Guarujá: planejamento da intervenção no município (discussões técnicas, elaboração de cronogramas, visitas de reconhecimento, logística de equipe, pesquisa de espaços para implantação do EAT) e suporte técnico social às visitas em campo da equipe projetista;
- Ubatuba, Caraguatatuba e São Sebastião: arrolamento de núcleos em área do Parque Estadual da Serra do Mar, atendimento individual espontâneo e suporte técnico social às visitas em campo da equipe projetista.

[13] Ação 2432 - Habitação Sustentável no Litoral Paulista (42% de execução): Além das unidades entregues e das obras em andamento os recursos dessa rubrica foram aplicados em: ...obras em parcerias estabelecidas no período com o Município de Santos/COHAB Santista, ... que envolve, no total, 1.800 novas unidades habitacionais na Baixada, parte integrante do escopo do PDSLP - Programa Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista, com aporte de recursos do GESP – Fonte 7 - Banco do Brasil. ... investimento em aquisição de terrenos, viabilização de convênios e prospecção de novas áreas nos municípios de Guarujá, Ubatuba, São Sebastião e Caraguatatuba, essenciais para o prosseguimento do PDSLP. Com isso, além das entregas, registravam-se cerca de 3.500 unidades em canteiro na região ao final do exercício de 2015.

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DEFESA DA CIDADANIA

Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania

Execução Orçamentária por Grupo de Despesas

17000 - Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**1.811.423.595,00**	**1.834.672.461,52**	**4.883.783,11**	**1.839.556.244,63**	**1.807.184.255,16**
Pessoal e Encargos Sociais	1.094.584.940,00	1.115.478.960,26	0,00	1.115.478.960,26	1.098.374.084,18
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	716.838.655,00	719.193.501,26	4.883.783,11	724.077.284,37	708.810.170,98
Despesas de Capital	**112.031.500,00**	**39.334.058,32**	**24.624.566,29**	**63.958.624,61**	**108.386.145,84**
Investimentos	112.031.500,00	39.334.058,32	24.624.566,29	63.958.624,61	108.386.145,84
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**1.923.455.095,00**	**1.874.006.519,84**	**29.508.349,40**	**1.903.514.869,24**	**1.915.570.401,00**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Grupo de Despesas

17000 - Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0102 - Obrigações Previdenciárias em Complementação	**2.074.265,00**	**1.727.899,45**	**0,00**	**1.727.899,45**	**1.728.609,06**
Despesas Correntes	2.074.265,00	1.727.899,45	0,00	1.727.899,45	1.728.609,06
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0944 - Recomeço: Uma Vida sem Drogas	**16.369.000,00**	**858.374,00**	**0,00**	**858.374,00**	**858.374,00**
Despesas Correntes	16.369.000,00	858.374,00	0,00	858.374,00	858.374,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1703 - Programa Estadual de Direitos Humanos	**53.749.410,00**	**24.023.773,90**	**21.362.396,99**	**45.386.170,89**	**39.390.546,66**
Despesas Correntes	33.649.410,00	16.289.649,67	4.118.376,45	20.408.026,12	18.510.082,57
Despesas de Capital	20.100.000,00	7.734.124,23	17.244.020,54	24.978.144,77	20.880.464,09
1711 - Proteção e Defesa do Consumidor	**72.057.440,00**	**74.343.642,28**	**269.090,21**	**74.612.732,49**	**69.372.662,42**
Despesas Correntes	70.187.410,00	74.219.012,48	21.090,21	74.240.102,69	69.239.840,42
Despesas de Capital	1.870.030,00	124.629,80	248.000,00	372.629,80	132.822,00
1714 - Perícia Judicial na Área de Medicina Legal e de Investigação de Vínculo Genético	**20.446.601,00**	**17.816.292,67**	**11.800,00**	**17.828.092,67**	**17.651.787,45**
Despesas Correntes	18.946.601,00	17.786.334,67	0,00	17.786.334,67	17.577.119,88
Despesas de Capital	1.500.000,00	29.958,00	11.800,00	41.758,00	74.667,57

1717 - Construção, Ampliação, Reforma e Adaptação de Edifícios Forenses Judiciário e Ministério Público	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**11.661.762,56**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	11.661.762,56
1724 - Metrologia e Qualidade de Produtos e Serviços	**150.901.690,00**	**123.696.802,45**	**0,00**	**123.696.802,45**	**127.838.171,11**
Despesas Correntes	150.278.990,00	123.688.942,45	0,00	123.688.942,45	127.774.654,14
Despesas de Capital	622.700,00	7.860,00	0,00	7.860,00	63.516,97
1728 - Modernização da Fund.Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente - CASA	**162.431.095,00**	**151.031.104,91**	**112.082,90**	**151.143.187,81**	**164.139.554,24**
Despesas Correntes	140.423.845,00	142.753.880,51	112.082,90	142.865.963,41	138.849.190,01
Despesas de Capital	22.007.250,00	8.277.224,40	0,00	8.277.224,40	25.290.364,23
1729 - Atenção Integral ao Adolesc. e Integração das MSE de Internação e Semiliberdade	**1.255.472.762,00**	**1.349.435.337,39**	**624.545,85**	**1.350.059.883,24**	**1.319.572.917,61**
Despesas Correntes	1.255.472.762,00	1.349.435.337,39	624.545,85	1.350.059.883,24	1.319.572.917,61
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1730 - Acesso aos Serviços na Área da Cidadania e da Justiça	**86.834.618,00**	**64.414.236,05**	**6.622.828,47**	**71.037.064,52**	**90.501.839,56**
Despesas Correntes	46.834.588,00	41.331.352,04	0,00	41.331.352,04	42.646.297,87
Despesas de Capital	40.000.030,00	23.082.884,01	6.622.828,47	29.705.712,48	47.855.541,69
1731 - Política Agrária e Fundiária	**103.118.214,00**	**66.659.056,74**	**505.604,98**	**67.164.661,72**	**72.854.176,33**
Despesas Correntes	77.186.724,00	66.581.678,86	7.687,70	66.589.366,56	70.427.169,60
Despesas de Capital	25.931.490,00	77.377,88	497.917,28	575.295,16	2.427.006,73
Despesa Total	**1.923.455.095,00**	**1.874.006.519,84**	**29.508.349,40**	**1.903.514.869,24**	**1.915.570.401,00**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Programa 1703 - Programa Estadual de Direitos Humanos

Tem como objetivo difundir o Programa Estadual de Direitos Humanos. Estabelecer um processo continuado de promoção dos direitos humanos e da cidadania, em que Estado e sociedade civil interajam de forma eficaz, rumo à construção de uma sociedade justa e solidária.

Indicadores

Indicador	Fórmula	Periodicidade	Ano	2012	2013	2014	2015
taxa de municipalização dos conselhos sobre drogas	número de conselhos municipais de políticas sobre drogas ativos / total de municípios no esp * 100	anual	valor previsto	16,09	17,8	18,7	19,06
			valor apurado	16,09	21,09	23,56	25,58
taxa de municipalização de coordenações, assessorias, departamentos ou núcleos de políticas públicas para a diversidade sexual	(número de coordenações, assessorias, departamentos ou núcleos de políticas públicas para a diversidade sexual / total de municípios do estado de São Paulo) *100	anual	valor previsto	1,24	1,39	1,7	1,84
			valor apurado	1,24	1,55	1,86	2,01

Indicador	Fórmula	Periodicidade	Ano	2012	2013	2014	2015
taxa de servidores públicos estaduais capacitados em diversidade sexual	total de servidores capacitados / total de servidores públicos estaduais em 2011 * 100	anual	valor previsto	1,2	2,22	3,3	4,5
			valor apurado	nd	2,39	3,91	5,02
taxa de servidores públicos estaduais capacitados no combate à discriminação racial e étnica no ambiente institucional (são Paulo contra o racismo)	servidores públicos capacitados no combate à discriminação racial e étnica no ambiente institucional / total de servidores ativos no esp * 100	anual	valor previsto	0,5	1	1	3,15
			valor apurado	0,5	3,4	4,27	
taxa de municipalização das coordenações,assessorias e secretarias de promoção da igualdade racial, com respectiva qualificação dos seus gestores (são Paulo contra o racismo)	número de municípios com coordenadorias, assessorias e secretarias de promoção da igualdade racial / total de municípios * 100	anual	valor previsto	1	5	3	1,69
			valor apurado	1	6,5	6,98	
taxa de regionalização das subcomissões processantes	número de regionais administrativas com subcomissões processantes regionais / total de regionais administrativas * 100	anual	valor previsto	80	80	80	80
			valor apurado	80	80	75	75
coeficiente de evolução dos atendimentos de proteção à pessoa em relação ao ano-base de 2010	total de pessoas atendidas / total de pessoas atendidas no ano base de 2010	anual	valor previsto	102	108	114	114,7
			valor apurado	144,9	157,7	244	258,3

Ações
Apoio a Políticas para Populações Vulneráveis

Ação	Produto	2012	2013	2014	2015
4008 - Garantia dos direitos da criança e do adolescente	projetos	17	17	0	
4213 - Apoio aos conselhos	conselhos apoiados	7	8	8	2
4949 -Proteção à Pessoa	atendimentos	2722	2964	5255	5267
5616 -Pagamento de indenizações a ex-presos políticos	indenizações pagas	48	13	17	0
5995 - Defesa de interesses difusos	interesses reparados		5	32	17
5996 - Apoio a políticas públicas para populações vulneráveis	ações promovidas	171	184	153	80

Ação 4008 - Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente

O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente-Condeca, realiza anualmente a seleção de projetos de políticas de defesa e de garantia dos direitos da criança e do adolescente. O Condeca para a Secretaria de Desenvolvimento Social (Decreto nº 61.054, de 14 de janeiro de 2015).

Ação 4213 - Apoio aos Conselhos

Em 2011 a previsão era de que a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania apoiasse administrativa e tecnicamente nove conselhos estaduais de cidadania: o Conselho Estadual do Idoso-CEI, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente-Condeca, o Conselho Estadual da Condição Feminina-CECF, o Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra-CPDCN, o Conselho Estadual dos Povos Indígenas-Cepisp, o Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Nordestina-Copane, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana-Condepe e o Conselho Estadual sobre Drogas-Coned, todos já criados e o Conselho Estadual dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais- CELGBT. Em 2011, houve a transferência do CEI para a Secretaria de Desenvolvimento Social-SEDS, e o CELGBT foi efetivamente constituído apenas em 2013. Em 2015, o CECF, o CPDCN, o CPLGBT, o Cepisp e o Copane foram transferidos para a Casa Civil.

Ação 4949 - Proteção à Pessoa

Inicialmente, três programas estavam alocados nesta Ação: Centro de Referência e Apoio à Vítima-CRAVI, o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas-Provita e o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas-NEPT. Um quarto programa, o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte-PPCAAM foi criado em outubro de 2012 e alocado nessa Ação. O CRAVI atende, direta ou indiretamente por meio de convênio com organização da sociedade civil, vítimas diretas ou indiretas de violência fatal. Possui nove unidades de atendimento, sendo oito inauguradas durante o período do PPA 2012-2015: em São Paulo, as unidades situadas na Barra Funda e Feitiço da Vila, e as unidades situadas nos municípios de Campinas, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Santos, São Vicente, São Bernardo do Campo e Araçatuba. O Provita oferece atendimento e assistência a vítimas, testemunhas e respectivas famílias em cooperação com o sistema de justiça. O PPCAAM atende crianças e adolescentes ameaçadas de morte ou sob grave ameaça, bem como suas respectivas famílias. O Provita e o PPCAAM realizam seus atendimentos por meio de convênios. O NEPT articula políticas de enfrentamento ao tráfico de pessoas, ao enfrentamento ao trabalho escravo e infantil e de amparo a imigrantes e refugiados, além de atender pessoas submetidas a essas situações de vulnerabilidade.

Ação 5616 - Pagamento de indenizações a ex-presos políticos

Por meio da Comissão de Ex Presos Políticos, a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania paga indenizações a pessoas que comprovadamente tiveram seus direitos cerceados pela ditadura militar, por meio da Lei 10.726/01.

Ação 5995 - Defesa de interesses difusos

Por meio da Lei Estadual nº 13.555, de 09/06/2009, o Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos - FID, passou a ser vinculado à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Anualmente, são selecionados projetos que visam à reparação dos interesses difusos em diversas áreas, como meio ambiente, urbanismo e preservação do patrimônio histórico.

Ação 5996 - Apoio a políticas públicas para populações vulneráveis

Até 2013, quatro coordenações voltadas para formulação e articulação de políticas intersetoriais estavam alocadas nesta Ação: Coordenação de Apoio aos Programas de Defesa da Cidadania-CGAPDC, Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual-CPDS, Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena-CPPNI e Coordenação de Políticas sobre Drogas-COED. Em 2013, foi efetivamente criada a Coordenação de Políticas para a Mulher-CPMulher. Em janeiro de 2015, a COED foi transferida para a Secretaria de Desenvolvimento Social e, em setembro do mesmo ano, a CPDS, a CPPNI e a CPMulher foram transferidas para a Casa Civil. As ações, que são o produto desta Ação são atividades de formação nos temas tratados, como seminários, conferências, cursos presenciais e à distância.

Programa 1730 - Acesso a Serviços na Área da Cidadania

Tem como objetivo garantir ao cidadão o acesso à justiça. Fortalecer as políticas públicas regionalizando os serviços de atendimento à criança e ao adolescente ao cidadão, através da implantação de Centros de Integração da Cidadania, implantação de fóruns, instalações do Ministério Público e parcerias com entidades governamentais e não governamentais.

Ação	Produto	2012	2013	2014	2015
1218 - Implantação de Centros de Integração da Cidadania- CIC	CIC implantados	0	0	4	2
1430 - Construção, ampliação e reforma de fóruns e instalações do Ministério Público	obras realizadas	9	32	23	15
4151 - Integração de serviços na área da cidadania- CIC	atendimentos	1.376.906	1.355.421	1.402.686	1.726.245
5078 - Apoio administrativo	unidades administradas	15	16	18	21
5901 - Capacitação, aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional	servidores capacitados	85	156	572	123

Os **Centros de Integração da Cidadania** são unidades de atendimento à população em regiões de alta vulnerabilidade, onde, por meio de parcerias com entidades governamentais e não governamentais, promovem o acesso à justiça, oferecem serviços diversos, realizam atividades de educação em direitos humanos e voltadas ao fortalecimento de redes comunitárias. No PPA 2012-2015, duas Ações dizem respeito ao CIC:

Implantação de Centros de Integração da Cidadania- CIC: criação de novas unidades do Centro de Integração da Cidadania. Ao longo do PPA 2012-2015, foram criadas seis novas unidades: Jundiaí, Cajamar, São Vicente, Grajaú, Casa do Imigrante e Pirapora do Bom Jesus.

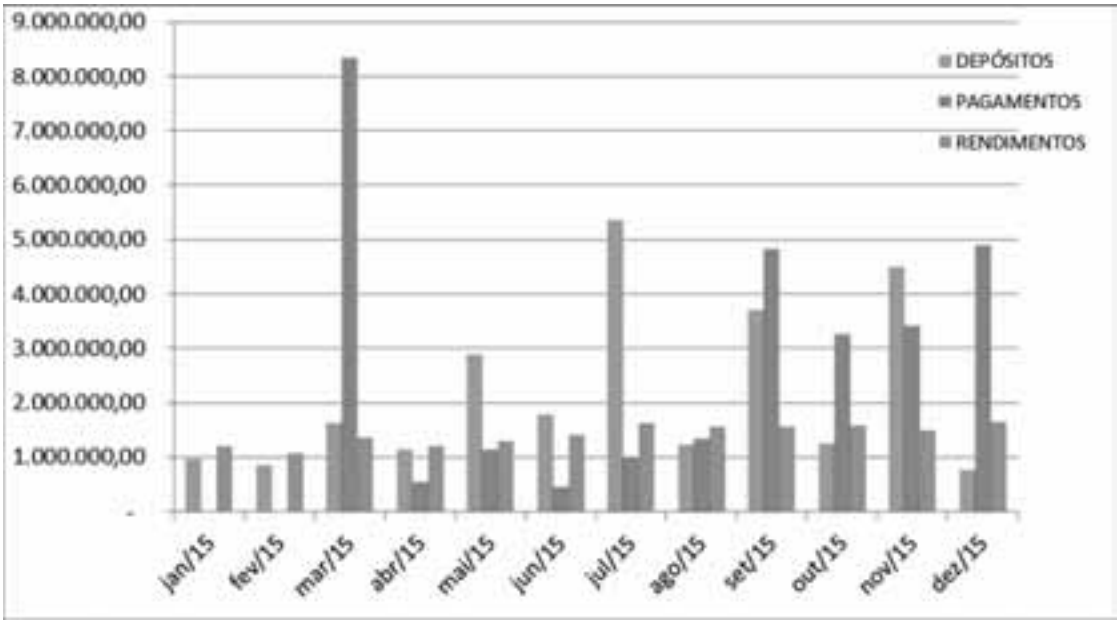
Integração de serviços na área da cidadania- CIC: atendimentos realizados pela Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania por órgãos parceiros nos postos fixos e em atividades itinerantes e temporárias, como as Jornadas da Cidadania e dos projetos Educação para Cidadania e Sabadania.

Construção, ampliação e reforma de fóruns e instalações do Ministério Público: ao longo do PPA 2012-2015, foram entregues 70 obras, como construções, reformas e obras de acessibilidade em unidades do Poder Judiciário e do Ministério Público.

Fundo de Defesa dos Interesses Difusos - FID
Movimentação de 2015

	Depósitos	Pagamentos	Rendimentos	Saldo
dez/14				132.059.678,47
jan/15	963.837,23	-	1.210.391,91	134.233.907,61
fev/15	849.860,66	-	1.077.438,26	136.161.206,53
mar/15	1.628.601,22	8.347.828,05	1.358.359,56	130.800.339,26
abr/15	1.136.698,87	543.733,00	1.215.536,36	132.608.841,49
mai/15	2.875.566,17	1.139.064,43	1.285.967,13	135.631.310,36
jun/15	1.784.899,09	450.000,00	1.408.543,89	138.374.753,34

	Depósitos	Pagamentos	Rendimentos	Saldo
jul/15	5.365.574,12	1.000.000,00	1.617.028,73	144.357.356,19
ago/15	1.225.457,10	1.346.113,84	1.554.074,03	145.790.773,48
set/15	3.704.851,10	4.833.067,23	1.549.740,84	146.212.298,19
out/15	1.240.063,39	3.258.255,00	1.569.954,93	145.764.061,51
nov/15	4.508.092,76	3.418.997,23	1.498.867,07	148.352.024,11
dez/15	773.222,23	4.891.686,33	1.655.009,39	145.888.569,40
Total/2015	**26.056.723,94**	**29.228.745,11**	**17.000.912,10**	**145.888.569,40**



IMESC
Programa 1714 – Perícia Judicial

Realização de perícias na área de Medicina Legal e de Investigação de Vínculo Genético (DNA) em atendimento a demanda do Poder Judiciário.

R$ mil

	DOTAÇÃO INICIAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO+ PAGO DE RESTOS A PAGAR
PROGRAMA 1714				
Despesas Correntes				
Pessoal e Engargos Sociais	8.923.725	8.923.725	8.489.897	8.924.335
Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0
Outras Despesas Correntes	13.491.191	12.395.998	12.163.221	11.634.529
Despesas de Capital				
Investimentos	1.500.000	41.758	41.758	74.668
Inversões Financeiras	0	0	0	0
Amortização de Dívida	0	0	0	0
TOTAL				

R$ mil

	DOTAÇÃO INICIAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO+ PAGO DE RESTOS A PAGAR
PROGRAMA 1714				
Despesas Correntes	22.414.916	21.319.723	20.653.118	20.558.864
Despesas de Capital	1.500.000	41.758	41.758	74.668
TOTAL				

Ação 2428 – Descentralização de Perícias na Área de Medicina Legal (ML)

Descentralização de perícias na área de medicina legal (clínicas e psiquiátricas em ações cíveis e criminais) em conformidade com o disposto no Decreto nº 42.110, de 19/08/1997.
Realizado até dez/2015: não foram implantadas regionais

Ação 4135 – Perícias de Investigação de Vínculo Genético (DNA)

Realização de perícias de investigação de vínculo genético (DNA) solicitadas pelo Poder Judiciário e em conformidade com o disposto nos Decretos n^{os} 42.110, de 19/08/1997, que aprova o novo regulamento do IMESC e 44.336, de 15/10/1999,que assegura a gratuidade para a realização de exames de DNA por determinação judicial, bem como de mutirões de coleta de sangue em regionais descentralizadas.
Realizado até dez/2015: **10.230** laudos expedidos.

Ação 4159 – INFODROGAS

Manutenção do Serviço de Informação sobre Drogas (Decreto nº 34.074, de 29/10/1991), disponibilizando à população e setores de interesse, informações sobre temas associados e dados relacionados à área de atuação do IMESC.
Realizado até dez/2015: **403.006** acessos via Internet.

Ação 5641 – Perícias na Área de Medicina Legal

Realização de perícias na área de medicina legal (clínicas e psiquiátricas em ações cíveis e criminais), incluindo avaliações especializadas necessárias à execução dos laudos, em conformidade com o disposto no Decreto nº 42.110, de 19/08/1997.
Realizado até dez/2015: **22.988** laudos expedidos

Ação 5902 – Administração do Inst. de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo - IMESC

Suporte administrativo às ações de manutenção e conservação de bens móveis e imóveis e demais implementos, garantindo o desempenho das atividades setoriais.
Realizado até dez/2015: **01** unidade administrada

Ação 6114 – Educação Continuada

Realização de ações voltadas para a difusão de conhecimento técnico-científico relacionado à área de atuação do IMESC e para a capacitação teórica, prática e técnico-administrativa de funcionários.
Realizado até dez/2015: **24** ações realizadas

IPEM

O Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo – IPEM-SP efetua, no Estado de São Paulo, através de convênio com o INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial), ou com recursos próprios, as seguintes atividades:

Diretoria Técnica de Metrologia Legal

1. Fiscalização/verificação de instrumentos de pesar e medir

Consiste na fiscalização/verificação de todos os instrumentos de pesar e medir, utilizados no comércio em geral e indústria, tais como: IPNA´s (balanças), bombas medidoras para

combustíveis líquidos, dispenser de GNV, taxímetros, metros comerciais, pesos padrões, hidrômetros, caminhões e vagões tanques, cronotacógrafos, medidores de velocidade, esfigmomanômetros (medidor de pressão arterial) e outros instrumentos de pesar ou medir. (veja tabela no final).
Essa atividade é executada na Capital do Estado de São Paulo (posto de verificação de taxímetros e Distritais Leste, Sul e Oeste) e em nossas Delegacias Regionais das Cidades de Santos, Santo André, São José dos Campos, São Carlos, Araraquara, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente, Marília, Bauru, Sorocaba, Campinas, Piracicaba e Guarulhos, sendo que os serviços de verificação de caminhões tanques estão restritos às cidades de Paulínia, Bauru, São José do Rio Preto e Guarulhos e de vagões tanque na cidade de Paulínia.
A atividade de fiscalização de instrumentos de pesar e medir estão divididos em quatro grupos, sendo que foram fiscalizados/verificados no ano de 2015, **188.896** estabelecimentos, e homologados **10.909** autos.
A verificação dos instrumentos de medir e pesar teve o seguinte desempenho:
a) **Verificação subsequente**: efetuada anualmente em todos os estabelecimentos comerciais e industriais do Estado. Foram verificados em 2015, **762.160** instrumentos;
b) **Verificação após reparo**: efetuada em instrumentos reprovados na verificação subsequente, ou nos instrumentos que sofreram reparos por firmas credenciadas. Em 2015, foram verificados **18.807** instrumentos;
c) **Verificação inicial**: efetuada nas dependências dos fabricantes ou importadores de instrumentos de medição, antes dos mesmos serem colocados à venda. No Estado de São Paulo há, em torno de 125 fabricantes. No ano de 2015 foram verificados **888.575** instrumentos.
d) **Autoverificação**: consiste na supervisão dos instrumentos fabricados ou reparados, através de auditorias e venda de selos de verificação, efetuadas somente em cronotacógrafos, esfigmomanômetros, instrumentos de medição para fluxo de água fria (hidrômetros), instrumentos de medição de gás e instrumentos de medição de eletricidade (medidor de energia elétrica). No ano de 2015 foram autoverificados **5.951.858** instrumentos.

2. Fiscalização de Produtos Pré-Medidos
Produto pré-medido é todo produto embalado e medido sem a presença do consumidor e em condições de comercialização, cabendo a fiscalização verificar a fidelidade da informação contida na embalagem.
A grande maioria dos produtos consumidos pela população, tais como o arroz, feijão, manteiga, leite, óleo comestível, detergente, sabão em pó e muitos outros, são produtos pré-medidos.
A fiscalização desses produtos, no âmbito da metrologia legal, é muito importante, uma vez que é praticamente impossível ao cidadão conferir, no ato da compra, se um rolo de papel higiênico, por exemplo, tem de fato os 30 metros indicados na embalagem.

O IPEM-SP dispõe de laboratórios e equipes coletoras que atuam em todo o Estado de São Paulo. As equipes de fiscalização do IPEM-SP percorrem os pontos de venda, os depósitos e as fábricas desses produtos, procedendo a avaliação preliminar (pesagem do produto, com a embalagem inclusive), coletando as amostras para o laboratório daqueles produtos com suspeita de irregularidade. As empresas são devidamente convidadas a presenciar toda a ação fiscalizatória nos laboratórios.

A atividade de fiscalização de produtos pré medidos em 2015 realizou **111.580** exames em produtos e foram homologados **10.082** autos.

Diretoria Técnica da Qualidade

3. Fiscalização de Produtos e Serviços com a Conformidade Avaliada
Consiste na fiscalização de produtos e serviços com a Avaliação da Conformidade Compulsória (certificação de produtos, declaração do fornecedor, etiquetagem, etc.), estabelecida através de Portarias do INMETRO.
Nota: Os produtos com avaliação da conformidade são identificados através da Marca de Conformidade do INMETRO (Selo de Identificação da Conformidade reconhecido no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade aposto no produto/embalagem). O uso do selo somente é autorizado, após a constatação de que os produtos atendem a requisitos pré-estabelecidos em Normas e Regulamentos Técnicos, proporcionando um adequado grau de confiança.

Em 2015, o IPEM-SP fiscalizou **1.478.408** unidades destes produtos, sendo **1.413.669** aprovadas, **25.972** reprovadas, **38.095** apreendidas, **355** interditadas e **317** coletadas. Foram fiscalizados **8.135** estabelecimentos e emitidos **2.349** autos de infração.

4. Fiscalização de Produtos Têxteis

Consiste na verificação da existência de etiqueta com informações obrigatórias referente aos dados do fabricante/importador, instruções de conservação, composição têxtil e tamanho, em roupas, tecidos, artigos de cama, mesa e banho, etc.

Durante o ano de 2015, foram fiscalizadas **1.117.953** unidades de produtos têxteis, sendo **1.051.466** aprovadas, **65.687** reprovadas e **365** coletadas, em **16.823** estabelecimentos comerciais, sendo emitidos **5.509** autos de infração.

5. Departamento de Metrologia Científica e Industrial (DMCI)

O departamento é dividido em três centros: o de Calibração, o de Ensaios e o de Medições e Verificações Especiais, constituídos de laboratórios metrológicos e setores que oferecem à indústria, comércio e órgãos governamentais prestações de serviços em metrologia. Nestes serviços, incluem-se as calibrações e medições especiais realizadas a pedido dos interessados para diversos instrumentos e produtos.

No âmbito da metrologia legal, o DMCI executa verificações compulsórias em termômetros clínicos e industriais, em densímetros e flutuadores e em etilômetros (bafômetros).

Os laboratórios de massa; pressão e volume são acreditados pela Coordenação Geral de Acreditação (CGCRE), o que nos permite integrar a RBC (Rede Brasileira de Calibração) e prestar serviços de melhor exatidão metrológica com rastreabilidade reconhecida.

O laboratório de ensaios realizou serviços de inspeção e ensaios em copos descartáveis e fios e cabos elétricos para tensões até 750V.

O Centro de Verificações e Medições Especiais executou serviços de arqueação de tanques de armazenamento de óleo diesel; gasolina; querosene e álcool utilizados para transferência de custódia. Além de calibrações de medidas de volume de grande capacidade.

Durante o ano de 2015 foram calibrados, ensaiados ou verificados um total de **704.382** itens.

Departamento de Avaliação e Certificação do IPEM-SP (DACE)

6. Inspeções em Caminhões Transportadores de GLP Fracionado

Esta atividade consiste na inspeção e certificação de veículos que transportam GLP fracionado (botijões de gás de cozinha), em atendimento a legislação estadual, específica para o assunto. Em 2015 foram inspecionados **1.659** veículos utilizados neste tipo de transporte.

Verificação de Instrumentos (dados de janeiro a dezembro/15)

Tipo	Subse-quente	Inicial	Após reparo	Auto-verificação	Totais
Pesos	6.206	17.484			23.690
Densímetros	0	30.473			30.473
Instrumentos de pesagem	306.158	246.561	5.489		558.208
Instrum. de medição de comprimento	35.131	26.173	14		61.318
Taxímetros	52.360	16.369	5.674		74.403
Inst.de med. de gás de escape	405	67	76		548
Medidores de velocidade	4.030	2.718	630		7.378
Etilômetros (bafômetros)	3.254	1273			4.527
Medidas de volume	10.218	5.406	792		16.416
Arqueação de tanques	545				545
Caminhões e vagões tanques (comp.)	14.061	31	48		14.140

Tipo	Subse-quente	Inicial	Após reparo	Auto-verificação	Totais
Bombas de combustíveis líquidos	113.150	12.839	5.538		131.527
Hidrômetros	49	145.950		2.683.361	2.829.360
Medidor de volume de gás	646	658		528.557	529.861
Bomba medidora de GNV	1.079		21		1.100
Termômetros	0	667.131			667.131
Esfigmomanômetros	15.659	411.890	504	44.870	472.923
Instrum. de med. para eletricidade	0			186.088	186.088
Opacímetros	604	75	21		700
Caçambas	0	1.786			1.786
Cronotacógrafos	201.621			135.058	336.679
Outros instrumentos	783	568	1.706		3.057
Totais	**765.959**	**1.587.452**	**20.513**	**3.577.934**	**5.951.858**

Fundação Casa

Programa 1728 – Modernização da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente

Tem por escopo garantir a formação continuada, a motivação do servidor, a infraestrutura adequada e o apoio da sociedade, visando à efetivação das políticas de atendimento socioeducativo de forma descentralizada e a manutenção da imagem positiva conquistada.

Ação 2208 – Adequação da infraestrutura ao Sistema Nacional Socioeducativo

Tem por finalidade garantir e respeitar a especificidade e normas técnicas de funcionamento de cada Centro de Atendimento.
Meta física LOA: 16 obras/readequações previstas
Execução: 31 obras/readequações realizadas

Ação 5904 – Gestão da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente

Objetiva propiciar todo apoio administrativo necessário para cumprimento da sua missão institucional.
Meta física LOA: 172 unidades em funcionamento previstas
Execução: 149 unidades em funcionamento

Programa 1729 – Atenção Integral ao Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa

Visa dar efetividade aos direitos e garantias do adolescente em cumprimento das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade, impostas pelo Poder Judiciário, objetivando o retorno ao convívio social distanciado do cometimento de atos infracionais.

Ação 5905 – Atenção Integral à Educação do Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa

Objetiva garantir a efetividade do plano político-pedagógico da Fundação. Refere-se ao atendimento aos adolescentes e jovens que recebem medida socioeducativa nas áreas da Educação Formal, Formação Profissional Básica, Arte e Cultura e Esporte e Lazer, em obediência ao artigo 94 do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90.

Meta física LOA: 881.000 atendimentos educacionais previstos
Execução: 873.201 atendimentos educacionais realizados

Ação 5906 – Atenção Integral à Saúde do Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa

Tem por finalidade manter o padrão de atenção ofertado aos adolescentes inseridos no sistema socioeducativo em cumprimento de medida socioeducativa garantindo atenção básica na área da saúde contando com atendimentos clínico, odontológico e de enfermagem em obediência ao artigo 94 do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90.
Meta física LOA: 3.200.000 atendimentos de saúde previstos
Execução: 3.047.963 atendimentos de saúde realizados

Ação 5907 – Execução do Cumprimento das Medidas Socioeducativas de Internação e Semiliberdade

Refere-se ao atendimento realizado aos adolescentes e jovens que recebem medida socioeducativa.
Meta física LOA: previsão média mensal de 10.600 adolescentes atendidos
Execução: média mensal de 9.035 atendidos

Ações realizadas em 2015

Apostando na descentralização e no atendimento individualizado aos jovens em conflito com a lei no Estado de São Paulo, que teve como resultado uma melhora significativa na atenção aos adolescentes, desde 2006, a Fundação CASA vem investindo em todas as áreas para aperfeiçoar a qualidade do acolhimento e da execução das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade, de acordo com as diretrizes e normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).
Em 2015, foram concluídas as obras de dois centros socioeducativos: Diadema (1) e Presidente Bernardes (1). No total, foram disponibilizadas mais 184 vagas. Também foi inaugurado o centro socioeducativo de semiliberdade na cidade de São José dos Campos, no Vale do Paraíba, ofertando mais 20 vagas para jovens nessa medida. O investimento total nas obras foi de cerca de R$ 22,1 milhões, enquanto o CASA de Semiliberdade está instalado em imóvel alugado pelo valor mensal de R$ 4,5 mil.
Estavam em andamento as obras de mais dois centros socioeducativos – Itapecerica da Serra (1) e Piracicaba (1) –, que totalizariam mais 114 novas vagas, além de um anexo no CASA Tamoios, em São José dos Campos, que acrescentaria mais 48 vagas. Porém, todas as construções estão paradas desde julho de 2015 por contenção de gastos, seguindo orientação do Governo.
Até o início da suspensão das obras, haviam sido executados cerca de R$ 8,7 milhões, da contratação prevista, no total, de aproximadamente R$ 15,2 milhões. Para 2016 não há previsão de continuidade dessas, nem previsão de novas construções. A fim de terminar as obras iniciadas, seria necessário o investimento de ao menos R$ 6,5 milhões, além de aditivos de cerca de R$ 3,1 milhões, mas em valor exato a apurar após o reinício.

Todas estas construções fazem parte de um amplo esforço para aprimorar ainda mais a qualidade do atendimento socioeducativo no Estado. **De 2006 a 2015, foram entregues 74 novos e pequenos centros, 15 novos centros de semiliberdade e outros seis centros de atendimento inicial, totalizando 151 centros no Estado de São Paulo,** sendo o maior programa de investimento de um Estado brasileiro no sentido de garantir atendimento humanizado aos jovens em conflito com a lei. Em resumo, todos estes empenhos têm como objetivo principal fazer com que os adolescentes sejam atendidos próximos de suas famílias e dentro de sua comunidade, o que facilita em muito a reinserção social deles.
Em outros tempos, praticamente todo o atendimento a adolescentes em conflito com lei do Estado era centralizado nos grandes complexos da Capital. O Complexo do Tatuapé era um deles e chegou a abrigar mais de 1.800 adolescentes em 18 unidades, uma ao lado da outra. Para se ter uma ideia, em 2005, 81,2% dos internos do Estado eram atendidos na Capital, contra 18,8% no Interior.
Hoje a realidade é outra. Dos 9.984 jovens que cumprem medida socioeducativo, **48,8% estão no interior, 26,5% na Capital, 6,1% no litoral e 17,1% na Grande São Paulo**. Contudo, se não fosse o grande aumento de internações determinadas pelo Poder Judiciário – mais de 40% nos

últimos anos -, a Fundação não teria necessidade de construir mais centros de atendimento. Somente até novembro de 2015, foram 27.017 adolescentes que deram entrada na Fundação CASA.
Além destes avanços, outro ponto importante deve ser lembrado. Desde o início da descentralização, a Fundação CASA conseguiu reduzir o índice de reincidência de 29%, em 2005, para 15 % na medida de internação, em 2015. Também, ao longo dos trabalhos realizados, o número de rebeliões caiu drasticamente em todo o Estado. Em 2003, a antiga FEBEM contabilizou um recorde de 80 rebeliões para um número de 80 unidades. A partir de 2006 esse número começou a despencar para 28 rebeliões. Em 2012, houve seis. Em 2015, nove rebeliões – para 151 centros.

Atividades socioeducativas
Para que todas estas mudanças acontecessem de forma concreta, a Fundação CASA manteve o desenvolvimento do trabalho pedagógico para melhorar o atendimento dos adolescentes. Sendo assim, **cumprindo integralmente o que está previsto no ECA e no SINASE,** os jovens têm uma agenda multiprofissional que inclui atividades de escolarização formal, esporte, cultura e educação profissional. Neste ano de 2015, **somadas as quatro áreas subordinadas à Superintendência Pedagógica**, foram realizados mais de dois milhões de atendimentos aos jovens que cumprem medida socioeducativa na instituição.

- Atendimento integral em escola formal. A extrema maioria dos jovens chega com defasagem escolar. Passam, então, por um programa de reordenamento da trajetória escolar. **Em decorrência do programa, 1.154 jovens fizeram o Exame Nacional do Ensino Médio PPL (Pessoas Privadas de Liberdade). Desses, 581 solicitaram a certificação do ensino médio. Outros 4.333 foram inscritos na Olimpíada de Matemática. Um grupo de 550 passou para a segunda fase do torneio e sete deles receberam menção honrosa na final da competição.**
- Início de parceria com Instituto Lehmann, que desenvolve projetos como o Khan Academy, de ensino de matemática por meio da internet, o Programa Ê, que promove o conhecimento em programação nos adolescentes, e o Primeiro Livro, que estimula os jovens a escreverem seus primeiros livros. Ao todo, 12 unidades participaram das primeiras turmas do projeto.

- Acesso garantido a práticas desportivas. Foram realizados grandes torneios desportivos**: XI Copa Casa de Futebol, XII Torneio Estadual de Xadrez, VI Estadual de Handebol, VII Torneio de Voleibol, Jogos Indígenas, entre outras atividades desenvolvidas internamente nos centros.**
- Atendimento integral na área de arte e cultura, a partir de oficinas realizadas diariamente nos centros socioeducativos. **Ações que envolveram em oficinas, workshop, eventos, atividades ordinárias, festival de música, mostra de teatro e visitação a museus.**
- Atendimento integral em mais de 70 cursos de iniciação profissional básica. Cursos com cerca de 54 horas de duração para jovens darem início na vida profissional. Cursos como de manutenção de computadores, informática básica, garçom, lancheteria, pizzaiolo e pequenos reparos estão entre oferecidos. As atividades são desenvolvidas em todos os centros socioeducativos por meio de parceiros, como Associação Horizontes, Cedap e Senac, por exemplo. Assinatura de parceria com o Senac, inclusive, feita no início do segundo semestre, para substituir a antiga parceria com o Centro Paula Souza.

Atuações estruturantes
A Fundação também operou em ações estruturantes para facilitar e melhorar o atendimento aos adolescentes. Neste ano, muitas ações foram postas em prática.

- Encontros para apresentações dos Planos Políticos Pedagógicos dos centros socioeducativos das 11 Divisões Regionais da CASA. As reuniões definem, anualmente, as metas da instituição, a partir da participação de diretores e funcionários de carreira.
- Fortalecimento da cooperação para que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social tenha acesso a informações de adolescentes que cometeram ato infracional e cumpriram medida de internação na Fundação ou estão em medida socioeducativa de meio aberto, disponíveis no Portal da CASA. Até hoje, 223 prefeituras já formalizaram os convênios de acesso ao portal.
- Em 2015, o percentual de adolescentes que deram entrada na Fundação CASA e que passaram pelo processo de identificação chegou a 99%.

- Ampliação da parceria com as Secretarias de Educação Municipal e Estadual, mediada pelo Departamento de Execuções da Infância e Juventude, com vistas a garantia da vaga na Rede Pública de Ensino, no ato da desinternação ou na alteração de medida para o meio aberto de adolescentes oriundos da internação. Ao todo, 99% dos adolescentes da Fundação CASA estão matriculados no ensino formal.
- Ampliação do processo de formação inicial e continuada dos servidores pela Escola para Formação e Capacitação Profissional (EFCP) da Fundação CASA. Por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), milhares de servidores puderam ter acesso à capacitação em ambiente online. Foram realizadas capacitações para Agentes de Apoio Socioeducativo, servidores da área pedagógica, assistentes sociais, além de psicólogos.
- Realização de videoconferências para apresentação do portal pedagógico e do acesso ao portal de visitantes. Além disso, realização de videoconferências para tratar de assuntos pontuais da Fundação CASA, como o novo plano de saúde e escala de trabalho.
- Pagamento do Programa de Bônus por Resultados. A gratificação beneficiou os servidores após os cumprimentos das metas estabelecidas pelo programa de bonificação.
- Manutenção do Banco de Dados de Transferência, que permite a inscrição dos servidores interessados em transferências entres os centros de atendimento.
- A Superintendência Pedagógica realizou a capacitação do Portal Pedagógico envolvendo as áreas Escolar, Educação Física e Esporte, Educação Profissional e Arte Cultura. Público alvo: supervisores técnicos, pedagogos e coordenadores pedagógicos, chefes de seção da Área Técnica, encarregados técnicos, agentes educacionais, agentes técnicos e administrativos.
- Formação continuada de servidores da Superintendência de Segurança e Disciplina e capacitação de funcionários dos centros e divisões regionais no Museu Afro Brasil, no Ibirapuera.
- Realização de Kizombas em todos os centros socioeducativos por meio do Quesito Cor e do Eixo Étnico-Racial da Fundação CASA com o intuito de lembrar e homenagear o Dia da Consciência Negra.
- A Superintendência de Saúde promoveu a capacitação de psicólogos e assistentes sociais ingressante na instituição. Realização de **mais de 2 milhões de atendimentos em saúde nos centros socioeducativos**, seja atendimento médico, odontológico, psicossocial, imunizações, visitas domiciliares, entre outros.
- Divulgação das campanhas de Outubro Rosa e Novembro Azul em todos os centros socioeducativos e na sede para conscientização de adolescentes e funcionários.
- Realização de **mais de 2 milhões de atendimentos em saúde nos centros socioeducativos**, seja atendimento médico, odontológico, psicossocial, imunizações, visitas domiciliares, entre outros.
- Implementação da CIPA (Comissão Interna para Prevenção de Acidentes) em todos os centros socioeducativos.
- Capacitação de servidores para atuar na CIPA e para atuar na Brigada de Incêndio. Todas as unidades, inclusive, receberam aprovação no AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros).
- Aproximadamente 94% dos adolescentes em centros de internação provisória tiveram apresentação do relatório polidimensional. Cerca de 91% dos adolescentes tiveram o relatório do Plano Individual de Atendimento (PIA) apresentado ao Poder Judiciário
- A Superintendência de Segurança realizou milhares de movimentações de adolescentes entre audiências em Fóruns, entrega de adolescentes em liberdade na Capital, Litoral, Interior, Grande São Paulo e em outros estados.

Perspectivas para 2016

Para o ano de 2016, a expectativa é que a Fundação CASA institua o Plano de Contingência em todos os centros socioeducativos e Divisões Regionais. O Plano de Contingência é um documento desenvolvido com o intuito de treinar, organizar, orientar, facilitar, agilizar e uniformizar as ações necessárias de controle e combate às ocorrências anormais.

Também está prevista a implantação de um plano específico para unidades femininas. Um grupo de trabalho está debatendo questões referentes a situações específicas que ocorrem em centros femininos e apresentará um programa que leve em consideração as questões referentes a mulheres.

A Escola de Formação e Capacitação da Fundação CASA está elaborando um curso destinado aos gestores dos centros socioeducativos e de Divisões Regionais sobre Gestão de Pessoas. A capacitação será oferecida por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).
Serão elaborados projetos pilotos em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social e as prefeituras das cidades pertencentes às Divisões Regionais de Campinas, Norte e Sudoeste (DRMC, DRN e DRS) para o acompanhamento dos egressos da Fundação CASA.
A instituição também manterá e ampliará as parcerias com o Instituto Lehmann e o Museu Afro Brasil. Em relação a este último, foi assinado um protocolo de intenções para a continuidade das capacitações de servidores dentro do museu.
Em 2016 também terá início a parceria da Fundação CASA com o Projeto Orelhinha, que tem como objetivo proporcionar ao adolescente a realização da otoplastia com todos os custos arcados pelo parceiro. A ideia é melhorar a autoestima dos adolescentes que sofrem com esse tipo de problema.
Em relação à Corregedoria Geral da instituição, os servidores terão acesso digitalizado a todos os Processos Administrativos que foram instaurados. A ideia é agilizar os procedimentos e reduzir a utilização de papel para a impressão dos processos.
Além disso, terão continuidade todas as etapas do planejamento estratégico por meio do Plano Político Pedagógico, que acontece em todas as Divisões Regionais.

Reconhecimento
Nos últimos anos, a Fundação CASA vem sendo reconhecida pela melhora significativa no tratamento com o jovem infrator no Estado de São Paulo. O relatório "Um Olhar mais Atento às Unidades de Internação e Semiliberdade para Adolescentes", divulgado pelo Conselho Nacional do Ministério Público em junho de 2015, indicou que São Paulo é o Estado com o maior número de centros em condições salubres para o atendimento do adolescente autor de ato infracional, com 89%. Em relação à estrutura de salas de aulas e condições para ensino formal, profissionalização e prática esportiva, o documento indicou que, na região sudeste, 86,1% das unidades possuem salas equipadas, iluminadas e adequadas; 80,4% contam com espaços condizentes para a educação profissional básica; e 89,2% têm estrutura para atividades de esporte.
Em 2011, o Conselho Nacional de Justiça considerou a Fundação CASA como modelo para o País. Em documento publicado, fruto das visitas do Programa Justiça ao Jovem, o CNJ apontou grandes avanços em comparação à antiga Febem. "A constatação é de que a decisão política tomada pelo Poder Executivo do Estado de São Paulo ao extinguir a FEBEM realmente reverteu em melhoria substancial, traduzindo-se em modelo que pode inspirar mudanças positivas em outros estados da federação", afirmou o CNJ.

R$ mil

	Dotação Inicial	Empenhado	Liquidado
Despesas Correntes	**1.395.896,61**	**1.493.984,15**	**1.492.765,98**
Pessoal e Encargos Sociais	883.818,56	923.715,34	923.715,34
Juros e Encargos da Dívida			
Outras Despesas Correntes	512.078,05	570.268,81	569.050,64
Despesas de Capital	**22.007,25**	**8.277,22**	**8.277,22**
Investimentos	22.007,25	8.277,22	8.277,22

R$ mil

	Dotação Inicial	Empenhado	Liquidado
Programa 1728	**162.431,09**	**151.667,25**	**151.088,06**
Despesas correntes	140.423,84	143.390,03	142.810,84
Despesas de capital	22.007,25	8.277,22	8.277,22
Programa 1729	**1.255.472,76**	**1.350.594,11**	**1.349.955,14**
Despesas correntes	1.255.472,76	1.350.594,11	1.349.955,14
Despesas de capital			
Total	**1.417.903,86**	**1.502.261,37**	**1.501.043,21**

ITESP
Fundação Instituto de Terras José Gomes da Silva - ITESP
UO: 17047 – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo

Programa 1731 - Política Agrária e Fundiária
Tem como objetivo planejar e executar as políticas agrária e fundiária no âmbito do Estado; participar, mediante parceria, da execução das políticas agrária e fundiária, em colaboração com a União, outros Estados e municípios; Promover a regularização fundiária em terras devolutas, ou presumivelmente devolutas, nos termos da legislação vigente; Implantar e desenvolver assentamentos de trabalhadores rurais, nos termos da Lei nº 4.957, de 30 de dezembro de 1985, e legislação complementar; Prestar assistência técnica às famílias assentadas e aos remanescentes das comunidades de quilombos, assim identificados; capacitar os beneficiários da regularização fundiária, das comunidades remanescentes de quilombos e dos projetos de assentamento, na área agrícola, e de técnicos nas áreas agrária e fundiária; Identificar e propor soluções para os conflitos fundiários; Promover a identificação e a demarcação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos, para fins de regularização fundiária, bem como seu desenvolvimento socioeconômico.

Ação 5910 – Formação Capacitação de Beneficiários e Técnicos da Fundação ITESP
Produto: Pessoas Capacitadas
Previsto: 3.500 e Realizado 5.251;
Ação educativa com a demanda levantada, definição de conteúdo programáticos e metodológicos, organização e execução das atividades de formação e capacitação. Em 2015 foram capacitados 490 técnicos e 4.761 assentados e quilombolas. Os números superaram as expectativas pela grande adesão por parte dos alunos nos cursos. Essa deve-se às frutíferas ações de divulgação.

Ação 1044 – Infraestrutura Agrária
Produto: Famílias Atendidas;
Previsto: 13.750 e Realizado 10.323;
Realização de Obras, serviços de manutenção, visando propiciar as condições necessárias à habilitação, exploração econômica e em convívio social para as famílias assentadas, quilombolas e outros beneficiários da reforma agrária. O cumprimento inferior ao da Meta deve-se à restrições orçamentárias uma vez que os recursos de maior impacto são os de investimento.

Ação 4959 – Regularização Fundiária – Programa Minha Terra
Produto: Unidades Cadastradas;
Previsto: 7.000 e Realizado 6.788;
Realização de cadastros técnicos em áreas rurais e urbanas sujeitas à regularização, inclusive comunidades remanescentes de quilombos; celebração de convênios com órgãos da administração municipal, estadual, federal e entidades provadas.

Ação 4960 – Assistência Técnica e Extensão Rural Especializada
Produto: Famílias Atendidas;
Previsto: 12.229 e Realizado 12.161;
Desenvolvimento de ações de assistência técnica agropecuária e extensão rural, formação e capacitação específica para as famílias assentadas, quilombolas e outros beneficiários da reforma agrária.

Ação 4963 – Produção e Renda nos Assentamentos, Quilombos e demais Beneficiários
Produto: Famílias Atendidas;
Previsto: 6.250 e Realizado 5.186;
Distribuição de materiais, bens e serviços necessários para o aumento da produção agropecuária visando a melhoria da comercialização e da geração de renda nos projetos de assentamentos, comunidades quilombolas e outros beneficiários da reforma agrária. Os valores realizados não alcançaram a meta devido às restrições orçamentárias / financeiras postas no final do exercício.

Ação 5909 – Reconhecimento de Território Quilombolas

Produto: Quilombos Reconhecidos
Previsto: 2 e Realizado 1;
Identificação de comunidades de quilombos a partir de critérios de autoindefiticação e dados históricos-sociais, escritos e/ou orais, devendo constar os limites totais das áreas ocupadas levando em consideração os espaços de moradia, explosão econômica, social cultural e os destinados a cultos religiosos e ao lazer, garantindo-se as terras necessárias à disposição física e sociocultural. O não alcance da meta deve-se a fatores dos quais a Fundação Itesp não possui governabilidade. As análises devem, necessariamente, ter resultado favorável bem como aprovação por outras entidades além da própria Fundação Itesp. Mesmo com o parecer favorável, muitas vezes o trâmite burocrático exige mais tempo do que aquele inicialmente previsto,

Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor – Fundação PROCON/SP

Programa 1711 - Proteção e Defesa do Consumidor

O programa de Proteção e Defesa do Consumidor visa proteger e defender os consumidores nas relações de consumo através do cumprimento da legislação consumerista por parte dos fornecedores, bem como, a conscientização de consumidores e fornecedores quanto aos seus direitos e deveres, em busca do equilíbrio do mercado de consumo de forma sustentável e responsável socialmente. O público alvo são os consumidores em geral, tendo o horizonte temporal contínuo e com abrangência no Estado de São Paulo, sendo um programa setorial. A estruturação do Programa considerou a adoção de políticas públicas descentralizadas na área da educação para o consumo, tanto para consumidores como fornecedores, como forma preventiva aos problemas das relações de consumo; fiscalização do mercado; atendimento e orientações aos consumidores, bem como adoção de medidas de âmbito coletivo. Para possibilitar o desenvolvimento dessas políticas públicas e garantir a acessibilidade aos serviços e cobertura no estado é necessário ampliar e fortalecer a infraestrutura do órgão, bem como ampliar e fomentar o desenvolvimento dos Procons Municipais e implantar Núcleos Regionais da Fundação, desta forma o programa é composto pelas ações orçamentárias adiante elencadas.

Ações 2174 - Implantação do Sistema Nacional de Proteção e Defesa do Consumidor

Fortalecer a proteção e defesa do consumidor. Descrição: Implantação do programa informatizado SNDC - Sistema Nacional de Defesa do Consumidor no Estado de São Paulo. Produto: Municípios conveniados implantados no SINDEC – meta programada: 25 - Unidade de Medida: Unidade **– Meta atingida, foram implantados 25 municípios no SINDEC em 2015.**
Forma de Implementação: Através da divulgação dos benefícios da integração ao SINDEC aos Municípios e à própria Defesa do Consumidor para efetuar a adoção do Programa.
Trata da inclusão dos dados das reclamações dos Procons Municipais Conveniados no Cadastro Estadual de Reclamações Fundamentadas por meio da implantação do sistema SINDEC nos municípios, possibilitando que os dados sobre atendimentos e especialmente sobre empresas reclamadas realizados pelos órgãos municipais sejam incluídos aos dados das reclamações fundamentadas efetuados pela Fundação Procon/SP, construindo desta maneira o Cadastro Estadual de Reclamações Fundamentadas e em consequência a disponibilização dos dados a todo o país.
Destaques – Com a implantação de 25 municípios no Sindec em 2015, atingimos um total de 108 municípios integrados no referido sistema, possibilitando a melhoria na qualidade do atendimento ao consumidor realizado pelos Municípios conveniados; realizados os lançamentos do **Cadastro Estadual de Reclamações Fundamentadas e Ranking das Empresas mais Reclamadas** com 42 municípios integrantes do SINDEC e do **Ranking de Atendimentos no Estado de São Paulo**.

Ação 2175 - Regionalização da Defesa do Consumidor

Realizar a cobertura da política de proteção e defesa do consumidor no estado de São Paulo. Realização de forma descentralizada dos serviços de: educação para o consumo (consumidores

e fornecedores); aplicação de pesquisas qualitativas e quantitativas; capacitação técnica dos agentes municipais conveniados; articulação e coordenação de operações de fiscalização e acompanhamento dos convênios assinados para a defesa do consumidor, considerando as características regionais. Produto: Municípios que receberam ações das regionais - meta programada: 490 - Unidade de Medida: Unidade. **Meta cumprida e excedida foram realizadas ações de proteção e defesa do consumidor em 554 municípios do estado.** Forma de Implementação: Através da implantação de núcleos regionais nas regiões administrativas. Trata-se da ampliação da cobertura e potencialização da atuação das ações da Fundação Procon no interior do Estado através dos Núcleos Regionais, ampliando a capacidade de articulação junto aos Procons Municipais conveniados e fortalecendo o trabalho de fiscalização em relação a estabelecimentos no interior (especialmente em municípios que não possuem Procons), além de propiciar a atuação junto aos prefeitos com vistas à ampliação do número de Procons e fortalecimento dos já existentes. **Destaques -** As ações dos Núcleos Regionais de Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Bauru, Santos, Campinas, São José dos Campos, Sorocaba e Presidente Prudente, beneficiam um total de 21.442.925 de habitantes, em 606 municípios do estado de São Paulo. A **educação para o consumo** também foi realizada pelos Núcleos Regionais com 58 pesquisas, orientação a 7093 estabelecimentos comerciais e 147 palestras sobre direitos básicos do consumidor e orientação financeira, para um público total de 5.178 pessoas (consumidores, fornecedores e estudantes), em **218 municípios. Fiscalização** do mercado de consumo em **361 municípios** pelos Núcleos Regionais, totalizando 15.299 estabelecimentos fiscalizados e 4.825 autuados. As regionais prestaram ainda suporte técnico aos Procons municipais conveniados, principalmente nas atividades fiscalizatórias, bem como na utilização dos programas de atendimento Sindec e Siga. Além disso, contribuíram na capacitação dos funcionários dos Procons municipais.

Ação 4161- Municipalização da Defesa do Consumidor

Implantar a municipalização da defesa do consumidor nos municípios e fomentar, quando necessário, com recursos de infraestrutura, a implantação de Procons Municipais, permitindo desta forma acesso da população às informações sobre direitos e deveres relacionados à consumo, através dos serviços de atendimento e orientação ao consumidor, educação para o consumo, fiscalização, pesquisas, etc, com vistas ao exercício da cidadania. Celebração de convênios com municípios para instalação de unidades de atendimento ao consumidor e para a efetivação da política do sistema de defesa e proteção do consumidor. Produto: Convênios firmados - meta programada: 30 - Unidade de Medida: Unidade**. Meta cumprida e excedida foram firmados 38 convênios.**

Forma de Implementação: Contato com os Prefeitos Municipais para sensibilizá-los quanto à necessidade e importância da Municipalização da Defesa do Consumidor, celebração de convênios com municípios para instalação de unidades de atendimento ao consumidor e para a efetivação da política do sistema de defesa e proteção do consumidor no âmbito do estado de São Paulo.

Destaques – Tendo em vista que a cobertura estadual compete a Fundação a estratégia utilizada é o firmamento de convênios com Prefeituras para a implantação de órgãos de defesa do consumidor. Em 2013 foi editado o Decreto nº 58.963/13, que estabelece o **Novo Programa de Municipalização** de Defesa do Consumidor do Estado de São Paulo, que tem como objetivo fortalecer ainda mais a Política Estadual de Defesa do Consumidor e potencializar as atividades de fomento do órgão. O Novo Programa de Municipalização traz inovações: intensificação das ações de educação para o consumo para os fornecedores e consumidores; disponibilização aos municípios conveniados de mobiliário e equipamentos de informática, além de custeio de despesas para viabilizar a participação desses nos cursos de capacitação técnica da realizados na capital; previsão da aplicação integral de recursos arrecadados com as sanções administrativas na manutenção e aprimoramento dos serviços de defesa do consumidor pelos entes municipais; possibilidade de firmar convênios com Consórcios de Municípios, Ministério Público Estadual e Defensoria Pública Estadual, ampliando ainda mais os serviços de proteção e defesa do consumidor. Foram celebrados convênios com 38 municípios que a partir de então estão aptos a receber equipamentos e mobiliários para a melhoria de sua estrutura que consistem em: mesa de trabalho/cadeiras, computador, impressora e scanner, telefone/fax, mesa de reunião e cadeiras para espera. Em 2015, 21 municípios receberam estes itens, o que representa um **investimento de R$ 146.358, 59**. Foram executadas **23 ações itinerantes na capital e interior**, entre atividades de orientação e atendimento, atingindo um público estimado de 43.900 cidadãos e capacitados 50 Procons Municipais sobre “Programa de Apoio ao

Superendividado", com distribuição de 61.972 cartilhas. **Foram administrados Convênios com 272 municípios**, que somados representam **88,9% população do Estado atendida por órgãos públicos de defesa do consumidor.** Total de atendimento realizados pelos Procons Conveniados: **1.568.669** .

Ação 4964 - Administração da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor

Suporte às diversas áreas da fundação, visando, através da racionalização, otimização, disponibilização e pontualidade dos recursos, melhoria na qualidade dos serviços prestados à sociedade. Administração, coordenação, desenvolvimento e execução de ações de: suporte técnico, infraestrutura, financeiro e de recursos humanos às atividades da Fundação. Produto: Unidades administradas - meta programada: 14 - Unidade de Medida: Unidade. **Meta não cumprida** Devido à redução de custos determinada pelo Decreto 61.131/15 a implantação das regionais de Marília e Araçatuba foi adiada até a nova liberação de orçamento.

Ação 5486 - Atendimento e Orientação ao Consumidor

Finalidade: Efetivar os direitos e deveres do consumidor e fornecedores nas relações de consumo. Descrição: Intermediação da Fundação Procon, com acolhimento de consultas, denúncias, reclamações e orientações, nos casos apresentados pelos consumidores envolvendo questões de consumo, fazendo cumprir as normas consumeristas.
Produto: Consumidores atendidos – meta programada: 722.000 – Unidade de Medida: Unidade. **Foram realizados 653.194 atendimentos a consumidores, atingindo 90,5% da meta programada.**
Forma de Implementação: Através de Postos de Atendimentos instalados para acolhimento de consultas e reclamações sejam por atendimento pessoal (postos Poupatempo Sé, Santo Amaro e Itaquera e os Centros de Integração da Cidadania) seja por canais de atendimento à distância (telefônico, por carta, e-mail ou atendimento web).
Fatores importantes impediram o atingimento total da meta, tais como: a) problemas sistêmicos nos canais de recepção de demandas do Atendimento à Distância e Presencial (Sindec e internet); b) maior ausência de colaboradores devido a período de recesso de estagiários que contribuem especialmente nos canais de Atendimento à Distância; c) implantação parcial da nova plataforma de atendimento WEB; e) interrupção do atendimento nos postos Poupatempo em virtude da convocação de Assembleia Geral dos Funcionários do Procon e devido à paralisação de funcionários; f) não contração dos novos funcionários.

Evolução da Quantidade de Atendimentos					
	2011	2012	2013	2014	**2015**
Média Mensal	60.602	50.218	51.539	48.363	**54.433**
Total Anual	727.229	602.611	618.463	580.350	**653.194**

Os principais assuntos e os problemas atrelados que motivaram consultas e reclamações dos consumidores foram:
44.996 registros – Telefonia Fixa – Cobrança indevida/abusiva, Serviço não fornecido (entrega/instalação/não cumprimento da oferta/contrato) e Vicio de qualidade (mal executado, inadequado, impróprio); **35.492 registros – Telefonia Celular** – Cobrança indevida/abusiva, Vicio de qualidade (mal executado, inadequado, impróprio) e Serviço não fornecido (entrega/instalação/não cumprimento da oferta/contrato); **21.983 registros – Cartão de Crédito** – Cobrança indevida, Contrato (não cumprimento, alteração, transferência, irregularidade, rescisão, etc.) e Lançamento Não Reconhecido na Fatura; **21.198 registros – Telefone –** Produto com vício, Não entrega/demora na entrega do produto e Garantia (Abrangência, cobertura, etc.); **20.134 registros – Banco Comercial –** Cobrança indevida, Contrato (não cumprimento, alteração, transferência, irregularidade, rescisão, etc.) e Falha bancaria em transações eletrônicas (transferências indevidas, saques indevidos).

Desempenho das Atividades nos Postos de Atendimentos Pessoais – Poupatempo

Índice médio de Solução de Conflitos	91,3%, melhora de 0,88% em relação a 2014
Tempo médio de atendimento	00:17:46, melhora de 2% em relação a 2014
Tempo médio de tramitação dos problemas de consumo	12,7 dias, aumento de 4,96% em relação a 2014
Tempo médio de tramitação de reclamações nas áreas técnicas	81,7 dias, aumento de 10,3 dias (14,43%) em relação a 2014

	2011	2012	2013	2014	2015
Atendimento	00:19:45	00:16:27	00:15:09	00:18:05	**00:17:46**
Espera	00:15:00	00:19:02	00:15:10	00:11:19	**00:08:37**

Desempenho nos CICs – Centro Integrado de Ações da Cidadania

	2011	2012	2013	2014	2015
Atendimentos	7.621	7.813	7.155	6.395	6.997

Destaques – As principais intervenções realizadas, visando o melhor desempenho e efetividade do serviço prestado em 2015 foram:
Ranking online: Monitoramento do ranking online com as 50 empresas/grupos mais demandados pelos consumidores e seus índices de solução, disponibilizado pela Fundação, em seu site, em tempo real, desde 15/03/2012.
Lista Evite esses Sites: A lista, lançada em julho 2011, chegou em 2015 a **504 sites**, com continuidade do monitoramento e comunicação das irregularidades a órgãos externos.
Redução no tempo de tramitação das reclamações: Média em 2015 de **81,7 dias**, representando uma diminuição em relação a média de 138,1 dias registrada em 2011 e que – desde 2012 – mantém-se abaixo do limite legal de 120 dias.
CIP Eletrônica: Incremento da ferramenta CIP Eletrônica, que proporciona celeridade, diminuição de custos, gerenciamento por parte do fornecedor de suas demandas, com habilitação de um total de **280 empresas** até dezembro de 2015, o equivalente a cerca de **75%** das CIPs (Carta de Informação Preliminar) emitidas no período.
Elaboração e divulgação de rankings setoriais: Foi elaborado ranking setorial para divulgação na imprensa, referente a produtos mais reclamados.
Reuniões com empresas: Foram realizadas **48** reuniões com os fornecedores mais demandados dos mais variados segmentos para ajustes de procedimentos, aumento nos percentuais de solução e diminuição das demandas.
Ampliação de atendimento diferenciado de demandas pela internet por selos: Através de selos no site da Fundação Procon SP, buscou-se facilitar o registro de demandas pontuais e de grande potencial ofensivo para os consumidores como os casos envolvendo a Unimed Paulistana, Black Friday, Apagão e Bloqueio Internet.
Atendimento nas redes sociais: Foram feitos – em 2015, 12.019 atendimentos pelas redes sociais (Facebook e Twitter).
Ampliação dos temas atendidos pela plataforma WEB: Em 2015 o atendimento à distância ampliou os temas para os quais o consumidor pode registrar reclamações: Telecomunicações, Produtos, Saúde, Educação, Transporte, Turismo/Viagens e Serviços.
Agendamento por Telefone de Atendimento Presencial: A partir de setembro de 2014, iniciou-se o agendamento do atendimento presencial, via telefone 151. O procedimento foi intensificado em 2015, ano em que foram realizados 14.656 agendamentos.
Plataforma consumidor.gov.br: Gestão da plataforma disponibilizada a partir de junho de 2014,

pela SENACON – Secretaria Nacional do Consumidor, para a Fundação Procon SP, abrangendo consumidores domiciliados em todo o estado de São Paulo. O sistema permite interação direta, por internet, entre os consumidores e grandes fornecedores que aderem às condições de uso. Em 2015, 41.356 consumidores paulistas registraram suas demandas por este canal. A Fundação Procon SP também analisa pedidos de recusa e cancelamento das reclamações, por parte das empresas, considerando as regras de uso da plataforma. Em 2015, foram 4.392 interações deste tipo.

Aumento do atendimento presencial e à distância: Houve aumento na quantidade de atendimentos em comparação a 2014 na ordem de **12,6%**, sendo que o atendimento à distância cresceu quase 18%, chegando a representar 70% dos atendimentos realizados em 2015.

Ação 5488 - Fiscalização do mercado de consumo

Visa a orientação, prevenção, inibição, coibição e repressão aos abusos praticados no mercado de consumo. Fiscalização do cumprimento da legislação de defesa do consumidor no estado de São Paulo e aplicação das respectivas sanções.

Produto: Atos fiscalizatórios - meta programada: 27.150 - Unidade de Medida: Unidade.

Forma de Implementação: Através de ações de Fiscalização externa e interna, do mercado **Meta cumprida e excedida foram efetuados 32.144 Atos Fiscalizatórios** de consumo no estado de São Paulo.

Destaques - Dos **32.144** atos fiscalizatórios realizados, **9.448** referem-se às **Campanhas contra o álcool para menores e o fumo,** com **322 autos de infração lavrados da Campanha.**

Dos atos fiscalizatórios apontados anteriormente (32.144), resultaram **8.650 autos de infração lavrados.**

Sobre a fiscalização de combustíveis, foram realizadas ações em conjunto com a ANP (Agência Nacional de Petróleo e Biocombustíveis) na Capital e nas cidades de Diadema, Ribeirão Preto, Campinas e Rio Claro, no total de 63 postos de combustíveis. Este número está incluso nos 925 atos fiscalizatórios realizados pela equipe de combustíveis com 416 autos de infração lavrados em face das irregularidades ao CDC, bem como efetuadas duas interdições.

Realizadas pela equipe de análise, 357 averiguações em razão da Operação Black Friday 2015, com autos a lavrar.

Indicador	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015 *****
Averiguações Preliminares	24307	34816	24869	27913	32144
Constatação	3124	3394	3713	4902	7150
Apreensão	1109	1283	1122	1398	557
Notificação	1037	935	821	758	526
Infração – Capital e Procons Conveniados *	2920	2893	3327	2576	3488
Infração – Regionais	1481	1694	2318	3942	5162
Visitas Fiscalizatórias	21558	32603	21839	25241	27888
Total	**	**	**	**	**

Obs: (*) Equipes da capital e Procon conveniados
(**) Não efetuar somatória do instrumento fiscalizatório, em razão de fazerem parte das Averiguações Preliminares.
(***) A partir de 2015 no indicador "Infração" (Capital, Procons Conveniados, Regionais), somam-se autos de infração lavrados em razão da Campanha Contra o Álcool para Menores e o Fumo.

Foram mantidas as operações anualmente realizadas com foco no comércio varejista: Material Escolar/Volta às Aulas (78 fiscalizações e 30 autuações), Transportes – Carnaval (43 fiscalizações e 05 autuações), Dia das Mães (314 fiscalizações e 124 autuações), Páscoa (182 fiscalizações e 62 autuações), Festa Junina (40 fiscalizações e 13 autuações), Dia dos Pais (330 fiscalizações e 103 autuações) e Dia das Crianças (229 fiscalizações e 65 autuações), Natal (412 fiscalizações e 47 autuações), Transportes – Natal e Ano Novo (100 fiscalizações, autos a lavrar).

Ainda, foram realizadas operações em óticas e açougues, monitoramento de preços dos extintores ABC e verificação do cumprimento do Protocolo de Intenções firmado entre a Fundação Procon/SP e APAS acerca da distribuição e comercialização de sacolas plásticas na Capital.

Diligências Especiais – Foram realizadas 04 diligências especiais, por solicitações de membros do Ministério Público do Estado de São Paulo, para verificação de venda de produtos e também cumprimento das Leis Estaduais nºs 13.541/09 e 14.592/11. Soma-se a isto diligências realizadas para apuração de denúncias recebidas por entidades e associações, como Proteste e ACT, em que a Fundação Procon verificou a existência de alvarás e laudos de vistoria e manutenção de brinquedos em estabelecimentos de lazer para crianças e também questões relacionadas a publicidade de fumígenos.
Ação de destaque: dentre as ações permanentes no mercado de consumo, durante o ano de 2015 equipes de fiscalização da Fundação Procon/SP realizaram mega–operações em 25 shoppings centers da capital e região metropolitana e também em ruas de grande comércio, por exemplo a rua Paula Souza e entorno.
Realizadas também fiscalizações no Mercado Municipal – Cantareira, resultando em 140 fiscalizações e autos a lavrar.
No tocante ao monitoramento dos procedimentos de *recall*, foram trabalhadas 133 averiguações que após notificações e análise, resultaram em 130 campanhas de recall, todas incluídas no banco de dados mantido pela Fundação Procon/SP. Foram oferecidos, ainda, 03 cursos de capacitação em fiscalização, 02 de formação e 01 de atualização dos Agentes Fiscais. No apoio à fiscalização no interior do Estado, foram realizados 754 atendimentos telefônicos e 3921 atendimentos por e-mail.

Ação 5489 - Pesquisas de produtos e serviços no mercado de consumo

Produto: pesquisas realizadas. Dar parâmetros para decisão dos consumidores, sobre preços, juros, taxas, tarifas praticados para produtos e serviços, bem como acompanhamento do mercado de consumo. Levantamento e monitoramento de preços, juros, taxas, tarifas de produtos e/ou serviços e estudos sobre comportamento no mercado de consumo, com vistas à educação do consumidor, proporcionando informações para a decisão da compra e ou contratação. Produto: pesquisas realizadas - meta programada: 340 - Unidade de Medida: Unidade. **Meta cumprida e excedida foram realizadas 384 Pesquisas**.
Forma de Implementação: Através de levantamentos efetuados no mercado de consumo, envolvendo pesquisas comparativas de preços, tarifas e taxas.
Destaques - Inserção do novo levantamento com comparativo de preços de produtos de Higiene para Bebê com orientações ao consumidor; em 2015, devido ao momento atual da economia, as pesquisas mensais e o comparativo anual de taxas de juros bancários tiveram grandes destaques na mídia em geral. Foram realizadas 384 Pesquisas, sendo: 14 bancárias - taxas de juros e tarifas; 309 comparativas de preço de produtos da cesta básica (diárias, semanais, mensais e anual); 61 outras comparativas de Material Escolar[1], Páscoa[1], Medicamentos[1], produtos para o Dia das Mães, produtos para o Dia dos Pais, produtos de Higiene para Bebê, Brinquedos[1], Eletrodomésticos, Ceia de Natal[1] e estudo sobre viabilidade de aplicação de pesquisa de preço em estacionamentos. ([1]pesquisas também aplicadas pelas Regionais).

Ação 5876 - Capacitação técnica e administrativa de recursos humanos

Em 2015 foram capacitados 215 servidores. Ficamos um pouco abaixo da meta definida, alguns fatores contribuíram para isso, como a determinação de redução de custos, mudança de Diretoria e consequente alteração de metas e diretrizes.

Ação 6045 - Educação para o consumo

Sensibilizar, orientar e informar cidadãos, capacitar professores e educadores para serem multiplicadores, sobre educação para o consumo, envolvendo os direitos e deveres dos consumidores visando à prevenção de conflitos e construção de relações harmônicas de consumo, com consequente promoção da cidadania, do consumo consciente e de ações que privilegiem a responsabilidade social. Visa formar cidadãos e fornecedores conscientes em relação aos seus direitos e deveres frente ao mercado de consumo. Sensibilização para a importância da educação para o consumo por meio de atividades desenvolvidas em escolas diretamente para os alunos; capacitação de professores como multiplicadores; aplicação de jogos e demais atividades lúdicas e artísticas de caráter educativo sobre o tema educação para o consumo; promoção de palestras; desenvolvimento de atividades em associações, empresas e demais espaços de convívio social. No atual Plano Plurianual esta ação foi a transformada em ação orçamentária. Produto: ações educativas realizadas - meta programada: 230 - Unidade de Medida: Unidade. **Meta cumprida e excedida foram realizadas 608 ações educativas**, que contaram com a contribuição das ações educativas realizadas pelos núcleos regionais e de

Superendividamento com a ampliação da abrangência das ações realizadas para todo Estado de São Paulo, ampliação do número de pessoas atingidas, refinamento do gerenciamento das ações educativas da Fundação, passando a considerar ações para públicos específicos como comerciantes e superendividados.
Forma de Implementação: Através do preparo, aplicação e divulgação dos temas sobre defesa do consumidor, para os consumidores, escolas, professores e educadores, buscando também a inserção desses temas em associações, empresas e demais espaços de convívio social.
Destaques - A partir de maio de 2015, em relação às atividades dirigidas ao público idoso, destacamos a substituição da palestra sobre "Direitos do Consumidor Idoso" pela **Oficina "Consumo e o Idoso"**, instrumento considerado mais adequado para o melhor aproveitamento do perfil desse público. Neste curto período de atuação, observamos um incremento no número de participantes (de 591 idosos em 2014 para **775 em 2015**), com maior interesse de entidades que atuam com esse público.
Foram **produzidas 13 publicações**, com destaque para o lançamento da cartilha ""PASSAGEM GRATUITA PARA IDOSOS" em parceria com Agência de Transporte do estado de São Paulo – ARTESP. Produzido texto para folheto enviado para empresas, referente à Portaria nº 45 do Procon – Processo Sancionatório. Publicações no site atualizadas das seguintes cartilhas - Ovos de Páscoa, Telemarketing, Procon em sua Cidade, Direitos do Consumidor Idoso, Brinquedos, Crédito Dicas e Orientações, 13º salário, Transporte Escolar, Empréstimo e Cartão Consignado e, Supermercado: Como fazer uma boa compra (duas revisões). Há ainda 5 publicações finalizadas (novas e atualizadas) aguardando impressão/publicação e 2 revisões aguardando projeto gráfico.

Ação 2433 - Ampliação e Modernização de Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação

Melhoria da performance dos serviços através do uso da Tecnologia da informação e Comunicação. Ampliação e Modernização de Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação - (TIC) (equipamentos, software e redes) e desenvolvimentos de sistemas aplicativos necessários a modernização das unidades da Fundação Procon como suporte para atividades técnicas realizadas. **Produto**: Recursos de TIC adequados **Meta Programada**: 1.168 **Meta Realizada:** 992 **Motivo:** Não tivemos tempo hábil para finalização da aquisição de 150 computadores para função.

Realizações em 2015 pelo departamento os seguintes projetos e atividades:

Manutenção nos Sistemas

- Gedoc;
- Falcon;
- Atendweb;
- Fumo/Álcool;
- Atendimento Eletrônico;
- Bloqueio Telemarketing;
- Cálculo de Multa;
- Agendamento Presencial;
- Intranet;
- Phl (Biblioteca);
- Atualização da Estrutura Visual do Site Instituicional;

Desenvolvimento dos Sistemas

- Cadastro de Fornecedores;
- Cadastro de Procon Municipais;
- Reclamações Fundamentadas (2014)
- Avaliação de Desempenho 2015;
- Procons Conveniados DRI;

Projeto Terceirizados (Iniciados)

- Módulo de Protocolo
- Módulo de Fiscalização (E-Auto)
- Sistema de Rh
- Módulo de Atendimento

Formulários de Acesso ao Consumidor

- Black Friday:
- Unimed:
- Endividamento:
- Eleição da Cipa 2015;
- Bloqueio de Internet Móvel

Suporte

- Suporte Telefônico aos Procon's Municipais Quanto ao Sistema Siga;
- Suporte aos Usuários de Computadores da Fundação;
- Suporte Relacionado a Infraestrutura Física, Redes de Computadores, e Apoio aos Eventos Específicos, Cursos e Palestras;
- Suporte aos Poupatempos;
- Participação na Manutenção e Configuração do Servidor Sindec no Datacenter da Prodesp;

Infra-Estrutura

- Instalação de Contingência Referente ao Link de Internet e Aumento da Banda do Link Principal;
- Contratação de Outsourcing de Impressão;
- Compras de Nobreaks para os Switches que Mantém a Rede;
- Aquisição de Projetores para as Salas de Reunião;
- Regularização de Licença de Softwares;
- Controle de Acesso a Rede Wifi;
- Manutenção a Computadores e Impressoras;
- Compra de Softwares para Departamentos;
- Reformulação da sala de Datacenter;
- Atualizaçâo de Servidores;
- Alteração da Arquitetura de Rede, Switches, Cabeamento;

Considerações Gerais sobre os destaques da atuação da Fundação Procon/SP – Esses itens oneram à ação 4964.

Melhoria na qualidade dos serviços prestados - Fruto de forte atuação conjunta com a Diretoria Executiva e demais Diretorias para a solução dos problemas apresentados nas denúncias e reclamações. O registro de reclamações anual está em queda desde 2012, no último ano a redução foi de **21,4% (2014 – 956 / 2015 – 751)**, já em consideração aos registros de elogios, ocorre o inverso, os números estão em ascensão desde 2012, no último ano o aumento foi de **7,5% (2014 – 659 / 2015 – 708)**. As alterações na página do órgão na internet, a modernização do Site e à ampliação da plataforma Web especificamente no link da Ouvidoria, gerou uma melhora no acesso aos canais de atendimento por parte dos usuários ao registro de reclamação de consumo.
No ano de 2015 foram registrados 743 – Reclamações, 707 – Elogios e o Índice de reclamações – 18,15%.

Tratamento do Superendividamento - No Programa de Apoio ao Superendividado, foram **atendidos e entrevistados 927 consumidores**; realizadas 39 palestras, para um público de 719 consumidores, foram ainda realizadas 251 audiências, totalizando **1.897 atendimentos**.

Análise de proposições legislativas - Foram analisadas **109** proposições legislativas apresentadas no Estado de São Paulo. A Fundação Procon participou, ainda, de **18** processos regulatórios das Agências Federais e Estaduais (Consultas e Audiências Públicas) e ainda foram realizadas 59 análises de expedientes relacionados a assuntos regulados.

Controle e Processos – Produziram-se os seguintes dados: emissão de 2.019 certidões; efetuadas 185 pesquisas no banco de dados para entes da Administração; 12.365 atendimentos pessoais, **33.115 processos administrativos oriundos da Diretoria de Atendimento (reclamações) publicados e arquivados**; 8.378 autuações e cadastro de processos sancionatórios; **2.759 processos sancionatórios inscritos na Dívida Ativa do Estado**; 37.066

títulos de multa e emolumentos (boletos bancários) emitidos; **2.188 processos sancionatórios recebidos integralmente; 28.422 processos publicados**; 16.315 intimações expedidas.

Comunicação Social - no período foram realizados: **306 releases** com sugestões de pauta e divulgação para a imprensa, abordando temas como pesquisas, palestras, cursos, eventos, resultados de fiscalização, avisos de recall, dentre outras atividades; elaboradas notas exclusivas para colunas sociais, de política e de economia; **concedidas 1.571 entrevistas** sobre matérias de defesa do consumidor, distribuídas da seguinte forma: 520 para jornal, 464 para TVs, 273 para rádios, 75 para revistas e 239 para agências e sites. Foram ainda **clipadas 6.984 matérias**, sendo 726 em jornal, 171 em TV, 83 por rádio, 10 por revista e 5.994 por agências/sites. Além desses apontamentos foram realizadas: a administração, postagens e respostas a consumidores nas redes sociais, Facebook e Twitter, e no blog "Educação para o consumo" tendo somente no exercício os seguintes dados: **novos seguidores no Twitter: 9.991; novos fans no Facebook: 41.324; visualizações no Facebook: 8.483.149; visualizações no Twitter: 1.773.200; e acessos ao blog: 666.846.**

Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso - Finalizado o levantamento do acervo de documentação a ser recolhida ao SAESP - Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo. Foram ainda aprovados, para eliminação, em razão do cumprimento do prazo de guarda de documentos, **2.761 caixas de arquivo** com diversos documentos, o que corresponde a aproximadamente **8 toneladas de papel**.

Planejamento e Gestão Estratégica – Grupo Técnico de Apoio ao Comitê de Planejamento e Gestão Estratégica que teve como destaques no ano de 2015: acompanhamento das metas do Plano Plurianual 2012 – 2015 e elaboração do novo PPA 2016 – 2019.

SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

Secretaria de Logística e Transportes

Execução orçamentária por Grupo de Despesas

16000 - Secretaria de Logística e Transportes

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**1.422.708.190,00**	**1.191.370.265,15**	**869.094,60**	**1.192.239.359,75**	**1.247.838.637,43**
Pessoal e Encargos Sociais	370.411.060,00	287.017.680,30	0,00	287.017.680,30	288.288.312,23
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.052.297.130,00	904.352.584,85	869.094,60	905.221.679,45	959.550.325,20
Despesas de Capital	**5.745.634.148,00**	**2.619.493.865,60**	**286.906.612,52**	**2.906.400.478,12**	**3.303.274.939,28**
Investimentos	5.645.634.148,00	2.551.750.836,60	279.649.641,52	2.831.400.478,12	3.213.321.060,28
Inversões Financeiras	100.000.000,00	67.743.029,00	7.256.971,00	75.000.000,00	89.953.879,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**7.168.342.338,00**	**3.810.864.130,75**	**287.775.707,12**	**4.098.639.837,87**	**4.551.113.576,71**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

16000 - Secretaria de Logística e Transportes

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0001 - Participacao Societária	**100.000.000,00**	**67.743.029,00**	**7.256.971,00**	**75.000.000,00**	**89.953.879,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	100.000.000,00	67.743.029,00	7.256.971,00	75.000.000,00	89.953.879,00
0100 - Apoio Administrativo	**420.574.194,00**	**349.689.961,54**	**195.019,74**	**349.884.981,28**	**353.656.185,81**
Despesas Correntes	419.223.194,00	348.898.490,19	183.738,79	349.082.228,98	352.935.604,98
Despesas de Capital	1.351.000,00	791.471,35	11.280,95	802.752,30	720.580,83
0102 - Obrigações Previdenciárias em Complementação	**18.160.478,00**	**19.027.956,31**	**0,00**	**19.027.956,31**	**18.986.948,87**
Despesas Correntes	18.160.478,00	19.027.956,31	0,00	19.027.956,31	18.986.948,87
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1601 - Planejamento de Logística e Transportes	**42.924.153,00**	**39.052.464,10**	**28.539,75**	**39.081.003,85**	**39.042.301,23**
Despesas Correntes	42.924.153,00	39.052.464,10	28.539,75	39.081.003,85	39.042.301,23
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1602 - Gestão da Logística Hidroviaria	**263.988.398,00**	**70.292.006,58**	**30.320.285,39**	**100.612.291,97**	**115.885.723,82**
Despesas Correntes	14.599.398,00	12.096.153,61	119.125,59	12.215.279,20	13.411.328,20
Despesas de Capital	249.389.000,00	58.195.852,97	30.201.159,80	88.397.012,77	102.474.395,62
1603 - Regulação e Fiscalização dos Serviços de Transportes	**217.097.110,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**34.331.001,48**
Despesas Correntes	167.097.110,00	0,00	0,00	0,00	32.472.103,93
Despesas de Capital	50.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.858.897,55

1605 - Gestão, Operação e Segurança de Rodovias	**649.493.398,00**	**682.884.774,05**	**434.926,40**	**683.319.700,45**	**697.890.283,85**
Despesas Correntes	649.373.398,00	682.884.774,05	434.926,40	683.319.700,45	697.890.283,85
Despesas de Capital	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1606 - Ampliação, Recuperação e Modernização da Malha Rodoviária	**3.153.878.080,00**	**1.655.405.591,83**	**208.239.547,00**	**1.863.645.138,83**	**2.118.079.453,70**
Despesas Correntes	40.956.707,00	9.767.817,12	0,00	9.767.817,12	13.606.228,96
Despesas de Capital	3.112.921.373,00	1.645.637.774,71	208.239.547,00	1.853.877.321,71	2.104.473.224,74
1607 - Modernização da Infraestrutura Aeroportuária	**95.373.822,00**	**100.228.115,18**	**6.009.667,84**	**106.237.783,02**	**116.528.561,98**
Despesas Correntes	70.373.752,00	79.642.609,77	102.764,07	79.745.373,84	79.493.837,41
Despesas de Capital	25.000.070,00	20.585.505,41	5.906.903,77	26.492.409,18	37.034.724,57
1611 - Transposição Rodo-ferroviária da RMSP	**2.206.852.705,00**	**826.540.232,16**	**35.290.750,00**	**861.830.982,16**	**966.759.236,97**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	2.206.852.705,00	826.540.232,16	35.290.750,00	861.830.982,16	966.759.236,97
Despesa Total	**7.168.342.338,00**	**3.810.864.130,75**	**287.775.707,12**	**4.098.639.837,87**	**4.551.113.576,71**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Programa 1601 – Planejamento de Logística e Transportes

Desenvolver estudos que permitam o aumento da competitividade através de integração modal e aspectos correlatos como armazenamento, tecnologia da informação e treinamento visando gerar subsídios qualificando a gestão da Secretaria, e suas unidades melhorando a efetividade da prestação dos serviços e atender aos anseios e às expectativas da sociedade.

Ação 6092 - Gestão Administrativa

Desenvolve atividades de suporte administrativo, como aquisição de materiais de consumo, passagens aéreas, despesas com locomoção, bem como contratações de empresas de serviços de locação de veículos, copeiragem, moto frete, informática, manutenção do Helicóptero e demais serviços que dão suporte para o pleno andamento dos trabalhos desenvolvidos nesta Pasta.

A dotação do programa 1601 é composto por: R$ 18.139.135,00 referente a despesas com pessoal, R$ 27.980.606,00 referente a despesas com PASEP e R$ 12.589.351,00 para as demais despesas do Gabinete.

Com relação às despesas do Gabinete a liquidação foi de R$ 9.244.595,06, o que representa uma execução de 73,43%.

Programa 1602 – Gestão da Logística Hidroviária

Aumentar a velocidade média de tráfego; a capacidade de transporte por ciclo de viagem e a segurança da navegação. Proporcionar maior equilíbrio à matriz de transportes com menores custos econômicos, sociais e ambientais. Incentivar as exportações e facilitar a movimentação de cargas no sistema portuário paulista.

Ação 1291 - Implantação de Melhorias na Malha Hidroviária

Concluídos até 2015

Projeto do Novo Canal de Restituição da Eclusa de Bariri

Objeto: Projeto executivo e estudos ambientais da adequação do Canal de Restituição (descarga) da Eclusa de Bariri.

Localização: Bariri e Boracéia

Valor: R$ 1,3 milhão

Conclusão do Projeto: julho/2015

Projeto do Canal a Jusante de Nova Avanhandava
Objeto: Projeto Executivo e Estudos Ambientais das obras de ampliação do Canal de navegação a jusante da Eclusa de Nova Avanhandava.
Localização: Brejo Alegre, Birigui e Buritama (SP)
Conclusão do Projeto: agosto/2015
Valor: R$ 3,8 milhões
Obtenção da LP: 16/09/2014.
Obtenção da LI na CETESB prevista para 18/12/2015.

Obra da Ponte BR 153 – Reforço da proteção dos pilares do vão de navegação
Objeto: Reforço da proteção em gabião dos pilares da ponte BR 153.
Localização: reservatório de Promissão – município de Promissão
Valor: R$ 11,0 milhões
Obra concluída em março/2015.

Em andamento:
Projeto dos Canais de Botucatu (km 45 ao 72) e Conchas (km 89 ao 110)
Objeto: Projeto Executivo e Estudos Ambientais dos Canais de navegação de Botucatu e Conchas.
Localização: Botucatu e Conchas – Municípios: Botucatu, Conchas, Anhembi e Piracicaba
Valor: R$ 3 milhões
Previsão de Conclusão: junho/2016.

Projeto dos Atracadouros de Espera junto às Eclusas de Barra Bonita, Ibitinga, Promissão e Nova Avanhandava, Amortecedor de Ondas a montante e Dique a jusante da Eclusa de Promissão
Objeto: Contratação de empresa de consultoria especializada para elaboração de estudos preliminares, projetos executivos e estudos ambientais dos Atracadouros de Espera junto às eclusas de Barra Bonita, Ibitinga, Promissão e Nova Avanhandava, Amortecedor de Ondas a montante e Dique a jusante da Eclusa de Promissão.
Localização: Barra Bonita, Igaraçu do Tietê, Ibitinga, Promissão e Buritama.
Valor de R$ 7,9 milhões
Previsão de Conclusão: junho/2016.

Projeto dos Terminais
Objeto: Contratação de empresa de engenharia especializada para elaboração de estudos locacionais, projetos básicos, projetos executivos, estudos ambientais, estudos de mercado e de modelos de exploração para os terminais de Ártemis, Salto, Araçatuba e Rubinéia, e estudos de alternativas de traçado e de viabilidade econômico-financeira das interligações dos terminais de Ártemis e Salto aos troncos ferroviários existentes.
Localização: Municípios: Araçatuba, Piracicaba, Rubinéia e Salto
Valor de R$ 11 milhões
Previsão de Conclusão: fevereiro/2017.

Obra na Ponte Ferroviária Ayrosa Galvão - Ampliação do vão de navegação
Objeto: Ampliação do vão de navegação, com remoção de pilares, substituição dos tabuleiros de concreto da ponte por estrutura metálica e implantação de dolfins de gravidade para proteção dos pilares.
Localização: Reservatório de Bariri – montante da Ponte da SP 225 - Município de Pederneiras
Valor: R$ 54 milhões
Previsão de Conclusão: junho/2016.

Obra do Atracadouro de Espera da Eclusa de Bariri
Objeto: Contratação de empresa de engenharia para execução da obra de implantação do Atracadouro de Espera da Eclusa de Bariri.
Localização: Municípios: Bariri e Boracéia
Valor: R$ 43 milhões
Previsão de Conclusão: setembro/2016.

Obra do Centro de Controle Operacional - 2ª etapa de implantação
Objeto: Implantação da 2ª Etapa do Centro de Controle Operacional do Departamento Hidroviário (CCO/DH), que se constitui no desenvolvimento de projeto, fornecimento e instalação de equipamentos, desenvolvimento de software, manutenção assistida e treinamento de pessoal.
Localização: DH Sede, em São Paulo. Eclusas de Barra Bonita, Bariri, Ibitinga, Promissão e Nova Avanhandava. Pontes das rodovias SP 191, SP 225, SP 333, SP 425, SP 463 – rio Tietê, e SP 595 – rio São José dos Dourados – Vários municípios.
Valor: R$ 5 milhões
Previsão de Conclusão: junho/2016.
Em andamento a etapa de operação assistida do sistema de monitoramento e implantação do sistema AIS, com instalação de postes e antenas.

Obra na Ponte SP 425 – Proteção dos pilares do vão de navegação
Objeto: Proteção dos pilares do vão de navegação ampliado.
Localização: Reservatório de Nova Avanhandava - Municípios: Barbosa e José Bonifácio
Valor: R$ 10,3 milhões
Previsão de Conclusão: 2016.
Contratação paralisada dependendo das obras de ampliação do vão pelo DER.

Obra na Ponte SP 333 – Proteção dos pilares do vão de navegação
Objeto: Proteção dos pilares do vão de navegação ampliado.
Localização: Reservatório de Promissão - Municípios: Pongaí e Novo Horizonte
Valor: R$ 10 milhões
A complementação da obra de proteção dos pilares do vão de navegação será contratada em 3 fases, a saber: a) Transporte dos flutuantes; b) Lançamento das poitas; c) Complementação das Proteções.
As publicações dos editais para “Transporte dos flutuantes” e “Lançamento das poitas” estão previstas para fevereiro/2016.

Obra no Canal de Anhembi (km 72 ao 89) – Obra de dragagem de manutenção
Objeto: Execução de dragagem de manutenção entre os Km 74 e 89 da rota de navegação no rio Tietê do reservatório de Barra Bonita, para permitir a operação durante todo o ano sem restrição de calado.
Localização: Reservatório de Barra Bonita - Município: Anhembi
Valor: R$ 43 milhões
Serão preparados 2 (dois) editais para contratação da complementação da obra, que será dividida em 2 (duas) fases:
- 1ª fase - licitação englobando os trechos 3, 4 e 5 e
- 2ª fase - licitação englobando os trechos 1 e 2, com disposição do material escavado em novo bota-fora a ser definido.
Para a 1ª fase, a elaboração do edital para contratação da obra está em fase final. Previsão de publicação: fevereiro/2016.
Para a 2ª fase, foi elaborado Termo de Referência para licitação do projeto. Previsão de publicação: fevereiro/2016.

Obra Eclusa da Penha
Objeto: Execução das obras civis e eletromecânicas da Eclusa da Penha, na Região Metropolitana de São Paulo.
Localização: Barragem da Penha (São Paulo - SP)
Valor: R$ 120 milhões
Previsão de Conclusão: julho/2017.

Gerenciamento de Projetos e Supervisão de Obras
Valor: R$ 54,8 milhões

A licitar/ em licitação:
Obra no Canal Jusante de Nova Avanhandava
Objeto: Contratação de empresa de engenharia para a execução da obra de ampliação do Canal de Navegação a jusante da Eclusa de Nova Avanhandava.
Localização: Municípios de Brejo Alegre, Birigui e Buritama.

Valor: R$ 287 milhões
Os projetos e demais documentos para publicação do edital estão em fase de conclusão.
Previsão de publicação: 1º trimestre de 2016.

Obra na Ponte SP 595 - Proteção dos pilares do vão de navegação
Objeto: Execução da nova proteção em enrocamento dos pilares laterais do vão de navegação ampliado para operação com comboio pleno.
Localização: Reservatório de Jupiá – Municípios: Itapura, Andradina e Castilho
Valor: R$ 7 milhões
Edital DH-109/2015 publicado em 04/09/2015 e abertura das propostas em 11/11/2015. Em fase de recurso.

Obra no Canal Montante da Eclusa Ibitinga - Melhoria da rota de navegação
Objeto: Contratação de empresa de engenharia para execução da obra de implantação do canal de montante da eclusa de Ibitinga.
Localização: Reservatório de Ibitinga – Município: Ibitinga
Valor: R$ 7 milhões
O orçamento será revisto e preparado novo edital para licitação da obra.

Obra de Ampliação do vão de navegação Ponte Jacaré
Objeto: Contratação de empresa de engenharia para a ampliação do vão de navegação da Ponte Jacaré.
Localização: Araçatuba (SP) – Santo Antônio de Aracanguá (SP)
Valor: R$ 0,5 milhão
O orçamento será revisto e preparado novo edital para licitação da obra.

Ponte SP 563 – Reforma da Proteção;
Objeto: Contratação de empresa de engenharia para Reforma da proteção de ponte
Localização: Itapura (SP)
Valor: R$ 4 milhões
O orçamento está sendo preparado para licitação da obra.

Ação 2157 - Implantação de Novos Trechos Hidroviários

Concluídos:

Projeto do Aproveitamento Múltiplo Santa Maria da Serra – Consolidação dos estudos existentes e elaboração do projeto executivo
Objeto: Consolidação dos estudos existentes (projeto básico e estudos ambientais), estudos de viabilidade, modelo de implantação e projeto executivo.
Localização: Reservatório de Barra Bonita – rio Piracicaba, Santa Maria da Serra
Valor de R$ 21,7 milhões
Conclusão do Projeto: 30/06/2015.

Em andamento:

Projeto do Aproveitamento Múltiplo Anhembi
Objeto: Contratação de empresa de engenharia especializada para elaboração de projeto básico, avaliação econômico-financeira e modelo de implantação do empreendimento, projeto executivo e estudos ambientais para o Aproveitamento Múltiplo Anhembi.
Localização: rio Tietê, a montante do remanso do reservatório de Barra Bonita - Municípios: Santa Maria, Anhembi, São Pedro, Águas de São Pedro e Piracicaba.
Valor de R$ 15,2 milhões
Previsão de Conclusão: 01/03/2017.

Execução 2015:
O ano foi caracterizado pelos avanços em estudos de viabilidade e execução de projetos relacionados à hidrovia deixando os investimentos em obras para os anos subsequentes. O DH realizou todo o recurso financeiro disponibilizado esse ano pelo Estado para os projetos em andamento. O pouco avanço nos investimentos em obras, que são recursos do PAC e BNDES foi causado, predominantemente, pelo ainda desenvolvimento de vários projetos e também relacionados a fatos supervenientes como a demora na obtenção das licenças, outorgas e autorizações de várias obras junto aos órgãos responsáveis, como por exemplo, CETESB,

IPHAN, DAEE e as várias complementações de estudos do licenciamento para sua manifestação / liberação. Tivemos grande impacto também devido a preços impostos pelo DNIT na elaboração e aprovação dos orçamentos, principalmente devido à necessidade de enquadramento de todos os preços na Tabela Sicro, o que acarretou um valor abaixo do praticado pelo mercado, resultando em licitações desertas e implicando em retrabalho, com reflexos nos custos e prazos. Além disso, há diferenças significativas nas produtividades dos equipamentos visto que o Sistema Informatizado de Custos de Rodovia – SICRO foi desenvolvido e é aplicado para obras rodoviárias, nem sempre condizentes com requisitos das obras em hidrovias.
Outro fator que tem impacto direto no desenvolvimento dos trabalhos é a atual estiagem na bacia hidrográfica Tietê-Paraná. O rebaixamento excepcional do nível d'água no reservatório de Três Irmãos, por exemplo, inviabilizou o início das obras no Canal de Nova Avanhandava da forma como inicialmente prevista. Foi necessária uma alteração na proposta inicial de parte do projeto do canal, de maneira a permitir a execução parcial da escavação a céu aberto.

Ação 1423 - Modernização e Ampliação do Porto de São Sebastião (DOCAS)

Concluídas

Elaboração de Projeto Básico e Executivo para construção de pátios com utilização de tecnologia baseada em pilotis (estacas) e lajes, entregue em 22 de janeiro de 2015 (tecnologia que causa menor impacto ambiental - recomendada no EIA/RIMA do projeto de ampliação); Execução de estação de armazenamento temporário de resíduos, entregue em 4 de fevereiro de 2015; Substituição de lonas de cobertura e fechamento por placas de alumínio dos armazéns 4, 5 e 6, entregue em 1 de julho de 2015; Nivelamento e calçamento da via de acesso dos pátios 3 e 4 ao cais, otimização e segurança da movimentação de cargas, entregue em 5 de julho de 2015; Serviços de engenharia para pavimentação da entrada do pátio 3 e adequação da terraplenagem de parte do pátio 4 no Porto de São Sebastião, entregue em 6 de junho de 2015; Implantação de sistema segurança de monitoramento por câmeras e controle de acesso para certificação ISPS CODE (código de segurança internacional), entregue em 30 de dezembro de 2015.

Em Andamento

Planos de Gestão e Monitoramento da Qualidade Ambiental do Porto de São Sebastião; Construção de edificações de controle operacional, como guaritas da guarda portuária e nova cabine de operação de balanças rodoviárias (avanço físico de 90% e previsão de conclusão em junho/2016), Implantação de Sistema de Combate à Incêndio (avanço físico de 3% e previsão de conclusão em agosto/2016) e Ampliação do Porto de São Sebastião.

Ampliação do Porto de São Sebastião

A ampliação do Porto de São Sebastião será realizada de forma sustentável. Serão utilizadas tecnologias e um modelo de planejamento e gerenciamento que leva em consideração todas as variáveis ambientais e socioeconômicas, de modo a contribuir com o meio ambiente, turismo, economia e desenvolvimento social da região.
As obras de ampliação serão realizadas em fases e a última etapa deve ser concluída em 2029.
O arrendamento do terminal multicargas compreende a construção do terminal de veículos no pátio 4 (existente), a construção de dois novos berços de atracação e do pátio 5.
Toda a documentação necessária à publicação do edital para o arrendamento já está de posse da ANTAQ/SEP e está prevista para ser licitada no segundo semestre de 2016.

Gestão Ambiental

O Porto vem mantendo seu compromisso em garantir a melhoria contínua na gestão ambiental, por meio de investimentos e ações voltadas para a área ambiental. A Agência Reguladora de Transportes Aquaviários – ANTAQ divulgou relatório conclusivo com os resultados do Índice de Qualidade de Gestão Ambiental em Portos Organizados – IQGAPO, tornando possível a verificação de uma melhora no desempenho ambiental da Companhia Docas, que alterou a pontuação de 68,47, obtida em 2012, 73 pontos em 2014, para 95 pontos em 2015, posicionando-se em primeiro dentre os 29 Portos analisados.
O Porto de São Sebastião possui o primeiro Plano de Área de um Porto Organizado no país, aprovado pelo IBAMA.
A Companhia Docas implementou o Sistema de Gestão Ambiental e, em março/2015, foi realizada a auditoria externa para a certificação ISO 14.001. O Porto de São Sebastião se tornou o primeiro do país a obter tal certificação.

Licença Prévia
A Licença Prévia nº 474/13 foi concedida pelo IBAMA em dezembro de 2013, para obras de ampliação do Porto de São Sebastião (fases 1 e 2 do projeto de ampliação) que possibilita que sua área portuária passe dos atuais 400 mil m2 para 800 mil m2 de operações. O investimento previsto nessa etapa é de R$ 2 bilhões de reais.
Referida licença contempla obras importantes para o desenvolvimento portuário, como a construção dos berços 2, 3 e 4. Cada berço terá 300m de comprimento por 40m de largura, profundidade mínima de 16m e será destinado a navios de última geração, com capacidade para até nove mil TEUS, que hoje não atracam em São Sebastião ou no Porto de Santos. Também será implantada uma Base de Apoio Offshore com 117.590 m2, que possibilitará a implantação de até 10 berços para embarcações de menor porte (suplyboat e rebocadores), voltados ao transporte de cargas e tripulações para as plataformas de petróleo.
Em 28 de maio de 2014, foi proposta a ação civil pública, Processo nº 0000398-59.2014.403.6135, pelo Ministério Público Federal e Ministério Público do Estado de São Paulo, em face da Companhia Docas de São Sebastião e do IBAMA, em trâmite na 1ª Vara da Justiça Federal de Caraguatatuba/SP.
O pedido liminar de suspensão do processo de licenciamento ambiental foi deferido em 11/07/14. Por sua vez, a Companhia Docas interpôs Agravo de Instrumento em 22/08/14, a fim de reformar esta decisão.
Em 22/02/2015, foi proferida decisão que deferiu parcialmente o efeito suspensivo postulado, sendo reconhecida a necessidade de complementação do EIA/RIMA EIA/RIMA no tocante à: i) análise dos impactos cumulativos e sinergéticos entre o empreendimento objeto de licenciamento e a ampliação do TEBAR; ii) apresentação da autorização de Licenciamento Ambiental das Unidades de Conservação diretamente afetadas pelo empreendimento e; iii) apresentação de alternativas menos impactantes em relação ao manguezal do Araçá.
Paralelamente, também foi interposto Agravo de Instrumento pelo Ministério Público Federal. Em 19/02/2015 foi publicada decisão que deferiu parcialmente a antecipação da tutela postulada, sendo reconhecida a necessidade da complementação do EIA/RIMA no tocante aos pedidos anteriormente citados.
Em 20/07/2015 foi distribuído, perante o Superior Tribunal de Justiça, pedido de Suspensão das Liminares supracitadas. Em 20/11/2015 foi proferida decisão pelo Presidente da referida corte superior, entendendo pela não aceitação do pedido.
Atualmente o processo está concluso ao Presidente do STJ, aguardando julgamento do Agravo Regimental.

Movimentação de Cargas
De Janeiro a Dezembro de 2015, atracaram um total de 93 navios no berço 101 (principal) e 37 embarcações de menor porte para apoio offshore nos demais berços.
Foram movimentadas 720.108 mil toneladas de cargas, dentre elas, granéis minerais como: barrilha (270.137 ton.), ulexita (30.440 ton.) e sulfato (101.061 ton.); e granéis vegetais como: malte e cevada (110.291 ton.); veículos (51.446 ton.); cargas de projeto (6.650 ton.); contêineres (855 ton.); chapas e trilhos de aço (120.406 ton.); carga viva (930 ton.); cimento (17.782 ton.).
Do total de movimentação de cargas, 655.731 toneladas são referentes à importação e 64.376 toneladas à exportação.

Considerações Finais
A Companhia Docas de São Sebastião vêm incrementando, significativamente, o nível de aplicação de investimentos do Estado. Em 2015, o nível de execução se manteve alto, atingindo o percentual de 86,9% do total dos recursos disponíveis, ou seja, do montante disponível de R$ 30.047.090,00 (Orçamento + RAP), foram utilizados R$ 26.110.839,00.
Deste modo, a Companhia vem cumprindo o importante papel de agregar valor à cadeia logística, em especial à do Estado de São Paulo, garantindo eficiência, segurança operacional e a adoção das melhores práticas em gestão ambiental.

Programa 1605 – Gestão, Operação e Segurança de Rodovias
Assegurar o uso adequado das rodovias estaduais proporcionando qualidade e segurança aos usuários diretos e indiretos.

Ação 4900 – Policiamento nas Rodovias sob Jurisdição do DER

Manutenção das atividades de fiscalização e policiamento, preventivo e ostensivo nas rodovias estaduais sob jurisdição do DER realizados pelo Comando do Policiamento Rodoviário - CPRV, por meio da utilização de sistema de comunicação integrado, digitalizado e de apoio operacional.

Ação 4901 – Implantação e Operação de Postos de Pesagem nas Rodovias Estaduais

Operação dos serviços contínuos de aferição e gerenciamento dos sistemas de pesagem dinâmica fixo e portátil móvel dos veículos rodoviários de carga que trafegam por rodovias estaduais com a finalidade de fiscalizar e orientar os transportadores, usuários das rodovias estaduais, por meio dos postos de pesagem, para que se mantenham com cargas nos níveis estabelecidos na legislação vigente, a fim de assegurar a durabilidade e as condições adequadas de uso do piso asfáltico, visando a segurança dos usuários.

Segue relação dos pontos de pesagem existentes na malha administrada pelo DER.

Rodovia	km	Sentido	Trecho	Administrador	Posto	Observação
SP 023	52+500	Leste	Franco da Rocha/Mariporã	DR 10	Móvel	Operou até julho/2014
SP 031	37+000	Leste	Riacho Grande/ Ribeirão Pires	DR 10	Fixo	
SP 042	168+615	Sul	Paraisópolis (MG) / S. B. do Sapucaí (SP)	DR 06	Fixo	
SP 050	100+500	Sul	Monteiro Lobato/São José dos Campos	DR 06	Móvel	
SP 052	222+000	Sul	Cruzeiro (SP) / Passa Quatro (MG)	DR 06	Móvel	
SP 055	223+000	Sul	Bertioga / São Sebastião	DR 05	Móvel	
SP 055	371+000	Leste	Pedro de Toledo / Itariri	DR 05	Fixo	
SP 056	67+000	Oeste	Igaratá / Santa Isabel	DR 10	Móvel	Operou até julho/2014
SP 066	67+000	Oeste	Guararema / Mogi das Cruzes	DR 10	Fixo	
SP 079	100+000	Norte	Piedade/ Sorocaba	DR 02	Móvel	
SP 079	112+000	Sul	Sorocaba / Piedade	DR 02	Fixo	
SP 088	62+000	Oeste	Salesópolis / Mogi das Cruzes	DR 10	Móvel	Operou até julho/2014
SP 097	19+000	Norte	Sorocaba / Porto Feliz	DR 02	Móvel	
SP 098	77+000	Sul	Mogi das Cruzes / Bertioga	DR 10	Móvel	Operou até julho/2014
SP 099	23+478	Sul	S. J. dos Campos / Caraguatatuba	DR 06	Fixo	Operou até abril/2015
SP 123	25+991	Norte	Taubaté/Campos do Jordão	DR 06	Móvel	
SP 125	4+550	Norte	Ubatuba / Taubaté	DR 06	Móvel	
SP 129	63+200	Sul	Tatuí/Itapetininga	DR 02	Móvel	
SP 129	65+500	Norte	Itapetininga/Tatuí	DR 02	Móvel	
SP 139	10+200	Sul	Sete Barras / Registro	DR 05	Móvel	
SP 151	5+500	Oeste	Limeira / Iracemápolis	DR 13	Móvel	
SP 171	2+800	Norte	Cunha/BR 116	DR 06	Móvel	
SP 226	1+300	Sul	Registro / Pariquera-Açú	DR 05	Móvel	
SP 250	72+624	Leste	Piedade / Ibiúna	DR 02	Móvel	

Rodovia	km	Sentido	Trecho	Administrador	Posto	Observação
SP 250	159+846	Leste	São Miguel Arcanjo / Pilar do Sul	DR 02	Móvel	
SP 253	169+400	Leste	Pradópolis / Luiz Antônio	DR 08	Fixo	
SP 253	169+700	Oeste	Luiz Antônio / Pradópolis	DR 08	Fixo	
SP 253	207+000	Norte	Jaboticabal / Pradópolis	DR 04	Móvel	
SP 255	100+000	Norte	Boa Esperança do Sul / Araraquara	DR 04	Móvel	
SP 255	218+000	Sul	Pratania / São Manuel	DR 03	Móvel	Operou até maio/2015
SP 264	111+000	Norte	Salto Pirapora / Sorocaba	DR 02	Móvel	
SP 270	193+700	Oeste	Itapetininga / Angatuba	DR 02	Fixo	
SP 270	193+700	Leste	Angatuba/Itapetininga	DR 02	Fixo	
SP 270	333+900	Oeste	Piraju / Ourinhos	DR 07	Móvel	
SP 284	454+000	Norte	Assis/Paraguaçu Paulista	DR 07	Móvel	
SP 284	454+000	Sul	Paraguaçu Paulista/Assis	DR 07	Móvel	
SP 291	23+975	Sul	Dumont / Pradópolis	DR 08	Móvel	
SP 294	384+000	Leste	Duartina / Bauru	DR 03	Móvel	Operou até maio/2015
SP 294	644+609	Leste	Dracena / Junqueirópolis	DR 12	Fixo	
SP 304	154+000	Sul	Piracicaba / Santa Bárbara d' Oeste	DR 13	Móvel	
SP 304	214+000	Oeste	São Pedro / Santa Maria da Serra	DR 13	Móvel	
SP 304	324+500	Leste	Bariri / Jaú	DR 03	Móvel	Operou até maio/2015
SP 304	354+000	Norte	Itaju / Ibitinga	DR 04	Móvel	
SP 304	410+000	Norte	Ibitinga / Novo Horizonte	DR 09	Móvel	
SP 305	4+000	Norte	Monte Alto / Jaboticabal	DR 04	Móvel	
SP 310	495+700	Sul	Nhandeara / Mt. Aprazível	DR 09	Móvel	
SP 310	540+000	Oeste	Magda / General Salgado	DR 11	Móvel	
SP 310	602+000	Leste	Pereira Barreto/Auriflama	DR 11	Fixo	
SP 312	45+000	Norte	Santana do Parnaíba / Pirapora do Bom Jesus	DR 10	Móvel	Operou até julho/2014
SP 320	460+700	Oeste	Bálsamo/Votuporanga	DR 09	Móvel	
SP 320	637+700	Sul	Ap.do Taboado / Santa Fé do Sul	DR 09	Móvel	
SP 321	349+600	Sul	Iacanga / Bauru	DR 03	Móvel	Operou até maio/2015
SP 322	407+855	Norte	Monte Azul Paulista / Bebedouro	DR 14	Móvel	
SP 322	407+855	Sul	Bebedouro / Monte Azul Paulista	DR 14	Móvel	
SP 322	450+000	Sul	Guaraci / Olímpia	DR 14	Móvel	
SP 324	84+350	Leste	Indaiatuba / Vinhedo	DR 01	Móvel	
SP 326	433+060	Sul	Colômbia / Barretos	DR 14	Fixo	
SP 331	12+000	Norte	Gavião Peixoto / Araraquara	DR 04	Móvel	
SP 332	44+500	Sul	Jundiaí/Franco da Rocha	DR 10	Móvel	Operou até julho/2014

Rodovia	km	Sentido	Trecho	Administrador	Posto	Observação
SP 332	44+500	Norte	Franco da Rocha / Jundiaí	DR 10	Móvel	Operou até julho/2014
SP 333	16+940	Oeste	Cajuru / Serrana	DR 08	Móvel	
SP 333	48+100	Leste	Ribeirão Preto / Serrana	DR 08	Móvel	
SP 333	340+416	Norte	Echaporã / Marilia	DR 07	Fixo	
SP 333	450+000	Norte	Assis (SP) /Divisa PR	DR 07	Móvel	
SP 333	450+000	Sul	Divisa PR/Assis (SP)	DR 07	Móvel	
SP 350	294+000	Sul	Guaxupé / Tapiratiba	DR 13	Móvel	
SP 351	18+915	Oeste	Sto. Antanio da Alegria / Altinópolis	DR 08	Móvel	
SP 373	185+000	Leste	Severínia / Colina	DR 14	Móvel	
SP 379	14+000	Oeste	Ibirá / Urupês	DR 09	Móvel	
SP 413	24+435	Sul	Usina Volta Redonda / Miguelópolis	DR 14	Móvel	
SP 421	148+015	Norte	Nantes / Taciba	DR 12	Móvel	
SP 425	87+450	Oeste	Guairá / Barretos	DR 14	Fixo	
SP 425	162+200	Leste	S.J.R. Preto / Olímpia	DR 09	Móvel	
SP 425	251+000	Oeste	Barbosa / José Bonifácio	DR 11	Móvel	
SP 425	284+000	Sul	Penápolis / Braúna	DR 11	Móvel	
SP 425	434+100	Norte	Martinópolis/Indiana	DR 12	Móvel	
SP 425	434+100	Sul	Indiana/Martinópolis	DR 12	Móvel	
SP 425	521+806	Norte	Itororó (PR) / Estrela do Norte (SP)	DR 12	Móvel	
SP 463	63+000	Sul	Sto. Antonio Aracanguá / Araçatuba	DR 11	Móvel	
SP 563	121+055	Sul	Ouro Verde / Pres.Wenceslau	DR 12	Móvel	
SP 613	75+953	Leste	Rosana / Teodoro Sampaio	DR 12	Fixo	

A previsão orçamentária feita pela Administração de Pedágios, fiscalização de peso e autorizações especiais (COP) para o exercício de 2015 foi de R$ 124.155.000,00 para cobertura de:

- Dos 10 contratos de operação de balança fixa + 1 de superdimensionada + 13 contratos de operação de balança móvel, num total de R$ 70.348.000,00, em execução e mais uma previsão de R$ 46.800.000.000,00 (quarenta e seis milhões oitocentos mil) para implantação de mais postos fixos e operação volante com utilização de grelha, que não foi possível executar por restrição orçamentária;

O contrato relativo à operação volante de peso (balança móvel) na malha administrada pela DR.3, foi encerrado em Maio/2015, em razão de morosidade interna na tramitação do processo não foi prorrogado. Apesar de termos encaminhado proposta de nova contratação, assim como a nova contratação para a malha administrada pela DR.10, não tiveram continuidade, por falta de recurso orçamentário;

A operação ininterrupta no posto fixo existente no km 23 da SP 099, deixou de ser executada em abril/2015, em razão da rodovia ter passado à administração da Concessionária Nova Tamoios;

- Dos contratos de arrecadação, tesouraria, vigilância, limpeza e transporte de valores da Praça de Pedágio de Itupeva, num total de R$ 2.721.000,00.
- Do contrato de gestão de AET e SIPP e a implantação do sistema de AET via Internet, num total de R$ 4.285.000,00, que não teve prosseguimento por restrição orçamentária.

No ano de 2015, na malha viária paulista, foram fiscalizados 9.734.440 veículos e autuados 355.836, por excesso de peso e por outros enquadramentos (evasão, Dimensão, falta de cumprimento de medida administrativa), assim distribuídos:

Rodovias Administradas pelo DER
Fiscalizados = 4.253.116
Autuados por excesso de peso = 101.937
Autuados por outros motivos = 76.782

Rodovias Concedidas
Fiscalizados = 5.481.324
Autuados por excesso de peso = 62.660
Autuados por outros motivos = 114.457

Em 2015 o DER expediu um total de 133.795 (cento e trinta e três mil, setecentos e noventa e cinco) AET.

Ação 4902 – Operação de Praças de Pedágio nas Rodovias Sob Jurisdição do DER

Implementação dos serviços regulares de gerenciamento e operacionalização voltados à arrecadação, coleta, transporte e contagem de numerário e segurança nas praças de pedágios instaladas em rodovias com a finalidade de manter e ampliar as ações regulares de conservação das rodovias e de educação para o trânsito, a partir dos recursos auferidos nas praças de pedágios instaladas, sob a jurisdição do DER.
Temos hoje uma única praça de pedágio, instalada no km 81 da SP 324.

Ação 4903 – Operação e Segurança da Malha Rodoviária

Manutenção das atividades de apoio operacional em rodovias estaduais sob jurisdição do DER realizadas pelas Unidades Básicas de Atendimento aos Usuários-UBAs e pela Central de Operações e Informações - COI (telefone diuturno **0800 055 5510),** envolvendo: acompanhamento das ocorrências de trânsito verificadas; aferição periódica das condições de tráfego das vias; operação de sistemas eletrônicos destinados aos registros de irregularidades cometidas nas rodovias; prestação de informações e assistência aos usuários e promoção de campanhas de educação de trânsito voltadas à redução de acidentes, com a finalidade de proporcionar segurança e fluidez na malha rodoviária.
A COI recebeu um total de 448.688 ligações (0800).
As UBAs, responsáveis diuturnamente, pela operação das rodovias sob jurisdição do DER realizaram um total de 267.286 atendimentos aos usuários.
Os 32 Pátios de Recolhimento de Veículos em operação, movimentaram entre janeiro de 2015 até dezembro de 2015, 42.013 veículos recolhidos em operações de fiscalização feitas pela PMRv, sendo que 31.111 foram liberados após ter sua situação regularizada.
O passivo até Dez./15 era de 46.980 veículos (PMRV) estimando-se que 35,3% deste total não estão aptos para liberação.
O pregão referente à nova contratação de Serviços de Pátios foi realizado e o início das atividades ocorreu em FEV/15.
Foram operados em 2015, um total de 671 equipamentos fiscalizadores de trânsito e excesso de velocidade, sendo aplicadas 4.937.265 penalidades aos motoristas transgressores as normas de trânsito.

Ação 4907 – Conservação, Sinalização e demais Elementos de Segurança em Rodovias – DER

Execução de serviços de conservação de rotina, abrangendo os pavimentos das vias, recomposições de revestimento vegetal de encostas, adequações dos sistemas de drenagem, bem com atuações nos demais elementos de segurança, incluídos os serviços de sinalização da malha rodoviária estadual.
No ano de 2015, para diminuir os acidentes nas rodovias do **DER**, na parte de conservação da sinalização, foram utilizados:

- Implantação de Sinalização Horizontal (Tachões/Tachas Refletivas) **336.260** unidades
- Sinalização Horizontal (Pintura) **815.000,00** m²
- Sinalização Vertical (Placas) **27.000,00** m²
- Elementos de Segurança (Defensas Metálicas) **44.050,00** m

No ano de 2015, por parte da conservação de rotina foram utilizados: Reparo de Cerca: **210**.**000m**; Limpeza de Drenagem (Bueiros, Galerias, Drenagem de plataforma, Drenagem fora

de plataforma e etc.): **17.950.000m**; Limpeza de Placas: **288.000m²**; Limpeza de Tachas: **140.000 unidades**; Remendos e Panos: **178.500m³**; Recomposição de revestimento primário: **480.500m³;** Reconformação de Plataforma (Pista e Acostamento): **16.200km**; Guias e sarjetas: **3.200,00m³;** Gabião: **1.700, m³**; Defensa semi-maleável: **37.000m**; Limpeza de Tachas: **140.000 unidades**; Grama: **90.000m²;** Roçada: **45**.**500ha**; Capina: **1.900ha;**

Justificativa do Nível de Execução:
Embora o orçamento tenha contemplado recursos na fonte 004 – A execução ficou aquém do previsto pois a arrecadação não se comportou conforme o previsão inicial, e na fonte 002 - Vinculados Estaduais (Recursos de Multas),tivemos um crédito automático por excesso de arrecadação.

Programa 1606 – Ampliação, Recuperação e Modernização da Malha Rodoviária

Melhorar as rodovias por meio de obras de ampliação recuperação e modernização proporcionando um transporte confortável, seguro e econômico de bens e pessoas.

Ação 1114 - Estradas Vicinais

Concluído 72,22 km de obras em estradas vicinais, conforme relação abaixo:
Andradina / Murutinga do Sul - Pavimentação e melhorias da estrada vicinal que liga Murutinga do Sul a Andradina, trecho distrito de planalto a Murutinga do Sul.
Caraguatatuba - Pavimentação da estrada do rio claro, ligação Caraguatatuba - CDP e Fundação CASA.
Guapiaçu - Pavimentação e melhorias na vicinal GPI-040.
Itupeva - Recapeamento da estrada vicinal IVA-354.
Jundiaí - Recapeamento da estrada vicinal do Bairro da Roseira.
Jundiaí - Recapeamento da estrada vicinal do bairro da Toca.
Lavrinhas - Restauração do pavimento da estrada vicinal de acesso aos bairros de pinheiros e capela do jacu.
Lucianópolis / Fernão - Execução das obras e serviços de pavimentação da estrada vicinal que liga os municípios de Fernão à Lucianópolis.
Mairinque - Pavimentação da alça de acesso da estrada Fabiano Fabiani - MEQ 456 - vicinal que interliga a Estrada do Sertanejo à Avenida Alberto Cocozza.
Mairinque - Pavimentação da estrada vicinal Mario Covas, ligação da SP 270/ SP 280.
Rio Claro - Pavimentação da estrada municipal de acesso ao centro de ressocialização masculina passando pelo bairro Jardim Nova Rio Claro.
São Bento do Sapucaí - Pavimentação e melhorias da estrada vicinal do bairro Pinheiros.
São Pedro do Turvo - Recapeamento da vicinal municipal que liga o aceso SPA 327/387 ao Bairro da Água Suja (Rodovia Antunes Gama).

Ação 1413 - Modernização / Monitoração de Rodovias Estaduais

Em 2015 não foram instalados equipamentos, uma vez que a licitação foi concluída em nov/2015, não havendo tempo hábil para execução dos serviços. Execução transferida para o ano de 2016.

Ação 1418 - Duplicação, Implantação e Recuperação de Rodovias Estaduais

Concluído 810,22 km de obras de duplicação, recuperação e implantação em rodovias estaduais, conforme relação abaixo:
Ponte Pênsil - São Vicente - Recuperação da estrutura da ponte pênsil sobre o mar pequeno.
SP 055 - Pedro de Toledo - Recuperação das cabeças dos tirantes e juntas das cortinas atirantadas no km 379+400, km 379+500 e km 379+700.
SP 055 - Praia Grande - Implantação de viaduto com alteamento da pista na altura do km 292+314m.
SP 055 - São Sebastião - Serviços emergenciais de contenção de encostas, drenagem, recuperação da plataforma e pista de rolamento no km 146+800 metros.
SP 068 - São José do Barreiro - Reconstrução e estabilização de talude no km 255+800.
SP 079 - Juquiá - Proteção de talude no km 191+200m.

SP 079 - Tapiraí / Juquiá - Proteção de taludes de montante entre os km 182 e km 211 e de recuperação, contenção e geotecnia, nos km 193+000m (le), km 195+500m (le), km 195+750m (le), km 196+000 (le), km 196+500m (le), km 196+750m(le) e km 196+850m (le).
SP 079 - Votorantim / Sorocaba / Piedade / Tapiraí / Juquiá - Conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal entre o km 97,500 e km 182,500.
SP 121 - Taubaté / Redenção da Serra - Conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal da pista entre o km 00,000 ao km 14,700.
SP 123 - Campos do Jordão - Estabilização de encosta às margens da rodovia, km 42+350 (pista sul).
SP 123 - Taubaté - Recuperação e melhorias do km 0,00 ao km 3,270.
SP 123 - Tremembé - Recuperação do pavimento do km 11,20 ao km 18,42.
SP 127 - Capão Bonito - Duplicação do km 213,15 ao km 215,93.
SP 139 - Sete Barras / Capão Bonito / São Miguel Arcanjo - Pavimentação da Estrada Parque Dr. Carlos Botelho, utilizando pavimento intertravado, do km 45,30 ao km 78,30.
SP 147 - Lindóia / Itapira - Recomposição de talude e recuperação da pista nos km 17+900m, km 18+200m, km 21+900m, km 28+550m, km 32+500m,km33+050m km 33+200m e km 34+200m.
SP 160 - Cubatão / São Vicente - Prolongamento da pista descendente - trecho baixada - km 62,00 ao km 65,25, inclusive ponte canal dos barreiros.
SP 165 - Iporanga - Recuperação e geotecnia - km 159 300m.
SP 193 - Jacupiranga / Cananéia - Perenização do km 27,85 ao km57,45.
SP 261 - Piraju / Cerqueira César / Águas de Santa Bárbara - Conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal da pista do km 00,000 ao km 49,700 e do km 51,540 ao km 57,726.
SP 270 - Campina do Monte Alegre - Manutenção e reforma na saída de acesso ao bairro guareí velho, no km 215.
SP 294 - Marília - Restauração da do km 445+335 ao km 451+483 (contorno de Marília) e dispositivos de entroncamento.
SP 294 - Tupi Paulista / Santa Mercedes - Recapeamento da pista, pavimentação dos acostamentos e melhorias do km 658,378 ao km 686,700 (lote 01: do km 658,378 ao km 673,790).
SP 304 - São Pedro / Águas de São Pedro - Duplicação e melhorias do km 179,00 ao km 189,08 e recuperação da pista, pavimentação dos acostamentos e melhorias do km 189,08 ao km 191,94 e km 194,02 ao km 198,40 (lote 2: km 189,08 ao km 191,94 e km 194,02 ao km 198,40)
SP 310 - General Salgado - Ampliação de linha de tubo no km 545+800m.
SP 321 - Bauru - Duplicação e melhorias do km 344,80 ao km 356,62 (lote 01: do km 344,80 ao km 350,60).
SP 321 - Bauru - Duplicação e melhorias do km 344,80 ao km 356,62 (lote 02: do km 350,60 ao km 356,62).
SP 322 - Paulo de Faria / Riolândia / Cardoso - Conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal da pista do km 556,40 ao km 603,00.
SP 322 - Severínia / Olímpia - Duplicação da pista do km 395,80 ao km 398,50, recapeamento da pista, pavimentação dos acostamentos e implantação de faixas adicionais do km 395,50 ao km 449,00.
SP 331 - Pirajuí / Gália / Garça / Alvinlândia / Lupércio / Ocauçu - Conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal do km 165,000 ao km 206,532.
SP 332 - Caieiras - Implantação de dispositivo em nível no km 35,00 e adequação do dispositivo do km 33,50.
SP 332 - Campinas - Complementação da implantação de ciclovias e calçadas.
SP 333 - Pongaí / Cafelândia / Guarantã / Júlio Mesquita - Restauração da pista e dos acostamentos, pavimentação dos acostamentos e melhorias do km 232,40 ao km 295,50.
SP 334 - Cristais Paulista / Pedregulho - Recapeamento da pista, pavimentação dos acostamentos e melhorias do km 421,00 ao km 454,80 (lote 01: trecho do km 421,00 ao km 436,25).
SP 334 - Pedregulho - Recapeamento da pista, pavimentação dos acostamentos e melhorias do km 421,00 ao km 454,80 (lote 02: do km 436,25 ao km 454,80).
SP 345 - Franca - Duplicação e melhorias do km 36,00 ao km 42,50.
SP 345 - Ipuã / Guaíra - Recapeamento da pista e pavimentação dos acostamentos do km 122,67 ao km 148,020.
SP 354 - Campo Limpo Paulista - Interligação da SP 354, através de viaduto, do km 56,50 ao km 58,20.

SP 355 - Bady Bassitt / Nova Aliança / Mendonça / Adolfo - Conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal com início no km 0+000m (SP 355/ BR 153) término no km 45+764m, nos trechos sob jurisdição do DER/SP, incluindo rotatórias vazadas, serviços preliminares e complementares.
SP 360 - Morungaba / Amparo - Recapeamento da pista, pavimentação dos acostamentos e melhorias do km 90,24 ao km 122,90 (Lote 2: do km 106,40 ao km 122,90).
SP 373 - Morro Agudo - Construção de ponte sobre o rio pardo, km 135,386.
SP 385 - Ituverava / Miguelópolis - Conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal do km 19,26 ao km 28,20 (pista simples) e do km 28,20 ao km 30,00 (pista ampliada).
SP 421 - Taciba - Recapeamento da pista, pavimentação dos acostamentos e melhorias do km 146,207 ao km 150,180.
SP 425 - Barretos - Duplicação e melhorias do km 92,00 ao km 102,00.
SP 425 - Guapiaçu / São José do Rio Preto - Duplicação e melhorias entre o km 168+500m e o km 180+810m, pavimentação da marginal lado esquerdo do km 178+700m ao km 182+000m e a construção de novo viaduto e readequação geométrica da interseção no km 183+350m.
SP 425 - Pirapozinho - Serviços emergenciais de recuperação pontual em obra de arte especial próximo à 5ª junta, lado direito, da ponte sobre o rio Paranapanema, km 523,70.
SP 463 - Jales / Vitória Brasil - Contenção de taludes de corte do km 151+000 ao km 151+200 e do km 151+680 ao km 151+830, lados direito e esquerdo.
SP 483 - Regente Feijó / Taciba - Recapeamento da pista, pavimentação dos acostamentos e melhorias do km 0,00 (SP 270) ao km 41,20 (SP 421).
SP 527 - Fernandópolis / Pedranópolis / Macedônia / Mira Estrela - Conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal do km 2,42 ao km 32,04.
SP 563 - Mirante do Paranapanema / Marabá Paulista / Piquerobi / Presidente Venceslau / Dracena - Conservação especial e reabilitação da sinalização horizontal do km 32,00 ao km 64,00; km 65,00 ao km 95,00; km 96,00 ao km 105,00; do km 106,00 ao km 110,55 e do km 112,70 ao km 119,85.
SPA 046/125 - São Luís do Paraitinga - Implantação de uma galeria em substituição à ponte existente na altura do km 8,0.
SPA 053/332 - Várzea Paulista - Recomposição de saia de aterro e recuperação de acostamento altura do km 01+200m, pista leste.
SPA 074/613 - Rosana - Restauração da pista e dos acostamentos e melhorias do km 0,00 ao km 10,17, inclusive rotatória existente na SP 613.
SPA 149/215 - São Carlos - Implantação de rotatória no km 2,4 e construção de marginais.
SPA 162/270 - Itapetininga - Serviços emergenciais de reconstrução do aterro e galeria colapsada.
SPA 254/300 - Botucatu - Duplicação e melhorias no trecho entre a SP 300 e a UNESP.
SPA 442/322 - Olímpia - Contenção em erosão próxima ao acostamento e a galeria do córrego dos Pretos, km 2,60.
SPI 177/342 - Mogi Guaçu / Itapi - Conservação especial em subtrechos.
SPI 486/300 - Penápolis - Implantação de duas rotatórias em nível, km 5+460m e km 7+010m.

Ação 1418 – Duplicação, Implantação e Recuperação de Rodovias Estaduais (DERSA)

- Suplementação de R$ 4852/mil de Fonte 1.
- Redução/Contingenciamento de R$ 15.000/mil de fonte 1;

Rodoanel Trecho Oeste
Em andamento

1) Processos judiciais em ações de desapropriações e de indenizações;
2) Encaminhamento dos laudos para verificação das condições estruturais por meio de inspeções técnicas individuais em unidades residenciais do conjunto habitacional: Rodoanel Carapicuíba, ao Ministério Público;
3) Regularização fundiária e urbanística e lavratura dos imóveis de reassentamento dos três empreendimentos: Osasco, Carapicuíba e Padroeira;
4) Serviços técnicos especializados para elaboração do plano museológico e museógrafo do Museu de Arqueologia em Carapicuíba.

Investimento em 2015: R$ 0,2 milhão

Ação 1970 – Implantação e Transposição de Rodovias – Convênio DER/DERSA

Descrição: Reordenação de grandes eixos rodoviários da Região Metropolitana de São Paulo por meio de convênio DER/DERSA, promovendo a adequação, restauração de pontes e viadutos, vias de acesso às pistas de tráfego.
- Redução/Contingenciamento de R$ 37.750/mil;

Descrição do que foi realizado em 2015

Trecho Sul - Obras (responsabilidades que não foram transferidas à Concessionária SPMar).

Concluído

1) Implantação de sinalização náutica das pontes sobre os reservatórios Billings e Guarapiranga;
2) Implantação do cercamento dos parques e unidades de conservação - Fase III;
3) Demolição de edificações remanescentes situadas nas dependências dos Parques Bororé, Varginha, Itaim, Jaceguava, Lineares 1 a 5 e Riacho Grande, compreendendo Lote 2.

Em andamento

1) Reassentamento: aquisição de terrenos passíveis de regularização para construção de Unidades Habitacionais (UH) que serão entregues às famílias; reassentamento de 230 famílias que estão aguardando o recebimento da UH;
2) Desapropriação: acordos e/ou ações judiciais e regularização fundiária (incluindo parques);
3) Vigilância patrimonial motorizada (veículo e moto) em áreas desapropriadas dos parques e unidades de conservação do Trecho Sul e do prolongamento da Av. Jacu Pêssego Sul;
4) Elaboração de projeto de engenharia, elementos para licitação das obras e detalhamento executivo de barreiras acústicas;

Investimento em 2015: R$ 20,6 milhões

Nova Tamoios Planalto

Concluído

1) Consultoria especializada de engenharia para apoio na coordenação da execução das obras;
2) Consultoria especializada para apoio à coordenação das Ações Ambientais;
3) Obras e serviços de restauração de taludes de corte com feições erosivas, no trecho planalto, do km 11,5 ao km 60,48 da pista existente.

Em andamento

1) Desapropriação: acordos e/ou ações judiciais e regularização fundiária;
2) Prestação de serviços para a elaboração, execução e manutenção dos projetos de restauração florestal - Lotes 1 e 2;
3) Obras e serviços complementares de implantação de acessos nas propriedades lindeiras às obras;
4) Implantação de passagem superior de fauna como medida de compensação ambiental;
5) Implantação de 12 passarelas para pedestres, inclusive suas respectivas baias de paradas de ônibus nas pistas sul e norte, compreendendo 6 lotes;

Investimento em 2015 (com exceção do apoio à operação rodoviária): R$ 56,6 milhões

Nova Marginal do Tietê

Em andamento

1) Desapropriação: acordos e/ou ações judiciais e regularização fundiária;
2) Implantação de adutora Sabesp Ø 300 mm entre a Rua Iapó e a Ponte do Limão

Investimento em 2015: R$ 10,2 milhões

Complexo Viário Jacu-Pêssego

Concluído

1) Remanejamento da adutora Rio Claro Remanejamento da adutora de 400 e 200 mm situadas na Marginal COHAB (Companhia Metropolitana de Habitação).

Em andamento

1) Reassentamento:
   a. Aquisição de terrenos passíveis de regularização para construção de Unidades Habitacionais (UH) que serão entregues às famílias;
   b. Reassentamento de 597 famílias que estão em aluguel aguardando o recebimento da UH;
2) Desapropriação: acordos e/ou ações judiciais e regularização fundiária.

Investimento em 2015: R$ 25,7 milhões

Ação 2097 - Terminais Rodoviários

Concluídas as obras de construção/reforma de 12 terminais rodoviários, nos seguintes municípios: Arco-Íris, Atibaia, Caiuá, Espírito Santo do Turvo, Gavião Peixoto, Ibirarema, Lagoinha, Mariápolis, Nova Campina, Óleo, Pongaí e Pracinha.

Ação 2392 - Transporte, Logística e Meio Ambiente - BIRD

Concluído 195,30 km de obras de recapeamento e melhorias em rodovias estaduais, conforme relação abaixo:
SP 304 - Bariri - Recapeamento da pista, pavimentação dos acostamentos e melhorias do km 302,38 ao km 352,32 (lote 2: do km 322,00 ao km 333,00).
SP 304 - Bariri / Itaju / Ibitinga - Recapeamento da pista, pavimentação dos acostamentos e melhorias do km 302,38 ao km 352,32 (lote 3: do km 333,00 ao km 352,32).
SP 304 - Borborema / Novo Horizonte - Recapeamento da pista, pavimentação dos acostamentos e melhorias do km 352,32 ao km 406,70 (lote 3: do km 386,70 ao km 406,70).
SP 304 - Ibitinga / Borborema - Recapeamento da pista, pavimentação dos acostamentos e melhorias do km 352,32 ao km 406,70 (lote 02: do km 369,30 ao km386,70)
SP 304 - Itaju / Ibitinga - Recapeamento da pista, pavimentação dos acostamentos e melhorias do km 352,32 ao km 406,70 (lote 01: do km 352,32 ao km369,30).
SP 304 - Jaú / Bariri - Recapeamento da pista, pavimentação dos acostamentos e melhorias do km 302,38 ao km 352,32 (lote 1: do km 302,38 ao km 322,00).
SP 425 - Barretos / Olímpia - Recapeamento da pista, pavimentação dos acostamentos e melhorias do km 102,00 ao km 157,55 (lote 02: do km 119,007 ao km 141,88).
SP 425 - Guaíra / Barretos - Recapeamento da pista, pavimentação dos acostamentos e melhorias do km 58,33 ao km 92,00.
SP 425 - Miguelópolis / Guaíra - Recapeamento da pista, pavimentação dos acostamentos e melhorias do km 23,90 ao km 58,33.

Ação 2476 - Transporte, Logística e Meio Ambiente - CAF

Concluído 41,00 km de obras de duplicação, recapeamento e melhorias em rodovias estaduais, conforme relação abaixo.
SP 333 - Assis - Duplicação da pista e melhorias da do km 404,25 ao km 411,25.
SP 333 - Cajuru / Santa Cruz da Esperança - Recapeamento da pista, pavimentação dos acostamentos e melhorias do km 0,00 ao km 19,90.
SP 333 - Santa Cruz da Esperança / Serra Azul / Serrana - Duplicação e melhorias do km 19,90 ao km 34,00.
Não execução da meta prevista para o ano de 2015 em função de atrasos na conclusão dos projetos, licitações e conclusão das desapropriações.

Ação 2477 - Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo - BID

Não execução da meta prevista para o ano de 2015 em função de atrasos na conclusão dos projetos, licitações e conclusão das desapropriações.

Ação 2478 - Logística e Transportes do Estado de São Paulo - MIGA

Não execução da meta prevista para o ano de 2015 em função do atraso na assinatura do contrato de empréstimo, que deslocou o início das obras.

Ação 2496 – Complexo Viário Polo de Itaquera

Em andamento

1) Desapropriação: acordos e/ou ações judiciais e regularização fundiária;
2) Plantio compensatório e paisagístico e desenvolvimento de atividades de educação ambiental das obras do Programa de Desenvolvimento da Zona Leste da Região Metropolitana de São Paulo.

Investimento em 2015: R$ 0,3 milhão

Ação 2497 – Nova Tamoios - Contornos

Descrição: Obras e serviços de implantação dos Contornos Norte e Sul de Caraguatatuba e São Sebastião – Lotes 1 a 4
- Suplementação de R$ 101.358/mil de Fonte 1 para pagamento de desapropriação;

- Redução/Contingenciamento de R$ 7.500/mil de Fonte 1;
- Valor orçado de Fonte 7(R$ 110.000/mil) aguardando novo contrato de financiamento.

Concluído
1) Reassentamento definitivo de 62 famílias;
2) Serviço de engenharia consultiva para cadastramento, avaliação e apoio técnico operacional nos procedimentos de desapropriação dos imóveis englobados pela faixa de domínio necessária para a implantação do empreendimento.

Em andamento
1) Serviços técnicos de consolidação do Projeto Básico com atendimento às eventuais condicionantes ambientais, Detalhamento Executivo do projeto consolidado, assessoria de apoio e acompanhamento técnico às obras (ATO) para os projetos de implantação;
2) Execução do subprograma de monitoramento da qualidade das águas superficiais durante as obras de construção;
3) Serviços de monitoramento da fauna durante a construção;
4) Serviços técnicos de consultoria especializada para supervisão ambiental das obras de implantação do empreendimento - Lotes 1, 2, 3 e 4;
5) Consultoria especializada de engenharia para apoio à DERSA no Gerenciamento Geral na prestação de serviços técnicos para implantação do empreendimento;
6) Consultoria especializada para apoio à coordenação das Ações Ambientais na implantação do empreendimento;
7) Serviços técnicos especializados de Gerenciamento Social, remoções e reassentamento das famílias atingidas pelas obras;
8) Obras e serviços de implantação dos Contornos Norte e Sul - Lotes 1, 2, 3 e 4;
9) Serviços técnicos de engenharia para apoio à fiscalização, supervisão e acompanhamento das obras de implantação dos Contornos Norte e Sul - Lotes 1, 2, 3 e 4.

Investimento em 2015: R$ 378,9 milhões

Ação 2498 – Túnel Santos Guarujá

Descrição: Obras e serviços de implantação do Submerso Túnel Santos Guarujá que permitirá a ligação viária entre os municípios de Santos e Guarujá.
- Redução/Contingenciamento de R$ 137.500/mil de Fonte 1;
- Não houve repasse da Fonte 7.

Concluído
1) Serviços técnicos especializados de elaboração do EIA-RIMA e obtenção da LP e da LI.

Em andamento
1) Serviços técnicos especializados de apoio à elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA-RIMA) e ao licenciamento ambiental, de consolidação e otimização da alternativa selecionada, de projeto de engenharia, de preparação dos elementos para licitação das obras e do detalhamento executivo;
2) Consultoria multidisciplinar para atuação em conjunto com a equipe da DERSA, na coordenação, concepção, análise e acompanhamento dos trabalhos relativos ao detalhamento do túnel imerso.

Investimento em 2015: R$ 20,2 milhões

Ação 2505 - Apoio a Parceria Publico-Privada para Rodovia dos Tamoios - Trecho Serra

Meta anual atingida, com aportes nos meses de setembro e novembro/2015.

Ação 2510 - Investimento Rodoviário do Estado de São Paulo – BID FASE II

Concluído 7,52 km de obras de recuperação e melhorias em rodovias estaduais, sendo:
SPA 018/461 - Birigui / Araçatuba - Recuperação da pista, com subtrechos com intervenção localizada na estrutura do pavimento e pavimentação dos acostamentos.

Ação 4904 - Patrulha Rodoviária

Concluído através de Patrulha Rodoviária, serviços de pavimentação, regularização e melhorias numa extensão de 0,80 km, em estradas vicinais, sendo:
Santa Maria da Serra - Pavimentação da Estrada Municipal da Boa Vista (SMS 040).
Da meta programada para o ano de 2015, as obras que não foram concluídas encontram-se em andamento, sendo que só serão consideradas no levantamento das metas quando estiverem totalmente concluídas. O ritmo das obras ficou aquém do previsto tendo em vista a carência de recursos para aquisição de materiais.

Programa 1607 - Modernização da Infraestrutura Aeroportuária

Executar obras e serviços de melhorias e segurança nos aeroportos do estado em parcerias com os governos federal (programa federal de auxílios a aeroportos - PROFAA), e municipal (convênios).

Entre as atribuições do Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo na execução do seu programa orçamentário estão:
-Colaborar com os órgãos competentes da União no que se refere à aplicação, no Estado de São Paulo, da política aeronáutica nacional;
-Planejar a rede aeroportuária do Estado, respeitada a política de coordenação geral dos transportes e a legislação específica;
-Arrecadar tarifas aeroportuárias, por delegação do Comando da Aeronáutica;
-Aplicar as normas legais, técnicas e administrativas baixadas pelas autoridades federais; desempenhar direta ou indiretamente, todas as demais atividades legadas à aeronáutica, de competência do Estado ou que lhe forem delegadas.

Ação 6092 - Gestão Administrativa

Diante das restrições orçamentárias impostas à administração, o DAESP procurou racionalizar as despesas de custeio na gestão dos aeroportos, privilegiando a contratação da prestação de serviços técnicos voltados à segurança operacional dos aeroportos e à melhoria da qualidade do atendimento aos passageiros e usuários, que atendem às determinações das autoridades aeronáuticas, como a Secretaria da Aviação Civil (SAC), Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC) e Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA).
Excluídas as despesas de pessoal e de encargos, apenas os gastos com serviços de prevenção, salvamento e combate a incêndio; vigilância e segurança; inspeção e proteção; serviços auxiliares operacionais de transporte aéreo e serviços de telecomunicações aeronáuticas − considerados mandatórios e, portanto, essenciais à atividade aeroportuária – representaram mais de 70 % do orçamento anual de custeio da autarquia.
Contudo, alinhado com as diretrizes traçadas pelo governo do estado, o DAESP se empenhou na redução do valor global das despesas de custeio da autarquia ao longo do exercício, conforme preconizado nos decretos estaduais nºs. 61.131 e 61.132, promovendo negociações contratuais com prestadores de serviços para a racionalização dos postos de vigilância patrimonial, inspeção, e limpeza e conservação nos aeroportos.
Somadas às ações de redução dos valores gastos com diárias, material de consumo e despesas de transporte (frota e combustível), o resultado foi a realização de 88% do orçamento de custeio de 2015, cumprindo-se a meta de governo de 10% de economia total sobre a previsão inicial de gastos com custeio para o exercício.
Destaquem-se ainda as ações de racionalização administrativa adotadas pelo DAESP com relação ao seu quadro de pessoal, sobretudo na área operacional, por meio das quais, a partir de agosto e após sua aprovação pelo Comitê Gestor do governo do Estado, se alcançou uma economia média de 35% nas despesas mensais específicas com horas-extras.

Ação 2364 - Aperfeiçoamento da Infraestrutura Tecnológica

Com relação ao aperfeiçoamento da infraestrutura tecnológica da autarquia, a administração adquiriu 50 unidades de softwares, uma impressora multifuncional, 20 Nobreak 600VA, software Global Mapper para a elaboração de trabalhos cartográficos, e suprimentos em geral (cartuchos, mídia em CD), tanto para a atualização, como para a manutenção dos sistemas operacionais da rede de microcomputadores da sede. Foi contratada ainda a prestação de serviços

especializados de fornecimento de sistema antivírus em ambiente corporativo, destinado à proteção de 4 servidores e 200 estações de trabalho localizadas na sede.
Em face das demandas geradas pelo intenso movimento de passageiros no Aeroporto de Ribeirão Preto, foi adquirido um conjunto de transformador de tensão para apoio operacional aos recursos de tecnologia de informação instalados no aeroporto.

Ação 1110 - Implantação, Ampliação e Modernização de Aeroportos

Durante o ano de 2015 a administração do DAESP manteve a prioridade no aprimoramento da gestão e na modernização dos 26 aeroportos que compõem a sua rede no estado de São Paulo. Concentrou grande parte os recursos disponíveis − cerca de R$ 15 milhões − nessa Ação, cumprindo um programa de obras para a ampliação da infraestrutura aeroportuária e para alcançar melhores condições de segurança operacional e de conforto aos usuários e passageiros.
A maior obra iniciada pelo DAESP no exercício foi a construção da torre de controle de tráfego aéreo (TWR) do Aeroporto de Sorocaba, para atender a uma exigência do Comando da Aeronáutica, em face do grande número de operações registradas nesse aeroporto. Com valor total de investimento de aproximadamente de R$ 14 milhões, a obra envolve ainda a construção de uma nova subestação de energia, edificações operacionais anexas e ampliação do sistema viário.
Também foi dado início à obra de construção da cobertura de meio fio do lado terra e lado ar do aeroporto de Bauru-Arealva, complementada pela implantação do paisagismo e da rede interna de captação de esgotos, num investimento total de cerca de R$ 4,3 milhões.
No aeroporto de Bragança Paulista foram realizadas obras de terraplenagem para desassoreamento das bacias de drenagem, complementação da cerca de alambrado patrimonial e implantação da rede interna de esgotos, já conectada à rede pública da SABESP.
Em continuidade ao processo de revitalização dos terminais de passageiros dos aeroportos da rede, iniciado no ano passado e que visa à melhoria do nível de conforto oferecido aos passageiros, foram concluídas as obras de reforma dos terminais dos aeroportos de Andradina, Avaré-Arandu e São Manuel.
Prosseguiram no ano de 2015 as obras de construção do novo terminal de passageiros do aeroporto de São José do Rio Preto, iniciada em 2014. Com a nova sala de embarque e o novo saguão de espera em fase de conclusão, inicia-se agora a adequação e a modernização do antigo terminal, que será integrado à nova edificação.
Foram concluídas ainda outras obras iniciadas em 2014, correspondentes à construção de cobertura do meio fio no lado terra do aeroporto de Araraquara, adequação do calçamento e reurbanização do entorno, além da adequação da seção contra incêndio (SCI). No aeroporto de Sorocaba foi concluída a construção do pátio 2 de aeronaves, da área de 'run-up' (destinada a teste de motores) e a ampliação de pistas de taxi e acessos operacionais. No aeroporto de Bragança Paulista foram terminadas as obras de ampliação da pista de rolamento 'PR-B' e construídas novas vias de acesso a hangares e vias de serviços. O aeroporto de Penápolis teve ampliada a sua pista de rolamento e seu acesso de veículos, enquanto que no aeroporto de Votuporanga foram concluídas a construção da cobertura para embarque e desembarque de passageiros e a revitalização e pintura das suas edificações operacionais.

Ação 4914 Manutenção e Segurança da Rede de Aeroportos

Além dos serviços de manutenção dos sistemas elétricos, balizamento noturno, esteiras de transporte bagagens e máquinas de inspeção de passageiros e bagagens por raios-X, o DAESP realizou um novo ciclo do serviço especializado de remoção de borracha das pistas de pouso e decolagem dos aeroportos de Araçatuba, Bauru/Arealva, Marília, Presidente Prudente, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, para atender a requisitos de segurança operacional desses aeroportos.

Programa 1608 - Travessias Litorâneas

Objetivo: Aumentar a eficiência das travessias através da melhoria nas instalações, embarcações e construção de novos atracadouros.

Ação 1421 - Melhoria nas Condições de Operação e Instalações das Travessias Litorâneas

Elaboração de projetos básicos, estudos ambientais, projetos executivos e execução das obras de reforma dos estaleiros, reforma e ampliação das gavetas de atracação/desatracação e construção/reforma de embarcações.
- Redução/Contingenciamento de R$ 11.102/mil de Fonte 1.

Descrição do que foi realizado em 2015:
Melhoramento das condições de operação e instalação - Obras Civis

Concluído:
1) Serviço de instalação de um sistema de controle de acesso de pedestres e ciclistas no Litoral Norte e Centro.

Melhoramento de instalação e embarcação – Obras Navais
Concluídos:
1) Reforma da embarcação Ferry Boat FB-23 que opera na Travessia Santos/Guarujá.
2) Reforma de 02 (duas) pontes móveis de embarque e desembarque, lado norte, de São Sebastião e Ilhabela.

Em andamento:
1) Reforma e modernização das embarcações Ferry Boat FB-Valda II, FB-16, FB-15, FB-19, FB Bacharel, e Lanchas Valongo I e Paicará.
2) Recondicionamento de motores de propulsão e reversores (parte da frota).
3) Aquisição de peças sobressalentes para motores de propulsão.
4) Aquisição de 20 motores novos de propulsão.
5) Aquisição de 20 caixas reversoras para motores.
6) Aquisição de hélices para o sistema de propulsão das embarcações.

Outras ações:
Concluídos:
1) Elaboração de estudo de navegabilidade das embarcações que operam no Litoral Norte.
2) Elaboração de estudos pelo Instituto de Pesquisa Tecnológica - IPT para avaliar condições de atracação da embarcação FB 30, para ventos acima de 21 nós, como referência de atracação para as demais embarcações que operam no Litoral Norte em condições adversas de vento e mar, com o objetivo de avaliar a possibilidade de melhorar a eficiência da operação.
3) Renovação de contrato para a prestação de serviços de manutenção e conservação naval para as embarcações das Travessias Litorâneas e Linha de Navegação, para os serviços de transporte de veículos e passageiros.
4) Renovação de contrato para a prestação de serviços de operação do Sistema de Travessias Litorâneas e Linha de Navegação.
5) Renovação de contrato para o fornecimento de óleo diesel marítimo para as embarcações das Travessias Litorâneas.
6) Renovação de contrato para os serviços de arrecadação de tarifas, pedágios e bilheterias das Travessias Litorâneas.
7) Renovação de contrato para manutenção preventiva, corretiva e programada dos atracadouros de gaveta e grupos geradores das Travessias Litorâneas Santos/Guarujá e Vicente de Carvalho/Praça da República.
8) Renovação de contrato para prestação de serviços de engenharia civil para conservação e manutenção de prédios, pátios, atracadouros e bolsões de embarque e desembarque dos estaleiros e Linha de Navegação, abrangendo as Travessias: Guarujá, Santos, Bertioga, Vicente de Carvalho, Ilhabela, São Sebastião, Iguape, Ilha Comprida, Cananéia, Porto Cubatão, Juréia e Ariri.
9) Renovação de contrato para prestação de serviços de vigilância patrimonial nas dependências da DERSA, localizadas nas Travessias Litorâneas nos Litorais Norte, Centro e Sul do Estado de São Paulo.
10) Renovação do contrato de manutenção eletroeletrônica para todas as Travessias Litorâneas.
11) Contratação de empresa para prestação de serviços de Bilhetagem Eletrônica para as Travessias Santos/Guarujá e Vicente Carvalho/Praça da República.

12) Parcerias entre a DERSA e a CET de Santos e Departamento de Trânsito de Guarujá, para organização das filas para embarque em ambas as margens, coibindo a ação dos "fura filas".

Em andamento:
1) Implantação do Plano Emergencial Individual.

Programa 1611 – Transposição Rodoferroviária da RMSP

Construir o Rodoanel Mário Covas e o Ferroanel no entorno da região metropolitana de São Paulo.

Ação 2283 – Execução das Obras do Rodoanel – Trecho Norte

Otimização do traçado, elaboração do projeto básico, execução de estudos ambientais (Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA), cadastramento de desapropriações/reassentamentos, detalhamento de interferências, elaboração do projeto executivo e execução das obras.
- Na Lei Orçamentária consta repasse da UNIÃO de R$ 207.024/mil que não ocorreu de forma integral, no exercício de 2015, Liquidado de aproximadamente 35 milhões
- Redução/Contingenciamento de R$ 430.924/mil de Fonte 1;
- Valor de repasse da Fonte 7 (R$ 511.277/mil) foi menor do que o previsto inicialmente em orçamento.

Concluído
1) Alteamento das torres das linhas de transmissão elétrica de 345 kv de Furnas no lote 4;
2) Construção de nova unidade da Escola Municipal Nazira Abbud Zanardi em Guarulhos;
3) Serviços de engenharia consultiva para cadastramento e apoio técnico nos procedimentos de desapropriação dos imóveis englobados pela faixa de domínio;
4) Serviços técnicos especializados para execução do programa de resgate e afugentamento prévio da fauna silvestre e programas de monitoramento da fauna;
5) Serviços de avaliação das atuais condições estruturais de unidades habitacionais, virtualmente sujeitas a influências das obras de construção; 6) Remanejamento de rede (metálica e óptica) de telefonia no Lote 1.

Em andamento
1) Consultoria nas áreas de geologia e geotecnia; apoio tecnológico na análise de desenhos e documentos do detalhamento executivo do projeto de engenharia e nas soluções para o atendimento às exigências da CETESB, para a obtenção da Licença de Instalação (LI);
2) Consultoria especializada para Apoio à coordenação das Ações Ambientais;
3) Consultoria para o desenvolvimento do detalhamento executivo do projeto de engenharia e apoio e acompanhamento técnico das obras (ATO), Lotes 1 ao 6;
4) Consultoria especializada para: Apoio à coordenação das Ações Sociais - Lotes 1 e 2; Apoio à coordenação das Ações Ambientais; Apoio à coordenação da Execução do Empreendimento (engenharia); Apoio à UCP - Unidade de Coordenação do Projeto, no Gerenciamento Geral;
5) Serviços técnicos especializados de engenharia de Avaliações e Perícias para elaboração de laudos individuais de avaliação dos imóveis que serão desapropriados;
6) Aquisição de áreas para construção de conjunto habitacionais;
7) Execução do programa de supervisão e monitoramento ambiental - subprograma de qualidade de água;
8) Assessoria especializada para orientação e auxílio na execução dos programas de gerenciamento de plantios compensatórios, de conservação, monitoramento e resgate da flora e monitoramento florestal em áreas adjacentes e nas áreas de influência direta e indireta;
9) Serviços técnicos especializados para continuidade dos procedimentos relativos ao gerenciamento de áreas contaminadas localizadas ao longo da faixa de domínio;
10) Projeto de monitoramento da tendência demográfica na área de influência direta e indireta;
11) Projeto de monitoramento da dinâmica de uso e ocupação do solo, na área de influência direta e indireta;

12) Serviços de publicidade legal de todos os atos de interesse da DERSA, pelo sistema "on line", nos respectivos cadernos do Diário Oficial do Estado de São Paulo;
13) Obras e serviços de construção do trecho Norte do Rodoanel, compreendendo os Lotes 1 ao 6;
14) Serviços técnicos especializados de engenharia para apoio à fiscalização, supervisão e acompanhamento das obras, compreendendo os Lotes 1 ao 6;
15) Serviços técnicos especializados de supervisão, monitoramento e acompanhamento ambiental das obras, compreendendo os Lotes 1 ao 6;
16) Remanejamento de rede de 900mm e implantação de adutora de 1.050mm da SABESP - Lote 1;
17) Avaliação técnica das causas do acidente ocorrido no túnel 501 da pista interna - emboque Oeste do Lote 5.

Investimento em 2015: R$ 1.252,1 milhões

Outras Ações Dersa
Ferroanel Tramo Norte
Em andamento

1) Elaboração do EIA/RIMA e licenciamento ambiental prévio do empreendimento ferroviário;
2) Elaboração do projeto de engenharia, contendo os elementos necessários para caracterizar a obra de implantação do Ferroanel Norte.

Investimento em 2015: apenas repasse de R$ 0,923 milhão da EPL – Empresa de Planejamento e Logística S.A. (via termo de compromisso)

RAO Internacional – Aeroporto De Ribeirão Preto
Em andamento

1) Elaboração do projeto executivo referente à adequação no sistema viário do entorno do aeroporto Leite Lopes.

Investimento em 2015: R$ 1,0 milhão (via contrato com DAESP - Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo)

Conexão Porto Cidade Santos
Em andamento

1) Elaboração de estudos de alternativas viárias, desenvolvimento de projetos de engenharia e respectivo detalhamento executivo de diversas intervenções na região da entrada do município de Santos.

Investimento em 2015: R$ 2,255 milhões (via contrato com SLT – Secretaria de Logística e Transportes)

Corredor Metropolitano Noroeste – RMC – EMTU
Em andamento

1) Elaboração e controle dos projetos de infraestrutura das obras complementares no trecho Campinas / Sumaré do Corredor Metropolitano Vereador Biléo Soares, na região metropolitana de Campinas – RMC.

Investimento em 2015: R$ 0,180 milhão (via contrato com EMTU – Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo).

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

Secretaria do Meio Ambiente

Execução Orçamentária por Grupo de Despesas

26000 - Secretaria do Meio Ambiente

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**918.445.833,00**	**810.494.946,71**	**8.589.169,36**	**819.084.116,07**	**814.724.044,07**
Pessoal e Encargos Sociais	494.234.905,00	500.503.217,54	0,00	500.503.217,54	516.871.939,93
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	424.210.928,00	309.991.729,17	8.589.169,36	318.580.898,53	297.852.104,14
Despesas de Capital	**209.589.689,00**	**28.870.661,56**	**4.388.599,53**	**33.259.261,09**	**49.933.456,61**
Investimentos	209.589.689,00	28.870.661,56	4.388.599,53	33.259.261,09	49.933.456,61
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**1.128.035.522,00**	**839.365.608,27**	**12.977.768,89**	**852.343.377,16**	**864.657.500,68**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

26000 - Secretaria do Meio Ambiente

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0100 - Apoio Administrativo	**130.199.258,00**	**116.884.614,68**	**969.370,21**	**117.853.984,89**	**116.632.657,86**
Despesas Correntes	130.199.258,00	116.884.614,68	969.370,21	117.853.984,89	116.424.936,66
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	207.721,20
0102 - Obrigações Previdenciárias em Complementação	**24.017.121,00**	**26.284.573,25**	**0,00**	**26.284.573,25**	**26.169.744,20**
Despesas Correntes	24.017.121,00	26.284.573,25	0,00	26.284.573,25	26.169.744,20
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2602 - Educação Ambiental	**1.538.747,00**	**989.032,86**	**73.585,00**	**1.062.617,86**	**752.199,87**
Despesas Correntes	1.538.727,00	879.084,86	0,00	879.084,86	752.199,87
Despesas de Capital	20,00	109.948,00	73.585,00	183.533,00	0,00
2604 - Gestão e Controle da Qualidade Ambiental	**429.504.537,00**	**410.070.002,95**	**1.997.933,49**	**412.067.936,44**	**429.547.954,86**
Despesas Correntes	408.940.107,00	401.613.615,92	432.733,49	402.046.349,41	412.164.397,80
Despesas de Capital	20.564.430,00	8.456.387,03	1.565.200,00	10.021.587,03	17.383.557,06
2607 - Gestão de Áreas Protegidas	**310.141.692,00**	**101.577.988,83**	**1.935.676,32**	**103.513.665,15**	**107.148.457,97**
Despesas Correntes	152.049.095,00	86.619.385,43	20.942,30	86.640.327,73	80.762.540,49
Despesas de Capital	158.092.597,00	14.958.603,40	1.914.734,02	16.873.337,42	26.385.917,48
2608 - Pesquisa Ambiental	**37.461.600,00**	**36.084.532,46**	**48.700,44**	**36.133.232,90**	**34.643.450,88**
Despesas Correntes	37.461.580,00	35.937.178,52	48.700,44	35.985.878,96	34.443.993,33
Despesas de Capital	20,00	147.353,94	0,00	147.353,94	199.457,55

2609 - Planejamento Ambiental	**1.655.449,00**	**489.339,70**	**0,00**	**489.339,70**	**338.075,65**
Despesas Correntes	1.655.439,00	489.339,70	0,00	489.339,70	338.075,65
Despesas de Capital	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2610 - Conservação da Biodiversidade	**27.976.714,00**	**15.439.249,14**	**1.226.605,45**	**16.665.854,59**	**15.927.597,24**
Despesas Correntes	20.331.192,00	12.116.590,95	407.524,94	12.524.115,89	12.264.813,54
Despesas de Capital	7.645.522,00	3.322.658,19	819.080,51	4.141.738,70	3.662.783,70
2612 - Fiscalização Ambiental	**45.826.250,00**	**39.885.916,48**	**1.817.934,65**	**41.703.851,13**	**42.413.095,02**
Despesas Correntes	42.666.250,00	39.558.116,48	1.817.934,65	41.376.051,13	41.490.120,99
Despesas de Capital	3.160.000,00	327.800,00	0,00	327.800,00	922.974,03
2613 - Gestão Ambiental nas Regiões Metropolitanas	**103.907.645,00**	**88.114.597,90**	**4.734.752,20**	**92.849.350,10**	**87.886.790,68**
Despesas Correntes	96.907.645,00	88.114.597,90	4.734.752,20	92.849.350,10	87.886.790,68
Despesas de Capital	7.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2614 - Gestão Ambiental para Proteção da Água	**9.226.231,00**	**720.345,55**	**16.000,00**	**736.345,55**	**677.279,11**
Despesas Correntes	99.151,00	78.249,25	0,00	78.249,25	111.582,81
Despesas de Capital	9.127.080,00	642.096,30	16.000,00	658.096,30	565.696,30
2616 - Mudanças Climaticas e Gestão de Riscos	**4.379.142,00**	**1.488.596,43**	**0,00**	**1.488.596,43**	**1.175.484,74**
Despesas Correntes	379.132,00	582.781,73	0,00	582.781,73	570.135,45
Despesas de Capital	4.000.010,00	905.814,70	0,00	905.814,70	605.349,29
2826 - Comunicação Social	**40,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4407 - Tecnologia da Informação e Comunicação para Excelência da Gestão	**2.201.096,00**	**1.336.818,04**	**157.211,13**	**1.494.029,17**	**1.344.712,60**
Despesas Correntes	2.201.096,00	1.336.818,04	157.211,13	1.494.029,17	1.344.712,60
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**1.128.035.522,00**	**839.365.608,27**	**12.977.768,89**	**852.343.377,16**	**864.657.500,68**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

A Secretaria do Meio Ambiente – SMA, em 2015, em linhas gerais, desenvolveu ações voltadas à conservação e preservação da biodiversidade e dos recursos naturais, à educação ambiental, ao planejamento ambiental, ao licenciamento e à fiscalização ambientais, ao controle de poluição e à pesquisa ambiental com vistas ao desenvolvimento sustentável da sociedade paulista. As atividades realizadas estão apresentadas abaixo pelos programas que compõem a estrutura da SMA.

Programa 2602 - Educação Ambiental

Incentivar e promover processos permanentes que garantam a difusão das informações, estudos, pesquisas, metodologias, conhecimentos e práticas individuais e coletivas de educação ambiental; planejar, realizar, monitorar e avaliar ações de reflexão, formação, sensibilização e mobilização social voltada para o desenvolvimento sustentável.

Ação 5648 - Capacitação em Biodiversidade Vegetal e Meio Ambiente

Unidade Executora: Instituto de Botânica

Desenvolvimento de programa de Pós-Graduação com elaboração de dissertações e teses em biodiversidade vegetal e meio ambiente capacitando recursos humanos para atuação na conservação e gestão ambiental.

No ano de 2015, foram defendidas 25 dissertações de Mestrado e 22 Teses de Doutorado dentro do programa. Os trabalhos são desenvolvidos em áreas de bioprospecção, conservação da biodiversidade, restauração ecológica, conservação de recursos hídricos, poluição, biotecnologia e mudanças climáticas gerando novos conhecimentos importantes para a gestão ambiental e a definição de políticas públicas, inclusive com a capacitação de pessoal para atuar na área. O programa está enquadrado como nível cinco na CAPES – Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Ministério da Educação) e atualmente conta com 87 alunos matriculados e 52 docentes. Ainda dentro do programa de pós-graduação temos a formação de mais 34 alunos com bolsa de iniciação científica dos quais foram captados do governo federal (Ministério da Ciência e Tecnologia/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) o montante de R$ 163.000,00 para as despesas na forma de bolsa.

Ação 5647 - Produção e Distribuição de Material de Educação Ambiental

Unidade Executora: Coordenadoria de Educação Ambiental

Pesquisa, elaboração, produção, publicação, divulgação e distribuição de material didático-pedagógico (cartilhas, livros, manuais e vídeos) e informativo (cartazes, folhetos, revistas e sites) referentes a temas ambientais.

Colaboração e coordenação na elaboração de materiais didáticos e informativos: a) Álbum de Figurinhas Primatas Paulistas – Com a colaboração da Comissão Permanente de Proteção dos Primatas Paulistas; b) Contribuição dos Conselhos Gestores às Unidades de Conservação: um guia prático para atuação a partir da fiscalização ambiental preventivo no Projeto Formação Socioambiental – colaboração ao Grupo de Trabalho do Projeto; c) Arborização Urbana – colaboração com a Coordenadoria de Planejamento Ambiental; d) Realidade aumentada: Utilização de tecnologia 3D com movimento, como ferramenta para facilitar a compreensão de conceitos ambientais.

Distribuição das publicações:

As publicações são distribuídas ao público-alvo em Unidades de Conservação do Estado de São Paulo, a instituições públicas e privadas solicitantes, em eventos da SMA relacionados aos temas dos materiais e a municípios do Estado parceiros da SMA para os Centros Municipais de Educação Ambiental. Em 2015 foi realizado um processo de logística para montagem das publicações em kits com exemplares de todos os títulos produzidos pela CEA, priorizando a distribuição para bibliotecas e salas de leituras. Também se encontram disponíveis para acesso pela internet para download no site www.ambiente.sp.gov.br/cea.

Meta na Lei Orçamentária Anual (LOA) em 2015: 200.000 volumes distribuídos.

Total de volumes distribuídos: 257.058.

Ação 4360 - Articulação, Mobilização e Formação em Educação Ambiental

Planejamento, realização, monitoramento e avaliação de programas, projetos e ações de articulação, mobilização e formação em educação ambiental no âmbito da educação formal e não formal em todos os níveis.

Atendimento ao público:

Orientações e informações em meio presencial, telefônico e e-mail. Realiza também o atendimento para empréstimo de exposições temáticas itinerantes como ferramenta para o desenvolvimento de programas, projetos e atividades no âmbito do Sistema Ambiental Paulista. No total, foram realizados 82.129 atendimentos ao público.

Parcerias com Instituições Governamentais

Interface com Municípios:

Orientação técnica a prefeituras municipais para elaboração e desenvolvimento do programa local de Educação Ambiental, com enfoque para a criação e instalação do centro municipal de Educação Ambiental - atividades do centro, envolvimento das escolas municipais, entidades e empresas locais. Orientação aos interlocutores municipais sobre as ações relativas à diretiva de Educação Ambiental no âmbito do Programa Município Verde Azul, sobre as ações de Educação Ambiental no desenvolvimento do Plano Municipal de Resíduos Sólidos.

Parcerias com Instituições da Sociedade Civil

Chamamento público

Para desenvolvimento de ações de sensibilização e mobilização da população nas datas ambientais comemorativas (Semana da Água e Semana do Meio Ambiente).

Cadastro de Entidades Ambientalistas do Estado de São Paulo – CadEA

Canal existente para integração da SMA e Organizações da Sociedade Civil no Estado de São Paulo e subsidia a eleição da bancada ambientalista do CONSEMA. Conta atualmente com 44 entidades certificadas.

Realização de apresentações institucionais sobre o trabalho da Coordenadoria de Educação Ambiental: No Encontro Regional de Educação Ambiental (Barueri), nos Comitês de Bacia Hidrográfica da Baixada Santista, Piracicaba-Médio Tietê e no lançamento da Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental.

Emendas Parlamentares: Acompanhamento da execução e conclusão de convênio celebrado em 2012 com a instituição da sociedade civil - Associação Barco Escola da Natureza.

Retomada do Processo de regulamentação da Política Estadual de Educação Ambiental: Reuniões de alinhamento com a Secretaria de Estado de Educação e criação de um grupo de trabalho com representantes do Sistema Ambiental para avaliação da minuta de decreto e encaminhamentos para regulamentação.

Meta na Lei Orçamentária Anual (LOA) em 2015: 45.000 pessoas atendidas.

Total de pessoas atendidas na ação: 95.478 pessoas

Ação 6050 - Promoção da Educação Ambiental

Unidade Executora: Coordenadoria de Educação Ambiental

Fomento e promoção da educação ambiental por meio de articulação e parcerias estabelecidas com a sociedade civil e órgãos públicos da União, Estado e Municípios que englobem ações em áreas protegidas e áreas verdes urbanas, assim como, educação ambiental integrada aos processos de licenciamento, fiscalização, ordenamento territorial, regularização fundiária, remoção de população em áreas de proteção ambiental e políticas ambientais setoriais tais como: mudanças climáticas, recursos hídricos e resíduos sólidos.

Diálogos de Educação Ambiental

Série de encontros para compartilhar experiências e reflexões para ampliar e qualificar as possibilidades de atuação da educação ambiental no Sistema Ambiental Paulista. O evento é direcionado para os servidores do Sistema e intenciona fomentar a compreensão da educação ambiental como ferramenta indispensável para aprimorar a gestão pública. Foram realizados 3 Edições em 2015: A Educação Ambiental em Espaços Públicos; Educação Ambiental na Gestão Ambiental Pública; Educação Ambiental na gestão de resíduos sólidos, contando com a participação de cerca de 300 servidores, além da transmissão *online* com acesso livre.

Programas em parceria com a TV Cultura - Ação de comunicação em massa para sensibilizar uma grande parcela da população paulista em linguagem de fácil assimilação, por meio de dois projetos audiovisuais em andamento realizados em parceria com a Fundação Padre Anchieta - TV Cultura: reapresentação dos programetes *Caderninho Verde e suas Estórias* - inspirados nos livros infantis da série Caderninhos de Educação Ambiental, exibidos pela TV Cultura no

programa Quintal da Cultura, voltados ao público infantil na faixa etária de 4 a 10 anos. O programa foi premiado com o Certificado de Mérito Ambiental pelo Instituto Brasileiro de Defesa da Natureza; apresentação e reapresentação da série *Rodas sobre Rotas* - produzida em episódios documentais, dramatizados no estilo comédia de situações, com 30 minutos de duração. Os programas mostram a diversidade socioambiental dos municípios paulistas, suas características culturais, com olhar focado nos cuidados, avanços e recuperação dos Biomas do Estado. Produção de 10 episódios do *Minuto Ambiental***,** de um minuto cada, a serem veiculados na TV Cultura, nos horários nobres de transmissão, com o objetivo de sensibilização da população, abordando em linguagem de fácil assimilação questões afeitas às diretrizes do Sistema Ambiental Paulista, tais como: Conservação Ambiental e Restauração Ecológica, Redução de Pegada Ambiental, Vulnerabilidade Ambiental e Mudanças Climáticas, Gestão e Conservação da Fauna Silvestre e Licenciamento Ambiental.

Interface com Políticas Setoriais

Município Verde-Azul: avaliação da diretiva de educação ambiental dos Relatórios de Educação Ambiental para certificação ambiental dos municípios que aderiram ao Programa.

Biodiversidade: Atuação na Secretaria Executiva do Sistema Integrado de Gestão de Áreas Protegidas (SIGAP);

Fauna Silvestre: Desenvolvimento do Módulo de Educação Ambiental do Plano de Ação da Comissão Permanentes de Proteção aos Primatas Paulistas, e concretização dos Álbum de Figurinhas Primatas Paulistas.

Fauna Doméstica: Parceria na ação de sensibilização para a Guarda Responsável de animais domésticos no Parque Villa Lobos – 3ª Cãominhada.

Parques Urbanos: Curso de Formação de EcoBrinquedistas foi ministrado por técnicos da CEA para monitores ambientais e técnicos do Instituto Florestal (IF) Florestal, como objetivo de sensibilizar e capacitar equipes destacadas dos Parques Urbanos Chácara da Baronesa (Santo André), Gabriel Chucre Zaidan (Carapicuíba), Belém (Zona Leste) e Polo EcoCultural Alberto Löfregren (Zona Norte) e a equipe da Floresta Estadual de Manduri (IF), para implantação de Ecobrinquedotecas e utilização de jogos, brinquedos e brincadeiras como estratégia de educação ambiental e de disseminação da cultura de paz por meio da concepção lúdica da aprendizagem.

Totens itinerantes: Apoio às ações de Educação Ambiental nos Parques Urbanos com a confecção de totens itinerantes interativos para disposição nos locais de visitação do público.

Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental na Bacia do Guarapiranga: desenvolvimento de Projeto de Educação Ambiental para aplicação de recursos de TCRA da Eletropaulo, a ser desenvolvido com as comunidades do entorno com o objetivo de integrá-las ao processo de gestão do Parque Ecológico do Guarapiranga (projeto finalizado, mas ainda não foi iniciado o processo de implantação).

Fundação Florestal: Educação Ambiental nas Unidades de Conservação: Elaboração conjunta de Plano de Trabalho Integrado; participação nas oficinas Regionais de Educação Ambiental nas Unidades de Conservação da Fundação Florestal, para subsidiar o Programa de Educação Ambiental nas Unidades de Conservação. Reuniões de articulação com FF e ICMBio para atuação integrada nas UCs Federais e Estaduais que se sobrepõem.

Instituto Florestal: Contribuição na elaboração da edição do Projeto Educartilha – edição Luiz Antônio, com o objetivo de oferecer formação continuada dos docentes, fortalecer e aprimorar a educação ambiental nas escolas da rede municipal de Luís Antônio e nas áreas naturais protegidas “Estação Experimental de Luiz Antônio” e “Estação Ecológica do Jataí”.

Fiscalização Ambiental: Colaboração na segunda edição da publicação “Conduta Ambiental Legal”, com regras e normas de conduta, destinada aos infratores ambientais. Integração da CEA no Grupo de Trabalho constituído pela Coordenadoria de Fiscalização Ambiental, Fundação Florestal, Instituto Florestal, Instituto de Botânica e Polícia Ambiental. Integração no desenvolvimento das ações do Projeto Formação Socioambiental, atuação complementar às ações de fiscalização, buscando envolver a sociedade civil e comunidade do entorno das Unidades de Conservação com abordagens preventivas aos problemas ambientais, em atendimento aos planos do Sistema Integrado de Monitoramento (SIM) e Sistema Integrado de

Monitoramento Marítimo (SIMAR) e ao Decreto Estadual n.º 60.302/2014 (SIGAP). Em 2015 o Projeto envolveu 11 Conselhos Gestores de Unidades de Conservação participantes das ações da Formação Socioambiental, em 19 encontros realizados com a participação de representantes da sociedade civil, órgãos públicos municipais e estaduais, universidades, moradores do entorno das Unidades de Conservação. A CEA também colaborou com a elaboração do material "Contribuição dos Conselhos Gestores às Unidades de Conservação: um guia prático para atuação a partir da fiscalização ambiental preventiva", publicado em formato digital.

Promoção de ações de sensibilização e mobilização da população por ocasião de datas comemorativas: Dia Mundial da Água; Dia Mundial do Meio Ambiente; Dia do Cerrado; Dia Mundial Sem Carro e Dia da Árvore.

Programa Nascentes: Desenvolvimento de ações integradas com Secretaria Estadual de Educação no âmbito do Programa Nascentes e articulações com a Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais para proposição de plano de ação de educação ambiental no Programa.

Recursos Hídricos: Representação da SMA por meio da CEA nas Câmaras Técnicas de Educação Ambiental do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH); Coordenação da Câmara Técnica de Educação Ambiental do CRH;

Atuação como Agente Técnico do FEHIDRO - Fundo Estadual de Recursos Hídricos, responsável pelo acompanhamento em 2015 de cerca de 90 projetos financiados pelo Fundo;

Participação na Comissão Organizadora do 13º Diálogos Interbacias de Educação Ambiental na Gestão de Recursos Hídricos e III Encontro Formativo de Educação Ambiental;

Orientação a potenciais Tomadores de recursos do FEHIDRO sobre elaboração de projetos de educação ambiental – Comitês de Bacia Hidrográfica do PARDO, Sorocaba Médio Tietê e no Diálogo Interbacias;

Realização do I Encontro Estadual de CTEAs do CRH, com 18 dos 21 CBH representados para discutir a qualidade dos projetos de Educação Ambiental na gestão de recursos hídricos e desenvolvimento de um Plano de Ação para atuar as soluções propostas.

Resíduos Sólidos: Realização da 3ª Edição dos Diálogos de Educação Ambiental. Nessa edição foi realizado, ainda, um processo de consulta com os participantes para subsidiar a elaboração do Programa de Educação Ambiental para a Gestão de Resíduos Sólidos.

Meta na Lei Orçamentária Anual (LOA) em 2015: 50.000 pessoas.

Total de pessoas atendidas na ação: 3.332.471 pessoas*

*Obs.: A superação expressiva para os valores previstos para essa meta se deu pela contabilização dos números de audiência fornecidos pelo IBOPE referentes à exibição dos programas veiculados na TV Cultura.

Justificativa do Nível de Execução do Programa

O programa da Educação Ambiental executou 67,86 % da dotação inicial em 2015. Com a publicação do Decreto Estadual Nº 61.621 de 12.11.2015, o qual adiantou o encerramento do exercício para 13/11/2015, ocorreu à interrupção de processos licitatórios em andamento e consequentemente algumas das contratações para execução das atividades previstas em 2015 não se concretizaram, o que gerou impacto no nível de execução do Programa.

Programa 2604 – Gestão e Controle da Qualidade Ambiental

Avaliar a qualidade ambiental dos meios físicos, vigiar a saúde ambiental e os recursos naturais, proceder ao licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, autorizar a supressão de vegetação e as intervenções em áreas de preservação permanente, melhorar a eficácia nos processos de licenciamento com impacto ambiental.

Ação 5066 - Gestão Administrativa e Financeira

Unidade Executora: CETESB

Executar a gestão econômico-financeira, de modo a assegurar o pleno exercício das atividades de suas unidades para atendimento da missão institucional da Companhia.

Os resultados alcançados na execução econômico-financeira demonstram que o desenvolvimento da ação em 2015, atingiu a meta prevista em 100%.

Ação 2311 - Projetos do Fundo para Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas – FEPRAC

Unidades Executoras: CETESB/Gabinete do Secretário

Atuar na identificação, avaliação e financiamento destinado ao apoio e incentivo para a execução de ações relacionadas à prevenção e remediação de áreas contaminadas visando garantir o uso sustentável do solo.

A Lei 13.577 de 09 de junho de 2009 criou o FEPRAC. Em 05 de junho de 2013 foi publicado o Decreto 59.263 que regulamentou a citada Lei. Durante o ano de 2014 ocorreram avanços significativos para o desenvolvimento da Ação como a designação da Coordenação e da Secretaria Executiva do Fundo. Está em elaboração a Minuta do Regimento Interno, instrumento necessário para o início das atividades.

Ação 1359 - Financiamento de Projetos Ambientais - Fundo do Estado para Prevenção e Controle da Poluição – FECOP

Unidades Executoras: CETESB/Gabinete do Secretário

Atuar na avaliação e financiamento de projetos de indústrias, municípios, órgãos e entidades da Administração Direta ou Indireta do Estado de São Paulo relacionados ao controle, à preservação e à melhoria das condições do meio ambiente por meio do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição - FECOP.

Foram financiados 52 projetos no exercício, demonstrando que os resultados da Ação não atingiram a meta prevista de 200 projetos para o ano de 2015. O não cumprimento da meta deve-se aos municípios que não atenderam as exigências técnicas e legais para a assinatura dos instrumentos de Liberação de Recursos não Reembolsáveis com recursos do FECOP.

Ação 5065 - Avaliação da Qualidade Ambiental

Unidade Executora: CETESB

Obter dados e informações para avaliação e interpretação da qualidade ambiental. Executar a Política Estadual de Resíduos Sólidos, do controle das águas subterrâneas, do controle de áreas saturadas por poluentes atmosféricos e de diagnósticos ambientais para as ações de licenciamento e controle de fontes de poluição.

A Ação é medida pela média dos percentuais da rede de monitoramento: da qualidade do ar, das águas interiores, das águas subterrâneas, da balneabilidade das praias, além do percentual de execução das análises laboratoriais.

No ano de 2015 a rede de monitoramento operou em 120%, superando a meta prevista de 95%.

Monitoramento do Ar: medido pelo tempo real de funcionamento da rede de monitoramento do ar, comparando com o tempo previsto de 95%. Os dados apresentados no ano de 2015 demonstraram que a rede de monitoramento do ar operou abaixo do tempo previsto, em média de 94%, decorrente de problemas de infraestrutura como falhas na comunicação com as estações e dificuldade para execução de obras de manutenção e a limitação de recursos humanos na área que realiza a operação e a manutenção dos analisadores das estações.

Monitoramento de Águas Interiores: mede o número de coletas de águas interiores nas duas redes de monitoramento: a de águas doces que foi iniciada em 1974 e a de águas salinas e

salobras iniciada em 2010. Em 2015 foram realizadas 2.653 coletas que superaram o previsto de 2.063 coletas no ano.

Monitoramento de Águas Subterrâneas: o indicador mede o número de coletas de águas subterrâneas. Em 2015 foram realizadas 564 coletas que superaram o previsto de 475 coletas no ano.

Balneabilidade das praias: o indicador definido mede mensalmente o número de coletas nos pontos de monitoramento. Em 2015 foram realizadas 9.440 coletas que superaram o previsto de 7.500 coletas no ano.

Análises Laboratoriais: o indicador mede mensalmente o número de análises laboratoriais. Em 2015 foram realizadas 399.920 análises laboratoriais que superaram o previsto para o ano que é de 300.000 análises laboratoriais.

Ação 5071 - Licenciamento e Controle de Fontes de Poluição, Empreendimentos e Atividades utilizadoras de Recursos Naturais.

Unidade Executora: CETESB

Executar e aprimorar o processo de licenciamento dos empreendimentos e atividades que constituem fontes potenciais de poluição, degradação ambiental e/ou utilizadoras de recursos naturais. Inspecionar fontes de poluição em atividades degradadoras do meio ambiente e/ou utilizadoras de recursos naturais, para a manutenção do cumprimento das normas legais e as condicionantes do licenciamento ou autorização ambiental. Dar atendimento às solicitações do Ministério Público, Poder Judiciário, IBAMA, Prefeituras, Delegacia de Polícia e outras instituições públicas.

A ação é medida pelo número de licenças, autorizações e alvarás emitidos.

Os dados apresentados demonstram que os resultados alcançados no ano de 2015 superaram a meta prevista de 23.950 licenças, autorizações e alvarás, totalizando 30.192 documentos de licenciamento.

Detalhamento: a-)Número de licenças emitidas: 25.274; **b-)** Número de autorizações emitidas: 4.484 e **c-)** Número de alvarás concedidos: 434. Resultando no total de: 30.192 documentos de licenciamento.

Ação 6047 - Licenciamento com Avaliação de Impacto Ambiental

Unidade Executora: CETESB

Rever, atualizar e elaborar normas, procedimentos e instruções para uniformização das avaliações com impacto ambiental. Definir as linhas de corte para empreendimentos buscando otimizar os licenciamentos. Avaliar os processos de empreendimentos complexos.

O desenvolvimento da ação é medido pelo número de licenças e pareceres emitidos.

No ano de 2015 foram emitidas 164 licenças e pareceres, o que não atingiu a meta prevista de 295 licenças e pareceres. Tal fato ocorreu devido a uma concentração de recursos humanos para garantir a continuidade da análise dos processos de alto impacto, relacionados com a crise hídrica no Estado. Deve ser ressaltado que também ocorreu uma redução do número de horas extras durante o ano de 2015, o que também colaborou para o não atingimento da meta.

Ação 2493 - Compensação Ambiental – Trecho Norte do Rodoanel Mário Covas – CETESB

Unidade Executora: CETESB

Reformulação do monitoramento da qualidade do ar e realização de ações de fortalecimento institucional da CETESB.

O desenvolvimento da ação é medido pelo número de municípios atendidos. Os dados apresentados demonstram que os resultados alcançados no ano de 2015 atingiram a meta em 100%.

Ação Compensação Ambiental – Trecho Norte do Rodoanel Mário Covas - SMA

Unidade Executora: Coordenadoria de Fiscalização Ambiental

Realização de ações de fiscalização ambiental por meio da Polícia Militar Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente.

No ano de 2015, o PT 18.542.2604.2493.0000, por meio da SMA/Coordenadoria de Fiscalização Ambiental/Policia Ambiental realizou a aquisição de 05 Câmeras Fotográficas digitais, 10 veículos tipo caminhonete, 07 Projetores Multimídia, 21 Câmeras Fotográficas a prova d'água e 08 motocicletas para a Polícia Militar Ambiental.

As metas para o cumprimento das ações 2.7 e 2.8 estão estabelecidas no artigo 1º do Decreto 56.315 de 21 de junho de 2013 e licença ambiental prévia-LP-nº2009, de 12 de julho de 2011 emitido pela CETESB.

Justificativa do Nível de Execução do Programa

No ano de 2015 as metas das ações do Programa 2604 – "Gestão e Controle da Qualidade Ambiental", de maneira geral, foram atingidas e superadas.

Em relação às ações que não atingiram a meta, têm-se as seguintes situações:

- Fundo para Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas – FEPRAC - não iniciou as atividades, uma vez que a minuta do Regimento Interno do Fundo está em elaboração.

- Fundo do Estado para Prevenção e Controle da Poluição – FECOP - não atingiu a meta devido aos municípios não atenderem em tempo hábil as exigências técnicas e legais para a assinatura dos Instrumentos de Liberação de Recursos não Reembolsáveis com recursos do fundo.

- Licenciamento com Avaliação de Impacto Ambiental - a meta não foi atingida devido a uma concentração de recursos humanos para garantir a celeridade da análise dos processos de alto impacto, relacionados com a crise hídrica no Estado. Deve ser ressaltado que também ocorreu uma redução do número de horas extras durante o ano de 2015, o que também colaborou para o não atingimento da meta..

No ano de 2015 a Compensação Ambiental - Trecho Norte Rodoanel Mario Covas teve uma dotação de R$ 6.465.710,00, sendo R$ 1.180.160,00 para despesas com custeio e R$ 5.285.550,00 para despesas com investimentos, a saber: Obras - R$ 5.015.550,00 e equipamento/material permanente R$ 270.000,00.

Houve desembolso de R$ 1.801.120,00 (um milhão oitocentos e um mil cento e vinte reais), o qual se destinou a aquisição de equipamentos/materiais permanentes para a Polícia Militar Ambiental, consoante ao disposto no inciso III do artigo 1º do Decreto nº 59.315 de 21/06/13, os itens 99,125, 83- Alíneas "d" e "e" relacionados com a Licença Ambiental Prévia nº 2009 de 12/07/11. Esclarecemos que este valor foi objeto de adequação orçamentária por meio de reprogramação de elementos de despesa, ou seja, houve redução da ND 449051 - Obras para suplementar a ND 449052 - equipamento permanente.

Referida suplementação se deu em razão de complementar as aquisições de equipamentos permanentes que não foram adquiridos em 2014.

Por força do Decreto 57.933/2012, artigo 56, inciso IV (alterado pelo Dec. 58526/2012 e Dec. 58976/2013), bem como por meio de acordo de empréstimo do Governo do Estado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (Acordo de Empréstimo BID Nº 2376/OC-BR), a Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, lançou em outubro de 2013 o edital de licitação pública nacional (LPN-nº-004-13) objetivando a construção do 1º Batalhão de Polícia Ambiental, contemplando nesse projeto a sede da 1ª Companhia e suas Unidades subordinadas (1º e 2º Pelotões). O empreendimento encontra-se em adiantado processo de viabilização, onde

atualmente conta com empresas contratadas para a construção, gerenciamento, certificação de Alta Qualidade Ambiental (AQUA). Por essa razão, o recurso disponível de R$ 5.015.550,00 para a execução dessa mesma obra pela Polícia Ambiental foi revertido para atender despesas com utilidade pública, compra de equipamentos permanentes e contratação de serviços de terceiros, os quais se pretende executar durante o exercício de 2016. Pelo exposto, a execução desta Ação não alcançou a sua totalidade. Soma-se ainda o fato que uma parte dos materiais permanentes não foi adquirida pela impossibilidade de continuidade dos processos que estavam em andamento, visto que os prazos pertinentes para concluir as licitações ultrapassariam o período de encerramento estabelecido pelo Decreto Estadual nº 61621 de 12/11/2015, que estabelece normas relativas ao encerramento da execução orçamentária e financeira das administrações direta e indireta visando o levantamento do balanço geral do Estado no exercício de 2015. (Informações fornecidas pela Diretoria do CP-CFA – 28.01.16).

Programa 2607 - Gestão de Áreas Protegidas

Promover a valorização das florestas e da biodiversidade do Estado de São Paulo através de ações que agreguem valor aos bens e serviços gerados pela conservação e uso sustentável dos recursos naturais.

Ação 1859 - Desenvolvimento do Ecoturismo na Região da Mata Atlântica

Unidade Executora: Unidade de Coordenação do Projeto – UCP/SMA

O Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na Região da Mata Atlântica no Estado de São Paulo foi financiado pelo Governo do Estado de São Paulo e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com respaldo no Contrato de Empréstimo nº. 1681-OC-BR.

Foram US$ 9.000.000,00 (nove milhões de dólares) provenientes do BID e US$ 6.000.000,00 (seis milhões de dólares) de contrapartida.

O referido Contrato de Empréstimo foi firmado em 23 de fevereiro de 2006 e encerrou-se no dia 23 de dezembro de 2012, sendo que o último desembolso ocorreu no dia 23 de fevereiro de 2013.

Objetivou a melhoria dos equipamentos turísticos e organização dos parques estaduais na sua área de atuação para a implementação do Ecoturismo; organização e consolidação do produto turístico na área de influência do projeto e fortalecimento da capacidade de gestão do ecoturismo na Secretaria do Meio Ambiente e nos parques participantes do Projeto.

O Projeto abrangeu seis Parques do Estado de São Paulo, a saber: Intervales (PEI), Carlos Botelho (PECB), Caverna do Diabo (PECD), Turístico do Alto Ribeira (PETAR), da Ilha do Cardoso (PEIC) e de Ilhabela (PEIb).

O Projeto encontra-se concluído restando um saldo oriundo de rendimentos de aplicações financeiras dos recursos do financiamento (Fonte 7 – Recursos Externos), atualmente no valor de R$ 89.092,00. Em 2015, foram feitas solicitações junto à Secretaria da Fazenda para a transferência final destes recursos à Fundação Florestal visando aplicação na manutenção das Unidades de Conservação – UCs abrangidas pelo Projeto e em atividades destinadas ao ecoturismo, de acordo com a Política do Fundo Rotatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento- BID.

Ação 5063 - Gestão de Unidades de Conservação

Unidades Executoras: Instituto Florestal / Fundação Florestal

Planejamento e gestão das unidades de conservação estaduais, de proteção integral e de uso sustentável, através da conservação, ampliação e recuperação de ambientes e do uso dos recursos naturais; elaboração, aprovação e implantação dos planos de manejo; reforço da fiscalização das áreas protegidas; fomento à geração de alternativas de trabalho e renda a partir do uso sustentável dos espaços e recursos naturais e consolidação dos processos participativos em conselhos de gestão das unidades.

Durante o ano de 2015 foram desenvolvidas, nas 141 unidades atendidas, atividades de fiscalização, monitoria ambiental, planejamento, interação socioambiental, educação ambiental, regularização fundiária e pesquisa científica.

Especialmente as atividades desenvolvidas pela Fundação Florestal nas suas 94 unidades, 46 contam com Conselhos Gestores (consultivos ou deliberativos). Em 2015, esse cenário se manteve, tendo em vista a necessidade de alteração do artigo 20 do Decreto nº 60.302/2014, que instituiu o Sistema de Informação e Gestão de Áreas Protegidas e de Interesse Ambiental do Estado de São Paulo – SIGAP.

Em relação aos Planos de Manejo, foi reestruturado o Núcleo de Plano de Manejo e foram elaborados Planos de Ações Prioritárias dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação, definindo as atividades, recursos e tempo necessário para sua implantação.

A Fundação Florestal tem como meta a implantação de 90 Planos de Manejo (PM) de unidades de conservação. Esses Planos encontram-se distribuídos da seguinte forma: 39 unidades sem PM, 21 unidades com PM aprovados, 30 unidades com PM em andamento em 2015.

Sendo também o Instituto Florestal gestor de unidades de áreas protegidas, os seguintes planos de manejo encontram-se em fase de elaboração dos estudos: 1) Estação Ecológica de Avaré, 2) Estação Ecológica de Marília, 3) Estação Ecológica de Paranapanema; 4) Floresta Estadual de Paranapanema; 5) Estação Ecológica de Santa Marília, 6) Floresta Estadual de Pederneiras; 7) Floresta Estadual de Guarulhos. Tem também aprovados : 1) Estação Ecológica de Itirapina; 2) Estação Ecológica de Angatuba; 3) Parque Estadual Alberto Lofgrem; 4) Estação Ecológica de Assis; 5) Floresta Estadual de Assis; 6) Estação Ecológica de Santa Bárbara; 7) Estação Ecológica de Itapeva. Encontram-se em tramitação de aprovação junto ao CONSEMA os Planos de Manejo da Estação Ecológica de Mogi-Guaçu e Floresta Estadual Serra d'Água.

No âmbito da Gestão de Áreas Protegidas também é desenvolvido o Programa RPPN Paulista, analisando os pedidos de criação e dando orientação para seus proprietários na condução da gestão das reservas. A SMA, por meio da Fundação Florestal. Neste ano, foram elaborados 44 Planos de Proteção das RPPN à luz Resolução SMA nº 080/2015.

Objetivando a proteção e ampliação das áreas protegidas do Estado de São Paulo, encontra-se em fase de estudos para a **criação de novas Unidades de Conservação** as áreas do território paulista que apresentam atributos ambientais relevantes: a-) Mosaico de UC's da Serra do Itapeti-Tietê; b-) UC na região das nascentes do sistema Cantareira; c-) UC na região de Bauru; d-) UC na região das represas Billings e Guarapiranga e e-) Instituição da Área Sob Atenção Especial do Estado para a Expansão da Conservação da Biodiversidade do Barreiro Rico – ASPE, por meio da Resolução SMA 36/2015.

Além de todas essas ações, estudos desenvolvidos no âmbito do Programa Biota FAPESP identificaram áreas prioritárias para conservação no Estado de São Paulo. Compete ao Instituto Florestal analisar a viabilidade de criação de unidades de conservação em 10 áreas consideradas prioritárias (incluindo uma unidade de conservação em Bauru, com audiência pública realizada em 2013); encontra-se em processo de elaboração os estudos de viabilidade para as seguintes áreas: 1) Continuo da Serra de Paranapiacaba-Brumado; 2) Taquarituba; 3) Bananal; 4) Japi

Em relação às ações de Regularização Fundiária, foram realizadas atividades que contribuirão para a conclusão do processo de regularização fundiária das Unidades de Conservação do Estado de São Paulo, com destaque para o Georreferenciamento dos Parques Estaduais: Morro do Diabo e Carlos Botelho que contribuirá para o processo de regularização fundiária dessas unidades; Minuta do Programa Estadual de Regularização Fundiária Ambiental de Unidades de Conservação – PERFAM; e Minuta do Projeto de Lei para alteração dos limites do Parque Estadual do Juquery.

No tocante às atividades desenvolvidas pelo Instituto Florestal, existem 47 áreas especialmente protegidas sob sua gestão. É também responsável pela coordenação executiva da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo, que implica a implementação de ações de fomento à gestão integrada, educação ambiental e formação eco-profissional, estímulo à economia verde e ao eco-mercado de trabalho, pesquisa e avaliação científica, notadamente em serviços dos ecossistemas, mediação de conflitos, entre outros. Com 2.111.431 ha, a RBCV foi assim declarada pela UNESCO em 1994. Abrange 78 municípios (São Paulo, sua região

metropolitana e municípios envoltórios) que conservam os recursos naturais metropolitanos mais expressivos e estratégicos para o bem-estar de aproximadamente 24 milhões de habitantes. Destaca-se que 80% da água de abastecimento público do Estado de São Paulo é captada na área da RBCV.

Foram ainda recategorizadas áreas protegidas a partir da vocação de cada área, sendo conduzidos estudos para melhoria da tutela ambiental, a partir da recategorização dessas áreas para categorias de conservação previstas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação; os seguintes processos estão em desenvolvimento: 1) Estação Experimental de Buri; 2) Floresta Batatais; 3) Floresta Estadual de Cajuru; 4) Estação Experimental de Itapetininga; 5) Estação Experimental de Itapeva; 6) Estação Experimental de Itararé; 7) Floresta de Manduri; 8) Floresta de Santa Bárbara do Rio Pardo; 9) Estação Experimental de Santa Rita do Passa Quadro.

A Floresta Estadual de Assis e a Estação Ecológica de Assis estão em processo de aquisição de áreas públicas e privadas para incorporação às respectivas áreas e ampliação do território protegido por essas unidades de conservação.

Ação - Projeto Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica

Unidade Executora: Fundação Florestal

Recuperação de áreas ocupadas nas encostas do Parque Estadual da Serra do Mar – PESM: proteção da biodiversidade e da oferta de água; restauração de áreas degradadas, consolidação do Mosaico de Unidades de Conservação da Juréia-Itatins e do Mosaico de Ilhas e Áreas Marinhas Protegidas; ampliação das ações de fiscalização preventiva e ostensiva, com aporte financeiro do contrato internacional celebrado entre a Secretaria de Meio Ambiente e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

As ações ambientais desenvolvidas em 2015 destinaram-se a instrumentalização das Unidades de Conservação e da Policia Militar Ambiental de forma a dotá-las dos meios necessários à melhoria das ações de fiscalização e proteção do patrimônio natural. (I) No que concerne a obras destacamos: (a) PESM: das 14 (quatorze) obras contratadas para o PESM, 11 (onze) estão concluídas e, em 2015, foram contratadas 03 (três) edificações, sendo 01 Centro de Visitantes, 01 Base de Proteção e 01 Guarita no Núcleo Caraguatatuba (Estrada da Intermediária), no Município de Caraguatatuba; (b) Mosaico Juréia-Itatins: em fase final os serviços de reforma do Alojamento e Base de Proteção, bem como da construção do Centro de Educação Ambiental do Núcleo Arpoador do P.E. Itinguçu e, ainda, a contratação do gerenciamento e das obras de adequação e perenização da Estrada do Despraiado no Mosaico Juréia-Itatins; (c) Mosaico de Ilhas e Áreas Marinhas Protegidas: destacamos a revisão e atualização do projeto executivo de reformas do píer do P.E. Ilha Anchieta; (II) No que concerne a elaboração de Planos de Manejo, destacamos a contratação do Plano de Manejo da APA Ilha Comprida, a contratação da conclusão dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação do Mosaico Juréia-Itatins, bem como do início do certame licitatório para a contratação dos Planos de Manejo das APA´s Marinhas e ARIES do Mosaico de Ilhas e Áreas Marinhas Protegidas do Litoral Paulista. (III) Com relação aos serviços de Recuperação Ambiental, destacamos a execução dos serviços de gerenciamento e das obras de desconstrução de pisos e edificações nos Bairros Cota de forma a permitir os trabalhos de recuperação ambiental das áreas liberadas pelo reassentamento de famílias naqueles locais. (IV) Outro importante destaque é o início de operações da aeronave (helicóptero) adquirida para as ações de fiscalização da polícia Militar Ambiental; (V) Com relação aos meios, ou seja, a operacionalização das atividades de proteção e fiscalização, destacamos a manutenção de 46 (quarenta e seis) postos de vigilância patrimonial e de 23 (vinte e três) postos de monitores ambientais, contratos de abastecimento e manutenção de veículos, aeronave (helicóptero), embarcações, tratores e geradores, bem como de aquisições de suprimentos de informática, material de escritório, limpeza, serviços de conservação e manutenção predial, etc.

Ação - Gestão Ambiental da Serra do Mar, Mosaicos e Corredores da Mata Atlântica

Unidade Executora: Fundação Florestal

Manutenção das ações contínuas de recuperação socioambiental da Serra do Mar e sistemas de mosaicos da Mata Atlântica, garantindo a proteção das unidades de conservação envolvidas, de forma a proteger a biodiversidade local, bem como não permitir a reocupação das áreas liberadas.

Durante o ano de 2015 foi dado todo o suporte de serviços para manter os investimentos e ampliações já alcançadas pelo projeto de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica.

Entre as 13 unidades de conservação beneficiadas pela ação, destacam-se a manutenção dos serviços de fiscalização, monitoria, limpeza, manutenção de veículos, etc.

Ação 2483 - Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista – PDSLP

Unidade executora: UGL Meio Ambiente

Atuação no litoral paulista, Baixada Santista, Litoral Sul e Norte, com objetivo principal de gerar benefícios socioambientais com a redução de passivos habitacionais e ambientais em áreas de risco e de pressão às áreas protegidas, promovendo a proteção da biodiversidade e dos mananciais na zona litorânea do Estado de São Paulo, tendo como foco de atuação da Secretaria do Meio Ambiente a fiscalização, monitoramento e planejamento ambiental e proteção das unidades de conservação.

Em 2015, houve continuidade da aquisição de equipamentos de informática, de suporte de dados e de campo para implementar a Rede de Operações Ambientais (ROA) e as Salas Ambientais de Operação (SAO) do litoral paulista e o pagamento de veículos adaptados para transporte de fauna silvestre e para uso em ações de fiscalização pela Polícia Militar Ambiental, Coordenadoria de Fiscalização Ambiental e Municípios conveniados na região do projeto. Foram oito municípios que fizeram sua adesão ao Projeto em 2015: Bertioga, Guarujá, Ilha Comprida, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande e Santos, por meio de convênios celebrados, conforme consta no Decreto nº 61.213/2015 alterado pelo Decreto nº 61.414/2015.

Ressalta-se que a ROA tem seu funcionamento definido por metodologia integradora de informações e de bases de dados do Sistema Ambiental Paulista e parceiros referentes, principalmente, ao planejamento territorial, mapeamento de áreas de risco ambiental, monitoramento e fiscalização de áreas protegidas e zonas de amortecimento. As SAOs são ambientes de aplicação dessa metodologia integradora de informações.

Ainda como parte integrante da metodologia da ROA no âmbito do PDSLP foram investidos recursos em tecnologias de sensoriamento remoto e ferramentas para processamento e disponibilização das informações geradas, úteis para as tomadas de decisões estratégicas no âmbito das atividades de planejamento territorial e fiscalização ambiental do litoral paulista, com destaque para a aquisição de imagens aéreas por radar aerotransportado.

Ação - Compensação Ambiental

Unidade executora: SMA, Fundação Florestal e CETESB

Execução das atividades destinadas pela Câmara de Compensação Ambiental – CCA, seguindo o disposto do artigo 33 do Decreto nº 4.340 de 22/08/2002: Regularização fundiária e demarcação das terras; elaboração, revisão ou implantação do plano de manejo; aquisição de bens e serviços necessários à implantação, gestão, monitoramento e proteção de unidades de conservação – UC; desenvolvimento de estudos para a criação de novas UC's; desenvolvimento de pesquisas necessárias para o manejo de unidades de conservação.

Especialmente destacamos a coordenação das ações de elaboração, encaminhamento, análise e aprovação de 22 planos de trabalho – PT com valor total de R$ 35,2 milhões pleiteados junto ao Fundo Especial de Despesa para a Preservação da Biodiversidade e dos Recursos Naturais,

cuja situação encontra-se abaixo descrita: a-) PT Aprovados com recursos transferidos = R$ 20,0 milhões; b-) PT Aprovados com recursos em processo de transferência = R$ 4,4 milhões e c-) PT Aprovados em processo de adequações = R$ 10,8 milhões.

Os Planos de Trabalho encaminhados à Câmara de Compensação Ambiental-CCA tem como objeto de implementação a elaboração de Planos de Manejo, a criação de um sistema de prevenção e combate a incêndios florestais, estudos para criação de unidades de conservação, infraestrutura para proteção, recuperação florestal e manejo de espécies exóticas invasoras, regularização fundiária, revitalização e manejo de áreas de uso público, etc.

Além disso, foram executados 3 planos de trabalhos pela CETESB, a saber: Construção e entrega do laboratório de emissões veiculares em São Bernardo do Campo; avaliação dos impactos ambientais à qualidade do ar, água e solo da Região Metropolitana de São Paulo e a doação de recursos para aquisição e reforma de imóvel para a instalação da Agência Ambiental de Limeira. O quarto plano definido como a contratação de suporte para o desenvolvimento e implantação de um sistema de armazenamento de dados e gestão de emissões atmosférica, efluentes líquidos e de resíduos sólidos de fontes poluidoras que no ano de 2015 teve etapas concluídas, e terá continuidade no ano de 2016.

Justificativa do nível de execução do programa

Dentre os motivos que dificultaram o cumprimento pleno do planejado para o exercício, no âmbito do programa, destacamos para a ação de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica: (I) problemas fundiários que impediram o início de obras, tanto no PESM, quanto em outras Unidades de Conservação; (II) existência de pendência entre as ações de recuperação ambiental e as ações de remoção das famílias em Cubatão, sob responsabilidade da CDHU; (III) atrasos na obtenção de licenças junto a Prefeitura Municipal de São Paulo, no início das obras, da Policia Militar Ambiental (Centro de Treinamento); (IV) necessidade de alteração do projeto básico e arquitetônico do Jardim Botânico de Cubatão que, em função da enchente ocorrida em 22/fevereiro/13, necessitou de total alteração nos locais previstos para implantação de edificações; (V) alterações promovidas no Projeto de Lei Orçamentária para 2016 em relação ao solicitado no POS/2016 que impediram a contratação de obras e serviços que utilizariam recursos nos dois exercícios orçamentários (2015/2016), além do indeferimento de solicitações de adequação orçamentária de recursos de Fonte 007 (BID), impedindo a aquisição de importantes equipamentos naquele exercício.

Além disso, com relação à ação Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista, a execução acumulada dos recursos financiados (Fonte 7) pela 1ª Tranche no valor de R$ 8.000.000 aproximou-se dos 90%, restando apenas R$ 810.000 para diferimento de receita para 2016, cuja execução deverá completar-se até 31 de março de 2016, com aquisições complementares de equipamentos de informática destinados ao suporte das operações de fiscalização e monitoramento da Polícia Militar Ambiental – PMA. A continuidade das ações depende do novo repasse de recursos, pelo Banco do Brasil.

A execução acumulada de Recursos do Tesouro do Estado (Fonte 1) atingiu R$ 2.190.356, conforme citado para a UGL Meio Ambiente, e compreendeu despesas com contratação de Imageamento aéreo por radar para alimentar a ROA e obtenção de licenças de uso de softwares. No que diz respeito aos recursos de contrapartida, a baixa execução decorre da dificuldade de contratação de despesas que se justificassem apenas no ano de 2015, visto que a programação incluíam atividades de fiscalização e monitoramento por tecnologias de sensoriamento remoto como atividades contínuas e periódicas.

Programa 2608 – Pesquisa Ambiental

Desenvolver pesquisas científicas e tecnológicas para subsidiar a gestão ambiental do Estado e proteger e manter as Reservas Biológicas, Monumentos Geológicos, Museus, Bibliotecas, Acervos e Coleções Científicas.

Ação 4311 - Pesquisa Ambiental e Diagnóstico de Recursos Naturais

Unidades Executoras: Institutos de Botânica, Florestal e Geológico

Desenvolvimento de pesquisas científicas e levantamento dos recursos naturais terrestres e aquáticos, tendo em vista, principalmente, as seguintes linhas de pesquisa: conservação da geo e biodiversidade, mudanças climáticas, prevenção de desastres naturais, recursos hídricos e minerais, em atendimento ao protocolo de Nagoya.

A meta prevista para o ano de 2015 foi de 460 publicações/apresentações para as 3 unidades executoras. A meta atingida foi de 545 publicações/apresentações, representando um incremento de 15% em relação à meta prevista. Foram publicados trabalhos em revistas nacionais e internacionais indexadas em áreas como poluição, remediação ambiental, recursos hídricos, biodiversidade, bioprospecção, restauração e recuperação de áreas degradadas, entre outras. Além disso, foram realizados estudos associados a eventos geodinâmicos, avaliações de áreas degradadas, gestão de recursos minerais e mapeamentos geológicos. Tais informações serão importantes na definição de políticas públicas na área de conservação e uso dos recursos naturais. Além disso, muitas destas publicações estão associadas a atividades de estagiários e alunos de pós-graduação e contribuem para a formação de recursos humanos qualificados.

Ação 5678 - Manutenção dos Herbários, Coleções, Acervos, Bibliotecas e Museus

Unidade Executora: Instituto de Botânica

Preservar e ampliar a documentação histórica da geo e biodiversidade e do uso dos recursos naturais e da ocupação territorial do Estado de São Paulo, através de manutenção apropriada das coleções científicas.

O Instituto de Botânica manteve 8 coleções de interesse científico em 2015. As coleções do Herbário SP de fanerógamas, pteridófitas, algas, fungos, briófitas, xiloteca e palinoteca, e os exemplares incorporados à biblioteca, totalizaram 628.729 coleções. As diversas coleções possuem curadores que implementam e discutem as políticas de uso e conservação em um conselho de curadores. O processo de informatização encontra-se em andamento com a disponibilização de 217.692 registros: 127.324 de fanerógamas, 31.487 de algas, 33.292 de briófitas e 25.589 de fungos (http:\inct.splink.org.br). Além disso, 19.386 imagens de amostras de herbário da coleção de fanerógamas podem ser consultadas e acessadas nesse mesmo site, das quais 2.600 correspondem a imagens de tipos nomenclaturais. A Biblioteca incorporou, no período, 317 volumes, compreendendo livros e periódicos.

No Herbário D. Bento Pickel do Instituto Florestal, foram incorporadas ao acervo, em 2015, 872 amostras, totalizando a manutenção de 157.622 exsicatas.

No Instituto Geológico foram realizadas ações de gestão e manutenção dos acervos, mantendo-se as 227.696 coleções, distribuídas da seguinte forma: Geologia 5.050 amostras, Paleontologia 4.242 amostras, Geoprocessamento 54.777 fotografias/imagens aéreas, Museu 1.489 amostras, Acervo 16.969 documentos, Biblioteca 145.169 volumes.

Ação 6052 - Conservação das Reservas Biológicas e Monumentos Geológicos

Unidade Executora: Instituto de Botânica

Gerenciamento das Reservas Biológicas, identificação e conservação de geossitios e monumentos geológicos, com melhorias da infraestrutura.

Projetos de conservação e manutenção das Reservas pertencentes ao Instituto de Botânica de São Paulo, incluídas nesta ação, continuam em andamento. Na Reserva Biológica do Alto da Serra de Paranapiacaba (RBASP), foram desenvolvidos 23 projetos de pesquisa e 05 grupos de visitação (Universidade) foram atendidos. No Parque Estadual das Fontes do Ipiranga (PEFI) foram desenvolvidos 19 projetos de pesquisa e 3 grupos de visitação (Universidade) foram atendidos na área restrita. Na área do PEFI (Zoo, CAISM, SAA, IBt, CIENTEC) acompanhou-se 1 TCRAs (Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental). Outras vistorias e laudos técnicos externos foram realizados no Parque do Trabalhador e no Centro de Exposições Imigrantes.

Conservação da biodiversidade

Neste ano, destacam-se as atividades de gestão da unidade, com enfoque no monitoramento e planejamento ambiental, na fiscalização e proteção e, na manutenção de áreas verdes, trilhas, aceiros, gramados e áreas próprias estaduais. No tocante ao planejamento ambiental, foi finalizado o plano de manejo integrado das unidades de conservação compostas por áreas do Instituto de Botânica (Reserva Biológica de Mogi Guaçu) e do Instituto Florestal (Estação Ecológica de Mogi Guaçu). O plano passou por várias rodadas de discussões e ajustes na Câmara Técnica de Biodiversidade, Florestas, Parques e Áreas Protegidas do CONSEMA, tendo sido aprovado definitivamente em novembro último na plenária do CONSEMA.

Ainda, em relação à conservação, destaca-se a Reserva Biológica de Mogi Guaçu com área de 470,04 ha de Cerrado, importante bioma, seriamente ameaçado pelo aumento da fragmentação florestal. Ainda, insere-se na zona de transição ecológica entre o Cerrado e a Mata Atlântica, fazendo com que sua biodiversidade contenha elementos de ambos os biomas, o que eleva sua prioridade à conservação. Sua flora contém mais de 1000 espécies, sendo 18 classificadas como ameaçadas segundo listas oficiais (estadual, federal e internacional). Na avifauna, são 236 espécies, das quais 8 estão ameaçadas; mastofauna, 43 espécies, 8 ameaçadas; além de 408 espécies da artropodofauna terrestre, 29 da ictiofauna e 46 da herpetofauna.

A Reserva tem cerca de 17.000 m^2 de gramados, incluindo o entorno das áreas administrativas, da hospedaria e guaritas de vigilância, além de 25.500 m lineares de trilhas e aceiros, que precisam constantemente ser cortados e roçados.

Neste exercício foi dada continuidade às ações de conservação das 4 reservas incluídas na ação.

Quanto à conservação da geodiversidade, o Inventário Paulista de Monumentos Geológicos possui atualmente 34 geossítios cadastrados, dos quais 7 foram declarados Monumentos Geológicos Paulistas por meio do Conselho Estadual de Monumentos Geológicos (CoMGeo-SP). No exercício foram realizadas as seguintes ações: a) ações preparatórias para a indicação de novos monumentos geológicos no Estado; b) desenvolvimento, implantação e lançamento do site específico sobre geossítios e monumentos geológicos paulistas, e c) elaboração de minuta de decreto estadual para a regulamentação dos geossitios e monumentos geológicos no âmbito do SIGAP (Sistema de Informações e Gestão de Áreas Protegidas e de Interesse Ambiental do Estado de São Paulo).

Justificativa do Nível de Execução do Programa

No programa de Pesquisa Ambiental, foram atingidas as metas propostas e estabelecidas na Lei Orçamentária de 2015. Os recursos do programa alocados no tesouro foram destinados principalmente ao pagamento de contratos e utilidade pública das instituições executoras. A redução no orçamento de 2015 associada ao contingenciamento de parte deste resultou na necessidade de renegociação de contratos, objetivando a redução dos valores e complementações dos recursos necessários ao pagamento dos contratos, utilidade pública, diárias, materiais de consumo e manutenção geral das instituições, as quais foram realizadas com recursos do Fundo Especial de Despesas. Os valores inicialmente destinados no grupo de investimentos previstos para a execução plena da ação de pesquisa ambiental foram comprometidos em decorrência da necessidade de aplicação dos recursos financeiros do fundo especial de despesa para coberturas contratuais.

Programa 2609 – Planejamento Ambiental

Propor diretrizes para o ordenamento territorial e desenvolver ferramentas e Instrumentos para o planejamento ambiental do Estado, contribuindo para a integração entre desenvolvimento socioeconômico e proteção ambiental, visando à melhoria da qualidade de vida.

Ação 4640 - Gerenciamento de Informações Ambientais

Unidade Executora: Coordenadoria de Planejamento Ambiental

Produção, consolidação e difusão das informações ambientais para o conhecimento do território.

Relatório de Qualidade Ambiental do Estado de São Paulo 2015 (RQA): Elaboração e publicação do RQA 2015, que é composto por textos analíticos e indicadores que juntos propiciam uma análise crítica da evolução da qualidade ambiental do Estado.

Sistematização de Dados e Informações Ambientais Territoriais

Projeto DATAGEO: Finalização e implantação da construção da Infraestrutura de Dados Espaciais Ambientais do Estado de São Paulo – IDEA-SP. – ferramenta que permite organização, catalogação, conversão, padronização, e disponibilização de informações ambientais espacializadas via Portal WEB. Projeto BIRD, Pró-Vicinais. Informações territoriais e ambientais disponibilizadas para o público interno e externo. Endereço de acesso: http://datageo.ambiente.sp.gov.br/.

Publicação de novas informações ambientais territoriais no Geoportal DataGEO:

a-) Cadastro Ambiental Rural
b-) Unidades de Conservação do Estado de São Paulo
c-) Mapas de suscetibilidade a risco natural

UHCT do Estado de São Paulo: Elaboração, disponibilização e publicação das Unidades Homogêneas de Uso e Cobertura da Terra 2014 (CPLA/IG), no site http://www.ambiente.sp.gov.br/cpla/cessao-de-dados/unidades-homogeneas-de-uso-e-ocupacao-do-solo-urbano-uhct/ e no site do DataGEO (http://datageo.ambiente.sp.gov.br), para download dos arquivos e ficha técnica. Recurso do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO)

Ação 6056 - Desenvolvimento de Instrumentos de Planejamento Ambiental Territorial

Unidade Executora: Coordenadoria de Planejamento Ambiental

Realização de estudos para proposição de instrumento de planejamento ambiental territorial de forma articulada e entre as instâncias do poder público, implantação do Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE de todo o Estado de São Paulo.

Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE): Articulação interinstitucional entre SMA, Casa Civil, EMPLASA e demais secretarias de Estado para elaboração do ZEE, em especial a parceria da EMPLASA para integração com os Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI). Também foram contratadas consultorias para início do processo de desenvolvimento da metodologia a ser adotada, e construída a base de dados regionais e diagnósticos preliminares. As atividades foram financiadas com recursos oriundos do Programa de Transporte, Logística e Meio Ambiente (Contrato de Empréstimo do Banco Mundial nº 8272-BR).

Gerenciamento Costeiro: Elaborada e disponibilizada à consulta pública a proposta preliminar de minuta e mapa do Zoneamento Ecológico Econômico do setor costeiro do Vale do Ribeira. Continuidade dos trabalhos do Grupo Setorial de Coordenação do Gerenciamento Costeiro do Litoral Norte (Resolução SMA nº 76/2015), com vistas à finalização da revisão do Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro da região. Compatibilização do Plano de Ação e Gestão elaborado pelo Grupo Setorial com o Plano Metropolitano de Desenvolvimento Estratégico da Baixada Santista (AGEM).

Ação 6057 - Elaboração e Monitoramento de Políticas Públicas

Unidade Executora: Coordenadoria de Planejamento Ambiental

Formulação de políticas públicas ambientais orientadas por objetivos – entre as quais aquelas voltadas ao desenvolvimento da Economia Verde no Estado de São Paulo – com previsão lógica dos recursos humanos e orçamentários e da metodologia para sua implementação, que permita sua análise territorial por meio de indicadores de eficácia, eficiência e efetividade; implementação

de políticas públicas, em especial a Política Estadual de Resíduos Sólidos, Programas de Compras Públicas Sustentáveis e ICMS Ecológico.

Contratações Públicas Sustentáveis: Ampliado o número de itens do Catálogo de Materiais da Bolsa Eletrônica de Compras com o Selo Socioambiental: de 1.700 em 2014 para 1.815 em 2015. Desenvolvimento do Programa Estadual de Contratações Públicas Sustentáveis – Decreto Estadual nº 53.336/2008, com realização de encontros técnicos e capacitações de gestores públicos.

ICMS Ecológico: Elaboração do cálculo do índice de participação dos Municípios no produto da arrecadação do ICMS relativamente à existência de espaços territoriais especialmente protegidos, nos termos da Lei Estadual nº 8.510/93, alterada pela Lei Estadual nº 12.810/2008.

Apoio à Gestão Municipal e Intermunicipal de Resíduos Sólidos: Aplicado o Índice de Gestão de Resíduos (IGR) com o objetivo de avaliar a gestão dos resíduos sólidos nos municípios paulistas. Capacitação e apoio técnicos aos municípios da Bacia do Rio Sorocaba e Médio Tietê para elaboração dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), e aos municípios da Baixada Santista para elaboração do Plano Regional de Resíduos Sólidos da Baixada Santista.

Programa Estadual de Educação Ambiental para a Gestão de Resíduos Sólidos: ações em parceria com a Coordenadoria de Educação Ambiental para implementação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos. Foi realizado o evento “Diálogos de Educação Ambiental e a Gestão de Resíduos Sólidos”, com vistas a dar início e subsidiar a construção coletiva de diretrizes norteadoras do programa.

Programa de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Serra da Mantiqueira: Grupo de Trabalho com representantes da sociedade civil, tendo sido elaborado o diagnóstico da região, abrangendo seus aspectos históricos e culturais, bem como as características dos meios físico, biótico e antrópico (incluindo-se as atividades econômicas desenvolvidas na região), fundamentais para embasar a proposição das ações previstas no programa.

Justificativa do nível de execução orçamentária do Programa

A execução orçamentária do Programa ficou restrita a cerca de 30% da dotação inicial, principalmente em função da não realização das Audiências Públicas do Gerenciamento Costeiro do Vale do Ribeira, inicialmente previstas para o primeiro semestre, foram postergadas devido à necessidade de regulamentação da APA Federal da Ilha Comprida, a qual tem forte interface com o Gerenciamento Costeiro. Também em função de novas diretivas para a Política de Resíduos Sólidos dentro da SMA, não houve a contratação de estudos para suporte à implementação dos instrumentos das Políticas Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos (sistema declaratório, gravimetria, monitoramento, avaliação do Plano Estadual e apoio à gestão municipal, dentre outros).

Cabe salientar também, que a antecipação do fechamento do período orçamentário impossibilitou a realização de licitação do projeto de melhoria da infraestrutura lógica e a aquisição de imagens de satélite da Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia do Rio Alto Juquery (APRM-AJ).

Programa 2610 - Conservação da Biodiversidade

O Estado de São Paulo possui hoje 17% de seu território coberto por vegetação nativa. Essa área precisa ser conservada, protegida e ampliada, observando-se as diretrizes da Política Estadual de Mudanças Climáticas e buscando-se atingir as Metas da Convenção de Diversidade Biológica, no que concerne à biodiversidade, e do Pacto pela Restauração da Mata Atlântica, do qual a Secretaria de Estado do Meio Ambiente é signatária.

São objetivos deste programa conservar a biodiversidade fora de unidades de conservação, desenvolvendo ações alinhadas com os objetivos e metas da Convenção da Biodiversidade Biológica de Aichi/Nagoya, além de estimular práticas e ações de menor impacto sobre o clima, tais como projetos que visam ao desenvolvimento sustentável de diversos setores da sociedade.

Para atingir tais objetivos, o Programa 2610 conta com oito ações que abrangem iniciativas de

conservação e restauração dos remanescentes de vegetação nativa; tratam da fauna silvestre e doméstica no Estado; estimulam o desenvolvimento sustentável, tanto dos agricultores familiares quanto dos grandes setores produtivos, além de retribuir os serviços ecossistêmicos prestados por aqueles que conservam os recursos naturais paulistas.

O monitoramento dos resultados do Programa é feito por meio da apuração anual dos seguintes indicadores: a) Percentual da área do Estado com cobertura vegetal nativa, exceto Unidades de Conservação de Proteção Integral; b) Percentual do número de atividades relativas à Gestão da Fauna Silvestre assumidas pelo Estado de São Paulo; c) Toneladas estimadas de carbono sequestrado por florestas em restauração inseridas em atividades do 'Programa de Remanescentes Florestais', previsto na 'Política Estadual de Mudanças Climáticas'; d) Percentual dos produtos implementados daqueles previstos no 'Plano de Ação do Estado para Conservação da Biodiversidade', previsto nas metas 17 e 20 do objetivo estratégico 'E' do 'Plano de Metas de Aichi/Nagoya' e e) Percentual da área de produção agropecuária e florestal do Estado comprometida com a sustentabilidade por meio de protocolos agroambientais setoriais.

Ação - Sustentabilidade Ambiental - Microbacias

Unidade Executora: GTAPE – Grupo de Trabalho e Acompanhamento de Projetos Estratégicos

O Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II, instituído pelo Decreto 56.449, de 29 de novembro de 2010, é objeto do Acordo de Empréstimo nº 7908-BR firmado em 27 de setembro de 2010 entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Mundial e tem o objetivo de promover o desenvolvimento rural sustentável e a competitividade da agricultura familiar no Estado de São Paulo. O Projeto visa aumentar a renda e as oportunidades de trabalho para agricultores familiares e outras populações rurais vulneráveis e, ao mesmo tempo, viabilizar e apoiar o manejo sustentável dos recursos naturais e a inclusão social.

O prazo de execução do Projeto, de acordo com o estabelecido no Contrato de Empréstimo firmado com o Banco Mundial, estendia-se, inicialmente, até 30 de setembro de 2015, tendo sido prorrogado até 30 de setembro de 2017, por meio da Carta do Banco Mundial oficializando a primeira alteração do Acordo do Empréstimo, em 29 de Setembro de 2015 que também promoveu uma reestruturação do Projeto.

A execução do projeto é de responsabilidade da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) da SAA e da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN) da SMA, sendo a coordenação geral exercida pela CATI. O Programa 2610 – Conservação da Biodiversidade contempla as ações do Projeto executadas pela CBRN/SMA.

Em 2015, estavam previstas ações para atender as três atividades. A seguir destacamos algumas realizações:

Ações de Capacitação e Mobilização: No âmbito dos subprojetos, destacam-se tanto a consolidação quanto a ampliação de uma rede de parcerias que realizam apoio técnico, articulação e desenvolvem projetos diversos relacionados ao tema, envolvendo universidades (ESALQ/USP, UNESP Registro, UFSCar), Embrapa, Itesp, INCRA, CATI, APTA, movimentos sociais, empresas de assistência técnica e organizações da sociedade civil.

Também se ressalta o fortalecimento de 24 organizações por meio de 65 capacitações e treinamentos relacionadas à SAF e gestão, realizados no âmbito dos subprojetos apoiados, assistência técnica, melhoria de sedes, aquisição de máquinas e equipamentos voltados ao aumento da produção e humanização do trabalho no campo.

Outras atividades: a-) Promoção do VII Encontro Paulista da Biodiversidade; b-) Apoio à Realização do Evento "12º AGRIFAM - Feira da Agricultura Familiar - 2015"; c-) Apoio à participação na 11ª BIO BRAZIL FAIR | BIOFACH América Latina – Feira Internacional de Produtos Orgânicos e Agroecologia; d-) Seminário – Unindo Cidades e Bacias Hidrográficas para a Segurança Hídrica e-) Economia Verde (São Paulo, setembro de 2015); e-) Realização de capacitação em pecuária ecológica (São Luiz do Paraitinga – SP) e f-) Apoio à realização do "Encontro Administrativo e Financeiro", realizado na cidade de São Pedro - SP.

Ações de Fortalecimento da Gestão Ambiental: a-)Estudos e trabalhos relacionados à implantação do Cadastro Ambiental Rural e do Programa de Regularização Ambiental, tais como:

Elaboração do projeto de desenvolvimento de Web Portal para reserva legal; Estudos sobre financiamentos para projetos do plantio de floresta nativa em reservas legais; Desenvolvimento e adequação do sistema de Cadastro Ambiental Rural – CAR; Serviço de apoio ao cadastramento de propriedade dos projetos de PSA e CAR; b-) Atualização do I Inventário de emissões de gases de efeito estufa do setor uso da terra, mudança do uso da terra e florestas (UTMUTF) do Estado de São Paulo, 2008-2011;c-) Realização de diagnóstico inicial para a primeira fase do TEEB (preparatória); d-) Apoio às organizações conveniadas na execução e avaliação econômica dos subprojetos e para realizar relatório final sobre a execução dos Subprojetos – leva 1 e e-)Realização de Auditoria do Exercício de 2014.

Subprojetos Ambientais

Os Subprojetos Ambientais têm o objetivo de apoiar financeiramente atividades produtivas compatíveis com a conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos, desenvolvidas por agricultores familiares em áreas de maior interesse ou restrição ambiental.

Em 2015, deu-se continuidade a implantação dos subprojetos ambientais, envolvendo ações de boas práticas em 379,5 hectares e 19 projetos voltados à implantação de 535,95 hectares de sistemas agroflorestais, incluindo Áreas de Preservação Permanente, Reservas Legais e áreas comuns. Foi atingido, ainda neste exercício o ápice da execução financeira. Ao longo do ano foram realizadas as atividades de apoio, acompanhamento e supervisão pertinentes à execução desses 24 subprojetos, envolvendo vistorias de técnicos da CBRN, treinamentos sobre temas relativos a procedimentos administrativos financeiros, prestação de contas, implantação de SAF, comercialização, avaliação econômica e financeira dos projetos. No 4º trimestre de 2015 foram aditivados 22 dos 24 convênios firmados para implementação dos subprojetos ambientais, tendo em vista a prorrogação do Projeto PDRS por mais 2 anos. Garante-se com isso um prazo maior para permitir a plena implantação dos projetos, considerando o aprendizado até então obtido e as correções de rumos necessárias.

Ação - Projetos de Pagamentos por Serviços Ambientais – carbono, água e biodiversidade (PSA)

Unidade Executora: Coordenadoria da Biodiversidade e Recursos Naturais

Esta ação teve como meta para **2015** a assinatura de **45 contratos** com provedores de serviços ambientais, envolvendo uma área de **600 hectares.** A meta foi atingida parcialmente, visto que foram assinados **17 contratos**, num total de **904,72 hectares** que correspondem à região noroeste do estado onde as propriedades rurais são maiores. Esclarecemos que a meta inicialmente prevista de 600 hectares foi estabelecida com base nas propriedades inscritas até 2014 onde não compreendia as propriedades da região noroeste.

Ademais, foram realizadas diversas atividades no âmbito dos projetos de PSA do Estado, conforme **resumido** a seguir:

a) Projeto Mina D'Água: além da assinatura de 17 contratos, contemplando 32 nascentes e uma área de 904,72 hectares, foram assinadas as renovações de convênios com quatro municípios para implantação das ações do projeto; realizaram-se pagamentos para 26 provedores de serviços ambientais, após vistorias; encontra-se em fase de autorização os pagamentos para 12 contratos já vistoriados; e foi lançado um novo edital de chamamento público para novos interessados, que se encontra em fase de inscrições.
b) Projeto CAP PSA – RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural): foi feita a publicação do segundo edital de chamada pública para manifestação de interesse de RPPNs em participar do projeto; e realizaram-se pagamentos dos serviços ambientais prestados para 11 RPPNs, selecionadas no primeiro edital, após a verificação do cumprimento das ações dos contratos.

c) Projeto PSA Fauna: foi apresentada e está em fase de discussão a proposta de resolução de projeto de PSA para Áreas de Soltura e Monitoramento de fauna silvestre.

d) Projeto PSA Mata Ciliar: foi publicada a Resolução SMA nº 19/2015, que institui o projeto de PSA Mata Ciliar. Para o projeto há proposta de contratação do Banco do Brasil para realizar os serviços de agente financeiro e fiscalização das atividades dos projetos técnicos, a proposta está

em fase final de contratação, sendo prevista a conclusão para o primeiro bimestre de 2016. O Projeto também prevê o apoio aos interessados para elaborar os projetos técnicos com as ações de conservação, e para realizar este apoio, está em andamento à contratação de terceiros para realização destes serviços, cuja previsão de conclusão é o primeiro bimestre de 2016. Também está sendo desenvolvido um plano de comunicação com o objetivo de estabelecer parceiras locais para apoio ao projeto na interlocução com os proprietários rurais interessados. Para isto, está em andamento um trabalho conjunto entre a CBRN e CEA, com vistas ao desenvolvimento e execução do plano de comunicação. O lançamento do primeiro Edital do projeto está previsto para o primeiro trimestre de 2016, sendo que a minuta passa pela revisão da Consultoria Jurídica.

e) Projeto PSA Vale do Paraíba GEF: realizaram-se duas capacitações para a rede de parceiros e foram implantadas duas Unidades de Estudos de Pastagem Ecológica em São Luiz do Paraitinga.

f) PSA Geral: foi realizada oficina sobre PSA para 20 técnicos da SMA e instituições atuantes no tema no Estado, realizou-se capacitação em PSA via Rede do Saber para técnicos de 305 municípios; analisou-se a documentação de 412 municípios referente à legislação municipal sobre PSA para pontuação na diretiva de biodiversidade, no âmbito do Programa Município Verde-Azul; e foram feitas as análises e aprovações finais de dois projetos sobre PSA, apresentados ao FEHIDRO-Fundo Estadual de Recursos Hídricos - pela Fundação de Apoio à Pesquisa Agrícola e Instituto Oikos.

g) Projeto TEEB São Paulo: O projeto TEEB São Paulo – Economia dos Ecossistemas e Biodiversidade (*The Economics of Ecosystems and Biodiversity)* realizou um workshop de dois dias, em fevereiro, contando com a participação de 35 pessoas no primeiro dia e 25 participantes no segundo dia. As pessoas e instituições foram selecionadas a partir de suas *expertises* com o tema valoração da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos, atuação na região da Bacia do Paraíba do Sul e análise dos potenciais parceiros e usuários do estudo TEEB – SP. Os participantes representaram instituições do governo, academia, terceiro setor, setor privado e outros grupos de atores. O objetivo do workshop foi definir o escopo e escala do TEEB – SP. Após o workshop, a consultoria contratada apresentou um relatório final com as conclusões do trabalho e do termo de referência para a contratação da consultoria que desenvolverá o projeto. Após revisões, o termo de referência foi submetido ao Banco Mundial e encontra-se em análise para obtenção da não objeção, tendo sido também encaminhado para a análise da Consultoria Jurídica da SMA. Após aprovação do termo de referência, será lançado o edital para contratação da empresa que fará o estudo.

Ação 5060 - Conservação e Manejo da Fauna Silvestre (CECFAU)

Unidade Executora: Fundação Parque Zoológico

Conservação e reprodução em cativeiro de animais ameaçados de extinção; implantação do Centro de Conservação da Fauna do Estado de São Paulo – CECFAU, em Araçoiaba da Serra, complexo laboratorial composto de laboratórios de biologia molecular, microbiologia aplicada, reprodução assistida e biotecnologia, banco genético e de germoplasma, para conservação de espécies estratégicas.

O objetivo da ação é estabelecer as populações *ex-situ (fora do local de origem)* geneticamente viáveis para conservação; desenvolver tecnologias para manutenção de espécies em cativeiro e realizar pesquisas cientificas exclusivamente sobre conservação de espécies estratégicas. Pretende-se ainda manter um banco genético e de germoplasma de espécies ameaçadas de extinção e estabelecer práticas de remediação de impactos ambientais que comprometam a biodiversidade.

Finalização das obras de implantação e inauguração do Centro de Conservação da Fauna Silvestre (CECFAU), em Araçoiaba da Serra. Início das operações com treinamento de pessoal (tratadores e técnicos) e transferências dos animais.

Os animais transferidos foram: 3 casais de tamanduás-bandeira; 4 grupos familiares de mico-leão-cara-dourada; 1 casal de mico-leão-dourado; 4 casais de mico-leão-preto, onde um dos casais teve um filhote em novembro/2015; 11 indivíduos de arara-azul-de-lear que estão

participando do Projeto Grande Flocking - onde os indivíduos poderão selecionar livremente o seu parceiro sexual.

No Parque Zoológico em São Paulo foram manejadas as espécies: Cágado-do-nordeste: obtivemos 22 filhotes (o conhecimento do manejo dessa espécie ajudará nos projetos de reprodução de outra espécie ameaçada); Mabuya-de-noronha: 3 nascimentos; Jacutinga: 1 filhote; Arara-Azul-de-Lear: 1 filhote; Mico-Leão- Preto: total de 4 filhotes (provenientes de 2 casais).

Ação 6072 - Fauna Urbana (ou Fauna Doméstica)

Unidade Executora: Coordenadoria da Biodiversidade e Recursos Naturais

Tendo por objetivo principal a redução do número de animais errantes nas áreas urbanas do Estado, esta ação prevê a celebração de convênios e parcerias com prefeituras e entidades a fim de promover medidas para gestão e proteção da fauna urbana, por meio de iniciativas de identificação e registro; ações educacionais para conscientização pública para o não abandono de animais; esterilização cirúrgica, bem como campanhas de adoção.

Outros objetivos da ação são: minimizar o risco de disseminação de zoonoses; conscientizar a população sobre posse responsável e diminuir casos de maus tratos a esses animais.

No período do exercício de 2015 não foi assinado nenhum convênio, pois, por determinação superior, por meio dos Decretos Nº 60.887, de 10/11/2014, que dispôs sobre medidas de ajuste orçamentário e financeiro do exercício de 2014 e Decreto Nº61061, de 16/01/2015, que fixou normas para execução orçamentária e financeira do exercício de 2015, não houve liberação de recursos para tal fim.

Em 2015, houve o acompanhamento da execução dos 38 convênios assinados nos anos de 2013 e 2014, sendo 36 firmados com municípios e 2 com organizações sociais.

Foram analisados os documentos enviados pelos convenentes para comprovação da execução técnica e financeira de 82 processos já existentes pelos técnicos do Centro de Manejo Fauna Domésticas (CMFD), com apoio do GTAC nas questões financeiras. No entanto, por não ter havido liberação de recurso, nenhum novo convênio foi firmado.

Há 44 processos relacionados às emendas parlamentares destinadas à execução do Programa Estadual de Identificação e Controle Populacional de Cães e Gatos, nos quais os termos de convênio ainda não foram assinados, mas foram acompanhados e instruídos ao longo deste período.

Até a presente data, foram elaboradas 284 Informações Técnicas, fruto das análises dos processos no período.

Ação 6073 - Gestão da Fauna Silvestre

Unidade Executora: Coordenadoria da Biodiversidade e Recursos Naturais

A ação de Gestão da Fauna Silvestre trata da implementação do Termo de Cooperação para Gestão compartilhada da Fauna Silvestre, firmado entre o IBAMA e a SMA, visando descentralizar a gestão da fauna silvestre, possibilitando maior controle dos empreendimentos que manejam fauna silvestre no Estado de São Paulo. O termo estabeleceu um cronograma para o repasse dessas atividades.
Além do Termo de Cooperação, propriamente dito, no âmbito desta ação são desenvolvidas outras atividades, visando coibir o tráfico de animais, aumentar a rede de destinação da fauna apreendida e minimizar o impacto das espécies exóticas invasoras sobre as espécies nativas, que envolvem visitas técnicas, elaboração e análise de projetos de manejo de fauna silvestre em vida livre; revisão e elaboração de arcabouço legal dos assuntos pertinentes, incluindo a exploração sustentável de recursos pesqueiros e o combate às ameaças de extinção, entre outras.
Em 2015 as atividades de fauna repassadas pelo IBAMA para gestão de SMA, foram acompanhadas pelos centros nas diversas categorias de atividades relativas ao uso e manejo da fauna silvestre, por meio do GEFAU, sistema informatizado. A meta para implantação do GEFAU

foi atingida, mas o sistema passa por melhorias para aprimoramento das demandas atuais e de novas identificadas durante as atividades. Embora não fosse parte da meta neste quadriênio, foi dado início à discussão para implantação de uma Política Pública Estadual de Conservação da Fauna Silvestre.

No sistema GEFAU os dados iniciais dos empreendimentos de fauna e de processos existentes foram inseridos pelos técnicos com base nos processos físicos recebidos do IBAMA, demais informações e solicitações são inseridas pelos responsáveis dos empreendimentos ou dos interessados nos processos.

Os dados computados no ano são expressivos nos três centros que gerenciam a fauna silvestre, em número de processos tramitados, autorizações emitidas para as diversas atividades e categorias, documentos emitidos na forma de informações técnicas, pareceres técnicos, ofícios, elaboração de normas e de protocolos, acompanhamento dos convênios e acordos de cooperação técnica com outras entidades sem repasse de recursos; palestras ministradas, treinamentos, participação de grupos de trabalho, eventos; atendimento presencial na sede e nos núcleos regionais aos criadores amadoristas de passeriformes, vistorias técnicas.

Demandas 2015	MCMFS	CCDFS	CCFSC	Demandas 2015	MCMFS	CCDFS	CCFSC	SSIS PASS
Processos licenciamento ambiental	277	-	-	Memorandos emitidos	18	11		-
Processos manejo de fauna	59	-	-	Vistorias realizadas	4	10	32	-
Processos manejo de javalis	405	-	-	Relatórios de vistoria			30	-
Processos tramitados			621	Palestras ministradas	12	-		-
Processos CETAS	-	16	-	Participação em eventos	21	3		-
Processos CRAS	-	9	-	Demandas oficiais	15			-
Processos Áreas de Soltura	-	38	-	Participação em GTs/Projetos	11	0		-
Processos de Programas de Soltura	-	12	-	Normas elaboradas	1	2		-
Autorizações emitidas	163	342	683	Convênios em andamento	2	1		-
Pareceres Técnicos emitidos	122	5		Atendimentos individuais Capital	-	-	-	1125
Informações Técnicas emitidas	95	83	113	Atendimento c/procuração Capital	-	-	-	1350
Ofícios emitidos	173	15	191	Atendimentos regionais individuais	-	-	-	2826
Ofícios Circulares	-	-	2	Atendimentos regionais c/ procurações	-	-	-	1873

Legenda: CMFS- Centro de Manejo de Fauna Silvestre; CDFS - Centro de Destinação de Fauna Silvestre; CFSC - Centro de Fauna Silvestre em Cativeiro; SISPASS – Criadores amadoristas de passeriformes.

Ação 6075 - Fomento à Sustentabilidade de Atividades Agropecuárias e Florestais

Unidade Executora: Coordenadoria da Biodiversidade e Recursos Naturais

A ação tem por objetivo principal estimular práticas agrícolas e florestais sustentáveis, de modo a garantir a sustentabilidade do consumo e comércio de produtos e subprodutos agropecuários, certificando as ações diferenciadas, comprometidas com a manutenção da biodiversidade para as futuras gerações. Desenvolve ações que estimulem a agricultura de baixo carbono, bem como o aperfeiçoamento da reposição florestal e do “CadMadeira”.

Esta ação teve como meta para 2015 a assinatura de 02 protocolos para implantação de boas práticas em setores produtivos. A meta foi parcialmente atingida, já que estão em andamento duas importantes atividades: uma com a Fundação Itesp, com a assinatura de um convênio no início de 2016 para que Reservas Legais de assentamentos sejam restauradas e manejadas, possibilitando assim, além de um acréscimo de renda aos assentados, a possibilidade de se testar a implementação do manejo de florestas para a obtenção de produtos madeireiros e não madeireiros, com o objetivo de difusão desse sistema para outros imóveis rurais que ainda necessitam de restauração ecológica de suas Reservas Legais; outra atividade é uma parceria, que será formalizada com um Protocolo de Intenções a ser assinado no início de 2016, com organizações voltadas à agroecologia, como a Associação de Agricultura Orgânica, com as seguintes estratégias: a-) Promover a adoção de práticas sustentáveis provenientes dos sistemas de produção agroecológicos por parte dos produtores rurais que praticam uma agricultura mais convencional; b-) Sensibilizar o consumidor aos benefícios do consumo de produtos provenientes desse método de produção; c-) Desenvolver materiais educativos e realizar eventos voltados tanto aos produtores quanto aos consumidores; d-) Capacitar técnicos da extensão rural, de entidades como a CATI, em agroecologia.

Em 2015, foram realizados trabalhos de acompanhamento e gestão relacionados aos protocolos vigentes que correspondem a 5,48 milhões de hectares de áreas comprometidas com boas práticas agroambientais, cerca de 27% da área agricultável do Estado.

No Protocolo Agroambiental firmado com as usinas e associações de fornecedores de cana paulistas, 136 usinas e 25 associações de fornecedores de cana renovaram seus Certificados Etanol Verde, a despeito da crise econômica que assola o setor e que tem sido responsável pelo fechamento de dezenas de usinas e consequentemente, pela redução da área total compromissada pelas signatárias do Protocolo. Atualmente, cerca de 90% das usinas e associações de fornecedores de cana paulistas são signatárias do Protocolo Agroambiental, respondendo por cerca de 93,5% da produção paulista e 45,5% da produção nacional de etanol.

Na safra 2014/2015, cerca de 90% da colheita da cana (4,82 milhões de hectares) foi realizada sem o emprego do fogo. Desde o início do Protocolo Agroambiental, deixou-se de queimar um total acumulado de 9,3 milhões de hectares, área que se tivesse sido queimada teria emitido cerca de 34,7 milhões de toneladas de poluentes e 5,7 milhões de toneladas de gases de efeito estufa, quantidade essa correspondente ao emitido por 100 mil ônibus em circulação por um ano em uma grande cidade. As signatárias deste protocolo também compromissaram 267.822 ha de áreas ciliares com a proteção e recuperação. No ano de 2015 foram realizadas 9 vistorias a signatárias, além de 3 palestras relacionadas ao CAR-Cadastro Ambiental Rural- e ao Programa Nascentes para essas empresas. Foram realizadas reuniões com o setor e com a Secretaria da Agricultura, capacitações da equipe, além da participação em eventos para divulgação dos resultados deste Protocolo, como o Etanol Summit e a Agrishow.

O Protocolo Agroambiental firmado com o setor florestal representa cerca de 570 mil hectares das empresas Lwarcel, Fibria, Duratex e Suzano comprometidos com as Diretivas Técnicas estabelecidas no acordo. Em 2015, foram retomadas as discussões sobre o zoneamento agroambiental do setor de florestas plantadas, com a participação do Instituto Florestal, que se comprometeu a avaliar o material já produzido até o momento, auxiliando a tomada de decisão tanto por parte do setor florestal, quanto por parte da SMA, com relação a possíveis complementações necessárias para que o estudo possa ser publicado.

Além disso, foi realizada uma visita à unidade da empresa Duratex na região de Lençóis Paulista, para acompanhar os procedimentos de campo da empresa, com vistas ao aprimoramento do Protocolo.

No âmbito do Projeto Guarapiranga Sustentável, que envolve ações em conjunto com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, reuniões de trabalho foram realizadas para se avaliar a pertinência de se renovar o Protocolo assinado com a Prefeitura de São Paulo, e a assinatura de um novo Protocolo com a Prefeitura de Embu-Guaçu, já que o arranjo institucional se mostrou muitas vezes insatisfatório, no caso do município de São Paulo.

Desde que entrou em vigor, o Protocolo de São Paulo teve a adesão de 45 agricultores. A avaliação desses planos pela Comissão Executiva, composta por três técnicos e seus respectivos suplentes, indicados pelas duas Secretarias de Estado e pela Prefeitura Municipal de São Paulo, era mensal ou bimestral, conforme a demanda da Prefeitura Municipal, mas a partir do final do ano de 2013 essas reuniões tornaram-se esporádicas. A última avaliação de planos de conversão e renovação foi realizada em novembro de 2014.

O Protocolo em questão entrou em vigor na data de sua assinatura, que ocorreu no dia 23 de setembro de 2010, com prazo de vigência de 60 meses, encerrado em 22 de setembro de 2015.

Considerando-se a importância do Protocolo Agroambiental com o município de São Paulo, e do Projeto Guarapiranga Sustentável para reduzir a degradação dos mananciais causada pela agricultura convencional, colaborando assim com a proteção e melhoria da qualidade da água para o abastecimento público, ficou decidido que será feito um novo Protocolo com o município, com mudanças no arranjo institucional para se garantir a eficácia do instrumento.

Há ainda a atuação na gestão florestal do Estado de SP, realizada pela SMA desde 2007, por meio do Sistema DOF (Documento de Origem Florestal), após a assinatura de protocolo de cooperação técnica entre o governo do Estado e IBAMA, além da instituição do Programa Cadmadeira pelo Decreto Estadual nº 53.047 no ano de 2008, o qual é um cadastro dos comerciantes que fornecem produtos e subprodutos florestais nativos ao governo do Estado de SP e tem como principal objetivo dar controle ao Estado sobre a origem da madeira nativa adquirida em suas compras públicas ou utilizada em obras e serviços de engenharia contratados pelo mesmo.

Cabe citar que em 25 de fevereiro de 2014, foi publicada a Resolução SMA 14/2014 que estabelece critérios e procedimentos para plantio, coleta e exploração sustentáveis de espécies nativas do Brasil no Bioma Mata Atlântica, no Estado de São Paulo.

Esta resolução tem como objetivo a diminuição, em médio e longo prazo, do consumo de madeira oriunda de Estados amazônicos, mitigando a pressão sobre aquele Bioma, bem como, fomentar o uso econômico sustentável de remanescentes do Bioma Mata Atlântica como estratégia para conservação, através da regulamentação destas práticas.

Ação 6077 - Restauração Ecológica – Reserva Legal e Mata Ciliar

Unidade Executora: Coordenadoria da Biodiversidade e Recursos Naturais

A restauração de ecossistemas que, no passado, foram degradados, danificados ou destruídos, é um dos eixos centrais de atuação da SMA para cumprir suas atribuições institucionais de preservação do meio ambiente para as gerações presentes e futuras. O estado de São Paulo, historicamente, sofreu um processo longo e duradouro de desmatamento, o que explica o contexto atual: uma paisagem altamente fragmentada, em que os remanescentes vegetais sofrem processos como erosão gênica e extinções locais que ameaçam a biodiversidade, comprometendo funções e serviços ecossistêmicos fundamentais à saúde e qualidade de vida das pessoas, como o suprimento de água para abastecimento público. A Restauração Ecológica, neste sentido, constitui uma das principais estratégias para viabilizar, no médio e longo prazo, a efetiva conservação da biodiversidade e dos recursos naturais.

A meta para a ação de Restauração Ecológica, registrada no PPA 2012-2015, fora inicialmente estabelecida no total de 300.000 ha, visando contribuir para os objetivos estipulados pela Convenção de Diversidade Biológica, instituída na Meta 15 de Aichi/ Nagoya, qual seja: *"Até 2020, a resiliência de ecossistemas e a contribuição da biodiversidade para estoques de carbono terão sido aumentadas através de ações de conservação e restauração, inclusive por meio da restauração de pelo menos 15 por cento dos ecossistemas degradados, contribuindo assim para a mitigação e adaptação à mudança de clima e para o combate à desertificação"*. Tal meta, devido a sucessivas mudanças e adequações na legislação federal e estadual atinentes ao tema

nos últimos 4 anos, foi reprogramada diversas vezes, sendo que todas as reprogramações estão registradas no SIMPA-Sistema de Monitoramento de Programas e Ações do PPA.

A previsão para 2015 foi parcialmente alcançada. Entre 01/01/2015 e 31/12/2015, foram registrados 24.334,57 ha em restauração que, somados ao registro de 2012, 2013 e 2014 (anos anteriores vinculados ao mesmo PPA), totalizam 102.338 hectares registrados em restauração.

Memória de Cálculo do acréscimo de 24.334,57 ha às áreas em restauração cadastradas computadas para a ação "Restauração Ecológica – Reserva Legal e Mata Ciliar":

Projetos voluntários (1 a 7/2015): 185,39ha
Protocolo com Setor Florestal: 3.137,07ha
Protocolo com Setor Sucroenergético (fornecedores): 12.791ha
TCRA Abertos Agenda Verde (até 31/12/2015): 6.414,54ha
TCRA Abertos SMA (até 31/12/2015): 1.612,43ha
Programa Nascentes (até 31/12/2015): 194,14ha

OBS: Não foram contabilizados projetos inscritos no SARE – Sistema informatizado de Apoio à Restauração Ecológica - por razões metodológicas, uma vez que esse sistema, que foi disponibilizado no meio do período (7/2015) centralizará o cômputo dos dados oficiais de restauração a partir do PPA 2016-2019.

É relevante esclarecer que a maior parte das ações de restauração ecológica para consecução da referida meta deverá ser realizada em propriedades particulares, motivada por obrigações administrativas ou judiciais. Nesse contexto, a CBRN registra o quantitativo em hectares e promove políticas e programas para fomentar a restauração ecológica, porém o pleno cumprimento das metas numéricas extrapola a alçada de governança da CBRN.

Como agravante, a lentidão na regulamentação federal da Lei 12.651/2012, e a ausência de Decreto regulamentador da Lei Estadual 15.684/2015 em 2015, imprescindível para a plena aplicação da lei no Estado, adiou o início das ações de restauração por parte da quase totalidade dos proprietários rurais, que apenas deverão iniciá-las após o lançamento do Programa de Regularização Ambiental (PRA) no Estado.

Diante deste cenário de necessárias regulamentações, um dos principais eixos de atuação das CBRN **na ação de Restauração Ecológica** em 2015 residiu na elaboração e divulgação de orientações, diretrizes, procedimentos e critérios técnicos, dentre os quais se destacam:

a) Lançamento do Protocolo de Monitoramento de Projetos de Restauração Ecológica, que estabelece a metodologia a ser aplicada para o monitoramento dos projetos (Portaria CBRN 01/2015); b-) Divulgação do Protocolo de Monitoramento de Projetos de Restauração Ecológica por meio de palestra presencial para 300 pessoas (VII EPBio) e explicações detalhadas e acessíveis por meio de ilustrações publicadas no texto da Portaria CBRN 01/2015; c-) Divulgação da Resolução SMA 32/2014 para os profissionais da área. Foram realizadas apresentações presenciais em seminários e oficinas, para esclarecer o seu conteúdo para um público estimado em 500 pessoas, entre técnicos, funcionários municipais, pesquisadores, consultores e proprietários rurais; d-) Lançamento do Sistema informatizado de Apoio à Restauração Ecológica (SARE), no dia 17/7/2015, com público estimado em 300 pessoas, no qual foram apresentadas as principais funcionalidades deste sistema no qual deverão der cadastrados todos os projetos de restauração executados no ESP; e-) Divulgação do SARE para prefeituras e profissionais da Área; f-)Foi produzido o "Manual do SARE para Projetos de Restauração Ecológica", um manual passo a passo disponível online em formato acessível para os profissionais da área aprenderem a navegar no sistema; g-) Foram ainda realizadas apresentações por meio de videoconferência (município Verde Azul) para 300 Munícipios e durante os minicursos de Elaboração de Projetos de Restauração Ecológica e Adequação Ambiental, realizados no VII SINRAD para 50 pessoas e h-) Apoio às diretrizes técnicas para regulamentação do PRA (Programa de Regularização Rural), por meio do qual deverá ser ampliada significativamente a escala da restauração ecológica no ESP, com estimativas que chegam a 300 mil projetos.

Programa Nascentes: a-) Atuação no planejamento e execução do Programa por meio da Comissão de Avaliação de Projetos do Programa Nascentes(Portaria CG 26/2014 e Res. SMA 93/2015); b-) Apoio nas Ações de Divulgação do Programa Nascentes: I Oficina do Programa Nascentes (300 participantes), Videoconferência para Professores da Sec. De Educação na Rede do Saber (350 participantes), Diálogo Interbacias de Educação Ambiental e Recursos Hídricos (22 participantes), Oficina para elaboração de Projetos do Programa Nascentes, na Capital e UGRhi Paraíba do Sul (20 participantes); c-) Apoio na análise e aprovação de projetos submetidos ao programa Nascentes e d-) Apoio na elaboração da Res. SMA 72/2015, atrelada ao Decreto 60.521/14, que instituiu o Programa Nascentes (http://www.ambiente.sp.gov.br/programanascentes/). O Programa tem como metas a restauração de cerca de 20 mil hectares de matas ciliares e proteção de 6.000 km de cursos d'água, com o intuito de ampliar a proteção e recuperação de matas ciliares e nascentes especialmente em bacias hidrográficas destinadas ao abastecimento público.

A CBRN atuou ainda como Agente Técnico do FEHIDRO para projetos relacionados à restauração e PSA. Em 2015, a CBRN promoveu a revisão do "roteiro técnico para apresentação, aprovação, execução e conclusão de projetos executivos de restauração ecológica submetidos ao FEHIDRO". Este Roteiro tem por finalidade estabelecer diretrizes e critérios para apresentação, aprovação, execução e conclusão de Projetos Executivos de Restauração Ecológica submetidos ao FEHIDRO, enquadrados ao Agente Técnico CBRN, de forma a atender às legislações em vigor concernentes à atuação dos Agentes Técnicos da SMA (Resolução SMA nº 33/2012), à restauração ecológica (Resolução SMA nº 32/2014), mas, sobretudo, com vistas ao alcance de resultados mais eficientes e efetivos destes projetos em campo.

Ação 6079 - Proteção de Remanescentes de Vegetação Nativa

Unidade Executora: Coordenadoria da Biodiversidade e Recursos Naturais

Estão concentradas na ação as iniciativas para a proteção de remanescentes de vegetação nativa tais como: gestão de espécies exóticas invasoras; averbação de reservas legais; a simplificação de procedimentos e realização de estudos visando à implantação de Corredores Ecológicos, entre outras.

A ação de Proteção de Remanescentes de Vegetação Nativa teve como meta para 2015 a instituição de 25.000 hectares de Reserva Legal. A meta foi parcialmente atingida: Em 2015 foram instituídos 12.913,51 hectares de Reserva Legal no Estado, ou aproximadamente 51,6% da meta original. As áreas instituídas foram decorrentes de demandas do licenciamento, assim foram instituídas pela CETESB. O não cumprimento da meta ocorreu em razão de mudanças de paradigma e procedimentos que a Lei Federal 12.651/2012 - Novo Código Florestal - trouxe, tornando anacrônica a meta de instituição de Reserva Legal a princípio estabelecida.

A principal ferramenta para regularização ambiental, conservação de vegetação nativa em áreas privadas, e pré-requisito para a instituição de Reserva Legal, é a inscrição do imóvel rural no SICAR (Sistema de Cadastro Ambiental Rural), por meio do qual as propostas serão analisadas. Até o estabelecimento do SICAR-SP, as propostas de Reserva Legal eram realizadas principalmente no âmbito do licenciamento ambiental, como condicionantes para licenças ou autorizações de supressão de vegetação. A partir da disponibilização do sistema, todas as propostas devem ser realizadas através dessa plataforma eletrônica.

O prazo para inscrição dos imóveis rurais no CAR, que inicialmente se esgotava em 6 de maio de 2015, foi prorrogado pelo Ministério do Meio Ambiente e passou a ser 05/05/2016.

Apesar de estar estabelecida a forma através da qual as Reservas Legais serão propostas e aprovadas, as regras para instituição, no entanto, ainda dependiam da regulamentação da Lei Estadual 15.684, que foi sancionada em janeiro de 2015. Tal Lei versa sobre o Programa de Regularização Ambiental (PRA), que proporciona flexibilização das regras para instituição de Reserva Legal, principalmente para pequenos imóveis rurais.

Durante 2015, no aguardo da necessidade de implantar o Programa de Regularização Ambiental no Estado, a CBRN desenvolveu o sistema de análise dos cadastros do CAR no Estado e o módulo que permitirá ao proprietário, através do sistema, requerer adesão ao programa.

Visando levar as informações sobre o CAR para o maior número de pessoas, além das ações de divulgação realizadas através do site e em feiras, como a AGRIFAM, foram realizadas diversas apresentações do sistema e dos aspectos Legais pertinentes em palestras, eventos e treinamentos específicos, atingindo um público de aproximadamente 3500 pessoas, além de 575 pessoas presentes simultaneamente em treinamento oferecido para apoiadores municipais de prefeituras participantes do Programa Município Verde-Azul. Além disso, por meio do Decreto Estadual nº 59.261 de 2013, alterado pelo Decreto Estadual nº 60.107 de 2014 e Resolução SMA 13/2014, foram estabelecidos convênios com 337 prefeituras que manifestaram interesse em promover a implantação do Cadastro Ambiental Rural. Os convênios resultaram em apoio a 31.547 pequenos proprietários rurais no ano de 2015.

Como resultado de todas essas ações conjuntas para cadastramento no CAR temos hoje aproximadamente 214 mil propriedades e posses rurais inscritas no SiCAR-SP, perfazendo 12,2 milhões de hectares, quase 60% da área agrícola do Estado. A abrangência da área cadastrada permitirá uma análise mais eficaz e eficiente dos cadastros, inclusive permitindo, pela primeira vez, que propostas de Reserva Legal sejam analisada em conjunto, de forma a criar corredores de biodiversidade.

Justificativa do nível de execução orçamentária do Programa

A execução orçamentária estimada do Programa Conservação da Biodiversidade foi de 53,83% da dotação inicial.

Por intermédio da UGE 260113 (Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais), foram realizadas melhorias na infraestrutura das Regionais, a fim de prover os instrumentos necessários para o desenvolvimento das atividades e um ambiente de trabalho mais adequado. Foram também contratados serviços essenciais como o fornecimento de certificados digitais, os quais permitem acesso aos sistemas SISPASS (Sistema de Gestão de Criadores de Passeriformes Silvestres), DOF e da ARISP.

Ao longo do ano foram realizados treinamentos a fim de utilizar forma mais eficiente os novos dados que serão disponibilizados (base de dados georreferenciados), advindos da criação da Lei Federal 12.651 de 2012 e da criação do CAR (Cadastro Ambiental Rural).

Foi feita uma previsão de crédito orçamentário na Ação 6073 - Gestão de Fauna Silvestre, contando com a arrecadação em função da implantação "da taxa" dos serviços prestados no SISPASS (Sistema de Gestão de Criadores de Passeriformes Silvestres). Tal arrecadação não foi implantada em decorrência de aspectos legais. Uma vez que não houve arrecadação, não tínhamos recursos financeiros para execução deste orçamento, o que reduziu o percentual da execução orçamentária.

Ademais, o contingenciamento de 20% da dotação orçamentária e a edição do Decreto Estadual nº 61.131, de 25 de fevereiro de 2015 (que estabeleceu as diretrizes e as providências para a redução e otimização das despesas de custeio no âmbito do Poder Executivo) foram fatores que impactaram na execução orçamentária do Programa.

Com os recursos da UGE 2353 (Sustentabilidade Ambiental – Microbacias), foram executadas em 2015 atividades planejadas relativas a estudos, pesquisas, aquisições e serviços, destacando:

Estudos e pesquisas: a-) Desenvolvimento e adequação do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SiCAR/SP) (em execução); b-) Apoio às organizações conveniadas na execução e avaliação econômica dos subprojetos e para realizar relatório final sobre a execução dos Subprojetos – leva 1; c-) Elaboração do projeto de desenvolvimento de web portal para reserva legal; d-) Atualização do I Inventário de emissões de gases de efeito estufa do setor uso da terra, mudança do uso da terra e florestas (UTMUTF) do Estado de São Paulo, 2008-2011e e-) Apoio à definição do escopo do Projeto de Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade São Paulo (TEEB/SP).

Eventos: a-) Seminário – Unindo Cidades e Bacias Hidrográficas para a Segurança Hídrica e Economia Verde (São Paulo, setembro de 2015); b-) Feira da Agricultura Familiar do Brasil – 12ª Agrifam (2015); c-) Apoio à participação na 11ª Bio Brazil Fair | BIOFACH America Latina – Feira

Internacional de Produtos Orgânicos e Agroecologia (2015) e d-)II Encontro Paulista de Biodiversidade.

Aquisições: veículos e servidor para hospedagem de dados.

Ainda em 2015 houve a continuidade da implementação dos Subprojetos Ambientais. Entretanto, em função da prorrogação do PDRS - Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável por 2 anos, foram aditados os convênios com as organizações executoras dos Subprojetos, deslocando a execução financeira para os exercícios de 2016 e 2017.

Alguns estudos e pesquisas também foram replanejados diante de atrasos no processo de contratação, também deslocando a execução financeira para 2016. Entretanto, estes estão em etapas avançadas para a celebração de contratos, com as seguintes atividades já realizadas: Orientação Técnica e apoio aos Gestores de Convênios, Organizações e Parceiros para implantação de SAF (Sistema Agroflorestal); Levantamento e sintetização de dados em projetos de sistemas agroflorestais; Avaliação econômico-financeira de projetos de implantação de sistemas agroflorestais; e Avaliação de impacto da 1ª Chamada Pública do PSA/RPPN.

Quanto ao Projeto PSA Mata Ciliar, que tem como objetivo apoiar financeiramente a recuperação de matas ciliares e remanescentes de vegetação nativa sucessora em imóveis rurais de agricultores familiares informa-se que o mesmo se encontra em fase de estruturação. Havia a previsão de iniciar em 2015, porém ainda está sendo formulada a estratégia de envolvimento do Banco do Brasil como agente financeiro e técnico.

Programa 2612– Fiscalização Ambiental

Cumprir e fazer cumprir a legislação ambiental, protegendo o meio ambiente e garantindo a qualidade de vida as gerações presente e futura.

Ação 5719 - Fiscalização Florestal Marítima e Fluvial

Unidade Executora: Coordenadoria de Fiscalização Ambiental

O empenho da fiscalização concentra esforços da CFA e da Polícia Militar Ambiental em ações que envolvem fiscalizações ambientais, destinação de animais apreendidos, embargo de pátios, apreensões, vistorias para averiguação de danos ou áreas de recuperação ambiental, dentre outras.

Dos resultados alcançados no exercício de 2015, o Programa de Fiscalização Ambiental computou um total de 94.415 ações policiais e de fiscalização realizadas no citado ano.

Fiscalizar as Matas Ciliares e demais remanescentes de fiscalização nativa; policiamento preventivo e ostensivo da legalidade das atividades pesqueiras, fiscalização da comercialização de madeira nativa, policiamento ambiental nas unidades de conservação e nas áreas de proteção ambientais marinhas e terrestres.

As ações de fiscalização realizadas no ano de 2015 correspondem a ações policiais para fiscalizar a flora; fauna ictiológica (peixes); mineração; bloqueios realizados em estradas; combate a balões, queimadas/incêndios, extração-produção e comércio de subprodutos da flora como palmito, madeira e xaxim. Também estão incluídas as vistorias realizadas pelos 10 (dez) Centros Técnicos Regionais de Fiscalização distribuídos no Estado de São Paulo.

A Ação totalizou 75.639 ações/ano**,** total obtido pela somatória das ações policiais e vistorias dos Centros Técnicos Regionais de Fiscalização.

Esclarecemos que a meta inicial no PPA-2011/2015, reprogramada para o ano de 2015 foi de 70.000 ações/ano.

Constata-se então que nesta Ação a meta realizada superou em 8% o quantitativo da meta programada para o referido exercício.

Ação 6060 - Combate ao Tráfico de Animais Silvestres

Unidade Executora: Coordenadoria de Fiscalização Ambiental

Policiamento para controle das atividades de captura, uso, transporte, comércio, manutenção em cativeiro, depósito e guarda de animais silvestres e modernização do sistema de informação integrado com a SMA.

Nesta ação o resultado alcançado no exercício de 2015 totalizou 18.776 ações policiais, superando assim em 87% a meta inicial estabelecida de 10.000 ações policiais/fiscalização/ano.

Ação 6067 - Modernização da Fiscalização dos Recursos Naturais

Unidade Executora: Coordenadoria de Fiscalização Ambiental

Implantar novas tecnologias na rotina da fiscalização da Secretaria e da Polícia Ambiental, aperfeiçoar os procedimentos e informatização dos Autos de Infração Ambiental - AIA's, capacitação de agentes, melhorias do sistema de informações, monitoramento e infraestrutura, controle e fiscalização do comércio ilegal de fauna e produtos florestais, aprimoramento das comissões de julgamento AIA, elaboração de políticas e legislação ambiental, cooperação técnica e administrativa entre a Secretaria e unidades da Polícia Ambiental.

Foi atingida a meta de 25% prevista na lei orçamentária/2015 visto que foram realizadas: a-) A Homologação da Ata de Registro de Preços para aquisição de impressoras térmicas a serem utilizadas no Auto de Infração Ambiental –AIA Eletrônico, as quais foram adquiridas no mês de novembro de 2015; b-) Foram também distribuídos Tablets para serem utilizados no piloto de emissão de Laudos Eletrônicos das vistorias realizadas pelos Centros Técnicos Regionais de Fiscalização distribuídos no Estado; c-) Outra importante ação realizada foi a implantação do piloto do AIA Eletrônico na 3º Cia do 1º Batalhão da Polícia Militar Ambiental no município de Sorocaba e d-) Por fim, em continuidade as atividades implantadas no exercício anterior (2014) que foram descritas no Relatório passado, foram executadas as seguintes atividades:

Programa Estadual de Conciliação Ambiental (Resolução SMA 51/2014) tem como objetivo garantir e assegurar os direitos dos autuados a um atendimento conciliatório para cumprimento dos deveres e resolução dos processos relacionados às infrações contra o meio ambiente. De janeiro a novembro de 2015, as ações do Programa registraram:

a) 13.217 sessões de Atendimento Ambiental realizadas pelos técnicos da CFA e policiais militares ambientais; b-) 81% de comparecimento dos autuados ao Atendimento Ambiental; c-) 70% de Processos conciliados no momento do Atendimento Ambiental; d-) 2.490 Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRA) firmados com os autuados; e-) 5.222 autuados participantes da ação da Conduta Ambiental Legal, que busca orientar e oferecer ao cidadão informações sobre: a aplicação da legislação ambiental, as ações que incidem em infrações ambientais, os procedimentos de adequação às normas ambientais; além de facilitar o acesso às informações relacionadas às atividades de fiscalização ambiental e f-)Formação continuada dos agentes de conciliação: elaboração de minuta de Termo de Cooperação com o Tribunal de Justiça e a Escola Paulista de Magistratura para formação dos agentes em curso de mediadores e conciliadores.

Ação 6078 - Prevenção e Combate a Incêndios Florestais

Unidade Executora: Coordenadoria de Fiscalização Ambiental

Implementar o Sistema Integrado de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais do Estado de São Paulo, a fim de minimizar as ocorrências de focos de incêndio no período seco (maio-outubro), através de medidas de prevenção, monitoramento, controle e combate.

A Operação Corta Fogo efetiva o Sistema Estadual de Prevenção e Combate a Incêndios e Queimadas (Decreto 56.571/2010 e Resolução SMA 23/2011), definindo um conjunto de ações destinadas a monitorar, prevenir, controlar e combater incêndios em cobertura vegetal, com a

participação de diversos níveis e órgãos de governo e de parceiros (municípios, empresas etc.). Em 2015 foram computados os seguintes dados:

a) 1.939 focos de queimadas/incêndios florestais detectados por satélite, o que representa uma redução de 58% em relação ao mesmo período de 2014; b-) Campanha em parceria com 23 concessionárias de rodovias para divulgação de mensagens em 34 painéis fixos, 58 painéis móveis, para alertar sobre o risco de fogo e informar telefones de emergência; c-) 313 autos de infração por uso irregular do fogo, sendo 271 autuações realizadas pela Polícia Militar Ambiental e 42 pela CETESB; d-) 2.752 servidores de 475 municípios treinados como brigadistas para o combate ao fogo em vegetação; e-)02 caminhões-pipa doados para o combate ao fogo destinados aos municípios parceiros, utilizando recursos do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição – FECOP; f-) 16.394 ocorrências de incêndio em coberturas vegetais atendidas pelo Corpo de Bombeiros, apresentando 32% de redução em relação ao número de ações de combate de 2014; g-) 1.731 hectares atingidos pelo fogo em unidades de conservação, o que representa uma redução de 22% ante o ano de 2014; h-) 02 empresas especializadas contratadas para combate aéreo com uso de aeronaves de asa fixa para as regiões de Ribeirão Preto, Campinas, Grande São Paulo, São José do Rio Preto e Araçatuba, o que gerou 07 atendimentos a ocorrências e um total de 20,9 horas de voo e i-) Elaboração de Planos de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais em Unidades de Conservação, com a realização de 03 oficinas (01 em Bauru e 02 em São Paulo) de trabalho para consolidação dos planos.

Justificativa do nível de execução orçamentária do Programa

O percentual de execução realizado neste Programa alcançou 91% da dotação inicial.

A totalidade de execução (100%) não foi alcançada em razão da edição do Decreto Estadual nº 61621 de 12/11/2015, que estabelece normas relativas ao encerramento da execução orçamentária e financeira das administrações direta e indireta visando o levantamento do balanço geral do Estado no exercício de 2015.

Em razão disso não houve possibilidade de continuidade dos processos que estavam em andamento, visto que os prazos pertinentes para concluir as licitações ultrapassariam o período de encerramento estabelecido por este Decreto.

Programa 2613 - Gestão Ambiental nas Regiões Metropolitanas

Fortalecer a gestão ambiental nas regiões metropolitanas de São Paulo através de ações de planejamento, gestão de áreas protegidas, proteção e recuperação de mananciais.

Ação 5677 - Gestão de Parques Urbanos

Unidade Executora: Coordenadoria de Parques Urbanos

Integração das atividades de gerenciamento de parques urbanos, não inseridos no Sistema Nacional de Unidades de Conservação; promoção da conservação ambiental, do lazer, do apoio à pesquisa e da difusão de informações ambientais.

Parques Urbanos

No Exercício de 2015, os Parques Urbanos Alberto Löfgren (Horto Florestal), Estadual do Belém "Manoel Pitta", Cândido Portinari, Chácara da Baronesa, Dr. Fernando Costa – "Água Branca", Ecológico Guarapiranga, Gabriel Chucre, Juventude, Várzea do Embu Guaçu – "Professor Aziz Ab´Saber", Villa-Lobos e o Projeto Pomar Urbano atenderam o total de 13,5 milhões de visitantes. Visando o gerenciamento, a conservação e a qualidade do espaço oferecido ao cidadão, foi executado o montante de R$ R$ **56.630.787** para atendimento aos parques por meio de contratos de manutenção de áreas verdes, limpeza, portaria, vigilância/segurança patrimonial e monitoria de apoio à gestão dos parques e atendimento aos usuários. Ademais, realizou-se a contratação da Companhia Paulista de Obras e Serviços (CPOS) para valoração a atualização do preço público das áreas dos parques urbanos para fins de eventos e permissões de uso.

Tendo em vista a promoção de atividades de lazer, no decorrer de 2015 ocorreu a realização de 83 eventos de caráter artístico, cultural, ambiental, desportivo, cívico ou agropecuário nos parques urbanos, como: Virada Sustentável, Virada Inclusiva, Feira da Reforma Agrária e Agricultura Familiar, Semana Nacional da Conciliação, Festival Gastronômico Sabor de SP, XXII Semana de Alimentação, Festival Cultivar, Projeto Água, Arte e Sustentabilidade, entre outros.

Também foram firmados convênios e parcerias com empresas e instituições, sem repasse financeiro, com o objetivo de desenvolvimento no interior dos parques de projetos voltados às esferas educacionais, socioesportiva e de sustentabilidade ambiental, como a parceria com o Núcleo de Desenvolvimento do Esporte e da Cultura – NDEC, para realização de atividades desportivas, culturais e de conscientização concernente à implantação do Projeto "Movimento e Bem Estar no Parque Villa-Lobos", o qual consiste na realização de assessoria esportiva e cultural ao público, através de profissionais das áreas de educação física, nutrição e fisioterapia.

Ademais, o Parque Candido Portinari recebeu a Doação da Escultura "Bicicleta", do artista plástico Gilberto Salvador, por intermédio da Fundação Gilberto Salvador, e o Parque da Juventude a Escultura "Um Sonho de Liberdade", do artista plástico Domenico Calabrone, doada pela Fundação Mario Covas.

Número estimado de visitantes/2015:

Parque	Número de Visitantes	Parque	Número de Visitantes
Água Branca	3.389.531	Guarapiranga	316.035
Baronesa	27.600	Horto Florestal	1.788.397
Belém	644.907	Juventude	1.461.202
Embu	28.852	Portinari	1.645.699
Gabriel Chucre	443.858	Villa-Lobos	3.541.544
Pomar	894		
Total = 13.288.519			

Ação 5315 - Zoológico de São Paulo – Lazer e Educação Ambiental para todos

Unidade Executora: Fundação Parque Zoológico de São Paulo

Manutenção da coleção de todas as faunas para ações de educação ambiental, estudos e pesquisas; visitas monitoradas e apoio operacional; criação de programa de visitação escolar para circuito específico – sistema de gestão ambiental (estação de tratamento de água e efluentes, coleta seletiva e compostagem).

Em 2015, a Fundação Parque Zoológico de São Paulo atingiu a meta de 1,6 milhões de visitantes, sendo que desse total, cerca de 900 mil adultos, 400 mil crianças, 200 mil alunos de escolas estaduais/municipais/particulares. A Fundação deu continuidade em parceria com a Secretaria Municipal de Educação ao Programa de Educação Ambiental Zooescola que capacitou 28 Professores e atendeu 800 alunos.

A DPR deu continuidade no Programa de Educação Ambiental "Fazenda Legal", este ano em parcerias com Secretarias de "Educação" e "Meio Ambiente" dos municípios de Araçoiaba da Serra e Capela do Alto, onde formou 43 docentes para projetos implantação de 16 ambientais em escolas, atendeu quase 900 crianças em monitorias e envolveram indiretamente nos projetos escolares mais de 3.000 alunos. Colaborou com a Semana do Meio Ambiente, Dia Mundial da Água, Dia Nacional de Conservação do Solo e Hora Verde de Araçoiaba da Serra. Esteve presente no desfile cívico de comemoração ao aniversário de Araçoiaba da Serra. Atendeu e realizou atividades de Educação Ambiental em algumas escolas de ensino especial dos municípios de Araçoiba da Serra e Salto de Pirapora. Deu contribuições técnicas em reuniões do Conselho Municipal de Meio do mesmo município. Atendeu e deu suporte em trabalhos de quase 200 estudantes de ensino técnico, superior, pós-graduação e outros profissionais de instituições

como IAC - Instituto Agronômico de Campinas, Universidade de Sorocaba, Universidade Federal de São Carlos e Polícia Militar.

Ação 5607 - Implementação do plano de manejo e Prot. Pque. Est. Fontes do Ipiranga – PEFI

Unidade Executora: Instituto de Botânica

Revisão do plano de manejo com prioridade para projetos de proteção, saneamento e educação ambiental para melhor atendimento à visitação pública e a conservação da biodiversidade, incluindo a implantação de infraestrutura para acessibilidade e conservação de coleções vivas. Benfeitorias para melhorar a segurança do parque estão sendo realizadas (substituição e reforma do gradil danificado) e o número de guardas presentes na UC está sendo ampliando. A compra do gradil já foi aprovada na Câmara de Compensação Ambiental e está na fase de contração das empresas.

O contrato de segurança terceirizada do PEFI foi mantido. Foram iniciados os trabalhos para a troca e manutenção do gradil do PEFI (o memorial descritivo está pronto e atualmente o processo foi aprovado na câmara de compensação ambiental). No decorrer da implantação do Centro Brasileiro Paraolímpico e da ampliação da área de exposição da GL eventos (São Paulo Expo) houve coordenação dos trabalhos de maneira a respeitar o Plano de Manejo do Parque. Os trabalhos do Conselho Técnico de Apoio à Implantação do Plano de Manejo e Conservação do PEFI tiveram prosseguimento.

Ação 5716 - Conservação e atendimento do público do Jardim Botânico

Unidade Executora: Instituto de Botânica

Gerenciamento do Jardim Botânico de São Paulo, manutenção de serviços de vigilância, jardinagem, produção de mudas, coleções da flora nativa e biblioteca, desenvolvimento de programas de pesquisa e do programa de educação ambiental, manutenção e adequação da infraestrutura para atendimento a visitantes e estudantes de escolas.

O Jardim Botânico recebeu em torno de 200.000 visitantes no ano de 2015, vindos de 46 diferentes países e de 26 estados brasileiros. Quanto ao atendimento do público escolar foram recebidas 460 escolas oriundas de 53 diferentes municípios paulistas, totalizando 38.125 estudantes participantes do Programa Educativo do Jardim Botânico de São Paulo.

Um novo atrativo educativo foi aberto ao público. O Museu Botânico Dr. João Barbosa Rodrigues teve a exposição permanente de duas salas reformuladas, sendo reinaugurado durante as comemorações da Semana do Meio Ambiente. As comemorações da Semana contaram ainda com a inauguração da exposição intitulada “Água: a vida corre por ela” que permanece na área de exposição do Jardim Botânico de São Paulo.

Para atrair e informar público visitante diversas entrevistas foram veiculadas na mídia, como: http://globotv.globo.com/rede-globo/bom-dia-sao-paulo - opção de passeio; http//cbn.globoradio.globo.com– JBSP é um refúgio no meio da agitação da cidade; TV Globo – Antena Paulista – dia 7 de setembro; TV Boa Vontade – Programa Vida Plena; TV Câmara.

Justificativa do nível de execução orçamentária do Programa

O Programa executou 86,16% do orçamento que representam R$ 77,9 milhões, atendendo as ações gestão de parques urbanos, Zoológico de São Paulo – lazer e educação ambiental para todos e conservação e atendimento do público do jardim botânico. A antecipação do encerramento do exercício dificultou a execução dos recursos de investimento em Parques Urbanos na ordem de R$ 7,0 milhões visto não haver a possibilidade da finalização de licitações em andamento bem como a inscrição em restos a pagar das mesmas.

Programa 2614 – Gestão Ambiental para Proteção da Água

Promover a Gestão Ambiental para a conservação, proteção e recuperação das águas no Estado de São Paulo em atenção ao que se dispõe no SEAQUA e na Constituição Estadual.

Ação 6070 - Capacitação Municipal para Proteção das Águas

Unidade Executora: Coordenadoria de Planejamento Ambiental

Prevenção dos efeitos da mudança climática, que possam incidir sobre os corpos d'água.

Não houve dotação orçamentária prevista para esta ação, porém as ações abaixo descritas foram realizadas sem custo para a Unidade.

Apoio e participação no Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, em suas instâncias centrais e nos Comitês de Bacias Hidrográficas, principalmente no que se refere à implantação dos instrumentos de gestão. Coordenação das ações do Sistema de Meio Ambiente junto ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Impressão da publicação "Ações Municipais para Proteção das Águas no Estado de São Paulo – 2014" (lançado em meio virtual em dezembro de 2014) - publicação que reúne experiências bem-sucedidas de 34 municípios paulistas relacionadas à proteção das águas, além de experiências desenvolvidas pela SMA.

Ação - Promoção da Prot. Recuperação Mananciais de Abastecimento

Unidade Executora: Coordenadoria de Planejamento Ambiental

Realização de eventos, cursos e seminários para divulgação da importância da proteção das áreas de mananciais; capacitação para implantação da gestão e fiscalização integrada nessas áreas; fornecimento de suporte técnico necessário à implantação das APRMs pelo domínio da legislação que estabeleceu as leis especificas no território paulista; acompanhamento e/ou revisão da legislação em vigor para adequá-la às situações particulares possibilitando também uma avaliação crítica que venha a aperfeiçoar sua aplicação e acompanhamento e/ou revisão das leis das APRMs antes de sua edição.

Não houve dotação orçamentária prevista para esta ação, porém as ações abaixo descritas foram realizadas sem custo para a Unidade.

Encontro "Água e Ambiente 2015": realizado em agosto de 2015, o evento "Água e Ambiente 2015", reuniu cerca de 130 técnicos do Sistema Ambiental Paulista, que ocupam cadeiras no SIGRH, para capacitação e fortalecimento institucional. No evento foi lançado o "Portal das Águas", ferramenta para melhorar a interlocução entre os diferentes atores do Sistema Ambiental Paulista.

Atuação como Órgão Técnico das APRMs das Bacias Hidrográficas da Guarapiranga, Billings, Alto Juqueri e Alto Tietê Cabeceiras, com atribuições estabelecidas nas leis específicas e consubstanciadas na Resolução Conjunta SMA/SSRH nº 1/2015. Análise de propostas para definição de Áreas de Recuperação Ambiental nos municípios de São Paulo, São Bernardo do Campo, Rio Grande da Serra e Embu das Artes e padronização de metodologia para a compatibilização dos Planos Diretores Municipais às Leis Específicas, analisando a legislação municipal de Itapecerica da Serra e Embu das Artes.

Apoio à SSRH na elaboração, atualização ou revisão dos Planos de Desenvolvimento e Proteção Ambiental (PDPA) de sub-bacias do Alto Juqueri, Alto Juquiá, Guaió, Cotia, Jaguari, Billings, Guarapiranga, Alto Tietê-Cabeceiras, Cabuçu e Tanque Grande. Participação na criação e regulamentação das Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia do Rio Alto Juquery (APRM-AJ), Lei 15.790/15 e da Bacia do Alto Tietê-Cabeceiras (APRM-ATC), objeto da Lei 15.913/15.

Ação - Proteção e Gestão dos Aquíferos

Unidade Executora: Instituto Geológico

Coordenação, execução e acompanhamento das ações voltadas à definição e implantação de políticas da gestão ambiental dos aquíferos; apoio e criação de mecanismos de capacitação dos agentes envolvidos; promoção e ampla divulgação das informações e conhecimentos.

As metas definidas na Lei orçamentária foram realizadas.

Delimitação de Perímetro de Proteção de Poços de Abastecimento Público - Sistema Aquífero Bauru; Delimitação de Perímetros de Proteção de Poços de Abastecimento Público em Capivari (SP); e Delimitação de Zonas Sensíveis à Contaminação por Nitrato nas Águas Subterrâneas do Sistema Aquífero Bauru, na Área Urbana do Município de Marília.

As metas definidas na Lei orçamentária foram realizadas. Delimitação de Perímetro de Proteção de Poços de Abastecimento Público - Sistema Aquífero Bauru; Delimitação de Perímetros de Proteção de Poços de Abastecimento Público em Capivari (SP); e Delimitação de Zonas Sensíveis à Contaminação por Nitrato nas Águas Subterrâneas do Sistema Aquífero Bauru, na Área Urbana do Município de Marília.

Ação - Desenvolvimento de Ações na Área Ambiental - FEHIDRO

Unidade Executora: Companhia Ambiental do Estado de São Paulo- CETESB

Desenvolvimento de projetos relativos ao planejamento e gestão de recursos hídricos, financiados pelo FEHIDRO, visando à implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei 7663/91) no âmbito das atribuições da CETESB.

Em 2015, a CETESB, como tomadora de recursos do FEHIDRO, contava com 12 projetos em andamento. Os temas destes projetos referem-se, basicamente, à ampliação e modernização das redes de monitoramento da qualidade das águas no Estado de São Paulo, elaboração de diagnósticos ambientais, aprimoramento de sistema de informações de qualidade das águas e implementação de mecanismos para subsidiar a gestão de recursos hídricos. Os prazos para execução dos projetos são em média 24 meses não consecutivos.

Justificativa do Nível de Execução do Programa

A previsão de recursos (dotação inicial) foi estimada com base na possibilidade de liberação e recebimento de valores a serem autorizados pelos agentes técnico e financeiro do FEHIDRO, sem considerar a necessidade de desenvolvimento da execução técnica e para alcançar a tomada dos recursos os projetos passam por várias etapas, com níveis de complexidade bastante variáveis entre si.

Dos contratos assinados até 2014, 5 projetos foram conduzidos tecnicamente sem desembolso em 2015 e 6 empreendimentos tiveram R$ 1.102.771,34 liberados pelo Agente Técnico do FEHIDRO, porém ainda não foram recebidos, pois se aguarda a regularização da Certidão Negativa de Débitos com a União exigida pelo Agente Financeiro para depósito do recurso liberado para a CETESB.

Ressalta-se que o valor total liberado pelo agente técnico pode ser menor que o valor total dos contratos FEHIDRO uma vez que na licitação os valores contratados podem ser diferentes do preço orçado nos projetos.

Programa 2616 – Mudanças Climáticas e Gestão de Riscos

Promover o aumento da resiliência aos riscos climáticos por meio do fortalecimento dos sistemas de monitoramento ambiental e da gestão de riscos de desastres naturais.

Ação - Integração da Gestão Ambiental e Gestão de Riscos - BIRD

Implementação e apoio ao Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE; ampliação do Monitoramento, Licenciamento e Fiscalização Ambiental; aperfeiçoamento da Rede de Monitoramento Ambiental; aumento da capacidade do Estado no gerenciamento de riscos a desastres naturais no âmbito do programa de Transporte, Logística e Meio Ambiente a ser gerenciado pela Secretaria de Logística e Transportes/DER como contrapartida do financiamento do BIRD.

No exercício de 2015 foi realizado o total de R$ 905.814,70, sendo R$ 556.222,15 para a modernização do licenciamento ambiental, utilizados nas atividades de desenvolvimento do Geoportal Sala de Cenários (Contratos 47521 e 51278), e R$ 349.592,55 em atividades não relacionadas ao Projeto de Transporte Sustentável de São Paulo. Os recursos remanescentes não foram utilizados devido à finalização do Convênio entre a CETESB e a Petrobrás ocorrida em 12 de abril de 2015.

Ação 4302 - Avaliação e Mapeamento de Áreas de Risco

Unidade Executora: Instituto Geológico

Identificação, delimitação e caracterização de áreas de risco, análise de vulnerabilidade, danos potenciais e quantidade de pessoas em risco e indicação de áreas prioritárias para o mapeamento de risco, subsidiando a formulação de planos de ação preventivos.

O Instituto Geológico foi responsável pela Secretaria Executiva do Programa Estadual de Prevenção de Desastres Naturais (PDN), que ao longo do ano realizou 1 reunião plenária, 1 reunião preparatória e 4 reuniões setoriais.

Em parceria com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC) foi concluído o Mapeamento de áreas de risco a escorregamentos, inundações e corridas de massa do Município de Itaóca, iniciado em 2014.

Durante a Operação Verão 2014-2015 dos Planos Preventivos e de Contingência de Defesa Civil, específicos para escorregamentos de encostas, foram realizados 15 atendimentos, com vistorias em 40 áreas, abrangendo 15 municípios do Estado. Além disso, foram realizadas vistorias emergenciais fora do período de operação dos Planos Preventivos, abrangendo 07 municípios do estado.

Além destes atendimentos vinculados à CEDEC, foram realizados também 10 Pareceres Técnicos abrangendo problemas geoambientais, solicitados pelo Ministério Público do Estado, Prefeituras Municipais e Gabinete da SMA, totalizando 10 municípios.

Foram ministrados treinamentos a 07 Equipes municipais em Regionais de Defesa Civil do Estado, abrangendo um total de 662 pessoas. Além disso, foram ministrados dois Cursos para profissionais atuantes em diversas áreas, em Campos do Jordão, voltado para os profissionais da Saúde e em Piedade, para funcionários da prefeitura municipal, ambos abrangendo a temática de mapeamento, avaliação e percepção de perigos em áreas de risco.

Todas as metas propostas para o período foram atingidas.

Justificativa do Nível de Execução do Programa

As metas foram atingidas e os recursos aplicados integralmente na Ação de Avaliação e Mapeamento de Áreas de Risco.

Considerações gerais sobre a atuação da Secretaria do Meio Ambiente

Dentre as diversas ações e atividades realizadas pela Secretaria do Meio Ambiente no ano de 2015 destacaram-se:

Programa 2602 - Educação Ambiental

Unidades Executoras – Coordenadoria de Educação Ambiental / Instituto de Botânica

O Programa de Educação Ambiental vem sendo fortalecido ao longo dos anos, tendo como principais características o envolvimento direto com a população, a execução de ações em parceria ou articuladas com outras instituições, bem como a flexibilidade das ações previstas para o cumprimento das metas.

Dentre as ações desenvolvidas em 2015, cabe destacar algumas: I. Fortalecimento da Educação Ambiental no Projeto "Formação Socioambiental" que propicia uma abordagem participativa na identificação e busca de soluções para a implantação dos planos de fiscalização nas Unidades de Conservação do Estado; II. Ações para aprimoramento da educação ambiental nas políticas públicas ambientais, como os Diálogos de Educação Ambiental, encontros voltados para os servidores do Sistema Ambiental Paulista reconhecerem e refletirem sobre como a educação ambiental contribui na gestão ambiental pública; III. Desenvolvimento de ações conjuntas com a Secretaria de Estado da Educação no Programa Nascentes, para sensibilização e mobilização das escolas nas ações relacionadas à proteção da vegetação e manutenção dos recursos hídricos; IV. Ações para estimular a participação da sociedade civil organizada nos processos de sensibilização da população sobre as questões ambientais, por meio de chamamentos públicos para realização de atividades nas datas ambientais comemorativas; V. Desenvolvimento do Minuto Ambiental, animações de curta duração para oferecer informações à população de maneira simplificada sobre os principais conceitos ambientais, veiculados pela TV cultura em horário nobre.

A CEA ainda atua buscando garantir o acesso às informações também por meio eletrônico, disponibilizando os títulos de suas publicações para download na página da SMA.

Finalmente, a CEA continuou envolvida em 2015 com a execução de políticas ambientais como Resíduos Sólidos, Biodiversidade e Recursos Hídricos, atuando de forma integrada às ações desenvolvidas setorialmente.

Programa 2604 – Gestão e Controle da Qualidade Ambiental

Unidades Executoras – Cia. Ambiental Estado de São Paulo – CETESB / Gabinete do Secretário / Coordenadoria de Fiscalização Ambiental

No ano de 2015 as metas das ações do Programa foram atingidas e superadas. Exceto a Ação "Fundo para Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas – FEPRAC" que não iniciou as atividades, uma vez que a minuta do Regimento Interno do Fundo está em elaboração; a Ação "Fundo do Estado para Prevenção e Controle da Poluição – FECOP" não atingiu a meta devido aos municípios não atenderem em tempo hábil as exigências técnicas e legais para a assinatura dos Instrumentos de Liberação de Recursos não Reembolsáveis com recursos do fundo e a Ação "Licenciamento com Avaliação de Impacto Ambiental" apesar do não atingimento da meta, houve uma concentração dos esforços no sentido de garantir a continuidade da análise dos processos de alto impacto, relacionados com a crise hídrica no Estado.

A Ação Compensação Ambiental – Trecho Norte do Rodoanel Mário Covas – SMA, no ano de 2015 o PT 18.542.2604.2493.0000- Compensação Ambiental - Trecho Norte Rodoanel Mario Covas teve uma dotação de R$ 6.465.710,00, sendo R$ 1.180.160,00 para despesas com custeio e R$ 5.285.550,00 para despesas com investimentos, a saber: Obras - R$ 5.015.550,00 e equipamento/material permanente R$ 270.000,00.

Houve desembolso de R$ 1.801.120,00 (um milhão oitocentos e um mil cento e vinte reais), o qual se destinou a aquisição de equipamentos/materiais permanentes para a Polícia Militar Ambiental consoante ao disposto no inciso III do artigo 1º do Decreto nº 59.315 de 21/06/13, os itens 99,125, 83 - Alíneas "d" e "e" relacionados com a Licença Ambiental Prévia nº 2009 de 12/07/11. Esclarecemos que este valor foi objeto de adequação orçamentária por meio de reprogramação de elementos de despesa, ou seja, houve redução da ND 449051 - Obras para suplementar a ND 449052 - Equipamento Permanente.

Referida suplementação se deu em razão de complementar as aquisições de equipamentos permanentes que não foram adquiridos em 2014.

Por força do Decreto 57.933/2012, artigo 56, inciso IV (alterado pelo Dec. 58526/2012 e Dec. 58976/2013), bem como por meio de acordo de empréstimo do Governo do Estado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (Acordo de Empréstimo BID Nº 2376/OC-BR), a Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, lançou em outubro de 2013 o edital de licitação pública nacional (LPN-nº-004-13) objetivando a construção do 1º Batalhão de Polícia Ambiental, contemplando nesse projeto a sede da 1ª Companhia e suas Unidades subordinadas (1º e 2º Pelotões). O empreendimento encontra-se em adiantado processo de viabilização, onde atualmente conta com empresas contratadas para a construção, gerenciamento, certificação de Alta Qualidade Ambiental (AQUA). Por essa razão, o recurso disponível de R$ 5.015.550,00 para a execução dessa mesma obra pela Polícia Ambiental foi revertido para atender despesas com utilidade pública, compra de equipamentos permanentes e contratação de serviços de terceiros, os quais se pretende executar durante o exercício de 2016. Pelo exposto, a execução desta Ação não alcançou a sua totalidade. Soma-se ainda o fato que uma parte dos materiais permanentes não foi adquirida pela impossibilidade de continuidade dos processos que estavam em andamento, visto que os prazos pertinentes para concluir as licitações ultrapassariam o período de encerramento estabelecido pelo Decreto Estadual nº 61621 de 12/11/2015, que estabelece normas relativas ao encerramento da execução orçamentária e financeira das administrações direta e indireta visando o levantamento do balanço geral do Estado no exercício de 2015.

Destacamos a Ação Licenciamento e Controle de Fontes de Poluição e de Empreendimentos e Atividades Utilizadoras de Recursos Naturais que superou antecipadamente a meta prevista para o quadriênio 2012-2015.

Programa 2607 - Gestão de Áreas Protegidas

Unidades Executoras – Fundação Florestal / Instituto Florestal / Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais / Grupo de Trabalho e Acompanhamento de Projetos Estratégicos

Embora o ano de 2015 tenha sido um período de restrição de recursos na gestão pública de modo geral, o Programa de Gestão de Áreas Protegidas procurou manter o nível das atividades anteriormente praticadas como a conservação, ampliação e recuperação de ambientes e do uso dos recursos naturais; elaboração, aprovação e implantação dos planos de manejo; reforço da fiscalização das áreas protegidas; fomento à geração de alternativas de trabalho e renda a partir do uso sustentável dos espaços e recursos naturais e consolidação dos processos participativos em conselhos de gestão das unidades.

Alguns poucos investimentos foram possíveis através dos projetos de crédito e o desenvolvimento de ações para captação de recursos da Compensação Ambiental e de Negócios relacionados ao uso de unidades de conservação e comercialização de produtos florestais em unidades de uso sustentável.

Programa 2608 - Pesquisa Ambiental

Unidades Executoras – Institutos de Botânica, Geológico e Florestal

A plena execução do Programa Pesquisa Ambiental pelas três unidades executoras, por meio das três ações que o compõem, permitiu:

a) O direcionamento e incremento da produtividade científica e tecnológica como subsídio às políticas públicas de meio ambiente; b-) Gestão das Reservas Biológicas e monumentos geológicos sob suas responsabilidades com foco na conservação da bio e geodiversidade do Estado de SP, por meio das atividades de pesquisa científica, monitoramento e planejamento ambiental e proteção das áreas e na implantação, revisão e execução dos planos de manejo e c-) Proteção de coleções científicas do estado de São Paulo sob responsabilidade das instituições, como referência de informações que subsidiam processos de Recuperação de Áreas Degradadas, Licenciamento Ambiental no ESP, Biologia Forense e Proteção ao Patrimônio Genético Nacional.

A somatória da produção científica dos 3 institutos executores da Ação 4311 - PESQUISA AMBIENTAL E DIAGNÓSTICO DE RECURSOS NATURAIS totalizam as 545 produções mencionadas neste relatório o que corresponde a um aumento de 15% em relação à meta prevista para o ano de 2015. Considerando os 4 anos do PPA 2012-15, a metas atingidas superaram em 13% àquelas prevista e programadas para os 4 anos.

Instituto Florestal: O Corpo Técnico do Instituto Florestal publicou em 2015: 51 artigos científicos, 14 livros/capítulos de livros e 61 trabalhos apresentados em eventos científicos e 01 manual/boletim.

Instituto Geológico: Foram realizados 31 projetos de pesquisa, sendo 19 com financiamento externo e contemplando as seguintes áreas de atuação: Desastres Naturais (9), Hidrogeologia (7), Pesquisa Básica em Geociências (10), Monumentos Geológicos (3), Recursos Minerais (1) e Outros (1). Os projetos de pesquisa da instituição tiveram foco em aprofundar o conhecimento científico e tecnológico e forneceram subsídios para as políticas públicas, incluindo apoio à elaboração de Plano de Manejo de Unidades de Conservação. Ao todo foram publicados 10 artigos científicos, 08 livros/capítulos de livros, 15 apresentações em congressos e 12 manuais/boletins.

Instituto de Botânica: Em desenvolvimento, no IBt existem 44 projetos de pesquisa científica distribuídos nos Programas: Biodiversidade e Conservação - 35; Mudanças Climáticas Globais - 05; Bioprospecção – 02; Recursos Hídricos – 02. Ao todo foram publicados 159 artigos científicos, 24 livros/capítulos de livros e 190 apresentações em congressos.

Foi realizado do VI Simpósio de Restauração Ecológica, no período de 9 e 13/11/2015 no São Paulo Expo, SP. O evento consistiu de 07 minicursos e 04 mesas-redondas com 14 palestras, congregando um público de cerca de 1000 participantes, incluindo pesquisadores e técnicos dos 3 Institutos de Pesquisa, representantes de todo o sistema ambiental Paulista, professores, pesquisadores a alunos de universidades paulistas e de outros estados brasileiros e prefeituras do estado de SP.

Publicação da Lista de Espécies Indicadas para Restauração no Estado de São Paulo, publicada nos Anais do VI Simpósio de Restauração Ecológica. A lista descreve 2.315 espécies que podem ser indicadas para a restauração ecológica e ou áreas degradadas e está disponível no site do Instituto de Botânica: http://botanica.sp.gov.br/files/2012/01/lista_especies-resolucao_2015.pdf.

Programa Rodoanel (Parceria e contrato de serviços): Contrato com a DERSA (Desenvolvimento Rodoviário S/A), para orientação de atividades no trecho Norte, dando início à execução dos Programas Básicos Ambientais, incluindo o gerenciamento de plantios compensatórios, a conservação e resgate da flora e monitoramento florestal. No ano de 2015, foram realizadas as seguintes atividades:

a) Formalização da prorrogação do contrato com a DERSA por mais 12 meses; b-) Resgate de 50.927 plantas, das quais 24.559 foram doadas às instituições parceiras (entre elas 4 Prefeituras da Grande SP) e outras 18.574 foram realocadas (principalmente para o Parque Estadual da Cantareira). Das plantas resgatadas 10 espécies encontravam-se ameaçadas de extinção (2 delas presumivelmente extintas); c-) Coleta de 1600 amostras, sendo que 1160 foram identificadas até o nível específico, distribuídas em 674 espécies, pertencentes a 127 famílias diferentes de plantas vasculares; d-) Vistoria de cerca de 130 áreas, correspondendo a mais de 2.000ha, a fim de avaliar o potencial de restauração ecológica de cada área para recomendação à Dersa para a compensação ambiental da obra e e-) Exposição permanente das atividades de pesquisa, levantamento e resgate da flora, monitoramento florestal nas áreas de influência e gerenciamento de plantios compensatórios em decorrência das obras do trecho Norte do Rodoanel Mario Covas.

Convênio: Em 2015, a Secretaria do Meio Ambiente através do Instituto de Botânica formalizou a prorrogação do convênio com o Centro Universitário São Camilo – União Social Camiliana por mais 48 meses, dando continuidade à Formação e capacitação de recursos humanos nas áreas de Botânica e Meio Ambiente, fortalecendo o programa de estágios e prestando serviço à sociedade, sendo este o primeiro convênio. A prorrogação do Convênio foi assinada pela Senhora Secretária do Meio Ambiente Patrícia Iglesias em Dezembro de 2015.

Termo de Cooperação: Assinatura do Termo de Anuência ao Acordo de Cooperação com a Rede Inova SP para Capacitação dos Núcleos de Inovação Tecnológica das Instituições de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo.

Como parte da ação **Conservação das Reservas Biológicas e Monumentos Geológicos,** o IBt/SMA, em 2015, teve aprovado no CONSEMA o Plano de Manejo da Reserva Biológica e Estação Experimental de Mogi-Guaçu.

No que diz respeito à ação Manutenção dos Herbários, Coleções, Acervos, Bibliotecas e Museus, a despeito das significativas reduções orçamentárias, os três Institutos executores da ação, procederam a devida manutenção e incremento das coleções alcançando em 2015, ao final do PPA, cerca de 1.014.047 amostras protegidas.

Programa 2609 – Planejamento Ambiental

Unidade Executora – Coordenadoria de Planejamento Ambiental

A execução do Programa Planejamento Ambiental, em 2015, permitiu:

a) Destaque para a disponibilização de novas informações ambientais territorializadas, tais como o Cadastro Ambiental Rural, Unidades de Conservação do Estado de São Paulo e Mapas de suscetibilidade a risco natural – em parceria com o IPT. Estes dados são disponibilizados para os órgãos da administração estadual e municipal, bem como para a sociedade civil no sentido de subsidiar a gestão e o planejamento ambiental setorial ou regional;

b) A Resolução SMA 75/2015 que instituiu o Grupo Setorial de Gerenciamento Costeiro do Litoral Norte, com vistas à finalização do Zoneamento Ecológico Econômico desta região.

Formação de Grupo de Trabalho para o Programa de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Serra da Mantiqueira, com objetivo de criar políticas que permitam o desenvolvimento da região preservando suas características ambientais, culturais e seu preponderante papel como produtor de água.

Programa 2610 - Conservação da Biodiversidade

Unidades Executoras – Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais / Fundação Parque Zoológico / Grupo de Trabalho e Acompanhamento de Projetos Estratégicos

Os assuntos que tiveram mais evidência no ano de 2015 foram o lançamento do Sistema informatizado de Apoio à Restauração Ecológica (SARE) no qual deverão ter cadastrados todos os projetos de restauração executados no ESP; o desenvolvimento do módulo de análise dos cadastros no CAR no Estado, e do módulo que permitirá ao proprietário, através do sistema, requerer adesão ao Programa.de Regularização Ambiental (PRA); bem como o desenvolvimento de diversas ações que levou à inscrição de aproximadamente 60% da área agrícola do Estado. Além disso, também foram relevantes a assinatura de contratos de pagamentos por serviços ambientais, garantindo a proteção de nascentes em propriedades rurais, bem como as atividades desenvolvidas na gestão de Fauna. O apoio ao Programa Nascentes foi um dos destaques da CBRN no ano de 2015.

Fazendo um balanço do cumprimento das metas do programa de Conservação da Biodiversidade 2012 – 2015 pode-se constatar que algumas das metas estabelecidas não foram atingidas. Isto se deve às mudanças feitas no período com a revisão do antigo código florestal e a instituição da Lei Federal 12.651/2012. Apesar disto, foram feitos diversos avanços no sentido de conservação da biodiversidade do Estado de São Paulo. A principal ferramenta para regularização ambiental, conservação de vegetação nativa em áreas privadas, e pré-requisito para a instituição de Reserva Legal, é a inscrição do imóvel rural no SiCAR, por meio do qual as propostas serão analisadas. A partir da disponibilização do sistema, todas as propostas devem ser realizadas através dessa plataforma eletrônica.

Programa 2612 – Fiscalização Ambiental

Unidades Executoras – Coordenadoria de Fiscalização Ambiental

Dos resultados alcançados no Programa de Fiscalização Ambiental no exercício de 2015, cabe comentar o total realizado de 94.415 ações policiais e de fiscalização realizadas, em duas Ações que possuem o mesmo produto (ações policiais), a saber: 1) Ação 5719-Fiscalização Florestal Marítima e Fluvial com meta reprogramada para 70.000 ações/ano e 2) Ação 6060 – Combate ao Tráfico de Animais Silvestres com meta de 10.000 ações/ano.

Comparando a meta inicial estipulada com o total de ações realizadas no ano de 2015, pela somatória das duas Ações supramencionadas, a meta estabelecida foi superada em 18%.

Ressalta-se que o empenho da fiscalização concentra esforços da CFA e da Polícia Militar Ambiental em ações que envolvem fiscalizações ambientais, destinação de animais apreendidos, embargo de pátios, apreensões, vistorias para averiguação de danos ou áreas de recuperação ambiental.

Até o mês de novembro de 2015, o total de ações policiais e de fiscalização realizadas totalizaram 86.982 e deste universo 19%, ou seja, 16.618 ações corresponderam à autuação por crime contra meio ambiente, que resultaram em Auto de Infração Ambiental, constatadas nas ações policiais. Esclarecemos que os dados do mês de dezembro que computam as penalidades aplicadas em decorrência das autuações por infrações ambientais estão sendo compilados por tipologia.

Principais realizações da Coordenadoria de Fiscalização Ambiental no ano de 2015

1) Programa Estadual de Conciliação Ambiental

a) Continuidade deste Programa assegura os direitos do autuado a um atendimento conciliatório para o cumprimento dos deveres e resolução dos processos relacionados às infrações contra o meio ambiente, objetivando o saneamento das irregularidades. Foram realizadas pelos técnicos da CFA e policiais militares ambientais 13.217 sessões de Atendimento Ambiental e do quantitativo computado até novembro de 2015, de 16.618 autuações/ano, houve 81% de comparecimento dos autuados ao Atendimento Ambiental e destes 70% dos processos foram conciliados e **b)** Continuidade da Formação continuada dos agentes de conciliação: Elaboração de minuta de Termo de Cooperação com o Tribunal de Justiça e a Escola Paulista de Magistratura para formação dos agentes em curso de mediadores e conciliadores.

2) Infraestrutura da Fiscalização

a) Investimentos em infraestrutura da fiscalização com aquisição de equipamentos para CFA e Polícia Militar Ambiental a saber: impressoras térmicas a serem utilizadas no Auto de Infração Ambiental - AIA Eletrônico, Câmeras digitais, Tablets a serem utilizados nos Laudos Eletrônicos das vistorias realizadas pelos Centros Técnicos Regionais, projetores de multimídia. Houve ainda aquisição de veículos e motocicletas para o 1º Batalhão da Polícia Militar Ambiental com recursos do Rodoanel Mário Covas – Trecho Norte e **b)** O aparelhamento da fiscalização permitiu que fosse implantado o piloto do AIA eletrônico na 3º Cia do 1º Batalhão da Polícia Militar Ambiental.

3) Fiscalização Ambiental Digital (AIA Eletrônico)

a) Foi iniciada a implantação do auto de infração eletrônico que integra o SIGAM com o sistema da Policia Militar (SIOPM), trazendo um salto de qualidade e celeridade na transferência e na lavratura de autos de infrações ambientais, uma vez que as informações são coletadas por um único equipamento, o terminal móvel de dados; **b)** Homologação do AIA e realização de testes de campo em conjunto com a PAmb; **c)** Treinamento para policiais da 3º CIA do 1º Batalhão ministrado pela PAmb e PM(CPD) e **d)** Implantação piloto do AIA Eletrônico na 3º Cia do 1º Batalhão.

4) Planos de Fiscalização

Destinados ao planejamento de ações que visam reduzir as pressões diretas sobre a biodiversidade terrestre e marinha.

a) Nas Unidades de Conservação da Natureza de Proteção Integral e nas áreas florestadas de domínio do Governo do Estado participantes do **Sistema Integrado de Monitoramento – SIM** (Resolução SMA 76/2012) foram registradas **1.922** ações de fiscalização. Das 393 ocorrências identificadas, 47% foram relacionadas à degradação da flora;

b) Nas Áreas de Proteção Ambiental Marinha e unidades integradas ao **Sistema de Monitoramento Marítimo – SIMMar** (Resolução SMA 101/2013) foram registradas um total de 310 ações de fiscalização, sendo 52 ações conjuntas ou integradas com Polícia Militar Ambiental, Fundação Florestal Guardas Costeira entre outros. Foram realizadas 85 vistorias em embarcações; 65 ocorrências identificadas e um total de 186 Autos de Infração Ambiental lavrados por pesca costeira irregular;

c) Nas **Reservas Particulares do Patrimônio Natural** (RPPN), foi publicada a Resolução SMA 80/2015, que institui o Plano de Apoio à Proteção das RPPN, integrando as ações da CFA, PAmb, Fundação Florestal e FREPESP- Federação das Reservas Ecológicas Particulares de SP. Foram envolvidos 24 proprietários e representantes de RPPN, sendo 42 RPPN o que representa 50% do total de RPPN no estado estão com planos elaborados ou em fase de elaboração;

d) Formação Socioambiental: atuação de forma complementar as ações de fiscalização, buscando envolver a sociedade civil e comunidade do entorno das Unidades de Conservação com abordagens preventivas aos problemas ambientais, em atendimento aos planos SIM e SIMMAr e ao Decreto Estadual n.º 60.302/2014 (SIGAP). Em 2015, foram obtidos os seguintes resultados**: Integração da Coordenadoria de Educação Ambiental** ao Grupo de Trabalho já constituído pela CFA, FF, IF, IBt e PAmb.; **01 Polo** concluído (PE Cantareira); **04 Polos** com atividades em andamento (APA Marinha Litoral Sul; PESM – Núcleo Itariru; EE Bananal; Mosaico Paranapiacaba – PE Intervales, PE Carlos Botelho, PE Nascentes do Paranapanema, EE Xituê); **02 Polos** onde a ação foi apresentada (PE Jaraguá, PE Campina do Encantado); **11 Conselhos Gestores** de Unidades de Conservação participantes das ações da Formação Socioambiental; **19 encontros** realizados com a participação de representantes da sociedade civil, órgãos públicos municipais e estaduais, universidades, moradores do entorno das Unidades de Conservação.; **02 artigos** publicados em eventos de âmbito nacional: VIII Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental; VIII Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação e por fim **01 Guia Prático** publicado em formato digital;

e) Monitoramento Ambiental por Imagens de Satélites (MAIS): processo de fiscalização das alterações de vegetação no território do Estado de São Paulo, a partir da comparação de imagens de satélite e fotografias aéreas, que identifica desmatamentos da vegetação nativa que podem estar em desacordo com a legislação. Cada região do Estado de São Paulo (que na metodologia utilizada no MAIS corresponde à divisão de base cartográfica 1:250.000 do IBGE) foi monitorada de **duas a cinco vezes** ao longo do ano de 2015. Foram computadas **302 denúncias com alteração da vegetação** identificadas e encaminhadas à Polícia Militar Ambiental para verificação. Aproximadamente **1.063,29 hectares (ou 10,63 km²) de possíveis supressões** de vegetação nativa que podem ter ocorrido em desacordo com a legislação identificada entre os meses de janeiro e novembro de 2015. Do total de denúncias elaboradas, **61 resultaram na aplicação de Autos de Infração Ambiental** (AIA), o que corresponde a cerca de 218,97 hectares (ou 2,18 km²) de vegetação nativa irregularmente suprimidos no estado de São Paulo.

5) Sistema de Denúncias

Computados registros de 30.916 denúncias sobre possíveis danos ao meio ambiente **recebidas e atendidas** pela Polícia Militar Ambiental, de janeiro a novembro de 2015, sendo **42% (13.036) relacionadas à fauna** e **37% (11.479) à flora**. Do total, 11.513 (37%) foram consideradas improcedentes, não resultando no registro de infrações ambientais.

6) Convênios para fiscalizações integradas

a) Renovação do convênio "**Operação Integrada Defesa das Águas"** que visa o incremento das ações de fiscalização, monitoramento e contenção ambientais nas áreas de proteção dos

mananciais localizadas no Município de São Paulo por meio da implementação de plano de ação integrado, mediante a coordenação e a conjunção de ações e de esforços dos partícipes, no âmbito de suas respectivas competências, objetivando coibir ações lesivas ao meio ambiente e a ocupação irregular em áreas de mananciais, visando à preservação de seu caráter de produtora de água e de serviços ambientais.

b) O Projeto Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista - PDSLP propõe o envolvimento dos poderes executivos, estadual e municipal, para o desenvolvimento de ações integradas de planejamento, fiscalização e monitoramento ambiental em virtude do alto crescimento populacional que a região litorânea do Estado de São Paulo vem enfrentando, decorrente de seu desenvolvimento econômico. Neste contexto foram assinados 7 convênios com os seguintes municípios: Santos, Guarujá, Ilha Comprida, Itanhaém, Praia Grande, Peruíbe e Bertioga.

Programa 2613 - Gestão Ambiental nas Regiões Metropolitanas

Unidades Executoras – Coordenadoria de Parques Urbanos / Coordenadoria de Planejamento Ambiental / Fundação Parque Zoológico / Instituto de Botânica / Instituto Florestal

Contratos para atender despesas correntes nos Parques Urbanos: R$ 56,6 milhões

Parques	Valores (R$)	Parques	Valores (R$)
Dr. Fernando Costa – "Água Branca"	3.645.306	Guarapiranga e Várzea do Embu-Guaçu	4.267.501
Alberto Löfgren (Horto Florestal)	7.017.045	Juventude	5.005.666
Belém "Manoel Pitta"	2.870.172	Pomar Urbano	374.364
Chácara da Baronesa	3.266.805	Villa-Lobos e Candido Portinari	11.029.780
Gabriel Chucre	2.945.567	CPU – Contratos que atendem mais de um parque e gastos com utilidade pública.	16.208.575
Total	**56.630.781**		

Atendimento de 13 milhões de usuários em 2015.

Instituto de Botânica

Implementação do plano de manejo e Prot. Pque. Est. Fontes do Ipiranga – PEFI

Como principais atividades de desenvolvimento desta ação e que garantiram o cumprimento da meta prevista para o ano de 2015, citam-se:

Aprovação do plano de trabalho de troca e manutenção do cercamento do PEFI;

Realização das reuniões do Conselho de Defesa do Parque – CONDEPEFI, garantindo a implementação contínua do plano de manejo do Parque, principalmente nas atividades que incluíram o andamento de obras de grande porte, como do Centro Paraolímpico Brasileiro e Concessão para ampliação do Centro de Exposições GL Events.

Acompanhamento de Termo de Compensação e Responsabilidade Ambiental que incluiu o plantio de mais 15.000 mudas de espécies nativas da área.

Elaboração do projeto executivo do Sistema de Saneamento do PEFI com assinatura de contrato junto à CPOS.

Acompanhamento do plano de trabalho de demarcação e regularização dos limites da área do PEFI em conjunto com o Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP;

Acompanhamento do processo de desapropriação de uma área de 65.330m^2 pertencente ao Espólio Farid Salomão Bumaruf e reincorporada ao Jardim Botânico por meio do Decreto nº

58.108/2012, do Governador do Estado, declarando a área de utilidade pública. O processo judicial encontra-se na PGE aguardando decisão final do Juiz.

Conservação e atendimento do público do Jardim Botânico

O programa de conservação e atendimento ao público do Jardim Botânico cumpriu a meta prevista para o ano de 2015. Para tal, os recursos oriundos da ação, foram aplicados visando manter e melhorar todos os aspectos que classificam o Jardim Botânico na Categoria A de jardins botânicos do Brasil, os quais incluem a garantia dos serviços de proteção do jardim, das coleções científicas, da transferência de conhecimento, divulgação do jardim por meio de mídias e atendimento ao publico visitante. Como forma de atrair o público visitante e disponibilizar o conhecimento produzindo no Jardim Botânico foram realizadas:

Exposições: 32ª Expo Artes e Artesanatos do Jardim da Saúde; 33ª Expo Artes e Artesanatos do Jardim da Saúde; 41ª Exposição de Bonsai; 42ª Exposição de Bonsai; 41ª Mostra de Bromélias de São Paulo; 42ª Mostra de Bromélias de São Paulo; 117ª Exposição Nacional de Orquídeas e 118ª Exposição Nacional de Orquídeas.

Cursos: Curso "Ilustração Botânica"; Cursos "Jardinagem –I-II- Introdução ao Paisagismo" – Sinal Verde e Curso Jardim Escola.

Eventos de inclusão e divulgação: Corrida Caminhando pela cultura esportiva Jabaquara; Circuito correr e caminhar para viver bem IV – V- Rede de Acesso; Circuito correr e caminhar para Inclusão- Rede Acesso; Circuito correr e caminhar Corrida Ecológica II – Rede acesso; Caminhada Whirpool; Caminhada - Rede de Acesso e Prefeitura; Circuito corrida e caminhada– CC&M; Corrida – Mobile 1° Pink Run"; Reunião "Policia Ambiental "; Filmagem – TV Globo – "Globo Rural, "Fantástico"; Filmagem – TV Record – "entrevista"; Filmagem TV Cultura " entrevista" ; Filmagem TV Japonesa "NHK" reportagem sobre Jardins; Filmagem TV EL PAIS BRASIL – reportagem; Filmagem TV BRASIL – REPORTAGEM e Filmagem TV BANDEIRANTES – REPORTAGEM.

Zoológico de São Paulo – Lazer e Educação Ambiental para todos

Em 2015 foram produzidos 57 trabalhos científicos, sendo eles: 13 Dissertações de Mestrado, 07 Artigos em Periódicos, 27 Resumos em Anais, 06 Monografias PAP, 01 Monografia de Bacharelado, 01 Capítulo de livro, 02 Relatórios de Pesquisa.

Estas publicações envolveram pesquisas relacionadas às aves, répteis, anfíbios, mamíferos, além de projetos de pesquisas vinculados as áreas ambientas do Zoo, onde os estudos realizados abrangeram as áreas de Microbiologia, Parasitologia, Reprodução, Meio Ambiente, Fisiologia, Ecologia, Nutrição, Conservação, Genética, Educação Ambiental, Comportamento e Condicionamento Animal.

Este contínuo fomento às atividades de pesquisas vem de encontro com a missão estatutária da Fundação, ou seja, Educação, Entretenimento e Pesquisa, atuando como Instituição de vanguarda na colaboração para manutenção, conservação e preservação de espécies *in situ* e *ex situ*, tornando a FPZSP referência na área de ciências.

O programa de Pós Graduação em Conservação da Fauna Silvestre contou em 2015 com a defesa de 08 dissertações de mestrado dos alunos ingressos em 2013.

Programa 2614 – Gestão Ambiental para Proteção da Água

Unidades Executoras – CPLA / Instituto Geológico / CETESB

A execução do Programa Gestão Ambiental para Proteção da Água em 2015 permitiu:

a) Publicação impressa "Ações Municipais para Proteção das Águas no Estado de SP- 2014";

b) Realização do encontro "Água e Ambiente – 2015" e do lançamento do "Portal das Águas". Ambos com o objetivo de promover o fortalecimento institucional do Sistema Ambiental Paulista com ênfase nas políticas de recursos hídricos.

c) Emissão da Resolução Conjunta SMA-SSRH 01/2015 que cria o grupo de trabalho com objetivo na gestão compartilhada dos mananciais da região metropolitana de São Paulo.

Programa 2616 – Mudanças Climáticas e Gestão de Riscos

Unidades Executoras – CETESB e Instituto Geológico

Com relação ao Programa de Transporte, Logística e Meio Ambiente, instituído junto à SMA pelo Decreto nº 60.651/2014, foram executados recursos próprios da CETESB, que poderão ser reconhecidos como contrapartida do Estado no Projeto de Transporte Sustentável de São Paulo. Foram realizadas atividades ligadas ao subcomponente 2.3 do Projeto, relativas ao apoio à modernização do sistema de licenciamento ambiental.

Quanto às demais áreas da SMA envolvidas no referido Projeto (Coordenadorias de Planejamento Ambiental, de Fiscalização Ambiental e Instituto Geológico) não houve dotação orçamentária para o desenvolvimento da ação de Integração da Gestão Ambiental e Gestão de Riscos - BIRD.

Próximas ações: Continuidade das atividades previstas no Plano de Aquisições do Projeto de Transporte Sustentável de São Paulo, relativas aos Componentes 2 e 3, ou seja: Fortalecimento da capacidade de planejamento sustentável ambiental e do uso da terra e gerenciamento territorial e Aumento da resiliência do Estado para desastres Naturais, respectivamente.

Execução por ação

2616 - MUDANCAS CLIMATICAS E GESTAO DE RISCOS	**4.379.142**	**1.488.749**	**34,00%**
2463 - INTEGRACAO GESTOES AMBIENTAL E DE RISCOS-BIRD	**4.000.010**	**905.815**	**22,65%**
44 - INVESTIMENTOS	4.000.010	905.815	22,65%
4302 - AVALIACAO E MAPEAMENTO DE AREAS DE RISCO	**379.132**	**582.935**	**153,76%**
33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	379.132	582.935	153,76%

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Secretaria de Planejamento e Gestão

Execução Orçamentária por Grupo de Despesas

29000 - Secretaria de Planejamento e Gestão

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**1.029.735.558,00**	**2.387.463.680,32**	**10.107.931,10**	**2.397.571.611,42**	**2.266.453.094,65**
Pessoal e Encargos Sociais	289.282.558,00	782.533.800,98	0,00	782.533.800,98	744.141.462,83
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	740.453.000,00	1.604.929.879,34	10.107.931,10	1.615.037.810,44	1.522.311.631,82
Despesas de Capital	**279.459.690,00**	**77.022.801,06**	**8.253.004,54**	**85.275.805,60**	**160.765.834,80**
Investimentos	274.850.030,00	72.026.789,82	8.253.004,54	80.279.794,36	158.078.610,24
Inversões Financeiras	4.609.660,00	4.996.011,24	0,00	4.996.011,24	2.687.224,56
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**1.309.195.248,00**	**2.464.486.481,38**	**18.360.935,64**	**2.482.847.417,02**	**2.427.218.929,45**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

29000 - Secretaria de Planejamento e Gestão

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0001 - Participacao Societária	**1.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0102 - Obrigações Previdenciárias em Complementação	**0,00**	**4.369.069,00**	**0,00**	**4.369.069,00**	**3.453.572,88**
Despesas Correntes	0,00	4.369.069,00	0,00	4.369.069,00	3.453.572,88
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2901 - Desenvolvimento do Processo Orçamentário do Estado de São Paulo	**11.833.029,00**	**9.713.376,16**	**0,00**	**9.713.376,16**	**9.612.283,23**
Despesas Correntes	11.833.029,00	9.713.376,16	0,00	9.713.376,16	9.612.283,23
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2903 - Desenvolvimento e Capacitação Institucional dos Municípios	**33.558.884,00**	**28.818.710,19**	**0,00**	**28.818.710,19**	**28.726.205,41**
Despesas Correntes	33.408.884,00	28.814.535,69	0,00	28.814.535,69	28.722.030,91
Despesas de Capital	150.000,00	4.174,50	0,00	4.174,50	4.174,50
2906 - Sistema Estadual de Planejamento e Avaliação	**15.906.330,00**	**6.362.920,16**	**0,00**	**6.362.920,16**	**5.851.836,57**
Despesas Correntes	15.906.330,00	6.362.920,16	0,00	6.362.920,16	5.851.836,57
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

2907 - Sistema de Planejamento / Metropolitano	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**325.524,20**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	325.524,20
2909 - Gestão em Planejamento e Desenvolvimento Regional	**164.312.119,00**	**146.882.603,56**	**1.572.893,68**	**148.455.497,24**	**144.718.607,24**
Despesas Correntes	158.703.439,00	141.881.334,07	1.567.114,90	143.448.448,97	141.969.025,43
Despesas de Capital	5.608.680,00	5.001.269,49	5.778,78	5.007.048,27	2.749.581,81
2913 - Desenvolvimento Regional Integrado	**260.377.159,00**	**674.083,48**	**0,00**	**674.083,48**	**61.336.673,76**
Despesas Correntes	11.377.149,00	674.083,48	0,00	674.083,48	674.083,48
Despesas de Capital	249.000.010,00	0,00	0,00	0,00	60.662.590,28
2915 - Gestão de Investimentos em Proj.Prioritários de Infraestrutura e Desenvolvimento	**14.700.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**32.157,00**
Despesas Correntes	8.200.000,00	0,00	0,00	0,00	32.157,00
Despesas de Capital	6.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2916 - São Paulo: Território e Cartografia	**13.375.213,00**	**5.077.019,71**	**0,00**	**5.077.019,71**	**5.694.036,98**
Despesas Correntes	13.375.213,00	5.077.019,71	0,00	5.077.019,71	5.654.476,98
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	39.560,00
2917 - Informações Demográficas, Socioeconômicas e de Ação Governamental	**53.889.648,00**	**50.541.301,43**	**105.194,06**	**50.646.495,49**	**50.022.152,61**
Despesas Correntes	53.689.648,00	50.525.430,74	105.194,06	50.630.624,80	50.005.474,51
Despesas de Capital	200.000,00	15.870,69	0,00	15.870,69	16.678,10
4401 - Inovação e Fortalecimento Institucional da Secretaria de Gestão Pública	**0,00**	**18.407.428,15**	**59.251,99**	**18.466.680,14**	**15.274.765,48**
Despesas Correntes	0,00	18.407.428,15	59.251,99	18.466.680,14	15.274.765,48
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4403 - Gestão Estratégica de Pessoas	**0,00**	**6.709.531,97**	**379.702,08**	**7.089.234,05**	**6.074.992,14**
Despesas Correntes	0,00	6.709.531,97	379.702,08	7.089.234,05	6.074.992,14
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4404 - Qualidade em Gestão Pública	**0,00**	**153.173.227,20**	**0,00**	**153.173.227,20**	**142.861.196,37**
Despesas Correntes	0,00	153.173.227,20	0,00	153.173.227,20	142.861.196,37
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4406 - Auxílio Alimentação	**0,00**	**144.493.390,00**	**0,00**	**144.493.390,00**	**116.213.016,95**
Despesas Correntes	0,00	144.493.390,00	0,00	144.493.390,00	116.213.016,95
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4407 - Tecnologia da Informação e Comunicação para Excelência da Gestão	**0,00**	**1.456.040,68**	**521.531,07**	**1.977.571,75**	**11.684,69**
Despesas Correntes	0,00	1.456.040,68	521.531,07	1.977.571,75	11.684,69
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4408 - Assitência Médica ao Servidor Público Estadual	**0,00**	**1.165.095.802,60**	**7.176.310,08**	**1.172.272.112,68**	**1.104.931.162,07**
Despesas Correntes	0,00	1.111.569.565,31	6.645.058,85	1.118.214.624,16	1.051.744.457,74
Despesas de Capital	0,00	53.526.237,29	531.251,23	54.057.488,52	53.186.704,33

4409 - Um Novo Detran para São Paulo	**741.241.866,00**	**713.025.352,97**	**8.476.255,95**	**721.501.608,92**	**723.999.144,37**
Despesas Correntes	723.241.866,00	694.550.103,88	760.281,42	695.310.385,30	680.218.122,79
Despesas de Capital	18.000.000,00	18.475.249,09	7.715.974,53	26.191.223,62	43.781.021,58
4411 - Formação e Capacitação de Profissionais da Administração Pública Paulista	**0,00**	**5.044.370,18**	**0,00**	**5.044.370,18**	**4.266.168,98**
Despesas Correntes	0,00	5.044.370,18	0,00	5.044.370,18	4.266.168,98
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
4413 - Gestão do Conhecimento e Inovação	**0,00**	**401.659,00**	**0,00**	**401.659,00**	**263.659,00**
Despesas Correntes	0,00	401.659,00	0,00	401.659,00	263.659,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
4414 - Saúde e Qualidade de Vida do Servidor	**0,00**	**4.240.594,94**	**69.796,73**	**4.310.391,67**	**3.550.089,52**
Despesas Correntes	0,00	4.240.594,94	69.796,73	4.310.391,67	3.550.089,52
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesa Total	**1.309.195.248,00**	**2.464.486.481,38**	**18.360.935,64**	**2.482.847.417,02**	**2.427.218.929,45**

Fonte: SIAFEM/SP
Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

A Secretaria de Planejamento e Gestão (SPG) representa o órgão central de planejamento e orçamento do Estado de São Paulo, sendo responsável pelo planejamento global, setorial e territorial das ações do Estado, bem como pela elaboração, acompanhamento e avaliação do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e do Orçamento Anual (LOA).

Possui, ainda, papel fundamental na promoção da articulação entre diferentes esferas de governo, Poderes e setor privado, em especial para a promoção do desenvolvimento de políticas públicas e garantia do alcance dos resultados propostos nos planos, programas e ações governamentais, visando ao alinhamento das estratégicas do governo e das ações desenvolvidas pelos órgãos e entidades da Administração Pública Paulista.

Tem por missão: “promover a eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas por meio de um sistema de planejamento, monitoramento e avaliação capaz de articular as ações governamentais, integrando planejamento, orçamento, dimensão regional e investimentos públicos e privados, com vistas à promoção do desenvolvimento social e economicamente sustentável do Estado de São Paulo”.

Inicialmente, este relatório apresenta a execução orçamentária dos Programas da Secretaria e de suas entidades vinculadas no ano de 2015, com base nos valores executados em relação ao orçamento inicial, ao orçamento denominado atual e aos valores ainda não liquidados, porém empenhados.

Em seguida, detalha os principais programas e ações desenvolvidos pela Secretaria nas áreas de orçamento; planejamento e avaliação, planejamento e desenvolvimento regional, desenvolvimento regional integrado, gestão de investimentos em projetos prioritários de infraestrutura e cartografia.

Por fim, são apresentadas as atividades realizadas no âmbito das entidades vinculadas à SPG: Companhia Paulista de Obras e Serviços – CPOS, Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM e Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE e Fundação do Desenvolvimento Administrativo – FUNDAP.

Apresentamos às páginas subsecutivas, a fim de ser anexado ao Relatório Anual do Governo do Estado de São Paulo, coordenado pela Secretaria da Fazenda (SEFAZ) o quadro dos demonstrativos financeiro-orçamentários, bem como a descrição e as justificativas dos programas a eles afetos, referentes ao último exercício da Secretaria de Planejamento e Gestão, a qual, por força do Decreto nº 61.035/2015 recebeu da Secretaria de Gestão Pública alguns Programas e Ações, Secretaria esta que passou a se denominar Secretaria de Governo.

Ouvidoria e Informação ao Cidadão

Atendimento: Ano de 2015, a Ouvidoria recebeu um total de 3.624 manifestações. Desse total, foram 20 elogios, 48 sugestões, 47 outros, 41 denúncias, 1285 reclamações e 2183 solicitações de informações. Como se observa, a ampla maioria das manifestações refere-se a solicitações de informações, condição que se repetiu em anos anteriores. Houve um aumento no volume de manifestações, esse aumento decorreu da junção da secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional com a Secretaria de Gestão Pública.

Já o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) recebeu, em 2015, 108 solicitações de acesso a informações, incluindo arquivos, documentos e bases de dados, em conformidade com os requisitos da Lei Federal nº 12.527/2011 e do Decreto Estadual nº 58.052/2012.

Programa 2901 – Desenvolvimento do Processo Orçamentário do Estado de São Paulo

2901 - Desenvolvimento do Processo Orçamentário do Estado de São Paulo	**11.833.029,00**	**9.713.376,16**	**0,00**	**9.713.376,16**	**9.612.283,23**
Despesas Correntes	11.833.029,00	9.713.376,16	0,00	9.713.376,16	9.612.283,23
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

A Coordenadoria de Orçamento atua como a unidade executiva da SPG e centraliza as atividades relacionadas ao Sistema Orçamentário Estadual e os assuntos relativos à gestão orçamentária de todos os órgãos que integram os Poderes do Estado. O Programa indicado oferece suporte parcial às ações necessárias à elaboração, acompanhamento e à execução das leis de diretrizes orçamentárias e do orçamento atual.

Ação 4485 - Estudos e Pesquisas para o Acompanhamento Orçamentário

No âmbito desta ação, foi dispendido recurso de apoio ao desenvolvimento do processo orçamentário, relacionados à realização de estudos macroeconômicos e seus impactos sobre os orçamentos públicos. Análises do orçamento público sob diversos enfoques, realização de audiências públicas do orçamento e confecção dos documentos oficiais do Orçamento Público.

Elaboração e Acompanhamento dos Orçamentos do Estado: gestão do processo de elaboração da proposta orçamentária e da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado, bem como do acompanhamento da execução dos orçamentos anuais:

- **Elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias**: a) análise e elaboração, em conjunto com a Secretaria da Fazenda, do Anexo de Metas Fiscais; b) interação com a Procuradoria Geral do Estado para a elaboração do Anexo de Riscos Fiscais; c) elaboração do texto do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016 e da Lei aprovada, acompanhada dos respectivos Anexos de Prioridades e Metas, de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais; d) análise do impacto orçamentário das 270 emendas, bem como das subemendas apresentadas pelo Parlamento.
- **Elaboração da Proposta Orçamentária para o exercício de 2016**: a) conversão e análise da Série Histórica das despesas de custeio, definição dos Valores Referenciais de Custeio e divulgação aos órgãos dos Poderes do Estado, dos valores para a elaboração das respectivas Propostas Orçamentárias Setoriais; b) disponibilização na web, do Sistema Proposta Orçamentária Setorial (POS) para o orçamento fiscal e da seguridade social e do Sistema Orçamentário das Empresas (SOE) para a apresentação das propostas orçamentárias das empresas estatais não dependentes; c) coordenação e acompanhamento junto aos órgãos da administração estadual dos trabalhos de elaboração das propostas setoriais para o Orçamento Fiscal, para o Orçamento da Seguridade Social e para o Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais; d) análise técnica das propostas orçamentárias dos órgãos setoriais e das empresas estatais e elaboração de relatórios gerenciais para subsidiar a tomada de decisão pela administração superior; e) previsão das despesas e encargos de caráter obrigatório tais como; pessoal, serviço da dívida e vinculações constitucionais, para inclusão na proposta orçamentária; f) atualização das atribuições e da legislação obrigatória de cada órgão dos Poderes do Estado componentes da Lei Orçamentária Anual; g) elaboração da Mensagem e formalização da Proposta

Orçamentária do Estado; h) análise das 8.691 emendas legislativas propostas ao Projeto de Lei do Orçamento e formalização da Lei Orçamentária.

Programa 2906 – Sistema Estadual de Planejamento e Avaliação

2906 - Sistema Estadual de Planejamento e Avaliação	15.906.330,00	6.362.920,16	0,00	6.362.920,16	5.851.836,57
Despesas Correntes	15.906.330,00	6.362.920,16	0,00	6.362.920,16	5.851.836,57
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

- Projeto Formulação do PPA 2016-2019: Atendendo ao dispositivo constitucional, em 2015, primeiro ano de gestão, foi elaborado o Plano Plurianual 20126-2019. Para a execução desse projeto, que implicou profundas mudanças no processo de elaboração do PPA e de seus programas, uma série de etapas precisou ser percorrida, algumas envolvendo as diversas áreas da SPG e outras as Secretarias de Estado e seus órgãos vinculados, entre as quais destacam-se:

a) planejamento da formulação do novo PPA e das inciativas necessárias a sua execução e posterior implantação;
b) organização e realização das audiências públicas sobre o PPA 2016-2019, inclusive em novo sitio na Internet dedicado a essa tema;
c) análise das demandas e prioridades obtidas das audiências públicas e sua distribuição às Secretarias e entidades vinculadas para sua consideração na formulação de seus respectivos programas;
d) capacitação dos gestores dos programas, de todas as secretarias e órgãos vinculados, sobre os princípios do Orçamento por Resultados e sua aplicação na formulação dos programas do PPA 2016-2019;
e) capacitação interna aos técnicos da CPA para dar suporte aos gestores setoriais na formulação dos programas do PPA 2016-2019;
f) desenho conceitual e especificação técnica para o desenvolvimento do sítio do PPA na Internet e produção de seus conteúdos, inclusive a seção relativa às audiências públicas;
g) especificações técnicas para o redesenho dos sistemas de entrada e gerenciamento de informações da SPG, notadamente os sistemas Estrutura de Programas e Ações (EPA) e Plano Plurianual (PPA);
h) organização dos diagnósticos setoriais e atualização do Diagnóstico da Situação Socioeconômica e Ambiental do Estado e seus indicadores, a fim de gerar subsídios para a formulação dos programas;
i) coordenação do processo de elaboração do PPA 2016-2019, que incluiu as seguintes atividades:

i. apoio presencial e à distância às secretarias e órgãos vinculados para a formulação de seus programas e definição dos respectivos produtos e indicadores, a serem inseridos nos sistemas da SPG;
ii. apoio para a definição das metas dos programas e produtos propostos pelas secretarias e órgãos vinculados;
iii. análise crítica das propostas de programas de todas as secretarias e órgãos setoriais e discussões sobre eventuais ajustes para adequá-los à metodologia do OpR e às diretrizes governamentais;
iv. finalização do processo de elaboração dos programas do PPA;

j) definição e cálculo dos indicadores relativos aos Objetivos Estratégicos do PPA;
k) elaboração do Projeto de Lei do PPA 2016-2019, especialmente do conteúdo de seu primeiro tomo e das seções iniciais do segundo;
l) providências técnicas e administrativas para a impressão do Projeto de Lei do PPA 2016;
m) análise das propostas dos senhores Deputados para emendas no Projeto de Lei do PPA 2016-2019;
n) revisão do Projeto de Lei do PPA 2016-2019, para incorporar as emendas parlamentares (em andamento).

Esse conjunto de atividades, do qual participaram as várias unidades da SPG e todos os órgãos governamentais, inclusive as Secretarias de Estado e suas entidades vinculadas, além das contribuições dos Poderes Legislativo e Judiciário, permitiram a elaboração do PPA 2016-2019 sob um novo formato, dirigido a resultados, com indicadores mais refinados e com a explicitação

das cadeias de resultados que conectam cada um de seus produtos aos Objetivos Estratégicos para cujas evoluções pretendem contribuir.

Projeto Orçamento por Resultados (OpR): Projeto Orçamento por Resultados (OpR): convém ressaltar algumas atividades preparatórias desenvolvidas pela CPA em 2015, mais diretamente relacionadas com o projeto OpR.
Tendo em vista a complexidade da terceira fase deste projeto, a CPA desenvolveu uma série de atividades para avaliar os resultados da implantação do OpR nas fases anteriores do projeto. Para tanto, contou com a participação de um consórcio de empresas especializadas – contratado por processo licitatório – que realizou esta avaliação nos casos da Secretaria da Administração Penitenciária e da Secretaria da Educação. Foram apontados vários acertos e alguns pontos passíveis de atenção, especialmente no que diz respeito às cadeias de resultados, que foram de grande utilidade na definição dessas cadeias durante a formulação do novo PPA.

Projeto Avaliação de Programas e Políticas Públicas: dando continuidade ao projeto de Avaliação de Programas e Políticas Públicas, que passou a ter novo significado com a adoção da metodologia do Orçamento por Resultados na formulação do PPA 2016-2019, foram realizadas atividades que podem ser classificadas em dois grupos:

a. acompanhamento da implantação das recomendações dos processos avaliatórios nos programas avaliados em 2014; e
b. preparação para nova rodada de avaliações, a ser iniciada em 2016.

Em relação ao primeiro grupo, foram realizadas reuniões com gestores dos dois programas cujas avaliações apresentaram recomendações de maior envergadura. Em ambos os casos, os gestores demonstraram como aquelas recomendações foram incorporadas no aperfeiçoamento dos programas, revelando a importância deste projeto para o aperfeiçoamento dos programas estaduais.
Em relação ao segundo grupo, foram ultimadas as atividades administrativas para a contratação da Fundação Seade, parceira da SPG no projeto, para realizar a avaliação de outros seis programas. Estão previstas, para se iniciarem em 2016, uma avaliação de impacto, uma de satisfação e quatro de processo. Os programas a serem avaliados ainda estão em fase de definição e as tratativas com seus respectivos gestores deverão ocorrer no início do próximo ano.
Paralelamente, tendo em vista a participação da SPG e outros órgãos no Convênio de Cooperação Técnico-Operacional com a Secretaria de Logística e Transportes, associado ao Programa de Transporte, Logística e Meio Ambiente, que conta com recursos de financiamento do Banco Mundial, deu-se início a tratativas junto àquela Secretaria e aos representantes do Banco Mundial, para que as atividades a serem desenvolvidas pela SPG dirijam-se à avaliação dos impactos deste programa sobre o acesso às escolas. Diante da importância do produto Transporte Escolar, do Programa Manutenção e Suporte da Educação Básica, conduzido pela Secretaria da Educação, pretende-se avaliar esse serviço, buscando, entre outros aspectos, estimar em que medida a recuperação de rodovias afeta as condições e os custos do transporte escolar.

Ação 4483 - Monitoramento e Avaliação de Programas e Ações do Plano Plurianual

Monitoramento dos Programas do PPA 2012-2015: a execução das metas dos programas e ações do PPA é acompanhada pelo Sistema de Monitoramento dos Programas e Ações (SIMPA). A plataforma possibilita o registro por cada secretaria setorial das metas programadas e alcançadas ao longo de cada exercício financeiro, e dos índices apurados para os indicadores dos programas nas datas especificadas. Do SIMPA são extraídas as informações necessárias para a produção de relatórios sobre a execução física das metas para diversos níveis da Administração Estadual e para órgãos de controle externo, como a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Contas do Estado.

Sistema de Acompanhamento de Investimentos (SAI): reúne informações sobre execução física e orçamentária de investimentos da Administração Direta, Indireta e das Empresas dependentes do Tesouro e se conecta ao Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM), o que garante a completa aderência entre a execução

orçamentária e financeira. O SAI proporciona ainda, no âmbito da Secretaria da Fazenda, a atualização de informações do patrimônio imobiliário do Estado.
Em 2015, a CPA proporcionou treinamento e atendimento aos usuários do sistema; realizou a supervisão do cadastramento de investimentos e realizou a recuperação dos dados do SAI para subsidiar o acompanhamento do PPA e análises de investimentos.

Redesenho do processo de monitoramento do PPA 2016-2019: Com a implantação do novo PPA, formulado sob a ótica do OpR, foi necessário redesenhar o processo de monitoramento até agora adotado pela SPG. Sob esse tema, várias atividades foram desenvolvidas ao longo de 2015, entre as quais se destacam:

i. definição de modelo de análise da conjuntura socioeconômica do Estado de São Paulo, a ser considerada nas análises sobre a evolução dos Objetivos Estratégicos e da execução do PPA;
ii. desenvolvimento do Painel da Situação Socioeconômica do Estado de São Paulo, que corresponde a módulo específico do sistema de informações da Fundação Seade denominado Informações dos Municípios Paulistas, desenvolvido especialmente para a CPA. O Painel contém um conjunto de 208 indicadores relacionados aos Objetivos Estratégicos do PPA, além dos 42 indicadores de impacto, associados a cada um daqueles Objetivos e que alimentarão o SIM PPA;
iii. redesenho do sítio do PPA na Internet, ampliando seu conteúdo e tornando-o mais amigável e com linguagem mais acessível.

Programa 2909 – Gestão em Planejamento e Desenvolvimento Regional

2909 - Gestão em Planejamento e Desenvolvimento Regional	164.312.119,00	146.882.603,56	1.572.893,68	148.455.497,24	144.718.607,24
Despesas Correntes	158.703.439,00	141.881.334,07	1.567.114,90	143.448.448,97	141.969.025,43
Despesas de Capital	5.608.680,00	5.001.269,49	5.778,78	5.007.048,27	2.749.581,81

O objetivo do Programa é apoiar administrativamente o desempenho da Secretaria no cumprimento de sua missão como órgão central de planejamento e orçamento. Suas principais ações incluem a administração das unidades que compõem a SPG, a administração do projeto C.I.D.A.D.E., o desenvolvimento de projetos de reutilização de próprios do Estado e a informatização do processo de planejamento e orçamento do Estado. No âmbito do Programa, as atividades estão distribuídas em três ações orçamentárias:

Ação 5515 - Administração da Secretaria de Planejamento e Gestão

Nesta ação, foram realizadas atividades de suporte para os diversos endereços que abrigam a Secretaria (Palácio dos Bandeirantes, Edifícios da Alameda Santos, Alameda Jaú).
Das 20 unidades administradas por esta Pasta, quinze Escritórios Regionais (ERPLANs) foram transferidas à Casa Civil, pelo Decreto nº 61.065, de 01/01/2015; Comitê da Copa do Mundo 2014, instituído pelo Decreto nº 56.648/2011, e extinto em 31/12/2015, o Centro Integrado de Comando e Controle Regional (CICC) transferido para a Secretaria de Segurança Pública, pelo Decreto nº 60.641, 11-07-2014, totalizando atualmente 3 unidades administradas.
As principais atividades desenvolvidas em 2015 foram:

a) Gerenciamento de 235 contratos de prestação de serviços contínuos, com vista à otimização de recursos técnicos e orçamentário/financeiros.
b) Acompanhamento da execução orçamentária, no sentido de maximizar os recursos existentes, que resultaram em diminuição de despesas liquidadas em comparação com o mesmo período do exercício de 2015.
c) Procedimentos licitatórios com a realização de 18 Pregões Eletrônicos, 32 Dispensas de Licitação, 42 Inexigibilidades, 11 Adiantamentos, 3 Convites/BEC e 16 Dispensas/BEC.
d) Aperfeiçoamento do de sistema EXEORC que possibilita a conversão dinâmica das dotações orçamentárias e seu histórico e do Sistema de Contratos.
e) Ações sociais: campanha do agasalho; campanha de vacinação contra a gripe.

Foram dispendidos recursos tais como: pagamento de diárias, materiais de escritório, passagens aéreas, locação de veículos, aluguéis de imóveis, serviços de limpeza e vigilância, seguros, conservação e manutenção de bens móveis e imóveis, serviços gráficos, energia, telefonia, água e esgoto, entre outros.

Ação 5516 - Informatização do Processo de Planejamento e Orçamento do Estado

Contempla ações relativas ao desenvolvimento de sistemas e prestação de serviços de tecnologia de informação e comunicação. As principais ações desenvolvidas referem-se à:

Sistemas Orçamentários:

POS – Proposta Orçamentária Setorial

- Modernização e redesenvolvimento de novo sistema
- Desenvolvimento do IACPOS em nova plataforma

EPA - Estrutura de Programas e Ações

- Modernização e redesenvolvimento de novo sistema
- Proposta de melhorias e correções evolutivas

PPA – sistema de registro do Plano PluriAnual

- Modernização e redesenvolvimento de novo sistema
- Desenvolvimento de relatórios de apoio à gestão
- Melhorias e evoluções de utilizando ferramenta de BI -Business Inteligence
- Cadastramento de 482 usuários (SPG e setoriais) para área de acesso restrito do PPA.

Portal PPA – site do Plano PluriAniual

- Republicação do site www.ppa.sp.gov.br.

SIMPPA – Sistema de Monitoramento do PPA

- Desenvolvimento de novo sistema disponibilizado para área de negócios homologar.

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias:

- Modernização e redesenvolvimento de novo sistema disponibilizado para área de negócios homologar
- Hotsite da Audiência Eletrônica LDO 2016, com proposta visual e funcionalidades novas.

GIE – Gestão de Investimento do Estado

- Desenvolvimento de novo sistema para gestão dos investimentos do Estado.

BI – Business Intelligence:

- Desenvolvimento de painéis e relatórios utilizando as bases de dados dos sistema orçamentários, entre eles: POS, EPA, PPA, LDO, SIMPA e SOE.
- Geração do livro do orçamento 2016 (proposta e orçamento aprovado pela Alesp)

SAO - Sistema de Alterações Orçamentárias:

- Manutenção evolutiva do sistema mantendo compatibilidade com os outros sistemas orçamentários.
- Geração de eventos de Conversão da Série Histórica

Infra-estrutura e Hardware:

- Criação de novas caixas postais para usuários no ambiente da Secretaria de Planejamento e Gestão. Em 2015 houve aumento de aproximadamente 90 usuários de um total de 650 usuários, em função da reestruturação das Secretarias para atendimento ao decreto que reorganizou as Secretarias de Estado.
- Mudança de equipamentos de informática devido a mudança de endereço de trabalho de parte dos usuários da Secretaria de Planejamento e Gestão.
- Criação de ambiente para implantação dos novos sistemas orçamentários desenvolvidos (POS, IACPOS, EPA, PPA, LDO, SIMPPA, GIE, entre outros).
- Criação de ambiente para publicação dos sites WEB da Secretaria de Planejamento e Gestão.
- Elaboração de projeto para Impressão Corporativa, visando redução de despesas e respectiva otimização do processo de impressão.
- Substituição de equipamentos obsoletos para alguns usuários da Secretaria de Planejamento e Gestão.

Ação 5533 - Administração do Patrimônio Imobiliário

transferida para a Secretaria do Governo, pelo Decreto nº 61.065, de 01/01/2015.

Programa 2915- Gestão de Investimento em Projeto Prioritários de Infraestrutura e Desenvolvimento

2915 - Gestão de Investimentos em Proj.Prioritários de Infraestrutura e Desenvolvimento	**14.700.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**32.157,00**
Despesas Correntes	8.200.000,00	0,00	0,00	0,00	32.157,00
Despesas de Capital	6.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

A Unidade de PPP, que tinha por atribuição opinar sobre as propostas preliminares de projetos de Concessões e PPPs, acompanhar a realização de estudos técnicos e divulgar o Programa de PPP do Estado de São Paulo, foi transferida para a Secretaria do Governo pelo Decreto nº 61.065, de 01/01/2015, juntamente com suas ações 5637 - Estudos Modelagem PPP para Projeto Prioritários e 5668 - Gerenciamento Int. Programas e Ações Prioritários.

Ação 2523 - Obras Compensação dos Impactos Concessão Uso Parque Estadual Fontes do Ipiranga

Aplicação em obras, de 50% dos valores obtidos com a remuneração a ser paga pela concessionária pela outorga concedida para fins de instalação de um Centro de Exposições e atividades complementares em área do Parque Estadual Fontes do Ipiranga, como compensação dos impactos causados pela implantação e exploração do empreendimento, em conformidade com o Artigo 6º da Lei 14.944, De 09.01.2013.
Concessão de Direito de Uso e Exploração de Bem Público, visando à realização de feiras, exposições e eventos e à instalação de equipamentos de apoio, entre a Secretaria de Planejamento e Gestão e a empresa SPE GL Events.

A meta programada não foi realizada, tendo em vista a não apresentação de projeto.

Programa 2916- São Paulo Território e Cartografia

2916 - São Paulo: Território e Cartografia	**13.375.213,00**	**5.077.019,71**	**0,00**	**5.077.019,71**	**5.694.036,98**
Despesas Correntes	13.375.213,00	5.077.019,71	0,00	5.077.019,71	5.654.476,98
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	39.560,00

O Programa São Paulo: Território e Cartografia contempla o conjunto de atividades relacionadas ao conhecimento de caráter geográfico do Estado com ações envolvendo a cartografia de precisão, a disseminação de dados e informações geoespaciais e a gestão do quadro administrativo territorial. No âmbito do Programa, as atividades estão distribuídas em duas Ações:

Ação 5509 – Plano Cartográfico do Estado de São Paulo

Novo Mapeamento do Estado de São Paulo na escala 1:25.000: em continuidade ao processo de elaboração de produtos cartográficos atualizados correspondentes à nova rede hidrográfica, modelo digital de terreno, ortofotos coloridas e infravermelho e ortofotocartas na escala 1:25.000, para todo o território paulista, no período de janeiro a dezembro de 2015 já foram executados 100% do Lote 3 – Centro-Sul Paulista, correspondendo a 47.500km². O total executado este ano, acrescido do executado nos anos anteriores representa 190.000km² do território mapeado, restando ainda por contratar mais 60.000km² para o fechamento integral do Estado. Estamos aguardando para iniciarmos o processo licitatório para contratação do quarto e último lote.
Todo o material cartográfico produzido é auditado pela Gerência de Cartografia do Instituto. Assim que o material é validado o mesmo é publicado no Geoportal IGC com acesso irrestrito a todos os demais órgãos e à sociedade em geral.

Ação 5510 – Gestão Documental, da Informação e do Conhecimento de Caráter Geográfico e Cartográfico.

Geoportal IGC: *website* dedicado à disseminação das bases cartográficas oficiais do Estado, que permite a interoperabilidade entre provedores de dados estatísticos e geoespaciais. Por meio do Geoportal IGC, todo o acervo cartográfico digital do Instituto encontra-se disponível, sem

restrições, a todo cidadão. Em 2015 foram disponibilizadas novas ortoimagens e nova rede hidrográfica correspondente a 33.250km². Já se encontra em operação o processo de interoperabilidade com outros sistemas, com ênfase aos da Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria de Segurança Pública, Embrapa, IBAMA, entre outros. O desenvolvimento da fase 2, com recursos oriundos do Banco Mundial, encontra-se na etapa de elaboração das especificações para expansão do Geoportal que deverá incorporar novas funcionalidades e ampliação da interoperabilidade, configurando-o na principal plataforma da infraestrutura de dados espaciais do Estado.

Novo Modelo Geoidal do Estado De São Paulo: trata-se de modelo matemático utilizado em todos os trabalhos de mapeamento, topografia e obras de engenharia, envolvendo alta precisão no quesito altimetria. Na elaboração deste modelo são necessários, entre outros, o levantamento de pontos com a medida precisa do campo gravitacional terrestre. Utilizando o gravímetro absoluto do IGC foram iniciados os trabalhos de refinamento da rede gravimétrica do Estado, sendo que, o resultado das primeiras campanhas, em parceria com a Escola Politécnica da USP e o IBGE, já possibilitou a geração de uma nova versão do Modelo Geoidal do Estado, já disponível desde abril de 2015 no Geoportal IGC.

Rede GNSS/RTK do Estado De São Paulo: trata-se da constituição de uma rede de monitoramento contínuo de estações de posicionamento preciso por satélites GNSS/RTK **(*Global Navigation Satellite System/Real Time Kinematic*)**, que inclui as constelações de satélites GPS, GLONASS, GALILEU e BEIDOU. Por meio desta rede, torna-se possível o acesso pelos usuários a dados de correção de posicionamento em tempo real, aumentando consideravelmente a precisão e a produtividade dos trabalhos envolvendo esta tecnologia. São usuários os produtores de mapeamento, levantamentos topográficos, agricultura de precisão, obras de engenharia, entre outros. A rede, desenvolvida em parceria com a UNESP de Presidente Prudente e com o IBGE, integra, em nível nacional, a Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo – RBMC. Além destes usuários temos: Sabesp, INPE, INCRA, ITESP, entre outros, que fazem uso dos dados fornecidos pela rede. Em 2015 foram instaladas duas estações em parceria com a Sabesp, uma estação no município de Bragança Paulista, em processo de homologação junto ao IBGE, e outra no município de Biritiba Mirim, em fase de teste. Estão sendo preparadas instalações nos municípios de Santos (em parceria com a prefeitura do município) e, em Itapetininga (em parceria com o Instituto Federal de São Paulo).

Serviços de Manutenção das Divisas dos Municípios Paulistas: O IGC é o único órgão responsável pela gestão das divisas intermunicipais do Estado de São Paulo. Até dezembro de 2015 foram atendidos 583 processos, abrangendo certidões de jurisdição territorial, informações técnicas para subsidiar a criação de novos distritos, análises técnicas referentes a demarcações e traçados de divisa e pareceres técnicos de natureza geográfica e cartográfica.

Serviços de Estudos de Caracterização de Drenagem
O IGC é o órgão responsável pela elaboração de informações técnicas de caracterização de drenagem, que tratam da localização precisa, em mapas oficiais, das nascentes e do traçado dos cursos d´água, com vistas ao processo de licenciamento ambiental. No mesmo período, foram elaboradas 256 informações técnicas desta natureza.

Ações na Área de Gestão Documental e Disseminação da Informação Técnica: a área é responsável pela guarda, em caráter permanente, de acervo técnico documental, produto de atividades de reconhecimento geográfico e cartográfico e controle administrativo da divisão territorial do Estado de São Paulo. Tais atividades são exercidas pela Administração Pública Paulista desde 1886 por órgãos que antecederam o IGC, como a Comissão Geográfica e Geológica da Província de São Paulo (CGG) e o Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo (IGG).
As estatísticas para período de janeiro a dezembro de 2015 são:
a) Atendimentos/procedimentos técnicos realizados na loja do IGC:
- 9.160 atendimentos técnicos aos usuários;
- 2.990 vendas de produtos cartográficos e bibliográficos;
- 20.464 documentos técnicos preparados;
- 4.669 documentos técnicos digitalizados e disponibilizados ao público.

b) Pelo Geoportal IGC:
- 54.168 sessões;
- 19.431 usuários

c) pelo site do Instituto:
- 109.839 sessões;
- 80.961 usuários.

Programa 2913 – Desenvolvimento Regional Integrado

2913 - Desenvolvimento Regional Integrado	**260.377.159,00**	**674.083,48**	**0,00**	**674.083,48**	**61.336.673,76**
Despesas Correntes	11.377.149,00	674.083,48	0,00	674.083,48	674.083,48
Despesas de Capital	249.000.010,00	0,00	0,00	0,00	60.662.590,28

Ação 1190 – Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Regional

Unidades de Financiamentos

Principais atividades destacam-se:

Ações articuladas em conjunto com a Secretaria da Fazenda, no processo de captação de recursos financeiros nos mercados financeiros nacional e internacional;

Em fevereiro de 2015 foi assinado o contrato de financiamento no valor de R$ 1.650,00 milhões junto ao BNDES para cobertura de Obras Civis da Linha 5 do Metrô;

Cabe destacar a participação da Unidade de Financiamentos no processo de identificação de Projetos financiados, ainda não iniciados ou com baixo nível de realização e a elaboração de proposta ao Secretário da Pasta e ao Sub Secretário de Planejamento de remanejamento dos respectivos limites PAF/recursos do financiamento para outros Projetos prioritários em andamento com perspectivas de conclusão no médio prazo. Incluem-se no rol desses Projetos:

R$ 1.440,0 milhões (BNDES) da Linha 2 do Metrô para – Linha 5 do Metrô – R$ 760,0 milhões e PPP da Linha 6 R$ 680,0 milhões;

R$ 430,0 milhões (BNDES) da Linha 8 da CPTM para Linha 13 da mesma empresa;

R$ 938,2 milhões (BNDES) do Túnel Santos- Guarujá –Dersa para PPP Serra Tamoios – R$ 420,0 milhões e Contornos da Tamoios – R$ 518,2 milhões –Dersa;

US$ 179,2 milhões do Rio Baquirivu Guaçu – DAEE para Barragens de Duas Pontes e Pedreira – Bacia do PCJ – DAEE.

A Unidade participa, em conjunto com a SEFAZ e Metrô das tratativas para remanejamento de saldos de contratos: a) BID – US$ 122,4 milhões de reforma de trens/sistemas da Linha 5 do Metrô para Obras Civis do mesmo empreendimento; b) BIRD – US$ 210,0 milhões da Linha 5 do Metrô para atender investimentos na Linha 4.

Cabe salientar, também, as tratativas da Unidade junto a órgãos técnicos dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e das Cidades – Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, Secretaria Executiva do PAC, bem como, junto à Caixa Econômica Federal – CAIXA, com o objetivo de assessorar o Secretário da Pasta, nas tratativas para viabilizar a assinatura de 03 Termos de Compromisso ("contratos"), para transferência de R$ 849,0 milhões do Orçamento Geral da União - OGU para os seguintes projetos selecionados no PAC 50: a) Reforma e Modernização de Estações e implantação do terminal Franco da Rocha – CPTM: R$ 590,0 milhões; b) Implantação da linha 13 – Trem de Guarulhos – CPTM: R$ 250,0 milhões, e c) Implantação do BRT – Praia Grande-São Vicente – EMTU: R$ 9,0 milhões. Quanto à Extensão da linha 9 – CPTM – Grajaú-Varginha – R$ 500,0 milhões, cujo Termo de Compromisso foi assinado em 04/12/2014, prosseguiram durante o ano de 2015 as tratativas, em conjunto com a STM/CPTM, para liberação dos recursos do OGU para o empreendimento.

Foram elaboradas previsões de ingresso de recursos de operações de crédito para fins de preparação das propostas do PPA 2016-2019 – Decreto nº 61.174/2015 - e do Orçamento 2016, consubstanciadas nos respectivos projetos de lei elaborados pelas áreas competentes.

As ações 2272 – Atuação Especial em Municípios, 4474 – Organização e Articulação Regional e 4477 – Articulação Municipal e Consórcios de Municípios foram transferidos à Casa Civil em virtude da edição do Decreto nº 61.035, 01/01/2015.

Unidade Central De Recursos Humanos - UCRH

Com a edição do Decreto nº 61.035, 01/01/2015, algumas Unidades da Secretaria de Gestão Pública foram transferidas para a Secretaria de Planejamento e Gestão:

A Unidade Central de Recursos Humanos - UCRH, Órgão Central do Sistema de Administração de Pessoal, é responsável pelo planejamento, coordenação, orientação técnica e controle das atividades de administração de pessoal, no âmbito da Administração Direta e das Autarquias, nas áreas de planejamento, controle, seleção e desenvolvimento de recursos humanos, análise de legislações e estudos salariais.

Programa 4403 – Gestão Estratégica de Pessoas

4403 - Gestão Estratégica de Pessoas	0,00	6.709.531,97	379.702,08	7.089.234,05	6.074.992,14
Despesas Correntes	0,00	6.709.531,97	379.702,08	7.089.234,05	6.074.992,14
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Ação 5884 – Integração, Operação e Suporte à Gestão dos Órgãos de Recursos Humanos
Ação 6042 – Fortalecimento da Gestão de Pessoas por Talento

Programa 4406 – Auxílio Alimentação

4406 - Auxílio Alimentação	0,00	144.493.390,00	0,00	144.493.390,00	116.213.016,95
Despesas Correntes	0,00	144.493.390,00	0,00	144.493.390,00	116.213.016,95
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Ação 4769 – Gerenciamento de Benefício Administração Geral
Ação 5429 – Gerenciamento do Benefício Segurança Pública

No ano de 2015, coube à Unidade Central de Recursos Humanos o desenvolvimento de projetos, ações e atividades a seguir discriminados:

I - Profissionalização e gestão de carreiras, com valorização da meritocracia

1 – Participação na elaboração de projetos aprovados no período

1.1 - Área da Educação

- **Lei Complementar n° 1.256, de 6 de janeiro de 2015 -** Dispõe sobre Estágio Probatório e institui Avaliação Periódica de Desempenho Individual para os ocupantes do cargo de Diretor de Escola e Gratificação de Gestão Educacional para os integrantes das classes de suporte pedagógico do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação e dá providências correlatas;

1.2 - Área da Segurança Pública e Penitenciária

- **Decreto nº** 61.517, de 28 de setembro de 2015 - Altera o § 2º e inclui os §§ 3º e 4º, no artigo 1º, do Decreto nº 39.391, de 18 de outubro de 1994, que fixa o valor do honorário pago a título de horas-aula ministradas na Academia de Polícia, da Secretaria de Segurança Pública.

1.3- Área da Gestão Pública e Administração Geral

- **Decreto nº 61.397, de 04 de agosto de 2015 -** Altera o Decreto nº 48.292, de 2 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a concessão de diárias aos servidores da Administração Centralizada e das Autarquias, bem como aos componentes da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

1.4 - Área da Saúde

- **Decreto nº 61.149, de 04 de março de 2015 –** altera o anexo II, a que se refere o artigo 1º do Decreto nº 58.303, de 2012, que fixa, para as unidades de saúde dos órgãos e entidades que especifica, os limites de Plantões por mês dos integrantes das classes de Agente Técnico de Assistência à Saúde, Enfermeiro, Técnico de Enfermagem e Auxiliar de Enfermagem e dá providências correlatas;
- **Decreto nº 61.508, de 25 de setembro de 2015 -** Altera dispositivos do Decreto nº 58.239, de 2012, que disciplina a execução dos Plantões e dos Plantões em estado de

disponibilidade de que tratam os artigos 1º a 9º da Lei Complementar nº 1.176, de 2012, e dá providências correlatas.

1.5- Área da Procuradoria Geral do Estado

- **Lei Complementar nº 1.270, de 25 de agosto de 2015 –**Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo;
- **Lei Complementar nº 1.275, de 24 de setembro de 2015** - Prorroga o prazo para a concessão do Prêmio de Incentivo à Produtividade e Qualidade - PIPQ, instituído pela Lei Complementar nº 907, de 21 de dezembro de 2001.

1.6- Área das Autarquias Especiais

- **Lei Complementar nº 1.258, de 12 de janeiro de 2015 -** Dispõe sobre a criação da Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - AGEMVALE, altera dispositivo da Lei Complementar nº 1.166, de 9 de janeiro 2012, e dá providências correlatas;
- **Lei Complementar nº 1.262, de 6 de maio de 2015** - Confere personalidade jurídica, como entidade autárquica, ao Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Marília - HCFAMEMA e dá providências correlatas;
- **Lei Complementar nº 1.266, de 15 de Junho de 2015 -** Dispõe sobre a criação da Agência Metropolitana de Sorocaba – AGEMSOROCABA, nos termos da Lei Complementar nº 1.241, de 8 de maio de 2014, e dá providências correlatas;
- **Lei Complementar nº 1267, de 15 de Julho de 2015 -** Institui o Plano de Carreiras e Classes, de Empregos Públicos e Sistema Retribuitório para os empregados da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, e dá providências correlatas.

2 – Participação na elaboração de projetos concluídos e em trâmite legislativo

2.1 - Área de Gestão Pública e Administração Geral

- **PLC 68/2015 -** Dispõe sobre a concessão de abono complementar aos servidores na forma que especifica;
- **PL 1608/2015** - Revaloriza os pisos salariais mensais dos trabalhadores que especifica.

2.2. Área da Educação

- **PLC 51/2015 -** Altera a Lei Complementar nº 1.093, de 2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado de que trata o inciso X do artigo 115 da Constituição Estadual.

4 – Análise de projetos envolvendo revisão salarial e/ou de instituições de classes e carreiras

- Projeções de custos = 180
- Elaboração e/ou revisão de minutas de anteprojetos de leis complementares e de leis = 43

II - Gestão de pessoas e de recursos humanos

1 – Certificação de Pessoal

- **Processo de Certificação para Gerente de Organização Escolar** com 12.403 inscritos, concluído em janeiro 2015.
- **Instrução UCRH nº 01, de 28 de janeiro de 2015** – publica as regras de avaliação de desempenho individual de desempenho para o ano de 2015, para a área administrativa.
- **Instrução UCRH nº 02, de 10 de fevereiro de 2015** - publica as regras de avaliação de desempenho individual de desempenho para o ano de 2015, para a área da saúde.

III – Aperfeiçoamento de Pessoas

1. **I Fórum de Lideranças** – ação que reuniu lideranças da Administração Direta e Autárquica do Estado de São Paulo para discutir os desafios e as perspectivas da gestão pública para os próximos anos. Reuniu 61 líderes de diferentes órgãos, estando presentes representantes da Secretaria da Educação, Secretaria de Administração Penitenciária, Hospital das Clínicas de São Paulo, Secretaria de Planejamento e Gestão, Secretaria da Saúde, Polícia Militar, Secretaria da Fazenda, Secretaria de Governo, Centro Paula Souza, São Paulo Previdência, Detran, metrô, CDHU, Sabesp e Fundação Casa.

2. **Mapeamento das ações de saúde e qualidade de vida nos órgãos da Administração Direta e Autárquica do Estado de São Paulo -** relatório de como é tratada a qualidade de vida nos órgãos da Administração Direta e Autárquica do Estado. A pesquisa foi realizada com 22 Secretarias, Procuradoria Geral do Estado e 21 Autarquias.
3. **Congresso anual de gestão de pessoas** – realizado nos dias 21 e 22 de outubro, contou com 20 atividades, mais de 53 palestrantes e 942 congressistas de todo o estado.
4. **Cursos Presenciais** – foram realizados 08 cursos presenciais, sendo dois deles em formato de oficinas, totalizando 687 vagas.
5. **Cursos a distância -** produção e disponibilização de 5 (cinco) cursos em formato EAD voltados aos servidores estaduais sobre os seguintes temas: Integração para Ingressantes, Estágio Probatório, Por Dentro do Código de Ética, Contagem de Tempo para RH e Lei de Acesso à Informação.
6. **Diálogos sobre Gestão de Pessoas** – encontros bimestrais com temas relacionados à gestão de pessoas. Foram realizados 5 diálogos em 2015, com o total de 750 vagas. Todos os diálogos foram gravados e disponibilizados em nosso canal online.
7. **Comemoração do dia do profissional de Recursos Humanos** – reuniu profissionais de Recursos Humanos de todo o estado de São Paulo para discutir as trajetórias e os enfrentamentos destes profissionais.
8. **Cenários –** com uma edição este ano, foi uma conferência voltada aos gestores da Administração Direta e Autárquica do Estado de São Paulo visando o aprimoramento dos serviços públicos para a entrega de serviços de excelência, seus desafios e implicações. 150 vagas.
9. **Ágora –** espaço aberto ao público e voltado a discutir questões pertinentes à Gestão Pública no que diz respeito às pessoas que nela atuam e sua relação com a sociedade. Na edição realizada, tratou do tema "Éticas e Gestão Pública" – 150 vagas.
10. **3º Encontro das escolas de governo –** encontro reuniu os representantes das escolas de governo do estado de São Paulo para discutir temas pertinentes à oferta de formação e capacitação de servidores no estado.
11. **Livro "Uma Nova Gestão é Possível"** – publicação de livro com 11 capítulos, 226 páginas. Tiragem impressa de 1.000 exemplares, distribuídos pelas Secretarias de Estado, procuradoria Geral do Estado e Autarquias. Disponível também, livremente, em versão e-book.
12. **Videoconferências –** foram realizadas 8 videoconferências "Gestores Públicos em Focos" de 1 hora cada voltada aos gestores de pessoas e abertas ao público em geral, com transmissão ao vivo pelo canal da Unidade Central de Recursos Humanos no YouTube e disponibilizadas posteriormente.
13. **Orientações Técnicas –** encontros que visam traçar orientações sobre procedimentos e conceitos adotados no dia a dia dos órgãos pertencentes ao sistema de administração de pessoal do estado. Em 2015 dois encontros foram realizados: um em abril (para tratar de Concursos Público) e um em junho, para tratar de Contagem de Tempo. Cada encontro reúne cerca de 100 representantes dos órgãos de Recursos Humanos do Estado.
14. **Conversações –** gravação de 13 programas conversações (gerando 67 vídeos) com especialistas em temas relacionados à gestão pública, de pessoas e recursos humanos.
15. **Programa Minutos Qualivida -** programa quinzenal com especialistas nos temas "qualidade de vida e saúde do servidor" utilizando equipamentos culturais, como por exemplo o espaço do Museu da Língua Portuguesa para efetuar as gravações. O programa é disponibilizado no canal *online* (http://www.youtube.com/ucrh21) divulgado, amplamente, para os servidores públicos do estado – pode ser acessado por qualquer cidadão. Foram realizadas gravações de 16 vídeos, que serão disponibilizados quinzenalmente.
16. **1º Encontro de Qualidade de Vida no Trabalho e Saúde do Servidor –** o Encontro reuniu diversos órgãos da Administração Pública Estadual para debater a qualidade de vida no trabalho com foco na saúde ocupacional e suas implicações para a organização e o indivíduo. Durante o encontro foi realizada a entrega do 3º Prêmio Prevenir, promovido pelo Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual – IAMSPE. Número de participantes: 133.
17. **TecReg –** O programa de tecnologia para a rede de escolas de governo realizou 316 atividades, somando 75.067 horas de atividades em videoconferência e streaming.

18. e-zine: boletim semanal da UCRH sobre gestão e pessoas. Foram editados 52 e-zines em 2015.

IV – Redes Sociais e Sistemas Integrados de Apoio

1. Vclipping: HTTP://www.recursoshumanos.sp.gov.br/vcclipping

A legislação pertinente de RH do Estado de São Paulo é disponibilizada em tecnologia *Wiki*. Possibilita uma inserção da legislação de forma mais ágil e dinâmica.

- Total de visualizações até 16/12/2015: 692.939
- Total de normas publicadas até 16/12/2015: 487
- Total de normas disponibilizadas até 16/12/2015: 5.545

2. Site http://www.recursoshumanos.sp.gov.br: acessos: 776.403
3. Facebook: 4.148 seguidores

4. Canal online (valores de 2015)

- 307.462 visualizações
- 2.926.662 minutos assistidos
- 2.173 novos inscritos .

5. Sistema de Cadastro de Cargos e Funções-Atividade – SICAD - Decreto nº 50.881/06 - Coordenação e orientação técnica aos setoriais de recursos humanos quanto à manutenção do Sistema.

- Quantidade de cargos, funções-atividades e empregos públicos implantados e mantidos pelos setoriais de recursos humanos: 657.385
- Criação de cargos/empregos públicos até 16/12/2015(permanente e em comissão) = 1114
- Extinção de cargos/funções-atividades/empregos públicos até 16/12/2015 (permanentes e em comissão) = 1553
- Quantidade de cargos, funções-atividades e empregos públicos integrados até 16/12/2015 (permanentes e em comissão) ao BCEP: 22167
- Quantidade de cargos, funções-atividades (permanentes e em confiança) com previsão de extinção na vacância até 16/12/2015: 62.746

6. Sistema de Informações Pessoais, Reflexos e Encargos Sociais do Estado

Atendimento - consultas de dados de informações de pessoas no âmbito da administração direta e das autarquias

- Pesquisas diversas realizadas no período para órgãos externos: 126.

V – Atividades de Rotina

1. Análises e Avaliações Técnicas

1.1 -Editais de Concurso Público: Foram analisadas 180 solicitações de minuta de edital de Concurso Público que correspondem a 13.795 vagas.

1.2 -Autorizações para Concurso Público: Foram analisados 78 processos de autorização para abertura de concurso público, totalizando 12.261 vagas distribuídas em:

- Cargos – 40 solicitações que correspondem a 4.197 vagas;
- Empregos públicos – 7 solicitações que correspondem a 2.787 vagas;
- Função-atividade – 31 solicitações que correspondem a 5.277 vagas.

1.3 -Publicações de autorizações de Concurso Público: Foram publicados 27 despachos de abertura de concurso público totalizando 11.919, sendo 7.826 para a administração direta e 4.093 para autarquias nas seguintes modalidades:

- Concurso Público - 6997;
- Contratação por tempo determinado - 4.516;
- Remanescentes – 378.

1.4 -Classificação "Pro labore": Foram analisados 9 processos no âmbito da Administração direta e autarquias, e autorizados a classificação 10 funções "pró-labore", nos termos da Lei nº 10.168/68.

1.5 -Mobilidade Funcional: Foram analisados 145 processos e 79 foram autorizados, sendo 56 cargos e 23 funções-atividades.

1.6 -Publicações de Mobilidade Funcional:

- Decretos – 18 publicações com 316 transferências;
- Resoluções Conjuntas – 5 publicações com 255 transferências;
- Resolução – 1 publicação com 1.392 transferências.

1.7 -Prestação de Serviços Extraordinários: foram analisadas 23 solicitações para prorrogações e ou convocações de servidores que correspondem a 936 vagas na seguinte conformidade:

- Iamspe: convocou 191 servidores para prestarem serviços por 5.400 horas;
- Outros órgãos/entidades: 745 servidores.

1.8 -Contrato por tempo determinado: Processo seletivo simplificado: 3.573 cargos e 549 vagas de funções-atividades.

1.9 Aproveitamento de remanescentes: Foram analisadas 11 solicitações para aproveitamento de remanescentes que equivalem a 239 vagas.

1.10 -Previsão anual de ingresso: Foi consolidado a previsão anual de ingresso para 2016, gerando um relatório com projeções feitas pelos órgãos e entidades estaduais da necessidade de pessoal prevista para 2016.

2. Manifestações Técnicas e Orientações Expedidas (Informações, Ofícios, Memorandos, Comunicados, Instruções, Despachos e Orientações por correio eletrônico): **2964**

3. Manutenção de Sistemas e Informações geradas

3.1 Auxílio – Alimentação: manutenção e acompanhamento da apuração do benefício junto aos sistemas de folhas de pagamento, contando em média com:

- ✓ servidores beneficiados: 288.914
- ✓ vales distribuídos: 4.771.517
- ✓ custo mensal: R$ 37.328.532,45

3.2 Recadastramento: Monitoramento, orientação do Sistema de Recadastramento de servidores e militares ativos, da administração direta, autarquias e fundações - recadastraram-se 643.432 servidores de 01/01/2015 a 16/12/2015.

3.3 Emissão de relatórios diversos: contidas no "Bancão", Sistema de Recadastramento, Sistema do Auxilio Alimentação, Sistema de Cargos – Total: 191

4. Atendimento a correios eletrônicos

Fale Conosco UCRH/SGP/Governador; Recadastramento; Demandas do Cidadão; Ouvidoria; Serviço de Informação ao Cidadão – SIC; Portal da Transparência - Total: 2522

Unidade de Desenvolvimento e Melhoria das Organizações - UDEMO

Programas 4411 – Formação e capacitação de profissionais da Administração Pública Paulista

4411 - Formação e Capacitação de Profissionais da Administração Pública Paulista	**0,00**	**5.044.370,18**	**0,00**	**5.044.370,18**	**4.266.168,98**
Despesas Correntes	0,00	5.044.370,18	0,00	5.044.370,18	4.266.168,98
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	

O alinhamento das ações de capacitação facilita o planejamento estratégico do estado nessa área, a alocação dos recursos e a avaliação de seus resultados. Iniciativas de capacitação independentes dificultam o alinhamento pedagógico e de conteúdo dos cursos, gerando resultados nem sempre alinhados com as diretrizes gerais de governo. Articular recursos existentes para a formação e a capacitação dos profissionais do setor público estadual com a finalidade de: promover o aproveitamento de Recursos comuns destinados à formação da força de trabalho, favorecendo a articulação das políticas de governo; aproveitar a capacidade instalada; racionalizar os recursos das instituições participantes.

Ação 5357 – Capacitação e Gestão Pública

Ação 6039 - Gerenciamento da Rede Virtual de Ensino e Desenvolvimento de Sistemas de Informações

Programa 4413 – Gestão do Conhecimento e Inovação

4413 - Gestão do Conhecimento e Inovação	0,00	401.659,00	0,00	401.659,00	263.659,00
Despesas Correntes	0,00	401.659,00	0,00	401.659,00	263.659,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	

Ação 5880 – Prêmio Governador Mário Covas

I - Atividades e iniciativas próprias no âmbito da SPG

1. Prêmio Mário Covas Objetivo – **Objetivo:** premiar projetos, realizados no Estado de São Paulo e Municípios, inovadores e de excelência. **Atividades**: Contratação da Fundação Instituto de Administração – FIA, por R$ 359.500,00 (trezentos e cinquenta e nove mil e quinhentos reais), com vigência até 26 de março de 2016. Em 05 de novembro, realizou-se no Auditório Ulysses Guimarães e Salão Nobre do Palácio dos Bandeirantes a cerimônia de entrega dos troféus aos vencedores da 11ª edição. Foram concedidos 02 (dois) troféus para os vencedores, 06 (seis) troféus para os destaques e 15 (quinze) certificados de menção honrosa.

2. Estruturas Organizacionais – **Objetivo:** Avaliação técnica e parecer sobre projetos de criação ou alteração de estruturas organizacionais submetidas à apreciação da Unidade de Desenvolvimento e Melhoria das Organizações – UDEMO. **Pareceres emitidos:** Informação n° 01/2015 - proposta de alteração do Regulamento do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo; Informação n° 22/2015 - anteprojeto de lei complementar que transforma o Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual – IAMSPE em autarquia de regime especial; Informação n° 23/2015 - minuta de decreto de revisão da estrutura da Secretaria da Cultura; Informação n° 25/2015 - projeto de lei n° 1448/2015, em que o Poder Executivo poderá criar a Fundação de Apoio à Extensão Universitária FAEx.

3. Lei de Acesso à Informação – **Objetivo:** Ações de fomento e capacitação para aumento e melhoria da transparência e do acesso às informações públicas no âmbito da Administração Estadual Paulista (Decreto Estadual 58.052/2012). **Atividades**: Realização da oficina "Leitura Comentada – Lei de Acesso à Informação", em parceria com Centro de Pesquisa e Formação do SESC/SP; Elaboração de levantamento e Nota Técnica sobre a implementação da Lei de Acesso à Informação nos municípios do Estado de São Paulo com mais de 10 mil habitantes; Realização de três oficinas "Diálogos sobre a Lei de Acesso à Informação nos Centros Integrados da Cidadania (CICs)", em parceria com a Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania; Realização de duas palestras sobre transparência e acesso à informação em encontros regionais de capacitação do Programa Município Verde Azul, em parceria com Secretaria de Meio Ambiente; Elaboração de vídeo sobre a LAI e de texto informativo no Boletim do CEFOR (nº. 6, Ano 1), em parceria com Centro de Formação de Recursos Humanos (CEFOR) da Secretaria de Estado da Saúde.

4. Grupo Técnico de Gestão de Aquisição de Passagens Aéreas (GAPA) – **Objetivo:** Gestão e acompanhamento das emissões de passagens aéreas. **Atividades**: Elaboração do novo modelo de compra direta de passagens aéreas através da criação de um Portal de Viagem do Estado de São Paulo.

5. Programa Estadual de Contratações Públicas Sustentáveis – **Objetivo:** promoção de estudos, pesquisa de normas, regulamentos e instruções, bem como busca e análise de soluções sobre o tema de sustentabilidade em contratações públicas. **Atividades**: Elaboração do indicador "itens do cadmat/siafísico contemplados com o selo de responsabilidade sociambiental" do produto "Programa Estadual de Contratações Públicas Sustentáveis"; Projeto Controle de Qualidade Sustentável:

6. Serviço de Apoio à Bonificação por Resultados (SABR) - **Objetivo**: aprimoramento e a gestão da politica de BR, fortalecendo assim a gestão para resultados no GESP**. Atividades**: Reprogramação do cronograma de análise das propostas de Bonificação por Resultados das interessadas. Até o presente momento, emissão de 39 pareceres técnicos.

7. Grupo Central de Transportes Internos (GCTI) – **Objetivo:** gestão do planejamento, da coordenação, da orientação técnica e do controle das atividades dos transportes internos motorizados da Administração Direta e Indireta do Estado. **Atividades**: 2.500 (duas mil e quinhentas) informações técnicas referentes à homologação, aquisição, locação, doação e vendas de veículos, fixação e readequação de cotas de combustíveis, fale conosco e

indagação via notes, além de aproximadamente 3.000 atendimentos telefônicos referentes à orientação técnica às Unidades Frotistas sobre assuntos relativos ao Sistema de Administração dos Transportes Internos Motorizados. Alienados 1.460 veículos oficiais inservíveis, com direito à documentação e veículos em fim de vida útil (sem direito a documentos) por meio de 04 leilões, perfazendo a arrecadação total de R$ 6.782.973,33.

8. Apoio à Coordenadoria de Planejamento e Avaliação (CPA) da SPG - **Atividades:** Formulação e Operação Assistida do Novo Modelo de Monitoramento e Avaliação do PPA 2016-2019 (Fase 3); Implantação do Novo Modelo de Plano Plurianual 2016-2019 (Fase 2); Formulação e Operação Assistida do Novo Modelo de Monitoramento e Avaliação do PPA 2016-2019 (Fase 3); Implantação do Novo Modelo de Plano Plurianual 2016-2019 (Fase 2); Formulação e Operação Assistida do Novo Modelo de Monitoramento e Avaliação do PPA 2016-2019 (Fase 3).

II - Cooperações Técnicas no âmbito da administração pública

Objetivo: Fortalecer a gestão de políticas públicas, visando o aumento da capacidade de realização do Estado na geração de valor público.

Cooperações Técnicas:

1. AGEMCAMP - Implantação do Projeto de Sustentabilidade Hídrica da RMC.
2. DETRAN - Estruturação do Observatório Paulista de Trânsito; Formulação e Implantação de Serviços de Remoção, Depósito, Guarda e Leilão de Veículos Apreendidos por Infração de Trânsito; Gestão da Informação no DETRAN-SP; Implantação de Melhorias na Diretoria de Atendimento ao Cidadão; Implantação do Sistema Eletrônico Piloto de Divisão Equitativa de Exames Médicos e Psicológicos e Proposta de uma Regulamentação Específica sobre a Avaliação da Pessoa com Deficiência; Reestruturação Administrativa do CETRAN.
3. Casa Civil - Apoio à Política para as Mulheres do Governo do Estado de São Paulo.
4. Secretaria de Energia - Desenvolvimento e Apoio à Cadeia de Fornecedores Paulistas da Indústria de Petróleo e Gás Natural.
5. Secretaria da Cultura - Apoio à Melhoria da Governança e da Gestão das Parcerias com as Organizações Sociais e Aprimoramento do Arcabouço Institucional das Políticas Públicas de Cultura.
6. Secretaria de Desenvolvimento Social - Apoio à Elaboração e à Implementação do Planejamento Estratégico da COSAN; Construção de Modelo de Monitoramento do Programa Recomeço; Reestruturação da Secretaria de Desenvolvimento Social (nome informal).
7. Secretaria da Saúde - Apoio à Melhoria da Governança e da Gestão das Parcerias com as Organizações Sociais de Saúde.
8. Secretaria de Governo - Apoio à Implementação de Ações Governamentais Prioritárias; Estruturação da Subsecretaria de Tecnologia e Serviços ao Cidadão; Transparência, Acesso à Informação e Ouvidoria Geral do Estado de São Paulo.
9. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania - 2ª Revisão do Programa Estadual de Direitos Humanos; Aprimoramento dos Fóruns de Participação e Formulação de Políticas Públicas da SJDC; Diagnóstico para o Enfrentamento do Trabalho Infantil no Estado de São Paulo.
10. Secretaria do Meio Ambiente - Aprimoramento da Gestão do Uso da Fauna Silvestre.
11. Secretaria de Segurança Pública - Aprimoramento da Bonificação por Resultados e Implantação do Escritório de Projetos da SSP.

Departamento de Perícias Médicas do Estado – DPME

Programa 4414 – Saúde e Qualidade de vida do Servidor

4414 - Saúde e Qualidade de Vida do Servidor	0,00	4.240.594,94	69.796,73	4.310.391,67	3.550.089,52
Despesas Correntes	0,00	4.240.594,94	69.796,73	4.310.391,67	3.550.089,52
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	

Ação 5971 – Realização de Perícias Médicas

Principais atividades em 2015

a. Atividades Periciais:

Entre janeiro e novembro de 2015, o DPME realizou 256.670 perícias médicas, distribuídas quanto a sua finalidade conforme segue:

Tipos Perícia	Ingresso	Licença Médica	Readaptação	Aposentadoria	Isenção de IR	Capacidade Laborativa	Outro Estado	Total
Jan	552	12.497	951	87	42	54	-	**14.183**
Fev	1.092	15.730	282	132	36	101	13	**17.386**
Mar	561	26.583	1.552	951	144	103	3	**29.897**
Abr	5.085	21.377	1.283	267	102	93	10	**28.217**
Mai	531	25.000	1.142	534	99	188	15	**27.509**
Jun	2.700	21.797	635	636	78	142	13	**26.001**
Jul	1.221	10.755	528	1.050	117	195	8	**13.874**
Ago	252	19.561	443	951	57	141	10	**21.415**
Set	618	22.294	449	234	231	170	8	**24.004**
Out	4.431	19.373	275	693	57	141	7	**24.977**
Nov	9.015	18.700	419	597	237	230	9	**29.207**
Acum.	**26.058**	**213.667**	**7.959**	**6.132**	**1.200**	**1.558**	**96**	**256.670**

Fonte: DPME/Prodesp.

No mesmo período, foram também analisados 58.252 pedidos de reconsideração, 1.564 processos administrativos e judiciais, 520 pedidos de reconsideração de ingresso, 2.099 processos de acidente de trabalho e 22.762 processos de insalubridade.

b. Reestruturação DPME

- **Descentralização das Perícias:**

No âmbito do convênio estabelecido com o Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual – IAMSPE, somam-se, 61 pólos de atendimento descentralizado, por meio de mais de 300 clínicas conveniadas, garantindo locais de perícia mais próximos à sede de exercício dos servidores do Estado. Dentre as ações de melhoria, destacamos a criação de *e-mails* corporativos específicos, que contribuem para tornar mais ágil a comunicação com os servidores e com os órgãos de RH setoriais, por direcionarem as demandas diretamente às equipes competentes, evitando deslocamentos desnecessários dos servidores ao Departamento. Evidencia-se a importância desta ação pelo número de atendimentos realizados de janeiro a novembro de 2015 através desses *e-mails,* conforme segue:

***E-mails* Corporativos com informações sobre:**	**Atendimentos realizados (*)**
Agendamento de perícias	9.757
Ingresso	6.688
Insalubridade	236
Informações Gerais	8.785
Reconsideração	1.998
Recurso	1.385
Aposentadoria	270
Readaptação	781
Acidente de Trabalho	308
Vista de Prontuário	2.178
Ouvidoria	855
Total de Atendimentos	33.241

(*) jan a nov/2015

- **Informatização / Ingresso:**

O processo de informatização do DPME foi consolidado em 2015, levando em conta as alterações normativas introduzidas pela Resolução SPG nº 18 de 27/04/2015. Pelos novos procedimentos, o próprio candidato deve complementar seu cadastro e anexar seus exames médicos no sistema *eSisla. A*o confirmar o procedimento o mesmo é convocado a passar por perícia médica. Esse processo, desde a requisição do candidato até a publicação do resultado, tem sido realizado, em média, em 17 dias, ou seja, 13 dias a menos do que é previsto em lei, excluindo-se apenas os casos em que há retenção para realização de novos exames e perícia complementar, uma vez que, neste caso, o prazo para posse é suspenso por até 120 dias, nos termos do inciso I, do artigo 53 da Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968.

- **Agendamento *Online* de Perícia Médica para Licença para Tratamento de Saúde:**

Um ponto importante na agilização das marcações das perícias de licença saúde foi a implantação do sistema de agendamento automático, em que a própria Unidade Administrativa do servidor, ao gerar o protocolo de perícia de licença para tratamento de saúde, agenda automaticamente o local, a data e o horário em que o solicitante deverá comparecer à perícia médica. O resultado altamente positivo dessas iniciativas é evidenciado pela média de dias transcorridos entre a solicitação das perícias pelos servidores e a publicação dos resultados pelo DPME, conforme demonstra a tabela a seguir:

2015	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Média de dias	7,7	10	9	11	10	8,7	8	7,4	8,9	9,4	9,8

Fonte: DPME/Prodesp

Entidades Vinculadas
DETRAN- Departamento Estadual de Trânsito

Programa 4409 – Um Novo Detran para São Paulo

4409 - Um Novo Detran para São Paulo	741.241.866,00	713.025.352,97	8.451.480,71	721.476.833,68	723.999.144,37
Despesas Correntes	723.241.866,00	694.550.103,88	742.494,42	695.292.598,30	680.218.122,79
Despesas de Capital	18.000.000,00	18.475.249,09	7.708.986,29	26.184.235,38	43.781.021,58

Este programa tem por objetivo implantar um novo modelo de gestão visando à simplificação dos procedimentos do DETRAN e a melhoria na prestação dos serviços prestados ao cidadão. O programa está estruturado em três ações:

Ação 4196 – Administração Geral do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN-SP

Nesta ação foram desenvolvidas atividades voltadas à administração geral dos serviços prestados pelo DETRAN-SP, atendimento de demandas das 336 unidades de trânsito (Ciretrans) e 309 Seções de Trânsito e sede do DETRAN com prestação de serviço de segurança, limpeza, manutenção predial e de elevadores, fornecimento de alimentação e diárias, serviços de utilidade pública; material de consumo, de escritório e informática; locação de imóvel, locação de veículos e despesas com folha de pagamento, bem como atendimento de despesa com folha de pagamento de 100 cargos de Agente Estadual de Trânsito e 200 cargos de oficial Estadual de Trânsito. Para alcançar essa meta foram realizadas as seguintes atividades:

Modernização de Unidades de Atendimento ao Público em 2015

- 46 CIRETRANs foram modernizadas para o padrão Poupatempo (PPT), entre as quais, sete unidades de grande porte (Bauru, Campinas, Franca, Piracicaba, Santo André, Santos e São José do Rio Preto);
- No total, 123 CIRETRANs e 6 Novos Postos já funcionam no Padrão PPT. Nessas Unidades, a avaliação do cidadão é de 95,3% de ótimo e bom;

- 82 Seções de Trânsito foram modernizadas durante o ano de 2015. No total, 153 Seções de Trânsito já foram modernizadas;
- 75,5% da frota de veículos do Estado está localizada em municípios que contam com Unidades de Atendimento já modernizadas;

Aumento dos serviços eletrônicos

- **Serviços *online***: 32 serviços podem ser realizados pela internet. Estão cadastrados no site do DETRAN-SP 9.732.270 usuários.
- **Aplicativo para celular:** o DETRAN-SP oferece dois aplicativos gratuitos para *tablets* e *smartphones*, com sete funcionalidades: consulta de pontos, consulta de dados do veículo/resumo de multas, detalhes de multas, pesquisa de débitos e restrições de veículos, solicitação de 2ª via de CNH, acompanhamento de 2ª via de CNH, acesso ao simulado.
- **Pesquisas:** foram realizadas pelos cidadãos no Portal do DETRAN-SP, 35.063.515 pesquisas sobre veículos, habilitação e multas que anteriormente só eram possíveis por meio de despachantes ou bancos. Também foram realizadas 15.463.621 pesquisas pelo MOBILE, serviço para celular.
- **Simulados eletrônicos de provas**: 7.719.507 pela internet e 5.419.383 pelo MOBILE.
- **Prova Eletrônica**: Implantação progressiva nas Unidades de Atendimento de prova eletrônica para obtenção da 1º Habilitação. Em 2015 iniciamos o ano com 81 unidades utilizando a prova eletrônica e terminamos o ano com 184 unidades fazendo uso desta modalidade de prova.
- **Renovação**: 109.168 usuários receberam SMS para renovação de CHN em seus aparelhos telefônicos; 138.100 receberam notificação referente a pontuação; e 83.020 foram de agendamento.
- **Disque Detran.SP**: 1.176.000 usuários atendidos.

Outros Serviços ao Cidadão

- **Correspondência:** foram notificados através de cartas enviadas, 619.577 jovens motoristas e 2.276.832 condutores para a renovação de CNH.
- **Atendimento**: em 105 das Unidades já existe o sistema Sintonia por meio do qual o usuário pode opinar sobre o atendimento.
- **Agendamento**: Atingiu-se 260 Unidades de Atendimento do DETRAN-SP com agendamento eletrônico. 95% destas Unidades já agendam seus serviços em até três dias.
- **Novo Modelo de Seção de Trânsito**: projeto realizado em parceria com as Prefeituras, que cede o espaço para a implantação da nova Unidade de Atendimento (todas as Seções estavam dentro de Delegacias). O local tem espaço mais adequado, acessibilidade, maior conforto, disponibilização de mais serviços e redução de prazos de realização de serviços.

Novos Sistemas

- **Sistema Integrado de Multas – SIM**: Implantação do sistema de controle de gestão de multas desde o início da elaboração do auto de infração aos recursos junto às JARI e CETRAN.
- **Novo sistema informatizado de registro de sinistro:** o DETRAN-SP passou a dispor de ferramentas que permitem a comunicação automática da ocorrência de sinistro ao proprietário registrado do bem e a racionalização do processo de classificação de danos de acidentes (passando também a exigir a classificação de danos de veículos indenizados por companhias seguradoras), assim como passou a garantir, via sistema, que nenhuma recuperação de veículo se dará sem a expedição do respectivo Certificado de Segurança Veicular, CSV.
- **Informatização das Vistorias de Identificação Veicular:** com a criação do sistema informatizado de vistoria, e-Vistoria, e sua integração com o registro de veículos do DETRAN-SP, a autarquia passou a dispor de registros fotográficos e em vídeo de todos os procedimentos de Vistoria de Identificação Veicular realizados no Estado de São Paulo, além de garantir, via sistema, que todos os procedimentos de emissão de Certificado de Registro de Veículo, CRV, apenas ocorram se o veículo for aprovado em uma Vistoria de Identificação Veicular.
- **Informatização da atividade de desmontagem de veículos, comercialização de suas respectivas partes e peças e reciclagem de veículos totalmente irrecuperáveis ou de materiais não suscetíveis de reutilização**, o DETRAN-SP passou a ter a sua disposição mecanismos para garantir que toda a cadeia de desmontagem e comercialização de partes e peças de veículos (do leilão de um veículo, passando por sua desmontagem e comercialização, até a sua venda ao consumidor final) se desenvolva sob ambiente de fiscalização eletrônica,

garantindo, por intermédio de etiqueta de rastreabilidade dotada de código de barras e QR *code* (que permite, tanto ao fiscal quanto ao cidadão, a verificação, por meio de qualquer dispositivo móvel, da origem e histórico da peça fiscalizada ou adquirida), a identificação digital individualizada de cada peça mantida em estoque, inibindo a comercialização de veículos e/ou partes de veículos objeto de crime.

- **Comunicação de Venda via Cartório:** Trata-se do recebimento da informação de comunicação via Secretaria da Fazenda quando do reconhecimento das assinaturas do comprador e vendedor no cartório. Em 2015 atingiu 5.094.659 de comunicações realizadas.

Ação 4990 – Serviços de Trânsito

Durante o ano de 2015 foram prestados os seguintes Serviços de Trânsito nas Unidades de Atendimento ao Público:

Serviços	Quantidade
Licenciamentos	16.230.425
Cópias de Licenciamento	224.182
Registros	5.748.947
Transferências	4.637.277
Gravame Inserido	1.556.474
Gravame baixado	2.055.002
CNH's emitidas	5.473.061
Total de serviços prestados	**35.925.368**

Ação 4991 – Educação e Fiscalização para o Trânsito

- **Programa "Clube do Bem-te-vi"**: A identidade visual do programa foi reformulada. Desde sua implantação foram atendidos 3.838 estabelecimentos de ensino em 260 municípios, 44.467 professores e 1.436.264 de alunos educados.
- **Aplicativo "Clube do Bem-te-vi"**: Em dezembro de 2015 foi lançado o aplicativo de jogos nas versões IOS e *Android*. Os jogos são ações educativas que vão fixar os conteúdos de educação para o trânsito de forma lúdica.
- **Prêmio DENATRAN "Clube do Bem-te-vi**": O Programa concorreu com 43 projetos de educação para o trânsito e ficou em 6º lugar na classificação geral.
- **Programa Criança Segura**: foi desenvolvido o projeto Criança Segura no Trânsito *Online* para promover a prevenção de acidentes com crianças e adolescentes até 14 anos. Em 2015, o programa foi implementado em 26 municípios, capacitando cerca de 500 multiplicadores e alcançando aproximadamente 17.500 alunos.
- **Programa "Na Medida"**: O programa visa o desenvolvimento de palestras para estudantes de ensino médio das Escolas Estaduais e ETECs, com o objetivo de discutir sobre o consumo responsável de álcool e o comportamento seguro no trânsito. Em 2015, o programa foi desenvolvido em 18 municípios, em 82 escolas, cerca de 700 professores e mais de 17.250 alunos participaram do Programa.
- **Programa "Educação viária é vital**": O programa visa à capacitação de professores do ensino fundamental para aplicarem conceitos de segurança viária nas escolas. Em 2015, o programa foi desenvolvido em 17 municípios, em 612 escolas, mais de 1.200 professores participaram do Programa.
- **Campanha de Verão 2014/2015:** Campanha de segurança viária, durante os meses de festas de fim de ano e férias escolares, com intuito de reduzir o número de acidentes de trânsito que ocorrem nesse período. A campanha se estendeu até o mês de março, abrangendo também o carnaval e a volta às aulas. Produtos da Campanha: 736 spots nas rádios (Band FM, Band News, Nativa FM, 89 FM, Jovem Pan AM e FM); 1.000.000 de inserções no Waze; 196 Mobiliários Urbanos no litoral (Ubatuba, Caraguatatuba, São Vicente, Santos e Praia Grande).
- **Semana Global de Segurança Viária:** foco no trajeto seguro entre casa/escola. No evento também foi difundida a *hashtag* #SaveKidsLives, que chama a sociedade à ação para

salvar a vida de crianças no trânsito em todo o mundo por meio da assinatura da Declaração das Crianças para a Segurança Viária.

- **Ciclo de Palestras "Segurança Viária para Idosos":** O DETRAN-SP juntamente com a Fundación Mapfre desenvolveu o evento focado na segurança viária para idosos.
- **Ações Educativas nos Rodeios – Campanha Barretos**: Ações educativas - "Berrante Bafômetro" e "Locutor Lúdico" na Rua 43, nos horários em que os jovens costumam fazer o "esquenta" antes da Festa de Peão - 12.500 adesivos, 6.300 bafômetros descartáveis e 12.000 folders distribuídos. Campanha educativa com anúncios no Waze (1.846.000 inserções), jornal (oito anúncios em 1ª página), outdoors (12 nas principais estradas), *frontlight* (4), painel eletrônico (7.200 inserções) e jingle (334 inserções) nas principais rádios.
- **Semana Nacional de Trânsito:** A Semana Nacional de Trânsito é comemorada anualmente no período entre 18 e 25 de setembro. Está prevista no artigo 326 do Código de Trânsito Brasileiro. O tema desse ano foi "Seja VOCÊ a mudança no Trânsito". As ações realizadas a fim de discutir e conscientizar a população sobre melhores práticas para um trânsito seguro e humano foram: peças teatrais e oficinas temáticas em escolas estaduais e escolas técnicas do Centro Paula Souza; intervenções nas vias com mensagens educativas e distribuição de material da campanha; descontos em corridas de táxi; inspeção veicular móvel; orientações de segurança para pedestres, motociclistas, ciclistas e caminhoneiros nas rodovias e cursos de pilotagem de motos. Também ocorreram blitz de fiscalização da Lei Seca, palestras, debates e oficinas virtuais de criação de jogos relacionados à segurança no trânsito, além do II Seminário Internacional DETRAN-SP de Segurança Viária.
- **Campanha do dia mundial das vítimas de acidente de trânsito:** Campanha de educação para o trânsito com depoimentos de parentes e vítimas de trânsito, veiculada nas principais emissoras de TV. Conscientização do uso de cinto de segurança, alcoolemia e direção segura.

Fiscalização

- **Ampliação do Programa Direção Segura:** O programa prevê equipes do DETRAN-SP em regiões estratégicas do Estado desenvolvendo atividades integradas com a participação das Polícias Militar, Civil e Técnico-Científica e do Corpo de Bombeiros sob a coordenação do DETRAN-SP. O objetivo é reduzir o número de acidentes e mortes no trânsito no Estado. O número de operações realizadas atingiu 250 em 2015 que resultaram na fiscalização total de 65.649 condutores, sendo geradas 5.727 autuações, sendo que destas, 1.088 autuações configuradas como crime. Foram investidos R$ 11 milhões no programa.
- **Pátios**: aumento de número de pátios no interior com novas contratações de serviço de remoção, depósito e guarda de veículos em apoio às operações da Polícia Militar na região de Presidente Prudente.

Leilão de veículos: foram leiloados aproximadamente 103 mil veículos nos diversos pátios do Estado, inclusive nas condições previstas na nova lei de desmanche.

Observatório Paulista de Trânsito

- Execução do projeto de integração de dados e gestão de ações visando redução de vítimas no Estado em colaboração com o Corpo de Bombeiros.
- Elaboração de mais de cem Análises sobre as vítimas de acidentes no Estado de São Paulo para subsidiar gestores e esclarecer o público em geral.
- Participação no projeto internacional *Iniciativa Bloomberg* que visa à redução de vítimas de acidentes de trânsito em 10 cidades do mundo, incluindo São Paulo.
- Participação no grupo técnico da ABNT que preparou a versão brasileira da NBR ISO 39001 de sistemas de gestão de segurança viária, junto com DENATRAN, ANTT, DER, ARTESP, CET e outros órgãos.
- Participação de treinamento no Japão, com uma das 18 propostas selecionadas no mundo pela Agência de Cooperação Internacional do Japão – JICA, abordando integração de dados de acidentes.
- Participação no Movimento Paulista de Segurança no Trânsito, tanto na coordenação do grupo de trabalho de Gestão da Segurança Viária como em outras iniciativas.

Serviços de Trânsito

Durante o ano de 2015 foram prestados os seguintes Serviços de Trânsito nas Unidades de Atendimento ao Público:

Serviços	Quantidade
Licenciamentos	16.230.425
Cópias de Licenciamento	224.182
Registros	5.748.947
Transferências	4.637.277
Gravame Inserido	1.556.474
Gravame baixado	2.055.002
CNH's emitidas	5.473.061
Total de serviços prestados	**35.925.368**

Setor de Habilitação

- Publicação do Manual dos Examinadores de Trânsito do DETRAN-SP: Para padronizar os procedimentos, critérios e interpretações na realização dos exames práticos em todo o Estado de São Paulo.
- Implantação do sistema de divisão equitativa dos exames médicos: Implantação de 12 unidades até o início de dezembro de 2015.
- Regulamentação sobre a avaliação médica no âmbito das Bancas Especiais de exame prático da pessoa com deficiência física ou mobilidade reduzida.
- Padronização dos procedimentos relativos à formação e realização das avaliações por Juntas Médicas e Psicológicas, em caráter recursal.

Visando maior padronização e transparência nas decisões administrativas, com análise das diversas situações e definição dos entendimentos a serem igualmente aplicados em todo o Estado:

- Diagnósticos dos CFCs: Contratação de empresa de auditoria Bureau Veritas, para realização de um levantamento diagnóstico sobre a realidade de funcionamento dos Centros de Formação de Condutores e sua adequação à legislação vigente sobre o credenciamento e a atividade, com expectativa de finalização até o final do primeiro semestre de 2016.
- Suspensão e cassação do direito de dirigir (incluindo Alcoolemia): Centralização no julgamentos dos processos na Diretoria de Habilitação.
- Pontuação: Centralização das baixas de pontuação na Diretoria de Habilitação.
- Militares: Centralização das autorizações na Diretoria de Habilitação para emissão das CNHs de militares.
- Estrangeiros: Centralização das autorizações na Diretoria de Habilitação para emissão das CNHs estrangeiras.
- Lei nº 16.080, de 28 de dezembro de 2015: alteração da Lei de Taxas no tocante às taxas dos exames de habilitação (Exame de Aptidão Física e Mental, Exame de Avaliação Psicológica, Exames para a Pessoa com Deficiência, Exames em caráter recursal por Juntas Médicas e Psicológicas, Exame Teórico e Exame Prático).
- Monitoramento da Prova de renovação e reciclagem realizada dentro dos Centros de Formação de Condutores: Implantação de novas medidas de monitoramento em conjunto com a Prodesp, para possibilitar maior controle e seguranças das máquinas que são realizados os exames, em um sistema inteligente que indica automaticamente potenciais irregularidades.

Setor de Veículos

- **Regulamentação e Credenciamento Estadual das Empresas Credenciadas de Vistoria – ECVs:** o DETRAN-SP assumiu a função de regular a atividade de vistoria de identificação veicular, definindo critérios para o credenciamento de pessoas jurídicas de direito privado para a realização do serviço e atuando diretamente na fiscalização de suas atividades. O credenciamento acontece desde abril de 2015 e foram credenciadas 1.153 (mil, cento e cinquenta e três) pessoas jurídicas de direito privado para o exercício da atividade de vistoria de identificação veicular até o dia 31 de dezembro de 2015.

- **Padronização dos procedimentos de Vistoria e Revistoria no DETRAN-SP:** com a edição da Portaria DETRAN-SP nº 123/2015, foram padronizados as hipóteses e os procedimentos para a realização das atividades de vistoria de identificação veicular e revistoria pelo DETRAN-SP, uniformizando a prestação de serviço ao cidadão em todo o Estado.
- **Regulamentação e credenciamento estadual das atividades de desmontagem de veículos, comercialização de suas respectivas partes e peças e reciclagem de veículos totalmente irrecuperáveis ou de materiais não suscetíveis de reutilização:** o DETRAN-SP regulamentou a legislação federal (Lei nº 12.977/2014) e estadual (Lei nº 15.276/2014) sobre o tema, credenciando 1.080 (mil e oitenta) empresas para o exercício das atividades acima descritas.
- **Operações de fiscalização das atividades de desmontagem de veículos, comercialização de suas respectivas partes e peças e reciclagem de veículos totalmente irrecuperáveis ou de materiais não suscetíveis de reutilização:** em conjunto com a Polícia Civil, Secretaria da Fazenda e Prefeituras Municipais, o DETRAN-SP realizou diversas operações de fiscalização de empresas que exercem as atividades acima descritas, tendo lacrado mais de 700 (setecentos) estabelecimentos irregulares e contribuindo para expressiva redução do número de ocorrências de furto e roubo de veículos e de outros crimes correlatos.
- **Desburocratização do serviço de licenciamento de veículo movido a Gás Natural Veicular (GNV)**, o DETRAN-SP passou a garantir, via sistema, que o licenciamento de automóvel movido a GNV apenas se dará com a expedição do respectivo Certificado de Segurança Veicular, CSV, garantindo maior segurança à sociedade.
- **Descentralização do serviço de desbloqueio de sinistro de média monta:** com o advento do novo sistema informatizado de sinistro, o serviço de desbloqueio de sinistro de média monta foi descentralizado para todas as unidades de atendimento do estado de São Paulo, sendo garantido via sistema que nenhuma recuperação de veículo se dará sem a expedição do respectivo Certificado de Segurança Veicular, CSV.
- **Descentralização do serviço de baixa definitiva para exportação:** o serviço de baixa definitiva de registro de veículo para exportação foi descentralizado para todas as unidades de atendimento do estado de São Paulo.
- **Regulamentação e credenciamento de empresas para o envio eletrônico de dados relativos aos contratos de financiamento de veículos automotores:** o DETRAN-SP abriu o credenciamento para as empresas interessadas em prestar o serviço de envio eletrônico dos dados e informações de contratos de financiamento de veículos automotores, atividade essa prestada anteriormente exclusivamente pela FENASEG/CETIP, por meio de convênio firmado com esse órgão, expirado em abril de 2015 e não renovado. Com base nesses dados recebidos, é que o DETRAN-SP procede ao registro eletrônico desses contratos.

Fundação Prefeito Faria Lima
Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal – CEPAM
(Janeiro a Setembro)

Em 2015, a Fundação Prefeito Faria Lima – Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal – CEPAM, foi extinta nos termos da Lei nº 15.899/2015 e Decreto nº 61.573/2015.

Valorização dos Municípios

Das iniciativas do Cepam para valorização dos municípios e de parcerias com órgãos da Administração estadual, é importante destacar algumas delas, como: encontro com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) sobre soluções de tecnologia em iluminação pública para os municípios; apoio à Secretaria Estadual de Educação na elaboração dos Planos Municipais de Educação; o projeto de assessoria técnica com a Agência Metropolitana da Baixada Santista (Agem) da Baixada Santista para implementação do Plano Metropolitano de Desenvolvimento Estratégico local; apoio à Secretaria de Planejamento e Gestão (SPG) na realização das audiências públicas do Plano Plurianual (PPA) para o período 2016-2019 e da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2016; elaboração de proposta de processo seletivo, análise psicológica e capacitação de conselheiros tutelares, para a Prefeitura de Itapetininga e o termo de cooperação técnica com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).
Cabe citar também a realização de palestra sobre o papel da mulher na política; a participação na Conferência Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes do Município de Itapetininga; a análise de proposições feitas à Secretaria Estadual de Educação sobre

financiamento da educação. Por outro lado, teve continuidade o projeto Acompanhando a Gestão 2013-2016, por meio de entrevistas com prefeitos e equipes de diversas áreas; a atualização de dados sobre consórcios intermunicipais; o lançamento da Frente Parlamentar do Empreendedorismo; a participação em encontro de Acessibilidade na Mobilidade Urbana, promovido pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul; a discussão de parcerias com a Secretaria de Segurança Pública; e a elaboração de proposta para a X Conferência Estadual de Assistência Social.
Adicionalmente, o Cepam elaborou propostas de prestação de serviços metodológicos, avaliação, compilação e sistematização para o Conselho Estadual de Assistência Social; prestou assessorias contábil, orçamentária e financeira à Prefeitura de Piracicaba; participou de negociação com a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho para capacitação dos integrantes das Comissões Municipais de Emprego; e deu continuidade à pesquisa sobre Indicadores Municipais de Emprego.
O Cepam também participou do debate sobre Sistema Único de Saúde (SUS) e a Erradicação do Trabalho Infantil na Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo; realizou um Inovaday especial para municípios; participou de reuniões para implementação do programa Inovação Pública Organizacional, em parceria com a Fundap, SPG e Universidade de São Paulo (USP); elaborou estudo sobre os repasses diretos de recursos do governo federal para os municípios e concluiu a análise da norma NBR 9050 sobre Acessibilidade na Edificação e no Espaço Urbano.

Programa 2903 – Desenvolvimento e Capacitação Institucional dos Municípios

2903 - Desenvolvimento e Capacitação Institucional dos Municípios	**33.558.884,00**	**28.818.710,19**	**0,00**	**28.818.710,19**	**28.726.205,41**
Despesas Correntes	33.408.884,00	28.814.535,69	0,00	28.814.535,69	28.722.030,91
Despesas de Capital	150.000,00	4.174,50	0,00	4.174,50	4.174,50

O Programa de Desenvolvimento e Capacitação Institucional dos Municípios contempla as atividades implementadas pela Fundação Prefeito Faria Lima - CEPAM, as quais se dividem em duas ações, abaixo apresentadas.

Ação 5512 Administração da Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM

No âmbito desta ação, foram implementadas ações relacionadas às atividades rotineiras e de manutenção da instituição. Dentre tais ações, destaca-se a capacitação de servidores da Fundação.

Aprendizagem e Capacitação: O Cepam realizou 36 eventos e ações de formação e capacitação de gestores públicos, especialmente municipais, por meio de cursos, oficinas, eminários, encontros técnicos e palestras. Participaram 1.730 agentes públicos, oriundos de 284 municípios do estado.

Entre os **Encontros Temáticos,** destaque para os eventos sobre Regime jurídico de parcerias voluntárias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil; Controladoria Municipal, Transparência e Controle Social; Envelhecimento da População e Desenvolvimento Econômico; o Idoso na Cidade; a Economia Criativa e os Desafios para o Desenvolvimento Local.
Entre os eventos de aprendizagem e capacitação, destaque para os **Cursos Abertos** sobre: Gestão do Conhecimento e Inovação no Setor Público; Servidor Público e sua Responsabilização; Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal; Gestão de Políticas Públicas; Planejamento Financeiro-Orçamentário: LDO, PPA e LOA; Licitação e Gestão de Contratos; Planejamento e Elaboração de Projetos; Contabilidade Pública com Ênfase na Apuração dos Resultados; Elaboração e Desenvolvimento de Projetos; Aperfeiçoamento da Atividade Parlamentar.
Entre as **Oficinas de trabalho**, vale mencionar O Diálogo Colaborativo - Rede Paulista de Escolas de Governo Municipais; Capacitação de servidores das áreas financeiro-orçamentárias; Dinâmica da Criatividade Propositiva da Administração Pública; Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Atendimento ao Cidadão.

Cabe menção ainda aos **Cursos**: Aperfeiçoamento da Atividade Parlamentar; Contabilidade Pública com Ênfase na Apuração de Resultado; Elaboração e Desenvolvimento de Projetos/Siconv - Módulo Avançado; Contabilidade Pública e Escrituração Contábil Dentro dos Novos Padrões; Processo Legislativo Municipal; Licitação e Gestão de Contratos; Instrumentos de Planejamento Orçamentário com Ênfase na Lei Orçamentária Anual; Revisão da Lei Orgânica Municipal; Município e Acessibilidade; Ouvidoria para uma gestão pública moderna e transparente; Planejamento e Análise da Receita e do Gasto Municipal.
O Cepam participou ainda de diversos eventos, seminários e reuniões atinentes ao seu campo de atuação. Destaque para a 1ª Reunião Técnica do Comitê Gestor da Rede Paulista de Escolas de Governo Municipais; o 3º Encontro Paulista de Escolas de Governo Municipais; o Diálogo Colaborativo sobre a Rede Paulista de Escolas de Governo Municipais; o Comitê Gestor da Rede Nacional de Escolas de Governo; e o Seminário Internacional sobre Políticas Públicas no Brasil, organizado pela Fundação Getúlio Vargas.
Participou ademais da formatação do Boletim da Rede de Escolas; da Comissão de Elaboração do Plano Estadual de Cultura; edição de conteúdo do Encontro 2014 do Patrimônio Cultural – Caminhos e Oportunidades, e da 2ª reunião do Comitê Gestor da Rede Paulista de Escolas de Governo Municipais.

Ação 4488 - Assistência Técnica e Capacitação Institucional dos Municípios

No âmbito desta ação, foram realizados atendimentos aos municípios paulistas. A meta prevista representa 1.200 atendimentos.

Pareceres e Consultas Técnicas aos Municípios

Ao longo desses nove meses de 2015, os Poderes Executivo e Legislativo dos municípios paulistas demandaram ao Cepam pareceres jurídicos e consultas técnicas. Em resposta, foram emitidos 135 pareceres e respondidas 392 consultas, em áreas de interesse, como servidor público; posturas municipais; tributos; responsabilidade fiscal; licitações e contratos, entre outras. O Cepam também prestou consultorias sobre regimento interno de Câmara Municipal, plano diretor de município, reforma administrativa municipal, urbanismo, serviços públicos e agentes políticos, entre outros.

Site | Informe Cepam | Redes Sociais

O *site* do Cepam registrou 59 mil usuários, com 243 mil visualizações no período. Foram publicados 75 novos textos e reportagens. O *site* prosseguiu com a transmissão do *Informe Cepam*, que leva aos agentes públicos, por meio de vídeos, assuntos de interesse da Administração municipal, como os Planos Municipais de Educação; Cálculo de projeções populacionais; Receitas para implementação do Plano Municipal de Educação; e Revisão de Demanda por pré-escola nos municípios, tendo em vista a elaboração do PME.
A Célula de Inovação do Município – Rede CIM, destinada a agentes públicos, registrou 21.985 acessos no ano, contando com 6.346 membros efetivos e 165 vídeos postados. O Twitter do Cepam abrangeu 607 postagens e conta com 6.028 seguidores. A página no Facebook teve 5.104 visualizações e conta com 1.944 seguidores. O canal no YouTube somou 11.271 visualizações.

Publicações

O Cepam publicou três novos volumes (e-book): *Informativo Cepam 2015; Cerimonial: Acerte no Protocolo;* e *Relatório Anual de Atividades.*

Legislação
- LEI Nº 15.899, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015, *Dispõe sobre a extinção da Fundação Prefeito Faria Lima Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal e dá providências correlatas*
- DECRETO Nº 61.573, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015, *Aprova a Ata do Conselho de Administração da Fundação Prefeito Faria Lima Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal CEPAM, que deliberou sobre a extinção da entidade, e dá providências correlatas*
- DECRETO Nº 61.837, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016, *Cria Comissão Liquidante que especifica e dá providências correlatas.*

FUNDAP – Fundação do Desenvolvimento Administrativo

4404 - Qualidade em Gestão Pública	**0,00**	**153.173.227,20**	**0,00**	**153.173.227,20**	**142.861.196,37**
Despesas Correntes	0,00	153.173.227,20	0,00	153.173.227,20	142.861.196,37
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Em 2015, a Fundação do Desenvolvimento Administrativo – FUNDAP recebeu autorização para extinção nos termos da Lei nº 16.019 de 27/11/2015, sendo que os procedimentos conclusão da extinção encontram-se em tramite.

I) Administração dos Estágios na Administração Pública

Produto: estagiários colocados*. Meta: 20.000. Realizado: 28.234.

Descrição: seleção de estagiários, contratação, avaliação e administração dos pagamentos bolsas de estágio para estudantes do Ensino Médio, Médio de Nível técnico e Superior vinculados ao Programa de Estágios do Governo do Estado de São Paulo, coordenado pela Secretaria de Planejamento e Gestão Pública (SPG), aos programas Acessa Escola e Aluno Empreendedor, da Secretaria de Estado da Educação (SEE), além do programa de estágios do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3).

Ao longo do ano foram realizados 3 processos seletivos - envolvendo divulgação com impressão/distribuição de cartazes e assessoria de imprensa, inscrição de 106.749 estudantes, realização de provas em todas as regiões do Estado para classificação dos estudantes habilitados à convocação de vagas. Em 2015 alcançamos o acumulado de 28.234 estagiários colocados em 170 órgãos e entidades da administração pública do Poder Executivo paulista e do Judiciário federal em nosso estado.

II) Assessoria Técnica em Gestão

Produto: assessorias realizadas. Meta: 20. Realizado: 12.

Assessoria para Implantação do "Projeto Orçamento por Resultados" 3ª Fase para a Secretaria de Planejamento e Gestão (SPG)

Assessoria para o Desenvolvimento e Implantação da Gestão Estratégica e de Unidade de Gestão de Projetos (UGP) - Prefeitura Municipal de Sorocaba (PMS)

Assessoria para a elaboração de diagnóstico organizacional, visando a aprimoramento da área de atendimento do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP) - 6ª Região

Assistência Técnica aos Programas EJA Mundo do Trabalho e Via Rápida Emprego para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI)

Apoio para o Desenvolvimento de Processos de Gestão de Atendimento Público e Infraestrutura Física dos Postos Poupatempo

Consultoria para Análise de Procedimentos de Gestão da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (CB-AT) – Fundação Agência da Bacia do Alto Tietê (Fabhat)

Consultoria para Certificação Técnica do Quadro de Funcionários e Elaboração da Política de Gestão de Pessoas por Competências da SP Obras/Prefeitura de São Paulo

Consultoria para Desenvolvimento de Projeto de Modernização Administrativa - Secretaria Municipal de Licenciamento (SEL) de São Paulo

Consultoria para Revisão do Plano Estratégico do Tribunal de Cotas do Estado de São Paulo (TCE-SP)

Desenvolvimento de Modelo Integrado de Gestão Administrativa (GRP) para Centro Paula Souza e Secretaria de Planejamento e Gestão.

Estruturação do Plano de Classificação de Empregos e Salários – Empresa Metropolitana de Águas e Energia (Emae)

Implementação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) da Prefeitura de Sorocaba

III) Formação e Aperfeiçoamento de Servidores

Produto: horas-aula-aluno*. Meta: 480.000. Realizado: 658.896.

Com o objetivo de universalizar seus programas voltados para a capacitação e o aprimoramento dos servidores públicos, em 2015 a Fundap realizou mais de **150 cursos/eventos**; presenciais, por videoconferência ou EaD; tendo atendido mais de **60 mil servidores**; inscritos em cursos/eventos nas 3 modalidades; totalizando mais de **658 mil horas-aula-aluno** executadas nas diferentes plataformas.

Destaque-se o fato de que alguns cursos EaD têm conteúdo aberto, podendo ser acessado por qualquer cidadão na plataforma YouTube, contribuindo anda mais para a universalização do conhecimento produzido e compartilhado pela Fundap em parceira com as diversas secretarias.

A quase totalidade dos eventos transmitidos por videoconferência também pôde ser acompanhada ao vivo por qualquer cidadão pelo site do TecReg. Servidores que não puderam participar desses eventos ao vivo acabam acessando o arquivo de videoconferências já realizadas na sessão videoteca do site. Ressalte-se que os cursos e eventos na modalidade EaD e por streaming, especialmente os desenvolvidos em parceria com a Unidade Central de Recursos Humanos – órgão também vinculado à Secretaria de Planejamento e Gestão, de atuação transversal no governo – atendem a demandas de capacitação de servidores de todas as Secretarias de Estado em todas as regiões administrativas de São Paulo, conferindo o **caráter universal desta ação de governo**.

Relação de eventos, cursos e/ou programas de formação de servidores públicos desenvolvidos em 2015 em parceria com diversos órgãos e entidades públicas:

Curso “As Políticas Públicas da Secretaria da Justiça” (SJDC)

Curso de Aperfeiçoamento em Interpretação e Produção de Texto para o Departamento de Perícias Médicas do Estado de São Paulo (DPME-SP)

Curso de Avaliação das Necessidades de Treinamento para Fazesp/Sefaz-SP

Curso de Formação de Formadores/Facilitadores em Orçamento por Resultados (OpR) para Secretaria de Planejamento e Gestão (SPG)

Curso de Gestão do Conhecimento e Inovação no Setor Público para o Corpo de Bombeiros

Curso de Proteção e Prevenção Comunitária para Agentes Municipais para Prefeitura Municipal de Barretos

Curso “Gestão de Suprimentos para a Área Pública – EaD” para servidores de todas os órgãos e entidades do governo paulista indicados pela Sefaz-SP

Debates Fundap: Ampliação das Redes de Ensino Fundamental nos Municípios Paulistas

Inovaday – 8 encontros mensais promovidos em parceria com Unidade Inovação em Governo (iGovSP) da Subsecretaria de Parcerias e Inovação, da Secretaria de Governo.

Laboratório de Inovação em Governo – Convênio SPG/SG, Fundap, USP, Cepam e Seade

Oficina de Aprimoramento de Questionários de Avaliação de Reação para Fazesp/Sefaz

Plano de Capacitação da Escola de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (Edesp) – Secretaria de Desenvolvimento Social (Seds)

Curso “A NOB-RH”

Curso “Enfrentamento à Extrema Pobreza do Estado de São Paulo”

Curso “Execução Orçamentária e Financeira da Política de Assistência Social no Estado de São Paulo”

Curso “Envelhecer no Século XXI: Conquistas Desafios e Perspectivas”

Curso “Os Papéis dos Trabalhadores de Ensino Médio e Fundamental no SUAS”

Curso “Os Papéis dos Trabalhadores no SUAS “

Curso “Supervisão Da Rede Socioassistencial”

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados –SEADE

Programa 2917 – Informações Demográficas, Socioeconômicas e da Ação Governamental

2917 - Informações Demográficas, Socioeconômicas e de Ação Governamental	**53.889.648,00**	**50.541.301,43**	**105.194,06**	**50.646.495,49**	**50.022.152,61**
Despesas Correntes	53.689.648,00	50.525.430,74	105.194,06	50.630.624,80	50.005.474,51
Despesas de Capital	200.000,00	15.870,69	0,00	15.870,69	16.678,10

Administração da Fundação Seade: podemos destacar as seguintes ações específicas efetuadas no período para a obtenção de melhorias na gestão, quais sejam: a) revisão de sistemas internos de TI que exigem modernização; b) adoção de medidas de redução de gastos, em especial da água, reduzindo consumo em mais de 20%; c) atualização de equipamentos de TI e de versões de *softwares*; e d) reconstrução do Portal do Seade na internet.

Ação 5513 - Administração da Fundação SEADE

Considerando as atividades rotineiras da Divisão Administrativa e de Suprimentos - DIASU, em 2015 foram firmados 53 (cinquenta e três) novos contratos, sendo:

Modalidade	Quantidade
Pregão Eletrônico	31
Ata de Registro de preços	1
Dispensa de Licitação	13
Inexigibilidade	8
Total	**53**

Entre as mais significativas, quando comparadas com as despesas realizadas em 2014, citamos a redução com despesas de viagens (diárias e passagens aéreas) em 70%, despesas com estagiários com redução de 8%, despesas com materiais de consumo (conservação, reposição, escritório, peças) com redução de 39%, despesas com assinaturas de jornais, periódicos e clipagem com redução de 54%, despesas com fornecimento de água e esgotos com redução de 47% e despesas com a frota de veículos terceirizada com redução de 3%.
A Unidade Administrativa, também organizou e viabilizou todo o processo de mudança do prédio, para a nova sede localizada no Butantã, bem como a desmobilização e entrega do imóvel do bairro da Luz.

Ação 5939 – Organização e Disseminação de Informações

Organização e Disseminacão de Informacões
No âmbito desta ação, foram organizados e implantados bases de dados e sistemas de indicadores nos seguintes temas:

- Produto Interno Bruto (PIB);
- Mercado de Trabalho (Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED);
- Sistema de Estatísticas Vitais (SEV);
- Informações sobre os Municípios Paulistas (IMP);
- Indicadores de Acompanhamento dos Objetivos do Milênio – ODM atualizados anualmente; Primeira Análise: artigos mensais de análise socioeconômica com base na produção de dados da Seade;
- Pesquisa de Investimentos anunciados no Estado de São Paulo.

Também foram elaborados estudos e análises com base na produção de dados da Fundação Seade, apresentados nas seguintes publicações:

- Boletim Trimestral do Emprego Formal
- Estudos especiais PED
- Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED Região Metropolitana de São Paulo
- Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED Região do ABC
- Primeira Análise
- Produto Interno Bruto - PIB Mensal
- Produto Interno Bruto - PIB Trimestral
- SP Demográfico

Também foram elaborados estudos e análises com base na produção de dados da Fundação Seade, apresentados nas seguintes publicações:

- Boletim Trimestral do Emprego Formal
- Estudos especiais PED
- Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED Região Metropolitana de São Paulo
- Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED Região do ABC
- Primeira Análise
- Produto Interno Bruto - PIB Mensal

- Produto Interno Bruto - PIB Trimestral
- SP Demográfico

Esta ação não apresenta dotação orçamentária

Ação 5940 - Produção e Disseminação de Novas Informações

Producão e Disseminacão de Novas Informacões
No âmbito desta ação, foram desenvolvidas e disseminadas novas informações, dentre as quais destacamos:
- Avaliações de Impacto de Programas Públicos do Governo do Estado de São Paulo: desenvolvimento de metodologia e de instrumentos de acompanhamento e avaliação dos programas governamentais que permitam avaliar seus resultados; sugestão, à luz dos resultados da avaliação, de alterações nos programas avaliados, visando seu aperfeiçoamento; capacitação dos gestores públicos nas práticas de avaliação.
- Serviços Técnicos Especializados em Formulação de Indicadores de Resultados de Programas Governamentais: desenvolvimento de proposta de quadro de indicadores de resultados de programas governamentais; apoio para as secretarias piloto na formulação de plano ação com vistas à organização de suas bases de informações para viabilizar a produção dos indicadores propostos; apoio técnico para a Secretaria de Planejamento e Gestão e para as secretarias piloto no cálculo de indicadores e no uso qualificado das informações.
- Pesquisa de Diagnóstico e Avaliação do Programa Acessa São Paulo: realização de diagnóstico e avaliação do programa, visando embasar a tomada de decisão sobre mudanças em seu desenho para potencializar seu impacto social e ampliar sua eficácia.
- Adicional de Local de Exercício (ALE) da Secretaria de Educação: assessoramento à SES em dúvidas e questionamentos sobre a metodologia e classificação das escolas segundo o ALE.
- Produção de Insumos para elaboração do Plano Metropolitano de Desenvolvimento Habitacional: dados e informações sobre habitação popular a partir da perspectiva dos municípios, por meio de Pesquisa Municipal Unificada (PMU) e atualização dos Indicadores Tipologia Socioeconômica e Habitacional de Municípios e Pró Atividade Municipal.
- Cálculo do Índice Paulista da Primeira Infância – IPPI, que classifica os 645 municípios do Estado de São Paulo segundo a oferta e utilização dos serviços de saúde e educação para a população de 0 a 5 anos residente em cada município.
- Desenvolvimento, implantação e manutenção de sistema de consulta e recuperação de informações relacionadas ao Índice Paulista da Primeira Infância.
- Pesquisa Conjuntural das Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo (Pecompe): pesquisa mensal em amostra de cerca de 1.700 micro/pequenas empresas do Estado de São Paulo e visando coletar, processar, analisar e disponibilizar Informações mensais sobre o desempenho desse segmento nos setores industrial, comercial e de serviços.
- Pesquisa de Conjuntura com Microempreendedores Individuais (MEIs): consulta mensalmente, por telefone, cerca de 1.100 MEIs para obtenção de informações sobre faturamento, ocupados e expectativas, para cálculo dos indicadores de desempenho deste segmento.
- Rodoanel Norte: monitoramento das tendências de crescimento populacional da Área de Interesse de Monitoramento do Trecho Norte do Rodoanel Mario Covas. O projeto é executado em parceria com a Emplasa (que estuda a dinâmica de evolução da mancha urbana) e o Instituto Florestal (que estuda as alterações da cobertura vegetal).
- Pesquisa sobre Percepção de Tributos e Gastos Públicos: elaboração de instrumentais de coleta (questionário e manuais) para o desenvolvimento de uma pesquisa quantitativa domiciliar para avaliar o grau de conhecimento e a percepção da população residente na Região Metropolitana de São Paulo em relação aos tributos e gastos públicos.
- Acordo de Cooperação Científica com a Fapesp: desenvolvimento de projetos de pesquisa com alto impacto científico, social e econômico que façam uso de bases de dados produzidas pela Fundação SEADE, que apoiará a Fapesp do ponto de vista técnico, na seleção de projetos e realizará as vinculações dos registros demandadas pelos pesquisadores.
A vinculação envolve as bases de microdados relativas a nascimentos e óbitos registrados no Estado de São Paulo com as bases de dados individuais especificadas nas propostas de pesquisa.

Esta ação não apresenta dotação orçamentária.

Companhia Paulista de Obras e Serviços – CPOS

Programa 2919 – Engenharia, Gerenciamento de empreendimentos e Gestão de Serviços

Principais realizações

Em 2015, foram assinados 63 contratos de prestação de serviços, que somam aproximadamente R$ 82.000 mil, com os clientes, empreendimentos e serviços abaixo relacionados:

- Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania: Gerenciamento das obras de diversos Fóruns nos municípios: Cananéia, Cubatão, Iguape, São Vicente, Jaú, Brás Cubas,Matão, Peruíbe, São José do Rio Preto, Limeira, Ilha solteira e Caraguatatuba.
- Metro; Prodesp; DETRAN; DERSA; CDHU; CESP; Estrada de Ferro Campos do Jordão; IAMSPE, Secretaria do Meio Ambiente: elaboração de laudos técnicos de avaliação de valor de mercado para locação e venda de imóveis.
- Secretaria da Casa Civil: Vistorias e acompanhamento de convênios firmados entre a Casa Civil e os Municípios Paulistas, Gestão Predial do escritório do Governo de São Paulo em Brasília.
- Secretaria da Administração Penitenciária: Gerenciamento de obras de construção de unidades prisionais nos municípios de Paulo de Faria, Registro, Aguaí, Pacaembu, Santa Cruz da Conceição, Nova Independência, Gália, Caiuá, Lavínia, Álvaro de Carvalho, São Vicente, Limeira.
- Vistorias e estudos visando licenciamento ambiental para 20 unidades prisionais, Laudo de caracterização de vegetação para unidade prisional de Florínia, estudos de impacto ambiental para as penitenciárias de Franco da Rocha e Parelheiros.
- Secretaria de Governo: Diagnóstico dominial e regularização fundiária de 400 imóveis de propriedade do Estado de São Paulo.
- Centro Paula Souza: Gerenciamento das obras de construção da ETEC de Nova Odessa.
- Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social: Vistorias e relatórios técnicos em obras conveniadas
- Secretaria de Segurança Pública: Elaboração de projeto de reforma do Palácio da Polícia, gerenciamento das obras de reforma e ampliação da Delegacia Seccional de Fernandópolis, Delegacia de Novo Horizonte e gerenciamento das obras de construção do 2º DP de Pindamonhangaba.
- Secretaria Estadual da Administração Penitenciária: elaboração de Projeto Básico de Implantação e Orçamento para o Centro de Detenção Provisória “CDP” de Limeira.
- Secretaria da Fazenda: Gerenciamento da construção do Posto Fiscal de Lins/SP.
- Secretaria de Segurança Pública “Departamento de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico – DENARC; elaboração de Projeto Básico e Executivo para reforma das instalações do edifício SEDE em São Paulo SP.
- Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos -EMTU: Serviços de gestão predial.
- Secretaria de Segurança Pública – Superintendência da Polícia Técnico-Científica: Gerenciamento das obras de adequação de 3 salas radiológicas em São Paulo.
- Instituto Geológico/SMA, Elaboração de projeto executivo de reforma da nova Sede do Instituto e Gerenciamento das obras de reforma do 2º pavimento do bloco B da sede do Instituto.
- Fundação ITESP: Elaboração de projeto executivo do Centro de Memória Agrária de São Paulo.

Os contratos de prestação de serviços mencionados, acrescidos àqueles já firmados em anos anteriores ainda em execução, geraram receita de prestação de serviços de R$ 66.864 mil, faturados de janeiro a dezembro de 2015. O montante de propostas de prestação de serviços, em 2015, teve percentual de realização em torno de 31%. Foram elaboradas propostas para 201 empreendimentos, no valor aproximado de R$ 212.000 mil. A carteira de propostas a ser trabalhada em 2016, tem valor em torno de R$ 42.000 mil.

SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS

Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos

Execução Orçamentária por Grupo de Despesas

39000 - Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**695.499.541,00**	**600.218.738,39**	**461.823,50**	**600.680.561,89**	**598.694.406,88**
Pessoal e Encargos Sociais	373.442.219,00	364.736.555,57	0,00	364.736.555,57	366.476.338,55
Juros e Encargos da Dívida	17.847.283,00	17.888.004,61	0,00	17.888.004,61	17.888.004,61
Outras Despesas Correntes	304.210.039,00	217.594.178,21	461.823,50	218.056.001,71	214.330.063,72
Despesas de Capital	**1.155.847.969,00**	**404.604.470,72**	**29.723.568,66**	**434.328.039,38**	**446.749.221,84**
Investimentos	1.090.288.689,00	338.684.666,12	29.723.568,66	368.408.234,78	380.829.417,24
Inversões Financeiras	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	65.558.280,00	65.919.804,60	0,00	65.919.804,60	65.919.804,60
Despesa Total	**1.851.347.510,00**	**1.004.823.209,11**	**30.185.392,16**	**1.035.008.601,27**	**1.045.443.628,72**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

39000 - Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0000 - Encargos Gerais	**83.405.563,00**	**83.807.809,21**	**0,00**	**83.807.809,21**	**83.807.809,21**
Despesas Correntes	17.847.283,00	17.888.004,61	0,00	17.888.004,61	17.888.004,61
Despesas de Capital	65.558.280,00	65.919.804,60	0,00	65.919.804,60	65.919.804,60
0001 - Participacao Societária	**1.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0102 - Obrigações Previdenciárias em Complementação	**159.568.198,00**	**150.931.815,20**	**0,00**	**150.931.815,20**	**144.382.994,25**
Despesas Correntes	159.568.198,00	150.931.815,20	0,00	150.931.815,20	144.382.994,25
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3904 - Saneamento para Todos	**191.895.286,00**	**46.376.429,14**	**14.428.243,47**	**60.804.672,61**	**97.211.751,18**
Despesas Correntes	2.884.376,00	2.307.501,00	0,00	2.307.501,00	1.436.674,46
Despesas de Capital	189.010.910,00	44.068.928,14	14.428.243,47	58.497.171,61	95.775.076,72
3906 - Saneamento Ambiental em Mananciais de Interesse Regional	**155.543.760,00**	**6.267.628,60**	**190.249,36**	**6.457.877,96**	**9.781.057,82**
Despesas Correntes	2.292.940,00	229.245,71	0,00	229.245,71	585.477,05
Despesas de Capital	153.250.820,00	6.038.382,89	190.249,36	6.228.632,25	9.195.580,77
3907 - Infraestrutura Hídrica, Combate às Enchentes e Saneamento	**640.339.619,00**	**267.891.419,93**	**13.740.046,64**	**281.631.466,57**	**309.759.544,93**
Despesas Correntes	230.394.915,00	156.125.737,19	460.400,38	156.586.137,57	158.006.512,07
Despesas de Capital	409.944.704,00	111.765.682,74	13.279.646,26	125.045.329,00	151.753.032,86

3913 - Planejamento e Administração dos Recursos Hídricos	**85.040.047,00**	**5.832.856,21**	**1.825.429,57**	**7.658.285,78**	**8.241.665,67**
Despesas Correntes	799.055,00	571.198,02	0,00	571.198,02	714.791,07
Despesas de Capital	84.240.992,00	5.261.658,19	1.825.429,57	7.087.087,76	7.526.874,60
3931 - Gestão Administrativa em Saneamento e Recursos Hídricos	**274.977.564,00**	**268.453.379,00**	**0,00**	**268.453.379,00**	**272.924.540,67**
Despesas Correntes	273.611.576,00	267.710.415,47	0,00	267.710.415,47	272.223.380,54
Despesas de Capital	1.365.988,00	742.963,53	0,00	742.963,53	701.160,13
3932 - Planejamento e Promoção do Saneamento no Estado	**122.320.010,00**	**63.827.173,39**	**0,00**	**63.827.173,39**	**75.572.814,43**
Despesas Correntes	3.078.400,00	516.958,90	0,00	516.958,90	585.516,68
Despesas de Capital	119.241.610,00	63.310.214,49	0,00	63.310.214,49	74.987.297,75
3934 - Gestão dos Recursos Hídricos	**138.256.463,00**	**111.434.698,43**	**1.423,12**	**111.436.121,55**	**43.761.450,56**
Despesas Correntes	5.022.798,00	3.937.862,29	1.423,12	3.939.285,41	2.871.056,15
Despesas de Capital	133.233.665,00	107.496.836,14	0,00	107.496.836,14	40.890.394,41
Despesa Total	**1.851.347.510,00**	**1.004.823.209,11**	**30.185.392,16**	**1.035.008.601,27**	**1.045.443.628,72**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Estrutura Básica

O contingente funcional da SSRH encontra-se distribuído entre o Gabinete da Pasta, o Departamento Administrativo, as Coordenadorias de Saneamento e de Recursos Hídricos, a UGP – Unidade de Gerenciamento do Programa Mananciais e do Programa Estadual de Apoio à Recuperação das Águas – REÁGUA. Conta ainda com duas entidades vinculadas: o Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE e a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP.

Programa 3904 – Saneamento para Todos

O Programa tem como principal objetivo o atendimento técnico e financeiro aos municípios não operados pela SABESP e com população urbana até 50.000 habitantes, mediante parcerias que visem a implantação de sistemas de afastamento e tratamento de esgotos, e outras atividades que visem o acompanhamento da ação em todas as suas fases, incluindo o treinamento de agentes municipais para a operação e manutenção dos sistemas.

Ação 1597 – Água Limpa

Ação/Fonte	Dotação Inicial (a)	Dotação Disponível (b)	Empenhado (c)	Liquidado (d)	% (c/b)	% (d/b)
1597	**189.010.910,00**	**178.656.175,00**	**27.758.173,00**	**14.773.979,84**	**15,5**	**8,3**
Tesouro	41.410.900,00	31.056.175,00	27.758.173,00	14.773.979,84	89,4	47,6
Op. Crédito	147.600.000,00	147.600.000,00	-	-	-	-

Criado em 2005, o Água Limpa é um dos instrumentos de gestão da política estadual de saneamento básico do Governo do Estado de São Paulo. Desenvolvido pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, envolve a execução de projetos, obras e serviços destinados ao afastamento e tratamento de esgoto sanitário doméstico em municípios com população de até 50 mil habitantes não operados por concessão, promovendo a recuperação dos indicadores de saúde pública, das águas dos cursos d'água paulistas, trazendo consequentemente a melhoria na qualidade de vida dos munícipes em suas bacias hidrográficas.

Desde o início da implantação do Programa foram atendidos 93 municípios do Estado, com investimento pelo Governo de R$ 170 milhões e atendimento a 1,32 milhão de habitantes.

Em específico no ano de 2015, em face da indisponibilidade de recursos orçamentário-financeiros, não foram celebrados novos convênios, somente aditamentos nos já existentes, tendo sido entregue obra em 1 município. Porém, até o final de 2016 o Governo entregará obras em mais 30 municípios com os investimentos totalizando R$ 475 milhões e beneficiando 2,4 milhões de pessoas. Tais medidas possibilitarão a retirada de 4.320 toneladas de carga orgânica por mês dos rios paulistas, estimulando, além de tantos benefícios diretos, a criação de novos vetores de desenvolvimento agrícola, industrial ou de lazer face à melhora no binômio disponibilidade/qualidade das águas, com a consequente melhora na renda e qualidade de vida das pessoas.

Vale destacar que a dotação inicial de R$ 189,0 milhões englobava R$ 147,6 milhões (78,1% do total) de recursos de operação de crédito provenientes da tranche 3 do Banco do Brasil, que não se efetivaram. Além disso, a parcela de R$ 41,4 milhões de recursos do Tesouro sofreu contingenciamento de 25%, passando a dotação disponível a totalizar R$ 31,1 milhões. A execução orçamentária efetiva de 2015, no valor de R$ 58, 5 milhões foi possível em face da dotação disponível de 2015 e de restos de dotações de exercícios anteriores.

Ação 2461 – Pró Conexão

Ação	Dotação Inicial (a)	Dotação Disponível (b)	Empenhado (c)	Liquidado (d)	% (c/b)	% (d/b)
2461	2.884.376,00	2.307.501,00	2.307.501,00	2.307.501,00	100	100

Ações de caráter socioambiental, que promovem a inclusão social das famílias de baixa renda e visam a proteção dos rios e córregos com o afastamento e tratamento dos esgotos. Contribuem para a melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida de populações que não dispõem de recursos para realizarem as obras de adequação interna das suas moradias, permitindo assim sua conexão à rede pública.

Realização: Embora com dotação restrita, em face das dificuldades do Estado em 2015, a dotação disponível nesta ação (após contingenciamento de 20% da dotação inicial), permitiu que fossem realizadas 1.107 ligações de esgoto, sendo 496 na região metropolitana de São Paulo, 259 ligações no litoral e 352 ligações no interior paulista.

Programa 3906 – Saneamento Ambiental em Mananciais de Interesse Regional

O Programa visa a recuperação e a proteção das represas, rios e córregos utilizados para abastecimento de águas das regiões metropolitanas e a melhoria da qualidade de vida da população residente em áreas de mananciais, promovendo o desenvolvimento sustentável do litoral paulista.

Ação 1599 – Recuperação e Conservação dos Mananciais do Alto Tietê

Ação	Dotação Inicial (a)	Dotação Disponível (b)	Empenhado (c)	Liquidado (d)	% (c/b)	% (d/b)
1599 (total de recursos)	155.543.760,00	142.433.005,00	11.281.809,59	6.457.877,96	7,9	4,5
1599 (sem rec.vinc.federais)	27.543.760,00	22.097.945,00	11.281.809,59	6.457.877,96	51,1	29,2

Cabe registrar nesta ação que, dos R$ 155,5 milhões da dotação inicial de 2015, R$ 128 milhões referem-se a recursos vinculados federais, oriundos do Programa Minha Casa Minha Vida para a

CDHU realizar os reassentamentos/remoções habitacionais necessários à execução do Programa, recursos estes que não se efetivaram em 2015, justificando em grande parte a baixa realização orçamentária do exercício. Outro ponto a destacar refere-se ao contingenciamento dos recursos provenientes do Tesouro do Estado (25% da dotação inicial, passando de R$ 22,2 milhões para R$ 16,7 milhões), a título de contrapartida.

Com os recursos disponíveis, em 2015 deu-se continuidade ao Programa voltado à recuperação dos mananciais utilizados para o abastecimento público da Região Metropolitana de São Paulo, cabendo destacar:

A - Recuperação Ambiental de Mananciais, Urbanização de Favelas e Melhorias Urbanas – Guarapiranga e Billings

Metas:(i) urbanização de 44.343 unidades habitacionais, mediante a execução de obras de pavimentação e sistema viário, drenagem e canalizações, contenção em áreas de risco, sistemas de água e esgotos, parques e áreas de lazer; e (ii) construção de 5.340 unidades habitacionais novas para famílias removidas e reassentadas.

Realização: É executado sob o Termo de Compromisso OGU nº 0227.535-53/2007, firmado em 27/12/2007 com o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos. O orçamento total é de R$ 1.077,5 milhões, sendo R$ 445,5 milhões do Orçamento Geral da União e o restante distribuído entre os intervenientes: Prefeitura de São Paulo (R$459,3 milhões), CDHU (R$ 130,6 milhões) e SABESP (R$ 42,1 milhões). O prazo contratual (05/12/2014) foi aditado por mais 24 meses. Até Dez/2015 foram atestados pela Caixa Econômica Federal R$ 711,9 milhões e liberados R$ 307,3 milhões de repasse do Orçamento Geral da União. As obras de urbanização encontram-se concluídas. Foram cadastradas mais de 57.000 famílias, superando a meta inicial proposta para o Programa. A Prefeitura de São Paulo concluiu 607 unidades habitacionais (Conjuntos Habitacionais Mata Virgem e Parque Novo Santo Amaro), cabendo observar, por oportuno, que o Programa é, na prática, desenvolvido sob responsabilidade direta da Secretaria Municipal da Habitação-SEHAB.

B - Saneamento Ambiental dos Mananciais do Alto Tietê

Foram assinados três Acordos de Empréstimo com o Banco Mundial: Nº 7661-BR (Projeto GESP), Nº 7662-BR (Projeto SABESP) e Nº 8149-BR (Projeto São Bernardo do Campo). A Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX) e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) aprovaram em julho/15 e agosto/15, respectivamente, a reestruturação dos empreendimentos sob responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo (Projeto GESP) e da Cia. de Saneamento Básico do estado de São Paulo (Projeto SABESP). As principais alterações ocorridas foram: (i) prorrogação do prazo de ambos para março/17; (ii) redução do valor da contrapartida do Projeto GESP em função da exclusão da atividade relacionada à produção de unidades habitacionais – atendimento de famílias provenientes da urbanização do Complexo Areião, em São Bernardo do Campo; (iii) alteração do percentual dos dispêndios a serem financiados pelo BIRD no Projeto GESP - de 25% para 50% e (iv) inserção, no Projeto SABESP, de ações fortemente vinculadas à crise no abastecimento público da RMSP.

Investimento Total Atual: US$168,4 milhões. Projeto SABESP: US$138,5 milhões, sendo US$100 milhões financiados pelo Banco. Projeto GESP: US$29,9 milhões, sendo US$4 milhões financiados pelo Banco.

Atividades desenvolvidas em 2015:

Projeto Sabesp

- Obras concluídas: Estação Elevatória de Água (EEA) e adutora Grajaú-Parelheiros; sistema de esgotamento sanitário em Cocaia-Lagoinha(São Paulo); Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Bragança Paulista e coletor tronco Águas Claras; ampliação em 1 m³/segundodo sistema de ultrafiltração da Estação de Tratamento de Água RJCS (ETA Alto da Boa Vista) utilizando membranas - Fase 2; reversão de 4 m³/segundo da Represa Billings para as Represas Rio Grande e Taiaçupeba; sistema de esgotamento sanitário em Carapicuíba.

- Serviços de Consultoria concluídos: projeto do sistema de esgotamento sanitário de Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra; projeto do sistema de esgotamento sanitário da margem direita da Represa Guarapiranga e projeto de transferência do lodo da ETA Guaraú para a ETE Barueri.

- Obras em andamento: sistema de esgotamento sanitário no bairro Jardim Branca Flor; sistema de esgotamento sanitário em Mombaça.

- Obra a ser iniciada: recuperação e limpeza da área de inundação da Represa Taiaçupeba.

Projeto Gesp

- Obras concluídas: Centro de Integração da Cidadania – CIC do Grajaú e Parque Nove de Julho.

- Serviços de Consultoria/Aquisições concluídos: estudo da EMAE sobre a influência da Represa Billings em rios da Baixada Santista; auditoria do Projeto até o exercício de 2014; monitoramento da qualidade da água das Represas Billings e Guarapiranga; especificação técnica do Sistema de Gerenciamento de Informações de Mananciais (SGI); projeto do sistema de esgotamento sanitário do Distrito de Marsilac e aquisição de equipamentos para coleta, transporte e disposição final de resíduos sólidos para 11 (onze) municípios situados em áreas de mananciais.

- Obra em andamento: Caminho Atlântica - Trecho I (convênio com a Prefeitura Municipal de São Paulo).

- Serviços de Consultoria em andamento: gerenciamento do Programa; estudo de avaliação de cargas difusas do Sistema Produtor Alto Tietê (SPAT) e Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental (PDPA) dos mananciais da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

- Obra a ser iniciada: Aterro Sanitário de Embu Guaçu (contrato encontra-se temporariamente paralisado devido a problemas relacionados à questão fundiária).

- Serviços de Consultoria em contratação: implantação do Sistema de Gerenciamento de Informações de Mananciais (SGI) e estudo de viabilidade técnico-econômica para a segurança hídrica da Macrometrópole Paulista no horizonte do ano 2050.

- Obras a serem contratadas: sistema de esgotamento sanitário do Distrito de Engenheiro Marsilac e Caminho Atlântica – Trecho II (Convênio com a PMSP).

- Serviços de Consultoria a serem contratados: auditoria do Projeto para os exercícios de 2016 e 2017 e elaboração do Plano Operacional do Aterro de Embu Guaçu.

Programa 3907 – Infraestrutura Hídrica, Combate às Enchentes e Saneamento

O Programa visa proteger a vida humana, o patrimônio público, a infraestrutura hídrica, a saúde pública e promover a melhoria da qualidade de vida e ambiental, por meio do desenvolvimento de ações voltadas a: (i) combate às enchentes no território paulista com ênfase nas regiões metropolitanas, decorrentes das grandes precipitações pluviométricas intensificadas pelas alterações climáticas, do aumento populacional, da produção industrial e do uso e ocupação do solo; e (ii) promoção e execução do saneamento básico nos municípios do estado.

Ação 1021 – Serviços e Obras de Infraestrutura Hídrica e Combate a Enchentes

Ação	Dotação Inicial (a)	Dotação Disponível (b)	Empenhado (c)	Liquidado (d)	% (c/b)	% (d/b)
1021	56.500.050,00	47.127.051,00	33.478.415,70	33.478.415,70	71,04	71,04

Sistemas de Combate a Enchentes – Polderes e Microdrenagem: São sistemas de combate a enchentes, constituídos por reservatório de retenção de picos de chuva e por Polderes ao longo das margens do corpo d´água, os quais, por intermédio do alteamento das margens evitam o transbordamento e, posteriormente, devolvem ao corpo d´água a vazão controlada por gravidade ou bombeamento.

- Obras de Controle de Inundações em Pontos Baixos nas Marginais do Rio Tietê -Polderes das Pontes Aricanduva (margem direita e margem esquerda), Vila Maria (margem direita). Investimento total de R$ 46,5 milhões, com desembolso em 2015 de R$ 14,1 milhões.

- Obras de Controle de Inundações em Pontos Baixos nas Marginais do Rio Tietê -Polderes das Pontes Vila Maria (margem esquerda), Vila Guilherme (margem esquerda) e Limão (margem direita).
  Investimento total de R$ 33,4 milhões, com desembolso em 2015 de R$ 6,6 milhões.

- Polder nas Áreas baixas na cidade de Franco da Rocha.
  Investimento total de R$ 54,7 milhões, com desembolso em 2015 de R$ 7,9 milhões.

- Operação e Manutenção das Redes Telemétricas de Cubatão, Paraíba do Sul, Piracicaba, Ribeira de Iguape e Piscinões DAEE.
  Investimento total de R$ 6,2 milhões, com desembolso em 2015 de R$ 3,0 milhões;

Canalização de Córregos: Execução de Canalização do Ribeirão Vermelho (São Paulo e Osasco).

Investimento total de R$ 38,8 milhões, com desembolsos em 2015 de R$ 300 mil.

Situação das obras: em execução (25%) e previsão de término em Dez/2016, sendo que para conclusão necessita-se a remoção de famílias.

Ação 1573 – Implantação de Reservatórios de Retenção - Piscinões

Ação	Dotação Inicial (a)	Dotação Disponível (b)	Empenhado (c)	Liquidado (d)	% (c/b)	% (d/b)
1573	51.808.654,00	58.351.491,00	58.336.782,99	58.336.782,99	99,97	99,97

Reservatórios de Retenção de Águas Pluviais: instalações ou sistemas de armazenamento de picos de cheia (piscinões), componentes dos sistemas de combate às enchentes. Tais reservatórios têm por finalidade reter o volume de águas provenientes de cheias, com posterior descarga do volume retido de forma controlada, por meio de bombas ou gravidade**.**

Em 2015 foram desembolsados R$ 74,4 milhões para a execução de: (i) obras de Implantação do Reservatório AT-9/ Guamiranga, com capacidade de retenção de 850.000 m³, no rio Tamanduateí (São Paulo) – R$ 32,4 milhões; e (ii) limpeza e manutenção dos Reservatórios do Alto Tamanduateí, Pirajuçara, Ribeirão Vermelho (municípios do ABC, Osasco, Taboão da Serra, Embu) Municípios do ABC, Osasco, Taboão da Serra, Embu – R$ 42,0 milhões.

Ação 1596 – Atendimento a Municípios

Obras e Serviços de Infraestrutura Hídrica e Saneamento

Ação	Dotação Inicial (a)	Dotação Disponível (b)	Empenhado (c)	Liquidado (d)	% (c/b)	% (d/b)
1596	1.000.000,00	36.400.625,00	35.921.493,81	1.634.236,99	54	4,49

Convênios celebrados com as municipalidades para a execução de obras e serviços voltados à infraestrutura hídrica e ao saneamento básico, tais como: combate a erosão, limpeza, recuperação e canalização de corpos d'água, drenagem pluvial, perfuração de poços profundos e reservatórios para abastecimento público entre outros.

Cabe destacar o reforço orçamentário na dotação inicial desta ação, para contemplar atendimento a convênios que ao final do exercício não se efetivaram.

O DAEE também prestou apoio técnico e operacional aos municípios, por meio dos seus servidores e da cessão de equipamentos ou máquinas pesadas, realizando serviços de campo,

infraestrutura hídrica e saneamento básico, totalizando 49 atendimentos em parceria com 34 Municípios.

Ação 2301 – Parque Várzeas do Tietê

Ação	Dotação Inicial (a)	Dotação Disponível (b)	Empenhado (c)	Liquidado (d)	% (c/b)	% (d/b)
2301	178.796.000,00	158.337.030,00	71.689.790,62	71.689.790,62	45,28	45,28

É o maior parque linear do mundo, com 75 km de extensão e 10.730 hectares de área. Estima-se população diretamente beneficiada pela implantação integral do Projeto em 2,1 milhões de pessoas.

Tem como principal objetivo a preservação das várzeas do rio Tietê, visando restabelecer função para o amortecimento de cheias, por meio de ações voltadas à proteção e à recuperação do ambiente natural. Prevê a promoção de usos sustentáveis e compatíveis, tais como implantação de parques, vias de trânsito local e ciclovias junto aos limites externos, equipamentos de lazer, turismo e cultura, de forma a promover educação ambiental, inclusão social, proteção e recuperação da flora e fauna. Devido à sua extensão e complexidade, a implantação do PVT foi dividida em diversas etapas.

Contrato de Empréstimo e Alteração Contratual

Para viabilizar a implantação da 1ª Etapa, que engloba obras nos municípios de São Paulo e Guarulhos, em 13/07/2011 foi firmado, entre o Governo do Estado de São Paulo (GESP) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Contrato de Empréstimo nº 2500/OC-BR. Entretanto, devido à complexidade do Projeto nestes municípios, em Mai/2013 foi iniciada a negociação de redução do escopo do Contrato de Empréstimo, e consequentemente da área de abrangência do Projeto, limitando-a a 5 áreas passíveis de desapropriação, com obras prioritárias e menor quantidade de famílias a reassentar, correspondendo a 5 Decretos de Utilidade Pública – DUP (Passo 01 de desapropriação). Essa redução tem como objetivo viabilizar a implantação do Projeto, por meio da redução de dependência externa (basicamente composta pelas questões fundiária, habitacional e financeira).

Essa proposta foi desenvolvida em conjunto com o BID, as Secretarias da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo e a Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP). Em 29/04/2014, foi assinado o Instrumento de Alteração Contratual para atualização do custo total da 1ª Etapa do Programa e remanejamento de recursos entre categorias, no valor total de US$ 242,5 milhões, não sendo alterada a participação do Banco (US$ 115,7 milhões).

Execução Financeira

- Recursos – BID: No âmbito do Contrato de Empréstimo, a primeira solicitação de desembolso de recursos foi realizada em setembro de 2012. De 2012 até 31/12/2015, os recursos BID solicitados montam US$ 26.909.363,00 (aproximadamente 24% do total). Deste total, US $23.994.819,67 (equivalente a R$ 61.408.924,76) foram utilizados para pagamento de serviços contratados.
- Recursos – GESP: Os recursos provenientes do Governo do Estado foram utilizados para pagamento de serviços contratados e totalizam US$ 6.396.601,64 (equivalente a R$ 17.431.996,47). Além destes, foram reservados mais de R$ 140.000.000,00 para aquisição de imóveis, cujos efetivos processos de desapropriação foram iniciados em 2015, após atualização de documentação fundiária.

Execução Física

Encontra-se em andamento a 1ª Etapa do Projeto, cujas ações se estendem por 25 km, entre a Barragem da Penha até a divisa com Itaquaquecetuba.

Contratações: No exercício de 2015 foram firmados os seguintes contratos: Implantação do Núcleo (área de recreação) Itaim Biacica - São Paulo; Modelagem adicional de estudos hidrodinâmicos e hidrológicos; e, Avaliação Intermediária do Projeto.

Outros processos licitatórios foram iniciados e/ou continuados em 2015, tais como: Remoção de material de demolição dos imóveis e aterros subjacentes; Obras do Macrodrenagem (Canal de Circunvalação e Reservatório); Implantação do Núcleo (área de recreação) Jd. Any Jaci – Guarulhos; Implantação do Núcleo (área de recreação) Jd. Helena - São Paulo; Recomposição de Matas Ciliares; Serviços de desassoreamento e recuperação de margens do rio Tietê; Projeto Específico para Investigação de Áreas Contaminadas; Elaboração de Estudos de Alternativas e de Concepção de Macro e Microdrenagem; Trabalho Técnico Social para Monitoramento e Avaliação do Plano Executivo de Reassentamento; Auditoria Independente dos exercícios de 2015 até 2017; e, Elaboração de Estudos de Alternativas para Revisão da Implantação da 1ª Etapa.

Convênios: Para possibilitar a execução de obras de drenagem para o controle de enchentes na área crítica da Vila Itaim, em 27/02/2015 foi assinado o Convênio entre o DAEE, DERSA, SIURB, SEHAB e SVMA, tendo como objeto a conjunção de esforços com vistas à elaboração dos projetos e execução das obras e serviços para a construção da Via Parque / Ciclovia – "Polder" Itaim, incluindo as desapropriações dos imóveis, no perímetro das obras, a remoção e o atendimento habitacional da população atingida. Destaca-se que a obra será adaptada à topografia da área, devendo ser executada sob técnica de alteamento, incluindo a construção de equipamentos de micro e macrodrenagem, permitindo, de um lado, o não extravasamento do Rio Tietê, e de outro, a acumulação e posterior bombeamento das águas pluviais para a calha do Rio após o amortecimento do pico de vazão.

Durante 2015 foi dada continuidade ao processo de viabilização do atendimento habitacional de indivíduos ou famílias vulneráveis inseridas na área de abrangências do PVT no município de Guarulhos, conforme convênio celebrado entre DAEE e SH. Para tal, foi realizado o acompanhamento das ações sociais junto à comunidade e das obras do conjunto habitacional "Residencial Lavras".

Desapropriação: Destaca-se que, das cinco áreas prioritárias para desapropriação (Passo 01), duas foram identificadas pela Procuradoria do Patrimônio Imobiliário como pertencentes ao Estado, ambas com Termos de Permissão de Uso publicados (Núcleos Jardim Helena e Itaim Biacica, ambos em São Paulo) e três tiveram os DUP formalizados (Ciclovia, Núcleo Any Jaci, ambos em Guarulhos, e "Pôlder" Itaim, em São Paulo). Os processos de desapropriação encontram-se em andamento, sendo que todas as áreas já possuem empenho realizado.

Obras: Em execução as obras da Via Parque e Ciclovia Guarulhos, com término previsto para Fev/2017.

Os Projetos Executivos dos Núcleos de Lazer, contratados em Abr/2014, foram concluídos, e em 01/12/2015 foi assinado o contrato para execução das obras do Núcleo de Lazer Itaim Biacica em São Paulo. Também estão em andamento os processos licitatórios para contratação dos Núcleos de Lazer Any Jaci e Jardim Helena (Aviso de Licitação publicado em 11/12/2015), respectivamente em Guarulhos e São Paulo.

Foi aprovada pelo BID a inserção da obra do Canal de Circunvalação no bojo do Programa em substituição às obras de macro e micro drenagem previstas no Programa. Também foram incorporados ao Programa os serviços técnicos para desassoreamento e recuperação de margens do rio Tietê. Ambos os processos licitatórios encontram-se em andamento.

Ação 2500 – Macrodrenagem do Rio Baquirivu-Guaçu

Ação	Dotação Inicial (a)	Dotação Disponível (b)	Empenhado (c)	Liquidado (d)	% (c/b)	% (d/b)
2500	155.440.000,00	75.439.769,00	-	-	-	-

O empreendimento envolve a canalização de 20 km do rio Baquirivú – Guaçu,a recuperação das várzeas e a implantação de Parque Linear, além da construção de 5 piscinões, área de lazer e equipamentos esportivos, com prazo previsto de conclusão para 2018.

Seu valor foi estimado em US$ 444,4 milhões, sendo US$ 240,4 milhões do Governo do Estado de São Paulo e US$ 204 milhões da CAF - Corporación Andina de Fomento.

Entretanto o projeto esteve temporariamente suspenso, em face da diminuição da arrecadação financeira do Estado de São Paulo.

Essa situação levou à necessidade de abrir renegociações com a instituição financeira, vislumbrando inclusive a possibilidade de transferência parcial desses recursos financeiros para custear a construção da barragem Duas Pontes no rio Camanducaia, município de Amparo, e Barragem Pedreira, no rio Jaguari, municípios de Pedreira e Campinas, com o objetivo de aumentar a oferta de água, que se fez urgente, devido à crise hídrica enfrentada pelo Estado de São Paulo, por conta das mudanças climáticas.

Ação 4029 – Preservação e Conservação de Várzeas

Ação	Dotação Inicial (a)	Dotação Disponível (b)	Empenhado (c)	Liquidado (d)	% (c/b)	% (d/b)
4029	9.894.915,00	10.527.199,00	9.757.046,55	9.757.046,55	92,68	92,68

Parque Ecológico do Tietê – PET: Como subproduto das obras de retificação do rio Tietê, concebeu-se o Parque Ecológico do Tietê, proposta urbanística da maior significância para a região metropolitana de São Paulo.

Tem como principal característica a absorção de uma grande quantidade de água que escoa pelo rio Tietê no período das cheias nos seus 14 milhões de m2, amenizando assim o impacto das enchentes na capital de São Paulo.

Desde a sua inauguração, teve como objetivo a recomposição da mata atlântica, servindo também como local de pesquisas de alunos da USP/Leste e outras universidades.

Além de sua função de preservar a fauna e a flora do rio, o Parque Ecológico do Tietê proporciona aos seus usuários uma série de atividades culturais, educacionais, recreativas, esportivas e de lazer, recebendo mensalmente cerca de 300 mil visitantes que frequentam regularmente seus Centros de Lazer.

O Parque pode hoje ser considerado um grande laboratório de educação e cultura com vistas ao estudo do meio ambiente. Dentre suas múltiplas atribuições e a gama de equipamentos sociais disponíveis, cabe se destacar: Centro Cultural do Rio Tietê, Centro de Recuperação de Animais Silvestres, Viveiros de Mudas englobando espécies variadas, Programa de Educação Ambiental, Trilhas de caminhadas a Pé, Teatro de Arena, Academia, Anfiteatro, Salão de Ginástica e Dança, Pista de Cooper com extensão de 4,5 Km, Pista de Bicicross, Palco ao ar livre, Quadras Poliesportivas, Campos de Futebol, Conjunto Aquático compreendendo uma Piscina Olímpica e dois Balneários, Playgrounds, Sanitários, Vestiários, Ambulatórios, Quiosques, Churrasqueiras e Bosques com Lago.

Ação 4033 – Manutenção, Operação e Implantação de Estruturas Hidráulicas

Ação	Dotação Inicial (a)	Dotação Disponível (b)	Empenhado (c)	Liquidado (d)	% (c/b)	% (d/b)
4033	12.200.000,00	7.909.746,00	7.324.579,22	6.427.473,42	92,6	81,26

A ação se desenvolve apenas com recursos do Tesouro do Estado, que em 2015 teve contingenciamento da dotação inicial de 25%, passando de R$ 12,2 milhões para R$ 7,9 milhões. Se considerada a dotação disponível, o nível de realização atingiu 81,26%

Barragem do Valo Grande: execução de obras civis para instalação do sistema eletromecânico das comportas, recuperação das estruturas de concreto, das margens do canal Valo Grande e urbanização do barramento já existente. Obras iniciadas em abril/2010, com execução de 90%. Valor do investimento: R$ 8,6 milhões.

Ação 6157 – Manutenção e Conservação da Calha do Tietê

Ação	Dotação Inicial (a)	Dotação Disponível (b)	Empenhado (c)	Liquidado (d)	% (c/b)	% (d/b)
6157	174.700.000,00	100.888.970,00	100.880.958,35	100.307.720,30	99,99	99,42

Rio Tietê – Desassoreamento: Com desembolso da ordem de R$ 74,8 milhões, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Lote 1- Barragem Edgar de Souza até a Barragem Móvel: valor total: R$ 22,2 milhões. Desassoreado em 2015: 451.874m³;
- Lote 2- Barragem Móvel até a Barragem da Penha: valor total: R$ 20,5 milhões. Desassoreado em 2015: 346.788 m³.
- Lote 3- Barragem da Penha até o Córrego Três Pontes: valor total: R$ 32,1 milhões. Desassoreado em 2015: 367.309 m³.
- Lote 4- Desassoreamento de um novo trecho do rio Tietê, com 44,2 km de extensão, passando por cinco municípios da RMSP (Região Metropolitana de São Paulo): Guarulhos (na margem direita do rio), Itaquaquecetuba, Poá, Suzano e Mogi das Cruzes: o investimento é de R$ 38 milhões e os estudos prevêem a remoção de 432 mil m3 de material assoreado (areia e argila), de detritos diversos (lixo e materiais não inertes), assim como a desobstrução do rio para facilitar sua navegação e manutenção. Os trabalhos têm previsão de execução de 12 meses, a partir da assinatura do contrato. Está em andamento a obtenção das Licenças Ambientais necessárias.

Desassoreamento - rios e córregos:

- Desobstrução, limpeza e desassoreamento do Rio Tietê em um trecho de 5 Km a partir do canal de adução da SABESP em Biritiba Mirim, e do Rio Paraitinga em um trecho de 5 Km a partir de sua foz com o Rio Tietê, no Município de Biritiba Mirim. Valor do contrato: R$ 6,5 milhões. Volume a ser desassoreado: 60.000 m³. Prazo contratual: 14 meses. Licenciamento Ambiental concluído com trabalhos em andamento.
- Contratação de serviços de limpeza e desassoreamento do Ribeirão Taiaçupeba Mirim, no trecho compreendido entre a Estrada do Pouso Alegre na Vila Luzitânia e a travessia da Rodovia Índio Tibiriçá (SP-31), no Município de Ribeirão Pires. Extensão: 2.000 m. Volume de desassoreamento: 7.000 m³. Prazo de execução: 2 meses. Valor do Contrato: R$ 1.525.000,00.
- Concluído o desassoreamento do Rio Juquery – Caieiras e Franco da Rocha – valor investido de R$ 40,3 milhões e volume de 452.182 m3;
- Concluído o desassoreamento do Ribeirão Carapicuíba –São Paulo - valor investido de R$ 21,06 milhões e volume de 333.187 m3;

Programa 3913 – Planejamento e Administração dos Recursos Hídricos

O Programa prevê o desenvolvimento de ações da política estadual de recursos hídricos, voltadas ao planejamento e à administração do aproveitamento sustentável dos recursos hídricos do estado, de acordo com o objetivo expresso na Lei estadual nº 7.663/91.

Ação 1624 – Controle e Uso das Águas Superficiais e Subterrâneas

Ação	Dotação Inicial (a)	Dotação Disponível (b)	Empenhado (c)	Liquidado (d)	% (c/b)	% (d/b)
1624	50.283.529,00	14.744.749,00	7.245.715,86	7.245.715,86	49,14	49,14

Face às restrições orçamentárias e a repriorização decorrente foram remanejados recursos da dotação inicial do Tesouro do Estado desta ação, para suprir necessidades de outras ações do orçamento do DAEE.

- Recursos Hídricos - No decorrer de 2015 foi dado prosseguimento às atividades de gerenciamento dos recursos hídricos, apresentando os seguintes resultados:

- Expedição de 12.245 atos de outorga de direito de uso de água, de implantação de empreendimentos, cadastros de usos isentos de outorgas, licenças de execução ou operação para poços profundos e interferências;

- Manutenção e atualização do cadastro 151.185 registros de usos ou interferências;

- Disponibilização de Ato Convocatório dos Comitês Baixo Pardo/ Grande; Mogi Guaçu; Pardo e Sapucaí-Mirim/Grande.

- Conclusão em Jul/2015, com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos, da Complementação do Sistema de Outorga Eletrônica; investimento total de R$ 3,0 milhões, incluindo a aquisição de equipamentos e softwares.

- Contratação da ativação do Sistema de Outorga Eletrônica, com disponibilização via Web, a partir de abril de 2016, para os usuários de recursos hídricos; investimento total de R$ 1 milhão.

- Contratação, com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO, do Sistema de Suporte à Decisão SSD – Balanço Hídrico – DAEE/Web. Investimento total de R$ 800 mil.

Barragens Duas Pontes e Pedreira – Bacias dos rios Piracicaba, Capivarí e Jundiaí – PCJ

R$ Mil

Atividade	Município	Investimento (contratos)	Desembolso 2015
Barragem Duas Pontes e Pedreira – Projeto Executivo e EIA-RIMA	Amparo, Pedreira e Campinas	14.822,31	4.118,10
Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental do Sistema Adutor Regional PCJ – SARPCJ	Municípios das Bacias PCJ	2.692,68	648,31
Levantamento cadastral e avaliação mercadológica para implantação da Barragem Duas Pontes	Amparo	390	112,24
Levantamento cadastral e avaliação mercadológica para implantação da Barragem Duas Pontes	Pedreira e Campinas	440	124,71
Elaboração de estudos técnicos, projeto executivo de obras e licenciamento ambiental para implantação de emissário de efluentes líquidos de esgotos do distrito industrial	Itirapina	390,63	

Atividade	Município	Investimento (contratos)	Desembolso 2015
Elaboração de estudos técnicos, projeto executivo de obras de contenção de processos erosivos, plano de recuperação de áreas degradadas e licenciamento ambiental	Itirapina	472,5	
Elaboração de Plano de Gestão Integrada de Drenagem para a Bacia Hidrográfica do Córrego dos Índios	Arujá e Santa Isabel	492,87	
Avaliação de rupturas na estrutura do canal do rio Tamanduateí e inspeção preventiva ao longo do trecho canalizado.	São Paulo e São Caetano do Sul	506,5	429,25
Total		**20.207,49**	**5.432,61**

Ação 1625 – Planejamento dos Recursos Hídricos

Ação	Dotação Inicial (a)	Dotação Disponível (b)	Empenhado (c)	Liquidado (d)	% (c/b)	% (d/b)
1625	26.299.062,00	26.024.062,00	897.442,21	404.574,92	3,45	1,55

Apoio ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SIGRH, ao Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos – CORHI, às Câmaras Técnicas do CRH e CNRH, e aos GTs a elas vinculadas.

• Terminaram em 2015 os empreendimentos "Cadastramento de Pontos de Erosão e Inundação", "Parametrização Hidroagrícola para a Racionalização de Rec. Hídricos na Agricultura de São Paulo";

• Tiveram prosseguimento em 2015 a "Delimitação de Áreas de Restrição e Controle de Captação e Uso das Águas Subterrâneas – Lote 01 Bauru", previstos no Plano da Macrometrópole, e a "Delimitação de Áreas de Restrição e Controle de Captação e Uso das Águas Subterrâneas – Lote 02 Paraíba do Sul".

A baixa realização de 2015 em relação à dotação inicial deveu-se fundamentalmente pelo não ingresso dos recursos próprios inicialmente previstos (cerca de R$ 25,2 milhões de dotação inicial x R$ 20,8 mil liquidado).

Ação 5416 – Monitoramento dos Recursos Hídricos

Ação	Dotação Inicial (a)	Dotação Disponível (b)	Empenhado (c)	Liquidado (d)	% (c/b)	% (d/b)
5416	7.436.401,00	7.186.401,00	7.995,00	7.995,00	0,11	0,11

- Sistema de Alerta e Prevenção de Enchentes:

• Operação e manutenção das Redes Telemétricas de Cubatão, Paraíba do Sul, Piracicaba, Ribeira de Iguape e Piscinões DAEE. Municípios: Regiões Metropolitanas de São Paulo, Baixada Santista, Campinas e Vale do Paraíba do Sul e Municípios do vale do Ribeira no valor de - R$2.673.644,87 em 2014, R$3.180.511,56 em 2015 e R$2.971.174,92 para 2016.

• Operação e Manutenção do Radar 600S-Selex, Banda S, 850 KW, Doppler, Dupla Polarização, fornecendo informações de chuva para a faixa Leste do Estado de São Paulo (Salas de Situação: BMT/PCJ; BAT, CTH, BPB e BRB). São 220 municípios monitorados pelo Radar do DAEE: (raio 240 Km a partir de Biritiba Mirim, Área = 180.996,7 Km²)

• Acompanhamento e divulgação diária de boletins / relatos de eventos chuvosos na RMSP e Baixada Santista.

Programa 3932 – Planejamento e Promoção do Saneamento no Estado

O Programa tem como principal objetivo a modernização e adequação dos mecanismos de atuação do estado ao marco regulatório para apoiar e desenvolver o setor de saneamento.

Ação 2144 – Apoio à Elaboração e Execução dos Instrumentos de Planejamento e Gestão em Saneamento

Ação	Dotação Inicial (a)	Dotação Disponível (b)	Empenhado (c)	Liquidado (d)	% (c/b)	% (d/b)
2144	500.000,00	389.546,00	389.447,10	389.447,10	99,97	99,97

- Apoio à elaboração de Planos Municipais de Saneamento – PMS: Visa garantir aos municípios paulistas as melhores condições técnicas para a elaboração de planos de saneamento consistentes, articulados com as disposições relativas aos recursos hídricos e ao desenvolvimento urbano, de forma a tornar viável o cumprimento das exigências do novo contexto legal e institucional do setor. Os planos contemplam diagnósticos com análise, propostas e definição das necessidades de investimento para a universalização do acesso aos serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais.

Realização: Em face das restrições orçamentárias de 2015, esta ação foi contemplada com recursos sensivelmente reduzidos, apenas R$ 500 mil, sendo 25% contingenciados. Mesmo assim, a Coordenadoria de Saneamento – CSAN realizou pesquisa sobre a situação do saneamento básico em diversos municípios do Estado, com o propósito de replanejar as ações da Pasta voltadas ao Programa. A meta é atender a todos os municípios que ainda não concluíram a elaboração do seu Plano Municipal de Saneamento.

- CONESAN – Conselho Estadual de Saneamento: Órgão de caráter consultivo e deliberativo, de nível estratégico para a definição e implementação da política de saneamento básico do Estado, atua de forma cooperativa entre estado, municípios e a sociedade civil.

Realização: em 15/12/2015 ocorreu a 5ª Reunião Ordinária do Conselho, com deliberações do plenário para a indicação de representantes para o Conselho de Orientação do Saneamento Básico da ARSESP - Agencia Reguladora do Saneamento e Energia do Estado de São Paulo e para adoção de medidas regulatórias em situação crítica de crise hídrica.

- Sistema Estadual de Informações de Saneamento-SIS/SP: Projeto de formação de um Índice Municipal de Saneamento – IMS envolvendo indicadores das quatro áreas do saneamento básico – água, esgotos, resíduos sólidos e drenagem urbana, que proporcione avaliação clara da situação dos serviços de saneamento para uso das administrações públicas e da população em geral.

Realização: em 2015 iniciou-se a elaboração do Termo de Referência para contratação de consultoria para assessoria na formatação do sistema de informação, o qual disponibilizará dados estatísticos e indicadores da situação do saneamento básico dos municípios paulistas.

Ação 2145 – Sanebase - Desenvolvimento de Saneamento Básico

Ação	Dotação Inicial (a)	Dotação Disponível (b)	Empenhado (c)	Liquidado (d)	% (c/b)	% (d/b)
2145	2.300.000,00	1.742.954,00	11.697.294,88	1.678.373,58	97,38	96,29

Transferência de recursos para execução de obras e/ou serviços de saneamento básico, mediante convênios firmados entre o Governo do Estado/Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos e os municípios que operam diretamente seus sistemas de água e esgoto ou por intermédio de autarquias municipais (serviços autônomos), tendo a Sabesp como órgão técnico do Programa.

Realização: Embora grande parte da dotação inicial desta ação tenha sofrido contingenciamento de 25% (na parcela de custeio o contingenciamento foi de 20%), com os recursos disponíveis em 2015, foram celebrados 6 (seis) convênios, com aplicação de recursos da ordem de R$ 4,6 milhões, beneficiando cerca de 105 mil habitantes dos municípios de Bilac, Brodowski, Ibirarema, Itapira, Ourinhos e Pirassununga.

Ação 1154 – Operacionalização do FESAN – Fundo Estadual de Saneamento

Ação	Dotação Inicial (a)	Dotação Disponível (b)	Empenhado (c)	Liquidado (d)	% (c/b)	% (d/b)
1154	10	-	-	-	-	

O FESAN é um fundo rotativo de modo a gerar recursos financeiros permanentes para o saneamento e pauta suas ações no que foi determinado na lei de sua criação, restringindo- as aos termos da legislação específica.

O Fundo ainda não foi regulamentado, sendo necessária a implementação de mecanismos que possibilitem a disponibilidade de recursos financeiros que irão beneficiar o setor de saneamento no Estado de São Paulo. Sua regulamentação deve contemplar todos os aspectos definidos pela legislação em vigor, de modo a propiciar maior transparência, eficiência e efetividade às ações a serem realizadas nos programas de saneamento básico, visando à universalização dos serviços.

Em 2015 a dotação desta ação foi simbólica.

Ação 2080 – Saneamento Rural e Pequenas Localidades Isoladas (Água é Vida)

Ação	Dotação Inicial (a)	Dotação Disponível (b)	Empenhado (c)	Liquidado (d)	% (c/b)	% (d/b)
2080	-	-	-	-	-	

A ação prevê a utilização de recursos destinados ao atendimento das localidades de pequeno porte, predominantemente ocupadas por população de baixa renda para implementação de obras e serviços de infraestrutura, instalações operacionais e equipamentos, visando a universalização do acesso aos serviços públicos de saneamento.

Realização: em face da indisponibilidade de recursos orçamentário-financeiros em 2015, não foram celebrados novos convênios no âmbito desta ação.

Ação 2081 – Recuperação das Águas Paulistas

Ação	Dotação Inicial (a)	Dotação Disponível (b)	Empenhado (c)	Liquidado (d)	% (c/b)	% (d/b)
2081	119.520.000,00	112.189.370,00	95.540.016,36	61.759.352,71	85,16	55,05

Trata-se de programa de estímulo financeiro à recuperação da qualidade e à conservação de recursos hídricos baseado em resultados, com desembolsos efetuados mediante a verificação do cumprimento de metas contratuais previstas. Essa forma de pagamento inovadora garante a remuneração do benefício que as obras efetivamente trazem à sociedade e incentivando projetos racionais e eficientes que geram resultados a custos reduzidos e sem capacidade ociosa.

Financiado pelo BIRD, o Programa apresenta os seguintes componentes: Componente 1: ações de redução de perdas em sistemas de abastecimento de água, uso racional de água em escolas públicas e reuso de efluentes tratados; Componente 2: ações de redução da poluição por coleta e tratamento de esgotos; Componente 3: ações de melhoria da capacidade técnica e institucional dos Prestadores de Serviço de Saneamento por meio de treinamentos e apoio de consultores especializados; e, após o aditamento realizado em 2015, Componente 4: ações emergenciais para sistemas de abastecimento de água que incluem obras de coleta e afastamento de esgoto em regiões próximas aos sistemas produtores de água na Região Metropolitana de São Paulo e redução da demanda de água por modernização dos equipamentos hidráulicos (principalmente bacias sanitárias) usados em habitações de interesse social (CDHU) em regiões abastecidas por sistemas produtores de água mais afetados pela crise hídrica. Para as ações listadas dos componentes 1 e 2, os municípios e entidades operadoras de serviços de saneamento puderam participar mediante atendimento a edital público, avaliação e priorização de projetos, em conformidade com as regras do Programa acordadas com o agente financiador.

Para apoiar a SSRH na verificação de resultados e gerenciamento do Programa, foram contratados o agente verificador, gerenciadora e auditorias (conforme o Componente 3). Neste terceiro componente estão as ações de capacitação que são oferecidas aos prestadores de serviço de saneamento participantes do Programa. A escolha das ações do Componente 4 esteve relacionada com a crise hídrica enfrentada pelo Estado de São Paulo e possibilitou uma integração entre as ações do Programa REÁGUA e Programa Mananciais. Com o aditamento, o prazo de execução do REÁGUA foi estendido de novembro de 2015 para maio de 2017.

Ao final da implantação das ações do Programa REÁGUA, espera-se que a recuperação de água, em quantidade ou em qualidade, alcance cerca de 47 milhões de m³/ano.

Resultados Parciais:

Componente 1 - Controle e Redução de Perdas: Como resultado das ações de combate a perdas, foram concluídos 9 contratos e há 4 contratos em execução, com redução até o momento de 31,8 milhões de m³ de água/ano. Houve cancelamento de 2 contratos.

Componente 1 - Uso Racional da Água: Em Campinas, Indaiatuba e Guarulhos foram implementadas ações em 245 escolas mediante substituição de torneiras, válvulas de descarga, etc., e educação ambiental para funcionários e alunos. Metade destas escolas deverá ter suas metas de economia de água aferidas em dezembro de 2015 e a outra metade deverá aguardar os primeiros meses letivos de 2016 para confirmar se as metas de redução de consumo foram atingidas.

Componente 1 - Esgotos: Foram concluídas e operacionalizadas pela Sabesp três Estações de Tratamento de Esgotos - ETE, nos municípios de Anhembi, Boituva e Conchas, que atenderão 34 mil pessoas no final de plano. Apenas a ETE de Conchas teve verificada a sustentabilidade da sua operação demonstrando que o tratamento realizado atende os critérios de volume e qualidade estipulados no contrato. Como meta do programa, a ETE de Conchas recupera 0,7 milhões de m³ de água por ano. Há contratos em andamento, com destaque para aqueles das ETEs em Araçariguama e Alumínio (ambas da Sabesp) e em Campinas, cujos resultados serão aferidos no exercício de 2017.

Programa 3933 – Universalização do Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

O Programa visa atender às populações na área de atuação da SABESP, com abastecimento de água, esgotamento sanitário e tratamento destes esgotos, proporcionando a melhoria das condições sanitárias e da qualidade do meio ambiente, de forma sustentável, resultando na melhora da qualidade de vida da população e produzindo efeitos multiplicadores nos âmbitos socioeconômico e ambiental.

A Sabesp, quinta maior empresa de saneamento do mundo em população atendida, de acordo com a 14ª edição (2012-2013) do anuário Pinsent Masons Water Yearbook, prosseguiu no desenvolvimento de sua missão de prestar serviços de saneamento, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente, investindo para potencializar suas ações na efetivação de sua visão de futuro de ser referência mundial na prestação de serviços de saneamento, de forma sustentável, competitiva e inovadora, com foco no cliente. Há que se destacar a atuação da companhia no enfrentamento da crise hídrica desde 2014, feita com sucesso através de investimentos em obras e gestão do sistema de abastecimento de água, principalmente da Região Metropolitana de São Paulo.

I - Modernização da Gestão E Investimentos

Em 2015, a Sabesp focou sua atuação em Programas Estruturantes, cujos principais resultados e investimentos *(valor financeiro; não contábil)* estão descritos a seguir:

Ação 1602 - Abastecimento de Água

- **Programa Metropolitano de Água:** Com o objetivo de melhorar o abastecimento de água da Região Metropolitana de São Paulo, a Sabesp implementou, em 1998, o Programa Metropolitano de Água para, inicialmente, eliminar as intermitências no abastecimento e melhorar o fornecimento regular de água a toda a Região Metropolitana de São Paulo. Esta primeira fase do programa terminou em 2000 e o sistema de rodízio de água foi eliminado.

A segunda fase do Programa, que originalmente visou aumentar a capacidade de produção em 13,2 m3/s, começou em 2006 e foi concluída em 2014. Desde então, houve um aumento de 7,1 m3/s na capacidade de produção de água, dos quais 5 m³/s por meio da Parceria Público Privada, ou “PPP”, do Alto do Tietê concluída em 2011.

Em 2013, a Sabesp iniciou a terceira fase do Programa, através da qual pretende-se aumentar a capacidade de produção de água em 9,5 m³/s na região metropolitana de São Paulo até 2018, através do início de operação do novo sistema São Lourenço.

Somente este novo sistema vai aumentar a capacidade de produção de água em 6,4 m³/s, beneficiando uma população de aproximadamente 1,5 milhão de pessoas. Estas obras foram iniciadas em 2014 e têm a previsão de início de operação para o final de 2017.

Além dos recursos investidos através da PPP neste novo sistema de abastecimento, a Sabesp investiu entre 2014 e 2015, aproximadamente R$730 milhões para enfrentar a estiagem e aumentar a segurança hídrica.

Importantes ações para superar a crise hídrica na Região Metropolitana de São Paulo foram executadas, tais como:

i) obras para utilização das Reservas Técnicas dos Sistemas Cantareira e Alto Tietê;

ii) nova adutora Rio Grande (concluída em abril), com 2,1 quilômetros de extensão interligando o Sistema Rio Grande à zona sul da capital para atendimento de 250 mil pessoas, permitindo redirecionar água do Sistema Guarapiranga para áreas atendidas pelo Cantareira;

iii) nova ligação (concluída em maio) entre duas adutoras na Vila Ema, permitindo o envio de 500L/s do Sistema Rio Claro para bairros da zona leste de São Paulo, abastecendo assim 200 mil pessoas antes servidas pelo Cantareira;

iv) transferência de 1.000 L/s do rio Guaió (concluída em junho), em Suzano, para a represa Taiaçupeba - Sistema Alto Tietê, com 9 quilômetros de adutoras e uma estação de bombeamento;

v) ampliação da captação no rio Guaratuba para o Sistema Produtor Alto Tietê;

vi) interligação do Rio Pequeno-Rio Grande à represa Taiaçupeba (concluída em setembro), compreendendo a construção de duas adutoras de 10,5 quilômetros de extensão e estação elevatória movida a gás natural; e

vii) aumento da capacidade da estação de tratamento de água Rodolfo José da Costa e Silva – ABV de 14 m³/s para 16 m³/s (+1 m³/s em 2014 e +1 m³/s em setembro de 2015), com a instalação de membranas ultrafiltrantes, permitindo atender mais 800 mil pessoas através do Sistema Guarapiranga, reduzindo ainda mais a dependência do Sistema Cantareira.

Também destacamos a Interligação das Represas Jaguari e Atibainha, empreendimento estratégico e prioritário para garantir a segurança hídrica da Região Metropolitana de São Paulo. Com investimentos de R$ 555 milhões entre 2016 e 2017, esta obra vai possibilitar a transferência de uma vazão média de 5,13 m³/s de água da Represa Jaguari, da Bacia do Paraíba do Sul, para a Represa Atibainha, integrante do Sistema Cantareira, maior sistema produtor de água da RMSP.

Futuramente, a transferência de água funcionará também no sentido contrário, otimizando a capacidade de reservação de ambos os reservatórios, beneficiando também a população do Vale do Paraíba.

Em 2015 foi formalizado o contrato de financiamento do empreendimento com o BNDES e a contratação integrada para detalhamento do projeto executivo e execução das obras pelo Regime Diferenciado de Contratação, além da aprovação do EIA /RIMA e emissão da Licença Prévia.

Os estudos para detalhamento executivo dos projetos já foram iniciados e as obras têm previsão de início para o 1º Trim/2016.

- **Água no Litoral:** O programa beneficia aproximadamente 3 milhões de pessoas, incluindo moradores e turistas que visitam a região e tem a finalidade de aumentar o nível de confiabilidade dos sistemas de abastecimento de água da Baixada.

As ações na Baixada Santista incluíram a construção da ETA Itu, em São Vicente, da ETA Antas, em Mongaguá, e de outras duas ETAs em Bertioga. Incluiu também a adutora de interligação Melvi a Humaitá em São Vicente, além do reservatório Melvi de 20 mil m³ em Praia Grande e de 12 mil m³ em Bertioga. No Litoral Sul, foi feita a duplicação do sistema integrado Iguape-Ilha Comprida, visando aumentar a confiabilidade do abastecimento no período de temporada. O investimento total em 2015 foi de aproximadamente R$ 68 milhões.

- **Programa Corporativo de Redução de Perdas de Água:** Este programa teve início em 2009, com prazo previsto de 12 anos. O Programa visa reduzir a perda de água por ligação de 436 litros diários (dezembro de 2008) para 280 litros diários por ligação até 2020. Em 2014, a perda de água foi de 319 litros por ligação por dia, o índice de perda de água faturada foi 21,3% e o índice de perda de água total medido foi em média de 29,8%. Em virtude do impacto negativo da atual crise hídrica sobre nossa receita em 2014 e 2015 e da necessidade de priorizar os investimentos na produção de água, o escopo e as metas de nosso Programa Corporativo de Redução de Perdas de Água estão sendo revistos. O programa conta com financiamento da JICA, da Caixa e do BNDES, além de recursos próprios, e tem previsão de investimento de R$ 6,7 bilhões.

Ação 2147 - Coleta de Esgotos

Ação 1603 - Tratamento dos Esgotos Coletados

- **Programa de Água do Interior:** A Sabesp opera em 310 municípios no interior do Estado de São Paulo, onde os serviços de abastecimento de água são considerados universalizados. No entanto, a estiagem vivenciada em 2014/2015 também afetou diversas regiões, secando rios e esvaziando reservatórios, o que demandou ações emergenciais para a manutenção da regularidade do abastecimento de 1,2 milhão de pessoas. Foram construídas 55 captações emergenciais em 26 municípios cuja situação era de maior gravidade.Tais ações também demandaram o assentamento de mais de 100 quilômetros de adutoras e resultaram na

ampliação da capacidade de produção a partir de novos pontos de captação em mais de 1,8 m³/s, afastando a possibilidade de racionamento de água nesses municípios.

- **Programa de Esgotos do Interior:** Em 2015 foram investidos aproximadamente R$ 160 milhões. Também estão sendo construídas 27 novas estações para ampliar o tratamento de esgotos em 25 municípios. Com isso, a vazão de tratamento será ampliada em aproximadamente 800 l/s, beneficiando diretamente 300 mil pessoas.

- **Projeto Tietê:**

Em sua terceira fase ora em andamento, o Projeto Tietê tem como objetivo melhorar a qualidade da água na bacia do rio Tietê, expandindo os níveis de coleta para 87% e os níveis de tratamento de esgoto para 84% na região metropolitana de São Paulo. O custo total estimado nessa fase é de cerca de US$2 bilhões, dos quais US$600 milhões serão financiados por um empréstimo do BID efetivado em Set/2010 e aproximadamente R$1,35 bilhão por um empréstimo do BNDES celebrado em Fev/2013. A terceira fase consiste principalmente dos seguintes itens:

- Melhorias no sistema de coleta de efluentes através de redes coletoras e ligações domiciliares;

- Remoção e transporte dos efluentes para tratamento através de coletores-tronco e interceptores;

- Ampliação e construção de novas estações de tratamento de esgoto na região metropolitana de São Paulo.

Aproximadamente 47% das obras foram concluídas e 28% estão em fase de execução. Após a conclusão da terceira etapa do Projeto, o sistema de coleta de esgoto irá atender um adicional de 1,5 milhão de pessoas e o sistema de tratamento de esgoto vai atender um adicional de 3,0 milhões de pessoas. Somente em 2015 foraminvestidos aproximadamente R$ 370 milhões.

Em 2015, o total aproximado de investimento é de R$ 370 milhões. A Sabesp prossegue no esforço para eliminar a disposição de esgotos in natura nos rios da região metropolitana de São Paulo e estrutura agora a quarta e última etapa do Projeto Tietê. O custo total estimado dessa fase é US$ 2 bilhões. Entretanto, frente à atual estiagem e à necessidade de priorizar investimentos em água, o planejamento do projeto está sendo revisto.

- **Onda Limpa:** A universalização da coleta e tratamento de esgotos em toda a Baixada Santista e no Litoral Norte deverá ser atingida em meados da próxima década, com efeitos positivos também sobre a qualidade das águas das praias paulistas e sua balneabilidade. A atividade turística nesta que é atualmente uma das regiões de maior crescimento no país, também será beneficiada. Os recursos têm origem na própria companhia, em empréstimos concedidos pela Jica, em recursos oriundos do FGTS e de financiamentos concedidos pelo BNDES e pela Caixa. Em 2015, foram investidos aproximadamente R$180milhões neste programa.

- **Córrego Limpo:** Até o momento, o Programa já despoluiu 148 córregos, encaminhando uma vazão de aproximadamente 1.500 litros por segundo de esgotos para tratamento, em uma área de aproximadamente 200 km² no município de São Paulo, com investimentos por parte da Sabesp da ordem de R$ 100 milhões. A população beneficiada é de 2,2 milhões de habitantes, com investimento previsto em 2015 de 3,8 milhões. Atualmente a Sabesp está em tratativas com a Prefeitura do Município de São Paulo para renovação do termo de cooperação e desenvolvimento de uma nova fase do Programa Córrego Limpo.

- **Se Liga na Rede:** Até 2015, já foram realizadas mais de 22 mil ligações em 98 municípios paulistas, com investimento de aproximadamente R$ 54 milhões. Cerca 100 milhões de litros de esgotos deixaram de ser lançados por mês in natura em rios e córregos.

II - Desempenho Operacional

A Sabesp opera atualmente 364 municípios no Estado de São Paulo, abastecendo diretamente cerca de 25,5 milhões de paulistas e vendendo água tratada a municípios que operam seus sistemas (aproximadamente 3,1 milhões de pessoas) por meio de sua infraestrutura de distribuição que atinge 72 mil quilômetros extensão. Além disso, cerca de 22,8 milhões de habitantes do Estado tem seus esgotos coletados por meio de uma infraestrutura de

esgotamento sanitário que conta com 49 mil quilômetros de redes de coleta, emissários e interceptores de esgoto. O quadro funcional da Companhia, em Dez/15, é de 14.223 empregados, representando um decréscimo de 3,6% em relação a Dez/2014. Em 2015, a Sabesp renovou o seu quadro de pessoal, com: -contratação de 53 empregados, reintegração de 21 empregados, incorporação de 226 empregados da EAED – Empresa de Água e Esgoto de Diadema (ex-Saned) e desligou 832 empregados.

Dessa forma, a evolução do índice de produtividade pode ser observada a seguir:

Indicador	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Ligações por empregado (1)	849	900	919	948	1.008	1.074

(1) Ligações totais de água + ligações totais de esgotos / número de empregados próprios

Com relação aos principais indicadores definidos no planejamento estratégico, as metas definidas no ciclo 2011/2020 e as realizações em 2015 seguem na tabela a seguir:

Indicador	Meta	Realizado
	para 2015	2015
Nº de Novas Ligações de água (lig. x 1.000)	177	226
Nº de Novas Ligações de esgoto (lig. x 1.000)	242	226
Atendimento em Água (%)	100%	Tendendo à universalização
Atendimento em coleta de esgoto (%)	86,00%	85%
Tratamento dos esgotos coletados (%)	81,00%	77,90%
Índice de Perdas de Medição (%)	29,70%	28,3%(1)

(1) Valor de setembro de 2015, indicador divulgado trimestralmente conforme Legislação Societária.

III - Desempenho Econômico (Balanço 2015 - 3ºtri):

Até setembro de 2015, a Companhia obteve um lucro líquido de R$ 75,3 milhões, um recuo de 91,4% em comparação ao mesmo período de 2014.

Valores em R$ milhões	Jan-Set/15(3)	Jan-Set/14	Variação
Receita Operacional Líquida[1]	8.488,50	8.369,60	1,4
Custos e Despesas[1]	6.279,70	6.674,20	-5,9
EBITDA Ajustado[2]	3.017,10	2.419,90	24,7
Lucro Líquido	75,3	871,5	-91,4

(1)Receita Operacional Líquida e Custos e Despesas incluem receita e custos de construção, respectivamente.

(2)EBITDA Ajustado: Earnings Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortization (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização)

(3)Valores referentes à realização de setembro/2015, em face da divulgação dos dados anuais ocorrer juntamente com a divulgação de resultados, conforme Legislação Societária.

IV - Fontes de Recursos

Para garantir os investimentos necessários à universalização dos serviços no Estado de São Paulo, a Companhia continuou buscando as fontes de recursos mais adequadas ao perfil dos seus negócios, cujos resultados são descritos a seguir:

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Em 2015 foi firmada uma operação no valor de R$ 747 milhões. Esta contratação foi objeto da seleção extraordinária do Ministério das Cidades, destinada à execução da Interligação do Jaguari-Atibainha. O prazo total é de até 240 meses, com carência de 36 meses.

Com base em comprovações de investimentos feitos em obras do Litoral Norte, Vale do Paraíba e Mantiqueira e na bacia do PCJ, em julho de 2015, em continuidade ao processo de integralização e subscrição das debêntures da 18ª Emissão, com valor total de aproximadamente R$ 275,4 milhões, foram subscritas pelo BNDES 14 debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real, da 3ª série emitida em Dez/2013, integralizando o valor aproximado de R$ 39,1milhões.

Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD

Em Set/2015 foi aditado o contrato de financiamento com o banco, prorrogando o prazo de desembolso dos recursos do financiamento para 30 de março de 2017 e readequado o programa para apoiar a Sabesp no enfrentamento da crise hídrica. As demais condições do financiamento permanecem inalteradas.

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP

Em Out/2015, foi firmado contrato de financiamento junto à FINEP no valor de R$ 48,3 milhões com o objetivo de custear parcialmente a execução de Plano Estratégico de Inovação. A operação possui prazo de carência de 30 meses e prazo total de 120 meses. A Sabesp arcará com a contrapartida de R$12,1 milhões.

20ª Emissão de Debêntures

Em 28 de dezembro de 2015, a Companhia realizou a 20ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, no valor total de R$ 500 milhões, com amortizações em duas parcelas iguais, sendo a primeira em dezembro de 2018 e a última em dezembro de 2019.

V - Programas de Incentivo à Redução do Consumo de Água: Bônus e Tarifa de Contingência

Com o objetivo de preservar o estoque de recursos hídricos, em fevereiro de 2014, a Companhia implementou um programa de incentivo à redução do consumo baseado em bônus, segundo o qual os clientes atendidos pelo Sistema Cantareira que, com base na média mensal de consumo verificado no período entre fevereiro de 2013 e janeiro de 2014 (consumo de referência), reduzissem o consumo mensal em 20% teriam direito a um desconto de 30% na conta de água e esgoto.

Em março, o programa foi ampliado para toda a Região Metropolitana de São Paulo e logo em seguida para a região da bacia do PCJ (rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí) localizados na área de influência do Sistema Cantareira.

Para não desestimular a parcela da população que vinha reduzindo o consumo, mas sem alcançar o benefício, em outubro de 2014 foram criadas novas faixas de bônus, que passaram a oferecer os seguintes descontos:

- 10% para quem reduzir entre 10% e 15%;
- 20% para quem reduzir entre 15% e 20%;
- 30% para quem reduzir em mais de 20%.

Apesar dos esforços para redução da demanda de água, em janeiro de 2015 observamos um aumento do consumo de alguns clientes. Assim, para reforçar o estímulo à redução do consumo, a ARSESP aprovou e implementamos a tarifa de contingência, que consiste na cobrança de tarifa adicional na parcela de água da conta dos clientes cujo consumo mensal de água exceda a média mensal de consumo verificada no período entre fevereiro de 2013 e janeiro de 2014, a mesma utilizada para o programa de incentivo à redução do consumo de água, nas seguintes condições:

- 40% quando o consumo exceder até 20%;
- 100% quando o consumo exceder mais de 20%.

Em dezembro de 2015, a ARSESP autorizou a prorrogação do Programa de Incentivo à Redução do Consumo de Água da SABESP (Bônus) e da vigência da Tarifa de Contingência para a Região Metropolitana de São Paulo, até o final de 2016 ou até que haja maior previsibilidade quanto à situação hídrica.

O Programa de Incentivo à Redução do Consumo de Água por meio de Concessão de Bônus foi prorrogado com atualização do consumo de referência (média do consumo de cada consumidor no período fevereiro/2013 a janeiro/2014), nos seguintes termos:

- O consumo de referência atualizado de cada cliente será obtido pela multiplicação do consumo de referência inicial por 0,78.
- O fator de atualização 0,78 é o resultado da divisão entre o consumo total da população atendida pela Sabesp na Região Metropolitana de São Paulo no período recente (outubro/2014 a setembro/2015) e o correspondente consumo no período inicial (fevereiro/2013 a janeiro/2014).
- A atualização foi aplicada nas contas cujas leituras de consumo ocorreram a partir de 01 de fevereiro de 2016.

As regras e condições para aplicação da Tarifa de Contingência foram mantidas, inclusive quanto ao escalonamento das faixas e sem atualização do consumo de referência.

Revisão Tarifária Extraordinária

Em março de 2015, a Companhia protocolou junto a ARSESP, solicitação de revisão extraordinária, baseado no declínio no volume de água devido à crise hídrica e no inesperado aumento nas tarifas de energia elétrica.

Após análise e das contribuições recebidas em Consulta Pública a ARSESP, em 04 de maio de 2015 autorizou um reajuste de 7,7875% sobre as tarifas vigentes, constituído por: (i) reajuste tarifário anual de 2015 de 7,1899%, calculado com base na variação de 8,1285% do IPCA no período de março de 2014 a março de 2015, menos o fator de eficiência (fator X) de 0,9386%; e (ii) ajuste adicional de 0,5575%, devido à postergação na aplicação da Revisão Tarifária Ordinária, autorizada para maio de 2014 mas aplicada apenas em dezembro de referido ano, quando foi parcialmente compensada.

Na mesma data, a ARSESP estabeleceu também o índice de 6,9154% referente à Revisão Tarifária Extraordinária, aplicável sobre as tarifas autorizadas acima. Os dois ajustes acumulados resultaram no índice de 15,24% e os novos valores tarifários foram aplicados 30 dias após a publicação no Diário Oficial do Estado que ocorreu em 05 de maio.

VI - Gestão Ambiental:

A empresa atua em várias frentes para aprimorar a gestão ambiental, pautada nas diretrizes propostas em sua Política de Meio Ambiente.

Dentre os Programas Corporativos em andamento destacamos os seguintes:

- **Implementação progressiva e manutenção do Sistema de Gestão Ambiental (SGA)** em Estações de Tratamento de Esgotos (ETEs) e Estações de Tratamento de Água (ETAs). O SGA está presente atualmente em 95 estações, com mais 34 em fase de implementação totalizando 129, sendo 51 estações certificadas na ISO 14001 até Mar/2015. Em 2014 houve um realinhamento estratégico do programa para ganhar agilidade, seguindo a meta de implantação do SGA em todas as estações até 2024. Dessa forma, em 2015 a Sabesp passou a adotar um modelo misto, sendo que a norma ISO 14001 foi mantida em 35 estações certificadas, podendo ser ampliado conforme a estratégia das Unidades de Negócio, enquanto que, para as demais estações, será aplicado um modelo próprio de gestão ambiental - SGA-Sabesp.
- **Programa Corporativo de Obtenção e Manutenção das Outorgas de Direito de Uso dos Recursos Hídricos**;
- **Programa Corporativo de Obtenção e Manutenção do Licenciamento Ambiental** das Estações de Tratamento de Esgotos (ETEs) e Estações de Tratamento de Água (ETAs);

- **Estruturação do Programa Corporativo de Obtenção e Manutenção do Licenciamento Ambiental** de Estações Elevatórias de Esgotos (EEEs)
- **Participação nos colegiados de recursos hídricos**, incluindo acompanhamento do processo de cobrança pelo uso da água. A SABESP manteve sua representatividade nos 21 Comitês de Bacias Hidrográficas Estaduais, nos quatro Comitês Federais com abrangência no Estado de São Paulo e nos Conselhos Nacional e Estadual de Recursos Hídricos.
- **Estruturação do Programa Corporativo de Gestão de Emissões de Gases de Efeito Estufa**, alinhado com as diretrizes da Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC), incluindo a elaboração de inventários de emissões, totalizando oito inventários concluídos a partir do ano de 2007.
- **Programa Corporativo de Educação Ambiental – PEA Sabesp**, com treinamento de empregados envolvidos nas atividades de educação sanitária e ambiental e com estabelecimento de diretrizes para as ações e projetos nos municípios operados;
- **Implementação do Programa Corporativo Sabesp 3Rs**, a fim de realizar a gestão dos resíduos sólidos de origem administrativa na Empresa, baseado no conceito "reduzir, reutilizar e reciclar", promovendo a conscientização e a capacitação dos empregados para atuarem como multiplicadores na implantação do programa

Além dos Programas Corporativos de Gestão Ambiental, estão em desenvolvimento diversas iniciativas e projetos em prol do meio ambiente com envolvimento da sociedade.

VII - Relacionamento com Clientes:

Na constante busca do aprimoramento do relacionamento com seus clientes, a Sabesp está desenvolvendo um complexo projeto para substituição do sistema comercial e de atendimento aos clientes, dentro do escopo do Projeto SiiS – Sistema Integrado de Informações Sabesp. A substituição do sistema trará diversas novidades como: novo sistema de atendimento; inovações na interação com os clientes, com uso de novas tecnologias; modernização dos processos de faturamento, cobrança e gestão de serviços; atendimento de forma plena aos requisitos da ARSESP.

Adicionalmente ao desenvolvimento do novo sistema, outras atividades foram desenvolvidas, dentre as quais podemos destacar:

- **Higienização, enriquecimento e atualização dos dados cadastrais**: Manter a base de clientes completa e atualizada.
- **Procedimentos comerciais**: Para manter o padrão de atendimento em toda a base de municípios operada, foi concluída a contratação de serviços técnicos especializados para: formalizar o desenho do processo de relacionamento com clientes, reestruturar a forma como os procedimentos relativos a estes processos são desenhados, atualizar seus conteúdos de acordo com a revisão de processos que se dará no Projeto SiiS, dando apoio à operação quando da implantação do novo sistema.
- **Prazos ARSESP**: Foram implantados diversos controles internos e mecanismos de gestão para garantir o cumprimento dos prazos estipulados pela Agência Reguladora para conserto de vazamentos de água e/ou esgoto e respectivas reposições de pavimento, vigentes desde Mai/2015.
- **Entidades de assistência social**: Considerando as necessidades de tarifação diferenciada para essas entidades, foram realizadas tratativas com a Corregedoria Geral de Administração tendo em vista equalizar o processo de emissão dos Certificados de Regularidade Cadastral – CRC, necessários para que a Sabesp firme contratos para concessão da tarifa diferenciada, mantendo a adimplência destes clientes. Tais tratativas culminaram em processos mais fáceis e seguros para concessão de benefícios.
- **Satisfação dos clientes**: Para aprimorar o atendimento a Sabesp realiza anualmente sua "pesquisa de satisfação", considerando as melhores práticas de mercado. Em 2015 (ano base 2014) o resultado da pesquisa atingiu 80% de clientes satisfeitos ou muito satisfeitos.

- **Nova agência Virtual Net@:** Com o desenvolvimento de um novo sistema comercial, surgiu a necessidade do desenvolvimento de uma nova agência virtual para prestar o atendimento via web, quando o novo sistema entrar em operação.

- **Procon:** Foram recebidas, pela Ouvidoria, **1492** Cartas de Informação Preliminares de clientes junto ao PROCON Estadual no ano 2015, um aumento de **13,6%** em relação ao ano de 2014.

Com um trabalho de atendimento muito forte nesta fase, que antecede a abertura de um processo administrativo pelo PROCON, podemos avaliar que o resultado da Sabesp foi positivo em 2015, pois, ainda que o número de manifestações de clientes tenha crescido, apenas **115** delas permaneceram sob acompanhamento do órgão de defesa dos consumidores após a fase inicial de conciliação, resultando em uma redução de **0,5%** na comparação com o ano de 2014.

- **Juizado Especial Cível:** O JEC/Digital, parceria entre a Sabesp e Sistema de Juizado Especial, efetuou 511 atendimentos em todo o ano de 2015, um aumento de 54,3% no número de clientes que buscaram o órgão em relação a 2014. Mesmo diante deste cenário de aumento do número de atendimentos, notoriamente impactado pela crise hídrica que afeta São Paulo, o índice de acordos de conciliação em audiência aumentou em 2,2%, com 79,2% quando comparado a 2014 com 77%. Este resultado reafirma o compromisso da empresa com o poder judiciário na busca do equilíbrio da relação e da solução mais rápida e adequada para o cliente.

VIII - Contratualização com Municípios:

Continuando em seu esforço para renovação dos contratos de prestação de serviços de saneamento, a Sabesp, até Dez/2015, assinou 277 contratos sob a Lei de Saneamento com municípios operados, sendo 258 Contratos de Programa na Diretoria de Sistemas Regionais e 19 Contratos Metropolitanos na Diretoria Metropolitana.

IX - Novos Negócios:

- **Prestação de Serviços de Água e/ou Esgotos em parceria:** Um dos principais mecanismos para atender à crescente demanda do mercado de saneamento é a formação de Sociedades de Propósito Especifico (SPE's), que tem se mostrado um útil caminho para a universalização do saneamento no Estado de São Paulo, atraindo investimentos do setor privado e promovendo desenvolvimentos tecnológicos.

A Sabesp participa de quatro SPE's na prestação de serviços de água e/ou esgotos: Águas de Andradina, Águas de Castilho, Saneaqua em Mairinque e SESAMM em Mogi Mirim.

Essas SPE's são associações com o setor privado e têm como forte objetivo acelerar o desenvolvimento do saneamento nos municípios paulistas. Em Mogi Mirim foram removidas aproximadamente 960 toneladas de sólidos e lançados 4,6 milhões de m³ de efluentes tratados no Rio Mogi Guaçu, ressaltando que a estação tem 99% de eficiência e atende 100% de todos os parâmetros contratuais. Esse resultado contribui para melhoria na qualidade das águas dos Rios Mogi Mirim e Mogi Guaçu. Também em 2015 foi implementado o sistema de reutilização do efluente final representando 86% de toda água consumida no processo. A ampliação da estação está prevista para o ano de 2023 passando o índice atual de 70% de esgotos tratados para mais de 90% de toda população atendida; em Mairinque o atendimento de água passou para 100% e redução das perdas de 59% para 39%, em esgoto a implantação de duas elevatórias de esgotos promovendo o saneamento em duas áreas importantes do município bairro Reneville e Nova Mairinque. Em Andradina houve o aumento do índice de cobertura de esgoto de 94% para 98%, em água houve a perfuração de um novo poço para atendimento da demanda reprimida da região central da cidade. Em Castilho houve o aumento do índice de cobertura de esgoto de 94% para 98%.

- **Prestação de Serviços de Reestruturação do Sistema de Água:** A Sabesp, em parceria com a empresa Latin Consult, desenvolve dois trabalhos internacionais, um no Panamá e outro em Honduras.

No Panamá foi iniciado em Nov/2010 um amplo trabalho que abrange desde recadastramento até reformulação institucional, com descentralização do sistema de água e esgotos, em quatro províncias centrais do Panamá (Herrera,Coclé, Los Santos e Veraguas) e atendendo a 68

cidades. O contrato tem valor aproximado de US $ 9,5 milhões. Estão em fase de aprovação aditamentos do contrato por prazo e valor, permitindo assim a conclusão de complementações solicitadas pelo contratante e definindo para 2016 a previsão de encerramento do contrato. São contratantes o Consejo Nacional para El Desarrollo Sosteniblede - CONADES e o Instituto de Acueductos y Alcantarilla dos Nacionales– IDANN,com suporte financeiro fornecido pelo BID.

Em Honduras o contrato é de assistência técnica para modernização do sistema de água e esgoto dos municípios beneficiados pelo programa PROMOSAS (Proyecto de Modernización del Sector de Agua y Saneamiento). Contrato iniciado em Fev/2011, com prazo de 36 meses e valor de US$ 2,7 milhões. Recebeu um aditamento de prazo para Fev/2015 e de valor para aproximadamente US$ 3,3 milhões. O suporte financeiro é prestado pelo BIRD. O contrato foi encerrado no primeiro semestre de 2015, com sucesso, e gerou um ganho para o Consórcio de aproximadamente 29% do valor total do contrato. A participação da Sabesp no Consórcio é de 30%.

Na Nicarágua, em parceria com a JICA, a Sabesp iniciou em 2014 projeto de consultoria e capacitação em Programa de Perdas com previsão de conclusão em 2016.

- **Energia Elétrica:** Foi constituída uma SPE entre as empresas Sabesp, Tecniplan e Servtec para a utilização do potencial energético das ETA'sGuaraú (4,1 MW) e Cascata (2,9 MW). O projeto está na fase de obtenção de financiamento e o início das obras está previsto para o primeiro semestre de 2016. O início de operação das Pequenas Centrais Hidrelétricas tem previsão para o segundo semestre de 2017.

- **Água de Reúso:** A produção e fornecimento de água de Reúso das ETEs Cubatão e Vicente de Carvalho esteve em análise durante 2014 e 2015, porém, devido às dificuldades dos potenciais clientes, os esforços foram suspensos temporariamente. Essa solução trará vantagens para o suprimento de água potável da Baixada Santista.

- **Aproveitamento do gás das ETEs:** Em continuidade aos estudos desenvolvidos, está em avaliação os diversos tipos de aproveitamento dos gases gerados nas ETEs. A criação de uma nova SPE para o aproveitamento deste subproduto poderá ser um modelo vantajoso para a Sabesp.

Este aproveitamento está diretamente ligado ao tratamento de lodo das ETE's e pode ser viabilizado também através de uma solução conjunta para lodo e biogás.

- **Tratamento de Lodo de ETE:** Em 2015 prosseguiram as ações relativas aos Resíduos Sólidos provenientes do tratamento do lodo das ETEs, os quais apresentam enormes custos e trabalho, além dos problemas ecológicos. A Sabesp está trabalhando na identificação de soluções sustentáveis. Estão em desenvolvimento estudos para a melhoria do modelo integrado na secagem e recuperação de energia do lodo, além do uso dos subprodutos como insumos em outros processos.

A Sabesp buscando soluções inovadoras e viáveis para o tratamento de lodo iniciou em 2015, com recursos financiados, a implantação de uma unidade de teste de gaseificação de lodo que tem o potencial tanto de redução de volume e peso do lodo quanto de recuperação de energia.

X - Soluções Ambientais:

A Sabesp desenvolveu um pacote diferenciado de produtos e serviços direcionados às empresas que procuram utilizar melhor seus recursos hídricos. O Programa Sabesp Soluções Ambientais teve como principais resultados em 2015:

- **Contratos de Fidelização:** Em 2015, dada a crise hídrica que se abateu sobre o sudeste brasileiro e a necessidade de adoção de medidas de incentivo a redução do consumo de água, a Empresa não buscou a captação de novos clientes ou incremento de volume fornecido. Não foram formalizados novos contratos. Em 2015 permaneceram os 562 contratos de fidelização.

- **Programa de Recebimentos de Esgotos Não-Domésticos (PREND**): Atualmente, uma das grandes preocupações das empresas é o destino adequado dos efluentes resultantes do processo produtivo. Para atender a esta necessidade, a Sabesp disponibiliza instalações adequadas para receber e tratar esses esgotos não domésticos, recebidos via rede coletora de esgotos.

No caso de efluentes não-domésticos recebidos via caminhão-tanque, a Sabesp firmou parceria com o Grupo Estre Ambiental S.A. e criou a Attend Ambiental, que é uma planta de pré-tratamento, cujo objetivo é o de enquadrar os efluentes recebidos de diversas atividades industriais e de serviços aos padrões aplicáveis para lançamento nas instalações da Sabesp.

- **Programa de Uso Racional da Água (PURA):** O quadro abaixo apresenta as quantidades de RGIs com o PURA, bem como o faturamento no período:

Ano	2.010	2.011	2012	2013	2014	2015	Total
RGIs Finalizados	922	450	300	160	232	52	2.883
Faturamento R$ X 1.000	562	258	2.566	10.258	13.333	4.230	26.977

No exercício de 2015 foram realizados investimentos da ordem de R$ 1.590 mil, para a implantação e manutenção do Programa de Uso Racional da Água – PURA, nos RGI's finalizados.

A implantação do PURA nesses imóveis colabora para a postergação de investimentos em Sistemas de Água e Esgoto e ainda com a colaboração da população em função da crise hídrica, propiciou uma conservação mensal de água tratada na rede pública, suficiente para abastecer uma cidade com cerca de 82 mil habitantes.

Programa de Uso Racional da Água (PURA) na R: Constam no Programa 478 RGI's que em 2.015 consumiram 1.366.425 m³ de água, com faturamento total de R$ 18.186.339,66, sendo R$ 10.461.303,35 referentes a água e R$ 7.725.036,31 referentes a esgoto.

- **Água de Reuso:** Em 2015, as Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) da Região Metropolitana de São Paulo forneceram cerca de 156mil m³ de água de reuso por mês para os nossos atuais clientes. O maior cliente da Sabesp é a Santher – Fábrica de Papel Santa Terezinha S.A, que teve um consumo médio mensal de 77 mil m³ no processo de produção de papel e celulose. Desde Dez/2014, a ETE Parque Novo Mundo passou a fornecer também para a Santa Constância, empresa do ramo têxtil, que consome, em média, 21 mil m³/mês.

A Sabesp desenvolveu durante o ano de 2015 especificações de plantas de reuso na RMSP para implantação através de recursos financiados. Assim pretendemos melhorar a qualidade e aumentar a quantidade de água de reuso disponível para uso industrial e uso urbano restrito.

- **Medição Individualizada**: Resultados do programa até Dez/2015, na RMSP:

- 78 condomínios implantados;

- 7.263 Unidades Autônomas que recebem conta Sabesp;

- 3.192 condomínios atendidos, sendo 1.011 somente em 2015.

Diretoria de Sistemas Regionais

- **Medição Individualizada :** Resultado do programa até Dez/2015.

Somente em 2015:

-101 Condomínios implantados;

- 2.227 Unidades Autônoma;

Total do Programa até 2015 na DSR.

- 531 condomínios implantados;

- 11.552 Unidades Autônomas que recebem contas Sabesp

- **Telemedição:** A Telemedição está operando em 1.594 clientes, sendo responsável pelo monitoramento de aproximadamente 31 milhões de litros de água por mês.

Em 2015, foram investidos R$ 1.273.304,61 em instalação, operação e manutenção do sistema e equipamentos instalados nos clientes.

XI - Tarifas Diferenciadas para Clientes de Baixa Renda:

A Sabesp disponibiliza para a população de baixa renda tarifas reduzidas. Essas tarifas são até 66% mais baixas que a tarifa residencial normal. Esta é uma das ações que garante o acesso ao saneamento básico por parte das populações mais carentes. Atualmente, mais de 335 mil residências são beneficiadas pelas tarifas diferenciadas, o que equivale a uma população de aproximadamente 1 milhão e 100 mil pessoas.

Programa 3934 – Gestão dos Recursos Hídricos

O Programa objetiva coordenar a política de recursos hídricos no estado de São Paulo e implementar as ações previstas no Plano Estadual de Recursos Hídricos.

Ação 1153 – Operacionalização do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO

Ação	Dotação Inicial (a)	Dotação Disponível (b)	Empenhado (c)	Liquidado (d)	% (c/b)	% (d/b)
1153	63.630.000,00	63.630.000,00	63.630.000,00	48.635.263,53	100	76,43

Esta ação contempla o financiamento de atividades previstas no Plano Estadual de Recursos Hídricos e nos Planos de Bacias Hidrográficas pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos-FEHIDRO, com recursos oriundos da Compensação Financeira por aproveitamentos hidrelétricos, cuja finalidade é a viabilização do financiamento de empreendimentos voltados à melhoria dos aspectos qualitativos e quantitativos dos corpos hídricos.

Quanto ao produto da Ação 1153 (contratos assinados), na carteira de Compensação Financeira do FEHIDRO, a meta prevista na Lei Orçamentária de 2015 era de 300 contratos assinados. Porem, durante esse período foram assinados 411 contratos, indicando uma realização efetiva alémdas expectativas, devido a existência de parte dos contratos relativos à 2014, que foram assinados somente em 2015.

Adicionalmente, cabe ressaltar que, embora o produto da Ação 1153 seja 'contratos assinados com recursos da Compensação Financeira, outros indicadores obtidos do Sistema de Informações do FEHIDRO, também expressam realizações dentro desta Ação.Nesse sentido destaca-se a conclusão de 189 empreendimentos em 2015, contratados pelo fundo em anos anteriores, bem como a existência de 167 empreendimentos em análise, nos Agentes Técnicos,ao final de dezembro de 2015, indicados pelos diversos colegiados do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos-SIGRH.

Ações – Financiamento de Ações nas Bacias – Recursos Cobrança do Uso da Água

Ação		Dotação Inicial (a)	Dotação Disponível (b)	Empenhado (c)	Liquidado (d)	% (c/b)	% (d/b)
2516	Finan. Ações Bacia Rib. de Iguape Litoral Sul	425.808,00	615.040,00	615.040,00	-	-	-
2515	Finan. Ações Bacia do Pardo Rec. Uso Agua	3.419.878,00	4.939.669,00	4.939.669,00	-	-	-
2513	Finan. Ações Bacia Baixo Pardo Gr-Rec Uso Agua	835.306,00	1.206.516,00	1.206.516,00	-	-	-

Ação	Dotação Inicial (a)	Dotação Disponível (b)	Empenhado (c)	Liquidado (d)	% (c/b)	% (d/b)	Ação
2520	Finan. Ações Bacia Tiete Jacare-Rec.Uso Agua	4.991.745,00	7.210.071,00	7.210.071,00	-	-	-
2518	Finan. Ações Bacia Sapucai-Mirim/Grande-Agua	721.111,00	1.041.573,00	1.041.573,00	-	-	-
2517	Finan. Ações Bacia Serra Mantiqueira-Uso Agua	74.467,00	107.561,00	107.561,00	-	-	-
2519	Finan. Ações Bacia Tiete Batalha-Rec.Uso Agua	1.104.690,00	1.595.613,00	1.595.613,00	-	-	-
2514	Finan. Ações Bacia Mogi Guacu-Rec Uso Agua	5.903.911,00	8.527.607,00	8.527.607,00	-	-	-
2455	Finan. Ações Bacia Baixo Tiete - Uso da Agua	4.286.904,00	6.192.000,00	6.192.000,00	3.702.745,20	59,80%	59,80%
2465	Finan. Ações Bacia Alto Tiete C/Rec Uso Agua	21.829.084,00	31.992.010,00	31.992.010,00	21.698.984,12	67,83%	67,83%
2469	Finan. Ações Bacia Piracicaba/Capivari/Jundiai	12.956.105,00	18.713.800,00	18.713.800,00	14.392.773,55	76,91%	76,91%
2466	Finan. Ações Bacia Paraiba do Sul Rec Uso Agua	2.353.918,00	3.400.000,00	3.400.000,00	2.737.085,01	80,50%	80,50%
2467	Finan. Ações Bacia Baixada Santista Rec Uso Agua	6.854.062,00	9.900.000,00	9.900.000,00	9.900.000,00	100,00%	100,00%
2468	Finan. Ações Bacia Sorocaba Medio Tiete Uso Agua	5.192.471,00	7.500.000,00	7.500.000,00	7.500.000,00	100,00%	100,00%
14 Ações	**Total**	**70.949.460,00**	**102.941.460,00**	**102.941.460,00**	**59.931.587,88**	**58,22%**	**58,22%**

Estas ações contemplam o financiamento de atividades previstas no Plano Estadual de Recursos Hídricos e nos Planos de Bacias Hidrográficas pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO, com recursos oriundos da **cobrança** pelo uso dos recursos hídricos, nas respectivas Unidades de Gestão de Recursos Hídricos - UGRHIs, cuja finalidade é a viabilização do financiamento de empreendimentos voltados à melhoria dos aspectos qualitativos e quantitativos dos corpos hídricos.

Para efeito deste relatório, as atividades referentes à Ações de cobrança encontram-se agrupadas em 4 bacias com a cobrança e o FEHIDRO operando, e as demais10 bacias com a cobrança em processo de implantação, ainda sem operações do fundo, conforme tabela a seguir:

Contratos Assinados pelo FEHIDRO - 2015 - recursos da Cobrança

Ação	Bacia Hidrográfica	Meta Lei Orçamentária	Realizado
2467	Baixada Santista	35	15
2466	Paraíba do Sul	12	6
2468	Sorocaba/Médio Tietê	32	28
2469	Piracicaba/Capivari/Jundiaí	34	16
Total nas Bacias com Cobrança e FEHIDRO operando		**113**	**65**

Ação	Bacia Hidrográfica	Meta Lei Orçamentária	Realizado
2465	Alto Tietê	28	2
2485	Baixo Tietê	15	-
2513	Baixo Pardo/Grande	3	-
2514	Mogi Guaçú	19	-
2515	Pardo	11	-
2516	Ribeira de Iguape/Litoral Sul	4	-
2517	Serra da Mantiqueira	1	-
2518	Sapucaí Mirim/Grande	3	-
2519	Tietê/Batalha	4	-
2520	Tietê/Jacaré	16	-
Total nas Bacias com Cobrança em processo de implantação		**104**	**-**

Total das Ações	**Acumulada (Soma das 14 Bacias)**	**217**	**67**

Quanto ao produto das ações(contratos assinados), na carteira de cobrança do FEHIDRO, a meta prevista na Lei Orçamentária para 2015, para todas as 14 bacias,era de217 contratos assinados. Porém, durante esse período foram assinados 65 contratos indicando uma realização aquém das expectativas.

Para compreender as razões para tal resultado é necessário esclarecer alguns aspectos do processo de implantação da cobrança pelo Uso da água nas bacias hidrográficas.

As primeiras4 bacias (Baixada Santista, Paraíba do Sul, Sorocaba/Médio Tietê e Piracicaba/Capivari/Jundiaí) já iniciaram o processo de cobrança há algum tempo, e já estão indicando empreendimentos para serem financiados pelo FEHIDRO. Nestas bacias foram assinados 65 contratos, diante de uma meta de 113 contratos previstos, correspondendo a 58% da meta. As razões para tal desempenho é que, de uma forma positiva, em 2015 os colegiados do sistema indicaram projetos com maior valor, que alteraram o valor médio dos contratos financiados.

Durante as estimativas para elaboração do PPA e da LOA, trabalhou-se com o valor médio dos contratos assinados até aquele momento (até 2014), que era de R$ 611.007,18. Entretanto, ao longo da execução orçamentária, os colegiados optaram por apoiar empreendimentos de maior valor, como se verificou nos contratos assinados em 2015, cujo valor médio atingiu R$ 1.087.321,21. Assim, embora o número de contratos tenha sido menor, o volume aplicado foi praticamente o mesmo.

Entre as demais 10 bacias, 3 delas (Alto Tietê, Baixo Tietê e Tietê/Batalha) apresentam situações específicas, relatadas a seguir:

No caso da bacia do Alto Tietê o processo de cobrança foi plenamente efetivado, mediante emissão de boletos e os respectivos pagamentos ao longo dos exercícios de 2014 e 2015. Entretanto, a aplicação dos recursos dependia do atendimento ao artigo 2º das Disposições Transitórias da Lei nº 12.183/2005, ou seja, a aprovação das leis das Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais-APRM. O referido prazo foi prorrogado pela Lei nº 13.579/2009, da APRM Billings, por mais 36 meses, também vencido. Tramitou na ALESP o PL 272/2010, cujo substituto prorrogou novamente o prazo para até dezembro de 2016. Entretanto, o mesmo não foi aprovado em 2014, sendo aprovado somente em 18/03/2015. Desta forma, após este evento, o Comitê da Bacia do Alto Tietê efetivou 7 indicações ao FEHIDRO para o total de recursos disponíveis, as quais tiveram tramitação normal, resultando em 2 contratações em 2015, e outras 5 tramitando para assinatura no início de 2016 (prorrogação de prazo pelo COFEHIDRO). Ressalta-se que a meta orçada baseou-se em valores médios históricos de contratos FEHIDRO, porém o CBH elevou em muitas vezes o valor médio das indicações, resultando em número significativamente menor de indicações/contratos.

No caso da bacia do Baixo Tietê o processo de cobrança foi plenamente efetivado, mediante emissão de boletos e os respectivos pagamentos desde 2013. O colegiado, por razões internas, não indicou empreendimentos para financiamento do FEHIDRO, ficando os recursos acumulados para indicação e contratação a partir de 2016.

No caso da bacia do Tietê/Batalha presumia-se como meta orçada a assinatura de 4 contratos, porém o DAEE, autarquia responsável pela cobrança, não pôde emitir boletos no exercício de 2015 pela ausência de contrato com o Agente Financeiro do Fundo (Banco do Brasil), o qual só foi assinado em 03/11/2015. Portanto, a efetivação da cobrança nessa bacia será iniciada a partir do exercício de 2016, possibilitando a indicação de empreendimentos para contratação junto ao FEHIDRO com essa fonte.

As demais 7 bacias (Baixo Pardo/Grande, Mogi Guaçú, Pardo, Ribeira do Iguape/Litoral Sul, Serra da Mantiqueira, Sapucaí Mirim/Grande e Tietê/Jacaré) se encontram em etapas anteriores, que é a conclusão de procedimentos relativos ao 'Ato Convocatório' para definição de cadastros específicos para cobrança, cujos processos estão em andamento e deverão ter prosseguimento em 2016.

Adicionalmente, cabe ressaltar que, embora o produto destas Ações seja 'contratos assinados' com recursos da Cobrança, outros indicadores, obtidos do Sistema de Informações do FEHIDRO, também indicam realizações dentro da Ação.

Podemos destacar a conclusão de 19 empreendimentos em 2015, contratados pelo fundo em anos anteriores, bem como a existência de 56 empreendimentos em análise, ao final de dezembro de 2015, indicados pelas diversas bacias, que no momento se encontram em mãos dos Agentes Técnicos do fundo.

Ação 5946 – Implementação dos Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos

Ação	Dotação Inicial (a)	Dotação Disponível (b)	Empenhado (c)	Liquidado (d)	% (c/b)	% (d/b)
5946	4.032.350,00	3.759.989,00	3.260.273,77	3.231.211,20	86,71	85,94

Em 2015 foram desenvolvidas as seguintes atividades voltadas à implementação dos Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos:

- Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH 2012-2015 e proposição PERH 2016-2019:

• Consolidação de informações colhidas junto às Secretarias de Estado, Empresas, Autarquias, Fundações e demais entidades responsáveis pela execução dos compromissos constantes do PERH 12-15, envolvendo investimentos de R$ 16,9 bilhões em obras e ações afetas aos recursos hídricos.

• Proposição de um novo conceito para o PERH, consubstanciado na minuta de anteprojeto de lei aprovada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH.

- Planos de Bacias Hidrográficas e enquadramento de indicações ao FEHIDRO:

• Suporte Técnico aos 21 Comitês de Bacias Hidrográficas - CBHs para atualização de seus Planos de Bacias Hidrográficas, em conformidade com as diretrizes aprovadas pelo CRH;

• Verificação do enquadramento dos empreendimentos indicados pelos CBHs ao FEHIDRO nos Programas de Duração Continuada – PDC do PERH.

- Relatórios Anuais de Situação dos Recursos Hídricos:

• Avaliação dos Relatórios de Situação – RS (ano base 2013) das 22 UGRHIs (Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos), para fins de rateio das verbas do FEHIDRO;

• Coleta e sistematização de dados primários para elaboração dos RS das UGRHIs(ano base 2014), junto ao Fundação SEADE, DAEE, Sistema Nacional de Informações de Saneamento-SNIS, CETESB, Defesa Civil e Centro de Vigilância Epidemiológica–CVE;

• Atualização de roteiro de orientação para a elaboração dos RS das Bacias Hidrográficas.

- Bases Cartográficas e Sistemas de Informação:

• Elaboração de cerca de 150 mapas temáticos para subsidiar as análises apresentadas nos Relatórios de Situação (RS) de Bacias Hidrográficas nos temas de saneamento básico, caracterização física, demográfica e social, demanda, disponibilidade e qualidade das águas;

• Elaboração, em conjunto com a CETESB, do mapa de classes de uso de água de acordo com o Decreto Estadual nº 10.755/77, para todas UGRHIs paulistas.

- Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas – PROGESTÃO:

• Realização de Oficinas, com instâncias do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos para o estabelecimento das metas do Estado de São Paulo junto ao Programa;

• Aprovação das metas estaduais pelo CRH para o período 2015-2019, em conformidade com o enquadramento da situação da gestão de recursos hídricos em São Paulo

• Assinatura do contrato entre o Estado, por intermédio da SSRH, e a ANA com a transferência de recursos extra-orçamentários ao Estado, mediante o cumprimento de metas de gestão.

- Pacto para a Gestão de recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Grande:

Articulação interinstitucional, com a coordenação da ANA, visando o estabelecimento de Convênio de Cooperação Técnica com os Estados de São Paulo, Minas Gerais e os Comitês Estaduais para definição do arranjo institucional e das atribuições compartilhadas.

- Coordenação e suporte ao funcionamento do SIGRH:

• Suporte técnico ao funcionamento do Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos (COHRI), composto pela SSRH, Secretaria do Meio Ambiente–SMA, Cetesb e DAEE;

• Suporte técnico ao funcionamento do CRH e suas 07 Câmaras Técnicas Temáticas.

- Secretaria Executiva do Conselho de Orientação do FEHIDRO – SECOFEHIDRO:

Em 2015 o COFEHIDRO realizou reuniões, aprovando 15 deliberações, que trataram do plano de aplicação do FEHIDRO, prazos para contratação e conclusão de empreendimentos, aprovação de novas redações dos Manuais de Procedimentos Operacionais (Investimento e Custeio), entre outras.

Destaca-se, em fase de análise jurídica, o Programa Especial de Fomento – PEF, que visa apoiar pessoas jurídicas de direito privado (pequeno e médio porte), em ações de uso racional da água.

- Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Recursos Hídricos-CRH:

Foram realizadas 3 reuniões do CRH, com aprovação de 13 deliberações e 1 moção. Entre os temas estão: a cobrança pelo uso da água, o anteprojeto de Leis Específicas da Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais, as metas do Programa PROGESTÃO para o Estado, os Planos de Trabalho das Câmaras Técnicas, a distribuição de recursos FEHIDRO para 2016, os procedimentos para eleição de representantes das entidades da Sociedade Civil no CRH, e o anteprojeto de Lei do Plano Estadual de Recursos Hídricos.

- Coordenação do Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos (CORHI):

Foram realizadas 08 reuniões, com participação dos representantes de suas entidades básicas – CPLA da Secretaria do Meio Ambiente, DAEE, CETESB e SSRH – com vistas a embasar os trabalhos relativos ao Sistema de Gestão, como a proposta de anteprojeto de Lei do PERH 2016-2019, o Relatório de Situação e o Acompanhamento do Plano Estadual 2012-2015.

- Câmaras Técnicas do Conselho Estadual de Recursos Hídricos-CRH:

Acompanhamento permanente das atividades de 7 Câmaras Técnicas do Conselho: (i) Assuntos Jurídicos e Institucionais; (ii) Águas Subterrâneas; (iii) Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos; (iv) Educação Ambiental, Capacitação, Mobilização Social e Informações em Recursos Hídricos; (v) Proteção das Águas; (vi) Planejamento; (vii) Gestão de Usos Múltiplos de Recursos Hídricos.

- Comitês de Bacias Hidrográficas – CBHs:

Contato permanente com os 21 CBHs, promovendo o intercâmbio de informações, bem como apoio técnico e administrativo. Foram realizados 02 encontros com representantes das Secretarias Executivas dos CBHs, para nivelamento e interação de assuntos afetos ao Sistema.

- Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH:

Acompanhamento permanente das atividades do CNRH, bem como participação em 7 Câmaras Técnicas (Assuntos Legais e Institucionais; Plano Nacional de Recursos Hídricos; Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras; Águas Subterrâneas; Cobrança; Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação; Integração da Gestão das Bacias Hidrográfica e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira).

- Gestão de contratos FEHIDRO:

Operacionalização, supervisão, monitoramento e controle da movimentação dos empreendimentos financiados pelo FEHIDRO, com recursos provenientes da Compensação Financeira e da Cobrança, através de sistema de informações–SINFEHIDRO. Atualmente estão em andamento 1.386 empreendimentos diversos, em estágios de análise, contratação ou execução.

- Produção de material técnico, informativo e de divulgação do SIGRH:

Produção de 3 edições do informativo impresso “Correnteza” e 13 edições do informativo eletrônico “Correnteza Express”, produção de clipping semanal, produção da 3ª edição do Guia do Sistema Paulista de Recursos Hídricos, e produção da revista “Orientações para a utilização de águas subterrâneas no Estado de São Paulo”.

- Sistemas de informação:

Investimento na transparência das informações e na democratização da gestão, através da coordenação do processo de modernização do Sistema de Informações SINFEHIDRO, com término previsto para junho de 2016, bem como do gerenciamento e criação de conteúdos para o Portal SIGRH e de ferramentas de comunicação como Facebook, Twitter e YouTube.

- Cobrança pelo uso da água:

- Suporte Técnico aos CBHs do Pontal do Paranapanema (PP), Médio Paranapanema (MP), Alto Paranapanema (ALPA) e Litoral Norte LN para aprovação da cobrança pelo uso da água, mediante elaboração de estudos de fundamentação;

- Suporte técnico com vistas à edição de Decretos para instituição de cobranças nas UGRHIs Turvo/Grande, Aguapeí e Peixe, Médio Paranapanema e Pontal do Paranapanema;

- Realização de reuniões de articulação, com vistas ao aperfeiçoamento do cadastro de usuários específico para cobrança, e elaboração de relatórios gerenciais sobre arrecadação e investimento dos recursos.

- Organização e participação em eventos:

Organização e participação em eventos significativos para o SIGRH, com destaque para o XII Diálogo Interbacias de Educação Ambiental em Recursos Hídricos, e o XVII Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB).

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Secretaria de Estado da Saúde

Execução Orçamentária por Grupo de Despesas

09000 - Secretaria de Estado da Saúde

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**17.474.612.024,00**	**17.713.926.881,14**	**468.003.112,85**	**18.181.929.993,99**	**17.790.641.988,74**
Pessoal e Encargos Sociais	4.405.016.981,00	4.493.183.911,30	345.373,86	4.493.529.285,16	4.384.209.615,48
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	13.069.595.043,00	13.220.742.969,84	467.657.738,99	13.688.400.708,83	13.406.432.373,26
Despesas de Capital	**679.685.160,00**	**366.815.710,52**	**39.730.841,35**	**406.546.551,87**	**438.967.279,42**
Investimentos	679.685.160,00	366.815.710,52	39.730.841,35	406.546.551,87	435.768.884,81
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	3.198.394,61
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**18.154.297.184,00**	**18.080.742.591,66**	**507.733.954,20**	**18.588.476.545,86**	**18.229.609.268,16**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

09000 - Secretaria de Estado da Saúde

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0000 - Encargos Gerais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**72.374,64**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	72.374,64
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0100 - Apoio Administrativo	**674.399.075,00**	**651.813.860,03**	**9.740.829,48**	**661.554.689,51**	**664.953.638,30**
Despesas Correntes	672.061.956,00	650.715.783,48	8.584.262,59	659.300.046,07	662.783.519,09
Despesas de Capital	2.337.119,00	1.098.076,55	1.156.566,89	2.254.643,44	2.170.119,21
0929 - Atendimento Integral e de Alta Complexidade em Assistência Médica em São Paulo	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.686,70**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	3.686,70
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0930 - Atendimento Integral e Descentralizado no SUS/SP	**15.965.199.085,00**	**15.565.601.541,82**	**282.471.098,77**	**15.848.072.640,59**	**15.532.858.793,92**
Despesas Correntes	15.808.588.960,00	15.511.621.377,47	278.950.016,77	15.790.571.394,24	15.459.580.649,99
Despesas de Capital	156.610.125,00	53.980.164,35	3.521.082,00	57.501.246,35	73.278.143,93
0932 - Vigilância em Saúde	**153.910.634,00**	**121.031.479,38**	**12.698.877,08**	**133.730.356,46**	**140.001.233,58**
Despesas Correntes	152.021.514,00	119.345.566,70	11.485.485,55	130.831.052,25	132.259.206,81
Despesas de Capital	1.889.120,00	1.685.912,68	1.213.391,53	2.899.304,21	7.742.026,77
0933 - Ciência Tecnologia e Inovação em Saúde	**53.357.578,00**	**734.186.963,35**	**142.863.891,14**	**877.050.854,49**	**733.321.845,18**
Despesas Correntes	53.357.578,00	734.186.963,35	142.863.891,14	877.050.854,49	732.991.643,28
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	330.201,90

0935 - Produção de Imunobiológicos, Soros, Hemoderivados e Medicamentos	**209.795.640,00**	**180.188.212,52**	**7.696.022,15**	**187.884.234,67**	**268.198.849,50**
Despesas Correntes	177.246.560,00	175.274.689,65	7.696.022,15	182.970.711,80	263.285.466,63
Despesas de Capital	32.549.080,00	4.913.522,87	0,00	4.913.522,87	4.913.382,87
0936 - Sangue, Componentes e Derivados	**80.888.837,00**	**83.292.052,64**	**547.297,93**	**83.839.350,57**	**83.423.111,37**
Despesas Correntes	80.888.837,00	83.292.052,64	547.297,93	83.839.350,57	83.423.111,37
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0937 - Controle Social na Gestão do SUS	**200.000,00**	**1.608.052,19**	**22.957,63**	**1.631.009,82**	**1.606.752,21**
Despesas Correntes	200.000,00	1.608.052,19	22.957,63	1.631.009,82	1.606.752,21
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0940 - Gestão em Saúde	**240.213.600,00**	**131.920.200,20**	**3.846.150,62**	**135.766.350,82**	**133.763.981,77**
Despesas Correntes	150.419.236,00	99.173.279,23	1.264.352,57	100.437.631,80	99.573.350,21
Despesas de Capital	89.794.364,00	32.746.920,97	2.581.798,05	35.328.719,02	34.190.631,56
0941 - Infraestrutura em Saúde	**395.271.030,00**	**272.351.126,64**	**31.223.092,88**	**303.574.219,52**	**316.008.104,15**
Despesas Correntes	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	395.270.990,00	272.351.126,64	31.223.092,88	303.574.219,52	316.008.104,15
0942 - Gestão da Educação e do Trabalho em Saúde	**194.647.806,00**	**193.533.556,77**	**825.344,92**	**194.358.901,69**	**192.946.238,87**
Despesas Correntes	194.617.806,00	193.533.556,77	825.344,92	194.358.901,69	192.946.238,87
Despesas de Capital	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0943 - Fortalecimento de Ações Prioritárias	**10,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0944 - Recomeço: Uma Vida sem Drogas	**10.000.010,00**	**7.055.058,40**	**129.987,57**	**7.185.045,97**	**6.788.152,14**
Despesas Correntes	10.000.010,00	7.055.058,40	129.987,57	7.185.045,97	6.788.152,14
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2826 - Comunicação Social	**27.500.000,00**	**10.937.853,62**	**8.812.146,38**	**19.750.000,00**	**12.291.860,96**
Despesas Correntes	27.500.000,00	10.937.853,62	8.812.146,38	19.750.000,00	12.291.860,96
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4406 - Auxílio-Alimentação	**105.000.000,00**	**100.517.665,35**	**0,00**	**100.517.665,35**	**110.859.640,71**
Despesas Correntes	105.000.000,00	100.517.665,35	0,00	100.517.665,35	110.859.640,71
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4407 - Tecnologia da Informação e Comunicação para Excelência da Gestão	**43.913.879,00**	**26.704.968,75**	**6.856.257,65**	**33.561.226,40**	**32.511.004,16**
Despesas Correntes	42.709.517,00	26.664.982,29	6.821.347,65	33.486.329,94	32.176.335,13
Despesas de Capital	1.204.362,00	39.986,46	34.910,00	74.896,46	334.669,03
Despesa Total	**18.154.297.184,00**	**18.080.742.591,66**	**507.733.954,20**	**18.588.476.545,86**	**18.229.609.268,16**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

O papel da Secretaria de Estado da Saúde na gestão do SUS/SP

Segundo as diretrizes nacionais do SUS, a Secretaria de Estado da Saúde – SES tem a responsabilidade geral de formulação e coordenação da política do sistema no Estado. As funções da SES podem ser resumidas em cinco dimensões:

1 – **Manter a rede assistencial própria do Governo do Estado** – são serviços próprios estaduais de saúde, hospitalares ou ambulatoriais da administração direta, indireta (fundações e autarquias) e de Organizações Sociais de Saúde - OSS, que são referência regional, especializada ou de alta complexidade do sistema. Esta rede inclui grandes hospitais universitários, como os Hospitais de Clínicas da Faculdade de Medicina de São Paulo e da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo - USP, da Faculdade de Medicina da Universidade de Campinas – UNICAMP e da Faculdade de Medicina da Universidade Paulista – UNESP, o Instituto do Coração – INCOR/USP e o Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia.
2 – **Gerir, planejar e regular a rede assistencial vinculada ao SUS** – são serviços de assistência médica de maior complexidade vinculados ao SUS, de caráter estadual ou regional, que permanecem sob gestão da SES (rede de Santas Casas e hospitais filantrópicos, Hospitais de Ensino, serviços especializados de oncologia, nefrologia, hemorrede, entre outros). A gestão da atenção básica de saúde (unidades básicas de saúde e equipes de saúde da família) é municipal, com apoio financeiro e técnico estadual.
3 – **Manter os órgãos estaduais de apoio às ações da Secretaria de Saúde** – são institutos e fundações com funções específicas na saúde estadual, como a Fundação para o Remédio Popular (FURP), Fundação Pró-Sangue Hemocentro de São Paulo, Fundação Oncocentro (FOSP), Instituto Emílio Ribas, o Centro de Referência e Treinamento de Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST/AIDS, os institutos de pesquisa (Instituto Butantan, Adolfo Lutz, Instituto de Saúde, Instituto Pasteur, Instituto Lauro de Souza Lima).
4 – **Realizar, coordenar e planejar as ações de saúde coletiva no Estado** – estabelecer as normas estaduais e realizar ações de vigilância epidemiológica e sanitária, de combate aos vetores e outras ações de interesse para a saúde coletiva, por meio de seus órgãos centrais e regionais, como o Centro de Vigilância Epidemiológica – CVE, o Centro de Vigilância Sanitária – CVS, o Centro de Distribuição e Logística e a Superintendência de Controle de Endemias – SUCEN.
5 – **Desenvolver ações de supervisão, capacitação, acompanhamento, avaliação e apoio aos sistemas de saúde municipais** – por meio de seus órgãos centrais e regionais (17 Departamentos Regionais de Saúde – DRS) a SES participa dos 63 colegiados regionais de saúde (em conjunto com os representantes municipais), prestando auxílio aos sistemas municipais de saúde e formulando estratégias de aperfeiçoamento do sistema.

Programa 0100 – Suporte Administrativo

O objetivo deste programa multissetorial é prover os órgãos do estado dos meios destinados à gestão administrativa e que não concorram diretamente na produção de bens ou serviços específicos gerados pela implementação de ações fins.

Ação 4859 - Coordenação e Administração Geral

Como em todos os anos, em 2015 desenvolveu-se o suporte administrativo às atividades técnicas e de atendimento direto à saúde da população, compreendendo ações relativas à: pessoal, serviços gerais, transporte, manutenção de próprios, comunicação e outras, que visam subsidiar a execução e o desenvolvimento das demais atividades inerentes à resolubilidade das ações de saúde.
Dentre as ações meio, destacam-se:
Pactuação das metas dos indicadores do SISPACTO – com o intuito de fortalecer o Planejamento em Saúde do SUS, a Secretaria de Estado da Saúde auxiliou os municípios no processo de pactuação das metas para 2015 dos indicadores do SISPACTO e concluiu a pactuação das metas para o Estado de São Paulo. **Conjunto de indicadores de monitoramento** (Indicadores, objetivos e metas 2015) - foi disponibilizado no portal da SES o conjunto de 61 indicadores de monitoramento.
Elaboração do novo Plano Estadual de Saúde (PES) 2016-2019 – com participação dos técnicos da SES e do Conselho Estadual de Saúde, incluindo as propostas oriundas da 7ª Conferência Estadual de Saúde, sendo produzido o plano e as metas para o próximo quadriênio.

Programa 930 - Atendimento Integral e Descentralizado no SUS/SP

O objetivo deste programa, que corresponde a uma parte relevante do orçamento total, é prover atendimento integral e descentralizado à saúde com equidade e resolubilidade por meio da rede

própria (administração direta, por parceiros e autarquias) e conveniada. Envolve ainda repasses a título de apoio a entidades filantrópicas e aos municípios.

Ação 4849 - Apoio Financeiro a Entidades Filantrópicas e Municipais do Estado de São Paulo.
Ação 4850 - Atendimento Ambulatorial e Hospitalar em Unidades Estaduais da Administração Direta e Indireta.
Ação 4852 - Atendimento Ambulatorial e Hospitalar por Organizações Sociais de Saúde.
Ação 5532 – Atendimento Ambulatorial e Hospitalar em Serviços Contratados/Conveniados sob Gestão Estadual.
Ação 6117 - Assistência Farmacêutica Especializada.
Ação 6165- Atendimento Descentralizado em Atenção à Saúde da População Prisional.

Dimensão Geral do SUS/SP e da Rede Estadual Própria de Saúde
Em 2015, o SUS no Estado de São Paulo possui 564 hospitais, com 55 mil leitos de internação e 6,4 mil leitos complementares (terapia intensiva e unidades intermediárias), que realizam no total 2,4 milhões de internações/ano. A rede hospitalar própria da Secretaria de Estado da Saúde possui 93 hospitais, 17,3 mil leitos de internação e 2,9 mil leitos complementares (terapia intensiva, cuidados intermediários) da Administração Direta, Administração Indireta – autarquias e fundações e aqueles contratualizados pelas Organizações Sociais de Saúde, que realizaram 834 mil internações em 2015 (representando 34,6% do total de internações do SUS) e 360 mil cirurgias que representam 38,1% das cirurgias no SUS/SP. A Secretaria de Estado da Saúde possui rede ambulatorial própria (Ambulatórios de Especialidade Médica – AMES, Centro de Referência de Idoso – CRI, reabilitação, tuberculose e saúde mental) que é de referência em suas respectivas regiões. Os procedimentos ambulatoriais (consultas, exames laboratoriais, procedimentos terapêuticos, entre outros) produzidos pelos serviços estaduais próprios são da ordem de 454 milhões, representando 41% da produção total do SUS/SP, incluindo a dispensação de medicamentos de alto custo e procedimentos diagnósticos de maior complexidade. Por outro lado, a gestão da atenção básica de saúde (unidades básicas de saúde ambulatoriais e equipes de saúde da família) é municipal, com apoio financeiro e técnico estadual.

Ampliação do acesso e melhoria da organização e a qualidade da Assistência de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

- **Até novembro de 2015 já foram aprovados na Comissão Intergestores Bipartite – CIB os Planos de Ação da Rede**: Cegonha (17 Redes Regionais de Atenção à Saúde - RRAS); de Urgência/Emergência (10 RRAS); de Oncologia (11 RRAS); de Atenção Psicossocial (20 regiões das 63 do Estado, porque estas redes são aprovadas por região de saúde); e das Pessoas com Deficiência Física: (14 RRAS).
- **Programa de auxílio financeiro às entidades filantrópicas do Estado de São Paulo - Pró Santa Casa –** 100% das instituições participantes foram avaliadas e monitoradas. Foram contempladas 119 instituições no ano de 2015 com o valor anual previsto da parcela estadual de R$ 361,5 milhões.
- **"Santa Casa SUStentável" –** programa de auxílio financeiro aos hospitais filantrópicos, atinge 60 instituições em 2015 (novembro), considerando-se o papel regional, a resolubilidade, a complexidade, o porte, a abrangência e hospital de ensino, todos monitorados, com o valor anual de auxílio previsto de R$ 292,9 milhões/ano.

Ouvidoria da Saúde - SES – ocorreram 48,4 mil manifestações protocoladas e 37,2 mil não protocoladas (não necessitam de encaminhamento aos serviços) em todas as unidades da SES. Daquelas protocoladas, 66% são solicitações de informação, 20% reclamações, 20% elogios e todas são encaminhadas aos órgãos para esclarecimento ou outras medidas necessárias.

Sistema Estadual de Auditorias - foram realizados 947 processos de auditoria e/ou monitoramentos da Gestão Municipal – Sistemas de Saúde, estabelecimentos/serviços de saúde e de serviços que compõe as redes especializadas de assistências à saúde do SUS/SP, além de

outras atividades de análise de dados e trabalhos de educação permanente para gestores e técnicos nesta área.

Sistema de Regulação: Regulação de 137 mil casos de Urgências e Emergências absolutas - média mensal de 15,2 mil solicitações; Regulação de 6,6 mil casos de urgências médicas relativas - média mensal de 296 casos; Regulação de 296 solicitações para cirurgia cardíaca infantil decorrente das cardiopatias congênitas; Regulação da Rede Hebe Camargo de Combate ao Câncer – 7,6 mil casos, sendo 6,1 mil de consultas e 1,5 mil de radioterapia; Regulação de transporte inter-hospitalar (média mensal de 195 solicitações); Regulação de terapia renal substitutiva móvel (263 solicitações) e 1.851 solicitações pelo CRATOD para internação de dependência de drogas.

Telemedicina - Com o objetivo de dar suporte às unidades de pronto atendimentos e pronto socorros, por meio de vídeo conferência entre equipe médica da central de regulação e, quando necessário, de hospitais universitários. Contempla o atendimento a 27 (vinte e sete) unidades na região da Baixada Santista, 6 hospitais de referência na capital, 1 sala na SES-SP, 1 sala na CROSS e 6 postos médicos, que comportam 6 atendimentos simultâneos.

Saúde da População do Sistema Penitenciário – Continuidade em 2015 da ação para suprir ações de Atenção Básica nos ambulatórios médicos das unidades prisionais. 35 municípios aderiram às diretrizes compondo as equipes de saúde, financiadas com recursos financeiros do tesouro estadual - R$ 23 milhões. O Programa Mulheres de Peito (diagnóstico e tratamento de câncer de mama) percorreu 16 unidades prisionais femininas do Estado, de outubro de 2014 a julho de 2015 - realizadas 2.584 mamografias, 152 exames de ultrassom de manas e 36 biopsias.

Ações de Apoio aos Parceiros - A manutenção e a ampliação do acesso e do atendimento de qualidade de saúde da população do Estado são asseguradas pelo apoio financeiro dado pelo Governo do Estado às entidades filantrópicas e municípios, que são os parceiros da SES no SUS. Em 2015 (até 20/12) foram repassados, R$ 2,49 bilhões de auxílio, sendo R$ 2,19 bilhões para os filantrópicos (aqui incluído o Pró Santas Casas, Santa Casa SUStentável e outros repasses de auxílio por meio de convênios) e R$ 299,3 milhões para os municípios (aqui incluídos os programas de auxílio à atenção básica em saúde e assistência farmacêutica básica referidos a seguir, neste relatório).
O governo estadual garantiu recursos em 2015, para fornecer aos municípios, 39 ambulâncias no valor de R$ 3,5 milhões e 41 veículos para transporte de pacientes (vans) no valor de R$ 2,4 milhões.

Saúde da Criança - Programa São Paulo pela Primeiríssima Infância, em parceria com a Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal, foi elaborado para enfrentar e superar os agravos em crianças de 0 a 3 anos, por meio de um conjunto de ações, procedimentos e reorganização do processo de trabalho centrado na criança. Em 2015 decidiu-se pela ampliação para os demais municípios das regiões contempladas pelo Programa “Saúde em Ação” (mais 60 municípios) e deve abranger 101 municípios a partir de 2016. A **Linha de Cuidados da Criança** foi elaborada (colaboração da UNICAMP e revisão por consultores contratados pelo BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento), foi finalizada e será implementada a partir de 2016, com ênfase nas 5 regiões prioritárias do “Programa Saúde em Ação”

Programa Visão do Futuro - destinado à prevenção e recuperação da saúde ocular em crianças de 6 a 8 anos, matriculadas na 1ª série do Ensino Fundamental das escolas públicas do município de São Paulo. Foram atendidas 11.638 crianças; prescritos e confeccionados 6.539 óculos, com valor da ordem de R$ 2,2 milhões.

Programa Vale a Pena Ver: prevê o fornecimento de óculos aos pacientes idosos que tenham realizado cirurgia de facectomia (catarata) pelo Sistema único de Saúde (SUS), a partir de setembro de 2015. Implantado de forma gradativa, em 2015 foi disparada a primeira fase, que se refere aos pacientes operados nas Unidades de Saúde próprias Estaduais, localizadas na Capital e Região Metropolitana da Grande São Paulo (sob a abrangência do Departamento Regional de Saúde – DRS 1), com valor de R$ 100 mil.

Programa Nacional de Universalização da Triagem Neonatal - Organizado o Programa de Prevenção da Cegueira na Infância – Linha de Cuidado do Reflexo Vermelho – Triagem Visual Neonatal, ou prevenção das sequelas visuais da Catarata congênita/Retinoblastoma/Retinopatia da prematuridade/Glaucoma Congênito. Já atingiu 85% dos recém-nascidos do estado de São Paulo, sendo a meta para o primeiro semestre de 2016 atender 100% dos nascidos-vivos.

Doenças Raras – continuidade de implantação da Rede de Doenças Raras no âmbito do estado de São Paulo, com processo de credenciamento para o Departamento Regional de Saúde (DRS) 1, do Hospital da Faculdade de Medicina do ABC e do INCOR – FMUSP. Em andamento a inclusão do HC – FMUSP, HC – FMUSP Ribeirão Preto e HC – UNICAMP.

Saúde da Mulher – Programa Mulheres de Peito - programa permanente de rastreamento de câncer de mama em todo o Estado de São Paulo. O programa prevê exames de mamografia e complementares para elucidação diagnóstica, além da garantia de tratamento em serviços na rede Hebe Camargo em mulheres na faixa etária dos 50 aos 69 anos. De janeiro a novembro de 2015, a Central de Agendamentos recebeu 27.356 ligações e agendou 12.136 exames (índice de eficiência de 44%). As 4 Unidades Móveis produziram desde o início do Programa em 2013, 73.824 exames, dos quais 1038 mulheres foram encaminhadas para tratamento. Segundo os dados do Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA) do SUS, no período de janeiro a novembro foram realizados no sistema 620.985 exames Segundo dados do Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/SUS), no período de execução do programa houve um acréscimo de 44.332 exames de mamografias em mulheres na faixa etária de 50 a 69 anos, em relação ao mesmo período de 2013. **Outras iniciativas** - com o objetivo de melhorar a assistência à gestação e ao parto, a exemplo da Linha de Cuidado da Gestação, Parto e Puerpério (parceria "Programa São Paulo em Ação"), elaboração de Nota Técnica – Boas Práticas do Parto e Nascimento (parto humanizado), entre outras.

Saúde do adolescente – realização de dois seminários internacionais (1400 participantes e distribuição de três mil publicações) e três seminários regionais, Publicação do Livro "Adolescer, Verbo de Transição", Distribuição de quinhentas mil "Cadernetas do Adolescente", Criação do "Portal Casa do Adolescente", voltado para leigos e profissionais da saúde; e Criação do Prêmio Aplicativo "Saúde do Adolescente", elaborado por adolescentes, profissionais e consultores da OPAS/OMS.

Programa Filho que Ama Leva o Pai ao AME (Saúde do Homem) - Ampliação do número de AMES de 21 para 25 em todo o Estado. No ano de 2015 até o final de novembro, foram agendadas 19.470 consultas, sendo realizados 15.791 atendimentos de enfermagem, 14.737 atendimentos em urologia e 14.624 em cardiologia.

Coordenação do Sistema Estadual de Transplantes - Em 2015 (até outubro) foram realizados: 1.506 transplantes de rins, 524 de fígado, 144 de coração, 57 de pâncreas, 56 de pulmão e 4750 de córnea.

Contratualização com Organizações Sociais de Saúde – OSS

A SES mantém a realização de atendimentos de saúde para a população por meio de uma rede de serviços gerenciados por parceiros, como as Organizações Sociais de Saúde e outras entidades. Todos os serviços são contratualizados (totalizando 4,1 bilhões de custeio e 1,5 milhão de investimento em 2015) e a SES realiza o acompanhamento, avaliação e controle destes serviços que totalizam:

- 92 Contratos de Gestão estabelecidos com Organizações Sociais de Saúde - OSS para gestão de Hospitais, Ambulatórios Médicos de Especialidades – AME, Unidades de Reabilitação da Rede Lucy Montoro e Outros Serviços de Saúde tais como: Centros Estaduais de Análises Clínicas (CEAC), Serviços Estaduais de Diagnósticos por Imagem (SEDI), Central de Regulação de Oferta de Serviços de Saúde (CROSS) e um Centro Estadual de Abastecimento e Distribuição de Insumos de Saúde (CEADIS);
- 08 Convênios; para gestão de Hospitais, AME e Unidade de Reabilitação da Rede Lucy Montoro;
- 03 Convênios com Consórcios Intermunicipais de Saúde para gestão de Hospitais e AME;

Produção de unidades sob gerência das OSS no ano de 2015:

- 52 Unidades Ambulatoriais - (AMES e CRI): Consulta Médica: 4,0 milhões; Consulta Não Médica: 1,5 milhão; Cirurgia: 224 mil; Odontologia: 9,6 mil; SADT: 913,3 mil; Tratamentos Clínicos: 2,4 mil;
- 31 hospitais gerais: Saídas Hospitalares: 330 mil; Hospital Dia/Cirurgias ambulatoriais: 90,1 mil; Urgência: 2,14 milhões; Atendimento Ambulatorial: 1,83 milhão; SADT Externo: 1,71 milhão; Quimioterapia: 62,0 mil; Radioterapia: 108,5 mil; Diálise: 97,9 mil; Litotripsia: 9,9 mil; tratamento do aparelho de visão: 14,5 mil.

Ambulatórios Médicos de Especialidades (AMEs) - foi dada continuidade ao programa de criação dos AME, iniciado em 2007, e mais dois novos AME estão em processo de Licitação (AME Lorena e CRI Lapa) em 2015.

Ações de Assistência Farmacêutica

A SES/SP tem como responsabilidade a implementação da Política Nacional de Medicamentos em âmbito estadual, por meio da estruturação da Assistência Farmacêutica, da garantia do acesso da população aos medicamentos essenciais de forma pactuada com as demais esferas de governo, e da promoção do Uso Racional de Medicamentos, observada a legislação sanitária vigente.

Manutenção do Componente Básico da Assistência Farmacêutica – Pactuação dos valores financeiros estaduais a serem transferidos à gestão municipal, para financiamento da Assistência Farmacêutica na Atenção Básica do SUS/SP em 2015:

- De janeiro a setembro/2015:
  Para 27 municípios > 250.000 habitantes e 28 municípios < 250.000 habitantes não aderentes ao "Programa Dose Certa": R$ 46.693.311,54, sendo R$ 36.800.660,79 para financiamento de medicamentos e R$ 9.892.650,75 para aquisição de insumos para diabéticos insulinodependentes;
  Para 589 municípios < 250.000 habitantes aderentes ao "Programa Dose Certa": R$ 5.925.063,75 para aquisição para aquisição de insumos para diabéticos insulinodependentes.
- A partir de outubro/2015, houve nova pactuação:
  Para 27 municípios > 250.000 habitantes e 36 municípios < 250.000 habitantes não aderentes ao "Programa Dose Certa": R$ 10.662.295,00, sendo R$8.371.809,00 para financiamento de medicamentos e R$ 2.250.487,00 para aquisição de insumos para diabéticos insulinodependentes;
  Para 582 municípios < 250.000 habitantes aderentes ao "Programa Dose Certa": R$ 1.264.561,25 para aquisição para aquisição de insumos para diabéticos insulinodependentes.

Distribuição de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica aos municípios do Estado de São Paulo: 935 milhões de unidades farmacêuticas pelo "Programa Dose Certa", (R$ 67,5 milhões em medicamentos); 4,1 milhões de frascos de insulina humana NPH 100UI/mL (R$ 25,7 milhões) e 582 mil frascos de insulina humana regular 100UI/10mL (R$ 4,2 milhões), adquiridas de forma centralizada pelo Ministério da Saúde; 6,1 milhões de unidades de contraceptivos (cerca de R$ 3,9 milhões) do Programa Saúde da Mulher, adquiridos de forma centralizada pelo Ministério da Saúde (aos municípios < 500 mil habitantes) e de forma complementar pela Secretaria de Estado da Saúde para os municípios aderentes ao "Programa Dose Certa". Dispensação de 9,5 milhões de unidades farmacêuticas para atendimento de 136 mil prescrições médicas nas 14 Farmácias Dose Certa do município de São Paulo (01 a 11/2015). Cumprimento integral do Termo de Ajuste Sanitário (TAS) nº 20, celebrados entre a SES/SP o Ministério da Saúde, no valor de R$ 51.452.488,21 em medicamentos para Atenção Básica.

Manutenção do Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica – Programação anual das necessidades de medicamentos, em parceria com Núcleos de Assistência Farmacêutica (NAF) dos Departamentos Regionais de Saúde (DRS), Grupos de Vigilância Epidemiológica (GVE) e representantes do Programa de Tuberculose e Hanseníase da Coordenadoria de Controle de Doenças – SES/SP, NAF e Centros de Vigilância Epidemiológica dos municípios da região metropolitana de São Paulo; hospitais da rede. Distribuição de 3.700.300 unidades

farmacêuticas, correspondente à R$ 850.529,79 em medicamentos adquiridos de forma centralizada pelo Ministério da Saúde (01 a 11/2015).

Manutenção do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF) e Protocolos Clínicos de Tratamento Estaduais – Atendimento de 608 mil pacientes/mês nas 37 Farmácias de Medicamentos Especializados (FME), com a dispensação de 40,5 mil unidades farmacêuticas/mês de 301 medicamentos, sendo 237 do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF) e 64 de Protocolos Clínicos de Tratamento Estaduais e Fibrose Cística (01 a 08/2015, PASE 2015). Cumprimento integral do Termo de Ajuste Sanitário (TAS) nº 131, celebrados entre a SES/SP o Ministério da Saúde, no valor de R$ 34.432.901,90 em medicamentos do CEAF. Investimento superior a R$ 371 milhões, sendo R$ 255 milhões em FUNDES e R$ 116 milhões em Tesouro Estadual (01 a 10/2015).

Manutenção dos Medicamentos Oncológicos com Aquisição pelo Ministério da Saúde – Distribuição de 759.281 unidades de 09 medicamentos oncológicos (equivalente R$ 776.737.351,00), adquiridos de forma centralizada pelo Ministério da Saúde, a Rede de Atenção Oncológica de Alta Complexidade do Estado de São Paulo (01 a 09/2015).

Fornecimento de medicamentos de ações judiciais e solicitações administrativas – Atendimento de 40.857 pacientes/mês nas 24 Farmácias de Demandas Judiciais e Administrativas, com a dispensação de medicamentos, produtos nutricionais e materiais médico-hospitalares (01 a 08/2015).
Intervenções frente à análise crítica destas ações:

- Inativação de 14.119 demandas de pacientes que não retiram seus medicamentos, nutrições enterais e outros produtos em 90 dias (demandas judiciais) e 60 dias (administrativas), a fim de evitar a perda por validade (valor de R$ 23.197.473,72 milhões) em 2015 (01 a 10/2015);
- Processo de dose compartilhada do ácido zoledrônico 4mg no tratamento da osteoporose, em parceria com o Centro de Referência para Administração Assistida de Medicamentos do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (CEDMAC/HCFMUSP) e para o monitoramento do uso seguro e racional do medicamento em 122 pacientes atendidos por solicitação administrativa (01 a 04/2015) - economia de R$ 78.683,90.
- Utilização de doses fracionadas de bevacizumabe e ranibizumabe para o tratamento da Degeneração Macular Relacionada à Idade, em parceria com a Faculdade de Medicina ABC e para o monitoramento do uso seguro e racional do medicamento em 641 pacientes atendidos por solicitação administrativa (01 a 04/2015) - economia de R$ 1.866.386,88;
- Transferência de pacientes atendidos por ação judicial, com CID autorizado nos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas do Ministério da Saúde, para emissão de APAC na FME, com a migração de 82,36% dos pacientes elegíveis da Grande São Paulo e 30,73% dos pacientes elegíveis do interior do Estado (01 a 10/2015).

Manutenção dos Programas MedCasa e PMC – Realização de mais de um milhão de entregas de medicamentos em domicílios de pacientes e captação de mais de 8.500 mil novos pacientes (01 a 09/2015).

Programa Desperdício Zero:

- Remanejamento de medicamentos entre as farmácias SES/SP a fim de evitar a perda por validade - economia de 775 mil reais (01 a 08/2015); Economia decorrente da negociação de preços de medicamentos, produtos nutricionais e materiais médico-hospitalares com fornecedores - R$ 257 milhões (11/2015).

Outras ações de aperfeiçoamento da gestão Assistência Farmacêutica Estadual:

- Estruturação do Sistema de Assistência Farmacêutica, com publicações de resoluções, guias, normas técnicas, implantação de sistema informatizado e interoperabilidade entre sistemas, programas de capacitação, estruturação de comissões de farmacologia, disponibilização de informações sobre medicamentos aos usuários do SUS, desenvolvimento de protocolo clínico de tratamento e pareceres técnicos, entre outras.

Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu

Perfil Institucional: Hospital de referência especializada (terciária e quaternária para sua região) com 385 leitos instalados; 52 leitos instalados de UTI (30 adultos 15 neonatal e 7 pediátricos) e 30 leitos cirúrgicos do Hospital Estadual Botucatu para retaguarda do HC.
Produção: Os serviços prestados aos pacientes (até outubro de 2015) que necessitam de assistência no Hospital das Clínicas foram: 2,6 milhões de exames diagnósticos; 441,4 mil consultas médicas; 571,1 mil consultas multiprofissionais; 188,6 mil atendimentos de urgência e emergência; 20,8 mil internações; 2,8 mil procedimentos cirúrgicos ambulatoriais; 9,3 mil procedimentos cirúrgicos eletivos e de urgência e emergência; 2,2 mil partos e outros procedimentos no Centro Obstétrico; 26,7 mil sessões de hemodiálise; 16,5 mil sessões de quimioterapia; 34,7 mil procedimentos de radioterapia; 14,4 mil procedimentos hemoterápicos; 3,0 mil Procedimentos Hemodinâmicos; 174 Transplantes.
Contratações: concursos públicos com contratação de 61 profissionais em regime CLT e 17 admitidos em comissão.

Ensino e Capacitação para a Rede Básica de Saúde – para o total de 5.824 profissionais na rede básica de saúde.

Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - FMUSP
O HCFMUSP é composto pelo Instituto Central, Instituto de Ortopedia e Traumatologia, o Instituto de Psiquiatria, o Hospital Auxiliar de Suzano, o Hospital Auxiliar de Cotoxó, o Instituto de Medicina Física e Reabilitação, o Instituto da Criança, o Instituto do Coração, o Instituto de Radiologia e o Instituto do Câncer do Estado de São Paulo, que oferecem referência terciária ao SUS/SP nas suas respectivas especialidades**.**

Assistência Hospitalar e ambulatorial: até outubro de 2015 constataram-se 54.603 saídas hospitalares, sendo contabilizados 1.059.202 consultas ambulatoriais, 35.543 cirurgias e 700 transplantes, sendo estes: coração adulto (36), coração infantil (13), córnea (81), fígado adulto (79), fígado infantil (33), medula óssea (122), ósteo-fascio-ligamentoso (140), pâncreas (2), pâncreas/rim (5), pulmões (17), rim (172). Também neste período, a taxa de ocupação operacional atingiu a porcentagem de 84,7% com média de permanência de aproximadamente 8,4 dias.

Projetos e Melhorias por Instituto

Instituto Central

- **Assistência–** Acreditação Hospitalar pela Organização Nacional de Acreditação (ONA); Ampliação do Parque Tecnológico; Implantação do Código Branco; Melhorias implantadas no Pronto-socorro (melhorias estruturais e de processo); Referenciamento do Pronto-Socorro de Obstetrícia; Fusão dos Projetos de Alta Hospitalar e Passagem de Plantão; Melhorias implantadas no Centro Cirúrgico; Implantação do Sistema de Interconsultas; Premiação "Melhores Prestadores de Serviços Brasil", do jornal "O Estado de S. Paulo" em parceria com a HSR Specialist Researchers, concedida para o Laboratório Central; Organização e simulação da Brigada de Incêndio, Realização de Simulado de Catástrofe; Planejamento Estratégico Multiprofissional: workshop de alinhamento Gestão Brilho nos Olhos; Implantação do Centro de Informações de Medicamentos; Centralização do atendimento das farmácias do ICHC; Melhorias implantadas no processo de atuação do fisioterapeuta; maior segurança patrimonial com Controle de Acesso e Monitoramento de Imagens e Formação do Comitê de Obras e Reformas.
- **Pesquisa -** Neurocirurgia para amenizar sequelas do AVCi; Desenvolvimento de Tomógrafo de Impedância Elétrica pela Pneumologia; Monitorização e controle da coagulação em pacientes politraumatizados ou submetidos a transplante hepático; Registro de software relacionado ao diagnóstico de disfunção cognitiva pós operatória pela Anestesiologia; Treino cognitivo para melhora da memória de pacientes com lesão cerebral; Aplicativo e-transplante; Realização de laqueadura endoscópica; Pesquisa de Cultura de Segurança do Paciente; Avaliação dos efeitos da exposição ocupacional aos vapores de mercúrio na função tireoidiana e na atividade da glutadiona peroxidase pelo Serviço de Saúde Ocupacional; Avaliação Fonoaudiológica da mímica facial e movimentos motores orais em pacientes com queimadura de cabeça e pescoço em um hospital público brasileiro; Técnica pioneira para cicatrização de feridas graves.

- **Humanização –** Programa “Pega Medular” referente aos pacientes de transplante de medula óssea; ampliação do Projeto Acolher para pacientes internados na enfermaria da Reumatologia e Urologia; Espaço de Acolhimento aos acompanhantes que aguardam pacientes em cirurgia; Coaching para Lideranças do ICHC; Desenvolvimento de Equipes referente ao apoio de equipes que atuam no planejamento estratégico; Academia ACAPPES Prática de Exercício Físico aberta para os colaboradores; Projeto “Fale com o CGP!”; Biblioteca Cultural ICHC para os colaboradores; Qualidade de vida do Trabalhador da Saúde; Programa de desenvolvimento humano e profissional em humanização; Tour Empatia das lideranças na Divisão de Enfermagem; Projeto Acolher HC – Educação Popular; Criação do Grupo de Apoio Integral a gestante e familiares (GAI); 10 anos dos Palhaços Voluntários do Grupo Amigos do Nariz Vermelho.
- **Ensino –** Lançamento de 15 livros; Reforma e modernização do Centro de Ensino Berilo Langer; Curso de Capacitação para Excelência no Atendimento promovido pela Divisão de Laboratório Central (DLC); Ensino à distância na área de ventilação mecânica pela Pneumologia; Implantação da Política Institucional de Sedação por médicos não anestesistas; Workshop de Via Área Difícil na Anestesiologia; Implantação de treinamento sobre a passagem de Catéter Venoso Central para residentes; Treinamento EaD pela Fisioterapia; Treinamento utilizando a técnica de simulação realística na enfermagem; Stand do Departamento de Gastroenterologia no Congresso Digestive Disease Week (DDW)**.**

Instituto do Coração (InCor)

- **Assistência –** Pronto-socorro: Emergência Referenciada; Ecocardiografia: racionalização do atendimento ao paciente; Hospital Dia: otimização ambiental referente a ocupação do espaço reformado no 8º andar Bloco I; Centro Cirúrgico: Sala Híbrida; Projeto Beira Leito.
- **Pesquisa –** Implantação do Centro de Pesquisa Clínica Translacional; Regulamentação do Amparo Financeiro; Revisão da Padronização dos Processos; Melhoria dos prazos de aprovação interna dos projetos contratados da indústria; Sistemática de identificação dos participantes da pesquisa no Centro de Pesquisa Clínica da Comissão Científica.
- **Humanização -** Programa Hábitos Saudáveis; Comemoração do aniversário dos pacientes internados; Programa Humanização: Paciente em Cuidados Paliativos; Programa Humanização na Pediatria e Atividades Festivas; Classes Hospitalares, com acompanhamento escolar dos pacientes internados por professoras da rede estadual de ensino.
- **Ensino –** Evento InCor 2015 – Na Fronteira do Conhecimento; CAER 2015 – Curso de Aperfeiçoamento em Endoscopia Respiratória.

Instituto do Câncer do Estado de São Paulo

- **Assistência–** Protocolo de Integridade de Pele; Certificações Institucionais (Prêmios de Melhor Ambulatório e Melhor Internação do Estado de São Paulo, Selo Amigo do Idoso e Prêmio da Excelência em Saúde pela Revista Health Management); Inovação Tecnológica referente ao início do Ambulatório de Radioterapia em Osasco (SP), do Projeto Piloto de Checagem de Administração de Medicamentos no Sistema TASY, do Monitoramento de adesão dos pacientes ao uso de quimioterapia por via oral; Desenvolvimento de um template único para registro do atendimento ambulatorial realizado pelas equipes de oncologia clínica, cirúrgica e radioterapia; Reorganização de Processos para diminuir a permanência do paciente no Centro de Atendimento de Intercorrências Oncológicas (CAIO) e do Serviço de Nutrição e Dietética para minimizar o desperdício de frascos de dietas enterais e água.
- **Pesquisa –** Expansão da Cirurgia Robótica; Expansão de Núcleos Multiusuários; Núcleo de Pesquisa realizou 14 estudos patrocinados de janeiro a outubro e de 132 projetos submetidos tiveram um total de 103 aprovados; 50 publicações de artigos em periódicos nacionais ou internacionais.
- **Humanização –** Mad Alegria; Tour ICESP para colaboradores; Oficina com Doutores da Alegria “Boas Misturas: Cuidar de Quem Cuida”; Visita de Animal de Estimação.
- **Ensino -** Programa de Pós-Graduação em Oncologia (Pós-Graduação Lato Sensu: Programa Residência Médica em Cancerologia Clínica, Curso de Especialização Multiprofissional em Oncologia e Pós-Graduação Stricto Sensu com Programa de Mestrado e Doutorado; Eventos Científicos organizados pelo ICESP como o II Simpósio Paulista em Oncologia e eventos referentes a assistência do paciente oncológico, humanização e infra-estrutura; Ações de

Ensino ao Colaborador como lançamento do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), Workshop Interno para Técnicos e Tecnólogos de Imagem e Workshop Interno para Enfermeiros Atuantes nas Unidades Ambulatoriais.

Instituto de Ortopedia e Traumatologia

- **Assistência –** Inauguração da Central de Material Esterilizado; Reestruturação da Grade Cirúrgica; Otimização dos Leitos de Observação do Pronto-socorro.
- **Pesquisa –** Órteses: **-** Eficácia e efeitos biomecânicos na osteoartrose do joelho, modelos clínicos e epidemiológicos das alterações degenerativas e estruturais do aparelho locomotor; Avaliação Clínica e Radiográfica da Artroplastia Total do Quadril sem cimento – Estudo comparativo entre osteoartrose primária e a sequela da doença de Legg-Calvé-Perthes – Desenvolvimento de ensaios e modelos para substituição articular; Avaliação dos Efeitos Sinérgicos de Co-Culturas Celulares associadas e não à Vegf, sobre matrizes tridimensionais de hidrogel para o tratamento de lesões agudas e sub-agudas de medula espinal – Modelos para análise de lesões do sistema nervoso; Ressecção Segmentar da Osteomielite Crônica dos Ossos Longos com uso do sinal da Páprica: Comparação da Avaliação Clínica, Microbiológica, Histológica e de Biologia Molecular; Artroplastia Total do Ombro Reversa no Tratamento das Artroses Primárias e Secundárias do Ombro; Correlação entre a Rotação do Ombro e o Ângulo da Cabeça Diáfise na Avaliação Radiografia do Ombro em Peças Anatômicas; Acurácia da Ressonância Magnética Pré-Operatória no Diagnóstico das Roturas do Tendão do Subescapular: Estudo Prospectivo; Tratamento da Moléstia de Dupuytren: Estudo comparativo entre a Fasciectomia Simples e Fasciectomia associada a injeção de tecido adiposo rico em células; Artrite Séptica do Ombro e Cotovelo: Experiência do Grupo de Ombro e Cotovelo do IOT-HCFMUSP no período de 2006 a 2015; entre outras pesquisas.
- **Humanização –** Brincando na Espera; Campanha Silêncio no IOT; Café com o Diretor Executivo; Acolhimento ao Paciente no Momento da Internação.
- **Ensino –** Criação da Plataforma e-Ortopedia; Curso Prático de Técnica Cirúrgica em Modelos Ósseos Plásticos Solbone; Curso Teórico Prático Cadáver Lab; Curso de Artroscopia; Curso de Fraturas Expostas; Curso de Fisiologia e Biomecânica do Aparelho Locomotor: Reabilitação e Treinamento; Curso de Atualidades em Fisioterapia após Cirurgias Ortopédicas e Traumatológicas; Curso Teórico Prático Hospitalar em Ortopedia e Traumatologia; Curso de Princípios de Fixação Externa Circular; Curso de Capacitação em Órteses em Membros Superiores; Curso de Capacitação no Tratamento da Osteoartrite; Curso de Capacitação em Órteses em Membros Superiores – Mod. Dedos e Polegares; Simpósio Fisioterapia em Pé e Tornozelo; Curso Oncologia Ortopédica; Curso Falhas Ósseas.

Instituto da Criança

- **Assistência –** Referenciamento das triagens do Ambulatório de Especialidades do ICr; Aumento de Capacidade de Atendimento do Hospital-Dia; Adequação da Terapia Renal Substitutiva para Pacientes sem condições de Diálise Domiciliar; Gerenciamento de Leitos.
- **Pesquisa –** Avaliação Funcional do Timo; Estudo de Alterações Cromossômicas em Recém-Nascidos e Lactentes com Cardiopatias Congênitas; Descrição de Nova Causa de Hidrópsia Fetal; Avaliação Pulmonar Funcional, Tomográfica e de Escores de Gravidade de Crianças e Adolescentes com Lúpus Eritematoso Sistêmico Juvenil (LESJ); Impacto do Uso de Técnicas Microbiológicas para o Estreptococo Beta Hemolítico do Grupo A no Diagnóstico e Tratamento das Faringotonsilites; Avaliação Nutricional e do Perfil Lipídico de Crianças e Adolescentes, com Processo Inflamatório, em Unidade de Emergência de um Hospital Universitário; Avaliação do Uso “Precoce” de Albumina em Crianças com Queimadura Extensa: Um Ensaio Clínico Randomizado Controlado.
- **Humanização –** Projeto Trote Solidário; Projeto Saia da Rotina; Gestão das Equipes de Voluntários do ICr; Projeto Visita dos Sonhos.
- **Ensino –** Treinamento em Suporte Básico de vida; Treinamentos Técnicos Multiprofissionais; Cursos de Especialização Multiprofissionais; Reuniões Clínicas Multiprofissionais.

Instituto de Psiquiatria

- **Assistência –** Disponibilização de vagas para a Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde (CROSS-SES); Implantação do Projeto

Terapêutico Singular (PTS); Gestão de Leitos Centralizada; Desdobramento dos Indicadores Administrativos, de Enfermagem e Segurança do Paciente para as Equipes Multidisciplinares de cada Unidade de Internação; Planejamento Estratégico Situacional 2015/2018; Implantação do Monitoramento de Protocolo Clínico Multidisciplinar.

- **Pesquisa –** Novas Tecnologias de Telecomunicação na Prestação de Serviços em Saúde Mental: Atendimento Psiquiátrico por Webconferência; Núcleo de Apoio a Pesquisa Neurodesenvolvimento e Saúde Mental (N&SM); Instituto Nacional de Psiquiatria em Desenvolvimento (INPD); Neurociência Translacional da Doença de Alzheimer: Estudos Pré-Clínicos e Clínicos do Peptídeo B-Amiloide e outros Biomarcadores; Prevenção e Tratamento da Depressão em Idosos: Um Estudo de Base Populacional.
- **Humanização –** IPq Portas Abertas; Café com o Presidente; Salão de Beleza no IPq; Programa Humanamente; Projeto "A horta".
- **Ensino –** Capacitação em Educação em Saúde com Ênfase em Metodologias Ativas na Área de Álcool e Drogas (Curso de Curta Duração); Como Abordar Paciente Psiquiátrico; Curso de Gerenciamento de Protocolos Assistenciais Multiprofissionais (IBES); Curso de Formação de Auditores Internos em Saúde (IBES); Cursos OnLine (Plataforma Albert Einstein); Cursos OnLine Plataforma UCRH – Unidade Central de Recursos Humanos (Liderança); Plataforma SG Cursos – UCRH.

Instituto de Radiologia

- **Assistência –** Certificação nível II da Organização Nacional de Acreditação; Workshop de Segurança em Ressonância; Sistema de Liderança (Reuniões de Análise Crítica); Redução de Reconvocação de Pacientes; Integração das equipes SFT de Ressonância Magnética; Atualização do Parque Tecnológico da Radioterapia; Política de Acesso – Implantação de Controle de Acesso às Dependências do InRad; Painel Senha; Implantação do Sistema Multimed.
- **Pesquisa –** Implantação do Centro de Inovação Tecnológica (CIT); Treino Cognitivo Melhora Memória em Cérebro Lesionado; PISA 7 Tesla, da Plataforma de Imagem na Sala de Autópsia; Laboratório Ricardo Brentani (HPV) LIM 24; Projetos de Pesquisas de Fomentos Externos, no total de 22 projetos.
- **Humanização –** Programa de Qualidade de Vida no Trabalho; De Bem com Você – A Beleza contra o Câncer; Arte Despertar – Treinamento Comportamental; Sala de Espera/ Amigo do Meio Ambiente; Encontro com a Diretoria Executiva – Aniversariantes do Mês; Acolhimento aos Pacientes no Serviço de Ressonância Magnética; Projeto de Comunicação Visual; Espaço do Colaborador; Ambiência na Sala de Biópsia da Mama.
- **Ensino –** Centro de Treinamento em Radiologia; Treinamentos Internacionais Dr. Carnevale; Imagine 2015 / Inovação; Enfermagem na Jornada Paulista de Radiologia 2015; Curso de Especialização de Enfermagem em Radiologia Diagnóstica e Terapêutica; UEP – Curso de Pós-Graduação da Área Multiprofissional.

Instituto de Medicina Física e Reabilitação

- **Assistência –** Aplicação de Instrumentos de Avaliação de Resultados Assistenciais; Disseminação do uso do Prontuário Eletrônico do Paciente; Seguimento Pós Alta; Estudo de Causa de Absenteísmo; Internação sem Cuidador para pacientes funcionalmente independentes; Altas Terapêuticas Semanais (Internação).
- **Pesquisa –** Revisão da Normatização das Tecnologias Asssistivas no Sistema Único de Saúde; Preditores da resposta ao Tratamento das Sequelas Motoras Pós-Acidente Vascular Encefálico; Associação da Estimulação Transcraniana por Corrente Contínua (ETCC) com Treinamento de Marcha como Suporte Parcial de Peso no Dispositivo Robótico (Lokomat) para Tratamento de Pacientes com Lesão Medular Traumática Incompleta; Efeito do Aprendizado Motor e Treinamento Robótico de Membros Superiores sobre a Neuroplasticidade e Capacidade Funcional: Estudo Clínico Randomizado Cego em Sequela de Acidente Vascular Encefálico – Estudo NARLE I.
- **Humanização –** Avaliação Anual de Acessibilidade por Usuários do IMRea; Espaço Educativo; Política de Acolhimento ao Colaborador – Reformulação da Cartilha Manual do Colaborador; Cartão Paciente; Atenção ao Usuário: Ação Social para Agilização de Transporte para Frequência ao Programa de Reabilitação; Educação em Saúde para Pacientes; Projeto de Comunicação Visual.

- **Ensino –** Atualização em Lesão Medular: Utilizando o Estudo Urodinâmico na Reeducação Vesical; Atualização/ Capacitação MIF; Gerenciamento de Risco e Controle de Risco e Controle de Infecção Hospitalar; Reabilitação de Amputados de Membros Inferiores – Fase Pré e Pós Protetização; Fórum de Atualização do Ambulatório Infantil; Anotação e Evolução de Enfermagem: Segurança da Informação e Aspectos Legais; Manifestações Psicopatológicas e Reabilitação; Atualização em Lesão Encefálica; Treinamento das Escalas Fugl-Meyer e Escala de Deficiência de Tronco (EDT); Implantação do Código Amarelo; Dinamometria Computadorizada; Técnicas de Avaliação Psicológica e Neuropsicológica; Palestra: Gross Motor Function Measure (GMFM), entre outros projetos.

Hospital Auxiliar de Suzano

- **Assistência -** Saída de Pacientes em Ventilação Mecânica da Enfermaria; Patas no "Divã".
- **Pesquisa –** Apresentação de Trabalho no 70º Congresso Brasileiro de Cardiologia; Apresentação de 2 pôsteres no Qualihosp; Participação no I Fórum de Boas Práticas de Enfermagem do Núcleo Gestor de Enfermagem.
- **Humanização –** Atividades Terapêuticas para Acompanhantes, com ensino de atividades artesanais para os acompanhantes; Família Feliz; Comemoração – Festa Junina; Disseminação do Artigo "Projeto Patas no Divã – Terapia Assistida por Animais no Hospital Auxiliar de Suzano"; Disseminação do Artigo "Humanização na Prática em Cuidados Prolongados – Hospital Auxiliar de Suzano"; Atendimento a Funcionários e Dependentes com Distúrbios relacionados a Alimentação.
- **Ensino –** Palestra "Crise Hídrica e Redução do Consumo de Água"; Debate sobre as Fases do Luto**.**

Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo - FMRPUSP

O Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – USP é destinado ao atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS e à formação de profissionais na área da saúde como referência terciária/quaternária para diversas regiões do Estado de São Paulo.

Principais Indicadores de Assistência (2015 – estimado)

Indicadores	Campus	U. Emergência	Total
Consultas/Procedimentos	660.733	35.932	696.665
Internações	25.591	9.524	35.116
Porcentagem de Ocupação	75,1	104,1	81,3
Duração Média de Internação	6,7	6,9	7,1
Taxa de Mortalidade	2,6	7,5	4,1
Taxa de Infecção Hospitalar	3,38	2,67	3,43
Índice de Intervalo de Substituição	2,2	0	1,6
Cirurgias	28.762	4.548	33.310
Partos	1.715	1	1.716
Taxa de Cesárea	45,6	-	45,6
Exames Laboratoriais	2.586.497	467.263	3.053.760
Exames Especializados	375.907	60.379	436.286
Procedimentos	256.763	66.426	323.189
Centro Regional de Hemoterapia			
Exames Laboratoriais	1.291.492	44.208	1.335.700
Doadores	38.288	-	38.288

Transplantes – realização do total de 361 transplantes, sendo 66 de rim, 50 de fígado, 61 de medula óssea e 179 de córnea e 05 de pâncreas/rim**.**

Ensino – O HCFMRP-USP é campo de atividades de Ensino para os alunos dos cursos de Medicina, Enfermagem, Terapia Ocupacional, Fisioterapia, Nutrição, Fonoaudiologia e Informática Biomédica da USP de Ribeirão Preto. Em 2015, foram 67 Programas de Residência Médica, 24 de aprimoramento e 8 de residência multiprofissional, com 741 médicos residentes, 33 residentes multiprofissionais e 82 aprimorandos. Destaca-se o Mestrado Profissional em Gestão de Organizações de Saúde (parceria com a FMRP-USP e FEARP –USP) com 48 alunos, com aulas práticas e teóricas.

Centro Interescolar - foi realizado o curso de Técnico em Enfermagem: 40 participantes. Aperfeiçoamento profissional - treinamento "Qualidade no atendimento ao público" para servidores da Enfermagem, Serviço de Apoio Operacional e Divisão de Assistência Farmacêutica: 525 servidores; e treinamento a novos servidores: 796 servidores.

Ações de Atenção Hospitalar – iniciativas em destaque – início das atividades ambulatoriais do HC Criança (39 consultórios médicos, salas de espera para 192 pacientes e acompanhantes), reinauguração do Centro de Reabilitação (14 consultórios médicos, salas de trauma e gesso, local para exames de urodinâmica, baropodometria e raio x, além de ambiente especialmente preparado para discussão de casos clínicos), implantação de novas tecnologias na assistência: detecção de hepatite B no Hemocentro; novo teste de tuberculose; nova técnica de método contraceptivo; realizado o 1º transplante de ossos; Equipe de Cuidados Paliativos na U.E.

Campanhas Preventivas e eventos comemorativos – destinadas aos funcionários, profissionais e público em geral, foram realizadas em 2015, "Doação de Córneas", Luta contra queimadura, Campanha de Doação de Sangue, "O Dia do Paciente do HC", Dia Mundial de Luta contra o Câncer de Cabeça e Pescoço, Campanha Nacional do Doador de Órgãos, Semana da Amamentação, Campanha da voz, Semana do Idoso, Campanha Outubro Rosa, Campanha Nacional de Combate ao Acidente Vascular Cerebral, Campanha do Câncer de Pele.

Premiações: em 2015 foram recebidos - Certificação Diamante Prime em Prevenção de Lesões de Pele (para o CTI Campus); Banco de Leite do HC recebe certificado "Categoria Ouro"; Certificação da Sala de Apoio à Amamentação; Hospital Estadual de Américo Brasiliense recebe Acreditação; Hospital Amigo do Idoso; entre outros.

Gestão de Pessoas - diversas iniciativas foram promovidas para os colaboradores do HCRP em 2015, como: Criação da comissão de capacidade de trabalho, Treinamentos de Combate a Incêndio, Semana da Enfermagem, Pesquisa de Clima Organizacional, Ações de Humanização aos colaboradores, ginástica laboral, entre outras, Curso Habilidade de Vida no Trabalho, Módulo I e II, 7ª jornada da CIPA, Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho – SIPAT, XVIII Encontro Comunitário de Saúde Mental, entre outras.

Gestão hospitalar e de qualidade – informatização da gestão e atenção à saúde: Sistema Beira Leito (controla a entrada, dispensação e distribuição, prescrição e administração de medicamentos, hemoterápicos, nutrição parenteral, dieta enteral e coleta de exames laboratoriais à beira do leito do paciente), já implantado em cerca de 50% das enfermarias do Campus; Prontuário Eletrônico do Paciente – PEP; Assinatura Eletrônica. Eventos relativos à qualidade: Semana da Qualidade, VI Autoavaliação do HC, Pesquisa de Satisfação dos Pacientes, Pesquisa de Satisfação dos Pacientes do Ambulatório (3211 questionários respondidos).

Gerenciamento da Qualidade nos Laboratórios – atividades em 2015: Realização de estudos para avaliação do valor gasto com exames complementares terceirizados com o intuito de aprimorar a sistemática de solicitação destes exames; Pesquisa de satisfação dos pacientes da sala de coleta ambulatorial do Hospital das Clínicas, para o conhecimento do perfil, das necessidades e expectativas dos pacientes visando propor alternativas da logística da coleta (locais de coletas e horários) e consequente obter o melhor atendimento dos usuários; Padronização do fluxo de transporte de amostra biológica, para garantir a qualidade e segurança desta fase do processo; Desenvolvimento de estudos para centralização de equipamentos e consequente racionalização de recursos.

Gerenciamento de Riscos – sistema de notificação eletrônica para diferentes tipos de risco, com mais de 3600 notificações em 2015.

Gerenciamento Ambiental – conquista do prêmio "Hospital Amigo do Meio Ambiente" em 2015. Atualmente são manejados aproximadamente 584,5 mil kg de resíduos Infectantes e Perfurocortantes, 13, 9 mil kg de resíduos Químicos, 977,9 kg de Resíduos Comuns (Refugo) e 176,8 mil kg de Resíduos Comuns Recicláveis.

Humanização e Responsabilidade Social – entre os diversos projetos em 2015 temos: Arte, Cultura e Lazer no Hospital (todas as datas comemorativas são marcadas com festividades); Classe Hospitalar (acompanhamento educacional para crianças e jovens internados de 06 a 14 anos), atendidos 96 alunos/mês; Reinserção Escolar (informação sobre câncer infantil nas escolas) média de 518 alunos/mês; Voluntariado (conta atualmente com, aproximadamente, com 290 voluntários distribuídos em diversos grupos), projetos – Projeto Brincar; Felicidade (idosos) e Em busca do Riso Perdido, entre outros.

Programa 0932 - Vigilância em Saúde

O objetivo deste Programa é integrar e coordenar a resposta estadual a doenças, agravos e riscos existentes ou potenciais no âmbito da saúde coletiva por meio do planejamento, operação, supervisão, avaliação, monitoramento das ações de vigilância em saúde.

Ação 4124 – Campanhas de Vacinação
Ação 4127 - Ações de Vigilância Sanitária e Ambiental
Ação 4138 - Exames Laboratoriais Interesse Saúde Pública
Ação 4722 - Vigilância Epidemiológica
Ação 4839 - Controle de Doenças Transmitidas por Vetores
Ação 4865 - Epidemiologia e Informação em Câncer
Ação 5780 - Vacinação de Rotina
Ação 5781 - Campanha de Vacinação Animal

Ações de Saúde Coletiva

Material de Comunicação e divulgação – Em 2015 destaca-se: 12 edições do Boletim Epidemiológico Paulista – BEPA; Edição do Plano Setorial da Saúde para a Política Estadual de Mudança Climática; 15 edições do jornal GAIS Informa; Catálogo de fotos da exposição Vigilância em Saúde do Trabalhador (CVS); Manual Informações Básicas sobre Saúde Ocular (CVE);Produção de 12 edições do CCD Notícias; Cinco edições do "Café com Saúde";

Programa de Pós Graduação em Ciências – Em 2015 participaram 90 discentes, sendo 49 no mestrado, 36 no doutorado e 5 pós doutorado. Realizadas 10 defesas de mestrado e 5 de doutorado. Houve o apoio da CAPES com 26 bolsas (10 Doutorados, 15 mestrados e 1 de pós-doutorado) e 1 do CNPq. Foram ministradas 16 disciplinas e o IX Encontro do Programa de Pós Graduação em Ciências. São desenvolvidos um total de 113 projetos em 27 linhas de pesquisa em infectologia e pesquisas laboratoriais em saúde pública.

Grupo de Apoio às Políticas de Prevenção e Proteção à Saúde – GAPS – mantém 14 projetos das diferentes áreas da Vigilância em Saúde em execução, representando R$ 7,24 milhões para pagamento de aproximadamente 45.550 etapas, em 2015, para profissionais envolvidos na execução de ações urgentes, como Ambientes Livres de Tabaco e Prevenção Consumo Álcool; Respostas as Emergências de Epidemias: dengue, febre amarela e chikungunya e outras atividades de vacinação e vigilância epidemiológica.

Sistemas de Informações de Mortalidade - SIM e de Nascidos Vivos - SINASC – coordenação e aperfeiçoamento dos sistemas de informações de estatísticas vitais. Principais ações desenvolvidas: distribuição da Declaração de Nascido Vivo – DNV e Declaração de Óbito – DO aos municípios, total de eventos 630.00 Nascimentos e 289.000 Óbitos (ano 2015) no âmbito do Estado de São Paulo; Realização de cursos e oficinas sobre codificação e outros temas relacionados ao SIM e SINASC envolvendo 796 técnicos.

Ações de Vigilância Sanitária – A SES, por meio do Centro de Vigilância Sanitária coordena o Sistema Estadual de Vigilância Sanitária, constituído por 28 equipes regionais de vigilância sanitária estadual (GVS) 645 equipes municipais (VISA-M), com a função de proteger a população dos fatores que implicam em ameaças e riscos à saúde.

Entre as ações realizadas destacam-se:
Serviços de Saúde de referência - Controle do Risco Sanitário nos Serviços de Radioterapia - intensificadas nos 12 Serviços que possuem fonte de Cobalto 60; Ações investigativas: nas ocorrências de exposição a doses elevadas de radiações ionizantes, notificações de Eventos Adversos relacionados à assistência à saúde, que resultaram em óbito ou considerados eventos graves; 100% eventos sentinelas relacionados à transfusão sanguínea, e monitorados 182 (95%) Serviços de Terapia Renal Substitutiva e 458 Serviços de Hemoterapia;

Ações de Vigilância Sanitária do Meio Ambiente:
- Vigilância de Vetores e Hospedeiros - orientações para 48 mil inspeções; Encontro Estadual de Vigilância Sanitária para o Controle da Dengue, com participação dos GVS e SUCEN.
- Ambiente Construído - orientações para 10 mil inspeções realizadas
- Produtos Perigosos e Eventos Naturais – Aquisição de equipamentos de medição de vapores de mercúrio e tratativas para parceria com Cetesb; orientações para 300 inspeções.
- Programa de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano – Proágua - monitoradas 233.000 análises; orientadas 21 mil inspeções.
- Elaboração do Plano Setorial de Contingência para Enfrentamento da Crise Hídrica.
- Avaliação de resíduos de pesticidas e protozoários patogênicos em água de abastecimento público no Estado de São Paulo, em conjunto com FSP/USP e outros.
- Articulações com representantes da San Francisco Public Utilities Commission – SFPUC e California State Water Board para avaliação conjunta de cenários de estiagem.
- Campanha da Lei Antifumo e de Álcool para Menores é Proibido - 189.355 inspeções e 378 autuações Antifumo e 273 autuações Antialcool.

Treinamentos, Capacitações, Seminários e Encontros: com participação total de 2.290 profissionais envolvendo temas como: surtos em serviços de diálise, controle de infecção hospitalar, sistemas de informação em vigilância sanitária, seminário estadual "água e saúde", entre outros.

Saúde do Trabalhador - Monitoramento das notificações 38.855 casos registrados; Seminário "Trabalhadores com Deficiência e Acessibilidade no Ambiente de Trabalho"; Publicação do "Protocolo de Atenção à Saúde dos Trabalhadores expostos ao Mercúrio Metálico"; XVIII Encontro Estadual da Renast.

Programa de Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST/AIDS do Estado de São Paulo –

- **Cursos, capacitações e encontros**: "Encontros Regionais de Monitoramento da Implantação dos Testes Rápidos para SMS e unidades da SAP", Curso de Ensino a Distância (EAD): "A conquista da cidadania LGBT" – a política da Diversidade Sexual no ESP– 3.300 vagas; Treinamentos para as Unidades Dispensadoras de Medicamentos no ESP; 2º Encontro Paulista de SAE – Serviços de Assistência Especializada em DST/AIDS do ESP- 400 profissionais; Fórum de Interlocutores de DST/Aids do ESP, com a participação de municípios, OSC, GVE e demais secretarias e áreas de governo estratégicas; Capacitações - 3.099 pessoas - R$ 1.126.677,90. Parceria com a Universidade Metodista de São Paulo para elaboração de 03 campanhas sobre: Sífilis", prevenção do HIV para jovens gays e prevenção do HIV para mulheres jovens.
- **Estruturação da rede**: Instituição da Rede de Cuidados em DST/HIV/AIDS e Hepatites Virais"; Estruturação do GT Co-infeção HIV/TB (Programas Estadual e Municipal de TB e DST/AIDS).
- **Testagem**: Foram realizados 2.849 de testes HIV/Sífilis em eventos e locais estratégicos.
- **Pesquisas e projetos**: Comitê de Ética em Pesquisa do CRT - 24 protocolos avaliados (11 aprovados); Parceria com o Departamento de Medicina Preventiva da FMUSP para desenvolvimento do projeto "O uso combinado dos métodos de prevenção do HIV e a

profilaxia pré e pós-exposição sexual consentida no Brasil: Protocolo de um ensaio clínico pragmático em serviços públicos de saúde".

- **Materiais técnicos, divulgação e informação**- Publicação: O HIV e a Sífilis no Sistema Prisional Feminino do ESP – Relatório Final; Produção vídeo: "Revelação Diagnóstica do HIV – A Arte de Comunicar Más Notícias"; "Guia de Bolso" para o manejo da sífilis em gestantes e sífilis congênita; publicação sobre Ética e HIV/AIDS junto ao CREMESP-SP; Site "Juntos na Prevenção" direcionado ao público jovem; Disque-DST/AIDS - serviço de alcance nacional e internacional - 6000 atendimentos .
- **Recursos de auxílio, incentivos e projetos**: 48 para projetos de Organizações da Sociedade Civil (Casa de Apoio, Fóruns, Redes e ONG), de acordo com a CIB 63-21/11/2014 e Edital 001/2013 - R$ 1.007,991; Aprovação de 21 Projetos de Prevenção as DST/AIDS, Promoção dos Direitos Humanos e Controle Social –R$ 3.200.000,00.
- **Monitoramento** - 492 acomodações das Casas de Apoio, parceria aos 14 municípios e 23 Casas.
- **Insumos**: 14.054.400 preservativos masculinos e distribuição de 45.963.556 de preservativos masculinos de 52 mm, 3.091.500 de preservativos femininos e 4.921.500 sachês de gel lubrificante, adquiridos pelo Ministério da Saúde. Aquisição e distribuição de 6.305 mL de Polimetilmetacrilato (PMMA) 30% para tratamento da lipodistrofia facial. Materiais permanentes - R$ 481.139,91.

Centro de Vigilância Epidemiológica "Professor Alexandre Vranjac" – CVE - responsável pela Vigilância Epidemiológica do Estado, destaques em 2015:

- **Programa Estadual de Imunização** – Total de doses: Vacinação de rotina (dados até 25/11/2015) - 18.842.173; Campanha Influenza (maio/2015) - 10.233.430; Campanha Nacional de Vacinação contra a Poliomielite (agosto/2015) - 2.273.220; Campanha Nacional de Atualização do Esquema Vacinal em crianças menores de 5 anos - Multivacinação (agosto/2015) - 694.355; Implantação do novo Sistema de Informação do Programa de Imunização – SIPNI - capacitados 351 interlocutores de imunização e técnicos de informática de 143 municípios (22%), 3.448 (73%) das salas de vacinas;
- **Pesquisas e trabalhos** – 03 trabalhos na Conferência Internacional em Doenças Infecciosas Emergentes; Estudo de portador de Haemophilus influenzae (Hi) e Streptococcus pneumoniae (Sp) em crianças vacinadas com PCV 10 no município de São Paulo em parceria com o IAL; Pesquisa- projeto: Vigilância aprimorada da vigilância sentinela da Influenza no Estado de São Paulo, em parceria com o IAL; Publicação de artigos: International (Epidemiology of Deaths by Lightning in the State of Sao Paulo-Brazil Years 2000 to 2014 and impacts of development and environmental factors, publicado no Climatology & Weather Forecasting) e no BEPA;
- **Cursos, Seminários, Simpósios e Oficinas –** 4.277 participantes em temas como: Seminários Avaliação da Vigilância Sentinela da Influenza no Estado de São Paulo; IX Simpósio de Influenza; Capacitações no Sistema de Vigilância Epidemiológica; Seminários de avaliação da Vigilância Sentinela da coqueluche no Estado de São Paulo; Oficina de avaliação e proposta para o programa estadual de controle da dengue 2015/2016; Fórum Estadual de Tuberculose; Eliminação da Hanseníase nos Municípios no Estado De São Paulo; Fórum Estadual sobre Promoção da Saúde; Oficinas Acidentes e Violências, entre outros;
- Videoconferências: Ênfase nos eventos de massa/ Alerta Sarampo/ Viajantes - retorno das férias - 250 por streaming/84 polos participantes; Preparando para a sazonalidade 2015- ênfase no Manejo clínico e tratamento precoce - grupos de risco; Vigilância, Controle, Preparação e Resposta - com 387 por streaming e 117 polos; 04 Videoconferências (Acidentes no Trânsito, Criança Segura, Notificação da Violência, Linha de Cuidados da Obesidade).

Centro de Distribuição e Logística "Profº Edmundo Juarez" – CDL – responsável pelo Armazenamento e distribuição de vacinas de rotina, campanhas humanas e contra raiva canino-felina, insumos estratégicos e armazenamento e distribuição de PALIVIZUMABE e outros materiais /insumos para a Coordenadoria de Controle de Doenças fundamentais para as ações de Vigilância em Saúde. Principais ações em 2015: Visitas Técnicas Monitoradas – Treinamentos realizados para Escolas e funcionários da área da saúde/logística rede pública e privada num total de 419 visitantes; distribuição de 44,6 milhões de doses de vacinas no valor de R$ 441 milhões e insumos nos valor de R$ 1,7 milhões.

Instituto Adolfo Lutz - IAL - realiza diversidade de exames e análises (1.000 tipos de exames/ensaios) para as áreas da Vigilância em Saúde e Programas Interlaboratoriais de Qualidade. Integra o Programa de Imunização do estado, realizando testes para definir efeitos adversos de vacinas e testes de vacinas produzidas no Instituto Butantã. Mantém 43 Programas em parceria com órgãos diversos. O destaque para o ano 2015 é atribuído à reorganização dos laboratórios em sub-redes por agravos e programas com a participação de todos os Centros do IAL.

Principais ações em 2015:

- **Produção de Exames** – 754.152 (janeiro a outubro);
- **Projetos:** 65 projetos de pesquisa científica encontram-se em desenvolvimento e/ou em fase de aprovação, resultando na captação de recursos no valor de R$ 11.158.435,91.
- **Treinamentos:** realizados 134 eventos voltados ao desenvolvimento, treinamento e capacitação de 2.646 profissionais, com despesas apuradas no valor de R$ 21.139,14.
- **Investimento em equipamentos de apoio ao diagnóstico**: 88 equipamentos adquiridos no período no valor total de R$ 2.075.233,79.
- **Excelência técnico-científica** – foram recebidas premiações por atividades e produções científicas; estabelecidos acordos de cooperação técnica e participação em pesquisas de interesse de saúde pública.
- Outros destaques: Implantação de novas metodologias como “Técnica de PCR em Tempo Real para o diagnóstico” Enterovírus associados às Meningites virais e de Norovirus em amostras de alimentos”; Isolamento de Zicavírus em abril de 2015; permitindo a produção de vírus para disponibilização aos LACENs do país .

Instituto Pasteur - vigilância epidemiológica, controle de risco e programas de capacitação e desenvolvimento relativos à raiva e outras encefalites virais, abrangendo atividades laboratoriais, de pesquisa e inovação, a coordenação do programa estadual de controle da raiva, a profilaxia da raiva humana e o suporte aos municípios. Referencia nacional para realização do diagnóstico humano ante-mortem. Principais Atividades:

- Exames laboratoriais: processadas 21.842 amostras, realizando 40.752 procedimentos técnicos, realizada a caracterização genética de vírus da raiva do Brasil, Nicarágua e Cuba. Foi realizado diagnóstico ante-mortem de 11 pacientes suspeitos de raiva, totalizando 43 amostras analisadas, um caso foi positivo para raiva.
- Pesquisa - 33 projetos de pesquisa - quatro contam com captação de recursos de agência de fomento (FAPESP) no valor de R$ 555.764,14 e U$ 25.300,00
- Cursos, capacitações, eventos científicos e oficinas: 464 participantes (VIII Seminário do Dia Mundial contra a Raiva - investimento de R$ 140.820,00; II Curso de Biossegurança do Instituto Pasteur, II Workshop de Inovação Tecnológica, Capacitação em Técnicas para Coleta de Amostras de sistema nervoso central para diagnóstico de raiva entre outros)
- Programa de Aprimoramento Profissional - sete bolsistas, Programa de Residência em Área Profissional da Saúde - Medicina Veterinária FMVZ/USP: 19 médicos veterinários, Estágio Curricular: na área de Virologia - 2 alunos de curso de graduação em medicina veterinária (UNESP Botucatu e FMVZ-USP).
- Produção de insumos: produção conjugado antivírus da raiva, distribuição para os laboratórios da rede de diagnóstico de raiva do Brasil e exterior.
- Investimentos em equipamentos: R$ 176.826,00.

FOSP- Fundação Oncocentro

Informação e Epidemiologia – Registro Hospitalar de Câncer – RHC – importante instrumento de levantamento de informações sobre os casos de câncer atendidos nos hospitais de oncologia, coordenado pela FOSP, o Registro Hospitalar de Câncer está implantado em 72 hospitais da Rede de Atenção Oncológica, e em outros 5 hospitais particulares ou filantrópicos (esses últimos, com adesão obrigatória ao sistema). Desde a sua implantação, no ano 2000, até o primeiro trimestre de 2015, possuía o registro de mais de 626.000 casos analíticos e de 126.000 casos não analíticos. Em 2015, foi divulgado o Boletim RHC número 50, ano 15, no mês de setembro.

SPCAN: Morbidade e mortalidade por câncer no estado de São Paulo - iniciada em 2014 o "SPCAN" é uma plataforma de análise on line sobre o conjunto de casos de câncer atendidos em hospitais do estado de São Paulo, alimentado pela base estadual do RHC e atualizado trimestralmente. Em 2015, foram calculadas as taxas de mortalidade por câncer (brutas e padronizadas), entre 1996 e 2012, segundo municípios e Redes Regionais de Atenção à Saúde do estado de São Paulo, sexo e faixas etárias quinquenais e a tabulação das taxas de mortalidade por câncer estarão disponíveis na plataforma online em breve.

Laboratório de Anatomia Patológica da FOSP - realizou em um total de 218.963 exames até outubro/2015, assim distribuídos: Citologia cervico-vaginal, 194.597, anatomopatológicos, 12.139, imunohistoquímicos 11.934 e fish 293. Foram instalados equipamentos relacionados à segurança do trabalho, tais como: chuveiro de emergência e termo-higrômetros nos ambientes, fazendo parte do processo de adequação dos laboratórios de patologia e imunohistoquímica às exigências da vigilância sanitária. Todos os microscópios (50) foram submetidos à limpeza e manutenção preventiva.

Projeto citologia líquida e teste molecular para HPV de alto risco – avaliação de novas modalidades de rastreio para prevenção de câncer de colo uterino na Rede Pública de Saúde do Estado de São Paulo. Desde 01/12/2014, a FOSP vem coordenando este projeto. Até o momento, 11.000 amostras já foram testadas.

Administração e Finanças – a utilização da Bolsa Eletrônica de Compras - BEC tem papel fundamental na economia para a Fundação. Graças a este e outros mecanismos de comparação de preços, o valor estimado e reservado para as despesas em 2015 foi de R$ 947.580,18, sendo que o valor final negociado foi de R$ 799.017,93, gerando uma economia de R$ 148.562,25.

Superintendência de Controle de Endemias - SUCEN

A SUCEN tem como finalidade promover o controle de vetores e hospedeiros intermediários invertebrados de doenças no Estado de São Paulo, realizando pesquisas e atividades necessárias ao avanço dos conhecimentos científicos e tecnológicos, além de cooperar com os governos municipais como executores das ações locais de controle, como também prestar assessoria para o controle de artrópodes, peçonhentos e incômodos.
As ações de vigilância e controle desenvolvidas em 2015 pelo Departamento de Controle de Vetores (DCV) referem-se aos vetores da Dengue, Leishmaniose Visceral Americana (LVA) e Leishmaniose Tegumentar Americana (LTA), Malária, Febre Maculosa Brasileira (FMB), Febre Amarela e doença de Chagas e aos hospedeiros intermediários da Esquistossomose:

- Ações suplementar e complementar aos municípios - controle do mosquito *Aedes aegypti* (vetor da dengue), 2.227.691 imóveis dos quais 1.112.674 trabalhados pela equipe contratada de forma emergencial e temporária. Visitas para o controle do vetor da Leishmaniose Visceral Americana: 216 imóveis.
- Ações realizadas com foco em endemias rurais e peri-urbanas, não municipalizadas, para a vigilância e controle de triatomíneos transmissores da doença de Chagas e LTA: 865 imóveis;
- Pesquisas entomológicas para o controle de LVA e FMB em áreas urbanas e periurbanas: 12.189 imóveis; Pesquisas malacológicas para a vigilância e controle de planorbídeos hospedeiros intermediários da esquistossomose: 139 localidades;
- Ações voltadas para o controle de animais peçonhentos e insetos: 51 imóveis.
- Atividades complementares de monitoramento e acompanhamento da infestação por Aedes aegypti em imóveis domiciliares e de risco para o estabelecimento desse vetor: 261.151 imóveis.
- Assessoria aos municípios – 10.126 orientações técnicas e supervisões aos agentes municipais. Foram capacitados 5.184 profissionais de saúde dos nos diferentes programas de controle de doenças em municípios do Estado de São Paulo, cujo conteúdo em cerca de 90% dos casos foi relativo ao Programa de Controle do Aedes aegypti.

Destacam-se os seguintes avanços:

- A SUCEN é a Secretaria Executiva do Comitê Estadual de Mobilização contra Dengue, e em março de 2015 foi realizada a Semana Estadual de mobilização para Ações de Combate a Dengue, em parceria com os municípios e nova mobilização social em novembro de 2015.

- Publicação de edição especial do BEPA (Volume 12, número 135-136, março/abril 2015) comemorativo dos 40 anos da SUCEN.
- Atividades desenvolvidas pela Coordenação dos Laboratórios de Referência e Desenvolvimento Científico – CLRDC:
  - o coleta e realização de exames para a identificação de espécies vetoras (50.378 amostras de imaturos de Aedes aegypti, 3697 amostras de adultos de Ae. aegypti, 4943 flebotomineos, 2 carrapatos e 380 triatomíneos.e de hospedeiros intermediários das endemias.
  - o realização de diagnóstico da malária humana contabilizou 5911exames e 589 revisões daqueles realizados em outras unidades laboratoriais do Estado.
  - o Outras ações desenvolvidas referem-se ao monitoramento da resistência dos vetores da dengue aos produtos utilizados para o seu controle, em 13 populações de Ae. aegypti provenientes de municípios paulistas, e 2 do Paraguai.

Programa 0933 - Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde

O objetivo deste Programa é estimular o desenvolvimento científico e tecnológico na área da saúde, garantindo sua difusão a sociedade. Este programa foi reestruturado em relação ao Plano Plurianual - PPA anterior com o objetivo de estabelecer uma coordenação destas ações no âmbito do estado. Essa articulação vem ocorrendo, conforme demonstram as ações descritas a seguir, sendo necessário melhorar a execução orçamentária com recursos específicos alocados.

Ação 2522- Incorporação de Tecnologia na Produção de Medicamentos de Alto Custo
Ação 4856 - Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde
Ação 5805 - Difusão do Conhecimento
Ação 5807 - Inovação Tecnológica de Produtos e Processos
Ação 6120 - Avaliação de Tecnologias em Saúde

Instituto de Saúde

O Instituto de Saúde tem como missão o desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica, assessoria e formação no campo da Saúde Coletiva, de forma articulada com as diferentes instâncias de gestão do SUS, buscando sua consolidação e a melhoria da qualidade de vida da população.

Pesquisa: conclusão de 09 projetos de pesquisa (agências de fomento e PPSUS), com destaque para projetos com apoio e fomento internacional como Nascimentos Prematuros em São Paulo, uma abordagem espacial (em parceria com a Fundação Bill e Melinda Gates). Atualmente, 37 projetos estão em andamento.

Produção científica: 21 artigos científicos; 52 apresentações em Congressos; 6 capítulos de livro além de 3 livros organizados por pesquisadores da instituição; Destacam-se também os dois números do Boletim do Instituto de Saúde (BIS) neste período, cujos temas foram “Estratégias para alcançar um desenvolvimento integral na primeira infância” e “V Prêmio Davi Capistrano de experiências exitosas nos municípios paulista” (suplemento em parceria com COSEMS-SP).

Eventos técnico-científicos: os seminários de Proteção Legal do Aleitamento Materno, de Avaliação de Tecnologias de Saúde e Inovação, Saúde Sexual e Reprodutiva de Homens Heterossexuais, Preparatório da Semana Mundial de Aleitamento Materno 2015 e Direito à Saúde, Ações Judiciais e Participação Social no SUS, entre outros;

Formação: Programa do Mestrado Profissional, em sua segunda turma (março 2014 – fevereiro 2016), conta com 15 alunos. Programa de Aprimoramento Profissional (PAP), com treze profissionais de diversas áreas; CurSUS, para profissionais do SUS, capacitou em 2015, 457 profissionais, além de organizar sete cursos em seis cidades paulistas, capacitando 330 profissionais. Iniciação Científica de alunos de graduação - 19 estudantes das áreas de enfermagem, ciências sociais, nutrição, comunicação social, psicologia, administração, biblioteconomia e tecnologia da informação.

Superintendência de Controle de Endemias – SUCEN

- **Treinamento, capacitação e especialização**: Aprimoramento da FUNDAP e de pesquisas da FAPESP - 8 profissionais recém-formados, 15 residentes de medicina veterinária e 8 em fase de especialização, conclusão de mestrado e doutorado;.
  - Pesquisa científica e tecnológica – divulgação de 13 estudos e pesquisas em revistas de circulação nacional e internacional. Por meio de fonte FAPESP os laboratórios especializados ampliaram suas estruturas em equipamentos em R$ 262,6 mil.
- Investimentos: R$ 1,7 milhão para instalação de nova rede elétrica e rede de proteção a incêndio na Sede da SUCEN, na cidade de São Paulo e término da reforma e adaptação do prédio da sede em Campinas.
- Equipamentos: R$ 397 mil em aquisição de equipamentos de informática para todas as unidades, inclusive regionais; R$ 1,5 milhão para 12 veículos, peças e equipamentos para controle químico de vetores (nebulizadores); R$341,5 mil para equipamentos de proteção individual (EPI) para servidores de campo, além de larvicidas para uso no controle de simulídeos em municípios do Litoral Norte do Estado e tratamento químico de recipientes de armazenamento de água potável (R$858,7 mil)

Instituto Butantan: Atividades de Pesquisa Científica e Tecnológica – no período foram 193 publicações em revistas indexadas de nível internacional (ISI). Recursos extra-orçamentários obtidos: FAPESP/CNPq– R$ 2,4 milhões e U$ 917,3 mil; R$ 8,4 milhões em bolsas e R$ 18 milhões e U$ 1,4 milhão de variadas agências de fomento.
Formação de recursos humanos na área científica – 513 estagiários, em diferentes níveis; 70 bolsas pelo Programa de Aprimoramento Profissional (PAP-SES-IBU); 42 bolsas pelo Programa de Iniciação Científica (PIBIC-CNPq); 3 bolsas pelo Programa de Iniciação Tecnológica; 10 bolsas pelo Programa de Iniciação Científica Junior para alunos de escola pública e mais 10 para alunos de escolas particulares; 13 alunos de mestrado, 26 alunos de doutorado e 18 defesas de mestrado e seis de doutorado; 158 alunos do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Biotecnologia; 50 estagiários de pós-doutorado; ministrados 24 cursos de extensão em diversos níveis para a divulgação do conhecimento técnico científico nas áreas de atuação do Instituto, com 423 participantes e 25 cursos de divulgação, voltados às atividades inerentes à missão institucional, de curta duração, que receberam 681 alunos; MBA “Gestão da Inovação em Saúde” formou 21 alunos e possui 32 alunos.
Patentes: o NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica realizou a elaboração, depósito e acompanhamento de cinco patentes, e a Divisão de Desenvolvimento Tecnológico e Produção foi responsável por 1 patente nacional concedida; 3 patentes internacionais depositadas; 1 patente em estudo pelo NIT do Instituto Butantan.
Atividades de Culturais, Educação – visitação aos museus até novembro de 2015(Biológico, Microbiológico e Histórico) – 162 mil visitantes em um ano e o parque recebeu 164 mil visitantes em um ano. O Museu Emílio Ribas, 702 visitantes.
Foram realizadas inúmeras atividades como exposições temporárias: "Conservando serpentes: conheça os novos filhotes do Museu Biológico" (27.028 visitantes); “Papos de Aranha” (21.107 visitantes), entre outras

Fundação Oncocentro de São Paulo – FOSP
Treinamentos e Capacitações – em 2015 capacitou-se, até o momento, **538 enfermeiros e 56 multiplicadores,** (treinamentos teórico-práticos) nas ações que compõem o Programa Estadual de Prevenção do Câncer do Colo Uterino e Mama. Formatura de 12 alunos do Curso Técnico em Citopatologia. Parceria estabelecida com o Hospital de Câncer de Barretos permitiu, desde setembro/15, oferecer o curso teórico através de ensino à distância.
Participação em congressos - Três trabalhos foram aprovados para apresentação na XIX Reunião da Associação Brasileira de Registros de Câncer. Sendo, dois selecionados para apresentação oral em evento realizado em Fortaleza – CE, de 28 a 30 de outubro de 2015.
Reabilitação – até 31/10/2015 foram realizadas 3.303 consultas em 753 pacientes. Neste mesmo período foram admitidos 127 pacientes novos, e entregues 404 próteses.

Fundação para o Remédio Popular- FURP
Transferência de Tecnologia – Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo – PDPs – em 2015 a FURP entregou para o Ministério da Saúde dois imunossupressores provenientes da parceria com a Novartis, sendo 1.277.100 unidades de Everolimo 0,5 mg, 1.114.800 do mesmo produto

na apresentação 0,75 mg e 2.359.140 na de 1 mg, e 4.024.080 unidades de Micofenolato de 180 mg e 41.407.800 de 360 mg. Outra parceria de destaque assinada em janeiro de 2015 foi com a empresa Injeflex que fabricou e distribuiu até o momento 772.761 Dispositivos Intrauterinos (DIU). As entregas deste produto para a saúde para o Ministério ocorrem em duas etapas, diretamente nos almoxarifados estaduais (26 Estados + Distrito Federal), bem como nos almoxarifados das Secretarias de Saúde de munícipios com população superior a 500 mil habitantes.

Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu-Produção Científica – foram publicados 444 trabalhos.

Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo – FMRPUSP- Pesquisa - foram analisados 396 projetos pelo Comitê de Ética em Pesquisa do HCRP-USP.

Programa 0935 - Produção de Imunobiológicos, Soros, Hemoderivados e Medicamentos

O objetivo deste Programa é desenvolver tecnologia de produção e implantação industrial, contribuir para a melhoria dos padrões de saúde pública, produzindo biofármacos e imunibiológicos capazes de atender parte da demanda gerada no país.

Ação 4838 – Fabricação e Distribuição de Medicamentos
Ação 4869 - Produção de Vacinas
Ação 6119 - Produção de Soros

Instituto Butantan

Produção de Imunobiológicos – Soro antiaracnídico: 6.229 frascos; Vacina trivalente sazonal de influenza: 54 milhões doses (produção Butantan: 33.087.570; produção Sanofi: 20.912.430);Vacina Raiva Humana: 1.366.250 doses (Sanofi); Vacina Hepatite B (reposição): 6.608.400 doses;Vacina Hepatite B (não reposição): 3.360.620 doses; observações: 2.080.620 doses de vacina HPV recebidas estão aguardando baixa de termo de guarda da Anvisa para disponibilização do produto; 13.701 frascos de soro antiaracnídico, 200 frascos de soro antibotulínico AB, 42.803 frascos de soro antirrábico e 3.397 frascos de soro anticrotálico produzidos de forma compartilhada dependem da assinatura do contrato entre Butantan e Ministério da Saúde para entrega; 14.160 doses de vacina tetravalente da dengue foram produzidas até outubro de 2015 para uso nos ensaios clínicos de fases 2 e 3. Com a mesma finalidade, foram produzidas 16.090 doses de placebo.

Fundação para o Remédio Popular – FURP

Produção – até o terceiro trimestre foram produzidas 617,5 milhões de unidades farmacotécnicas. **Distribuição de medicamentos** - foram distribuídas 923,9 milhões de unidades farmacotécnicas, sendo 727,6 milhões para o **Programa Dose Certa.**

Convênios e Parcerias

A FURP possui atualmente 5 convênios com o Ministério da Saúde com valor total de R$ 43.582.114,47, visando a atendimento de exigências regulatórias para construção de nova área para o laboratório microbiológico, climatização do almoxarifado de produtos acabados e implantação do sistema de geração e distribuição de água WFI para o enxague final na produção de medicamentos estéreis, além das adequações do Almoxarifado de Produtos Termolábeis e das áreas produtivas de Penicilínicos, Líquidos, Central de Pesagem e Cabines de Amostragem, sendo que os projetos foram desenvolvidos em 2015 e previsão para início das obras no primeiro semestre de 2016.

Ações Sociais – Doação Protetor Solar - A FURP viabilizou a doação de 20 mil frascos de protetor Solar FURP, fator de proteção 12, para o Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo destinados à entidades assistenciais e fundos sociais de diversos municípios de São Paulo.

Governança Corporativa - com o objetivo de dar maior transparência à gestão; tratamento com equidade; prestação de contas e responsabilidade corporativa foram criados em 2015, sete

comitês: Otimização de Recursos; Projetos e Engenharia; Planejamento de Vendas; Operações; Acompanhamento de PPP e PDP's; Tecnologia da Informação, e Recursos Humanos.

Programa 0936 - Sangue, Componentes e Derivados

O objetivo desse Programa é fornecer hemocomponentes e serviços hemoterápicos, concordantes com a legislação vigente e com padrões internacionais de qualidade.

Ação 4192 – Atendimento Hemoterápico
É a principal ação desse programa.

Fundação Pró-Sangue – Hemocentro de São Paulo

Em 2015 a instituição realizou a seguinte produção de serviços com o objetivo de fornecer hemocomponentes e serviços hemoterápicos para as entidades de saúde **(**Dez/2014 a Nov/2015): Candidatos à Doação - 162.065; Bolsas Coletadas - 128.077; Bolsas Fracionadas - 302.455; Exames Imunematológicos - 1.637.257; Exames Sorológicos -1.160,874; Exames NAT - 405.772; Bolsas – Hemocomponentes Distribuídos - 237.762 (Abrange plasma em estoque do ano anterior).

A Fundação Pró-Sangue forneceu 8.644 pool de plaquetas, e em média, 19.814 hemocomponentes/mês aos clientes cadastrados, além de serviços sorológicos e imunematológicos e controle de qualidade.

Ações de Captação de Doadores

- 220 grupos/campanhas com motivo de doação que resultaram em 7.220 candidatos à doação. Alguns exemplos: Vidas por Vidas – Adventistas, Sangue Corinthiano, Johnson& Johnson, Potenza Engenharia, UNIP Secretariado, Drogaria São Paulo, Mackenzie Voluntário, Marilu Indústria e Comercio entre outras ações realizadas por associações religiosas, empresas e comunidades. Mais de 5.500 bolsas coletadas.
- O programa de Coleta Externa, posto móvel em empresas, universidades, escolas e comunidades, foi responsável por 4% da coleta da Pró-Sangue. Mais de 70 instituições e mais de 4.000 bolsas coletadas em 2015.
- O serviço de van atendeu mais de 2.000 doadores neste ano.
- "Doe sangue e passe a bola para um amigo": mais de 40 celebridades entre artistas, músicos, jornalistas, jogadores consagrados, artistas plásticos da arte contemporânea participam voluntariamente em apoio à importante causa.
- No mês de junho – Dia Internacional do Doador e, 25 de novembro – Dia Nacional do doador voluntário de Sangue, a Pró-Sangue organizou eventos que homenageiam as pessoas que abraçam a causa da doação. De 23 a 28 de novembro aconteceu a Donation Week, evento que contou com a colaboração de chefs famosos que doaram lanches especialmente produzidos para distribuição nos postos de coleta. Neste ano foram atendidos quase 5.000 candidatos à doação.
- O Clube Irmãos de Sangue que reúne doadores com mais de 10 doações voluntárias alcançou a marca de 8.380 associados.
- Nas ações de marketing, destaca-se a convocação de doadores por telefone (37 mil ao ano), e-mails (1 milhão e 300 mil ao ano), malas-diretas (390 mil ao ano) e SMS (977 mil ao ano). Pelo Alô Pró-Sangue 0800-550300 foram recebidas cerca de 14.000 ligações de pessoas buscando informações sobre a doação de sangue, endereços de postos de coletas e agendamento de doação. Inserções na mídia impressa e eletrônica totalizaram cerca de 2.000 espaços gratuitos.
- Por e-mail foram enviados, 423.000 mensagens com o jornal eletrônico para doadores, parceiros e colaboradores da Pró-Sangue. Pelo site foram registrados mais de 1 milhão de acessos, um aumento anual de 70% em relação a 2014. Pelo Fale Conosco foram respondidos cerca de 2.186 e-mails. No Facebook a fan page da Pró-Sangue somou mais de 60.000 "likes". Pelo Twitter foram confirmados 8.000 seguidores.
- Produzidas 145 peças de comunicação entre banners, cartões, cartazes, folhetos, adesivos, backdrop, malas diretas, placas, painéis, jornal impresso entre outros, para chamar a atenção da população para este importante gesto; distribuídos mais de 100.000 folhetos a empresas, comunidades, universidades e igrejas.

Programa 0937 - Controle Social na Gestão do SUS

O objetivo deste Programa é fortalecer e incrementar a participação da comunidade e o controle social na gestão do SUS.

Ação 5800 - Organização, Realização de Conferências de Saúde
Ação 5801 – Funcionamento do Conselho Estadual de Saúde – CES.

O Controle Social na Gestão do SUS objetiva fortalecer e incrementar a participação da comunidade e o controle social na gestão do SUS, inclusive nos aspectos previstos no arcabouço legal do SUS, em especial relativos à Lei Complementar 141/2012. Com isso houve um novo fluxo de atividades, voltadas também para a qualificação dos conselheiros na nova tarefa.

Na ação 5800 houve o cumprimentos de 18 conferências regionais sendo 17 realizadas nos municípios sede dos DRS- Departamentos Regionais de Saúde do Estado e 01 efetuada no município de São Paulo. No final de julho aconteceu a 7ª Conferência Estadual de Saúde no município de Águas de Lindoia. Em agosto e setembro foram realizadas 02 oficinas para a construção do Plano Estadual de Saúde (PES), com o objetivo de incluir as propostas aprovadas na 7ª CESSP.

Na ação 5801, foram realizadas 106 reuniões no conselho estadual de saúde organizadas e realizadas da seguinte forma:

Realização de duas reuniões ordinárias em função da realização da 7ª conferência estadual de saúde (07/08 e 28/08);

12 reuniões ordinárias e 01 extraordinária do pleno do Conselho Estadual de Saúde; 90 reuniões no decorrer do ano entre as 10 comissões do CESSP (orçamentos e finanças; DST/HIV/AIDS e hepatites virais, saúde do trabalhador, gestão do trabalhador e funcionamento dos serviços, comunicação , informação e educação, saúde mental, ética, integração entre conselhos, politicas de saúde e saúde e reabilitação da pessoa com deficiência)e a realização de 01 seminário temático em novembro deliberado pelo pleno a partir de proposituras da comissão de orçamento e finanças.

Programa 0940 - Gestão em Saúde

O objetivo deste Programa é aperfeiçoar a capacidade de gestão da SES no SUS para exercer seu papel na coordenação do sistema no âmbito do estado.

Ação 2445 - Apoio Técnico e Financeiro à Atenção Primária em Saúde
Ação 2446 - Regionalização
Ação 2447 - Implementação Política Estadual de Humanização
Ação 2472 - Fortalecimento da Gestão Estadual de Saúde
Ação 6123 - Monitoramento e Avaliação em Saúde

Este Programa foi criado a partir do PPA vigente, 2012 a 2015, com o objetivo de evidenciar as funções da gestão estadual no SUS.

A Ação 2445 não representa a totalidade de recursos repassados aos municípios para atenção básica, conforme descrito a seguir. Ainda há recursos sendo executados no Programa 930.

Apoio Técnico e Financeiro à Atenção Primária em Saúde

Atenção básica – **Qualis UBS - 2ª fase:** iniciada em 2013, com recursos destinados à Reforma e/ou Ampliação das Unidades Básicas de Saúde com o objetivo de contribuir para a readequação física. A execução se deu na ação.

Piso de Atenção Básica Estadual/PAB Estadual: os recursos devem ser aplicados pelos gestores municipais no custeio de atenção básica de saúde. Os recursos financeiros tem como base de cálculo, o valor de R$ 3,00 hab/ano e a execução foi na ação.

Programa QUALIS MAIS – continuidade do programa que contempla 425 municípios do estado a fim de atender o custeio da atenção básica. A execução ocorre na ação.

Política Estadual de Humanização - PEH

Durante o ano de 2015, as principais estratégias e ações desenvolvidas pelo Núcleo Técnico de Humanização para a implementação da PEH foram:

- Apoio às equipes técnicas dos DRS para o desenvolvimento de planos regionais de Humanização e acompanhamento do processo de regionalização/implementação das Redes Temáticas, por meio de estímulo à inclusão da metodologia e dos dispositivos da Humanização, do exercício de ações de integração entre áreas técnicas e do fortalecimento da articulação entre municípios e unidades de saúde de cada região. Formação de Apoiadores em acolhimento com avaliação de risco e vulnerabilidade na atenção básica – 183 participantes e 33 municípios;
- Apoio e Formação para implementação da PEH, qualificação do cuidado por meio da realização de oficinas macrorregionais e visitas técnicas às unidades de saúde sob gestão do Estado - 448 Visitas Técnicas de Acompanhamento, 67 Encontros Áreas Temáticas, 10 Encontros Macrorregionais, 73 Encontros Microrregionais, 90 Reuniões e oficinas de acompanhamento com os Articuladores e equipes do DRS, 322 Atividades de apoio interno DRS, 263 Visita/oficina aos municípios, 438 Oficinas e Reuniões com Unidades de Saúde;
- Qualificação do trabalho nos Hospitais de Referência em Humanização com objetivo de oferecer apoio intensivo às unidades e disseminar a PEH para as demais unidades de saúde SES - foram realizados 6 encontros entre unidades de saúde para exposição e debate das ações de referência, contando em média com 20 hospitais e 120 participantes;
- Desenvolvimento do "Programa de Apoio à Humanização nos Hospitais: Projeto Maternidades - Processo de apoio e formação em humanização no estado de são paulo: produção do cuidado integral materno-infantil, realizadas oficinas e visitas técnicas às maternidades, com o foco na Linha de Cuidado Materno Infantil;
- Apoio para implementação e monitoramento dos indicadores de humanização nos hospitais integrantes do Programa Santas Casas SUStentáveis - Apoio para implementação dos indicadores de humanização, Elaboração e implementação de protocolo de "alta hospitalar qualificada".
- Continuidade do processo de formação/capacitação dos Articuladores de Humanização para acompanhamento e desenvolvimento do trabalho regional e de desenho/implementação de Planos Institucionais de Humanização nas unidades de saúde, municípios e regiões de saúde.
- Monitoramento do sistema para aplicação da Pesquisa de Satisfação dos Usuários nas unidades de saúde SES (PSAT), com suporte de banco de dados da Prodesp e acompanhamento sistemático dos resultados - participaram 122 unidades, distribuídas em 65 hospitais e 57 ambulatórios, havendo previsão de entrada de outros serviços dentre eles os de longa permanência;

Fortalecimento da Gestão Estadual de Saúde

Ações de Planejamento e Aperfeiçoamento da Gestão Estadual e da Rede SUS

Projeto BID – dada continuidade ao projeto de parceria com o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento de "Fortalecimento da Gestão Estadual de Saúde", que prevê investimentos na rede do SUS, atendendo às necessidades regionais e específicas de saúde, investimento e aperfeiçoamento dos órgãos regionais da SES/SP e dos mecanismos de controle e regulação da assistência, incorporação de ferramentas de informação/informática e capacitação de recursos humanos. O projeto está em fase de elaboração de três estudos técnicos, quatro licitações em andamento e cinco obras em graus variados de adiantamento - Reforma do DRS de Campinas (em finalização); Regiões de Saúde do Vale do Ribeira e Região Metropolitana de Campinas (projetos executivos concluídos); Regiões de Saúde do Vale do Jurumirim, Litoral Norte e Itapeva (projetos executivos em elaboração); Hospital Regional de Registro (em obras) e Hospital Regional de Caraguatatuba (licitação da obra em andamento).

Monitoramento e Avaliação em Saúde

Matriz de Indicadores de Saúde do Estado de São Paulo – abrange dados demográficos, socioeconômicos, condições de vida e saúde, rede de serviços e financiamento por região de saúde e para o Estado, no sentido de auxiliar o planejamento de saúde. Distribuição de 3.500 exemplares (versão impressa) aos diversos órgãos e coordenadorias da SES, Departamentos Regionais de Saúde (DRS), gestores municipais e com versão eletrônica disponível no site da Secretaria de Saúde.

Programa 0941 - Expansão e Modernização na Saúde

O objetivo deste Programa é proporcionar melhorias na infraestrutura física dos serviços de saúde das unidades da administração direta e indireta.

Ação 1377 – Construção, reformas e ampliação de Áreas Físicas em Unidades da adm. Direta e Indireta
Ação 2449 – Aparelhamento, Equipamentos em Unidades da adm. Direta e Indireta
Ação 2473 – Apoio à Parceria Público Privada para Obras em Hospitais

Aperfeiçoamento Assistencial e Investimentos nos Serviços Estaduais de Saúde

A rede estadual de hospitais e ambulatórios da Secretaria de Estado da Saúde exige um contínuo processo de investimentos de ampliação do atendimento, modernização e reformas, para garantir a qualidade do atendimento à população. Os principais investimentos neste sentido .foram da ordem de R$ 185,7 milhões em obras (concluídas, em andamento ou elaboração de projetos) em 2015.

Entre as principais obras e serviços (com valor do investimento em 2015) pode-se salientar:

Obras concluídas - Conjunto Hospitalar de Sorocaba: R$ 3,5 milhões; Hospital Ipiranga: R$ 5,0 milhões; Centro Especializado em Reabilitação Dr. Arnaldo Pezzuti Cavalcante: R$ 3,9 milhões; Conjunto Hospitalar do Mandaqui: R$ 5,5 milhões; CRI Lapa: R$ 2,6 milhões; CRI Vila Mariana: R$ 1,5 milhões; Hospital e Maternidade Interlagos "Waldemar Seyssel Arrelia": R$ 1,1 milhões; Edifício Sede I: R$ 0,3 milhões; Hospital Regional Sul R$ 1,2 milhões; DRS XIII - Departamento Regional de Saúde de Ribeirão Preto: R$ 1,5 milhões. **Obras em andamento** – Hospital Regional de Itanhaém: R$ 18,0 milhões; AME e Rede Lucy Montoro: R$ 3,7 milhões; Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia: R$ 17,3 milhões; Hospital Dr. Oswaldo Brandi Faria – Mirandópolis: R$ 1,7 milhões; Hospital e Maternidade Santa Izabel – Bauru: R$ 6,0 milhões; DRS VII – Campinas (BID): R$ 9,1 milhões; Centro Especializado em Reabilitação Dr. Arnaldo Pezzuti Cavalcante: R$ 4,2 milhões; Hospital Regional Dr. Leopoldo Bevilacqua - Pariquera Açu: R$ 6,8 milhões; Hospital Luzia de Pinho Melo: R$ 3,0 milhões; Hospital Estadual de Bebedouro: R$ 6,7 milhões; Complexo Hospitalar Padre Bento: R$ 4,1 milhões; Centro de Reabilitação de Casa Branca: R$ 5,0 milhões; Hospital Regional de Registro (BID): R$ 25,6 milhões; Hospital e Maternidade Leonor Mendes de Barros: R$ 4,6 milhões; Hospital Regional Dr. Vivaldo Martins Simões – Osasco: R$ 10,9 milhões; CAISM Philippe Pinel: R$ 3,1 milhões; Instituto de Infectologia Emílio Ribas: R$ 22,2 milhões; Centro de Referência da Saúde da Mulher - CRSM, Hospital Pérola Byington: R$ 0,2 milhões; AME Taquaritinga: R$ 4,6 milhões; CRATOD - Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas: R$ 0,2 milhões. **Projetos concluídos**: Hospital Heliópolis: R$ 0,6 milhões; Centro de Referência do Idoso – Regional: R$ 0,7 milhões; Hospital Regional de Caraguatatuba (BID): R$ 1,3 milhões.

Manutenção dos hospitais estaduais - a rede estadual de hospitais exige um contínuo processo de manutenção, para garantir a qualidade do atendimento à população. Os recursos para manutenção totalizaram valores da ordem de R$ 79,7 milhões.

Fundação para o Remédio Popular- FURP

Parceria Público-Privada – PPP – Indústria Farmacêutica de Américo Brasiliense – IFAB – A empresa CPM – Concessionária Paulista de Medicamentos, responsável pela gestão, operação e manutenção da fábrica, com fornecimento de medicamentos genéricos e realização de obras para adequação da infraestrutura existente, obteve até o mês de setembro de 2015, 33 registros sanitários, e produzirá até dezembro desse ano 57.743.298 unidades farmacotécnicas.

Obras em andamento e finalizadas - foi implementado o sistema de água de reuso nos vasos sanitários e mictórios dos vestiários da área produtiva do prédio 02. Estes sanitários agora estão ligados a um conjunto de caixas que armazenam 15.000 litros de água de reuso, fruto do descarte no processo de produção de água purificada (PW). Estas caixas, também repõem as perdas geradas no reservatório de água para incêndio. Finalização da instalação do novo poço artesiano - para auto suficiência na captação de água potável para os processos produtivos e consumo humano.

Equipamentos adquiridos - no valor de R$ 606 mil: 4 Sistemas de Inspeção de blister por visão; 5 unidades de Desumificador de Ar; Estação de Lavagem p/ Laboratório

Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu

Obras em 2015 – foram feitos investimentos no valor total de R$ 15 milhões, com conclusão das seguintes obras: Laboratório de Reprodução Humana, Laboratório do Sono, Sala de Exames da

Medicina Nuclear do HCFMB, Reforma da Sala de Hemodinâmica 1; Permanecem em andamento as seguintes obras: UTI Neonatal, Ambulatório de Especialidades, Vestiário e Refeitório Central.

Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo – FMRPUSP
Investimentos e Gestão Administrativa
O Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – USP construiu o seu planejamento estratégico para os próximos 4 anos – 2015/2018 e em 2015 dá continuidade ao Programa de Modernização dos Hospitais de Ensino do Governo de São Paulo, que tem como objetivo a adequação da infraestrutura hospitalar para atender às demandas de alta complexidade do SUS.
Obras – foram investidos, aproximadamente, R$ 13,6 milhões (sendo R$ 5,8 milhões do Tesouro do Estado e R$ 7,8 milhões da FAEPA) . Entre os projetos destacam-se: término das instalações da área de atendimento ambulatorial do HC Criança, término da reforma do Centro de Reabilitação – CER; reformas em diversas áreas hospitalares e da unidade de emergência, tanto clínicas, como administrativas.
Equipamentos - foram investidos, para aquisição de diversos tipos de equipamentos, R$ 4,5 milhões (sendo R$ 306 mil do Tesouro e 4,2 milhões da FAEPA) como forma de atualizar e incorporar novas tecnologias necessárias à prestação da assistência à saúde, aos pacientes da área de abrangência do HCRP.

Fundação Pró-Sangue – Hemocentro de São Paulo
Investimentos: da ordem de R$ 1,77 milhão no ano, incluindo climatização de ambientes; modernização do laboratório de Controle de Qualidade do Sangue; Centrífugas; freezers e geladeiras; renovação do datacenter; novo software, atualização da versão do banco de dados, Alteração do sistema informatizado para segurança da informação e dos processos; reforma de áreas de apoio e laboratórios no Pamb.

Programa 0942 - Gestão da Educação e do Trabalhado em Saúde

O objetivo deste Programa é formar profissionais para a área da saúde, propiciar educação permanente para os profissionais e gestores, melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores na SES e aprimorar o clima organizacional.

Ação 4862 - Programa de Aprimoramento Profissional – PAP
Ação 4863 – Residência Médica
Ação 5769 - Capacitação de Gestores
Ação 6121 - Capacitações Técnicas e Administrativas

Recursos Humanos na Saúde
Residência Médica – o Programa de Bolsas de Residência Médica do Governo do Estado de São Paulo financiou em 2015, 6.241 bolsistas em 61 instituições de diferentes naturezas jurídicas - universidades estaduais, instituições públicas estaduais, OSSs e instituições privadas conveniadas com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo – SES/SP. O programa de Gratificação de Preceptoria distribuiu 810 gratificações em 19 instituições para os profissionais médicos que supervisionam o ensino dos médicos residentes e que possuem vínculo funcional com a SES/SP.

Aprimoramento Profissional – o Programa de Aprimoramento Profissional da Secretaria de Estado da Saúde/SES capacita profissionais recém-formados em diversas áreas de saúde e afins, exceto médicos, para atender a demanda de pessoal qualificado para atuar em diversas áreas do SUS/SP. No ano de 2015, a SES disponibilizou 1176 bolsas de estudos distribuídas em 370 Programas nas 42 Instituições credenciadas e elas foram distribuídas em 18 Hospitais, 14 Instituições de Ensino, 3 Centros de Referência, 4 Instituições de Pesquisa e 3 em outras Instituições.

Treinamentos e capacitações realizados – formações realizadas pelos seis CEFOR em 2015 – turmas de atualização em hemoterapia, auxiliar de saúde bucal, agente comunitário de saúde técnico em enfermagem, técnico em hemoterapia – 1.085 participantes

Projetos de capacitação para o público da SES: inclusão digital e cursos de informática, áreas de gestão, técnico- administrativas, assistencial e outras – 1.438 concluintes. No total foram mais de 41,9 mil horas de treinamento.

Capacitação de Agentes Comunitários de Saúde, Auxiliares e Técnicos em Enfermagem - Projeto Caminhos do Cuidado - para atuarem no acolhimento e escuta, embasando suas práticas de cuidado em saúde mental, com ênfase nos problemas relacionados ao uso de crack, álcool e outras drogas. Este projeto teve início em outubro de 2013 e finalizou em Agosto de 2015, com 26.061 profissionais capacitados em 789 turmas.

Ensino a distância para diferentes áreas da SES (avaliação de desempenho, vigilância e cidadania LBTG) – 1.258 aprovados/concluintes.

Contratações por categoria – para garantir o adequado funcionamento dos serviços estaduais de saúde, até novembro/2015 foram realizadas 1894 nomeações de profissionais para a Saúde, em suas diferentes Unidades.

Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu
Ensino e Capacitação de Funcionários que Atuam no Hospital – para 3.997 mil participantes.

Programa 0943 - Fortalecimento de Ações Prioritárias

O objetivo deste Programa é redefinir ações, estruturas e relações da atenção à saúde em áreas específicas com alto impacto na morbi-mortalidade**.**
Este Programa foi criado a partir do PPA vigente, 2012 a 2015, com o objetivo de evidenciar algumas áreas estratégicas prioritárias para o contexto epidemiológico do estado. As ações não receberam dotação orçamentária ou houve alocação simbólica devido à dificuldade de estabelecer as necessidades de cada ação. A execução vem onerando o Programa 930.

Ações Estratégicas e Programas Prioritários
Saúde Bucal – Odontologia Hospitalar: Foi elaborado e iniciado o curso de atualização em Odontologia Hospitalar para os Cirurgiões Dentistas que atuam em Hospitais Públicos do Estado de São Paulo vinculados a SES. **"Sorria São Paulo" -** estabelece a transferência de recursos do Fundo Estadual de Saúde para ações de atenção básica na área de saúde bucal, mediante adesão das Prefeituras, de acordo com índice paulista de responsabilidade social – (IPRS). 411 Municípios fazem parte do programa, e em 2015 foi repassado R$ 4,8 milhões. Sua execução orçamentária foi proveniente do P. 930.

Saúde Mental – Até 2015 ocorreram as aprovações de 20 Redes de Atenção Psicossocial – RAPS; continuidade no processo de desinstitucionalização de moradores dos hospitais psiquiátricos; Continuidade do Programa Recomeço que realiza ações de prevenção, tratamento, reinserção social, acesso à justiça e cidadania e de reduções de situações de vulnerabilidade social e de saúde aos usuários de substâncias psicoativas, especialmente o crack. Os recursos orçamentários foram provenientes do P. 944.

Saúde do Idoso – AME Idoso Vila Mariana e AME Idoso Lapa com o projeto assistencial elaborado e prevista implantação com processo de contrato de gestão em andamento. Selo "Hospital Amigo do Idoso", Programa "São Paulo Amigo do Idoso", com adesão de 15 hospitais. A execução das despesas referentes aos gastos com pessoal foi realizada com recursos do Programa 930 e os referentes a despesas com construção (CRIS e AMES), com recursos provenientes do Programa 941.

Programa 2826 - Comunicação Social

Trata-se de um programa multisetorial cujo objetivo é dar publicidade ao atos do Governo do Estado de São Paulo e fomentar o acesso destas informações à sociedade, integrar as ações de comunicação de todos os órgãos do governo estadual e adotar ferramentas tecnológicas de comunicação na busca de maior eficiência e efetividade.

Programa 3813 – Gestão da Custódia e Apoio à Reintegração Social da População Penal e Egressos

É um programa Multisetorial cujo objetivo é garantir a segurança e a dignidade da pessoa humana durante a sua permanência no sistema penitenciário, além de promover políticas públicas efetivas que viabilizem a reintegração social dos presos, internados e egressos, por meio de ações de educação, saúde, assistência social, qualificação profissional e trabalho.

Programa 4406 - Auxílio-alimentação

É um programa multisetorial cujo objetivo é fornecer auxílio-alimentação aos seus servidores para cumprimento da Lei 7524 de 28/10/1991, alterada pela Lei 8106 de 27/10/1992 e regulamentada pelo Decreto nº 34.064 de 28/10/1991.

Programa 4407 - Tecnologia da Informação e Comunicação para Excelência da Gestão

Trata-se de um programa multisetorial cujo objetivo é implantar um plano estadual de banda larga, rede de comunicação móvel e “cloud computing”, e atualizar a infraestrutura de tic já existente.

Ação 2439 - Infraestrutura Tecnologia Informação e Comunicação
Ação 4858 - Tecnologia da Informação e Comunicação.

Informatização da Rede Própria SES – atualização do Datacenter da SES com ampliação da capacidade de armazenamento e de ferramental para gerenciamento; Aperfeiçoamento da infraestrutura física da rede; Atualização do parque de microcomputadores; Ampliação e melhoria da eficiência dos “links” de acesso à Internet, com a duplicação destes, permitindo melhores serviços e eficiência no uso dos sistemas pelos usuários da unidade interna e das unidades externas; Melhoria da ferramenta de segurança da rede; Ampliação e unificação dos serviços de email; Criação do HelpSES com apoio nas coordenadorias; Melhorias nos sistemas de Gestão Coorporativa (Gestão de Material, protocolo e documentos, recursos humanos, ciclo de medicamentos, entre outros), dos Sistemas Específicos de Gestão (Plano Estadual para Identificação do Cidadão em Saúde, Registro eletrônico de saúde, o Software “S4SP”, sistema de gestão hospitalar) e dos Sistemas de Apoio à Gestão e Indicadores; e Implementação de plataformas de videoconferência, telemedicina e aplicativos para celular.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Secretaria da Segurança Pública

Execução Orçamentária por Grupo de Despesas

18000 - Secretaria da Segurança Pública

----

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**11.893.170.509,00**	**10.976.666.732,87**	**10.002.893,71**	**10.986.669.626,58**	**10.756.835.409,99**
Pessoal e Encargos Sociais	9.796.523.331,00	9.089.064.040,34	0,00	9.089.064.040,34	8.878.830.820,28
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	2.096.647.178,00	1.887.602.692,53	10.002.893,71	1.897.605.586,24	1.878.004.589,71
Despesas de Capital	**553.992.910,00**	**418.240.207,72**	**55.299.992,15**	**473.540.199,87**	**314.587.840,44**
Investimentos	553.992.910,00	418.240.207,72	55.299.992,15	473.540.199,87	314.587.840,44
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**12.447.163.419,00**	**11.394.906.940,59**	**65.302.885,86**	**11.460.209.826,45**	**11.071.423.250,43**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

18000 - Secretaria da Segurança Pública

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0100 - Apoio Administrativo	**307.778.936,00**	**293.347.132,04**	**98.685,00**	**293.445.817,04**	**287.278.039,89**
Despesas Correntes	307.098.936,00	292.933.687,04	1.185,00	292.934.872,04	286.207.313,54
Despesas de Capital	680.000,00	413.445,00	97.500,00	510.945,00	1.070.726,35
1801 - Ampliação da Investigação Policial	**3.578.992.301,00**	**3.135.368.900,54**	**8.173.611,08**	**3.143.542.511,62**	**3.154.971.091,73**
Despesas Correntes	3.541.428.264,00	3.122.542.737,39	3.717.909,33	3.126.260.646,72	3.136.140.953,74
Despesas de Capital	37.564.037,00	12.826.163,15	4.455.701,75	17.281.864,90	18.830.137,99
1811 - Corpo de Bombeiros: Incêndio, Salvamento e Resgate	**71.323.139,00**	**48.821.757,72**	**9.765.076,03**	**58.586.833,75**	**57.185.705,53**
Despesas Correntes	58.752.669,00	43.898.845,56	1.474.140,13	45.372.985,69	44.809.252,68
Despesas de Capital	12.570.470,00	4.922.912,16	8.290.935,90	13.213.848,06	12.376.452,85
1814 - Modernização e Aperfeiçoamento da Polícia Técnico-Científica	**616.237.524,00**	**421.961.971,80**	**3.565.917,18**	**425.527.888,98**	**430.240.248,71**
Despesas Correntes	599.911.984,00	417.331.715,72	992.079,16	418.323.794,88	423.592.874,90
Despesas de Capital	16.325.540,00	4.630.256,08	2.573.838,02	7.204.094,10	6.647.373,81
1817 - Assistência à Polícia Militar do Estado - Caixa Beneficiente da Polícia Militar	**236.528.087,00**	**274.060.580,94**	**0,00**	**274.060.580,94**	**273.162.735,09**
Despesas Correntes	236.528.087,00	274.060.580,94	0,00	274.060.580,94	273.162.735,09
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1818 - Modernização da Segurança Pública	**695.796.322,00**	**604.378.778,51**	**24.799.158,44**	**629.177.936,95**	**477.262.155,23**
Despesas Correntes	285.542.672,00	254.668.588,54	9.620,68	254.678.209,22	254.703.738,69
Despesas de Capital	410.253.650,00	349.710.189,97	24.789.537,76	374.499.727,73	222.558.416,54
1819 - São Paulo Vivendo em Paz	**6.940.507.110,00**	**6.616.967.819,04**	**18.900.438,13**	**6.635.868.257,17**	**6.391.323.274,25**
Despesas Correntes	6.863.907.897,00	6.571.230.577,68	3.807.959,41	6.575.038.537,09	6.338.218.541,35
Despesas de Capital	76.599.213,00	45.737.241,36	15.092.478,72	60.829.720,08	53.104.732,90
Despesa Total	**12.447.163.419,00**	**11.394.906.940,59**	**65.302.885,86**	**11.460.209.826,45**	**11.071.423.250,43**

Fonte: SIAFEM/SP
Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Programa 0100 - Suporte Administrativo

O Programa tem como meta prover os órgãos do estado dos meios destinados à gestão administrativa e que não concorram diretamente na produção de bens ou serviços específicos gerados pela implementação de ações fins.

Ação 4985 - Gestão da Política de Segurança Pública

Essa ação tem como meta propiciar meios para que as áreas técnicas, administrativas e de planejamento possam desenvolver e elaborar projetos de modernização para a melhoria e qualidade dos serviços e das ações policiais, e de valorização dos policiais. Entre as principais ações realizadas no ano de 2015 está o trabalho dos Conselhos Comunitários de Segurança – CONSEGs, que foram criados pelo Decreto Estadual nº 23.455/85 e atualmente são regulamentados pela Resolução SSP 175/14. O órgão interno da Secretaria da Segurança Pública responsável pelos CONSEGs é a Coordenadoria Estadual dos CONSEGs, criada pela Lei Complementar 974/05, cuja missão precípua é assessorar o Secretário da Segurança Pública no relacionamento com as comunidades e na definição da política de segurança comunitária, bem como difundir diretrizes de organização e funcionamento dos CONSEG, além de homologar, supervisionar, representar coletivamente e promover a capacitação dos CONSEGs e seus voluntários, desempenhando seu papel institucional a fim de que os CONSEGs possam atuar e se consolidar como canal privilegiado pelo qual a Secretaria da Segurança Pública ausculta a sociedade, contribuindo para a consecução do almejado binômio polícia-comunidade, parceria contemplada e prevista no *caput* do artigo 144 da Constituição Federal e tão necessária ao exercício do estado democrático de direito.

No ano de 2015, com o objetivo de fortalecer os laços comunitários, capacitar os voluntários dos CONSEGs (aproximadamente 530) em atividade e especialmente incentivar a criação e reativação dos CONSEGs no Estado de São Paulo, a Coordenadoria realizou, em conjunto e com o apoio do Gabinete do Secretário, encontros regionais no interior que contaram com a presença e participação da sociedade civil dos municípios circunvizinhos, além dos Comandantes da Polícia Militar e Delegados Diretores e Titulares das respectivas áreas de atuação. A Coordenadoria promoveu, entre meados de agosto e setembro reuniões regionais nas cidades de Botucatu, Sorocaba (Deinter 7 / CPI-7), Votuporanga, Novo Horizonte (Deinter 5 / CPI-5), Araraquara e Sertãozinho (Deinter 3 / CPI-3), Assis e Bauru (Deinter 4 / CPI-4), além da macro reunião na capital e grande São Paulo (CPC / DECAP e CPM / DEMACRO), que reuniu, no auditório da BSGI Soka Gakkai, em 23 de novembro passado, cerca de 800 pessoas, entre autoridades policiais e voluntários dos CONSEGs e que, além da presença do Governador, contou com a participação do Secretário da Segurança Pública, Comandante Geral da Polícia Militar, Delegado Geral da Polícia Civil e da Superintendente da Polícia Técnica Científica.

O evento da Capital foi tão significativo que culminou por provocar desdobramentos em reuniões regionais em alguns bairros da cidade, onde o Secretário da Segurança Pública recebeu líderes dos CONSEGs para audiência pública a fim de melhor conhecer demandas localizadas e propor soluções nas questões de Segurança.

A equipe técnica da Coordenadoria, na busca continua de aperfeiçoar mecanismos de gestão dos CONSEGs tem investido na elaboração de ferramentas inteligentes, como Ata Eletrônica (planilha que permite envio das atas e produção de relatório gerencial); fornecimento de e-mail funcional para voluntários (domínio conseg.sp.gov.br); cadastro de *Login* e senha para que diretores e Membros Natos dos CONSEGs tenham acesso à área restrita do *site*

www.conseg.sp.gov.br; acompanhamento e interação do trabalho dos CONSEGs pelas redes sociais, especialmente o *'facebook'*; tivemos no ano de 2015 a instituição do RIC (Registro de Identificação dos CONSEGs) Portaria SSP 003/2015.

A Coordenadoria participou ainda ativamente do grupo instituído por ato do Decreto Estadual 60.873/14 que teve como finalidade determinar a criação do CONSEG Virtual, que visa criar plataforma de interação via *internet* entre usuários e as instituições da Segurança Pública e que também coopere na divulgação e acompanhamento das metas estabelecidas no âmbito do Programa São Paulo Contra o Crime.

A Coordenadoria, representada pelo seu Coordenador, participa e íntegra como membro permanente da Frente Parlamentar de Segurança, lançada oficialmente em 08 de maio de 2015, ás 10h no auditório Paulo Kobayashi, na Assembleia Legislativa.
Participação da sessão solene alusiva à homenagem pelos 30 anos dos CONSEGs, proposta pela Assembleia Legislativa e realizada no dia 29 de maio de 2015 no plenário "Juscelino Kubitschek".

Através de seus Assistentes Técnicos e da Assistência Policial Civil e da Polícia Militar a Coordenadoria participou de reuniões ordinárias e de palestras voltadas especialmente para capacitação de voluntários e compartilhamento de boas práticas de mobilização comunitária e de segurança primária, promovendo ampla campanha de reativação de CONSEGs no Estado e cumprindo, destarte, seu papel institucional contemplados no Regulamento dos CONSEGs.

Programa 1801 – Investigação Policial

O programa tem como objetivo investigar os delitos por meio de atividades da polícia judiciária, administrativa e especializada, com especial ênfase na repressão ao crime organizado, narcotráfico e homicídios.

Ação 4180 – Administração Geral da Polícia Civil

A ação tem como meta o desenvolvimento de atividades administrativas referentes a pessoal, finanças e material, bem como manutenção de imóveis e instalações.
No exercício de 2015 foram atendidos 94 UGEs.

Ação 5427 - Seleção, Formação, Capacitação e Aperfeiçoamento dos Policiais Civis

A ação tem como meta a realização de concursos pela Academia de Polícia para as diversas carreiras policiais, bem como de cursos de formação e aperfeiçoamento dos policiais integrantes da Polícia Civil.
No exercício de 2015 foram realizados 476 cursos pela Polícia Civil.

Ação 1133 - Instalações da Polícia Civil

A ação tem como meta a edificação, instalação, adequação e ampliação de imóveis necessários à implantação e ao desenvolvimento dos serviços policiais.
No exercício de 2015 foram realizadas as seguintes obras:

444051 - Obras e Instalações - Convênios	Parceiro	Tema	Objetivo	Valor
180297 - Deleg.Secc.Policia de SJBarra	Prefeitura de São Joaquim da Barra	Reforma com ampliação	1º DP de São Joaquim da Barra	231.851,85
180300 - Deleg.Secc.Policia de Adamantina	Prefeitura de Mariápolis	Reforma com ampliação	DP de Mariápolis	72.261,37
180308 - Deleg.Secc.Policia de SJRio Preto	Prefeitura de Paulo de Faria	Reforma com ampliação	DP de Paulo de Faria	576.712,47
180313 - Deleg.Secc.Policia de Votuporanga	Prefeitura de Pontes Gestal	Reforma com ampliação	DP de Pontes Gestal	490.472,21
Total - Obras e Instalações - Convênios				**1.371.297,90**

Ação 4195 - Acesso a Cidadania

A ação tem como meta a emissão de cédulas de identidade e atestados de antecedentes criminais inerentes ao direito de cidadania, bem como prestação de auxílio à atividade fim da Polícia Civil nos procedimentos e inquéritos policiais e na identificação de impressões digitais para perícias indispensáveis à produção probatória. Expansão da Delegacia Eletrônica.
No exercício de 2015 foram expedidos:

Carteiras de Identidade	5.225.297
Atestados de Antecedentes	817.529
Boletins Eletrônicos de Ocorrências	1.191.270
Total	7.234.096

Ação 4989 - Polícia Judiciária

A ação tem como meta a execução das ações de polícia judiciária na apuração das infrações penais e sua autoria, mediante investigação e elaboração de procedimentos e inquéritos policiais visando elucidar e combater a criminalidade comum e a macro criminalidade, como o crime organizado, o narcotráfico, os homicídios, dentre outros, bem como promoção da solução ou composição de conflitos, mantendo bancos de dados identificadores para expedição de documentos necessários à produção de provas.
No exercício de 2015 foram formalizados:

Inquéritos Policiais	396.276
Termos Circunstânciados	157.457
Termos de Composição Preliminar	12.969
Total	566.702

Ação 4988 – Transferência Gradual Presos da Polícia Civil

A ação tem como meta Execução das ações de polícia judiciária na apuração das infrações penais e sua autoria, mediante investigação e elaboração de procedimentos e inquéritos policiais visando elucidar e combater a criminalidade comum e a macro criminalidade, como o crime organizado, o narcotráfico, os homicídios, dentre outros, bem como promoção da solução ou composição de conflitos, mantendo bancos de dados identificadores para expedição de documentos necessários à produção de provas.

Programa 1811 - Corpo de Bombeiros: Incêndio, Salvamento e Resgate

O programa tem como objetivo promover atividades em resposta às emergências típicas de bombeiros e às de defesa civil, visando a proteção da vida, do meio ambiente e do patrimônio.

Ação 1054 – Construção/Readequação das Instalações Físicas

A ação tem como meta a construção das sedes dos grupamentos de bombeiros (Ribeirão Preto, Piracicaba, Guarujá, Jundiaí), bem como de postos de atendimento operacional (Itapetininga, Registro, São Vicente, dentre outros), conclusão da Escola Superior de Bombeiros e adaptação das instalações físicas do Comando do Corpo de Bombeiros e do Centro de Suprimento e Manutenção do Material Operacional de Bombeiros.

Principais Realizações

Nome Material	Quantidade	Valor Unitário R$	Valor Total R$
Construção da Sede do 9º Grupamento de Bombeiros	1	2.500.206,32	2.500.206,32

Ação 4168 – Administração Geral do Corpo de Bombeiros

Essa ação tem como meta dar Suporte ao desenvolvimento das atividades administrativas do Corpo de Bombeiros.

Principais Realizações

Tipo de Material	Nome Material	Quantidade	Valor Unitário R$	Valor Total R$
Serviços	Reforma 3ª S/L do CCB	1	1.272.263,98	1.272.263,98
	Serviço de Informática – Sistema	1	509.526,05	509.526,05
	Via Fácil Bombeiros			
Material de Consumo	Roupas de cama	15.000	14,36	231.575,00

Ação 4998 – Prevenção e Combate a Incêndios, Busca e Salvamento

Essa ação tem como meta a realização de atividades preventivas e intervenções operacionais de emergência efetuadas pelo Corpo de Bombeiros em ocorrências de incêndios urbanos e rurais, salvamento terrestre, aquático e em altura e emergências envolvendo produtos perigosos.

Principais Realizações

Material de Consumo

Tipo de Material	Nome Material	Quantidade	Valor Unitário R$	Valor Total R$
Material de Consumo	Roupa de Proteção Contra Incêndio	2.000	3.628	7.256.000,00
	Pares de Botas Para Combate a Incêndios	1.400	780	1.092.000,00
Serviço	Manutenção de Viaturas Policiais	-	diversos	1.437.132,85
	Manutenção de Equipamentos Operacionais	-	diversos	389.495,80
Investimento	Viatura sedan para vistoria	38	50.700,00	1.926.600,00
	Viatura Pick UP Cabine Simples	1	49.700,00	49.700,00

Ação 4999 - Salvamento Marítimo

Essa ação tem como meta a realização de atividades de prevenção de afogamentos, salvamento de banhistas e apoio às embarcações em condições de risco em todo o litoral paulista por meio do emprego de guarda-vidas, viaturas e embarcações.

Principais Realizações

Importa destacar nesta Ação que resultados bastante favoráveis vêm sendo obtidos com a contratação de guarda vidas por tempo determinado (GVTD) para reforçar o efetivo do Grupamento de Bombeiros Marítimo durante o período da Operação Praia Segura. O número de mortes por afogamento vem diminuindo anualmente desde a primeira contração, havida em dezembro de 2012, e que busca, todos os anos, o reforço de oitocentos GVTD em toda a orla paulista e nas represas da Capital, durante os meses de novembro a março.

Tipo de Material	Nome Material	Quantidade	Valor Unitário R$	Valor Total R$
Material de Consumo	Aquisição de uniformes para Guarda - vidas	5.600	diversos	272.999,40
	Material de Salvamento Aquático Diverso	-	diversos	273.852,09
	Combustível para Embarcações e Viaturas	-	diversos	191.604,00

Tipo de Material	Nome Material	Quantidade	Valor Unitário R$	Valor Total R$
Serviço	Serviço de docagem e reforma de embarcação	1	296.997,84	296.997,84
	Locação de Transceptores Portáteis	300	diversos	233.400,00
Investimento	Viatura PicK Up Comando de Área	1	166.000,00	166.000,00
	Viatura Pick UP Cabine Simples	10	49.700,00	497.000,00

Ação 5000 – Resgate

Essa ação tem como meta a prestação de atendimento pré-hospitalar de emergência às vítimas de urgências clínicas e de traumas em geral por meio de estabilização e transporte adequado.

Principais Realizações

Tipo de Material	Nome Material	Quantidade	Valor Unitário R$	Valor Total R$
Consumo	Material de Imobilização – Tala Moldável	64.000	diversos	364.950,00
	Luva para Procedimento	61.200	diversos	826.200,00
	Bolsas de Primeiros socorros	950	156,59	156.725,00
	Capacetes	1100	510	561.000,00
Investimento	Viaturas Unidade de Resgate	25	151.350,00	3.783.750,00
	Viaturas Unidade de Resgate e Salvamento Aquatico	6	151.350,00	908.100,00

Ação 5705 – Formação e Capacitação de Bombeiros

Essa ação tem como meta dar suporte ao desenvolvimento das atividades de formação, capacitação e especialização dos recursos humanos do Corpo de Bombeiros.

Principais Realizações

Tipo de Material	Nome Material	Quantidade	Valor Unitário R$	Valor Total R$
Serviço	Fornecimento de Alimentação	1	3.468.348,24	3.468.348,24
	Serviço de Lavanderia	1	1.491.902,29	1.491.902,29
	Serviço de Limpeza	1	292.306,00	292.306,00
	Serviço de limpeza e manutenção de piscina	1	190.970,00	190.970,00

Ação 6061 – Bombeiro Educador

Essa ação tem como meta o desenvolvimento de cursos e palestras nas escolas de ensino fundamental e médio. As Campanhas de Prevenção e os Programas Educacionais do Corpo de

Bombeiros são baseados na identificação de problemas locais (histórico de ocorrências pontuais e sazonais de índice destacado) e voltados ao público-alvo correspondente.

Principais Realizações

Tipo de Material	Nome Material	Quantidade	Valor Unitário R$	Valor Total R$
Serviço	Confecção de literatura educativa	1	436.900,00	436.900,00

Ação 6062 – Proteção Ao Meio Ambiente

Essa ação tem como meta dar suporte para controle de incêndios em áreas de cobertura vegetal, incluindo a capacitação de agentes municipais de defesa civil para este fim, de modo a mitigar os resultados danosos e os correspondentes impactos no meio ambiente.

Principais Realizações

Tipo de Material	Nome Material	Quantidade	Valor Unitário R$	Valor Total R$
Consumo	Roupas de proteção química	1.140	diversos	858.900,00

Programa 1814 - Modernização e Aperfeiçoamento da Polícia Técnico-Científica

O objetivo do programa é ampliar e adequar a estrutura das unidades da SPTC; equipar as unidades existentes na capital e no interior; modernizar os equipamentos existentes nas unidades e aperfeiçoar as metodologias aplicadas no processo de análise dos vestígios encontrados na cena do crime, bem como em todo processo de análise pericial, possibilitando assim a emissão de laudo pericial de qualidade, respaldado por padrões científicos internacionais.

Ação 1293 - Obras Instalações de Unidades da Polícia Técnico-Científica

Essa ação tem como meta a realização de edificação, instalação, reforma, adequação e ampliação de imóveis necessários ao uso das unidades da Polícia Técnico-Científica, são eles o Instituto de Criminalística e o Instituto Médico Legal na Capital, Grande São Paulo e Interior.

Investimentos desenvolvidos na ação:

Descrição		Valor (R$)
Transferências a Municípios - Obras	Convenio para a construção do prédio IC e IML de Ourinhos	3.809.081,58
Execução de Obras e Instalações	Adequação civil de salas radiológicas e adequação redes elétricas para instalação de aparelhos de raios-x e geradores - EPML Centro, Sul e Oeste	2.936.381,72
Gerenciamento de Obras	Contratação da CPOS para gerenciamento da adequação civil de salas radiológicas e adequação redes elétricas para instalação de aparelhos de raios-x e geradores – EPML Centro, Sul e Oeste	371.483,00
Gerenciamento de Obras	Aditamento - gerenciamento da reforma e adequação do prédio para abrigar a EPML de Praia Grande	87.147,80
Total		**7.204.094,10**

Ação 4174 - Administração Geral da Polícia Cientifica

A ação tem como meta atender as 207 Unidades do SPTC, oferecendo recursos para o desenvolvimento das atividades através das despesas com aquisições de materiais e prestações de serviço para o desenvolvimento satisfatório da atividade meio. Todas as unidades foram atendidas de acordo com a disponibilidade orçamentária.

O valor despendido com Despesa de Pessoal corresponde a 96% do valor total da Ação. Os outros 4% estão despesas como: aquisição de materiais de escritórios, materiais descartáveis, diárias com finalidade administrativas, serviços de utilidade pública, limpeza, portaria, PABX, locações de imóveis, manutenção de elevadores entre outros.

Ação 4178 – Perícias Técnico-Científica a Serviço da Justiça

A ação tem como meta atender as unidades do Instituto Médico Legal e de Criminalística do Estado de São Paulo, no desenvolvimento da atividade fim da unidade. Subsidiando-os através da aquisição materiais de consumo e contratação de serviços médicos laboratoriais para a realização das perícias e para a expedição de laudos.
A meta do PPA para 2015 era a 1.000.000 de laudos expedidos, conforme LDO. A meta foi atendida com 1.184.788 laudos expedidos em diversas modalidades, seguem alguns exemplos: balísticos, contábeis, toxicológicos, grafotécnicos, lesões corporais, necroscópicos, anatomopatológicos, acidentes de trânsito, crimes contra o patrimônio, físicos, químicos, DNA, etc.

Ação 6064 - Aperfeiçoamento e Atualização dos Servidores da Polícia Técnico-Científica

Essa ação tem como meta o acompanhamento através de relatórios dos cursos realizados pelos profissionais técnicos científicos e administrativos, indicando quantidade de funcionários e cursos realizados no período – Meta para 2015 - 500 Profissionais treinados. Foram treinados no exercício de 2015, 502 profissionais, atingindo a meta proposta no SIMPA.
O orçamento dessa ação é executado com cursos, inscrições em simpósio, congresso, palestras, diárias para o deslocamento dos funcionários. Vale informar que 66% dos cursos realizados foram Cursos de Aperfeiçoamento na Academia de Polícia para servidores de Carreira Policial (Médico Legista, Perito, Fotógrafo Policial, Auxiliar de Necropsia, etc). Também foram realizados cursos de diversas modalidades tanto para aprimorar as atividades administrativas quanto a atividade.

Programa 1817 - Assistência à Polícia Militar do Estado

O programa tem como objetivo propiciar a melhoria na qualidade de atendimento médico, hospitalar e odontológico aos pensionistas e dependentes de policiais militares.

Ação 4251 – Administração Geral da Caixa Beneficente da Polícia Militar

Essa ação visa atender às necessidades da Unidade com modernização de ferramentas tecnológicas de informação tendo em vista a eficiência das atividades administrativas , aliada a reciclagem periódica dos funcionários, cujo produto: " Unidade Administrativa" e meta (unidade atendida) foi alcançada consoante dotação (Inicial e Suplementações) de R$ 9.119.498,00 (nove milhões, cento e dezenove mil, quatrocentos e noventa e oito reais) , e realizado o montante de R$ 8.089.232,14 (oito milhões, oitenta e nove mil, duzentos e trinta e dois reais, quatorze centavos), sendo R$ 5.811.243,44 (cinco milhões, oitocentos e onze mil, duzentos e quarenta e três reais, quarenta e quatro centavos) com despesas de pessoal e encargos e outras despesas com manutenção da Autarquia; e R$ 2.277.988,70 com insuficiência financeira da SPPREV.

Ação 4784 - Assistência Médica Hospitalar e Odontológica aos Pensionistas da Polícia Militar

Essa ação tem por finalidade a prestação de serviços relativos à saúde das pensionistas e dependentes de policiais militares, tendo como produto "Pacientes Atendidos", e, a meta de 960.000 (novecentos e sessenta mil) prevista para o exercício, ultrapassada em face da descentralização, expansão dos serviços médicos e melhoria na qualidade de atendimento, considerando ainda, as instalações e equipamentos hospitalares de última geração. Cabe ressaltar ainda, que nos termos do artigo 30 da lei 452/74 e de acordo com Convênio vigente, o aludido serviço é disponibilizado pela Cruz Azul de São Paulo, com média mensal de 80.519 pacientes atendidos, conforme quadro abaixo:

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
Inicial da meta	79.000	79.000	79.000	79.000	79.000	79.000
Metas realizadas	79.100	79.345	79.603	79.838	80.094	80.359
	Jul	**Ago**	**Set**	**Out**	**Nov**	**Dez**
Inicial da Meta	80.000	80.000	80.000	82.000	82.000	82.000
Metas realizadas	80.624	80.900	81.181	81.456	81.735	81.995
Total Inicial da Meta					960.000	
Total Metas Realizadas (acumulado)					966.230	

O recurso alocado à esta ação inicial foi de R$ 229.725.042,00 (duzentos e vinte e nove milhões, setecentos e vinte e cinco reais, quarenta e dois centavos), mais suplementação de R$ 56.180.693,00 (cinquenta e seis milhões, cento e oitenta mil, seiscentos e noventa e três reais), e realizado o montante de R$ 268.150.072,50 (duzentos e sessenta e oito milhões, cento e cinquenta mil, setenta e dois reais e cinquenta centavos).
O regime de Assistência Médico- Hospitalar e Odontológica é custeado somente com recursos próprios (fonte 004), por meio de arrecadação de receitas de contribuição compulsória de 2% (dois por cento) da retribuição – base mensal dos policiais militares, 1% (um por cento) sobre o valor dos benefícios das pensionistas e de ressarcimento de despesas médicas pelos contribuintes.

Programa 1818 - Modernização da Segurança Pública

O objetivo do programa é garantir a segurança pública, agregar valores às atividades da polícia, atualizar, integrar, compartilhar e expandir os sistemas inteligentes, expandir e atualizar os equipamentos policiais, digitalizar e integrar as comunicações com priorização nas regiões metropolitanas e municípios sedes de comandos.

Ação 5004 - Reaparelhamento da Polícia Paulista

A ação em como meta a modernização da polícia envolvendo a provisão de equipamentos de proteção individual, veículos, armas e munições e de equipamentos de informática, quer pela expansão, quer pela simples substituição em decorrência da obsolescência.

Polícia Civil.
Principais realizações:

INVESTIMENTOS EM AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ARMAMENTOS		
ITENS	**QUANT.**	**VALOR (R$)**
VEÍCULO - POLICIAMENTO	700	42.125.000,00
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EM GERAL	1255	10.236.392,00
MOBILIÁRIO EM GERAL	2452	1.151.935,74
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	8479	1.912.333,74
ARMAMENTO - PISTOLA .40	5992	11.678.408,00
ESPINGARDAS	2000	2.400.000,00
COLETES BALISTICOS	3932	1.849.560,00
FUZIS	4	51.271,08
SUBMETRALHADORAS	60	272.280,00
TOTAL	**20943**	**71.677.180,56**

Polícia Militar. A utilização dos recursos desta Ação está direcionada à modernização da polícia, envolvendo a provisão de equipamentos de proteção individual, veículos, armas e munições e de equipamentos de informática, quer pela expansão, quer pela simples substituição em decorrência da obsolescência.

Principais Investimentos nesta Ação:
Material Bélico:

MATERIAL BÉLICO		
DESCRIÇÃO	**QTDE**	**TOTAL R$**
Capacetes balísticos para COE e GATE (COMPRA PELO CPCHQ)	170	R$ 935.000,00
Capacetes balísticos	600	R$ 1.380.000,00
Escudos balísticos	250	R$ 1.250.000,00
Fuzil cal 5,56 mm	875	R$ 4.746.000,00
Lançador AM-640	125	R$ 556.993,75
Armários deslizantes para Armamento	1	R$ 69.500,00
Arma de Incapacitação Neuromuscular	400	R$ 1.434.420,41
TOTAL DE INVESTIMENTO		10.371.914,16

Viaturas:

VIATURAS		
DESCRIÇÃO	**QTDE**	**TOTAL R$**
MOTOCICLETA 660 cc para atividade: ROCAM/BAEP/CPChq	121	R$ 4.416.500,00
STATION WAGON para atividade: Radiopatruiha — Pequenos Municípios e Ptr Rural	124	R$ 9.845.600,00
STATION WAGON para atividade: Radiopatrutha— CPM/CPI/ Unidades Escola	322	R$ 22.540.000,00
STATION WAGON para atividade: Coordenador Operacional — CPM/CPI	17	R$ 1.190.000,00
STATION WAGON para atividade: Comandante de Companhia — CPMICPI	2	R$ 140.000,00
STATION WAGON para atividade: Comandante de Força Patrulha — CPMICPI	7	R$ 490.000,00
UTILITARIO ESPORTIVO para atividade: FTCPC	72	R$ 9.144.000,00
UTILITARIO ESPORTIVO para atividade: FT CPI/COM - Unidades Escola	153	R$ 19.431.000,00
UTILITARIO ESPORTIVO para atividade: FTCPChq	31	R$ 3.937.000,00
STATION WAGON para atividade: Canil	23	R$ 1.660.600,00
UTILITARIO ESPORTIVO para atividade: COE	8	R$ 1.072.000,00
VAN — TRANSPORTE MISTO para atividade: CPC/CPM/CPI	13	R$ 1.540.500,00
MICROONIBUS para atividade: CDC	4	R$ 1.360.000,00
STATION WAGON para atividade: Cmt Btl	74	R$ 5.180.000,00
TOTAL DE INVESTIMENTO		R$ 81.947.200,00

Corpo de Bombeiros
Principais Realizações

Tipo de Material	Nome Material	Quantidade	Valor Unitário R$	Valor Total R$
Investimento	Retroescavadeira para o CBM	1	310.000,00	**310.000,00**
	Retroescavadeira para a ESB	1	335.000,00	**335.000,00**
	Equipamento de infraestrutura e desenvolvimento de TI		1.395.000,00	**1.395.000,00**
	Módulo de Treinamento	1	2.461.000,00	**2.461.000,00**
	Carreta para transporte de embarcação	1	7.200,00	**7.200,00**
	Motores de popa	12	8.400,00	**100.800,00**
	Empilhadeira	2	124.000,00	**248.000,00**
Serviço	Desenvolvimento de software	1	-	**1.403.175,00**

Superintendência da Polícia Técnico-Científica
Essa ação contempla despesas com a modernização do patrimônio da SPTC, aquisições de equipamentos laboratoriais, são alguns exemplos: cromatógrafos, balanças analíticas, capelas químicas, tomógrafos e outros mais. No ano de 2015, além da dotação na fonte 001-Tesouro de R$ 9.486.427,00, tivemos uma dotação de R$13.903.671 na fonte 002 – FISP – Fundo de Incentivo a Segurança Pública para a renovação da frota da SPTC, a aquisição de viaturas e carros de cadáver foi no valor R$12.094.200,00.

Principais Investimentos desenvolvidos na ação 5004:

Descrição da Aquisição	Valor R$
Viaturas e carros para recolha de cadáveres para a frota da SPTC - **recurso FISP**	12.094.200,00
5 sistemas de cromatografia gasosa acoplada e espectrometro de massas (SPTC, NPC Araraquara, NPC Marília e NPC SJRio Preto)	2.012.500,00
Sistema de cromatografia líquida acoplada a espectrometria de massas tipo quadrupolo - SPTC / IML / núcleo de toxicologia forense	740.000,00
Câmeras fotográficas digitais e DSLR, tripés e flash para o núcleo de apoio logístico	360.800,00
Sistema de cromatografia líquida de alta eficiência para o N.A.I/IC	330.400,00
Processo para aquisição de cromatógrafo gasoso com detector de nitrogênio e fósforo - Núcleo de Toxicologia Forense - IML.	200.000,00
Aquisição com instalação de câmera fria para EPML Americana Dr. João Roberto Miller Junior diretor do NPML de Campinas	170.000,00
Freezers e refrigeradores verticais para o IML/toxicologia e programa Bem Me Quer	149.799,99
Serra sabre para o IML	114.920,00
Geladeiras para guarda de material biológico para o IML	113.146,00
Aq. macas para o IML Dr. Julio Cezar Viola – DTD IML	77.090,00
Aquisição de mobiliário para atender diversos núcleos e equipes do IC e IML	250.000,00

Ação 5642 - Inteligência Policial

A ação tem como meta a ampliação e atualização dos sistemas inteligentes de polícia; desenvolvimento de novos sistemas; digitalização das comunicações, centralização, no interior, dos centros de atendimento e despachos das viaturas de emergência policial.
A Segurança Pública é acionada pelo cidadão em momentos críticos: desastres, acidentes, conflitos, ocorrência de crimes, vidas em risco. Para dar o devido suporte a tais ocorrências, as Polícias Civil e Militar, além do atendimento presencial realizado nas Delegacias de Polícia,

Bases Comunitárias e através de milhares de viaturas que circulam diuturnamente pelo Estado, possuem dois grandes canais de comunicação: os Centros de Emergência da Polícia Militar (Telefones 190 e 193) e a Delegacia Eletrônica da Polícia Civil.

Estes Centros de Emergência operam com base nas seguintes premissas e diretrizes:

Centros de Emergência

- Atender bem a todos os chamados, observando a celeridade, a eficácia e a efetividade, visando o respeito pelo solicitante e o pronto atendimento com excelência.
- Envidar esforços no sentido de atender o solicitante no primeiro toque.
- Permitir acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais, assim como aquelas que se comunicam em outros idiomas*. (*O atendimento em língua estrangeira foi uma necessidade que surgiu devido à presença de grande público proveniente de outros países, que visitam a cidade durante os muitos eventos culturais, esportivos, de lazer e negócios. Policiais estão preparados para atender em língua inglesa e espanhola).
- Ter como prioridade superar as expectativas do solicitante.
- Apresentar-se como principal canal de comunicação entre a população e a Polícia.
- Ter visão ampla da competência dos órgãos públicos para poder direcionar atendimentos que exijam tratamento diferenciado.
- Comprometer-se com a verdade, atuar com profissionalismo, justiça e transparência. Entender que o interesse público está acima dos interesses próprios.

Foco nos Resultados

- Atuar focado nas necessidades do solicitante (cidadão) e na missão do Atendimento Emergencial (COPOM), bem como alinhado com os objetivos do Comando, superando metas e desafios com criatividade, inovação e sempre na busca da excelência.
- Estabelecer metas, administrar o tempo e chegar rápido ao local da ocorrência.

Modernização Constante

- Intensificar o uso das tecnologias disponíveis, otimizando os processos do atendimento, do despacho de viaturas e alcançar a consolidação do videomonitoramento.
- Acelerar e modernizar os processos de atendimento sem, contudo, substituir o tratamento preferencial dispensado ao solicitante.
- Promover o debate de questões emblemáticas, envolvendo, inclusive, outros órgãos públicos e segmentos da sociedade.

Pro atividade de solução de problemas

- Desenvolver a iniciativa para resolver as necessidades dos cidadãos solicitantes, com destreza, educação, qualidade, celeridade e excelência.
- Aprimorar a capacidade de ouvir e de resolver problemas.

Treinamento Constante

- Intensificar o treinamento, visando maximizar as boas práticas e minimizar as não conformidades.
- Propiciar ao atendente/despachador/observador o conhecimento técnico necessário para operar, com rapidez, as ferramentas de trabalho, assim como desenvolver a capacidade de falar, ouvir e operar o Sistema simultaneamente.
- Desenvolver o domínio das emoções, da boa comunicação e a autoconfiança.
- Manter programa de orientação aos patrulheiros por meio de inserção de frases de cunho educacional e motivacional na rede de rádio.

Transmitir segurança, empatia, credibilidade e confiabilidade

- Segurança: estar presente (acessível) e demonstrar conhecimento, experiência e boa vontade para ajudar prontamente.
- Empatia: entender as necessidades do solicitante, saber escutar, ter consideração.
- Credibilidade: atender a solicitação no menor tempo possível.
- Confiabilidade: cumprir o prometido.

A regionalização dos centros de atendimentos nas circunscrições territoriais dos Comandos de Policiamento Metropolitano e do Interior implementada nos anos anteriores vem ao encontro de

tais diretrizes, fazendo com que os Centros de Operações da Polícia Militar (COPOM) seja uma das maiores redes de atendimento ao cidadão do país.

Além disso, o Disque-Denúncia e a Ouvidoria das Polícias continuam ativos, garantindo o aprimoramento e o controle social da atividade policial.

Abaixo, seguem os números destes atendimentos:

Polícia Militar

A utilização dos recursos desta Ação está direcionada à ampliação e atualização dos sistemas inteligentes de polícia; desenvolvimento de novos sistemas; digitalização das comunicações, centralização, no interior, dos Centros de Atendimento e Despachos das viaturas de emergência policial.

Principais Investimentos nesta Ação:

Equipamentos de TIC:

EQUIPAMENTOS DE TIC:		
DESCRIÇÃO	**QTDE**	**TOTAL R$**
TP – Transceptor Portátil multibanda UHF/VHF	870	6.264.000,00
TA – Transceptor Aeronáutico multibanda UHF/VHF	15	5.175.000,00
GMG para sites CPC	10	1.050.000,00
PABX Administrativo grande porte (CPI/CPA)	7	3.430.000,00
PABX Administrativo médio porte (Btl)	19	3.648.000,00
PABX Administrativo pequeno porte (Cia)	62	2.498.600,00
Sistema de sonorização para grandes eventos	1	440.000,00
Videowall NOC MTel	1	676.000,00
Switch gerenciável para núcleo de rede	2	138.900,00
Switch gerenciável para Data Center 10 Gbps	2	96.000,00
Switch gerenciável para Data Center 1 Gbps	2	21.000,00
Switch gerenciável para SDR	30	187.500,00
Switch gerenciável para OPM (usuário final)	801	3.524.400,00
Roteador para rede intragov e intranet (proj. DETECTA)	2	159.800,00
Roteador modular para borda de rede SDR	30	915.000,00
Roteador para CPE – redundância SDR	44	100.320,00
Storage para Data Center diskpack de 700Tb cd + switch SAN	1	2.795.000,00
Solução de backup para storage	1	1.470.000,00
Servidor de grande porte para Data Center	3	1.819.500,00
Servidor de pequeno porte para Data Center	7	367.500,00
Sistema de transmissão de audio e vídeo	1	239.109,08
Notebook	1720	6.682.200,00
Estação de Trabalho (all-in-one)	1756	5.180.200,00
Estação de Trabalho (all-in-one)	780	3.432.000,00
Terminais Móveis de Dados (TMD)	2634	9.416.550,00
Solução de videoconferência (MCU)	1	981.410,00
TOTAL DE INVESTIMENTO		R$ 60.707.989,08

Superintendência da Polícia Técnico-Científica
Nessa ação são custeadas todos os investimentos e serviços relacionados a Tecnologia da Informação, no ano de 2015 foram realizadas diversas aquisições tanto de equipamento quanto de softwares e contratações de serviços. Para adequação e ampliação da estrutura de redes, armazenamento, banco de dados, a fim de viabilizar a utilização do GDL (Sistema de Gerenciamento de Laudos). O principal sistema utilizado pela SPTC, com a função primordial de emitir laudos, no entanto, também é uma ferramenta que possibilita gerir as informações de seu banco de dados.

Devido ao alto custo relacionado a aquisições na área de TI, foi necessário recorrer ao FISP para atender a demanda da SPTC.
Dotação para Despesa Corrente e R$ 2.956.667,00 / Empenho R$ 2.555.000,00
Dotação para Despesa de Capital de R$ 2.961.082,00 / Empenho R$ 2.879.000,00.

Principais ações:

Investimento	**6.469.000,00**	
Microcomputadores Para Os Colaboradores	3.590.000,00	Tesouro
Equipamento Para Armazenamento De Dados - Solução De Armazenamento Digital (Storage).	1.990.000,00	FISP
Servidores Blade	889.000,00	FISP
Custeio	**3.200.764,48**	
Licença De Uso Para Fornecimento De Softwares (Programas Aplicativos)	571.071,10	Tesouro
Aquisição De Isnumos De Informática	74.693,38	Tesouro
Sistema Gerenciador De Banco De Dados	930.000,00	FISP
Firewall	570.000,00	FISP
Solução De Mensageria	1.055.000,00	FISP

Programa 1819 - São Paulo Vivendo em Paz
O objetivo desse programa é possibilitar à polícia ostensiva o aprimoramento dos programas de policiamento e do policiamento especializado, observadas a polícia comunitária, os direitos humanos, a sustentabilidade ambiental e o fortalecimento da imagem institucional, oferecendo serviços que resultem na redução da criminalidade e no aumento da percepção de segurança, garantindo acesso à polícia.

Ação 4718 – Polícia Comunitária Interagindo com o Cidadão
A utilização dos recursos desta Ação está direcionada ao fomento da filosofia e estratégia de polícia comunitária e promoção dos direitos humanos, por meio da aproximação e interação do policial militar.

Ação 4718 - Polícia Comunitária Interagindo com o Cidadão	
PRODUTO	**ATENDIMENTOS SOCIAIS**
UNIDADE DE MEDIDA	**UNIDADE**
PROGRAMAÇÃO ANUAL	**2.140.000**
EXECUÇÃO ACUMULADA	**2.719.602**

Ação 1090 – Adequação de Unidades Policiais Militares

A utilização dos recursos desta Ação está direcionada à construção, ampliação e reforma de sedes acessíveis ao cidadão, com o aporte de material, sistema e equipamento.

Ação 1090 - Adequação de Unidades Policiais Militares	
PRODUTO	**UNIDADES POLICIAIS MILITARES ADEQUADAS**
UNIDADE DE MEDIDA	**UNIDADE**
PROGRAMAÇÃO ANUAL	**33**
EXECUÇÃO ACUMULADA	**56**

Principais Investimentos realizados:

OBRAS		
Detalhamento da obra/serviço	**Município**	**Valor Total (R$)**
Reforma do 25º BPM/I - Unidade Responsável: 25º BPM/I	**Dracena**	1.148.754,66
Construção da 2ª Cia PM do 26º BPM/I - Unidade Responsável: 26º BPM/I	**Mogi Mirim**	480.356,18
Projeto executivo de readequação, restauro e ampliação do prédio histórico "Quartel da Luz" - Unidade Responsável: 1º BPChq e RPMon	**São Paulo**	756.133,58
Projeto executivo de construção do 45º BPM/M, Cia PM e Cia FT (Pq. D. Pedro) - Unidade Responsável: 45º BPM/M	**São Paulo**	635.735,95
Reforma da 2ª Cia PM do 42º BPM/I (troca do telhado, reforma da rede elétrica e pintura) - Unidade Responsável: 42º BPM/I	**Presidente Epitácio**	286.600,93
Reforma do antigo prédio da PM-2 - Unidade Responsável: CIPM	**São Paulo**	9.764,48
Construção do 2º Pel PM da 2ª Cia PM do 2º BPM/I - Unidade Responsável: 2º BPM/I	**Avanhandava**	519.387,38
Construção do Gabinete de Treinamento do CPI-3 (2ª fase) - Unidade Responsável: CPI-3	**Ribeirão Preto**	589.662,31
Reforma das instalações elétricas do PMRG (construção de subestação primária convencional – entrada subterrânea – conjuntos blindados e grupos moto-geradores) - Unidade Responsável: PMRG	**São Paulo**	251.913,13
Recuperação do solo, talude e heliporto do C Méd - Unidade Responsável: C Méd	**São Paulo**	972.211,10
Construção do 39º BPM/M, 3ª Cia PM, Cia FT e Posto de Bombeiros - Unidade Responsável: 39º BPM/M	**São Paulo**	17.066.823,20
Construção da 1ª Cia PM do 42º BPM/I - Unidade Responsável: 42º BPM/I	**Presidente Venceslau**	1.158.231,65
Reforma do C Mus (reajuste anual) - Unidade Responsável: C Mus	**São Paulo**	45.041,97
Projeto executivo de reforma do posto de combustível do CSM/MM - Unidade Responsável: CSM/MM	**São Paulo**	917.990,64
Construção de muro de gabião para contenção do talude da 1ª Cia PM do 38º BPM/I - Unidade Responsável: 38º BPM/I	**São Carlos**	63.324,90
Reforma para adequação à legislação ambiental do GRPAe - Unidade Responsável: GRPAe	**São Paulo**	75.973,54
Reforma do posto de combustível do CPI-9 - Unidade Responsável: CPI-9	**Piracicaba**	518.894,38
Construção do muro perimetral do CPI-9 - Unidade Responsável: CPI-9	**Piracicaba**	474.952,00
Projeto executivo de reforma elétrica do 1º BAEP - Unidade Responsável: 1º BAEP	**Campinas**	32.820,33
Projeto executivo de hidráulica e elétrica para o CAES - Unidade Responsável: CAES	**São Paulo**	53.000,00
Projeto executivo de construção do 4º Gp PM da 3ª Cia PM do 33º BPM/I - Unidade Responsável: 33º BPM/I	**Pirangi**	14.900,00
Projeto executivo de construção do 5º Gp PM da 5ª Cia PM do 4º BPM/I - Unidade Responsável: 4º BPM/I	**Paulistânia**	15.750,00
Projeto executivo de construção do 6º Gp PM da 4ª Cia PM do 9º BPM/I - Unidade Responsável: 9º BPM/I	**Vera Cruz**	13.050,00
Projeto executivo de construção do 1º Gp PM da 2ª Cia PM do 32º BPM/I - Unidade Responsável: 32º BPM/I	**Lutécia**	15.750,00
Projeto executivo de construção do 2º Gp PM da 2ª Cia PM do 44º BPM/I - Unidade Responsável: 44º BPM/I	**Guaiçara**	15.750,00
Projeto executivo de construção do 3º Gp PM da 3ª Cia PM do 18º BPM/I - Unidade Responsável: 18º BPM/I	**Estrela do Norte**	24.387,86
Projeto executivo de construção do 4º Gp PM da 2ª Cia PM do 25º BPM/I - Unidade Responsável: 25º BPM/I	**Flórida Paulista**	13.888,02
Projeto executivo de construção do 1º Gp PM da 3ª Cia PM do 10º BPM/I - Unidade Responsável: 10º BPM/I	**Santa Maria da Serra**	19.342,05
Projeto executivo de construção do 6º Gp PM da 4ª Cia PM do 2º BPM/I - Unidade Responsável: 2º BPM/I	**Brejo Alegre**	16.689,31
Projeto executivo de construção do 1º Gp PM da 3ª Cia PM do 28º BPM/I - Unidade Responsável: 28º BPM/I	**Guaraçaí**	15.172,08
Projeto executivo de construção do 2º Gp PM da 3ª Cia PM do 25º BPM/I - Unidade Responsável: 25º BPM/I	**Salmourão**	14.868,63

OBRAS		
Detalhamento da obra/serviço	**Município**	**Valor Total (R$)**
Reforma da 1ª Cia PM do 32º BPM/I - Unidade Responsável: 32º BPM/I	Assis	617.636,70
Construção da 2ª Cia PM do 24º BPM/I - Unidade Responsável: 24º BPM/I	Casa Branca	1.444.058,00
Construção do 5º Gp PM da 2ª Cia PM do 33º BPM/I - Unidade Responsável: 33º BPM/I	Embaúba	438.199,34
Construção de Policlínica no CPA/M-10 (1º BPM/M) - Unidade Responsável: CPC	São Paulo	11.283,27
Reforma do refeitório da ESSgt - Unidade Responsável: DEC	São Paulo	678.948,82
Atualização do projeto executivo de elétrica da ESSd - Unidade Responsável: DEC	São Paulo	24.830,00
Projeto executivo de reforma do Centro Cirúrgico do C Méd - Unidade Responsável: C Med	São Paulo	34.015,30
Reforma / manutenção do telhado do 1º BPAmb - Unidade Responsável: 1º BPAmb	São Paulo	222.611,49
Anteprojeto de construção do CPTran e Cia Tran - Unidade Responsável: CIAP	São Paulo	34.604,64
Construção do muro perimetral do CPA/M-5 - Unidade Responsável: CPA/M-5	São Paulo	360.628,52
Complementação no processo desapropriação da 5ª Cia, do 16º BPM/M - Unidade Responsável: 16º BPM/M, 5ª Cia PM	São Paulo	96.000,00
Projeto executivo de reforma e ampliação do CPA/M-11, 51º BPM/M e 1ª Cia PM - Unidade Responsável: CPA/M-11	São Paulo	56.845,51
Reforma elétrica do 42º BPM/M - Unidade Responsável: CPA/M-8	Osasco	339.155,48
Construção da 3ª Cia PM do 34º BPM/I - Unidade Responsável: 34º BPM/I, 3ª Cia PM	Atibaia	141.588,52
Reforma elétrica do 15º BPM/I (substituição da rede elétrica) - Unidade Responsável: CPI-3	Franca	612.531,76
Reforma da sede do 4º BPM/M - Unidade Responsável: 4º BPM/M	São Paulo	1.039.644,08
Manutenção na Seç Formação Veterinária Regimental	São Paulo	144.737,95
Adequação Proj. Exec. Reforma Elétrica do CADM	São Paulo	14.500,00
Projeto executivo de reforço estrutural e rebaixamento do lençol freático do CSM/M Tel	São Paulo	34.469,00
Construção do 3º Gp PM da 2ª Cia PM do 12º BPM/I	Anhembi	348.379,86
Projeto executivo de construção do muro de arrimo do CSM/M Int	São Paulo	14.861,15
Projeto executivo de construção do Gp PM da 2ª Cia PM do 49º BPM/I	Morungaba	18.670,00
Projeto executivo de reforma de muro, calçada e elétrica da 2ª Cia PM do 39º BPM/I	São Vicente	48.152,42
Projeto executivo de construção do 1º Gp PM da 4ª Cia PM do 25º BPM/I	Nova Guataporanga	19.734,00
Construção da 3º Cia PM do 46ºBPM/I	Caçapava	1.259.831,75
Projeto executivo de adequação e adapitação do CPA/M-1	São Paulo	79.614,42
Projeto executivo para muro do CPAmb	São Paulo	6.500,00
Aditivo da construção do estande de tiro do 28ºBPM/I	Andradina	95.226,60
Aditivo da reforma do posto de combustível do CSM/MM	São Paulo	456.217,18
Aditivo da construção da 2ªCia do 26ºBPM/I	Mogi Mirim	50.756,01
Contratação de laudo de engenharia sobre a fundação da sede do 17ºBPM/I	São José do Rio Preto	6.800,00
TOTAL DA AÇÃO 1090 - ADEQUAÇÃO DE UNIDADES		**R$ 34.988.152,03**

Ação 4992 – Melhorar Sempre, Polícia com Excelência

A utilização dos recursos desta Ação está direcionada ao fomento da gestão na instituição por meio da adoção de modelos de excelência mundialmente reconhecidos e aperfeiçoamento da gestão operacional com o desenvolvimento dos processos, sistemas, dados, comunicação e infraestrutura tecnológica.

Ação 4992 - Melhorar Sempre, Polícia com Excelência	
PRODUTO	ORGANIZAÇÕES POLICIAIS MILITARES CERTIFICADAS EM PRÊMIO DE GESTÃP
UNIDADE DE MEDIDA	UNIDADE
PROGRAMAÇÃO ANUAL	50
EXECUÇÃO ACUMULADA	58

Ação 4993 – Segurança Total, Proteção Integral
A utilização dos recursos desta Ação está direcionada à realização do policiamento ostensivo por meio das modalidades; dos processos a pé, motorizado, montado, aéreo, em embarcação e em bicicleta; além dos programas de policiamento (radiopatrulha atendimento 190, força tática, rondas com motos, escolar, trânsito, comunitário e integrado).

Ação 4993 - Segurança Total, Proteção Integral	
PRODUTO	QUANTIDADE DE INTERVENÇÕES POLICIAIS
UNIDADE DE MEDIDA	UNIDADE
PROGRAMAÇÃO ANUAL	25.500.000
EXECUÇÃO ACUMULADA	34.942.342

Ação 4995 – Escolha Certa
A utilização dos recursos desta Ação está direcionada à seleção de pessoal para ingresso na polícia militar, incluindo o serviço auxiliar voluntário, por concurso público e processo seletivo, bem como a promoção da formação, capacitação, aperfeiçoamento, desenvolvimento técnico-científico e de competências para o contínuo aprimoramento do policial militar e da atividade profissional.

Ação 4995 - Escolha Certa	
PRODUTO	POLICIAIS MILITARES FORMADOS, CAPACITADOS E APERFEIÇOADOS
UNIDADE DE MEDIDA	UNIDADE
PROGRAMAÇÃO ANUAL	82.500
EXECUÇÃO ACUMULADA	97.343

Ação 5001 – Bem Estar Integral
A utilização dos recursos desta Ação está direcionada à promoção da medicina preventiva, curativa e de reabilitação destinada aos policiais militares ativos e inativos nos aspectos biopsicossociais, incluindo-se atividades odontológicas, por meio do atendimento em nível primário, secundário e terciário.

Ação 5001 - Bem Estar Integral	
PRODUTO	QUANTIDADE DE POLICIAIS MILITARES APTOS
UNIDADE DE MEDIDA	UNIDADE
PROGRAMAÇÃO ANUAL	85.500
EXECUÇÃO ACUMULADA	88.284

Ação 6066 – Polícia que se vê, Cuidando de você
A utilização dos recursos desta Ação está direcionada à divulgação ao cidadão, por meio de ações de comunicação social, dos serviços prestados à sociedade e dos resultados positivos no controle da criminalidade para que haja a garantia da percepção de segurança.

Ação 6066 - Polícia que se Vê, Cuidando de Você	
PRODUTO	INSERÇÕES POSITIVAS NA MÍDIA
UNIDADE DE MEDIDA	UNIDADE
PROGRAMAÇÃO ANUAL	850
EXECUÇÃO ACUMULADA	8.563

Ação 6068 – Policial Valorizado, Sociedade Prestigiada
A utilização dos recursos desta Ação está direcionada às ações de valorização e melhoria da autoestima do policial militar, bem como de controle e correção do comportamento do policial militar com a aplicação da lei aos casos de desvios de conduta, observado o devido processo legal e ampla defesa.

Ação 6068 - Policial Valorizado, Sociedade Prestigiada	
PRODUTO	POLICIAL MILITAR MOTIVADO
UNIDADE DE MEDIDA	%
PROGRAMAÇÃO ANUAL	65
EXECUÇÃO ACUMULADA	84,77

Indicadores Criminais e de Atividade Policial
A principal medida das atividades da SSP são os indicadores estatísticos e no ano de 2015 a taxa de homicídios dolosos apresentou queda em relação ao ano de 2014 e fechou o ano em 8,73 por 100 mil habitantes, essa é a menor taxa de homicídio dolosos já registrada.

	2014	2015	VARIAÇÃO
Homicídio Doloso por 100 mil habitantes	10,06	8,73	-13,22%
Furto por 100 mil habitantes	1210,46	1150,67	-4,94%
Roubo por 100 mil habitantes	729,29	714,08	-2,09%
Furto e Roubo de Veículo por 100 mil habitantes	519,13	439,86	-15,27%
Furto por 100 mil veículos	494,07	416,05	-15,79%
Roubo por 100 mil veículos	397,46	295,65	-25,62%
Furto e Roubo de Veículo por 100 mil veículos	891,53	711,7	-20,17%
Fonte: Dados estatísticos do Estado de São Paulo, Taxa de Delito - 2015. Disponível em <http://www.infocrim.ssp.sp.gov.br>, acesso em 23/02/2016.			

Indicadores Criminais. Todos os outros principais indicadores criminais apresentaram redução, conforme podemos observar no quadro abaixo que apresenta os números absolutos e respectiva variação entre os anos de 2014 e 2015:

	2014	2015	VARIAÇÃO
Nº DE VÍTIMAS EM HOMICÍDIO DOLOSO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO	94	57	-39,36%
HOMICÍDIO DOLOSO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO	74	52	-29,73%
ROUBO DE VEÍCULO	98.763	78.659	-20,36%
HOMICÍDIO CULPOSO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO	4.410	3.560	-19,27%
TENTATIVA DE HOMICÍDIO	5.470	4.466	-18,35%
LESÃO CORPORAL CULPOSA POR ACIDENTE DE TRÂNSITO	133.256	113.180	-15,07%
ROUBO A BANCO	182	159	-12,64%
HOMICÍDIO DOLOSO (2)	4.293	3.757	-12,49%
Nº DE VÍTIMAS EM HOMICÍDIO DOLOSO (3)	4.527	3.962	-12,48%
LESÃO CORPORAL CULPOSA - OUTRAS	3.945	3.461	-12,27%
HOMICÍDIO CULPOSO OUTROS	225	198	-12,00%
FURTO DE VEÍCULO	122.769	110.690	-9,84%
LESÃO CORPORAL DOLOSA	152.546	138.807	-9,01%
LATROCÍNIO	374	345	-7,75%
ESTUPRO	10.026	9.265	-7,59%
Nº DE VÍTIMAS EM LATROCÍNIO	385	356	-7,53%
FURTO - OUTROS	516.551	495.334	-4,11%
ROUBO - OUTROS (1)	311.214	307.392	-1,23%
ROUBO DE CARGA	8.518	8.490	-0,33%

Fonte: Dados estatísticos do Estado de São Paulo, Ocorrências policiais registradas - 2015.
Disponível em <http://www.infocrim.ssp.sp.gov.br>, acesso em 23/02/2016.

Dados de atividade policial. A dinâmica dos indicadores criminais refletiu-se no trabalho cotidiano das polícias, cujos dados de atividade e produtividade seguem abaixo.

	2014	2015	VARIÇÃO
Nº DE VEÍCULOS RECUPERADOS	98.968	88.821	-10,25%
TOT. DE INQUÉRITOS POLICIAIS INSTAURADOS	414.626	402.738	-2,87%
Nº DE ARMAS DE FOGO APREENDIDAS	18.036	17.635	-2,22%
OCORRÊNCIAS DE PORTE ILEGAL DE ARMA	6.490	6.570	1,23%
Nº DE INFRATORES APREENDIDOS EM FLAGRANTE	19.853	20.355	2,53%
Nº DE PESSOAS PRESAS EM FLAGRANTE	128.974	133.045	3,16%
Nº DE FLAGRANTES LAVRADOS	106.496	110.565	3,82%
OCORRÊNCIAS DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES	41.563	44.364	6,74%
OCORRÊNCIAS DE APREENSÃO DE ENTORPECENTES(1)	3.959	4.282	8,16%
Nº DE PRISÕES EFETUADAS	151.042	163.930	8,53%
Nº DE INFRATORES APREENDIDOS POR MANDADO	4.352	5.148	18,29%
Nº DE PESSOAS PRESAS POR MANDADO	48.944	58.785	20,11%
OCORRÊNCIAS DE PORTE DE ENTORPECENTES	26.624	32.278	21,24%

Fonte: Dados estatísticos do Estado de São Paulo, Produtividade Policial - 2015.
Disponível em <http://www.infocrim.ssp.sp.gov.br/>, acesso em 23/02/2016.

SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

Secretaria dos Transportes Metropolitanos

Execução Orçamentária por Grupo de Despesas

37000 - Secretaria dos Transportes Metropolitanos

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**2.515.444.775,00**	**2.634.994.391,81**	**1.308,38**	**2.634.995.700,19**	**2.651.079.969,49**
Pessoal e Encargos Sociais	835.017.269,00	835.214.626,18	0,00	835.214.626,18	826.183.729,64
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.680.427.506,00	1.799.779.765,63	1.308,38	1.799.781.074,01	1.824.896.239,85
Despesas de Capital	**8.293.388.083,00**	**4.818.763.387,03**	**142.542,08**	**4.818.905.929,11**	**4.966.070.992,50**
Investimentos	4.183.561.973,00	1.884.589.106,70	142.542,08	1.884.731.648,78	1.909.919.483,34
Inversões Financeiras	4.109.826.110,00	2.934.174.280,33	0,00	2.934.174.280,33	3.056.151.509,16
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**10.808.832.858,00**	**7.453.757.778,84**	**143.850,46**	**7.453.901.629,30**	**7.617.150.961,99**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

37000 - Secretaria dos Transportes Metropolitanos

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0000 - Encargos Gerais	**132.630.000,00**	**132.630.000,00**	**0,00**	**132.630.000,00**	**127.626.204,18**
Despesas Correntes	132.630.000,00	132.630.000,00	0,00	132.630.000,00	127.626.204,18
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0001 - Participacao Societária	**4.109.826.110,00**	**2.934.174.280,33**	**0,00**	**2.934.174.280,33**	**3.056.151.509,16**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	4.109.826.110,00	2.934.174.280,33	0,00	2.934.174.280,33	3.056.151.509,16
0102 - Obrigações Previdenciárias em Complementação	**4.561.414,00**	**4.806.208,26**	**0,00**	**4.806.208,26**	**4.781.934,43**
Despesas Correntes	4.561.414,00	4.806.208,26	0,00	4.806.208,26	4.781.934,43
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2826 - Comunicação Social	**17.000.010,00**	**28.104,00**	**0,00**	**28.104,00**	**3.862.237,78**
Despesas Correntes	17.000.010,00	28.104,00	0,00	28.104,00	3.862.237,78
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3703 - Planejamento, Gestão Estratégica e Modernização do Transp. Metrop. - PITU VIVO	**1.288.977.214,00**	**658.659.994,78**	**0,00**	**658.659.994,78**	**559.838.798,20**
Despesas Correntes	152.085.471,00	138.109.542,65	0,00	138.109.542,65	139.961.865,25
Despesas de Capital	1.136.891.743,00	520.550.452,13	0,00	520.550.452,13	419.876.932,95
3706 - Expansão e Gestão do Transporte de Baixa e Média Capacidade - PITU EM MARCHA	**6.385.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	6.385.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

3707 - Expansão, Modernização e Operação do Transporte Sobre Trilhos - PITU EM MARCHA	**3.877.482.781,00**	**2.667.722.386,93**	**142.542,08**	**2.667.864.929,01**	**2.799.171.894,28**
Despesas Correntes	1.851.046.311,00	2.064.737.010,87	0,00	2.064.737.010,87	2.080.179.213,59
Despesas de Capital	2.026.436.470,00	602.985.376,06	142.542,08	603.127.918,14	718.992.680,69
3708 - Expansão, Modernização e Operação do Transporte Metroviário - PITU EM MARCHA	**1.341.378.760,00**	**1.027.525.572,02**	**0,00**	**1.027.525.572,02**	**1.027.525.572,02**
Despesas Correntes	330.530.000,00	267.224.000,00	0,00	267.224.000,00	267.224.000,00
Despesas de Capital	1.010.848.760,00	760.301.572,02	0,00	760.301.572,02	760.301.572,02
3709 - Nos Trilhos do Desenvolvimento	**22.591.569,00**	**20.211.611,50**	**1.308,38**	**20.212.919,88**	**30.008.752,24**
Despesas Correntes	19.591.569,00	19.459.905,01	1.308,38	19.461.213,39	20.347.812,74
Despesas de Capital	3.000.000,00	751.706,49	0,00	751.706,49	9.660.939,50
4108 - Novos Rumos nos Velhos Trilhos	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.069.200,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	1.069.200,00
4407 - Tecnologia da Informação e Comunicação para Excelência da Gestão	**8.000.000,00**	**7.999.621,02**	**0,00**	**7.999.621,02**	**7.114.859,70**
Despesas Correntes	8.000.000,00	7.999.621,02	0,00	7.999.621,02	7.096.701,52
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	18.158,18
Despesa Total	**10.808.832.858,00**	**7.453.757.778,84**	**143.850,46**	**7.453.901.629,30**	**7.617.150.961,99**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Programa 3703 - Planejamento, Gestão Estratégica e Modernização do Transporte Metropolitano - Pitu Vivo

Tem como objetivo elaborar o planejamento e coordenar a gestão estratégica e modernização do transporte metropolitano de passageiros com o objetivo de ampliar a mobilidade da população, estabelecer uma política tarifária equilibrada, reduzir os tempos de viagens dos usuários, ampliar o predomínio do transporte público sobre o individual e promover a integração entre transporte, uso do solo e meio ambiente.

Ação 1886 - Monitoramento e Fiscalização das Concessões e Parcerias com a Iniciativa Privada

Em 2015 teve prosseguimento o monitoramento e fiscalização da operação das sete Estações da Linha 4 - Amarela: Luz, República, Paulista, Fradique Coutinho, Faria Lima, Pinheiros e Butantã. O contrato de fornecimento dos 15 Trens Metroviários para a Fase II, da Linha 4 – Amarela, de responsabilidade da Concessionária ViaQuatro foi mantido e estão em fabricação na Coreia do Sul - Rotem/Hyundai, conforme estabelecido no Termo Aditivo-05 do Contrato, com previsão de disponibilidade para operação em 2016. Quanto à execução das Obras Civis da Fase II, a cargo da Companhia do Metrô, o contrato de execução das obras civis com o Consórcio foi cancelado e está em curso o processo de contratação com previsão de assinatura para o primeiro semestre de 2016. O Contrato de fornecimento de Sistemas a cargo do Poder Concedente foi suspenso, aguardando a obra civil acima mencionado.

O pagamento da Contraprestação Pecuniária prevista no Contrato e que amortiza os valores correspondentes ao investimento da Concessionária para a implantação de sistemas da Fase II e aquisição da frota dos 15 Trens Metroviários teve início após a assinatura da Ordem de Fabricação da Fase II em 2014 foram amortizados sete prestações, em 2015 foram doze prestações no valor total de R$ 29.84 milhões do orçamento, restando para 2016 mais cinco prestações, concluindo desta forma o repasse contratual previsto. Esta ação 1886 será substituída em 2016 pela ação 2544 – Apoio à PPP Operação da Linha 4 – Amarela.

Ação 2296 - Modernização do Sistema Metroferroviário Metropolitano – BID

O material rodante adquirido, no total de 8 novos trens para a linha 9 - Esmeralda da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM, bem como as peças sobressalentes previstas para a manutenção dos trens, foram entregues em exercícios anteriores. Ao longo do exercício de 2015 não ocorreram pagamentos, sendo previsto a emissão dos termos de recebimento definitivo para o exercício de 2016, para tanto restam pendentes a obtenção de índices técnicos de desempenho previstos em contrato.

Ação 2297 - Modernização do Material Rodante do Sistema Ferroviário Metropolitano - BIRD/JBIC

O material rodante adquirido, no total de 9 novos trens para a linha 11 - Coral da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM, foram totalmente entregues nos exercícios anteriores, inclusive as peças sobressalentes previstas para a manutenção dos trens. No exercício de 2015 foi pago o último evento referente ao Certificado de Recebimento Provisório -CRP. Sendo previsto a emissão dos termos de recebimento definitivo para o exercício de 2016, para tanto restam pendentes a obtenção de índices técnicos de desempenho previstos em contrato.

Ação 2298 - Modernização dos Sistemas Metroviário e Ferroviário - BIRD/JBIC

Estão contemplados a modernização dos sistemas de sinalização, controle, telecomunicações e energia das linhas 7 - Rubi e 12 - Safira da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM e das linhas 1 - Azul, 2 - Verde e 3 - Vermelha da Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRO. No caso do contrato de fornecimento de sistemas para a CPTM, o mesmo foi paralisado em 2014, sendo que no exercício de 2015 foram realizadas discussões técnicas visando a rescisão contratual. No caso do Metrô, os trabalhos de implantação tiveram avanços limitados, em face da complexidade dos sistemas, e, ainda, das dificuldades operacionais, uma vez que todas as linhas estão em operação plena com altos níveis de carregamento. A arbitragem do contrato Alstom continua em andamento, sendo coordenado pela Procuradoria Geral do Estado, e tem previsão para homologação do acordo no primeiro trimestre de 2016.

A Ação envolve também as obras de modernização de via permanente e rede aérea das linhas 7 - Rubi e 12 – Safira, da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM, que, apesar das dificuldades logísticas de execução dos serviços com as linhas em operação, foi executado a maioria dos serviços relativos a modernização das vias permanentes. No exercício de 2015 houve a continuidade dos serviços de modernização de via permanente e de rede aérea, com a liberação de novos trechos à operação.

O material rodante adquirido, no total de 57 novos trens, já foram entregues na totalidade em exercícios passados, com retenção de pagamentos relativos aos termos de recebimentos em razão das dúvidas em relação aos valores recolhidos de tributos e os respectivos descontos que o contratante faz jus pelo contrato. Essa controvérsia contratual ocasionou a instauração do procedimento de arbitragem prevista em contrato no segundo semestre de 2014, cujo assunto está sendo conduzido pela Procuradoria Geral do Estado.

Ação 2318 - Modernização do Material Rodante do Sistema Metroviário Metropolitano

Nesta ação está contemplada a aquisição de 26 novos trens para a Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRO, que serão incorporados à frota da linha 5 – Lilás, necessários para a operação da linha após a sua extensão até a estação Chácara Klabin. No exercício de 2014 foram entregues 19 composições, no exercício de 2015 foram entregues 5 composições e parte das peças sobressalentes previstas para a manutenção dos trens. As demais composições serão entregues em 2016

Ação 2464 - Modernização do Material Rodante do Sistema Metropolitano de Transporte

Nesta ação está contemplada a aquisição de 65 novos trens para a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, que foram contratados no segundo semestre de 2013, os novos trens serão incorporados à frota entre 2016 e 2017. Em 2015 foram entregues 8 composições e demais serão entregues ao longo do exercício. Também estão contemplados nessa Ação o fornecimento de 22 veículos leves sobre trilhos – VLT para a baixada santista, cujo contrato de fornecimento foi assinado em dezembro de 2013, teve Projeto de Fabricação aprovado em 2014

e, ainda, entregue a primeira composição no final do mesmo ano. No exercício de 2015 foram entregues 11 composições, os demais veículos estão previstos para 2016 e 2017.

Ação 4286 - Monitoramento da Qualidade e dos Custos dos Serviços de Transporte Metropolitano

Em complemento ao contrato firmado no ano de 2014, no ano de 2015 foi contratada a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo – IMESP, objetivando serviços de hospedagem em certificação digital para o Posto Regional e Coordenadoria de Transporte Coletivo da STM.

Ação 4288 - Planejamento, Gestão e Execução de Ações do Sistema de Transporte Metropolitano

a) Projetos do Parque Capivari – EFCJ - Concluída a elaboração de projeto básico da modernização e reurbanização do Parque Ferroviário Capivari, conjunto pertencente à Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ. O projeto executivo, já contratado, foi elaborado durante o ano de 2015 e encontra-se em fase de análise e aprovação.

b) Estudos para melhoria da gestão de empreendimentos - Em 2015 foram concluídos os trabalhos que contaram com o apoio de serviços especializados de engenharia consultiva, para desenvolver estudos que visam identificar a existência de fatores restritivos ao melhor desempenho da gestão no setor de transportes metropolitanos, analisar suas causas, oferecer diagnósticos e planos de ações e diretrizes estratégicas para atender os desafios futuros no médio e longo prazo da STM;

c) Gestão de empreendimentos prioritários – Prosseguiu em 2015, a gestão do portfólio de empreendimentos prioritários das empresas coligadas à STM e da própria STM, bem como desenvolvido a otimização dos processos de implantação destes empreendimentos (fluxos de tempos e caminhos).

Ação 5089 - Comunicação e Articulação Institucional sobre Transportes Metropolitanos

a) Pesquisa de Origem e Destino (OD) da RMVPLN – Finalizada a pesquisa de origem e destino domiciliar e de linha de contorno na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte – RMVPLN: 9.700 domicílios entrevistados com o objetivo de identificar características dos deslocamentos usuais da população para subsidiar planos regionais e setoriais urbanos e, especificamente, de transporte público.

b) Diagnóstico da Demanda no Sistema Metropolitano de Transporte sobre Trilhos – Finalizado o projeto de diagnóstico da demanda no sistema metropolitano de transporte sobre trilhos, cujo objetivo é estudar o comportamento da demanda de passageiros, bem como avaliar os serviços operacionais do sistema METRÔ e CPTM por meio de instrumentos matemáticos e computacionais que permitam a simulação da demanda a níveis estratégicos, táticos e operacionais, determinando o carregamento das linhas, o volume de transferências de passageiros, a simulação do fluxo de passageiros em 3D e de cenários operacionais distintos.

c) Pesquisa de Origem e Destino (OD) da RM SOROCABA - Mediante as restrições orçamentárias, não haverá a realização da pesquisa (OD) RM SOROCABA, cujo processo administrativo para contratação havia sido iniciado no exercício anterior.

e) Outras Atividades: Durante 2015 a Secretaria através da Assessoria Parlamentar, recepcionou 131 encontros entre deputados federais, estaduais, prefeitos, vereadores e outros segmentos. A secretaria também teve participação efetiva junto às Comissões Permanentes na ALESP no acompanhamento das discussões dos projetos de Lei, convocações, entre outros. Respondeu a 255 demandas, prestando informações ao executivo estadual e municipal, bem como ao legislativo. A Secretaria também está presente em 45 representações (Conselhos, Câmaras e Comitês).

Programa 3706 - Expansão e Gestão do Transporte de Baixa e Média Capacidade - Pitu em Marcha (EMTU)

Tem por objetivo ampliar o transporte público metropolitano e a sua participação na divisão modal das viagens motorizadas das regiões metropolitanas, por meio da estruturação da rede de média capacidade, racionalização, integração e ampliação das áreas atendidas e da capacidade

instalada. Oferecer serviços de melhor qualidade, maior acessibilidade e oportunidade de inclusão social, especialmente de baixa renda.

Ação 1469 - Implantação do Sistema Integrado Metropolitano - Sim da Baixada Santista

Uma rede de transporte coletivo estruturada por uma linha operada com a tecnologia **Veículo Leve sobre Trilhos (VLT)** integrada às linhas de ônibus municipais e intermunicipais.

a) Iniciada em Abril a Operação Precursora, inicialmente com dois veículos circulava de segunda a sexta-feira, das 13h às 16h, num trecho de seis quilômetros entre as estações Mascarenhas de Moraes e João Ribeiro, em São Vicente, sem cobrança de tarifa. O trajeto inicial abrangia sete estações do VLT - Mascarenhas de Moraes, São Vicente, Emmerich, Nossa Senhora das Graças, José Monteiro, Itararé e João Ribeiro.
b) Em junho, foi assinado o contrato da PPP (Parceria Pública Privada) do VLT da Baixada Santista com o Consórcio BR Mobilidade Baixada Santista, concedendo a operação do Sistema Integrado Metropolitano, que contempla as linhas metropolitanas regulares de ônibus e do VLT – Veículo Leve sobre Trilhos, incluindo a expansão dos serviços em toda a região.

Em junho, também foi entregue o primeiro VLT fabricado no Brasil e mais 100 ônibus metropolitanos novos, bem como, foi entregue do Túnel José Menino e quatro estações - duas em São Vicente e duas em Santos.

c) A Operação Assistida do VLT está prevista para 2016 circulando em nove das 15 estações previstas na primeira etapa.
d) Fabricado e entregue 11 composições VLT's.
e) Publicado em Maio no Diário Oficial do Estado o requerimento de Licença Prévia Ambiental (LP) feito pela Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos – EMTU/SP à CETESB para o trecho Conselheiro Nébias – Valongo do VLT, com a entrega do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental (EIA - RIMA) à CETESB em 15/05. (Audiência Pública realizada em 27/08/15).
f) O trecho Conselheiro Nébias - Valongo do VLT da Baixada Santista, de 8 km de extensão, contará com um terminal (Valongo), uma Estação de Transferência (Conselheiro Nébias) e 13 estações de embarque/desembarque.

Ação 1505 - Corredor São Mateus/Jabaquara/Morumbi/Eletrificação e Melhoramento - Corredor Metropolitano ABD

a) Em outubro foram iniciadas as obras complementares de instalação de seis elevadores e duas plataformas elevatórias nos terminais Ferrazópolis, Piraporinha, Diadema, São Mateus e Santo André Oeste, com o objetivo de atender as normas de acessibilidade, incluindo também o Terminal Metropolitano Taboão de Guarulhos. Para garantir a regularidade da operação do sistema, foram instalados de 123 para-raios em 42 estações retificadoras.
b) Foi concluído o Projeto Funcional do Complexo de Integração Intermodal, reestruturação do transporte coletivo e requalificação urbana da região de São Mateus. O projeto contemplou a readequação do Terminal Metropolitano existente para comportar a futura operação do BRT Perimetral Leste; a proposição de um Mezanino de Integração entre os sistemas metropolitano e municipal, e a reformulação viária do entorno do Complexo.

Ação 1938 - Corredor Metropolitano Noroeste da Região Metropolitana de Campinas – Expansão: a) Corredor Metropolitano Noroeste – RMC

Trecho Nova Odessa, Americana e Santa Bárbara D''Oeste:
O trecho de 24,3 km que liga os três municípios está em obras. O terminal de Nova Odessa está em reforma e está em construção um terminal em Americana.
O Rodoterminal de Santa Bárbara d'Oeste foi inaugurado em agosto de 2015 e já está em operação. Ele abriga linhas municipais, metropolitanas e rodoviárias.

Também foi entregue trecho de 5,7 km de viário e ciclovia na Avenida Ampélio Gazetta (sendo 5 km de faixa exclusiva para ônibus e 400 m de viário compartilhado), seis estações de embarque e desembarque e uma estação de transferência.

A conclusão do Rodoterminal de Nova Odessa está prevista para Maio do próximo ano.
O novo Terminal de Americana iniciou sua operação parcial na segunda quinzena de dezembro. Uma plataforma próxima à linha férrea, já pavimentada, será utilizada nos dois sentidos por 47 linhas, sendo 14 intermunicipais. Sua entrega definitiva esta prevista para Mai do próximo ano.

Trecho Campinas - Sumaré (Obras Complementares): O trecho que passa por Sumaré, Hortolândia e Campinas terá 4,8 km de corredor, com a extensão da Avenida Olívio Franceschini e construção do Terminal Metropolitano Rosolém, em Hortolândia, de três estações de transferência e de uma parada na Avenida Lix da Cunha, em Campinas. Realizadas pela EMTU/SP as intervenções envolvem a reformulação do viário em Hortolândia, de 1,1 km, mais o prolongamento deste ponto até a Rodovia SP- 101 com extensão de 3,7 km.

Estação de Transferência Pinheiros: A Estação de Transferência Pinheiros terá capacidade para atender 30 mil usuários por dia que serão transportados por seis linhas metropolitanas e linhas municipais de Hortolândia. Sua construção contempla 2.820 m2 de área construída, quatro plataformas, coberturas metálicas, área de apoio operacional, bilheteria, guarita, dois banheiros públicos, bicicletário com 64 vagas e todos os itens de acessibilidade exigidos pela legislação como piso tátil, rampas comunicação visual e sonora etc.

Desapropriação: Obtido em Setembro o decreto (DUP) que declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, total ou parcial, imóveis localizados no município de Hortolândia, com a finalidade de implantar duas obras complementares do Corredor Metropolitano Biléo Soares: o Terminal Rosolém e a extensão da Avenida Olívio Franceschini.Além das duas obras citadas no decreto, também estão previstas: Estação de Transferência Km 110 da Rod. Anhanguera – Sumaré; Parada III da Av. Lix da Cunha – Campinas; Estação de Transferência Pinheiros (Obras já iniciadas) – Hortolândia e Estação Transferência Peron – Hortolândia.

Ação 1939 - Corredor Metropolitano Guarulhos-Tucuruvi da Região Metropolitana de São Paulo – Implantação

Corredor Metropolitano Guarulhos - São Paulo (Tucuruvi) - Entregue em Agosto o trecho de 12,3 km do Corredor Metropolitano Guarulhos – São Paulo. O novo trecho, Cecap - Vila Galvão, conta com três faixas de circulação, sendo uma delas exclusiva para ônibus de 9,6 km. Outros 2,7 km serão compartilhados com o tráfego local. Além disso, 3 km de ciclo passeio estão distribuídos ao longo do corredor.

Os primeiros 3,7 km, entre os terminais Taboão e Cecap, estão em operação desde 2013.

Ação 1967 - Tecnologias Veiculares – Desenvolvimento

a) Biocombustível: A EMTU/SP é uma das pioneiras na América Latina em desenvolver e testar novas tecnologias de tração alternativas ao diesel, buscando a redução das emissões poluentes com foco na melhoria das condições ambientais e de saúde pública.

Atualmente, está em testes no Corredor ABD o biocombustível Ethabiodiesel, desenvolvido pela VINNA Pesquisas e Desenvolvimentos Químicos e Industriais, que consiste na mistura de etanol anidro, biodiesel de óleo vegetal e do aditivo Ethabio.

Ônibus Brasileiro a Hidrogênio: Essa tecnologia de propulsão é totalmente livre de emissões de poluentes. Somente vapor d'água é eliminado pelo escapamento dos ônibus. Os três novos ônibus já são considerados comerciais e trazem inovações em relação ao ônibus protótipo, que iniciou os testes em 2009, começou a operar em 2010 e circula até hoje no Corredor ABD.
A entrega destes três novos ônibus foi destaque na página do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a rede de desenvolvimento global da ONU - Organização das Nações Unidas.

Ônibus Elétrico a Bateria: Este veículo foi testado e aprovado nos testes e obteve ótimo desempenho. As recargas são realizadas no Terminal Diadema. É o primeiro ônibus articulado, produzido no Brasil a ser testado com tração elétrica e movido totalmente por um sistema de baterias.

Ônibus a Etanol: Um veículo movido a etanol foi testado e aprovado no sistema metropolitano sob gestão da EMTU. Tratando-se de tecnologia com menores emissões de poluentes frente ao diesel, é uma opção de transporte sustentável possível de ser adotada.

b) Programa ConscientizAR: Tem como objetivo diminuir a emissão de poluentes dos ônibus dos sistemas regular e de fretamento. O trabalho de campo é realizado diariamente por técnicos treinados pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB). A equipe mede o material particulado (conhecido popularmente como fumaça preta) que sai do escapamento dos veículos. Até novembro de 2015 foram inspecionados 10.197 veículos dos dois sistemas, sendo 6.146 na RMSP, 869 na RMBS, 2.399 na RMCS e 783 na RMVPLN.

c) Inspeção Veicular RMVPLN: O Departamento de Inspeção do Vale do Paraíba realizou uma palestra em abril sobre inspeção técnica veicular para os 80 operadores do serviço de transporte coletivo municipal complementar de Taubaté – TCTAU. O convite foi feito pela Secretaria de Transportes de Taubaté, em reconhecimento à experiência e conhecimento dos profissionais da EMTU/SP. A Gerência Regional do Vale do Paraíba e Litoral Norte (GRV) tem sido consultada pelas Prefeituras da região para que esta realize as inspeções nos veículos que operam os serviços de transporte municipal. Esta iniciativa pode abrir novas áreas de negócios para a EMTU/SP, bem como fortalecer sua presença nas Regiões Metropolitanas do Estado.

Ação 2287 - Implantação do Corredor Metropolitano Itapevi - São Paulo

Interligará a Estação de Itapevi (CPTM) ao Terminal Vila Yara, 23,7 Km. – Empreendimento que compreende os Trechos Terminal Jandira – Terminal Carapicuíba com 8,8 Km e do Trecho Terminal Carapicuíba - Osasco km 21 de 2,2 km, inclui a construção de dois terminais, dezessete estações de embarque e, 3 Estações de Transferência, dois viaduto e alças de acesso (Ameríndia e Carapicuíba)

Trecho prioritário Itapevi - Jandira (5 km): Retomada em novembro as obras de construção do trecho prioritário de 5 km, entre as cidades de Itapevi e Jandira, fazendo a interligação das estações da CPTM Itapevi, Engenheiro Cardoso, Sagrado Coração e Jandira, totalizando 7 Estações de Embarque e Desembarque e 2 Estações de Transferência.

Trecho Jandira - Carapicuíba (8,8 Km): Obras viárias em andamento e com previsão da construção do terminal Carapicuíba, de uma estação de transferência e oito estações de embarque e desembarque.

Trecho Carapicuíba - Osasco Km 21 (2,2 Km): Obras viárias igualmente em andamento e a construção do Terminal km 21 (em Osasco), que terá integração física com a CPTM, duas estações de embarque e desembarque, um viaduto em Carapicuíba e alças de acesso.

Trecho Osasco Km 21 - Terminal Vila Yara /Osasco (7,6 Km): Em fase de elaboração de projeto, estão previstos para o trecho a construção do terminal de integração Vila Yara e 10 estações de embarque e desembarque. A estimativa é transportar 90 mil usuários por dia.

Ação 2319 - Implantação do Corredor Metropolitano Alphaville - (Carapicuíba - Cajamar)

Programa de Corredores Metropolitanos – PCM: Corredores Metropolitanos com tecnologia BRT-Bus Rapid Transit - **BRT Alphaville – Cajamar -** Contratada empresa para Elaboração Projetos Básico e Executivo, Licenciamentos e projetos de Desapropriações para implantação Corredor Alphaville. Em 2015 foi executada a revisão do Projeto Funcional do trecho Cajamar – Santana de Parnaíba, com previsão de conclusão para 2016.

Ação 2320 - Implantação do Corredor Metropolitano BRT – Alto do Tietê (Arujá – Itaquaquecetuba – Ferraz de Vasconcelos)

Em elaboração o Projeto Básico dos Trechos 1 e 2 (Arujá-Itaquaquecetuba); Projeto Funcional e Básico do Trecho 3 (Itaquaquecetuba-Ferraz de Vasconcelos); e Execução dos Projetos para a Desapropriação dos imóveis necessários para a sua Implantação; Projeto Básico dos Sistemas e para o Licenciamento Ambiental do Empreendimento, com previsão de conclusão para 2016.

Ação 2321 - Implantação do Corredor Metropolitano Itapevi – Cotia: BRT Itapevi – Cotia

Com Ordem de Início em 2014, para elaboração os Projetos Básico e Executivo das Obras Civis, Projetos Básico e Executivo de ITS - Sistemas Inteligentes de Transporte, de Licenciamento Ambiental e suas Respectivas Desapropriações, apenas 2% do contrato foi executado entre 2014 e 2015. Procedeu-se o encerramento do contrato sem a execução do objeto por inexequibilidade técnica a partir de mudanças de diretrizes por parte das Prefeituras.

Ação 2322 - Implantação do Corredor Metropolitano Perimetral Leste: BRT Perimetral Leste (Jacu Pêssego)

Em elaboração os Projetos Básicos para o Trecho 1, de 7,7 km, subdividido em Subtrecho Fumagalli – Airton Senna de 1,9km e Subtrecho Santos Dumont – Monteiro Lobato de 5,8km, com previsão de conclusão em 2016.

Ação 1827 - Transporte Público Metropolitano Vinculado à EMTU – Gerenciamento

a) Serviço Especial Conveniado (SEC) – Ligado: Transporte diferenciado ("porta a porta") gratuito para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida severa. A frota atual é composta de 447 veículos, sendo: 101 Operadores na RMC e 346 Operadores na RMSP. Foram atendidas entre deficientes e acompanhantes um total de 4.237 usuários (dados até out/2015) sendo 1.008 na RMC e 3.229 na RMSP

b) "Praia Acessível": Programa do Governo do Estado de São Paulo, em parceria com a EMTU e as prefeituras locais, levou no dia 26/11/2015, 128 crianças e adolescentes com deficiência e igual número de acompanhantes, estudantes da APAE de Campinas, para conhecerem o mar em Santos. A ação foi uma parceria da EMTU/SP com a Prefeitura de Santos e o Programa Praia Acessível do Governo do Estado.

c) A EMTU/SP deu início ao processo de assunção e gerenciamento das 54 linhas da Região Metropolitana de Sorocaba, bem como da frota de veículos vinculada a elas, tendo como principais ações: sequência de reuniões com diversos segmentos representativos da sociedade dos 26 municípios envolvidos, tendo como público alvo políticos, profissionais das áreas de transporte e trânsito municipais, representantes da área de saúde e empresários permissionários do sistema, objetivando evidenciar o papel da EMTU/SP no âmbito das Regiões Metropolitanas do Estado.

d) Concluíram também a avaliação e o cadastramento das garagens pertencentes às permissionárias, orientando as empresas quanto aos requisitos mínimos exigidos para a sua aprovação. Identificou a frota que irá iniciar a operação do sistema com total de 195 veículos, distribuídos pelas oito permissionárias. Estes veículos têm em média 6,5 anos e 55% deles são acessíveis e passam, neste momento, por inspeção veicular sendo que 40% da frota já estão devidamente seladas, cadastradas na EMTU e autorizadas a operar no sistema.

e) Novo cartão BUS+ chega à Região Metropolitana de Campinas: A partir de Nov/15 teve início a transição do Vale-Transporte de papel (VT Facial) para o novo Cartão BUS+ Vale-Transporte. Este é o primeiro passo na chegada do novo cartão magnético à Região Metropolitana de Campinas.

f) Além do cartão Vale-Transporte, o Consórcio BUS+, vencedor da concessão do Transporte Metropolitano de Campinas, emitirá os novos cartões Cidadão, Empresarial, Escolar, Sênior e Especial.

g) Centro de Atendimento ao Passageiro Especial – CAPE- Responsável pelo fornecimento da Carteira de Identificação do Passageiro Especial – CIPES promove seminários técnicos sobre orientações e procedimentos que vão nortear a concessão do benefício da gratuidade, aos passageiros especiais, da Região Metropolitana de Sorocaba.

h) Renovação da Frota: Foram entregues 622 ônibus (dados até out/15) novos para operação nas regiões metropolitanas do Estado de São Paulo (394 na RMSP, 24 na RMC, 110 na RMBS e 94 na RMVPLN), beneficiando cerca de 2,4 milhões de passageiros por dia.

Programa 3707 - Expansão, Modernização e Operação do Transporte sobre Trilhos - Pitu em Marcha (CPTM)

Tem como objetivo ampliar a utilidade da malha de transporte de passageiros sobre trilhos nas Regiões Metropolitanas e Aglomerados Urbanos de São Paulo, expandindo e modernizando seus serviços, adequando-se às exigências de mobilidade e ao volume de demanda, integrada à rede existente e com novos padrões de qualidade e de inserção urbana.

As ações 2092, 2093, 2172, 2094, 2095 e 2173 voltadas à modernização da rede atual, apresentaram as seguintes realizações significativas no ano de 2015

Ação 2092	Linha 7 - Rubi - Luz - Jundiaí - Modernização e Expansão da Oferta
Ação 2093	Linha 8 - Diamante - Júlio Prestes - Amador Bueno - Modernização
Ação 2172	Linha 9 - Esmeralda - Osasco - Grajaú - Modernização e Expansão da Oferta
Ação 2094	Linha 10 - Turquesa - Luz - Rio Grande da Serra – Modernização
Ação 2095	Linha 11 - Coral - Luz - Estudantes - Modernização e Expansão do Expresso Leste
Ação 2173	Linha 12 - Safira - Brás - Calmon Viana - Modernização e Expansão da Oferta

Modernização da Rede: As seis Linhas 7 (Luz-Francisco Morato-Jundiaí), 8 (Júlio Prestes-Itapevi – Amador Bueno), 9 (Osasco-Grajaú), 10 (Luz-Rio Grande da Serra), 11 (Luz-Estudantes), 12 (Brás-Calmon Viana), estão passando por obras de infraestrutura (sinalização, telecomunicações, energia, rede aérea, via permanente e construção de passarelas), além da modernização das estações: reconstrução da estação Suzano (Linha 11), readequação das Estações Quitaúna, Jardim Belval e Jardim Silveira (Linha 8), e readequação da estação Poá (Linha 11).
Em que pese os grandes esforços na execução e de vultosos recursos para a modernização da rede, alguns fatores, sempre presentes nas obras de grande magnitude como são as da CPTM, contribuíram para a realização das intervenções de modernização em ritmo abaixo do esperado nas linhas 7, 8, 9 e 12 conforme informado no SIMPA, sistema que monitora o PPA. O fator preponderante foi a forte restrição financeira de recursos de investimentos fonte tesouro, mas houve outros, relatados no SIMPA, com destaque: problemas de execução de projetos, gerando paralisação de contratos de obras; embargos judiciais relacionados a questões ambientais; problemas pontuais de lentidão na execução das obras por parte de contratadas, suscitando um acompanhamento mais rigoroso por parte da CPTM; problemas na desapropriação/reintegração de áreas em obras; comprometimento da modernização dos sistemas de energia e sinalização devido atrasos na execução das intervenções pelas contratadas.

Estações Acessíveis: Concluídas as obras de reconstrução da estação de Ferraz de Vasconcelos (Linha 11), prosseguem obras de reconstrução das estações de Suzano e readequação das estações de Poá (Linha 11) e Quitaúna (Linha 8) a serem concluídas em 2016. Prosseguem também as obras de readequação das estações de Jardim Belval e Jardim Silveira (Linha 8) a serem concluídas em 2017. As novas edificações contam com escadas rolantes, itens de acessibilidade como elevadores, piso e rota táteis, comunicação em Braille, corrimãos e rampas adequadas, além de banheiros públicos comuns exclusivos para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, garantindo melhores condições funcionais e de acessibilidade.

Passarelas/viadutos: Concluídas as obras de construção das passarelas do Km 33 (Linha 8) e de acesso a ciclovia em Jurubatuba (Linha 9).

Via Permanente e Rede Aérea: Prosseguem obras de readequação da via permanente e de rede aérea nas Linhas 7 e 12 da CPTM.

Trens novos: Prossegue a fabricação dos 65 novos trens que deverão ser incorporados à frota. Já estão em testes na CPTM 04 trens e 01 trem liberado em fábrica. Todos equipados com tecnologia de ponta como ar-condicionado, câmeras de vigilância, sistema de informação audiovisual (monitores de vídeo e displays). Os trens são totalmente acessíveis para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

As ações 2091, 2331, 2323, 2325, 2328, 2329, 2330, voltadas à expansão da rede, apresentaram as seguintes realizações no ano de 2015:

Ação 2091	Estudos para Expansão e Novos Serviços sobre Trilhos nas Regiões Metropolitanas e Aglomerados Urbanos
Ação 2331	Trem de Guarulhos – Implantação
Ação 2323	Extensão da Linha 9 - Esmeralda até Varginha
Ação 2325	Implantação do Expresso ABC
Ação 2328	Implantação do Trem Regional São Paulo – Jundiaí
Ação 2329	Implantação do Trem Regional São Paulo – Santos
Ação 2330	Implantação do Trem Regional São Paulo – Sorocaba

Ação 2331 - Trem de Guarulhos – Implantação

Em andamento as obras civis de implantação da linha de trem metropolitano, Linha 13 Jade, que ligará os municípios de São Paulo e Guarulhos, com acesso ao Aeroporto Internacional André Franco Montoro. Essa linha prevê: implantação de 12,2 km de nova via e de sistemas de energia, sinalização, telecomunicações e rede aérea; aquisição de 8 novos trens; a reconstrução da Estação Engenheiro Goulart; a construção de duas estações: Guarulhos CECAP e Aeroporto.
Conforme relatado no SIMPA, a implantação do empreendimento não ocorreu no ritmo esperado em 2015 pois algumas atividades programadas sofreram atrasos motivados principalmente por: atraso na entrega dos projetos executivos, implicando na necessidade de sua alteração; necessidade de novas desapropriações.

Ação 2323 - Extensão da Linha 9 - Esmeralda até Varginha

Com 4,5 km, prevê a construção de duas estações Mendes-Vila Natal e Varginha, de viadutos ferroviários, de passagens inferiores, de passarela, de complexo viário e de pátio de estacionamento de trens. As obras civis ocorreram em 2015 num ritmo aquém do programado devido às restrições financeiras para seu financiamento: não disponibilização dos recursos provenientes do PAC.

Outros Empreendimentos (ações 2091, 2325, 2328, 2329 e 2330)

A implantação do serviço Expresso ABC na Linha 10, com paradas nas estações Mauá, Santo André, São Caetano, Tamanduateí, Brás e Luz, vincula-se a análise da Manifestação de Interesse Privado - MIP para ligações por trens regionais, a serem operados pela iniciativa privada através de uma PPP, atendendo as ligações ferroviárias entre São Paulo e as cidades de Campinas, Sorocaba, Santos e São José dos Campos. Os projetos funcionais para essas ligações com as cidades de Campinas, Sorocaba e de Santos já estão concluídos.

Ação 4627 - Linhas Ferroviárias - Operação da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM

Em 2015, a demanda de passageiros (entradas e transferências) alcançou 831,4 milhões de usuários, enquanto que em 2014 foi de 832,8 milhões de usuários. A média dos dias úteis (MDU) foi de 2,78 mil passageiros em 2015.

Programa 3708 - Expansão, Modernização e Operação do Transporte Metroviário - Pitu em Marcha (METRÔ)

Tem como objetivo ampliar o sistema metroviário e sua participação no transporte coletivo da Região Metropolitana de São Paulo, oferecendo serviços de qualidade, maior acessibilidade e oportunidade de inclusão social à população, incluindo a recapacitação e modernização do sistema, por meio de adequada operação e manutenção, com altos níveis de segurança e regularidade.

Ação 1503 - Linhas Metroviárias - Adaptação para Acessibilidade

Participação na Comissão de Acessibilidade ao Transporte Metropolitano Público de Passageiros do Estado de São Paulo, formalizado através da Resolução STM 57 de 3/12/2004. Objetivo:

propor, analisar e acompanhar a implantação do Plano Integrado de Ações de Acessibilidade em Região Metropolitana do Estado São Paulo.

No ano de 2015 não houve atividade voltada à acessibilidade.

As ações 2131, 2132, 2133 apresentaram as seguintes realizações significativas no ano de 2015

Ação 2131	Linha 1 - Azul - Recapacitação e Modernização
Ação 2132	Linha 2 - Verde - Recapacitação e Modernização
Ação 2133	Linha 3 - Vermelha - Recapacitação e Modernização

Modernização do sistema de Sinalização e Controle
O novo sistema CBTC "Communication-Based Train Control" está em implantação nas linhas 1, 2 e 3. O sistema CBTC teve no ano de 2015 evolução em sua implantação na Linha 2 – Verde, onde estão sendo realizados testes operacionais para possibilitar, em 2016, a expansão da operação comercial com o novo sistema dos finais de semana para todos os dias da semana.
A implantação do CBTC nas linhas 1 e 3 está programada para ter continuidade e a estimativa para sua conclusão dependerá dos resultados e lições aprendidas com os trabalhos na Linha 2.
A implantação do sistema possibilitará o aumento do número de trens e consequentemente a redução dos intervalos entre trens, diminuição do tempo de viagem devido ao aumento da velocidade média, redução da energia consumida em virtude do controle mais efetivo da movimentação dos trens, viabilidade de comunicações áudio visuais em tempo real, maior eficiência e segurança nas comunicações de dados para todos os outros sistemas interconectados.

Trens Modernizados:
De um total de 98 trens, foram entregues à operação comercial 8 trens em 2011, 6 trens em 2012, 11 trens em 2013 e mais 23 trens em 2014, e 12 trens em 2015, totalizando até o momento 74 trens modernizados
Obteve-se um aumento da capacidade de transporte pelo reposicionamento dos assentos e eliminação das cabines dos carros intermediários e foram instalados ar-condicionado, câmeras de vigilância (quatro internas por carro e outras duas externas nas cabeceiras da composição), sensores para detecção de fumaça, sistema de informação audiovisual (monitores e displays) e monitoramento contínuo dos equipamentos pelo operador (data bus). As unidades também receberam sistema de freios com controle de patinagem e deslizamento que melhora o desempenho em condições de baixa aderência, como sob chuva, além de melhorias no sistema de tração, na ergonomia e iluminação.

Melhorias no Sistema de Alimentação Elétrica- Linha 1 – Azul (Implantação de novas Subestações Retificadoras): Na melhoria e modernização de seus sistemas, o Metrô tem como objetivo aumentar a oferta de trens aos usuários; Para atender a essas necessidades e compatibilizar o sistema elétrico, foram considerados: I) implantação do sistema CTBC; II) menor intervalo entre trens; III) frota de trens equipada com ar-condicionado; Esses avanços tecnológicos acarretam um aumento considerável na demanda de energia elétrica. Para atender essa nova demanda, foi contratada a inclusão de mais subestações retificadoras ao longo da linha. Assim, consegue-se um perfil de tensão no terceiro trilho dentro dos padrões aceitáveis e uma distribuição homogênea de corrente ao longo da linha.
Em 2015 foram concluídas e aceitas 3 novas retificadoras para a Linha 1 – Azul.

Ação 2288 – Linha 2 - Verde – Trecho Vila Prudente – Dutra

Com 14,4 km de extensão, ligando a estação Vila Prudente do METRÔ ao município de Guarulhos, esse trecho da linha contará com treze estações e um pátio de manutenção e atenderá aos moradores dos bairros Jardim Anália Franco, Vila Formosa, Vila Manchester, Aricanduva, Penha e Tiquatira em São Paulo e Ponte Grande e Vila Augusta em Guarulhos, distribuindo o fluxo concentrado de passageiros que ocorre atualmente nas Linhas 3-Vermelha do Metrô, 11-Coral e 12-Safira e futura Linha 13-Jade da CPTM, que compõem a ligação radial do serviço metro-ferroviário.
Projetos Básicos de Sistemas e de Civil da estação Ponte Grande concluídos em out/15.

Implantação: As atividades foram suspensas devido à revisão orçamentária do Governo para 2016, que não contempla recursos para dar andamento a esse empreendimento.
Os contratos das obras civis dos lotes 1,2,3,4,5,6,7 e 8, assinados em 2014 e também emitidas as OS's (Ordens de Serviço) dos Projetos Executivos Civis dos Lotes 1, 3, 4, 5 foram suspensos no final de 2015.

Desapropriação:
Em 2015 deu continuidade aos ajuizamentos com imissões na posse iniciadas desde nov/2014.
O DUP complementar - Estação Tiquatira e DUP do Trecho Paulo Freire – Dutra foram suspensos pela SPDR e PGE.

As ações 2335 e 2134 apresentaram as seguintes realizações significativas no ano de 2015

Ação 2335	Linha 4 - Amarela – Trecho Vila Sônia – Taboão da Serra
Ação 2134	Linha 4 - Amarela - Vila Sônia - Luz - Fase II

Linha 4 – Amarela Taboão da Serra / Luz: A implantação da Linha está sendo realizada em três Fases:
a) **Primeira fase:**
Já concluída, com 12,8 km e o pátio de manutenção Vila Sônia, com seis estações em operação em 2011: Butantã, Pinheiros (integração com a Linha 9 da CPTM), Faria Lima, Paulista (integração com a Linha 2), República (integração com a Linha 3) e Luz (integração com a Linha 1 e com linhas da CPTM);
b) **Segunda fase:**
*E*stão sendo feitas obras civis para a complementação das estações, São Paulo-Morumbi, Oscar Freire e Higienópolis-Mackenzie, a complementação do Pátio Vila Sônia e a implantação do Terminal de Ônibus Vila Sônia e o prolongamento do túnel e estação Vila Sônia com 1,5 km de via permanente e túnel

A Estação Fradique Coutinho entrou em operação comercial em 2014.
Devido ao baixo desempenho apresentado contratada de obras civis, em 10/09/2015 o METRÔ rescindiu unilateralmente o contrato. O novo edital para contratação das obras remanescentes, sem as vias permanentes, foi disponibilizado em 26/11/2015 (Diário Oficial de 24/11/2015) e a sessão de abertura das propostas está marcada para 11/02/2016 (Diário Oficial de 31/12/2015).
O novo edital para a contratação das vias permanentes para o Pátio Vila Sônia e Prolongamento de 1,5km de Túneis está em fase de elaboração, para encaminhamento ao Banco Mundial visando a “Não Objeção”.
O contrato dos Sistemas de Alimentação Elétrica, Auxiliares e de Telecomunicações – Consórcio Via Amarela II - está suspenso desde 21/07/2015 por 180 dias, terminando em 19/01/2016. Os aditivos contratuais de prazo dos contratos do Consórcio Via Amarela II, de Portas de Plataformas (Consórcio Posco ICT / Posco ICT Brasil / Trends) e de Bloqueios (Digicon S.A.) estão em elaboração. A contratação da implantação do Sistema de Transmissão de Dados para a Fase II, com a complementação dos serviços para a Fase I, está em andamento.
Nível de Execução das Fases I e II: Todavia, apesar de grandes esforços na execução, diversos fatores contribuíram para a realização abaixo do esperado, tais como: atrasos nos processos licitatórios; reprogramações de cronogramas de obras; alterações do método construtivo; restrições operacionais durante as obras no trecho operacional; alterações e atrasos na entrega de projetos.
c) **Terceira fase:**
O Prolongamento Vila Sônia – Taboão da Serra terá 2,3 km de extensão. As sondagens, serviços preliminares e os projetos básicos de arquitetura e de obra civil foram concluídos em 2014.

As ações 2135 e 1483 apresentaram as seguintes realizações significativas no ano de 2015:

Ação 2135	Linha 5 - Lilás - Recapacitação e Modernização
Ação 1483	Linha 5 - Lilás - Trecho Largo 13 - Chácara Klabin

Linha 5 – Lilás Trecho Capão Redondo / Chácara Klabin:
A linha que atualmente liga o bairro Capão Redondo a Adolfo Pinheiro com 9,0 km de extensão, 7 estações, 1 Pátio de Manutenção e Estacionamento (Capão Redondo) e 8 trens, será ampliada até 2018.
As obras estão em pleno desenvolvimento e serão mais 10,8 km de via, 1 Pátio de Manutenção e Estacionamento Guido Caloi e 10 novas estações (Alto da Boa Vista, Borba Gato, Brooklin, Campo Belo, Eucaliptos, Moema, AACD-Servidor, Hospital São Paulo, Santa Cruz e Chácara Klabin) interligando-se às linhas 1-Azul (na estação Santa Cruz), 2-Verde (na estação Chácara Klabin) e futura 17-Ouro (na estação Campo Belo), bem como ao Corredor Diadema-Morumbi da EMTU/SP (na estação Brooklin). A linha 5 vai operar com um total de 34 trens

Trecho Largo Treze–Adolfo Pinheiro teve o início da operação comercial em 2014.
Trecho Adolfo Pinheiro-VSE Bandeirantes: a escavação do túnel da Via 2 foi concluída, com a chegada do TBM singelo no poço VSE Bandeirantes em novembro/2015.
Obras em andamento: **Trecho Adolfo Pinheiro–Chácara Klabin** com previsão de entrega até dezembro/2017, exceto a Estação Campo Belo (dezembro 2018), teve início em set/2013 a escavação do túnel de via com s*hield* duplo - TBM entre o Poço Bandeirantes sentido Chácara Klabin numa extensão de 5,7km; em nov/2013 e em jan/2014 tiveram inicio as escavações dos túneis de via, respectivamente, com 2 shields singelos – TBM entre o Poço Conde de Itu sentido Poço Bandeirantes numa extensão de 5,1km. As Obras Civis das estações e dos poços de ventilação e saída de emergência - VSE's estão em andamento com atividades de escavação e estruturas de concreto.
Estão em andamento os serviços contratados para fornecimento dos sistemas de alimentação elétrica, auxiliares, telecomunicações, sinalização e controle, controle de arrecadação e de passageiros e o de vinte seis trens para o trecho Adolfo Pinheiro-Chácara Klabin.
No trecho operacional, Capão Redondo-Adolfo Pinheiro e Pátio Capão Redondo, encontram-se em implantação, a modernização dos sistemas de sinalização (CBTC) e de telecomunicação, bem como a instalação das portas de plataformas nas estações.

Apesar de grandes esforços na execução, diversos fatores contribuíram para a realização abaixo do esperado, tais como:

a) Atraso na liberação de imóveis desapropriados impactando, sequencialmente, em atraso na liberação dos termos de compromisso de autorização de ocupação das áreas, prospecções arqueológicas, obtenção de Licenças de Instalação e início de obras;
b) Dificuldade em remanejamento de interferências com as concessionárias de energia, gás, telecomunicações, iluminação pública, água e esgoto;
c) Dificuldade na consolidação de projetos e negociação dos custos, atrasando início de implantação.

Linha 5 – Lilás Trecho Capão Redondo / Jardim Ângela: Em reunião Ordinária do Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas, em julho/2015, foi recomendado que, em face do cenário de restrição orçamentária vigente, as propostas que demandariam significativa participação pecuniária do Estado, inclusive com previsão de aporte de recursos nos próximos anos, tiveram seu arquivamento recomendado, o que levou à decisão de não condução da proposta de Implantação, operação e manutenção do Trecho Capão Redondo-Jardim Ângela da Linha 5-Lilas do Metrô.

Ação 2289 – Linha 15 – Prata - Ipiranga – Cidade Tiradentes

Trecho Vila Prudente – São Mateus
A linha utilizará um sistema de monotrilho, com 13 km de via, 10 estações, 01 pátio de estacionamento e manutenção e 34 trens.
A sua implantação está dividida nos seguintes trechos:
Trecho Vila Prudente - Oratório, com 2,9km de via, 02 estações (Vila Prudente e Oratório) e 01 pátio de manutenção e estacionamento, Pátio Oratório.

Iniciada em 2014 a operação assistida (visita controlada), diariamente das 09h às 14h, e desde 10/08/15 em operação comercial das 07h às 19h. Em 21/12/2015 foi ampliada a operação para o período das 06h às 20h. Este trecho opera com 4 trens.

Trecho Oratório (exc) **- São Mateus**, em implantação, com 10,1km de via, 08 estações, com previsão de início de operação para março/2018. Para este trecho está prevista a inclusão de 23 trens.
Trecho São Mateus (exc) - Iguatemi, em implantação até a Estação Iguatemi com 1,9km de via e previsão de operação para abril/2020, com inclusão de 07 novos trens.
Trecho Iguatemi - Hospital Cidade Tiradentes, com 9,6 km de via, 06 estações e 01 Pátio de estacionamento (Ragueb Chohfi). A implantação das estações restantes depende do alargamento da Av. Ragueb Chohfi cujo projeto básico, executivo e a implantação deverão ser contratados. Previsão de entrega a definir.
Trecho Ipiranga - Vila Prudente (exc), com 2,13 km de via, 01 estação, com previsão de entrega a definir.
Apesar de grandes esforços na execução, diversos fatores contribuíram para a realização abaixo do esperado, tais como: · Atrasos nas etapas de contratação, desapropriações, licenças ambientais, projetos executivos e implantação de obras civis e sistemas.

Ação 2282 - Linha 17 - Ouro - Jabaquara - São Paulo – Morumbi

Em monotrilho, a linha está sendo implantada por etapas e quando concluída fará conexões com as linhas 1 (Estação Jabaquara), 4 (Estação São Paulo-Morumbi) e 5 (Estação Campo Belo), bem como à Linha 9 da CPTM (Estação Morumbi). Com 17,7 km e dezoito estações, tendo como principal característica a interligação com o Aeroporto de Congonhas.
Obras do 1º trecho de vias entre as estações Vila Paulista - Congonhas - Estação Morumbi da Linha 9 – Esmeralda da CPTM, com 7,7 quilômetros e oito estações foram iniciadas em 2012 Obra Civil do Pátio iniciada em 2013 e das Estações em 2013. Previsão de entrega em 2017.
Projeto Básico das Estações do Trecho 3 e das Estações do Trecho 2 foram concluídos em 2014.
O trecho 2 entre as estações São Paulo - Morumbi (Linha 4) e Morumbi (CPTM), com 6,4 quilômetros e cinco estações tem previsão de entrega da primeira fase compreendendo as estações Panamby, Paraisópolis e Américo Maurano a definir. A segunda fase do Trecho 2 com as estações Estádio Morumbi e São Paulo-Morumbi e o trecho 3 entre as estações Jabaquara (Linha 1) e Vila Paulista, com 3,5 km e cinco estações ainda estão em planejamento, com previsão de entrega a definir.

Apesar de grandes esforços na execução, diversos fatores contribuíram para a realização abaixo do esperado, tais como: a) Problemas de contratação repercutiram no atraso das obras; b) Atraso na obtenção de licenças ambientais; c) Atraso na elaboração dos projetos executivos; d) Atraso na fabricação de equipamentos.

Ação 2475 - Apoio à Parceria Público-Privada para Construção da Linha 6 – Laranja - Brasilândia / São Joaquim

Trecho de 15,3 km, um pátio de manutenção, vinte e dois trens metroviários e quinze estações, com integrações nas linhas 1, 4 e a futura linha 19 do METRÔ e também com as linhas 7 e 8 da CPTM. A linha ligará a região noroeste de São Paulo ao Centro Expandido fazendo articulação de linhas de ônibus das regiões atendidas propiciando a reorganização do transporte coletivo. Além disso, deverá reduzir a saturação de eixos de transporte existentes, como as linhas 3 e 11, ampliando as conexões com a rede metroferroviária. A implantação desta linha foi viabilizada por meio de PPP – Parceria Público Privada. A demanda prevista para o trecho Brasilândia-São Joaquim é de 640.000 passageiros/dia.
O orçamento de 2015 de R$ 488,51 milhões, com operações de crédito, foi superado pela soma do Aporte de Recursos oriundo do BNDES de R$ 486,30 milhões, pelo aporte do Tesouro para desapropriação de R$ 274,4 milhões e pelo aporte para o Convênio entre STM-CDHU para tratamento dos vulneráveis de R$ 2,8 milhões.
O empreendimento tem a seguinte situação, conforme abaixo:

- **Aporte de Recursos – O a**porte de Recurso Contratual, no valor total de R$ 4.469,4 milhões, foi dividido em três contratos de financiamento junto ao BNDES. O primeiro, no valor de R$ 1.700,00 milhões, foi firmado em outubro/2014 através do contrato de financiamento com o BNDES nº 14.2.0210.1. No ano de 2014 foram amortizados os eventos 1,2 e 3 no valor total reajustado de R$ 208,41 milhões e em 2015 foram amortizados os eventos 4, 5, 6 e 7 no valor total reajustado de R$ 486,30 milhões.

- **Desapropriação –** Imóveis Privados: das 371 ações envolvidas, 240 ações já foram concluídas até 2015. Havia previsão de liberação dos imóveis até maio de 2015 que foi prejudicado pela extinção de 189 ações pelo judiciário, como também, da indisponibilidade momentânea dos recursos financeiros para pagamento das indenizações. É necessário para 2016 um aporte de R$ 166 milhões para complementar as indenizações restantes. Os recursos envolvidos até o momento correspondem aos seguintes valores antecipados pelo Tesouro, uma vez que o financiamento da CEF, no valor de R$ 690 milhões só foi assinado em 29/12/2015: em 2014 no valor de R$ 563,7 milhões e em 2015 no valor de R$ 274,4 milhões.

Quanto aos imóveis das áreas públicas, o Convênio com a PMSP para liberação destes imóveis está em fase final de elaboração.

Há, ainda, uma edificação da Sabesp junto à Estação Higienópolis que aguarda o processo de desapropriação.

- **Vulneráveis** – Para o atendimento das famílias que se enquadram na condição de vulneráveis foi firmado convênio junto a CDHU, em 11 de junho de 2015, no valor total a cargo da STM de R$ 17,9 milhões que serão aplicados conforme regra do Convênio.
- **Arqueologia** – O Poder Concedente delegou à Concessionária Move São Paulo os serviços de Prospecção e Resgate Arqueológico e do Programa de Educação Patrimonial. A Concessionária contratou a empresa ALasca, para a prospecção arqueológica, atividade critica para continuidade dos serviços de construção. Em janeiro de 2015 a Concessionária Move São Paulo - MSP obteve a portaria do IPHAN que concede à ALasca a permissão de pesquisa arqueológica nas áreas de intervenção da Linha 6.
- **Licenciamento Ambiental** – VSE (Poço de Ventilação e Saída de Emergência) Tietê, SE (Saída de Emergência) Aquinos e Estação Freguesia do Ó já com os respectivos licenciamentos ambientais e obras em andamento. Aguardando o parecer da CETESB para início nas seguintes unidades construtivas: Estação Agua Branca, Estação Angélica-Pacaembu, Estação João Paulo I, Estação Santa Marina, VSE Pacaembu e Pátio Morro Grande.
- **Projetos de Engenharia** – Os projetos concepção da Obra Civil e o projeto básico de Sistema estão concluídos, os projetos executivos de Obra Civil e de Sistema estão em elaboração.
- **Tuneladoras e Anéis** - As duas Tuneladoras estão em fabricação com previsão de entrega para o primeiro semestre de 2016. A fábrica de anéis está concluída, com área de 40 mil m^2 e previsão de produção de 7.300 anéis. No ano de 2015 foram fabricados cerca de 900 anéis.
- **Obras Civis** – As obras civis estão condicionadas ao ritmo da liberação das áreas. Estão em andamento nos seguintes locais: VSE Tietê, SE Aquinos e Estação Freguesia do Ó. Outras 16 unidades construtivas estão em fase de serviços preliminares de construção (demolição, limpeza, remanejamento de interferências) as quais possuem áreas parcialmente liberadas com a imissão na posse.
- **Sistemas e Material Rodante** – O Material Rodante será fornecido pela empresa Alstom Brasil Energia e Transporte Ltda., enquanto que o fornecimento do Sistema de Sinalização será da empresa Nippon Signal e do Sistema de Alimentação Elétrica, pela Toshiba. Os demais sistemas estão em processo de contratação ou aguardando a conclusão do projeto executivo.

Ação 2474 - Apoio á Parceria Público-Privada para Construção da Linha 18 – Bronze - Tamanduateí / Paço Municipal SBC

O Governo do Estado de São Paulo – GESP, por meio da Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos – STM formalizou o Contrato de Concessão Patrocinada - STM nº 011/2014, com a Empresa Concessionária do Monotrilho da Linha 18 Bronze S.A. O prazo da PPP da Linha 18 –

Bronze é de 25 (vinte e cinco) anos, dos quais: 4 (quatro) anos para projetos, licenciamentos e obras, e 21 (vinte e um) anos para operação e manutenção.
O empreendimento da Linha 18 - Bronze da rede metroviária de São Paulo consiste na implantação e operação de 15,45 km de monotrilho, com 13 estações e 1 pátio de manutenção e estacionamento. A Linha 18 - Bronze estabelecerá a ligação entre a Região do ABC com o

sistema metroferroviário, na cidade de São Paulo, na estação Tamanduateí (Linha 2 - Verde do Metrô e Linha 10 - Turquesa da CPTM). Concebido como um sistema de média capacidade – Monotrilho - atenderá importantes polos industriais, de serviços e educacionais da RMSP, servindo diretamente os municípios de Santo André, São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo e São Paulo.
O valor total do empreendimento gira em torno de R$ 4,8 bilhões (base Maio/2015). O Plano de Financiamento da Linha 18 - Bronze inclui recursos aprovados pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2 – Mobilidade Grandes Cidades, no montante de R$ 400 milhões pelo Orçamento Geral da União – OGU e R$ 1,276 bilhões via financiamento junto ao BNDES.
A previsão orçamentária de 2015 previa o valor total de R$ 520.337.760,00, mas não foi utilizada em função do abaixo descrito:

- **O GESP** aguarda a autorização da **Comissão de Financiamentos Externos - COFIEX**, coordenada pela **Secretaria de Assuntos Internacionais - SEAIN**, do **Ministério do Planejamento**, para contratação do financiamento (operação de crédito externa) dos recursos necessários para o pagamento das desapropriações.
- A ausência desse recurso produz efeito cascata no andamento do processo da Linha 18 - Bronze, na medida em que sem o recurso para fazer frente ao pagamento das desapropriações não haverá imissão na posse e consequentemente as áreas não serão liberadas e todo o cronograma de implantação ficará comprometido.
- Nesse contexto e diante do cenário econômico que sofreu forte alteração no último ano, em nosso caso, culminando com a não conclusão das operações de crédito, foi necessária a formulação do Termo Aditivo nº **01** ao contrato de concessão patrocinada, assinado em 22/08/2015, para a efetiva conclusão das obrigações do Poder Concedente, previstas na **Etapa Preliminar** – item 4.1.2, da Cláusula Quarta.

Não obstante a não conclusão da Etapa Preliminar e a consequente não "declaração de início do prazo de vigência da concessão", o GESP em conjunto com a Concessionária do Monotrilho da Linha 18 - Bronze S.A., vem executando os projetos de engenharia, mapeamento das interferências, levantamento definitivo das áreas a serem desapropriadas e obtenção das licenças necessárias à instalação das obras do empreendimento da Linha 18 – Bronze.

Ação 2479 - Apoio à Parceria Público-Privada para Construção da Linha 20 – Rosa - Lapa / Rudge Ramos

A Linha 20, concebida como parte integrante da rede futura de Metrô, com uma configuração perimetral, interliga os municípios de São Paulo e São Bernardo do Campo. O trecho inicial Lapa-Moema terá 12,3 km e 15 estações e o trecho seguinte, Moema-Rudge Ramos (São Bernardo do Campo), terá 12,7 km e mais 10 estações.
Em reunião Ordinária do Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas, em julho/2015, foi recomendado que, em face do cenário de restrição orçamentária vigente, as propostas que demandariam significativa participação pecuniária do Estado, inclusive com previsão de aporte de recursos nos próximos anos, tiveram seu arquivamento recomendado, o que levou à decisão de não condução da proposta de Implantação, operação e manutenção da Linha 20-Rosa do Metrô.

Ação 2171 - Operação das Linhas Metroviárias

Em 2015, a demanda de passageiros (entradas e transferências) alcançou 1.316,0 milhões de usuários, enquanto que em 2014 foi de 1.304,7 milhões de usuários. A média dos dias úteis (MDU) foi de 4.481,5 mil passageiros em 2015.

Programa 3709 - Nos Trilhos do Desenvolvimento (EFCJ)

Tem como objetivo atender a uma demanda altamente interessada no turismo, de modo a conquistar melhor qualidade de vida. Aumentar a infraestrutura de atendimento e operação, para oferecer entretenimento a uma demanda reprimida de turistas.

Ação 2338 - Recapacitação e Modernização da Estrada de Ferro Campos do Jordão.

a) Acessibilidade: Foi concluído neste exercício as obras de acessibilidade, para as estações de Pindamonhangaba Subúrbio, Pindamonhangaba Turismo, Expedicionária, Piracuama, Eugênio Lefèvre e Abernéssia. Onde foi realizado a implantação de rampas de acessibilidade para Portadores de Necessidades Especiais – PNE, instalação de corrimão e guarda corpo com identificação tátil, e instalação de piso podotátil.

b) Via permanente: Foi concluído em 2015 as obras de modernização da via permanente onde foram realizados a troca de 16.000m de trilhos, aplicação de 15.000 unidades de tirefond e 6.000 unidades de placas de fixação, troca de 3.000 unidades de dormentes, Implantação de mil metros de canaleta de drenagem ao longo da via e mais 1,041 mil metros de canaletas junto às estruturas de contenção, Implantação de 326 metros cúbicos de contenções de encostas em gabião e substituição de 5 mil metros cúbicos de lastro e pedra britada ao longo da via.
c) **Material rodante**: Finalizado o processo de modernização da automotriz A1, que recebeu a instalação do registrador de eventos, do GPS limitador de velocidade e do sistema *homem morto* (que exige um sinal positivo periódico do motorneiro para certificar sua presença consciente), além das intervenções de modernização em sua carroçaria, interior e em todo o sistema elétrico e mecânico. A A1 opera os serviços Trem de Serra (trecho de Pindamonhangaba a Campos do Jordão) e Trem do Mirante (trecho de Santo Antônio do Pinhal a Campos do Jordão).

Ação 5819 - Operação da Estrada de Ferro Campos do Jordão.

a) **Material Rodante**: Concluído o processo de modernização da automotriz A4 (semelhante ao processo da automotriz A1). O veículo recebeu a instalação do registrador de eventos, do GPS limitador de velocidade e do sistema *homem morto*. A A4 opera os serviços Trem de Serra (trecho de Pindamonhangaba a Campos do Jordão) e Trem do Mirante (trecho de Santo Antônio do Pinhal a Campos do Jordão).

Finalizou-se a recuperação do antigo carro de passageiros CPE-7, que tem grande valor histórico e que há muito estava abandonada nas oficinas da ferrovia, e foi iniciado a recuperação da classe de passageiros CPE-8. A tecnologia da reconstrução em madeira destes veículos é uma das *expertises* das oficinas de manutenção da EFCJ;

b) **Conservação e zeladoria**: Foi realizado a reforma e reestruturação das instalações de um imóvel que outrora estava cedido para a Secretaria Municipal de Turismo de Pindamonhangaba, para comportar os novos empregados públicos aprovados no concurso da EFCJ.

Foram realizados interversões físicas no PRAC – Parque Reino das Águas Claras, onde se destacam: a reforma dos banheiros incluindo acessibilidade para portadores de necessidades especiais - PNE, troca dos pisos do acesso principal, reforma da guarita, reconstrução da Casa do “Tio Barnabé”, intervenção no caminho de entrada do parque com novos gradis, contenções de encostas, canaletas de drenagem, construção de uma nova parada (Monteiro Lobato) e modernização da via com troca de trilhos e dormentes. Com a conclusão das obras de modernização o PRAC passou também a funcionar aos finais de semana, operando de segunda a sábado, das 8h30 às 17h00.

No Teleférico foi realizado serviços de manutenção entre os meses de março e julho, incluindo a troca do Cabo de Aço Principal do Sistema, inspeção por líquido penetrante para detectar fissuras, revisão dos motores de tração, desmontagem, pintura e montagem das cadeiras, com soldagem nos pontos de corrosão, troca das borrachas internas das roldanas, verificando rolamentos e balancins com reaperto dos parafusos e pintura, revisão de toda parte elétrica, conservação e zeladoria do entorno do teleférico (pintura, confecção de novas placas de identificação visual) bem como treinamento de primeiros socorros e manutenção do cabo de aço.

No Parque Ferroviário do Capivari em Campos do Jordão, foram realizadas obras de manutenção, onde foram substituídos 275 metros do calçamento externo próximo ao Teleférico, reforma da rede de esgoto dos mictórios do banheiro do Teleférico, limpeza e recomposição do calçamento do estacionamento em frente à Estação Emílio Ribas e construção de um caramanchão para receber os turistas.

Conclusão da instalação de placas informativas em todas as estações da ferrovia. A comunicação visual destas placas de identificação contempla o informativo aos usuários dos

serviços da EFCJ informação das instalações e internas, de itinerários e sanitários, além das placas de acessibilidade.

Foram realizadas obras de conservação e zeladoria de cinco paradas, contemplando nas Paradas Sanatórios, Fracalanza, Damas, Viola e São Cristóvão.

c) **Operacional**: A operação da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ, consta que no exercício foi batido o recorde anual de carregamento, com 274.583 usuários transportados.

Foi retomado no mês de maio à operação dos serviços do Trem de Serra, que liga Pindamonhangaba a Campos do Jordão, após três anos de paralização.

Da operação dos serviços de transporte turístico, foi ampliado o horário do "Trem Turístico de Piracuama" (que opera da Estação Pindamonhangaba à Estação Piracuama) que antes acontecia somente aos Domingos, às 10h00 e às 14h00, passou a ser realizada também aos sábados, às 14h00 (início em julho/15). Também foram ampliados horários do "Trem do Mirante", com o retorno da automotriz A1 foi possível a ampliação do horário do Trem do Mirante, que opera no trecho entre Campos do Jordão e Santo Antônio do Pinhal. O "Trem do Mirante" funcionava de quinta à terça-feira, em dois horários: às 10h00 e às 14h00, passou a operar também às 10h25 e às 14h25, dependendo do dia de operação (início em Mai/15). Outro serviço que foi ampliado o horário é o que atende ao Parque Reino das Águas Claras – PRAC, a partir de agosto/15, com criação do horário aos Sábados das 8h30 às 17h00.

d) **Comunicação e marketing**: No intuito de intensificar o aumento da demanda, foram realizadas ações de marketing como o lançamento de uma exposição itinerante gratuita que conta a história dos 100 anos da EFCJ. Exposição esta que ficou disponível na Estação da Sé e Vila Madalena do Metrô do município de São Paulo, na Estação de Vila Abernéssia em Campos do Jordão, no Shopping Pátio Pinda em Pindamonhangaba e no Taubaté Shopping, em Taubaté.

No mês de mar/15, a Estrada de Ferro Campos do Jordão iniciou a produção e veiculação de seu jornal interno, denominado "EFCJornal". A publicação é realizada mensalmente e tem como objetivo levar a conhecimento dos empregados públicos os objetivos estratégicos da EFCJ.

Das ações para divulgação dos serviços ferroviários foram criados "Trens Temáticos" com o intuito de aumentar a demanda e incrementar a relação com a população das cidades atendidas.

Todas estas ações constam no sitio www.efcj.sp.gov.br, que em Mai/2015 passou a ser administrado exclusivamente pela EFCJ, agilizando deste modo a atualização das ações da ferrovia no sistema eletrônico.

d) **Novos negócios**: No exercício de 2015, foram criados novos negócios na ferrovia, conforme segue:

Estacionamento em Campos do Jordão;

Espaço Gourmet em Vila Abernéssia;

Carro Cafeteria em Pindamonhangaba.

Estes serviços foram criados por processo licitatório para exploração comercial a título precário de permissão de uso.

Considerações Gerais:

Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ

Em 2015 foram totalizados 899,0 milhões de entradas de usuários na rede do Metrô. *Média*: 3,1 milhões de entradas /dia útil.

Indicadores *2015*

Índice geral de avaliação: Foram avaliados os seguintes atributos: conforto, rapidez, segurança contra acidentes, confiabilidade, segurança pública, utilidade, preço, integração, acessibilidade, atendimento e informações ao usuário.

Rede	Linha 1	Linha 2	Linha 3	Linha 5
57%	**60%**	**66%**	**51%**	**55%.**

Serviços Complementares

Atendimentos em Primeiros Socorros em *2015*	
Mal-estar	12.354
Acidentes	2.508
Outros	2.125
Total de atendimentos	**16.987**

Atendimentos aos usuários com deficiência ou restrição de mobilidade. Total de embarques no sistema utilizando Bilhete Especial (gratuidade)	
Idosos	50.542.427
Pessoas com deficiência	16.462.164
Monitoração das pessoas com deficiência e restrição de mobilidade nas estações	289.980

Atendimentos no Balcão de Informações	
Palmeiras-Barra Funda, Paraíso, Ana Rosa, Sé, Marechal Deodoro, Jabaquara, Santa Cruz, Consolação, Luz e República.	1.623.265

SMS-Denúncia 97333-2252	
Mensagens recebidas via celular	51.344

Segurança Pública: Quantidade média mensal	
Delitos na rede	64 (patamar de 0,86 por milhão de entradas de passageiros[1])
Roubos esclarecidos à bilheteria	zero (após a blindagem das bilheterias, não foi registrada nenhuma ocorrência)
Flagrantes	574 (Do total de 574 flagrantes 172 foram validados pela autoridade policial)

[1] A partir de 2015 a relativização passou a ser realizada com base na entrada de passageiros (não inclui as transferências entre as estações).ao invés de passageiros transportados.

Receita Tarifária Bruta

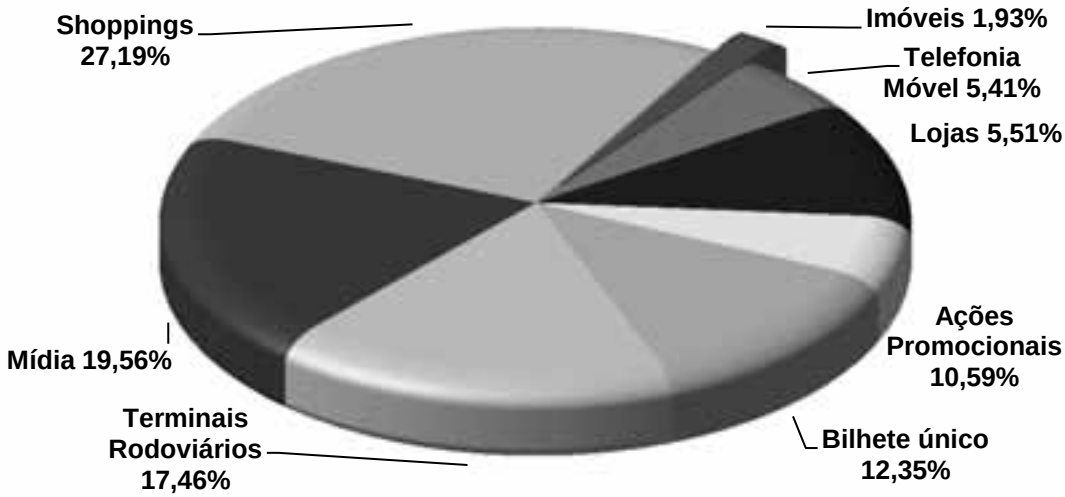
Os dados finais da Receita Tarifária Bruta do Metrô, no exercício de 2015, demonstram um acréscimo da ordem de 9,40%, se comparados com os dados de 2014

Em 201**5** a Receita Tarifária Bruta atingiu o valor de **R$1.805.630** mil. A Receita Tarifária Bruta de 201**4** apresentou o valor de **R$ 1.650.428** mil.

Receitas Não Tarifárias:

A receita não-tarifária em 2015 apontou crescimento de 2,71% em relação ao ano de 2014, R$186.365 mil, que excluindo-se as receitas da área de lazer, concessão de passagem para cabeamento de fibra ótica e incorporação patrimonial (remuneração complementar) monta em R$ 181.755 mil:

Composição da Receita por Segmento



Fonte: Relatórios Contábeis
O gráfico representa a composição das receitas não tarifárias por segmento do ano de 2015.

Evolução da Receita não-tarifaria:

Exploração de espaços publicitários
Receita do segmento: R$ 35.563,46 mil

Exploração comercial de espaços internos e serviços nas estações
A receita obtida foi R$ 42.170,08 mil

Empreendimentos em Imóveis
- Concessão de uso para exploração comercial de terrenos de propriedade da Cia do Metrô: estacionamentos, comércio varejista entre outras. Em 2015 a receita gerada foi de R$ 3.508,66 mil.

- A exploração comercial dos Terminais Rodoviários Tietê e Jabaquara, gerou em 2015 receita de R$ 31.743,12 mil que se compõe de taxas de utilização de terminais, estacionamentos, locação de lojas, quiosques, sanitários, guarda-volumes e publicidade.

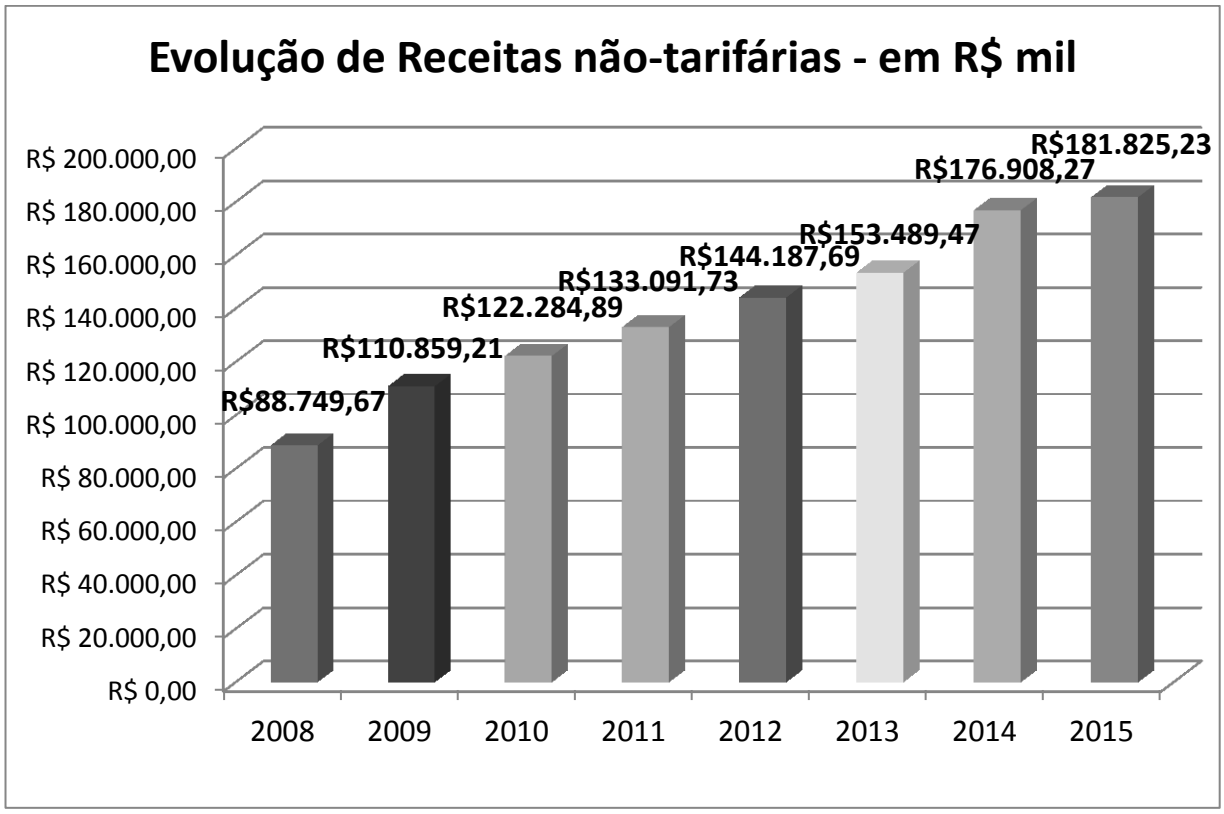
- Shopping Centers: Metrô Santa Cruz, Metrô Tatuapé, Boulevard Tatuapé, Metrô Corinthians-Itaquera, Metrô Tucuruvi, Marechal Deodoro e os Centros Comerciais Vila Madalena e Vila Mariana, geraram receita R$ 49.432,28 mil.

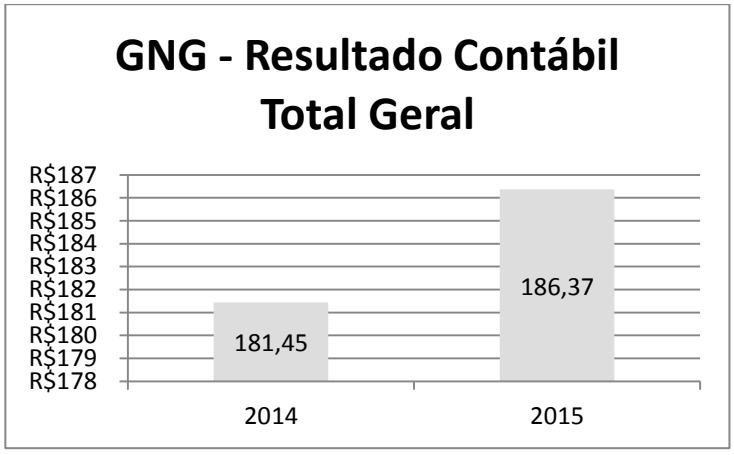
- Bilhete Único: Receita de Termo de Permissão de Serviço do Bilhete Único (venda de bilhetes). A receita gerada em 2015 foi de R$ 19.337,40 mil.

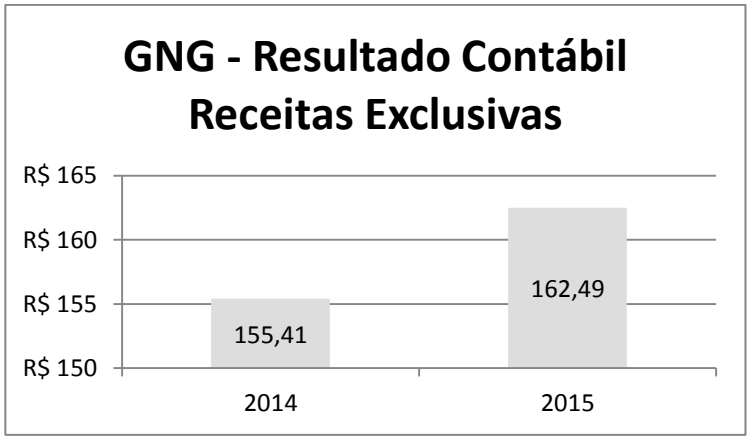
- O valor do IPTU 2015 referente às Linhas1-Azul, Linha2-Verde, Linha 3-Vermelha, Extensão Leste, Linha4-Amarela e Terminais Rodoviários foi de R$ 37.428,00 mil.

-O valor cobrado referente ao ressarcimento devido pelos empreendimentos, incluindo a Concessão da Linha 4-Amarela, foi de R$ 20.987,00mil.

Fonte: Relatórios Contábeis







(Valores em R$ milhões)

Comunicação com a Sociedade

Em 2015 foram registradas 12.728 manifestações dos cidadãos, no Sistema Corporativo CRM Sugar de Atendimento ao Cliente.
Desse total, 6.266 foram reclamações; 4.803 solicitações de informações; 889 sugestões; 391 elogios, 323 denúncias e 56 agradecimentos.
Houve uma queda de 26% da demanda total em comparação com o ano de 2014**.**
Resumo da Demanda Total 2014 / 2015

Tabela Comparativa – Manifestações 2014 / 2015 – Tipos de Manifestações

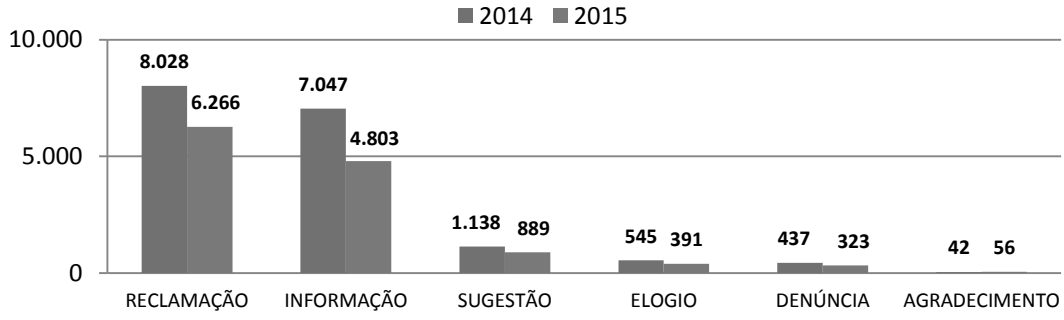
	Janeiro		Fevereiro		Março		Abril		Maio		Junho	
TIPO DE MANIFESTAÇÃO	**2014**	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**	**2015**
RECLAMAÇÃO	664	449	1.224	439	870	696	870	522	816	576	531	486
INFORMAÇÃO	550	326	757	357	716	584	643	485	743	491	1.115	409
SUGESTÃO	69	65	150	57	117	81	117	80	119	88	94	72
ELOGIO	39	20	61	31	45	21	49	36	32	30	90	37
DENÚNCIA	28	25	65	41	61	38	47	48	41	28	34	14
AGRADECIMENTO	4	1	0	3	1	4	1	4	2	3	7	3
TOTAIS	**1.354**	**886**	**2.257**	**928**	**1.810**	**1.424**	**1.727**	**1.175**	**1.753**	**1.216**	**1.871**	**1.021**

	Julho		Agosto		Setembro		Outubro		Novembro		Dezembro	
TIPO DE MANIFESTAÇÃO	**2014**	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**	**2015**
RECLAMAÇÃO	439	363	470	513	551	530	616	603	458	596	519	493
INFORMAÇÃO	548	316	433	422	398	340	417	399	398	392	329	282
SUGESTÃO	97	65	78	75	82	84	87	81	57	64	71	77
ELOGIO	81	33	40	41	32	29	29	41	24	34	23	38
DENÚNCIA	33	30	15	12	31	4	38	26	24	29	20	28
AGRADECIMENTO	1	9	4	8	3	8	4	2	8	9	7	2
TOTAIS	**1.199**	**816**	**1.040**	**1.071**	**1.097**	**995**	**1.191**	**1.152**	**969**	**1.124**	**969**	**920**

2014 / 2015

TIPO DE MANIFESTAÇÃO	2014	2015	VARIAÇÃO
RECLAMAÇÃO	**8.028**	**6.266**	-22%
INFORMAÇÃO	**7.047**	**4.803**	-32%
SUGESTÃO	**1.138**	**889**	-22%
ELOGIO	**545**	**391**	-28%
DENÚNCIA	**437**	**323**	-26%
AGRADECIMENTO	**42**	**56**	33%
TOTAL	**17.237**	**12.728**	-26%

Gráfico com Manifestações 2014 / 2015 – Tipos de Manifestações



O ***SIC – Serviço de Informação ao Cidadão*** Metrô alcançou em 2015
posição de destaque entre os serviços de informação, estando entre os cinco mais demandados pela população no Estado de São Paulo. Esse grande crescimento ocorreu principalmente devido ao imenso esforço realizado pelo Metrô em sua expansão, com obras em novas linhas e expansão das existentes.
Este cenário desafiador se refletiu no interesse da população em busca de informações sobre trajetos, localização de estações e desapropriações, entre outros assuntos. Todo esse universo, que impacta de alguma forma na vida das pessoas, foi motivo de grande procura refletindo diretamente no aumento significativo de atendimentos realizados, além de consolidar o SIC Metrô como um eficaz instrumento de disseminação de informações e de conhecimento das atividades e da gestão da Empresa para todo os segmentos da Sociedade Civil.

Manifestações por Assunto em 2015

Assunto	Qtd
Expansão - Projetos/Obras	501
Operação	127
Fale Conosco	64
Adm. Institucional	50
Recursos Humanos	50
Expansão - Diversos	46
Financeiro	40
Legislação	34
Outros	30
Expansão - Planejamento	28
Acervo	18
Engenharia/Manutenção	15
Outros órgãos/Empresas	10
Processos	9
Sem Nexo	8
Total	**1.030**

Central de Informações – CIN
CIN (0800 770 7722) oferece serviço gratuito aos usuários, está sob gestão da Gerência de Operação – GOP/POR.

Assuntos	Total
Funcionamento do Sistema	**24.821**
Integração e Arredores	**21.228**
Bilhetes e Tarifas	**18.451**
Assuntos Diversos[1]	**24.982**
Achados e Perdidos	**13.884**
Não classificados	**14.167**
Metrôs e Secretarias	**2.728**
Total	**120.261**

[1] atendimentos ao Telefone do Usuário, registros de manifestações no CRM_Sugar e desistências/enganos

Central de Achados e Perdidos

Tipo de Serviço	Quantidade
Consultas ao sistema (guichê + central de informações + estações + site)	115.743
Contatos com o usuário	557
Documentos e objetos encontrados[1]	80.802
Documentos e objetos devolvidos	19.576

[1]No critério para registro de objetos achados e perdidos são considerados, conteúdos (por exemplo: a bolsa e todos os objetos encontrados dentro dela)

Programa Ação Cultural
Tem por objetivo levar ao público usuário do Metrô, gratuitamente, atrações artístico-culturais de diversas linguagens, em diversas estações. Tais atividades acabam por humanizar e ativar espaços de modo que a estação de metrô deixa de ser um espaço de passagem para se tornar um lugar de lazer, convivência e conhecimento.

Linha da Cultura – total de 209 exposições no ano de 2015
Linha da Cultura é o nome da ação que leva exposições para as estações do Metrô. Com um número médio de 17 exposições mensais, em diversas estações. As exposições são apresentadas ao público usuário com grande diversidade de assuntos, técnicas e pontos de vista.

Piano do Metrô
O projeto Piano possibilita que os usuários do Metrô tenham acesso ao instrumento musical, seja ouvindo ou mostrando suas habilidades. Atualmente, o Metrô disponibiliza 4 pianos que circulam por diversas estações durante o ano. Em 2015 os pianos estiveram nas estações: Sé, Paraíso, Santa Cecilia, Tatuapé, Jardim São Paulo, Adolfo Pinheiro, República e Largo Treze.

Poesia no Metrô
O projeto Poesia no Metrô é um programa de leitura de poemas em língua portuguesa que teve início em 2009, na Linha 2-Verde (Vila Madalena/Alto do Ipiranga) e se estende até hoje.
O objetivo é que o usuário do Metrô possa conhecer obras de importantes poetas, brasileiros e portugueses. Dentre os escritores estão Augusto dos Anjos, Camões, Cruz e Souza, Florbela Espanca, Olavo Bilac, entre outros.
Doze poesias permanecem nas estações Ana Rosa, Chácara Klabin, Paraíso e Vila Madalena.

Banda dos Seguranças do Metrô
Formada a partir de encontros casuais na empresa, a “Banda da Segurança” revela que a filosofia de atendimento do Metrô ultrapassa os limites de suas instalações, trens e estações e incentiva seus funcionários a servirem a população também por meio da arte.

Composta pelos agentes de segurança do Metrô a banda realizou 22 apresentações em diferentes estações do Metrô com repertório variado, passando por clássicos da música nacional à internacional.

Mostras Fixas
Estação Alto do Ipiranga
O Metrô e Seus Bairros - Ipiranga: O Bairro do Grito!

Estação Largo Treze
O Metrô e Seus Bairros: Santo Amaro

Estação Adolfo Pinheiro
O Bonde em Santo Amaro

Estação Corinthians-Itaquera
Memorial do Corinthians

Estação Liberdade "Vitrine de Ikebana"
A Vitrine de Ikebana está localizada na Estação Liberdade e é uma parceria do Metrô de São Paulo com a Associação de Ikebana do Brasil. A cada mês, um novo arranjo é apresentado aos usuários da estação.

Parcerias e Convênios
Estação Santa Cruz – Vitrine Lasar Segall
Vitrine Lasar Segall é uma parceria da Ação Cultural do Metrô com o Museu Lasar Segall. A cada três meses uma nova exposição é levada para esta vitrine, localizada na saída mais próxima ao museu, na Estação Santa Cruz.

Estação Trianon - MASP – Vitrine do MASP
Vitrine do Masp é o resultado da parceria da Ação Cultural do Metrô com o Museu de Arte de São Paulo. Em 2015 foram inaugurados dois programas: Fotografia na Trianon-Masp, que exibiu obras da Coleção Pirelli MASP de Fotografia; e o Arquivo na Trianon-Masp, que expôs imagens históricas pertencentes ao Centro de Documentação do MASP.

Estação Tiradentes – Museu de Arte Sacra
Trata-se de parceria do Metrô com o Museu de Arte Sacra que leva exposições à estação.
A sala inaugurada, em 01/12/2015, com a mostra "Presépios do Mundo", apresenta cerca de 30 conjuntos da Coleção de Presépios do MAS, muitos provenientes do antigo Museu de Presépios (década de 1980).

Projetos Especiais:
Virada Sustentável 2015 – aconteceu de 26 a 30 de agosto – fizeram parte do calendário nove exposições que estavam acontecendo nos Espaços Culturais do Metrô.

Apresentações Culturais

Música

- Festival de Novos Talentos da Música – em janeiro/fevereiro/setembro/outubro/novembro /dezembro: 6 apresentações;
- Trovadores Urbanos – Dia Internacional da Mulher – em março: 3 apresentações;
- Trovadores Urbanos – Dia dos Namorados – em junho: 1 apresentação;
- 10 Minutos de Ópera – em maio/junho/agosto/setembro/outubro/novembro: 6 apresentações;
- Tim Maia 70 – em julho: 01 apresentação;
- EMESP Tom Jobim – "Escrock Brass" e "Duo em Três" - em outubro: 2 apresentações;
- Escola de Samba Vai Vai - Bateria Mirim do Grêmio Recreativo Cultural Social - em outubro: 1 apresentação;
- Kleztival - Festival Internacional de Música Judaica – em outubro: 6 apresentações.

Total: 26

Teatro

- Fábrica no Metrô o Pequeno Grande Teatro – em janeiro: 4 apresentações;
- Festival de Cenas Curtas de Teatro – em setembro/outubro/novembro: 6 apresentações;
- "Tietê, Onde Queres me Levar? – em maio e novembro: 9 apresentações.

Total: 19

Dança

- Ópera do Malandro–Coral Fundap e Grupo de Dança Christiane Mattalo–em agosto: 1 apresentação.

Total: 01

Oficina

- Pesquisa em Foco: Antártica – em janeiro/março: 2 apresentações
- Grupo de Arte Belenzinho - em março: 1 apresentação;
- Grupo Monhauúma – em março: 1 apresentação
- Fragmentos de Cor – em maio: 1 apresentação;
- Escola de Samba Vai Vai – Oficina Infantil de Máscaras Carnavalescas – em outubro: 1 apresentação.

Total: 06

Coral

- Canto Coral de Natal 2015 – em dezembro: 46 apresentações.

Total: 46

Total Geral: 98

Projeto Arte no Metrô

As estações do Metrô compõem uma imensa galeria de arte contemporânea.
Ao longo das estações está disposto um acervo permanente de obras de arte, composto de murais, instalações, pinturas e esculturas, proporcionando ao cidadão o convívio diário com expressivos artistas plásticos do cenário brasileiro.
Atualmente, o Metrô possui um acervo de 91 obras de arte.

Campanhas de Comunicação e Marketing
Estabelecer uma comunicação ágil e eficiente, não apenas com os 4,7 milhões de usuários como também com a população da cidade, é o objetivo das campanhas produzidas pela área de Marketing do Metrô.
Essas campanhas estabelecem uma linha de comunicação com os usuários e cidadãos, caracterizadas preponderantemente pelo apelo visual, o que propicia o rápido entendimento do assunto que se quer comunicar.
Sua finalidade é transmitir conceitos de cidadania, preservação do patrimônio público, segurança e uso correto do sistema.

Prestam-se também para divulgar assuntos estratégicos e institucionais da empresa.

São compostas de várias peças publicitárias, como cartazes, *folders*, painéis adesivos, normalmente veiculados nas estações e no site do Metrô.
Algumas vezes, mídias externas também são utilizadas, e para tanto, produz-se peças publicitárias específicas como anúncios em revistas e jornais.
Quando necessário, as campanhas são acompanhadas por ações estratégicas pontuais na ocasião de seu lançamento.
Em 2015, foram produzidas cerca de 60 campanhas, com destaque para: 47 anos de Fundação, Campanha sobre o Comércio Irregular, Campanha de Apoio à Economia de Água, Campanha Rádio (Tudo de Metrô), Acessibilidade – Oportunidade para Todos, Exposição 41 Anos de

Operação, Início da Operação Comercial e Ampliação do Horário do Monotrilho da Linha 15-Prata, Relatório de Sustentabilidade, Plano de Comunicação – Metrô e Você, Criação de Folder Institucional com Mapas do Transporte Metropolitano e Turístico, Campanha contra Abuso Sexual, Mídia Metrô, entre outras.

Projetos Sociais

Ações de marketing social desenvolvidas em parceria com outras instituições, órgãos ou empresas, beneficiando o usuário e a população.

Em 2015, foram realizadas 28 ações, com destaque para: Prevenção DST/HIV/AIDS, Campanha Rins Saudáveis, Dia Mundial sem Tabaco, Exposição DMRI – Veja Bem Veja para Sempre, Sesc Verão, Campanha de Primeiros Socorros da Cruz Vermelha, Campanha Nacional de Vacinação contra Poliomelite, Campanha Mundial de Combate à Violência Contra as Mulheres, Semana da Hepatite, Dia do Desafio, Mutirão do AVC 2015, Semana do Homem, Dia Mundial da Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica, Centro da Defesa da Mulher, Campanha de Mobilização Contra a Dengue e Virada Inclusiva.

Ações de Relacionamento com as Comunidades Lindeiras às Obras Civis do Metrô

Atendimentos à população junto às áreas de expansão do Metrô de São Paulo		
Indicador		**Atendimentos**
Linhas em expansão	Linha 2-Verde (Vila Prudente – Dutra) Linha 4-Amarela (Luz - Vila Sônia); Linha 5 – Lilás (Adolfo Pinheiro – Chácara Klabin); Linha 6-Laranja (Brasilândia – São Joaquim); Linha 15-Prata (Ipiranga - Hospital Cidade Tiradentes); Linha 17-Ouro (Jabaquara – São Paulo-Morumbi); Linha 18–Bronze (Tamanduateí / Paço Municipal SBC);	**3.634**
Linhas em projeto de expansão	Rede Futura	**130**
Contatos	Foram efetuados pessoalmente em domicílio ou reuniões com a comunidade, através dos telefones da Coordenadoria de Atendimento à Comunidade – CAC, ou ainda por intermédio de e-mail ou do site, no link “Fale Conosco”.	

Programa A Expansão do Metrô e suas Comunidades

Visitas às obras:

Objetiva mostrar à população de São Paulo como são construídas as linhas de Metrô, informando os métodos construtivos, estágios das obras, previsões para inaugurações, quantidade de empregos gerados em cada frente de obras e as perspectivas das estações. Com essa iniciativa, o Metrô mostra o durante e o depois de cada estação, fazendo com que os lindeiros entendam a magnitude de obras desse porte, feitas exclusivamente para melhorar a malha Metroferroviária, impactando positivamente para a cidade e a coletividade, bem como os benefícios por ela trazidos.

Em 2015, o Metrô realizou 04 visitas às obras das Linhas 5-Lilás e 17-Ouro, com a participação de 33 munícipes.

Centrais de Relacionamento com a Comunidade

Objetiva disponibilizar à população de São Paulo unidades de relacionamento com a comunidade ao longo das linhas em expansão, facilitando o acesso às informações como estágio das obras, métodos construtivos, previsões para inaugurações e as perspectivas das estações. As centrais são importantes canais de relacionamento com o público e são instrumentos de utilidade pública que têm como funções a elucidação de dúvidas da população, permitem, inclusive, a

identificação do perfil do futuro usuário do trecho, auxiliando a composição de programas de marketing específicos a cada segmento da população atendida pelo Metrô**.**

Total de visitantes: 3.001

Linha 15-Prata Central de Relacionamento Fixa São Matheus Mock-up		
Inauguração: 20/01/2013	Período de Medição: 08 meses (janeiro a março/2015)	Visitantes: 2.806
Linha 17-Ouro Central de Relacionamento Fixa Bernardino de Campos		
Inauguração: 24/10/2013	Período de Medição: 12 meses (janeiro a dezembro/2015)	Visitantes: 195

Programa de Reassentamento de Comunidades Vulneráveis

O Metrô de São Paulo trata a questão de famílias e comunidades consideradas vulneráveis e que são desalojadas pelas desapropriações necessárias à implantação das linhas através do estabelecimento de um plano de reassentamento.

O plano de reassentamento é implementado por meio de convênio com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano – CDHU, em consonância com o Regulamento de Reassentamento de Famílias Vulneráveis Atingidas pelas Obras de Expansão.

As atividades de reassentamento da Linha 17-Ouro que envolveram as comunidades do "Comando", "Buraco Quente", "Buté" e áreas esparsas, e tiveram início em janeiro/2012. O arrolamento abrangeu um universo de 423 edificações localizadas em toda a área que será afetada pelas obras de implantação do Monotrilho. Até dezembro/2015, 455 famílias/indivíduos aceitaram a proposta, sendo que 331 optaram por indenização ao direito à moradia e 124 optaram pela inclusão no programa habitacional da CDHU, com recebimento de uma Unidade Habitacional. Restaram 7 famílias cujas situações não puderam ser equacionadas, apesar de esforços do Metrô, CDHU e Ministério Público. Havia ainda um grupo de 27 edificações não residenciais que, embora não pudessem ser enquadradas no plano de reassentamento, receberam indenização na reparação de danos ocasionados pela ação do Metrô, conforme legislação civil.

No trecho em implantação Oratório – Iguatemi da Linha 15- Prata o atendimento às famílias vulneráveis pelo plano de reassentamento teve início em janeiro/2015, sendo concluído em setembro/2015, resultando em 19 famílias atendidas. Destas, 11 famílias optaram pela indenização ao direito à moradia, 6 optaram pela inclusão no programa habitacional da CDHU, com recebimento de uma Unidade Habitacional e 2 famílias optaram por carta de crédito.

Também foram atendidos mais dois núcleos familiares vulneráveis, remanescentes da desapropriação no trecho de implantação da Estação Campo Belo da Linha 5-Lilás. Esta duas famílias optaram por carta de crédito.

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM

Relacionamento com os Usuários

Transportes			
Indicador	**2014**	**2015**	**2015/2014**
Total de Passageiros Transportados / milhões	832,9	831,4	-0,18%
Média de Passageiros Transportados / dias úteis	2.776.800	2.783.114	0,23%

Serviços de Atendimento aos Usuários

Central de Atendimento		
Tipo de manifestação / %	Reclamações	1,55%
	Informações	95,54%
	Solicitações	2,85%
	Sugestões e elogios	0,06%
Canal de comunicação / número de atendimentos	Correio eletrônico	15.901
	Telefone	586.091
	Pessoalmente	1.633.527
	Carta	1.828
Credenciamento de Gratuidade		
Número de atendimentos.	Usuário desempregado	69.401
	Usuário com deficiência	27.691
Posto Bilhete Escolar		
Número de atendimentos		6.698
Suporte ao Usuário Pós-ocorrência		
Número de atendimentos		706
Programa Usuário do Amanhã		
Número de atendimentos		0
Programa Visita à CPTM		
Número de atendimentos		12
Central de Achados e Perdidos		
Número de atendimentos	Pessoalmente	21.769
	Por telefone	11.720
	Por carta	0
Itens perdidos	Recebidos	73.333
	Devolvidos	25.628
	Taxa de devolução	35%
Avaliação dos Serviços		
% de manifestações reclamatórias, por Atributo de serviço.	Regularidade	14%
	Conforto	25%
	Atendimento	25%
	Rapidez	18%
	Confiabilidade	12%
	Segurança Pública Operacional	4%
	Segurança Operacional	1%
	Utilidade	1%
	Preço	0%

Indicador de insatisfação		
Indicador de insatisfação, em Nº de reclamações/ Nº de usuários transportados x 1.000.000.	Linha 7	68
	Linha 8	15
	Linha 9	16
	Linha 10	48
	Linha 11	35
	Linha 12	57

Relações Comunitárias

Ouvidoria

Indicador		2014
Manifestações Recebidas		3.959
Origem: pessoas físicas ou jurídicas, usuárias ou não da CPTM		3.115
Média por pessoa		1,2
Tipo de manifestação	Reclamações	58,1%
	Informações	30,9%
	Sugestões e elogios	3,1%
Canal de comunicação	Correio eletrônico	51,5%
	Telefone	14,9%
	Fale conosco	31,4%
	Pessoalmente	1,2%
	Outros - fax e carta	1,0%

Aumento da Receita Própria

I. Os dados preliminares da Receita Operacional da CPTM, no exercício de 2015, apontam para um incremento da Receita Própria da ordem de 6,6% em relação a 2014, correspondendo a R$ 1.274,6 milhões, decorrente principalmente do aumento das tarifas de transporte público ocorrido no início de 2015, embora tenha ocorrido uma diminuição do número de pagantes nesse exercício;

II. Do total apurado, a Receita Tarifária do transporte de passageiros metropolitanos representou 91,9% da Receita Própria (R$ 1.170,8 milhões), ficando os restantes 8,1% por conta das demais receitas operacionais;

III. As Receitas não ligadas à atividade de transporte, tais como: exploração comercial do patrimônio, permissão de uso, arrendamento e outras, contribuíram com R$ 103,8 milhões para o total da Receita Própria, tendo experimentado um aumento de 2,2% em comparação com o valor auferido em 2014;

IV. A Receita Tarifária com o Expresso Turístico totalizou R$ 0,43 milhões, um pouco superior ao total arrecadado em 2014 (R$ 0,36 milhões);

V. Acrescentando-se à Receita Própria o valor da Subvenção Econômica concedida pelo Tesouro do Estado no montante de R$ 926,2 milhões, verifica-se que a Receita Operacional Bruta da CPTM atingiu o patamar de R$ 2.200,8 milhões em 2015, o que corresponde a uma variação positiva de 11,1% ou R$ 220,5 milhões em termos absolutos.

Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos – EMTU

Sua área de atuação é formada pelas cinco regiões metropolitanas existentes no Estado: Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS), Região Metropolitana de Campinas (RMC) e Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVP) e Região Metropolitana de Sorocaba (RMS), essas cinco regiões metropolitanas somam 133 municípios. Abaixo apresentamos alguns indicadores que refletem a importância destas regiões no contexto do Estado de São Paulo.

A Região Metropolitana de Sorocaba foi criada em maio/14 (Lei Complementar Estadual nº 1241/2014) composta por 26 municípios, sendo 11 deles localizados no eixo das Rodovias Castelo Branco e Raposo Tavares.

A EMTU aguarda a transferência das linhas de ônibus pela ARTESP.

Unidade Territorial	Mun.	Particip.	Área (km²)	Particip.	População	Particip.	PIB	Particip.
RMSP	39	6,05%	7.946,84	3,20%	20.284.891	47,54%	760.044,16	56,32%
RMC	20	3,10%	3.791,91	1,53%	2.976.433	6,97%	105.398,47	7,81%
RMVPLN	39	6,05%	16.192,77	6,52%	2.358.600	5,53%	63.150,54	4,68%
RMS	26	4,03%	9.821,25	3,96%	1.850.473	4,34%	46.700,31	3,46%
RMBS	9	1,40%	2.422,78	0,98%	1.731.403	4,06%	52.634,70	3,90%
Total RMS	**133**	**20,62%**	**40.172,70**	**16,18%**	**26.409.842**	**61,89%**	**1.027.658,18**	**76,15%**
Estado S.P.	**645**	**100,00%**	**248.223,21**	**100,00%**	**42.673.386**	**100,00%**	**1.349.465,14**	**100,00%**

Inspeção e Cadastramento

Em 2015 as concessionárias e permissionárias adquiriram veículos novos, o que reflete diretamente na idade média da frota em operação nas Regiões Metropolitanas. A EMTU/SP acompanha o cumprimento ao Decreto Federal 5.296/2004, que determina a inclusão de veículos acessíveis às pessoas com deficiência.

Região	Inclusão de Novos Ônibus 2015	Veículos com Acessibilidade	Total da Frota
RMSP	427	3.439	4.771
RMBS	113	475	532
RMC	24	277	532
RMVP	114	135	360
Total	**658**	**4.326**	**6.195**

Dados: Nov/15

Fiscalização Operacional

A EMTU/SP faz fiscalizações sistemáticas no sistema Regular (Comum, Seletivo e Especial) para garantir o cumprimento da programação estabelecida. Verifica a regularidade dos sistemas de Fretamento (Continuo, Eventual, Próprio e Escolar) e realiza inspeção Técnica Veicular de toda a frota (Regular e Fretamento), analisando mais de 400 itens ligados à segurança, conforto e conservação dos veículos.

Região	Fiscalização Sistema Regular	Blitz - Veículos abordados						Inspeção Veicular (Regular e Fretamento)
		Regular			Fretamento		Outros	
		Cadastrado	Clandestino	RTO	Cadastrado	Clandestino		
RMSP	15.241	43.359 (*)						**24.680**
RMBS	8.403	-	1	-	719	20	1.019	**2.540**
RMC	8.179	22	4	-	5.345	164	1.767	**10.291**
RMVPLN	4.619	4	28	-	714	170	948	**3.743**
Total	**36.442**	**26**	**33**	**-**	**6.778**	**354**	**3.734**	**41.254**

*** A RMSP não dispõe dos dados separados por sistemas**

Bilhetagem Eletrônica

A frota de 4,77 mil ônibus urbanos da RMSP opera com validadores eletrônicos. O BOM (Bilhete Ônibus Metropolitano) é um cartão eletrônico que armazena os créditos eletrônicos, autorizados pela EMTU/SP, e é emitido pelo CMT - Consórcio Metropolitano de Transporte em suas várias modalidades. Na RMBS, RMC e RMVPLN os trabalhos para a interoperabilidade dos sistemas existentes estão em andamento com os estudos da concessão.

Tipo de Cartão	Utilizações 2015	%
Vale Transporte:	217.862.004	63,7%
Comum:	39.437.032	11,5%
Escolar (Inclui Passe Livre):	31.466.608	9,2%
Empresarial:	381.528	0,1%
Senior	36.595.659	10,7%
Especial:	16.414.091	4,8%
Total	**342.156.922**	**100,00%**

Fonte: Autopass (RPT/Relatório de Indicadores de Uso por Quantidade)
Obs.: Não inclui MUNICIPAL e TRILHOS

Tipo de Cartão	Cartões Ativos 2015	%
Vale Transporte:	2.378.059	48,2%
Comum:	908.243	18,4%
Escolar (Inclui Passe Livre):	639.382	13,0%
Empresarial:	13.265	0,3%
Senior:	740.789	15,0%
Especial:	251.482	5,1%
Total	**4.931.220**	**100,00%**

Dados/Nov15

Atendimento aos Usuários

Ouvidoria

Em **2015**, a Ouvidoria e a Central de Atendimento ao Cliente, entre ligações telefônicas e outras formas de comunicação (cartas, internet, fax, etc), realizaram **159.154 atendimentos**, sendo que em 2014 foram 192.237 atendimentos (redução de aproximadamente 17,21%). **Cerca de 88,51%** dos atendimentos foram de **informações**, conforme tabela abaixo:

Vale destacar a redução de 17,21% nos indicadores apresentados, tendo como parâmetro alguns fatores:

1) integração e operação do CGS;

2) site mais amigável;

3) mídias sociais, e

4) demandas focadas no SIC

Item	Descrição	Quantidade	Participação em % no total de atendimento
Informações	Itinerário das linhas intermunicipais	29.800	18,72
	Horário	15.047	9,45
	Tarifas	12.522	7,87
	Passe Escolar	32.186	20,22
	Outras*	51.325	32,35
Subtotal		140.880	88,51
Demandas	Sugestões e Elogios	1.317	0,83
	Reclamações e/ou Denúncias	16.957	10,66
Subtotal		18.274	11,49
Total		159.154	100

*(Cart.Pass.Especial, endereço, greve, serviços, integração, isenção tarifária, passe desempregado, passe idoso e vale transporte).

Receitas Próprias / Despesas de Custeio

No que concerne à execução orçamentária do exercício de 2015, em se tratando de Receitas Próprias e Despesas de Custeio, ocorreu uma realização satisfatória, equilibrada e dentro dos parâmetros estabelecidos no Orçamento Empresarial para o período. As Receitas Próprias alcançaram um nível de realização da ordem de 101,88% em relação ao projetado para o período e as Despesas de Custeio, alcançaram um nível de realização da ordem de 99,55% em relação ao total projetado de despesas para o período.

SECRETARIA DE TURISMO

Secretaria de Turismo

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

50000 - Secretaria de Turismo

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**55.577.828,00**	**46.377.319,34**	**124.885,16**	**46.502.204,50**	**44.207.055,42**
Pessoal e Encargos Sociais	12.856.512,00	12.711.979,39	0,00	12.711.979,39	10.794.812,65
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	42.721.316,00	33.665.339,95	124.885,16	33.790.225,11	33.412.242,77
Despesas de Capital	**356.134.824,00**	**126.978.717,19**	**970.186,47**	**127.948.903,66**	**165.514.116,05**
Investimentos	356.134.824,00	126.978.717,19	970.186,47	127.948.903,66	165.514.116,05
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**411.712.652,00**	**173.356.036,53**	**1.095.071,63**	**174.451.108,16**	**209.721.171,47**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

50000 - Secretaria de Turismo

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0100 - Apoio Administrativo	**18.207.151,00**	**15.373.979,90**	**122.277,06**	**15.496.256,96**	**15.960.487,98**
Despesas Correntes	18.207.151,00	15.373.979,90	122.277,06	15.496.256,96	15.938.896,06
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	21.591,92
2913 - Desenvolvimento Regional Integrado	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.945.492,44**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	3.945.492,44
5001 - Turismo Paulista	**24.725.609,00**	**20.694.641,11**	**972.794,57**	**21.667.435,68**	**19.886.553,92**
Despesas Correntes	24.703.079,00	19.986.507,55	2.608,10	19.989.115,65	19.090.444,18
Despesas de Capital	22.530,00	708.133,56	970.186,47	1.678.320,03	796.109,74
5002 - Fomento ao Desenvolvimento das Estâncias	**356.898.084,00**	**127.132.544,00**	**0,00**	**127.132.544,00**	**161.602.656,09**
Despesas Correntes	785.880,00	861.960,37	0,00	861.960,37	851.734,14
Despesas de Capital	356.112.204,00	126.270.583,63	0,00	126.270.583,63	160.750.921,95
5003 - Desenvolvimento e Promoção do Turismo no Estado	**11.881.808,00**	**10.154.871,52**	**0,00**	**10.154.871,52**	**8.325.981,04**
Despesas Correntes	11.881.718,00	10.154.871,52	0,00	10.154.871,52	8.325.981,04
Despesas de Capital	90,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**411.712.652,00**	**173.356.036,53**	**1.095.071,63**	**174.451.108,16**	**209.721.171,47**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Programa 5001 – Programa Paulista - R$ 21.842.491

Proporcionar a inclusão social, o desenvolvimento econômico e a redução das desigualdades.

Ação 4136 - Turismo Integrado Regional - R$ 11.214.274

Desenvolver projetos de integração dos municípios turísticos do Estado, divulgando as regiões como destino turístico.

Convênios com Entidades R$ 40.000;

Convênios oriundos de Emenda Federal (fonte 5) R$ 341.333;

Passagens e locomoção R$ 4.805.167;

Serviços de terceiros e outras despesas R$ 6.027.774

Projeto Roda SP

Início do programa: 01/01/2015

Término do programa: 31/12/2015

Valor investido: R$ 6.266.633,06

O Roda SP é um programa desenvolvido pelo Governo do Estado, por intermédio de sua Secretaria de Turismo, e visa promover e desenvolver o turismo paulista. Consiste em uma ação itinerante composta de ônibus de turismo que percorrem diversas regiões do Estado ao longo do ano, acompanhando os grandes fluxos de turistas em festas, eventos e períodos de férias.

Tem como principais objetivos promover o potencial turístico natural e monumental das cidades, oferecer aos que visitam as regiões uma opção de roteiro turístico, disponibilizar o maior número de informações, com descrições de características locais e dos principais pontos e equipamentos turísticos, e aumentar o consumo de serviços e produtos locais contribuindo para o desenvolvimento econômico estadual.

Os ônibus de turismo do Roda SP fazem circuitos intermunicipais, ligando uma cidade a outra, e realizam rotas que tem como pontos de parada as principais atrações turísticas dessas cidades. Sua frota é composta por ônibus doubledeckers, convencionais e micro ônibus, sendo alguns deles adaptados, com plataforma móvel.

A partir das edições de 2015 o programa contou com uma mudança em seu formato e funciona agora em modelo de city tour. Ao invés da dinâmica de embarque e desembarque com passagens regulares pelos pontos de parada, o Roda SP conta com roteiros organizados e atrações pré-definidas, tendo acompanhamento do guia de turismo durante todo o percurso e na visitação das atrações.

O programa teve início em julho de 2011, já percorreu 127 cidades do Estado e registrou mais de 255 mil movimentações de embarque, que representaram cerca de 102 mil passageiros.

Frota de veículos

Double deckers: 02; Convencionais: 02; Micro ônibus: 10; Micro ônibus adaptado: 02 (acessíveis) e na temporada de verão, devido ao número maior de turistas, mais 10 vans.

Sistema de Bilhetagem

Os guias, dentro dos ônibus, possuem smartphones para validação dos cartões de embarque. Através de um sistema de monitoramento em tempo real, recebemos as informações dos smartphones sobre os embarques e desembarques em cada ponto de parada e a localização dos ônibus. As informações recebidas são gerenciadas por uma base operacional do Roda SP. Os ingressos são válidos pelo dia inteiro.

Atendimento ao Turista

Feito através da linha 0300 745 0000, através dos sites, www.rodasp.com, www.turismoemsaopaulo.com e www.turismo.sp.gov.bre pelo e-mail rodasp@turismoemsaopaulo.com.

Divulgação

Para cada etapa do Roda SP, são produzidos folhetos promocionais explicando o funcionamento do Programa, com fotos dos atrações turísticas de cada região, além de divulgação em mídias sociais, como o www.facebook.com.br/programarodasp.

Público 2015

- Turistas: 25.655

- Operações de embarque: 77.150

Programação - Ano 2015

1 – Circuito Litoral: Baixada Santista (janeiro-março)

Cidades participantes: Peruíbe, Itanhaém, Mongaguá, Praia Grande, São Vicente, Cubatão, Santos, Guarujá e Bertioga

Embarques de passageiros: 70.779

Total de ingressos vendidos: 19.284

Período de operação: 02/01 a 01/03, de terça a domingo

Tarifa e funcionamento: R$10,00 pelo dia inteiro de passeio, com passagens pelos pontos de parada em intervalos regulares de 60 minutos.

Frota:

2 Double deckers (56 assentos)

2 Convencionais (50 assentos)

10 Micro ônibus (26 assentos)

2 Micro adaptado (20 assentos)

10 Vans (15 assentos)

Total de assentos: 662

Total de veículos: 26

2 – Circuito das Nascentes: Mogi das Cruzes e Região (junho)

Cidades participantes: Guararema, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Ribeirão Pires, Salesópolis, Santa Isabel e Suzano

Embarques de passageiros: 2.501

Período de operação: 12/06 a 28/06, de terça a domingo

Tarifa e funcionamento: R$10,00 pelo dia inteiro de passeio.

Os roteiros são realizados a partir dessa edição em formato city tour, com acompanhamento do guia durante todo o percurso e na visitação dos atrativos, bem como com possibilidade de compra antecipada do ingresso.

Roteiros

R 01 – Guararema / Mogi das Cruzes/ Santa Isabel

R 02 - Guarulhos / Itaquaquecetuba / Suzano

R 03 – Guarulhos / Guararema / Santa Isabel

R 04 – Guarulhos / Suzano / Magic City

R 05 – Mogi das Cruzes / Guararema

R 06 – Mogi das Cruzes / Salesópolis

R 07 – Ribeirão Pires / Suzano

R 08 – Ribeirão Pires / Magic City

R 09 – Suzano/ Mogi das Cruzes/ Salesópolis

R 10 – Itaquaquecetuba/ Suzano/ Ribeirão Pires

R 11 – Poá / Suzano / Mogi das Cruzes

R 12 – Poá/ Suzano / Mogi das Cruzes / Salesópolis

R 13 – Salesópolis / Guararema / Mogi das Cruzes

R 14 - Santa Isabel /Guararema

Frota:

2 Double deckers (56 assentos)

2 Convencionais (50 assentos)

10 Micro ônibus (26 assentos)

2 Micro adaptado (20 assentos)

Total de assentos: 456

Total de veículos: 16

3 – Circuito Rota da Arte: Ribeirão Preto e região (agosto)

Cidades participantes: Altinópolis, Batatais, Brodowski, Dumont, Franca, Franca, Ribeirão Preto, São Simão.

Total de passageiros: 2.525

Período de operação: 14/8 a 23/8, de terça a domingo.

Tarifa e funcionamento: R$10,00 pelo dia inteiro de passeio.

Os roteiros são realizados a partir dessa edição em formato city tour, com acompanhamento do guia durante todo o percurso e na visitação dos atrativos, bem como com possibilidade de compra antecipada do ingresso.

Roteiros

R01 – Franca / Batatais / Brodowski/ Altinópolis

R02 – Franca / Ribeirão Preto / Dumont

R03 – Batatais / Brodowski / Ribeirão Preto / São Simão

R04 – Batatais / Brodowski / Franca

R05 – Brodowski / Batatais / Franca

R06 - Brodowski / Ribeirão Preto / Dumont

R07 – Ribeirão Preto / Brodowski / Batatais / Altinópolis

R08 – Ribeirão Preto / São Simão / Dumont

R09 – Ribeirão Preto/ Franca/ Brodowski

R10 – Altinópolis / Brodowski / Franca

R11 – Altinópolis / São Simão/ Ribeirão Preto

R12 – Dumont / Ribeirão Preto / Batatais / Brodowski

R13 – São Simão / Franca / Brodowski

Frota:

2 Double deckers (56 assentos)

2 Convencionais (50 assentos)

10 Micro ônibus (26 assentos)

2 Micro adaptado (20 assentos)

Total de assentos: 456

Total de veículos: 16

4 – Circuito Belezas de Nossa Terra: Limeira e região (setembro e outubro)

Cidades participantes: Limeira, Araras, Conchal, Cordeirópolis, Iracemápolis.

Total de passageiros: 1.345

Período de operação: 24/9 a 04/10, de terça a domingo.

Tarifa e funcionamento: R$10,00 pelo dia inteiro de passeio.

Roteiros

R01 – Limeira / Iracemápolis / Cordeirópolis

R02 – Limeira / Araras / Conchal

R03 – Araras / Cordeirópolis / Limeira

R04 – Araras / Limeira/ Iracemápolis

R05 – Conchal / Cordeirópolis / Araras

R06 – Conchal / Iracemápolis / Limeira

R07 – Cordeirópolis / Araras / Conchal

R08 – Cordeirópolis / Iracemápolis / Limeira

R09 – Iracemápolis / Limeira / Cordeirópolis

R10 – Iracemápolis / Araras / Conchal

Frota:

2 Double deckers (56 assentos)

2 Convencionais (50 assentos)

10 Micro ônibus (26 assentos)

2 Micro adaptado (20 assentos)

Total de assentos: 456

Total de veículos: 16

5 – Atendimento a solicitações de municípios, associações, etc.

15 e 16 de maio - Evento ABIME – São Paulo

02, 04 e 07 de junho - V Congresso Latino-Americano de Cidades Turísticas – Iguape

01 a 07 de julho - Torneio Mundial de Karatê – Delegação de Karatê

10 a 12 de julho - Encontro da Maçonaria

18, 19, 25 e 26 de julho – Projeto Conheça Sua Casa – São Bento do Sapucaí

02 a 06 de setembro – Feira do Livro de Sertãozinho

17 de setembro – Visita Aldeia Quilombola de Eldorado – ITESP

17 a 20 de setembro – Fórum dos Jornalistas de Turismo – Brotas

26 de setembro – Expoflora de Holambra

13 de outubro – Posse do Conselho Estadual – Wet'n Wild/ Itupeva

14 e 15 de outubro - Evento Policia Militar – São Carlos/ São Paulo

01 de novembro – FEAFRO

07 e 08 de novembro – Evento Sabor de São Paulo

05 de dezembro - Cruzada Evangelística – São Paulo

Programa Caminha São Paulo

Passos dos Jesuítas – Caminhos de Anchieta

Início do Projeto: 01/01/2014 (lançado em 14/09/2011)

Rota Franciscana – Frei Galvão

Início do Projeto: 01/01/2014 (lançado em 05/06/2012)

Rota Bandeirante – Fernão Dias

Início das ações de implantação: março de 2014 (lançamento previsto para fevereiro de 2016)

Valor total investido: R$ 956.165,53

O Caminha São Paulo é um projeto turístico implantado em 2011 pelo Governo de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Turismo. Seu objetivo principal é determinar o fluxo turístico permanente e a promoção dos atrativos naturais e monumentais dos municípios paulistas a partir do desenvolvimento de roteiros contemplados, que podem ser cumpridos a pé ou de bicicleta, inspirados em rotas percorridas por personagens históricos que ajudaram a compor o rico passado paulista.

O Programa é inspirado no sucesso da mais famosa rota de pedestres do mundo: o Caminho de Santiago de Compostela. Cada um dos caminhos é orientado por um portal na internet onde o turista peregrino faz desde a sua inscrição até a impressão de seu certificado de participação. As rotas são monitoradas eletronicamente por meio de pórticos inteligentes, instalados nos diversos percursos. Um chip de memória, inserido em um cartão, faz a comunicação do caminhante com os pórticos, registrando, para a história, sua participação. O portal, que está apto a receber mensagens e fotos, permite interação com as diversas redes sociais e guarda registros da jornada para que parentes e amigos dos caminhantes acompanhem, na tela do computador, sua trajetória.

Mais de 5.500 caminhantes passaram pelas rotas.

A Equipe técnica da Pasta realizou visitas de campo nas rotas Bandeirante e Franciscana entre os meses de maio e setembro do corrente ano, para levantamento das placas de identificação, sinalização e aferimento de quilometragem, contudo, para inauguração da Rota Bandeirante ainda aguardamos a finalização do processo de licitação.

Dados Gerais

Passos dos Jesuítas

Passos dos Jesuítas-Anchieta é uma Rota Pedestre organizada pela Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, que visa estimular a visitação aos atrativos turísticos dos 13 municípios contemplados, remontando os passos trilhados pelos missionários jesuítas, sobretudo o Padre Anchieta, durante suas ações de catequização e povoamento por terras paulista, totalizando 370 quilômetros.

- Municípios Participantes: Bertioga, Caraguatatuba, Cubatão, Guarujá, Ilhabela, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, São Vicente, Santos, São Sebastião e Ubatuba.

Rota Franciscana - Frei Galvão

Os Caminhos percorridos por Frei Galvão apontam para a segunda metade do Século XVII e, no total, são 818 quilômetros, sendo 767 para os caminhantes cortando duas das principais regiões turísticas do Estado de São Paulo, “Vale do Paraíba” e “Serras - Alto Tiete – Cantareira” e outros 51 quilômetros a serem percorridos de trem, de Mogi das Cruzes até a Estação da Luz, em São Paulo.

- Municípios Participantes: Aparecida, Arapeí, Areias, Bananal, Cachoeira Paulista, Campos do Jordão, Canas, Cruzeiro, Cunha, Guararema, Guaratinguetá, Lagoinha, Lavrinhas, Lorena, Mogi das Cruzes, Monteiro Lobato, Paraibuna, Pindamonhangaba, Piquete, Redenção da Serra, Roseira, Santo Antonio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São Francisco Xavier (São José dos Campos), São José do Barreiro, São Luiz do Paraitinga, Silveiras, Santa Branca, Taubaté, Tremembé e São Paulo.

Rota Bandeirante – Fernão Dias

Foi criada para estimular a visitação dos atrativos turísticos naturais e monumentais de 12 municípios do interior paulista que fizeram parte da expedição territorial, também chamada de “bandeira”, realizada por Fernão Dias Paes Leme na procura de riquezas minerais, em especial as famosas esmeraldas.

Em um roteiro de 520 km é possível redescobrir toda a história, cultura e tradições dos municípios de Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Bragança Paulista, Guarulhos, Joanópolis, Mairiporã, Nazaré Paulista, Pedra Bela, Pinhalzinho, Piracaia, Tuiuti e Vargem.

Festival Gastronômico Sabor de São Paulo

Início das ações: 05/01/2015

Término das ações: 01/12/2015

Valor total investido: R$ 2.873.070,00

Esse festival tem como objetivo consolidar a gastronomia paulista como um dos principais produtos associados ao turismo, valorizando a produção dos alimentos locais e típicos, aspectos culturais, costumes e artesanato. Revelar e valorizar o talento dos recursos humanos ligados à gastronomia, e confirmar o turismo e produtos associados como atividade econômica estratégica para a geração de emprego, renda e desenvolvimento regional, promovendo a inclusão da iniciativa no calendário oficial de eventos do Estado como forma de apoio e divulgação do conteúdo da Carta de São Paulo de Gastronomia e Sustentabilidade, contribuindo para a ampliação do fluxo turístico nas regiões do Estado. E em cada uma das etapas, o evento busca valorizar um produto típico da região.

O Festival tem dois momentos em cada macrorregião. No primeiro momento, são selecionadas 10 receitas, dentre todas as receitas inscritas através do site www.sabordesaopaulo.com.br, a critério da comissão julgadora formada por profissionais da área, da Secretaria de Turismo do Estado e do SENAC. Esses pratos são considerados os mais relevantes e icônicos das macrorregiões. No segundo momento, as 10 receitas selecionadas são apresentadas por 01 dia na Cidade-Anfitriã de sua região, onde é realizado um evento de degustação pública. Neste momento, os finalistas são avaliados pelo público e por um júri especializado que escolhe as 04 receitas vencedoras da etapa. Os 04 selecionados de cada etapa participam da Etapa Final do Festival Gastronômico e integram o Guia Turístico-Gastronômico de São Paulo. Podem participar do festival todas as pessoas que criam, fazem e comercializam pratos com forte identidade gastronômica e turística com seu município ou região.

- Municípios representados com receitas inscritas: 228

- Municípios Anfitriões: Sorocaba, Bauru, Franca, Presidente Prudente, Taubaté, São José do Rio Preto, Araçatuba, Jundiaí, São Carlos, Marília, Registro, Ribeirão Preto, Barretos, Guarulhos, Santos e a grande final em São Paulo.

- Público: 70 mil pessoas na etapa final na capital, totalizando 100 mil pessoas participando do Programa.

Festival Agrícola de Mogi das Cruzes – Furusato Matsuri

Data de Realização: 07 e 08 de novembro de 2015.

Valor total investido: R$ 40.000,00.

A Diretoria da Associação dos Agricultores de Cocuera realizou, nos dias 07 e 08 de novembro de 2015, o XXV Festival Agrícola de Mogi das Cruzes, denominado "FURUSATO MATSURI", em sua sede, situada na Rodovia Alfredo Rolim de Moura – SP88- s/n°, KM 61,4 (antiga Estrada Mogi-Salesópolis KM 9,5), bairro de Cocuera, Município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo. Trata-se de um evento tradicional da municipalidade, constante no Calendário Turístico do Estado e da Cidade, oficializado conforme Decreto Municipal n° 15.066 de 01/06/2015, que autoriza o evento para exercício de 2015 neste município. A divulgação deste evento foi realizado através de: cartazes, folders, nos jornais e na TV. A Associação buscou apoio financeiro desta Secretaria para realizar esta tradicional festa, com o objetivo de divulgar a região, apresentando seus produtos, história, cultura e principalmente, o fortalecimento do turismo local.

Feira Internacional Afro Étnica de Negócios e Cultura - FEAFRO

Data de Realização: 29, 30 e 31 de outubro de 2015.

Valor total investido: R$ 58.000,00

Desde 2005, amparados pelo decreto 48.328/03 do Governador Geraldo Alckmin para Ações Afirmativas, a FEAFRO – Feira Internacional Afro-Étnica de Negócios e Cultura está empenhada em ampliar o relacionamento de negócios bilaterais entre o Brasil e os países do Continente Africano, que este ano realizou sua 3ª edição. Nas duas primeiras edições foram mais de 18 países participantes, 25 mil visitantes e 1,56 bilhões de dólares em negócios realizados.

A FEAFRO tem como missão contribuir para aproximar os atores do meio empresarial, instituições e governos no projeto de Renascimento da África, fortalecendo as relações do eixo sul e contribuindo para que o Brasil, através do Estado de São Paulo, seja a proa com papel relevante e inovador na Diáspora Africana, a Sexta Região da África.

A 3ª edição da FEAFRO aconteceu nos dias 29, 30 e 31 de outubro de 2015, no Pavilhão Amarelo da Expo Center Norte, e contou com incentivo da Secretaria de Turismo, através de um Stand na feira, a fim de ampliar a atuação dos meios de divulgação em todos os países da África e da Diáspora, inserindo o Estado de São Paulo como roteiro importante do circuito "TURISMO ÉTNICO" no Brasil.

Encontro Regional de Artes e Turismo do Sudoeste Paulista

Data de Realização: 20 e 21 de novembro na cidade de Piraju, Estado de São Paulo

Valor total investido: R$ 45.000,00

O "ENCONTRO REGIONAL DE ARTES E TURISMO" teve o objetivo de divulgar e promover a Cultura, a Arte e os potenciais Turísticos do Sudoeste Paulista através de exposições e palestras durante dois dias. Para tanto foi contratada uma empresa especializada na prestação de serviços de organização, produção e montagem de eventos em uma área de 30m², incluindo montagem de toda a estrutura da Feira, com fornecimento de materiais, locação de equipamentos, locação de bens, serviços de segurança, limpeza, paisagismo, buffet e os demais serviços que se fizeram necessários para a realização satisfatória do evento.

Outras Despesas

Valor total investido: R$ 634.072,41

Serviços diversos de apoio e logística à realização dos projetos da Coordenadoria (impressões diversas; confecções de placas e lonas, etc.)

Valor total investido: Fonte 005 - R$ 341.333,00

Acerto orçamentário referente ao convenio firmado entre a Secretaria de Turismo e o Ministério do Turismo.

Ação 4739 – Aprendendo O Turismo

Capacitação e qualificação da mão de obra conforme as necessidades e potencialidades regionais, para melhoria do atendimento ao turista.

Justificativa da execução orçamentária

Apesar de não ocorrer execução atingimos a meta proposta porque as capacitações ocorreram dentro do Programa Festival Gastronômico Sabor de São Paulo (Ação 4136).

Ação 5502 - Apoio a Infraestrutura para o Turismo - R$ 10.226.817

Desenvolvimento dos segmentos turísticos com especial atenção àqueles que agreguem renda à população de menor poder aquisitivo em áreas de menor IDH.

Despesas com Pessoal Civil e Encargos R$ 2.051.268;

Outros serviços encargos R$ 6.497.229;

Emendas Federal (Deputado Marcio França) - R$ 1.678.320

Investimento de Contrapartida Fonte 001 R$ 167.500,00

Investimento Fonte 005 R$ 1.510.820,00

PDTR – Programa de Desenvolvimento do Turismo Regional

Início das ações: 02/01/2015

Término das ações: 31/12/2015

Valor total investido: R$ 6.497.229

O Programa de Desenvolvimento do Turismo Regional tem por objetivo principal estimular o deslocamento da população residente em cidades vizinhas ao município anfitrião (onde o evento é realizado), de modo a aumentar o consumo de bens e serviços, fortalecendo a economia. Ao mesmo tempo, busca consolidar um calendário de apoio a festas e eventos que efetivamente tenham cunho turístico e promovam o crescimento regional.

A partir das solicitações enviadas pelos municípios e das demandas identificadas pela equipe técnica da Secretaria de Turismo, são celebrados Termos de Convênio com os municípios, onde em geral cabe à Pasta a viabilização, por meio dos contratos que já mantém, de infraestrutura física para os eventos e festas, tendo a contrapartida das Prefeituras/Entidades na disponibilização das programações.

Dentro do PDTR está o Festival de Verão Pé na Areia, que tem como objetivo ampliar o fluxo turístico a partir de uma programação atraente ao público turista e residente, estabelecendo um cronograma de atividades e apresentações que motivem o turista a permanecer por um período maior na região, movimentando assim os negócios e consolidando o turismo no Estado como atividade estratégica para a geração de emprego e renda. Durante a temporada de verão, que se inicia no mês de dezembro e se encerra em fevereiro, parte dos municípios do Litoral Paulista recebem uma arena multiuso com palco, arquibancadas, espaço de apoio (tendas), cercamento com gradil, montada nas faixas de areia das principais e mais movimentadas praias das cidades.

- Total de eventos atendidos: 47

- Total de municípios atendidos: 43

- Municípios Atendidos: Álvares Florence, Analândia, Arujá, Bálsamo, Bertioga, Biritiba Mirim, Bragança Paulista, Cananéia, Cotia, Ibitinga, Igarapava, Iguape, Ilha Comprida, Itapevi, Itaquaquecetuba, Itanhaém, Jandira, Juquitiba, Limeira, Marília, Mongaguá, Pedro de Toledo, Peruíbe, Pirapora do Bom Jesus, Planalto, Poá, Populina, Salesópolis, Santa Branca, Santa

Clara D'Oeste, Santa Fé do Sul, Santa Isabel, Santo Antônio da Alegria, Santos, São Francisco, São João das Duas Pontes, São José do Rio Pardo, São Sebastião, Sud Mennucci, Suzano, Taboão da Serra, Vargem Grande do Sul, Votorantim.

Ação - 6063 - Inclusão No Turismo - R$ 401.400

Desenvolvimento de ações que possibilitem à população paulista de média e baixa renda visitar outras regiões diferentes da sua realidade local.

Outros Serviços - Pessoa Jurídica - R$ 401.400;

Revista Especial Turma da Mônica com Conteúdo Voltado À Educação Para O Turismo

Data de assinatura do Contrato: 29/09/2015

Vigência do Contrato: 12 meses

Quantidade: 1.000.000 exemplares

Valor total investido: R$ 393.900,00

Esta Secretaria de Turismo contratou a Empresa Maurício de Sousa Produções Ltda. para a criação, produção e impressão de material lúdico educativo, em formato de REVISTA EM QUADRINHOS, com conteúdo voltado à Educação para o Turismo, abordando conceitos que mostrem a importância do turismo e o seu desenvolvimento responsável.

As revistas serão distribuídas especialmente para alunos e professores do 1º ao 5º ano da Rede Pública Estadual, e serão utilizadas pelo professor como ferramenta na construção do conhecimento interdisciplinar e crítico do aluno, dado que o turismo abrange conceitos variados. O objetivo é que esses mesmos alunos e professores disseminem os conhecimentos aprendidos em sala, com auxílio da nossa REVISTA para seus amigos e familiares.

Além disso, a REVISTA será distribuída para prefeituras, autoridades e profissionais do setor, a critério da Secretaria dada a relevância do tema abordado na REVISTA para o desenvolvimento do setor turístico como um todo.

Valor investido: R$ 7.500,00

Contratação de empresa especializada na inserção de projetos no Sistema de Convenios do Governo Federal - SICONV

Ação 6059 - Turismo Legal

Sensibilização e fiscalização dos empreendimentos e serviços turísticos inseridos no sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor de turismo - CADASTUR, para o cumprimento da legislação estadual e federal vigentes.

Justificativa da execução orçamentária

Apesar de não ocorrer execução atingimos a meta proposta porque trata-se de um termo de cooperação técnica com o Ministério do Turismo para cadastramento de empreendimentos turísticos e guias de turismo.

Programa 5002 – Fomento ao Desenvolvimento das Estâncias

Fomentar, financiar e apoiar ações para o desenvolvimento socioeconômico dos municípios estâncias.

Ação 4102 - Infraestrutura Turística Dos Municípios Estancias Paulista

Repasse de recursos financeiros, por meio de convênios, objetivando o aprimoramento da infraestrutura turística dos municípios estâncias paulistas de acordo com o programa anual de

trabalho aprovado pelo Conselho de Orientação e Controle do Fundo de Melhoria das Estâncias, bem como atender dispositivo Constitucional.

Pessoal Civil e Encargos R$ 861.960;

Repasse a Prefeituras Estâncias R$ 126.270.584

Organizada pelo Governador Geraldo Alckmin por intermédio do Decreto 56.638 de 01 de janeiro de 2011, a Secretaria de Turismo tem em sua estrutura básica o Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias – DADE, que foi criado através da Lei nº 6.470, de 15 de junho de 1989, para gerir o Fundo de Melhoria das Estâncias.

Suas atribuições são:

- elaborar convênios com os municípios Estâncias, com a finalidade de fomentar o desenvolvimento das mesmas;
- elaborar plano permanente e dinâmico para desenvolvimento integrado das estâncias de qualquer natureza, existentes ou que venham a ser criadas no Estado de São Paulo, estabelecendo seu agrupamento em regiões de acordo com suas características e cujos interesses sejam afins, bem como delimitando as áreas das estâncias, dando destaque especial ao incremento ao turismo;
- promover a implantação, coordenação, execução e fiscalização dos programas estabelecidos pelo plano;
- promover estudos e pesquisas relacionadas ao desenvolvimento das estâncias, bem como o preparo de pessoal técnico especializado;
- diligenciar junto aos órgãos públicos visando à consignação de verbas ou dotações orçamentárias destinadas à melhoria das estâncias e seu desenvolvimento turístico.

O número atual de estâncias são de 70 classificadas de acordo com a seguinte nomenclatura:

Estâncias Balneárias - 15 municípios
Estâncias Climáticas – 12 municípios
Estâncias Hidrominerais – 11 municípios
Estâncias Turísticas – 32 municípios

Ord	Município	DREMU /2015	Valor Repassado 2015	Saldo 2015
1	Águas Da Prata	2.625.073,09	1.968.154,32	656.918,77
2	Águas De Lindóia	3.308.790,79	2.481.551,88	827.238,91
3	Águas De São Pedro	2.733.054,89	2.049.791,16	683.263,73
4	Águas De Sta Barbara	2.828.227,54	0	2.828.227,54
5	Amparo	3.924.143,89	2.607.627,92	1.316.515,97
6	Analândia	2.609.866,04	0	2.609.866,04
7	Aparecida	3.290.824,84	2.409.452,22	881.372,62
8	Atibaia	7.437.352,09	0	7.437.352,09
9	Avaré	4.115.523,29	0	4.115.523,29
10	Bananal	2.584.388,94	0	2.584.388,94
11	Barra Bonita	3.096.836,49	2.322.627,36	774.209,13
12	Batatais	3.293.609,79	2.470.207,34	823.402,45
13	Bertioga	7.902.778,99	0	7.902.778,99
14	Bragança Paulista	7.018.576,49	0	7.018.576,49
15	Brotas	3.147.651,09	202.318,07	2.945.333,02
16	Caconde	2.659.577,84	1.461.591,06	1.197.986,78

Ord	Município	DREMU /2015	Valor Repassado 2015	Saldo 2015
17	Campos Do Jordão	4.629.390,69	3.472.043,02	1.157.347,67
18	Campos Novos Pta	2.555.608,89	0	2.555.608,89
19	Cananéia	2.730.618,04	0	2.730.618,04
20	Caraguatatuba	7.770.002,24	0	7.770.002,24
21	Cunha	2.644.267,99	0	2.644.267,99
22	Eldorado	2.562.627,39	0	2.562.627,39
23	Embú	5.681.309,59	0	5.681.309,59
24	Guaratinguetá	4.567.325,39	2.605.493,84	1.961.831,55
25	Guarujá	26.655.156,24	19.850.332,95	6.804.823,29
26	Holambra	2.848.007,34	2.136.005,50	712.001,84
27	Ibirá	2.652.273,24	149.757,25	2.502.515,99
28	Ibitinga	2.962.210,24	1.802.476,99	1.159.733,25
29	Ibiúna	3.615.872,74	0	3.615.872,74
30	Igaraçú Do Tietê	2.676.572,34	0	2.676.572,34
31	Iguape	2.783.575,94	0	2.783.575,94
32	Ilha Comprida	3.450.095,69	0	3.450.095,69
33	Ilha Solteira	2.762.108,34	0	2.762.108,34
34	Ilhabela	3.973.122,94	0	3.973.122,94
35	Itanhaém	5.891.890,99	4.417.344,90	1.474.546,09
36	Itú	9.288.135,99	1.815.936,78	7.472.199,21
37	Joanópolis	2.615.933,99	0	2.615.933,99
38	Lindóia	2.642.913,04	1.982.184,77	660.728,27
39	Mongaguá	4.727.354,89	0	4.727.354,89
40	Monte Alegre Do Sul	2.649.166,14	1.986.874,60	662.291,54
41	Morungaba	2.650.584,39	768.692,46	1.881.891,93
42	Nuporanga	2.569.886,24	0	2.569.886,24
43	Olympia	3.373.968,39	2.530.000,00	843.968,39
44	Paraguaçú Paulista	3.063.115,84	175.651,64	2.887.464,20
45	Paranapanema	2.788.476,19	0	2.788.476,19
46	Pereira Barreto	2.745.508,89	0	2.745.508,89
47	Peruíbe	4.792.850,39	0	4.792.850,39
48	Pirajú	2.967.212,19	2.219.169,72	748.042,47
49	Poá	9.162.597,94	0	9.162.597,94
50	Praia Grande	18.730.099,84	14.047.574,88	4.682.524,96
51	Presidente Epitácio	2.819.977,59	0	2.819.977,59
52	Ribeirão Pires	5.067.587,14	0	5.067.587,14
53	Salesópolis	2.561.592,29	0	2.561.592,29

Ord	Município	DREMU /2015	Valor Repassado 2015	Saldo 2015
54	Salto	4.906.953,19	2.803.467,57	2.103.485,62
55	Santa Fé Do Sul	3.061.898,54	2.296.423,90	765.474,64
56	Sta Rita Passa Quatro	3.042.714,09	0	3.042.714,09
57	Santo Antonio Pinhal	2.605.543,59	0	2.605.543,59
58	Santos	41.758.726,64	31.320.105,19	10.438.621,45
59	São Bento Sapucaí	2.617.973,04	1.963.479,78	654.493,26
60	São José Barreiro	2.546.304,19	0	2.546.304,19
61	São Luiz Paraitinga	2.679.976,09	0	2.679.976,09
62	São Pedro	3.142.391,44	2.356.793,58	785.597,86
63	São Roque	4.262.877,14	0	4.262.877,14
64	São Sebastião	8.943.123,89	0	8.943.123,89
65	São Vicente	10.350.836,14	0	10.350.836,14
66	Serra Negra	3.622.408,24	2.716.806,18	905.602,06
67	Socorro	3.165.474,04	2.367.914,57	797.559,47
68	Tremembé	3.350.309,64	2.512.732,23	837.577,41
69	Tupã	3.689.545,34	0	3.689.545,34
70	Ubatuba	5.634.374,39	0	5.634.374,39
Total		**350.586.703,10**	**126.270.583,63**	**224.316.119,47**

fonte: SIGEO 2015

1ª) Situação

Orçamento Inicial (LEI):	R$ 356.112.145,00
Orçamento Contingenciado	R$ 89.028.036,00
Disponivel	R$ 267.084.109,00

2ª) Situação Após Acerto Do DREMU

Orçamento Inicial	R$ 350.586.703,10
Orçamento Contingenciado	R$ 87.646.675,78
Disponivel	R$ 262.940.027,32

3ª) Situação (Sem Contingenciado)

Orçamento Disponivel	R$ 262.940.027,32
Orçamento Empenhado	R$ 126.270.583,63
Saldo Disponivel	R$ 136.669.443,69

4ª) Situação (Com Contingenciado)

Orçamento Inicial	R$ 350.586.703,10
Orçamento Empenhado	R$ 126.270.583,63
Saldo Bloqueado (Disponivel+Contingenciado)	**R$ 224.316.119,47**

Observação: a baixa execução do orçamento do DADE ocorreu devido à mudança na Direção do Departamento alem falta de estrutura na área de recursos humanos para agilizar as atividades departamentais.

Algumas Prefeituras não apresentaram projetos, outras apresentaram porém continham falhas e não puderam ser aprovados.

CPETUR - Companhia Paulista de Eventos e Turismo

Programa 5003 – Desenvolvimento e Promoção do Turismo no Estado

Desenvolver o turismo sustentável em todas as regiões do estado, consolidando-o como destino referência nacional e internacional, objetivando impactar positivamente na geração de renda, arrecadação de impostos e criação de novos postos de trabalho para a população.

Ação 6009 - Promoção do Turismo e Eventos R$ 10.154.872

Divulgação do turismo, organização e implementação de workshops regionais e nacionais, participação e desenvolvimento de feiras e exposições regionais, nacionais e internacionais;

Pessoal e Encargos R$ 7.632.077

Outras Despesas Correntes R$ 2.522.795

CPETUR – Companhia Paulista de Eventos e Turismo (em liquidação)

Diretoria De Marketing

1 - Feiras em parceria com a Secretaria Estadual de Turismo

Descrição: organização e participação em feiras nacionais e internacionais de turismo, representando institucionalmente o Estado de São Paulo, focando na promoção de seus destinos e buscando novas tendências mercadológicas.

Atuação da CPETUR em parceria com a Secretaria de Turismo:

Contratação do espaço;

Definição do conceito do estande e linha criativa;

Contratação de fornecedores;

Acompanhamento da montagem e desmontagem do estande;

Produção de materiais (vídeos, brindes, etc.);

Organização dos participantes (roteiros, circuitos turísticos e entidades);

Captação e formatação de atrações (degustações de produtos, manifestações artísticas / culturais, sorteios de atividades no Estado, estúdio fotográfico em Chroma Key com entrega de fotos temáticas gratuitas, etc.);

Desenvolvimento de newsletter e envio para o mailing;

Acompanhamento do evento e da finalização do processo de pagamento.

Feiras / eventos realizadas (os) em 2015:

FEIPESCA – Feira de Pesca Esportiva: Período: 05 a 07 de março. Local: São Paulo, SP. Público: 50.000 visitantes;

59º CEM – Congresso Estadual de Municípios: Período: 07 a 10 abril. Local: Campos do Jordão, SP. Público: 10.000 visitantes entre prefeitos, deputados, autoridades do turismo e do governo em geral;

AVIESTUR – Feira de Turismo da AVIESP: Período: 10 e 11 de abril. Local: Holambra, SP. Público estimado: 5.000 visitantes;

WTM Latin America – World Travel Market: Período: 22 a 24 de abril. Local: São Paulo, SP. Público: 7.000 visitantes;

AVISTAR – Feira Internacional de Observação de Pássaros: Período: 15 a 17 de maio. Local: São Paulo. Público: 8.000 visitantes;

Salão São Paulo de Turismo: Período: 24 a 26 de junho. Local: São Paulo, SP. Público: 15.000 visitantes;

4º Salão Internacional Gospel: Período: 06 a 08 de agosto. Local: São Paulo, SP. Público: 30.000 visitantes;

19ª AVIRRP – Feira das Agencias de Viagem Independente da Região de Ribeirão Preto: Período: 14 a 15 de agosto. Local: Ribeirão Preto, SP. Público: 5.000 visitantes;

Festival Akimatsuri – Feira de Outono Akimatsuri: Período: 15 a 16 de agosto. Local: Mogi das Cruzes, SP. Público: 80.000 visitantes;

60ª Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos: Período: 20 a 30 de agosto. Local: Barretos, SP. Público: 900.000 visitantes;

29ª AFLORD – Feira da Associação dos Floricultores da Região da via Dutra: Período: 22,23,29 e 30 de agosto e 5,6 e 7 de setembro. Local: Arujá-SP. Público: 40.000 visitantes;

43ª ABAV – Feira das Américas: Período: 24 a 28 de setembro. Local: São Paulo, SP. Público: 28.000 visitantes;

Hiper Feirão de Viagens Flytour: Período: 2 a 4 de outubro. Local: Santos-SP. Público: 15.000 visitantes;

FEAFRO – Feira Afro Internacional de Negócios: Período: 29 a 31 de outubro. Local: São Paulo-SP. Público: 25.000 visitantes;

FESTURIS – Festival de Turismo de Gramado: Período: 5 a 8 de novembro. Local: Gramado-RS. Público: 14.000 visitantes.

Sabor de São Paulo – Etapa Final: Período: 7 a 8 de novembro. Local: São Paulo – SP. Público: 70.000 visitantes.

2 - Projeto Descubra SP

Iniciativa da Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo e CPETUR contou com a parceria da SPTURIS, São Paulo Convention & Visitors Bureau, e Aprecesp (Associação das Prefeituras Estâncias do Estado de São Paulo).

Os eventos com formato de workshops, e um salão dedicado a exposição de atrativos e produtos turístico, de todo estado. Houve programação de atividades educacionais, voltadas aos agentes de viagens, operadores turísticos e imprensa com treinamentos sobre aspectos turísticos do estado.

Ao todo foram realizados seis eventos contando com 45 empresas/cidades expositoras, capacitando 674 profissionais do trade.

Calendário Descubra SP ano 2015 (realizado):

20/10 – Rio de Janeiro – RJ – 2 eventos;

27/10 – Curitiba – RS;

29/10 – Porto Alegre – RS;

12/11 – Brasília – DF;

19/11 – Belo Horizonte – MG.

3- Convênios

Convênio nº: 778255/2012 com a EMBRATUR para uso da Verba Descentralizada Internacional 2012.

Objeto: “Produção de Material Promocional para comunicação e divulgação de produtos, destinos e roteiros turísticos do Estado de São Paulo com Recurso da Verba Descentralizada Internacional 2012”.

Contempla: Contratação de agência de publicidade, gráfica para produção dos seguintes materiais:

Livro com Luva

Folder

Folder Estado SP

Catálogo Estado SP com 24 páginas

Mapa Estado SP

Bloco de anotações com 50 folhas

Sacola

Brinde - Pendrive Chaveiro 2 GB

Brinde - Caneta Marca Texto

Valor Global: R$ 419.451,10

Valor Repasse EMBRATUR: R$ 377.505,99

Valor Contrapartida CPETUR: R$ 41.945,11

Início da vigência: 27/12/2012

Prazo para execução: 31/03/2015 (aditado)

Tarefas executadas:

Acompanhamento detalhado de todos os materiais produzidos junto a agência de publicidade. O material teve revisão em janeiro e fevereiro e uma empresa especializada em tradução, fez o material nas versões inglês e espanhol;

Aditamento da vigência do contrato para 31/03/2015 junto à EMBRATUR;

Aditamento da vigência do contrato dos fornecedores Elleven Comunicação (agência publicitária) e SP Graf (gráfica licitada);

Durante o período de vigência, foram realizados todos os trabalhando constantes no escopo do trabalho e caderno técnico até lançamento dos três objetos;

Recebimento do material, e cronograma de distribuição;

Envio de relatório de execução final para a EMBRATUR;

Prestação de Contas encaminhada para a EMBRATUR.

Convênio nº: 792501/2013 com a EMBRATUR para uso da Verba Descentralizada Internacional 2013

Operacionalização do Convênio nº: 792501/2013 (EMBRATUR) para a Secretaria de Turismo

Objeto: Comunicação e Divulgação dos Produtos e Destinos Paulistas no Mercado Internacional – Verba Descentralizada 2013, mediante produção de Banco de Imagem; Aplicativo para o Portal de Turismo e Ferramenta de Comunicação Digital.

Valor Global: R$ 606.842,33

Valor Repasse: R$ 546.158,10

Valor da Contrapartida: R$ 60.684,23

Início da vigência: 16/12/2013

Prazo para execução: 31/12/2014 (aditado até 31/08/2015)

Contempla:

Três ferramentas para comunicação e divulgação de produtos e destinos paulistas no mercado internacional, sendo elas:

- Aplicativo composto pelo conteúdo do Portal de Turismo em São Paulo (www.turismoemsaopaulo.com);

- Banco de Imagens moderno e diferenciado promovendo a segmentação turística, com 4400 imagens gratuitas em alta resolução;

- Ferramenta comunicação digital.

Tarefas executadas:

Reuniões realizadas com a Expressão Studio vencedora do pregão para o Banco de Imagens para acompanhamento dos trabalhos de captação de imagem;

Reuniões realizadas com a Digital Result vencedora do pregão para o Aplicativo do Portal e acompanhando a execução do caderno técnico e plano de ação;

Reuniões realizada com Lousada, vencedora do pregação para a Ferramenta Digita para execução do plano de ação;

Durante o período de vigência, foram realizados todos os trabalhando constantes no caderno técnico até lançamento dos três objetos;

Envio de relatório de execução final para a EMBRATUR;

Lançamento do Aplicativo e Banco de Imagens durante a ABAV Expo Internacional de Turismo, em São Paulo – SP (Setembro/2015);

Prestação de Contas encaminhada para a EMBRATUR.

Portal de Turismo do Estado

Descrição: convênio celebrado entre a CPETUR – Companhia Paulista de Eventos e Turismo, e a EMBRATUR – Instituto Brasileiro do Turismo em 2010, para a construção do primeiro portal do negócio do turismo do Estado, uma ferramenta moderna e diferenciada, com foco nos turistas (público final) e trade (operadores e agentes de viagem), contendo informações dos 645 destinos paulistas em 3 idiomas (português, inglês e espanhol), integrado às principais mídias sociais da atualidade.

Tarefas executadas:

Atualização quinzenal do conteúdo “Top 5” dicas;

Seleção mensal de imagens para calendário de eventos;

Seleção bimestral de novas imagens para o topo da homepage;

Envio da listagem de cidades aniversariantes do mês para inserção na galeria;

Aprovação / alteração de novos layouts;

Inserção de pesquisas, novas ferramentas, etc;

Elaboração do relatório de acessos e disparo de informações para mailing e sistema Intragov;

Treinamento para acesso ao sistema joomla;

Inserção do novo Banco de Imagens, com 4400 fotos gratuitas para download em alta resolução;

Substituição da comunicação visual do site para a logomarca Descubra SP.

Diretoria Administrativa e Financeira

A Diretoria Administrativa e Financeira desenvolveu e proporcionou, como área meio da Empresa, os recursos humanos, programas de tecnologia da informação, suprimentos em geral, suporte operacional e o controle administrativo e financeiro, necessários ao exercício das suas atividades.

Procurando alavancar recursos próprios, a CPETUR assinou convênio com a Federação das Associações de Províncias do Japão no Brasil (KENREN) para apoio à captação de patrocínio ao 18º Festival do Japão 2015, ocorrido no Centro de Exposições Imigrantes (CEI), evento de significativa importância para a Comunidade Japonesa no país, incluído nos Calendários Oficiais de Eventos do Estado e do Município de São Paulo, maior evento deste tipo fora do território japonês.

Convênio Processo DAF 003/2014 CPETUR com Federação das Associações de Províncias do Japão no Brasil (KENREN).

Valor investido: ISENTO

Receita Bruta CPETUR em contrapartida aos serviços de captação do patrocínio: repasse de 20% dos recursos financeiros arrecadados com apoio da empresa - R$ 11.000,00

Início da vigência: 14/11/2014

Prazo de execução: 210 dias.

Objeto: Atuação conjunta para execução do evento "18º Festival do Japão 2015", no Centro de Exposições Imigrantes (CEI), São Paulo - SP no período de 24 a 26 de julho, compreendendo shows musicais, atrações culturais, danças típicas, culinária, exposições culturais, cerimônia do chá e atividades gratuitas para crianças, jovens e adultos.

Atividade: apoio e promoção para a realização do evento, incluindo serviços de captação do patrocínio. Produção executiva a cargo da Federação das Associações de Províncias do Japão no Brasil (KENREN).

Público estimado: 180.000 visitantes.

Em 2015, também com o intuito de geração de receita, a CPETUR, até o mês de outubro, recuperou créditos tributários, reflexo de ajustes de outras receitas apuradas aproximadamente no montante de R$ 4.938,22, compensados e reduzidos de despesas futuras.

Turismo é consumo e, como tal, um grande gerador de negócios, que permite a exploração de receita própria. A partir da gestão de convênios e da administração de equipamentos e espaços de exposição, esta atividade possibilita a geração de receitas, empregos e tributos, dinamizando a economia urbana e ampliando a atuação da Empresa e do Governo do Estado de São Paulo, na divulgação e promoção do multidestino turístico paulista, o que engloba todos os atrativos das estâncias e dos municípios do Estado.

Diretoria de Desenvolvimento do Turismo

1. Apoio ao Programa Roda SP
Impressão de folheto promocional e informativo da edição do Roda SP Belezas de Nossa Terra, que foi realizado nas cidades de Araras, Conchal, Cordeirópolis, Iracemápolis e Limeira, no período de 24/09 a 04/10. O Roda SP é um programa da Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo que constitui-se de ônibus de turismo que realizam roteiros passando pelas principais atrações turísticas das cidades participantes. A ação é itinerante e já percorreu 127 cidades, embarcando mais de 255 mil pessoas, desde julho de 2011.

2. Guia de Criação e Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Turismo
Com o objetivo de fornecer informações claras e concisas aos municípios, de modo a estimular a criação ou mesmo o fortalecimento dos já existentes Conselhos Municipais de Turismo (COMTUR), foi desenvolvido esse guia, com informações referentes ao que é um conselho, como pode ser desenvolvido e possíveis propostas de ação que os municípios podem desenvolver. Essa ação está em consonância com a Lei de Desenvolvimento dos Municípios de Interesse Turístico (MIT), visto que se faz necessária a existência de um COMTUR para tornar-

se um MIT. Esse material foi distribuído em feiras, eventos e reuniões com atuação da CPETUR. A criação de conteúdo, a diagramação e a impressão foram realizados pela pasta.

3. Apoio ao Festival Gastronômico Sabor de São Paulo
Desenvolvimento de ações de apoio ao Festival Gastronômico Sabor de São Paulo, etapa final no Parque Villa Lobos, em São Paulo. Esse programa é desenvolvido pela Secretaria Estadual de Turismo, e consiste em um festival que visa consolidar a gastronomia paulista como um dos principais produtos associados ao turismo, valorizando a produção dos alimentos locais e típicos, aspectos culturais, costumes e artesanato. Ele foi desenvolvido em etapas regionais, com participação de chefes de cozinha renomados, público geral e da área de gastronomia.
Dentre as ações e contratações que foram realizadas pela CPETUR, estão:
- Locação de Peças Cenográficas: totens com ilustrações dos pratos que fizeram parte do festival, na etapa final realizada no Parque Villa Lobos – São Paulo;
- Organização e contratação de um Estúdio Fotográfico onde o público tinha possibilidade de tirar foto com paisagem temática do festival;
- Distribuição gratuita de Mortadela no estande da Secretaria Estadual de Turismo (total de 100 kg);
- Serviço de buffet para convidados;
- Assessoria artística musical aos shows e apresentações artísticas realizados.

4. Plano de Turismo 2022 – Bicentenário da Independência
Desenvolvimento de um Plano de Ações de Turismo para o período de 2016-2022, tendo como um dos itens norteadores a comemoração dos 200 anos da Independência do Brasil. O documento apresenta diversas propostas, com metas de:

Dobrar o número de turistas nacionais, vindos de outros Estados;

Aumentar em 30% o número de turistas estrangeiros no Estado de São Paulo.

Dentre as ações propostas, estão:

- Criação de Comitê de ações conjuntas com as demais Secretarias Estaduais;

- Valorização do patrimônio histórico, cultural e monumental do Estado;

- Plano de mídia e Ações de Promoção;

- Qualificação e Capacitação de agentes do turismo;

- Melhorias na infraestrutura tecnológica;

- Participação em feiras e eventos;

- Acessibilidade e Sustentabilidade.

Nível de Execução da Pasta

Se analisarmos o orçamento da Secretaria em sua totalidade observaremos que ocorreu uma baixa execução.

Se analisarmos o orçamento desconsiderando o valor do orçamento do DADE, e levando-se em conta o corte determinado pelo Decreto Nº 61.131, de 25 de fevereiro de 2015, bem como, a redução decorrente do contingenciamento, no geral os programas foram executados com índices próximos a 100%.

A baixa execução do orçamento do DADE ocorreu devido à mudança na Direção do Departamento além da falta de estrutura na área de recursos humanos para agilizar as atividades departamentais. Algumas Prefeituras não apresentaram projetos, outras apresentaram, porém continham falhas e não puderam ser aprovados.

Apesar das reduções ocorridas no orçamento, no geral, a Pasta atingiu as metas previstas na LDO, exceto a relativa ao DADE.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Procuradoria Geral do Estado

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

40000 - Procuradoria Geral do Estado

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**865.045.588,00**	**779.410.364,47**	**520.003,82**	**779.930.368,29**	**786.068.284,86**
Pessoal e Encargos Socias	409.195.389,00	404.995.572,02	0,00	404.995.572,02	403.357.399,19
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	455.850.199,00	374.414.792,45	520.003,82	374.934.796,27	382.710.885,67
Despesas de Capital	**24.000.000,00**	**444.466,68**	**1.208.862,00**	**1.653.328,68**	**485.228,70**
Investimentos	24.000.000,00	444.466,68	1.208.862,00	1.653.328,68	485.228,70
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**889.045.588,00**	**779.854.831,15**	**1.728.865,82**	**781.583.696,97**	**786.553.513,56**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

40000 - Procuradoria Geral do Estado

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0000 - Encargos Gerais	**300.000.000,00**	**286.007.590,62**	**0,00**	**286.007.590,62**	**289.921.674,44**
Despesas Correntes	295.000.000,00	285.838.849,94	0,00	285.838.849,94	289.773.877,74
Despesas de Capital	5.000.000,00	168.740,68	0,00	168.740,68	147.796,70
4001 - Advocacia do Estado	**466.507.434,00**	**451.771.478,80**	**234.326,83**	**452.005.805,63**	**459.170.914,72**
Despesas Correntes	466.507.434,00	451.771.478,80	234.326,83	452.005.805,63	459.170.914,72
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4004 - Gestão do Centro de Estudos	**75.567.734,00**	**7.729.581,40**	**285.676,99**	**8.015.258,39**	**6.458.237,97**
Despesas Correntes	58.605.734,00	7.714.147,40	285.676,99	7.999.824,39	6.440.683,97
Despesas de Capital	16.962.000,00	15.434,00	0,00	15.434,00	17.554,00
4407 - Tecnologia da Informação e Comunicação para Excelência da Gestão	**46.970.420,00**	**34.346.180,33**	**1.208.862,00**	**35.555.042,33**	**31.002.686,43**
Despesas Correntes	44.932.420,00	34.085.888,33	0,00	34.085.888,33	30.682.808,43
Despesas de Capital	2.038.000,00	260.292,00	1.208.862,00	1.469.154,00	319.878,00
Despesa Total	**889.045.588,00**	**779.854.831,15**	**1.728.865,82**	**781.583.696,97**	**786.553.513,56**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Programa 4001 - Advocacia do Estado

Aperfeiçoar o modelo de negócio da instituição e a defesa do Estado; ampliar cobrança de créditos e combater as teses elisivas; mapear as áreas de interesse ambiental e imóveis estaduais; acompanhar a evolução da jurisprudência detectando questões já pacificadas bem

como fontes de passivos contingentes; e consolidar a advocacia das autarquias, empresas públicas e fundações. Ampliar o quadro de apoio relacionado à área jurídica.

Ação 5832 - Mapeamento de Áreas de Interesse do Estado

Ampliação do mapeamento das áreas de interesse ambiental e do patrimônio imobiliário do Estado, por meio do georreferenciamento e da reestruturação do Centro de Engenharia e de Cadastro Imobiliário; identificação e acompanhamento dos processos que sejam fonte de "Passivo Contingente".

O contrato de Georreferenciamento firmado para o exercício 2015 foi executado acima do planejado, pela Procuradoria do Patrimônio Imobiliário-PPI, hoje Procuradoria do Contencioso Ambiental e Imobiliário - PCAI, em face da demanda crescente de ações judiciais imobiliárias decorrentes de parcerias público-privadas e novos contrato de concessão.
Execução: 663 áreas efetivamente mapeadas.

Programa 4004 - Gestão do Centro de Estudos

Treinar, formar, capacitar e atualizar procuradores e servidores, e divulgar os trabalhos científicos produzidos no âmbito da instituição por meio das publicações do Centro de Estudos.

Ação 5836 - Aperfeiçoamento e Formação continuada de Procuradores e Servidores

Ministrar treinamentos, cursos de Pós-Graduação, seminários, palestras e eventos afins, bem como prestar o suporte financeiro para viabilizar a participação de procuradores e servidores em eventos organizados por outras entidades. Viabilizar a capacitação de membros da instituição por meio virtual ou à distância.
Execução: 1.164 Procuradores e Servidores capacitados.

Programa 4407 - Tecnologia da Informação e Comunicação para Excelência da Gestão

Implantar plano estadual de banda larga, rede de comunicação móvel e “clouding computing”. Atualizar a infraestrutura de TIC já existente.

Ação 5892 - Gerenciamento de Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação

Desenvolvimento de sistemas e operação de sistemas em uso pela Procuradoria Geral do Estado, manutenção preventiva e evolutiva destes, com a manutenção dos dispositivos e equipamentos de informática e de rede, inclusive os de proteção como os softwares antivírus e de firewall.
Execução: 21 Contratos.

Ação 5829 - Expansão e Renovação do Parque de Informática da Procuradoria Geral do Estado

Aquisição de novos equipamentos para ampliação e renovação do parque, e de softwares; contratação de serviços de manutenção dos equipamentos, da rede e de teleconferência, bem como de comunicação móvel e de acesso móvel à internet.
Os recursos disponibilizados no orçamento da PGE para o exercício de 2015 foi utilizado em sua totalizada para aquisição de microcomputadores, scanners e impressoras, visando a renovação do parque tecnológico.
Execução: 449 equipamentos adquiridos.

II - Atividades Desempenhadas em 2015
Principais Destaques das Atividades e Dados Quantitativos e Análise de Dados Setoriais
1. Área do Contencioso Geral
1.1Programa “Litigar Menos e Melhor” – Resolução PGE nº 25, de 18 de novembro de 2015.

O Programa “Litigar Menos e Melhor”, institucionalizado pela Resolução PGE nº 25, de 18-11-15, tem a finalidade de consolidar medidas já implementadas ao longo dos últimos anos e adotar, doravante, novas ações direcionadas à redução da litigiosidade e práticas voltadas à racionalização das atividades desempenhadas pelos procuradores do Estado na defesa do Estado em juízo.
Com abrangência para toda a Instituição, é no contencioso, sobretudo, no contencioso geral, que o programa tem seu foco dada a diversidade de temas e suas controvérsias que refletem em maior judicialização.
O Programa, conduzido e coordenado pelas Subprocuradorias Gerais do Contencioso Geral e do Contencioso Tributário-Fiscal, no âmbito de suas áreas, possui duas vertentes principais: redução da litigiosidade (PRL) e racionalização das atividades do contencioso (PRATICO).
Prevê, ainda, a criação de um Comitê de Monitoramento com a finalidade de discussão, formulação de propostas e produção de recomendações sobre os temas pautados e avaliação permanente de seus resultados.
A institucionalização do programa tem por escopo, ainda, reforçar a cultura cada vez mais presente entre os advogados públicos paulistas da busca de soluções alternativas de resolução dos conflitos.
Criou-se, ainda, uma identidade visual para o programa através de um logotipo que busca reforçar o conceito da iniciativa a ser comunicado ao público em geral.

1.2 Apuração de Economias – Adequação do Sistema PGE.Net
Considerando a necessidade de dotar a Procuradoria Geral do Estado de instrumento informativo dos resultados das demandas judiciais, inclusive para auxiliar na formulação do planejamento financeiro do Estado, o sistema PGE.Net foi adequado tecnicamente para viabilizar a implantação de mecanismo de apuração de economias decorrentes de decisões judiciais que afastem ou reduzem a pretensão de condenação do Estado nas ações promovidas contra o Poder Público.
A primeira etapa do mecanismo foi concluída e já permite que se contabilize os resultados com relação às demandas que estão em fase de execução e naquelas em que o real impacto financeiro coincide com o valor atribuído à causa pela parte que litiga contra o Poder Público.
A segunda etapa, envolvendo os demais casos, está sob exame e depende da criação de mecanismo para obtenção de informações sobre impacto financeiro, especialmente em ações coletivas e de grande vulto, com apoio da Secretaria da Fazenda e demais órgãos pagadores do Estado (CIAF e SPPREV).

1.3 Núcleo de Demandas Repetitivas
Foi implantado, na Procuradoria Judicial, o Núcleo de Gestão e Prevenção de Demandas Repetitivas – NGPDR, de acordo com a Resolução PGE nº 10, de 20/05/2015, que tem, dentre outras, a atribuição de acompanhar, na fase de conhecimento, as demandas repetitivas, elaborando as teses de defesa e respectivas peças processuais, inclusive daquelas que ordinariamente seriam de atribuição de unidades regionais.
O Núcleo é composto por procuradores do Estado especialmente designados para nele atuar, além de estagiários e servidores de apoio.
Trata-se de um instrumento inovador de gestão do Contencioso que será gradativamente ampliado.
A medida, por um lado, permite uma atuação estratégica em demandas repetitivas e, por outro, fornece auxílio às unidades regionais que hoje enfrentam significativa sobrecarga de demandas.

1.4 Assistência de Arbitragens
O advento da nova Lei Orgânica da PGE (Lei Complementar Estadual nº 1.270, de 25/08/2015) atribuiu à Subprocuradoria Geral do Estado do Contencioso Geral a competência para representar o Estado e suas Autarquias nas respectivas arbitragens.
Assim, considerando a necessidade de disciplinar e uniformizar as rotinas de atuação da PGE nos procedimentos arbitrais, a Resolução PGE nº 26, de 18/11/2015, instituiu a Assistência de Arbitragens, delimitando suas atribuições e delimitando suas competências, de modo a institucionalizar a atuação do Poder Público nesses casos, em regra de grande complexidade e que englobam cifras expressivas.

1.5 Simplificação do Procedimento de Requisição de Informações para Defesa do Estado em Juízo e para Cumprimento de Obrigação de Fazer

O Procurador Geral do Estado encaminhou ao Governador proposta da Subprocuradoria Geral do Contencioso Geral de edição de decreto para estabelecer novo procedimento para tramitação de processos administrativos que tenham por objeto a prestação das informações necessárias à defesa da Fazenda do Estado em Juízo bem como o cumprimento de decisões judiciais que veiculem obrigação de fazer.

O modelo ora proposto **simplifica**, **desburocratiza** e confere maior **celeridade** ao procedimento previsto no Decreto nº 28.055, de 29-12-87, cuja longevidade é fator que, por si só, aponta para a necessidade de sua revisão, especialmente ante os recursos tecnológicos colocados à disposição da Administração na atualidade.

Afora isso, o funcionamento dos Juizados Especiais a partir de junho de 2010 implicou significativo aumento de demandas judiciais individuais o que, somado à implantação do processo eletrônico e redução de prazos processuais, atribuiu trâmite mais célere às ações judiciais e acarretou elevação da quantidade de ordens para cumprimento pelos órgãos setoriais da Administração Pública Direta e Indireta.

1.6 Gestões Junto ao Poder Judiciário Visando a Agilização do Exame de Repercussões Gerais, Redução da Litigiosidade e Padronização de Decisões

Diversas gestões foram feitas junto aos órgãos do Poder Judiciário Nacional buscando agilizar o exame de recursos e matérias que podem impactar na redução da litigiosidade e na padronização de decisões:

Supremo Tribunal Federal: Em audiência com o Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, ainda no final do ano de 2014, o Procurador Geral do Estado apresentou pauta de temas e recursos que pendem de apreciação por aquela Corte e que estão com repercussão geral reconhecida.

Vários dos casos apontados pela PGE/SP foram pautados e solucionados pelo STF, tais como: a) Base de cálculo para incidência do teto: teto sobre vencimentos líquidos ou vencimentos brutos – TEMA 639; b) inclusão das vantagens pessoais no teto remuneratório estadual após a E.C. 41/03 - TEMA 257; c) controle jurisdicional do ato que avalia questões em concurso público – TEMA 485; indenização por demora na nomeação; ADI 1923; entre outros.

Tribunal de Justiça de São Paulo: estabeleceu-se bem sucedida atuação conjunta de trabalho entre a PGE e a Presidência da Seção de Direito Público. A PGE passou a comunicar a Seção de Direito Público sobre a edição de atos internos que autorizam dispensa de recursos. A Seção de Direito Público, de posse da informação, ao detectar caso análogo em que ainda pende recurso fazendário, intima a Fazenda Estadual para se manifestar sobre o interesse recursal. A prática levou à desistência de diversos recursos.

Turma de Uniformização do Sistema de Juizados Especiais: a Subprocuradoria Geral do Contencioso Geral realizou reuniões de trabalho com os integrantes da Turma de Uniformização do Sistema dos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça de São Paulo buscando: a) informar sobre as matérias em que há autorização para dispensa de recursos; b) realçando argumentos em teses em que há reais chances de êxito; c) propondo alterações procedimentais que possibilitem maneira mais organizada e racional de trabalho aos Procuradores do Estado.

Exemplo de resultado positivo dessa iniciativa foi a revogação da Súmula 5 da referida Turma, que trata de recálculo de adicionais temporais (sexta-parte e quinquênios), a qual conflitava com entendimento firmado em incidente de uniformização de jurisprudência da Corte Bandeirante há mais de uma década. A solução obtida evitou que o Estado voltasse a se insurgir mediante recursos em milhares de ações judiciais que discutem a temática.

Centro de Apoio do Direito Público (CADIP): reuniões realizadas no CADIP - Centro de Apoio aos Desembargadores do Direito Público do TJSP, com representantes da PGE e da Secretaria da Saúde permitiram tratar de temas afetos à saúde pública buscando a redução da litigiosidade.

1.7 Implantação de Mecanismo de Identificação de Listispendência Mediante Consulta por CPF/CNPJ e Assunto

A identificação da litispendência é essencial para evitar a duplicidade de condenações judiciais e reduzir a litigiosidade. É comum, especialmente em demandas ajuizadas por servidores públicos, que ao não obter o direito pleiteado o interessado mova outra ação idêntica buscando que a sua pretensão seja examinada por outro julgador.

O mecanismo já existente no sistema eletrônico de acompanhamento de processos foi aperfeiçoado passando a pesquisa a ser feita mediante o cruzamento do número do "CPF" ou do "CNPJ" do autor da ação com o assunto da demanda

1.8 II Jornada de Direito da Saúde
Participação ativa na II Jornada de Direito da Saúde, promovida pelo CNJ no TJSP, que culminou na aprovação de Enunciados relevantes para a área de Saúde Pública.
Na oportunidade, foram discutidos mais de 40 Enunciados referentes aos temas de Saúde Pública, Saúde Suplementar e Biodireito, tendo sido aprovados, em plenária, 22 Enunciados.

1.9 Honorários Periciais em Desapropriações
Participação da Comissão administrativa temporária voltada à formalização de proposta de regulamentação de parâmetros a orientar o arbitramento de honorários periciais nos processos de desapropriação instaurados no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, criado pela Portaria TJ/SP nº 9.044/2014 e constituído por representantes de diversos órgãos/instituições.
Durante as discussões, a PGE destacou: (i) **a necessidade de não se vincular o valor dos honorários periciais ao valor do imóvel avaliando, como previstos nas tabelas elaboradas pelos próprios CAJUFA e IBAPE-SP**; (ii) de assegurar ao perito judicial o prévio estudo dos autos do processo; (iii) o dever do perito apresentar uma estimativa de seus honorários, com o respectivo arbitramento, fundamentado, pelo juiz; (iv) e a eventual majoração ou diminuição no valor do honorário pericial deve ser objeto de explicitação por parte do perito e do juiz.
As conclusões da Comissão foram entregues formalmente ao Presidente do Tribunal de Justiça, que se comprometeu a analisar a possibilidade de emitir futuras deliberações de modo a evitar distorções nas avaliações dos imóveis nas desapropriações.

1.10 Intensificação do Trabalho de Identificação de Matéria em que a FESP é Vencida, Autorizando a Dispensa de Recursos e Propondo Alteração do Posicionamento da Administração

- Edição de **02 (duas) novas orientações normativas** autorizando a dispensa de interposição de recursos versando sobre diversos temas em que o Poder Judiciário já consolidou entendimento desfavorável às teses fazendárias.

- FAENQUIL – Alteração de orientação jurídica
Por provocação da Área do Contencioso Geral, a Subprocuradoria Geral da Consultoria Geral alterou a orientação jurídica constante do Parecer GPG nº 14/2008, com indicação, inclusive, da maneira de regularização da situação dos servidores administrativos da extinta FAENQUIL em relação aos adicionais temporais.
Com a nova orientação, mais de duas centenas de ações deixaram de ser ajuizadas, as quais levariam, por certo, ao desgaste da imagem do Estado em juízo.

1.11 Orientação e Uniformização de Atuação
- Edição de **08 (oito) novos comunicados** conferindo orientação à atuação dos Procuradores do Estado sobre os mais variados temas, evitando dúvidas quanto à forma ou ao conteúdo da linha de defesa do Estado, uniformizando a atuação institucional.
- Para buscar maior integração entre os órgãos de contencioso da PGE, realizou-se o **V Encontro de Procuradores do Estado do Contencioso Geral**, ocorrido por ocasião do 51º Curso de Atualização Jurídica – Encontro Estadual de Procuradores do Estado, oportunidade em que foram discutidos temas de interesse geral da área, tais como o funcionamento da Turma de Uniformização do Sistema dos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça de São Paulo, os possíveis reflexos do projeto de lei nº 4330/2004 nas terceirizações que envolvem o Poder Público e a redução da litigiosidade face ao gigantismo do TJ/SP.
- **Minutas padrão de peças processuais -** a iniciativa busca a racionalização das atividades do contencioso e a uniformização das teses de defesa do Estado em juízo, mediante a disponibilização no sistema eletrônico de acompanhamento de processos - PGE.net., como ***modelo da instituição***, de minuta padrão de defesa relativa a temas em que há multiplicidade de ações judiciais.

Decisões Judiciais Relevantes

Segue breve apanhado das principais vitórias judiciais obtidas pela Procuradoria Geral do Estado, seja porque viabilizaram a concretização de políticas públicas traçadas pelo Estado, seja porque importaram em significativa economia de recursos financeiros ao erário ou, ainda, evitaram graves danos à Administração Pública, sistematizadas por tema:

Secretaria Da Fazenda

- Caso Tratex – Decisão do TJSP que deferiu a tutela antecipada em segunda ação rescisória ajuizada contra acórdão proferido em outra ação rescisória, que suspendeu o pagamento de precatório de valor superior a R$ 1,5 bilhão.
- Caso Abdalla – Parque Anhanguera – Decisão do TRF3 que extinguiu ação de indenização pela incorporação do Parque Anhanguera cujas cifras poderiam alcançar mais de R$ 1,5 bilhão.
- FEPASA – Complementação de Aposentadoria – Decisão da Turma Especial de Direito Público do TJSP que, em sede de assunção de competência, firmou entendimento no sentido de que a CPTM não é sucessora da extinta FEPASA e que devem ser aplicados os reajustes obtidos nos instrumentos coletivos de trabalho firmados com os Sindicatos das bases territoriais onde cada um dos ex-ferroviários prestou serviços quando na ativa, aos quais estão vinculados (lei 9343/96), afastando, assim, a tese de que os paradigmas seriam os empregados da CPTM, e evitando um potencial impacto anual de cerca de R$ 550 milhões.
- Fundação CESP – Sentença que extinguiu o processo pela prescrição em ação ajuizada pela Associação dos Aposentados da Fundação CESP contra o Estado de São Paulo, com os seguintes objetos: i) a declaração de nulidade da transferência, realizada em favor do Estado, de 6.321.255.480 de ações preferenciais de emissão da Companhia Energética de São Paulo S/A (CESP), e a mesma quantidade de ações preferenciais da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S/A, da AES Tietê S/A e da Duke Energy Int, Geração Paranapanema; determinando que tais ativos financeiros retornem à Fundação, vinculados ao Plano 4819; ii) condenar o Estado no ressarcimento, ao Plano 4819 da Fundação, da remuneração decorrente dos dividendos, bonificações, juros sobre o capital próprio e quaisquer outros rendimentos recebidos em virtude das ações preferenciais supramencionadas, desde a data em que os ativos lhe foram transferidos; iii) condenar o Estado, em face de responsabilidade objetiva, a indenizar os associados da entidade autora, pelos prejuízos morais que supostamente lhe foram causados; e, por fim, na impossibilidade de tutela específica, a conversão do suposto prejuízo em perdas e danos, relativamente ao retorno das ações preferenciais das companhias ao fundo do Plano 4819 da Fundação.
- Decisão do STJ que assegurou a aplicação da EC 62/09 a precatório cujo valor está na casa dos R$ 200.000.000,00 (Agropecuária Rio Turvo), anulando decisão do TJSP que o reinseria na ordem anterior à vigência da EC 62/09.
- Decisão do TJSP que negou a ordem em Mandado de Segurança Coletivo impetrado pela Associação dos Funcionários da Polícia Civil do Estado de São Paulo contra a aplicação do art. 1º, I, da LCF nº 51/85, com a redação dada pela LCF nº 144/14, que estabeleceu aposentadoria compulsória com proventos proporcionais ao tempo de contribuição para servidores públicos policiais que completarem 65 anos de idade, qualquer que seja a natureza dos serviços prestados, impedindo-os assim de serem aposentados compulsoriamente somente aos 70 anos de idade.
- Decisão do TJSP que afastou a obrigação do Estado de reajustar o valor do auxílio alimentação previsto na Lei Estadual 7524/91 aos servidores da Secretaria da Saúde.
- Decisão do TJSP que julgou extinta a pretensão de recalcular a conversão da URV nos vencimentos e proventos de todos os servidores ativos e inativos do Estado, em ação coletiva ajuizada pelo Sindicato dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo – SISPESP.
- ALE – Decisão do STF que suspendeu o cumprimento de decisão de primeiro grau que implicaria num desembolso mensal imediato de R$16.214.355,91, ao estender irregularmente o pagamento do Adicional de Local de Exercício ALE aos inativos e pensionistas que vieram a se integrar a Associação dos Oficiais da Reserva e Reformados da Polícia Militar do Estado de São Paulo – AORRPMESP, posteriormente à impetração do Mandado de Segurança Coletivo.
- Decisão do STJ que proíbe qualquer Juizado Especial Cível de cobrar, do Estado sucumbente, honorários advocatícios quando a parte vencedora não estiver representada por advogado nos autos.

Segurança Pública e Administração Penitenciária

- Decisão TJSP que desobrigou o Estado de São Paulo a criar mais de 15 mil vagas no sistema prisional para cumprimento de pena privativa de liberdade no regime semi-aberto.
- Desapropriações para construção das Unidades Prisionais de Riversul, Marabá Paulista e Mogi Guaçu (acesso), todas com imissões provisórias na posse deferidas e cumpridas no menor espaço de tempo possível.
- Decisão do TJSP que autorizou a continuidade das obras de construção da Unidade Prisional de Santa Cruz da Conceição, paralisadas por força de liminar concedida em Ação Civil Pública que questiona o licenciamento ambiental.
- Medida de Segurança: Decisão do TJSP que desobrigou o Estado de garantir vagas a todos os sentenciados ao cumprimento de medida de segurança no Estado de São Paulo.
- Decisão que indeferiu liminar em ação civil pública que pleiteia a disponibilização de equipe médica no CDP de Jundiaí.
- Sentença que julgou improcedente ação civil pública movida pela Defensoria que pleiteia a disponibilização de equipe médica no CDP de Piracicaba.
- Decisão do TJSP que negou a pretensão do MPE e Defensoria Pública do Estado, em Ação Civil Pública, de impedir o ingresso de novos presos na Penitenciária de Andradina e a progressiva transferência dos que lá se encontram por suposta superlotação.
- Decisão do TJSP que desobrigou o Estado de remover presos com condenação definitiva do CDP de Santo André.
- CDP de Praia Grande - Decisão do TJSP que desobrigou o Estado de (1) remover presos em decorrência de suposta superlotação, (2) disponibilizar equipe médica, e (3) fornecer água em quantidade superior à fornecida pelo restante da população, em meio à crise hídrica.
- Sentença que desobrigou o Estado de disponibilizar equipes médicas nos Presídios de Lavínia.
- Decisão do TJSP que entendeu cumprida a obrigação legal de disponibilizar local adequado para abrigar as presas puérperas e seus bebês em fase de amamentação pela parte do Estado.
- CDP de Bauru: Sentença que negou a pretensão da defensoria de de vedar o recolhimento de presos provisórios em cárcere de Bauru e de reduzir, de forma gradativa, o número de detentos da unidade prisional.
- Decisão do TJSP que desobrigou o Estado de aplicar o horário de 8 horas por dia nas visitas aos detentos, sob pena de multa, na Unidade Prisional de Itirapina.
- Sentença que garantiu ao Estado a possibilidade de encaminhar presos provisórios para os Centros de Detenção Provisória de Osasco, julgando improcedente ação civil pública movida pela Defensoria Estadual.
- Decisão do TJSP que julgou improcedente a ação civil pública que objetivava impedir a construção de unidades prisionais na Comarca de Assis, garantindo a construção da Unidade de Florínea.
- Sentença que julgou improcedente por perda de objeto de ação civil pública que visa obrigar o Estado a adequar a cadeia pública de Santa Bárbara d'Oeste para viabilizar o aleitamento dos filhos das presas em período de amamentação.
- Sentença que julgou improcedente Ação Civil Pública ajuizada pela Defensoria Pública do Estado e associações que pleiteava o reconhecimento da ilegalidade dos artigos 44,45 e 89, do Regimento Interno Penitenciário (Resolução SAP nº 114/10), que instituem a falta leve e média e estabelecem prazos para a reabilitação do comportamento prisional em virtude da prática de falta disciplinar.
- Decisão do TJSP que cassou liminar que determinava a transferência de presos do regime fechado do CDP Chácara Belém II por suposta superlotação.
- Sentença que julgou improcedente Ação Civil Pública proposta pela Defensoria Pública pleiteando a indenização por supostos danos morais sofridos pelos presos da Penitenciária de Valparaíso em razão de punição coletiva que sofrida por conta de medidas tomadas pela administração da unidade em virtude da explosão de artefato no interior do estabelecimento.
- Decisão do TJSP que cassou liminar que ordenada a criação de vagas na Fundação CASA e instalar unidade de atendimento (UAI) em Limeira.
- Decisão do TJSP que julgou inconstitucional a Lei Municipal n. 2164/2009, que proíbe a construção de estabelecimentos prisionais no Município de Aguaí.

Educação

- Decisão que proibiu a Apeoesp de obstruir total ou parcialmente rodovias de São Paulo e veicular inserções na TV que incitavam os pais dos alunos da rede a não enviarem seus filhos para a escola, por ocasião da greve dos Professores ocorrida em abril de 2015.
- Decisão do TJSP que desobrigou o Estado de reformar todas as escolas estaduais da região de Bauru para proporcionar acessibilidade, bem como fornecer transporte para cada aluno portador de deficiência.
- Acordo celebrado entre Estado e MP para demolição ("antiga edificação - sistema Nakamura - vulgo "escola de lata") e reconstrução da nova unidade escolar do prédio escolar da EE Fazenda do Carmo, nos autos de Ação Civil Pública movida para esta finalidade.
- Sentença que desobrigou o Estado de ofertar em todas as escolas do Município de Santa Rita do Passa Quatro o ensino de Libras e Língua Portuguesa para alunos surdos.
- Decisão do TJSP que desobrigou o Estado de construir quadra poliesportiva em escola estadual do Município de São Bernardo do Campo.

Saúde Pública

- Decisão da Presidência do TJSP que suspendeu centenas de liminares que autorizavam o fornecimento da substância “fosfoetanolamina sintética” (que não é medicamento e sequer tem pedido de registro na ANVISA) a portadores de câncer.
- Centro Pro-Autista de Desenvolvimento Tecnológico de Políticas Sociais - CPA Social – Sentença proferida em ação civil pública ajuizada pelo Estado em face do CPA Social que determinou a continuidade do atendimento fornecido aos 110 autistas custeados pelo Convênio SES 116/2013.
- Decisão que ordenou a reintegração de posse em face dos ocupantes de imóvel localizado no bairro Novo Brooklin, nesta Capital, assegurando a futura implantação de unidade de atendimento às crianças com câncer e transplantadas.
- Serviço de Verificação de Óbitos – SVO - Decisão do TJSP que cassou liminar que obrigava o Estado a assumir o SVO no Município de Sorocaba. A suspensão da liminar permitiu a celebração de acordo entre o Município e o Estado, que se comprometeu a assumir o serviço a partir de 2016.
- Sentença que desobrigou o Estado de criar leitos para internação compulsória de dependentes químicos usuários do SUS em Araraquara, em ação movida pela Defensoria Pública do Estado.
- Decisão do TJSP que desobrigou o Estado de fornecer “home care” no Município de Santa Fé do Sul.
- REVLIMID – decisão do TJSP que desobrigou o Estado de fornecer a substância REVLIMID (lenalidomida - sem registro na ANVISA).
- Decisão do TJSP que desobrigou o Estado de pagar clínica particular de escolha da autora, portadora de síndrome não definida.
- Decisão do TJSP que desobrigou o Estado de fornecer bomba de infusão de insulina de marca específica, com dispositivo "smart control"
- Decisão do TJSP que permitiu o prosseguimento de pregão presencial 137/2014 do IAMSPE, para suporte técnico e operacional e gestão integrada da Rede Assistencial do IAMSPE.
- Decisão do TRF3 que cassou liminar que determinava o aporte de recursos públicos à diária já recebida do SUS nos hospitais psiquiátricos de Presidente Prudente.
- Reintegração de posse do antigo Hospital Panamericano, irregularmente ocupado por invasão de cerca de 200 pessoas, integrantes do Movimento Sem Teto.
- Decisão do TJSP que julgou improcedente pretensão do Ministério Público de interferir na Política Pública de tratamento de dependentes químicos pacientes do SUS em São Carlos.

Transportes

- Desapropriações judiciais para viabilizar a construção do empreendimento Rodoanel – Trecho Norte, com formação de força tarefa com Procuradores destacados para os casos mais críticos.
- Desapropriações judiciais para viabilizar a construção do empreendimento Nova Tamoios – Contorno Sul.
- AUTOBAN - Sentença que anulou TAM – Termo Aditivo e Modificativo nº 16/2006 no Contrato de Concessão nº CR/005/98, relativo ao sistema rodoviário Anhanguera-Bandeirantes.
- Acompanhamento das demais ações movidas contra as concessionárias das estradas paulistas para invalidação dos TAMs de mesma natureza.

- Caso Siemens: Recebimento da ação proposta pela PGE contra as empresas acusadas de formação de cartel e fraude em licitações de trens entre 1998 e 2008, conforme acordo de leniência firmado entre a Siemens (empresa ré confessa no caso) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), após quase um ano e meio da distribuição da ação.
- Decisão do TJSP que suspendeu determinação que impedia a Artesp de apreender veículos dos membros da Associação Paulista dos Transportadores Terrestres de Passageiros (Atipesp), que realizavam transporte coletivo intermunicipal de passageiros de modo irregular (sem a autorização da agência), colocando em risco a segurança dos usuários das rodovias.
- VLT de Santos: Decisão do STJ que suspendeu liminar concedida pela 2ª Vara da Fazenda Pública de Santos que paralisava obra de fundamental importância para a mobilidade urbana na Região Metropolitana da Baixada Santista, com investimentos de cerca de um bilhão de reais.
- Pedágios – Vianorte e Intervias – Decisões do TJSP que negaram o reajuste de tarifas de pedágio em valor superior ao autorizado pela Agência Reguladora de Transportes Públicos (Artesp).
- Eixo Suspenso: decisão que indeferiu pedido do Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários Autônomos de Bens do Estado de São Paulo para que a ARTESP se abstivesse da cobrança de pedágio pelo eixo suspenso nas rodovias paulistas, face à nova legislação federal (Lei nº 13.103/15).
- Sentença que permitiu que parte do traçado da via elevada da Linha 17 - Ouro/Monotrilho passe por área do Cemitério do Morumby.
- Sentença que garantiu ao DER a possibilidade de realizar obras de alça de acesso à SP 225 a partir da SP 330, em Pirassununga, afastando alegação de que o imóvel do autor estaria encravado.
- EMTU – Decisão que garantiu a continuidade da prestação de serviços pelos ORCAs da reserva técnica operacional do poder concedente em toda a Região Metropolitana de São Paulo.
- Decisão que revogou liminar que paralisava a licitação do DER para recuperação da Rodovia SP 425, na Região de Presidente Prudente, financiada com recursos obtidos junto ao BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Meio Ambiente

- Decisão do STF que declarou a inconstitucionalidade da Lei n° 1.952, de 20 de dezembro de 1995, do Município de Paulínia, que proibia a queima da palha da cana de açúcar em seus limites territoriais.
- Parque Búfalos - área de proteção aos mananciais da bacia da Billings – Decisão em ação civil pública movida pela PGE para ordenar a desocupação de imóvel que vinha sendo degradado pela população local.
- Parque Estadual "Chácara Baronesa", localizado na divisa de Santo André com São Bernardo do Campo - Decisão em ação de reintegração de posse movida pela PGE que ordenou a retomada de imóvel que vinha sendo irregularmente ocupado pela população local, causando a sua degradação.
- Sentença que declarou a legalidade do posicionamento da Secretaria do Meio Ambiente na instituição de reservas legais em imóveis pertencentes à empresa Barra Agropecuária.

Saneamento e Gestão dos Recursos Hídricos

- Suspensão de liminar, pela Presidência do TJSP, que impedia a execução da tarifa de contingência pela Sabesp, prevista na Deliberação Arsesp nº 545.
- Caso Manikraft Guaianazes Indústria de Celulose e Papel Ltda: decisão do TJSP que negou à referida empresa o direito de ser indenizada por supostos investimentos em infraestrutura realizados no imóvel, além da indenização que teria recebido na desapropriação.
- Atuação da PGE em conjunto com o Jurídico da SABESP, em ações judiciais questionando aspectos do edital de licitação para realização de obras de interligação entre as represas Jaguari (Bacia do Paraíba do Sul) e Atibainha (Bacia do Sistema Cantareira). Por meio desta atuação conjunta foram revertidas várias decisões judiciais que impediam o regular prosseguimento do certame.

Gás e Energia

- Atuação conjunta com a COMGÁS em diversas ações judiciais buscando assegurar a competência constitucional do Estado de exploração dos serviços locais de gás canalizado (art. 25, §2º, da CF) com reflexos no retorno econômico da exploração de tais serviços.

- Decisão que concedeu imissão provisória na posse em desapropriação de imóvel para implantação de reator nuclear de multipropósitos em Iperó.

Patrimônio Imobiliário e Regularização Fundiária

- Reintegração de posse na área da Fitotecnia (Secretaria da Agricultura), do Polo Regional do Vale do Paraíba (Pindamonhangaba), invadida pelo Movimento dos Sem Terra.
- Decisão do TJSP que impediu o cumprimento de ordem de despejo em imóvel ocupado pelo MP na Rua Manoel de Nóbrega, na Capital, até final decisão acerca do pagamento do precatório na ação de desapropriação movida contra o proprietário/locador.
- Reintegração de posse do antigo centro de distribuição de laranjas, em Sorocaba, clandestinamente invadido e ocupado por integrantes do grupo "Artistas de Rua".
- Decisão que deferiu a imediata imissão na posse na Fazenda Floresta, em Marabá Paulista, em antecipação de tutela à reivindicatória ajuizada em decorrência de ação discriminatória já transitada em julgado, que declarou referida área devoluta.

Recursos Humanos

- Projeto "Guri" – Organizações Sociais - Decisão da Presidência do TRT2 que suspendeu sentença que ordenava a rescisão imediata dos contratos de gestão (Organizações Sociais para a gestão de programas de cultura) então firmados, e vedava a respectiva contratação posterior.
- Decisão do TRT15 que garantiu a realização de concurso público para admissão de técnicos em radiologia, do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (HCFMUSP/RP).
- Greve de agentes penitenciários. Decisão do TJSP que determinou o imediato retorno dos grevistas ao trabalho, reconhecendo a impossibilidade do exercício do direito de greve por servidores que prestam serviços essenciais relacionados à segurança e à ordem pública.
- Greve dos professores da rede estadual: Decisão do TJSP que declarou abusiva a greve ocorrida entre os meses de março e junho deste ano.
- Decisão do TRT15 que declarou a representatividade sindical do Sindicato dos Trabalha**d**ores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo – SINDSAÚDE para fins de recebimento das contribuições sindicais dos empregados do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo – HCFMRP-USP e para regularização da jornada de 12x36, praticada por alguns dos seus servidores, surgida em virtude da edição da Súmula nº 444 do TST e da instauração de inquérito civil por parte do Ministério Público do Trabalho.
- Sentença da Justiça do Trabalho de Taquaritinga que extinguiu processo que visava questionar a legalidade da terceirização de serviços em todo o Estado pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS

Política Previdenciária

- Decisão do TJSP que declarou que os empregados públicos estáveis por força do artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal não têm direito à transposição do regime próprio de previdência social.

Justiça e Defesa da Cidadania

- Lei da Entrega – Decisão do TJSP que declarou válida e constitucional a Lei estadual nº 13.747/2009, alterada pela Lei estadual nº 14.951/2013 ("Lei da Entrega"), em ação movida pela Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee), que tentou, sem êxito, excluir do alcance da norma os serviços públicos federais de distribuição de energia elétrica prestados sob o regime de concessão e regulados pela União.
- Decisão que negou a obrigatoriedade de transferir adolescentes praticantes de atos infracionais, em cumprimento de medida de internação na Comarca de Indaiatuba.
- Sentença que impede a cobrança do ponto extra ou aluguel do equipamento de transmissão, foi julgada totalmente procedente, em Ação Civil Pública movida pelo PROCON contra as operadoras de TV a cabo.

Detran

- Decisão do TJSP que garantiu a continuidade de licitação para a aquisição de películas refletivas utilizadas nos serviços de emplacamento, lacração e relacração de veículos.

2. Área do Contencioso Tributário-Fiscal

A Área do Contencioso Tributário-Fiscal continuou o processo de saneamento do estoque da dívida ativa, as atividades de incremento da arrecadação tributária e o mapeamento das ações judiciais de natureza tributário-fiscal em que a Fazenda Estadual seja parte ou possua interesse, de modo a permitir uniformidade de atuação dos Procuradores junto aos Tribunais locais e superiores, com vistas à formação e consolidação de jurisprudência favorável aos interesses do Estado de São Paulo, bem como para contribuir para a redução da litigiosidade, que permitirá centrar esforços na cobrança judicial de débitos com maior perspectiva de retorno.

Com a aprovação da Lei Orgânica da PGE, em 25 de agosto deste ano de 2015, a Área do Contencioso Tributário-Fiscal foi organizada de modo a contemplar a Assistência de Recuperação de Ativos e a Assistência de Leilões Judiciais, além de órgãos de execução: Procuradoria Fiscal, Procuradoria da Dívida Ativa, Procuradorias Regionais e Procuradoria do Estado em Brasília, donde destacamos as seguintes atividades:

A Procuradoria da Dívida Ativa, responsável pelo controle e gestão da dívida ativa, dando prosseguimento às ações iniciadas desde 2011, pela então Coordenadoria da Dívida Ativa, bem como aos novos projetos do ano de 2015, implementou várias medidas, valendo destacar:

- **Saneamento da dívida ativa**, prosseguindo na fase II, etapa "a", desse projeto, com a análise dos 1.007 maiores débitos decorrentes de autuação fiscal de ICMS, envolvendo a cifra de R$ 31 bilhões. Os demais 16.000 débitos objeto do projeto (todos de valor superior a R$ 1 milhão) estão sendo analisados de forma pulverizada pela Secretaria da Fazenda e PGE. Este trabalho tem como finalidade sanear a base de dados, principalmente dos maiores débitos encaminhados pela Secretaria da Fazenda em junho/2007 (legado), conferindo maior verossimilhança ao estoque da dívida ativa do Estado de São Paulo.
- **Segmentação do estoque da dívida ativa**, com a classificação de cada débito conforme a situação do contribuinte (ex.: falido, cassado, não encontrado, suspenso, ativo, inativo, etc.) e seu efetivo faturamento, de modo a identificar os débitos de maior possibilidade de recuperação e estabelecer metas de arrecadação. Através desse estudo realizado em parceria com a Secretaria da Fazenda, foi indicada uma provisão de créditos de difícil recuperação, correspondente a aproximadamente R$ 184,8 bilhões, representando cerca de 62,8% do total da dívida ativa (R$ 294.067.998,86, em 30 de novembro de 2015).
- **Execução fiscal eletrônica** foi **integralmente** implantada no Estado, conforme cronograma do Tribunal de Justiça, sendo o ajuizamento e a tramitação processual (citação, intimações, manifestações, penhora de ativos, penhora de imóveis e veículos, etc.), realizados eletronicamente.
- **Protesto em lote de débitos de ICMS, IPVA, Multas Administrativas, e PROCON,** realizado por meio do módulo de protesto eletrônico do Sistema da Dívida Ativa, totalmente automatizado, desde a remessa dos títulos até a emissão da carta de anuência. Esse módulo eletrônico permite, inclusive, a seleção por faixa de valores, localidade, segmento econômico ou espécie de débito. Até novembro/2015, foram objeto de protesto 1.150.031 débitos, envolvendo a cifra de R$ 4,87 bilhões, entre ICMS Declarado, IPVA e Multas Administrativas, com a arrecadação de R$ 429,9 milhões, equivalente a 8,8% do total protestado.
- **Implementação do Programa Especial de Parcelamento (PEP do ICMS),** autorizado pelo Decreto estadual nº 61.625, de 13 de novembro de 2015, sendo disponibilizado no período de 16 de novembro a 15 de dezembro de 2015 e acessível por meio do endereço eletrônico www.pepdoicms.sp.gov.br, lançado em atividade conjunta com a Secretaria da Fazenda no projeto "Concilia SP", resultando, até 10 de dezembro de 2015, em 5.500 adesões no valor de cerca de R$ 2,85 bilhões.
- **Implementação do Programa de Parcelamento de Débitos (PPD),** autorizado pelo Decreto nº 61.696, de 04 de dezembro de 2015, sendo disponibilizado no período de 07 a 15 de dezembro. Esse programa possibilita o pagamento de débitos inscritos de natureza tributária e não tributária de diversas origens (IPVA, ITCMD doação e ITCMD "causa mortis", taxa judiciária, multas administrativas, multas contratuais, multas penais, reposição de vencimentos, ressarcimentos e restituições), com descontos nas multas e juros, além de redução nos honorários advocatícios para os débitos inscritos e ajuizados, resultando, até 10 de dezembro de 2015, em 21.085 adesões, correspondente a R$ 72.383.231,17.
- **Gestão dos débitos que se ajustam às disposições da Lei estadual nº 14.272/2010**, possibilitando o efetivo gerenciamento do ajuizamento dos débitos inscritos, bem como a desistência de execução fiscal de pequeno valor (até 600 UFESPs por débito), conforme

alteração promovida pelo artigo 15 da Lei nº 16.029, de 03 de dezembro de 2015. Com essa medida, deixarão de ser ajuizados 6.850.000 débitos, base essa que será levada a protesto eletrônico da certidão de dívida ativa, sendo mantida a pendência no CADIN Estadual, ressalvados os casos de prescrição tributária.

- **Desenvolvimento do novo Site do Contribuinte,** em fase de homologação, que ampliará a facilidade de acesso ao cidadão, permitindo agendamento de atendimento e apresentação de demandas administrativas via web. Deverá entrar em operação no primeiro trimestre de 2016.
- **Melhorias contínuas no Sistema da Dívida Ativa,** com a disponibilização de módulo eletrônico de extração de relatórios gerenciais para os usuários da PGE (Secretarias, CETESB e PROCON), automatização das rotinas de monitoramento, liquidação, rompimento e revinculação do PEP e PPD, cadastramento dos dados dos débitos constituídos pelas Autarquias e Fundações.
- **Iniciados estudos para a implantação de sistema gerencial de indicadores da dívida ativa,** seguindo a recomendação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**,** que possibilitará a aferição de relatórios numéricos e gráficos sobre o desempenho da dívida ativa, inclusive com dados comparativos por Unidade, Regionais, Seccionais, Comarca e Banca Fiscal, concorrendo para o melhor planejamento e gestão das atividades de cobrança. Após a realização de amplos estudos sobre a melhor alternativa para o Estado, em novembro de 2015 foi contratada a empresa Oracle para solução do BI em nuvem, sendo que o desenvolvimento da customização da solução está a cargo da empresa CDS – Condomínio de Soluções Corporativas, com cronograma de 8 meses para implementação.
- **Movimentação da dívida ativa em 2015:** A Procuradoria Geral do Estado, até 30 de novembro de 2015, promoveu a inscrição em dívida ativa de 2.660.371 débitos, no total de R$ 23.141.127.324,75. Nesse período, observados os parâmetros estabelecidos na Lei estadual nº 14.272/2010 e na Resolução PGE nº 45/2011, foram ajuizados 492.414 débitos**,** agrupados em 157.981 execuções fiscais, no montante de R$ 17.915.343.392,19. A arrecadação da dívida ativa processada até 30 de novembro de 2015 atingiu a cifra de R$ 2.398.465.266,90, projetando para o exercício/2015 o valor de R$ 2,8 bilhões, contando com o impacto positivo em dezembro/2015 do Programa Especial de Parcelamento - PEP e do Programa de Parcelamento de Débitos - PPD.

A **Assistência de Recuperação de Ativos**, tem por atribuição planejar e executar medidas que visam incrementar a recuperação do crédito tributário-fiscal, bem como identificar e combater ações judiciais que veiculam teses com potencial reflexo negativo para a arrecadação do Estado de São Paulo, também se destacou com várias ações:

- **Mapeamento e acompanhamento de ações emblemáticas no Tribunal de Justiça e nos Tribunais Superiores,** destacando-se neste ano de 2015 a vitória do Estado de São Paulo no julgamento do incidente de inconstitucionalidade, pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça que, por maioria de votos, declarou a constitucionalidade do Protesto de Certidões de Dívida Ativa.
- **Implantação do Projeto GAERFIS,** a partir de duas premissas: **i)** a atuação voltada para a detecção de grupos econômicos, fraudes estruturadas e blindagem patrimonial, que partiu de projeto piloto iniciado em março de 2013 junto à Procuradoria Regional de Campinas e que, a partir de setembro de 2015, passou a ser desenvolvida também na Capital com perspectiva de expansão para outras unidades da PGE; **ii)** ações de impacto a curto prazo, concertadas com o Poder Judiciário, na Capital, por meio das quais obtivemos resultados expressivos com penhoras de valores elevados, veículos de luxo, bloqueios via BACENJUD pagamentos e adesão aos programas de parcelamento.
- **Medidas de redução da litigiosidade** vêm sendo implementadas, em caráter contínuo, por meio de rotinas de dispensa de recursos e arquivamento de processos tidos por incobráveis e também realização de mutirão nas varas judiciais. Essa atuação resultou em: **i)** significativa redução do acervo de processos para direcionamento de esforços a causas com maior probabilidade de êxito; **ii)** priorização de ajuizamento de débitos de valores mais relevantes; **iii)** direcionamento de valores inferiores para protesto, que se revela gestão mais eficaz e econômica da dívida ativa; **iv)** tratativas com o Poder Judiciário com a finalidade de implementar projetos conjuntos de atuação a partir desta premissa comum.

Destaques
O item engloba ações judiciais reputadas importantes por representarem teses jurídicas de relevância para a área, segundo os critérios de elevado impacto financeiro estimado pela Secretaria da Fazenda ou estabelecimento de precedentes importantes para os setores econômicos respectivos.

Protesto de Certidão de Dívida Ativa
- A tese do protesto de débitos de IPVA e ICMS foi vitoriosa no Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo, por maioria de votos, (incidente de inconstitucionalidade n° 0007169-19.2015.8.26.0000). Referido precedente é observado pela quase totalidade das Câmaras de Direito Público do Tribunal de Justiça, com exceção da 9ª e da 11ª Câmaras, motivo por que foi ajuizada Reclamação ao Supremo Tribunal Federal (RCL n° 22.714/SP). A reclamação obteve decisão monocrática desfavorável, estando em fase de recurso (agravo regimental da PGE). Ainda em relação a esta discussão, há ação direta de inconstitucionalidade – ADI n° 5.135, pendente no Supremo Tribunal Federal, na qual o Estado de São Paulo figura como "amicus curiae", com parecer da Procuradoria Geral da República favorável à tese defendida pelo Estado.

Juros do ICMS – Lei estadual n° 13.918/09
- A tese foi desfavorável ao Estado em julgamento do Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo, por apenas um voto de diferença (incidente de inconstitucionalidade n° 0170909-61.2012.8.26.0000), limitando os juros aplicados nos débitos de ICMS ao índice utilizado pela União no cálculo de seus tributos, atualmente a SELIC. A PGE trabalha junto ao Tribunal de Justiça do Estado para alçar a discussão aos tribunais superiores.

ICMS na importação por não contribuinte
- Tese, por ora, desfavorável ao Estado. O STF entendeu que, ante a inexistência de lei estadual definidora dos elementos da obrigação tributária promulgada após a edição da Lei Complementar nº 114/2002 - a Lei estadual nº. 1101/01 foi editada anteriormente, em 22 de dezembro de 2001 – a **cobrança do ICMS nas importações de mercadorias por não contribuintes não seria válida, mesmo após a edição da Emenda Constitucional nº 33/2001 e da Lei Complementar nº 114/02,** dado que a legislação estadual, editada **entre** as datas de promulgação destes diplomas, não obedeceu regularmente ao chamado fluxo de positivação. Assim, com a finalidade de reverter tal posicionamento, a PGE tem acompanhado recursos nos tribunais superiores no âmbito dos quais vislumbra a possibilidade de mudança de entendimento.

ICMS na importação de gás da Bolívia
- Os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul disputam a posição de sujeito ativo da relação tributária relativamente à cobrança do ICMS incidente nas operações de importação de gás natural procedente da Bolívia. A ACO 854 processa-se perante o C. Supremo Tribunal Federal e até o momento não foi julgada.

Energia elétrica
Setor que concentra grande quantidade de discussões judiciais sobre variados temas, relevando-se:
TUSD/TUST na base de cálculo do ICMS incidente sobre energia elétrica
- O entendimento sobre a legitimidade da cobrança das "tarifas" (TUST-Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão/ TUSD - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição) foi afastada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, adotando-se a interpretação do Superior Tribunal de Justiça (Ag. Reg no RESP 1299303/SC). A PGE continua trabalhando para revisão do julgado, inclusive em concerto com outros Estados.

Substituição Tributária
- A insurgência contra o regime de substituição tributária que elegeu as distribuidoras de energia elétrica como substitutas tributárias em operações de venda para consumidores livres situados no Estado de São Paulo foi tratada em Mandados de Segurança (nº 0042489-78.2009.8.26.0053 - 9ª VFP e nº 0046581-02.2009.8.26.0053 - 4ª VFP SP). Obtivemos vitória junto ao Tribunal de Justiça de São Paulo, aguardando-se o desfecho do recurso dos contribuintes junto aos tribunais superiores.

Glosa de crédito/Guerra Fiscal

- Em relação ao ramo distribuidor de produtos farmacêuticos, a tese é recorrente, envolvendo valores muito elevados, em geral em discussão em ações anulatórias de autuações. Na ação ordinária nº 0003394-07.2010.8.26.0053- DF, o contribuinte obteve vitória em primeira e segunda instâncias, tendo sido interposto Recurso Especial para tentativa de reforma da decisão. A ação anulatória nº 0006577-83.2010.8.26.0053 se encontra em fase instrutória.

Substituição Tributária – Ressarcimento ICMS

- Vários setores (alimentos, informática, cosméticos, etc) foram contemplados com alterações na sistemática de substituição tributária, implicando ajuizamento de inúmeras ações específicas. As teses são variadas, sendo certo que a legitimidade para imposição do regime e consequências decorrentes já está pacificada em favor do Estado.

Sigilo - Acesso e uso de dados referentes a operações de usuários de serviços das instituições financeiras (cartões de crédito)

- A tese enfrenta oscilações junto à jurisprudência e vem sendo acompanhada junto aos tribunais superiores, com desfecho por ora imprevisível. Há repercussão geral da questão constitucional pendente de julgamento pelo STF (Tema nº 225).

ICMS – Subvenção Econômica

- Matéria tratada em Mandado de Segurança (nº 0041654-56.2010.8.26.0053) com vitória do Estado em face da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade São Paulo Ltda. na defesa da subvenção de tarifa de energia elétrica para consumidores de baixa renda.

Débitos Inscritos Dívida Ativa (Janeiro a Dezembro de 2015)			
Ano	**Mês Inscrição**	**Quantidade**	**Valor**
2015	Janeiro	52.510	R$ 1.661.419.207,56
	Fevereiro	311.808	R$ 1.986.670.181,92
	Março	175.060	R$ 3.026.659.889,26
	Abril	217.170	R$ 2.035.493.870,28
	Maio	23.744	R$ 2.614.509.650,65
	Junho	80.097	R$ 2.334.613.599,15
	Julho	124.087	R$ 2.469.740.450,03
	Agosto	16.834	R$ 1.541.836.865,86
	Setembro	938.755	R$ 1.987.292.552,69
	Outubro	400.943	R$ 2.168.864.295,19
	Novembro	319.363	R$ 1.314.026.762,16
	Dezembro	191.684	R$ 1.258.106.913,35
Total		**2.852.055**	**R$ 24.399.234.238,10**

Petróleo

- Setor que concentra grande quantidade de discussões judiciais sobre variados temas, com prevalência de questionamentos de ordem fática. Obtivemos vitória em relação à alteração de CNAE, insurgência contra Portarias CAT 22/90 e 58/06, c/c art. 17 da Lei estadual n° 6.374/1989 (nº 0000037-89.2010.403.6100 Justiça Federal - Tube Toys Com. de Lubrificantes e Combustíveis Ltda.), cassação de Inscrição Estadual (nº 053.07.109150-3 - 12ª VFP/SP - Gold Distribuidora de Petróleo Ltda.), enquadramento em regime especial (nº 0045443-08.2009.8.26.0309 - Univen Refinaria de Petróleo Ltda).

Imunidade - RECOPI - livros

- As ações ajuizadas contra o Estado pretendem impedir a exigência de prévio credenciamento dos interessados na aquisição e operações com papel imune. O Poder Judiciário, até o momento, tem acolhido esse entendimento. Nos autos do Mandado de Segurança nº 0025598-45.2010.8.26.0053 foram interpostos recursos aos tribunais superiores para tentativa de reversão do julgado desfavorável.

Gerenciamento da Dívida Ativa – Inscrições

- No ano de 2015 foram inscritos 2.852.055 débitos em dívida ativa, o que representa um total de R$ 24.399.234.238,10, conforme detalhado mês a mês na tabela abaixo:

Ajuizamentos

- No período, observados os parâmetros estabelecidos na Lei estadual nº 14.272/2010 e na Resolução PGE nº 03/2016, foram ajuizados 402.705 débitos, agrupados em 129.650 execuções fiscais, no valor total de R$ 17.850.082.419,95, conforme tabela abaixo:

Débitos Ajuizados Janeiro a Dezembro de 2015				
Ano	**Mês de Ajuizamento**	**Quantidade Cda´S**	**Qtd. Execuções**	**Valor**
2015	Janeiro	4.530	3.045	R$ 137.264.255,29
	Fevereiro	2.375	1.254	R$ 2.743.723.666,50
	Março	1.703	419	R$ 120.014.041,50
	Abril	1.596	387	R$ 86.209.288,23
	Maio	1.109	297	R$ 241.839.553,90
	Junho	5.112	1.121	R$ 156.980.655,17
	Julho	3.957	1.649	R$ 4.585.460.772,52
	Agosto	5.251	1.643	R$ 1.873.846.627,23
	Setembro	64.111	19.438	R$ 372.092.270,81
	Outubro	145.209	45.348	R$ 7.118.610.494,66
	Novembro	165.731	53.531	R$ 342.269.886,19
	Dezembro	2.021	1.518	R$ 71.770.907,95
Total		**402.705**	**129.650**	**R$ 17.850.082.419,95**

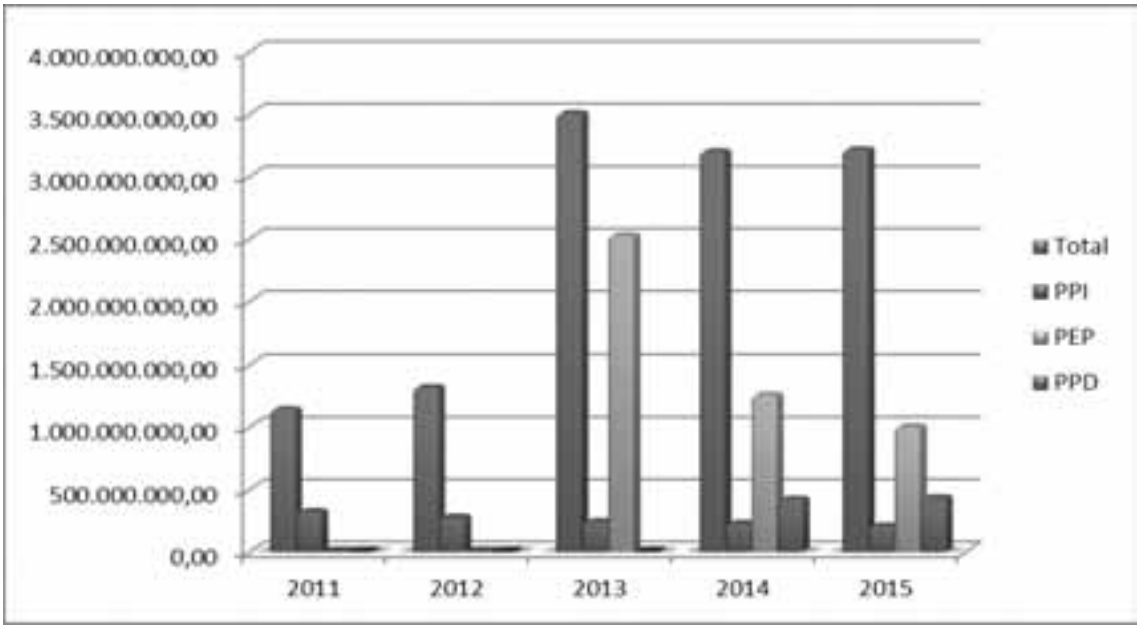
Arrecadação

- A arrecadação da dívida ativa em 2015 atingiu a cifra de R$ 3.215.057.220,59. Segue abaixo quadro elucidativo da arrecadação mês a mês.

Relatório De Arrecadação Dívida Ativa		
Ano	**Mês**	**Total Mês**
2015	Janeiro	R$ 251.730.681,62
	Fevereiro	R$ 207.289.693,27
	Março	R$ 225.823.218,50
	Abril	R$ 219.986.449,19
	Maio	R$ 218.562.883,75

Relatório De Arrecadação Dívida Ativa		
Ano	**Mês**	**Total Mês**
2015	Junho	R$ 212.823.482,66
	Julho	R$ 226.162.604,59
	Agosto	R$ 232.452.708,53
	Setembro	R$ 190.631.001,98
	Outubro	R$ 200.892.487,72
	Novembro	R$ 212.110.055,09
	Dezembro	R$ 816.591.953,69
Total		**R$ 3.215.057.220,59**

- Abaixo, apresentamos a evolução da arrecadação da dívida ativa no período de 2011 a 2015, representada em bilhões de reais, destacando-se a arrecadação obtida com os programas de parcelamento especiais (PPI, PEP e PPD).



Segmentação

- Realizada a segmentação da dívida, conforme quadro abaixo, visando à classificação de cada débito de acordo com a situação do contribuinte (ex.: falido, cassado, não encontrado, suspenso, ativo, inativo, etc.) e seu efetivo faturamento, de modo a identificar os débitos de maior possibilidade de recuperação, e assim estabelecer metas para a arrecadação.

Total Global	Qtde CNPJ (Sem Repetição)	Qtde Débitos	Valor (Sem VH)	%
CNPJ Ativo	78769	801767	R$ 108.093.525.901,44	35,79%
CNPJ Baixado	44680	503030	R$ 45.571.560.954,61	15,09%
CNPJ Inapto	116663	793710	R$ 119.489.945.917,62	39,56%
CNPJ Não Encontrado	1338	1619	R$ 8.271.092,38	0,01%

Total Global	Qtde CNPJ (Sem Repetição)	Qtde Débitos	Valor (Sem VH)	%
CNPJ Nulo	22474	342390	R$ 8.682.301.839,75	2,87%
CNPJ Suspenso	5114	45310	R$ 12.272.727.091,03	4,05%
Pessoa Física	1440737	3838166	R$ 7.940.406.869,69	2,63%
Total	**1709775**	**6325992**	**R$ 302.058.739.666,52**	**100%**

3. Área da Consultoria Geral

Na seara do assessoramento jurídico-consultivo, em 2015 a Procuradoria Geral do Estado continuou atuando junto às Secretarias de Estado, Autarquias e aos demais órgãos do Poder Executivo, com o conhecimento das peculiaridades das atividades de cada um desses entes públicos, visando encontrar soluções adequadas e legais para a execução integral dos projetos e programas de Governo.

Em 2015 foram elaborados pela Área da Consultoria Geral mais de 36.000 (trinta e seis mil) pareceres jurídicos. Dentre eles, merecem destaque os seguintes pareceres e temas enfrentados:

Secretaria de Transportes Metropolitanos

- Análise de várias questões jurídicas relacionadas à execução dos contratos de concessão patrocinada das Linhas 4 e 6 de Metrô;
- Análise da renovação das concessões de ônibus metropolitanos da RMSP;
- Análise de pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro de vários contratos de concessão;

Secretaria de Logística e Transportes

- Prosseguimento das formalizações dos documentos necessários entre Ministério dos Transportes e o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Logística e Transportes, com a interveniência do Departamento Hidroviário, para a eliminação de gargalos, extensões e terminais na Hidrovia Tietê-Paraná, como, por exemplo, a obra de ampliação do Canal de Nova Avanhandava (aproximadamente 240MM);
- Prosseguimento e adequações do convênio celebrado entre o Estado de São Paulo, por sua Secretaria de Logística e Transportes e pelo Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo – DAESP, e o Município de Ribeirão Preto, tendo por objeto “a execução de obras e serviços previstos no empreendimento RAO INTERNACIONAL (Aeroporto Leite Lopes)”;
- Prosseguimento e adequações ao contrato celebrado entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Logística e Transportes, e Desenvolvimento Rodoviário S.A. - DERSA, no âmbito das providências visando à melhoria do acesso rodoviário à cidade de Santos e ao seu porto;
- Elaboração de minutas de informações em mandados de segurança impetrados por operadores da Hidrovia Tietê-Paraná (HTP), em razão da paralisação da navegação na HTP;
- Elaboração de minutas de informações em mandados de segurança impetrados por transportadores rodoviários de cargas em face da não aplicação, pelo Estado, do quanto disposto no artigo 17 da Lei federal nº 13.103/2015 (isenção de pagamento de pedágio para caminhoneiros que trafeguem com eixos suspensos).

Secretaria da Fazenda Pública

- Delineamento da nova contratação do Banco do Brasil pelo Estado de São Paulo.

Assessoria de Gestão de Imóveis – AGI

- Atuação junto à Administração Pública, Autarquias, Fundações e Empresas, para elaboração de decretos de declaração de utilidade pública ou interesse social, elaboração de minutas de escritura de venda e compra, viabilização de outorgas de uso, bem como apoio jurídico para regularização dominial e fundiária de seus respectivos patrimônios;
- Participação em Conselhos Deliberativos da Fundação ITESP, CIGA - Conselho Intersecretarial Gestor de Assentamentos do Estado de São Paulo e Conselho do Patrimônio Imobiliário, bem como em Grupos de Trabalho para a "Regularização Fundiária em Áreas de

Proteção aos Mananciais" a convite da Associação dos Registradores do Estado de São Paulo e para a "Criação de Varas Especializadas em Conflitos Fundiários", convidados pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;

- Apoio ao Conselho do Patrimônio Imobiliário para o atendimento ao programa de alienação de próprios estaduais, com a regularização imobiliária dos imóveis e elaboração dos editais de licitação;
- Suporte nas questões imobiliárias em projetos de Parceria Público-Privadas, em especial, da Habitação, hospitais e METRÔ e Rodoanel - Trecho Norte;
- Apoio jurídico à Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP nas regularizações posse prevista na Lei nº 11.600/2003 e suas posteriores alterações, assim como na regularização fundiária, em especial do Vale do Ribeira e do Sudoeste Paulista, atuando perante o Núcleo de Avaliação Estratégica - NAE, da Assembleia Legislativa";
- Atuação junto à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, para a solução das demandas entre o Estado de São Paulo e União, especialmente, relativos aos imóveis recebidos em dação em pagamento referentes à extinta FEPASA - Ferrovia Paulista S/A, sucedida pela Rede Ferroviária Federal S/A- RFFSA.

Procuradoria de Procedimentos Disciplinares – PPD

- Edição de 1.467 portarias instauradoras de processos disciplinares e conclusão de 1.506 sindicâncias/processos disciplinares, realização de 3.541 audiências, oitiva de 6.176 pessoas, expedição de 6.091 ofícios (no período de 01.01.2015 a 30.11.2015).

Procuradoria Administrativa – PA

- Elaboração de 115 pareceres jurídicos sobre matéria jurídica de interesse da Administração Pública Direta e Indireta e minuta de 11 petições iniciais de Ações Diretas de Inconstitucionalidade.

Procuradoria para Assuntos Tributários – PAT

- Elaboração de 29 pareceres jurídicos sobre matéria tributária de interesse da Fazenda do Estado.

Procuradoria da Fazenda do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

- Elaboração de 10.367 manifestações e 16 pareceres jurídicos na representação e defesa da Fazenda do Estado perante o Tribunal de Contas.

Medidas administrativas – gestão

- Prosseguimento do projeto de informatização da Área da Consultoria Geral, que tem permitido a disponibilização de todos os pareceres dos vários órgãos de execução da área, com conclusão prevista até março de 2016.
- Em parceria com o Centro de Estudos, foram promovidos diversos cursos e treinamentos, inclusive treinamento presencial e à distância com recursos da tecnologia da informação, para Procuradores e servidores classificados na capital e no interior do Estado.
- Criação em grupos de trabalho para elaborar minutas padronizadas de editais de licitação e minutas de contratos para serem disponibilizadas para toda a Administração Pública estadual.
- Edição da Resolução PGE 23/2015, que autoriza a dispensa de análise pela consultoria jurídica dos processos e expedientes administrativos que tratam de prorrogações de contratos de prestação de serviços contínuos.
- Edição da Resolução PGE 29/2015, que disciplina a elaboração e uso de parecer referencial, a ser adotado em casos que apresentam os mesmos pressupostos fáticos e jurídicos, dispensando a análise individualizada de cada processo pela consultoria jurídica.

4. Assessoria de Empresas e Fundações

Com o objetivo de atuar em conjunto aos departamentos jurídicos das empresas nas quais o Estado detenha a maioria do capital social, bem como das fundações mantidas com recursos públicos, a Assessoria de Empresas e Fundações desenvolveu as seguintes atividades durante o exercício de 2015:

- Inúmeros atendimentos aos órgãos jurídicos para tratar de assuntos de relevo para as empresas e fundações, tais como os reflexos da desoneração da folha de pagamento nos contratos administrativos, medidas relacionadas à extinção de entidades da Administração

Indireta, procedimentos conduzidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM envolvendo o Estado de São Paulo na qualidade de acionista controlador e questões atinentes à prestação dos serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário no Estado de São Paulo;

- Suporte jurídico aos projetos de Parcerias Público-Privadas, acompanhando a execução dos respectivos contratos.
- Acompanhamento de três procedimentos arbitrais envolvendo empresas contratadas pela Secretaria de Transportes Metropolitanos.

5. Centro de Estudos

Área de Aperfeiçoamento

Ao longo do ano de 2015, o Centro de Estudos promoveu diversas atividades de aperfeiçoamento, em variadas modalidades:

1) Por realização própria, nas suas dependências;

2) Pela realização de atividades em parcerias com outras instituições de ensino, nas dependências do Centro de Estudos;

3) Pela aquisição de vagas em eventos e cursos promovidos por outras entidades.

Compreendendo estas três modalidades, o Centro de Estudos, em 2015, abriu **2019 vagas** em **36 diferentes cursos**, ao longo do ano - não computados os cursos regulares oferecidos pela Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado - ESPGE.

Dentre os cursos oferecidos, destacam-se os treinamentos também dirigidos aos representantes jurídicos das empresas, fundações, autarquias e outros, visando a integração da orientação jurídica da Administração, totalizando **71** participantes.

No mês de julho de 2015 foi implantado o sistema informatizado de gestão dos cursos do Centro de Estudos, otimizando as inscrições e permitindo maior transparência através da realização de sorteio eletrônico. Restou também viabilizada a constante avaliação pelo aluno das atividades realizadas pelo Órgão, passando a ser este um requisito para a emissão eletrônica do certificado de participação.

Ainda na área do Serviço de Aperfeiçoamento, destaca-se o deferimento de **136** novos pedidos de ajuda financeira de Procuradores e servidores da PGE, sendo que, atualmente, cerca de **115** integrantes da instituição recebem auxílio para frequência em cursos de graduação, pós-graduação, extensão universitária e cursos de idiomas em instituições privadas.

Os programas pró-livro, pró-software e pró-hardware têm deferido com regularidade a aquisição de material necessário ao desempenho profissional dos Procuradores. Foram deferidos **1682** pedidos de reembolso no âmbito do pró-livro, **218** pedidos no âmbito do pró-software e **172** pedidos no âmbito do pró-hardware.

Área de Divulgação

O Setor de Divulgação promoveu as seguintes atividades durante o ano de 2015, relativas às diversas publicações de responsabilidade do Centro de Estudos:

Distribuição de 264 exemplares das agendas da PGE 2015; distribuição de 1.000 exemplares dos Boletins 2014; distribuição de 940 exemplares dos Boletins 2015; distribuição de 1.100 exemplares da publicação “Prêmio Procuradoria Geral do Estado” 2014, distribuição de 1.820 exemplares da Revista da PGE nº 80; distribuição de 246 exemplares da Revista PPPs – Comercial; distribuição de 282 exemplares do livreto “Lei Orgânica”; distribuição de 450 exemplares da “Nova Lei Orgânica” da Procuradoria Geral do Estado.

Ainda na área de divulgação, destaca-se a distribuição de convites e divulgação dos eventos promovidos pelo órgão, além da gravação de cursos e palestras para compor o acervo da biblioteca.

Área de Biblioteca e Documentação

Na área de Biblioteca, a par da atividade regular de organização e catalogação de obras na base de dados PHL, promoveu-se a captação de doações de livros junto aos Procuradores do Estado e autores, sendo incorporadas 51 novas obras ao Acervo.

Por fim, destaca-se a adaptação de espaço de prédio próprio em auditório, na Procuradoria Regional de Sorocaba, que viabilizará o treinamento presencial de profissionais desta e das Regionais mais próximas.

Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado - ESPGE

1) **3** cursos de pós-graduação, simultaneamente, (Especialização em Direito Ambiental, Especialização em Direito Processual Civil e Especialização em Direitos Fundamentais e Políticas Públicas), contemplando, no período, **92** alunos;

2) **9** aulas abertas e workshops;
3) **4** cursos de extensão:
(409 alunos) “Novo Código de Processo Civil e a Advocacia Pública” em 6 módulos, em parceria com a Advocacia Geral da União – AGU e com a Procuradoria Geral do Município de São Paulo - PGM;
(41 alunos) “Relações do Estado com Terceiro Setor”, ministrado em parceria com a Procuradoria Geral do Município de São Paulo – PGM;
(15 alunos) Didática do Ensino Superior e Oratória;
(42 alunos) “Direito Previdenciário Público.

Todos os cursos de extensão da ESPGE foram realizados com turmas presenciais e virtuais, por meio de “streaming”. Nesta modalidade foram matriculados **899** alunos, dentre os quais **507** profissionais da PGE.
Foi disponibilizado um número ilimitado de vagas através da Internet, nos Cursos de Extensão semipresenciais promovidos pela ESPGE e pelo Serviço de Aperfeiçoamento, permitindo, inclusive, aos profissionais não inscritos, o acompanhamento das aulas e palestras de interesse por meio do sistema de “streaming”.
O conjunto de tais atividades relacionadas aos Programas da ESPGE e do Serviço de Aperfeiçoamento resultou a emissão de **1697** certificados de participação, sem prejuízo dos emitidos pela Advocacia Geral da União e pela Procuradoria do Município de São Paulo, aos seus respectivos profissionais, nos cursos cuja parceria foi acima relatada.

6. Atividade Correicional
A Corregedoria da PGE realiza o controle interno de legalidade e eficiência. Em 2015, as principais medidas foram:
1. Autuação de novos processos - **19**
2. Processos arquivados - **51**
3. Apurações Preliminares - **07**
4. Sindicâncias Administrativas - **04**
5. Processos Administrativos Disciplinares - **02**
6. Portarias expedidas - **06**
7. Audiências realizadas - **11**
8. Diligências realizadas – **04**
9. Correições Ordinárias - **03**
10. Visitas de Inspeção - **00**
11. Estágios Confirmatórios - Acompanhamento - **124**
12. Estágios Confirmatórios - Autuação - **01**
13. Ofícios expedidos - **35**
14. Planos de Aulas recebidos – **44**

7. Coordenadoria de Precatórios
Em 2015, ainda sob o Regime Especial da EC 62/09, foi despendido um total de R$ 2.356.563.918,73 no atendimento de condenações judiciais, sendo R$ 2.060.824.025,97 no atendimento a precatórios (creditados em conta do Tribunal de Justiça do Estado, nos termos e para os fins da EC 62/2009), e R$ 295.739.892,76 no atendimento a requisições diretas de pagamento de obrigações de pequeno valor, beneficiando um total de 39.749 credores de pequenos valores. No desempenho e em decorrência dessa atividade, no ano foram movimentados 20.423 processos e expedientes, resultando em 11.334 despachos e manifestações, 935 ofícios, 6 reuniões e 10 diligências externas, mais 123 petições e respostas a petições, no exercício do contencioso judicial em processos de sequestro, intervenção federal e ações relacionadas a estes (mandados de segurança e cautelares).
Cabe ainda destacar, que em 25.03.2015 o Supremo Tribunal Federal modulou os efeitos do julgado nas ADIs 4.357 e 4.425, entendendo pela manutenção do regime especial de pagamentos por mais cinco exercícios, a contar de 2016. De outro norte, no bojo da ADI 4.425, ao que tudo indica, restou reaberta a discussão acerca da constitucionalidade do regime de pagamentos instituído pela EC 62/2009, pois no processamento dos Embargos de Declaração opostos pelo Congresso Nacional, pelo voto do Ministro Fachin, acolhido por decisão da maioria dos demais Ministros, restou convertido o julgamento em diligência e determinada a oitiva das partes interessadas. Em que pese o referido cenário, os tribunais locais (Tribunal de Justiça, Tribunal Regional Federal da 3a Região, Tribunal Regional do Trabalho da 2a Região e Tribunal Regional do Trabalho da 15a Região) e demais tribunais superiores (STJ e TST) continuam

adotando interpretações próprias e singulares acerca do regime de pagamento de precatórios, gerando recursos fazendários e o recrudescimento da litigiosidade.

8. Procedimento Administrativo de Reparação de Danos

A Lei Estadual nº10.177/98, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 44.422/99, dispensa o particular lesado de recorrer ao Poder Judiciário para obter satisfação cabível, evitando, por outro lado, os consectários legais de uma condenação para o Estado.

- Pedido de indenização administrativa: **12** novos expedientes foram protocolados.
- Indenizações deferidas: **8**
- Indenizações indeferidas: **5**
- Pagamento: **R$ 14.294,02**

Objeto dos pedidos de indenização: depredação de bem particular; avarias em veículo por má conservação de prédio público, prisão indevida, extravio de bens em poder do Estado, má atuação de agente público, procedimentos administrativos.

9. Assessoria de Tecnologia da Informação e Comunicação

Instituída pela Resolução PGE nº 44, de 20.8.2009. Está vinculada ao Gabinete do Procurador Geral do Estado**. Atribuições:** traçar metas e diretrizes relativas ao planejamento, coordenação e organização dos recursos de tecnologia da informação e comunicação no âmbito da Procuradoria Geral do Estado.

Destaque, em **2015**, para as seguintes medidas:

- Aquisição e instalação de uma solução de Business Intelligence – BI em nuvem para o acompanhamento e gerenciamento da cobrança da dívida ativa do estado.
- Aquisição de equipamentos de informática para a ampliação e atualização do parque tecnológico da PGE. Foram adquiridos os seguintes equipamentos:

a) 304 microcomputadores;
b) 49 scanners;
c) 96 impressoras.

- Atualização de versão do sistema PGE.net. A versão 4.06 confere maior versatilidade ao sistema, principalmente para o trabalho com processos eletrônicos. As alterações introduzidas são necessárias para o ajuizamento e acompanhamento das execuções fiscais eletrônicas das Comarcas do interior do Estado.
- Implantação do programa de gestão eletrônica de processos e documentos – GED nas Secretarias faltantes, bem como o desenvolvimento de módulo de integração com o programa PGE.net para cumprimento mais célere das obrigações de fazer.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

42000 - Defensoria Pública do Estado de São Paulo

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**701.423.057,00**	**732.266.170,76**	**8.206.201,52**	**740.472.372,28**	**722.506.067,27**
Pessoal e Encargos Socias	324.490.033,00	320.919.754,92	0,00	320.919.754,92	296.122.534,44
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	376.933.024,00	411.346.415,84	8.206.201,52	419.552.617,36	426.383.532,83
Despesas de Capital	**5.000.020,00**	**2.722.507,69**	**1.827.047,96**	**4.549.555,65**	**3.552.102,05**
Investimentos	5.000.020,00	2.722.507,69	1.827.047,96	4.549.555,65	3.552.102,05
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**706.423.077,00**	**734.988.678,45**	**10.033.249,48**	**745.021.927,93**	**726.058.169,32**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

42000 - Defensoria Pública do Estado de São Paulo

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
4200 - Assistência Jurídica, Integral e Gratuita aos Necessitados	**706.423.077,00**	**734.988.678,45**	**10.033.249,48**	**745.021.927,93**	**726.058.169,32**
Despesas Correntes	701.423.057,00	732.266.170,76	8.206.201,52	740.472.372,28	722.506.067,27
Despesas de Capital	5.000.020,00	2.722.507,69	1.827.047,96	4.549.555,65	3.552.102,05
Despesa Total	**706.423.077,00**	**734.988.678,45**	**10.033.249,48**	**745.021.927,93**	**726.058.169,32**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

A Defensoria Pública, instituição essencial ao sistema de Justiça, tem como missão institucional prover assistência jurídica integral e gratuita, no âmbito extrajudicial e judicial, àqueles que não têm condições financeiras de constituir um advogado sem prejuízo da sua própria subsistência ou de sua família. Seu público-alvo é a população de baixa renda de todo o Estado de São Paulo.

Em razão da própria feição constitucional e legal do conceito de necessitado, o critério para aferição de tal necessidade, ou hipossuficiência, não obedece a parâmetros rígidos e inflexíveis, observando-se o grau de comprometimento da renda do beneficiário do serviço e natureza de suas despesas. Sem embargo, adota-se, como critério básico, o patamar de 3 (três) salários mínimos de renda familiar como teto para a obtenção do atendimento pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, o que certamente atinge parcela considerável da população.

São fundamentos para a atuação da instituição a prevenção dos conflitos, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalidade e a redução das desigualdades sociais e regionais.

De acordo com o artigo 134, § 2º, da Constituição Federal às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional, administrativa e iniciativa de sua proposta orçamentária, bem como o recebimento de seus recursos por meio de duodécimos (artigo 168 da CF/88).

A Lei Complementar Estadual nº 988, de 09 de janeiro de 2006, que criou a Instituição no Estado de São Paulo, impõe à Defensoria o dever de primar pela prevenção dos conflitos, mediante atividades pedagógicas voltadas à transferência de conhecimento jurídico elementar à população, e pela solução extrajudicial dos conflitos. Cabe ao órgão, ainda, a realização de atendimento multidisciplinar, através dos Centros de Atendimento Multidisciplinar – CAM's, que contam com psicólogos e assistentes sociais que compõem o quadro da instituição. Em outro campo, a Defensoria conta com Núcleos Especializados, que atuam como órgãos de apoio aos Defensores Públicos e, simultaneamente, recebem demandas de natureza coletiva e de maior complexidade.

A Defensoria Pública tem a incumbência de atuar em todos os casos de competência da Justiça Estadual, acompanhando os processos até os tribunais superiores e o Supremo Tribunal Federal.

As duas grandes áreas de atuação judicial da Defensoria são a cível, que abrange toda a área de família, sucessões, infância, obrigações e contratos, direito imobiliário e registral, e ações contra o próprio Poder Público, e a área criminal, na qual se insere a atuação nas varas criminais, no Tribunal do Júri, execução criminal, análise dos autos de prisão em flagrante e atuação nos procedimentos de apuração de ato infracional (área da infância e juventude).

Ainda em razão da sua disciplina legal a Defensoria tem promovido a descentralização de sua atuação, de modo a assegurar prioridade para as regiões com maiores índices de exclusão social e adensamento populacional, criando-se em cada unidade regional instalações apropriadas para atendimento à população de baixa renda.

Seguem, abaixo, as atividades desenvolvidas ao longo de 2015, tanto no cumprimento do escopo institucional, quanto no campo administrativo e de outras atividades-meio.

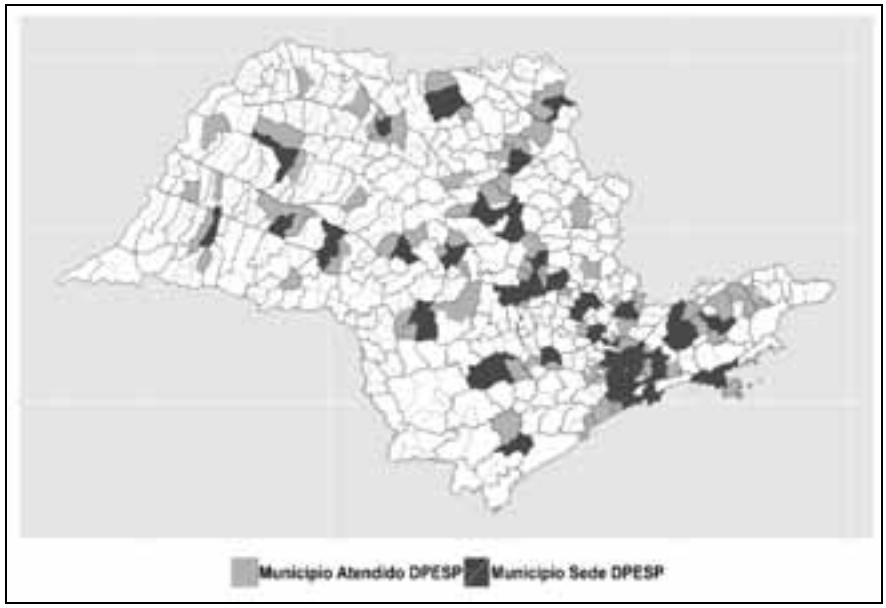
I - Defensoria Pública do Estado de São Paulo: Expansão, Atendimentos, Conselho Superior, Transparência e Modernização

I.a - Expansão Institucional

Com o advento da lei complementar 1.189 de 2012, que criou 400 (quatrocentos) novos cargos de Defensor Público do Estado de São Paulo, fez-se necessário um aprofundado debate sobre o planejamento do crescimento institucional, considerando os locais em que a Defensoria Pública já está instalada e as atividades atualmente desempenhadas, diretamente ou por meio de convênio, bem como as comarcas que devem receber Unidades da Instituição, considerando a possibilidade de sua expansão geográfica no Estado de São Paulo.
O complexo trabalho de planejamento da expansão institucional tem envolvido diversos setores da Administração Superior e sucessivas reuniões temáticas, seja com a sociedade civil, seja com os Defensores Públicos de cada uma das áreas de atuação da Defensoria Pública do Estado, visando à obtenção de critérios balizadores da produtividade institucional e à fixação de índices de referência para cada órgão de atuação, sem descurar da ampla gama de atividades

envolvidas nas atribuições dos Defensores Públicos, muitas das quais fogem à tradicional divisão judiciária.
Com este propósito, foi iniciado desde 2012 sucessivos ciclos de debates que têm pautado distribuição dos cargos de Defensores Públicos incorporados desde o início de 2013, ao quadro institucional.
A cada ciclo de expansão a instituição busca observar não só a sua produtividade, mas também ampliar sua atuação geográfica, observando a demanda processual, indicadores socioeconômicos e a vulnerabilidade social.
Assim, após a expansão institucional ocorrida em 2014 optou-se por fortalecer e ampliar a atuação nas unidades já instaladas e com infraestrutura adequada razão pela qual não foram criadas novas Unidades, mas feitos investimentos nas já existentes.

Mapa1. Unidades da Defensoria Pública do Estado de São Paulo



Analisando a distribuição geográfica em conjunto com as áreas de atuação da Defensoria Pública, o cenário institucional observado segue sistematizado na tabela 3, logo baixo.

Tabela 1. Número de defensores públicos por área e região de atuação

Região/ tipo de atividade	Cível	Cível e infância	Infância	Infância e criminal	Criminal	Cível e criminal	Violência Doméstica	Total 2014
Capital	139	6	16	0	105	0	6	272
Região Metropolitana de São Paulo (excetuada Capital)	54	2	11	11	34	0	0	112
Interior e litoral	110	5	23	27	107	1	1	274
Núcleos Especializados								22
Administração Superior								39
Total	303	13	50	38	246	1	7	719

I.b - Atendimentos Realizados

Foram realizados 1.458.026 (um milhão quatrocentos e cinquenta e oito mil e vinte e seis) atendimentos à população carente nas 43 (quarenta e três) Comarcas em que a Instituição está instalada no Estado de São Paulo, e ações que tiveram por objetivo garantir a qualidade do atendimento ao cidadão e a defesa dos direitos dos mais necessitados no Estado. Essas ações podem ser divididas em dois grupos: atividades dos Núcleos Especializados e das Regionais.

Tabela 2. Atendimentos realizados em 2014 e 2015 pelos defensores públicos

Tipo de Relatório/atividade	Especificação	2014	2015
Coordenadoria	Atendimento população	177.094	164.582
	Atendimento ONG	3.222	1.925
Execução criminal	Atendimento sentenciado	26.056	28.956
	Atendimento parentes	50.979	55.137
Infância e juventude	Atendimento infracional	24.457	25.167
	Atendimento não infracional	17.926	22.557
Criminal	Atendimento	128.899	131.332
Cível	Atendimento	377.882	429.939
Atividade de especial dificuldade	Atendimento	518.130	598.431
Total de atendimentos		**1.369.021**	**1.458.026**

Fonte: relatórios da Corregedoria-Geral da Defensoria Pública.

Além dos atendimentos realizados pelos defensores públicos, vale destacar também os atendimentos realizados pelos agentes integrantes dos Centros de Atendimento Multidisciplinar (CAM).

Os Centros de Atendimento Multidisciplinar (CAM), conforme previsão pela Lei Complementar Estadual nº 988 de 2006, destinam-se a garantir um atendimento integral e interdisciplinar aos cidadãos que procuram a Defensoria Pública. Atualmente são compostos por profissionais de Psicologia e Serviço Social, que integram a carreira de Agente de Defensoria Pública e fornecem assessoria aos defensores públicos.

Tendo iniciado sua atuação em abril de 2010, os CAMs oferecem atendimento especializado à população, mediante escuta qualificada daqueles que demandam intervenções que extrapolam o âmbito judiciário, tendo em vista a garantia dos direitos sociais pelo acesso às políticas públicas por meio da articulação com a rede de serviços. Os profissionais do CAM também atuam na composição extrajudicial de conflitos, participando da facilitação, conciliação e mediação dos mesmos, na perspectiva de garantia da autonomia das pessoas sobre as decisões que afetam suas vidas, diante de um conflito. Por fim, a atuação desses profissionais também se concretiza com a elaboração de laudos periciais, de modo a subsidiar a defesa dos usuários da Defensoria Pública.

Seguem alguns números sobre a atuação do CAM.

- Quantidade de Psicólogos Agentes de Defensoria em 2015: 55
- Quantidade de Assistentes Sociais Agentes de Defensoria em 2015: 53
- Quantidade de casos novos atendidos/acompanhados: 16.204

- Quantidade de casos atendidos de conciliação/mediação de conflitos: 5.708, sendo que 67% destes foram frutíferos, no sentido de resultarem em acordo, evitando sua judicialização e atendendo aos interesses dos usuários da DPESP;
- Quantidade de atendimentos especializados realizados pelos psicólogos e assistentes sociais: 12.675
- Quantidade de Relatórios, Laudos Periciais, Pareceres e outras produções técnicas desenvolvidas por psicólogos e assistentes sociais: 2.793
- Quantidade de encaminhamentos a outros equipamentos e órgãos públicos, visando garantir o acesso a políticas públicas e direitos sociais (por exemplo, políticas de saúde, assistência social, habitação educação, etc.): 4.819
- Quantidade de visitas domiciliares realizadas: 183
- Quantidade de visitas institucionais realizadas: 147
- Quantidade de casos atendidos envolvendo vítimas e/ou agressores em casos de violência contra crianças, adolescentes, mulheres, idosos e pessoas com deficiência: 2192
- Quantidade de casos atendidos envolvendo pessoas em sofrimento ou com transtorno mental: 1.144
- Quantidade de casos atendidos envolvendo pessoas que fazem uso problemático de drogas: 1.841

I.c - Conselho Superior - CSDP

O Conselho Superior da Defensoria Pública, órgão normativo da instituição, é composto pelo Defensor Público-Geral do Estado, o Segundo Subdefensor Público-Geral do Estado, o Terceiro Subdefensor Público-Geral do Estado, o Defensor Público do Estado Corregedor-Geral, o Ouvidor-Geral da Defensoria Pública, um representante dos Núcleos Especializados, um representante das Defensorias Regionais, um representante da Defensoria situada na Capital, um representante de cada classe da carreira. Suas sessões ordinárias ocorrem semanalmente e sua regulamentação está prevista entre os artigos 26 e 31 da lei Complementar 988, de 09 de janeiro de 2006. Abaixo seguem as principais atividades realizadas pelo Conselho Superior da Defensoria Pública

- Quantidade de sessões ordinárias: 46
- Quantidade de sessões extraordinárias: 20
- Quantidade de reuniões administrativas: 00 reuniões administrativas, regulamentadas pela Deliberação 277/13.
- Quantidade de sessões virtuais: 10 sessões virtuais, regulamentada pela Deliberação CSDP nº 315/15
- Quantidade de processos julgados: 630
- Quantidade de Deliberações aprovadas: 13
- Quantidade de processos autuados pela secretaria do CSDP: 640
- Quantidade de Consultas públicas realizadas pelo CSDP: 4 consultas públicas, relativas ao processo CSDP 135/11, 355/2013, 359/2013 e 210/14
- Plataforma de acompanhamento das demandas apresentadas no “Momento Aberto” do Conselho Superior da Defensoria Pública: (http://spfapp01.defensoria.sp.gov.br/dpesp/csdp/momentoaberto/default.aspx): 02 demandas, disponíveis no portal.

Com relação ao último item, destaca-se que o “O Momento Aberto é destinado a manifestações de Cidadãos, Servidores e Defensores, inscritos até 15 (quinze) minutos antes do início da sessão, sobre qualquer assunto atinente à Defensoria Pública”, conforme o art. 31 da Deliberação nº 1/2006 do CSDP, nos termos do que prevê do § 4º, artigo 29 da Lei Complementar nº 988/2006.

Assim, a plataforma foi criada para facilitar ainda mais o registro das demandas levadas ao Conselho Superior da Defensoria Pública, por meio deste mecanismo de participação, e a transparência quanto aos encaminhamentos realizados pelos CSDP. Desta forma, a partir da aprovação da Deliberação CSDP 275/13, em 14/06/2013, o momento aberto passou a ser disponibilizado no sítio eletrônico do CSDP.

I.d - Transparência – Serviço de Informações ao Cidadão – SIC

Em obediência ao disposto na Lei 11.527/11, que regulamenta o acesso às informações públicas, a Defensoria Pública do Estado aperfeiçoou sua gestão transparente de documentos, dados e informações.

A partir de 03/02/2014 o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC passou a contar com servidores específicos para atendimento e processamento dos pedidos de informações recebidos no Sistema e-SIC e no Canal de Atendimento Fale Conosco que a Defensoria Pública disponibiliza ao cidadão.

Em 2015 foram registrados no Sistema e-SIC 46 pedidos de informação, todos respondidos dentro do prazo legal, com diversos objetos, consoante se denota no quadro a seguir.

O Canal de Atendimento Fale Conosco, registrou em 2015 e recebimento de 11.391 mensagens enviadas pelos cidadãos que acessaram o Portal da Defensoria Pública na Internet e manifestaram interesse pelos serviços prestados pela Instituição em suas diversas áreas de atuação, conforme se verifica do quadro a seguir. As mensagens encaminhadas pelos cidadãos a este canal são respondidas no momento do recebimento.

No total, em 2015, foram analisados 11.437 pedidos de informações e respondidos no prazo legal.

Tabela 3. Solicitações registradas no SIC

Objeto das Solicitações	Quantidade
Questões relacionadas ao Atendimento	8
Questões relacionadas a Concurso Público	10
Solicitação de cópias de documentos da DPE(Editais, Contratos e Atas)	7
Solicitação de autorização para pesquisas	4
Informações sobre ações propostas pela DPE	3
Informações sobre questões administrativas/Adm. Superior	9
Quantidade de Defensores Públicos	5
Total	**46**

Tabela 4. Solicitações registradas no Canal de Atendimento Fale Conosco:

Objeto das Solicitações	Quantidade
Assessoria Criminal	4
Assessoria da Qualidade	214
Atendimento	2.057
Cível	3.421
Comunicação Social	9
Convênio OAB	483
Criminal	806
DPU	1.340
DRH	158

Objeto das Solicitações	Quantidade
EDEPE	2
Família	2.768
Fazenda Pública	38
Infância e Juventude	26
Núcleos Especializados	6
Ouvidoria-Geral	21
Reclamação Outros Órgãos	6
SIC	32
Total Geral	**11.391**

I.e - V Ciclo de Conferências Públicas

De acordo com a Lei Complementar 988/2006, são direitos das pessoas que buscam atendimento na Defensoria Pública do Estado de São Paulo, dentre outros, a participação na definição de diretrizes institucionais da Defensoria Pública e no acompanhamento da fiscalização das ações e projetos desenvolvidos pela Instituição, da atividade funcional e da conduta pública dos membros e servidores. A Conferência Estadual e as Pré-Conferências Regionais constituem o principal mecanismo garantidor da participação social na gestão da Defensoria.

O Ciclo de Conferências ocorre a cada 2 anos em todo o Estado com o objetivo de identificar as principais demandas da sociedade civil, debater coletivamente políticas públicas e definir diretrizes para a atuação da Defensoria. O Ciclo de Conferências é composto por Pré-Conferências Regionais e a Conferência Estadual.

Compete à Defensoria Pública do Estado o monitoramento contínuo das ações voltadas à implementação dos enunciados constantes dos relatórios das Conferências, assim como a divulgação desses resultados.

Nesse sentido, foram realizadas 4 reuniões – com videoconferência em todas as Regionais da Defensoria Pública – para monitoramento das metas aprovadas no IV Ciclo de Conferências, nos meses de abril e dezembro de 2014, julho de 2015 e janeiro de 2015.

Em 2015 foi realizado o V Ciclo de Conferências da Defensoria Pública. Foram 22 Pré-Conferências realizadas entre os meses de agosto e outubro, com 1.025 participantes externos (representantes do Poder Público e da Sociedade Civil). Nas Pré-Conferências foram eleitos 141 delegados para debaterem as 424 propostas encaminhadas para a Conferência Estadual.

Em 23 de novembro de 2015 foi realizada uma reunião preparatória para a Conferência Estadual com os delegados eleitos neste Ciclo, com o intuito de informar os participantes sobre transporte; hospedagem; programação e organização dos trabalhos da Conferência Estadual; regimento; e entrega dos materiais que seriam utilizados, de modo que os delegados pudessem se apropriar com antecedência das propostas encaminhadas por todas as Regionais.

A Conferência Estadual foi realizada nos dias 04 e 05 de dezembro de 2015 e foram aprovadas 50 propostas, sendo:

- 9 de “Cidadania, Direitos Humanos e Meio Ambiente”
- 6 de “Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito”
- 2 de “Direitos do Consumidor”
- 8 de “Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência
- 6 de “Habitação, Urbanismo e Conflitos Agrários”
- 9 de “Infância e Juventude”
- 3 de “Política Institucional e Educação em Direitos”
- 5 de “Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher”
- 2 de “Situação Carcerária”

Além das propostas foram aprovadas 76 moções.
As propostas estão sendo analisadas com vistas à elaboração do Plano de Atuação que será remetido ao Conselho Superior da Defensoria Pública, órgão competente para apreciação e aprovação.

II - Medidas Administrativas

Principais ações adotadas em 2015:

II.a - Estruturação das regionais e unidades da Defensoria

II.a.a - Instalação de novos espaços

- Novas sedes instaladas: São Carlos, Jacareí, Campinas, Franco da Rocha, Limeira.
- Nova sala em Fórum: São José do Rio Preto-Civil, São Carlos, Bragança Paulista - Guarulhos Família, Guarulhos Infância e Juventude, Registro, São José do Rio Preto-Criminal, Santo Amaro, Presidente Prudente, Itanhaém, Atibaia, Palácio da Justiça, Jabaquara, São Carlos.

II.a.b - Estruturação das salas utilizadas nos fóruns e nas sedes da Defensoria Pública

Visitas Técnicas para adequação de infraestrutura física.

- Araçatuba: vistoria de divisórias, vistoria na unidade Civil e criminal referente a acessibilidade, reunião com proprietário para tratar adequação da unidade;
- Araraquara: vistoria instalação de persianas;
- Caraguatatuba: visita na inspeção de construção da nova Sede, layout do fórum;
- Marília: Reunião com proprietário para tratar adequação da unidade, vistoria de recebimento de serviço de instalação de persianas, vistoria para recebimento de imóvel, vistoria de acessibilidade referente ao PA 1812/2011;
- Santo Amaro: Levantamento para instalação de sala de Fórum Santo Amaro;
- Avaré: alterações no layout;
- Barretos: vistoria de diagnóstico de acessibilidade nas unidades; vistoria e recebimento de serviço de instalação de persianas;
- Bauru: vistoria de recebimento de serviço de instalação de persianas na Unidade e Sala de Fórum; reunião com proprietário para tratar pendências; vistoria de acessibilidade referente ao PA 1812/2011;
- Bragança Paulista: visita em imóvel para locação, vistoria de medição para confecção de planta e layout;
- Campinas: verificação de problemas no layout aprovado anteriormente, verificação de sistema de incêndio, visita para tirar medidas referente ao 682/2015, visita para verificar porta de incêndio, vistoria conjunta CTI / Sistek para definição da sala de equipamentos e demais itens de telecom.; vistoria da unidade – infiltração;
- Carapicuíba: verificar se serviço da prefeitura foi realizado, acompanhamento de obra;
- Ferraz de Vasconcelos: acompanhamento de obra;
- Franca: vistoria de recebimento de serviço de instalação de persianas na Unidade e medição na Sala de Fórum, vistoria em possível imóvel para unidade da Defensoria e sala de fórum;
- Franco da Rocha: reunião com proprietário para tratar de acessibilidade e sistema de Incêndio, visita referente a vazamento na Unidade;
- Guarujá: vistoria na Sala de Fórum para verificar condições ambientais;
- Guarulhos: inspeção na sala de Fórum e Instalação de lâmpada, reunião com proprietário para tratar pendências, reunião para emissão da ordem de serviço Contrato 029/2015, vistoria para solução de questões de layout; vistoria para verificação de infiltrações na sala do fórum;

- Itapetininga: alterações dos layouts, visita para tratar situação do elevador, vistoria do imóvel;
- Jacareí: verificação de problema na divisória, visita na sala de apoio ao fórum para verificar viabilidade de mudança de sala, vistoria em sala de Fórum; visita nas unidades de para acessibilidade e manutenção predial;
- Jundiaí: vistoria e medição do subsolo e demais pavimentos para acerto do serviço de limpeza; acompanhamento de obra;
- Limeira: verificação de problemas na abertura porta de entrada da unidade;
- Mauá: vistoria de acessibilidade referente ao PA 1812/2011, medição para acerto e verificação de layout do subsolo, prospecção de imóvel para ampliação ou mudança da unidade, vistoria Técnica Unidade Mauá;
- Mogi das Cruzes: visita para solucionar problemas vazamentos; vistoria do imóvel;
- Piracicaba: medição de salas de fórum e alterações; recebimento de serviço de instalação de divisórias (todos pavimentos); vistoria instalação de persianas
- Praia Grande: vistoria da unidade – infiltração;
- Presidente Prudente: vistoria instalação de divisória no Fórum;
- Ribeirão Preto: vistoria de diagnóstico de acessibilidade nas unidades; vistoria instalação de persianas
- Rio Claro: acompanhar serviço na sala do fórum, visita na nova unidade para verificar infiltrações, vistoria instalação de divisória; vistoria de diagnóstico de acessibilidade;
- Santo André: visita para solucionar problemas vazamentos, reunião com empreiteira para tratar sobre reforma da unidade, vistoria da unidade;
- Santos: visita na sala de Fórum, visita no fórum e na unidade para avaliar mudança de sala;
- São Carlos: medição de salas de fórum e alterações, verificação e recebimento de serviço de instalação de persianas; vistoria instalação de persianas
- São José do Rio Preto: vistoria e recebimento de serviço de instalação de persianas, vistoria em imóveis para prospecções; vistoria de recebimento de serviço de instalação de divisória na Sala de Fórum Cível e vistoria na Unidade e Fórum Criminal
- São José dos Campos: visita nas unidades de para acessibilidade e manutenção predial, vistoria alteração de layout, vistoria técnica Unidade; vistoria instalação de persianas;
- São Paulo: Análise de água após infiltrações no subsolo do prédio da rua Boa Vista, 103, Vistoria Técnica Unidade Santana; vistoria no subsolo da Unidade da rua Boa Vista, 150, Remoção de cofres do subsolo da rua Boa Vista, 150, medição de carga elétrica na sala de fórum de Santana e verificação de pendências de manutenção na unidade Santana; Verificação das condições do mezanino da rua Boa Vista, 150 para possível ocupação; Vila Prudente: vistoria para levantamento de necessidade de obras de adequação; Brás: vistorias diversas para verificação de problemas em divisórias, infiltrações, pisos e manutenções na regional Infância e Juventude; Líbero Badaró: vistoria para verificação das condições do imóvel para obras e ocupação;
- São Sebastião: vistoria instalação de persianas;
- São Vicente: Vistoria da construção da nova unidade, vistoria de recebimento da obra da nova sede da DPESP; acompanhamento de obra;
- Sorocaba: alterações dos layouts, acerto de layout, visita para verificar infiltrações e queda do forro da Regional Sorocaba; vistoria em imóveis para prospecções;
- Taubaté: vistoria na unidade para elaboração de projeto básico, vistoria para confecção de planta e layouts dos 3 fóruns;
- Tupã: vistoria de divisórias e recebimento de imóvel, vistoria de recebimento de imóvel;

Obras e Serviços de Engenharia

- Realizados

- 5824/2014 - Prestação de Serviço de Manutenção e Conservação de Jardins e Prestação de Serviço de Limpeza e Higienização do Sistema de Coleta e Condução de Águas Pluviais, conforme memorial descritivo;
- 2545/2013 - Aquisição de Portas de Vidros da Infância Juventude;
- 3672/2013 - Contratação de empresa para execução de projeto de segurança para obtenção do AVCB do prédio da Rua Boa Vista, 200;
- 0484/2014 - Aquisição de gabinete para Unidade Barretos;
- 4093/2014 - Manutenção e pintura do portão na Unidade Penha de França;
- 3376/2013 - Reforma Elétrica / Entrada de Energia da Unidade Penha de França;
- 3126/2013 - Aquisição de porta de vidro para isolamento climático da Unidade Guarulhos;
- 3802/2014 - Pintura externa da Regional de Jundiaí;
- Instalação ar condicionado sala de Fórum São Bernardo do Campo;
- Instalação ar condicionado sala de Fórum Bauru;
- 3517/2013 - Instalações de Infraestrutura Elétrica na Sala do Fórum de São Bernardo do Campo;
- 6477/2014 - Adesivamento do Portão;
- 5757/201414 - Manutenção Geral II;
- 5771/2014 - Instalação ar condicionado Guarulhos II
- 0475/2014 - Instalação ar condicionado sala fórum Barretos;
- 1584/2015 - Instalação de um Cooktop elétrico ou por indução que dispense o uso de gás do tipo;
- 0475/2014 - Climatização sala fórum Ribeirão Preto;
- 1462/2015 - Dedetização da Unidade de Avaré, dedetização e desratização das Unidades Carapicuíba e dedetização e desratização da Unidade Infância e Juventude;
- 2181/2015 - Reforma Geral da Entrada de Energia da Unidade Taubaté - São Paulo.
- 5536/2014 - Climatização Unidade Vila Mimosa;
- 5778/2014 - Contratação de serviços para adequação da rede elétrica e instalação de lâmpadas de emergência

Obras e Serviços de Arquitetura

- Realizados

- 5080/2014 - Aquisição de Instalação de Persianas Unidade de Jacareí;
- 5556/2014 - Aquisição de Instalação de Persianas Unidade de Franco da Rocha José;
- 794/2015 - Instalação de divisórias na unidade de Mogi das Cruzes;
- 2518/2014 - Aquisição de Instalação de Persianas Unidade do Guarujá;
- 795/2015 - Instalação de divisórias na unidade de Piracicaba;
- 767/2015 - Aquisição de Instalação de Persianas Unidade de Guarulhos II;
- 2486/2013 - Aquisição de Instalação de Persianas Galpão de Infraestrutura;
- 768/2015 - Aquisição de Instalação de Persianas Rua Boa Vista; 150;
- 1464/2015 - Aquisição de Instalação de Persianas Fórum Central - sala 720;
- 4046/2014 - Aquisição de Instalação de Persianas Unidade de Bauru;
- 4046/2014 - Aquisição de Instalação de Persianas Fórum de Bauru;
- 773/2015 - Aquisição de Instalação de Persianas Unidade de Marília;
- 773/2015 - Aquisição de Instalação de Persianas Fórum de Marília;
- 485/2014 - Aquisição de Instalação de Persianas Unidade de Barretos;
- 1921/2013 - Aquisição de Instalação de Persianas Unidade de Franca;
- 3055/2013 - Prestação de serviços de instalação de porta e fechamento no edifício sede da Rua Boa Vista, nº 200;

- 1914/2015 - Utilização da ARP nº 33/2014 para sala de Fórum de Bragança Paulista;
- 1915/1 – 2015 - Utilização da ARP nº 33/2014 para Unidade de Guarulhos;
- 798/2015 - Aquisição e instalação de divisórias para a Corregedoria;
- 792/2015 - Aquisição e instalação de divisórias para a sala de apoio no Fórum de São José do Rio Preto;
- 1081/2015 - Aquisição e instalação de divisórias para a Sede Administrativa II;
- 34/2014 - Instalação de persianas Sala de Fórum Jabaquara;
- 769/2015 - Aquisição e instalação de persianas para a Unidade Jundiaí;
- 1080/2015 - Aquisição e instalação de divisória para a Unidade Araçatuba (Criminal);
- 796/2015 - Aquisição e instalação de divisórias para sala de Fórum de Presidente Prudente;
- 6109/2014 - Aquisição e instalação de persiana para Unidade Piracicaba;
- 643/1 – 2015 - Utilização da Ata de Registro de Preços de Persianas - Unidade de São Sebastião;
- 2453/2013 - Persianas para o Fórum Criminal da Comarca de São Carlos;
- 1991/2013 - Instalação de Persianas no Fórum de Araraquara;
- 688/2015 - Aquisição e instalação de persianas na Regional de Ribeirão Preto;
- 778/2015 - Aquisição e instalação de persianas para a Unidade São José dos Campos;
- 4962/2015 - Utilização da ARP nº 31/2014 para instalação de persianas e bandôs na Unidade São Carlos;
- 797/2015 - Aquisição e instalação de divisórias para Unidade Marília;
- 4645/2015 - Utilização da ARP nº 33/2014 para contratação dos serviços de instalação de divisórias na Sala de Apoio no Fórum de Santo Amaro;
- 4646/2015 - Utilização da ARP nº 33/2014 para contratação dos serviços de instalação de divisórias na Unidade de Campinas (Pq. São Quirino);
- 4643/2015 - Utilização da ARP nº 33/2014 para contratação dos serviços de instalação de divisórias para complementação na Unidade de Bauru;
- 5898/2015 - Utilização da ARP nº 33/2014 para instalação de divisórias na Unidade de Tupã;
- 6154/2015 - Utilização da ARP nº 33/2014 para instalação de divisórias na Regional Rio Claro
- 4129/2015 - Aquisição e instalação de Persianas - UA Itapetininga;
- 9063/2015 - Aquisição e Instalação de Persianas - UA São Vicente;
- 8352/2015 - Aquisição e Instalação de Persianas - UA Santos.

Em andamento

- 6101/2015 - Utilização da ARP nº 33/2014 - Unidade Infância e Juventude – VEIJ;
- 9062/2015 - Aquisição e Instalação de Persianas - UA Caraguatatuba;
- 8350/ 2015 - Aquisição e Instalação de Persianas - Auditório BV 200;
- 1322/2015 - Aquisição e Instalação de Persianas - Sala Reunião BV 103 - 7º Andar;
- 8351/2015 - Aquisição e instalação de Persianas - UA Santana;
- 9060/2015 - Aquisição e Instalação de Persianas – Sala de Fórum Araraquara;
- 9059/2015 - Aquisição e Instalação de Persianas – Sala de Fórum Franca.

Obras e Serviços de Manutenção Predial

- 1462/2015 – 1ª aplicação de desratização e dedetização para as unidades Infância e Juventude (São Paulo - Brás) e Carapicuíba e dedetização na unidade Avaré.
- 1462/2015 –desratização e dedetização para as unidades Infância e Juventude (São Paulo - Brás) e Carapicuíba e dedetização na unidade Avaré (demais aplicações).

Adequação das salas utilizadas nos fóruns e nas sedes da Defensoria Pública

- Contratação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva nas instalações e equipamentos de ar condicionado
- Climatização - Guarulhos II

- Contratação de empresa especializada na manutenção preventiva e corretiva nas instalações e equipamentos de ar condicionado e ventilação mecânica, com fornecimento de peças, mão de obra, materiais e equipamentos
- Aquisição de placa de identificação visual
- Registro de Preços para aquisição e instalação de divisórias
- Aquisição e instalação de película solar (insulfilme) nos prédios das Unidades de Campinas, São Bernardo, Barretos e da Regional da Infância e Juventude.
- Reparo na rede elétrica da unidade Penha de França
- Aquisição e instalação de porta de vidro para isolamento climático da Unidade Guarulhos
- Projeto e execução de serviços de engenharia com fornecimento de material e mão de obra especializada em instalações elétricas de baixa tensão
- Aquisição e instalação de toldo arqueado, fixo, em policarbonato, na cor vede para a Regional Osasco
- Aquisição e instalação de porta para a Unidade Santo André
- Contratação de serviços para adequação da rede elétrica e instalação de lâmpadas de emergência
- Aquisição e instalação de porta de vidro para isolamento climático da Unidade Infância e Juventude
- Contratação de empresa para elaboração de projetos, aprovação na concessionária e reforma geral da entrada de energia elétrica, da Unidade Taubaté
- Contratação de empresa para elaboração de projetos, aprovação na concessionária e reforma geral da entrada de energia elétrica, da Unidade Vila Mimosa
- Adequação elétrica da Unidade Vila Mimosa
- Reparos gerais no edifício da Avenida Liberdade
- Reforma de banheiros de edificação
- Execução de projeto de segurança para obtenção do AVCB do prédio da Boa Vista, 200
- Manutenção e Pintura do portão da Unidade Penha de França
- Fabricação, transporte e instalação de balcão de atendimento acessível sob medida
- Adesivamento de portão da Unidade Penha de França
- Confecção de placa metálica de identificação para a sala de fórum
- Elaboração de projeto elétrico para a sala do fórum do Tatuapé
- Contratação de serviços de instalações elétricas de baixa tensão na Sala do Fórum de Franca
- Adequações civis no piso de entrada do imóvel sede da DPR (BV 200)
- Implantação da Infraestrutura Elétrica na sala do Fórum de Santana
- Aquisição e instalação de cortina de ar
- Contratação de empresa de engenharia na área de engenharia elétrica para instalações elétricas baixa tensão

Providências de cunho Administrativo e Institucional

- Aquisição de papel couchè fosco A4
- Aquisição de Cartões para uso do Cerimonial
- Aquisição de Aparelhos Telefônicos Headsets
- Aquisição de cartões de memória para câmera digital
- Aquisição de bobinas para dispenser de senhas
- Contratação de serviços de primeiros socorros e remoção de pacientes por meio de UTI móvel - V Ciclo de Conferências da DPE
- Aquisição de lupa digital
- Aquisição de assentos sanitários para o prédio da Rua Líbero Badaró, 616
- Aquisição de espelhos para o prédio da Líbero Badaró, 616
- Serviço de aplicação de películas em painéis

- Adesivamento de portão da Unidade Penha de França
- Aquisição de telefone sem fio
- Contratação de serviços de descarte de lâmpadas fluorescentes
- Aquisição de papel para desenho
- Aquisição de sinalizador na saída da garagem
- Aquisição de Nobreak
- Aquisição de bonecas tchutchuca
- Aquisição de dvd player
- Compra e Instalação de um cooktop elétrico ou por indução que dispense o uso de gás do tipo GLP
- Aquisição de caixa de ferramentas
- Aquisição de detergente líquido
- Aquisição de carregador elétrico para pilha
- Aquisição de novo equipamento de som para eventos
- Aquisição de carregadores de bateria para notebooks Dell e Lenovo
- Renovação de seguro dos veículos logan renault e iveco
- Aquisição de duas furadeiras para uso da Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Almoxarifado Central
- Contratação de empresa para produção e impressão de capas de processo - cor amarela
- Aquisição de telas de projeção, modelo manual, destinados ao prédio localizado Rua Líbero Badaró
- Contratação de empresa especializada na produção de lacres personalizados
- V Ciclo de Conferências da Defensoria Pública - Contratação de serviço de fornecimento de almoço no dia 05 de dezembro de 2015
- Contratação de serviço de instalação de televisão no prédio - Boa Vista nº 150
- Sistema de Registro de Preços para aquisição de produtos de limpeza
- Contratação de serviços de copeiragem para a administração superior
- Sistema de Registro de Preços para aquisição de ventiladores de mesa
- Contratação de Serviços de Limpeza e Manutenção da Área Externa e Jardim da Unidade Penha
- Sistema de Registro de Preços para a confecção de Cartões de visita
- Prestação de Serviços de Vigilância e Segurança Patrimonial
- Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação Predial
- Serviços de Pintura da área externa do imóvel
- Sistema de Registro de Preços para Aquisição de Materiais de Escritório
- Sistema de Registro de Preços para Aquisição de Materiais de Escritório
- Sistema de Registro de Preços para aquisição de Mobiliário
- Sistema de Registro de Preços para aquisição de dispenser para papel higiênico e dispenser para sabonete líquido.
- Contratação de serviços de transporte de cargas entre o Almoxarifado e o Núcleo de Segunda Instância em Brasília
- Contratação de serviço de produção e impressão de envelopes personalizados por meio do Sistema de Registro de Preços
- Sistema de Registro de Preços para aquisição de cordões para crachás
- Aquisição de Equipamentos eletrônicos (dvd player e televisores 32" e 55")
- Sistema de Registro de Preços para aquisição de longarinas
- Aquisição de armários de vestiários e estantes desmontáveis de aço, através do sistema de registro de preços.
- Aquisição e instalação de climatização nas salas de Fórum de São Bernardo do Campo, Barretos, Bauru e Ribeirão Preto

- Sistema de Registro de Preços para a aquisição de escaner Manual
- Sistema de Registro de Preços para a aquisição de copos descartáveis e dispenser
- Serviços Gráficos para o V Ciclo de Conferências
- Aquisição de microondas
- Sistema de Registro de Preços para aquisição de detergente, esponja e pano multiuso
- Sistema de Registro de Preços para confecção de carimbos
- Sistema de Registro de Preços para aquisição de bebedouros
- Aquisição de caixa de ferramentas, furadeira e parafusadeira
- V Ciclo de Conferências - Contratação de Libras
- Fornecimento e instalação de balcão para a sala do Fórum de Vila Prudente e Unidade Santos
- V Ciclo de Conferências - Contratação de hotelaria
- Sistema de Registro de Preços para a aquisição de papel higiênico, papel toalha, interfolhas e sabonete liquido
- Aquisição de prateleiras para as Unidades de Atendimento da Defensoria
- Aquisição de cadeira, caixa e cofre
- Aquisição de pedestais (organizador de filas)
- Aquisição de capas plásticas para processo
- Serviço de publicação em jornal de grande circulação
- Sistema de Registro de Preços para aquisição de recipientes para lixo
- Contratação de serviços de gerenciamento administrativo e votação eletrônica para o V Ciclo de conferências
- Sistema de Registro de Preços - Aquisição de relógio datador
- Sistema de Registro de Preços para aquisição e instalação de divisórias
- Aquisição de eletrodomésticos
- Sistema de Registro de Preços para aquisição e instalação de persianas
- Sistema de Registro de Preços para aquisição de tesoura e marcador de página
- Sistema de Registro de Preços para contratação de serviço de tradução e interpretação de Língua brasileira de sinais – LIBRAS
- V Ciclo de Conferência da Defensoria Pública - Contratação de serviços de Transporte
- Aquisição de carrinhos para transporte de processos
- Aquisição de trocadores de fraldas
- Sistema de Registro de Preços para aquisição de DVD RW
- Sistema de Registro de Preços para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção e impressão de agendas personalizadas
- Sistema de Registro de Preços para aquisição de dispenser para papel higiênico
- Constituição de Registro de Preços para a aquisição de passagens aéreas regionais, nacionais e internacionais
- Sistema de Registro de Preços para aquisição de brinquedos
- Sistema de Registro de Preços para aquisição de cola instantânea
- Sistema de Registro de Preços para aquisição de fitilho
- Sistema de Registro de Preços para aquisição de relógio datador
- Sistema de Registro de Preços para aquisição de ventiladores de coluna e parede
- Sistema de Registro de Preços para aquisição de estabilizador
- Sistema de Registro de Preços para contratação de serviços de produção e impressão de capas de processos (verde).
- Sistema de Registro de Preços para aquisição de mesas e cadeiras de plástico para refeitório
- Sistema de Registro de Preços para aquisição de canetas esferográficas nas cores azul e preta

- Contratação de empresa especializada em transporte de carga Regional São Carlos e Unidade São Vicente, ambas para o almoxarifado central da Defensoria Pública do Estado de São Paulo
- Contratação de empresa para mudança do prédio da Rua Boa Vista,103
- Constituição de sistema de registro de preços para prestação de serviços de locação de estrutura de alumínio tipo Box Truss, praticáveis, impressão em lona vinílica e confecção de banner para uso em tripé e ou painel
- Sistema de Registro de Preços para aquisição de escadas de alumínio
- Contratação de serviços de traslado para o V Ciclo de Conferências da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.
- Sistema de Registro de Preços para serviços de impressão de materiais gráficos
- Sistema de Registro de Preços para a aquisição de bebedouros elétricos de garrafão
- Sistema de Registro de Preços para aquisição de ventilador de mesa
- Contratação de serviços de dedetização e desratização para as Unidades Penha de França e Itaquera

Infraestrutura física e tecnológica

- Aquisição de PABX
- Aquisição de ferramentas para desenvolvimento de sistemas
- Aquisição de baterias para notebook DELL.
- Aquisição de ferramenta para desenvolvimento de sistemas
- Aquisição de software de Projetos AUTOCAD
- SRP para aquisição de desktops
- Instalação de Infraestrutura de Rede
- Aquisição de Licenças do Software jira Agile
- Renovação de suporte à Licença Symantec Backup Exec 2012

II.b - Atividades da Assessoria de Qualidade do Atendimento (AQA)

II.b.a - Projeto Folheteria, Folders e Vídeos Institucionais

O projeto Educação em Direitos visa divulgar e ampliar o acesso da população aos serviços prestados pela instituição. Abrange dois ramos: folders e vídeos institucionais.
No que tange aos vídeos institucionais, no ano de 2015 foram mantidos os vídeos produzidos nos anos anteriores, reproduzidos na Unidade de Atendimento Inicial Cível da Capital, bem como no site da Defensoria, via Youtube, para acesso de todos.
Com relação aos folders, estes foram continuamente distribuído a todas as Unidades da DPESP, conforme avaliação de demanda e necessidade. Também foi distribuído nos atendimentos realizados pela Unidade Móvel.
No 1° semestre de 2015, também foi criado um folder de divulgação do Teleagendamento, a fim de ampliar as informações e acesso à DPESP para a população.

Tabela 5. Relação de textos e vídeos institucionais

N.º de Ordem	Textos e Vídeos
1	Adoção
2	Alimentos
3	Convênio
4	Creche

N.º de Ordem	Textos e Vídeos
5	Despejo
6	Destituição do Poder familiar e Abrigamento
7	Direito a Convivência Familiar
8	Direitos da Vara da Execução Criminal
9	Direitos dos réus presos
10	Divórcio
11	Execução de Alimentos
12	Guarda - Regulamentação de visitas
13	Interdição
14	Inventário e Arrolamento finalizado
15	Medicamentos
16	Planejamento familiar
17	Reconhecimento de Paternidade
18	Reconhecimento e Dissolução de União Estável
19	Retificação de Assento
20	Separação de Corpos/Abandono de lar/Violência Doméstica
21	Superendividamento
22	Uso problemático de Drogas
23	Usucapião
24	Teleagendamento

II.b.b - Visitas Técnicas

A Assessoria da Qualidade do Atendimento realizou visitas técnicas nas Unidades de Atendimento, com o objetivo de verificar as principais necessidades institucionais das Unidades (desde questões funcionais até questões estruturais) e pensar em propostas de intervenção e/ou encaminhar soluções aos departamentos responsáveis para providências. Abaixo, segue relação das Unidades visitadas:

- Unidade de Atendimento Inicial Cível Especializado da Capital;
- Unidade de Atendimento de Campinas;
- Unidade de Atendimento de Carapicuíba;
- Unidade de Atendimento da Infância e Juventude (Brás);
- Unidade de Atendimento de Santo Amaro;
- Unidade de Atendimento de Franco da Rocha;
- Unidade de Atendimento de São Miguel Paulista;
- Unidade de Atendimento de Araraquara;
- Unidade de Atendimento de Jacareí.

II.c - Recursos Humanos

I.c.a - Concursos públicos realizados

- 3 Concursos realizados:

- Público do Estado VII Concurso de ingresso na carreira de Defensor
- III Concurso de ingresso na carreira de Agente de Defensoria
- IV Concurso de ingresso na carreira de Oficial de Defensoria
  obs: concursos ainda não homologados

II.c.b - Posse dos servidores aprovados nos Concursos Públicos

- II Concurso de Ingresso na Carreira de Agente de Defensoria
- (10 Agentes deram início em 2015);
- III Concurso de Ingresso na Carreira de Oficial de Defensoria
- (38 Oficiais deram início em 2015);
- VI Concurso de Ingresso na Carreira de Defensor Público do Estado (2 Defensores deram início em 2014).

II.c.c - Estagiários de Direito

Foram credenciados, após Concurso Público de Ingresso, 1810 estagiários para fins de reposição, dentre os 2202 estagiários ativos em 31/12/2015, nos termos do artigo 72 da Lei Complementar nº 988/2006.

II.c.d - Estagiários administrativos

Foram credenciados 630 estagiários, sendo 223 de ensino médio, 343 de superior (alunos de cursos de Administração) e 64 psicossocial (psicologia e serviço social) dentre os 619 estagiários ativos em 31/12/2015 (528 administrativos e 91 psicossociais), por meio do convênio com CIEE – Centro de Integração Empresa –Escola.

II.c.e - Pedidos de exoneração

- **Defensores Públicos:** 02 Defensores Nível I;
- **Servidores**: 48 - sendo 08 Agentes de Defensoria, 17 Oficiais de Defensoria e 23 Comissionados (04 Assistentes de Defensoria 10 Assistentes Técnico II, 7 Assistentes Técnico I, 01 Assessor Técnico e 01 Diretor Técnico).

II.c.f - Cursos

Curso de Acolhimento aos Servidores: 61 no total participaram de cursos de acolhimento até 31/12/2015.

- Data: 26/02/2015 – público alvo: 10
- Data: 06/04/2015 – público alvo: 11
- Data: 18/05/2015 – público alvo: 07
- Data: 01/07/2015 – público alvo: 11
- Data: 13/08/2015 – público alvo: 10
- Data: 24/09/2015 – público alvo: 06
- Data: 05/11/2015 – público alvo: 06

Cursos online MICROSOFT: Treinamento dos servidores nos programas do pacote Office
Resultados: 315 inscritos (39% dos servidores) e 683 cursos concluídos.
Média de 2,16 cursos concluídos/servidor inscrito

Encontros "ENTRE NÓS": Desenvolvimento pessoal dos servidores e membros
Resultados: Dois encontros realizados – *Imaginário Feminino para a Justiça* (março/2015) e *Escuta Ativa e Empatia* (novembro/2015).

Oficinas "Cultivando o Equilíbrio Emocional": Redução do stress e melhoria da qualidade de vida
Resultados: Realização de 04 oficinas nos dias 27/08, 03,10 e 17/09 com 03 horas de duração cada (18:00 às 21:00)

Plano de combate a incêndio: Apresentação aos servidores, lotados no prédio sito à Rua Boa Vista 103, os acessórios de combate a incêndio instalados no imóvel, realizado no dia 02 de junho.
Resultado: 28 participantes

Curso de noções básicas de Primeiros Socorros: Parceria com o SAMU para capacitação dos servidores em primeiros socorros para casos de emergência
Resultados: 24 participantes

Treinamentos em procedimentos da administração superior: Melhoria do desempenho nas unidades através do treinamento por videoconferência de servidores e membros

- Procedimentos em Orçamento e Finanças

Data: 03/07
Unidades participantes: 78
Média de inscritos por unidade:1,03

- Procedimentos em Contratos

Data: 03/07
Inscritos: 80
Unidades participantes: 78
Média de inscritos por unidade:1,03

- Procedimentos em Convênios

Data: 07/08
Unidades participantes: 71
Média de inscritos por unidade:1,11

- Procedimentos em Logística

Data: 07/08
Unidades participantes: 47
Média de inscritos por unidade:1,64

II.d Tecnologia de Informação

A Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CTI) vem modernizando a infraestrutura tecnológica, promovendo a instalação e melhoria de seu ambiente de rede de dados e servidores; desenvolvimento de sistemas informatizados, em especial daqueles que venham a incorporar novas tecnologias ao sistema de atendimento ao cidadão - DOL, à tramitação de processos internos, atendimento ao usuário, sistemas de gestão (ex. sistema de recurso humanos), PABX e softwares. Em 2015, as principais atividades desenvolvidas foram:

II.d.a - Novas aquisições e contratos

- **Jira:** Aquisição de ferramenta para controle de desenvolvimento de sistemas
- **Switches Tor**: aquisição de equipamentos difusores e gerenciadores de rede cabeada junto a empresa Sistek por meio de ARP.
- **Nobreaks:** aquisição de equipamentos conservadores de energia para sala de telecom do datacenter e para unidade de Diadema

II.d.b - Renovação e aditamento de contratos

- **Modens 3G:** renovação contrato firmado com a empresa CLARO
- **Outsourcing de Impressão:** renovação contrato firmado com a empresa CANON para fornecimento dos ativos para serviços de impressão.
- **Contratos Prodesp:** renovação contrato firmado com a empresa, de Prestação de Serviços Técnicos de Informática de *Outsourcing* (abrangendo *Help Desk*, Serviços de Suporte Técnico

Local, Suporte *On-site*); serviço de hospedagem- servidores virtuais; hospedagem de servidores e armazenamento de dados para SGF, SPP e SPA, além de contratos de Prestação de Serviços Técnicos especializados no SGF, SPP, SPA, SCEw e SCPw.

- **Microsoft Premier:** renovação do contrato firmado com a empresa visando prestação de serviços de suporte técnico Premier Microsoft para gerenciamento operacional.
- **Certificados SSL para Servidores:** renovação de contrato firmado com a impressa oficial visando o fornecimento de certificados para publicação de conteúdo na rede mundial de computadores.
- **IPT:** supressão contratual de 20,55%
- **Help Desk Prodesp:** supressão contratual de 7,76%
- **Sala Cofre:** renovação de contrato firmado com a empresa ACECO para continuidade do serviço de manutenção programada e preventiva de todos os equipamentos instalados na Sala Cofre.

II.d.c - Obras

A equipe de engenheiros da Coordenadoria de Tecnologia da Informação foi responsável pela fiscalização das seguintes novas unidades São Carlos, Jacareí, Campinas, Franco da Rocha, limeira através de contrato firmado com a empresa Sistek. Além do acompanhamento das especificações técnicas da unidade Caraguatatuba, Ferraz de Vasconcelos e São Vicente, entregues com infraestrutura lógica e elétrica instalada pelo proprietário.

II.d.d - Sistemas e serviços

- Concluído em 2015, o processo de implantação do DOL nas unidades do interior e grande São Paulo e do módulo de indicação em todas as comarcas do estado. Foram feitas alterações evolutivas em relação a desempenho e novas funcionalidades, (relatórios gerenciais, etc), permitindo maior celeridade e qualidade no atendimento prestado ao cidadão;
- *MeuRH e Gestão RH (Sistema de Recursos Humanos):* Modernização destes sistemas para melhoria da gestão pessoal de Recursos Humanos e aplicação de políticas de sustentabilidade ambiental com a redução do consumo de papel, implantação de funcionalidades para remoção
- *SPA, SPP, SGF:* Sistemas em utilização, sendo constantemente desenvolvidas melhorias e integração com o MI para troca de informações.
- Execução da instalação, em parceria com a empresas RA Telecom das centrais de PABX nas unidades: Boa Vista nº200, Limeira.
- Realizado treinamento para manutenção de PABX pela RA Telecom.
- Realizado treinamento para manutenção e configuração de switchs pela Sistek.
- Finalizado o cronograma de instalação dos 500 microcomputadores e 600 monitores, adquirida via ARP.
- Executada rotina de manutenção preventiva na rede e computadores institucionais à nível estadual.

II.e - Assessoria de Convênios

Fiscalização e acompanhamento do serviço prestado pela OAB no ano de 2015, geraram 2.662 ofícios expedidos e 494 memorandos.

Continuidade nas tratativas com o Tribunal de Justiça do Estado para a implantação da “certidão eletrônica de honorários”, visando dar agilidade ao processamento desses documentos, permitindo controle mais efetivo quanto à sua expedição.

Continuidade nas reuniões periódicas com a Comissão de Assistência Judiciária da OAB/SP para tratar de assuntos relativos ao convênio.

2º Aditamento e prorrogação do convênio firmado entre a Defensoria Pública e a OAB/SP, conforme termo assinado em 1º de julho de 2015 pelas partes convenentes.
Publicação no Diário Oficial, em 14/10/2015, de Edital de abertura de novas inscrições para advogados interessados em participar do convênio, entre os dias 03/11/2015 e 04/12/2015.

Manutenção do diálogo institucional com o Tribunal de Justiça, com enfoque na orientação e esclarecimento de Diretores de Cartório e Magistrados quanto ao preenchimento das certidões de honorários, por meio do envio de modelos de certidões e realização de videoconferências com a participação de servidores dos fóruns do Estado.
Em conjunto com a Coordenadoria de Tecnologia da Informação da Defensoria Pública, deu-se continuidade e foi finalizada a implementação de sistema informatizado específico, denomimado SSI/MI, para realização das indicações de advogados conveniados, a ser utilizado não só pelas unidades da Defensoria Pública, mas também pelas Subsecções da OAB/SP e pelo próprio Tribunal de Justiça. A partir de julho de 2015 todas as cidades do Estado já contavam com a utilização do referido sistema.

II.e.a - Convênio com a OAB

Tabela 6. Indicações de advogados.
Em 2015 foram realizadas 620.009 indicações de advogados do convênio DPE/OAB para prestação de assistência judiciária:

Indicações de Advogados	2015
Defensoria	124.030
OAB/SP	495.979
Total de indicações	**620.009**

Durante todo o ano de 2015, a Assessoria de Convênios realizou, ademais, o trabalho de organização, arquivo e andamento dos processos fiscalizatórios da atuação dos advogados pertencentes ao Convênio DPE/OAB, além de sediar as reuniões mensais das Câmaras Julgadoras, compostas, cada uma, por dois Defensores Públicos e dois Membros da OAB/SP, e a Câmara Recursal, esta composta por cinco Defensores Públicos e cinco Membros da OAB/SP.

II.e.b - Parcerias Institucionais.

Atualmente, a Assessoria de Convênios é responsável pelo acompanhamento da execução do plano de trabalho de um total de 63 parcerias, entre convênios, termos de cooperação e outros ajustes similares. Em relação aos convênios, temos 22 estaduais que possuem por objeto a assistência jurídica, bem como 10 ajustes para auxílio a esta assistência. No que se refere aos Termos de Cooperação, temos 31 parcerias com órgãos públicos (atuação no CRAM, CRAVI, CIC, CIAVI, IMESC, Proteção à Testemunha, etc.). Além destas, existem atualmente mais 25 propostas de parcerias autuadas e em análise.

Ao longo de 2015:

- Foram expedidos 200 ofícios e 37 memorandos às entidades conveniadas, Coordenadores Regionais, dentre outros destinatários*;*
- Foram analisadas 215 prestações de contas oriundas das entidades conveniadas;
- Foram feitas 125 manifestações tratando sobre celebração de convênios, termos de cooperação, aditamentos e procedimentos fiscalizatórios;
- Foram confeccionados os Pareceres Conclusivos ao TCE, bem como respondidos diversos questionamentos acerca dos convênios mantidos com a FUNAP, IMESC e todas as entidades do Terceiro Setor às quais mantemos ou mantivemos ajuste;

- Foram instaurados 142 processos administrativos fiscalizatórios contra entidades conveniadas, sendo aplicadas 31 penas de advertência, determinados 44 arquivamentos, restando 67 processos em andamento, conforme detalhado a seguir:

Entidade	Arquivamento	Advertência	Em andamento	Total
Achiropita	11	8	14	33
Casa de Isabel	3	0	4	7
ASBRAD	1	2	1	4
UNAS	0	1	1	2
Pastoral Moradia	0	0	2	2
Toledo	1	0	1	2
Damásio	0	0	1	1
UNINOVE	0	1	0	1
Tupi Paulista	1	0	0	1
UNAS	2	0	3	5
UNIESP-FAPEPE	1	0	0	1
CREA	7	12	12	31
CAU	14	7	27	48
FUNAP	2	0	0	2
IDDD	1	0	0	1
PUC	0	0	1	1
Total	**44**	**31**	**67**	**142**

II.e.c - Convênios e termos de cooperação celebrados, aditados e prorrogados em 2015: 34 , o que equivale a uma média aproximada de 3 celebrações, aditamentos e/ou prorrogações ao mês.

Celebrados (17)

1. Fundação Raul Bauab;
2. Organização Educacional Barão de Mauá;
3. Universidade Municipal de São Caetano do Sul;
4. Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos;
5. Instituto de Desenvolvimento Social e Humano Afonso Toledo;
6. Fundação Karing Bazarian;
7. UNESP
8. Associação Educacional Toledo de Presidente Prudente;
9. Fundação Getúlio Vargas;
10. Unimonte S/A;
11. Conselho Nacional de Justiça e outros (Audiências de Custódia);
12. Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça (Consumidor.org);
13. Prefeitura de Osasco;
14. Prefeitura de São Paulo e outros (Justiça restaurativa);
15. Secretaria municipal de saúde de são Paulo;
16. Faculdade de Direito da USP de Ribeirão Preto;
17. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e outros (videoconferências);

Aditados e Prorrogados (17)

1. Fundação Toledo – Bauru;
2. Obras Sociais Nossa Senhora da Aquiropita;
3. CEDECA Belém;
4. Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Jair Jesuíno Andrade – CEDECA São José dos Campos;
5. Fundação São Paulo, mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo;
6. Associação Pastoral da Moradia da Diocese de São Miguel Paulista;
7. FUNAP – Fundação Professor Doutor Manoel Pedro Pimentel;
8. Município de Tarumã;
9. Associação Educacional Toledo – Tupi Paulista;
10. Universidade de Taubaté (estágio);
11. UNINOVE;
12. Fundação Casa (acesso ao Portal da Fundação);
13. Casa de Isabel;
14. UNAS;
15. Damásio Educacional;
16. IMESC;
17. Câmara Municipal de São Paulo.

Convênios e Termos de Cooperação Encerrados: 01

1. ASBRAD

III - Escola da Defensoria Pública (EDEPE) (UGE 420150/UGE 420031)

III.a - Gestão Orçamentária

Importante registrar que no exercício de 2015 a Escola da Defensoria Pública do Estado concentrou sua execução orçamentária e financeira exclusivamente por meio dos recursos provenientes do Fundo Especial de Despesa da Escola da Defensoria, FUNDEPE (UGE 420.031), criado por força da Lei Estadual nº 12.793/07, haja vista a formação de saldo suficiente para permitir a operação do fundo com segurança e equilíbrio fiscal. Dessa forma, relativamente à UGE 420.105, restou apenas a execução das despesas inscritas em "restos a pagar" ao final do exercício de 2014.

Execução Financeira do Fundo Especial de Despesa da Escola – Fundepe Exercício de 2015		
Receitas	Despesas	Resultado
R$ 4.048.165,47	R$ 3.777.510,73	R$ 270.654,74
Obs.: No cálculo das receitas do exercício foram consideradas as receitas realizadas e o saldo bancário da conta do FUNDEPE ao final do exercício (R$607.332,28), que corresponde a receitas de honorários advocatícios ainda não contabilizados até a o encerramento do ano.		

III.b - Programas de aperfeiçoamento

a) "*Programa de Ajuda Financeira para Capacitação de Defensores e Servidores*", por meio de reembolso de cursos de atualização, graduação e pós-graduação *lato* e *stricto sensu (Deliberações do Conselho da Escola da Defensoria Pública do Estado nº 04 e 05 de 2014).*

Programa de Ajuda Financeira para Capacitação (Custeio de Cursos por Reembolso) Execução Financeira – Exercício 2015			
Programa	**Valor Empenhado**	**Valor Pago**	**Saldo do Programa**
Del. do Conselho da EDEPE n. 04/14 (Defensores Públicos)	R$ 900.000,00	R$ 728.634,45	R$ 171.365,55
Del. do Conselho da EDEPE n. 05/14 (Servidores da Defensoria)	R$ 600.000,00	R$ 450.506,07	R$ 149.493,93
Soma	**R$ 1.500.000,00**	**R$ 1.179.140,52**	**R$ 320.859,48**

Obs.: O valor discriminado como "Saldo do Programa" encontra-se inscrito em "restos a pagar" com despesas em processo de liquidação e pagamento.

b) "*Programa Pró Livro": T*em por propósito a restituição de valores gastos com a aquisição de livros de temáticas relacionadas com as funções do beneficiário junto à Defensoria Pública do Estado de São Paulo (*Deliberação do Conselho da Escola da Defensoria nº 09/2015*).

Programa Pró-Livro – Execução Financeira – Exercício 2015			
Programa	**Empenhado**	**Pago**	**Saldo do Programa**
Pró- Livro Defensores	R$ 700.000,00	R$ 552.704,28	R$ 147.295,72
Pró-Livro Servidores	R$ 180.000,00	R$ 118.760,68	R$ 61.239,32
Soma	**R$ 880.000,00**	**R$ 671.464,96**	**R$ 208.535,04**

Obs.: O valor discriminado como "Saldo do Programa" encontra-se inscrito em "restos a pagar", com despesas em processo de liquidação e pagamento.

c) "*Programa Pró Hardware":* Este programa foi criado no exercício de 2015 e tem por propósito o fomento a atualização técnica, mediante a restituição de valores gastos com a aquisição de computadores portáteis aos membros da Defensoria Pública do Estado (*Deliberação do Conselho da Escola da Defensoria nº 09/2015)*.

Programa Pró Hardware – Execução Financeira Exercício de 2015		
Valor Empenhado	Valor Pago	Saldo do Programa
R$ 250.000,00	R$ 87.458,84	R$ 162.541,16

Obs.: O valor discriminado como "Saldo do Programa" encontra-se inscrito em "restos a pagar", com despesas em processo de liquidação e pagamento.

d) "*Programa Pró Software*": Este programa tem por propósito o fomento a atualização técnica, mediante a restituição de valores gastos com a aquisição de softwares exclusivamente destinados a equipamentos obtidos por meio do programa "Pró Hardware" ou, excepcionalmente, para utilização em equipamentos de propriedade da Defensoria Pública, desde que haja prévia autorização da Coordenadoria de Tecnologia da Informação (*Deliberação do Conselho da Escola da Defensoria nº 09/2015)*.

Programa Pró Software – Execução Financeira – Exercício de 2015		
Valor Empenhado	Valor Pago	Saldo do Programa
R$ 3.000,00	R$ 61,75	R$ 2.938,25

Obs.: O valor discriminado como "Saldo do Programa" encontra-se inscrito em "restos a pagar", com despesas em processo de liquidação e pagamento.

III.c - Aquisição de materiais e serviços

III.c.a - Contratação de serviços

- Contrato de prestação de serviços de hospedagem e demais serviços complementares para a realização de evento denominado "VIII Pré-Encontro de Defensores Públicos do Estado";
- Prestação de serviços gráficos de impressão, para confecção de publicações (Cartilha, revista, folder, livreto, impressão e encadernação);
- Contratação de curso para aprimoramento dos quadros internos, inclusive na modalidade “in company”;
- Fornecimento de boletins temáticos de conteúdo científico (IBCCRIM, IBDFAM, Revista Governet de Licitações e Contratos, Revista Zenite, Lei Anotada.com e etc.);
- Contratação de palestrantes para viabilização de cursos formatados internamente.

III.c.b. Formalização de atas de registro de preços

- Registro de preços para prestação de serviços gráficos de impressão, de revistas, cartilhas, folders, livretos, impressão e acabamento;
- Registro de Preços para prestação de serviços de hospedagem;

III.d. Eventos promovidos ou apoiados pela EDEPE

III.d.a - Formação continuada de defensores, servidores e estagiários e educação em direitos.

Tabela 7. Eventos de formação continuada

Nº Processo	Evento	Local	Nº de Vagas
0014/2015	Capacitação para o Atendimento nas Áreas Cível, Família, Criminal e Infância	Sede da Defensoria - R. Gersoni Nápoli, 04, Registro	18
0030/2015	Xii Semana de Reflexão Jurídica	Unidade Santo André da Defensoria Pública	40
0010/2015	Encontros Mensais do Curso de Formação Continuada dos Defensores Públicos em Estágio Probatório do Vi Concurso	Boa Vista 200	110
0018/2015	Audiência Pública: Publicidade Infantil	Auditório Boa Vista, 200	100
0035/2015	Encontros Trimestrais do Curso de Formação Continuada dos Defensores Públicos em Estágio Probatório do V Concurso	Auditório Boa Vista, 200	120
0036/2015	Diálogos sobre Igualdade: Enfrentamento do Racismo pela Defensoria Pública e a Rede	Universidade de Guarulhos - Auditório "C"	50
0035/2015	Encontros Trimestrais do Curso de Formação Continuada dos Defensores Públicos em Estágio Probatório do V Concurso	Auditório Boa Vista, 200	120
0058/2015	11ª Turma de Promotoras Legais Populares de São Bernardo do Campo - Educação em Direitos	ONG Fazendo o Bem - Casa Do Hip Hop, na Av. Vergueiro , 587, Centro , São Bernardo do Campo	100

Nº Processo	Evento	Local	Nº de Vagas
0059/2015	1ª Turma de Promotoras Legais Populares no Pós-Balsa de São Bernardo do Campo	Aldeia SOS, na Estrada Ernesto Zabeu, 200, Riacho Grande, São Bernardo do Campo	100
0061/2015	Cine Debate Filme "Ilegal"	Ccbb - Centro Cultural Banco do Brasil	70
0071/2015	Direitos da Mulher na Família - Educação em Direitos	Sala de Espera da Triagem da DPESP	60
0053/2015	Seminário sobre a Crise Hidríca		80
0072/2015	Curso de Acolhimento	Auditório Boa Vista, 200	24
0091/2015	Ii Ciclo de Debates sobre Atuação Estratégica No STJ E STF	Auditório Boa Vista, 200	30
0087/2015	Audiência Pública Sobre o Plano Estadual de Educação nas Prisões	Auditório Boa Vista, 200	100
0061/2015	Cine Debate Filme "Ilegal"	CCBB - Centro Cultural Banco do Brasil	70
0081/2015	Promotoras Legais Populares	Unidade de Itaquaquecetuba	50
0063/2015	Programa de Desenvolvimento de Competências	Auditório Boa Vista, 200	30
0048/2015	Defensores Populares: Formação de Representantes Comunitários	Sede da Defensoria Pública Regional Taubaté/SP	40
0088/2015	Encontro - Audiência de Custódia	Auditório Boa Vista, 200	30
0104/2015	Primeiro Balanço das Comissões da Verdade No Brasil: O Seu Papel na Agenda da Justiça de Transição	IRI/ USP	100
0090/2015	Educação em Direitos: Homenagem ao Dia da Mulher	Unidade Santana	30
0098/2015	Semana do Dia da Mulher	Defensoria Pública de Itaquera	250
0103/2015	Curso de Defensores Públicos com Atuação na Infância e Juventude	Auditório Boa Vista, 200	35
0102/2015	Direitos das Mulheres Prática	**	**
0100/2015	Igualdade a Discriminação: As Questões Étnico-Raciais e LGBT	Unidade de Itaquaquecetuba	50
0101/2015	Discussão Multidisciplinar de Caso - Violência Doméstica	Unidade de Itaquaquecetuba	20
0099/2015	A Mulher e o Direito das Familias	Unidade Vila Mimosa	50
0094/2015	Dia da Mulher - Atendimento Móvel	Praça da Igreja Matriz em São Bernardo do Campo	**
0095/2015	Cine Debate: Sem Pena	Unidade Diadema da Defensoria Pública	40
0096/2015	Curso de Treinamento dos Estagiários - Módulo Estagiáros da Unidade São Bernardo do Campo	Unidade de São Bernardo Do Campo	6
0046/2015	Curso de Capacitação e Atualização de Estagiário	Unidade Itapetininga	47
0105/2015	A Guarda Compartilhada e as Recentes Modificações Legislativas	Salao do Juri do Forum de Piracicaba	50

Nº Processo	Evento	Local	Nº de Vagas
0106/2015	Curso de Capacitação de Estagiários - Noções Gerais e Técnicas de Conciliação	Unidade Vila Mimosa	20
0112/2015	Ciclo de Palestras - "Entre Nós" - Tema: "Mitologia - Um Imaginários Feminino Para a Justiça"	Auditório Boa Vista, 200	70
0105/2015	A Guarda Compartilhada e as Recentes Modificações Legislativas	Salao do Juri do Forum de Piracicaba	50
0113/2015	Práticas Restaurativas na Fundação Casa - Possibilidades	Unidade da Fundação Casa de Itaquaquecetuba	25
0118/2015	Dia Internacional da Mulher - A Mulher , Seus Direitos e a Lei Maria da Penha	Unidade de São Miguel Paulista	100
0117/2015	9° Curso de Promotoras Legais Populares de Mauá	Defensoria Pública de Mauá	50
0122/2015	Audiência Pública "Defensoria de Portas Abertas"	Auditório Boa Vista, 200	100
0125/2015	Reunião da Comissão Especializada da Escolas Superiores E Centro De Estudos Do Condege	Rua Boa Vista 200, Mezanino	15
0128/2015	Violência Policial: Crítica, Prevenção E Reparação	Auditório Boa Vista, 200	100
0125/2015	Reunião da Comissão Especializada de Escolas Superiores e Centros de Estudos do Condege	Rua Boa Vista 200, Mezanino	15
0129/2015	Garantia dos Direitos da Mulher em Situação de Violencia Doméstica	Auditorio da Camara Municipal de Mogi das Cruzes	125
0130/2015	Reflexoes sobre Violencia Domestica e Rede de Atendimento	Unidade de Itaquaquecetuba	50
0133/2015	Programa de Formaçao Continuada de Estagiarios da Unidade de Campinas - Sede	Defensoria Publica de Campinas - Sede	72
0142/2015	Curso de Acolhimento	Rua Boa Vista 200	10
0149/2105	Lançamento da Revista da Defensoria Publica Edição Especial Habitação e Urbanismo	Rua Boa Vista 200	100
0151/2015	Encontro de Defensores Públicos do Juri	Auditório da Defensoria Publica	30
0152/2015	Defensoria e Acesso à Justiça	Av. Italo Adami, 2170, Morro Branco- Itaqua	30
0148/2015	I Seminário Direito das Familias	Auditório da Defensoria Publica	80
0149/2015	Lançamento da Revista da Defensoria Publica Edição Especial Habitação e Urbanismo	Audritório da Defensoria Pública	100
0154/2015	Vi Curso de Capacitação e Atualização para Estagiários da Defensoria Pública da Unidade de São Carlos	Unidade São Carlos	30
0164/2015	Discussão Multidisciplinar de Caso - Uso Problemático de Álcool e Outras Drogas	Unidade de Itaquaquecetuba	20

Nº Processo	Evento	Local	Nº de Vagas
0162/2015	Visita ao Conselho Superior da DPESP, À Triagem da Capital e a EDEPE	DPESP Rua Boa Vista, 200 - Centro de SP	10
0166/2015	Direitos dos Cidadãos na Defensoria Pública - Qualidade no Atendimento e Ouvidoria	Unidade de Itaquaquecetuba	50
0174/2015	Audiência Pública para Discutir a Proibição de Ingresso de Adolescentes em Shoppings Center	Sede da Defensoria Pública de Ribeirão Preto	80
0173/2015	I Oficina Saúde Mental e Defensoria Pública: (Re)Pensando o Acolhimento	Rua Boa Vista, 200	30
0187/2015	Curso de Formação em Direitos Humanos e Diversidades - Módulo Ii	Auditório da Defensoria Publica	100
0177/2015	13° Curso de Promotoras Legais Populares - PLP- de Sorocaba	Sede Só Plenu Instituto Plena Cidadania	160
0192/2015	Palestra Sobre a Metodologia PDCA	Auditório Rua Boa Vista, 200	50
0196/2015	Seminário Politicas Publicas, Direitos Humanos e Financiamentos Sustentáveis	Auditório Do MPF	150
0195/2015	Ciclo de Encontros - Novo Código do Processo Civil	Auditório da Defensoria Pública, 200 e Mezanino, Caso Necessário	90
0198/2015	Capacitação e Desenvolvimento de Defensores Públicos Coordenadores	Auditório da Defensoria, 200	80
0210/2015	Curso de Acolhimento	Boa Vista 103, Sala de Reuniões 7° Andar	10
0212/2015	1° Encontro Estadual das Equipes dos Centros de Atendimento Multidisciplinar da Defensoria Publica do Estado de São Paulo - Jornada Preparatória para o I Congresso Brasileiro de Atuação	Auditório da Defensoria Pública	60
0195/2015	Ciclo de Encontros - Novo Código do Processo Civil	Rua Boa Vista	90
0223/2015	Curso de Capacitação e Aperfeiçoamento dos Estagiários de Direito da Regional Central - O Novo Código do Processo Civil	Térreo do Prédio da Av Liberdade, 32	70
0224/2015	Defensoria e Acesso À Justiça	CRAS - Vila Bartira - Itaquaquecetuba/SP	50
0137/2015	I Congresso Brasileiro de Atuação Interdisciplinar das Defensorias Públicas: Múltiplos Olhares Revisitando o Fazer Jurídico	Sugestão - Memorial da América Latina	400
0226/2015	Educação em Direitos para a Comunidade LGBT de Ribeirão Preto	Centro Cultural Palace em Ribeirão Preto	80
0229/2015	Reunião da Comissão Especial do Direito à Moradia e Questões Fundiárias do Condege	Rua Boa Vista, 150, Sala de Reuniões - Subsolo	20
0230/2015	Seminário "Direito A Saúde Mental" - Luta Antimanicomial e Reforma Psiquiátrica	Araçatuba/ SP	200
0232/2015	Ii Seminário Assistentes Sociais na Defensoria Pública: O Serviço Social na Área Sociojurídica	Auditório do Centro Universitário de Araraquara	100
0089/2015	1° Formação em Direitos e Diversidades	Auditório da Defensoria Pública, Boa Vista, 200	90

Nº Processo	Evento	Local	Nº de Vagas
0236/2015	Seminário "Impactos Jurídicos e Socio-Econômicos da Redução da Maioridade Penal”	Auditorio da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de SP	400
0235/2015	Audiência Pública sobre Direito à Moradia para as Pessoas Idosas	Rua Boa Vista 200	100
0064/2015	Oficina de Capacitação da Rede - O Atendimento aos Homens em Situação de Violência Doméstica	Câmara Municipal de Vereadores de Itaquaquecetuba	50
0147/2015	1° Audiência Pública - Ciclo De Audiência Públicas sobre Educação Escolar Diferenciada no Vale do Ribeira	Centro Comunitário de Cananeia/SP	100
0230/2015	Seminário "Direito à Saúde Mental" - Luta Antimanicomial e Reforma Psiquiátrica	Teatro Municipal Paulo Alcides Jorge	200
0236/2015	Seminário " Impactos Jurídicos e Sócio-Econômicos da Redução da Maioridade Penal"	Auditório da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade De SP	400
0241/2015	Reforma Psiquiátrica Brasileira e a Luta Antimanicomial. Tema: "Reforma Psiquiátrica e Direitos Humanos: Desafios e Estratégias para Efetivação nas Políticas Públicas”	Universidade Braz Cubas	200
0242/2015	Defensoria Pública Contra o Bulling e por outras Práticas na Resolução de Conflitos Escolares	Diretoria de Ensino	100
0241/2015	Reforma Psiquiátrica Brasileira e a Luta Antimanicomial. Tema: "Reforma Psiquiátrica e Direitos Humanos: Desafios e Estratégias para Efetivação nas Políticas” Públicas	Auditório Vip da Universidade Braz Cubas - Mogi das Cruzes	200
0246/2015	Encontro de Articulação para Mobilização Contra a Redução aa Maioridade Penal	Rua Boa Vista, 200, Auditório	100
0255/2015	Reuniões Técnicas de Capacitação	Unidade Lapa	15
0254/2015	2° Audiência Pública - Ciclo de Audiências Públicas sobre Educação Escolar Diferenciada no Vale do Ribeira	Salão Paroquial de Eldorado - Centro Eldorado/SP	200
0256/2015	Seminário Sobre a Lei de Drogas	Faculdade de Direito da USP	200
0263/2015	Curso de Formação em Direitos Humanos e Diversidades – Módulo III	Rua Boa Vista 200	80
0269/2015	Treinamento - Uso de Equipamento de Combate a Incêndio	Auditório - Rua Boa Vista, 200	**
0274/2015	Processo Civil Instrumental	Auditório - Rua Boa Vista, 200	30
0275/2015	Seminário: Tortura e Encarceramento em Massa	Centro de Formação Sagrada Família	100
0276/2015	Seminário de Saúde Mental e Justiça - Mês da Luta Antimanicomial	Auditório da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo	300

Nº Processo	Evento	Local	Nº de Vagas
0277/2015	Semana de Reflexões: Uso Abusivo de Álcool e Drogas	Cada Acontecera num Lugar Diferente Conforme na Progra.	200
0278/2015	I Jornada de Saúde Mental para Criança e Adolescente	A Confirmar	170
0281/2015	Oficina de Capacitação da Rede - Perspectivas no Atendimento às Mulheres em Situação de Violência Doméstica	Auditório da Ung	50
0289/2015	O Projeto de Lei sobre Controle Jurisdicional de Políticas Públicas	Rua Boa Vista 200	110
0126/2015	I Congresso do Direito do Consumidor da Defensoria Pública	Auditório da Defensoria Pública - Rua Boa Vista, 200	100
0196/2015	Seminário Políticas Públicas, Direitos Humanos e Financiamentos Sustentáveis	Auditório da Procuradoria Regional da República	150
0170/2015	Iv Encontro de Redes - Habitação e Saúde ao Atendimento À Questão da Violência Contra a Mulher	Auditório da Subprefeitura de Santana/Tucuruvi	150
0045/2015	Curso de Capacitação e Atualização para Estagiários da Defensoria Pública Regional de Santos - Unidade Guarujá	Unidade Guarujá	40
0176/2015	Curso de Capacitação e Aprimoramento para Atendimento ao Público na Regional Sul da Capital	Unidade Santo Amaro	100
0010/2015	Encontros Trimestrais do Curso de Formação Continuada dos Defensores Públicos em Estágio Probatório do VI Concurso	Auditório da Defensoria Pública do Estado - Rua Boa Vista, 200	110
0289/2015	O Projeto de Lei sobre Controle Jurisdicional de Políticas Públicas	Rua Boa Vista 200	110
0312/2015	Defensoria e Acesso à Justiça	CRAS: Jardim 5° da Boa Vista - Entrada São Bento,1691	60
0311/2015	Atuação da Defensoria Pública na Defesa dos Direitos da Infância e Juventude	Unidade de Itaquaquecetuba	50
0313/2015	Audiência Pública "A Justa Indenização da Posse"	Auditório da Defensoria Pública, Rua Boa Vista	90
0315/2015	Programa de Qualificação de Estagiários de Direito	Unidade Osasco	50
0316/2015	Encontro Juizado de Torcedor	Plenário do Fórum Barra Funda	30
0324/2015	Conselheiro Tutelar: Atuação Integrada, Articulação e Parcerias no Sistema de Garantias de Direitos	Centro de Formação Adamastor	150
0325/2015	Práticas Mediadoras: Aplicação em Casos de Discriminação	Unidade São Carlos	30
0091/2015	Ii Ciclo de Debates Sobre Atuação Estratégica No STJ E STF	Auditório Boa Vista, 200	30

Nº Processo	Evento	Local	Nº de Vagas
0103/2015	Curso de Defensores Públicos com Atuação na Infância e Juventude	Rua Boa Vista, 200, Auditório	35
0232/2015	Ii Seminário Assistentes Sociais na Defensoria Pública: O Serviço Social na Área Sociojurídica	Auditório do Centro Universitário de Araraquara	100
0154/2015	Vi Curso de Capacitação e Atualização para Estagiários da Defensoria Pública da Unidade de São Carlos	Unidade da Defensoria Pública de São Carlos	30
0096/2015	Curso de Treinamento de Estagiário - Módulo Estagiários da Unidade de São Bernardo do Campo - Infância	Unidade São Bernardo do Campo	6
0166/2015	Direito dos Cidadãos na Defensoria Pública - Qualidade no Atendimento e Ouvidoria	Unidade de Itaquaquecetuba	50
0112/2015	Ciclo de Palestras - "Entre Nós" - Tema: "Mitologia - Um Imaginários Feminino Para a Justiça"	Auditório Boa Vista, 200	70
0210/2015	Curso de Acolhimento	Boa Vista 103, Sala de Reuniões 7° Andar	10
0333/2015	Sistema Interamericano de Direitos Humanos - Acesso e Influência para a Proteção dos Direitos Humanos no Brasil	Rua Boa Vista 200	10
0335/2015	Curso de Formação em Direitos Humanos e Diversidades - Módulo IV	Rua Boa Vista 200	80
0348/2015	Curso de Conciliação	Unidade da Defensoria de Itaquaquecetuba	60
0347/2015	I Encontro sobre Desenvolvimento Profissional na Defensoria Pública	Auditório da Defensoria Pública - Rua Boa Vista, 200	90
0346/2015	Treinamento - Procedimentos da Adm Superior	Rua Boa Vista, 200 - 7° Andar - Sala de Reuniões	20
0354/2015	Curso de Acolhimento	Boa Vista, 200 - Auditório	11
0357/2015	Encontro do Núcleo Especializado da Infância e Juventude com CAM das Unidades da Defensoria Pública de São Paulo	Auditório da BV, 200	15
0314/2015	5° Jornada da Moradia Digna	PUC Ipiranga, Av. Nazaré - São Paulo	1500
0363/2015	Roda de Conversa sobre o Trabalho da DPE na Vara da Infância e Juventude (Processo de Conhecimento)	Sala de Reuniões da Regional Infância e Juventude	10
0370/2015	Audiência Pública: Mães Cárcere	Auditório - Rua Boa Vista, 200	100
0374/2015	Xiii Semana de Reflexão Jurídica	Unidade Sto. André da Defensoria Pública	35
0375/2015	Integração e Articulação das Políticas Públicas para a População em Situação de Rua	Rua Boa Vista 200	200
0376/2015	Roda de Conversa sobre a Rede de Atenção Psicossocial aos Adolescentes	Sala de Reuniões da Regional Infância e Juventude	10
0377/2015	Defensoria e Acesso à Justiça	CRAS - Itaquaquecetuba	60

Nº Processo	Evento	Local	Nº de Vagas
0382/2015	3ª Audiência Pública - Ciclo de Audiências Públicas sobre Educação Escolar Diferenciada no Vale do Ribeira	Iporanga/SP	150
0393/2015	Curso de Formação Continuada de Estagiários e Servidores	Defensoria Pública do Estado de São Paulo	7
0394/2015	Curso De Formação De Defensores Populares	Sede Da Defensoria Pública Em Franca	60
0395/2015	Audiência Pública Sobre Material Didático Acessível No Ensino Superior	Rua Boa Vista 200	100
0399/2015	Audiência Pública - Crise Hidríca Do Estado De São Paulo	Auditório Queiroz Filho	-
0398/2015	Mulheres, Gestação e o Uso de Àlcool e Outras Drogas	Prédio da Defensoria Pública do Estado de São Paulo	70
0403/2015	Curso de Aperfeiçoamento e Capacitação de Estagiários	Defensoria Pública/Unidade Araçatuba	30
0406/2015	Curso de Capacitação para Estagiários de Direito	Unidade Jacareí	20
0407/2015	Audiência Pública: A Política de Atendimento À Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar em São Paulo - História e Objetivos	Auditório Sede Defensoria	99
0411/2015	Curso de Acolhimento	Boa Vista 103, Sala de Reuniões 7° Andar	11
0313/2015	Práticas Mediadoras: Aplicação em Casos de Discriminação	Unidade da Defensoria Pública de São Carlos	30
0423/2015	Curso de Formação em Direitos Humanos e Diversidades - Módulo V	Auditório da Defensoria Pública - Rua Boa Vista, 200	80
0420/2015	25 Anos do Eca: Os Desafios da Efetivação do Direito Integral de Crianças e Adolescentes	Câmara de Vereadores de Piracicaba	10
0424/2015	V Seminário de Saúde Mental Infanto Juvenil e I Encontro do Fórum Intersetorial de Saúde Mental de São Carlos [...]	Paço Municipal de São Carlos	200
0434/2015	Seminário "Direitos da Mulher e Violência de Gênero"	Araçatuba/ SP	140
0439/2015	Treinamento de Diretrizes de Credenciamento Online de Estagiários E Metodologia PDCA com os Departamentos	Boa Vista, 200 - Auditório	40
0454/2015	Treinamento de Diretrizes do Credenciamento Online de Estagiários.	Rua Boa Vista,200	40
0456/2015	2° Debate de Direito e Arte - Direito, Cinema e Justiça	Teatro Lauro Gomes - SBC	550
0455/2015	Defensoria Pública e Conselho Tutelar: Atuação Integrada para Garantia de Direitos	USP Leste	150
0458/2015	Curso de Formação em Direitos Humanos e Diversidades - Módulo VI	Auditório da Defensoria Pública - Rua Boa Vista, 200	80
0445/2015	Curso de Capacitação para os Estagiários	Regional de Bauru	46

Nº Processo	Evento	Local	Nº de Vagas
0462/2015	Desafios à Garantia dos Direitos das Pessoas Interditadas	São Carlos/ SP	150
0463/2015	Audiência Pública: Segurança Alimentar - Contaminação Irregular por Agrotóxicos nos Alimentos Consumidos em Santo André	Santo André/ SP	120
0468/2015	Transfeminismo	Santo André/ SP	250
0470/2015	Conversa com a Sociedade Civil Sobre A Missão Renade	Auditório - Rua Boa Vista, 200	50
0476/2015	Programa de Formação Continuada de Estagiários da Unidade de Campinas - Sede	Defensoria Pública de Campinas	72
0473/2015	Provita e PPCAAM - Programas De Proteção e Atuação da Defensoria Pública	Auditório do Edifício Sede - Rua BV, 200	15
0474/2015	Curso de Formação em Direitos Humanos e Diversidades - Módulo VI	Auditórioda Defensoria Pública - Rua Boa Vista, 200	80
0475/2015	Encontro: Audiência de Custódia	Fórum Criminal	20
0483/2015	I Curso de Prática Penal para a Defensoria Pública - Unidades de Caraguatatuba e São Sebastião	Defensoria Pública de Caraguatatuba	10
0484/2015	Curso de Educação Popular - Praticando Direitos na Comunidade	Centro de Formação Cultural - Cidade Tiradentes	30
0444/2015	Psicólogos na Defensoria Pública - Olhares da Psicologia sobre o Direito	Auditório do Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté	100
0492/2015	Curso de Acolhimento e Capacitação de Estagiários da Unidade de Santos	Unidade de Santos	50
0491/2015	Solução Extrajudicial de Conflitos: Defensoria Pública Atuando em Conjunto com a Rede	UAB - Universidade Aberta do Brasil	80
0489/2015	Pré Encontro	Salvetti Praia Hotel	360
0488/2015	Ii Jornadas Jurídicas Unicep - Direito e Sociedade	Fórum Criminal de São Carlos	**
0495/2015	I Curso de Educação em Direitos e Cidadania da Defensoria Pública do Estado de São Paulo	Auditório da Defensoria - Rua Boa Vista, 200	50
0503/2015	Cidadania e Direito da Mulher	UBS Jardim América [...]	140
0504/2015	Curso para Estagiários da Regional Criminal Central	Plenário do Tribunal do Júri - Barra Funda	105
0511/2015	Curso de Oratória: Quem Fala Bem, Transmite Credibilidade e Alcança Melhor os Seus Objetivos	Auditório Boa Vista, 200	20
0519/2015	Defensoria em Debate: Qualidade de Vida, Relações de Poder e Situação de Assédio no Ambiente de Trabalho	Auditório da Defensoria Pública - Rua Boa Vista, 200	100
0496/2015	Ii Curso de Capacitação de Estagiários da Unidade de Guarujá - Aspectos Relevantes das Rotinas e do Atendimento ao Público na Defensoria Pública do Estado de São Paulo	Unidade de Guarujá	36
0521/2015	Curso de Defensores Públicos com Atuação na Infância e Juventude	Rua Boa Vista, 200, Auditório	35

Nº Processo	Evento	Local	Nº de Vagas
0520/2015	Curso de Acolhimento	Boa Vista 200 - Auditório	8
0529/2015	I Ciclo de Saúde Mental de Taubaté	Taubaté/ SP	100
0530/2015	"Curso de Capacitação e Sensibilização em Gênero e para Orientações sobre a Lei 11.340/06"	São Carlos/ SP	50
0531/2015	Ii Curso para Capacitação dos Estagiários de 2015	Presidente Prudente/ SP	79
0537/2015	Encontro Estadual 2015	Plenário 1 de Maio - Câmara Municipal de São Paulo - Viaduto Jaceguai, 100	220
0541/2015	4° Audiência Pública - Ciclo de Audiências Públicas Sobre Educação Diferenciada do Vale do Ribeira	Rua Vereador Gabriel Dos Santos n° 212 Centro Barra Do Turvo/ SP	100
0544/2015	Seminário Internacional sobre Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência	Auditório do Ministério Público Federal - Avenida Brigadeiro Luis Antonio, 2020	100
0545/2015	Entrega dos Certificados de Conclusão do Curso de Promotoras Legais Populares de São Caetano do Sul - Turma 2015	Auditório de Pós Graduação da Universidade Municipal de São Caetano do Sul	15
0548/2015	Curso de Formação em Direitos Humanos e Diversidades - Módulo VII	Auditório da Defensoria Pública - Rua Boa Vista, 200	100
0549/2015	Defensoria e Acesso à Justiça	Recanto Monica - Rua Três, 222- Porto do Ipê	60
0550/2015	PPCAAM - Programa de Proteção à Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte	Defensoria Pública - Unidade Osasco	50
0551/2015	Empréstimo Consignado	Espaço Conviver - Guilhermina - Praia Grande/SP	50
0557/2015	Discussão Multidisciplinar de Caso - "A Contribuição DP CAM e as Especificidades das Ciências para o Atendimento Integral aos Assistidos	Unidade Itaquaquecetuba	20
0563/2015	Plenária de Encerramento da "5° Jornada da Moradia Digna - Justiça pra Quem? O Papel do Sistema de Justiça nos Conflitos Fundiários"	Auditório da Defensoria Publica - Rua Boa Vista 200	100
0569/2015	Desenvolvimento Gerencial para Alta Direção	Auditório da Defensoria Publica - Rua Boa Vista 200	20
0570/2015	Ii Oficina Saúde Mental e Defensoria Pública: (Re)Pensando o Acolhimento	Auditório da Defensoria Publica - Rua Boa Vista 200	30
0571/2015	Ciclo de Debates sobre a Atuação da Defensoria Pública nas Demandas por Referente ao uso Problemático de Álcool e outras Drogas	Unidade de São Carlos	45

Nº Processo	Evento	Local	Nº de Vagas
0572/2015	Capacitação do Reornamento do Acolhimento Institucional no Município de Ribeirão Preto: Avanços Alcançados com O Eca e o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente	Anfiteatro da Apae - Rua Coracy de Toledo Piza, N° 571 - Ribeirão Preto/SP	90
0581/2015	COP 21 Clima, Água e Paz sem Fronteiras - Evento Preparatório para a COP 21	Auditório da Procuradoria Regional da República	150
0578/2015	Habitação e Urbanismo sob a Ótica do Novo Código de Processo Civil	Auditório Defensoria Pública	90
0579/2015	Cine Debate Filme India's Daghter	Centro Cultural Banco do Brasil	60
0585/2015	Configurando Switeches Hpn Comware 5	Rua Boa Vista, 200, 2° Andar	5
0586/2015	Diálogos Feministas	Auditório Boa Vista, 200	90
0589/2015	I Seminário de Direito Ambiental da Defensoria Pública do Estado de São Paulo	Auditório da Defensoria Pública, Rua Boa Vista	90
0590/2015	Curso de Formação em Direitos Humanos e Diversidades VII	Auditório da Defensoria Pública, Rua Boa Vista	80
0592/2015	Programa de Qualificação Continuada	Unidade Osasco	50
0591/2015	Programa de Qualificação Continuada	Unidade Carapicuíba	50
0593/2015	Curso de Acolhimento	Auditório da Defensoria Pública, Rua Boa Vista	7
0594/2015	V Seminário Psicólogos na Defensoria Pública: Construindo Conhecimentos e Fortalecendo Práticas-a Questão Racial na Políticas Públicas e na Prática da/o Psicóloga/o	Araçatuba/ SP	300
0606/2015	Seminário sobre Saúde Mental	Jaú/SP	200
0607/2015	"Entre Nós" - Palestra: Escuta Ativa e Empatia	Auditório da Defensoria Pública, Rua Boa Vista	15
5144/2015	Curso de Noções Básicas de Primeiros Socorros	SAMU - Rua Jaraguá - Bom Retiro	140
0619/2015	2° Encontro Estadual das Equipes dos Centros de Atendimento Multidisciplinar da Defensoria Pública do Estado de São Paulo - Oficinas de Reflexão e Aperfeiçoamento Técnico	Auditório da Defensoria Pública	60
0628/2015	Oficina de Capacitação da Rede - Construção de Fluxo de Atendimento em Violência Doméstica	Plenário da Câmara de Vereadores de Itaquaquecetuba	50
0629/2015	"V Seminário Psicólogos na Defensoria Pública - Defensoria Pública e Intersetorioridade: Experiências, Desafios e Possibilidades na Atuação em Rede"	Auditório do Centro Universitário de Araraquara	80
0630/2015	Seminário Internacional Direito Público e Solidariedade	Auditório da PUC/SP - Perdizes	100

Nº Processo	Evento	Local	Nº de Vagas
0632/2015	Seminário sobre Agrotóxicos e Câncer	Universidade de São Caetano do Sul - Rua Santo Antonio, 50, SCSul	300
0631/2015	Seminário Defensoria Pública Debate Sistema Interamericano	Auditório da Defensoria Pública	80
0633/2015	O Regime Jurídico das Parcerias Voluntárias entre o Estado e o Terceiro Setor (Lei 13.019/14)	Auditório da Defensoria Pública	20
0654/2015	Audiência Pública: Saúde e Sistema Prisional	Auditório da DPESP - Boa Vista, 200,Térreo	100

IV - Núcleos Especializados

Cada Núcleo Especializado possui um espaço específico na Internet, possibilitando a inclusão de artigos, modelos de peças, jurisprudência e demais informações relevantes ao desenvolvimento do trabalho dos Defensores Públicos.

A estruturação das páginas dos Núcleos Especializados e a manutenção periódica das informações nelas contidas constituem atividade relevante, que aperfeiçoa a interação entre os Defensores Públicos, a instituição e o seu público-alvo.

IV.a Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores

O Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores desenvolve suas atividades em São Paulo, em duas salas, uma localizada no 13º andar, no Fórum João Mendes, e outra localizada no Palácio da Justiça, sala 305, bem como em Brasília, em escritório próprio.

Os Defensores Públicos que atuam no Núcleo são responsáveis pelo acompanhamento de recursos e ações promovidas pela Defensoria Pública na Segunda Instância e Tribunais Superiores, realizando sustentações orais, despachos, esclarecendo dúvidas dos demais Defensores Públicos e desenvolvendo cursos voltados à carreira.

No ano de 2015, em São Paulo, o Núcleo recebeu, digitalizou e enviou 50.388 intimações de julgamento, na sua maioria intimações das Câmaras de Direito Criminal, as quais totalizaram 37.801 intimações; realizou 175 sustentações orais, das quais obteve êxito em aproximadamente 50%; assistiu a 92 preferências no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP); distribuiu 227 memoriais a Desembargadores; acompanhou 1.096 processos, destes, 764 para despachar com a câmara julgadora, 229 pedidos de sustentação oral e 103 *habeas corpus*; manifestou-se em 110 processos do TJSP relativos ao convênio OAB/DPE; encaminhou 1.492 documentos via malote; protocolou, digitalizou e enviou 117 petições por e-mail; forneceu 784 cópias de processos; prestou 5.270 auxílios aos Defensores Públicos; atendeu 54 pessoas (usuários da Defensoria); participou e ministrou cursos de capacitação aos Defensores Públicos em estágio probatório sobre o tema Recursos nos Tribunais Superiores; providenciou e organizou a realização de curso de oratória, em especial para Defensores Públicos atuantes no Tribunal do Júri e colaboradores do Núcleo de Segunda Instância e Tribunais Superiores; disponibilizou em seu portal diversos modelos de peças nas áreas cível, família, infância cível, infância infracional e criminal; publicou, também, em seu portal diversos boletins informativos voltados à carreira, sobre as mais variadas áreas do Direito, englobando, inclusive, decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF); disponibilizou, ainda, comunicados importantes a respeito da interposição de recursos e impetrações de *habeas corpus*, entre outros.

Em Brasília, o Núcleo recebeu e encaminhou 21.639 intimações de julgamentos; acompanhou 8.306 petições protocolizadas no STJ e STF, na sua maioria *habeas corpus*, das quais 7.098 no STJ e 220 no STF, com um percentual de resultados favoráveis superior a 50%; elaborou 1.009 peças; realizou 30 audiências e 5 sustentações orais; prestou 1.360 atendimentos relativos a pedidos de Defensores; participou e ministrou cursos de capacitação aos Defensores Públicos em estágio probatório sobre o tema Recursos nos Tribunais Superiores; participou de reunião no STJ para implementação das intimações eletrônicas; participou de reunião com a Comissão de Execução Penal do CONDEGE para estabelecer estratégias de atuação em execução penal; participou de seminário no Ministério da Justiça, como debatedor, sobre reconhecimento pessoal. Entre as sustentações orais realizadas pelo Núcleo de Brasília, destacam-se a sustentação no RE 635.659 no plenário do STF, a respeito da descriminalização do uso de entorpecentes, no qual já foram proferidos três votos a favor da tese; no RMS 48.824-STJ no qual foi decidido que constitui função institucional da Defensoria Pública impetrar mandado de segurança em defesa das funções institucionais e prerrogativas de seus órgãos de execução, que são os Defensores Públicos do Estado; no HC 312.486 – STJ que reconheceu a possibilidade de remição de pena por leitura. Outras teses importantes acompanhadas pelo núcleo, com despachos, memorias e audiências: extinção da pena sem necessidade de pagamento de multa; impossibilidade de liberdade provisória; conversão em recurso especial do agravo para análise da falta de água quente nos presídios do Estado; cassação da Portaria que proibia os “rolezinhos” em Ribeirão Preto; concessão de regime aberto sem necessidade de comprovação de emprego; admissão como *amicus curiae* no RE 603.616 - STF que determinou a necessidade de indícios prévios conhecidos para proteção da inviolabilidade de domicílio no caso de flagrante delito.

IV.b. Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo

Destacam-se como principais ações no exercício de 2015:

- Auxílio e suporte aos Defensores Públicos do Estado de São Paulo e de outros Estados da Federação em demandas afetas à temática de habitação e/ou urbanismo.
- Compilação de material (peças, jurisprudência e doutrina) e divulgação através do informativo mensal do Núcleo, além de disponibilização do material no portal do Núcleo.
- Atendimentos de dezenas de comunidades com demandas relacionadas à temática de habitação e urbanismo, em especial comunidades vítimas de intervenção do poder público ou de ações de reintegração, bem como comunidades que pleiteiam regularização fundiária.
- Propositura de Ações Civis Públicas para tutela de interesses de comunidades vulneráveis, visando garantir à efetivação do direito à moradia e à cidade.
- Participação em diversas reuniões com órgãos do Poder Público municipal, estadual e federal.
- Participação em audiências públicas em temas relacionados com a atuação do Núcleo.
- Acompanhamento e participação de discussões sobre projetos de lei pertinentes ao tema habitação e urbanismo.
- Organização e participação no I Seminário Nacional do Direito à Moradia realizado em Manaus e pela Comissão Especial do Direito Social à Moradia e Questões Fundiárias do Condege.
- Realização do Lançamento da Revista da Defensoria Pública – Edição Especial de Habitação e Urbanismo.
- Realização da *“V Jornada da Moradia Digna”*
- Palestras no Curso de Formação dos Defensores Públicos do V e VI Concursos.
- Realização da Audiência Pública *“A Justa Indenização da Posse”.*
- Realização do Seminário *“Habitação e Urbanismo sob a Ótica do Novo Código de Processo Civil”.*
- Participação e coordenação de todos os grupos de trabalho formados no eixo habitação, urbanismo e questões agrárias, nas Pré-Conferências e na Conferência do V Ciclo.

- Participação e apresentação de proposta de tese institucional no Pré Encontro e no Encontro Estadual dos Defensores Públicos do Estado.
- Elaboração do Folder *"A Vida em Condomínio"*.
- Participação em Seminários, Palestras e Eventos organizados por instituições e órgãos diversos, dentre eles Escola Paulista da Magistratura e Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo.
- Petição à Comissão Interamericana de Direitos Humanos com pedido de medida cautelar por grave risco de violação aos direitos humanos da Comunidade Vila Soma.
- Representação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo nas quatro reuniões realizadas pela Comissão Especial do Direito Social à Moradia e Questões Fundiárias do Condege.
- Atuação em processos judiciais por meio de elaboração de peças e participação de audiências judiciais para a defesa do direito à moradia e à cidade de comunidades no Estado de São Paulo.
- Cumpre ressaltar que ao término do ano de 2015, o Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo possuía em andamento 88 Procedimentos Administrativos e 99 Procedimentos em andamento vinculados a processos judiciais.

IV.c. Núcleo Especializado de Situação Carcerária (NESC)

Destacam-se como principais ações no exercício de 2015:

- Participação na política "Mães em Cárcere", para atendimento de mulheres encarceradas grávidas ou com filhos crianças ou adolescentes do Estado.
- Prestação de subsídio e auxílio aos Defensores Públicos que atuam na área criminal (execução e conhecimento).
- Acompanhamento dos projetos de lei no Congresso Nacional que tratam da matéria afeta ao Núcleo.
- Coordenação das visitas a estabelecimentos prisionais pelos Defensores Públicos, com acompanhamento e elaboração de formulário de inspeção.
- Apuração e pedidos de providências relativos a denúncias de violações de direitos no sistema prisional.
- Atuação em casos individuais perante as Varas da Fazenda Pública pleiteando indenização por violações de direitos afetas à temática do Núcleo (revista vexatória, prisão ilegal, agressões e violência).
- Participação junto ao Conselho Penitenciário do Estado de São Paulo.
- Participação junto ao Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas.
- Participação em comissões instituídas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo para enfrentamento dos problemas afetos à execução penal.
- Participação em Comissões Temáticas do CONDEGE (Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais).
- Recebimento e encaminhamento de cartas recebidas de pessoas presas.
- Coordenação de Grupo de Trabalho sobre a saúde no sistema prisional.
- Ajuizamento de ações coletivas acerca das condições de aprisionamento, espacialmente nas áreas de assistência à saúde e educação.
- Averiguação das condições da assistência material nos presídios, com o acompanhamento do acordo judicial feito em sede de ação civil pública.
- Elaboração e distribuição de cartilhas relativas a direitos das pessoas presas.
- Elaboração de informativos periódicos à carreira para atualização legislativa e socialização de teses jurídicas.
- Expedição de orientações à carreira acerca da atuação criminal.
- Atuação em casos individuais criminais, mediante especialmente a impetração de Habeas Corpus, em comarcas onde não há Defensoria Pública instalada.

- Comunicação e acompanhamento de casos junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
- Interlocução com os organismos da sociedade civil organizada para recebimento de denúncias e realização de projetos.
- Interlocução institucional com a imprensa relativamente a matérias criminais.
- Realização de eventos e seminários sobre questões criminais, em parceria com a EDEPE.
- Participação no processo de sugestões para o Decreto de Indulto.

IV.d. Núcleo Especializado de Infância e Juventude (NEIJ)

Destacam-se como principais ações no exercício de 2015:

IV.d.a. Assessoramento de Defensores Públicos, Agentes e Estagiários que atuam na área de Infância e Juventude, com a elaboração de 15 pareceres, atendimento via e-mail, telefone, lync para esclarecimentos de dúvidas, auxílio com envio de material e peças, etc.

IV.d.b. Organização, em parceria com a Escola da Defensoria Pública, de 2 Cursos de Formação para os Defensores Públicos da Infância e Juventude; participação em cursos de formação de Defensores Públicos.

IV.d.c. Análise de 18 projetos de prática social de Defensores em estágio probatório;

IV.d.d. Representação da instituição perante:

1. Conselho Estadual dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes – CONDECA;
2. Comissão Especial da Criança e do Adolescente do CONDEGE;
3. Fórum Nacional de Defensores Públicos Coordenadores de Defesa da Criança e do Adolescente;
4. Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes – CONANDA;
5. Comissão temática do PPCAM e SINASE.
6. Comissão Especial da Criança e do Adolescente da ANADEP.
7. Comissão Intersetorial para implementação da Carta de Estratégia em defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e Adolescente;
8. Comissão Intersetorial de Enfrentamento de Violência Sexual contra crianças e adolescentes.

IV.d.e. Projetos e eventos em desenvolvimento:

1 – Audiência Pública sobre Publicidade Infantil (13/03)

2 – Curso de capacitação voltado para Defensores Públicos e agentes dos CAMS com atuação na área da infância (27/03/2015). “Atuação conjunta dos defensores públicos da infância e juventude com assistentes sociais e psicólogos do CAM” – PA 17/2015.

3 - Reunião com movimentos sociais para articulação política contra a redução da maioridade penal (11/05) PA 46/2015

4 – Audiência Pública “Mães em Cárcere” (29/07)

5 - Videoconferência sobre a atuação do NEIJ e do CAM na área da Infância (16/07) PA 55/2015.

6 - Debate sobre redução da maioridade penal, realizado em conjunto com Ministério Público e Tribunal de Justiça, dia 29/04/2015, no auditório do Ministério Público.

7 – Curso de capacitação para Defensores Públicos – “Apresentação dos mecanismos de atuação em casos de violação de direitos de adolescentes dentro das unidades de privação de liberdade”.

8 - Reuniões realizadas com a Corregedoria Auxiliar da Infância do TJSP e MPSP para elaboração de provimento pelo TJSP que estabelece fluxo de atendimento pelas equipes

técnicas do juízo, sobre entrega protegida de crianças para fins de adoção – reuniões realizadas dias 27/02 e 21/07.
9 – Reunião no Tribunal de Justiça de São Paulo com Secretaria de Assistência Social do Município e outros órgãos para estabelecimento de fluxo de atendimento para crianças e adolescentes refugiados que necessitem de serviço de acolhimento institucional (10/04).
10 - Participação em audiência pública no Ministério Público sobre o tema das crianças e adolescentes refugiados, que demandam proteção especial (26/05).
11 – Reunião no TJSP sobre o projeto "Cidadania direito de todos", que visa regularizar documentação da população indígena na região sul de São Paulo, para organização de mutirão de atendimento (26/05).
12 - Participação em atos públicos, audiências públicas, reuniões e entrevistas sobre o tema da redução da maioridade penal.
13 - Reuniões com a corregedoria do TJ para elaboração provimento que previsse fluxo de atendimento nos casos de denúncia de tortura contra adolescentes
14- Reunião com a Associação Maria Flos Carmélio em 21/10/2015;
15- Participação na Audiência Pública do bairro "Baixo Glicério" em 23/11/2015;
16- Participação em reunião com a ONG Ação Educativa em 22/11/2015 para enfrentamento da violência policial em face de adolescentes;
17- Participação de debate na Assembleia Legislativa Estadual sobre Lei Estadual 15.892/2015 que proíbe o trote em escolas e universidades em 29/9/2015;
18- Visita a Comunidades Terapêuticas Acolhida e Renascer em 20/10/2015;
19- Participação na Reunião de Preparação e Encontro e com relator especial do Conselho de Direitos Humanos das Nações sobre torturas em 4/8/2015 e 6/8/2015;
20- Organização e participação de reunião aberta com a sociedade civil e Rede Nacional de Defesa de Criança e Adolescente – RENADE para apresentação dos dados colhidos pela Missão RENADE 2015 em 25/8/2015;
21- Participação da reunião no Conselho Regional de Psicologia de São Paulo para apresentação dos dados do Comitê Nacional de Prevenção a Tortura no Ministério Público Federal em 8/9/2015;
22- Participação da reunião de trabalho com os membros do Comitê Nacional de Prevenção a Tortura no Ministério Público Federal em 11/9/2015;
23- Participação de audiência pública sobre a redução da maioridade penal no Senado Federal em 23/4/2015;
24- Realização de visitas as unidades da Fundação CASA de Ferraz de Vasconcelos (24/4/2015 e 2/9/2015) Osasco (24/8/2015), Delegacia da Infância e Juventude de São José dos Campos (13/7/2015);
25- Reunião com Instituto Alana para discussão da PA que versa sobre Publicidade Infantil (20/1/2015);
26- Participação no Curso de Educação em Direitos e Cidadania em 28/11/2015.

IV.d.f. Pré-Conferências e Conferências Estaduais:
Participação dos integrantes do NEIJ nas pré-conferências (ao longo do ano) e na Conferência Estadual (04 e 05 de dezembro).

IV.d.g. Atuações Judiciais:

- Pedido de revogação de internação psiquiátrica decretada em desfavor de M.P. de F. perante a 1ª Vara Cível de Navegantes/SC, em razão de visita realizada junto com o Núcleo de Direitos Humanos na Comunidade Terapêutica Acredite, em Parelheiros.
- Pedido de revogação de internação psiquiátrica decretada em desfavor de J. R. M. perante a Vara de Cruzeiro do Oeste/PR, em razão de visita realizada junto com o Núcleo de Direitos Humanos na Comunidade Terapêutica Acredite, em Parelheiros.

- Ação Civil Pública contra Revista Veja – indenizatória em razão da exposição indevida de imagens de adolescentes processados por prática de ato infracional
- Ação Civil Pública contra a reorganização escolar do ensino básico do Estado
- Ação Civil Pública, em conjunto com defensores da unidade, para fechamento/afastamento da unidade da Fundação CASA Guaianazes
- Atuação em caso de pedido de internação psiquiátrica em face de jovem gestante na Comarca de Suzano (elaboração de contestação e HC)

IV.d.h. Atuação na política institucional "mães em carcere":
- Ações de articulação com as redes de atendimento locais (CREAS/CRAS, CAP's, serviços de acolhimento, Varas da Infância, etc);
- Despachos em procedimentos (302), além de petições, ofícios, cartas, visitas e reuniões.
- Elaborações de petições de guarda (2), pedido de vaga em creche e contestações (02) e recurso de agravo, em razão de procedimentos instaurados da política "mães em cárcere".

IV.d.i. Outras atuações:
- Participação em cursos, palestras, seminários e congressos.
- Atendimentos presenciais – casos de letalidade policial, mães em cárcere e outros.
- Divulgação no subpor tal do Núcleo inserido na página eletrônica da Defensoria Pública modelos de peças judiciais, ofícios e jurisprudência destinados aos Defensores que atuam na área de família e na área da infância e juventude, cartilhas; manuais; dados estatísticos; eventos realizados em parceria com órgãos públicos e com a sociedade civil.
- Expedição de ofícios para diversos destinatários, bem como o recebimento de respostas e encaminhamentos de ofícios das mais diversas pessoas e entidades;
- Acompanhamento e análise de pesquisas e projetos de leis relacionadas a infância e juventude.

IV.e. Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM)

Destacam-se como principais ações no exercício de 2015:

I – Assessoria aos Órgãos de Execução e de Atuação da Defensoria Pública, sendo realizado, em média, atendimento de três defensoras/es públicas/os por dia, para esclarecimento de dúvidas técnico-jurídicas na forma de condução de situação de crise específica, bem como envio de peças jurídicas e materiais para proficiência de palestras;

II – Atendimento de mulheres (presencial, telefone e por correio eletrônico) ou de pessoas que desejam orientação sobre as mais diversas violações de direitos da mulher, sendo que no ano de 2015, foram realizados 750 novos atendimentos;

III - Elaboração de Cartilhas e Folders sobre o Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar e os Direitos das Mulheres como forma de educação em direitos:
- Folders sobre Violência Obstétrica em Espanhol e Inglês
- Revista do NUDEM – Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
- Cartilha "Direitos e Deveres das/os Presas/os Estrangeiras/os", com texto em português, espanhol e inglês.
- Cartilha "Conversando sobre Violência Obstétrica"

IV – O NUDEM possui atualmente quarenta e sete (47) procedimentos administrativos em andamento, bem como setenta e cinco (75) expedientes administrativos, sendo que desses últimos, sessenta e nove (69) são para acompanhamento de projetos de lei que versam sobre a temática mulher. Tais procedimentos e expedientes administrativos são discutidos e votados durantes as reuniões ordinárias mensais, reunindo para tanto os quinze integrantes do NUDEM;

V – Proposição de Medidas Judiciais e Extrajudiciais para tutela de interesses individuais, coletivos e difusos;

VI – Elaboração de projetos de lei, moções de apoio e repúdio, com encaminhamento às Casas Legislativas;
VII – Coordenação dos plantões de atendimento às mulheres em situação de violência nos Centros de Referência e Atendimento da Mulher nas cidades de São Paulo, Osasco, Bauru, Marília, Jaú, São José do Rio Preto;
VIII – Envio de modelos de petição para as(os) defensoras(es) que acionaram o Núcleo, bem como aos defensores plantonistas nas Casas e Centros de Atendimento à Mulher;
IX – Realização de Seminários, Audiências Pública e Palestras voltadas para Defensores e Servidores, bem como para o público externo (poder público e a sociedade civil), no âmbito da educação em direitos (e com ênfase no fortalecimento da rede de combate à violência contra a mulher):

- Participação e organização das Coordenadoras do NUDEM do Curso de Sensibilização e Capacitação dos Defensores Públicos atuantes nos CCMs e CRMs, ocorrido na sede da DPE/SP em 09/01;
- Participação e organização do Seminário do GEA, ocorrido no auditório da sede da Defensoria Pública de SP em 28/03;
- Foi elaborado um curso de capacitação e sensibilização em gênero para orientações sobre a Lei nº 11.340/06 e Defensoria Pública, o qual foi replicado nas Unidades da DPE, visando atingir Defensores, Agentes, Servidores, Estagiários e Sociedade Civil Local. O curso foi realizado nas Unidades de Itaquaquecetuba, em 17/04, e de São Carlos, em 07/10.
- Participação e organização do Seminário Sistema Interamericano de Direitos Humanos – Acesso e Influência para a Proteção dos Direitos Humanos no Brasil, ocorrido no auditório da sede da Defensoria Pública de São Paulo no dia 02/07;
- Participação e organização da capacitação oferecida aos Defensores atuantes nos JVD´s, ocorrida no auditório da Defensoria Pública de SP em 06/07;
- Participação e organização na Audiência Pública “Mães em Cárcere”, ocorrida no auditório da sede da Defensoria Pública de São Paulo em 29/07;
- Participação e organização da Audiência Pública - Política de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, ocorrida no Auditório da sede da Defensoria Pública de SP em 19/08;
- Participação e organização do evento “Diálogos Feministas: Violência obstétrica como nova questão para o feminismo”, evento que integrou o conjunto de palestras organizadas pelo NUDEM em razão dos “16 Dias de Ativismo”, ocorrido no auditório da sede da Defensoria Pública de SP em 18/11;
- Participação e organização do evento “Diálogos Feministas: A Mulher Negra”, evento que integrou o conjunto de palestras organizadas pelo NUDEM em razão dos “16 Dias de Ativismo”, ocorrido no auditório da sede da Defensoria Pública de SP em 23/11;
- Participação e organização do evento “Diálogos Feministas: A Mulher Lésbica”, evento que integrou o conjunto de palestras organizadas pelo NUDEM em razão dos “16 Dias de Ativismo”, ocorrido no auditório da sede da Defensoria Pública de SP em 25/11;
- Participação e organização do evento “Diálogos Feministas: A Mulher Migrante e Tráfico de Mulheres”, evento que integrou o conjunto de palestras organizadas pelo NUDEM em razão dos “16 Dias de Ativismo”, ocorrido no auditório da sede da Defensoria Pública de SP em 27/11;
- Participação e organização do evento “Diálogos Feministas: Feministas Mulheres Trans”, evento que integrou o conjunto de palestras organizadas pelo NUDEM em razão dos “16 Dias de Ativismo”, ocorrido no auditório da sede da Defensoria Pública de SP em 30/11;
- Participação e organização do evento Cine-debate "Índias-Daughter", ocorrido no Centro Cultural Banco do Brasil em 01/12;
- Participação e organização do evento “Diálogos Feministas: A Mulher Autora de Crime”, evento que integrou o conjunto de palestras organizadas pelo NUDEM em razão dos “16 Dias de Ativismo”, ocorrido no auditório da sede da Defensoria Pública de SP em 02/12;

- Participação e organização do evento “Diálogos Feministas: Feminicídio”, evento que integrou o conjunto de palestras organizadas pelo NUDEM em razão dos “16 Dias de Ativismo”, ocorrido no auditório da sede da Defensoria Pública de SP em 09/12;
- Participação e organização do evento “Diálogos Feministas: Violência Virtual contra as Mulheres”, evento que integrou o conjunto de palestras organizadas pelo NUDEM em razão dos “16 Dias de Ativismo”, ocorrido no auditório da sede da Defensoria Pública de SP em 11/12.

X – Participação de cursos, palestra e seminários por meio de convite enviado pelo poder público e/ou sociedade civil;

XI – Participações em reuniões externas (poder público e/ou sociedade civil) e concessão de entrevistas para imprensa em geral e estudantes universitários;

XII – A Coordenação do NUDEM representa a Instituição perante os seguintes Conselhos e demais Órgãos Colegiados, por designação do Defensor Público Geral do Estado:

- Conselho Estadual da Condição Feminina – Defensora Pública Ana Rita Souza Prata, com reunião mensal,
- Comissão Especial para Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher do Conselho Nacional de Defensores Públicos (CONDEGE) – Defensora Pública Ana Paula de Oliveira Castro Meirelles Lewin, com reuniões trimestrais
- Comissão do Prêmio Heleieth Saffioti da Câmara Municipal de São Paulo, que homenageia mulheres, instituições e entidades de mulheres que tenham se destacado em ações de combate à discriminação social, sexual ou racial e na defesa dos direitos das mulheres no município de São Paulo - Defensora Pública Ana Paula de Oliveira Castro Meirelles Lewin, com reuniões esporádicas.
- Representante da Defensoria Pública na campanha “Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha – A lei é mais forte”, em âmbito Estadual, conforme Termo de Compromisso assinado junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, desde março de 2013 - Defensora Pública Ana Paula de Oliveira Castro Meirelles Lewin, com reuniões esporádicas.

Nos referidos Conselhos e comissões são tratados diversos temas relativos à condição da mulher na sociedade, em especial direitos à saúde, direitos das mulheres encarceradas, violência de gênero e violência doméstica, etc;

XIII – Divulgação, no subportal do Núcleo inserido na página eletrônica da Defensoria Pública, os modelos de petições iniciais e jurisprudência, destinadas aos defensores que atuam na área de família e na área criminal, especialmente para casos de aplicação das medidas de proteção previstas na Lei nº 11.343/06; entrevistas; artigos jurídicos e científicos; cartilhas; manuais; dados estatísticos; eventos realizados em parceria com órgãos públicos e com a sociedade civil;

XIV – Atualização de ofícios modelares, que foram inseridos no portal do Núcleo para acesso às/aos Defensoras/es da DPE/SP e aos que atuam nos Centros e Casas de Atendimento à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar;

XV - Expedição de ofícios para diversos destinatários, bem como o recebimento de respostas e encaminhamentos de ofícios das mais diversas pessoas e entidades;

XVI - Expedição de memorandos para destinatários da DPESP;

XVII - Atendimentos realizados por telefone e presencialmente, bem como pela equipe do CAM do NUDEM;

XVIII - Acompanhamento e análise de pesquisas relacionadas aos direitos da mulher;

XIX - Reuniões ordinárias do Núcleo com atividades específicas distribuídas aos membros e colaboradoras/es;

XX - Confecção de Boletins Informativos Mensais;

IV.f. Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos do Idoso e das Pessoas com Deficiência

Destacam-se como **principais** ações no exercício de 2015:

- Propositura e acompanhamento de medidas judiciais (Ações Civis Públicas e ações individuais) e extrajudiciais (recomendação), para a tutela de interesses individuais, coletivos e difusos dos direitos dos idosos e pessoas com deficiência;
- Atuação perante o Supremo Tribunal Federal mediante ingresso e manifestação, na condição de *Amicus Curiae,* em defesa da garantia da não-discriminação das pessoas com deficiência, na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5357;
- Acionamento de instância internacional mediante elaboração e envio de relatório ao Comitê da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, com informações sobre a situação carcerária destas pessoas e falta de acessibilidade nos estabelecimentos prisionais, em parceria com o Núcleo de Situação Carcerária da DPSP e com a Defensoria Pública da União;
- Realização de aproximadamente 456 atendimentos, envolvendo o recebimento de demandas de público externo e a prestação de suporte e orientação aos Defensores Públicos de diversas Unidades (bem como suporte a agentes de Defensoria em conjunto com o Centro de Atendimento Multidisciplinar do Núcleo) nas matérias relacionadas aos direitos dos idosos e pessoas com deficiência;
- Compilação de informações técnico-jurídicas na área dos direitos dos idosos e das pessoas com deficiência (notícias, alterações legislativas, jurisprudência) e remessa, em boletins periódicos, aos Defensores Públicos. Elaboração de enunciados e posicionamentos acerca de questões referentes aos direitos dos idosos e pessoas com deficiência e encaminhamento como suporte aos Defensores Públicos;
- Distribuição de cartilhas de direitos produzidas pelo Núcleo internamente e para diversas entidades e serviços de pessoas com deficiência e idosos, contribuindo para difusão de informações sobre direitos para a população que se enquadra como público-alvo do serviço da Defensoria Pública;
- Atuação, em parceria com a Escola da Defensoria Pública, pelo intercâmbio entre os Defensores Públicos, objetivando o aprimoramento das atribuições institucionais e a uniformidade dos entendimentos ou teses jurídicas relacionadas aos direitos dos idosos e pessoas com deficiência, mediante participação em *workshops* para os Defensores Públicos e elaboração de tese institucional aprovada no Encontro Estadual de Defensores Públicos de 2015;
- Supervisão do estágio curricular dos estudantes de gerontologia decorrente da assinatura de termo de cooperação com a Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP) no atendimento inicial na Rua Boa Vista, 150, em conjunto com professora do curso de gerontologia, com reuniões de acompanhamento, palestras para início do estágio e orientação de estagiários;
- Realização de diversas reuniões e tratativas com órgãos da administração da Defensoria Pública do Estado de São Paulo visando o aprimoramento da acessibilidade das pessoas idosas e com deficiência aos serviços prestados pela instituição;
- Realização de reuniões com outros Núcleos Especializados da Defensoria Pública para tratar de projetos em conjunto para atendimento das pessoas com deficiência e idosos, com ênfase para as questões relacionadas aos consumidores idosos (com a elaboração de instrumento para verificação das principais demandas) e das pessoas com deficiência encarceradas (inclusive com atuação perante a ONU neste tema);
- Representação da Defensoria Pública perante os Conselhos Estaduais de Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência, por intermédio de integrantes do Núcleo designados pelo Defensor Público-Geral do Estado, com participação nas reuniões dos órgãos colegiados em questão. Representação da Defensoria Pública na Comissão de monitoramento e combate à

violência e à discriminação das Pessoas com Deficiência no Estado de São Paulo, com participação nas reuniões respectivas;

- Participação em eventos de educação em direitos e orientação jurídica para a população, bem como de palestras sobre os direitos das pessoas idosas e das pessoas com deficiência em diversas entidades e órgãos públicos, inclusive em outros municípios do Estado.
- Realização de audiências públicas nas cidades de São Paulo, Osasco e Sorocaba sobre direito à educação e apoios na escola para inclusão das pessoas com deficiência. Realização de audiência pública sobre o direito à moradia das pessoas idosas.
- Organização e realização do Seminário Internacional sobre os Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência em cooperação com o Ministério Público Federal e participação de especialistas nacionais e internacionais acerca da defesa dos direitos dos das pessoas com deficiência.
- Monitoramento de projetos de lei no Congresso Nacional e na Assembleia Legislativa relacionados aos direitos das pessoas com deficiência e dos idosos. Apresentação de propostas de atualização legislativa afeta aos direitos das pessoas com deficiência – legislação estadual sobre combate à discriminação contra estas pessoas.

IV.g. Núcleo Especializado de Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito

Destacam-se como principais ações no exercício de 2015:

1) Compilação e remessa de informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos Defensores Públicos (as) Públicos (as) e servidores (as) da Defensoria:

- Disponibilização de jurisprudência e decisões judiciais afetas aos direitos das populações que vivenciam situações de discriminação e preconceito.
- Elaboração e encaminhamento de informativo mensal a todos (as) servidores (as) e defensores (as).
- Encaminhamento de orientações jurídicas e técnicas sobre temas atinentes à atuação do NCDRP.

2) Proposição de medidas judiciais e extrajudiciais para tutela de interesses individuais, coletivos e difusos:

- Suporte técnico às regionais da Defensoria Pública sobre os temas afetos ao NCRDRP.
- Recebimento de denúncias, com geração de protocolos: 242 (183 de discriminação à população LGBT, 45 de discriminação racial, 4 de discriminação a pessoas com HIV, 10 por outras violações).
- Atendimentos presenciais de pessoas que foram discriminadas visando a adoção de providências: total de 198 atendimentos.
- Realização de mediações nos casos cabíveis: 23
- Encaminhamento de ofícios com recomendações e pedidos de informações a entidades públicas e privadas.

3) Realização de intercâmbio, em conjunto com a Escola da Defensoria Pública, entre os órgãos de execução e de atuação da Defensoria Pública do Estado, objetivando o aprimoramento das atribuições institucionais e a uniformidade dos entendimentos ou teses jurídicas:

- Participação na organização de Cursos de Capacitação/Sensibilização dos (as) servidores da Defensoria Pública, na capital e no interior, que versaram sobre discriminações étnico-racial e em face da população LGBT.
- Promoção de eventos sobre temas relevantes concernentes a discriminação e preconceito, direcionados ao público interno e externo.
- Promoção de atividades de educação em direitos/sensibilização, a partir de denúncias recebidas.

4) Realização de intercâmbio com entidades públicas e privadas:

Promoção de atividades de educação em direitos/sensibilização, a partir de denúncias recebidas.

Parceria com a Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, para:

- Efetivação da Lei 10.948/2001, que combate qualquer ação discriminatória por orientação sexual e identidade de gênero: 41 procedimentos abertos em 2015 (6 arquivados e 32 em andamento). Total de procedimentos de anos anteriores que foram arquivados no ano de 2015: 36
- Efetivação da Lei 11.199/2002, que combate a discriminação a pessoas que vivem com HIV/Aids: Nenhum procedimento aberto em 2015. Total de procedimentos de anos anteriores que foram arquivados no ano de 2015: 3
- Efetivação da Lei 14.187/2010, que combate a discriminação racial: 44 procedimentos (3 arquivados e 41 em andamento). Total de procedimentos de anos anteriores que foram arquivados no ano de 2015: 11

Parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República: avaliação e acompanhamento de casos de discriminação por orientação sexual e identidade de gênero (Lei 10.948) que são recebidos pelo Disque 100 – Módulo LGBT: recebimento de 149 denúncias.

Parceria com Centro de Combate à Homofobia – recebimento de encaminhamentos de vítimas de homofobia para atendimento interdisciplinar: 19 encaminhamentos.

Parceria com Centro de Referência em Direitos Humanos na Prevenção e Combate ao Racismo – recebimento de encaminhamentos de vítimas de discriminação racial para atendimento interdisciplinar: 13 encaminhamentos.

Parceria com Centro de Atendimento Jurídico Dom Orione – encaminhamento de denunciados para atendimento jurídico: 25 encaminhamentos

Realização de capacitações a entidades públicas e privadas, após denúncias:

5) Atuação conjunta com outras instituições:

- Capacitação de educação em direitos na Fundação Casa Rio Tocantins localizado dentro da Unidade Fundação CASA (janeiro/2015).
- Reunião com o Conselho Estadual LGBT sobre erros médicos em cirurgias de redesignação sexual (janeiro/2015).
- Reunião com Centro de Referência e Tratamento DST/AIDS sobre os casos de pessoas soropositivas no sistema prisional (fevereiro/2015).
- Participação e realização de palestra na Universidade de São Paulo - USP, sobre discriminação e diversidade sexual (fevereiro/2015).
- Reunião no Ambulatório de Transtorno de Identidade de Gênero e Orientação Sexual - AMTIGOS com pais e adolescentes de transexuais e transgêneros para orientações jurídicas (março/2015).
- Reunião com a equipe gestora do Centro de Combate a Homofobia sobre os atendimentos e encaminhamentos dos usuários ao Núcleo (março 2015).
- Reunião com gestores da Fundação Florestal para tratar da situação dos Caboclos de Ribeirão dos Camargos (março/2015).
- Palestra/Conversa com Professores sobre Discriminação racial na Escola Estadual Reverendo Irineu Monteiro de Pinho (março/2015).
- Palestra sobre Discriminação racial na Escola Arthur Queiros em Santo André (março/2015).
- Reunião na Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão referente a regulamentação da LEI 1259/2015, que inclui pretos, pardos e indígenas em concursos públicos (março/2015).
- Reunião na Secretaria Estadual de Justiça e Defesa da Cidadania referente a cotas raciais (março/2015).
- Reunião na Secretaria Estadual de Saúde referente o processo Transexualizador (abril/2015).
- Reunião na Delegacia Geral de Polícia sobre o uso do nome social no Boletim de Ocorrência (maio/2015).
- Reunião na Secretaria Estadual de Justiça e Defesa da Cidadania referente à realização de mediações em casos de discriminação (maio/2015).
- Palestra na Escola Estadual Flavio La Selva sobre orientação sexual, os direitos das pessoas transexuais e transgêneros (maio/2015).

- Reunião no Ministério Público do Estado de São Paulo sobre comunidades tradicionais (Agosto/2015).
- Reunião com o Centro de Cidadania LGBT sobre os atendimentos e encaminhamentos de usuários (agosto/2015).
- Reunião/mediação com a Caixa Cultural referente a direitos das pessoas transexuais (agosto/2015).
- Reunião/mediação com coordenação pedagógica do Colégio Paradigma sobre discriminação racial (agosto/2015).
- Palestra na Escola Estadual Júlio Mesquita em Campinas sobre discriminação (setembro/2015).
- Palestra no Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes sobre discriminação (outubro/2015).
- Reunião na Escola Estadual Professora Marina Cintra sobre discriminação racial (outubro/2015).
- Participação na Audiência Pública Plano Estadual de Educação (outubro/2015).
- Capacitação aos professores da Escola Estadual Marina Cintra sobre discriminação racial (novembro/2015).
- Reunião com a Secretaria de Educação de Santos sobre a discriminação racial (dezembro/2015).
- Participação na Roda de Conversa do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo sobre transexualidades, travestilidades e os serviços de Psicologia (dezembro/2015).

6) Atuação para efetivação do Plano Anual de Atuação da Defensoria Pública

- Promoção de diversas atividades de educação em direitos, inclusive com a utilização do veículo van (“Defensoria Móvel”).
- Realização de palestras em diversos locais para conscientização social acerca das formas de combate às várias formas de discriminações.
- Capacitação de defensores e servidores para atuação em casos de discriminação.
- Contatos com órgãos públicos e privados, para atuação em prol da promoção da diversidade e do enfrentamento da discriminação.
- Promoção de visitas e reuniões institucionais para atuação conjunta, conhecimento da rede e articulação com os diversos agentes sociais.
- Realização de eventos na capital e no interior do Estado.
- Atuação em casos que envolvem populações e comunidades tradicionais, como quilombolas.

IV.h. Núcleo Especializado de Direitos Humanos e Cidadania

Destacam-se como principais ações no exercício de 2015:

- Auxílio e suporte aos Defensores Públicos e Agentes de Defensoria do Estado de São Paulo em demandas afetas à sua ampla temática (violência policial, saúde mental, população em situação de rua, direito de manifestação etc), através, por exemplo, da confecção de relatórios e peças, fornecimento de suporte jurídico virtual (telefone e correio eletrônico) e compilação de jurisprudência.
- Disponibilização de material de trabalho no portal do Núcleo (peças, relatórios etc).
- Atendimentos e atuação em campo, por exemplo, para buscar garantir o direito de manifestação, para ouvir as demandas de grupos específicos (estudantes em escolas ocupadas, p. ex.), para viabilizar o acesso à Justiça a populações excluídas (atendimento itinerante à população em situação de rua, p. ex.), e para checar as condições de Unidade Básica de Saúde.
- Propositura de Ações Civis Públicas para a tutela de interesses dos vulneráveis, como por exemplo, para liberar pacientes de comunidades terapêuticas, para obstar o retrocesso em política pública para a população em situação de rua e para barrar a reorganização escolar das escolas públicas do Estado.

- Absorção inicial e gradativa de um novo eixo temático de trabalho, relacionado aos direitos dos catadores de material reciclável, lixões e incineradores (meio- ambiente).
- Atuação na fase de inquérito e como assistente de acusação em casos emblemáticos de violência policial.
- Atuação em ações de retificação de óbito de mortos e desaparecidos na ditadura de 1964, encaminhados pela Comissão Estadual da Verdade.
- Ações para a criação do Comitê e do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura no âmbito do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (Lei Federal nº 12.847/2013).
- Participação em diversas reuniões com órgãos do Poder Público, sobretudo na esfera municipal e estadual e com a sociedade civil.
- Acionamento do PROVITA (Programa Estadual de Proteção a Testemunhas), quando necessário à proteção de vítimas e testemunhas em casos de grave violação de direitos humanos.
- Participação em audiências públicas sobre temas relacionados à atuação do Núcleo.
- Acompanhamento e participação de discussões sobre projetos de lei pertinentes aos temas do Núcleo.
- Participação em reuniões e Seminários visando a capacitação de Defensores Públicos
- Palestras no Curso de Formação dos Defensores Públicos do V e VI Concursos.
- Palestras em diversos eventos de importância, dentro e fora da Defensoria Pública.
- Realização da Audiência Pública sobre integração e articulação das políticas públicas para pessoas em situação de rua, em 05 de agosto de 2015.
- Criação, organização e participação no Seminário "Violência Policial: Crítica, Prevenção e Reparação", realizado nos dias 04 e 05 de maio de 2015.
- Auxílio e participação no Seminário "PROVITA e PPCAAM": programas de proteção e a atuação da Defensoria Pública, ocorrido em 10 de setembro de 2015.
- Auxílio à Escola da Defensoria Pública na concepção de curso de pós-graduação a ser oferecido pela Fundação Getúlio Vargas - FGV a defensores públicos.
- Realização de parcerias e intercâmbios com outros órgãos de execução da DPE-SP.
- Atendimento a demandas de imprensa relacionadas à atuação do Núcleo, com participação em debate e concessão de entrevistas.
- Participação e coordenação dos grupos de trabalho formados no eixo cidadania e direitos humanos nas Pré-Conferências e na Conferência do V Ciclo.
- Gerenciamento do atendimento regular e especializado à população em situação de rua, que ocorre de segunda a quinta-feira das 8h às 12h na rua Boa Vista, 150, São Paulo, SP.
- Iniciativa de proposta e participação em reuniões junto à Prefeitura do Município de São Paulo com vistas a resgatar instrumentos de trabalho de pessoas em situação de rua indevidamente apreendidos e com vistas a consolidar, extrajudicialmente, um protocolo em busca de maior respeito ao direito de posse e propriedade dessas pessoas.
- Petição à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (Organização dos Estados Americanos) em dois novos casos: a) o primeiro caso trata-se de uma medida cautelar coletiva, em parceria com o Núcleo Especializado de Situação Carcerária, para que o crime de desacato seja excluído do ordenamento jurídico brasileiro, conforme decisões reiteradas do Sistema Interamericano de Direitos Humanos; b) o segundo é um caso relacionado aos crimes de maio de 2006, especificamente a 6 casos de execuções sumárias ocorridos em Santos, à época.
- Participação em audiência sobre "Protesto social e direitos humanos na America", ocorrida em 16 de março de 2015 na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (OEA).
- Encaminhamento ao Relator Especial sobre Tortura da ONU, Sr. Juan Mendez, de relatório de casos de tortura enfrentados pelo NCDH e participação em reunião com referido Relator Especial.

- Representação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo nas reuniões realizadas pela Comissão Especial de Direitos Humanos do CONDEGE (Colégio Nacional de Defensores-Públicos Gerais).
- Representação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo nas reuniões do CONDEPE (Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana).
- Representação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo em duas comissões especiais da ANADEP (Associação Nacional de Defensores Públicos).
- Atuação em processos judiciais de maior complexidade por meio de elaboração de peças e participação de audiências judiciais.
- Cumpre ressaltar que ao término do ano de 2015, o Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos possuía em andamento 268 (duzentos e sessenta e oito) Procedimentos Administrativos e 61 (sessenta e uma) ações judiciais em curso.

IV.i. Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos do Consumidor (NUDECON)

O NUDECON foi criado pela edição da Deliberação do Conselho Superior da Defensoria Pública – Deliberação CSDP Nº 175 de 14 de maio de 2010.

Segundo seu regimento interno – Deliberação CSDP nº 220 de 11 de março de 2011 - as atribuições gerais do NUDECON são:

- Compilação e remessa de informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos Defensores Públicos, referente às temáticas diversas que envolvem o direito consumerista;
- Recebimento de expedientes – de origens diversas – relatando práticas abusivas, violações ou ameaças aos direitos dos consumidores, para verificação e tomada das medidas judiciais cabíveis;
- Atuação judicial e extrajudicial em casos de maior complexidade e amplitude geral na área do consumidor (para tutela de interesses individuais homogêneos, coletivos e difusos);
- Assessoramento, junto aos órgãos de execução da Defensoria, em causas complexas que possuam pertinência temática com o núcleo;
- Fomento de troca de experiências e práticas exitosas junto aos demais órgãos, internos e externos à Defensoria, cujas atribuições sejam voltadas à defesa do consumidor, incluindo entidades públicas e privadas;
- Atuação em educação em direitos junto à população carente do Estado, bem como na conscientização de deveres junto aos fornecedores de produtos e serviços, visando a minimização de práticas ofensivas/lesivas aos direitos do consumidor;
- Representação da instituição perante Conselhos e demais órgãos colegiados, por qualquer de seus membros, por designação do Defensor Público Geral do Estado.
- Participação junto ao Sistema Nacional de Defesa do Consumidor em parceria com a SENACON (Secretaria Nacional do Consumidor) do Ministério da Justiça;
- Contribuição para definição, do ponto de vista técnico, das ações voltadas à implementação do Plano Anual de Atuação da Defensoria Pública naquilo que disser respeito às respectivas áreas dessa especialidade.

Cumpre registar que, ao término do ano de 2015, o NUDECON possuía em andamento 38 Procedimentos Administrativos, 89 Expedientes e 07 Pedidos de Providência, totalizando, pois, 134 processos em andamento, bem como 114 processos já finalizados/arquivados.

Além das parcerias já anteriormente firmadas pelo NUDECON, no ano de 2015 uma importante parceria fora entabulada pelo Núcleo, qual seja, com a Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor, do ministério da Justiça – SENACON/MJ – cujo objeto principal é a difusão e fomento da utilização da plataforma interativa (via internet) de solução extrajudiciais de conflitos consumeristas denominada “Consumidor.Gov” (www.consumidor.gov.br).

Por meio desta parceria, a Defensoria adotou como diretriz de atendimento o uso prioritário daquela ferramenta, em alternativa ao ingresso em juízo, para solucionar as demandar que envolvam uma relação de consumo. A plataforma apresenta um índice geral de solução acima de 70% dos casos ali tratados.

Ainda em decorrência desta parceria, também fora elaborado pelo núcleo um "folder" explicativo que é distribuído nos locais de atendimento inicial da Instituição em todo o Estado. No panfleto (onde se explica que é e para o que serve e como utilizar o Consumidor.Gov), busca-se empoderar a população para, por ela mesma, poder resolver, pela plataforma, as questões que envolvam o direito do consumidor.

Das principais atividades desempenhadas pelo núcleo ao longo de 2015, pode –se primeiramente destacar a realização nos dias 14 e 15 de maio, do I Seminário de Direito do Consumidor, realizado no auditório da Defensoria Pública. No referido seminário, que contou além de Defensores Públicos, também com juristas de renome na área do direito do consumidor, foram tratados quatro eixos temáticos, quais sejam: superendividamento, planos de saúde, tutela coletiva e comércio eletrônico (http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Conteudos/Noticias/NoticiaMostra.aspx?idItem=59131&idPagina=5126).

Cumpre registrar, ademais, algumas reuniões realizadas ao longo de 2015 cujo objeto central foi do que densificar a parceria entre os membros do sistema de defesa do consumidor, bem como tratar de assuntos centrais referentes à defesa do consumidor. Entre elas, citam-se as seguintes reuniões:

- Reunião com o Centro de Apoio Operacional Cível de Tutela Coletiva do Ministério Público do Estado de São Paulo (Consumidor), no dia 26/01/2015, das 14h30 às 18h00, na Rua Riachuelo nº 115, 7º andar – Sala 712;
- Reunião dos Núcleos Especializados com a EDEPE (Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo), no dia 27/01/2015, das 14h30 às 16h30, na Rua Boa Vista, 103 - 7º Andar – Auditório;
- Reunião com a PROTESTE – Associação de Consumidores, no dia 04/02/2015 - das 10h00 às 12h00, na Rua Machado Bittencourt, 361 – 6º andar – Vila Clementino - CEP 04044-905 – São Paulo – SP;
- Reunião com a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), no dia 11/02/2015, das 09h00 às 12h00, na Rua Renascença, 112 - Ed. Congonhas Office - Vila Congonhas - São Paulo (SP) - CEP: 04612-010;
- Reunião com a ANADEP (Associação Nacional de Defensores Públicos), no dia 29/01/2015, das 14h00 às 18:00h na Casa de Portugal - Avenida da Liberdade, 602 - Liberdade, São Paulo – SP;
- Reunião com a SENACON (Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor) para tratar das funcionalidades do "Consumidor.gov.br" para representantes de órgãos parceiros, no dia 07/04/2015 - das 09h00 às 18h00, na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ministério da Justiça, 4º andar, Brasília, DF;
- Reunião referente ao Núcleo de Apoio Técnico do Tribunal de Justiça de São Paulo, no dia 18/06/2015, das 10h00 às 12h00, no Palácio da Justiça, Salão do Júri, 2º andar;
- Reunião entre a Federação Brasileira de Bancos e Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor no dia 02/07/2015 - das 14h00 às 16h30h, na Rua Boa Vista, n° 200 - mezanino – Centro – São Paulo/ SP; e no dia 09/12/2015, das 10h00 às 13h00, na Av. Brig. Faria Lima, 1485 - Jardim Paulistano, visando celebração de parceria entre as duas instituições.

Por fim, consigna-se as principais atividades das quais o NUDECON teve efetiva participação:

- Seminário - Crise Hídrica: Alternativas e Soluções
  26/02/2015 - das 15:00 às 18:00h
  Local: Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2020, térreo, São Paulo
- Palestra - Audiência Pública - Publicidade Infantil (Referente ao Procedimento Administrativo NUDECON nº 001/2014)
  13/03/2015 - das 18:30 às 22:30h
  Local: Rua Boa Vista, 200 - Auditório da Defensoria Pública de SP
- XIII Seminário Internacional PROTESTE de Defesa do Consumidor
  01/09/2015 - das 08:30 às 17:00h
  Local: Auditório do Edifício New Place - Rua Machado Bitencourt, 361, térreo, Vila Clementino, SP;
- I Seminário de Direito Ambiental da Defensoria Pública de São Paulo
  17/11/2015 - das 09:00 às 12:00h
  Local: Rua Boa Vista, nº 200 - térreo - Auditório da Defensoria Pública.

V - Ações de Comunicação, Divulgação e Assessoria de Imprensa

A Coordenadoria de Comunicação Social e Assessoria de Imprensa (CCSAI) promove a divulgação e transparência de informações sobre a Defensoria Pública ao público interno e externo. Dentre as atividades realizadas em 2015, destacam-se:

- Publicação de notícias sobre atuações e informações de serviços da Defensoria Pública no portal da internet, visando aos usuários do serviço público, Defensores e órgãos de imprensa;
- Envio de releases à imprensa por meio de mailing especializado;
- Envio diário por meio digital de um Clipping da Defensoria Pública, contendo notícias sobre a instituição e matérias jornalísticas de interesse, a todos os Defensores e Servidores da instituição, além de interessados;
- Manutenção de página no *Twitter*. O número de seguidores passou (aproximadamente) de 8.500 (em 2012) para 16.700 (final de 2015);
- Manutenção de página no *Facebook*. O número de seguidores passou (aproximadamente) de 3,7 mil (em 2012) para 27.690 no final de 2015;
- Após a criação do perfil da Defensoria Pública no *Flickr,* em dezembro de 2014, 2.167 imagens de eventos na instituição foram inseridas na plataforma em 2015;
- Acompanhamento especializado de imprensa para Defensores Públicos, com envio customizado de reportagens a determinados órgãos de execução, considerando eventual interesse profissional;
- Comunicação interna: a) informativos digitais enviados a todo o público interno; b) informativo semanal sobre sessões do Conselho Superior da Instituição; c) informativo semanal sobre as principais ações desempenhadas pelos órgãos da Defensoria Pública-Geral; d) suporte a informativos digitais mensais produzidos em parcerias com Núcleos Especializados;
- Elaboração de material gráfico de divulgação da Defensoria Pública, distribuído às unidades em todo o Estado;
- Diagramação, elaboração de layout e edição de texto para produção de cartilhas de educação em direitos;
- Administração do portal da Defensoria na internet, incluindo assessoria aos diversos órgãos que possuem capacidade de atualização e edição;
- Atendimento a demandas de imprensa e acompanhamento de Defensores Públicos durante concessão de entrevistas para fornecimento de assessoria profissional em jornalismo.
- Cobertura de eventos institucionais. Além de palestras, seminários e eventos de agenda oficial, destaca-se o Ciclo de Conferências da Defensoria Pública, realizado entre os meses de agosto e dezembro de 2015 em todas as regionais da instituição.

VI - Participação da Defensoria Pública em Conselhos, Comitês e Comissões Estaduais

A Defensoria Pública tem representação ou participação nos seguintes Conselhos, Comitês e Comissões Estaduais:

Conselhos:

- Conselho Penitenciário;
- Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa Portadora de Deficiência;
- Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONDECA);
- Conselho Estadual do Idoso;
- Conselho Estadual da Condição Feminina;
- Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra;
- Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CONDEPE);
- Conselho Estadual dos Povos Indígenas;
- Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária;
- Conselho da Comunidade;
- Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Nordestina (COPANE);
- Conselho Estadual de Saneamento Básico;
- Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas (CONED);
- Conselho Estadual de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente;
- Conselho Estadual para diminuição de acidentes de trânsito e transporte - CEDATT

Comitês e Comissão:

- Comitê Estadual Interinstitucional de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas;
- Comitê Paulista de Ações para a Segurança Viária
- Comitê Institucional para a construção do plano Estadual de Atendimento Socioeducativo
- Comitê Estadual de referência em Saúde da Pessoa Idosa
- Comissão Interinstitucional de Acompanhamento e Avaliação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo- SINASE

VII - Ouvidoria-Geral[1]

VII.a. Processamento de manifestações

- 5.144 atendimentos realizados | 2.598 manifestações processadas;
- Registro, análise de dados e encaminhamento de reclamações, elogios e sugestões apresentados à Ouvidoria pelos Usuários dos serviços da Defensoria, Servidores e Defensores Públicos;
- Processamento de manifestações coletivas, apresentadas por grupos, organizações ou movimentos sociais e populares;
- Recebimento de manifestações de pessoas encarceradas e respectivos encaminhamentos às Coordenações Regionais, Núcleo Especializado de Situação Carcerária e também Assessoria Especial Criminal da Defensoria-Geral: ação acompanhada de fomento ao contato direto com familiares das pessoas presas, sempre que possível.

VII.b. Mecanismos de participação e controle social

- Reuniões ordinárias e interação com o Conselho Consultivo da Ouvidoria, formado por pessoas e representantes de entidades comprometidas com os princípios e atribuições da Defensoria;
- Acompanhamento e fomento aos outros mecanismos de participação da Defensoria (Audiências e Consultas Públicas, Momento Aberto do Conselho Superior e Ciclo de Conferências);
- Publicação de capítulo específico sobre o tema em relatório de atividades da Ouvidoria;

- Fomento e participação de audiências públicas para monitoramento da implementação das diretrizes aprovadas na IV Conferência da Defensoria;
- Preparação, participação e monitoramento do V Ciclo de Conferências da Defensoria;
- Avaliação e monitoramento das atividades da Defensoria;
- Visitas a Unidades da Defensoria Pública do Estado, situadas na capital, Região Metropolitana de São Paulo e no interior.
- Participação no Encontro Estadual de Defensores Públicos do Estado de São Paulo;
- Visitas ao Vale do Ribeira – Audiências Públicas sobre educação diferenciada
- Organização conjunta de audiências públicas:
  - Políticas públicas de atendimento à População em Situação de Rua;
  - Incidência de Agrotóxicos em alimentos distribuídos em Santo André;
  - Violência policial em Limeira.
- Realização de audiência pública "Defensoria de Portas Abertas" em março.

VII.c. Atuação no Conselho Superior da Defensoria Pública

- Participação em todas as Sessões Ordinárias e Extraordinárias, bem como Reuniões de Trabalho do CSDP;
- Elaboração, apresentação e divulgação de quatro documentos entre pareceres, manifestações e materiais de apoio sobre processos de revisão ou de construção de Deliberações;
- Participação ativa, por meio de manifestações e pareceres, nos processos de interesse dos Cidadãos Usuários da Defensoria, em parceria com membros de seu Conselho Consultivo e organizações da sociedade civil;
- Participação em Comissão especial e interlocução entre o CONDEPE e o Conselho Superior a respeito do processo eleitoral para o cargo de Ouvidor-Geral;
- Fomento a consultas e audiências públicas para a avaliação de propostas de políticas institucionais, bem como sistematização de sugestões recebidas para tais finalidades;

Disponibilização da integralidade dos documentos formulados pela Ouvidoria e remetidos ao CSDP no *site* do órgão.

VII.d. Projetos e Parcerias

- Participação e execução de projetos e eventos sobre temas relacionados à atuação da Ouvidoria;
- Participação em acolhimentos promovidos pelo Departamento de Recursos Humanos e pela EDEPE para novos Servidores empossados na instituição, para apresentação da Ouvidoria-Geral;
- Coordenação e mediação de encontros entre a Defensoria e demais instituições da rede pública e pessoas e entidades envolvidas na defesa de direitos da população em situação de rua, para melhoria da qualidade nos serviços de acolhimento e assistência;
- Participação em projeto de pesquisa sobre saúde mental no cárcere, com visitas para verificação das condições de funcionamento de Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico de São Paulo, em parceria com a Pastoral Carcerária;
- Parceria com órgãos da Administração, como Assessoria Técnica-Psicossocial, Corregedoria-Geral e Núcleos Especializados para propor melhorias internas à Defensoria e promover a ampliação do diálogo e da interação com outros órgãos públicos ou entidades sociais;
- Diálogos com a Assessoria Técnica Psicossocial, Corregedoria e outros órgãos / Unidades / instituições, inclusive CAPS, sobre acolhimento de pessoas em situação de sofrimento ou com demandas complexas;
- Composição da equipe organizadora da V Jornada pela Moradia Digna, em parceria com o Núcleo de Habitação e Urbanismo da Defensoria Pública, a Escola da Defensoria e diversas organizações e movimentos sociais e populares;

- Participação em reuniões ordinárias do Conselho da EDEPE;
- Participação do Ouvidor, como expositor ou ouvinte, em audiências públicas, seminários e demais eventos de temática relacionada à atuação da Ouvidoria, a convite de entidades sociais e órgãos da Defensoria;
- Participação em reuniões ordinárias do CONDEPE e participação na Comissão de Situação Carcerária do órgão, com a finalidade de fomentar a participação social visando à garantia e promoção dos direitos humanos;
- Participação no Conselho da Comunidade da Execução Penal da capital, em reuniões e atividades de inspeção de estabelecimentos prisionais.
- Participação em atividades de Educação em Direitos – Itaquera e Itaquaquecetuba
- Participação no Grupo de Trabalho de Desenvolvimento Institucional, na qualidade de observadora;
- Participação no Grupo de Trabalho de Servidoras/es da Defensoria por Educação em Direitos, enquanto existente;
- Pesquisa e seminário sobre enfrentamento ao assédio moral e sexual na instituição, em parcerias firmadas com a Associação de Servidores/as da Defensoria e com a Corregedoria-Geral;
- Participação em grupo de trabalho sobre círculos restaurativos na Defensoria;
- Articulação para implantação do Mecanismo contra a Tortura no Estado de São Paulo
- Articulação com Movimentos Sociais e Organizações:
  - Ato contra a redução da maioridade penal;
  - Participação em reuniões da rede Leste – Direitos da Mulher;
  - Reuniões de organizações da área de infância / missão Renade;
  - Workshop e grupo de trabalho sobre Alternativas Penais;
  - Reuniões do Grito dos Excluídos;
  - Reuniões da AMPARAR;
  - Evento em parceria com o Jubileu Sul para discutir acolhimento de imigrantes em São Paulo;
  - Participações em plenárias de Movimentos Sociais, Conferências Livres, articulações do Comitê Estadual de Direitos Humanos, atividades de formação no Gaspar Garcia
  - Participação em eventos de formação (PUC etc)
  - Articulação para receber visita do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

VII.e. Participação em debates e atividades de fomento à criação e fortalecimento de Ouvidorias Externas

- Monitoramento das atividades legislativas em âmbito estadual e federal com relação a temas que afetam especialmente: mecanismos de participação e controle social, direitos dos Usuários da Defensoria e questões afetas às instituições do Sistema de Justiça;
- Acompanhamento de reuniões do grupo de trabalho da Defensoria de SP para estudar propostas de alteração para a LCE 988/2006;
- Participação em quatro reuniões ordinárias e demais atividades do Colégio de Ouvidorias de Defensorias Públicas do Brasil;
- Acompanhamento do processo de implementação da Ouvidoria Externa da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, com manifestação formal contrária aos termos de Projeto de Lei enviado à Assembleia Legislativa daquele Estado;
- Colaboração para realização de audiência pública relacionada à primeira eleição para o cargo de Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- Acompanhamento da tramitação da ADI nº 4608, que questiona o modelo de Ouvidoria Externa, criado a partir das inovações introduzidas na Lei Complementar n° 80/94 pela Lei Complementar n° 132/2009;
- Acompanhamento da tramitação da PEC nº 45/2009, que trata dos órgãos de controle da administração pública;

- Participação em encontros e atividades de articulações nacionais: Fórum Justiça e JusDH.

VII.f. Gestão da Ouvidoria

- Organização do atendimento pela Equipe da Ouvidoria-Geral em três diferentes locais na Defensoria;
- Reuniões semanais de equipe para planejamento de atividades e estudo das causas de insatisfações dos Usuários da Defensoria, com base nas manifestações recebidas;
- Conclusão de planejamento estratégico para aprimoramento dos fluxos e gestão dos trabalhos da Ouvidoria e afinamento das rotinas do órgão;
- Seleção, acompanhamento e suporte ao trabalho de 25 a 30 Subouvidorias, canais da Ouvidoria distribuídos nas diferentes Unidades do Estado;
  Realização de três encontros de formação de Subouvidores;
- Reuniões com órgãos da Defensoria Pública para apresentação das causas das insatisfações dos Usuários e construção de possíveis alternativas para suas superações, eventualmente estimulando a participação conjunta de representantes da sociedade civil envolvidos com os temas tratados:
  - Órgãos: Assessoria da Qualidade, Triagem, Corregedoria, Gabinete do Defensor Geral, 1ª, 2ª, 3ª Subdefensorias Públicas-Gerais, Coordenadoria-Geral de Administração (CGA), Assessoria Criminal, DAP, Assessoria Jurídica, Assessoria de Convênios, Unidade de Atendimento Inicial, entre outros (Núcleos etc)
  - Temas: Acessibilidade, Teleagendamento*, Atendimento prioritário, Audiências de Custódia*, Comunicação da Ouvidoria, resultados de visitas a presídios*, fluxo de informações VECs, situações emergenciais de Unidades do interior (São Vicente, mudança de prédio Campinas), Transparência*, Projeto Saúde e Liberdade, Provita x Defensoria*.
    **com participação da Sociedade Civil*
- Diálogos e atividades conjuntas com os Centros de Atendimento Multidisciplinar para acolhimento de Usuários da Defensoria com transtorno mental ou em sofrimento.

VII.g. Comunicação

- Impressão e distribuição de materiais de comunicação da Ouvidoria, especialmente: folheto, cartaz, formulários e guia de Subouvidorias atualizado;
- Monitoramento das caixas de sugestões da Ouvidoria às Unidades da Defensoria do Estado;
- Atualização permanente de conteúdo e formato do Portal eletrônico da Ouvidoria, visando à facilitação do acesso às informações dos serviços prestados pelo órgão e assuntos correlatos;
- Atualização de perfil e publicações nas redes sociais *twitter*, *facebook* e *google*+, para difusão de temas como acesso à justiça, controle externo, gestão e participação democráticas, protagonismo social, organizados por outras entidades sociais ou órgãos públicos;
- Publicação de mais de 100 vídeos no canal da Ouvidoria no youtube, referentes a eventos e reuniões promovidos pela Defensoria e pela Ouvidoria ou com participação desta;
- Organização de relatório de gestão sistematizando todas as atividades desenvolvidas no período de junho a dezembro de 2014;
- Apresentação pública das atividades em desenvolvimento pela Ouvidoria-Geral na sede do CONDEPE-SP.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Ministério Público

Execução orçamentária por Grupo de Despesas

27000 - Ministério Público

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**1.605.928.370,00**	**1.820.446.318,53**	**1.622.964,49**	**1.822.069.283,02**	**1.757.080.873,26**
Pessoal e Encargos Sociais	1.423.577.617,00	1.545.663.545,45	0,00	1.545.663.545,45	1.483.762.687,60
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	182.350.753,00	274.782.773,08	1.622.964,49	276.405.737,57	273.318.185,66
Despesas de Capital	**2.322.372,00**	**5.744.827,52**	**13.919.769,16**	**19.664.596,68**	**7.561.134,42**
Investimentos	2.322.372,00	5.744.827,52	13.919.769,16	19.664.596,68	7.561.134,42
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**1.608.250.742,00**	**1.826.191.146,05**	**15.542.733,65**	**1.841.733.879,70**	**1.764.642.007,68**

Fonte: SIAFEM/SP
Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução orçamentária por Programa Orçamentário

27000 - Ministério Público

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
2701 - Defesa dos Interesses Sociais e Individuais e da Ordem Jurídica	**1.608.250.742,00**	**1.826.191.146,05**	**15.542.733,65**	**1.841.733.879,70**	**1.764.642.007,68**
Despesas Correntes	1.605.928.370,00	1.820.446.318,53	1.622.964,49	1.822.069.283,02	1.757.080.873,26
Despesas de Capital	2.322.372,00	5.744.827,52	13.919.769,16	19.664.596,68	7.561.134,42
Despesa Total	**1.608.250.742,00**	**1.826.191.146,05**	**15.542.733,65**	**1.841.733.879,70**	**1.764.642.007,68**

Fonte: SIAFEM/SP
Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

01000 - Assembleia Legislativa

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**796.285.624,00**	**760.050.815,19**	**141.744,58**	**760.192.559,77**	**738.833.395,61**
Pessoal e Encargos Sociais	588.143.331,00	595.864.010,54	0,00	595.864.010,54	590.706.408,36
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	208.142.293,00	164.186.804,65	141.744,58	164.328.549,23	148.126.987,25
Despesas de Capital	**3.448.050,00**	**457.723,94**	**1.829,00**	**459.552,94**	**774.542,94**
Investimentos	3.448.050,00	457.723,94	1.829,00	459.552,94	774.542,94
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**799.733.674,00**	**760.508.539,13**	**143.573,58**	**760.652.112,71**	**739.607.938,55**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

01000 - Assembleia Legislativa

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0150 - Processo Legislativo	**764.367.959,00**	**756.377.329,29**	**118.573,58**	**756.495.902,87**	**735.239.523,38**
Despesas Correntes	762.367.959,00	755.930.159,25	116.744,58	756.046.903,83	734.476.434,34
Despesas de Capital	2.000.000,00	447.170,04	1.829,00	448.999,04	763.089,04
0151 - Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	**35.365.715,00**	**4.131.209,84**	**25.000,00**	**4.156.209,84**	**4.368.415,17**
Despesas Correntes	33.917.665,00	4.120.655,94	25.000,00	4.145.655,94	4.356.961,27
Despesas de Capital	1.448.050,00	10.553,90	0,00	10.553,90	11.453,90
Despesa Total	**799.733.674,00**	**760.508.539,13**	**143.573,58**	**760.652.112,71**	**739.607.938,55**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Tribunal de Contas do Estado

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

02000 - Tribunal de Contas do Estado

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**462.703.192,00**	**539.725.380,86**	**12.401,94**	**539.737.782,80**	**538.626.261,77**
Pessoal e Encargos Socias	396.965.417,00	470.313.323,33	0,00	470.313.323,33	463.189.363,42
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	65.737.775,00	69.412.057,53	12.401,94	69.424.459,47	75.436.898,35
Despesas de Capital	**4.071.831,00**	**1.814.095,02**	**3.005.482,73**	**4.819.577,75**	**10.414.710,27**
Investimentos	4.071.831,00	879.095,02	3.005.482,73	3.884.577,75	9.479.710,27
Inversões Financeiras	0,00	935.000,00	0,00	935.000,00	935.000,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**466.775.023,00**	**541.539.475,88**	**3.017.884,67**	**544.557.360,55**	**549.040.972,04**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

02000 - Tribunal de Contas do Estado

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0200 - Controle Externo	**466.775.023,00**	**541.539.475,88**	**3.017.884,67**	**544.557.360,55**	**549.040.972,04**
Despesas Correntes	462.703.192,00	539.725.380,86	12.401,94	539.737.782,80	538.626.261,77
Despesas de Capital	4.071.831,00	1.814.095,02	3.005.482,73	4.819.577,75	10.414.710,27
Despesa Total	**466.775.023,00**	**541.539.475,88**	**3.017.884,67**	**544.557.360,55**	**549.040.972,04**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

03000 - Tribunal de Justiça

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**7.644.410.849,00**	**7.997.595.240,53**	**216.974.319,46**	**8.214.569.559,99**	**8.124.234.887,82**
Pessoal e Encargos Sociais	5.416.058.341,00	6.297.651.910,80	0,00	6.297.651.910,80	6.325.431.436,95
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	2.228.352.508,00	1.699.943.329,73	216.974.319,46	1.916.917.649,19	1.798.803.450,87
Despesas de Capital	**136.233.931,00**	**30.785.309,24**	**70.945.206,44**	**101.730.515,68**	**77.286.412,71**
Investimentos	86.233.931,00	27.630.830,24	68.099.685,44	95.730.515,68	33.178.636,71
Inversões Financeiras	50.000.000,00	3.154.479,00	2.845.521,00	6.000.000,00	44.107.776,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**7.780.644.780,00**	**8.028.380.549,77**	**287.919.525,90**	**8.316.300.075,67**	**8.201.521.300,53**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

03000 - Tribunal de Justiça

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0303 - Processo Judiciário no Tribunal de Justiça	**7.780.644.780,00**	**8.028.380.549,77**	**287.919.525,90**	**8.316.300.075,67**	**8.201.521.300,53**
Despesas Correntes	7.644.410.849,00	7.997.595.240,53	216.974.319,46	8.214.569.559,99	8.124.234.887,82
Despesas de Capital	136.233.931,00	30.785.309,24	70.945.206,44	101.730.515,68	77.286.412,71
Despesa Total	**7.780.644.780,00**	**8.028.380.549,77**	**287.919.525,90**	**8.316.300.075,67**	**8.201.521.300,53**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Tribunal de Justiça Militar

Execução Orçamentária por Grupo de Despesa

06000 - Tribunal de Justiça Militar

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
Despesas Correntes	**45.044.949,00**	**45.179.148,61**	**1.214.971,34**	**46.394.119,95**	**45.559.337,50**
Pessoal e Encargos Sociais	39.216.650,00	39.419.216,10	0,00	39.419.216,10	38.649.104,98
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	5.828.299,00	5.759.932,51	1.214.971,34	6.974.903,85	6.910.232,52
Despesas de Capital	**533.010,00**	**656.312,51**	**520.377,21**	**1.176.689,72**	**1.254.308,91**
Investimentos	533.010,00	656.312,51	520.377,21	1.176.689,72	1.254.308,91
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total	**45.577.959,00**	**45.835.461,12**	**1.735.348,55**	**47.570.809,67**	**46.813.646,41**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

Execução Orçamentária por Programa Orçamentário

06000 - Tribunal de Justiça Militar

em R$

	Dotação Inicial	Empenhado			Pago + Pago de Restos
		Liquidado (A)	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados (B)	Total (C = A + B)	
0600 - Processo Judiciário Militar	**45.577.959,00**	**45.835.461,12**	**1.735.348,55**	**47.570.809,67**	**46.813.646,41**
Despesas Correntes	45.044.949,00	45.179.148,61	1.214.971,34	46.394.119,95	45.559.337,50
Despesas de Capital	533.010,00	656.312,51	520.377,21	1.176.689,72	1.254.308,91
Despesa Total	**45.577.959,00**	**45.835.461,12**	**1.735.348,55**	**47.570.809,67**	**46.813.646,41**

Fonte: SIAFEM/SP

Nota: Excluídas as Despesas Intra-Orçamentárias

NÚMERO DE SERVIDORES

Número de Servidores

Órgão	Ativos	Inativos	Pensionistas	Total
Autarquias	**22.874**	**10.414**	**11.155**	**44.349**
Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu (HCFMB)	1.044	0	0	1.044
Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP-USP)	5.042	3	453	5.498
SUCEN - Superintendência de Controle de Endemias	1.158	279	494	1.837
DAESP - Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo	164	55	77	296
DER - Departamento de Estradas de Rodagem	3.495	9.207	7.912	20.614
IMESC - Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo	345	80	8	433
IPEM - Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo	688	0	0	688
Caixa Beneficiente da Polícia Militar	42	96	22	160
IPESP - Instituto de Pagamentos Especiais de São Paulo	33	0	0	33
SUTACO - Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades	20	4	2	26
DETRAN/SP - Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo	3.621	0	0	3.621
IAMSPE - Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual	5.796	10	907	6.713
DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica	1.377	680	1.280	3.337
Agência Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte	5	0	0	5
AGEM - Agência Metropolitana da Baixada Santista	31	0	0	31
AGEMCAMP - Agência Metropolitana de Campinas	13	0	0	13
Empresas	**43.399**	**6**	**2.300**	**45.705**
IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas	813	0	0	813
CODASP - Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo	446	0	0	446
Companhia Docas de São Sebastião	109	0	0	109
DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A	565	0	0	565
CPSEC - Companhia Paulista de Securitização	4	0	0	4
COSESP - Companhia de Seguros do Estado de São Paulo	43	0	0	43
CPP - Companhia Paulista de Parcerias	6	0	0	6
Desenvolve SP	162	0	0	162
CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano	670	1	0	671
CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo	2.017	0	0	2.017

Órgão	Ativos	Inativos	Pensionistas	Total
EMPLASA - Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano	190	0	0	190
CPOS - Companhia Paulista de Obras e Serviços	317	0	0	317
METRÔ - Companhia do Metropolitano de São Paulo	9.416	0	0	9.416
CPTM - Companhia Paulista de Trens Metropolitanos	8.561	0	0	8.561
EMTU - Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos	674	5	0	679
SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	15.296	0	2.292	17.588
CESP - Companhia Energética de São Paulo	854	0	0	854
EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia	457	0	0	457
CPETUR - Empresa Paulista de Turismo e Eventos	21	0	0	21
PRODESP - Tecnologia da Informação	1.979	0	0	1.979
IMESP - Imprensa Oficial do Estado	799	0	8	807
Fundações	**19.774**	**0**	**0**	**19.774**
FDE - Fundação para o Desenvolvimento da Educação	389	0	0	389
Fundação Oncocentro de São Paulo	92	0	0	92
FURP - Fundação para o Remédio Popular	1.049	0	0	1.049
Fundação Pró-Sangue	536	0	0	536
FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo	298	0	0	298
UNIVESP - Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo	44	0	0	44
Fundação Memorial da América Latina	66	0	0	66
Fundação Padre Anchieta	973	0	0	973
Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente	13.102	0	0	13.102
ITESP - Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva"	694	0	0	694
PROCON - Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor	616	0	0	616
SP-PREVCOM - Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo	67	0	0	67
Fundação para conservação e a produção Florestal do Estado de São Paulo	399	0	0	399
Fundação Parque Zoológico de São Paulo	389	0	0	389
SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados	326	0	0	326
FUNAP - Fundação "Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel" de Amparo ao Preso	265	0	0	265
CEPAM - Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal	116	0	0	116
FUNAP - Fundação "Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel" de Amparo ao Preso	353	0	0	353

Órgão	Ativos	Inativos	Pensionistas	Total
Autarquias Especiais	**33.362**	**1.465**	**1.126**	**35.953**
Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de São Paulo	11.772	1.051	979	13.802
CEETEPS - Centro Paula Souza	19.446	413	147	20.006
FAMEMA - Faculdade de Medicina de Marília	737	1	0	738
FAMERP - Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto	541	0	0	541
JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo	251	0	0	251
SPPREV - São Paulo Previdência	423	0	0	423
ARTESP - Agência Reguladora de Serviços Delegados de Transporte do Estado de São Paulo	51	0	0	51
ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado	141	0	0	141
Secretarias	**547.931**	**292.367**	**164.384**	**1.004.682**
Defensoria Pública do Estado de São Paulo	1.529	5	3	1.537
Policia Militar do Estado de São Paulo	87.680	54.900	38.130	180.710
Gabinete do Governador	1	0	0	1
Secretaria Estadual da Educação	312.024	172.890	29.809	514.723
Secretaria Estadual da Saúde	55.300	24.895	12.494	92.689
Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia	487	1.064	5.214	6.765
Secretaria Estadual da Cultura	233	290	113	636
Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento	4.460	5.612	4.677	14.749
Secretaria Estadual de Logística e Transportes	84	145	1.373	1.602
Secretaria Estadual da Justiça e Defesa da Cidadania	199	832	617	1.648
Secretaria Estadual da Segurança Pública	33.267	15.160	11.300	59.727
Secretaria Estadual da Fazenda	7.258	7.045	5.846	20.149
Administração Geral do Estado	0	0	38.287	38.287
Secretaria Estadual do Emprego e Relações do Trabalho	275	996	492	1.763
Secretaria Estadual de Habitação	99	48	48	195
Secretaria Estadual do Meio Ambiente	1.519	955	1.124	3.598
Secretaria Estadual da Casa Civil	68	0	0	68
Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão	2.488	357	141	2.986
Secretaria Estadual do Desenvolvimento Social	546	629	304	1.479
Secretaria Estadual dos Transportes Metropolitanos	290	6	236	532
Secretaria Estadual da Administração Penitenciária	36.101	3.389	2.692	42.182
Secretaria Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos	113	1.045	10.310	11.468
Secretaria Estadual da Procuradoria Geral do Estado	1.746	766	442	2.954
Secretaria Estadual de Esporte, Lazer e Juventude	507	412	203	1.122
Secretaria Estadual da Gestão Pública	195	2	0	197

Órgão	Ativos	Inativos	Pensionistas	Total
Secretaria Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência	65	0	0	65
Secretaria Estadual da Energia	34	0	7	41
Secretaria Estadual do Turismo	76	10	21	107
Secretaria de Governo	1.287	914	501	2.702
Universidades	**49.017**	**15.172**	**373**	**64.562**
UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"	10.749	5.745	86	16.580
USP - Universidade de São Paulo	25.960	5.503	188	31.651
UNICAMP - Universidade de Campinas	12.308	3.924	99	16.331
Total Geral	**716.357**	**319.424**	**179.338**	**1.215.025**

Nota Explicativa

1. Demonstrativo de Despesas

Os valores referem-se às despesas liquidadas, excluídas as despesas intra-orçamentárias, disponíveis no SIAFEM e foram extraídos por meio do Sistema de Informações Gerenciais da Execução Orçamentária - SIGEO, utilizando o Plano de Contas do Estado de São Paulo para a demonstração deste Relatório.

As despesas da Administração Geral do Estado - AGE não foram discriminadas nos demonstrativos de despesas das Secretarias por se constituir em uma unidade que registra os gastos de responsabilidade do Tesouro como um todo, como os repasses da cota-parte do município.

2. Número de Servidores:

Os dados referem-se ao número de servidores do mês de dezembro de 2015 extraídos do Sistema de Informações Pessoais, Reflexos e Encargos Sociais do Estado – SAS – Unificado, onde:

Ativo - corresponde ao total de servidores que estão em efetivo exercício de cargo público, função atividade ou emprego público;

Inativo - corresponde aos ex-servidores que se encontram aposentados;

Pensionistas - total de pessoas beneficiárias de servidor falecido ou as que recebem complementação de aposentadoria e pensão das empresas e fundações.

No Quadro “Número de Servidores” não estão contabilizados 1) Soldados temporários; e 2) Outros Poderes (dados indisponíveis desde 2011).

3. Atividades:

As informações das atividades das secretarias e das respectivas vinculadas foram extraídas dos relatórios de atividades enviados pelas secretarias tutelares.

Governo do Estado de São Paulo

Administração Penitenciária
Lourival Gomes

Agricultura e Abastecimento
Arnaldo Calil Pereira Jardim

Casa Civil
Samuel Moreira da Silva Junior

Casa Militar
Cel. PM José Roberto Rodrigues de Oliveira

Cultura
Marcelo Mattos Araújo

Defensoria Pública do Estado
Rafael Valle Vernaschi

Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação
Márcio Luiz França Gomes

Desenvolvimento Social
Antonio Floriano Pereira Pesaro

Direitos da Pessoa com Deficiência
Linamara Rizzo Battistella

Educação
José Renato Nalini

Emprego e Relações de Trabalho
José Luiz Ribeiro

Energia e Mineração
João Carlos de Souza Meirelles

Esporte, Lazer e Juventude
Livia Galdino da Cruz (em exercício)

Fazenda
Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos

Habitação
Rodrigo Garcia

Justiça e Defesa da Cidadania
Aloísio de Toledo César

Logística e Transportes
Alberto José Macedo Filho

Meio Ambiente
Patricia Faga Iglecias Lemos

Planejamento e Gestão
Marcos Antonio Monteiro

Procuradoria Geral do Estado
Elival da Silva Ramos

Saneamento e Recursos Hídricos
Benedito Pinto Ferreira Braga Junior

Saúde
David Everson Uip

Segurança Pública
Alexandre de Moraes

Transportes Metropolitanos
Clodoaldo Pelissioni

Turismo
Maria Cristina Favoretto (em exercício)

Responsáveis Técnicos – Secretaria da Fazenda

Coordenação

Claudia Romano – Área Executiva da Assessoria / GS

Equipe Técnica

Caio Augusto de Oliveira Casella- Área Executiva da Assessoria / GS

Laura Maria Lunardi - Área Executiva da Assessoria / GS

GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO
Secretaria da Fazenda